

Maria Isabel Soares Carvalho Santos

O Império do Outro

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira

Martins e a Inglaterra Vitoriana

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

2007

Maria Isabel Soares Carvalho Santos

O Império do Outro

**Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira
Martins e a Inglaterra Vitoriana**

Tese de Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses
Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Pinto Coelho

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

2007

O Império do Outro

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira Martins e a Inglaterra
Vitoriana

Índice

Agradecimentos	iv
Abreviaturas	vii
Prefácio	viii
Introdução	
1. Sobre o <i>Corpus</i> e os Autores	2
2. Sobre “O Império do Outro”	28
Parte I - Rumo ao Império do Outro: Viagem e Percepção	
1.1. Ao Encontro do Outro Vitoriano: A Viagem	
1.1.1. Viagem e Viajantes	62
1.1.2. Os Outros Turistas	83
1.1.3. Viagem e Escrita	96
1.1.4. A Literatura de Viagens Vitoriana	108
1.2. A Observação do Outro: O Jornalismo Literário	
1.2.1. Jornalismo, Jornalismo Literário e a Vida Dupla dos Escritores Oitocentistas	129
1.2.2. Um Jornalismo que é “Literário”	146
1.2.3. A Face de um Novo (Outro) Género	154
1.2.4. A Colossal Imprensa Vitoriana	189
1.2.5. Jornalismo e <i>New Journalism</i> . O <i>The Times</i> e a <i>Pall Mall Gazette</i>	204

Parte II - No Império Oriental de Gog e Magog: Uma Inglaterra Outra

2.1. Orientalismo(s) e Alteridade	
2.1.1. Quatro Viajantes e um Destino (In)Esperado	218
2.1.2. A Raça Anfíbia do Nevoeiro	245
2.2. Descida ao Abismo	
2.2.1. A Geografia do Abismo	278
2.2.2. Luz e Trevas: <i>West End</i> e <i>East End</i>	305
2.3. No (Des)Conforto do Lar	
2.3.1. A Casa e o Covil: Visões do Lar Inglês	332
2.3.2. Uma “Estranha” Família Inglesa	346
2.3.3. Um Anjo no Lar? A Mulher Inglesa	362

Parte III - O Império do(s) Outro(s)

3.1. Outros Impérios	
3.1.1. Educar Para o Império	407
3.1.2. Os Primórdios: A Polónia Inglesa	432
3.1.3. O Expansionismo Finissecular: O Egipto, a África	462
3.2. Um Império de Outros	
3.2.1. A Imperatriz da Índia e o Filho d’Israel	526
3.2.2. Os Pigmeus do Abismo e a Filantropia Degeneradora	551
3.2.3. Outros Deuses	569
Conclusão	588
Bibliografia Seleccionada	597

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha gratidão à orientadora desta tese, não porque se trata de uma formalidade imanente a este tipo de projecto, mas porque, ao cabo de mais de uma década de relacionamento professora/aluna, começado em 1994, no quarto ano da minha licenciatura, queria dedicar umas palavras de apreço a alguém que tanto me ajudou a crescer intelectual e cientificamente. À Professora Doutora Maria Teresa Pinto Coelho devo o meu despertar para os Estudos Anglo-Portugueses e, por conseguinte, o início de um percurso que conduziu à realização de um doutoramento. Agradeço-lhe a paciência para corrigir os meus erros, agradeço-lhe os desafios que me lançou e agradeço-lhe, sobretudo, o incentivo. E, naturalmente, as lacunas e falhas deste trabalho dever-me-ão ser imputadas inteiramente.

Em termos institucionais, gostaria de agradecer ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, nas pessoas dos seus dois directores mais recentes, as facilidades concedidas para que eu pudesse terminar este estudo em bom tempo. Ao Professor Catedrático Óscar Soares Barata agradeço ter-me aberto as portas do ISCSP e ter insistido para que me sentisse «em casa». E ao Professor Catedrático João Bilhim, o actual director, agradeço o interesse institucional e, ousou dizer, pessoal que demonstrou pelos meus estudos e o incentivo que me deu para acabar «a tese». Também lhe agradeço a generosidade institucional que me permitiu proceder à impressão e cópia da tese a título gracioso.

Se não posso olvidar todo o apoio que recebi junto da orientadora deste projecto e da instituição em que lecciono, também não quero, nem jamais poderia, esquecer o auxílio, o carinho e o encorajamento de que tanto eu como esta tese beneficiaram numa esfera de vivências mais privadas. Assim, e não fazendo, de modo algum, qualquer espécie de distinção, gostaria de agradecer à Victoria Pires e ao Pedro Monistério toda a confiança que depositam nos meus empreendimentos e todo o empenho em me ajudarem a levar este barco a bom porto. A vossa amizade faz-me sentir tremendamente privilegiada: que outros amigos insistiriam em passar horas esquecidas na biblioteca da Senate House à procura de incontáveis livros e artigos tantas e tantas vezes bem difíceis de encontrar?

Teresa Birne e Vanda Rosa (notem a ordem alfabética), companheiras, amigas, confidentes. Sem vós por perto a solidão que envolve um trabalho desta envergadura

teria sido insuportável. Agradeço-vos os conselhos, as indicações bibliográficas que eu não via, as descobertas de coisas de que eu me poderia esquecer, os telefonemas insistentes a pedir relatórios de actividade, mas, sobretudo, agradeço-vos a vossa presença e o investimento numa amizade que, como sabemos, é um monumento à fortaleza. Eu sei que sempre estaremos juntas. Teresa, por favor, não voltes a parar em curvas em sítios ermos à noite em busca de sapos amarelos. *Caffé Machiatto forever!* E Vanda, desculpa lá aquilo da Kika!

Aos meus colegas do ISCSP também expressei a minha gratidão, pois não consigo imaginar um grupo de trabalho dentro do qual o relacionamento profissional se atrofie face à amizade que nutrimos uns pelos outros. Permitam-me, no entanto, dirigir uma palavra especial à Aurélia Pereira, a colega de gabinete perfeita, jamais se exasperando com a indescritível desarrumação dos meus papéis e sempre pronta a solucionar os problemas inenarráveis que eu criava (e continuo a criar) no computador. À Alice Trindade, que também realizou a sua tese de doutoramento recentemente e que me deixou caminhar a seu lado, manifesto a minha gratidão, de forma penhorada, pelo ombro amigo, a partilha de saberes e experiência de vida, e, claro, todos os empréstimos bibliográficos. A ambas agradeço, não tanto o relacionamento profissional único, mas a descoberta de uma grande amizade. Por último, uma palavra de apreço ao Edgardo Silva pelo encorajamento constante.

My gratitude also to John Bak, Chairman of the International Association for Literary Journalism Studies, for his words of support, even when I was still a stranger, and for relieving me from my responsibilities at the Association so that I could concentrate on writing the thesis.

Por fim, queria pedir perdão à minha família pelas ausências, os estados de espírito menos bons e os pequenos/grandes egoísmos que me permiti ao longo destes anos. Só o vosso amor me pode redimir. Obrigada por tudo e por não desistirem de mim.

Hélder, meu refúgio e a calma no meio das minhas tormentas, sem ti nada disto teria sido possível. És tu que estás sempre para lá de cada Bojador.

À minha mãe, cuja presença jamais esmorecerá em nós. *In Memoriam.*

Lista de Abreviaturas

CICL - Crônicas de Inglaterra e Cartas de Londres.

IH - A Inglaterra de Hoje. Cartas de um Viajante.

*JB - John Bull. O Processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e Correlativos
Desgostos.*

RI - Revista Inglesa. Crônicas.

TI - Textos de Imprensa IV (da “Gazeta de Notícias”).

PREFÁCIO

Quando, na presente tese, pretendemos analisar a imagem que Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Batalha Reis constroem da Inglaterra vitoriana do último quartel do século XIX¹, enveredamos por um trabalho que se enquadra no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, uma vasta área de conhecimento, cujo propósito é o de «desenvolver uma investigação sistemática sobre as relações interculturais entre Portugal e a Grã-Bretanha»². Neste contexto, e após a elaboração de uma dissertação de mestrado centrada no aprofundamento das imagens dos empreendimentos portugueses em África no romance de império da Inglaterra finissecular³, optámos por, novamente, circunscrever a nossa pesquisa aos derradeiros decénios da centúria oitocentista, embora privilegiando uma perspectiva inversa. Consequentemente, é o posicionamento português face à Inglaterra vitoriana que nos importa salientar, e não o oposto.

Com efeito, não obstante a preponderância de estudos subordinados à apreciação da imagem de Portugal e da influência de temas portugueses na Grã-Bretanha, entre os quais a temática camoniana se assume destacadamente⁴, em anos recentes, o interesse pela percepção lusa referente à Inglaterra do *fin-de-siècle* tem ganho algum alento, mormente através da divulgação proporcionada pelo programa da disciplina de Estudos

¹ Por imagem entende-se a «representação de uma realidade cultural estrangeira através da qual o indivíduo ou o grupo que a elaboraram (ou que a partilham ou que a propagam) revelam e traduzem o espaço ideológico no qual se situam». Não sendo um «duplicado ou um análogo do real», mas sim uma representação, a imagem é a «linguagem sobre o Outro», fulcro deste estudo. Cf. Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Edições 70, Lisboa, 1981, p. 43.

² Maria Teresa Pinto Coelho, «Imagens da Inglaterra Vitoriana no Portugal Oitocentista», Relatório da Disciplina de Estudos Anglo-Portugueses I (Programa, Conteúdos e Métodos) Apresentado a Concurso para Professor Associado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 2.

³ Maria Isabel Soares Carvalho Santos, «A Apropriação Literária do Mito do Preste João na Afirmação da Supremacia Britânica em África na Viragem do Século XIX. *King Solomon's Mines, She e Prester John*», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

⁴ Para uma listagem de obras, dadas a lume entre 1927 e 1994, relativas a imagens e temas portugueses veiculados além-Mancha, cf. Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.*, pp. 3-7. A estas acrescentam-se, mais recentemente, os estudos de: Maria Teresa Santos Simões Ferreira Real Sousa Birne, «Rumo à Arcádia? Percursos Lusitanos de Oswald Crawford, Cônsul Britânico no Porto», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000; João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto. "The Lusitanian" (1844-1845)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, s. l., 2001; Maria Teresa Pinto Coelho, *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil Vistos por um Inglês*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.

Anglo-Portugueses, delineado por Teresa Pinto Coelho e subordinado a «Imagens da Inglaterra Vitoriana no Portugal Oitocentista»⁵. Similarmente, a análise levada a cabo pela mesma autora respeitante à “pérfida Albion”, a imagem estereotipada da Inglaterra imperialista do final de Oitocentos que se tornaria emblemática no Portugal coevo⁶, e, ainda, o estudo empreendido por Vanda Rosa sobre as opiniões de Jaime Batalha Reis relativamente à Inglaterra vitoriana⁷ também têm incrementado o conhecimento de uma temática tão interessante quanto a apreensão lusa da alteridade inglesa vitoriana finissecular⁸. Ora, é precisamente, no âmbito desta última linha de investigação que enquadrámos o nosso trabalho. Acresce, porém, referir que a natureza algo deficitária no que concerne o exame do Olhar do Eu português sobre o Outro inglês, por contraposição aos estudos relativos à maneira como esse Outro inglês perspectiva os portugueses, emprestou um maior estímulo à nossa pesquisa que, tendo por base os trabalhos anteriormente mencionados, procura contribuir para uma visão mais ampla do modo como a Inglaterra foi perspectivada em Portugal entre 1877 e 1896, o leque temporal abrangido pelo *corpus* desta tese.

Simultaneamente, ao elegermos, como objecto de estudo, os quatro autores a que o título desta tese se refere, pretendemos, se bem que apenas muito modestamente, explorar algumas áreas nas quais os mesmos têm sido menos analisados. Assim, é enquanto jornalistas e viajantes, que escrevem sobre a sua deslocação a um país estrangeiro e a sua percepção do mesmo, que observamos Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Batalha Reis. Na verdade, a influência inglesa nos romances de Eça já foi alvo de escrutínio⁹, tal como o têm sido as prestações queirosianas para a

⁵ Cf. *Op. cit.* (1996).

⁶ Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalypse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996. Na verdade, esta obra é o resultado de uma tese de doutoramento apresentada e defendida na Universidade de Oxford em 1994.

⁷ Vanda Cristina Antunes dos Santos Fernandes Rosa, «*Revista Inglesa. Percursos de Jaime Batalha Reis na Inglaterra Vitoriana*», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

⁸ Mais recentemente, duas teses de doutoramento também incidem sobre a imagem da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa do século XIX. Cf. Gabriela Gândara Terenas, «*Diagnoses Especulares. Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)*», Tese Inédita de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004 e, também, Maria Zulmira Bandarra Castanheira, «*A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português. Imagens Polimórficas*», Tese Inédita de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

⁹ Américo Guerreiro de Sousa, «*English References in the Fiction of Eça de Queirós*», Tese Inédita de Doutoramento apresentada ao St. Antony's College, Universidade de Oxford, Oxford, 1987, em parte publicada in idem, *Inglaterra e França n' "Os Maias". Idealização e Realidade*, Caminho, Lisboa, 2002.

imprensa, sobretudo a partir dos estudos de Elza Miné¹⁰. No entanto, ainda não se procedeu a uma averiguação mais aprofundada dos artigos ecianos que visam especificamente a Inglaterra e que foram dados a lume durante a residência do autor naquele país, advinda do exercício das suas funções diplomáticas. Identicamente, também são parcos os estudos, cujo fulcro seja a interpretação ramalheana da Inglaterra vitoriana, até porque, em termos das viagens que efectuou e sobre as quais escreveu, Ramalho Ortigão é mais conhecido enquanto autor de *Em Paris* (1868) e *A Holanda* (1885)¹¹. Por sua vez, Oliveira Martins tem recebido a atenção da academia no que se refere, sobretudo, às suas facetas de economista, historiador e político, embora existam alguns artigos que se preocupam em ressaltar a impressão que a viagem à Inglaterra, realizada em 1892, causou na sua mente e a imagem que o autor elaborou daquele país¹². Finalmente, no que concerne a Jaime Batalha Reis, há a salientar que este contemporâneo, e amigo pessoal, dos restantes três autores tem sido relativamente votado ao olvido quando se trata de focar a Geração de 70, da qual foi, aliás, membro activo. Desta feita, a par dos escassos estudos centrados na sua compreensão dos vitorianos¹³, pretendemos prosseguir na senda de resgatar do esquecimento o nome e a

¹⁰ Elza Miné, *Eça de Queirós Jornalista*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1986 (1ª ed. 1983) e *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, Ateliê Editorial e Instituto Camões, São Paulo, 2000. Similarmente, também as investigadoras Annabela Rita e Maria Filomena Mónica se debruçaram sobre a cronística queirosiana em *Eça de Queirós Cronista. Do “Distrito de Évora” (1867) às “Farpas” (1871/72)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, da primeira autora, e *Eça de Queiroz Jornalista*, Principia, Cascais, 2003, da segunda.

¹¹ Contudo, em «Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro Onofre estuda alguns aspectos da percepção ramalheana da alteridade inglesa. Dois artigos recentes também focam a visão de Ramalho sobre o povo inglês. Desta feita, importa mencionar os artigos de Hélio Osvaldo Alves, «A Flanela dos Pobres. Um Retrato de Ramalho no seu *John Bull*», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2001, pp. 217-224 e de Maria Teresa Reis de Carvalho, «*John Bull* e a Sua Ilha no Olhar de Ramalho Ortigão», in *ibidem*, pp. 599-612.

¹² Entre os artigos respeitantes à visão martiniana da Inglaterra vitoriana enumeram-se, cronologicamente, os seguintes: K. Crowcroft, «Oliveira Martins e *A Inglaterra de Hoje*», *Revista Ocidente*, vol. 25, s. 1., 1945, pp. 267-276; Filipe Furtado, «A Inglaterra de Oliveira Martins», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 3, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994, pp. 75-89 e Maria Teresa Pinto Coelho, «Oliveira Martins e a Literatura de Viagens da Geração de 70. Imagens da Inglaterra Vitoriana em *A Inglaterra de Hoje*», in Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento e Maria Luísa Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, História, Mito*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 107-120.

¹³ Anterior ao estudo de Vanda Rosa, acima mencionado, existe também o artigo de Maria Teresa Pinto Coelho, «Jaime Batalha Reis, Diplomata na Inglaterra Vitoriana», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 6, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997, pp. 53-69 e, mais recentemente, publicou-se, também desta autora, o estudo *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

obra de Jaime Batalha Reis e aprofundar a imagem por si construída da realidade inglesa do *fin-de-siècle*.

Em suma, concentrando a nossa atenção nas imagens apresentadas por estes quatro autores, tentaremos, mais de um século volvido sobre as mesmas, restaurar alguma nitidez ao retrato que os mesmos elaboraram da Inglaterra da rainha Victoria.

INTRODUÇÃO

Britain is an invented nation.

Peter Scott, *Knowledge and Nation*, 1990.

The Romans first with Julius Caesar came,
Including all the Nations of that Name,
Gauls, Greeks, and Lombards; and by Computation,
Auxiliaries or slaves of ev'ry Nation.
With Hengist, Saxons; Danes with Sueno came,
In search of Plunder, not in search of Fame.
Scots, Picts and Irish from the Hiberian shore:
And Conquering William brought the Normans O're.

All these their Barb'rous offspring left behind,
The dregs of Armies, they all of Mankind;
Blended with Britains, who before were here,
Of whom the Welch ha'blest the Character.
From this Amphibious Ill-born Mob began
That vain ill-natured thing, an Englishman.

Daniel Defoe, «The True-born Englishman», 1701.

1. Sobre o *Corpus* e os Autores

Nas últimas três décadas da centúria de Oitocentos, a Inglaterra é visitada por quatro portugueses, amigos entre si, que, fascinados, por um lado, e perplexos, por outro, decidem tornar públicas as suas impressões relativas ao país para onde viajam. Por não se tratar de viajantes anónimos, mas, inversamente, de nomes de proa de um escol intelectual que fazia ouvir a sua voz no Portugal coevo, e que ficaria conhecido para a posteridade sob a denominação de Geração de 70, importa-nos observar os comentários e a imagem que Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins constroem da Inglaterra dos finais do século XIX: o seu povo e as suas instituições sociais, os seus dirigentes, a sua política imperialista, a sua capital, entre outros assuntos.

Estava-se, então, nos derradeiros decénios do longo reinado da rainha Victoria (1837-1901), vivendo-se uma época que os estudiosos convencionaram designar de Período Vitoriano Tardio¹, depreendendo-se, portanto, dessa expressão que o seu *Zeitgeist* seja, de certa forma, algo diferente de outras fases precedentes. Na verdade, ao debater o conceito de época, Fred Inglis aponta a especificidade do momento histórico como uma das suas características, salientando:

An epoch is more than a useful way of sorting chapter titles in a history book. Insofar as the word “epoch” refers to something specific and historical, it allows us to identify the way of a world, the manners of power and the facts of everyday life, which taken together mark off a particular people and their particular moment².

¹ É comumente aceite que, a partir de 1870, se fala em Período Vitoriano Tardio. Walter E. Houghton afirma isso precisamente, ao referir: «After 1870, [...] a new frame of mind was emerging, a *late* Victorian frame of mind», in *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*, Yale University Press, New Haven and London, 1985 (1ª ed. 1957), p. xv. Itálico do autor. Filipe Furtado e Teresa Malafaia descrevem o Período Vitoriano Tardio, que consideram ter início em 1873 com a crise económica que abrangeria o resto do decénio, como uma época em que a supremacia económica britânica começa a enfrentar a competição de países como a Alemanha e os Estados Unidos e em que o país «viu avolumarem-se dificuldades ainda não muito sérias mas já premonitórias quanto aos condicionalismos que mais tarde conduziriam à Primeira Guerra Mundial». Similarmente, trata-se também de um período em que a hegemonia britânica se estendeu «aos mais longínquos mares do globo, muitas vezes imposta pela sua marinha de guerra com a chamada “política de canhoneira” (*gunboat policy*)», Filipe Furtado e Maria Teresa Malafaia, *O Pensamento Vitoriano. Uma Antologia de Textos*, Edições 70, Lisboa, 1992, pp. 10-12.

² Fred Inglis, *Cultural Studies*, Blackwell, UK and Cambridge, USA, 1993, p. 3.

Com efeito, tratando-se do período em questão, ressalva-se que esta é uma era marcadamente imperialista³, e o império é, precisamente, um dos fulcros da sociedade vitoriana finissecular, assumindo-se como tema recorrente na literatura, na imprensa, nos debates parlamentares ou, inclusivamente, na publicidade⁴. Por conseguinte, é também em torno do império e do ideário imperialista vitoriano que giram as opiniões e as imagens que estes quatro viajantes elaboram relativamente ao país e ao povo que visitam.

Antes de mais, é crucial verificar que se estes autores tecem comentários relativamente à Inglaterra do Período Vitoriano Tardio é porque, efectivamente, a visitaram por razões recreacionais e, igualmente, porque aí residiram devido a imperativos profissionais. É sabido que, além de romancista de renome, Eça de Queirós foi diplomata de carreira e, enquanto tal, permaneceria catorze anos na Grã-Bretanha, mais especificamente entre 1874 e 1888, onde ocuparia sucessivamente os consulados de Newcastle-upon-Tyne e de Bristol. Por seu turno, Batalha Reis, enveredando pela mesma profissão, também se quedaria em Inglaterra durante um espaço de tempo bastante considerável em virtude das suas nomeações para os cargos de cônsul em Newcastle em 1882 (o posto, no entanto, só seria ocupado a 16 de Agosto de 1883) e em Londres, cidade na qual permaneceria até 1911 após a sua nomeação decretada a 31 de Dezembro de 1897. No que se refere a Ramalho Ortigão e a Oliveira Martins, há que constatar que o primeiro visitou a Velha Albion no ano de 1887 e que o segundo aí estanciou entre Maio e Julho de 1892 na sequência da sua demissão forçada da Pasta da Fazenda, da qual fora titular uns breves quatro meses⁵. A viagem seria, por conseguinte,

³ Caracterizando a época em estudo, Eric J. Hobsbawm nota que «the era from 1875 to 1914 may be called the Age of Empire [...] because it developed a new kind of imperialism» e acrescenta, ainda, «our period is obviously the era of a new type of empire, the colonial», in *The Age of Empire, 1875-1914*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1987, pp. 56-57.

⁴ Na verdade, ao analisar a publicidade do Período Vitoriano Tardio relativa a produtos de uso tão quotidiano quanto sabonetes, no artigo «Soft-Soaping Empire. Commodity Racism and Imperial Advertising», Anne McClintock conclui que os anúncios mostram sempre um indivíduo branco a proceder à sua *toilette* em algum ponto recôndito do globo, frequentemente sob o olhar curioso de nativos. Assim, numa perspectiva imperialista, «domestic commodity guarantees white male power, the genuflexion of Africans and rule of the world» e, por conseguinte, a própria publicidade «presented a vista of the colonies as conquered by domestic commodities», in George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putnam (eds.), *Traveller's Tales. Narratives of Home and Displacement*, Routledge, London and New York, 1994, pp. 132 e 135.

⁵ Cf., por exemplo, Guilherme d'Oliveira Martins, *Oliveira Martins. Uma Biografia*, prefácio de Eduardo Lourenço, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1986, p. 203. Embora na época se tenha levantado a hipótese de Oliveira Martins ter embarcado para a Inglaterra por se encontrar agastado com a sua demissão, é o próprio que nega categoricamente essa insinuação na «Advertência» da edição em livro das suas impressões sobre a Inglaterra, *A Inglaterra de Hoje*. Avançando as suas razões, o autor justifica: «Saí

o fulcro impulsionador, o motivo que levaria à escrita e à tentativa de apreender a realidade estrangeira que se encontrava para lá da Mancha. E qualquer destes quatro autores preocupar-se-ia, na verdade, em dar, propositadamente, à estampa as suas opiniões respeitantes aos ingleses e ao seu país. Desta feita, o *corpus* sobre o qual realizaremos a nossa análise resume-se, primordialmente, a um conjunto de obras, colectâneas de artigos de imprensa ou livros, que os autores publicaram com a finalidade exclusiva de dar a conhecer a sua visão e a sua caracterização da Inglaterra vitoriana.

Jornalista pródigo, José Maria Eça de Queirós recorreria, preferentemente, aos periódicos para veicular os seus comentários sobre os ingleses e, destes quatro autores, seria o primeiro a escrever sobre o tema inglês de modo sistemático. Este pioneirismo não deixará, com efeito, de influenciar a percepção dos outros autores, sobretudo no que toca à selecção de tópicos a abordar, e nota-se, sobretudo, na construção de «um retrato do povo inglês que encontramos subjacente aos textos de muitos dos seus contemporâneos»⁶. Assim, verifica-se, por exemplo, que Eça não se alonga em grandes considerações em torno da literatura inglesa, caminho que também não é praticamente explorado pelos restantes três autores e que, por conseguinte, não será, igualmente, aprofundado neste estudo, enquanto que, por outro lado, a temática da mulher inglesa, bastante discutida por Eça, também é salientada pelos outros três autores em estudo. Ramalho Ortigão, na verdade, nem sempre se descolará da imagem queirosiana e, como verificaremos, não raramente existe entre ambos uma certa confluência opinativa. Similarmente, Oliveira Martins segue algumas das linhas apontadas por Eça de Queirós, sendo, curiosamente, criticado por este. Redigindo uma carta ao amigo a 17 de Abril de 1893, na qual aflora a publicação da obra martiniana referente à Inglaterra, Eça confidencia: «Sustentei com calor, a respeito da *Inglaterra de Hoje*, que tu não tinhas autoridade alguma para escrever um livro sobre a Inglaterra, e *que só eu a tinha!*»⁷.

De facto, em virtude de ser cônsul em Inglaterra e, conseqüentemente, aí residir, Eça de Queirós considerava estar numa posição privilegiada para escrever e dar à

de Portugal [...] por motivos exclusivamente pessoais, apesar do que ao tempo disseram as gazetas da minha abençoada pátria», in Oliveira Martins, *A Inglaterra de Hoje. Cartas de um Viajante*, Guimarães Editores, Lisboa, 1951 (1ª ed. 1893), p. 7. Tomamos, desde já, a oportunidade para esclarecer que, ao citarmos extractos das obras que formam o nosso *corpus*, manteremos a ortografia original, abstenho-nos de proceder a actualizações ou correcções de ordem ortográfica. Também a pontuação será apresentada tal como nos foi legada pelos autores.

⁶ Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996b), p. 54.

⁷ Eça de Queirós, *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2 vols., vol. 2, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1983, p. 255. Itálicos do autor.

estampa artigos sobre aquele país. Assim, entre 14 de Abril de 1877 e 21 de Maio de 1878, redigiria uma série de artigos especificamente respeitantes à Inglaterra para o jornal portuense *A Actualidade*. Posteriormente, publicaria outro conjunto de artigos sobre a mesma temática nas colunas da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro nos primeiros dois anos de uma colaboração intermitente que decorreu desde 1880 a 1897⁸. Ao longo do século XX, todavia, as contribuições queirosianas para aqueles dois periódicos, as quais têm a Inglaterra por assunto central, seriam objecto de sucessivas publicações⁹. Em 1970 surge, porém, reunida num único volume intitulado *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*¹⁰, a maioria dos artigos sobre a Inglaterra para aqueles dois periódicos. De facto, nesta colectânea, não se respeitando a ordem cronológica¹¹, publica-se numa primeira parte, denominada «Cartas de Inglaterra», um conjunto de artigos ingleses da *Gazeta de Notícias* compreendidos entre 19 de Setembro de 1880 e 24 de Outubro de 1882, datas de publicação, constando da segunda parte os artigos remetidos para *A Actualidade*, intitulados «Crónicas de Londres». Mais recentemente, inserida na edição crítica das obras de Eça de Queirós, seria dada a lume a colecção de todos os artigos queirosianos escritos para a *Gazeta de Notícias*, entretanto publicados em diversas obras dispersas¹², nos quais se incluem, precisamente, aqueles que foram redigidos pelo autor a propósito da Inglaterra e que, agora, nos interessam. Desta feita, os textos ecianos dedicados à Inglaterra que analisaremos primordialmente são aqueles que se incluem na edição organizada por Helena Cidade

⁸ Ao elaborar a edição crítica dos artigos publicados por Eça de Queirós na *Gazeta de Notícias*, Elza Miné explica que a primeira colaboração deste jornalista para o periódico data de «24 de Julho de 1880, repetindo-se, mensalmente, até Fevereiro de 1882. Prossegue, ainda, com intervalos maiores, até 24 de Outubro do mesmo ano», sendo, precisamente, nestas prestações para a *Gazeta de Notícias* que o autor discorre sobre o tema inglês. Elza Miné, «Introdução», in Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV (da "Gazeta de Notícias")*, edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 2002, p. 15.

⁹ É, pois, já postumamente que os artigos enviados por Eça para *A Actualidade* e para a *Gazeta de Notícias* serão primeiramente compilados em livro. Em 1905, Luís de Magalhães editaria as *Cartas de Inglaterra*, às quais se seguiriam, em 1940, as *Cartas de Londres*, com edição de Lopes de Oliveira e Câmara Reis. Para mais informações concernentes ao processo de compilação destas crónicas queirosianas cf. Elza Miné, *Op. cit.* (1986), pp. 11-13.

¹⁰ Eça de Queirós, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, organização de Helena Cidade Moura, Livros do Brasil, Lisboa, 2001 (1ª ed. 1970).

¹¹ Para as justificações relativas ao não alinhamento cronológico dos artigos, cf. Helena Cidade Moura, «Nota Final», in idem, *ibidem*, pp. 347-349.

¹² Ao justificar os critérios subjacentes à publicação dos artigos para a *Gazeta de Notícias* constantes da edição crítica, Elza Miné explica detalhadamente: «Este volume de *Textos de Imprensa IV*, reunindo as matérias enviadas para o Rio de Janeiro, constitui-se, assim, na apresentação integral e conjunta do que se pode considerar a obra jornalística de Eça de Queirós, pensada e elaborada tendo em vista o público brasileiro, por meio de um mesmo e único veículo – a *Gazeta de Notícias*», in Eça de Queirós, *Op. cit.* (2002), p. 16. Anteriormente, porém, muitos dos textos queirosianos de a *Gazeta de Notícias* já haviam sido publicados em colectâneas esparsas, tais como as *Notas Contemporâneas* ou *Ecos de Paris*, *Bilhetes de Paris*, *Cartas Familiares de Paris*, como esta autora também esclarece. Cf. *ibidem*, pp. 21-24.

Moura sob o título de «Crônicas de Londres», publicados em *A Actualidade* entre as datas anteriormente referidas e, também, os artigos presentes na edição crítica de 2002 organizada por Elza Miné dados à estampa primeiramente na *Gazeta de Notícias* entre 24 de Julho de 1880 e 24 de Outubro de 1882, e que, para fins de coesão, por um lado, e para melhor os distinguir daqueles publicados em *A Actualidade*, por outro, também denominamos como «Cartas de Inglaterra» no seu conjunto. Contudo, as impressões de Eça sobre a Velha Albion não se restringem a estas compilações de artigos. Encontramo-las, ademais, nos seus romances, na sua correspondência consular ou nas suas cartas privadas, documentos com os quais podemos complementar a imagem que nos legou dos ingleses vitorianos e da sua ilha. Estas outras fontes informativas, das quais nos socorreremos sempre que necessário, não só enriquecem o retrato queirosiano da Inglaterra como, além disso, serão analisadas comparativamente aos artigos de *A Actualidade* e da *Gazeta de Notícias* a fim de verificarmos até que ponto as opiniões de Eça se modificaram ou se, inversamente, permaneceriam imutáveis ao longo do tempo.

José Duarte Ramalho Ortigão, outro dos quatro autores, cuja imagem da Inglaterra do final do século XIX observamos, não escolheu a via da imprensa para publicar esse seu retrato. *John Bull*¹³ é o livro que Ramalho decidiu dar à estampa depois de passar uma quinzena na Inglaterra em 1887, e durante a qual também teria oportunidade de visitar o seu amigo de longa data, Eça de Queirós. Em *John Bull*, este viajante compulsivo¹⁴ deixa-nos a sua imagem dos ingleses e do seu modo de viver, muito embora não a possamos depreender unicamente desta obra. Tal como Eça, e, aliás, qualquer dos autores que estudamos, Ramalho Ortigão dedicou parte dos seus escritos e material publicado a temas relacionados com a Inglaterra, mormente, textos relacionados com as suas viagens, os quais também utilizaremos no intuito de conferir maior consistência à imagem que o autor elabora da Inglaterra vitoriana. Será, no entanto, interessante verificar se a visão do autor se alterou após a realização da sua visita à Inglaterra, uma vez que já anteriormente havia escrito sobre o país.

¹³ Ramalho Ortigão, *John Bull. O Processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e Correlativos Desgostos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943. A obra aqui referida, e por nós analisada, compõe-se, na verdade, de três partes, a primeira das quais seria dada à estampa como *John Bull – Depoimento de uma Testemunha Acerca de Alguns Aspectos da Vida e da Civilização Inglesa* em 1887.

¹⁴ As viagens foram, na realidade, um dos grandes interesses de Ramalho. Como relembra Pierre Blasco: «Il aimait trop la vie pour se contenter de sa très vaste culture livresque: aussi le désir d'observer son propre pays, puis les autres, se manifesta-t-il tout au long de son existence. La France, l'Italie, l'Angleterre, l'Argentine ont été pour lui des centres d'intérêt», Pierre Blasco, «Ramalho Ortigão, voyageur portugais en Espagne», *Bulletin des Études Portugaises et Bresiliennes*, Institut Français au Portugal, Tomes 33 et 34, s. l., 1972-1973, p. 287.

«Revista Inglesa» é o título sob o qual Jaime Batalha Reis assinou uma coluna, constituída por dezassete artigos, no jornal lisboeta *O Repórter* em 1888, mais especificamente entre 2 de Janeiro e 11 de Dezembro, e, posteriormente, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 18 de Junho de 1893 e 18 de Fevereiro de 1896, prestação esta composta por vinte e sete artigos. A temática, tal como o título indiciava, abarcava as mais diversas vertentes da vida em Inglaterra. No entanto, seria somente em 1988 que todos estes artigos seriam coligidos por Maria José Marinho e publicados em livro¹⁵, o qual utilizamos também como bibliografia activa do presente estudo. Acresce, porém, salientar que as opiniões que Batalha Reis teceu sobre a Inglaterra não se encontram exclusivamente na *Revista Inglesa*, abrangendo, antes, todo um vasto e disperso espólio produzido por uma intensa actividade jornalística, desenvolvida tanto em Portugal, como na própria Inglaterra. Ainda que se trate de um «intelectual [...] pouco conhecido, cuja personalidade foi, durante muito tempo, ensombrada pela presença, a seu lado, de grandes vultos da geração a que pertenceu»¹⁶, é possível, graças a estudos recentes, acedermos a um leque de textos publicados com os quais também complementaremos a visão da Inglaterra que Batalha Reis veicula na *Revista Inglesa*¹⁷.

Finalmente, e de modo idêntico, Joaquim Pedro de Oliveira Martins decidiria escrever sobre a sua imagem dos ingleses. No último trimestre de 1892, na sequência da sua viagem à Inglaterra na Primavera e Verão desse mesmo ano, o autor publicaria, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, uma série de artigos visando a análise da sociedade da Inglaterra vitoriana. No ano seguinte era dada a lume a versão em livro dessa compilação de artigos intitulada *A Inglaterra de Hoje*, numa tentativa de expor a realidade inglesa contemporânea. Curiosamente, esta obra seria traduzida para inglês em 1896 como *The England of Today*, e inserida numa colecção denominada «How Others See Us», a qual tinha por objectivo observar como diferentes estrangeiros interpretavam a Inglaterra¹⁸. Similarmente aos outros autores em análise, as alusões à Inglaterra percorrem o conjunto da obra martiniana, facto que nos permite conhecer melhor a opinião do autor em relação à mesma, pelo que, também neste caso, recorreremos a textos paralelos sempre que tal se justifique.

¹⁵ Jaime Batalha Reis, *Revista Inglesa. Crónicas*, organização, introdução e notas de Maria José Marinho, Publicações D. Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988a.

¹⁶ Maria José Marinho, «Introdução», in idem, *ibidem*, p. 12.

¹⁷ Estamos a referir, mais especificamente, o trabalho de Maria Teresa Pinto Coelho, dado à estampa em 2000, *A Agulha de Cleópatra*, no qual também se publicam textos inéditos do autor.

¹⁸ Oliveira Martins, *The England of Today*, trad. de C. J. Wildey, G. Allen, London, 1896.

Desta feita, a nossa análise da imagem da Inglaterra vitoriana, tal como apreendida por quatro dos maiores actores da Geração de 70 (todos os estudos subordinados a Batalha Reis desmistificam, na verdade, a noção de que tenha tido somente um papel secundário naquela), assenta, principalmente, sobre um conjunto de obras, publicadas no século XX e já no dealbar da nossa centúria, que compilam séries de artigos de imprensa ou reeditam textos oitocentistas originais subordinados à Inglaterra. De Eça de Queirós detalharemos primordialmente os artigos ingleses de *A Actualidade*, isto é, as «Crónicas de Londres» que medeiam entre Abril de 1877 e Maio de 1878, tal como constam da colectânea *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, bem como aqueles publicados na *Gazeta de Notícias* entre 1880 e 1882, isto é, as «Cartas de Inglaterra» e recentemente editados na compilação *Textos de Imprensa IV (da “Gazeta de Notícias”)*; de Ramalho Ortigão estudaremos mais aprofundadamente a imagem presente em *John Bull*; de Oliveira Martins analisaremos *A Inglaterra de Hoje* e, por fim, de Batalha Reis salientaremos a imagem transmitida na *Revista Inglesa*. Porém, como referimos acima, este não é um *corpus* estanque, uma vez que pode ser enriquecido por textos, da lavra dos autores em estudo, nos quais redunde a percepção da Inglaterra do Período Vitoriano Tardio.

O *corpus* agora enunciado evidencia, de certo modo, o quanto a Inglaterra finissecular terá interessado os autores. Na verdade, porém, esse foi um tema que suscitou a atenção do escol letrado do Portugal coevo. Teresa Pinto Coelho explica, com efeito, que na viragem do século XIX, há toda uma conjuntura histórica e política que serve de pano de fundo ao interesse luso pela Inglaterra. Assim:

Desenvolve-se então a questão africana, que acompanharia os reinados de D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos e culminaria no Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890, e os sentimentos anti-britânicos encontram-se então ao rubro. Nunca a Aliança é tão criticada [...]; nunca a Inglaterra é tão atacada em panfletos, artigos de jornal, poesias e outros textos [...]. Nunca também a Inglaterra é tão utilizada para fins políticos internos, sendo a sua imagem aproveitada pelo Republicanismo em ascensão. Não é, pois, de admirar que muitos sejam os que a queiram conhecer, relatar as suas viagens e divulgar as suas opiniões sobre ela em ensaios e outros textos¹⁹.

Neste panorama nacional discute-se a vida quotidiana dos ingleses, o seu sistema de ensino, a sua religião, a sua política imperialista e o debate serve de contraponto à situação portuguesa e permite a emissão de opiniões que, não raramente,

¹⁹ *Op. cit.* (1996b), pp. 14-15.

pouco abonam a favor de Portugal, embora, também frequentemente, a imagem do país saia favorecida pela comparação com a Inglaterra²⁰. É, sobretudo, no âmbito desses «outros textos», que perspectivam a Inglaterra vitoriana no Portugal finissecular, que inscrevemos o *corpus* que pretendemos analisar, o qual, provido de uma natureza híbrida, se encontra na confluência da literatura de viagens e do jornalismo literário, como esclareceremos mais adiante. Neles, também prevalece uma interpretação dúplice da Inglaterra, na qual coexistem, paralelamente, as imagens antitéticas de uma Inglaterra tal nação modelo civilizacional e cultural com um sistema educacional avançado e invejável, por um lado, e, por outro, uma Inglaterra odiosa, paradigma de país arrogante e espoliador dos mais fracos. Esta ambiguidade na percepção da Inglaterra foi, de facto, a nota dominante no Portugal de Oitocentos, «marcado pelos ressentimentos gerados pelo governo de Beresford, no primeiro quartel ainda, e pela disputa de África, no último. [...] Pelo meio, nota-se a percepção [...] de que a relação comercial privilegiada entre os dois países [...] beneficiava unilateralmente o Reino Unido»²¹. Porém, às notas de negatividade advindas desta conjuntura específica, juntava-se a ideia de uma Inglaterra tal pátria da liberdade «glosada na imprensa do exílio liberal em Londres»²². É, precisamente, esta duplicidade que nos interessa averiguar nos textos em análise a fim de percebermos também se as perspectivas positivas em relação à Inglaterra se sobrepõem às interpretações negativas ou o contrário. Tendo por base a ideia de que o que é estrangeiro, estranho e Outro espelha o universo do familiar, isto é, do Eu²³, também intentaremos verificar como é que, para os autores, a Inglaterra ajudava, em suma, a compreender Portugal. Não esqueçamos que, como adverte Daniel-Henri Pageaux, a imagem do estrangeiro revela o universo ideológico da cultura

²⁰ Durante o século XIX «raros são os escritores que não se confrontem, de uma maneira ou de outra, com o tema inglês. O debate, sendo obviamente político, transborda largamente essa fronteira e a Inglaterra serve, por largo tempo, de mote à volta do qual se orientam polémicas e tomadas de posição em matérias que vão da religião aos hábitos da vida quotidiana, da política educacional às relações amorosas, etc.», Maria Graça Videira Lopes, «Eça de Queirós, João de Deus: África na Literatura Portuguesa do Século XIX», in *Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa. O Outro*, 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, Actas, 2 vols., vol. 1, Departamento de Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985, pp. 267-268.

²¹ Jorge Miguel Bastos da Silva, «A Exposição Londrina na Imprensa Portuguesa Coeva. Algumas Notas e uma Antologia de Textos», *Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, vol. XVIII, Porto, 2001, pp. 439-440.

²² Idem, *ibidem*, p. 441.

²³ De facto, «o “outro” não aparece configurado apenas como “diferente”, mas também como “idêntico” ao sujeito de enunciação», Clara Vitorino, «A Busca da Identidade na Alteridade», in Maria Alzira Seixo (coord.), *Cursos da Arrábida. A Viagem na Literatura*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1997, p. 52.

observadora²⁴. Contudo, ainda que o Outro possa reflectir o Eu e ajudar a compreendê-lo, no binómio Eu/Outro a identidade igualitária é sempre interdita²⁵, ou seja, mesmo que possam existir semelhanças entre estas duas instâncias, elas nunca são iguais.

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins realizaram, então, uma viagem à Inglaterra, a qual teria durações e motivações subjacentes diversas, e, subsequentemente, relataram o que encontraram para lá da Mancha. No entanto, este empreendimento não era nem ideia original destes autores, nem facto exclusivo de Portugal, nem, tão pouco, se restringiu ao século XIX. A descrição da Inglaterra, feita por estrangeiros, tem sido um tema bastante popular ao longo do tempo. Jeremy Paxman, um dos maiores especialistas actuais no que respeita o estudo do carácter inglês, reconhece que esta é uma temática que tem apaixonado gerações. Falando do fascínio que a sua nação suscita, Paxman não hesita em testemunhar que: «This offshore island has been sufficiently intriguing to attract quite awesome numbers of foreign visitors eager to share their impressions with the rest of the world: there are libraries filled with books of reminiscences and travellers' tales»²⁶. Portugal não é excepção e, neste caso, o século XIX é pródigo no número de viajantes que rumaram até à Inglaterra e que levaram à escrita as suas impressões sobre o país e/ou os seus habitantes. O próprio rei D. Pedro V visitara o país da sua congénere Victoria antes de aceder ao trono. Da viagem realizada em 1854, o monarca legou-nos as suas impressões em diários e cartas, material que seria, entretanto, publicado e analisado²⁷. Porém, anteriormente, já Almeida Garrett viajara até além-Mancha aquando do seu exílio ocorrido entre 1828 e 1831, viagem que, na verdade, não deixaria de influenciar a sua obra literária posterior, nomeadamente as *Viagens na Minha Terra*, dadas à estampa nas páginas da *Revista Universal Lisbonense* em 1843, as quais, aliás, se enquadram «mais

²⁴ Daniel-Henri Pageaux, «L'Imagerie culturelle. De la littérature comparée à l'anthropologie culturelle», in *Bulletin du comité national de littérature comparée de la République Socialiste de Roumanie*, Editura Academiei Republici Socialiste România, Bucarest, 1983, p. 80.

²⁵ Francis Affergan, *Exotisme et altérité. Essai sur les fondements d'une critique de l'anthropologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1987, p. 96.

²⁶ Jeremy Paxman, *The English. A Portrait of a People*, Penguin Books, London and New York, 1999 (1ª ed. 1998), p. 19.

²⁷ A tarefa de resgatar, para publicação, as cartas e diários de D. Pedro V coube, em grande parte, a Ruben Andresen Leitão. E entre os estudos subordinados à viagem de D. Pedro a Inglaterra, cf., a título ilustrativo, Ruben Andresen Leitão, «Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854», *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, tomo XVI, nº 3, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1950, pp. 42-116, Maria Teresa Pinto Coelho, «King Pedro V's and Prince Luís' Visit to England and Their Relations With Queen Victoria's Court», *The British Historical Society of Portugal – Twenty Third Annual Report and Review 1996*, The British Historical Society of Portugal, Lisboa, 1996c, pp. 107-122, Maria Filomena Mónica (ed. e org.), *Correspondência entre D. Pedro V e Seu Tio, o Príncipe Alberto*, trad. das Cartas do Príncipe Alberto de Dagmar Steinlein da Mata Reis, ICS/Quetzal, Lisboa, 2000 e, mais recentemente, Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003.

na Literatura de Viagens inglesa do século XVIII do que é geralmente reconhecido»²⁸. Nesta obra, com efeito, Garrett não só aponta o estereótipo do «inglês legítimo e *cru*, virgem de toda a corrupção continental: calça de ganga, sapato grosso, cabelo de cenoura, chapéu filado na cova do ladrão»²⁹, como discerne sobre assuntos que, mais tarde, também interessarão aos autores que agora analisamos, e nos quais se pode notar a influência de Garrett³⁰, como, por exemplo, a fisionomia da *miss* inglesa ou a propensão dos ingleses para os excessos de bebida. Similarmente, também Alexandre Herculano conheceria o exílio em Inglaterra, onde chega em 1832, reconhecendo a essa nação a supremacia material a nível mundial, a arrogância sustentada na força das suas esquadras e, contudo, declarando-a «uma alternativa válida a contrapor à influência cultural da França», de que a «permeabilidade de Herculano ao romance histórico de Walter Scott é prova»³¹. À medida que a centúria caminhava para o seu epílogo, não decresce o interesse por viajar a Inglaterra e, conseqüentemente, continua a publicação das memórias e relatos de viagem que incluem aquele país, sendo a década de 1860 particularmente prolífica neste género de obras. Entre estas contam-se, por exemplo, as *Recordações de Viagem Contendo a Viagem de Lisboa a Londres e a Descrição Desta Cidade* de José Félix Henriques Nogueira³², as *Recordações de Paris e Londres* de Júlio César Machado³³ ou as *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Paris e Londres* de Ricardo Guimarães³⁴. Em 1875, J. Eduardo Coelho dá à estampa as suas lembranças de um périplo pela Europa que englobou uma deslocação a Londres, *Passeios no Estrangeiro. Visita à Exposição de Paris. Passeio a Londres. Passeio na Bélgica e no Reno*³⁵. Similarmente, neste período também se publicavam os relatos de viagens realizadas a outros pontos da Europa que não a Inglaterra, o que denota o gosto

²⁸ Maria Teresa Pinto Coelho, «Pátrias Imaginárias: *Viagens na Minha Terra* e *Robinson Crusoe*», in Maria Leonor Machado de Sousa (dir.), *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 9, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000, p. 90.

²⁹ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Livraria Civilização/Editora, Barcelos, 1987 (1ª ed. 1843), p. 165. Itálico do autor.

³⁰ De facto, «é muito provável que as primeiras leituras entusiásticas de Eça, orientadas por Ramalho, fossem as de Garrett, sobretudo as do Garrett das *Viagens na Minha Terra*», Álvaro Manuel Machado, *A Geração de 70. Uma Revolução Cultural e Literária*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, 1981, p. 70.

³¹ Jorge Miguel Bastos da Silva, *Op. cit.*, pp. 442 e 447.

³² José Félix Henriques Nogueira, *Recordações de Viagem Contendo a Viagem de Lisboa a Londres e a Descrição Desta Cidade*, Tipografia do Ultramar, Margão, 1860.

³³ Júlio César Machado, *Recordações de Paris e Londres*, José Maria Correa Seabra, Londres, 1863.

³⁴ Ricardo Guimarães, *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Paris e Londres*, Viuva Moré, Porto, 1869.

³⁵ J. Eduardo Coelho, *Passeios no Estrangeiro. Visita à Exposição de Paris. Passeio a Londres. Passeio na Bélgica e no Reno*, J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1875.

contemporâneo por este tipo de obras³⁶. E, se bem que não se enquadre no campo temporal abrangido por este estudo, acresce referir que a curiosidade lusa pela Inglaterra não esmorece com o advento do século XX, prosseguindo as viagens até àquelas paragens³⁷. Logo, o que Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins fazem, isto é, viajar e, posteriormente, publicar a sua visão da Inglaterra, «insere-se num grupo mais vasto de obras ditadas por uma moda de viajar até àquele país»³⁸. Ademais, outros autores estrangeiros tinham, anteriormente, enveredado por essa rota, donde, se verifica, inclusivamente, que há toda uma plataforma informativa e opinativa à qual Eça e os seus companheiros geracionais foram beber inspiração e buscar influências.

Aliás, não poderemos depreender que qualquer destes autores nos mostra uma imagem desapaixonada e neutra da Inglaterra vitoriana, ou que o seu retrato pessoal do país se inscreve numa tábua-rasa³⁹. Ao invés, a imagem que todos eles fabricam do país encontra-se condicionada por diversos factores entre os quais se destaca a sua própria bagagem sócio-cultural⁴⁰, ou seja, o Eu molda a pesquisa sociológica que, deste modo, é, *a priori*, desprovida de imparcialidade absoluta⁴¹. A Inglaterra era, então, um país que estes autores conheciam de antemão através das leituras que haviam feito, por exemplo, dos relatos das viagens dos seus conterrâneos ou de outros viajantes coevos, como Max O'Rell, cujo livro *John Bull et son île*⁴² se encontrava, inclusivamente, vertido para português⁴³, pelo que, dada a data da publicação original, ocorrida por volta de 1883⁴⁴,

³⁶ Destas destacamos as seguintes: Júlio César Machado, *Do Chiado a Veneza*, Livraria A. M. Pereira, 1867; Leandro José da Costa, *Diário de um Viajante em França*, Tipografia das Horas Românticas, Lisboa, 1880 e as obras de Luciano Cordeiro, um dos fundadores e dirigentes da Sociedade de Geografia de Lisboa e deputado do Partido Regenerador, *Viagens. Hespanha e França*, Imprensa J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1874 e *Viagens. França, Baviera, Áustria e Itália*, Imprensa J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1875.

³⁷ Entre os títulos referentes a publicações relacionadas com viagens à Velha Albion destaca-se o de Ladislau Batalha, *Atravez do Reino Unido. Notas de Viagem*, Typografia Rua da Barroca, Lisboa, 1904.

³⁸ Maria Teresa Pinto Coelho, in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 108.

³⁹ De facto, não obstante a dificuldade da sua definição, a imagem traduz-se por uma representação que não é «isolável de todas as que a precedem e das que se lhe seguem», Pierre Francastel, *Imagem, Visão e Imaginação*, trad. de Fernando Caetano, Edições 70, Lisboa, 1983, p. 30.

⁴⁰ Paula Saukko refere, a propósito, que, ao estudar-se o Outro, há que levar em consideração «the personal and social baggage that hinders our comprehension of different experiences», in Paula Saukko, *Doing Research in Cultural Studies. An Introduction to Classical and New Methodological Approaches*, Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi, 2003, p. 57.

⁴¹ Paula Saukko denomina de «self-reflexivity» o modo como «one's Self and its commitments shape the research», in idem, *ibidem*, p. 62. Ademais, qualquer imagem é constituída de elementos seleccionados pelo indivíduo que a constrói, cf. Pierre Francastel, *Op. cit.*, p. 30.

⁴² Max O'Rell, *John Bull et son île. Moeurs anglaises contemporaines*, Calmann Lévy, Paris, ca. 1883.

⁴³ Idem, *John Bull e a Sua Ilha*, trad. de M. Pinheiro Chagas, Parceria de A. M. Pereira, s. d..

poderia ser do conhecimento de Ramalho Ortigão, Oliveira Martins ou Batalha Reis. Aliás, o *John Bull* ramalheano espelha, precisamente, o título da obra de O'Rell. Contudo, outros viajantes anteriores revestir-se-iam de grande importância no tocante à percepção da Inglaterra evidenciada pelos quatro autores em estudo.

Stendhal é um dos viajantes, cuja imagem da Velha Albion terá influenciado os autores que ora analisamos, nomeadamente os seus relatos de viagens a Itália, *Rome, Naples et Florence* (1817) e *Promenades dans Rome* (1829), que, apesar dos títulos, incluem diversas considerações em torno dos ingleses e da sua ilha, a qual, por seu turno, o autor visitou por quatro vezes. Oliveira Martins, de facto, não hesita em citar directamente este autor na sua *Inglaterra de Hoje*, o que não só demonstra como conhecia as opiniões de Stendhal, como esclarece que a sua própria imagem da Inglaterra se alicerça nas obras do mesmo. Observando a influência stendhaliana em *A Inglaterra de Hoje*, Teresa Pinto Coelho clarifica que Martins se socorre da primeira edição de *Rome, Naples et Florence*, precisamente aquela em que o autor é mais cáustico relativamente aos ingleses, tendo, posteriormente, na edição de 1826, depurado a sua obra das críticas mais duras dadas a lume na edição de 1817. Assim, «Stendhal refere-se a vários aspectos da sociedade inglesa como a rígida divisão em classes, a noção do dever puritanicamente ligada à ideia de salvação, o esconder das emoções, a mulher inglesa e o casamento»⁴⁵, os quais, por sua vez, se encontram espelhados na obra martiniana em análise.

Todavia, antes de Stendhal, outras figuras de renome haviam viajado até à Inglaterra e dado a conhecer as suas impressões relativamente ao país, ajudando, desse modo, a formar uma plataforma ideológica, isto é, a construir uma imagem, «concebida como um conjunto de ideias sobre o estrangeiro»⁴⁶, na qual viajantes posteriores se baseariam. Entre estes viajantes encontra-se Voltaire que, a fim de evitar uma segunda sentença de prisão na Bastilha, se auto-exilou em Inglaterra entre 1726 e 1729. Tendo gostado bastante do país que o acolhera, devido à sua forma de governo e à sua relativa liberdade de expressão, entre outros aspectos, em 1733, Voltaire daria à estampa uma obra de louvor à sociedade inglesa, *Letters Concerning the English Nation*,

⁴⁴ Referindo-se com algum detalhe a Max O'Rell, aliás pseudónimo do jornalista francês Paul Blouet, Jorge Miguel Bastos da Silva confirma que em 1883 *John Bull et son île* já conhecia dezanove edições. Cf. *Op. cit.*, p. 448.

⁴⁵ Maria Teresa Pinto Coelho, in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 108.

⁴⁶ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.*, p. 42.

originalmente publicada em inglês⁴⁷, mas mais divulgada na sua versão francesa, a qual, por sua vez, se tornaria numa das obras mais celebradas do pensador, as *Lettres philosophiques*⁴⁸. Nelas, o autor empreende uma comparação deliberada entre a Igreja e o Estado em França e na Inglaterra, entre inúmeros outros aspectos da vida política e social, na qual a sua pátria é denegrada. De facto:

His experiences in London changed his thinking. There he found religious toleration, personal free-thought and a new science superseding French Cartesianism, namely English Newtonianism. He also saw [...] the burial of Newton in Westminster Abbey alongside kings, his coffin carried by peers. [...] He also witnessed the universal acclaim of that undisciplined genius Shakespeare – something he failed to comprehend because the French laws of drama were not adhered to⁴⁹.

Um outro pensador francófono influente que procuraria refúgio do outro lado da Mancha foi o suíço Rousseau, que aí chegaria em 1766 para uma estada de dezoito meses. Antes, porém, este filósofo criticara o sistema político inglês no *Contrat social* (1762) afirmando que o parlamentarismo britânico produzia uma falsa sensação de liberdade⁵⁰. Com efeito, tanto Rousseau como Voltaire eram pensadores presentes na formação intelectual dos homens da Geração de 70. Eça e restantes companheiros universitários de Coimbra apreciavam, inclusivamente, juntar-se em tertúlias e serões em que se «discutia, pela noite fora, as obras de Voltaire, Diderot e Rousseau»⁵¹, pelo que estariam a par das opiniões emitidas por aqueles dois viajantes relativamente aos ingleses.

Identicamente a Voltaire e a Rousseau, um outro viajante de renome, Carl Philipp Moritz⁵², visitara a Inglaterra no século XVIII, dando a lume a sua imagem do

⁴⁷ Na verdade, *Letters on the English*, como a obra também ficaria conhecida, reflecte a anglofilia de Voltaire e a sua enorme admiração pelo sistema constitucional inglês. Cf. Gerald Newman, «Voltaire in Victorian Historiography», *The Journal of Modern History*, vol. 49, nº 4, Dezembro de 1977, p. D1348.

⁴⁸ Voltaire, *Lettres philosophiques*, Garnier-Flammarion, Paris, 1964 (1ª ed. 1734).

⁴⁹ W. Johnson, «Voltaire After 300 Years», *Notes and Records of the Royal Society of London*, vol. 48, nº 2, Julho de 1994, p. 217.

⁵⁰ Na sua obra *Émile* (1762), Rousseau também tece críticas aos ingleses, povo cruel e agressivo porque carnívoro. Para algumas das ideias deste pensador a propósito dos ingleses, cf. R. A. Leigh, *Rousseau and the Problem of Tolerance in the Eighteenth Century*, Clarendon Press, Oxford, 1979, autor que afirma que «Englishmen [...] have nearly always been perplexed and irritated by Rousseau», p. 1. No entanto, e paradoxalmente, seria Rousseau que influenciaria o pensamento de Herbert Spencer a respeito da educação, o qual publica, em 1861, *Education Physical and Moral*, obra logo traduzida para português. Sobre a importância das ideias de Rousseau em Inglaterra e, por acréscimo de Spencer, em Portugal, cf. Fernando Augusto Machado, *Almeida Garrett e a Introdução do Pensamento Educacional de Rousseau em Portugal*, Edições Asa, Rio Tinto, 1993, p. 75.

⁵¹ Maria Filomena Mónica, *Eça de Queirós*, 4ª ed., Quetzal Editores, Lisboa, 2001 (1ª ed. 2000), p. 23.

⁵² Carl Philipp Moritz (1757-1793), escritor, filósofo e jornalista alemão. Notabilizou-se como professor de História da Arte e Mitologia na Academia das Artes Alemã, na qual entraria a pedido de Johann

país em *Reisen eines Deutschen in England in Jahr 1782* (a publicação só ocorreria no ano seguinte). Moritz foca inúmeros aspectos aos quais, mais tarde, os quatro autores portugueses em apreço também aludirão. Assim, queixa-se da poluição londrina e da fealdade das casas, quando comparadas com as berlinenses, mas, por outro lado, elogia o sistema eleitoral democrático dos ingleses, o seu elevado grau de alfabetismo, o seu sistema de ensino, a aparência saudável dos estudantes, sobretudo se comparados com os alemães, e admira abertamente o patriotismo e o apego inglês ao conceito de liberdade⁵³. Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão seguem, exactamente, nesta esteira, como veremos. E, se aludimos a Carl Philipp Moritz, é também porque a influência germânica é profundamente sentida na Geração de 70⁵⁴. Jaime Batalha Reis, inclusivamente, lia e falava fluentemente alemão, mercê da sua educação no Colégio Alemão⁵⁵ e, juntamente com Antero de Quental que aprendera alemão como autodidacta⁵⁶, embrenhara-se na tradução de Goethe, Rückert e Heine⁵⁷. Oliveira Martins também partilhava deste interesse pelo germanismo⁵⁸, tendo, mesmo, representado Portugal na qualidade de delegado à Conferência Internacional realizada em Berlim em 1890. Não sendo propriamente fluente no idioma teutónico, Martins «podia, desde o princípio da sua carreira, conhecer Hegel pelas traduções de Véra e pela obra [...] de Charles Rémusat sobre a moderna filosofia alemã»⁵⁹. E entre as leituras preferidas de Eça de Queirós encontravam-se, também, Heine e Goethe, aos quais se

Wolfgang von Goethe, e pelo seu romance autobiográfico *Anton Reiser* redigido entre 1785 e 1790. *Reisen eines Deutschen in England in Jahr 1782* seria, no entanto, a obra que projectaria o seu nome internacionalmente.

⁵³ Cf. Renel K. Wilson, *The Literary Travelogue*, Martinus Nijhof, The Hague, 1973, pp. 5-6.

⁵⁴ Aliás, como enfatizam Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux: «A influência alemã é fundamental para a compreensão de toda a geração de 70, não só a nível da criação literária em si, da elaboração da linguagem, mas também, sobretudo, a nível da história das ideias filosóficas», *Op. cit.*, p. 20. É, sobretudo, no meio académico coimbrão das décadas de 1860 e 1870, que autores como Antero e o próprio Eça contactam com as obras de Goethe e Heine através das traduções francesas. Cf. Maria Manuela Gouveia Delille, *A Recepção Literária de Heinrich Heine no Romantismo Português (de 1844 a 1871)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984, p. 164. Neste estudo, na verdade, a autora debruça-se sobre a influência germânica sobre os intelectuais da Geração de 70.

⁵⁵ O Colégio Alemão, ou Colégio Roeder, proporcionava uma educação pouco consonante com os padrões educativos portugueses, distinguindo-se pela excelente qualidade do ensino ministrado e pela insistência na aprendizagem de línguas estrangeiras e na prática de ginástica, algo muito invulgar na época. Cf. Maria José Marinho, *O Essencial Sobre Jaime Batalha Reis*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1996, p. 4.

⁵⁶ Antero, com efeito, influenciado pela obra heiniana que admirava através das traduções francesas, começaria a aprender alemão em 1867 e, «no Verão de 1870, cheio de fervor pelo germanismo, lê e traduz “febrilmente” com Batalha Reis passos de várias obras alemãs», Maria Manuela Gouveia Delille, *Op. cit.*, p. 246.

⁵⁷ Cf. João Carlos Garcia, «Jaime Batalha Reis, Geógrafo Esquecido», *Finisterra*, vol. xx, nº 40, Lisboa, 1985, p. 302.

⁵⁸ Cf. Raúl Leal, *Sociologia de Oliveira Martins*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1945, p. 16.

⁵⁹ Georges Le Gentil, *Oliveira Martins. Algumas Fontes da Sua Obra*, trad. de Fernando Romero, Seara Nova, Lisboa, 1935, p. 36.

acrescentavam Novalis e Hoffman⁶⁰. Aliás, Batalha Reis, confessando a sua admiração por Heine e a influência deste no jovem Eça, escreve:

A maior influência nesse período sobre Eça de Queiroz – a de Heine – foi também considerável sobre alguns dos seus mais ilustres contemporâneos e amigos. [...]

Heine é para mim um dos maiores escritores das línguas germânicas. Traduzi-lo é, sem dúvida, empobrecê-lo [...]. Recordo-me da impressão nova que me fizeram as poesias de Heine – que eu decorara no Colégio Alemão [...] – quando Eça de Queiroz mas deu a conhecer em francês; e de uma noite em que ele me declamou enfaticamente, quase com lágrimas, traduzindo-as para a sua prosa fantástica de então, as páginas dos *Reisebilder*⁶¹.

Porém, existe uma outra fonte, talvez a mais directa, que, a propósito da Inglaterra, operaria uma visível influência sobre os autores em análise.

Igualmente influenciado por Stendhal, de quem cita, a título de exemplo: «L'esprit et le talent, disait Stendhal, perdent vingt-cinq pour cent de leur valeur en arrivant en Angleterre»⁶², Hippolyte-Adolphe Taine assume-se como essa outra autoridade que muito contribuiria para a formação da imagem da Inglaterra nas mentes de Eça, Batalha, Ramalho e Oliveira Martins, mormente através das suas obras *Histoire de la littérature anglaise* (1864) e *Notes sur l'Angleterre* (1872), o livro que, tendo por base as três visitas que efectuou àquele país em 1861, 1862 e 1871, resume as suas impressões sobre os ingleses. Além disso, este autor francês foi uma das influências fulcrais da Geração de 70 e, por acréscimo, dos autores que nos finais do século XIX se pronunciaram sobre a Velha Albion. A propósito da importância de Taine para Eça de Queirós, Elza Miné salienta «o estreito convívio intelectual que com ele manteve a geração de 70»⁶³, ideia que Vanda Rosa corrobora quando, no seu estudo dedicado a Jaime Batalha Reis, ressalva que Taine foi um «autor lido quer por Eça, quer pelos autores que escreveram sobre a Inglaterra, e cujas obras [...] em muito os influenciariam no retrato que construíram do povo inglês»⁶⁴. E, de facto, ao abordar a educação em Inglaterra, Ramalho Ortigão, no seu *John Bull*, não deixa passar em claro a menção a

⁶⁰ Relativamente à influência germânica na obra de Eça, cf. Ernesto Guerra da Cal, *Língua e Estilo de Eça de Queiroz. Elementos Básicos*, Versão de Elsie Allen da Cal, Livraria Almedina, Coimbra, 1981, pp. 126-127.

⁶¹ Jaime Batalha Reis, «Na Primeira Fase da Vida Literária de Eça de Queirós», in Eça de Queirós, *Textos de Imprensa I (da "Gazeta de Portugal")*, edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 2004, p. 178.

⁶² Hippolyte-Adolphe Taine, *Notes sur l'Angleterre*, 5ª ed., Hachette, Paris, 1876 (1ª ed. 1872), p. 263.

⁶³ *Op. cit.* (1986), p. 101.

⁶⁴ Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 4.

Taine ao referir que o autor gaulês «estudou muito desenvolvidamente êste assunto»⁶⁵, o que demonstra como estava a par das ideias tainianas, à semelhança do seu compatriota Eça.

Na verdade, as *Notes sur l'Angleterre* não só são publicadas uns escassos dois anos antes de Eça de Queirós embarcar rumo à Inglaterra, como são traduzidas para inglês, publicadas pelo *Daily News* e editadas em livro como *Notes on England* em 1873⁶⁶, o que leva Elza Miné a concluir que:

É mais do que provável que delas também se tivesse acercado o jovem cônsul de Newcastle, já por terem sido escritas por quem o foram, já por dizerem respeito ao país onde iria viver ou em que se encontrava e do qual buscou, como o atestam as suas correspondências, [...] tentar compreender tudo o que o rodeava⁶⁷.

E Taine era, com efeito, claramente apreciado por Eça que, em 1867, traduzira trechos das *Voyages en Italie* (1866) no jornal alentejano *O Distrito de Évora*, o periódico que inaugura a cronística queirosiana sistemática. O mesmo autor afirma-se, inclusivamente, endividado ao pensador francês no que diz respeito ao estudo de povos estrangeiros. De viagem a Nova Iorque, e aludindo ao seu mestre, Eça revela:

Começo a compreender o que isto é, e, no meio desta confusão, a distinguir as *feições determinantes*, como diz Taine.

Taine! Como este nome soa aqui [...]: o fino, o subtil, o delicado, o perfeito Taine... Há quanto tempo não me lembrava este nome amado. Era aqui que eu o queria, com o seu fino senso, classificando, decompondo, reconstruindo, dissecando, provando. Qual seria a sua conclusão sobre a América e os Americanos?⁶⁸

Eça, na realidade, não só pronuncia o laudo a Taine como, sobretudo, alude à metodologia de trabalho seguida e ditada pelo professor na senda de Comte: o método científico, o qual ele próprio queria seguir no intuito de apurar as «feições» dos americanos e do qual, subsequente, também deitaria mão na elaboração do retrato dos ingleses. No entanto, o romancista português não se regeria pela influência tainiana,

⁶⁵ Ramalho Ortigão, *Op. cit.* (1943), p. 193. Subsequentemente outras citações desta obra deixarão de constar em nota de rodapé, sendo referenciadas no texto com as iniciais *JB*. O mesmo sucederá, em momento oportuno, com as restantes obras constituintes do nosso *corpus*.

⁶⁶ Hippolyte-Adolphe Taine, *Notes on England*, trad. e introdução de W. F. Rae, Strahan & Co., London, 1873.

⁶⁷ *Op. cit.* (1986), pp. 101-102.

⁶⁸ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 84. Itálico no original.

herdeira e advogada do comtismo, apenas no referente ao estudo de diversos povos. Taine, com efeito, também proporcionaria a plataforma científica que, de igual modo, guiaria a produção literária queirosiana. Quando argumenta que o romancista deve copiar a objectividade do cientista, Eça de Queirós defende que a arte deve ser «o estudo dos fenómenos vivos e não a idealização das imaginações inatas»⁶⁹. E, mais do que a Zola, é, portanto, a Taine que o artista vai buscar a influência e, sobretudo, o método. Escrevendo a propósito da segunda edição de *O Crime do Padre Amaro* em 1879, o autor deixa entrever, justamente, a importância de que se reveste o mestre francês:

Neste século, [...] no período científico do naturalismo, o Sr. Zola teve precursores ilustres: antes dele, estão os Goncourts: antes dos Goncourts, Flaubert, Taine e Saint-Beuve - (porque o método do crítico penetrante que estuda o romancista, não difere do método do romancista que estuda um personagem) - e antes destes, havia ainda Stendhal⁷⁰.

No entanto, como confessaria mais tarde num artigo intitulado «Positivismo e Idealismo», publicado em 1893 na *Gazeta de Notícias*, Eça, que, entretanto, mercê do seu próprio amadurecimento intelectual, abandonara a idolatria exclusiva do cientismo que tudo explica, recusaria a escravidão imposta pela crueza da Ciência, a qual teria, então, de partilhar altares com a imaginação. Por isso:

Nunca mais ninguém, é certo, tendo fixo sobre si o olho rutilante e irónico da ciência, ousará acreditar que das feridas que o cilício abria sobre o corpo de S. Francisco de Assis, brotavam rosas de divina fragrância.

Mas também, nunca mais ninguém, com medo da ciência e das repreensões da fisiologia, duvidará em ir respirar, pela imaginação, e se for possível colher, as rosas brotadas do sangue do santo incomparável⁷¹.

Assim, vários anos depois de apregoar o ministério da Ciência, Eça de Queirós refere que esta não deverá ser o único prisma através do qual se olha para algo, havendo, desse modo, espaço para a subjectividade interpretativa que, como veremos quando discutirmos o jornalismo literário, é uma das tónicas fundamentais em que se baseia a imagem que Eça nos transmite dos ingleses.

⁶⁹ Eça de Queiroz, «Idealismo e Realismo», in *Polémicas de Eça de Queiroz. 1874-1887*, organização, introdução e notas de João C. Reis, 4 vols., vol. 3, Heuris, Odivelas, 1987b, p. 124.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, pp. 124-125.

⁷¹ Eça de Queirós, «Positivismo e Idealismo», in *Op. cit.* (2002), p. 357.

Mas, apesar de Eça não se querer reduzir apenas à análise científica, é indiscutível que tanto ele como os outros autores em estudo se vincularam fortemente aos postulados propostos por Taine a fim de construírem as suas próprias imagens da sociedade inglesa. Ao discorrer sobre a história da literatura inglesa, aquele filósofo francês teorizou que apenas mediante o conhecimento do carácter nacional inglês se poderia explicar a sua produção literária. É preciso dissecar o povo para perceber as obras resultantes do seu engenho. Desta feita:

In order to follow that nation through its various stages of development, he had to determine what its permanent features are, which exterior factors had exerted their influences on them, and what state these combined forces had reached at any given time. For these are the three primordial forces responsible for that elementary moral state which affects any writer⁷².

Estas forças “determinantes”, passíveis de justificar o carácter nacional, isto é, o estado moral elementar, eram, segundo Taine, a raça, o momento e o meio⁷³. Para o pensador era possível apreender cientificamente a essência de todas as coisas, nomeada e mais especificamente, a de cada povo, de modo a explicar a sua individualidade. A cada causa corresponde um efeito, a cada razão uma consequência. Por isso, «on comprend une chose, quand on peut en dire la raison. [...] En tout ordre de sujets, [...] Taine aspire à la vue de l'élément essentiel»⁷⁴.

Quando Batalha Reis declara que quer dar ao leitor da *Revista Inglesa* «os elementos para o estudo da fisionomia do povo inglês»⁷⁵, ou quando reitera que as suas «revistas [...] não aspiram a ser novidades [...] mas que se propõem [...] a dar a fisionomia da Inglaterra e dos seus habitantes» (*RI*, p. 86), almeja avançar uma série de razões que expliquem uma consequência, a qual é, precisamente, a «fisionomia», a essência, dos ingleses. Assim, há que «tocar em alguns pontos característicos, [...] que convém ir notando para, a pouco e pouco possuímos no espírito uma imagem verdadeira desta interessante nação inglesa» (*ibidem*, p. 137). Ou seja, a metodologia tainiana serve de base ao estudo empreendido por Batalha Reis que, dos autores em estudo, é o único cuja formação de base provém dos campos das ciências da vida,

⁷² Leo Weinstein, *Hippolyte Taine*, Twayne Publishers, New York, 1972, p. 80.

⁷³ É o próprio Taine que afirma: «Trois sources différents contribuent à produire cet état moral élémentaire, la race, le milieu et le moment», Hippolyte-Adolphe Taine, *Histoire de la littérature anglaise*, 2 vols., 1º vol, Hachette, Paris, 1866 (1ª ed. 1864), p. xxiii. Itálicos do autor.

⁷⁴ André Chevillon, *Taine. Formation de sa pensée*, Librairie Plon, Paris, 1932, pp. 312.

⁷⁵ Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1988a), p. 35. Doravante utilizaremos, no corpo do texto, a abreviatura *RI* sempre que nos reportarmos a esta obra de Batalha Reis.

nomeadamente da Agronomia e da Engenharia Florestal, áreas em que se licenciou em 1866 no Instituto Geral de Agronomia de Lisboa. Aliás, esta formação científica «não deixará de marcar o seu percurso» profissional e intelectual⁷⁶. Todavia, o cunho científico com que Batalha Reis quer impregnar as suas «Revistas» também é seguido pelos restantes autores em análise. Ademais, quando enfatizamos a busca da objectividade científica em que estes se embrenharam é, exactamente, porque todos viveram numa centúria em que se levantaram esplêndidos altares à Ciência. Eduardo Lourenço, com efeito, impede que se perca de vista esta perspectiva ao salvaguardar que «a ciência experimental não foi apenas um tipo de conhecimento que mudou radicalmente o século XIX e condicionou toda a sua visão do mundo e, de maneira complexa, mas irresistível, a estrutura do seu imaginário. Foi a sua religião»⁷⁷. Por isso, «no fim do século chamar-se-á cientismo a esta idolatria da Ciência»⁷⁸. Aliás, o Positivismo exerceria uma influência notável na Geração de 70. Assim, como sintetiza Rui Ramos, de Comte, a «geração nova» aprendeu:

A ideia de que das técnicas de observação da física do século XVII se poderia deduzir um método que permitisse a reorganização da sociedade segundo princípios que, uma vez provados pelos cientistas, fossem declarados indiscutíveis. O mesmo se deveria aplicar à arte. Organizada pela ciência, a arte deixaria de ser um mero objecto de exercícios curiosos, para passar a ser um poderoso instrumento de observação da vida moderna e reorganização social.

Por isso, toda a literatura e ciência que os da “geração nova” produziram tem um assumido sentido de crítica política e social⁷⁹.

E, por isso, também, não poderemos entender a imagem da Inglaterra vitoriana, tal como elaborada pelos autores em estudo, sem a observarmos à luz do método que

⁷⁶ Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), p. 18. A propósito da carreira consular do autor, Teresa Pinto Coelho acrescenta, ainda, que «é como geógrafo que Batalha Reis - funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros [...] procura afirmar-se e valorizar a sua actuação no mesmo posto que Eça ocupara utilizando os seus conhecimentos científicos para explicar, comprovar e insistir nos direitos portugueses no continente africano», *ibidem*, p. 33. Lembremo-nos que Batalha Reis ocupou, tal como Eça, o consulado de Newcastle e que, na altura, os interesses coloniais ingleses em África colidiam com as pretensões portuguesas naquele continente. Nota-se, igualmente, uma certa rivalidade entre o autor e Eça de Queirós, a qual remontaria ao concurso para a carreira diplomática a que ambos concorreram e que Eça ganharia em detrimento de Batalha Reis. Cf. *ibidem*, p. 32.

⁷⁷ Eduardo Lourenço, «O Tempo de Eça e Eça e o Tempo», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos - 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 708.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁹ Rui Ramos, «A Segunda Fundação, 1890-1926», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., vol. 6, Editorial Estampa, s. l., s. d., p. 57.

estes elegeram para a estudar. Por conseguinte, Ramalho Ortigão também se rege pelo método experimental que, «baseado na observação, terá de ser [...] o único caminho filosófico por onde se chega à certeza» (*JB*, p. 260). Com efeito, e como teremos oportunidade de constatar, a respeito da importância que para o autor tinha a literatura de viagens, a observação é o meio privilegiado para se estudar o objecto. É ela que permite a formulação básica de hipóteses de interpretação do mesmo.

Consequentemente, os estudos destes quatro autores, nos quais se visa o escrutínio do modo de ser dos ingleses, são o resultado das suas observações. Em 1879, precisamente aquando da sua residência em Bristol, o próprio Eça dava, inclusivamente, primazia à observação, pedra de toque da criação artística, que, como vimos, deve guiar-se pela objectividade científica. Assim:

A lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos [...]. A constituição intrínseca duma pedra obedeceu às mesmas leis que a constituição do espírito duma donzela [...]. Há no mundo uma fenomenalidade única [...]. A lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o romance, em lugar de imaginar, t[em] simplesmente de observar⁸⁰.

Contudo, há outros instrumentos de análise aplicados pelos autores ao estudo do seu objecto. A indução que provém da intuição, e que Taine também defendia, é outra ferramenta que ajuda a efectivar a construção de determinados postulados sobre os ingleses. Para Taine a intuição não é algo aleatório e súbito que floresce na mente do pensador. Ao invés, «l'intuition, chez lui, [était] celle de l'artiste qui perçoit [...] la façon d'être, la tendance, le rythme intimes de toute chose vivante qui l'intéresse»⁸¹. O travejamento do pensamento martiniano não se reduz à apologia exclusiva do método analítico-dedutivo. Para Oliveira Martins, a tríade: razão, intuição e imaginação é o caminho através do qual se acede ao conhecimento⁸². Assim, como resume Fernando Catroga, «todo o conhecimento científico necessitava de uma base metafísica. [...] Só à luz das relações entre a filosofia (metafísica) e a ciência se poderia explicar o lugar das ciências sociais»⁸³. Não se trata de inferiorizar a Ciência, mas de coroá-la com o

⁸⁰ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1987b), p. 124.

⁸¹ André Chevillon, *Op. cit.*, p. 318.

⁸² Cf. Fernando Catroga, «História e Ciências Sociais em Oliveira Martins», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, 2 vols., vol. 1, Temas e Debates, s. l., 1998, p. 140.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 138.

pensamento filosófico, meta dos «resultados, sempre parcelares, de todas as ciências»⁸⁴. Por isso, a intuição era um complemento do método científico.

Fiel a este princípio, bebido em Comte e em Cournot, Martins admite que, mediante a simples observação de transeuntes ingleses, consegue chegar a conclusões que lhe permitem inferir o carácter geral da raça. Como refere:

Muitas vezes, observando as fisionomias, e indagando os caracteres expressos nas feições, cheguei a resultados que me satisfizeram. Tinha o sentimento de haver acertado; e as caras que me passavam diante da vista [...] iam formando, letra a letra, as palavras com que construía o meu pensamento. É sempre um espectáculo sugestivo a observação dos tipos de uma raça⁸⁵.

Como se depreende, a tónica não se centra somente na observação, mas, sobretudo, no modo como esta leva à intuição de determinadas ilações. Sintetizando: o método analítico-dedutivo *per se* não é suficiente para um estudo em Ciências Humanas, tal como o é a caracterização de um povo. Há que completá-lo com uma certa dose de intuição. Por isso, para Oliveira Martins «não bastam a observação e o sistema classificador, assim como à sua linguagem não bastam a precisão e a clareza; é mister sentir e adivinhar» e, conseqüentemente, os seus estudos são completados pela «intuição que vê e a alma que sente»⁸⁶. Em *Camões, “Os Lusíadas” e a Renascença em Portugal* (1891), o autor introduzia o primeiro capítulo com a seguinte definição de intuição: «Chama-se intuição a faculdade pela qual se nos representam imaginativamente situações ou estados típicos da Natureza»⁸⁷. Portanto, para si, a intuição era uma capacidade mental adequada à formação da imagem de um povo, visto que este é parte constitutiva do mundo natural, regendo-se, inclusivamente, pelas mesmas leis, como esclareceremos abaixo. Carlos Maurício adianta, ainda, que um «indício abonatório da elevada presença de espírito científico na obra de Martins está [...] no facto de ele generalizar com grande segurança a partir dos dados disponíveis»⁸⁸, precisamente o modo como, na transcrição acima, o autor confessava apreender o «tipo» inglês. Por conseguinte, Oliveira Martins é um pensador «à maneira de Taine» - conhecido pela

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Oliveira Martins, *Op. cit.* (1951), p. 46. Em virtude de necessitarmos recorrer a amiúdes citações desta obra ao longo do nosso estudo, convencionámos designá-la através das iniciais *IH*, que doravante constarão do corpo do texto.

⁸⁶ Pedro Calafate, *Oliveira Martins*, Verbo, Lisboa, São Paulo, 1990, p. 62.

⁸⁷ In idem, *ibidem*, p. 101.

⁸⁸ Carlos Maurício, *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005, p. 25.

defesa da aplicação do método científico a todos os domínios humanísticos e pela explicação da criação artística através da trilogia «raça-meio-momento»⁸⁹, sem, no entanto, menosprezar a vertente metafísica do processo cognitivo. Tal como Eça de Queirós opunha algumas reticências à exclusividade absoluta do método científico na análise de um povo, também Oliveira Martins partilha da mesma convicção⁹⁰, uma vez que advoga que o exclusivismo do método positivo menospreza o método abstracto, também ele essencial à formulação das ideias. E, na verdade, afinal tanto os partidários do método positivo, como os sequazes do método abstracto «todos se aproximam dos princípios do método científico enunciados por Claude Bernard: a) observação, b) hipótese, c) experimentação»⁹¹.

O *Volksgeist* é, como já constatámos, resultado de certas traves-mestras responsáveis pelo modo de ser de um povo numa dada época. Assim, seguindo, perpetuamente, a linha tainiana, o inglês é «étrange et incompréhensible pour quiconque n'a pas étudié le climat et la race»⁹². Na verdade, Taine não é pioneiro no que se refere a enfatizar a importância que o clima exerce sobre as diversas raças humanas. Montesquieu, baseando-se, por sua vez, em autores precedentes, nomeadamente em Sir John Chardin, grande viajante pela Pérsia e Oriente no século XVII⁹³, também não menosprezava a influência climática sobre as populações. Na sua obra mais influente, *Défense de l'esprit des lois* (1751) fica claro que: «The theory of climate, after the concept of separate powers, is Montesquieu's most famous doctrine»⁹⁴. Tal como, posteriormente, Taine se socorreria da teoria do clima e, depois deste, também os autores que analisamos, Montesquieu «takes all mankind for his special topic. He

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ Aliás, não é só com Eça de Queirós que Martins partilha desta convicção. É com toda a sua geração, porque, afinal, ele «é o melhor guia para investigar o fundo de ideias, preconceitos, ilusões e ciência que havia na “vida nova”», Rui Ramos, in José Mattoso (dir.), *Op. cit.*, p. 127.

⁹¹ Raúl Leal, *Op. cit.*, p. 150.

⁹² Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.*, p. xiii.

⁹³ Jean-Baptiste Chardin, francês de origem, naturalizado inglês, foi um negociante de jóias que, profundamente apaixonado pelo Oriente, mormente pela Pérsia, onde viveu dez anos, decidiu dar à estampa um relato sobre as suas viagens pelo Levante intitulado *Voyages en Perse et autres lieux de l'Orient*, 1680 (a extensa obra, no entanto, só seria finalizada em 1711). É na Pérsia que Chardin conhece o pensamento do historiador árabe Ibn Khaldûn (1332-1406) e as suas teorias sobre a influência do clima no comportamento humano. Rendendo-se ao mestre, Chardin escreve nas suas *Voyages* que a temperatura ajuda a moldar os hábitos e o comportamento das diferentes raças, salientando, por exemplo, que os orientais são mais lânguidos em virtude do calor e que o pensamento científico só pode florescer no seio de raças que vivem em climas frios. Montesquieu, por sua vez, tendo lido Chardin também adota estas teorias. Para um esclarecimento mais cabal sobre as teorias de Khaldûn e Chardin e o modo como influenciariam Montesquieu, cf. Warren E. Gates, «The Spread of Ibn Khaldûn's Ideas on Climate and Culture», *Journal of the History of Ideas*, vol. 28, n° 3, Julho-Setembro de 1967, pp. 415-422.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 416.

studies the physical environment in which man lives in order to understand how it influences him in his non-physical characteristics. Indeed, it could well be said of him [...] that he “saw everything in climate”»⁹⁵.

Influenciados pela doutrina tríplice tainiana, alicerçada em Montesquieu, os ingleses são, então, para os autores, um povo mercantilista que vive com o pensamento virado para o negócio, como, aliás, Voltaire notara nas suas *Lettres philosophiques*⁹⁶, e que, por isso, tentam obter lucro do império. Além disto, os ingleses são, igualmente, um povo frio, pouco propenso à sentimentalidade, desprovido de sentido artístico e, ainda, uma nação de gente aguerrida e altiva porque, como revelava Batalha Reis, por um lado, «o espírito inglês vive e floresce perfeitamente sem lógica» (*RI*, p. 88) - característica inerente da “raça” - e, por outro, porque vivem numa «ilha de ordinário mergulhada em vapores, onde [...] nunca se vê o sol» (*ibidem*, p. 129). Por «vapores» entende-se, como facilmente se depreenderá, neblinas e nevoeiros, isto é, o traço mais distintivo do “clima” britânico. Além disso, quando os ingleses se consideram um povo superior aos demais, há que ter em conta que essa noção advém também do “momento” agressivamente imperialista que a sua nação experimentava no último quartel oitocentista e que mereceu grande destaque por parte destes quatro autores. Desta feita, as três proposições avançadas por Taine não são, efectivamente, menosprezadas por eles.

Contudo, uma vez que se discute a importância do espírito científico nestes autores e o modo como este se reflecte na sua visão da Inglaterra, importa, igualmente, salientar a concepção organicista que têm da sociedade. Oliveira Martins, o «*crítico da História*»⁹⁷ que procura «explicar uma determinada visão do processo evolutivo das sociedades humanas»⁹⁸, preocupa-se em elucidar os leitores sobre o estado actual da sociedade inglesa, «que agora atinge a plenitude culminante da sua grandeza» (*IH*, p. 85), baseando-o num percurso histórico que, ao atingir o clímax do progresso, indicia já uma fase descendente. Não esqueçamos que, central ao pensamento martiniano, se encontra uma concepção dinâmica da evolução das sociedades, entendidas como seres

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 419.

⁹⁶ O comentário de Voltaire a propósito do espírito mercantilista inglês não pretende denegrir a Inglaterra, mas, inversamente, demonstrar como essa característica sempre serviu o engrandecimento da nação. Assim: «Le commerce, qui a enrichi les citoyens en Angleterre, a contribué à les rendre libres, et cette liberté a étendu le commerce à son tour; de là s’est formée la grandeur de l’État», Voltaire, *Op. cit.*, p. 66.

⁹⁷ Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 76. Itálico do autor.

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

orgânicos, sujeitos às leis imutáveis da vida, e não como maquinismos⁹⁹. O próprio autor expõe esta noção na «Advertência» à primeira edição do *Portugal Contemporâneo*, afirmando que: «A sociedade não é, como um teatro, um mecanismo: é, como o mundo, um organismo. Se à razão humana foi dada a consciência dos actos próprios, foi-lhe, porém, negada a força bastante para alterar as leis naturais»¹⁰⁰.

Contudo, a organicidade da sociedade é uma ideia que não se desprende, aliás, das teorias tainianas, nem tão pouco as contradiz, porque, como resume Pedro Calafate, o organismo social:

Ganha diferentes expressões entre os grupos humanos, conforme os dotes ingénitos das diferentes raças, as propriedades constitucionais do meio em que aqueles habitam e a particularidade específica dos acontecimentos históricos que os moldaram, o que permite que os grupos humanos se assumam como nações, a partir do momento em que a sociedade e os indivíduos que a compõem se encontram compenetrados já de uma ideia que *anima* os seus actos¹⁰¹.

Portanto, entroncando no ideário tríplice de Taine, para Oliveira Martins, cada sociedade é um organismo distinto graças ao ambiente envolvente em que se desenvolve, ao momento histórico preciso em que vive e às características inatas – os «dotes ingénitos» - das raças que a constituem. Ademais, aderindo aos pressupostos evolucionistas, tão em voga no seu tempo, Martins não deixa de conceber a sociedade «*sub specie evolutionis*»¹⁰².

Similarmente, Batalha Reis abraça certas teorias biológicas relativas ao planeta Terra, segundo as quais este é uma entidade viva. Como geógrafo, apela a uma relação estreita entre a Geografia e a Geologia para a qual, como esclarece João Carlos Garcia, «reivindica a aplicação dos métodos das ciências biológicas»¹⁰³. Ademais, como prossegue este estudioso a respeito dos fundamentos que alicerçam o pensamento científico de Batalha Reis, «o evolucionismo darwiniano que, [...] desde cedo defendeu, encontra-mo-lo aqui desenvolvido e consolidado num organicismo quase extremo»¹⁰⁴.

⁹⁹ Cf. Carlos Maurício, *Op. cit.*, p. 20 e também Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 91.

¹⁰⁰ Oliveira Martins, «Advertência na 1ª Edição», in *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., vol. 1, Publicações Europa-América, Mem Martins, s.d. (1ª ed. 1881), p. 76.

¹⁰¹ Pedro Calafate, *Op. cit.*, p. 29. Itálico do autor.

¹⁰² António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental. Estudos Sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Outros*, Gradiva, Lisboa, 1990, p. 83. Este autor acrescenta, ainda, em jeito de conclusão a esta ideia, que: «Oliveira Martins não pensava os factos históricos em termos de física, mas em termos de biologia», *ibidem*, p. 94.

¹⁰³ *Op. cit.*, p. 309.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

Por conseguinte, o organismo Terra encontra-se sujeito às mesmas leis biológicas que animam os outros seres vivos e, por isso, como explica o próprio Batalha:

Para que [...] compreendamos o que nos disserem de uma qualquer região limitada, é indispensável que a consideremos nas suas relações com o *todo* de que ela é parte, pois que, para entender um órgão, é necessário conhecer o lugar que êle ocupa e o papel que êle representa no organismo a que pertence¹⁰⁵.

Assim, adequando esta visão organicista ao retrato que o autor faz da Inglaterra vitoriana, compreendemos que só se conhece um país através do que ele é “no” e “para” o mundo, ou seja, interessa saber qual é a função vital que a Inglaterra desempenha no organismo terráqueo e aprofundar, também, a maneira como este vive e evolui. Na verdade, a dissertação com a qual Batalha Reis terminara o seu curso debruçava-se sobre as teorias darwinianas¹⁰⁶, dadas a lume apenas uns escassos sete anos antes, pelo que, é com grande autoridade e segurança que o autor defende o princípio de acordo com o qual a Terra, tal «grande animal, de membros e funções racionalmente explicáveis», se desenvolve segundo uma «história inteligível e inteligente»¹⁰⁷.

Apesar de não ter gostado particularmente da Universidade, a instituição retrógrada que tanto atacou, é, apesar de tudo, em Coimbra que Eça toma conhecimento de teorias que defendem a sujeição da sociedade e do Homem às mesmas leis que regem a natureza e que, futuramente, muito influenciariam o pensamento do escritor. Assim, como elucida Alan Freeland: «Eça's four years in Newcastle coincide with the period in which he was most clearly committed to a Naturalist aesthetic and closest to the “scientific” assumptions of Positivism. [...] The implication is that society functions according to laws which are analogous to, or perhaps extensions of, the laws by which the natural sciences explain the physical world»¹⁰⁸. Ora, é também deste período que data a colaboração queirosiana para *A Actualidade* e a subsequente série de artigos

¹⁰⁵ Jaime Batalha Reis, «As Leis Naturais do Mundo. O Organismo Terra», in Jaime Batalha Reis, *Estudos Geográficos e Históricos*, introdução de Augusto Reis Machado, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1941, pp. 149-150. Itálico do autor. Este artigo foi primeiramente dado à estampa a 20 de Janeiro de 1894 em *O Comércio do Porto*.

¹⁰⁶ Com efeito, Batalha Reis concluiu o seu curso com uma tese em que defendia as avançadas posições darwinistas. Porém, segundo o autor, nem a academia nem o país estavam prontos a aceitar as perspectivas inovadoras propostas pela tese, o que resultou nos inúmeros entraves com que se deparou no início da sua carreira. Cf. Fernando Marques da Costa, «Sobre um Possível Jaime Batalha Reis e Tábua Biocronológica de Jaime Batalha Reis», *Separata da Revista da Biblioteca Nacional*, nº 1-2, Lisboa, 1983, pp. 136 e 139.

¹⁰⁷ Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1941), p. 150.

¹⁰⁸ Alan Freeland, «Eça de Queirós. Consular Correspondance from Newcastle», *Portuguese Studies*, vol. 2, Department of Portuguese, King's College, London, 1986, p. 100.

sobre a Inglaterra. Portanto, o natural e o social são duas entidades orgânicas, cuja existência se desenrola por etapas.

A par da perspectiva organicista, Eça também revela uma certa noção panteísta do universo e de tudo o que o anima: «A ideia de que do “átomo santo” irradia a alma universal sugere um panteísmo evolutivo, segundo o qual a vida obscura contida num átomo se complica e organiza até chegar à consciência de si mesma, no homem»¹⁰⁹. Como António José Saraiva sintetizava, «a força [...] progressiva que se revela nos sucessivos estádios da organização da matéria (animada ou inanimada) é a mesma que o homem conhece [...]. E esta interpretação [...] era também uma interpretação da história política e social»¹¹⁰. Mas Eça é um pessimista consciente da decadência que se vem acentuando ao longo do século XIX¹¹¹. O percurso humano ascensional iniciou, há muito, uma rota descendente. Por isso, em «Cartas de Inglaterra», o autor de *Os Maias* desabafa com tristeza: «Nos dois ou três primeiros mil anos de existência trepámos a uma certa altura de civilização; mas depois temos vindo rolando para baixo numa cambalhota secular»¹¹², consternação que provinha do facto de constatar que, em Inglaterra, como noutras partes do mundo, o Natal serve de pretexto para se fazer a caridade que se ignora no resto do ano.

Identicamente, Ramalho Ortigão também compartilha da ideia de que a sociedade é um organismo e, «num leitor e apregoador de Darwin»¹¹³, verifica-se que adequa o evolucionismo à própria civilização, a qual, como qualquer ser vivo, se desenvolve por fases ascendentes e, subsequentemente, descendentes. Nesta óptica, e em consonância com o movimento científico da segunda metade do século XIX,

¹⁰⁹ António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Gradiva, Lisboa, 2000, p. 69. Não obstante a ironia queirosiana, é em *Os Maias* que a personagem João da Ega, empenhada em redigir a obra monumental *Memórias de um Átomo*, revela: «Devia ser uma epopeia em prosa [...], dando, sob episódios simbólicos, a história das grandes fases do Universo e da Humanidade. Intitulava-se “Memórias de Um Átomo” [...]. Este átomo [...] aparecia no primeiro capítulo, rolando ainda no vago das nebulosas primitivas: depois [...] fazia parte da primeira folha de planta que surgiu da crosta ainda mole do globo. Desde então, viajando nas incessantes transformações da substância, o átomo [...] entrava na rude estrutura do Orango, pai da Humanidade - e mais tarde vivia nos lábios de Platão. Negrejava no burel dos santos, refulgia na espada dos heróis, palpitava no coração dos poetas. [...] Fora omnipresente, era omnisciente», Eça de Queiroz, *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*, Livros do Brasil, Lisboa, s.d. (1ª ed. 1888), p. 111.

¹¹⁰ *Op. cit.* (2000), p. 71.

¹¹¹ Cf. Rui da Costa Lopes, *O Segredo do Cofre Espanhol. Notas para um Ideário Filosófico de José Maria Eça de Queiroz*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 2000, p. 37

¹¹² Eça de Queiroz, *Op. cit.* (2002), p. 120. À semelhança das obras precedentes, faremos incluir os dados relativos a citações subsequentes de «Cartas de Inglaterra» sob a abreviatura *TI*, por as mesmas serem retiradas da edição crítica denominada *Textos de Imprensa*. Em relação às «Crónicas de Londres», e porque nos socorremos da obra dada à estampa pela editora Livros do Brasil sob o título *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, adoptaremos futuramente a abreviatura *CICL*.

¹¹³ António Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2ª ed., Vega, Lisboa, 1992, p. 106.

Ramalho observa a sociedade envolvente, encontra-a em decadência e, socorrendo-se de uma linguagem alicerçada nos campos da Biologia, «explica que “degeneração” é a “deterioração dos seres”, “um movimento regressivo da espécie”»¹¹⁴. E, de facto, nesse grande magistério que são *As Farpas*, expõe a sua visão da degenerescência lusa, tal como em *John Bull* nota que a sociedade inglesa não é um organismo inteiramente saudável.

É como cientistas imbuídos do espírito da época que Eça, Ramalho, Batalha e Martins se dispõem a observar e a analisar o Outro que, dada a sua natureza de viajantes, encontram do outro lado da Mancha. No entanto, não é somente a Ciência crua e objectiva que permite o estudo do Outro, pelo que estes autores ultrapassam as fronteiras do cientismo. Aliás, aquilo que os espera além-Mancha requer outro tipo de tratamento que não unicamente o científico.

2. Sobre “O Império do Outro”

O mundo do Outro é, e sempre foi, um universo fascinante e magnético que cativa a nossa imaginação e que nos atrai irremediavelmente¹¹⁵. Simultanea, e paradoxalmente, é também um lugar tenebroso onde os medos mais recalcados e profundos se libertam dos grilhões que os aprisionam no nosso subconsciente. Precisamos, ademais, desse universo misterioso para projectarmos a nossa própria imagem e entendermos a sua essência à luz da diferença que mantém connosco. Definir, caracterizar, estereotipar, rotular o Outro é imanente à condição humana. Só assim podemos fazer sentido do que se nos afigura como estranho e compreendermo-nos a nós mesmos. Carlos Maurício sintetiza, aliás, toda esta dialéctica inerente à problemática da percepção da alteridade ao afirmar que:

Representamos os outros para dar sentido à sua existência, para conferir sentido ao mundo, para falar do que somos e do que desejamos ser. Ao manipular a sua imagem esperamos colher ganhos nos combates em que estamos envolvidos [...]. Ganhos que se podem traduzir no aumento de autoridade ou de prestígio nos domínios político, religioso, científico, artístico, profissional, etc. Manipulamos a sua

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 108.

¹¹⁵ Como Francis Affergan afirma: «L’Autre y est par essence *lointain* et *désiré* et *désiré* parce que *lointain*», *Op. cit.*, p. 16. Itálicos do autor.

imagem para induzir alterações nos valores e nas práticas sociais, ou, ao invés, para ajudar a enfrentar a sua erosão. Inventar o outro é mostrar/ter poder sobre o outro, sobre os outros, sobre nós¹¹⁶.

Ao enunciar o que acima transcrevemos, Carlos Maurício tinha em mente Oliveira Martins e a(s) sua(s) tentativa(s) de dar consistência e apreender o mundo que o rodeava enquanto político, economista, historiador e pensador. No entanto, os mesmos postulados também são válidos para os outros três autores de que nos ocupamos, os quais ambicionam demonstrar uma certa autoridade no que diz respeito à caracterização do Outro. Qualquer deles representa e manipula uma imagem da Inglaterra vitoriana que contrasta, quer por flagrante divergência, quer por desconcertante justaposição, com a do seu “Portugal contemporâneo”. Similarmente, ao tentarem caracterizar os ingleses, também nos mostram um povo tão diferente e estranho como a multidão anfíbia e híbrida a que o poema de Defoe, citado em epígrafe, se referia.

A alteridade é, portanto, o mote que conduz a análise da Inglaterra vitoriana, tal como elaborada por Eça, Batalha, Ramalho e Oliveira Martins. Nesta óptica, abordaremos a imagem da Inglaterra enquanto país do Outro, do estrangeiro. Na verdade, a própria noção de imagem não existe sem a alteridade, porque «toute image procède d’une prise de conscience [...] d’un Je par rapport à l’Autre, d’un Ici par rapport à un Ailleurs. L’image est donc l’expression [...] d’un écart significatif entre deux ordres de réalité culturelle»¹¹⁷. No entanto, o embate directo com a realidade inglesa leva estes quatro autores a perceberem a diferença e a semelhança entre o Eu e o Outro, ou, como ressalva Paula Saukko: «One can only understand the Other through reflecting on its similarity to, and difference from, the Self»¹¹⁸, dicotomia patente nas obras que analisamos. Desta feita, ao longo deste estudo constataremos como, afinal, a Inglaterra vitoriana, à semelhança do Portugal finissecular, se encontra minada por males sociais graves e em franco processo degenerativo. Porém, a par desta imagem de similitude com a pátria lusa, há a constatação da alteridade inglesa como dissemelhança, seja porque a imprensa inglesa é bastante elogiada e invejada pelos autores, seja porque o Domingo em Inglaterra é um dia triste, bem ao invés do dia festivo celebrado em Portugal, ou seja porque, surpreendentemente, a miséria e, inclusivamente, a própria decadência em Inglaterra são mais brutais e agudas do que na pátria lusa. Assim, como

¹¹⁶ Carlos Maurício, *Op. cit.*, p. 12.

¹¹⁷ Daniel-Henri Pageaux, «De l’image à l’imaginaire», in *Colloquium Helveticum. Cahiers suisses de littérature générale et comparée*, Editions Peter Lang, Berne, Frankfurt am Main, 1988, p. 9.

¹¹⁸ Paula Saukko, *Op. cit.*, p. 56.

conclui Gilbert Durand, o Eu precisa do Outro para se decifrar a si próprio, porque «o mesmo nasce do mesmo e *também* do outro»¹¹⁹ ou, como, identicamente, esclarece Daniel-Henri Pageaux: «Je “regarde” l’autre, mais l’image de l’Autre véhicule aussi une certaine image de moi-même. [...] Je veux dire l’Autre [...] et en disant l’Autre je le nie et me dis moi-même»¹²⁰.

Como notámos anteriormente, entre 1877 e 1896 estas quatro figuras de proa da denominada Geração de 70 deslocam-se, por contingências várias, à Inglaterra finissecular, o país que, usando nomenclaturas actuais, se poderia considerar a superpotência de então. E é a imagem que nos legaram dessa nação imperial e ambígua que nos interessa observar nas páginas que se seguem. O império do Outro é o que encontram ao cabo da travessia do Canal da Mancha, uma Inglaterra enigmática assente na duplicidade, detentora de um quarto da superfície terrestre, invadida por elementos exógenos provenientes de todas as partes dos seus vastos domínios coloniais e povoada por uma raça exótica de ingleses desconhecidos e anónimos que enxameiam os bairros miseráveis das grandes urbes da metrópole, nomeadamente da sua capital, Londres, tantas vezes percebida em termos de imagens hiperbólicas e tomada metonimicamente pela própria Inglaterra.

Todavia, se bem que qualquer dos autores tenha efectivamente viajado até à Velha Albion, não os poderemos considerar viajantes em igualdade de circunstâncias, o que, como veremos, é um dos vectores mais conspícuos que impossibilitam a uniformização da imagem que constroem do país. Não nos podemos jamais esquecer, como salientámos anteriormente, que Eça de Queirós e Batalha Reis residiram em solo britânico, mercê das suas ocupações profissionais ao serviço do corpo diplomático português, e que Ramalho Ortigão e Oliveira Martins partiram rumo à Inglaterra como meros visitantes de ocasião. Contudo, importa, desde já, ressaltar que, quando afirmamos que é sobre a Inglaterra que estes autores escrevem, temos presente o facto de que o binómio Inglaterra/Grã-Bretanha é de difícil destrição, sendo, na maioria das vezes, a Inglaterra tomada numa acepção mais vasta enquanto Grã-Bretanha. Ou, como explica, de modo mais autorizado, Peter J. Taylor:

As the largest component of Britain, especially in population and wealth, England, in many foreign languages and in English itself, is commonly taken to mean the whole of Britain. [...] The result of

¹¹⁹ Gilbert Durand, *A Imaginação Simbólica*, trad. de Carlos Aboim de Brito, Edições 70, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1964), p. 51. Itálico do autor.

¹²⁰ *Op. cit.* (1988), p. 10.

this [...] is a confusing mixture of national identities. [...] For instance, Scottish identity exists alongside British identity; a person may call themselves “Scottish and British”. But the equivalent phrase “English and British” has no meaning since, for the English, to be English is to be British [...]. This has been called a fused identity and provides the cultural underpinning of the English presumption¹²¹.

Ao lermos o *corpus* que propomos como objecto de análise, constatamos que a imagem que estes autores veiculam da Inglaterra se circunscreve predominantemente à sua capital, Londres, e às áreas circundantes, os *Home Counties*, os quais, por seu turno, também aglutinam a noção complexa de Inglaterra enquanto Grã-Bretanha¹²². Na verdade, somente após a Segunda Guerra Mundial é que se começou a estudar isoladamente a identidade britânica por oposição à inglesa¹²³. Por isso, só mais recentemente é que se tem notado com maior precisão «that Great Britain is a composite structure forged [...] out of different cultures and kingdoms»¹²⁴. Genericamente, Inglaterra é uma expressão aglutinadora que relega para um plano secundário as outras nações das Ilhas Britânicas. De facto, mesmo no século XIX, o próprio mestre Taine «a suivi une idée populaire à l'étranger en regardant en bloc, comme une race homogène, les Anglais, les Ecossais et les Irlandais»¹²⁵. Portanto, esta generalização, à qual dificilmente se pode escapar cabalmente, também se fará sentir na percepção da Inglaterra vitoriana. Aliás, sentindo a importância da cidade de Londres no contexto inglês, Oliveira Martins refere-se ao magnetismo exercido pela «capital, Londres, de que toda esta Inglaterra é um subúrbio» (*IH*, p. 18). O autor, evidencia, deste modo, a

¹²¹ Peter J. Taylor, «Which Britain? Which England? Which North?», in David Morley e Kevin Robins (eds.), *British Cultural Studies. Geography, Nationality and Identity*, Oxford University Press, Oxford and New York, 2001, pp. 130-131.

¹²² A este propósito, Peter J. Taylor também nota tanto a macrocefalia londrina, como a supremacia dos *Home Counties* na definição da Inglaterra. Assim, refere, por exemplo, que: «There is a sense in which the UK may not be large enough to accommodate both London and England» e que: «It has not gone unnoticed that the English do not have a “homeland” as such, rather they have the Home Counties, a corner of the country masquerading as representative of the whole», in idem, *ibidem*, pp. 140 e 134, respectivamente.

¹²³ Na verdade, os povos das Ilhas Britânicas só se definem como britânicos quando a sua nação enfrenta perigos do exterior e se confronta com o Outro. Cf. Linda Colley, «Britishness and Otherness. An Argument», *The Journal of British Studies*, vol. 31, nº 4, Outubro de 1992, p. 311.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p. 312. Aliás, é importante ressaltar que a definição de identidade nacional não é extraordinariamente complexa só quando se trata de abordar a Inglaterra, a Grã-Bretanha ou o Reino Unido. Como Homi Bhabha explica num dos seus estudos mais influentes: «The nation emerges as a powerful historical idea in the west. An idea whose cultural compulsion lies in the impossible unity of the nation as a symbolic force», Homi K. Bhabha, «Introduction. Narrating the Nation», in Homi K. Bhabha, *Nation and Narration*, Routledge, London and New York, 1990, p. 1. Assim, se, em termos gerais, é difícil caracterizar o que se entende por nação, mais problemática é essa caracterização no que diz respeito ao caso das Ilhas Britânicas.

¹²⁵ F. C. Roe, *Taine et l'Angleterre*, s. ed., Paris, 1923, p. 129.

macrocefalia londrina e deixa perceber que a sua imagem da Inglaterra assenta, primordialmente, nas impressões que Londres deixa na sua mente.

No entanto, nem sempre a ideia de Inglaterra poderá abarcar o todo constituído pelo Reino Unido. Com efeito, se a Inglaterra pode conter a Grã-Bretanha, também é verídico que, antes de serem britânicos, os ilhéus do outro lado da Mancha se assumem primordialmente como escoceses, irlandeses ou galeses (devido ao fenómeno de *fused identity*, os ingleses não precisam tomar-se por britânicos porque ser inglês ou ser britânico é equivalente), algo que, naturalmente, precede a criação de um Reino Unido em 1707. No final do século XIX, além da justaposição entre Inglaterra e Grã-Bretanha, há, tal como hoje, a percepção de que a Gales e a Escócia são os Outros da Inglaterra e que a Irlanda católica é o Outro colectivo dos britânicos protestantes¹²⁶. Contudo, ainda que viajantes coevos, como Taine, não fizessem grandes distinções entre os diversos povos britânicos, o certo é que Eça e os seus conterrâneos em estudo insistiam na divergência entre a Irlanda e a Inglaterra. Por conseguinte, no *corpus* em apreço, a Irlanda, tal como apercebida à época, representava «uma entidade étnica, um embrião de nação»¹²⁷ e, como tal, será também isolada e tratada como entidade particular e individual: uma ilha ocupada à força pelos ingleses, estando, conseqüentemente, à margem de qualquer conceito de *Englishness* ou, inclusivamente, *Britishness*.

Similarmente, o império também não se define como inglês. Contrariamente, este é sempre visto enquanto britânico, embora, e paradoxalmente, seja atribuído ao esforço inglês. Segundo a argumentação de Peter J. Taylor: «It seems the British created the largest empire in the world but somehow failed to create a British history to accompany it. Instead, English history flourished and assumed the mantle of the necessary historical backcloth for imperialism: it was the “expansion of England” that led to the British Empire¹²⁸. E, com efeito, ao findar o século XIX, a noção de Inglaterra também dificilmente se desvinculava da ideia de Grã-Bretanha no que dizia respeito ao império. Este era considerado britânico, embora se devesse à expansão inglesa, como certificava a influente obra de Sir John Seeley, *The Expansion of England*, publicada em

¹²⁶ Linda Colley, *Op. cit.*, p. 313.

¹²⁷ Verbalizando o pensamento martiniano em particular, António José Saraiva também esclarece que, contemporaneamente, a Escócia, a Irlanda ou a Bretanha Francesa eram nacionalidades, mas não nações que são entidades políticas forjadas pelo Homem, de que são exemplo Portugal, a Espanha ou a França. *Op. cit.* (1990), p. 106.

¹²⁸ Peter J. Taylor, in David Morley e Kevin Robins (eds.), *Op. cit.*, p. 130.

1882, tendo por base os seminários de História ministrados pelo mesmo na Universidade de Cambridge desde 1869¹²⁹.

Como se depreende, há uma clara ausência de fronteiras que delimitem inequivocamente a Inglaterra e a Grã-Bretanha. É certo que, numa acepção mais restrita, a Inglaterra é uma das quatro nações constituintes do Reino Unido, e foi também o palco físico predominante das estadas destes autores nas Ilhas Britânicas. Contudo, é também a denominação que mais frequentemente se substitui e sobrepõe à Grã-Bretanha. Não pretendemos, de modo algum, proceder a uma compartimentação unívoca entre estes dois espaços geográficos e as suas identidades correspondentes, algo que esbarra numa série de complexidades que, não só são perpetuadas pelos próprios ingleses, como levantam muitas questões aos académicos. Nem, tão pouco, qualquer dos quatro autores em análise se preocupou em avançar explicações concretas que apontassem para uma diferenciação clara entre Inglaterra e Grã-Bretanha, nomenclatura esta à qual os mesmos muito raramente se referem. Apenas Jaime Batalha Reis avança uma breve, e algo confusa, explicação relativamente à «*Grã-Bretanha*, pequena ilha dividida entre os secos ingleses e os duros escoceses» (*RI*, p. 166. Itálico do autor). Como se constata, o autor ignorou que os galeses são também um dos povos que constituem a Grã-Bretanha, mas fez questão de distinguir ingleses e escoceses enquanto povos diferentes. De seguida, o autor prossegue nesta linha de pensamento esclarecendo que à Grã-Bretanha «sucedeu, de há muito, nas preocupações nacionais, a “Maior Bretanha” – *Great Britain* que é o nome por que se designa a expansão dos anglo-saxões pelo mundo e a sua progressiva acção para se apoderarem [...] dele» (*ibidem*, pp. 166-167). Ora, para Batalha, uma das outras acepções de *Great-Britain*, literalmente Grã-Bretanha, designa a expansão imperial da nação. Porém, ao referir-se à “Maior Bretanha”, o autor teria talvez em mente a expressão *Greater Britain*, enunciada primeiramente na obra de Charles Dilke, *Greater Britain* (1868), «which argued that the British possessed a special genius for planting their peoples, institutions and values around the globe»¹³⁰, pelo que a sua explicação relativa à imposição de limites fronteiriços à Grã-Bretanha se reveste de dificuldades de interpretação. Face a toda esta

¹²⁹ A visão de um império britânico galvanizado por empreendimentos ingleses foi, de facto, muito popularizada pelas opiniões de Seeley veiculadas em *The Expansion of England*, obra que, escassos três anos volvidos sobre a primeira edição vendera oitenta mil cópias, nunca estando fora de circulação até 1956. Cf. Bill Schwarz, «Introduction. The Expansion and Contraction of England», in Bill Schwarz (ed.), *The Expansion of England. Race, Ethnicity and Cultural History*, Routledge, London and New York, 1996, p. 2.

¹³⁰ Dane Kennedy, *Britain and Empire, 1880-1945*, Longman, London and New York, 2002, p. 15.

problemática, salvaguardamos o facto de que, nas páginas que se seguem, e nas próprias obras em estudo, a Inglaterra vitoriana retratada compreende sobretudo Londres, os seus arredores e os *Home Counties*. Por outro lado, e não raramente, Inglaterra e Grã-Bretanha são também tomadas no seu sentido mais comum, isto é, enquanto entidades homónimas. Nos casos excepcionais, a distinção será tida em consideração.

Procedendo, então, como cientistas *sui generis* que tentam debruçar-se objectivamente sobre o estudo de determinado assunto, verificamos que a alteridade dos ingleses é o objecto que, acima de tudo, se encontra sob as lentes dos microscópios de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins. É esta que será esmiuçada em diversas parcelas e que, ao mesmo tempo, servirá de elemento de comparação com o Portugal coevo. Como diria Ana Luísa Onofre: «A França e a Inglaterra parecem constituir para Portugal, na opinião de Ramalho Ortigão, as duas grandes instâncias **outras** - aquelas de que a *opinião pública* cria e difunde **imagens de alteridade**, e em relação às quais toma atitudes básicas de rejeição ou deslumbramento»¹³¹. Face ao ego luso, a Inglaterra, o caso particular que nos interessa, encarna uma entidade dúplice que é, em simultâneo, objecto de admiração (aprecia-se, por exemplo, o elevado grau civilizacional atingido pelos ingleses e proporcionado pela industrialização da nação) e de desprezo (abomina-se, paradoxalmente, a diferença abissal existente entre as classes proletárias e as classes burguesas endinheiradas ou, dito de modo diverso, entre a miséria em que vivem as primeiras e a opulência das últimas, fosso este advindo, ironicamente, da industrialização)¹³². E não é só Ramalho que verbaliza a alteridade inglesa e, sobretudo francesa, como contraponto, por vezes positivo, por vezes negativo, da identidade portuguesa. Os outros autores que ora abordamos trilham o mesmo caminho. A Geração de 70 «*deixou-nos uma visão pessimista [...], uma jeremíaca lamentação de país ínfimo às portas de uma Europa culta e progressiva*»¹³³, na qual se destacavam a França, a Inglaterra e, ainda, a Alemanha, ou, como Eça as qualificaria em 1879, «as três grandes nações pensantes»¹³⁴. Batalha Reis, inclusivamente, refere que os portugueses não evitam comparar-se com um «imenso “lá

¹³¹ Ana Luísa Liberato Vieira Anileiro Onofre, *Op. cit.*, p. 118. Ênfase e itálico da autora.

¹³² Com efeito, certas imagens negativas que os autores em estudo veiculam da Inglaterra finissecular devem-se, grandemente, «aos críticos ingleses da revolução industrial, embora também derive da atitude analítica do escritor realista», Alan Freeland, «Eça de Queirós e a Inglaterra», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *Op. cit.*, p. 34. Ou seja, o crescente industrialismo inglês era considerado uma das causas dos males que afectavam o país.

¹³³ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 268. Itálico do autor.

¹³⁴ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1987b), p. 122.

fora” superior, que a um tempo os fascina e os acabrunha»¹³⁵. Portanto, olhando para essa Europa desenvolvida, Portugal amesquinha-se; o espelho reflecte a superioridade do Outro e revela a inferioridade do Eu, ou seja, o Portugal do século XIX empreende a auto-definição comparativamente ao Outro europeu, culto e desenvolvido, dominado pela França e pela Inglaterra, as quais, como lembra, ainda, Ana Luísa Onofre:

Terão materializado para Portugal as duas grandes figurações referenciais do **estrangeiro**, um **estrangeiro** cuja presença quase obsessiva na literatura portuguesa do fim do século passado traduz bem a perturbação funcional do *ego* nacional. [...] Este estrangeiro [...] participa do esclarecimento da própria noção oitocentista da **decadência**: é em relação aos **outros** - principalmente à França e à Inglaterra - que Portugal **não vale**; é em relação a esses **outros** que Portugal se pensa e se deseja¹³⁶.

Ramalho Ortigão não deixará, aliás, de “farpear” a extrema adulação que a nação demonstra por esses dois países. Em Abril de 1876, o autor redige uma «Farpa» aguçada apontada à «cegueira irreflectida» que Portugal nutre pela Inglaterra. Prenunciando o título e o conteúdo da obra posterior, «A Mr. John Bull» é um artigo acrimonioso no qual Ramalho constata a subserviência portuguesa a uma nação que, apesar de imitada, é conhecida «de um modo platónico, excessivamente imperfeito e longínquo»¹³⁷. Portugal idolatra a Inglaterra, à qual, por seu turno, « nenhuns serviços devemos»¹³⁸. A Inglaterra é retratada como um país arrogante que nos espolia, mas que, incompreensivelmente, veneramos. Por outro lado, e na mesma «Farpa», o articulista observa o endividamento português à França. Afinal, «é pelos livros franceses, pelos jornais franceses, pelas revistas francesas que nós nos educamos, que nos achamos em contacto com o progresso e com a civilização»¹³⁹.

Contudo, há também um reverso: referimo-nos à Europa que Eça descrevia, num artigo homónimo, para os leitores da *Gazeta de Notícias* a 2 de Abril de 1888 e que, decadente, não serve de alavanca à diminuição de Portugal. Na Inglaterra «de aparência tão rubicunda, as “crises” acumulam[-se] mais numerosas que as chagas no corpo clássico de Job». Atravessando a Mancha, a França vive a braços com «grossas crises especiais - a das finanças, a da administração, a da Igreja, a dos costumes», enquanto

¹³⁵ Jaime Batalha Reis, *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, organização, prefácio e notas de Elza Miné, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988b, p. 65. *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX* foi um projecto desenvolvido por Batalha Reis para a revista brasileira *Serões* em 1905.

¹³⁶ Ana Luísa Onofre, *Op. cit.*, p. 119. Ênfase e itálico da autora.

¹³⁷ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, 15 vols., vol. 2, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, p. 97.

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 100.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 97.

que a Alemanha perdeu «tudo o que havia de livre, de expansivo e de grande na sua natureza» (TI, pp. 223-227). Em suma, a admiração pelos países denominados superiores cedeu lugar à desilusão.

Muito embora estes quatro autores retratem a Inglaterra vitoriana de modo similar - abordam praticamente os mesmos tópicos e partilham ideias relativamente aos mesmos - tal não significa uma homogeneidade opinativa total. Batalha Reis envolver-se-ia, inclusivamente, com Oliveira Martins numa pequena contenda que tinha como pano de fundo a apreensão da essência da mulher inglesa. Segundo Batalha, o seu amigo, por não residir em solo britânico, não tinha vislumbrado o verdadeiro carácter das inglesas, como, aliás, mostraremos na segunda parte deste estudo. Assim, verificamos que, na imagem que estes autores veiculam da Inglaterra dos finais de Oitocentos, há lugar à pluralidade de ideias, o que, com efeito, tem o condão de enriquecer essa mesma imagem. Ou, como também assevera Paula Saukko: «Multiple perspectives or voices, or “polyvocality”, can enrich many kinds of research projects, it can be particularly illuminative when investigating topics, interlaced with deep controversy or polarizes opinions»¹⁴⁰. Na Inglaterra da emergência dos movimentos feministas e da *New Woman*, falar da mulher sob diversos prismas era certamente revelador da importância contemporânea desse tema e, conseqüentemente, o debate sobre o mesmo sai fortalecido pela existência de diversas opiniões que, por sua vez, emanam de inúmeros factos. Entre estes há a destacar a evidência óbvia de que dois dos autores são visitantes e os outros dois são residentes em Inglaterra. E, depois, há o caso da formação diferente de cada autor e das carreiras diversas que prosseguiram, o que também se reflecte na escolha dos tópicos a desenvolver e no modo como são apercebidos.

Batalha Reis e Eça de Queirós eram, como é sabido, diplomatas de carreira, logo, bastante interessados em relações internacionais e bem posicionados para obterem informações sobre esse assunto. Jaime Batalha Reis dedica-se, afincadamente, e mais do que qualquer dos outros autores em estudo, a dissecar nas suas «Revistas Inglesas», ou não fosse ele o verdadeiro cientista do grupo, o teor das relações que a Grã-Bretanha estabelece com outros países, nomeadamente os que fazem parte do seu império, aqueles que quer trazer para a esfera de influência do mesmo e aqueles que, como Portugal, se encontram numa posição dúbia de rivalidade, de subserviência e de aliança.

¹⁴⁰ Paula Saukko, *Op. cit.*, p. 65.

Ademais, Batalha, homem de interesses múltiplos e grande erudição nas mais variadas áreas, não hesita em percorrer assuntos tão díspares como a exportação de vinhos portugueses para Inglaterra¹⁴¹ ou o estilo incomparável de Clara Schumann, cujos concertos de piano são amplamente descritos pelo autor, que também chega, inclusivamente, a traduzir versos inéditos de Byron nas suas «Revistas». Esta amplitude temática é, na verdade, o cunho pessoal de um intelectual plurifacetado que, como salienta Augusto Reis Machado:

Não se limitou a assuntos geográficos e históricos. Escreveu e fez conferências sobre agricultura, comércio, arte e literatura, deixando trabalhos e apontamentos inéditos sobre filosofia, uma importante bibliografia histórico-geográfica e notabilíssimos relatórios e ofícios diplomáticos, preciosos documentos de história contemporânea¹⁴².

Ou, como ressalva Teresa Pinto Coelho: «Nunca satisfeita a sua curiosidade, interessa-se [...] por assuntos que vão da pintura (é ele que “lança” Columbano), à música, à literatura, à filosofia, temas que persegue ao longo dos seus oitenta e oito anos de vida (morre em 1835), ambicionando sempre escrever a sua grande obra, a *Explicação do Universo*»¹⁴³. A versatilidade de Batalha Reis assume-se, então, destacadamente face aos restantes autores.

Tal como Batalha, Eça de Queirós também privilegia as relações diplomáticas da Inglaterra com as outras nações, mas concentra-se, predominantemente, nas questões bélicas que a envolvem (e em que ela se intromete deliberadamente), bem como na sua expansão imperial, desmedida e colossal, cujas causas, e futuras consequências, aprofunda e fundamenta. Na verdade, durante a sua carreira consular, Eça «foi sempre um observador atento da política internacional, da qual seria analista acutilante e objectivo»¹⁴⁴. Portanto, a análise política foi um dos grandes interesses deste autor e um

¹⁴¹ Homem multifacetado, Batalha Reis era também viticultor, produzindo vinhos na Quinta da Viscondessa, propriedade da família. A sua formação em Agronomia e o seu interesse pessoal pela questão vitivinícola levaram-no a uma missão de estudo da filoxera na região duriense em 1873. Três anos depois, D. Luís encarrega-o de ir aos Estados Unidos estudar o cultivo da vinha e o combate àquela moléstia dos vinhedos. Simultaneamente, também profere palestras e escreve sobre o comércio de vinhos portugueses para o mercado inglês. Cf. Fernando Marques da Costa, *Op. cit.*, pp. 141 e 145.

¹⁴² Augusto Reis Machado, «Introdução», in Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1941), p. xii.

¹⁴³ Maria Teresa Pinto Coelho, in *Op. cit.* (1997), p. 55.

¹⁴⁴ José Lello, «Nota de Abertura», in Eça de Queirós, *A Emigração Como Força Civilizadora*, nota introdutória de Isabel Pires de Lima, prefácio e fixação de texto de Raul Rego, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2001 (1ª ed. 1979), p. 9.

campo em que, aliás, se distinguiria¹⁴⁵. Ademais, na altura em que redige os artigos que ora analisamos sobre a Inglaterra para *A Actualidade* e para a *Gazeta de Notícias*, ou seja, nos finais da década de 1870 e princípios da de 1880, o comentário político era um assunto muito destacado pelos jornais ingleses, as grandes fontes informativas de Eça¹⁴⁶. Daí, que os seus próprios artigos espelhem a temática preponderante da imprensa britânica. Lucy Brown esclarece, com efeito, que, nesta altura, por notícias entende-se «serious reports of public affairs, local and national. Social events might be reported, but in a subordinate way: the standpoint of the reader was assumed to be that of someone with a serious concern for the affairs of a world power»¹⁴⁷. É, pois, também por isso, que Eça se demora tanto na análise política da superpotência inglesa, esmiuçando tanto as suas relações externas como os seus problemas políticos internos.

Por seu turno, Oliveira Martins, o autodidacta, o gestor de empresas e o político profissional do grupo¹⁴⁸, canalizou, preferentemente, os seus estudos para os domínios da História, da Sociologia e da Economia¹⁴⁹, pelo que *A Inglaterra de Hoje* reflecte, por exemplo, a preocupação que o autor tem em examinar exaustivamente a Bolsa de Londres, os volumes de importações e exportações da Inglaterra, os censos populacionais¹⁵⁰ e até os paralelismos existentes entre a história da Roma Clássica e a

¹⁴⁵ Ao analisar a correspondência consular que Eça enviou de Newcastle a João de Andrade Corvo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alan Freeland salienta a minúcia com que este cônsul informava o seu superior hierárquico ajuizando, lucidamente, a situação de crise que se vive no centro mineiro. Freeland enfatiza, ainda, o facto de que Eça «perceives potentially dangerous symptoms in this society», o que abona em favor das capacidades analíticas queirosianas. Cf. Alan Freeland, in *Op. cit.*, p. 107. Maria Filomena Mónica também concorda que Eça «seria sempre um bom analista político», in Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), p. 107.

¹⁴⁶ Ao referir-se à importância de que os periódicos ingleses se revestiram para Eça, enquanto fontes primordiais de informação, Elza Miné destaca todos aqueles de que o autor mais se socorreu, e leu, entre os quais se destacam: *The Times*, *Standard*, *Daily Telegraph*, *Daily News*, *Daily Chronicle*, *Pall Mall Gazette* ou as publicações mais mundanas como: *Whitehall Review*, *Vanity Fair*, ou o jornal satírico *Punch*. Cf. *Op. cit.* (1986), pp. 21-23.

¹⁴⁷ Lucy Brown, *Victorian News and Newspapers*, Clarendon Press, Oxford, 1985, p. 111.

¹⁴⁸ Em 1878 e 1879, Oliveira Martins, influenciado pelo seu amigo dilecto, Antero de Quental, candidatar-se-ia a deputado pelos socialistas. Contudo, a partir de 1885, militaria activamente nas hostes do Partido Progressista «convencido de que [...] seria possível introduzir no País algumas ou todas as reformas financeiras, económicas e sociais que se tornavam indispensáveis». Nesse mesmo ano foi eleito presidente-substituto da Câmara Municipal do Porto, dois anos depois seria eleito deputado pelo círculo nº 24 do Porto e novamente reeleito em 1890. Cf. Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, pp. 85, 121, 131, 147 e 177. E não nos esqueçamos, ademais, de que foi titular da Pasta da Fazenda em 1892 no governo extra-partidário de José Dias Ferreira.

¹⁴⁹ Cf., a título de exemplo, F. A. Oliveira Martins, *Oliveira Martins e os Seus Contemporâneos*, Guimarães Editores, Lisboa, 1960, p. 26.

¹⁵⁰ A propósito de *A Inglaterra de Hoje* e da preponderância assumida pelos assuntos económicos, K. Crowcroft também justifica que Martins «is an economist who is writing and England offers such a rich field for the economists, whether he be writing and quoting figures for the problems of population, or the population, or the attendance at churches, the Stock Exchange, or an analysis of the wealth of the land», in *Op. cit.*, p. 272.

da Inglaterra coeva, a qual o autor considera uma imitação da primeira. Nem estes assuntos, nem as políticas diplomáticas e imperiais da Inglaterra serão, por sua vez, aflorados por Ramalho Ortigão. Com efeito, destes quatro autores, o escritor de *John Bull* é aquele que mais se preocupa com as Belas-Artes¹⁵¹, até porque a crítica de arte é um dos grandes vectores da sua actividade literária¹⁵², procurando, sobretudo, a beleza artística e o prazer estético nas suas viagens¹⁵³. Por conseguinte, devota particular atenção ao ensino das artes plásticas em Inglaterra e ao espírito estético dos ingleses, ou, melhor dizendo, à sua ausência.

As diferenças que cada autor apresenta face aos demais reflectem-se na sua apreensão do *Volksgeist* inglês que, no entanto, é genericamente descrito como um povo complexo que ama as viagens, que gosta de beber (e bebe sem moderação), que trabalha como escravo, que não possui espírito estético, que espelha a alteridade com Portugal, ao mesmo tempo que permite a reflexão sobre a identidade portuguesa. Não esqueçamos, aliás, que, subjacente à criação da imagem de um povo estrangeiro se encontra a simplificação do retrato¹⁵⁴. Ademais, qualquer dos quatro também procede à elucidação do *Zeitgeist* vitoriano, uma época caracterizada pela industrialização e, sobretudo, como fica mais claro através dos escritos de Eça, Batalha e Martins, pelo imperialismo, mormente no que respeita a corrida à África, cerne da terceira parte desta tese. Todavia, e porque também escrevem em momentos diversos (entre os primeiros artigos remetidos por Eça para *A Actualidade* e as derradeiras «Revistas Inglesas» assinadas por Batalha na *Gazeta de Notícias* medeiam dezanove anos), os aspectos relativos ao império que consideram mais importante focar não poderão, consequentemente, ser percebidos homogeneamente.

Desta feita, Eça assiste ao agigantar do império britânico, testemunhando a ocupação britânica do Egipto em 1882, para vários autores um dos marcos históricos

¹⁵¹ Nas viagens que empreende, o espírito de Ramalho é, primordialmente, «solicitado pela expressividade estética dos locais e obras de arte que contempla», in Maria João Lello Ortigão de Oliveira, «O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão. Para uma Estética do Natural. Itinerários e Paisagens de uma Leitura», Dissertação Inédita de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988, p. 72.

¹⁵² Cf. Ana Luísa Onofre, «Ramalho Ortigão», in Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1996, p. 352.

¹⁵³ Cf. Pierre Blasco, in *Op. cit.*, p. 287.

¹⁵⁴ Quando aborda as características imanentes ao imaginário de um povo estrangeiro, Simon Jeune declara que a primeira delas é a simplificação extrema do retrato, o qual, não raramente, é colorido através de uma certa dose de humor. Cf. Simon Jeune, *Littérature générale et comparée. Essai d'orientation*, Minard, Paris, 1968, p. 54. Aliás, humor é algo que se percebe frequentemente na imagem dos ingleses elaborada pelos autores em apreço, sobretudo no que se refere a Eça e a Ramalho.

responsáveis pelo irromper da corrida à África¹⁵⁵, e acerca da qual publicaria uma extensa série de artigos para a *Gazeta de Notícias* entre Setembro e Outubro desse ano, ao passo que Oliveira Martins constata a decadência de uma nação vergada sob o peso incomensurável das suas colónias. No entremeio, Batalha Reis nota a colisão de interesses imperiais entre o Leão Britânico e Portugal. Lembremo-nos apenas que o autor empreendeu uma autêntica cruzada em prol da defesa das pretensões lusas em África contra a rapacidade inglesa, encontrando-se em Inglaterra à data do Ultimatum de 1890¹⁵⁶. E Ramalho preferiu abordar o império através da arte exótica que invade os museus londrinos, o que, mais uma vez, demonstra o seu espírito de esteta. Todas estas condicionantes e variáveis emprestarão, por conseguinte, matizes diferentes à apreciação que os autores fazem da Inglaterra do *fin-de-siècle*. Simultaneamente, analisando estas obras num contexto de evolução temporal, começando pelos escritos queirosianos, os primeiros a serem redigidos, e culminando no livro martiniano e nos últimos artigos de Batalha, nota-se que, cada vez mais declaradamente, as opiniões que os autores veiculam da Inglaterra se tornam mais cáusticas e críticas. Apesar de não mencionar Batalha Reis e a *Revista Inglesa*, Filipe Furtado, aludindo aos textos de Eça, Ramalho e Martins, também nota esta crescente acrimónia para com a Inglaterra. Deste modo, «percorrendo esses textos [...] passa-se da bonomia subtilmente irónica das *Crónicas de Londres* às censuras ainda comedidas mas já acutilantes de *John Bull*, e destas aos sarcasmos virulentos de *A Inglaterra de Hoje*»¹⁵⁷. Em pouco mais de década e meia as próprias condições históricas eram distintas e o relacionamento de Portugal com a sua velha aliada britânica deteriorara-se com a infame questão do Ultimatum que tanto ferira a consciência nacional lusitana. Por conseguinte, não se alheando do descontentamento geral perante os agravos sofridos por Portugal, aqueles autores que publicam o seu retrato da Inglaterra vitoriana mais próximo do agudizar das relações anglo-portuguesas, serão, por sua vez, aqueles cuja imagem mais se deixa contagiar por essas tensões¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Cf., por exemplo, G. N. Sanderson, «The European Partition of Africa. Coincidence or Conjuncture?», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 3, s. 1., 1975-76, p. 4.

¹⁵⁶ Maria Teresa Pinto Coelho trata este assunto pormenorizadamente em «Um Português Intranquilo: o Nosso Homem em Newcastle», in *Op. cit.* (2000), pp. 29-59.

¹⁵⁷ Filipe Furtado, in *Op. cit.*, 1994, p. 78.

¹⁵⁸ Os sentimentos anti-britânicos em Portugal, que deflagram com enorme intensidade em 1890 com a insistência inglesa para que Portugal desocupe territórios africanos na bacia do Chire, «permaneceriam vivos por muito mais tempo graças à crescente disseminação dos libelos republicanos, vindo também a lume a propósito da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891», idem, *ibidem*, p. 86.

Porém, os próprios autores também nutrem sentimentos divergentes e antagônicos em relação à Inglaterra, os quais influem na sua percepção da mesma, algo que, novamente, estilhaça qualquer tentativa de dar consistência homogênea ao retrato. É sabido que as opiniões de Eça relativas à Inglaterra sempre foram ambivalentes, e o próprio nunca o escondeu. Lendo a sua correspondência privada sabemos que não gostou particularmente de viver num país, cujo clima, frio e húmido, muito o incomodava. Todavia, apreciava o desenvolvimento cultural atingido pelos ingleses e, ademais, fascinava-o a estranheza que frequentemente encontrava nessa nação do Norte¹⁵⁹. Esta relação de amor-ódio pela Inglaterra, como sintetiza Américo Guerreiro de Sousa¹⁶⁰, seria bem evidenciada por Eça numa carta endereçada a Mariano Pina, dez anos após a sua chegada à Velha Albion: «Eu detesto a Inglaterra, mas isso não impede que ela seja, como nação pensante, talvez a primeira. Taine disse a segunda... mas Taine era francês»¹⁶¹. Similarmente, também para Ramalho a Inglaterra é uma «perturbada e ambígua referência»¹⁶². Dos ingleses o autor elogia «o bom senso prático, o espírito de ordem, a compreensão do conforto e o amor das viagens»¹⁶³, ao passo que, contrariamente, aponta mordazmente a longa tradição de «rapacidade e grosseria que caracterizam através de todos os vernizes da civilização contemporânea a espessa raça anglo-saxónia» (*JB*, p. 293). Oliveira Martins, analogamente a Eça e a Ramalho, demonstra, como lembra Filipe Furtado:

Uma certa ambivalência emocional em relação à Inglaterra, [...] implícita em frequentes dicotomias elogio/censura. Quase se poderia falar de atracção e repulsa simultâneas face ao povo que, embora “culpado” de [...] prepotência para com Portugal, se tornaria um refúgio acolhedor para Oliveira Martins quando este [...] fugia à iniquidade com que, afinal, o haviam tratado no seu próprio país¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Na verdade, «loathing England’s climate and its various lifestyles though he might, he was endlessly fascinated by its intrinsic differences from anything at all familiar to his readership in Lisbon or Rio de Janeiro, by the sheer planetary distance of its oddity and unpredictableness», Jonathan Keates, «Great and Antipathetic: Eça de Queirós and the English», in Alison Aiken (ed.), *Eça’s English Letters. Written by Eça de Queirós, Portuguese Consul in England, 1874-1888*, introdução de Jonathan Keates, trad. de Alison Aiken e Ann Stevens, Carcanet, Manchester, 2000, p. xx.

¹⁶⁰ Com efeito, reflectindo sobre os sentimentos que Eça de Queirós teria relativamente à Inglaterra, o autor refere «the love-hate relationship Eça had towards England: he detested the weather, the food and some aspects of the politics, especially of external policy, but, on the other hand, he praised the intellectual life», Américo Guerreiro de Sousa, *Op. cit.*, p. 48.

¹⁶¹ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 261.

¹⁶² Ana Luísa Onofre, *Op. cit.*, p. 122.

¹⁶³ Ramalho Ortigão, *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945 (1ª ed. 1879), p. 94

¹⁶⁴ In *Op. cit.*, p. 87.

Esta mesma duplicidade na apreensão da imagem dos ingleses encontra-se presente no registo de Batalha Reis, autor que tanto aprecia o fulgor da imprensa britânica como se revolta asperamente contra a desenfreada expansão imperial da nação estrangeira em que reside. Desta feita, a Inglaterra é um pólo que suscita uma pluralidade de sentimentos que impedem uma caracterização homogênea. Por conseguinte, não se pode admitir, por exemplo, que Eça detestava a Inglaterra porque abominava viver em Newcastle e que, por isso, o retrato que dela pintou seja iminentemente negativo, se, por outro lado, admirava (e, porque não afirmá-lo, invejava) tantas vertentes daquele país. De modo idêntico, os outros três autores em análise partilham desta dificuldade em descrever uniformemente as impressões que esta nação insular provoca nas suas mentes de viajantes.

Ademais, todos eles são diferentes na maneira como nos revelam a Inglaterra vitoriana porque «writing is constrained by a variety of factors; that is, texts are produced in situations where there are numerous textual, economic, social, political, historical and personal forces at work which impinge on the writing process»¹⁶⁵. E, na verdade, o tom pessoal de cada autor, só por si, explica parte da divergência existente entre uns e outros.

Eça de Queirós, como bem o notava Batalha Reis ao assinar a Introdução das *Prosas Bárbaras*, caracteriza-se pelo uso que faz da ironia, «inseparável instrumento de trabalho do seu espírito - fornecedora de tão delicadas velaturas, ou de toques tão vivos e reais a todas as suas obras»¹⁶⁶. Ela é, para Eça, «o ocultar o pensamento ou o desenlace da acção, através das palavras explícitas, para atingir a censura das coisas negativas ou inferiores, em face de um modelo ideal, que o autor não vê cumprido»¹⁶⁷. Eça é, então, um crítico apurado de tudo o que o rodeia, mas é, também, o cultor da linguagem, «o vocabulário e a sintaxe, a palavra, a frase e o período, ganharam em suas mãos um sentido novo, uma renovada realidade estética»¹⁶⁸, encontrando-se, ainda, a sua obra impregnada da «referência culta e erudita [...] que emprestam à prosa um ambiente selecto de mundo de elite, de refinamento minoritário»¹⁶⁹. Como Pinheiro Chagas afirmava contundentemente num artigo remetido ao jornal *O Atlântico* a 28 de

¹⁶⁵ Sara Mills, *Discourses of Difference. An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*, Routledge, London and New York, 1993, p. 68.

¹⁶⁶ In Eça de Queirós, *Op. cit.* (2004), p. 187.

¹⁶⁷ Hennio Morgan Birchal, «A Ironia e o “Humour” em Eça de Queirós, Machado de Assis e Joaquim Paço d'Arcos», *Separata da Revista Bracara Augusta*, tomo 30, fascículo 69, Braga, Janeiro-Junho de 1976, p. 8.

¹⁶⁸ Ernesto Guerra da Cal, *Op. cit.*, p. 369.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 127.

Novembro de 1880 a propósito de Eça: «Admiro sobretudo a exuberância da sua veia satírica, a originalidade da sua linguagem, o poder verdadeiramente surpreendente do seu estilo»¹⁷⁰. Esta confissão é tanto mais importante quanto, à data, Eça e Pinheiro Chagas se encontravam embrenhados numa acrimoniosa contenda, esgrimida nas páginas de *O Atlântico*, a qual fora suscitada pelo artigo queiroziano «O Brasil e Portugal» dado à estampa na *Gazeta de Notícias* e que produziria em Pinheiro Chagas «uma deplorável impressão»¹⁷¹, por o considerar ofensivo para Portugal.

Se, ao ironizar, Eça trilha a estética do sorriso, e não a do riso¹⁷², Ramalho, ao contrário, solta «a gargalhada imensa, formidável, prolixa e tagarela, de um D. Quixote já curado», para quem «mesmo a douta, absorvente preocupação de aprender é hilariantemente caricaturizada, num explosivo humor bota-abaixo, que se ri até de si próprio»¹⁷³. De notar que Ramalho usa o humor para soltar «a risada poderosa, desmontante, arrasadora»¹⁷⁴ com a qual se castiga a sociedade, enquanto que Eça se socorre do *humour* em sentido britânico, definido como uma atitude céptica, algo sombria, amoralista e não-participante¹⁷⁵. Portanto, se, em *John Bull*, Ramalho Ortigão parodia situações que viveu em Inglaterra e se arranca o riso ao leitor com as suas descrições dos ingleses, “farpeando”, dessa feita, a Velha Albion, nas «Cartas de Inglaterra» e nas «Crónicas de Londres», Eça faz o mesmo, mas de modo díspar: utiliza um humor mordente e aguçado que não deixa de ser lido de lábios entreabertos, mas que não pretende a gargalhada aberta. Ademais, a diferença entre estes dois “farpistas” também se nota no facto de Ramalho ser o mais pedagogo de ambos - «queria *leccionar*», como refere João Medina¹⁷⁶ - enquanto que Eça pretende, sobretudo, mostrar os erros da sociedade.

Contrariamente a Eça de Queirós e a Ramalho Ortigão, Oliveira Martins não procura aligeirar a seriedade dos temas que aborda recorrendo ao humor. Frequentemente acusado de possuir fracos dotes oratórios, não conseguindo, consequentemente, arrebatat audiências¹⁷⁷, e penalizado por ser inúmeras vezes

¹⁷⁰ Pinheiro Chagas, «Brasil e Portugal», in Paulo da Costa Domingos (ed.), “*O Bei de Tunes*” de Eça de Queirós Seguido de “*A Sir John Bull*” de Ramalho Ortigão, Frenesi, Lisboa, 2002, p. 25.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² Hennio Morgan Birchall, in *Op. cit.*, p. 8.

¹⁷³ Ana Luísa Onofre, *Op. cit.*, p. 111.

¹⁷⁴ Cândido Jucá, «Ramalho Ortigão e a Sua Técnica», *Separata da Revista de Portugal*, Série A: A Língua Portuguesa, vol. 32, Lisboa, 1967, p. 22.

¹⁷⁵ Hennio Morgan Birchall, in *Op. cit.*, pp. 26 e 27.

¹⁷⁶ João Medina, *Reler Eça de Queiroz. Das “Farpas” aos “Maias”*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000, p. 47. Itálico do autor.

¹⁷⁷ Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, pp. 125 e 142.

comparado negativamente a Eça de Queirós por não nos ter legado uma correspondência mais cuidada e esmerada¹⁷⁸, o autor revela-se, no entanto, um escritor e um jornalista detentor de um estilo escrupuloso, «sincopado e incisivo»¹⁷⁹, que intenta a apreensão objectiva da realidade. Ademais, como salvaguarda António José Saraiva, Martins «manifesta um poder excepcional de descrição: o brilho, o fausto, a “orgia” das cores e das formas, os violentos contrastes de brilho [...] são-nos transmitidos em pinceladas por vezes um pouco cruas e simplistas, mas muito vigorosas»¹⁸⁰. Batalha Reis, por sua vez, caracteriza-se pela veemência do discurso. Augusto Reis Machado alude mesmo ao pitoresco do seu estilo: empolgante, repleto de profundidade, no qual todos os factos eram fundamentados rigorosamente¹⁸¹ (nem outra coisa era de esperar de um homem que, ao fazer a retrospectiva da sua vida, confessava nunca ter bebido um copo de água sem entusiasmo)¹⁸².

Apoiando-se, como já vimos, nas teorias de Taine, na sua imagem dos ingleses e, ainda, entre outras, nas opiniões de Stendhal acerca dos mesmos, estes quatro autores tentaram apreender o *Volksgeist* da Inglaterra vitoriana, tal como se esta estivesse a ser minuciosamente dissecada na bancada de trabalho de um cientista. Posteriormente, as suas conclusões eram publicadas e transmitidas aos leitores através de artigos e livros que ilustram a sua personalidade e individualidade. Porém, apesar dos estilos díspares, a sua escrita denota grande vivacidade e, sobretudo, originalidade. Por vezes a Inglaterra é retratada com pinceladas cáusticas; por outras, com laivos de arrebatamento. Esta escrita, sagaz, crítica e viva, é, precisamente, outro dos tópicos fulcrais que mais nos interessa focar.

Não ambicionando incorrer numa rotulação exaustiva do(s) género(s) eleito(s) pelos autores, pretendemos aludir à novidade e riqueza da sua escrita, o que serve, inclusivamente, para nos apercebermos de até que ponto estes companheiros de geração, alguns tantas vezes estudados, não cessam de nos surpreender. Referimo-nos, primeiramente, ao jornalismo literário, género híbrido, na confluência da literatura,

¹⁷⁸ Cruz Malpique, com efeito, tece comparações entre Oliveira Martins e Eça de Queirós no que se refere à correspondência que legaram para a posteridade e conclui que «a correspondência de Oliveira Martins não tem [...] o fulgor das páginas empolgantes que ele nos deixou como historiador. [...] Mas, se perderam em brilho artístico, talvez tenham lucrado em sinceridade». Cruz Malpique, «Perfil de Oliveira Martins ou a Biografia de um Homem que a Si Mesmo se Fez», *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 1, fascículos 1 e 2, Porto, 1962, pp. 8-9.

¹⁷⁹ Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 165.

¹⁸⁰ António José Saraiva, *Iniciação na Literatura Portuguesa*, Gradiva, Lisboa, s. d., p. 126.

¹⁸¹ In Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1941), p. xii.

¹⁸² Cf. Fernando Marques da Costa, *Op. cit.*, p. 134.

mormente a de viagens, e do jornalismo e que não tem sido, até aqui, aprofundado em estudos anteriores relativos a estes autores. Nesta óptica, na primeira parte desta tese, na qual atentaremos sobre os suportes metodológicos em que baseamos a nossa análise do *corpus* seleccionado, detalharemos, como o jornalismo literário serve de veículo à imagem que os autores propagam da Inglaterra vitoriana.

Na centúria oitocentista a imprensa funciona como tubo de ensaio de experiências literárias, fonte de rendimentos ou berço de escritores, pois é aí que a maioria dos autores de renome inicia as suas carreiras. Na verdade, «o jornalismo no século XIX foi [...] um espaço privilegiado para escritores, de tal modo que se pode afirmar que a literatura encontrou nele um excelente aliado»¹⁸³. E, quiçá, se não mais importante, há que ressaltar que os escritores e poetas de Oitocentos são também, muito frequentemente, jornalistas, usando o periodismo como canal privilegiado pelo qual contactam com o público¹⁸⁴.

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Batalha Reis foram também, e como veremos mais demoradamente, jornalistas. A par de prosseguirem outras carreiras, todos se devotaram durante a vida inteira à imprensa e à escrita jornalística, quer como colaboradores regulares de certos periódicos (lembramos que as «Cartas de Inglaterra» e as «Crónicas de Londres», *A Inglaterra de Hoje* e a *Revista Inglesa* são fruto destas prestações sistemáticas), quer como fundadores de jornais e revistas. Por isso, também perspectivamos os quatro grandes nomes de que nos ocupamos como jornalistas. E, mais do que periodistas, consideramo-los jornalistas literários, adeptos de uma forma de escrita viva e original que toca os campos literário e jornalístico e que, preocupando-se com a realidade, roça a ficção. Ao estudarmos, então, estes quatro homens, companheiros geracionais, enquanto jornalistas literários estamos conscientes de que tal é uma forma de pioneirismo com o qual pretendemos, modestamente, é certo, enriquecer os estudos que aos mesmos se reportam, pelo que será, fundamentalmente, à luz do jornalismo literário que veremos as imagens que Eça, Batalha, Oliveira Martins e Ramalho nos projectam sobre o país da rainha Victoria.

Contudo, e acima de tudo, estes autores são jornalistas porque há notícias a relatar e porque, como salienta Mitchell Stephens, «the act of telling news brings with it a series of ego gratifications: the opportunity to appear well informed, knowledgeable,

¹⁸³ João Bigotte Chorão, «Nótulas Sobre Jornalismo Literário do Século XIX», in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Centro de Estudos Camilianos, Vila Nova de Famalicão, 1993, p. 13.

¹⁸⁴ Cf. Elza Miné, *Op. cit.* (2000), p. 181.

current (to indulge in “the vanity of the ‘first to know’”); the chance to capture attention, to perform and win appreciation; and the privilege of branding events with one's own conclusions»¹⁸⁵. Assim, qualquer deles quer demonstrar o seu conhecimento profundo dos ingleses - o Outro - e qualquer deles difunde notícias actuais. Eça demora-se no relato da ocupação inglesa do Egipto, até porque residindo na Inglaterra em 1882, tinha acesso directo à informação relativa ao desenrolar da intervenção britânica no Vale do Nilo, Batalha testemunha a sequência macabra dos crimes de Jack, o Estripador¹⁸⁶, também porque, à semelhança de Eça, habitava em Inglaterra quando o assassino em série cometeu os seus crimes, Ramalho alude à inauguração de inúmeras exposições e Oliveira Martins detalha e explica as estatísticas que continuamente se produzem sobre a Inglaterra. Ademais, «o parecer bem informado», ponto de honra de qualquer jornalista, e o querer demonstrar saber mais do que qualquer outra pessoa são, aliás, bem evidentes quando Batalha Reis esgrime argumentos com Oliveira Martins a respeito das opiniões emitidas por este relativamente aos ingleses. A propósito do lançamento de *A Inglaterra de Hoje*, Batalha escrevia no seu artigo de 9 de Julho de 1893:

A minha admiração pelo notável livro e a minha inteira aceitação do inglês típico que ele desenha, não me impedem, porém, de divergir na apreciação de pormenores. Apesar destas *Revistas* se destinarem apenas, modestamente a relatar os acontecimentos contemporâneos, eu terei mais uma vez, a propósito deles, de mostrar os meus divergentes modos de ver (*RI*, p. 125).

Jaime Batalha Reis, com efeito, não tenta denegrir o livro do seu amigo. Contudo, pretende afirmar, subtilmente, que os seus «modos de ver» e a sua «apreciação de pormenores» seriam, porventura, mais avalizados do que os de Oliveira Martins, até porque, ao contrário deste, residia em Inglaterra, como gostava de ressaltar frequentemente. Assim, quando pretende demonstrar um certo ponto de vista, como, por exemplo, quando ironiza o facto de a Inglaterra não ser um país paladino dos direitos e liberdades fundamentais, Batalha Reis enfatiza a sua condição de habitante naquele país como garantia de credibilidade e conhecimento comprovado:

¹⁸⁵ Mitchell Stephens, *A History of News*, Harcourt Brace College Publishers, Fort Worth and London, 1997, pp. 13-14.

¹⁸⁶ Entre 6 de Agosto e 9 de Novembro de 1888, este enigmático criminoso assassinaria macabramente seis mulheres nas ruas mal iluminadas do *East End* londrino.

É preciso haver vivido em Inglaterra para sentir bem até que ponto as classes privilegiadas estão seguras neste país que, visto por fora ou visto mesmo por dentro, [...] é tanto por completo um *fanfarrão* de democracia e liberdade (*ibidem*, p. 152. Itálico do autor).

Atente-se, pois, na necessidade que o autor tem de dar relevo à sua residência em Inglaterra para, dessa maneira, salientar a profundidade e veracidade da sua opinião, muito mais sólida, conseqüentemente, do que as ideias emitidas por alguém que visitasse a nação só de passagem (como o fez, por exemplo, Oliveira Martins).

No entanto, o jornalismo literário não compactua com a ditadura da Verdade absoluta. A emergência deste género no século XIX seria, com efeito, uma reacção contra o jornalismo meramente factual. O telégrafo e a velocidade das comunicações tiveram o condão de tornar as notícias iguais em todos os periódicos. A massificação noticiosa promoveu, como efeito colateral, o facto de o leitor deixar de questionar o que lê, demitindo-se, desse modo, de participar, com a sua imaginação, no acto jornalístico. Por isso, nos círculos intelectuais do *fin-de-siècle* há a percepção de que o jornalismo objectivo divorcia o leitor da experiência e da subjectividade interpretativa, tornando-o, cada vez mais, uma entidade passiva, receptáculo puro da informação¹⁸⁷. Obviamente que o público reclama a informação em que possa confiar, mas, é contra a prática jornalística objectivada e despersonalizada que ganha ímpeto um novo género jornalístico aliado a uma tentativa de reduzir o abismo que se estabelecera entre o sujeito que lê e o objecto noticioso¹⁸⁸.

Simultaneamente, os jornalistas literários têm um papel mais activo na elaboração da notícia. Ao rejeitarem a rigidez ditatorial imposta pela objectividade do jornalismo convencional, estes jornalistas querem deixar transparecer as suas perspectivas pessoais¹⁸⁹. Portanto, é a sua subjectividade que perpassa a interpretação do facto noticioso e a sua subsequente transmissão ao leitor. E, ao olharmos para a imagem que Eça, Ramalho, Batalha Reis e Oliveira Martins nos legaram da Inglaterra vitoriana, apercebemo-nos de que cada um elaborou um retrato pessoal, através do qual entrevemos as suas próprias opiniões e preocupações e as marcas da sua individualidade. Logo, a realidade da Inglaterra vitoriana não é apreendida

¹⁸⁷ Cf. John C. Hartsock, *A History of American Literary Journalism. The Emergence of a Modern Narrative Form*, University of Massachusetts Press, Amherst, 2000, pp. 55-63.

¹⁸⁸ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 59.

¹⁸⁹ Cf. John Hellmann, *Fables of Fact. The New Journalism as New Fiction*, University of Illinois Press, Urbana, 1981, p. 3.

monoliticamente, pois cada autor tem a sua imagem própria da mesma, a qual lhe é exclusiva.

O jornalismo literário procura apresentar uma verdade que não se resume apenas a dar resposta às fórmulas estanques do jornalismo convencional: quem, o quê, onde, quando, porquê. Ao invés, busca uma verdade maior e, por conseguinte, funde «the sophisticated and fluid forms provided by fiction with the facts sought in journalism»¹⁹⁰. Trata-se, assim, de um género híbrido na convergência da literatura e do jornalismo, que, transmitindo a realidade, se lê como a ficção, uma vez que se socorre de técnicas literárias tais como, por exemplo, a construção cénica e a inserção de diálogos¹⁹¹. Ao escreverem sobre a sua visão da Inglaterra, os autores em análise não seguem a ortodoxia jornalística convencional. Também eles nos apresentam cenas, nas quais chegam a ser intervenientes, e deixam-nos ler pedaços de conversas que ouviram ou diálogos que criaram propositadamente para nos fazer ver algum ponto de vista. Enquanto jornalistas literários, Eça, Batalha, Ramalho e Martins são entidades que se deixam adivinhar e que não se escondem por detrás do mero relatar factual. Similarmente, enquanto viajantes são também peça fundamental da narrativa que produzem sobre a Inglaterra.

Quando nos debruçamos sobre as «Cartas de Inglaterra», as «Crónicas de Londres», *A Inglaterra de Hoje*, a *Revista Inglesa* ou *John Bull* não nos podemos esquecer também de que estamos perante um *corpus* que se inscreve na literatura de viagens. Aliás, a este respeito, George Alao salienta, de modo bastante directo, que se está face a exemplos de literatura de viagem quando «os títulos das obras nos dão notícia [...] de nomes de lugares onde a acção se desenrola»¹⁹² e, de facto, nas obras em análise, seja no título ou em subtítulo, a Inglaterra, o local retratado, abordado e estudado, é sempre mencionada. A viagem é, portanto, o mote “para” e o tema “da” escrita.

Comum às espécies animais, a viagem é sublimada pelo Homem (ser de natureza imanentemente gregária) que necessita contá-la. A viagem também implica a presença de um ponto fixo, de onde o viajante, de regresso, pode relembrar e relatar a sua experiência. Portanto, é a própria noção de viagem que produziu a emergência de

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁹¹ É, de facto, a constatação da emergência do jornalismo literário que leva Harold Bloom a afirmar a necessidade contemporânea de se reverem os géneros literários. Cf. Harold Bloom, *The Western Canon. The Books and School of the Ages*, Riverhead Books, New York, 1994, p. 20.

¹⁹² George Alao, «Dois aspectos da Tipologia da Literatura de Viagens. Os Títulos e os Autores», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 547.

um tema literário que se encontra representado pelo que se designa habitualmente por literatura de viagens¹⁹³, género no qual também enquadrámos as obras que dão corpo a este estudo. Além disto, a literatura de viagens é, tal como o jornalismo literário, outro género híbrido e, ao mesmo tempo, extraordinariamente rico «qui combine [...] la prise en charge du spectacle de l'altérité, l'aventure, la réflexion, la cognition et le savoir»¹⁹⁴. Uma vez que tratamos do «império do Outro», observar o *corpus* em análise à luz da literatura de viagens implica, por conseguinte, ter sempre como temática central a alteridade da qual os autores vão em busca.

Contudo, e como, inclusivamente, verificaremos mais pormenorizadamente, a literatura de viagens partilha fronteiras muito ténues com o jornalismo literário. Tal como neste último, os «textos incluídos no género da literatura de viagens [...] não são apenas retratos da(s) terra(s) visitada(s), mas antes se afirmam como reveladores do universo mental de quem os escreve»¹⁹⁵. Ou seja, a literatura de viagens também evidencia a individualidade do autor. Concentrando-se em Oliveira Martins e em *A Inglaterra de Hoje*, K. Crowcroft esclarece que o autor funciona como um guia da viagem e, por isso, «consciously or unconsciously a guide will try to make us see things through his eyes and will try to interpret what he sees according to his own way of thinking»¹⁹⁶.

Porém, não é somente neste aspecto que literatura de viagens e jornalismo literário se entrecruzam. À semelhança deste, «travel literature is composed fundamentally of a hard core of “fact” surrounded by a soft pulp of “imagining”»¹⁹⁷. Desta feita, também na literatura de viagens, os domínios do factual e do ficcional se entrelaçam. Citando João Paulo da Silva apercebemo-nos melhor desta interpenetração porque: «A narrativa de viagem não fornece [...] uma mera imagem especular da realidade contemplada, mas, pelo contrário uma visão entre muitas outras. Nela se procede, afinal, a uma representação subjectiva dos factos, transfigurando-os ou, se quisermos, ficcionalizando-os»¹⁹⁸.

¹⁹³ Cf. Geneviève Menant-Artigas, *Des voyages et des livres*, Hachette, Paris, 1973, pp. 5-6.

¹⁹⁴ Wladimir Krysinski, «Vers une typologie des récits de voyage: structures, histoire, invariants», in Maria Alzira Seixo e Graça Abreu (org.), *Les Récits de voyages. Typologie, historicité*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, p. 295.

¹⁹⁵ Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2003), p. 10.

¹⁹⁶ *Op. cit.*, p. 269.

¹⁹⁷ Anthony Disney, «Navigating Literary Waters. Truth, Lies and Representations in Sixteenth and Seventeenth Century Portuguese Travel Literature», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 121.

¹⁹⁸ João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Op. cit.*, p. 402. Mary Suzanne Schribner vai mais além e refere que a literatura de viagens é quase uma espécie de ficção porque «the equation between fact and travel writing is complex; the difference between fact and fiction in this most eclectic of genres would be

Ademais, o escritor-viajante¹⁹⁹ e o jornalista literário desempenham papéis similares porque o primeiro regista na sua obra os «usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos [...] bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais»²⁰⁰, enquanto que «literary journalism at times overlaps with the study of folklore and anthropology»²⁰¹. Portanto, tanto literatura de viagens como jornalismo literário pressupõem o estudo aturado de um objecto observado, neste caso específico um país e um povo, fundamentando as suas percepções dos mesmos numa análise sociológica e antropológica. Acresce também salientar que, ainda à semelhança do jornalismo literário, abordar a literatura de viagens implica reconhecer a ausência de uma tipologia cabal que a defina univocamente. Com efeito, trata-se de um género literário²⁰² difícil de caracterizar e de categorizar dada «a múltipla diversidade dos textos que normalmente são designados sob aquele rótulo que dificulta a sua clara definição»²⁰³. Simultaneamente, a literatura de viagens é um espaço híbrido que tanto pode ser olhado a partir da Literatura como da História, pelo que «a escrita descritiva e

difficult to fix if there were a reason to attempt it», pelo que a autora descarta o debate relativo ao estabelecimento de balizas entre factual e ficcional quando se trata de abordar a literatura de viagens, Mary Suzanne Schriber, «Edith Wharton and Travel Writing as Self-Discovery», *American Literature*, vol. 59, n.º 2, Duke University Press, s. l., Maio 1987, p. 261.

¹⁹⁹ A nomenclatura que agora adoptamos, e que se toma de empréstimo da expressão inglesa *travel writer*, para denominar o autor que viaja e que, intencionalmente, dá à estampa as impressões da sua estada no país estrangeiro, não é, porém, a única designação passível de traduzir esta noção. Estudiosos como, por exemplo, João Paulo Ascenso Pereira da Silva referem-se ao «autor-viajante», *ibidem*, p. 402. Por seu turno, em «Introdução. Para uma Teoria da Literatura de Viagens», Fernando Cristovão inverte estas premissas e alude aos «viajantes-autores», in Fernando Cristovão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, Edições Cosmos, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 21. Ao passo que «narrador/viajante» é a denominação utilizada por Ana Teresa Diogo, em «A Holanda de Ramalho Ortigão e *Sur l'eau* de Maupassant. De um Pessimismo Nacional a um Pessimismo Radical», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 377. No entanto, porque, no caso da literatura de viagens, é bastante relevante «a relação escritor-escrita, isto é, a relação entre a biografia do autor e a obra que este escreve», e porque, considerando os autores em apreço, e especificamente Eça que «é, simultaneamente, “leitor” da viagem [...], mas também [...] observador de um mundo que, afinal, gosta de passar para a escrita e oferecer a outras leituras», no que não se distancia dos seus três companheiros de geração, preferimos referir-nos ao escritor-viajante como o produtor dos textos de literatura de viagens que ora estudamos. As duas citações anteriores são, respectivamente, de George Alao, in *idem*, *ibidem*, p. 549 e de Maria do Carmo Castelo Branco Sequeira, «Da Memória para o Texto. Aspectos da Configuração da *Viagem* na Obra de Eça de Queiroz», in *idem*, *ibidem*, p. 527. Simultaneamente, a expressão «escritor-viajante» de que nos apropriamos é a que é utilizada por Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux quando abordam o género da literatura de viagens. Cf. *Op. cit.*, p. 27.

²⁰⁰ Fernando Cristovão, in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (1999), p. 35.

²⁰¹ John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 27.

²⁰² Fernando Cristovão prefere definir literatura de viagens como um «subgénero literário [...] com individualidade semelhante à de outros subgéneros de estatuto reconhecido, como o pastoril, o histórico, o policial, etc.», in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (1999), p. 15. Todavia, acresce salientar que, para este teórico, o advento do turismo massificado implica que a «Literatura de Viagens [...] chega ao seu termo, por se ter esgotado a cultura que lhe deu vida», *ibidem*, p. 29, algo que, como atentaremos mais pormenorizadamente, não se enquadra no âmbito da análise presente.

²⁰³ Fernando Clara, «As cidades e as Ilhas. Algumas Reflexões a Propósito do Enquadramento Teórico da Literatura de Viagens», in *idem*, *ibidem*, p. 579.

assertiva da literatura de viagens, de facto, não pode ou não deve ser tratada no âmbito específico da Literatura, quer dizer, com as técnicas, os métodos e os modelos próprios da “ciência literária”»²⁰⁴, o que, conseqüentemente, permite a interpretação do texto de literatura de viagens sob diversos prismas. Aliás, como sintetiza Manuela Ribeiro Sanches, a própria viagem não deixa de ser, em si, um «espaço de tensão entre literatura e etnografia»²⁰⁵, pelo que, novamente, as ferramentas da Literatura, *per se*, são insuficientes quando se trata de abordar a literatura de viagens. Logo, mais uma vez, se abre o caminho para considerarmos os textos constantes do nosso *corpus* não só como exemplos de literatura de viagens, mas também de jornalismo literário.

Viajantes que rumam até à Inglaterra vitoriana, Eça e demais companheiros da mesma jornada são, como vimos mais acima, reflexo de um gosto por viagens muito refundido no século XIX, o qual, na verdade, fora herdado da centúria precedente. Com efeito, o século XVIII foi a época do *Grand Tour*, a viagem educacional *par excellence*. Como explica Percy G. Adams:

If a man did not have the means to complete his early education with a visit to neighboring nations accompanied by a tutor, he very possibly visited them in middle age. Perhaps he went for pleasure [...]. Perhaps he went as a political refugee [...], or as an invalid [...]. Perhaps he was an intellectual seeking for knowledge of men and institutions [...]; a student seeking a course of study [...]; a minister seeking a congregation [...]; or a ruler seeking ideas that would improve his nation [...]. Perhaps he was a diplomat carrying out an assignment [...]. Or he may have traveled simply to gather observations for a journal²⁰⁶.

Cem anos depois, os mesmos motivos impelem os viajantes que, no entanto, assistem ao encurtar das distâncias devido à velocidade imposta pelo vapor e pelo comboio. Até Oliveira Martins nos deixa perceber que a sua viagem é proporcionada pelos novos e velozes meios de transporte do industrializado século XIX. O vapor em que aporta a Southampton é o “Madalena” (*IH*, p. 11), e desde esse porto até Londres a viagem processa-se ao ritmo acelerado do rolar do comboio, como fica claro através de expressões tais como: «o comboio *corria* por entre um mar de prados» ou «o comboio, *correndo*, parecia-me ir aspirado pelo foco de atracção da capital» (*ibidem*, pp. 17 e 18.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, pp. 580-581.

²⁰⁵ Manuela Ribeiro Sanches, «Viagens. Da Certeza de Si à Reflexividade Etnográfica. Os Relatos de La Pérouse e de Chamisso Sobre a Califórnia», in Helena Carvalhão Buescu e João Ferreira Duarte (coord.), *Narrativas da Modernidade. A Construção do Outro*, Edições Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2001, p. 86.

²⁰⁶ Percy G. Adams, *Travelers and Travel Liars, 1660-1800*, Dover Publications, New York, 1980, p. 8.

Itálicos nossos). Sem os vagares dos viajantes que empreendiam o *Grand Tour* clássico setecentista, poderemos perguntar até que ponto Eça, Batalha, Ramalho ou Martins não serão já viajantes modernos, produtos de uma era de turismo de massas e de meios de transporte rápidos. Na verdade, o debate subsiste em torno do que é, deveras, o verdadeiro viajante. M. A. Michael, com efeito, não hesita em afirmar que: «The travel begins where transport stops», reiterando, ademais, que «when you go by train, you do not travel, you merely arrive – and you arrive in considerable comfort»²⁰⁷. Desta feita, importa-nos, logo na primeira parte deste estudo, discorrer da natureza de viajantes dos quatro autores em análise.

Após o debate relativo à metodologia adoptada nesta tese, na segunda parte deste estudo veremos como Eça, Ramalho, Batalha Reis e Oliveira Martins não só nos mostram o mundo inglês vitoriano, isto é, a entidade Outra face a Portugal, como, por outro lado, também nos deixam ver, através das suas lentes pessoais de observação – não o esqueçamos -, os mundos marginais da própria sociedade britânica. Através destes escritores contactamos duplamente com a alteridade anglo-saxónica, um “outro” universo comparativamente a Portugal e, simultaneamente, um mundo que encerra outros mundos, ou, como veremos, submundos, em si mesmo.

Nos capítulos iniciais da segunda parte veremos que, com efeito, os autores são transportados a um mundo estranho. A Inglaterra perde a sua familiaridade ocidental e transforma-se num espaço oriental e exótico, daí que viajar até à Inglaterra seja equivalente a ser-se transportado ao Oriente, perspectiva que também não tem sido muito debatida em estudos anteriores e que muito nos interessa detalhar. Este espaço oriental é, por sua vez, habitado por uma raça bizarra, o que reflecte a dualidade da interpretação do real, tal como é preconizado por teóricos como Martin Buber no seu estudo seminal *Je et tu*. Na verdade:

Le monde est double pour l’homme, car l’attitude de l’homme est double en vertu de la dualité des mots fondamentaux, des *mots-principes* qu’il est apte à prononcer. [...] Les bases du langage ne sont pas des mots isolés, ce sont des couples de mots. L’une de ces bases du langage, c’est le couple *Je-Tu*. L’autre est le couple *Je-Cela*, dans lequel on peut aussi remplacer *Cela* par *Il* ou *Elle* sans que le sens soit modifié²⁰⁸.

²⁰⁷ M. A. Michael, «What Is Travel? An Introduction», in M. A. Michael (ed.), *Traveller's Quest*, William Hodge, London, 1950, p. 4.

²⁰⁸ Martin Buber, *Je et tu*, prefácio de Gaston Bachelard, trad. francesa de Geneviève Bianquis, Fernand Aubier, Paris, 1938, p. 19. Itálicos do autor.

O que estes viajantes tentam apreender é o “eles”, o objecto que contrasta eternamente com o “nós”, do qual somos indissociáveis e com o qual não resistimos a entrar em contacto²⁰⁹. Todavia, mais importante do que observar o “tu” próximo, trata-se, sobretudo, de analisar o “eles” mais distante e, simultaneamente, mais estranho²¹⁰. Por conseguinte, na segunda parte deste estudo centraremos a nossa atenção na interpretação que os autores fizeram da sociedade vitoriana, o cosmos dos “eles”, destacando a estranheza e as duplicidades que lhe apontam, as quais não podem ser interpretadas perdendo de vista o “nós” luso finissecular, a matriz por detrás da apreensão do Outro.

Com efeito, em Inglaterra, a Era Vitoriana é uma época de contrastes sociais. À sociedade da abundância das denominadas *respectable classes*²¹¹ opõe-se a multidão imensa de pobres que vivem nos bairros degradados, isto é, *slums* para usar a terminologia inglesa, das grandes urbes, mormente Londres. A cidade é, na verdade, um dos temas recorrentes dos escritores, dos jornalistas e dos jornalistas literários oitocentistas pois, no mundo moderno, a pólis, com todas as suas catástrofes e misérias sociais, é uma fonte permanente de ansiedade que causa simultaneamente «disgust, bewilderment, and fear»²¹². Londres torna-se, então, numa espécie de personagem principal de inúmeros romances, artigos jornalísticos e relatórios oficiais. A cidade está doente e moribunda, e este assunto propicia a literatura da decadência, a qual se caracteriza «by artistic concern for the morbid, the perverse, the sordid, the beauty to be found in the unnatural»²¹³. Desta feita, a criminalidade, a iniquidade, a prostituição, o alcoolismo, a mendicidade e as condições de vida degradantes são os tópicos

²⁰⁹ Com efeito, «le Tu se présente à moi. Mais c’est moi qui entre en relation directe avec lui», idem, *ibidem*, p. 115. Itálico no original.

²¹⁰ Para Tzvetan Todorov, aliás, «a pedra de toque da alteridade não é o tu presente e próximo, mas sim o ele ausente e afastado», Tzvetan Todorov, *A Conquista da América. A Questão do Outro*, trad. de Maria Isabel Braga, Litoral Edições, Lisboa, 1990, p. 193. Itálico do autor.

²¹¹ A ideia de “respeitabilidade” era muito cara aos vitorianos. Habitualmente conotada com os estratos sociais mais elevados, «to be respectable [...] was a matter of conforming in dress and outward behavior to certain standards», Simon Cordery, «Friendly Societies and the Discourse of Respectability in Britain, 1825-1875», *The Journal of British Studies*, vol. 34, nº 1, Janeiro de 1995, p. 37. Dando um exemplo do que é a respeitabilidade, Batalha Reis informa que morar numa zona elegante, casar-se com alguém que possua alguma fortuna e ser, mais ou menos, relacionado com *lords* são condições que «constituem, na classe média inglesa, o cúmulo da *respeitabilidade*» (RI, p. 210. Itálico do autor). No entanto, esta é uma noção bastante difícil de definir, porque, na Era Vitoriana, uma pessoa também pode ser respeitável sem ser rica. De facto, «several interpretations of respectability have developed over the past [...] decades. It has been seen as a force for consensus which smoothed social tensions and created trans-class identities, and it has been defined as class specific», idem, *ibidem*.

²¹² Arthur J. Weitzman, «Eighteenth-Century London. Urban Paradise or Fallen City?», *Journal of the History of Ideas*, vol. 36, nº 3, Julho-Setembro de 1975, p. 469.

²¹³ Russell M. Goldfarb, «Late Victorian Decadence», *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, vol. 20, nº 4, Verão de 1962, p. 373.

privilegiados pelos literatos do Decadentismo que preferem, assim, escrever sobre Londres e não sobre o campo²¹⁴.

Aliás, ao longo do século XIX, mas mais intensamente nos últimos decénios, o discurso da degeneração ou da enfermidade social, apropria-se de uma linguagem biológica que tenta localizar, diagnosticar e resolver um sentimento prevalecente de crise cultural e social. Desta feita, utilizada pelos mais díspares quadrantes políticos:

The rhetoric of degeneration cut across the ideological spectrum. Linked to the optimistic language of evolutionary naturalism but marked by a belief in eminent breakdown and a search for ever-more drastic corrective measures, it was employed by conservatives, liberals [...], the incipient radical right and materialist socialists of all kinds²¹⁵.

Os grandes teóricos da decadência das sociedades, Max Nordau e Friedrich Nietzsche, «regarded culture and civilization as under threat, both were [...] concerned with the sources of decadence, a debilitating loss of energy and vitality and the possibilities of recovery. [...] Both employed naturalistic quasi-biological language»²¹⁶. No *fin-de-siècle*, que Oscar Wilde, em *The Picture of Dorian Gray*, define como «*fin du globe*»²¹⁷, a imagem que perdura é a de um mundo à beira da destruição e do perecimento porque «degeneration in the second half of the nineteenth century served not only to characterise other races (for instance in the view that other races had degenerated from the ideal physique of the white races, but also to pose a vision of internal dangers and crises within Europe. Crime, suicide, alcoholism and prostitution were understood as “social pathologies” endangering the European races, constituting a degenerative process within them»²¹⁸. Por conseguinte, contagiados pela popularidade do tema da degeneração social, mormente em contextos urbanos, os quatro autores em estudo também procedem à análise da capital inglesa, dando dela uma imagem de cidade apocalíptica e degenerada, tal Babilónia ou Roma modernas que resvalam para a perdição. E o que mais lhes interessa abordar é, precisamente, o mundo de trevas e

²¹⁴ Segundo Russell M. Goldfarb, os escritores decadentes do *fin-de-siècle* privilegiam as imagens de morbidez e perversidade, procurando, igualmente, «the rarer enticements of sin», *ibidem*, p. 372.

²¹⁵ Steven E. Aschheim, «Max Nordau, Friedrich Nietzsche and Degeneration», *Journal of Contemporary History*, vol. 28, nº 4, Outubro de 1993, p. 649.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 650.

²¹⁷ Oscar Wilde, *The Picture of Dorian Gray*, Penguin Books, London and New York, 1985 (1ª ed. 1891), p. 196.

²¹⁸ Daniel Pick, *Faces of Degeneration. A European Disorder, c. 1848-1918*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1996 (1ª ed. 1989), p. 21.

decadência dos bairros miseráveis do *East End*²¹⁹, dentro dos quais se desenrolam os dramas humanos mais tenebrosos e abomináveis. Dentro da pátria imperial aloja-se um outro império, o mundo estranho de outros “eles”. Trata-se de um império de trevas e miséria povoado por indivíduos estranhos e tão exóticos como os povos africanos e orientais que os ingleses conquistavam com a expansão dos seus domínios ultramarinos.

A fim de se intentar a compreensão da estranheza destes bairros miseráveis e das suas populações potencialmente perigosas, a linguagem simbólica propicia o uso de metáforas que se tornam recorrentes na viragem da centúria. Paralelamente, estas têm também uma função muito objectiva que se traduz na tentativa de amenizar e aplacar o medo e a ansiedade que a diferença observada no submundo das grandes urbes gera na sociedade. Na verdade, nos seus estudos canónicos, Gilbert Durand explica que «a imaginação simbólica tem por escandalosa função geral *negar eticamente o negativo*», sendo, simultaneamente, «um factor de equilíbrio psicossocial»²²⁰. Assim, descrever as cidades vitorianas gigantescas como florestas, abismos e poços de trevas, ou aludir à Londres finissecular como a última versão da Babilónia maldita, não só visa a negação dos problemas urbanos como, também, a aceitação/familiarização da estranheza inquietante a fim de se obter a pacificação social. Uma vez que os autores em estudo se socorrem destas mesmas metáforas, tão comuns na sua época, também as analisaremos na segunda parte deste estudo com recurso ao seu significado simbólico, no intuito de percebermos quais os sentidos que elas veiculavam contemporaneamente.

A par da linguagem simbólica, a estranheza dos miseráveis ingleses e a impenetrabilidade dos seus bairros esqualidos leva, igualmente, ao florescimento de toda uma literatura em que se reitera o tema da exploração cartográfica. Tal como se exploravam as selvas equatoriais, também se desbravavam territórios desconhecidos dentro da própria Inglaterra. A divisão social, delineada geograficamente, era, como demonstra David Ward:

Enhanced by the frequent use of exploration narratives to reveal to the affluent the unknown, foreign, threatening, and exciting world of the slums. A geographic style provided a convenient and

²¹⁹ Nos finais da centúria oitocentista, os bairros decrepitos e medonhos do *East End* são apercebidos como um espaço segregado e perigoso de onde poderá irromper a insurreição social. Cf. David Ward, «The Victorian Slum. An Enduring Myth?», *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 66, nº 2, Junho de 1976, p. 323.

²²⁰ *Op. cit.*, pp. 95 e 100. Itálicos do autor.

graphic means for novelists, journalists, reformers, and social theorists to portray the alarming consequences of the spatial separation and cultural independence of the poor²²¹.

A exploração dos bairros insalubres do *East End* equivale à realização de uma viagem a um mundo exótico e primevo. E, à medida que o século XIX caminha para a sua conclusão, organizam-se excursões a este universo estranho. Viajar aos confins mais selvagens do império ou ao tenebroso *East End* é empreender uma aventura. Assim:

The tourists who come to gaze at these areas of London are adventurers. They want to move away from the traditional “honeypots” of mass tourism in central London and are attracted by the “unique” characteristics of the areas. These characteristics are constructed [...] in terms of cultural heritage, titillating danger and the exotic. They enter localities where residents are differentiated [...] by a complex interweaving of class, ethnic and racial boundaries²²².

Contagiados por esta curiosidade suscitada pelo *East End*, Batalha Reis e Oliveira Martins também o querem conhecer na primeira pessoa, deslocando-se, por isso, aos bairros de má reputação quando a hora é mais propícia à contemplação do espectáculo da estranheza, isto é, à noite. Contudo, surpreendentemente, o que estes exploradores descobrem e que Eça e Ramalho também já tinham identificado, sobretudo devido às suas leituras de Charles Dickens²²³, é que, afinal, pouco separa o *East End* do *West End*, uma vez que as trevas os engolfam a ambos. É neste universo de penumbras que os autores observam as estranhas duplicidades da Inglaterra vitoriana, uma sociedade que, sob o alardear da respeitabilidade, institucionalizada paradigmaticamente no culto do lar, da domesticidade e da família, esconde um mundo de horrores materializados na pobreza extrema que grassa nos bairros das classes mais desfavorecidas e operárias, nos vícios da bebida e da prostituição que atingem todos os patamares sociais ou, mesmo, na debilidade dos vínculos matrimoniais e na falta de afecto no seio das famílias.

²²¹ *Op. cit.*, p. 323.

²²² John Eade, «Adventure Tourists and Locals in a Global City. Resisting Tourist Performances in London’s “East End”», in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Tourism. Between Place and Performance*, Berghahn Books, New York and Oxford, 2002, p. 138.

²²³ Como teremos oportunidade de verificar Eça elogiava a literatura dickensiana e Ramalho refere, por diversas vezes, que o seu retrato dos bairros miseráveis de Londres lhe advém das leituras daquele escritor. Com efeito, influenciado pelas obras do francês Eugène Sue, mormente a obra *The Mysteries of Paris* (1842-1843), em que discorre sobre a Paris tenebrosa e labiríntica, e também pela obra do seu conterrâneo G. M. Reynolds, autor de *The Mysteries of London* (1844-1846), Dickens aborda os terrores da cidade, sobretudo Londres, centro de progresso e de decadência, mostrando-a através de uma perspectiva gótica, misteriosa e complexa. Cf. Richard C. Maxwell, Jr., «G. M. Reynolds, Dickens and the Mysteries of London», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 32, nº 2, Setembro de 1977, pp. 188-190.

Similarmente, também a mulher é um ícone de ambiguidade dentro desta sociedade. Na verdade, a temática da mulher, com a qual se conclui a segunda parte deste estudo, foi um assunto que muito interessou tanto os intelectuais da Geração de 70, de que Eça e Ramalho providenciam um claro exemplo, sobretudo se atentarmos no que escrevem em *As Farpas*, como os próprios vitorianos, pelo que a imagem que os autores em estudo nos transmitem da mulher inglesa também terá de ser contextualizada e analisada. Em primeiro lugar, é necessário verificar que a sociedade vitoriana, em alinhamento com o que se passava contemporaneamente, divide o campo social em esferas distintas de actividade masculina e de actividade feminina, cabendo à mulher «the [...] responsibility for the maintenance and superintendence of the home, the family, and the private virtues of religion and morality»²²⁴. Contudo, a par desta concepção tradicional do papel da mulher, o século XIX, e, em particular, a Inglaterra vitoriana, assiste a um enorme debate e profundas mudanças em torno da questão problemática da condição feminina, ou não fosse a própria mulher uma instância de alteridade geradora de ansiedades. Trata-se de um período de tensões e, em certos casos, rupturas com o *status quo* vigente. A título de exemplo, regista-se que, em 1837, quando a rainha Victoria acedeu ao trono, a educação superior estava vedada às mulheres e, no final do século, estas já se podiam matricular em Oxford, Cambridge, nas Universidades de Londres e Durham e em universidades escocesas, galesas e irlandesas²²⁵, facto que representava uma transgressão ao paradigma tradicional feminino. Com efeito, a posição da mulher enquanto figura de alteridade apresenta, na Era Vitoriana, um imaginário bífido. Por um lado, encontra-se a mulher idealizada, um ser conforme às normas sociais, e dentro das fronteiras do que é estipulado “normal”, «the woman seen as representative of a higher and purer nature [...], protecting and shielding the symbolic order from chaos»²²⁶. Por outro lado, existe a mulher estranha e, de certa forma, demoníaca, que se localiza fora dos limites da moral e da “normalidade”, «the woman vilified as Lilith or the Whore of Babylon [...], part of the chaotic wilderness outside, representing [...] darkness and chaos»²²⁷. Esta assume as formas da prostituta, da *femme fatale*, da sufragista, da degenerada e, muito importante no contexto vitoriano, da *New Woman*, expressão cunhada por Sarah Grand num artigo

²²⁴ Laura Morgan Green, *Educating Women. Cultural Conflict and Victorian Literature*, Ohio University Press, Athens, Ohio, 2001, p. 3.

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 4.

²²⁶ Rebecca Stott, *The Fabrication of the Late Victorian “Femme Fatale”. The Kiss of Death*, Macmillan, Basingstoke and London, 1992 (reimp. 1996), p. 38.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

datado de 1894 que se referia às mulheres que queriam acesso à educação superior e a novas áreas profissionais²²⁸.

Nesta época de transgressões e de viragem, os autores em análise debatem-se com enormes dificuldades em caracterizar a mulher inglesa em moldes unívocos. O paradigma da inglesa angelical, poço de virtudes e compleição são de que, por exemplo, Taine dava conta, não se coaduna com a imagem da inglesa degenerada e depravada a que os autores se referem com cada vez maior acuidade à medida que o século caminha para o seu desfecho e são, precisamente, estas incongruências que nos importa ressaltar mais detalhadamente.

Se o tema da mulher concentra a atenção dos autores por se tratar de um problema muito debatido contemporaneamente, sendo, por isso, seleccionado pelos mesmos ao comporem a sua imagem da Inglaterra vitoriana, o império é outro dos grandes temas que muito os preocupa. Britannia, a mulher guerreira e pouco consonante com a imagem da mulher angelical que ocupa a esfera doméstica, é o símbolo de uma nação imperialista e agressiva que domina o mundo e é esta associação entre a mulher e o império que nos permite avançar para a terceira parte deste estudo que se centra, precisamente, no império gigantesco argamassado pela Grã-Bretanha.

Nos finais do século XIX, a Inglaterra possui, de facto, o maior império que alguma vez existiu na história da Humanidade e, a fim de mantê-lo e expandi-lo, o país precisa de unir-se em torno dessa causa nacional. A educação, temática com a qual se inicia esta última parte da nossa análise, apresenta-se, assim, como o melhor meio de doutrinação e de preparação dos indivíduos para as políticas imperialistas da Inglaterra, cuja primeira colónia, e uma das mais grosseiramente espoliadas e oprimidas, era a Irlanda, que muito preocupava os autores em análise, como veremos. Tal como os autores a percebem, a educação inglesa, indissociável do ideário imperialista britânico finissecular, é considerada, por um lado, superior à educação portuguesa retrógrada e, por outro, como a fonte da crescente agressividade com que a Inglaterra se lançava na aventura imperial e não só subjugava a Irlanda como procedia à anexação do Egipto e abocanhava largas faixas territoriais africanas, assuntos estes, por sua vez, comentados com desagrado pelos autores. É, portanto, a educação que transformava os ingleses em imperialistas temíveis e imparáveis ante os quais nações como Portugal não se poderiam

²²⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 12.

impor, como ficaria patente aquando da infame questão do Ultimatum de 1890, à qual aqueles também não ficariam indiferentes.

Se o império além-mar confronta a Inglaterra vitoriana finissecular com um imenso Outro exótico e estrangeiro, existe, paralelamente, dentro da própria nação insular um outro império habitado por um Outro estranho e ameaçador: as classes pobres e andrajosas que enxameavam as grandes urbes e que eram estudadas por diversos jornalistas literários e cientistas sociais contemporâneos. Na verdade, a miséria foi um tema que muito assustou e preocupou a mente dos vitorianos. Estes consideravam que a pobreza criava uma raça estranha que, nos finais da centúria oitocentista, era perpetuada pela caridade e que ameaçava invadir a Inglaterra das classes denominadas respeitáveis. Trata-se, portanto, do Outro medonho que se aloja no seio da própria Inglaterra e, cuja imagem veiculada pelos quatro autores em análise, influenciados pelas leituras que faziam das inúmeras publicações que se referiam ao tema da pobreza urbana, também será detalhada na terceira parte deste estudo, a fim de estudarmos a geografia humana diversa que constitui o(s) Outro(s) que confronta(m) os autores além-Mancha.

Ademais, simultânea e paradoxalmente, o império que os ingleses conquistavam nas partes mais remotas do globo também invadia a própria Inglaterra, que se via, conseqüentemente, tomada de assalto e conquistada pelos estrangeiros que queria dominar²²⁹. Através do fenómeno denominado de *reverse colonisation*, isto é, a conquista por elementos estrangeiros provenientes de todas os recantos do império²³⁰, percebe-se que a Inglaterra vitoriana é, em suma, um autêntico Império do Outro, como sugerimos no título desta tese. Este é um país onde habita uma raça estranha e violenta, Outra, face ao Portugal que é a matriz comparativa através da qual se elabora a imagem da Inglaterra. Mas é, igualmente, uma nação que, imperialista, parte para a conquista do Outro oriental e que, por sua vez, é invadida por esse mesmo Outro. E esta ideia da nação conquistada pelo Outro, sobretudo o Outro oriental, também não tem sido

²²⁹ Como Dane Kennedy refere: «The traffic between Britain and its empire was increasingly two-way: more and more colonial peoples were travelling to the imperial metropolis to work, to get an education, to lobby officials, to take a holiday, even to settle. London was the port of call», *Op. cit.* (2002), p. 19.

²³⁰ Ao criar o maior império alguma vez existente, a Grã-Bretanha receberia, dentro das suas fronteiras insulares, milhares de estrangeiros que temia dada a sua inerente estranheza. No auge do império, o medo do estrangeiro perigoso e invasor estava também no seu zénite. O estrangeiro era entendido como uma ameaça e uma fonte de terror e mal. Cf. Maurice O'Connor, «Apprehensive Manifestations of Reverse Colonisation in Richard Marsh's *The Beetle*», in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Póvoa de Varzim, 2000, pp. 40-41.

debatida nos estudos que se têm ocupado de dar a conhecer um pouco da imagem da Inglaterra transmitida por estes autores e que, por isso, se assume como outro dos desafios que se colocam nesta tese. No final, como se notará, na Inglaterra adoram-se deuses orientais, Outros, e a própria nação é governada por uma rainha alemã e um Primeiro-Ministro judeu que a empurram para um destino imperial e para a expansão colonial até não se distinguir claramente se é a Inglaterra que governa o império ou o oposto.

Emitindo juízos valorativos relativamente aos ingleses, que nem sempre se descolam das opiniões demonstradas por autores que os precederam e que foram por si lidos²³¹, o certo é que Eça, Batalha, Ramalho e Martins desvendam uma Inglaterra surpreendente a vários níveis. Por um lado, descobrem um país igual àquilo que esperavam, por outro, a Inglaterra revela-se bastante diferente das imagens pré-concebidas que levavam quando deixam Portugal. E, neste último caso, quando os viajantes encontram algo diverso daquilo que esperam, o que registam é o seu choque e, mais comumente, o seu desagrado²³². No embate sempre difícil com o povo estrangeiro, estes quatro autores - viajantes, turistas, escritores e jornalistas - também descobrem que, em última instância, identidade e alteridade mais não são do que as duas faces de uma única moeda - íntima e perpetuamente ligadas, sempre opostas e sempre complementares, uma não existindo sem a outra - e que, somente no Império do Outro, se pode aceder a esse conhecimento.

²³¹ Como Caroline B. Brettell explica, a neutralidade no que se refere à apreensão da imagem de um povo estrangeiro é impossível porque «an ethnocentric bias focuses the traveler's attention not so much on what is actually seen but on what he expects to see based on what he has heard in his own culture», Caroline B. Brettell, «Introduction: Travel Literature, Ethnography, and Ethnohistory», *Ethnohistory*, vol. 33, n.º 2, Primavera de 1986, p. 128.

²³² Idem, *ibidem*, p. 131.

PARTE I
RUMO AO IMPÉRIO DO OUTRO: VIAGEM E PERCEPÇÃO

1.1. Ao Encontro do Outro Vitoriano: A Viagem

1.1.1. Viagem e Viajantes

Viajar, partir numa aventura rumo a novas paragens, eis, muito sinteticamente, o que fizeram estes quatro homens da tão famosa Geração de 70 quando aviaram as malas e atravessaram a Mancha para desembarcar na pátria anglo-saxónica, o reino insular e envolto em brumas dos ingleses vitorianos. Seduzidos por um chamamento ao qual não puderam, ou não quiseram, resistir porque, acima de tudo, as razões que levam à viagem assentam alicerces no desejo¹, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis deixar-se-iam conduzir à Velha Albion.

Aí, durante as suas curtas estadas ou longos períodos de residência, teriam oportunidade de observar, presencialmente, um pouco da fisionomia do povo inglês, a qual, como sabemos, conheciam de antemão através das leituras de Taine, Stendhal e, inclusivamente, dos romances de Charles Dickens, a quem os autores, inclusivamente, aludem, entre outros. De facto, quando nos documentamos sobre determinados locais, como o fizeram os autores ao lerem o que os seus contemporâneos e antecessores haviam escrito sobre a Inglaterra, o que acontece é que «the places become familiar, even if never visited, and excite us as desirable destinations». No entanto, «a visit is still necessary because [...] the representation can never be as big as the real thing. [...] Authority can only be achieved if one has actually been in its physical presence»². Desta feita, os autores de que nos ocupamos não escondem a sua familiaridade com a Inglaterra. Contudo, a realização efectiva da viagem permite-lhes assumir uma posição de autoridade face ao tema que, de outro modo, não teriam.

De facto, demonstrando o seu endividamento às leituras que realizou anteriormente à sua viagem para lá da Mancha, em *A Inglaterra de Hoje*, Oliveira

¹ Cf. M. A. Michael, «What is Travel? An Introduction», in M. A. Michael (ed.), *Op. cit.*, p. 3. Aqui, o autor, ao avançar os motivos que impelem o viajante a partir, conclui que «behind his travels there is above all longing».

² Claudia Bell e John Lyall, «The Accelerated Sublime. Thrill-Seeking Adventure Heroes in the Commodified Landscape», in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 26.

Martins não mostra qualquer tipo de inibições quanto a citar Stendhal directamente quando quer comprovar certos pontos de vista. Para além disto, o relato martiniano segue de perto o alinhamento temático que Taine apresentou em *Notes sur l'Angleterre*, isto é, Oliveira Martins organizou as suas observações de acordo com uma sequência de capítulos em que cada um analisa um determinado aspecto da sociedade britânica. Se os capítulos da obra tainiana se intitulam, por exemplo, «Les Dehors», «Les Types», «Moeurs et intérieurs», «L'Éducation», «La Société et le gouvernement» ou «De l'esprit anglais», também em *A Inglaterra de Hoje* se lêem títulos como «Southampton. A Paisagem», «Os Tipos», «O Interior de um *Gentleman*» ou «A Política. Westminster e a *Law Court*», os quais, como se constata, mantêm certos paralelismos com aqueles propostos por Taine. Similarmente, *John Bull*, e apesar de não haver coincidências com o mestre francês no tocante à nomenclatura das diversas secções, também obedece a uma compartimentação de certo modo estanque que aborda tópicos bem definidos. Assim, no capítulo VI, «A Miséria em Londres. Gynx's Baby, seu Nascimento e Demais Desastres. O Tamisa e o Nevoeiro. Um Filho de Ginx Através da Lama de Piccadilly. Manhã de Violetas. *Cabs, Mail-Coachs e Overcoats*», o autor debruça-se sobre a miséria das classes indigentes, enquanto que analisa o tema religioso no capítulo XII, «A Divindade dos *Noblemen* e a do *Common People*. As Várias Seitas Religiosas. *The Salvation Army*». Por seu turno, e embora os seus artigos sobre a Inglaterra agora analisados surjam em colunas periódicas para jornais, as quais, forçosamente, têm mais a ver com os assuntos do momento do que com uma inventariação temática bem delineada, Eça e Batalha também tentam seguir este critério de delimitação de assuntos a abordar. Nas «Crónicas de Londres», com efeito, Eça tenta obedecer a um esquema temático quadripartido entre as notícias de política, de sociedade, o noticiário literário e teatral e a secção das novidades ou curiosidades, tópicos estes «apresentados de forma independente, mas sem subtítulo»³. A divisão deste plano directivo não era, no entanto, repartida uniformemente entre os diferentes assuntos e a análise política acaba por ser o tema predominante, ao passo que, por exemplo, as novidades literárias são muito escassas. Em «Cartas de Inglaterra», por sua vez, Eça embrenha-se na «exploração de um único facto ou feição da realidade»⁴. E, por isso, há «Cartas» que se prendem com aspectos da vida e da sociedade inglesas, as quais que se intitulam «O Inverno em Londres», «O Natal – a “Literatura de Natal” para Crianças», «Uma Partida Feita ao

³ Elza Miné, *Op. cit.* (1986), p. 51.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 68.

Times» e «Acerca dos Livros». Identicamente, existem também «Cartas» dedicadas à crítica política, como são caso paradigmático, «A Irlanda e a Liga Agrária» ou a extensa e famosa série «Os Ingleses no Egipto»⁵. Quanto a Jaime Batalha Reis, talvez o menos criterioso dos autores em apreço no respeitante à organização temática da sua *Revista Inglesa*, nota-se que há, pelo menos, a intenção de restringir cada uma das «Revistas» a determinados tópicos. Assim, por exemplo, na sua prestação de 10 de Janeiro de 1888, «O Primeiro Centenário do *Times*. O Mais Característico dos Produtos Ingleses. O *Times* em Inglaterra e o *Times* nos países latinos. O *Fígaro*, o *Correio da Manhã* e o *Times*. O *Prudhomme* e o *Chauvin* de Inglaterra. Muita Glória por Preços Cómodos. Os Correspondentes do *Times* são os *Commi-Voyageurs* do Jornalismo. Mr. X Amigo Íntimo de Algumas Imperatrizes e Rainhas: Sua Intimidade com El-Rei de Portugal, Sua Acção nas Guerras do Oriente e nas Finanças da Península Ibérica», o assunto mais explorado é, justamente, a imprensa.

Já vimos que o móbil que conduz cada um dos quatro autores à Inglaterra é de índole diversa: se Eça e Batalha são diplomatas de carreira a soldo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ramalho vai à Velha Albion a passeio e Oliveira Martins busca, na sua viagem, um certo afastamento de desencantos políticos sofridos com a sua meteórica passagem pelas cadeiras do Governo. Porém, não é por empreenderem uma viagem que os poderemos, *a priori*, rotular liminarmente de viajantes, sem antes tecermos algumas breves considerações em torno do que é, realmente, um viajante, mormente nos finais de Oitocentos. Até porque o próprio conceito de viagem abrange diversas noções, nem sempre entendidas como complementares, entre as quais se destacam «a visão de que a viagem é uma forma de aventura pessoal que encerra a promessa de uma descoberta do Eu através do Outro [...] e a viagem turística»⁶, esta última comumente associada ao desvirtuar da realização da viagem, mas que, como esclareceremos, não deve ser entendida no espartilho dessa óptica pejorativa.

Com efeito, na época em que os autores em apreço escrevem sobre a Inglaterra que visitam, a viagem atravessa uma fase de maior democratização e aceleração e longe ficavam, cada vez mais, os dias dos *Grands Touristes* setecentistas abastados, homens e, por vezes, mulheres⁷ que, a passo vagaroso e frequentemente acompanhados

⁵ De acordo com os títulos constantes da edição crítica por nós analisada.

⁶ Maria Teresa Pinto Coelho, in Maria Leonor Machado de Sousa (dir.), *Op. cit.*, p. 89.

⁷ «Throughout the eighteenth century, grand tourists were almost exclusively male and predominantly British, although there were some notable exceptions – among them Lady Mary Wortley Montagu»,

por tutores⁸, viajavam por prazer e que, no intuito primordial de se cultivarem, «went to the civilized nations of Europe or the seaboard areas of North America and spent their time in cities, visiting the symbols of progress and conversing with cultured people in clubs and salons»⁹. A partir de meados do século XVIII, o *Grand Tour* tornara-se, então, num «imperativo cultural de que nenhum homem de letras, intelectual ou artista pode prescindir»¹⁰ e é, portanto, todo um escol letrado, de que Goethe¹¹ é um paradigma, que viaja para se educar e alargar horizontes.

Na centúria de Oitocentos, o panorama muda substancialmente e a «deslocação ao estrangeiro [...] acaba por se alargar a outros círculos sociais devido, em grande parte, à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento dos meios de comunicação»¹². Em consequência, o viajante do *Grand Tour* cede lugar ao turista que realiza a viagem na vertigem da velocidade proporcionada pelo comboio e pelo barco a vapor. Oliveira Martins, na verdade, é um caso do viajante que se encontra enleado na rapidez inerente à viagem oitocentista, a qual não deixa tempo para a apreciação demorada da paisagem. Desembarcando do vapor em Southampton, o autor é imediatamente transportado a Londres através da via-férrea. Meio aturdido pela celeridade dos meios de transporte, Oliveira Martins traça, com uma pincelada apenas, a sua curta passagem pela famosa cidade portuária inglesa:

Atracámos ao cais [...] e saltámos em terra no telheiro da alfândega, ao longo do qual, do lado oposto, se prolongava o comboio pronto a levar-nos a Londres. Revistaram-se as malas, no meio duma sofrível confusão [...]; entrámos nas carruagens, e o comboio partiu rodando. Em breves minutos tínhamos galgado o massiço da cidade; agora atravessando de nível uma rua, logo passando em túnel debaixo de outra, depois em viaduto à altura dos telhados das casas: numa confusão de sinais e num emaranhamento de fios, com o negrume e a agitação próprios da proximidade das estações, principalmente em Inglaterra (*IH*, pp. 11-12).

Lynne Withey, *Grand Tours and Cook's Tours. A History of Leisure Travel, 1750 to 1915*, Aurum Press, London, 1997, p. 6.

⁸ Uma vez que o *Grand Tour* tinha um propósito iminentemente educacional, o viajante fazia-se acompanhar por um séquito que, além de criados, contava com um tutor. Cf. idem, *ibidem*, p. 5.

⁹ Percy G. Adams, *Op. cit.*, p. 8.

¹⁰ João Barrento, «Introdução», in Johann Wolfgang von Goethe, *Viagem a Itália*, trad., prefácio e notas de João Barrento, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 2001, p. iii.

¹¹ Nos anos de 1786 e 1787, o escritor e intelectual alemão Goethe (1749-1832) empreende uma viagem a Itália, país que simbolizava o «objectivo último e incontornável do *grand tour* europeu», idem, *ibidem*. A rememoração desse seu périplo, *Italienische Reise* (1816-1817), não só dá conta da vi(r)agem pessoal do autor, como cria um certo mito da Itália que se perpetuaria às gerações subsequentes de *grands touristes*.

¹² Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2003), p. 30.

Como constatamos, não há tempos mortos propícios à reflexão desde que se desembarca do vapor até que se entra no comboio. Tudo é rápido e fugaz como, aliás, indicam verbos da natureza de «rodar» e «galgar». E o próprio encurtar das distâncias, possível graças à velocidade, leva a que Martins confesse que: «De Southampton até Londres a estrada parece uma rua quase. Passa-se ao lado de vilas e aldeias, Bishopstoke, Winchester, Alresford, Alton, Bentley, Farnham, Ash, Weybridge, Esher» (*ibidem*, p. 12). A pressa do percurso impede a observação demorada, pelo que, somente “se passa ao lado” da paisagem, a qual deixa de ser apreciada para ser consumida. No entanto, a leitura atenta das primeiras impressões de Oliveira Martins na pátria saxónica revela mais pormenores que nos permitem verificar até que ponto a era do *Grand Touriste*, o viajante por excelência, deu lugar à hegemonia do turista, vulgo, consumidor de locais¹³.

Quando Claudia Bell e John Lyall comentam que o comboio revolucionou a viagem, porque a acelerou, revelam, igualmente, que este meio de locomoção criou uma nova espacialidade baseada na horizontalidade. Com o advento do comboio, «for the first time in human history, travellers could move faster than a galloping horse [...], the steam engine imposing a horizontal quality on the landscape», pelo que «the faster we travel the flatter the earth looks: overpasses and cloverleaf interchanges are almost two dimensional»¹⁴. Esta horizontalidade bi-dimensional é também ilustrada por Oliveira Martins ao notar que o caminho desde Southampton a Londres se assemelha a uma rua, portanto, uma distância curta em que quase se vislumbra o seu fim e na qual os elementos paisagísticos, neste caso cidades e aldeias, aparecem desprovidos de contornos nítidos e apenas como meras sucessões de nomes. As feições paisagísticas que se percebem realmente são: os túneis, os viadutos, os sinais de tráfego e o emaranhado de cabos, marcas distintivas de modernidade que tornam possível a deslocação por caminho-de-ferro e às quais Claudia Bell e John Lyall chamam «the built sublime», o qual entra em cena no século XIX com a expansão das vias férreas¹⁵. Assim, da paisagem envolvente que se desenrola para lá da janela da sua carruagem, Oliveira Martins tem apenas impressões fugazes. Contudo, apercebe-se das construções e apetrechos mecânicos que permitem aos comboios circular. E, simultaneamente,

¹³ Com efeito, Simon Coleman e Mike Crang esclarecem que «those who are most voraciously consuming other people's worlds are the modern tourists», in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 8.

¹⁴ Claudia Bell e John Lyall, in idem, *ibidem*, p. 28.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 22.

também nota as próprias estações ferroviárias, as quais, no século XIX, e em consequência do novo modo de viajar impulsionado pelo comboio, se tornam «também espaços inseparáveis da experiência da viagem e alvo de admiração»¹⁶ do viajante. Portanto, neste aspecto, Martins é um viajante moderno que, contrariamente ao *Grand Touriste*, não tem tempo para fruir plenamente a viagem: o comboio roubou-lhe esse prazer e esse tempo e, por isso, sob esta perspectiva, não pode ser considerado um viajante na acepção mais clássica do termo. No entanto, ao observar todos os elementos que possibilitam a velocidade e a mobilidade dos comboios, Martins oferece-nos um outro tipo de visão. Uma vez que «a gratificação estética da paisagem emoldurada pela janela do comboio é secundarizada pelos sinais da civilização humana [...], a vista surge enriquecida pela justaposição da natureza e da indústria»¹⁷. Nesta óptica, Martins torna-se num verdadeiro viajante que, desde o início da viagem, deixa transparecer que chegou a um país industrializado, ou seja, a caracterização do país estrangeiro começa a ser delineada mal se chega ao destino. E, neste caso, o comboio permite a observação da industrialização, algo que se quer apreender, e a velocidade não roubou o tempo para a percepção da paisagem porque não impediu que se observasse uma das características mais impressionantes da Inglaterra vitoriana.

Eça, Ramalho e Batalha Reis, por seu turno, também podem ser caracterizados como viajantes que divergem do paradigma do *Grand Touriste* porque ao omitirem a descrição das suas chegadas à Inglaterra e, mais especificamente, a Londres, fazem-no, provavelmente porque a rapidez desse processo de deslocação inviabiliza comentários profundos de imagens que não ficam bem gravadas na mente. A fugacidade leva a que a paisagem se esfume até à insubstancialidade por entre o fumo, o vapor e a própria velocidade do comboio¹⁸. Porém, não podemos apenas abarcar uma perspectiva redutora dos modernos meios de transporte como entidades que, encurtando distâncias, obstam à fruição da viagem e à contemplação da paisagem. Na verdade, o meio de transporte veloz tem uma outra vertente porque «representa a possibilidade [...] de uma locomoção rápida (que designa o esforço de compensação, o anseio de ganhar espaço *perdendo menos* tempo), e assim manifesta o intento de compensar o *pathos* pela *praxis*»¹⁹. Nas suas curtas estadas em Inglaterra, é a velocidade do comboio que permite

¹⁶ Filipa Lowndes Vicente, *Op. cit.*, p. 68.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 73.

¹⁸ Claudia Bell e John Lyall, in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 28.

¹⁹ Maria Alzira Seixo, *Poéticas da Viagem na Literatura*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, p. 20. Itálico da autora.

a Ramalho sair de Londres, deslocar-se ao campo e ir visitar o amigo Eça e, no caso de Martins, é também o comboio que possibilita as inúmeras deambulações do autor pelos arredores da capital, sobre os quais escreverá posteriormente. Nestes casos, tanto Ramalho como Martins «ganharam espaço» dentro da viagem.

Por outro lado, não é só a rapidez dos modernos meios de transporte que enferma uma noção mais canónica do conceito de viagem. O conforto proporcionado pelo desenvolvimento da indústria turística também tem sido apontado como algo que desvirtua a realização da viagem. O verdadeiro viajante, com efeito, não se incomoda com os escolhos da viagem porque «true travel means living among the people mostly on the cheap, [...] modest inns and certainly never at the international luxury hotels»²⁰. Ironicamente, segundo esta perspectiva, Oliveira Martins, mais uma vez, não se pode assumir como um viajante no sentido mais absoluto do termo pois escolhe justamente o Savoy, «fronteiro à agulha de Cleópatra» (*ibidem*, p. 28), e todo o seu esplendor e conforto, para se alojar durante a sua estada em Londres. De facto, este hotel, tal como descrito pela pena martiniana, é a antítese total da pensão modesta e à noite o luxo é, ainda, mais ostensivo:

À noite [...] ceava-se no salão profundamente iluminado a luz eléctrica, entre palmeiras espadanando fitas para os tectos de estuques polidos, contra as paredes e pilastras vestidas até meia altura por *lambris* de nogueira esculpida, e dali para cima por guadamecins incrustados a ouro. Nas pequenas mesas de quatro pessoas, por entre as quais os criados gravemente perpassavam, havia dois pares: os homens em *toilette* de noite, as senhoras decotadas, com brilhantes. Bebia-se Champagne (*ibidem*, p. 71).

Identicamente, Ramalho também prefere viajar usufruindo de certos luxos, como, por exemplo, jantar no Royal (*JB*, p. 108) ou no Criterion (*ibidem*, p. 102), onde se delicia com «*ox-tail*», «*mock-turtle soup*» ou «*rump-steak*» (*ibidem*), ou mesmo jantar num dos grandes restaurantes em Holborn ou St. James «ao som duma orquestra» (*ibidem*, p. 104). Aliás, no que toca a comer bem durante a sua jornada, Ramalho não deixa créditos por mãos alheias. Ao acordar, num dos primeiros dias da sua estada londrina, o autor revela as suas expectativas para o dia que se inicia, as quais incluem, precisamente, os prazeres da boa mesa. Frente ao espelho revela ansioso: «Aqui se está barbeando e aformoseando [...] quem daqui a nada se há-de achar em Kensington

²⁰ M. A. Michael, *Op. cit.*, p. 6.

diante de umas ostras frescas de Ostende e de meia garrafa de um vinho branco que certa pessoa conhece mas cujo nome se não diz» (*ibidem*, p. 128).

Viajando em grande estilo, ambos os autores podem, de facto, ser percebidos como turistas e não como viajantes clássicos. Ramalho, inclusivamente, considera-se um «*simples touriste*» (*ibidem*, p. 268). E, em rigor, o próprio Oliveira Martins admite que se deslocou à Inglaterra a passeio. São, com efeito, as suas palavras que nos confirmam essa disposição quando confidencia: «Pelo que me diz pessoalmente respeito, confesso que aprendi muito [...] nesta excursão agradável» (*IH*, p. 10) ou, ainda, «A simples verdade é que fui a Inglaterra espairar, e [...] aproveitei o passeio» (*ibidem*, p. 7). No entanto, o facto de salientar que «aprendeu muito» na sua ida à Velha Albion, impede que cataloguemos Oliveira Martins somente como um mero turista, uma vez que «quem não aprendeu não viajou: deslocou-se apenas [...] porque *fahren* = *erfahren*»²¹. Dito de outro modo, aquele que não aprendeu na viagem comportou-se como turista e não como viajante. E, no caso ramalheano, o autor demonstra a sua ânsia de conhecimento ao exclamar: «Há tantas [...] coisas que absorvem o tempo e a atenção de um passageiro na grande capital inglesa!» (*JB.*, p. 78). Portanto, a sua viagem é também um acto cognitivo, algo que, aliás, redundava nos autores em apreço.

Mas, paralelamente, há também outros tipos de viagem que, à semelhança da viagem turística, nem sempre são entendidos como verdadeiras viagens. Assim, «there are the journeyings of those whose profession or job takes them abroad. These people may travel [...], but such travel is subsidiary and so cannot count as true travel»²². Neste caso, encontramos Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, viajantes por imposição profissional e, por conseguinte, numa acepção restrita do termo, viajantes algo desvirtuados. Porém, na extensa listagem de viajantes que elabora, Percy G. Adams inclui os diplomatas entre as classes de viajantes²³, opinião que contraria o postulado anterior e permite concluir que, apesar de cônsules, Eça e Batalha também são viajantes. Ademais, segundo a argumentação de Alison Blunt, por viagem entende-se uma noção que incorpora tanto o movimento voluntário como a deslocação forçada²⁴, o que reforça a ideia de que, tanto Eça como Batalha, são realmente viajantes.

²¹ Stephen Reckert, «O Signo da Viagem», in Stephen Reckert e Y. Kace Centeno (org.), *A Viagem "Entre o Real e o Imaginário"*, Arcádia, Lisboa, 1983, p. 20.

²² M. A. Michael, in *Op. cit.*, p. 5.

²³ Percy G. Adams, *Travel Literature and the Evolution of the Novel*, The University Press of Kentucky, Lexington, 1983, p. 62.

²⁴ Alison Blunt, *Travel, Genre, and Imperialism. Mary Kingsley and West Africa*, The Guilford Press, New York and London, 1994, p. 16.

No que concerne estes dois autores importa, ainda, realçar o facto de que residiram efectivamente em Inglaterra, pelo que a sua viagem tem uma durabilidade bastante mais extensa do que as jornadas empreendidas por viajantes de ocasião. Com efeito, «andar em viagem significa no fundo parar em algum sítio, deter-se na via, suspender o caminho»²⁵. A paragem não implica um corte na viagem; é apenas uma etapa desta. E não são só os residentes que se detêm no percurso. Parar é ter tempo, ou dar-se tempo, «para um olhar, um diálogo, uma apreensão, um gesto, uma escrita»²⁶. Ramalho e Martins também efectuam pausas na viagem. Já verificámos, inclusivamente, como este último, parava na rua só para observar os transeuntes, embora não se furtasse à conversa com pessoas que ia encontrando, e cujos excertos nos apresenta. É assim que somos informados de que o autor conheceu certo cavalheiro em Hyde Park que lhe explicou serem os ingleses «o povo mais bem vestido da Europa» (*IH*, p. 53). E o próprio Ramalho aprecia demorar-se a ver montras, «deixando-se ir a gente ao acaso por aí fora [...], fumando um charuto de vitrina em vitrina» (*JB*, p. 92). Portanto, durante o seu périplo, tanto Ramalho como Martins vão parando a fim de intentarem a apreensão, através da observação, do povo que visitam.

Todavia, a noção de residente assume uma «conotação especial, representando, não a pessoa que passou, por pouco tempo, por um local, mas antes alguém que aí se demorou, em observações mais minuciosas»²⁷, portanto alguém que empreende um estudo do Outro. Assim, a propósito de residência, isto é, a paragem longa em solo estrangeiro, Batalha Reis é particularmente insistente no que toca a demarcar o seu carácter de viajante peculiar, porque habitante e estudioso do país ao qual se desloca. Reiteradamente, ao longo das suas «Revistas», o autor faz questão de salvaguardar a sua natureza de residente através de expressões tais como: «a Grã-Bretanha que habito há já muitos anos» (*RI*, p. 35) – note-se, aliás, que esta é uma das raras ocasiões em que o autor utiliza a expressão Grã-Bretanha e não Inglaterra, embora no período seguinte já se refira à Inglaterra -, «este país que habito» (*ibidem*), «quando se vive em Inglaterra por alguns anos» (*ibidem*, p. 55) ou «quem tem vivido em Inglaterra» (*ibidem*, p. 123). No entanto, não é este cariz de residente que impede Batalha de se auto-intitular «um viajante que observa e nota as suas observações» (*ibidem*, p. 35). Por conseguinte, o ser residente, somente o torna num viajante diferente. Aliás, a capacidade de imersão no

²⁵ Maria Alzira Seixo, *Op. cit.*, p. 13.

²⁶ *Idem*, *ibidem*.

²⁷ Maria Teresa Sousa Birne, *Op. cit.*, p. 58.

país visitado dá consistência à verdadeira natureza do bom viajante. Desta feita, «it is essential to be able to talk with the people encountered whilst travelling, with the countryman in his cottage, with the townsman in his shop [...], and so the traveller must be able to speak the language of the country in which he finds himself»²⁸. E nisto, Batalha Reis é exímio.

Em bom rigor, Batalha nunca enveredou por uma posição de marginalidade face ao país onde fora colocado como cônsul. Escreve para periódicos britânicos (tanto escoceses como ingleses), profere palestras em sociedades geográficas e científicas, é membro de diversas associações e, mais importante, faz inúmeras amizades duradouras e frutíferas com ingleses, das quais se salienta o contacto estabelecido com Edgar Prestage, amizade já, inclusivamente, estudada por Teresa Pinto Coelho²⁹. Aliás, Batalha Reis vive tão imiscuído na sociedade inglesa que usa esse facto como uma mais-valia para explicar que é, conseqüentemente, um cônsul em posição privilegiada para defender os interesses pátrios. Escrevendo a Pinheiro Chagas a 15 de Janeiro de 1890, a partir da Legação de Portugal em Londres, este diplomata enumera os pontos que o tornam um profundo conhecedor da Inglaterra, os quais derivam da sua imersão no país. Assim:

Os elementos principais com que hoje conto podem resumir-se nos seguintes grupos:

1. O nome que tenho em Inglaterra resultante de uma massa já considerável de escritos publicados, científicos e de polémica, de discursos e debates em Associações Científicas;
2. Pessoas que conheço, com quem estou em relações mais ou menos íntimas;
3. Associações Geográficas e Científicas de que sou membro e onde posso hoje falar com a certeza de que me escutam;
4. Jornais e Revistas que eu tenho abertos às minhas ideias e aos meus escritos em Inglaterra [...]³⁰.

A enumeração prossegue, mas, da transcrição acima apresentada, percebemos que Batalha Reis se inseriu bem no seio da sociedade do Outro, o que o torna um viajante que, como se referia anteriormente, consegue «falar a linguagem do país que visita» e, por isso, compreender as suas particularidades. Eça, por sua vez, tem sido interpretado como o homem que, contrariamente ao amigo Batalha, se isolava do

²⁸ M. A. Michael, *Op. cit.*, p. 7.

²⁹ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, «O Cenáculo em Inglaterra. Jaime Batalha Reis e Edgar Prestage», in *Op. cit.* (2000), pp. 61-96.

³⁰ Jaime Batalha Reis, «Documento XXI», in idem, *ibidem*, p. 226.

mundo inglês circundante porque, como ele próprio confidenciava a Ramalho em 1878 a respeito da sua vida em Inglaterra:

Neste degredo, faltam-me todas as condições da excitação intelectual. *Há um ano que não converso!* Isto, aí, lido na Calçada dos Caetanos, pode-lhe parecer pueril – mas digo-lhe que é apenas dilacerante. As minhas relações são pessoas perfeitamente idiotas, que nunca leram um livro, que não suspeitam sequer de que eu o faça, e que pensam que o único produto da inteligência humana é o *Times*. Dos estrangeiros, meus colegas, são desta ordem quase todos: - vivendo em Inglaterra há anos, ignoram absolutamente Dickens e Byron. Enfim, a desolação da abominação! A única pessoa com quem posso falar – não em espiritualidade, mas ao menos, falar, em sentimentos, ideias gerais, etc. – é o médico³¹.

«Degredo» solitário é como Eça qualifica a sua estada em Inglaterra. Comparativamente a um Batalha Reis, tão sociável e sempre tão activo, Eça de Queirós assemelha-se a alguém alheado do mundo envolvente. Contudo, esta interpretação é enganadora. Eça, de facto, insiste em distanciar-se de outros viajantes que, coincidentemente, também residem, e há muito tempo, em Inglaterra. Os seus congéneres diplomatas nem sequer conhecem dois dos grandes expoentes literários da nação em que exercem funções. E Eça, ao contrário, não só conhece, como ama os geniais, como ele os denomina, «Shakespeare, Byron, Swift [...], Carlyle, o nobre Macaulay, Thackeray, *semideus*, e Dickens, *Deus e semi*»³². Ademais, ainda que não nutra demasiado apreço pelas suas relações sociais, tem-nas; não se trata de um misantropo associal. Sem o querer admitir declaradamente, Eça não vive à margem dos ingleses. Acresce, igualmente, salientar que este cônsul é também alguém bastante preocupado com o que se passa em seu redor. Durante a sua estada em Newcastle, Eça assiste ao deteriorar de relações entre os mineiros da hulha e do carvão e o patronato. Simultaneamente, apercebe-se da recessão económica que o país atravessa. Como a sua correspondência consular atesta, trata-se de um cônsul muito bem informado e documentado sobre a situação difícil que tanto o país, como a região de Newcastle em particular, enfrentam e, por conseguinte «it provides evidence [...] of Eça's continuing preoccupation with the prolonged recession and its social repercussions»³³. Além disso, um viajante pouco atento, isto é, pouco imerso nas problemáticas acerca das quais pretende escrever, não poderia demonstrar «a real understanding of the miners' position

³¹ «Carta a Ramalho. 8 de Abril de 1878», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), pp. 144-143. Itálico do autor.

³² «Carta a Ramalho. 1 de Fevereiro de 1875», in *ibidem*, p. 91. Itálicos do autor.

³³ Alan Freeland, in *Op. cit.*, p. 99.

and a growing concern with their view of the conflict»³⁴. Portanto, tal como Batalha, Eça é outro viajante e residente que se imiscui na sociedade do Outro a fim de melhor o compreender e interpretar.

Mas, Eça de Queirós também se considera «um pobre exilado entre os Bretões»³⁵, tal como, anteriormente, se sentira exilado durante a sua estada consular em Havana³⁶. Ora, a experiência do exílio, «despite its profound sadness, can be worked through as an experience of crossing boundaries and charting new ground in defiance of newly authorized or old canonical enclosures»³⁷. Consequentemente, este expatriado na Velha Albion opera a transposição das fronteiras que o submergem no espaço do Outro, o que lhe dá a autoridade para opinar sobre esse Outro, inclusivamente ao arrepio das imagens já traçadas por outros viajantes. Assim, o exílio é uma outra forma de viagem. Logo, Eça é um verdadeiro viajante porque é, simultaneamente, um exilado.

Como constatamos, estes quatro autores são todos viajantes diferentes uns dos outros. Aliás, em certos aspectos, e tendo em mente diversas teorias, nem sequer se podem considerar viajantes na acepção mais completa do termo. No entanto, sejam turistas que viajam apressadamente, profissionais que se deslocam por obrigação, residentes estrangeiros no país do Outro ou exilados, podemos considerar, na verdade, Eça, Batalha, Martins e Ramalho como viajantes. Em primeiro lugar porque, afinal, «travel is a state of mind [...]. A quest, a conscious or unconscious searching for something»³⁸. E estes autores partem em busca do Outro inglês e, por acréscimo, do seu próprio Eu, isto é, da sua identidade. Simultaneamente, o próprio turismo, é uma noção menos espartilhante do que se presume à primeira vista, uma vez que pressupõe «um movimento de partida e de retorno ao local de origem, fundamentado em motivações e necessidades de ordem psíquica, sanitária, ambiental, recreativa, cultural, profissional, religiosa, desportiva, comercial e outras»³⁹. Portanto, tantas vezes interpretado sob prismas negativos, o turismo é, afinal, «an existential quest for “authentic”

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 102.

³⁵ «Carta a Ramalho. 1 de Fevereiro de 1875», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 90. Não nos esqueçamos, contudo, de que, nesta altura, Eça ainda está no início da sua estada em Inglaterra.

³⁶ Desabafando com Ramalho, como fazia tantas vezes, Eça escreve: «Tenho saudades do enxuro do Rossio. – Você não compreende decerto este sentimento, porque nunca esteve exilado», «Carta a Ramalho. 1873», in idem, *ibidem*, p. 74.

³⁷ Trinh T. Minh-ha, «Other than Myself/My Other Self», in George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putnam (eds.), *Traveller's Tales. Narratives of Home and Displacement*, Routledge, London and New York, 1994, p. 16.

³⁸ M. A. Michael, *Op. cit.*, p. 1.

³⁹ José Carlos Vilhena Mesquita, *A Viagem. Uma Outra Forma de Turismo na Perspectiva do Conhecimento Histórico*, Universidade do Algarve, Faro, 1986, p. 11.

experiences»⁴⁰, sendo impulsionado, entre outros factores, pela demanda do Outro exótico ou pela descoberta da identidade⁴¹. Ademais, turismo e viagem são ambas acções idênticas que implicam um movimento em busca da diferença⁴² e que, simultaneamente, resultam de uma divisão bífida entre o quotidiano que se deixa para trás e o extraordinário de que se vai ao encontro⁴³. Consequentemente, até o turista pode ser um verdadeiro viajante. Aliás, esta ilação leva-nos a uma outra problemática porque, no mundo moderno, não existem distinções cabais entre turistas e viajantes e porque «acting as a tourist is one of the defining characteristics of being “modern”»⁴⁴. Em suma, como sintetiza Maria Luísa Leal, o turismo é «le modèle dominant du voyage dans les sociétés modernes et postmodernes»⁴⁵.

Sendo viajantes, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins são, também, turistas, sem que, no entanto, tal noção os desprestigie. Ramalho, por exemplo, não demonstra pruridos em intitular-se um «*touriste*», como vimos, como também se assume como «simples viajante» (*JB*, p. 59). E Eça, na realidade, durante a sua vida e, mais particularmente, durante a sua carreira consular empreendeu diversas viagens que se podem catalogar de turísticas. Enquanto permaneceu em Havana, deslocou-se aos Estados Unidos e ao Canadá num périplo que se prolongaria por cinco meses e meio. É certo que o moviam certas «razões sentimentais»⁴⁶, mas Eça também aproveitou a viagem para apreciar os dois países, não deixando, inclusivamente, de escrever sobre eles. Remetendo uma carta a Ramalho a partir de Montreal, discorre sobre Nova Iorque, sobre Chicago e sobre os americanos que vivem numa «sociedade podre de rica, afogada em luxo, exagerando as modas, inventando muitas – e querendo enriquecer mais e ter mais luxo ainda»⁴⁷. Portanto, este turista, ou viajante, olhava para a sociedade do Outro, do americano, e intentava a sua interpretação, como, mais tarde, o

⁴⁰ Simon Coleman e Mike Crang, in *Op. cit.*, p. 4.

⁴¹ Cf. Jeremy Boissevain, «Preface», in idem, *ibidem*, p. ix.

⁴² Chris Rojek e John Urry, «Transformations of Travel and Theory», in Chris Rojek e John Urry (eds.), *Touring Cultures. Transformations of Travel and Theory*, Routledge, London and New York, 1997, p. 17.

⁴³ John Urry, *The Tourist Gaze*, 2ª ed., Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi, 2002 (1ª ed. 1990), p. 11.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁴⁵ Maria Luísa Leal, «Récit, voyage et typologie. A propos de *Voyage autour de ma chambre* de Xavier de Maistre», in Maria Alzira Seixo e Graça Abreu (org.), *Op. cit.*, p. 157.

⁴⁶ José Calvet de Magalhães, «Eça de Queirós, Cônsul e Escritor», in Jorge Couto (dir.), *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Edição Comemorativa do Centenário Queiroziano*, nos. 9 e 10, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, Lisboa, Abril/Setembro de 2000, p. 14. Em 1873, Eça conhece duas americanas, Anna Conover e Mollie Bidwell, em Havana, com as quais manterá um relacionamento amoroso em simultâneo. Cf., também, Pedro Luzes, «Americanas. A Educação Sentimental de Eça de Queiroz ou Seus Amores por Duas Jovens Americanas», in A. Campos Matos (org. e coord.), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Caminho, Lisboa, 2000, p. 22.

⁴⁷ «Carta a Ramalho. 20 de Julho de 1873», *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 82.

faria a propósito dos ingleses. Posteriormente, já cônsul em Newcastle e em Bristol, Eça escapava aos seus afazeres profissionais através de frequentes fugidas a locais como Londres, Paris, Dinan ou Angers, pelo que, sucumbindo à compulsão das viagens, a «assiduidade ao serviço nunca foi uma das suas qualidades»⁴⁸.

O turista é o viajante moderno e, por isso, no contexto em que nos inserimos, os quatro autores em evidência não podem deixar de ser, também, turistas. Ademais é através da visão que o turista apreende o universo estrangeiro. A importância deste sentido é de tal magnitude no processo turístico que Chris Rojek e John Urry se referem a esta hegemonia da visão como «ocularcentrism»⁴⁹, acrescentando que tal é tanto mais importante para oferecer consistência à viagem turística como verdadeira viagem quanto «observation came to be regarded as the only sure basis of scientific legitimacy»⁵⁰. Se nos lembrarmos, Eça, Batalha, Ramalho e Martins, sequazes do método científico, insistem na objectividade da sua análise da Inglaterra porque observaram a sua realidade, e é, precisamente, através da observação que podem chegar a conclusões que, posteriormente, apresentam aos leitores. Por conseguinte, o turista é um observador, portanto um estudioso de outras realidades, um viajante na mais completa acepção do termo. No entanto, não o esqueçamos também, o olhar não é uniforme⁵¹, o que admite a pluralidade de visões.

Uma vez que existem bastantes condicionantes que obstam à unicidade da visão, o viajante necessita certificar que a imagem que (re)cria do país do Outro – a sua imagem – é verídica. Ou seja, o viajante precisa assegurar que aquilo que (d)escreve é, efectivamente, real, porque verdadeiro⁵², algo que, aliás, também preocupa os autores em estudo. Precavendo-se contra eventuais ataques que o acusem de faltar à verdade, Batalha Reis assevera que, nos seus artigos, deixará «quanto possível, falar os factos» (*RI*, p. 36), tentando, por isso, pôr a tónica do seu discurso na objectividade, garante de fidelidade para com a realidade. Opção similar demonstra Ramalho quando, por exemplo, pretende exemplificar «com factos» (*JB*, p. 117) algumas verdades sobre a prostituição em Londres. Ademais, este salientar da objectividade exprime o cientismo

⁴⁸ José Calvet de Magalhães, in Jorge Couto (dir.), *Op. cit.*, p. 21. Ilustrativo da faceta de um Eça de Queirós empreendedor de viagens turísticas é, aliás, o romace de José-Augusto França, *A Bela Angevina*, Editorial Presença, Barcarena, 2005.

⁴⁹ *Op. cit.*, p. 5.

⁵⁰ *Idem, ibidem.*

⁵¹ Cf. David Chaney, «The Power of Metaphors in Tourism Theory», in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 196.

⁵² Relativamente à insistência na veracidade do relato de viagens cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), pp. 88-97.

que tanto Batalha como Ramalho querem imprimir à sua imagem da Inglaterra. Já Eça, ao invés de insistir que se aterá à mais pura factualidade, prefere conferir um cunho de objectividade científica às suas cartas inglesas citando directamente dos periódicos que lê. Deste modo, atesta a veracidade das informações que sistematicamente transmite ao público luso-brasileiro, pois não é ele, autor, que revela algo, mas sim a imprensa britânica. Este viajante e, simultaneamente, correspondente jornalístico é, então, o intermediário informativo entre o mundo do Outro inglês e o universo do Eu, o receptor das notícias sobre o estrangeiro. Assim, por exemplo, quando quer dar conta de um escândalo que abalou a alta sociedade londrina ao envolver o adultério da esposa de *Sir Charles Tempest*, Eça limita-se a transcrever o que a *Whitehall Review* publicara acerca do caso. Depois, para elucidar os seus leitores sobre a falta de neutralidade da imprensa britânica cita: «E o jornal acrescenta, como por sua conta e risco: “A esposa infiel e o seu amante estão em Paris. Todas as simpatias estão com o infeliz *Sir Charles*”» (CICL, p. 247). Por se ater ao que a imprensa deu a lume sobre o sucedido a *Sir Charles*, Eça, à semelhança do que Batalha Reis e Ramalho preconizavam, deixou “falar os factos”.

No entanto, a razão mais forte de que todos os viajantes se socorrem a fim de provarem que não são omissos em relação à verdade quando exprimem a sua visão do que encontraram no estrangeiro provém do facto de que, contrariamente ao leitor sedentário, viajaram efectivamente, podendo, por conseguinte, abordar realidades que o seu público não conhece⁵³. Ademais, a grande atracção suscitada pelos viajantes que escrevem sobre as suas viagens sempre foi «that of a new kind of individual, offering unique experiences»⁵⁴. Qualquer dos autores que analisamos recorre a expressões que comprovam a sua estada na Inglaterra para reiterar o seu compromisso para com a verdade, vulgo objectividade, de cientistas sociais. Quando quer descrever uma festinha de crianças que representam a corte do rei Artur, Eça constata que presenciou a mesma «na casa de campo dos [s]eus amigos Birds no país de Cornwall» (*ibidem*, p. 177). Por outro lado, apenas quem experimenta os dias outonais ingleses poderia revelar:

Nada iguala o encanto suavizador e meigo dos meados de Outubro, nestes condados do Sul. [...]

⁵³ Susan Bassnett é peremptória ao afirmar que: «Travellers have pretensions towards faithfulness, insisting that we believe their accounts [...] because they have been there and we have not», in *Comparative Literature. A Critical Introduction*, Blackwell, Oxford, UK and Cambridge, USA, 1993, p. 103.

⁵⁴ Jenny Meziems, «“Tis Not to Divert the Reader”. Moral and Literary Determinants in Some Early Travel Narratives», in Phillip Dodd (ed.), *The Art of Travel. Essays on Travel Writing*, Frank Cass, London, 1982, p. 2.

Tem-se aqui alguma daquela paz etérea que os poetas pagãos sonhavam nas perspectivas inefáveis dos Eliseus: somente a natureza particular do Norte, as linhas de arquitectura saxónia, o arranjo das culturas, dão a feição romântica e elegíaca que falta à paisagem latina.

Caminha-se numa luz ligeira, de um dourado triste, de um enternecimento quase magoado [...] (TI, pp. 97-98).

Assim, quando escreve «nestes condados» e «tem-se aqui», Eça não só inclui a sua presença na experiência que relata, como, tal cientista, dá a conhecer a experimentação exercida sobre o objecto em estudo: o Outono saxónico. Ademais, só a vivência em primeira mão desta estação naquelas paragens setentrionais permitiria ao autor recorrer à comparação com paragens mais meridionais e à sua adjectivação tão pessoal, sobre a qual Guerra da Cal declarava ser «talvez o mais flexível e rico dos seus instrumentos verbais, e sem dúvida o de mais subtil e eficaz virtude no encanto especial de sua maneira de “dizer”»⁵⁵. Similarmente, e como já salientámos acima, Jaime Batalha Reis também não deixa de reiterar constantemente a sua «residência em Inglaterra» (RI, p. 91) como garantia de testemunho verídico das coisas que relata aos receptores das suas «Revistas Inglesas».

Ramalho, que, como sabemos, apenas permaneceu na Inglaterra por breves semanas, também se preocupa, e bastante, em insistir na sua presença em solo inglês. Para que não restem dúvidas, o autor demarca-se do leitor de *John Bull*, superiorizando-se-lhe, porque teve o privilégio de calcorrear Londres e seus arredores. Logo, valida a fidelidade da sua imagem. Além disso, esta superiorização face ao leitor torna-o no «powerful mysterious alien who attracts readers by recounting experiences none can share, and whose authority is that of an individual in possession of a reality unique to himself and in his gift to others»⁵⁶. Não é demais, então, verificar a maneira como Ramalho, algo imodestamente, insiste em afirmar, e comprovar, a sua estada na Velha Albion:

Foi somente pelo breve espaço de quinze dias que os meus indignos sapatos tiveram a glória de palmilhar o solo venerando do West End, o pavimento sagrado de Trafalgar Square, de Grosvenor Square, de Piccadilly e de Regent-Street.

Desembarcar em terra inglesa, em Folkestone ou em Newhaven, percorrer em caminho de ferro as South-Downs e a floresta de Tilgate, atravessar de um vôo as colossais dependências suburbanas de

⁵⁵ Ernesto Guerra da Cal, *Op. cit.*, p. 137.

⁵⁶ Jenny Mezciems, in Phillip Dodd (ed.), *Op. cit.*, p. 8.

Londres, entrar enfim e apear em uma dessas enormes estações metropolitanas como Victoria-Station ou Charing Cross, é uma sensação inteiramente especial na vida.

[...]

Foi debaixo dêste céu, foi neste chão, em que eu bato com a ponteira do meu bordão, que nasceu Darwin [...], que nasceu Herbert Spencer [...], e que nasceu Charles Dickens [...] (*JB*, pp. 60-61).

Similarmente, Oliveira Martins também enfatiza amiúde a sua presença em Inglaterra e, por isso, dedica o primeiro capítulo de *A Inglaterra de Hoje* à descrição da sua chegada àquele país e às impressões visuais, embora fugazes, que o percurso até à capital lhe suscita. Ademais, alude, frequentemente, às suas deslocações em Londres e cercanias, às visitas que realiza a museus e outros pontos pitorescos ou às viagens que faz de comboio e de barco, de modo a convencer os leitores de que realmente viu e viveu o que narra.

Paralelamente, o sublinhar da presença autoral no estrangeiro tem também a intenção de aproximar o viajante do leitor sedentário, algo que não deixa de ser procurado pela literatura de viagens, uma vez que «a descoberta do espaço da viagem é vivida do mesmo modo por aquele que lê e aquele que viaja, neste género literário em que a verosimilhança, o efeito de realidade [...] fazem parte da condição *sine qua non* de testemunho que o texto deve ter para convencer o seu leitor a respeito daquilo que conta»⁵⁷. Logo, a experiência da viagem é uma em que participam tanto o viajante como o leitor da sua narrativa.

Pelo que acabamos de debater, depreende-se que por viagem não se entende um acto simples que envolve somente a deslocação espacial de um local para outro. É, também, um processo de conquista. Ademais, encarar a viagem apenas como movimento no plano geográfico é descurar a importância de uma acção complexa que, desde a alvorada dos tempos, tem acompanhado o desenvolvimento da espécie humana. Com efeito, a mobilidade é uma necessidade indispensável à vida animal, assumindo-se, por conseguinte, como função vital, a qual, por sua vez, o Homem elevou ao estatuto de arte, indissociável do progresso do ser humano⁵⁸, ao mesmo tempo que a investia de conotações simbólicas. Como Maria Alzira Seixo a define, a viagem compreende «um conjunto nocional de componentes enraizadas na existência humana (v. g. partida,

⁵⁷ Nuno Júdice, «A Viagem Entre o Real e o Maravilhoso», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 621.

⁵⁸ Cf. Geneviève Menant-Artigas, *Op. cit.*, p. 3.

chegada, projecto, realização, caminho, travessia, finalização, retorno), e, por conseguinte, nas coordenadas de espaço e de tempo que lhe são coextensivas»⁵⁹.

Contudo, mais do que deslocação, a viagem é, como se referia acima, busca: de verdade, de conhecimento, de progresso espiritual, de aventura, de novos horizontes, exprimindo, em paralelo, desejos profundos de mudança interior causados por uma insatisfação que conduz à necessidade de experiências novas, se quisermos deitar mão de premissas junguianas⁶⁰. Oliveira Martins, com efeito, precisou realizar uma viagem a fim de obter apaziguamento espiritual e encontrar-se consigo próprio, pois a sua demissão do Governo «foi sentida por ele como o momento mais doloroso da sua carreira política»⁶¹. Assim, a viagem também se justifica quando o indivíduo precisa de fugir de uma situação angustiante de litígio, de perseguição ou de problemas familiares⁶² e, para tal, parte em busca de experiências mais felizes. De facto, até na própria motivação instigadora da viagem Martins se assemelha ao seu mestre, Stendhal. Para este, as viagens são «son goût le plus fort, celui où il se réfugie pour échapper à l'ennui d'une existence sèche et plate, à des déceptions politiques, au chagrin d'un amour trahi»⁶³.

Batalha Reis também sucumbe a uma inquietude de espírito e embarca numa carreira diplomática que lhe preencha a ânsia de viajar, a qual não era colmatada pela sua actividade como docente e engenheiro agrónomo⁶⁴. Maria José Marinho dá, precisamente, conta deste ensejo na sua breve biografia de Batalha Reis, ao indagar o porquê de o autor querer sair de Portugal:

O que terá levado este homem, com uma carreira já firmada no campo da agronomia, a abandonar a pátria e a estabilidade económica por uma nova actividade? Talvez se sentisse, como muitos companheiros de geração, limitado na estreiteza do ambiente português e sonhasse com uma vivência cultural europeia que os meios diplomáticos podiam facilmente proporcionar, não esquecendo o seu

⁵⁹ Maria Alzira Seixo, *Op. cit.*, p. 12.

⁶⁰ Cf. «Viagem», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, trad. de Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Teorema, Lisboa, 1982, pp. 691-692.

⁶¹ Carlos Coelho Maurício, «Cronologia de Oliveira Martins», in *Inventário do Espólio de Oliveira Martins*, organização e inventariação de Maria José Marinho, Fundos da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1995, pp. 46-47.

⁶² Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), p. 67.

⁶³ Doris Gunnell, *Stendhal et l'Angleterre*, prefácio de Ad. Pauré, Charles Bosse Librairie, Paris, 1909, p. 1.

⁶⁴ Em Fevereiro de 1872, Batalha Reis fora nomeado chefe do Serviço Agrícola do Instituto Geral de Agricultura, instituição na qual ministraria sucessivamente as cadeiras de Botânica e Economia Rural e Florestal e, posteriormente, de Microscopia e Nosologia Vegetal. Cf. Maria José Marinho, *Op. cit.*, pp. 26, 27 e 37.

desejo veemente de viajar, de conhecer novas terras. E a verdade é que o século XIX é fértil em diplomatas-escritores, portugueses, espanhóis, franceses, brasileiros...⁶⁵.

Maria José Marinho revela-nos, então, um Jaime Batalha Reis que se sente, de certo modo, enclausurado num país claustrofóbico e que, conseqüentemente, tem latente dentro de si uma insatisfação que só será suprimida através da viagem, uma vez que esta representa o «*désir d'échapper à une civilisation trop contraignante*»⁶⁶. Contudo, não é só Batalha que busca a panaceia para as suas maleitas de espírito na viagem. Antes dele, também os ilustres Taine e Eça empreenderam a fuga dos seus países, percebidos como asfixiantes e definhantes, através de uma viagem, precisamente à Inglaterra. Assim, para o primeiro, «*la France [...] est un pays malade. L'Angleterre, au contraire, dans l'éloignement, doit offrir le spectacle d'un pays de tranquillité et de prospérité continues*»⁶⁷. Similarmente, o discípulo Eça de Queirós também deseja a evasão de um Portugal atrofiante, pelo que, desde cedo, empreenderia longas viagens que o transportariam a vários continentes e que, tal como no caso do amigo Batalha, desembocariam na opção pela carreira consular. A primeira grande viagem de Eça realizou-se em 1869 ao Egipto. João Gaspar Simões admite que o jovem se tivesse sentido tentado a partir porque, naquela altura, padecia de «*uma doença romântica*» exacerbada pelas leituras que fizera de Nerval, Chateaubriand e do Flaubert romântico, entre outros. «*Viajar, partir, eis a mais íntima aspiração de todo aquele que atravessara as flamejantes florestas do romantismo [...]. Partir por partir, nada mais [...]. Partir, partir fosse para onde fosse, eis [...] a mais íntima aspiração do jovem escritor*»⁶⁸. Com efeito, Eça procuraria as «*novas experiências*» e os «*novos horizontes*» que só se abrem com as viagens e, por isso, «*a viagem ao Oriente foi importante [...], não só do ponto de vista literário, mas existencial. Foi então que ele percebeu não estar disposto a deixar-se encarcerar num país periférico. Queria partir, ver exposições, países [...], o mundo!*»⁶⁹. Ou seja, tanto para Martins, como para Eça ou Batalha, a viagem é uma necessidade que tem por finalidade contrapor-se a uma certa angústia e insatisfação interior, que no caso eciano jamais se aplacaria, apesar das suas sucessivas colocações em postos consulares. Como o próprio confessaria a Ramalho, em Havana sente-se «*aborrecido, doente e*

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁶⁶ Geneviève Menant-Artigas, *Op. cit.*, p. 13.

⁶⁷ F. C. Roe, *Op. cit.*, p. 9.

⁶⁸ João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, 2ª ed., Livraria Bertrand, Amadora, 1973 (1ª ed. 1945), p. 200.

⁶⁹ Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), p. 68.

estúpido»⁷⁰, em Newcastle sofre horrores «com esse monstro implacável - o *spleen*»⁷¹ e em Paris «arrastava, pela cidade, dias de imenso tédio»⁷². E esta opressão interior do indivíduo fora, por outro lado, uma das razões que, no século anterior, levava à realização do *Grand Tour*, essa viagem por excelência, cujo objectivo também se centrava em «resolver uma crise de identidade, uma insegurança existencial e a ameaça de um vazio de referentes estéticos sólidos»⁷³. Por conseguinte, as motivações subjacentes à viagem realizada por estes três autores são, em suma, similares ao impulso que despertava o viajante paradigmático, o *Grand Touriste*.

Ramalho Ortigão é, por sua vez, outro viajante que procura algo nas suas viagens. De facto, «viajante sedento por diferentes paisagens [...], digressionou pela Europa em jornadas de estudo e de recreio»⁷⁴. Portanto, este autor ambiciona alcançar conhecimento e, ao mesmo tempo, obter prazer da viagem, a qual não é, deste modo, desprovida de uma busca, de uma intencionalidade. Aliás, a procura de prazer não desvirtua o empreendimento do viajante porque é, afinal, outro dos principais objectivos da viagem, o qual era, aliás, almejado pelo próprio *Grand Touriste* de Setecentos. Desta feita, «the pleasures of the senses were always part of the grand tourists' motives»⁷⁵. No entanto, com o decorrer dos anos «travel became more than a necessary evil, a burden to be borne by, for example, pilgrims, merchants and explorers, but rather came to be constructed as an end in itself, as a form of pure pleasure»⁷⁶. Portanto, é também por responderem ao apelo de proceder a uma demanda, da índole mais variada, que qualquer dos autores em análise pode ser concebido como um viajante na acepção mais genuína do termo.

Além de empreender uma busca, o verdadeiro viajante é também um explorador: «The true traveller has in him something of the explorer's urge to discover. It does not matter that there is little scope left for original discovery. [...] The true traveller is also able to explore»⁷⁷. Neste caso particular, tanto Batalha Reis, como o seu compatriota Oliveira Martins são viajantes com autênticas veias de exploradores pois, como

⁷⁰ «Carta a Ramalho. 1873», in Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 74.

⁷¹ «Carta a Ramalho. 1 de Fevereiro de 1875», in idem, *ibidem*, p. 92.

⁷² Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), p. 313.

⁷³ João Barrento, in J. W. Goethe, *Op. cit.*, p. vii.

⁷⁴ Amadeu Carvalho Homem, «Razão e Sentimento na Evolução Espiritual de Ramalho Ortigão», *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 21, Faculdade de Letras, Coimbra, 2000, p. 216.

⁷⁵ Lynne Withey, *Op. cit.*, p. 8.

⁷⁶ James Duncan e Derek Gregory, «Introduction», in James Duncan e Derek Gregory (eds.), *Writes of Passage. Reading Travel Writing*, Routledge, London and New York, 1999, p. 6.

⁷⁷ M. A. Michael, *Op. cit.*, p. 7.

constataremos melhor na segunda parte da nossa análise, ambos se embrenham em missões exploratórias de estudo pelos bairros tenebrosos londrinos, aqueles bairros escuros e perigosos do *East End* onde o famoso Jack, o Estripador actuava impunemente⁷⁸. Eça e Ramalho não se sentem tentados a visitar o infame *East End*, mas ao invés, e como o segundo comprova, preferem explorar o verdejante campo inglês. Aproveitando a sua curta estada em Inglaterra, Ramalho decide visitar Eça, à data cônsul em Bristol. Passando alguns dias com o amigo, Ramalho relata uma longa excursão que ambos realizaram pelos campos em torno daquela cidade, tais exploradores intrépidos e infatigáveis:

Não sei ao certo que distância nós andámos a pé nesse memorável domingo. Suponho não exagerar computando-a em mais de vinte milhas.

Fomos ao longo dos campos, pelo meio dos trevos, através dos prados, percorremos uma infinidade de aldeias encantadoras [...]. Subimos outeiros, descemos colinas, atravessámos vales, passámos pontes, trepámos cancelas, embrenhamo-nos em matas, embebemo-nos em caminhos côncavos cobertos de carvalhos, surgimos à estrada larga, metemo-nos por atalhos; vimos parques, vimos pomares, vimos alfobres e sementeiras, talhões de couves, geiras de legumes, canteiros de resedas, de groselhas, de framboesas [...] (*JB*, pp. 218-219).

A descrição ramalheana desta verdadeira odisseia campestre prossegue. Porém, através desta citação, conseguimos perceber como ambos os autores se aventuraram num acto exploratório do país do Outro. Somente após esta experiência é que Ramalho pode, efectivamente, debruçar-se sobre o campo inglês com a autoridade de quem o explorou. Portanto, o espírito do explorador também se presente nestes quatro viajantes.

No entanto, e bastante mais relevante do que a determinação exploratória que caracteriza o viajante, existe a sua faceta de cientista social que dissecar os mundos estranhos que visita. Já constatámos como Eça de Queirós, Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins se consideram cientistas e como aplicam uma metodologia científica ao seu estudo dos ingleses. Contudo, importa frisar que o viajante é simultaneamente um cientista. Com efeito, até o turista o é⁷⁹. A semelhança entre o viajante e o etnógrafo prende-se com o facto de que «both attempt to transport a reader

⁷⁸ Cf. Parte II, 2.2.2.

⁷⁹ «Anthropologists themselves are sometimes better seen as a variant of tourists [...]. Both are seeking to create symbolic capital from travel and both work by translating foreign experience into domestic categories», Simon Coleman e Mike Crang, in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 9.

through their writing to another place and to convey a knowledge of the other»⁸⁰. Portanto, quando intentamos definir os quatro autores em apreço como viajantes, tal instância sai fortalecida pelo facto de serem, também, cientistas. Aliás, até o próprio Goethe, esse *Grand Touriste* excelso e paradigmático, se assume como tal. Assim, «Goethe's "trip" marks an important transition in his life from the poet of feeling to the scientific observer», o que significa que a preocupação científica é uma das premissas subjacentes à viagem⁸¹.

Viajantes modernos porque são, simultaneamente, turistas é como, em suma, perspectivamos os quatro autores que ora analisamos. Porém, qualquer deles rejeita ser interpretado como um viajante desinteressante, porque turista apressado inserido nas massas anónimas que viajam, ou porque viajante apático. Eça, Batalha, Ramalho e Martins salvaguardam o seu carácter especial, logo, a sua diferença, face aos outros viajantes. E esta divergência tanto é projectada sobre os ingleses como sobre os seus compatriotas lusos. O que lhes importa referir é, afinal, e como salientam Claudia Bell e John Lyall: «I am special – because I have had these experiences»⁸², o que é, aliás, comum a todos os viajantes e turistas.

1.1.2. Os Outros Turistas

Viajantes compulsivos que, em consonância, escolhem carreiras que lhes permitam refrear a ansiedade causada pela imobilidade, Eça e Batalha podem comprovar, durante as suas longas estadas na Velha Albion, que os ingleses também são adeptos da realização de viagens, facto que recebe a anuência de Martins e de Ramalho. Na verdade, os autores mais não fazem do que constatar, como afirmava Taine, que o maior prazer de um inglês é viajar⁸³. Com efeito, entre os diversos factores que permitem compreender o apreço que os ingleses oitocentistas nutrem pelas viagens encontram-se «a sense of insularity, an interest in the culture of Continental capitals, a desire to escape northern winters – and the interest in travel fostered by previous generations of grand tourists»⁸⁴. Além deste interesse por paisagens mais soalheiras, não

⁸⁰ Caroline B. Brettell, *Op. cit.*, p. 129.

⁸¹ Renel K. Wilson, *Op. cit.*, p. 5.

⁸² In Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 34.

⁸³ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 109.

⁸⁴ Lynne Withey, *Op. cit.*, p. 62.

podemos menosprezar o facto de que, no século XIX, há uma percentagem significativa da população inglesa que viaja porque se trata de um país próspero em pleno desenvolvimento. Os meios de transporte, nomeadamente os comboios, também melhoram e a mentalidade da população reconhece que a realização de viagens oferece prestígio social, oportunidades de descanso e fuga à rotina e, acima de tudo, contribui para a educação dos indivíduos⁸⁵. Por tudo isto, os ingleses oitocentistas são, na verdade, o povo que mais viaja na época⁸⁶. No entanto, embora não desmintam este facto, nem todos os autores em estudo se referem benevolmente ao modo como os ingleses viajam.

Ramalho Ortigão é, dos quatro, aquele que mais aprecia o amor inglês às viagens. Para si, o viajante inglês é paradigmático, como confessa ao redigir a sua missiva «A Sir John Bull em Sua Ilha», a carta que abre a obra *John Bull*. Assim, escreve o autor:

Tu viajas digna e honradamente para aprender. És o primeiro de todos os *touristes* profissionais; és o mais completo e perfeito viajante de todo o mundo. Entras numa cidade seriamente, religiosamente quási, como entra numa biblioteca o estudioso que se quer instruir. Não tens preferências antecipadas nem opiniões preconcebidas. Todos os fenómenos te interessam por igual modo, e com igual escrúpulo os escrituras e relacionas dia a dia no teu caderno de notas. Equipas-te com incomparável perfeição, ninguém tem melhores estojos, nem melhores malas, nem mais confortáveis *plaid*s, nem mais leves capacetes de sabugo, nem mais sólidos sapatos de marcha (*JB*, pp. 19-20).

Para Ramalho, o inglês não é um turista de acaso. É, ao invés, um viajante atento, alguém que realiza a viagem em busca de conhecimento. Advogado do cientismo que deve envolver qualquer empreendimento, o autor vê no viajante inglês um cientista interessado e escrupuloso, munido de ferramentas próprias, como cadernos e estojos. Mas, se Ramalho enaltece as virtudes do viajante inglês, Oliveira Martins, inversamente, olha para «as bengalas várias para cada género de passeio; os sacos, as malas, os estojos, os *waterproofs*, as mantas, os rôlos, os binóculos: tudo quanto é indispensável às viagens incessantes» (*IH*, p. 76) não como as ferramentas do verdadeiro viajante, mas como peças que tornam a vida «horripelmente complicada» e «artificializada» (*ibidem*). Não é o viajante que necessita destes apetrechos, é o «instinto nómada irresistível» (*ibidem*) da própria raça inglesa. O inglês não escapa nem ao

⁸⁵ L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *The Travel Trade*, Practical Press, London, 1958, p. 30.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 34.

determinismo rático que o impele a viajar, nem ao momento de progresso tecnológico que «artificializa» a realização da viagem. Oliveira Martins, o crítico dos males do progresso, imbuído do espírito tainiano, não vê nos ingleses verdadeiros viajantes, mas uma raça propensa ao movimento, como, aliás, melhor constataremos adiante. Sabendo que Stendhal deplorava «l'Anglais *globe-trotter*, [...] à visage morne, à démarche disgracieuse, qui, guide en main, promène son ennui dans le quatre coins du monde [...] entendez par là triste, prompt à se fâcher, hypocrite et puritain»⁸⁷, entenderemos melhor o porquê de Martins e, sobretudo, Eça, antes dele, serem tão cáusticos em relação aos turistas ingleses.

Este último, em rigor, fala destes como um povo de turistas abomináveis semelhantes a formigas inquietas. Aliás, a «vasta massa burguesa e comercial» (TI, p. 160) nem sequer concebe a vida sem a *Travelling Season*, quando, entre Setembro e Outubro, «o famoso *touriste* inglês faz a sua aparição no continente» (*ibidem*, p. 159). Ora, o simples facto de rotular os viajantes ingleses de turistas é, só por si, indicador do quanto estes são antipáticos ao pensamento queirosiano.

Na verdade, como já referimos, o turista não é, tipicamente, considerado aquele viajante completo que era o *Grand Touriste* do século XVIII, que viajava sem pressas e tendo como um dos seus propósitos máximos a fruição da viagem pelo prazer de aprender. O turista moderno, e, por acréscimo, o negócio que lhe está associado, é, efectivamente, «the particular outcome of a highly mechanized civilization»⁸⁸ e, no século XIX, o turismo é immanentemente uma experiência burguesa permitida pelo industrialismo⁸⁹. Eça estava certo quando se referia às massas burguesas de turistas ingleses, pois eram elas que viajavam, ou como diria o articulista, eram elas que iam «riscando de linhas escuras o continente, indo alastrar os vales do Reno, negreando pela neve dos Alpes acima, serpenteando pelos vergéis da Andaluzia, atulhando as cidades da Itália, inundando a França» (*ibidem*, p. 160), descrição esta que enfatiza o desagrado de Eça por estas turmas invasoras, mas que ilustra bem como os ingleses mais endinheirados viajam, em larga escala, por todo o Velho Continente e, sobretudo, pela França. Se, na *Gazeta de Notícias*, o autor afirmava que os ingleses «inundavam a França», no periódico *A Actualidade*, Eça constata que este país é a nação que o «inglês mais visita», pois «é lá que o negociante vai descansar do tráfico da City, o fidalgo da

⁸⁷ Doris Gunnel, *Op. cit.*, p. 2.

⁸⁸ L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *Op. cit.*, p. 20.

⁸⁹ Cf. James Duncan e Derek Gregory, in James Duncan e Derek Gregory (eds.), *Op. cit.*, p. 6.

monotonia da vida do campo, o professor dos trabalhos da escola, o clérigo da secura das missões» (CICL, p. 344). Ademais, após 1815, isto é, depois de cessar a ameaça napoleónica, cada vez mais, os turistas britânicos que se deslocam à Europa continental incluem famílias inteiras e, inclusivamente, mulheres sozinhas⁹⁰. Não é, efectivamente, sem alguma crítica corrosiva que Eça nota que as famílias inglesas gostam de excursionar pela Europa. Assim, referindo-se aos viajantes ingleses de maneira pejorativa, revela: «*Isto às vezes viaja com a esposa, a cunhada, uma amiga da cunhada, uma conhecida desta amiga, sete filhos, seis criados, dez cães, e outros cães conhecidos destes cães*» (TI, p. 160. Itálico nosso). Para Eça, os viajantes ingleses são, afinal, hordas imensas de turistas desagradáveis e invasores. Oliveira Martins, por seu turno, não só corrobora este dado, como acrescenta que a mulher inglesa também viaja bastante. Ao viajarem, os ingleses «vão aos bandos, famílias inteiras, quer haja, quer não haja homens; porque a mulher, desde que chega a certa idade e quer se case, quer não, troca o ar vaporoso por um ar viril pouco feminino» (IH, p. 142). Martins não só deplora as multidões de turistas ingleses, como aproveita o facto de as mulheres viajarem muito para começar a tecer as suas apreciações relativas à mulher inglesa, as quais a ilustram como um ser estranho e masculinizado, imagem redundante em *A Inglaterra de Hoje*, como teremos ocasião de aprofundar melhor na segunda parte deste estudo⁹¹.

Ramalho, por sua vez também corrobora a ideia de que o inglês das classes mais endinheiradas gosta muito de peregrinar pela Europa, uma vez que tanto o *lord* como o *gentleman farmer* viajam «periódicamente no continente» (JB, p. 265). E, na realidade, «the wealthy English were to be found everywhere in Europe, spurred by a sense of adventure and curiosity, which has characterized English tourism in Europe for two and a half centuries»⁹², o que equivale a dizer que os ingleses visitavam praticamente todos os recantos pitorescos da Europa, sobretudo os locais ainda livres da corrupção provocada pela industrialização, de que os Alpes suíços são exemplo⁹³. E, ademais, faziam-no altaneiramente, como salienta Batalha Reis ao relatar que «um soberano desprezo pelo estrangeiro é a principal característica discernível no inglês que viaja no continente» (RI, p. 95). O propósito do turista inglês era observar o Outro, neste caso o Outro continental que ainda vive em sociedades pouco industrializadas. Tratando-se da

⁹⁰ Cf. Lynne Withey, *Op. cit.*, pp. 60-61.

⁹¹ Cf. Parte II, 2.3.3.

⁹² L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *Op. cit.*, pp. 27-28.

⁹³ Cf. idem, *ibidem*, p. 29.

Inglaterra, «the natural world is “other” to an urban industrial civilisation [...]. Nature has become an aesthetic “luxury” for individuals who live in cultures that value, as consumer commodities, access to travel and adventure»⁹⁴. Portanto, sob este prisma, o turista inglês não pode ser um verdadeiro viajante, uma vez que a viagem é, para si, mais um outro bem de consumo.

Além disto, quando Eça menciona os confortos que a industrialização põe à disposição do turista, nomeadamente hotéis e comboios, fá-lo, novamente, numa óptica de negatividade, cuja intenção é retirar a aura de viajante genuíno ao turista. Isto é, o turista inglês ao invés de apreciar a viagem «tem a vaga crença de que os lençóis nas camas do hotel nunca são limpos» (*TI*, p. 160) e preocupa-se demasiado em não perder nunca o comboio, o que obsta a que aprecie completamente a viagem. Ora, «the fact is that the moment you entrust yourself to a mechanical means of transport you surrender part of your liberty. The machine takes charge of you»⁹⁵. Logo, a dependência de horários e meios de transporte acarreta uma planificação da viagem e uma consequente perda de liberdade que distingue o turista do autêntico viajante. O turista inglês vive, então, obcecado com a limpeza dos quartos de hotel e com o cumprimento escrupuloso dos horários dos comboios, situações que, quando lhe desagradam, levam a que se feche «no hotel um dia inteiro a compor uma carta para o *Times*, em que acusa os países continentais de se acharem inteiramente num estado selvagem» (*ibidem*).

A crítica que Eça tecia aos infames turistas ingleses, mais interessados em hotéis e horários do que na viagem em si, redundava em Oliveira Martins, o que nos permite inferir da influência que a interpretação queirosiana da Inglaterra terá exercido sobre os autores, isto é, viajantes, posteriores. Para Martins:

As pequenas economias das famílias modestas vão-se todos os anos em excursões a esse *continent* que os atrai tanto, quanto teimam em desdenhar dele. [...] Vão, sobraçando o Murray, ou o Baedeker, com o bilhete e o programa da romaria organizado pela casa Cook, percorrer um itinerário certo, ver Paris, Milão, Veneza, visitar a Suíça ou a Suécia, a preço e tempo fixos, sem os caprichos e devaneios da gente que pensa ou sente, mas com a regra pautada de quem se submete a um tratamento (*IH*, p. 142).

Assim viaja o inglês: sem tempo para apreciar a viagem, sem liberdade para fugir a itinerários pré-estabelecidos, sem curiosidade para indagar para além do que está

⁹⁴ Claudia Bell e John Lyall, in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. 25.

⁹⁵ M. A. Michael, in *Op. cit.*, p. 4.

fixado pelos guias de viagem. Tudo isto é a antítese total do que faz o verdadeiro e mais puro viajante. Como M. A. Michael esclarece:

The “ideal” traveller [...] must enjoy absolute liberty and independence. The first means that he must not plan his travels more than to set himself a vague goal. [...] There should be no arbitrary time-limit set to his travels, for true travel can have no time-table. The traveller must have plenty of time, time to stop, to look and to investigate, time to turn aside and follow his nose or his intuition, and, above all, the time to linger where delight is. It is only to the tourist that it really matters to what place he goes⁹⁶.

O turista inglês é, pois, incapaz de escapar à rigidez ditatorial imposta pela indústria turística, em grande parte criada por Thomas Cook, o inventor das excursões organizadas. Com efeito, «Thomas Cook [...] was a remarkable innovator; he bought tickets from the railway companies for re-sale, he personally conducted his excursions, published guide-books [...] and invented a coupon scheme to provide hotel facilities»⁹⁷. Eça, na verdade, também apresenta a faceta excursionista do viajante inglês ao aludir os «longos formigueiros de *touristes*» que, «fervilhando no porto de Dover» (*TI*, p. 160) aguardam a travessia do Canal. E acrescenta, «Tudo isto são ingleses. Tudo isto traz um *Guia do Viajante* debaixo do braço» (*ibidem*), o que ilustra como o inglês não se liberta dos ditames da indústria do turismo.

Já notámos que Oliveira Martins não pode fruir a viagem inteiramente porque, também ele, se coloca à mercê da tirania imposta pelos horários e pela velocidade dos comboios e que, tanto ele como Ramalho, também preferem o luxo de bons hotéis e restaurantes, razões pelas quais se poderiam equiparar ao turista infame apresentado por Eça, pese, embora, o facto de, subjacente à sua realização da viagem se encontrar a necessidade de buscar conhecimento e procurar algum apaziguamento espiritual, algo, com efeito, comum aos quatro autores. No entanto, o que, realmente, se nota é que estes autores se querem diferenciar e demarcar de todos os turistas, sejam ingleses, como, inclusivamente, portugueses. Esta postura, como argumenta John Urry, reflecte, aliás, «a characteristically upper-class view that “other people are tourists, while I am a traveller”»⁹⁸. Viajar é, na sua essência, uma marca de estatuto social⁹⁹ e, numa época em que se assiste à massificação da viagem, estes autores não se querem confundir com as massas anónimas, mas, antes, insistir na sua própria individualidade. Além disto, o que

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 5.

⁹⁷ L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *Op. cit.*, pp. 31-32.

⁹⁸ *Op. cit.*, p. 7.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 4 e 5.

estes cientistas do Outro pretendem é, na verdade, não só superiorizar-se a outros viajantes, mas, sobretudo, apresentar a sua imagem como genuína e objectiva porque realizada por viajantes sérios e meticulosos. Como Eça informa a respeito do turista inglês:

A verdade é que o inglês não se diverte no continente: não compreende as línguas; estranha as comidas; tudo o que é estrangeiro, maneiras, *toilettes*, modos de pensar, o choca; desconfia que o querem roubar [...]; o ver os teatros abertos ao domingo e a multidão divertindo-se amargura a sua alma cristã e puritana; não ousa abrir um livro estrangeiro porque suspeita que há dentro coisas obscenas; se o seu *Guia* lhe afirma que na catedral de tal há seis colunas e se ele encontra só cinco, fica infeliz toda uma semana e furioso com o país que percorre, como um homem a quem roubaram uma coluna [...]. Enfim, o inglês em viagem é um ser desgraçado (*ibidem*).

Se o inglês «não se diverte no continente» e se vive amargurado enquanto a estada no estrangeiro decorre é porque não retira prazer da viagem. Já Ramalho, inversamente, fazia menção de afirmar que acordava feliz na expectativa de degustar ostras frescas. Ao passo que, como observámos na Introdução, nenhum destes autores receava abrir livros estrangeiros, fontes privilegiadas, aliás, da sua interpretação dos próprios ingleses. Portanto, nestes pontos, os autores insistem na sua diferença face aos ingleses e salientam o seu carácter de verdadeiros viajantes.

Todavia, não é só por oposição ao turista inglês que os autores afirmam a sua divergência. É também contra o turista português, seu compatriota, como ressalvam Ramalho Ortigão e Batalha Reis. Anos antes de se dirigir a Londres, já Ramalho, viajante em Paris, deplorava o «viajante meridional» que, negligente e indisciplinado:

Esqueceu-se de pôr as botas para engraxar, na véspera á noite, á porta do quarto; por atrapalhação e por pressa vestiu a camisa suja e não fez a barba. As viagens não são para elle, como para o insular britannico, um costume adquirido. Fatiga-se, aborrece-se ou estonteia-se. Não tem fito determinado, não tem programma, não sabe classificar as suas novas idéas, tomando boas notas e escrevendo um diário. [...] Anda sempre em rancho. Não atravessa o *rond-point* dos Campos Elysios sem um compatriota de cada lado e não subiria de Chamounix aos Quatre-Mulets, no Monte Branco, sem ir acompanhado de toda a sua família, de todos os sócios do seu grémio ou de todos os concertistas da sua philarmonica¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Ramalho Ortigão, *Pela Terra Alheia. Notas de Viagem, 1878-1910*, 2 vols., 1º vol., Francisco Alves, Lisboa, 1952, pp. 134-135.

De facto, este viajante “atrapalhado” dos países do sul da Europa não segue um método como o viajante de além-Mancha, não toma notas, não se informa. Contudo, e paradoxalmente, não deixa de ser surpreendentemente parecido com o abominável turista inglês descrito por Eça. Tal como aquele, o «viajante meridional» é escravo do relógio e não sabe viajar sem ser acompanhado, ou seja, em excursão. Em suma, o turista que Ramalho caracteriza não é, afinal, diametralmente oposto ao turista inglês eciano. Mais tarde, em *John Bull*, e depois de dar a conhecer o viajante perfeito, isto é, o inglês, Ramalho, reiterando o que afirmara anteriormente, tece duras críticas ao viajante luso, um mero turista apático. Como o autor enuncia, em contraponto ao que defendera relativamente ao viajante inglês:

Nós outros, pelo contrário, viajamos habitualmente na mais soberana desatenção por tudo o que nos rodeia, aligeirados de toda e qualquer indicação de exame e de estudo, sem guias, sem roteiros e sem curiosidades gerais; e, não empregando o mínimo esforço para aprender o que quer que seja, percorremos o mundo na desdenhosa indiferença de quem já sabe tudo (*JB*, p. 22).

Contrariamente ao inglês, o português, identicamente a qualquer «viajante meridional», empreende a viagem sem um método e o conhecimento não lhe interessa, o que, como veremos adiante, é produto de uma educação deficitária e negligente que não prepara os portugueses para quererem a sabedoria como um bem fundamental do ser humano¹⁰¹. Na verdade, esta interpretação ramalheana do deplorável viajante português já fora expressa décadas antes por um outro viajante seu compatriota, Almeida Garrett, e, posteriormente, por Luciano Cordeiro. Em *Viagens na Minha Terra*, Garrett também insiste no seu carácter de verdadeiro viajante, opondo-se aos viajantes seus conterrâneos. Perguntando indignado a hipotéticos viajantes lisboetas se fazem ideia do que seja o café do Cartaxo, opina:

Não fazem. Se não viajam, se não saem, se não vêem mundo esta gente de Lisboa! E passam a sua vida entre o Chiado, a Rua do Oiro e o teatro de S. Carlos, como hão-de alargar a esfera de seus conhecimentos, desenvolver o espírito, chegar à altura do século! [...]

Viajar?... qual viajar! Até à Cova da Piedade, quando muito, em dia que lá haja cavalinhos¹⁰².

¹⁰¹ Cf. Parte III, 3.1.1.

¹⁰² *Op. cit.*, pp. 44-45.

Mais tarde, mais precisamente em 1875, Luciano Cordeiro também depreciaria o pseudo-viajante luso. Assim:

Em Portugal onde se viaja apenas para comprar mueres ou assistir a uma tourada ou tratar d'uma eleição, não póde a gente, se não teve o cuidado de fornecer-se de um companheiro seguro aventurar-se a fazer certas observações aos companheiros casuaes, que vão callados, quasi hostis, pensando profundamente na sua vida, e dizendo de vez em quando uns aos outros:

- “Que calor que faz!

- “Que bello faval!

- “Faz favor de me dizer que estação deve ser esta agora?” [...] O bom portuguez, o portuguez sério, experimentado, economico, não compra guias de caminhos de ferro¹⁰³.

Como se observa, o português não só não viaja verdadeiramente, como também não se sabe cultivar através da realização de viagens porque nem sequer o move nenhum espírito de aventura ou curiosidade que o impele a viajar, o que é criticado por Garrett e Cordeiro e, posteriormente, corroborado por Ramalho.

Jaime Batalha Reis também tem uma opinião bastante negativa a respeito do viajante lusitano e, por isso, salienta a sua própria diferença enquanto viajante. O autor, na verdade, elabora uma descrição do turista português que também se assemelha à caracterização queirosiana do inepto turista inglês e que comunga da perspectiva ramalheana sobre o turista português. Batalha, o viajante residente no país estrangeiro não pretende confundir-se com o turista seu compatriota. Assim, refere:

Tenho feito tantas vezes a observação que vou registar que me sinto hoje, enfim, autorizado a generalizá-la: quem vive fora de Portugal tem forçosamente encontrado com frequência o viajante português desdenhoso das coisas estrangeiras no que muitas destas têm de mais inegavelmente superior. Esse português viaja quase sempre irritado, de mau humor, quase agressivo para coisas e pessoas. Outros portugueses, admirando os países estrangeiros preferem Portugal onde só, dizem eles, “se sentem bem” (RI, p. 111).

Batalha Reis não se interessa meramente em descrever o português como alguém que viaja em profundo desprezo pelo que o circunda, alguém incapaz de resistir à saudade da pátria, alguém desinteressado em aprender. O autor salienta, sobretudo, a ausência de espírito científico dos viajantes portugueses. Batalha distingue-se destes viajantes abomináveis porque é, como ele próprio salvaguarda, um cientista que observa

¹⁰³ *Op. cit.* (1875), p. 7.

atentamente a realidade para chegar à generalização de uma ideia. A sua caracterização pejorativa dos turistas lusos advém, precisamente, de também os ter observado e estudado à luz do método científico.

O português não tenta, como Batalha o faz, imiscuir-se na sociedade do Outro e, conseqüentemente, «viaja sedento e saudoso da *beijoca* nacional» (*ibidem*, p. 112. Itálico no original). Batalha Reis, ao invés, e, como vimos anteriormente, funde-se na sociedade estrangeira; é um verdadeiro viajante. A sua demarcação do turista português é, ademais, enfatizada quando se refere ao conjunto dos viajantes portugueses como «os meus compatriotas que passeiam, nostálgicos de carícias da Baixa, pelo *boulevard* dos Italianos ou por Piccadilly» (*ibidem*, pp. 112-113). Em suma, o português não viaja, passeia. O português é um viajante incompleto porque, ao deslocar-se ao estrangeiro, não consegue ser, como afirma M. A. Michael, «tolerant and broad-minded, always ready within certain limits of principle to do in Rome as the Romans do»¹⁰⁴, crítica esta que também se aplica aos viajantes ingleses e ao seu desprezo pelos estrangeiros.

Como se depreende, no que se refere à caracterização do viajante inglês, os quatro autores em apreço apresentam-nos diversas perspectivas, a polivocalidade enriquecedora do retrato a que aludíamos na Introdução. Deste modo, para Ramalho o inglês é um viajante por excelência, para Martins o inglês só viaja porque está geneticamente programado para tal, para Batalha o viajante inglês tem asco aos estrangeiros e, para Eça, o inglês que viaja não passa de um turista, na pior acepção do termo. Paralelamente, Ramalho e Batalha depreciam directamente o viajante seu compatriota. Como verificamos, o retrato negativo que quaisquer dos autores pinta relativamente aos viajantes, sejam portugueses ou ingleses, permite-lhes dar a entender a sua própria superioridade enquanto viajantes. Ramalho, na verdade, por criticar o viajante luso e elogiar o inglês, dá a entender que quer ser como o Outro e, neste caso, sucumbe ao fascínio da alteridade, a entidade ela, estranha e longínqua que, no entanto, seduz e cativa. Batalha, por seu turno superioriza-se a todos os viajantes e, tanto o Outro como o Eu, são viajantes imperfeitos, pelo que um espelha o outro. Já Martins e Eça deploram o viajante inglês porque insistem na sua diferença, isto é, enfatizam a alteridade do Outro e tornam-no mais estranho, mais aberrante, o que é outra das maneiras de nos apercebermos do Outro. Não obstante estas divergências, importa,

¹⁰⁴ *Op. cit.*, p. 7.

porém, reter que existe uma certa unanimidade opinativa entre os autores e que diz respeito à constatação de que os ingleses são um povo de viajantes.

Com efeito, viajantes por imposição rática ou turistas abomináveis, a verdade é que os ingleses viajavam, não só para a Europa, como, muito notoriamente, para todos os cantos do seu vasto império, cuja estranheza queriam compreender. A viagem pelo império era, antes e acima de tudo, parte de um processo cognitivo essencial à manutenção do próprio império e à sua completa apropriação. Para os vitorianos este tipo particular de viagem «is more than a sentimental journey to the reaches of empire; embedded within the new science of natural history, it is driven by an ethnographic mission»¹⁰⁵, a qual se centra num projecto de observação, descrição e catalogação do Outro. Ademais, os vitorianos pertencem a uma era em que:

Travel - as a horizon of cultural meanings and self-reflection - functions as a vehicle of reason and morality rather than simple sentiment or raw adventure; in the nineteenth century, travel has become part of a new science of human culture (ethnography), which does not derive its authority solely from a sensory economy; rather, the ethnographic text falls back on a claim to scientific authority¹⁰⁶.

Se analisarmos o que Gikandi nos propõe, constatamos que, na centúria oitocentista, a viagem permite a concretização dos processos hegemónicos imperiais. Ao viajar estuda-se o Outro para, dissecando-o, reduzi-lo a uma entidade com sentido. Não são razões estritamente consignadas à fruição da aventura que impelem à viagem, mas antes, o escrutínio etnográfico do Outro que, desse modo, é apropriado e domesticado pelos valores do colonizador e pelo seu superior uso da ciência. Logo, o inglês necessita, forçosamente, de viajar para espalhar a sua cultura, ou, segundo o que Gikandi ressaltava, a sua «razão e moralidade» e, simultaneamente, sujeitar o Outro aos seus métodos analíticos sob pena de assistir à desagregação do império. O turista, isto é, o viajante moderno, é um colonialista que, partindo de um centro cosmopolita, se designa a explorar e espoliar os países periféricos, sobretudo os menos desenvolvidos¹⁰⁷.

Para Eça, na verdade, os viajantes ingleses são «fatais como domadores – porque todo o seu esforço consiste em reduzir as civilizações estranhas ao tipo da sua

¹⁰⁵ Simon Gikandi, *Maps of Englishness. Writing Identity in the Culture of Colonialism*, Columbia University Press, New York, 1996, p. 91.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 99.

¹⁰⁷ Cf. Jeremy Boissevain, in Simon Coleman e Mike Crang (eds.), *Op. cit.*, p. ix.

civilização anglo-saxónia» (TI, p. 217). Sem a viagem não há apropriação do Outro; logo não há império. O inglês observa o Outro a fim de, posteriormente, cair «sobre as ideias e as maneiras dos outros, como uma massa de granito na água: e ali fica pesando, com a sua Bíblia, os seus *clubs*, os seus *sports*, os seus prejuízos, a sua etiqueta, o seu egoísmo» (*ibidem*). Similarmente a Eça de Queirós, Oliveira Martins também concebe o viajante inglês como alguém que opera um procedimento de apropriação imperialista. Além de viajarem pela Europa, os ingleses também se metem «a bordo dos vapores para o Egipto, para o Cabo, para a Índia, para a Austrália, em viagens de *sport*, ou de simples distração» (IH, p. 78). Contudo, a viagem não é meramente recreativa porque para estes viajantes, «fora da Inglaterra, a [...] preocupação de todos os instantes é a pátria que reproduzem por toda a parte» (*ibidem*, p. 141)¹⁰⁸. A viagem é, então, a concretização de um processo hegemónico sobre o Outro, seja o europeu continental ou os povos do vasto império britânico. O turismo é, igualmente, uma forma de expansão imperialista de que a Inglaterra vitoriana se socorre e que está patente no imenso número de hotéis com nomes como D'Angleterre, Britannic, Prince de Galles ou Windsor que florescem um pouco por toda a Europa¹⁰⁹. O turista inglês apodera-se, então, de uma grande imensidão territorial estrangeira.

Paradoxalmente, e nesta óptica, qualquer dos autores em estudo também opera sobre os ingleses a apropriação que estes realizavam sobre os povos que tentavam subordinar. A este propósito, David Chaney declara que a visita a um país estrangeiro «is understood as a form of annexation. The gaze in its untroubled authority is masculine [...] and imperialist in the way it appropriates other cultures»¹¹⁰. Ao dissecarem a sociedade inglesa, Eça, Batalha, Ramalho e Martins também se apoderam dela e domesticam-na.

Quando, anteriormente, referimos que o enfoque que os viajantes dão à constatação da sua presença no espaço geográfico alienígena serve para imprimir um cunho de veracidade aos seus relatos não abarcámos toda a importância deste facto. A insistência na presença física do viajante no país estrangeiro esconde, em rigor, outras conotações sub-reptícias que se não devem menosprezar. Com efeito, Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux são deveras assertivos quando notam que «a narrativa

¹⁰⁸ Focando a identidade diaspórica dos ingleses, Robin Cohen salienta o exacerbado sentimento patricio que os caracteriza. Assim, «exaggerated mannerisms and demonstrations of patriotism often made the English abroad more English than the English at home». Robin Cohen, *Frontiers of Identity. The British and the Others*, Longman, London and New York, 1994, p. 20.

¹⁰⁹ Cf. L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *Op. cit.*, p. 34.

¹¹⁰ David Chaney, in idem, *ibidem*, p. 199.

de viagem é apropriação de um determinado espaço geográfico»¹¹¹. Ao salvaguardarem cuidadosamente o facto de terem estanciado, residido ou viajado em Inglaterra, Eça, Ramalho, Batalha e Oliveira Martins operam um processo de posse sobre esse território, o que não deixa de ser surpreendente se pensarmos que a Inglaterra finisse secular detinha o maior e mais vasto império que alguma vez existira em toda a História da Humanidade. Assim, este Eu, os quatro viajantes portugueses, utilizam as mesmas ferramentas de conquista usadas pelo Outro usurpador. Simultaneamente, até a própria linguagem com que Eça e Ramalho se referem ao turista é tomada do Outro. Quando Eça foca o «*touriste* inglês», ou Ramalho alude aos «*touristes* profissionais», o vocabulário é conquistado à esfera do Outro. Com efeito, os vocábulos «turismo» e «turista» são hibridismos anglo-francos, usados primeira e predominantemente num contexto saxónico, devido à proeminência dos ingleses no campo das viagens e da indústria turística¹¹². Ainda que seja através do idioma francês que Eça e Ramalho dão expressão à palavra «turista», ou não fosse a influência francesa primordial na formação intelectual da Geração de 70, a verdade é que se trata de um termo inglês¹¹³ apossado pelos autores.

Além disto, é paradoxal verificarmos a apropriação que os autores exercem sobre um país que, em conjunto com a França, colonizava Portugal económica, social e culturalmente¹¹⁴. Ramalho Ortigão, aliás, deixa transparecer precisamente a relação de subserviência em que Portugal se encontra perante a Inglaterra ao dirigir-se a John Bull nos seguintes termos: «Na região vinhateira do Douro as tuas atitudes são tão largamente senhoriais, tão convictamente dominativas que eu sempre cuidei, em pequeno, que eras tu o dono de toda aquela coisa desde os Padrões da Teixeira até Cima-Corgo!» (*JB*, p. 10). Porém, ao deslocar-se à Inglaterra, Ramalho, como vimos acima, não esconde o entusiasmo com que bate com o seu bordão no solo inglês que tem sob os pés, atitude que se depreende dominadora. Não esqueçamos que, na terminologia simbólica, o bastão é não só sinal de uma presença, como também símbolo

¹¹¹ *Op. cit.*, p. 37.

¹¹² Na verdade, «o primeiro termo de que temos notícia é do inglês *tourist*, que em França só foi conhecido a partir de 1816, enquanto a palavra *tourism* conhecida em Inglaterra em 1811 só seria adoptada em França em 1841», José Carlos Vilhena Mesquita, *Op. cit.*, p. 18.

¹¹³ A adopção em Portugal do anglicismo «turista» ocorre em 1849 e deve-se a António Feliciano Castilho que o usa no seu drama histórico *Camões*. Cf. *idem, ibidem*, p. 19.

¹¹⁴ Cf. Álvaro Manuel Machado, *Op. cit.*, 1981, p. 9.

de autoridade, de soberania e de poder¹¹⁵. Portanto, o viajante é um conquistador que se apossa de territórios do Outro, o mesmo sucedendo ao escritor-viajante.

1.1.3. Viagem e Escrita

Quando pensamos em viagem não nos podemos ater apenas a uma noção de movimento ou a um acto conclusivo e acabado. A viagem também se realiza em textos escritos após a sua realização¹¹⁶. Afinal, a escrita da viagem é, tal como a realização física da mesma, um modo de conhecimento como lembram Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, segundo os quais: «A narrativa de viagem é resposta, passagem do desconhecido ao conhecido, [...] é testemunho de um determinado momento da história cultural»¹¹⁷, isto é, narrar a viagem é um acto cognitivo, como, aliás, Ramalho já salientava no seu *John Bull*. Com efeito, um dos grandes vectores da actividade literária deste viajante foi, precisamente, o livro de viagens, no qual podia esboçar os «“programas de comportamento” dos países e dos homens»¹¹⁸. O que o autor nos diz sobre relatos de viagem é, então, o seguinte:

Os livros de viagens, feitos de rigorosos inquéritos às civilizações estrangeiras, constituirão então preciosos repositórios de factos observados, sugestão científica de outras tantas hipóteses sociológicas, as quais, depois de verificadas e de comparadas com hipóteses sugeridas por fenómenos análogos resultantes de outras observações, permitirão deduzir teorias que, por seu turno contraprovadas experimentalmente, levarão talvez ao conhecimento e à demonstração de algumas leis mais positivas e mais fecundas do que as que hoje se extraem da eloquência tribunícia de uma e de outra casa do nosso parlamento (*JB*, p. 260).

Como se depreende, para Ramalho o livro de viagens é um compêndio científico. Nele procede-se à análise de um objecto, as «civilizações estrangeiras», que se sujeita a um método, o método empírico-dedutivo, através do qual se chega a uma teoria após se ultrapassarem fases de observação e experimentação. Por conseguinte, o escritor-viajante encarna o papel de cientista social, o formulador de «hipóteses sociológicas», que é, imanentemente, «a researcher, “sucking” intelligence from

¹¹⁵ Cf. «Bastão», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 117.

¹¹⁶ Maria Alzira Seixo, *Op. cit.*, p. 13.

¹¹⁷ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.*, 1981, p. 37.

¹¹⁸ Ana Luísa Onofre, in Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Op. cit.*, pp. 352-353.

different geographical regions»¹¹⁹. Ademais, ao discernir sobre a importância dos «livros de viagem», Ramalho Ortigão tentava atribuir um propósito à sua própria obra, ela também um relato de viagem, e, simultaneamente, definir o método que vai seguir. O seu objectivo era, sobretudo, intentar a compreensão do Outro saxónico, desvendá-lo e revelá-lo para que os seus compatriotas lusos o entendessem e, inclusivamente, pudessem aprender algo sobre si mesmos ao ler sobre os ingleses. Em suma, para Ramalho, o relato de viagens tinha uma função instrumental porque didáctica e científica. Charles Batten corrobora esta noção ao esclarecer que, já no século XVIII, «the travel account directed at the general reader [...] always aimed at blending pleasure with instruction»¹²⁰, donde se infere, precisamente, que a narrativa de viagens tem a intenção de propagar uma qualquer forma de conhecimento. Aliás, mesmo em tempos primordiais, o fascínio pela literatura de viagens centrava-se, exactamente, na descoberta de factos novos: «Facts [...] which promised an opening up and a reordering of the known world»¹²¹, isto é, a literatura de viagens efectiva processos cognitivos de aprendizagem e informação. Por isso, quando, nos finais do século XVIII, o historiador inglês John Adams aconselhava os jovens a ler relatos de viagem tinha em mente o valor pedagógico deste tipo de literatura que alerta o espírito para a diferença entre culturas, forçando-o a procurar as razões que a expliquem¹²².

Ao escreverem sobre a Inglaterra finissecular, fruto de vivências impulsionadas por uma viagem, uma deslocação física no espaço, os quatro autores que estudamos inscrevem o seu discurso no âmbito lato da literatura de viagens - Oliveira Martins refere-se, precisamente, aos artigos sobre a Inglaterra que enviou ao *Jornal do Comércio* como «as minhas cartas de viagem» (*IH*, p. 7) - porque visam traduzir para os leitores a realidade que o autor observa, tentando, assim, fazer a mediação entre o espaço conhecido e aquele que é desconhecido.

Todavia, afirmar que Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins produziram narrativas de viagem quando deram à estampa os seus comentários e as suas visões da Inglaterra vitoriana não significa rotular cabalmente o *corpus* em análise como literatura de viagens sem antes tecermos alguns comentários sobre a mesma, a qual não é, aliás, um género literário bem delimitado e estanque. Com

¹¹⁹ Charles L. Batten, Jr., *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*, Berkely University of California Press, s. l., 1978, p. 7.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 25.

¹²¹ Jenny Mezciems, in Phillip Dodd (ed.), *Op. cit.*, p. 1.

¹²² Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1980), p. 13.

efeito, este género literário levanta uma série de questões problemáticas que começam, precisamente, pela ausência de uma tipologia definitiva, cuja definição reuna a anuência de todos quantos se dediquem ao seu estudo¹²³. Em rigor, literatura de viagens é uma *blanket expression*, se quisermos usar uma terminologia inglesa, que engloba uma enorme diversidade de registos escritos, entre os quais se incluem, a título exemplificativo: guias de viagem, itinerários, descrições de experiências vividas no estrangeiro, relatos de viagens por terra ou mar e até mapas. Estes vários registos podem ter a forma de simples notas e observações, diários, cartas¹²⁴; podem ser em prosa ou poesia e, por vezes, fazem parte de obras (auto)biográficas e/ou históricas¹²⁵. Dentro deste género, encontramos, ainda, textos que se reportam a viagens reais ou imaginárias, mas que, em qualquer dos casos, têm como denominador comum um carácter compósito que aglutina a Literatura, a História e/ou a Antropologia¹²⁶. Aliás, socorrendo-nos do raciocínio de Alison Blunt, reparamos que: «Travel writing seems to mediate “fact” and fiction, often seeming to transcend conventional distinctions between scientific and literary writing»¹²⁷. Portanto, Ciência e literatura de viagens não se equacionam antagonicamente, mas, inversamente, assumem uma certa complementaridade. E, claro, é impossível deixar de mencionar os relatos de peregrinações, viagens de exploração e expedições de colonização, os quais se assumem como três dos subgéneros mais populares deste tipo de literatura¹²⁸. Em síntese, por literatura de viagens entende-se «um conjunto de textos que à viagem foram buscar temas, motivos e formas»¹²⁹. Desta feita, a identidade daquilo que se convencionou designar genericamente por literatura de viagens assenta numa natureza imanentemente heterogénea que deixa espaço aberto para perspectivarmos os autores, vulgo os

¹²³ Relativamente à controvérsia em redor da definição do género “literatura de viagens” e as consequentes dificuldades que se impõem à academia, cf. Fernando Cristovão, in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (1999), pp. 16-17.

¹²⁴ Quando discerne acerca da tipologia da literatura de viagens, George Alao nota que pertencem a este género as obras em cujos títulos se encontrem os vocábulos: carta, história, itinerário ou relação. Cf. George Alao, in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 545. Assim, atendendo aos títulos «Cartas de Inglaterra» e *A Inglaterra de Hoje. Cartas de Um Viajante*, verifica-se, *a priori*, que estamos face a obras da literatura de viagens.

¹²⁵ Cf. Zweder von Martels, «Introduction. The Eye and the Eye's Mind», in Zweder von Martels (ed.), *Travel Fact and Travel Fiction. Studies on Fiction, Literary Tradition, Scholarly Discovery, and Observation in Travel Writing*, E. J. Brill, Leiden and New York, 1994, p. xi.

¹²⁶ Cf. Fernando Cristovão, in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (1999), p. 35.

¹²⁷ *Op. cit.*, p. 21. Jenny Mezciems partilha desta opinião ao constatar a existência de uma interdependência entre factos e ficção na narrativa de viagens. Cf. Jenny Mezciems, in Phillip Dodd (ed.), *Op. cit.*, p. 2.

¹²⁸ Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), pp. 60-61.

¹²⁹ Fernando Cristovão, in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (1999), p. 15.

viajantes, que analisamos como produtores de obras a coberto deste género literário, até porque as mesmas contêm os elementos que o caracterizam.

Quando decidem passar à escrita as impressões da sua viagem à Velha Albion, Eça de Queirós, Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, inserem-se, enquanto autores de narrativas de viagem, numa nobre e antiquíssima linhagem de escritores-viajantes, cujos antecedentes remontam, por exemplo, na Antiguidade Clássica, a Pausânias e ao seu guia da Grécia¹³⁰. Todavia, ainda que Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux balizem a literatura de viagens *per se* entre «as grandes descobertas, na alvorada desses chamados “tempos modernos”, e os grandes empreendimentos coloniais da segunda metade do século XIX»¹³¹, a narrativa de viagens perde as suas origens nas eras mais longínquas. Sem querermos proceder a um historial deste género literário que, aliás, se encontra bastante desenvolvido na obra canónica de Percy G. Adams, *Travel Literature and the Evolution of the Novel*, interessa-nos, contudo, ressaltar que, antes da época dos Descobrimentos, mais especificamente na Idade Média, já os relatos dos grandes viajantes como Marco Polo, Guilherme de Rubrouck ou Ibn Batuta constituíam o modelo segundo o qual o imaginário ocidental prefigurava o Outro¹³², sendo, conseqüentemente, os intermediários que realizavam a ponte entre a familiaridade do Velho Continente e a estranheza dos mundos além-fronteiras e que eram, ao mesmo tempo, as fontes de informação, ainda que amiúde erróneas e com visões assaz distorcidas, sobre os universos estrangeiros.

É, no entanto, com o alvor da época das grandes Descobertas marítimas que surge um redobrado interesse pela literatura de viagens produzida, agora, sobretudo, por navegadores e missionários que têm a importante função de, mediante o exotismo e a diferença dos novos mundos, ajudarem o homem ocidental a conhecer-se a si próprio¹³³. O auto-conhecimento é, com efeito, um dos fulcros sobre os quais assenta a literatura de viagens e um dos vectores aos quais os autores em análise não fogem nos relatos que nos legaram da Inglaterra vitoriana, pois ao abordarem facetas tão diversas daquela sociedade como a educação, a imprensa, o império ou a religião, estão a proceder à (re)descoberta do Portugal do qual se distanciaram. Eça de Queirós, por exemplo, sabia,

¹³⁰ Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), p. 38.

¹³¹ *Op. cit.*, p. 30.

¹³² Cf. Francis Affergan, *Op. cit.*, p. 11-12.

¹³³ Cf. Renel K. Wilson, *Op. cit.*, p. 1. Apraz, ainda, salientar que, para o autor, a literatura de viagens renascentista atingiria o zénite com o épico camoniano, *ibidem*.

por experiência própria, que o afastamento e o estar imerso num mundo diverso do da sua pátria funcionavam como lentes para novas observações relativas ao seu país. Em carta a Ramalho, datada do Verão de 1873, aquando da sua estada consular em Havana, o escritor confessava: «Estar longe é um grande telescópio para as virtudes da terra onde se vestiu a primeira camisa»¹³⁴, dando, por conseguinte, a entender que o fosso atlântico que o separava de Portugal lhe permitia ver o país sob um prisma diferente e, até, mais favorável.

Esta busca da identidade, tal como é canalizada pela literatura de viagens, será sobremaneira enfatizada a partir do Romantismo. Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux observam que «a estética romântica e pós-romântica impõe novos centros de interesse e, simultaneamente, leva à transformação da linguagem narrativa [...] do viajante-escritor»¹³⁵. Assim, agora, o relato de viagens é permeado por elementos tais como a emoção e a confissão, às quais não são alheios o espírito crítico, o testemunho histórico e político e, inclusivamente, a hostilidade e a ironia¹³⁶, o que, aliás, se nota nas narrativas dos escritores-viajantes mais célebres do período: Goethe, Heine, Hugo, entre outros, e que se perpetuam nos autores que analisamos. De facto, ao teorizar sobre a literatura de viagens, Sara Mills alerta para o facto de que «textual constraints on travel writing are constructed by certain regularities of discourse; that is, by the books which have already been written about other nations»¹³⁷. E, neste caso, nenhum dos autores em apreço é excepção.

Devido às longas estadas que viveram em Inglaterra, tanto Eça de Queirós como Jaime Batalha Reis puderam pronunciar-se, enquanto testemunhas presenciais, acerca de acontecimentos históricos e políticos que marcaram, indubitavelmente, a vida britânica do final do século XIX. Assim, importa recordar que Eça registou na colectânea «Os Ingleses no Egipto», redigida entre 27 de Setembro e 24 de Outubro de 1882, as movimentações levadas a cabo pela Grã-Bretanha no intuito de anexar o país do Nilo, sem se esquecer de focar pormenorizadamente as questões por detrás da interferência britânica nos assuntos do Quêdiva. O tom informado e apaixonado com que o autor de *Os Maias* escreveu estes artigos não deixa de surpreender os leitores hodiernos de tal forma que Maria Filomena Mónica considera que «a inteligência, a lucidez e a beleza de “Os Ingleses no Egipto” jamais foram excedidos», cognominando-

¹³⁴ *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 74.

¹³⁵ *Op. cit.*, p. 34.

¹³⁶ Cf. *idem, ibidem.*

¹³⁷ *Op. cit.*, p. 73.

-os, ainda, de «geniais»¹³⁸. Seria também como testemunha, que tinha estado a par das políticas e da carreira de Benjamin Disraeli, que Eça lavrou o obituário do Primeiro-Ministro, dado à estampa das páginas da *Gazeta de Notícias* a 23 e 24 de Agosto de 1881, no qual não se absteve de dar a sua opinião pessoal, e, aliás, pouco abonatória, em relação àquele político¹³⁹, como veremos mais adiante¹⁴⁰.

Similarmente, Batalha Reis também assistiu, em primeira mão, a diversos acontecimentos marcantes da história britânica. Estando em Londres aquando da celebração do primeiro centenário do *The Times*, a 2 de Janeiro de 1888, não deixou de elaborar um artigo dedicado ao periódico que seria publicado a 10 do mesmo mês. E, não podemos olvidar que o cônsul Batalha Reis também presenciou atentamente o desenrolar noticioso e toda a agitação pública que se gerou em torno dos crimes hediondos de Jack, o Estripador, acerca dos quais também publicaria a 21 de Setembro de 1888.

Se Batalha Reis e Eça de Queirós estão em posição privilegiada para relatarem acontecimentos historico-políticos de fulcral pertinência devido a terem residido em solo inglês durante vários anos, razão pela qual os escolhemos para ilustrar a inclusão do testemunho histórico no relato de viagens, salientaremos Ramalho Ortigão e Oliveira Martins no intuito de demonstrar que nas suas narrativas de viagem se procede à inserção do elemento confessional ou emotivo, características indissociáveis da literatura de viagens.

Nas breves semanas que passou em Inglaterra, Ramalho foi convidado pelo seu amigo Eça a disfrutar de um Domingo na sua companhia. Descrevendo-nos a natureza dos Domingos ingleses, o autor fez, ainda, questão de tecer alguns apartes com os quais mostra aos seus leitores como tinha realmente vivido aquele dia com o amigo português e sem quaisquer pruridos em admitir que exagerara no Borgonha ao jantar. Com o humor que lhe é característico, Ramalho conta-nos como:

Três vezes, armados da lanterna do sicário, descemos da casa de jantar à adega, Queirós adiante, eu atrás [...]; três vezes subimos da adega à casa de jantar, Queirós atrás, eu adiante [...].

Recolhido ao leito por volta da madrugada, e entrando nessa grave ordem de cogitações que de ordinário assaltam o espírito do homem enconchegado numa cama à hora de soprar à vela, [...] e fazendo

¹³⁸ Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2003), p. 28.

¹³⁹ Na verdade, Eça encontrava-se de licença em Lisboa no dia em que Disraeli morreu - 19 de Maio -, cf. idem, *Op. cit.* (2001), p. 185. No entanto, não é essa breve ausência que incapacita Eça de ter testemunhado durante vários anos as acções de Disraeli e, portanto, sobre ele tecer um obituário.

¹⁴⁰ Cf. Parte III, 3.2.1.

um cálculo mental por meio da sábia regra da multiplicação ao número de vezes que vim da adega e ao número de *pontos de discussão* engarrafados que de cada vez trouxe comigo para tratar na casa de jantar, [...] cheguei à conclusão de minha já não breve e não de toda abstermia existência, eu engorgitara tanto Bourgogne como nas diversas assentadas dêsse único e inolvidável *passwine!*

Depois do quê, apaguei a luz e me benzi três vezes de admiração por tanta sêde, sòmente explicável por obra do demónio (*JB*, pp. 234-235).

Se bem que longa, a transcrição acima citada reflecte o estado de espírito de um viajante em “terra alheia” que, à hora de deitar, olha retrospectivamente para o seu dia e confessa ter bebido talvez um pouco demais.

Em *A Inglaterra de Hoje*, Oliveira Martins também não é adverso a revelar aos leitores os seus estados de alma, expondo-nos, inclusivamente, o mundo interior dos seus sonhos em que, por exemplo e como veremos, confunde Londres com Niníve¹⁴¹. Porém, o autor também não esconde as emoções que o perpassam à medida que vai mergulhando na descoberta da grande capital, como, por exemplo, quando visita o *British Museum* que muito o impressiona. Revelando os seus pensamentos, Martins afirma:

Vou já penitenciar-me das heresias que talvez proferisse acerca da pintura inglesa, proclamando bem alto a minha admiração entusiástica perante esse grandioso monumento que se chama o *British Museum*.

Não há de certo no mundo repositório maior, nem mais opulento, dos instrumentos e conquistas do saber histórico. Se ao entrar no ádito monumental, [...] já ia compenetrado pela fama universal do museu britânico, ao sair vinha atónito (*IH*, p. 103).

Esta citação, fortemente adjectivada e hiperbólica permite-nos perceber os sentimentos que iam no coração e na mente do homem, o historiador, que escreveu *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881) ou a *História da República Romana* (1885). Similarmente, a expressão da estupefacção é também bastante característica dos relatos de viagem quando «a novidade, a grandeza ou a beleza das paisagens e gentes parecem não poder ser avaliadas, pelo menos num primeiro momento, por qualquer outra preocupação senão a de contemplar, presenciar e anotar»¹⁴². O escritor-viajante

¹⁴¹ Cf. Parte II, 2.1.1.

¹⁴² João David Pinto Correia, «Deslumbramento, Horror e Fantasia. O Olhar Ingénuo na Literatura de Viagens», in Fernando Cristovão (coord.), *O Olhar do Viajante. Dos Navegadores aos Exploradores*, Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Coimbra, 2003, pp. 17-18.

denota a ingenuidade do seu olhar através de um deslumbramento indicativo de que não estava «preparado para tamanhas surpresas»¹⁴³.

Na esteira das narrativas de viagem dos séculos XVIII e XIX, ao incluírem nos seus relatos sobre a Inglaterra finissecular os elementos de que Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux nos davam conta, observamos que os autores que analisamos não deixam de dar o testemunho dos acontecimentos que presenciam no país estrangeiro nem, tão pouco, se inibem de revelar as suas emoções mais pessoais enquanto estanciam longe da pátria, imprimindo, dessa feita, um cunho pessoal e inimitável aos escritos de viagem que redigem. Esta individualização de sensações e sentimentos leva, também, a que cada autor tenha, e projecte, uma imagem diferente da Inglaterra e que escreva sobre os assuntos que mais caros lhe são. De facto, cada autor cria a “sua” imagem do Outro estrangeiro e, para tal, escolhe um determinado número de elementos que melhor espelhem essa mesma imagem pessoal¹⁴⁴. Como, novamente, se estilhaça a homogeneidade do retrato que Eça, Batalha, Ramalho e Martins fotografam na Inglaterra vitoriana, importa, ainda, salvaguardar o grau de veracidade do mesmo. Se, como vimos, o viajante frisa que aquilo que viu é que é verdadeiro, o mesmo sucede com o escritor-viajante.

Com efeito, como constata Percy G. Adams, «travel writers have always been condemned as embellishers of the truth or as plain liars»¹⁴⁵. Este facto, como lembra Charles Batten, é, aliás, uma das problemáticas que obstam a uma categorização uniforme e cabal da literatura de viagens. Se, como também observámos, há viagens verídicas e outras imaginárias, também existe, conseqüentemente, literatura de viagens verídicas e literatura subordinada a viagens imaginárias. Assim, o que é tido por real por certos leitores pode ser apreendido como ficção por outros, o que, em última instância, leva a que: «Such distinctions based purely on subject matter depend ultimately upon the reader's ability to discern truth from cunning fiction»¹⁴⁶. Além disto, e a propósito da dificuldade em destrinçar a verdade da fabulação, não podemos ignorar que a literatura de viagens não tem quaisquer compromissos bem definidos para com uma ou a outra. Portanto, no que toca este género literário, as charneiras entre o factual e o ficcional são muito esfumadas. Aliás, Percy G. Adams também justifica que, por vezes,

¹⁴³ Idem, *ibidem*, pp. 17 e 25.

¹⁴⁴ A fim de produzir a sua imagem do Outro, o autor «n'a bien évidemment pas copié le réel: il a sélectionné un certain nombre de traits jugés pertinents pour “sa” représentation de l'étranger», Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.* (1988), p. 14.

¹⁴⁵ *Op. cit.* (1983), p. 85.

¹⁴⁶ Charles L. Batten, Jr., *Op. cit.*, p. 20.

a verdade somente se torna interessante se for pontilhada pela coloração que lhe confere o elemento ficcionado¹⁴⁷. Contudo, no caso presente, importa-nos descartar o factor “mentira” das diferentes imagens que os autores em estudo pintam da Inglaterra para nos atermos à importância do vector “individualidade” na apreensão de uma realidade estranha.

Enfiado dias a fio dentro de casa, fosse nos Consulados de Newcastle e de Bristol, ou na casa londrina de Nottinghill¹⁴⁸, a visão que Eça tinha do país advinha-lhe prioritariamente das páginas dos vários jornais e revistas que lia. Na verdade, o próprio convite que Anselmo Morais, o director de *A Actualidade*, lhe dirigiu e que se sagrou na publicação dos quinze artigos que constituem, hoje, as «Crónicas de Londres» teve, precisamente, a ver com o facto de Eça ter à sua disposição periódicos como *The Times*, *Economist*, *Vanity Fair*, *Spectator*, *Daily News* ou *Daily Telegraph*, que o auxiliariam na missão de correspondente português em Inglaterra¹⁴⁹. E, não o esqueçamos, a compreensão que Eça tinha das greves que assolavam o mundo proletário de Newcastle provinha da leitura assídua do jornal *Newcastle Daily Chronicle*¹⁵⁰. Além destas fontes noticiosas, às quais ia buscar informação, o autor admitia, nos artigos que remetia quer ao jornal portuense, quer à *Gazeta de Notícias*, ler os seguintes periódicos: *Standard* (*TI*, p. 85), *Saturday Review* (*ibidem*, p. 112), *Atheneum* e *Academy* (*ibidem*, p. 163), *The World* (*ibidem*, p. 220), *Pall Mall Gazette* (*ibidem*), *Punch* e *Morning Post* (*CICL*, p. 207), *Fun* (*ibidem*, p. 214), *Whitehall Review* (*ibidem*, p. 246) e *Echo* (*ibidem*, p. 328). Isto, para não esquecer que mencionava frequentemente que aquilo que relatava aos leitores portugueses e brasileiros era produto da sua própria leitura da imprensa britânica. Aliás, nos seus artigos é comum depararmo-nos com declarações como: «Os jornais ingleses desta semana têm-se ocupado prolixamente» (*TI*, p. 88), «Os jornais ingleses hoje confessam» (*ibidem*, p. 185), «Os jornais têm chamado a isto» (*ibidem*, p. 197), «Alguns jornais mais cínicos e impacientes chegavam a aconselhar» (*ibidem*, p. 202), as quais colocam em evidência o quanto Eça devia as suas próprias crónicas à imprensa britânica que, a contar pelo número e diversidade de periódicos que cita, lia atenta e diariamente.

¹⁴⁷ Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), p. 93.

¹⁴⁸ Com efeito, em Newcastle Eça de Queirós não suportava a atmosfera constantemente imersa em fumo espesso, o frio e a chuva, deplorando essas mesmas contingências em Londres, para onde se mudou durante o seu consulado em Bristol a pedido da mulher, Emília, que lamentava o isolamento campestre de Stoke Hill, a morada do casal. Cf. Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), p. 252.

¹⁴⁹ Sobre a relevância que Anselmo Morais atribuía ao facto de Eça ter fácil acesso aos periódicos britânicos, tornando-o numa mais-valia para o jornal que dirigia, cf. *idem*, *Op. cit.* (2003), pp. 16-17.

¹⁵⁰ Cf. *idem*, *Op. cit.* (2001), p. 121.

Contrariamente ao amigo Eça, Jaime Batalha Reis não se deixa enclausurar em casa. Daí que a sua visão da Inglaterra não se sustente tão exclusivamente nas leituras que faz dos diversos periódicos britânicos que lia com afã, compulsão esta que partilha com Eça. Se este último se auto-exilava entre paredes, Batalha Reis, por seu turno:

Não parece sucumbir aos efeitos spleenéticos do clima britânico e, durante os vinte e oito anos que vive em Inglaterra, inscreve-se em várias associações culturais e científicas, trabalha, lê, escreve para os jornais ingleses, faz palestras e inicia contactos e amizades com personalidades britânicas dos mais diferentes meios, com muitas das quais manterá relações de amizade ao longo de toda a vida¹⁵¹.

Batalha Reis não hesitava em sair à rua para, assim, poder escrever com mais exactidão sobre diferentes realidades inglesas. É o que faz, por exemplo, quando quer explicar aos leitores o que é, e como é, realmente o famoso nevoeiro londrino. Não lhe basta observar o fenómeno atmosférico a partir da janela da sua casa em Torrington Square. É como cientista que quer experimentar algo que abandona o conforto do lar a fim de enfrentar a humidade envolvente. Impaciente por viver em primeira mão o nevoeiro diz: «Vesti-me, saí, quase encostado às paredes, comecei, incerto, vagaroso, a divagar pelas ruas» (*RI*, p. 47). Subsequentemente, é como perito que pode falar, experientemente, das subtilidades, da consistência e de todos os pormenores associados às espessas neblinas de Londres.

Assim, a realidade que cada autor apreende no país estrangeiro encontra-se moldada pelas contingências da sua própria individualidade, vector fulcral que se não pode menosprezar quando se trata de literatura de viagens. Aliás, como ressalva Alison Blunt: «Both travel and travel writing are hermeneutic processes whereby the “eye/I” of the traveler/travel writer constructs spatial and textual difference. Travel writing is distinctive because autobiographical narrative exists alongside»¹⁵². Ou seja, ao tentarmos descodificar a visão da Inglaterra legada pelos escritores-viajantes que analisamos, não procuramos buscar imagens consonantes e iguais em todos. É a diferença que os torna mais interessantes e, por conseguinte, mais estimulante o seu estudo. E o facto de todos verem de modo mais ou menos dissemelhante a mesma realidade, não obstante a convergência de certas opiniões e/ou a maneira idêntica de olharem para determinados pormenores da sociedade vitoriana, não os sujeita às acusações de mentira que tantas vezes enxameiam o discurso produzido pelos viajantes.

¹⁵¹ Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), p. 30.

¹⁵² Alison Blunt, *Op. cit.*, 1994, p. 21.

Se estes quatro escritores-viajantes nos oferecem retratos individuais do país que visitaram nas últimas décadas de Oitocentos, embora tentem salvaguardar as suas imagens como verídicas, há algo que os une e aproxima enquanto relatores de uma viagem: a apropriação do espaço Outro, algo, com efeito, e como já referimos, levado a cabo pelo viajante, pelo turista, pelo expatriado ou pelo residente em solo estrangeiro. Na verdade, James Duncan e Derek Gregory declaram que a literatura de viagens é indissociável de uma «estilística imperial»¹⁵³, o que evidencia as afirmações paradigmáticas de Elleke Boehmer que, referindo-se especificamente à dialéctica imperialismo/textualidade, faz alusão ao texto como veículo de autoridade imperial, acrescentando que a escrita pode ser usada como meio de recolha de informação e como instrumento através do qual se exercem formas de governação¹⁵⁴.

Em rigor, para a Geração de 70, que considerava que os povos peninsulares «tinham entrado em crepúsculo histórico há algum tempo»¹⁵⁵, a Inglaterra, tal como a Alemanha e a França, era um pólo civilizacional considerado superior, logo desejado. Aliás, como sabemos, para o escol letrado português oitocentista «a diferença, e portanto a procura de identidade, estabelece-se com o “estrangeiro”: francês ou inglês, o outro [...] com a característica de possuir um grau superior de civilização»¹⁵⁶. Por conseguinte, através da escrita sobre a Inglaterra, os autores apropriam-se, simbolicamente, do seu objecto de desejo, colonizam-no, se quisermos usar a nomenclatura de Elleke Boehmer, enfim, domam-no. Escrever a viagem é, com efeito, (re)criar espaços novos porque o relato de viagens é uma forma de tradução que, ao assumir-se como veículo de transporte de um local para outro, isto é, como um medianeiro entre um espaço e outro, se encontra enredada na dialéctica entre o reconhecimento e a recuperação da diferença, criando aquilo que James Duncan e Derek Gregory apelidam de «tense “space in-between”» ou espaço da transculturação¹⁵⁷. Por outras palavras, as narrativas de viagem encerram subtextos que revelam o modo como os viajantes constroem as culturas que encontram nas suas viagens¹⁵⁸ porque, é importante afirmá-lo, o escritor-viajante, enquanto tradutor entre uma cultura e outra, não é um veículo transparente que somente transfere informação de um ponto para

¹⁵³ Cf. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁵⁴ Cf. Elleke Boehmer, *Colonial and Postcolonial Literature. Migrant Metaphors*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1995, p. 13.

¹⁵⁵ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 73.

¹⁵⁶ Maria Graça Videira Lopes, in *Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa. O Outro*, p. 267.

¹⁵⁷ Cf. James Duncan e Derek Gregory, in James Duncan e Derek Gregory (eds.), *Op. cit.*, p. 4.

¹⁵⁸ Cf. Susan Bassnett, *Op. cit.*, p. 93.

outro. Aliás, a tradução é um processo corrompido que, como os autores citados também salientam, comporta perdas e ganhos, não é imparcial, nunca é inocente e encontra-se minado por relações de poder e desejo¹⁵⁹. Como tradutor, o escritor-viajante é um agente de transformação e, como postula Susan Bassnett ao comparar ambos: «The translator and the travel writer are not innocent producers of text. The works they create are part of a process of manipulation that shapes and conditions our attitudes to other cultures»¹⁶⁰. E, na verdade, escrever sobre viagens engloba sentidos e objectivos que transcendem as meras descrições paisagísticas ou o sequenciar cronológico de etapas de um percurso¹⁶¹. Consequentemente, o relato da viagem, sendo um modo tradutivo é também uma forma de conquista. Explicando melhor: um dos significados primevos do verbo “traduzir” era, exactamente, “conquistar”, pelo que, utilizando um discurso colonialista, “traduzir” representa um processo de classificação e reordenação de mundos incompreensíveis, tornando-os, consequentemente, mais manobráveis e manipuláveis no contexto de apropriação imperialista¹⁶². Acresce salientar, ainda, que, «obedecendo ao lema de que conhecer a terra é possuí-la»¹⁶³, compreendemos melhor a importância de que se reveste o processo cognitivo operado pela literatura de viagens. Por conseguinte, este género literário, enquanto tradução e meio de conhecimento, tem, precisamente, a função de domesticar o estrangeiro, tornando-o inteligível e pronto a ser apossado.

Por outro lado, e paradoxalmente, além de possibilitar a compreensão do Outro, a narrativa de viagens pode transformá-lo em algo ainda mais estranho¹⁶⁴. Por outras palavras, a escrita da viagem comporta processos antagónicos, contudo complementares, que, de acordo com Alison Blunt, envolvem «the familiarization or domestication of the unfamiliar at the same time as the defamiliarization of the familiar or domestic»¹⁶⁵. Somente levando estas premissas em consideração poderemos compreender o peso que Eça e Batalha incutem à análise minuciosa do imperialismo britânico e a orientalização extrema que Oliveira Martins confere à Inglaterra vitoriana, por exemplo. Face à escalada da agressividade com que a Grã-Bretanha fortalecia o seu império, em poderio e em extensão, os cônsules lusos esmiuçam as políticas

¹⁵⁹ Cf. *Op. cit.*, p. 5.

¹⁶⁰ Susan Bassnett, *Op. cit.*, p. 99.

¹⁶¹ Como Sara Mills alerta: «Travel writing cannot be read as a simple account of a journey, a country and a narrator», in *Op. cit.*, p. 69.

¹⁶² Cf. Ania Loomba, *Op. cit.*, p. 101.

¹⁶³ Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2003), p. 14.

¹⁶⁴ Cf. James Duncan e Derek Gregory, in James Duncan e Derek Gregory (eds.), *Op. cit.*, p. 5.

¹⁶⁵ *Op. cit.*, p. 17.

imperialistas inglesas, pondo a nu as suas verdadeiras implicações. Assim, tentam familiarizar os leitores para uma realidade que atordoava Portugal, mormente porque o, cada vez mais gigantesco e tentacular, império britânico era uma ameaça para as colónias portuguesas em África¹⁶⁶. Por seu turno, ao transformar Londres numa cidade oriental, Oliveira Martins deixa o leitor atónito porque torna bizarra uma capital europeia, portanto, de certo modo, familiar.

Uma vez que a literatura de viagens é, como dizíamos, um acto de conhecimento, ao ressaltarmos que, através dela, se domestica aquilo que é estrangeiro, seja através da familiarização ou do enfoque na estranheza, estaremos, conseqüentemente, a reforçar a noção de que a escrita de viagens nos auxilia a compreender, ou desmistificar, aquilo que extravasa os limites fronteiriços do mundo do Eu. E, na verdade, esta utilidade da literatura de viagens era bastante explorada pelos vitorianos, algo que não escapou ao comentário dos autores em estudo que, por conseguinte, enriquecem o seu retrato da Inglaterra finissecular ao aludirem às publicações sobre viagens tão apreciadas pelos súbditos de Victoria. Conseqüentemente, na Inglaterra imperialista do *fin-de-siècle*, Eça, Ramalho, Batalha e Martins não só tentam apoderar-se da terra do Outro ao tentarem a sua descodificação, como, similarmente, se apossam de um género literário, a literatura de viagens, cultivado e consumido por esse Outro.

1.1.4. A Literatura de Viagens Vitoriana

Quando Elleke Boehmer afirma: «The British Empire was [...] a textual exercise»¹⁶⁷ não menospreza o facto de ser por via do texto que se fazia, e dava, sentido à novidade, à estranheza, ao admirável e ao inquietante que vinha apenso à expansão territorial britânica nas quatro partidas do globo terrestre. Aliás, o que a autora enfatiza é que era imperativo conceber significados para todas as coisas desconhecidas que um contacto tão avassalador com o Outro estrangeiro proporcionava, pelo que ressalva: «On few other occasions in human history did so many encounter such diversity of geography and culture in so short a time-span. It was necessary to give that diversity

¹⁶⁶ Como é sabido, a rivalidade territorial anglo-lusa em África atingiria o seu clímax em 1890 com a célebre questão do Ultimatum.

¹⁶⁷ *Op. cit.*, pp. 12-13.

conceptual shape [...]. From the early days of colonization, therefore, not only texts in general, but literature, broadly defined, underpinned efforts to interpret other lands»¹⁶⁸. Descodificando o que Elleke Boehmer constata, os ingleses da Era Vitoriana necessitavam “domesticar” o Outro imperial para o conhecerem, e a literatura, mormente a de viagens, era o canal privilegiado através do qual se efectuava a passagem do desconhecimento ao entendimento das realidades alienígenas. Contudo, este «exercício textual» sustentado na viagem através dos espaços do vasto império também permite a auto-análise. Dito de modo diverso, a literatura de viagens sobre o império não só possibilita a interpretação do estrangeiro, como leva à compreensão do próprio Eu imperial mediante processos comparativos com esse mesmo Outro e com a sua imanente diferença:

It is primarily by rewriting the colonial other along the traces and aporias sustained by the trope of travel that the imperial travelers can understand themselves [...]; it is in that space linked to England by a dialectic of difference and identity that the Victorian sages can gaze at themselves and hence evolve a system of knowledge through the textualization of alterity and negativity¹⁶⁹.

Contudo, mais do que simples plataforma interpretativa, mediante a qual se conhece o estrangeiro e, por consequência o Eu, a literatura vitoriana de viagens era também uma potente ferramenta em prol do próprio império e do seu culto. C. C. Eldridge é, com efeito, bastante explícito ao revelar o papel da literatura nesta época imperial quando revela: «These were indeed extraordinary years. The literature of the age both reflected and legitimised, popularised and romanticised, the dominant ideology of the day»¹⁷⁰. E, por «ideologia dominante», entende-se imperialista, como o próprio autor esclarece ao referir que a literatura do Período Vitoriano Tardio dava o seu contributo para a criação de um *ethos* imperial, para a sustentação de um espírito expansionista e para a formação de atitudes a favor da administração e do governo do império¹⁷¹. Assim, tendo em consideração as afirmações de Elleke Boehmer e de C. C. Eldridge, depreende-se que o império britânico se apoiou na literatura, genericamente falando, e que, no Período Vitoriano Tardio, a mesma reflectiu um *Zeitgeist* vincadamente imperialista, que simultaneamente potenciava e alardeava através de uma

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 13-14.

¹⁶⁹ Simon Gikandi, *Op. cit.*, p. 89.

¹⁷⁰ C. C. Eldridge, *The Imperial Experience. From Carlyle to Forster*, Macmillan, Houndmills, Basingstoke and London, 1996, p. 13.

¹⁷¹ Cf. idem, *ibidem*.

espécie de «verbal painting whose highest calling was to produce for the home audience the peak moments at which geographical “discoveries” were “won” for England»¹⁷².

Neste contexto, importa frisar que a literatura de viagens desempenhava um papel preponderante, não só devido à extensa panóplia de formas de que se pode revestir, mas também porque, numa era de intensa exploração territorial e de grandes esforços evangelizadores das comunidades pagãs e hereges que povoavam o império, este era o tipo de literatura que, realmente, melhor veiculava os relatos de exploradores, missionários e colonos que calcorreavam os pontos mais longínquos daquele. Ademais, como insiste Mary Louise Pratt, especialista na conexão império/literatura de viagens, ante o assombro provocado pelo contacto com o Outro imperial, cabia à narrativa de viagens produzir «Europe's differentiated conceptions of itself in relation to something it became possible to call “the rest of the world”»¹⁷³. Isto é, através da literatura de viagens, o Velho Continente posicionava-se distintivamente face aos universos estranhos para lá das suas fronteiras, ressaltando a sua identidade a fim de que esta não sucumbisse engolfada pelo estrangeiro.

No entanto, não esqueçamos, a literatura de viagens inclui tanto os relatos de viagens imaginárias¹⁷⁴, como de viagens verídicas. Ora, na Inglaterra vitoriana, o público leitor nutria particular curiosidade e apetite pelas memórias dos grandes exploradores e missionários que, vencendo todos os perigos, descobriam e conquistavam novos mundos ou propagavam a civilização no meio dos gentios. O interesse por este tipo de literatura em Inglaterra era de tal envergadura que não só se publicavam relatos de viagens realizadas na contemporaneidade, como se recuava no tempo e se editavam e reeditavam os relatos dos grandes viajantes medievos epitomizados, naturalmente, pelo veneziano Marco Polo, assim como as traduções dos relatos dos padres jesuítas portugueses quinhentistas, entre os quais se distinguem Jerónimo Lobo e Francisco Álvares¹⁷⁵, obras estas que eram sobretudo dadas à estampa ora pela editora Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, ora pela Hakluyt Society, a qual, fundada em 1846 em honra do geógrafo Richard Hakluyt, patrono da

¹⁷² Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, Routledge, London and New York, 1992, p. 201.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p. 5.

¹⁷⁴ Percy G. Adams, com efeito, refere-se ao «fireside traveler» por oposição ao «real traveler». O primeiro é aquele autor «who employs accounts already published and creates a narrative partly or wholly fake but at the same time so realistic, so much like other books, that he is able to deceive readers», in *Op. cit.* (1983), p. 73.

¹⁷⁵ Para uma listagem dos relatos de viajantes medievais e quinhentistas publicados na Inglaterra finissecular cf. Maria Isabel Santos, *Op. cit.*, 2000, pp. 51-53.

exploração do continente norte-americano, tinha, precisamente, por intenção primordial o resgate, para publicação, de obras antigas de reconhecido valor geográfico, histórico e cartográfico. Todo este interesse por relatos de exploração levou, naturalmente, à glorificação da figura do explorador. Como revela Martin Green no seu influente estudo sobre literatura e império: «People in the nineteenth century continued to read the travel literature of earlier times, which made the explorer one of the great heroes of nineteenth-century culture»¹⁷⁶.

No entanto, não há como escamoteá-lo, o público britânico aplaudia e consumia entusiasticamente os relatos dos viajantes, exploradores e missionários contemporâneos. Assim, curiosamente, liam-se as traduções dos exploradores portugueses em África, Serpa Pinto e Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens¹⁷⁷, facto explicado pela rivalidade anglo-portuguesa naquele continente que suscitava a necessidade de se estar ao corrente das manobras e progressos do inimigo. O campeão de vendas neste domínio literário era, porém, o célebre, e celebrado, missionário e explorador escocês David Livingstone, cujas *Missionary Travels*, dadas a lume em 1857, haviam vendido o assombroso número de setenta mil exemplares em apenas três meses e elevado Livingstone a um estatuto de autêntico herói no imaginário do público vitoriano¹⁷⁸. Ademais, numa época em que África era o continente mais cobiçado à face da terra, e em que os ingleses queriam estabelecer um império africano que se estendesse do Cabo ao Cairo, notava-se uma enorme avidez pela leitura dos empreendimentos que iam desbravando África. Como relembra C. C. Eldridge, «The search for the source of the White Nile, the explorations of Richard Burton, J. H. Speke, J. A. Grant, Samuel Baker, Verney Lovett Cameron, Joseph Thomson and Henry Morton Stanley, raised British temperatures»¹⁷⁹. Em suma, «the centenaries of many significant events and the emergence generally of an interest in African history have combined to produce a daunting number of [...] books on exploration and the explorers»¹⁸⁰.

Contudo, não era somente África que merecia a atenção dos viajantes e, conseqüentemente, dos escritores-viajantes. Na Inglaterra do *fin-de-siècle* também se davam à estampa relatos de viagem a outros pontos do globo, nomeadamente ao

¹⁷⁶ Martin Green, *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*, Routledge and Kegan Paul, London, 1980, p. 213.

¹⁷⁷ Cf. Maria Isabel Santos, *Op. cit.*, p. 52.

¹⁷⁸ Cf. C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 65.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 66.

¹⁸⁰ Joanne Shattock, «Travel Writing Victorian and Modern. A Review of Recent Research», in Phillip Dodd (ed.), *Op. cit.*, p. 156.

Oriente. Em 1885-86, Richard Burton dera a lume a narrativa da sua perambulação árabe em *Personal Narrative of a Pilgrimage to El-Medinah and Meccah*. A Grécia, definida, em termos oitocentistas, como um país asiático, logo oriental¹⁸¹, era igualmente um alvo a considerar no âmbito da literatura de viagens, como o exemplifica, por exemplo, o sucesso obtido com a publicação de *Rambles and Studies in Greece* de J. P. Mahaffy, o *tutor* de Oscar Wilde no Trinity College em Dublin, que conheceu quatro edições entre 1876 e 1892.

Todo este vasto leque de obras consignadas à descrição de viagens exploratórias e missionárias criava um impressionante nicho literário que Richard Phillips designa de «literature of geography» e que é descrito como: «The narratives of explorers, surveyors, geographers and other storytellers, who describe journeys “into the unknown” - adventures»¹⁸². E, na realidade, esta literatura enfatizava o carácter aventureiro e corajoso daqueles que se embrenhavam em pântanos mortíferos, montanhas quase intransponíveis, desertos escaldantes, florestas virgens impenetráveis ou terrenos agrestes nos locais mais distantes, exóticos e perigosos do planeta. Os relatos destas «aventuras» eram, em suma, «real life adventure tales in which intrepid explorers overcame human and geographical obstacles on triumphant journeys»¹⁸³. Simultaneamente, estas narrativas de cariz verídico que, a coberto da temática da viagem, misturavam a sublimação da aventura com o enfoque na componente de descrição geográfica, prendiam e excitavam a imaginação dos leitores contemporâneos que elevavam os viajantes a um panteão especial de semi-deificação, não só porque ultrapassavam com sucesso todos os percalços das suas jornadas, mas, sobretudo, porque traziam das suas viagens todo um manancial de novas ideias e descobertas que poderiam influenciar o progresso e a mudança na sua sociedade. O viajante era, por conseguinte, um agente positivo e benéfico adjuvante da transformação social¹⁸⁴.

Todavia, o interesse dos leitores britânicos não se esgotava nas narrativas de exploradores, missionários ou quaisquer outros aventureiros em espaços estrangeiros. Entre outros exemplos da literatura de viagens da viragem do século XIX também se encontravam os relatos de campanhas militares em lugares distantes que eram lidos

¹⁸¹ Na verdade, para os viajantes da centúria de 1800, a Grécia era vista como «a little corner of the Orient», in Robert Shannan Peckham, «The Exoticism of the Familiar and the Familiarity of the Exotic. *Fin-de-Siècle Travellers to Greece*», in James Duncan e Derek Gregory (eds.), *Op. cit.*, p. 169 e também p. 172.

¹⁸² Richard Phillips, *Mapping Men and Empire. A Geography of Adventure*, Routledge, London and New York, 1997, p. 1.

¹⁸³ C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 66.

¹⁸⁴ Cf. Zweder von Martels, *Op. cit.*, p. xii.

avidamente por um povo que, cada vez mais, afirmava o seu inexorável destino conquistador. Nesta óptica:

The British public's thirst for stirring tales of adventure [...] was not fed by exploration alone. Military adventure was another important ingredient. Once again Africa figured prominently: the wars against Abyssinia, Asante, the Zulus, the Boers, the Mahdi, the Ndebele, and so the list goes on. [...] The accounts of the participants were read with mounting excitement: Father Ohrwalder's *Ten Year Captivity in the Mahdi's Camp* (1892); Slatin Pasha's *Fire and Sword in the Sudan* (1896); R. S. S. Baden-Powell's *The Matabele War* (1897) [...]. Exactly the same is true of India¹⁸⁵.

Aliás, a proliferação de obras que gizavam a glorificação de feitos marciais não só propagava o culto imperial, como evidenciava um outro tipo heróico, o «herói militar cristão, capaz de combinar a aventura militar com uma rectidão de comportamento e isenção de espírito, que irá estar na origem do respeito pelo exército e pelo novo militarismo»¹⁸⁶. E, com efeito, à medida que se caminhava para o crepúsculo da centúria, a ideia imperial britânica acentuava o seu carácter belicista, para o que era imprescindível recrutar os jovens a fim de que abraçassem a nobre causa nacional: o império. Como reitera Bernard Porter, dando consciência à crescente importância do elemento militar no âmago da questão imperial: «A number of imperialists, led by Lords Roberts and Milner, saw [...] in universal military conscription, [...] a way of [...] involving all Britain's citizens in the imperial enterprise»¹⁸⁷. Ademais, a «empresa imperial» do *fin-de-siècle* traduzia-se, cada vez com maior acuidade, na frase memorável que ficaria expressa num artigo de 8 de Outubro de 1899 nas páginas do *Spectator*: «From China, from Central Africa, from West Africa, from South Africa and from the Pacific we receive the same messages which mean: use force, coerce the dark men, defy the white men in battle, and then Englishmen will have new trades, new concessions, new mines, new pecuniary prosperity»¹⁸⁸. Ou seja, a rapacidade territorial servia o saque que, por sua vez, só se poderia manter com o recurso à força, ao militarismo, o que justificava a preponderância e a utilidade de dar a lume o relato de campanhas militares bem sucedidas, pois tal equivalia a exaltar a glória imperial.

¹⁸⁵ C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 67.

¹⁸⁶ Isabel Maria do Nascimento Simões Ferreira, *Visões do Império. Os Ingleses na Índia*, Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2006, p. 41.

¹⁸⁷ Bernard Porter, *The Lion's Share. A Short History of British Imperialism, 1850-1995*, 3ª ed., Longman, Harlow, Essex, 1996 (1ª ed. 1975), p. 131.

¹⁸⁸ *Apud* Richard Koebner, «The Concept of Economic Imperialism», *The Economic History Review*, vol. 2, nº 1, 1949, p. 25.

Eça de Queirós compreendia perfeitamente o papel que todo este manancial de literatura de viagens representava na Inglaterra vitoriana. Sabia, pois, que, acima de tudo, este tipo de literatura se encontrava a soldo do império e da sua propagação, não tendo, por conseguinte, objectivos meramente lúdicos e desinteressados. Assim, ao analisar o panorama literário inglês no artigo remetido à *Gazeta de Notícias* a 15 de Outubro de 1881, propositadamente intitulado «Acerca dos Livros», o autor não perderá a oportunidade de se deter em extensas considerações sobre a literatura de viagens que se ia publicando na Velha Albion no intuito de, bem ao seu jeito, “farpear” o expansionismo do Leão Britânico.

Em primeiro lugar, o artigo queirosiano principia por alertar o leitor para a primazia de que, entre todos os géneros literários, goza a literatura de viagens em Inglaterra, o que, veladamente, assume o propósito de chamar a atenção do público para a pertinência de se analisar este aspecto tão particular e tão saliente da vida inglesa, de tal modo que merece umas quantas páginas de reflexão. Cogitando, então, sobre as assombrosas «noventa e três obras!» (*TI*, p. 161) publicadas numa única semana, Eça ressalva que: «Há nesta literatura geral uma espécie de que o Inglês não se farta - a literatura de viagens» (*ibidem*, p. 162), a qual o autor faz tenção de distinguir dos romances para, dessa feita, a poder dissecar melhor. Eça está consciente de que se trata de um género literário próprio e a ênfase colocada na análise dos livros de viagens ingleses e a sua importância em Inglaterra prende-se, ademais, com o facto de, na pátria lusa, este não ser um género muito cultivado. Aliás, atendendo à crítica queirosiana, o panorama literário português é deprimente na sua totalidade, ou seja, «a literatura em Portugal está a agonizar: morre burguêsmente e insipidamente»¹⁸⁹.

Alertado o leitor para a preponderância que este género literário assume além-Mancha, facto contra o qual Portugal não pode competir, o articulista parte para o debate de um tema que lhe é muito caro: expor a rapina imperialista dos ingleses. Porém, antes disso, Eça necessita explicar o porquê de este tipo de literatura atingir os níveis impressionantes de popularidade de que usufrui em Inglaterra, razão que, na verdade, prende amarras na própria natureza da raça. Usando premissas tainianas de causa-efeito, o autor explica: «A gula, a gulodice de livros de viagem é [...] considerável, e de resto bem explicável numa raça expansiva e peregrinante, com esquadras em todos os mares, colónias em todos os continentes, feitorias em todas as

¹⁸⁹ Eça de Queiroz, «O Milhafre», in *Prosas Bárbaras*, introdução de Jaime Batalha Reis, Livros do Brasil, Lisboa, 2001 (1ª ed. 1922), p. 173.

praias, missionários entre todos os bárbaros» (*ibidem*). É, portanto, o determinismo rácico que justifica «a gulodice de livros de viagem». Mas, é também o momento histórico, a era do império, que fundamenta esta paixão.

Similarmente, alguns anos volvidos sobre a publicação do artigo queirosiano, Oliveira Martins partilhará com o amigo cônsul a ideia de que os ingleses gostam de literatura de viagens porque são, intrinsecamente, um povo viajante. Por conseguinte, mais uma vez, é o texto queirosiano que oferece o pano de fundo à construção da imagem dos autores subsequentes¹⁹⁰. No pensamento martiniano, os britânicos «quando não viajam, lêem viagens, [...] para saciar a inquietação constitucional do espírito. [...] Até quando não viajam, viaja-lhes em permanência a imaginação nebulosamente perdida pelos horizontes longíquos» (*IH*, pp. 150-151). Afirmção que, na verdade, ecoa o que Taine também já afirmara nas suas *Notes sur l'Angleterre* sobre os ingleses estarem sempre a viajar, fosse efectivamente, fosse através da leitura de viagens. Salienta, então, o viajante francês que «les voyages qui sont un complément de l'éducation, un emploi des vacances, une habitude, un plaisir, presque une manie, par suite la lecture si répandue des voyages»¹⁹¹. Atente-se, no entanto, para o facto de que Taine, ao ressaltar o carácter pedagógico das viagens, também imbui de objectivos didácticos os livros de viagem. Ademais, dirigindo-se a John Bull, Ramalho também concorda com estas posições ao referir: «Essa imensa compilação de notas recolhidas por ti em viagem nos países estrangeiros é indubitavelmente, sem que isso apareça à primeira vista, a mais considerável riqueza intelectual do povo inglês» (*JB*, p. 22). Dito de outro modo, a maior singularidade do espírito da raça britânica, o que realmente a superioriza face a todas as outras, é a sua inigualável maneira de escrever a viagem, a qual está imbuída do espírito científico e das intenções pedagógicas que os autores propagam e defendem.

Uma das conclusões mais pertinentes a reter relativamente ao carácter do povo britânico, tal como nos é apresentado por Eça e Oliveira Martins, é a de que é inatamente propenso à expansão imperial, a «raça expansiva» a que o grande romancista luso aludia, a qual não se acomoda às suas fronteiras insulares, espartilhantes e asfixiantes, e que, por conseguinte, consome avidamente livros de viagem a fim de saciar a compulsão do espírito. O povo inglês conquista o mundo, é imperialista porque tal lhe está nos genes e, por conseguinte, não pode renegar o seu destino «peregrinante».

¹⁹⁰ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996b), p. 48.

¹⁹¹ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 332.

Trata-se, com efeito, dos postulados da hereditariedade rracica, bebidos em Taine, que explicam a determinação imperialista. Além disto, Eça e Oliveira Martins, em rigor, mais não fazem do que constatar o que Gladstone vociferara em 1878 na revista *Nineteenth Century*, num artigo cujo título era, reveladoramente, «England's Mission», e no qual o Primeiro Ministro enfatizava: «The sentiment of empire may be called innate in every Briton. [...] It is part of our patrimony: born with our birth, dying only with our death; incorporating itself in the first elements of our knowledge, and interwoven with all our habits of mental action [...]. It is a portion of our national stock, which has never been deficient»¹⁹². Em suma, ser inglês é ser, por legados hereditários e congénitos, imperialista. Ao defenderem este determinismo da raça, Eça e Martins, afinal, também não se afastam da corrente naturalista dos finais do século XIX. É o «pensamento “positivo” da era científica»¹⁹³ que se encontra subjacente à sua interpretação dos ingleses como povo programado inexoravelmente para um destino de expansão.

Voltando a Eça, em particular, e ao ataque que desfere contra a propensão imperialista britânica através da análise que faz da literatura de viagens, notamos que o autor revela directamente que todo o inglês nutre «no fundo da alma o sonho eterno, o sonho amado de refazer o Império Romano» (*TI*, p. 162), avisando, desta forma, o leitor incauto quanto à megalomania imperial da Velha Albion, pronta a expandir-se em todas as direcções. Posteriormente, compara a literatura de viagens dos tempos mais antigos com o estado presente da mesma. Sem o declarar abertamente, Eça tem, certamente em mente, os tempos gloriosos do *Grand Tour*, quando «o homem que visitava países longínquos, se se achava em aventuras pitorescas, à volta, repousando ao canto do seu lume, tomava a pena e ia revivendo esses dias numa agradável rememoração de impressões e paisagens» (*ibidem*). Contemporaneamente, o panorama é diferente. Como sabemos, para Eça o viajante moderno é o turista abominável e este, quando escreve sobre as suas viagens, é, afinal, um novo tipo de «industrial - o prosador viajante» (*ibidem*), alguém que escreve tendo em mente o lucro fácil e que, seguindo o ímpeto próprio da raça, se desloca aos locais mais recônditos do planeta. O «prosador viajante» inglês, tão execrável quanto o seu compatriota turista, vai esventrando o globo e consumindo os locais que visita tal como os turistas invasores. Assim:

¹⁹² *Apud* C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 17.

¹⁹³ Maria Saraiva de Jesus, «A Difusão do Realismo e do Naturalismo em Portugal», in Carlos Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa. O Realismo e o Naturalismo*, 7 vols., vol. 5, Publicações Alfa, Lisboa, 2001, p. 36.

Antigamente contava-se a viagem quando casualmente se tinha viajado [...]. Hoje não. Hoje empreende-se a viagem unicamente para se escrever o livro. Abre-se o mapa, escolhe-se um ponto do Universo bem selvagem, bem exótico, e parte-se para lá com uma resma de papel e um dicionário. E toda a questão está (como a concorrência é grande) em saber qual é o recanto da Terra sobre que ainda se não publicou livro! [...]

Quem hoje encontrar, em algum intrincado ponto do Globo, um sujeito de capacete de cortiça, lápis na mão, binóculo a tiracolo, não pense que é um explorador, um missionário, um sábio coligindo floras raras - é um prosador inglês preparando o seu volume (*ibidem*, pp. 162-163).

O infame «prosador de viagens» é um capitalista industrial e não o intelectual que nos tempos do *Grand Tour* viajava pelo prazer máximo de alargar os seus conhecimentos e viver experiências novas a fim de melhor se cultivar. Do que nos é dado ler, constatamos que Eça de Queirós nota com especial clareza a maneira como a literatura de viagens se tornou num negócio, o que demonstra bem como «le périple littéraire devient à partir de 1850 environ un véritable atelier d'écriture»¹⁹⁴. Ademais, e sobretudo, Eça constrói uma trama estereotipada com a qual desmonta os verdadeiros propósitos por detrás da literatura de viagens britânica. Na era dos *Grands Touristes*, aliás, viajava-se «casualmente», pelo que a inserção deste advérbio avisa logo o leitor de que, no presente, há toda uma intrincada intencionalidade por detrás da realização da viagem. De seguida, o autor revela, então, quais são os reais objectivos do «prosador viajante»: buscar paragens remotas, preferencialmente ainda desconhecidas, e esgotar, esmiuçar a fundo, a sua descrição em «trezentas páginas de prosa» (*ibidem*, p. 163) até que não reste mais nada a dizer sobre os locais visitados e se parta para a descoberta de novas paisagens e aí recomeçar o processo outra vez. Ecoando a rapacidade territorial que crescentemente caracterizava o império britânico, Eça acaba por revelar que nenhum canto do globo se encontra a salvo de ser consumido, isto é, conquistado, no sentido mais literal do termo, pela literatura de viagens. E o detestável «prosador viajante» mais não é do que um assalariado da empresa imperial, um cartógrafo, um colonizador, ou, por outras palavras, alguém que ajuda a preencher os espaços em branco dos planisférios e atlas mundiais. Em suma, o «prosador viajante», tal geógrafo, efectiva a representação da paisagem. Trevor J. Barnes e James S. Duncan dão consistência a esta ideia quando referem: «Landscape is represented in a diverse set of

¹⁹⁴ Jean-Marc Moura, «La Fiction d'exploration: au carrefour du récit de voyage et du roman (Joseph Conrad: *Heart of Darkness*, André Malraux: *La Voie Royale*, Ferreira de Castro: *A Selva*)», in Maria Alzira Seixo e Graça Abreu (org.), *Op. cit.*, p. 213.

forms, including theoretical models of the space economy, propaganda maps, *travellers' accounts* [...], pictures [...]. Although the means and purposes are different, linking these different subjects is the attempt at geographical representation»¹⁹⁵. Portanto, como os elementos geográficos podem ser representados pela literatura de viagens, o escritor-viajante equipara-se a um geógrafo.

Na mesma óptica, Richard Phillips não se esquece de ressaltar que os cartógrafos não detêm o monopólio da construção de mapas, elucidando, também, que a representação cartográfica é um meio de possuir a geografia real¹⁹⁶. Por isso, «maps may be spatial, visual, graphic representations, but the information they represent must be spatial. The cartographic map [...] is a special form of map; it is not the only form of map»¹⁹⁷. O relato de viagens é uma outra forma de mapa e o escritor-viajante um verdadeiro geógrafo que parte em busca de novos espaços para os conquistar, neste caso escrever porque escrever a paisagem não é sinónimo de escrever “sobre” a paisagem, como revela a decomposição etimológica da própria palavra geografia: *geo*, terra e *grafia*, escrita. Com efeito, o papel do geógrafo é bastante mais complexo do que o que possa parecer à primeira vista, pois, ao escrever a paisagem, dá sentido aos elementos paisagísticos que foca. Trevor J. Barnes e James S. Duncan também alertam para a responsabilidade da tarefa do geógrafo porque: «Pieces of the world [...] do not come with their own labels, and thus representing “out there” to an audience must involve more than just lining up pieces of language in the right order»¹⁹⁸.

Eça de Queirós também viu perspicazmente o importante papel de geógrafo, vulgo, escritor de paisagens, que assumia o «prosador viajante» vitoriano quando afirma que os seus «livros são quase sempre bem estudados: dão o traço e a linha que pinta a paisagem com a sua cor e luz, a cidade com o seu movimento e feições; são gráficos e são críticos; têm a geografia e têm a observação; e mais ou menos fazem reviver com o detalhe característico o povo visitado, na sua vida doméstica, a sua religião, a sua agricultura, o seu *sport*, os seus vícios, a sua arte se a tem» (*ibidem*). Ao declarar que os livros de viagem «dão o traço e a linha», «são gráficos» e «têm a geografia», Eça não descarta a hipóteses de serem mapas. Na realidade, este autor não deixa de constatar que os livros de viagem oferecem a «informação espacial» de que Phillips falava porque

¹⁹⁵ Trevor J. Barnes e James S. Duncan, «Introduction. Writing Worlds», in Trevor J. Barnes e James S. Duncan (eds.), *Writing Worlds. Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape*, Routledge, London, 1992, p. 4. Itálico nosso.

¹⁹⁶ Cf. *Op. cit.*, pp. 6 e 14.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 14. Itálicos do autor.

¹⁹⁸ *Op. cit.*, p. 2.

apresentam cidades e paisagens ao leitor. Se o livro de viagens é um mapa, logo o escritor-viajante é, assumidamente, um cartógrafo ou um colonizador que, coincidentemente, ajudará outros cartógrafos, geógrafos¹⁹⁹ e colonizadores.

Susan Bassnett, por sua vez, leva esta ideia um pouco mais além ao elucidar que o mapa é um instrumento de hegemonia, o meio pelo qual se pode conquistar civilizações inteiras²⁰⁰, noção que Mark Monmonier enfatiza ao postular que os mapas mais não são do que instrumentos intelectuais através dos quais se processa a apropriação territorial, a exploração económica e, inclusivamente, o imperialismo cultural²⁰¹. Deste modo, o «sujeito de capacet de cortiça» e «lápiz na mão», a que Eça alude, que ia pelo mundo fora (d)escrevendo as mais diversas e longínquas paisagens é um conquistador imperial equivalente a qualquer outro explorador que, ao narrar a geografia que encontra na viagem, procede à apropriação do espaço físico. Na verdade, dando fé a uma extensa lista de relatos de viagem publicados na Inglaterra e que Eça coligiu meticulosamente para divulgação junto dos leitores, não deixa de ser impressionante a envergadura da conquista territorial britânica. Com efeito, os escritores-viajantes vitorianos corriam o mundo inteiro, o que se comprova através da listagem dos títulos das obras que Eça nos dá a conhecer, da qual, dado o seu cariz exaustivo, apenas apresentamos alguns excertos. Como ressalva o articulista português:

Aqui está, com os títulos traduzidos, o que se publicou nestes quinze dias: *A minha jornada a Medina. - Entre os filhos de Han. [...] - Longe, nos Pampas. [...] - O novo Japão. - Uma visita a Abissínia. - Vida no oeste da Índia. - Pelo Mahakam acima, e pelo Barita abaixo. - A cavalo pela Ásia Menor. - Cenas de Ceilão. [...] - As terras dos Matabeles. - Fugindo para o sul. [...] - Peregrinações na Patagónia. - O Sudão egípcio. [...] - Caminhos da Palestina. - Norsk, Lapp e Finn (onde será isto, Santo Deus!). [...] - A linda Atenas. [...] - Homens e casos da Índia. [...], Sport na Crimeia e no Cáucaso. - Nove anos de caçadas na África. [...] - A leste do Jordão... (ibidem, pp. 163-164).*

Toda esta longa lista demonstra, com efeito, «a gula» do público inglês por literatura de viagens, mas também exemplifica o apetite territorial do crescente império

¹⁹⁹ Percy G. Adams não tem peias em admitir que «the debt of geography to the literature of travel is immense and well documented» e, ainda, que «no one depended more on the récits de voyage than did the geographers and cartographers», o que demonstra bem a íntima conexão existente entre a literatura de viagens e as ciências subordinadas à Geografia. Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), pp. 78 e 76, respectivamente.

²⁰⁰ Ademais, para esta estudiosa, o mapa, que se transforma de arte em ciência na época dos Descobrimentos, é um instrumento hegemónico que permite a alteração irrevogável de padrões inteiros de relações sociais. Cf. *Op. cit.*, p. 95.

²⁰¹ Cf. Mark Monmonier, *How to Lie With Maps*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 1996 (1ª ed. 1991), p. 90.

britânico que, como o comprova a colecção de títulos referenciados por Eça, estende tentáculos em África, na Índia, no Extremo Oriente, no Novo Mundo, na Ásia, na Europa e nos locais mais impronunciáveis, como se verifica através do sarcasmo eciano.

Porém, daquilo que Eça relata sobre a literatura de viagens em Inglaterra há, ainda, outras ilações a extrair. O escritor-geógrafo-colonizador que o artigo queirosiano nos mostra é também um antropólogo e um sociólogo que não descarta a análise dos costumes e da sociedade do povo que habita no espaço estrangeiro por si visitado. Eça não só evidencia o carácter da literatura de viagens vitoriana como se refere a um dos pressupostos de toda a literatura de viagens: o endividamento para com as Ciências Sociais, com as quais surge em estreita amálgama como, aliás, já referimos anteriormente. Na verdade, não fora o rigor científico conferido pela observação e o escritor-viajante não poderia jamais chamar a si os papéis de geógrafo, antropólogo ou sociólogo, o que Eça não nega a este tipo de escritor da Era Vitoriana. A observação, prerrogativa essencial do método científico, é fundamental àquele que escreve as viagens - e o inglês vitoriano tem-na. Sem bons dotes e prática de observador, o escritor-viajante não pode instruir o público leitor porque é incapaz de recorrer a metáforas que acordem a imaginação de quem lê²⁰².

Quando empreende a sua análise crítica da literatura de viagens publicada em Inglaterra, Eça tem em mente salientar, em primeiro lugar, que esta é uma importante componente da sociedade vitoriana, pois é publicada e lida com interesse e avidez, ou não fossem os números a si associados suficientemente impressionantes para que, só por isso, esta literatura merecesse as atenções do articulista que pretende focar uma realidade diferente da do leitor que lê a sua coluna nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Em segundo lugar, o objectivo do autor, quiçá o mais intencional, é demonstrar o agigantar imperialista da Grã-Bretanha que, em nome do império e em seu favor, possui todo um tipo de literatura que penetra em todos os recantos do globo e os "domestica" para consumo interno dos ingleses, a raça intrépida com pulsões nomádicas e geneticamente programada para a expansão imperial. Todavia, em terceiro lugar, importa frisar a duplicidade de sentimentos que o autor nutre pelo «prosador viajante» inglês e pelos seus livros de viagens. É, em rigor, com aparente desdém que Eça menciona a quantidade de livros de viagens que constantemente se editam em Inglaterra

²⁰² Zweder von Martels denomina a importância da observação no relato de viagens como «culture of the eye» e esclarece que o uso da metáfora lembra ao leitor a pintura e a escultura, o que salienta o papel da imaginação. Cf. *Op. cit.*, pp. xii e xiii.

ao afirmar secamente: «É claro que eu não os li, nem sequer os enxerguei. Copio os títulos, somente, das listas de dois jornais de crítica: o *Athenaeum* e a *Academy*» (*ibidem*, p. 163). Por um lado, Eça informa-nos das suas fontes informativas, por outro alude a um certo asco por esta literatura. Contudo, frisa as qualidades e virtudes deste género literário, genericamente falando, as quais se encontram bem visíveis nas obras que vão sucessivamente saindo dos prelos. Com efeito, o viajante luso termina as suas demoradas considerações em torno da literatura de viagens inglesa perspectivando não só o modo como é cultivada em Inglaterra, mas também os méritos e benefícios que aporta. Deste modo, nas palavras deste escritor-viajante, é fácil calcular «a importância desta literatura, que se torna assim um inquérito sagaz, paciente, correcto, feito ao Universo inteiro» (*ibidem*). À semelhança do que Ramalho também afirmava, Eça não menospreza o facto de a literatura de viagens ser um acto de conhecimento, do qual os «prosadores ingleses» são, curiosa e paradoxalmente, exímios praticantes. É, pois, motivo para afirmar que, não obstante as notas críticas, Eça se rende à importância deste género literário em Inglaterra, ainda que esconda essa admiração sob um manto de displicência e aproveite o ensejo para criticar a rapacidade territorial britânica. Simultaneamente, este apreço eciano pela literatura de viagens é tanto mais evidente quanto o próprio autor dele se apropria para retratar a Inglaterra vitoriana. Eça, em suma, apodera-se de um género literário cultuado e cultivado pelo Outro que observa. Aliás, se lermos a carta que remeteu a Mariano Pina em 25 de Janeiro de 1888, notamos, precisamente, uma espécie de acto de contrição por parte do autor para com a literatura inglesa, no que ela tem de mais admirável, ao salientar que «a Inglaterra produziu, produz, uma literatura de incomparável nobreza e originalidade»²⁰³, a qual pode ser, efectivamente, representada pela literatura de viagens vitoriana.

Tal como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão não se abstém de salvaguardar o respeito pela literatura de viagens produzida na Inglaterra finissecular. No entanto, se Eça o faz com alguma relutância, Ramalho não tem qualquer tipo de inibições que refreiem o valor que confere a este género literário tal como promovido pelos ingleses. Quando se dirige a John Bull, logo nas páginas iniciais do seu relato homónimo, afirma as suas imensas qualidades de escritor-viajante:

Como escritor de livros de viagem, [...] as tuas obras [...] são perfeitos exemplos de consciencioso e delicado estudo, duma fôrça de competência e dum espírito de exacção e de equidade de

²⁰³ Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1909), p. 135.

que escritores viajantes doutras procedências nos têm sistemáticamente desabituaado. Neste ponto de vista é grande o meu sincero respeito, a minha consideração, o meu reconhecimento por ti (*JB*, p. 19).

Como nos é dado perceber, Ramalho não poupa elogios à literatura de viagens vitoriana, a qual é metódica, aturada e melhor do que aquela que é dada à estampa noutros países, porque científica. Aliás, o próprio Taine, no Prefácio às *Notes sur l'Angleterre*, também se referia abonatoriamente à salutar literatura de viagens inglesa que, superior à praticada em França, deveria, inclusivamente, ser imitada pelos franceses. O que Taine afirma é que: «Les Anglais ont une habitude très-bonne, celle de voyager en pays étranger, et, au retour, d'écrire leurs remarques; les divers témoignages ainsi recueillis se complètent, se contrôlent et se corrigent l'un par l'autre. Je pense qu'en cela nous ferions bien d'imiter nos voisins»²⁰⁴.

Tanto Ramalho como o seu compatriota Eça de Queirós são, então, unânimes em afirmar o estudo científico que o escritor vitoriano deste género literário envolve na realização da sua obra, o que, só por si, confere autoridade ao que o escritor-viajante relata, enfatizando, ademais, a importância desta literatura como modo cognitivo. O mérito que Ramalho atribui à narrativa de viagens britânica é tanto mais expressivo quanto está inserido num contexto em que o autor vinha denegrindo a imagem de John Bull, achando-o arrogante e espoliador dos mais fracos, nomeadamente dos lavradores durienses. Portanto, admitir que um ser tão desprezível como John Bull possa, sinceramente, dar à estampa livros de viagem de grande qualidade e perfeição é, de facto, bastante elucidativo do respeito pela cientificidade de que se reveste este género literário em Inglaterra. Aliás, identicamente ao que Eça confessava a Mariano Pina, Ramalho não deixa John Bull ignorante do «valor [...] da [s]ua literatura» (*ibidem*), da qual se intitula, aliás, grande admirador e, ademais, praticante. É, novamente, o género literário do Outro que é apossado por um autor luso.

Como se não bastasse aplaudir a literatura de viagens inglesa, Ramalho Ortigão ainda aproveita a oportunidade para enaltecer o trabalho meticuloso que o «prosador viajante» efectua e que lhe confere as características de sociólogo e antropólogo que Eça também já realçava. Continuando a interpelar John Bull, Ramalho declara:

Vês tudo, não passas por alto um monumento, uma galeria, uma colecção, uma curiosidade local. Desces a tôdas as profundidades e sobes a tôdas as eminências assinaladas, para ver, e, quando não haja

²⁰⁴ *Op. cit.* (1876), p. vii.

que ver, unicamente para ter lá estado! [...] É assim que tu fazes, por todos os países que atravessas, uma provisão enorme e preciosíssima de factos. E todo o facto humano, por mais estéril e por mais pueril que êle pareça, desde que é autêntico e positivo, constitui um documento de observação, sugere uma hipótese correspondente, é o princípio da aplicação do método na sociologia experimental, e sob a acção do espírito correlacionador dum Burckle, dum Stuart Mill, dum Herbert Spencer, êle pode tornar-se o caminho duma teoria política ou o alicerce duma lei social (*ibidem*, pp. 20-22).

Uma citação tão extensa merece, certamente, um comentário mais aprofundado, tanto mais que Ramalho acaba por traçar aqui uma definição de literatura de viagens. Primeiramente, importa frisar que o escritor-viajante é, na opinião ramalheana, um cientista. Em segundo lugar, a literatura de viagens é um «documento» científico que, objectivamente, note-se a redundância do vocábulo «facto», expõe uma, ou várias teorias. Como qualquer cientista, o escritor-viajante segue à risca o método científico: observa («vês tudo»), colige informação (a «provisão enorme e preciosíssima de factos»), avança a hipótese («sugere uma hipótese») e chega à lei (uma «teoria»). Ora, o escritor-viajante inglês faz tudo isto. E Ramalho, curiosamente, também. Até a própria linguagem utilizada pelo autor neste breve excerto revela o seu cientismo e a sua interpretação da literatura de viagens à luz da Ciência. Não é somente o escritor-viajante inglês que se equipara a um John Stuart Mill ou a um Herbert Spencer, pais das Ciências Sociais, estudados e apreciados pelos homens da Geração de 70. É também o próprio Ramalho. *John Bull* é, afinal, um «documento de observação» do povo inglês analisado objectivamente, isto é, cientificamente.

Paralelamente, o autor luso considera o escritor-viajante um potencial agente de transformação na sua sociedade, facto que corrobora uma outra ideia exposta por Zweder von Martels, à qual também já aludimos, e segundo a qual aquele pode adjuvar o progresso social, o que, efectivamente, ocorre em Inglaterra. Por outras palavras, não há, para Ramalho, escritor-viajante mais perfeito e completo do que o inglês, o qual, simultaneamente, congrega em si as virtudes de cientista social e instrumento benéfico de mudança social. Finalmente, uma outra acepção a reter da caracterização ramalheana do escritor-viajante inglês é a de que este não deixa de ser um imperialista que perscruta todos os espaços mais recônditos do planeta, mais que não seja «para ter lá estado», isto é, para afirmar a posse territorial, a conquista. É alguém que desflora inexoravelmente todos os cantos do globo prosseguindo «impassível com o [s]eu mapa e o [s]eu guia debaixo do braço, o [s]eu binóculo, os [s]eus lápis de desenho e de escrita, o [s]eu álbum, a [s]ua fita de medir, a [s]ua lente, o [s]eu *memorandum-book* nas algibeiras»

(*ibidem*, p. 20). E, neste aspecto, a percepção de Ramalho não se desprende da interpretação queirosiana do «prosador viajante» que é um geógrafo e um colonizador imperialista, se bem que Eça o faça numa óptica de crítica.

Ademais, se atentarmos com algum cuidado nas descrições que tanto Eça como Ramalho nos oferecem da figura do escritor-viajante, notamos que aquele que nos é apresentado pelo cônsul português em Bristol anda sempre munido de «capacete de cortiça», «binóculo» e «lápiz». E, por sua vez, aquele que é retratado por Ramalho possui toda uma vasta parafernália de objectos e utensílios, supostamente imprescindíveis para a execução do seu ofício, que carrega mundo afora: lápis diversos para todos os tipos de uso, binóculos e lentes, mapas e guias, cadernos de apontamentos, fitas métricas, álbuns, enfim um nunca mais acabar de instrumentos que só podem ser disponibilizados por uma sociedade industrializada, e de progresso científico, a inglesa, por exemplo. Todos estes instrumentos são as verdadeiras ferramentas tanto do viajante como do cientista social, tal como o bisturi e o microscópio são as ferramentas do cientista que estuda as Ciências da Vida como a Biologia. Na verdade, já em 1692, Robert Boyle no seu tratado *General Heads for the Natural History of a Country... Drawn Out for the Use of Travellers and Navigators* apresenta o equipamento com o qual o verdadeiro viajante se deve munir: bússola, diversos tipos de óculos, relógio, variados instrumentos de medição e, até, baldes de diferentes feitios para a recolha de água, a qual deverá ser realizada por um método científico previamente prescrito²⁰⁵. Por conseguinte, o próprio viajante possui ferramentas que o habilitam para a realização do seu ofício, a sua ciência particular: a da viagem.

Tal como é visto por Eça e, com maior acuidade, por Ramalho, o escritor-viajante inglês vitoriano, armadilhado com todo o género de instrumentos científicos que exibem o desenvolvimento industrial e científico ocidental, procede afincadamente à missão imperial da sua nação. Paralelamente, neste aspecto, assistimos à convergência de opiniões entre Eça e Ramalho, pois, através da exemplificação que dão do escritor-viajante, ambos deixam o leitor aperceber-se que aquele é mais outro agente do império ultramarino da Velha Albion. Por conseguinte, a publicação deste género literário em Inglaterra, bastante bem construído e desenvolvido no país, servia propósitos pouco inocentes, assentando, sobretudo na divulgação do império. E, para estes autores

²⁰⁵ Jenny Mezciems, in Phillip Dodd (ed.), *Op. cit.*, p. 13.

portugueses, a literatura de viagens inglesa é um modo de salientar o cientismo das suas próprias observações e conclusões a respeito do povo inglês.

Batalha Reis, ao invés dos outros três autores, não se detém em considerações relativas à preponderância da literatura de viagens em Inglaterra, talvez por não se considerar um literato, como ele próprio afirma num discurso gizado de improviso certo dia em casa de Joaquim Nabuco, o qual, fazendo parte do seu espólio, foi dado à estampa por Elza Miné em *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*: «Não sou realmente um Literato [...]. Tenho mesmo, nas funções da minha profissão, um embaraço constitucional para ser Literato»²⁰⁶, embora os recentes estudos de Teresa Pinto Coelho demonstrem o contrário, dada a sua pareceria com Edgar Prestage na tradução e divulgação de obras lusas em Inglaterra²⁰⁷. Em todo o caso, esta omissão, a de não se pronunciar sobre a literatura de viagens inglesa, não revela o desconhecimento por parte de Batalha deste género literário e o serviço que prestava à causa imperial do Leão Britânico, mormente porque este cônsul português conhecia a fundo as obras de Livingstone, Burton ou Speke, por exemplo, das quais se usava para defender os interesses lusitanos em África ante a ameaça expansionista inglesa²⁰⁸.

Autores que, por motivações várias, saem do seu país e rumam até à Inglaterra vitoriana do virar do século XIX, Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão assumem-se não só como viajantes, mas igualmente como escritores de literatura de viagens porque dão à estampa as suas impressões sobre a nação estrangeira que visitam. É, também, como escritores-viajantes que os encaramos, uma vez que o seu discurso efectiva a ponte, ou melhor, realiza a tradução entre a pátria de origem e um mundo estranho além-fronteiras. Porém, enquanto produtores de narrativas de viagem, qualquer dos autores também se debruça sobre a essência da própria literatura de viagens, seja descrevendo genericamente a função didáctica e científica da mesma, como, aliás, faz Ramalho, seja olhando para o mercado livreiro inglês, no qual abundam relatos de viagem, reflexo do gosto particular de uma raça geneticamente programada para a expansão imperial (segundo os postulados teóricos do determinismo científico), seja, ainda, observando a importância de um género de literatura que exalta e impulsiona a expansão do império, algo que, como notámos, Eça viu com especial perspicácia.

²⁰⁶ Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1988), p. 18.

²⁰⁷ Cf. «O Cenáculo em Inglaterra. Jaime Batalha Reis e Edgar Prestage», in *Op. cit.* (2000), pp. 61-95.

²⁰⁸ Cf. idem, *ibidem*, pp. 29-49.

Como produtores de relatos de viagem, estes autores efectivam uma sorte de conquista do espaço que visitam ao narrá-lo, ao domesticar a sua estranheza e ao transportarem-no para esferas mais próximas dos leitores para quem escrevem. Simultaneamente, também se apercebem (Eça, Ramalho e Oliveira Martins com maior acuidade) que os ingleses fazem exactamente o mesmo quando publicam a sua monumental literatura de viagens em que o império é o centro das atenções. Por outras palavras, o distanciamento entre os produtores de literatura de viagens portuguesas e os escritores ingleses da literatura ao serviço do império esfuma-se porque:

Nineteenth-century travel literature works in large part to bring the “foreign” objects in the traveler's field of vision under conceptual control. That is, travel writing - both on the tourist destinations of Europe and on the territories of other continents - exists to some extent as part of the colonizing project of nineteenth-century European institutions²⁰⁹.

A motivação subjacente à literatura de viagens parte, assim, de uma conjuntura imperialista que permeava a Europa oitocentista e que, em última instância, não impedia que o país fundador do império mais colossal fosse também invadido por «prosadores viajantes» do canto mais ocidental da Ibéria, os quais, afinal, mais não fazem do que recriar os processos de apropriação que os hábeis «prosadores viajantes» britânicos efectivam noutros continentes. O movimento é circular, paradoxal e, ademais, estranhamente inquietante: quatro viajantes lusos deslocam-se a Inglaterra e, escrevendo sobre a sua viagem, operam a dissecação do país, o que inclui a percepção de que os ingleses também viajam e também relatam as suas viagens definindo, descrevendo e rotulando os locais do globo que visitam, uns (os portugueses) e outros (os ingleses) apropriando-se dos espaços estrangeiros. No confronto Eu/Outro é, ao fim e ao cabo, difícil discernir quem conquista quem, quem é diferente de quem, quem é, afinal, menos imperialista. Como Mary Louise Pratt resumiria, tanto a literatura de viagens centrada em périplos europeus como aquela que se reporta aos impérios além-Europa são similares pois, afinal, em ambas a aquisição territorial, isto é a apropriação do estrangeiro, é a ideia-chave²¹⁰. Se os produtores vitorianos de literatura de viagens e de

²⁰⁹ Brigitte Bailey, «Travel Writing and the Metropolis: James, London, and *English Hours*», *American Literature*, vol. 67, nº 2, Junho de 1995, p. 201.

²¹⁰ Verificando os pressupostos imperialistas subjacentes à literatura de viagens, a autora esclarece, com efeito, que: «Readers of European travel books about Europe have pointed out that many of the conventions and writing strategies [associated] with imperial expansionism characterize travel writing

romances de império se apossam de todos os locais exóticos visados e visitados pelas suas narrativas, também os autores que agora analisamos operam um processo de apropriação da Inglaterra que os torna, à semelhança dos seus congéneres britânicos, entidades que não renegam o ideário imperial da Europa finissecular, ainda que, ironicamente, o critiquem na Inglaterra.

Como já notámos, por escreverem tendo por base uma viagem, por se submeterem às convenções de um género ecléctico e híbrido, por simbolicamente possuírem o espaço estranho para onde se deslocaram, Eça, Oliveira Martins, Ramalho e Batalha inscrevem o seu discurso relativo à Inglaterra no âmbito lato da literatura de viagens. No entanto, afirmar que estes quatro autores são tão somente escritores-viajantes, pela simples razão de que analisamos um *corpus* que gravita na esfera da literatura de viagens, é algo redutor, pois menospreza o facto, não menos importante, de que todos são, simultaneamente, jornalistas, repórteres na “terra alheia” que presenteiam o público com todo um conjunto de informações relativas à Inglaterra vitoriana, parte desse processo de dissecação a que acima nos referimos. E, mais especificamente nos casos de Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis e Oliveira Martins a narrativa de viagens é também apresentada com recurso ao periodismo, o que nos remete imediatamente para a função interpretativa que caracteriza a imprensa²¹¹. Ademais, nos finais da centúria oitocentista, era através da imprensa periódica que os leitores «interpretavam o mundo que os rodeava e adquiriam a sua própria visão da realidade»²¹². Ao artigo jornalístico subjaz um objectivo pragmático que é o de dar informação²¹³, cabendo-lhe, pois, o importante papel de auxiliar o leitor a tornar o seu mundo com sentido e, tal como na literatura de viagens, através da imprensa realiza-se a passagem do ignoto ao conhecido.

Ora, o *corpus* que nos detemos a analisar inscreve-se, simultaneamente, na literatura de viagens e no jornalismo. Apesar de *John Bull* não ter sido dado à estampa nas páginas de nenhum periódico não é isso que impede incluir-se essa obra dentro do conceito de jornalismo²¹⁴. Contudo, importa especificar que quando nos referimos ao

about Europe as well. [...] When that is so, related dynamics of power and appropriation are likely to be found at work as well», *Op. cit.*, p. 10.

²¹¹ João Paulo Ascenso Pereira da Silva, focando a função interpretativa da imprensa, acrescenta que esta tem a capacidade de «recriar os dados colhidos no contacto com o quotidiano», in *Op. cit.*, pp. 40-41.

²¹² *Idem, ibidem*, p. 41

²¹³ Cf. Phyllis Frus, *The Politics and Poetics of Journalistic Narrative. The Timely and the Timeless*, Cambridge University Press, Cambridge, New York and Melbourne, 1994, p. 2.

²¹⁴ Phyllis Frus é, aliás, bastante explícita quando declara que o jornalismo também inclui «book-length nonfiction which tells of recent events but which may not have appeared first in a magazine», in *ibidem*, p. ix.

jornalismo temos em mente o jornalismo literário que, aliás, comunga de um grande paralelismo com a literatura de viagens, por exemplo no que se refere à importância do papel do leitor, que não é um mero receptáculo da informação nem num caso nem noutro. Ademais, o periodismo apresenta um paralelismo com a literatura de viagens porque em cada número de um dado periódico se apresenta uma etapa do percurso da viagem²¹⁵. Por seu turno, a literatura de viagens é indissociável do elemento jornalístico²¹⁶. Deste modo, é pertinente tecermos algumas considerações relativamente à maneira como literatura de viagens e jornalismo literário se entrecruzam no *corpus* que analisamos.

²¹⁵ Cf. João Paulo Pereira da Silva, *Op. cit.*, p. 408.

²¹⁶ Cf. Renel K. Wilson, *Op. cit.*, p. 9.

1.2. A Observação do Outro: O Jornalismo Literário

1.2.1. Jornalismo, Jornalismo Literário e a Vida Dupla dos Escritores Oitocentistas

Se, como observámos, ao considerarmos os cônsules Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis e os seus amigos Ramalho Ortigão e Oliveira Martins escritores-viajantes recuámos até à Antiguidade Clássica, também poderemos, por outro lado, considerá-los escritores-viajantes-jornalistas e torná-los herdeiros de uma linhagem que remonta a autores como Tucídides, o qual percorreu o Peloponeso durante vinte anos, tal viajante incansável, em busca de informação acerca das famosas guerras homónimas²¹⁷, o que o torna, legitimamente, um viajante e um repórter atento.

Na verdade, literatura de viagens e jornalismo não se encontram numa posição antagónica, pelo que é possível perspectivarmos os quatro autores em análise enquanto escritores-viajantes e, paralelamente, jornalistas, pois usam um registo jornalístico muito particular para descrever as suas impressões sobre a Inglaterra vitoriana. Referimo-nos, mais propriamente, ao jornalismo literário, género que, como a designação indica, aglutina simultaneamente elementos jornalísticos e literários e que assenta raízes, precisamente, na literatura de viagens. Aliás, encadeando jornalismo e literatura de viagens, Ernesto Rodrigues afirma que os próprios viajantes portugueses de Quinhentos são repórteres²¹⁸ e George Alao oferece mais consistência a esta ideia quando revela que os relatos de viagem dos séculos XV e XVI assumiam a forma de reportagem²¹⁹, o que nos alerta, desde logo, para o facto de jornalismo e literatura de viagens se conjugarem.

²¹⁷ Cf. Percy G. Adams, *Op. cit.* (1983), p. 46.

²¹⁸ Cf. Ernesto Rodrigues, *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*, Notícias Editorial, Lisboa, 1998, p. 82.

²¹⁹ Reportando-se à tipologia da literatura de viagens e utilizando como exemplo os séculos XV e XVI, George Alao menciona que «a própria natureza do género exigia clareza, pois para contar o que eles próprios ou outros tinham observado, os autores utilizavam o modelo epistolar e a forma de diário e de reportagem», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 545. Ademais, dentro do género epistolar, a carta não era mais do que um simples artigo ou uma crónica breve, idem, *ibidem*, p. 546, o que reitera o entrelaçar da literatura de viagens com o género jornalístico.

É devido ao Novo Jornalismo praticado nas páginas da *Pall Mall Gazette* e fortemente impulsionado pelo seu editor mais renomado e audaz, William Thomas Stead, mais conhecido por W. T. Stead, que este novo gênero jornalístico emergiria para atingir especial proeminência na Grã-Bretanha da viragem do século XIX. Porém, não se pode esquecer que «the long tradition of travel literature [...] also yields examples that prefigure the new journalist's concerns and methods»²²⁰ e que escritores como Charles Dickens e as suas *Pictures from Italy* (1846) também se contam entre os exemplos pioneiros do jornalismo literário, ligando-o, conseqüente e irremediavelmente, à literatura de viagens²²¹.

Eça, Batalha, Ramalho e Martins sucumbiram à veia inovadora deste “novo” jornalismo e serviram-se, a gosto, de um registo revolucionário que, como afirma John C. Hartsock, e não é demais lembrá-lo, partilha fronteiras com a literatura de viagens, sendo, por conseguinte, um ótimo veículo para o relato da viagem, qualquer que ele seja. Com efeito, este renomado teórico do jornalismo literário constata que:

Literary journalism differs from and is similar to such forms as travel [...] narratives [...]. An effort has already been made to separate travelogue from narrative literary journalism as two different forms or genres [...]. No such effort is entirely successful, however. Ultimately, the problem is one of attempting to force both into a discrete Linnaean classification scheme, when both in reality belong to different kinds of forms or genres that are not mutually exclusive. Travel narratives, on their face, belong to a topical genre. [...] Literary journalism [...], on the other hand, is fundamentally a modal genre, that of narrative. But travelogue clearly can be in the form of narrative as well; thus boundaries can disappear between travelogue and [...] literary journalism²²².

Estes postulados avançados por Hartsock merecem algum comentário porque providenciam uma das bases que nos permitem olhar para o *corpus* em estudo e descobrir até que ponto Eça e os demais autores em apreço foram inovadores na maneira de retratar a Inglaterra. Em primeiro lugar, percebemos que literatura de viagens e jornalismo não se encontram em planos antitéticos e que forçar a sua compartimentação estanque é uma tarefa votada ao fracasso, tal como o era a categorização definitiva da literatura de viagens. Como vimos, a literatura de viagens engloba diversas formas e Hartsock relembra, precisamente, que uma delas é a

²²⁰ John Hollowell, *Fact and Fiction. The New Journalism and the Nonfiction Novel*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1977, p. 34.

²²¹ Cf. idem, *ibidem*.

²²² John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 13.

narrativa, a qual é, por sua vez, eleita pelo jornalismo literário, o que, por conseguinte, pode aproximar estes dois géneros no que à mesma concerne. No entanto, ainda que literatura de viagens e jornalismo literário se entrecruzem, este último é particularmente relevante quando se trata de analisar o presente *corpus* porque, sendo a literatura de viagens *per se* um género iminentemente temático, como lembra Hartsock, é insuficiente classificar estas obras apenas como exemplos de literatura de viagens, graças à riqueza e minúcia com que os autores abordam e aprofundam os mais díspares e diversificados aspectos da sociedade inglesa vitoriana. Assim, teremos de considerá-las também enquanto expoentes do jornalismo literário, sobretudo porque «the examples of narrative literary journalism are generally those that engage in a broader social portraiture that is more difficult to define topically»²²³. E a exposição do retrato da sociedade da Inglaterra finissecular é exactamente aquilo que os autores em estudo elaboram.

Ao escreverem sobre as viagens que realizaram à pátria insular dos ingleses, tanto os diplomatas Eça e Batalha, como os seus amigos Ramalho e Oliveira Martins não se furtaram a analisar, prodiga e criticamente, uma sociedade que tanto os inquietava e surpreendia. Produzindo uma visão da Inglaterra que se enquadra no âmbito da literatura de viagens, estes autores também nos legaram páginas inesquecíveis de jornalismo literário²²⁴, o que, por conseguinte, torna estas obras tanto mais interessantes quanto inovadoras no contexto literário-jornalístico dos finais do século XIX. E, não olvidemos, tão pouco, que as carreiras destes autores, e o seu legado literário, se encontram indissociáveis do periodismo, o qual é, por seu turno, outro dos temas focados por qualquer deles, pelo que, assim, se torna pertinente analisá-los também à luz do jornalismo, mormente o jornalismo literário: um *novo* jornalismo que quer ultrapassar a mera factualidade associada ao jornalismo dito tradicional. Contudo, o jornalismo literário não é fruto exclusivo das inovações que Stead introduz na imprensa através da *Pall Mall Gazette*, as quais aprofundaremos adiante. Nem sequer podemos dizer que é uma construção exclusiva do século XIX, pois, pelo menos desde

²²³ Idem, *ibidem*.

²²⁴ Convém ter presente que obras canonicamente associadas à literatura de viagens também se podem conotar como representativas de jornalismo literário, uma vez que nenhum dos géneros se exclui mutuamente. Assim, relatos de viagem como *The Journal of a Tour to the Hebrides* (1786) de James Boswell ou *A Journey to the Western Islands of Scotland* (1775) de Samuel Johnson são já apontados como exemplos primordiais de jornalismo literário. Cf. idem, *ibidem*, pp. 118-119 e 52-53 respectivamente.

o século XVIII, que o público vinha reclamando um tipo de jornalismo que não se quedasse pela simples exposição factual²²⁵.

Quando, em 1973, Tom Wolfe co-edita *The New Journalism*²²⁶, o primeiro manifesto, em termos históricos, que teoriza e colige exemplos de textos sobre esse «novo jornalismo», não só se apropria de uma expressão, quase centenária, cunhada por Matthew Arnold a propósito do jornalismo praticado nas páginas da *Pall Mall*, como também explica que existem diferenças vincadas entre o jornalismo convencional e a escrita da não-ficção, isto é, textos que combinam técnicas da reportagem em profundidade com as da literatura e que, conseqüentemente, se podem ler da mesma maneira que os romances, estando, todavia, impregnados de realismo²²⁷. Wolfe também indica que este tipo de jornalismo já teria sido praticado por romancistas-jornalistas como Charles Dickens²²⁸ ou George Orwell, grupo em que, aliás, também se pode incluir o nome de Eça de Queirós. E insiste, também, no facto importantíssimo de que «the sort of reporting that one now finds in the New Journalism probably begins with the travel literature of the late eighteenth and early nineteenth centuries», isto é, mais uma vez, é impossível separar nitidamente os campos complementares da literatura de viagens e do jornalismo literário. Contudo, as raízes deste são bem mais profundas do que o que Wolfe nos dá a entender e, por isso, a denominação «novo jornalismo», que aponta, enganadoramente, para um acontecimento recente, tem vindo a cair em desuso em favor da designação «jornalismo literário», expressão utilizada pela primeira vez em 1907 no artigo anónimo «Confessions of a Literary Journalist», publicado pela revista literária *Bookman*. Nele o autor revelava que não gostava de escrever notícias, mas sim de deixar correr as histórias como melhor lhe aprofesse, conquanto estivesse próximo da vida real e, paradoxalmente, da imaginação subjectiva²²⁹. Trinta anos depois, Edwin H. Ford dava à estampa *Bibliography of Literary Journalism in America*, a primeira

²²⁵ Aliás, já na década de 1740 se nota que o público queria opiniões informadas e não apenas factos. Cf. Jenny Uglow, «Fielding, Grub Street, and Canary Wharf», in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Grub Street and the Ivory Tower. Literary Journalism and Literary Scholarship from Fielding to the Internet*, Clarendon Press, Oxford, 1998, p. 6.

²²⁶ Tom Wolfe e E. W. Johnson (eds.), *The New Journalism. With an Anthology*, Harper & Row, New York and London, 1973.

²²⁷ Cf. Kevin Kerrane, «Making Facts Dance», in Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *The Art of Fact. A Historical Anthology of Literary Journalism*, Touchstone, New York, 1998, p. 17.

²²⁸ Aliás, o desencanto com o jornalismo exclusivamente factual «helped prompt Dickens's emphasis on fancy, his insistence that factual exposition and a sense of wonder need not go their separate ways», Richard C. Maxwell, Jr., *Op. cit.*, p. 199, o que o torna um jornalista diferente.

²²⁹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 9.

tentativa académica de caracterização deste género²³⁰. Como reparamos, a designação «jornalismo literário» data dos primórdios do século XX e, aliás, o próprio Tom Wolfe é o primeiro a afirmar que a expressão «novo jornalismo» é absolutamente inapropriada para designar este género jornalístico que reúne características literárias e de imprensa. Assim, o próprio pioneiro na teorização deste tipo de jornalismo revela que: «To tell the truth, I've never even liked the term. Any movement, group, party, program, philosophy or theory that goes under a name with "New" in it is just begging for trouble»²³¹.

Porém, na verdade, o próprio termo «jornalismo literário» ainda não é a nomenclatura universal aplicada a este género de jornalismo. Luiz Beltrão chama-lhe «jornalismo opinativo» num estudo homónimo²³² e, John Hartsock, ao defini-lo, ocupou-se de apresentar uma longa listagem onde figuram categorizações como «literary nonfiction», «art-journalism», «nonfiction novel», «factual fiction», «nonfiction reportage», «literature of fact», «non-imaginative literature» ou «the "other" literature»²³³ para designarem o «jornalismo literário»²³⁴. De salientar que quaisquer destas denominações têm sido utilizadas pelos diversos estudiosos que se debruçam sobre este género, o que atesta não só a sua existência, como também a sua relevância enquanto área de estudo. Todavia, dado o leque de hipóteses existentes para nomear este género jornalístico, importa esclarecer que damos primazia à designação «jornalismo literário», a qual usaremos ao longo do nosso trabalho²³⁵ e que, conseqüentemente, consideramos Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins autênticos jornalistas literários, pelas razões que seguidamente se apontam.

Em primeiro lugar, quando nos propomos utilizar a definição «jornalismo literário» temos em mente que quem o desenvolve são aqueles escritores que mantêm

²³⁰ Cf. idem, *ibidem*.

²³¹ *Op. cit.*, p. 23.

²³² Luiz Beltrão, *Jornalismo Opinativo*, Editora Sulina, Porto Alegre, 1980b.

²³³ W. Ross Winterowd é um dos estudiosos que se socorre desta designação. Ao ver-se confrontado com a necessidade de optar por um dos inúmeros epítetos deste género desabafa: «I have decided merely to surrender. I am dealing with the "other" literature», *The Rhetoric of the "Other" Literature*, Southern Illinois University Press, Carbondale e Edwardsville, 1990, p. ix.

²³⁴ *Op. cit.*, pp. 4 e 5.

²³⁵ Ressalvamos que não usaremos a expressão «jornalismo literário» na mesma acepção de João Paulo da Silva, para quem esta se aplica às publicações sobre livros ou sobre crítica literária. Assim, de acordo com o autor, no século XIX, existiram três grupos de periódicos literários: «os *quarterly reviews* (revistas de livros trimestrais), os *monthly magazines* (ou miscelâneas literárias de periodicidade mensal) e, finalmente, os *weekly journals* ou *weekly reviews* (semanários de crítica literária ou contendo uma importante secção de revista de livros)», *Op. cit.*, pp. 76 e seguintes. Todavia, é interessante notar que o jornalismo literário que lida com a crítica literária também se encaixa na acepção de jornalismo literário que aqui expomos por revelar as opiniões de jornalistas, sendo, por isso, um jornalismo opinativo. Cf. a definição de «Literary Journalism», in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, pp. ix-xi, que confirma esta última posição.

uma actividade profissional em periódicos, ou então jornalistas com carreiras literárias paralelas. Aliás, não deixa de ser verdade que a imprensa é, na realidade, o berço dos escritores vitorianos²³⁶, ou, como comenta Phyllis Frus:

The founders of realism [...] were journalists first. In this view, writers practice their powers of observation and impersonal narration at the city desk and then apply them to invented characters and to subjects with a broader appeal. Journalism is then best seen as a training ground where writers serve an apprenticeship before becoming novelists²³⁷.

Exemplificando sumariamente o facto de o jornalismo ser uma espécie de rampa de lançamento para o escritor oitocentista, nota-se que Thomas Hardy começou por escrever para o semanário *Dorset County Chronicle* antes de publicar os seus romances²³⁸, ou que o acérrimo imperialista G. A. Henty trabalhou para o *Standard* como correspondente de guerra, cobrindo os acontecimentos na Crimeia²³⁹ antes de se celebrar com os seus romances de aventuras para jovens e que, aos vinte anos, já o próprio Rider Haggard, o célebre autor de *King Solomon's Mines* (1885), escrevia para periódicos como *The Gentleman's Magazine* ou *Macmillan's Magazine*²⁴⁰. Quanto ao caso português, não podemos olvidar que Ramalho Ortigão se estreou nas colunas do *Jornal do Porto*, em 1856, quando contava apenas vinte anos²⁴¹ e que Eça de Queirós se iniciou nas páginas da *Gazeta de Portugal*, onde assinaria a secção «Notas Marginais», entre 23 de Março de 1866 e 22 de Dezembro do ano seguinte²⁴², praticamente uma década antes de dar à estampa o seu primeiro romance em nome individual, *O Crime do Padre Amaro* (1875-1876).

Porém, depois de se darem a conhecer na imprensa e após consolidarem o seu nome como escritores, os autores de Oitocentos não quebram os seus laços com aquela. Frequentemente os directores de periódicos convidavam os escritores a assinarem artigos e crónicas semanais como «reconhecimento do seu valor literário e [em]

²³⁶ João Paulo da Silva refere, aliás, que a imprensa periódica é «o terreno de eleição para uma actividade literária “experimental”», in *Op. cit.*, p. 185.

²³⁷ *Op. cit.*, p. 53.

²³⁸ Cf. Lucy Brown, *Op. cit.*, p. 76.

²³⁹ Cf. Patrick A. Dunne, «New Grub Street for Boys», in Jeffrey Richards (ed.), *Imperialism and Juvenile Literature*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1989, p. 19.

²⁴⁰ Cf. D. S. Higgins, *Rider Haggard. The Great Storyteller*, Cassell, London, 1981, pp. 20-21.

²⁴¹ Cf. Júlio d'Oliveira, *Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Rememoração e Esclarecimento de Factos de Ordem Literária e Jornalística*, Depositária de *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 1945, p. 23.

²⁴² Cf. Ernesto Rodrigues, *Op. cit.*, p. 191.

homenagem ao seu talento crítico e expositivo»²⁴³. Foi precisamente isto que sucederia a Oliveira Martins, a quem Mariano Pina, director de *A Ilustração*, periódico publicado em Paris para circular em Portugal e no Brasil, solicitaria a redacção de uma série de artigos sobre a cidade do Porto. O estilo deferente de Mariano Pina para com Oliveira Martins é digno de nota por reflectir o mérito atribuído ao escritor. Assim, aquele director refere, em carta de 3 de Março de 1885 endereçada ao autor, que pretende «reunir como colaboração os elementos bons de que Portugal dispõe», donde se destaca a «pena brilhante e pitoresca» do autor²⁴⁴.

A imprensa oitocentista não vê apenas nascer os escritores; estabelece com eles um vínculo muito mais estreito que ultrapassa o próprio reconhecimento do seu valor literário. Antes de serem escritores, os autores são, essencialmente, jornalistas, enviando prestações regulares para os órgãos da imprensa. Veja-se, inclusivamente, o caso de Ramalho Ortigão que nas páginas de *John Bull* afirma que o seu *métier* é o de periodista. Quando o autor ressalva: «Tenho freqüentado bastante o tribunal da Boa-Hora, já como jurado, já como jornalista» (*JB*, p. 37) está, precisamente, a constatar que é um repórter profissional. E, claro, não nos podemos esquecer que «mais do que um escritor propriamente dito, Eça de Queiroz era, no entanto, [...] e acima de tudo, um jornalista; e jornalista tão consciente da sua missão como bom conhecedor do seu ofício»²⁴⁵.

É, igualmente, do exercício dessa actividade jornalística que, tantas vezes, os escritores de Oitocentos derivam o seu sustento ou vêem salvaguardada uma segunda fonte de rendimentos. Abordando o jornalismo português do século XIX, Alfredo da Cunha ressalva que foi nessa época «que para os periodistas [...] se abriu uma era de relativa prosperidade, e que o seu trabalho principiou a ter [...] remuneração menos mesquinha, constituindo para muitos exclusivo emprego da actividade»²⁴⁶. Lucy Brown, por seu turno, referindo-se à maleabilidade da profissão de jornalista, não deixa de salientar que: «Journalism, with its wide scope for part-time and freelance work, offered a refuge for all sorts of people who had a capacity to write and needed money»²⁴⁷, embora tenhamos de salvaguardar a evidência de que já nos tempos em que o

²⁴³ Luiz Beltrão, *Op. cit.* (1980b), pp. 65-66.

²⁴⁴ *Apud*, Elza Miné, *Op. cit.* (2000), pp. 110-111.

²⁴⁵ Aníbal Pinto de Castro, «Nota Introdutória», in Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo. "O Distrito de Évora" (1867)*, nota introdutória e revisão de texto por Aníbal Pinto de Castro, 2 vols., vol. 1, Lello e Irmão Editores, Porto, 1981, p. xxv. Itálico do autor.

²⁴⁶ Alfredo da Cunha, «Relances Sobre os Três Séculos do Jornalismo Português», *Separata do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n° 4, Lisboa, 1941, pp. 27-28.

²⁴⁷ *Op. cit.*, p. 76.

Romantismo permeou as letras inglesas se constatava que a actividade jornalística era uma maneira de os escritores ganharem dinheiro. Zachary Leader, num artigo intitulado «Coleridge and the Uses of Journalism», revela o exemplo desse bardo do Romantismo inglês declarando que, para este, o jornalismo não só era importante para a sua «saúde criativa», como também necessário às suas finanças pessoais²⁴⁸.

Assim, através do recurso à prática jornalística, é possível aos autores manterem uma profissão, nem sempre necessariamente ligada à escrita, e auferir proventos monetários advindos da elaboração de artigos de imprensa. No Portugal do século XIX, o panorama era idêntico ao que se passava na Velha Albion. Vemos, apontando como exemplo os autores que agora analisamos, que José Duarte Ramalho Ortigão concilia a docência com o jornalismo: na época em que era professor de Francês no Colégio da Lapa no Porto também colaborava para um dos jornais da cidade²⁴⁹; Jaime Batalha Reis, por sua vez, também lecciona ao mesmo tempo que escreve para a *Revista Agrícola*²⁵⁰; Oliveira Martins socorreu-se igualmente do subterfúgio jornalístico no intuito de arrecadar alguns benefícios pecuniários, sobretudo através da redacção de artigos para o *Jornal do Comércio*²⁵¹ e *Eça de Queirós*, que sempre viveu atormentado por preocupações económicas, via na escrita de artigos uma forma de suprir certas carências financeiras²⁵², não obstante os seus cargos consulares. Na verdade, «fosse qual fosse o orçamento de que dispunha, Eça viveu sempre em apuros, pela razão evidente que insistia em levar um nível de vida para o qual não dispunha de recursos»²⁵³, pelo que o eterno problema de falta de liquidez é tema recorrente tanto na correspondência particular do autor como, por consequência, nas suas diversas biografias, sendo certo

²⁴⁸ Zachary Leader, «Coleridge and the Uses of Journalism», in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, p. 22. Leader afirma, ainda, que Samuel Taylor Coleridge chegou a aceitar emprego a tempo inteiro, como editor e jornalista, do *Morning Chronicle*, em 1796, como forma de garantir o seu sustento, idem, *ibidem*, pp. 25 e 26.

²⁴⁹ A 26 de Março de 1859, Ramalho estreou-se no *Jornal do Porto*, periódico dirigido por Cruz Coutinho, assinando o folhetim «O Amor de Petrarca». Subsequentemente, começaria a redigir anonimamente a secção de notícias sociais e de crítica literária. Cf. Amadeu Carvalho Homem, *Op. cit.*, p. 197. A propósito da conciliação entre docência e prática jornalística em Ramalho, cf., a mero título exemplificativo, Maria João Lello Ortigão de Oliveira, *O Essencial Sobre Ramalho Ortigão*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1989, pp. 11-12.

²⁵⁰ Cf. Maria José Marinho, *Op. cit.*, pp. 29-30. A autora refere, ainda, que, «para amearhar mais uns tostões», Batalha Reis também redigia artigos sobre ópera para a *Crónica dos Teatros em Portugal*, *ibidem*, p. 16.

²⁵¹ Dadas a lume neste periódico, a *Inglaterra de Hoje* e as *Cartas Peninsulares* visaram, precisamente, algum desafio económico pretendido pelo autor. Cf. Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 220.

²⁵² Reportando-se à colaboração de Eça para a imprensa, Elza Miné alude amiúde às preocupações e considerações do autor relativamente aos seus honorários jornalísticos e a cortes nos mesmos, os quais vai aceitando por necessidade financeira, e cita, inclusivamente, o facto de Eça afirmar que é mais bem pago na imprensa brasileira do que na portuguesa. Cf. *Op. cit.* (2000), pp. 67 e 120.

²⁵³ Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), p. 246.

que a escrita de artigos de imprensa terá sido sempre uma fonte segura e proveitosa de auferir rendimentos extra²⁵⁴.

No entanto, a sólida colaboração dos escritores de Oitocentos para a imprensa não visava somente proveitos materiais. Era comum os autores editarem os textos em livro só após a publicação em periódicos, mediante a qual podiam testar a receptividade do público aos seus escritos. Almeida Garrett e Alexandre Herculano, apenas para recuar um pouco no tempo e destacar duas referências do primeiro Romantismo português, seriam parte dos seus textos na imprensa antes de os coligirem em livro²⁵⁵. Oliveira Martins faria o mesmo com *A Inglaterra de Hoje*, a colectânea de artigos saídos a lume no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1892 e publicada em volume no ano seguinte. De igual modo, a obra *Os Filhos de D. João I* veria primeiramente a luz do dia na *Revista de Portugal* entre 1889 e 1890. Eça de Queirós também usa as páginas de periódicos para aí serializar obras que serão posteriormente impressas em livro. Entre estas contam-se, por exemplo, *A Relíquia*, dada a conhecer na *Gazeta de Notícias* em 1888 e a *A Ilustre Casa de Ramires*, publicada na *Revista Moderna* entre 1897 e 1899, não esquecendo que o autor não se inibia de repetir a publicação dos mesmos textos em diversos jornais e revistas como aconteceria com parte das cartas de Fradique Mendes, editadas em periódicos como *O Repórter*, a *Gazeta de Notícias* ou a *Revista de Portugal*, o que, no caso de Eça, era, mais uma vez, «a efectivação de um recurso muito hábil [...] para conseguir, com os mesmos textos, proventos duplos»²⁵⁶.

Do que fica exposto, é pertinente reter que não se pode dissociar o escritor oitocentista da sua faceta de periodista, articulista, colunista, em suma, de jornalista. Aliás, Ernesto Rodrigues chega à importante conclusão de que «todo o escritor dos séculos XIX e XX foi, alguma vez, colaborador de jornais ou revistas, eventualmente assalariado, lucrando com, e favorecendo, ambas as partes»²⁵⁷. O jornalismo era, em suma, um terreno de preparação dos autores. Referindo-se especificamente ao caso de

²⁵⁴ Analisando minuciosamente os vencimentos de Eça, Maria Filomena Mónica constata que o escritor auferia um salário anual de 3000\$000r réis que provinha da sua actividade consular e que, sendo inferior ao rendimento obtido por um embaixador, era, ainda assim, equivalente ao dobro do de um director-geral. Paralelamente, Eça era pago principescamente pela sua actividade jornalística. Pela sua colaboração para *A Actualidade* recebia 31\$000 réis mensais e cada coluna redigida para a *Gazeta de Notícias* era paga a 18\$000 réis. Cf. idem, *ibidem*.

²⁵⁵ Cf. João Paulo da Silva, *Op. cit.*, pp. 12 e 45.

²⁵⁶ Maria José Marinho e Fátima Lopes, «Viagem pela Epistolografia de Eça de Queirós», in Carlos Reis (dir.), *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Eça de Queirós*, nº 7, Biblioteca Nacional, Lisboa, Outono de 2000, p. 168.

²⁵⁷ *Op. cit.*, p. 76.

Eça de Queirós, Aníbal Pinto de Castro refere mesmo que «o criador de situações de ficção muito ganhou com o trabalho [...] do jornalista»²⁵⁸ e que, desde as suas primeiras incursões no mundo da imprensa, «o jornalista anunciava já abertamente o romancista, preparando-o, por assim dizer, para a sua fase de ficcionista, pelo treino e pelo exercício da sua capacidade de observação»²⁵⁹. Desta feita, Eça é o exemplo perfeito para ilustrar o modo como «o escritor pode ganhar tarimba e humildade com o jornalismo»²⁶⁰.

Mas, é também curioso notar que a prática jornalística pode ser, para muitos autores, um estímulo de tal sorte forte e entusiasmante que acaba por ser viciante. Os casos de escritores da craveira de Samuel Taylor Coleridge ou Thomas De Quincey, o autor de *Confessions of an English Opium Eater*²⁶¹, são exemplificativos da dependência, não só financeira, mas sobretudo intelectual, de autores face ao jornalismo. Aliás, Coleridge por várias vezes se terá referido às propriedades viciantes da escrita jornalística, comparando-as às do álcool ou mesmo do ópio²⁶². Não podemos, de modo algum, dizer que os autores de que nos ocupamos fossem “viciados” em jornalismo. No entanto, ao longo de toda a vida, Eça, Ramalho, Oliveira Martins e Batalha Reis mantiveram laços muito estreitos com a imprensa que não se esgotam nas meras funções de colunistas, provando, dessa feita, o quão vinculados estavam ao mundo jornalístico.

Embora não se enquadre no âmbito do nosso estudo proceder à listagem exaustiva dos jornais e revistas que contaram com a participação destes autores, tarefa hercúlea por si só, é, no entanto, apropriado referirmos que qualquer deles chamou a si as funções diversas de redactor, editor, colaborador ou fundador de periódicos num ou noutro momento das suas existências, e que todos contribuiriam regularmente com artigos para a imprensa durante toda a vida, o que demonstra a importância de que aquela se revestia para eles. A fim de o confirmarmos basta observarmos, sumariamente, que em 1870, Batalha Reis e Oliveira Martins, contando com a

²⁵⁸ In Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1981, vol. 1), p. xxvii.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*.

²⁶⁰ José Lechner, «Jornalismo e Literatura no Despontar da Indústria Cultural do Século XIX», in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, p. 26.

²⁶¹ O primeiro episódio de *Confessions of an English Opium Eater* foi publicado em 1821 pela *London Magazine*. Cf. Grevel Lindop, «De Quincey and Scottish University Circles», in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, p. 45.

²⁶² Zachary Leader, com efeito, baseando-se na correspondência de Coleridge para Thomas Poole e para Thomas e Josiah Wedgwood, revela as diversas metáforas relacionadas com a dependência de narcóticos e álcool que o autor usa para falar da sua relação com o jornalismo. Similarmente, Leader também refere que De Quincey terá afluído «the intoxicating or narcotic properties of journalism», in idem, *ibidem*, pp. 28-29.

colaboração de Eça, Antero de Quental, Manuel de Arriaga e António Enes fariam viver o jornal *A República*, que morreria precocemente ao cabo de poucos meses, que, no ano seguinte, caberia a Eça e a Ramalho a criação de *As Farpas*²⁶³, revista mensal que se prolongaria até 1883, embora a colaboração de Eça fosse abreviada com a sua partida para Havana em 1872²⁶⁴, e que, em 1875, novamente Batalha Reis, desta vez de parceria com Antero, daria vida a nova empresa jornalística, a *Revista Ocidental*²⁶⁵.

Também podemos notar, a título de curiosidade, que Oliveira Martins redige jornais como *O Pensamento Social* ou que dirige *A Província*, transformada posteriormente em *O Repórter* e que colabora no periódico de Emídio Navarro, *Novidades*, no qual não só publicaria um dos capítulos da *História da República Romana*, em finais de 1884, como seria nas colunas desse jornal, mormente na secção política, que enveredaria abertamente pela militância progressista²⁶⁶. Quanto a Ramalho Ortigão, após deixar a redacção do *Jornal do Porto*, em 1869, aquando da sua nomeação para oficial da Academia Real das Ciências, teria colaborado nos jornais lisboetas *Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio* e *Diário da Manhã*²⁶⁷, isto para não mencionar a sua colaboração, tantas vezes ignorada, no *Diário de Notícias* do Funchal, onde publicaria, inclusivamente, treze artigos consignados à temática inglesa e denominados «A Inglaterra e o Incidente Bright»²⁶⁸. Aliás, não devemos estranhar a prolixidade das colaborações de Ramalho para a imprensa, pois ele manteve-se sempre fiel à convicção de que a palavra jornalística era a palavra socialmente mais eficaz²⁶⁹. Batalha Reis, por seu turno, também foi pródigo na elaboração de textos jornalísticos. No *Comércio do Porto* publica artigos sobre agricultura, no *Jornal da Noite* concentra-se na música e em *O*

²⁶³ Para uma descrição técnica deste periódico, local de origem, periodicidade e longevidade, cf. Gina Guedes Rafael e Manuela Santos (org. e coord.), *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, prefácio de José Manuel Tengarrinha, 2 vols., vol. 1, Biblioteca Nacional e Ministério da Cultura, Lisboa, 2001, p. 322.

²⁶⁴ A propósito deste periódico, que Júlio d'Oliveira considera um marco no desenvolvimento do meio intelectual lusitano, este mesmo autor aproveita para referir que, embora Eça de Queirós e Ramalho Ortigão se completassem, quando aquele parte para Havana este assumirá sózinho a publicação, uma vez que considera que se foi ele quem abriu essa porta será ele quem a fechará quando assim entender. Cf. *Op. cit.*, pp. 75, 79 e 86, respectivamente.

²⁶⁵ Esta fora projectada por ambos em 1872 com o nome de *Revista do Ocidente*, embora só fosse formalmente inaugurada um triénio mais tarde.

²⁶⁶ O artigo que mostraria declaradamente a sua simpatia pelo Partido Progressista de Anselmo José Braamcamp intitulava-se «Quem faz os Republicanos?» e seria publicado no *Novidades* a 9 de Janeiro de 1885. Cf. Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 122.

²⁶⁷ Cf. Júlio d'Oliveira, *Op. cit.*, p. 61.

²⁶⁸ Estes seriam publicados entre 16 de Julho e 1 de Agosto de 1883. Cf. Ernesto Rodrigues, *Op. cit.*, p. 196.

²⁶⁹ Cf. Álvaro Manuel Machado, *Op. cit.* (1981), p. 41.

Atlântico assina uma colaboração subordinada às «Ciências, Artes e Letras», o que demonstra bem a pluralidade dos seus interesses. Grande relevância na sua produção jornalística têm, ainda, os seus artigos relativos à Inglaterra, reflectindo a apetência de notícias relativas ao estrangeiro que se verifica no último quartel oitocentista, a qual levava a que, em consequência, estas chegassem a ocupar uma posição de primazia dentro do noticiário dos periódicos²⁷⁰. Assim, em 1885 e 1886, Batalha Reis dá a lume dois textos sobre esse país e seus habitantes no jornal de Mariano Pina, *A Ilustração*, os quais se intitularam, respectivamente, «Aspectos Escoceses» e «Aspectos Ingleses», constituindo uma primeira experiência para um empreendimento maior que se avizinhava no futuro²⁷¹.

Mas, além de escrever artigos sobre a Inglaterra, Batalha Reis também publicaria na imprensa britânica, servindo-se dela para, veementemente, defender os interesses lusos em África, ameaçados que estavam pelo imperialismo britânico²⁷². Assim, encontramos as incursões da pena de Jaime Batalha Reis em periódicos como o *Newcastle Daily Chronicle*, o *Leeds Mercury*, o *Scotsman* ou o renomado *The Times*, essa «grande folha onde todos os acontecimentos deixam, dia a dia, o resumo nítido e conciso», segundo as palavras do próprio autor (*RI*, p. 39).

E, por fim, nunca é demais lembrar a envergadura, sobejamente conhecida, das contribuições queirosianas para a imprensa. Iniciando-se, como já se viu, na *Gazeta de Portugal*, Eça deixaria o seu cunho jornalístico pessoal nas páginas de periódicos como *O Distrito de Évora*, jornal que dirige, redige e edita entre Janeiro e Agosto de 1867, a *Revista Moderna*, *A Actualidade*, onde publicaria as suas «Crónicas de Londres», ou a *Gazeta de Notícias*, para a qual enviaria as «Cartas de Inglaterra». E, naturalmente, que não podemos deixar passar em claro a menção ao seu projecto jornalístico mais ambicioso: a criação e direcção da *Revista de Portugal*, cuja existência se regista entre 1889 e 1892.

Ao focarmos, ainda que sucintamente, as abundantes contribuições destes quatro autores para a imprensa sua contemporânea estamos a realçar uma prática corrente entre os escritores oitocentistas. Porém, também pretendemos evidenciar um dos primeiros

²⁷⁰ Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica em Portugal*, Portugália Editora, Lisboa, 1965, p. 191.

²⁷¹ Cf. Maria José Marinho, «Introdução», in Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1988), p. 15.

²⁷² No que concerne o patriótico empenho de Batalha Reis na salvaguarda das pretensões portuguesas no continente africano, confira-se o estudo aturado de Teresa Pinto Coelho, «Um Português Intranquilo. O Nosso Homem em Newcastle», in *Op. cit.* (2000), pp. 27-59 e também pp. 135-227. Aí a autora foca, igualmente, os periódicos de que o cônsul se socorreu para levar a cabo a sua campanha africanista e que também citamos.

pontos que nos permitem denominar Eça, Ramalho, Batalha e Martins como genuínos jornalistas literários, pois, como enfatiza John C. Hartsock: «A prerequisite for inclusion in the narrative form “literary journalism” appears to have been the professional practice of journalism», adiantando, mais à frente, que: «From its emergence in the late nineteenth century [...] narrative literary journalism [...] has been composed of texts written largely by professional journalists or those writers whose industrial means of production is to be found in the newspaper and magazine press, thus making them at least for the interim de facto journalists»²⁷³. Luiz Beltrão, no seu estudo, *Jornalismo Opinativo*, corrobora esta noção ao esclarecer que os jornalistas opinativos, leia-se literários, são convidados a colaborar com artigos para periódicos sendo pagos pelo seu labor intelectual²⁷⁴, ou seja, estamos face ao exercício jornalístico profissional a que Hartsock aludia e que é o caso dos quatro nomes que abordamos.

Decompondo um pouco o que nos diz o iminente teórico americano, verificamos que o jornalismo literário entra em cena nos finais do século XIX, o que se coaduna com o espaço temporal em que se inscrevem as obras que analisamos. Isto é, poderemos classificá-las enquanto exemplos de jornalismo literário, pois aceita-se que no último quartel de Oitocentos já se pode falar da existência de jornalismo literário. Além disso, quando Hartsock salienta que uma das condições do jornalismo literário é ser praticado por jornalistas profissionais, não nos podemos esquecer que tanto Eça, como Ramalho²⁷⁵ ou Batalha Reis e Oliveira Martins exerceram, efectivamente, carreiras jornalísticas. Por último, também não podemos deixar de relembrar que para estes escritores uma das formas de «publicação industrial» a que Hartsock aludia se encontra, precisamente, na imprensa.

No entanto, não nos basta salvaguardar o facto de que é preciso ser-se jornalista para produzir textos de jornalismo literário. Usamos o termo «jornalismo», em virtude de os conteúdos constantes dos textos em questão serem obtidos pelos meios tradicionais de recolha noticiosa e da reportagem²⁷⁶. Os autores que praticam jornalismo literário escrevem os seus artigos baseados em factos retirados do mundo real, os quais

²⁷³ *Op. cit.*, pp. 9 e 13.

²⁷⁴ Cf. *Op. cit.* (1980b), p. 65.

²⁷⁵ Quando Ana Luísa Onofre constata que Ramalho tem um grande talento de repórter aliado a uma sólida concepção da exterioridade, ajuda-nos, consequentemente, a fazer valer a perspectiva de que o autor se inscreve nos domínios jornalísticos. Cf. «Ramalho Ortigão», in Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Op. cit.*, p. 353. Num outro estudo, a mesma autora reitera o facto de que em Ramalho Ortigão «prevalece o espírito jornalístico: leveza, pitoresco, crítica, informação, bom-humor», in *Op. cit.* (1991), p. 111.

²⁷⁶ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 5.

requerem, por sua vez, um trabalho aturado de investigação. Enfim, são jornalistas porque, no dizer de Ernesto Rodrigues, «o jornalista informa-se e informa, visando preparar mensagem facilmente entendida pelos leitores»²⁷⁷ e também porque, conseqüentemente, propagam notícias, algo essencial à vida humana²⁷⁸.

As «Cartas de Inglaterra» e as «Crônicas de Londres» de Eça de Queirós são, como vimos atrás, fruto das suas inúmeras leituras e pesquisas pela imprensa britânica. É o próprio que confessa, precisamente nas «Crônicas de Londres»: «Leio em muitos jornais, e ouço muitos políticos» (CICL, p. 241). Ora, o ler a imprensa e ouvir os políticos são, de facto, meios de recolha informativa que nos certificam que aquilo que Eça escreve não é um mero produto da sua invenção, mas sim resultado de um trabalho prévio de informação. Além disto, este jornalista também se debruça sobre a informação que colige nos inúmeros periódicos que lê, dedicando parte do seu tempo à descodificação das mensagens noticiosas. Assim, admite que gosta de:

Seguir o novo divertimento que tem por nome os casos difíceis. Este exercício do intelecto, que é feito por meio dos jornais, não os grandes jornais políticos e literários, mas os pequenos jornais de escândalo, de mexerico, de pilhéria, ou de curiosidade, este divertimento, digo, consiste no seguinte: o jornal propõe aos seus leitores a solução de um caso difícil da vida, e na semana seguinte publica a resposta obtida. É muito interessante ler estas opiniões, que formam positivamente um guia social nas dificuldades humanas (*ibidem*, p. 275).

Do que Eça regista depreende-se que lia todo um espectro de periódicos, que iam da imprensa séria das *broadsheets* à imprensa sensacionalista, o que reforça a noção de que punha muito ênfase na documentação de que se socorria para melhor apreender as diferentes vertentes da sociedade britânica.

Ramalho Ortigão também faz depender o seu *John Bull* da leitura de periódicos ingleses, nomeadamente a *Pall Mall Gazette*, acrescentando-lhe, ainda, «os modestos frutos da minha própria observação na grande capital do Reino-Unido» (JB, p. 41), ou seja, à pesquisa dos assuntos junta-se a observação, pelo que, se o escritor-viajante é um cientista adepto do método positivo, o mesmo é verídico em relação ao jornalista literário. Por sua vez, Oliveira Martins vai ainda mais além do que Eça ou Ramalho nas suas indagações. Como bom repórter, recorre a informantes e a especialistas em

²⁷⁷ *Op. cit.*, p. 74.

²⁷⁸ No capítulo «The Need for News. A Social Sense», Mitchell Stephens refere os tormentos da vida sem notícias, comparando a necessidade de informação a uma função vital que precisa ser satisfeita. Cf. *Op. cit.*, pp. 9-12.

determinadas matérias. Ele mesmo se refere a informações que «recebia da boca de pessoa fidedigna», isto é, o seu «informador» (*IH*, p. 89). E, por exemplo, quando quer descrever a Bolsa de Londres é «amavelmente conduzido pelo presidente e por um secretário da corporação» (*ibidem*, p. 109) e quando pretende conhecer os meandros do *East End*, esse antro de crime e miséria no seio de Londres, leva consigo um detective, a pessoa indicada para lhe explicar a dinâmica particular do local. Ademais, faz questão de proceder ao *tour* às dez da noite, a fim de colher impressões na hora mais propícia ao vislumbre do verdadeiro *East End* (*ibidem*, p. 220). Tom Wolfe, a propósito, refere o quão crucial é para o «novo jornalista» a obtenção de informação, em primeira mão, nos locais exactos de onde se espera que essa informação surja. O que Wolfe quer explicar é que o jornalista literário não busca apenas a informação pela informação como o repórter convencional. Ao invés, é preciso ir ao fundo dos assuntos, captar as suas particularidades e, para isso, a presença do jornalista no local dos acontecimentos é fundamental. Só dando extrema importância à pesquisa minuciosa e presencial, na qual a observação é um vector fulcral, é que o jornalista literário se demarca dos demais. Portanto, este é também um cientista que se usa do mesmo método do escritor-viajante. Em resumo, o que Wolfe afirma, reportando-se ao método utilizado pelos seus antigos colegas de ofício, também eles pioneiros na senda deste género jornalístico, é que: «It seemed all-important to *be there* when dramatic scenes took place, to get the dialogue, the gestures, the facial expressions, the details of the environment»²⁷⁹. Assim, o jornalista literário assume por completo o seu papel de repórter, embora transcenda o jornalismo tradicional pela minúcia com que recolhe a informação. Por isso, quase nos atreveríamos a dizer que estamos perante um supra-jornalista.

Décadas antes de Tom Wolfe traduzir por escrito a técnica inerente à prática jornalística literária já Oliveira Martins a executava. O resultado das suas «operações da noite» (*ibidem*, p. 221), como o próprio se referia às suas incursões pelo *East End*, traduzem-se pelo resultado que a seguir se transcreve na íntegra para que possamos constatar a pertinência da investigação *in loco* e ver como só através dela Oliveira Martins nos consegue apresentar os diálogos, gestos, expressões faciais e detalhes do ambiente de que Wolfe nos falava. Como o autor relata:

Depois de uma volta, o polícia, nosso guia, bateu à porta de um casebre imundo. De dentro respondeu, grunhindo, uma voz roufenha. Abriu-se a porta e descemos, porque o covil ficava meio

²⁷⁹ *Op. cit.*, p. 21. Itálico do autor.

enterrado. Era um recinto que teria, quando muito, duas vezes o tamanho do catre de ferro arrumado a um lado. Uma candeia de petróleo, sem velador, iluminava cruamente o quarto, se tal nome se pode dar ao sítio onde estávamos. No leito, sobre uma enxerga, dessorando líquidos imundos, coberto com uns farrapos sem nome, estava deitado um homem calvo, cozendo uma bebedeira de aguardente. O seu hálito, misturando-se com o cheiro do petróleo e com o fermento da podridão, formava um ar irrespirável. Uma mulher, de pé, ao lado, disse para o *detective*:

- Há quinze dias que não tem trabalho nas docas.

Que eu não sei se o nome de mulher convém ainda a essa criatura, velha antes do tempo, com o ventre obeso, os cabelos raros e empastados sobre a cabeça, traçando nos ombros nus um xaile verde de sebo, com uma saia imunda, arrastando nos pés chinelas asquerosas. Tinha um olhar de idiota.

- Também bebe – disse-nos o polícia gravemente (*ibidem*, pp. 223-224).

Enquanto repórter, Oliveira Martins dirigiu-se às fontes primárias de aquisição informativa. Em primeiro lugar, deslocou-se ao *East End* e, em segundo lugar, entrou mesmo dentro de uma casa miserável para ver com os seus próprios olhos como seriam essas habitações e para, com autoridade, poder descrevê-las aos seus leitores. Isto é, fez pesquisa jornalística, tão natural no jornalista. Contudo, ultrapassou a simples reportagem ao relatar pormenorizadamente o que observou e ao incluir alguns juízos valorativos relativamente ao que presenciou, o que o torna, por conseguinte, um jornalista de calibre diferente do habitual, ao qual se acrescenta uma faceta de sociólogo que estuda o seu objecto. Martins, simultaneamente o viajante e o jornalista literário, é, portanto, um cientista genuíno.

Ademais, Oliveira Martins também realiza pesquisa livresca. Com efeito, confessa-nos:

Para vencer o tédio inseparável das travessias no mar, munira-me de uma pequena biblioteca inglesa. Queria ter noções exactas e *information* segura, com que acompanhasse as impressões fugitivas da passagem.

Um dos livros que lera era o *Rural exodus* de Anderson Graham; e agora que via desenrolar-se perante mim o campo inglês, acudiam-me à memória as observações conhecidas, os factos registrados, as notas coligidas [...] (*ibidem*, pp. 12-13).

Todas estas leituras não só demonstram a minúcia que o cientista social e jornalista punha na sua investigação e documentação, como conferem maior consistência ao facto de a imagem que forma da Inglaterra embocar numa plataforma informativa adquirida anteriormente à visita ao país estrangeiro. Portanto, o seu retrato

inglês não é puro no sentido de ser absolutamente original. A opinião do autor está, à partida, condicionada por conhecimentos prévios. Tal como o escritor-viajante reflecte o que outros escritores-viajantes observam também o jornalista literário não se encontra imune de influências anteriores.

E, no que toca a Batalha Reis, verificamos que também ele procedia a pesquisas meticulosas relativas aos temas que queria abordar. O autor diz-nos que vai amiúde à biblioteca do Museu Britânico e que a tem, conseqüentemente, às suas «ordens» - bem como a todo o resto do espólio do grande museu (*RI*, p. 115) -, pelo que inferimos que parte das suas indagações partissem de investigações aí efectuadas²⁸⁰, algo que, mais uma vez, demonstra a preocupação com o rigor científico e o prosseguimento de uma metodologia objectiva por parte de um autor cuja formação de base provinha do campo das ciências exactas. A fim de aprofundar as suas matérias, Batalha Reis não se acanha em intentar autênticos trabalhos detectivescos e de reportagem. Já notámos que para poder falar com conhecimento do característico nevoeiro londrino, que vê através das vidraças da janela, não hesita em embrenhar-se nele, o mesmo se passando em relação ao *East End* (*ibidem*, pp. 47-48), bem à semelhança de Oliveira Martins. Assim, este querer experimentar sensações na primeira pessoa é, em última instância, um processo de obtenção de informação ou aquilo que Tom Wolfe chama «genuine legwork»²⁸¹, isto é, sair de casa, ir para a rua e fazer indagações por conta própria.

Em suma, para que haja jornalismo literário é também necessário proceder-se à investigação dos assuntos sobre os quais se quer elaborar um dado artigo, algo que, como nos lembramos, também é crucial no tocante à própria literatura de viagens. No entanto, falta-nos salvaguardar um último ponto de importância primordial quando abordamos a questão do jornalismo na elaboração do retrato da Inglaterra vitoriana.

Quando define jornalismo, em sentido lato, Luiz Beltrão escreve:

A essência do jornalismo é a **informação da actualidade**, ou seja, de factos, situações e ideias que estão ocorrendo, desenrolando-se ou actuando em e sobre determinada comunidade no momento preciso de sua manifestação. [...]

²⁸⁰ Aliás, Maria Teresa Pinto Coelho ressalva, a propósito, que Batalha Reis era «um leitor infatigável, um investigador atento e minucioso», in *Op. cit.* (2000), p. 18. Por seu turno, Vanda Rosa também salienta que o autor era um assíduo frequentador da biblioteca do Museu Britânico. Cf. *Op. cit.*, p. 38.

²⁸¹ *Op. cit.*, p. 12.

O objecto do jornalismo é a **actualidade de interesse abrangente**, que se projecta dos limites espaciais em que se origina para atingir vastos círculos de pessoas e instituições²⁸².

Duas conclusões se nos apresentam face à definição acima transcrita. Em primeiro lugar, jornalismo é algo dependente do facto actual e, na verdade, Eça, Batalha, Ramalho e Martins debruçam-se sobre as notícias suas contemporâneas. A análise do passado não está na sua mira, salvo em ocasiões esporádicas em que necessitam esclarecer algum assunto, explicando-o com alguma alusão de índole histórica²⁸³. E, em segundo lugar, ao afirmar-se que o jornalismo projecta as notícias da actualidade para lá das fronteiras do espaço onde ocorrem leva-nos a salientar que estes quatro escritores são uma espécie de correio entre o que se passa além-Mancha e os públicos português e brasileiro (tal como, enquanto escritores de literatura de viagem, eram tradutores entre a realidade estrangeira e a do público leitor). Em suma, depreendemos que o que estes quatro autores fazem realmente é jornalismo e, se bem que o seu jornalismo tenha contornos particulares, não deixa de estar ligado ao que se entende por prática jornalística. Logo, mais duas razões existem para justificarmos a premissa «jornalismo» no género de escrita que estes autores adoptam.

Desta feita, jornalismo literário não existe sem escritores ligados ao mundo da imprensa, sem pesquisa e trabalho de campo do foro da reportagem, não existe dissociado do facto actual e, além disso, é um meio de transmissão noticiosa desde a origem dos acontecimentos até um público distante. Ou seja, sem jornalismo, *lato senso*, não pode haver jornalismo literário. Daí que esta última expressão ganhe primazia para designar este género face a outras como «literary nonfiction» ou «factual fiction», entre outras, sendo, por conseguinte, também preferida por nós.

1.2.2. Um Jornalismo que é “Literário”

Ao considerarmos o jornalismo literário, precisamos também esclarecer e aprofundar com algum cuidado a relação existente entre literatura e jornalismo, até

²⁸² *Op. cit.* (1980b), p. 11. Ênfase do autor. Porém, vertemos a citação de Português do Brasil para Português europeu.

²⁸³ Ben Yagoda confirma que o jornalista literário não trabalha sobre a História, mas, ao invés, sobre a contemporaneidade ao dizer: «Our final journalistic criterion is currency – that a writer get on the story soon after it happened. The longer the gap, the more the resulting work edges into the realm of history», in *Op. cit.*, p. 14.

porque, como José Lechner explica, uma afinidade existente entre uma e outro «é que ambos procuram, uma na ficção, outro na realidade, o interesse humano dos acontecimentos e a verdade do homem como protagonista»²⁸⁴. E, ademais, tal como lembra Phyllis Frus, há, na realidade, textos nos quais as fronteiras entre a literatura e a reportagem se encontram completamente esboroadas²⁸⁵. Por conseguinte, à semelhança dos autores que têm teorizado e defendido o jornalismo literário, também defendemos que este género de escrita a que nos referimos abarca uma natureza dúplice de pendor simultaneamente jornalístico e literário, facto que se compreende melhor se esclarecermos que o jornalismo literário assenta as suas fundações no romance realista da centúria oitocentista, partilhando, inclusivamente, com ele as mesmas atribuições relativamente à sua afirmação e implantação no mundo das letras.

Quem estabelece o paralelismo entre o surgimento conturbado do jornalismo literário e o romance realista é Tom Wolfe. E fá-lo sugerindo que:

By 1969 no one in the literary world could simply dismiss this new journalism as an inferior genre. The situation was somewhat similar to the situation of the novel in England in the 1850s. It was yet to be canonized, sanctified and given a theology, but writers themselves could already feel the new Power flowing.

The similarity between the early days of the novel and the early days of the New Journalism is not merely coincidental. In both cases we are [...] watching a group of writers coming along, working in a genre regarded as Lower Class [...] who discover the joys of detailed realism and its strange powers. Many of them seem to be in love with realism for its own sake²⁸⁶.

Com efeito, aproveitando o caso inglês avançado por Wolfe, o movimento realista que se ia consolidando na França e na Rússia encontrava barreiras à sua aceitação na Velha Albion. Matthew Arnold e Charlotte Brontë, por exemplo, condenavam a literatura que expunha cruamente a natureza humana e todas as suas imperfeições. Assim, obras como *Anna Karenina* (1877) de Tolstoi eram consideradas retratos da vida real e não obras de arte e autores como Flaubert ou Balzac, tão queridos da Geração de 70 e do Realismo luso, eram acusados de não possuírem veia artística e de enfatizarem os defeitos do Homem, algo desprovido de beleza²⁸⁷. No entanto, o

²⁸⁴ In *Op. cit.*, p. 26.

²⁸⁵ *Op. cit.*, p. x.

²⁸⁶ *Op. cit.*, p. 28.

²⁸⁷ Cf. Walter E. Houghton, *Op. cit.*, p. 302.

jornalismo literário e o Realismo não se assemelham somente nos constrangimentos associados ao seu nascimento.

Antes, sequer, de tecer a apologia do jornalismo literário, John C. Hartsock, o estudioso que tanto se tem preocupado em teorizar o mesmo, deixa-nos de atalaia para o facto de que «something memorable – of historical literary import – [...] occurred in journalism practice during the fin de siècle»²⁸⁸, o que permite antever o valor fulcral atribuído à premissa relativa à literatura. Ao focar o *fin-de-siècle*, Hartsock refere-se aos finais do século XIX e ao Realismo e, logo de seguida, apressa-se a afirmar que, nessa altura, se pressente que o romance realista e o jornalismo, esses dois géneros que se ocupam da vida observada, não eram suficientes para a abarcar e retratar, pelo que, assim, surgia o jornalismo literário, nascido da urgência cultural de se perceber um mundo em rápida transformação²⁸⁹. Aliás, ao lermos a «Advertência» a *A Inglaterra de Hoje*, não deixamos de notar que Oliveira Martins esperava impacientemente a publicação dessa sua obra porque, como o próprio declara:

Com a velocidade vertiginosa a que o mundo marcha no nosso tempo, a Inglaterra de 1892 pode muito bem não ser já a de 1893. Quem sabe as voltas que nos esperam! Bastam dois meses de guerra, para transtornarem por completo esta construção, instável a todos os respeitos, da Europa em que existimos» (*IH*, p. 8).

O discurso martiniano é, como observamos, pautado por um quase alarmismo provocado pela efemeridade da contemporaneidade, acentuado por vocábulos que traduzem estados instáveis, de mudança e transtorno. Ao dar à estampa quer os seus artigos sobre a Inglaterra, quer, posteriormente, a colectânea dos mesmos em livro, Oliveira Martins está, efectivamente, a dar eco à necessidade de se compreender um presente fugaz.

Ross Winterowd, por seu turno, problematiza a emergência do jornalismo literário de maneira mais veemente referindo que este novo género deve a sua existência a uma grave crise finissecular: a incapacidade manifestada pelos géneros tradicionais de representarem uma realidade que se tornava cada vez mais enigmática²⁹⁰. O jornalismo literário surge da necessidade «for credibility that the traditional realistic novel can no

²⁸⁸ *Op. cit.*, p. 1.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 21-22 e 14 respectivamente.

²⁹⁰ *Op. cit.*, p. 77.

longer take for granted, given the absurdity of modern life»²⁹¹. Por outras palavras, é no esmorecer do século XIX que se conclui que, na verdade, existe um vácuo pronto a ser preenchido por um género que reúna em si o rigor jornalístico e as técnicas do romance realista a fim de proporcionar ao leitor uma visão da realidade que contenha bastante acuidade²⁹². Além disso, compreenderemos melhor a interligação jornalismo-romance realista se não olvidarmos que uma parte bastante significativa dos naturalistas oitocentistas foi também jornalista em algum momento das suas carreiras²⁹³, o mesmo sucedendo, em grande medida, com os escritores portugueses da Geração de 70, habitualmente conotados com o Realismo-Naturalismo.

Percebe-se, então, que no ocaso da centúria oitocentista se deseja decifrar uma sociedade em rápida mutação. O cientismo da época olha também para a sociedade como objecto de estudo e, dissecando-a, intenta a compreensão de uma modernidade avassaladora. Por isso, «journalism and the realistic novel may be similar in this period because both were responding to the positivism of the world view prevalent at that time, namely its concern with [...] analysis and classification of human life»²⁹⁴. Eça responde a esta necessidade de interpretação e, num documento redigido em 1879, a propósito da segunda edição de *O Crime do Padre Amaro*, nota que:

É por meio [da] laboriosa observação da realidade, [da] investigação paciente da matéria viva, [da] acumulação beneditina de obras e documentos, que se constroem as notas duradouras e fortes. Se as minhas são fracas e efémeras, é que eu não soube surpreender a verdade [...], e não provém decerto de que o método não seja eficaz.

A arte moderna é toda de análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance, é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. [...] A nova musa é a ciência experimental dos fenómenos – e a antiga [...] está armazenada a um canto, sob o pó dos anos [...], do velho cenário romântico²⁹⁵.

Quando alude à observação da realidade, à investigação e à acumulação de obras e documentos, Eça afirma-se um realista que persegue a cientificidade e, no entanto, descreve já com bastante precisão o método usado pelo jornalista literário, coincidentemente o mesmo de que o escritor-viajante se socorre e que Ramalho advogara minuciosamente em *John Bull*. Alguns parágrafos adiante, ao formular a

²⁹¹ Phyllis Frus, *Op. cit.*, p. xx.

²⁹² Cf. Ross Winterowd, *Op. cit.*, p. 78.

²⁹³ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, pp. 23 e 44.

²⁹⁴ Phyllis Frus, *Op. cit.*, p. 58.

²⁹⁵ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1987b), p. 118.

distinção entre a novela romântica e o romance realista seu contemporâneo, Eça também declara: «Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social»²⁹⁶. Similarmente também o jornalista literário procede a um estudo da sociedade e, fulcro importantíssimo do nosso estudo, o que Eça, Ramalho, Oliveira Martins e Batalha Reis fazem nos seus escritos sobre a Inglaterra vitoriana é um estudo aturado do povo, da cultura e da sociedade inglesas, o que, como sabemos, é comum à literatura de viagens. Portanto, novamente encontramos paralelismos estreitos entre literatura de viagens e jornalismo literário uma vez que ambos seguem o mesmo método científico a fim de estudar o fenómeno social. O jornalismo literário, estabelecendo uma relação apertada entre literatura, jornalismo e ciência, torna-se, então, um método de estudo privilegiado da sociedade contemporânea.

Por outro lado, é notório que Eça está plenamente consciente do seu papel de intérprete da realidade quando nos afirma que «o correspondente toma a atitude de um revelador» (*TI*, p. 87). Ora, o autor é um correspondente noticioso no estrangeiro que, a fim de «revelar» a realidade estrangeira que presencia, deve estudá-la. Posição semelhante tem Batalha Reis ao divulgar que a sua função no *Repórter* «consiste em “informar a respeito dos costumes ingleses”» (*RI*, p. 84). Assim, neste contexto preciso, «revelar» e «informar» assumem-se como sinónimos.

Na verdade, tanto Eça como Batalha são pródigos em lembrar-nos repetidamente que a pedra de toque da sua correspondência jornalística sobre a Inglaterra é, precisamente, a análise da sociedade inglesa, o que se coaduna com os pressupostos realistas que já vimos Eça defender e que é corroborado por expressões como: «É necessário falar da Irlanda, falar da Liga Agrária, falar de Parnell...» (*TI*, p. 125) ou «Devendo mostrar-lhes [aos leitores] a opinião presente da Inglaterra» (*ibidem*, p. 87). Por sua vez, Jaime Batalha Reis afirma os seus objectivos de modo ainda mais declarado do que o seu amigo Eça. Logo na sua primeira «Revista», datada de 2 de Janeiro de 1888 declara, algo imodestamente, que:

A fisionomia da Inglaterra se poderá entrever no fim dum certo tempo através do véu das minhas correspondências, registando eu nelas os fenómenos que mais vivamente me ferirem, desde o facto político característico até à simples anedota (*RI*, p. 35).

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 124.

Menos de um ano depois, mais concretamente a 1 de Dezembro, acrescentaria que se propunha «esboçar não só os acontecimentos mais importantes, mas as cenas e as modas mais características da vida inglesa» (*ibidem*, p. 114), expondo nitidamente qual o objecto e o método subjacentes aos seus artigos. Ao atribuir tanta importância ao registo dos fenómenos, cenas e acontecimentos da vida britânica, Batalha Reis evidencia o seu endividamento aos postulados realistas e ao cientismo que os rege (repare-se, aliás, na escolha vocabular criteriosa escolhida por Batalha a fim de manifestar a cientificidade da sua correspondência: «fisionomia», «fenómeno», «facto»). E assume essa dívida ainda mais agudamente quando confessa que «observar o que revela mais profundamente a vida e a essência dos costumes» (*ibidem*, p. 155) é a sua tarefa prioritária no que respeita o estudo dos modos ingleses. Esta indicação é esclarecedora quanto à sua incursão no mundo do Realismo, pois a visão era, na verdade, o sentido primordial de que se socorriam os realistas/naturalistas oitocentistas²⁹⁷. De facto, quando tece as suas considerações relativamente ao Realismo/Naturalismo, Eça esclarece que o artista realista, contrariamente ao artista idealista, precisa de ver o objecto para poder escrever sobre ele. Mas, vejamos melhor o exemplo que o autor de *Os Maias* apresenta para nos elucidar quanto à pertinência da visão na elaboração do retrato realista:

Apresentam-se dois novelistas – o idealista e o naturalista. Tu dás-lhe o teu assunto: uma menina que se chama Virgínia e que habita ali defronte.

O idealista não a quer ver nem ouvir; não quer saber mais detalhes. Toma imediatamente a sua boa pena de Toledo, recorda durante um momento os seus autores, e, num relance, cria-te a menina Virgínia deste modo: na figura, a graça de Margarida; no coração, a paixão grandiosa de Julieta [...].

Dir-me-ão é mentira! [...]

É agora o escritor naturalista que a vai pintar. Este homem começa por fazer uma coisa extraordinária: Vai vê-la!...

Não se riam: o simples facto de ver Virgínia quando se pretende descrever Virgínia, é uma revolução na Arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenómenos dá a ciência das coisas²⁹⁸.

²⁹⁷ Elena Losada Soler confirma este pressuposto quando considera: «La visión, sentido prioritario en la novela realista» no seu estudo «Imágenes y motivos fineseculares en *Alves & C^a*. y en *Su Único Hijo* de Leopoldo Alas *Clarín*, in Carlos Reis (dir.), *Op. cit.* (2000), p. 98.

²⁹⁸ In João C. Reis, *Op. cit.*, p. 126.

Portanto, o retrato realista, produto da observação e da aplicação do método cartesiano, é assimilado pelos jornalistas literários²⁹⁹ e, no caso presente, também pelos escritores-viajantes.

Ramalho Ortigão, por sua vez, também não nega que deve o seu *John Bull* à observação, ou não fosse o subtítulo da sua obra: «Depoimento de uma Testemunha Àcêrca de Alguns Aspectos da Vida e da Civilização Inglesa». Ademais, logo no primeiro parágrafo da mesma, declara que vai para a Inglaterra para «contemplar [John Bull] no próprio seio da [s]ua pátria» (*JB*, p. 7). Ora, «contemplar» e «testemunhar» são operações permitidas pelo sentido visual. A visão é tão primordial para este autor que, quando pretende descrever ao público um certo banqueiro que conheceu, refere os seus maneirismos peculiares, adiantando, todavia, que não jura que o que conta seja verdade, pois não viu, ao vivo, aqueles mesmos (*ibidem*, p. 73), ou seja, não valida a informação, pois não operou sobre o objecto o método científico. E, por conseguinte, o *modus operandi* deste jornalista literário, pugnando para que a sua escrita reflecta o mundo real, enquadra-o nos parâmetros realistas defendidos pela Geração de 70.

Por último, não podemos passar em claro a constatação de que também Oliveira Martins deita mão de directrizes realistas, que apontam no sentido de se tomar o real como fulcro de escrita, quando aborda o objectivo por detrás da edição em livro de *A Inglaterra de Hoje*. Este historiador considera pertinente a publicação dos artigos saídos no *Jornal do Comércio* «por darem [...] uma impressão sintética do estado actual de uma das três, ou quatro, grandes nações do mundo. Por isso o livro se chama *A Inglaterra de Hoje*» (*IH*, p. 7). Sintetizando, o objectivo deste autor é, como fica claro, traçar o panorama da realidade britânica, pelo que o seu objecto de análise é essa mesma realidade. E dizemos análise, pois o próprio revela que, após reler e rever os seus artigos para aquele periódico carioca, os completou «com estudos anteriores» (*ibidem*).

Similarmente aos autores anteriores, também Martins salienta o papel importante da visão na elaboração do retrato. Aliás, de todos, será aquele que, porventura, mais se detém a descrever impressões visuais como a intensidade luminosa ou o tom exacto das cores, parte do seu estilo próprio como referíamos na introdução. Assim, quando considera que as suas notas sobre a Inglaterra servirão para os europeus continentais se conhecerem um pouco melhor, refere que «um dos métodos de observação [...] superior é o contraste» (*ibidem*, p. 9), isto é, enfatiza o sentido visual na

²⁹⁹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 28.

apreensão do real, enquanto que, simultaneamente, expõe uma das formas da observação científica, isto é, do método por si adoptado. Porém, não é menos verdade, que o olfacto é o outro sentido primordial dos realistas, como recorda Elena Losada Soler³⁰⁰, sendo também aludido por Oliveira Martins ao afirmar que para «farejar a Europa» (*ibidem*) se deve ir à Inglaterra.

Como temos vindo a reiterar, não fora o romance realista emprestar as suas técnicas ao jornalismo e não se poderia falar na sua vertente literária. O que torna único o carácter do jornalismo literário é, precisamente, poder expor a realidade através de textos em que se incluam diálogos e descrições concretas e detalhadas que se aliam à construção cénica e à complexidade do retrato e que, por fim, revelem actividade, o que o afasta, imperiosamente, do jornalismo tradicional³⁰¹. Contudo, pelo seu factor jornalístico, não se pode incluir na categoria do romance. Estas conclusões de Hartsock, às quais amiúde nos reportamos, por serem posteriores à teoria de Wolfe e se apoiarem num corpo de estudos que não existia à altura da publicação de *The New Journalism*, estão bastante mais amadurecidas do que as do segundo, pelo que este estudioso pode falar do jornalismo literário como um género híbrido entre o jornalismo convencional e a literatura. Os estudos de Wolfe, ao invés, pela sua natureza pioneira, ainda catalogam o que ele apelida de «novo jornalismo» como um «estilo literário», enfatizando, dessa feita, a premissa literatura que encontramos no termo jornalismo literário. Aliás, este jornalista/escritor confessa que o que o despertou para a constatação da existência inquestionável do novo género jornalístico a que alude, e do qual se assume fervoroso paladino, foi o dar-se conta de que há um grande paralelismo entre o romance e o dito novo jornalismo, uma vez que este é capaz de usar diálogos e cenas da mesma maneira que aquele – a expressão exacta que Wolfe usa é, na verdade, «“novelistic” fashion»³⁰².

Consciente desta hibridez inerente ao jornalismo literário, John Hellmann tenta destringer o jornalista literário do romancista realista e do efabulador salientando que o segundo é aquele escritor que diz: «All this did not really happen, but it could have», ao passo que o último afirma: «All this could never happen, so do not blame me if it does not seem real», para o primeiro declarar contundentemente: «All this actually did

³⁰⁰ In Carlos Reis (dir.), *Op. cit.* (2000), pp. 96 e 98.

³⁰¹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, pp. 23 e 28, onde o autor se debruça sobre as técnicas do romance realista utilizadas pelos jornalistas literários.

³⁰² *Op. cit.*, p. 22. Aqui o autor recorda que: «Specific devices, such as using scenes and dialogue in a “novelistic” fashion [...] began to give me very grand ideas about a new journalism. As I saw it, if a new literary style could originate in journalism, then it stood to reason that journalism could aspire to more than mere emulation of those aging giants, the novelists». Como se constata, o autor não desdenha o facto de o jornalismo se apropriar de técnicas do romance, pois isso só contribui para o seu enobrecimento.

happen, so do not blame if it does not seem real»³⁰³. É importante desmontarmos o que Hellmann refere quanto ao jornalista literário, pois verificamos que, quando menciona o facto de este trabalhar sobre o que aconteceu, está a considerar o jornalismo factual, enquanto que remete para um campo tendencialmente mais literário ao ressaltar que o produto final deste jornalista poderá soar a ficção.

Na verdade, por tudo aquilo que acabamos de referir, o jornalismo literário é uma entidade sobejamente complexa para que lhe fixemos limites precisos e inultrapassáveis. Trata-se de um género de difícil definição, à semelhança do que acontece com a literatura de viagens. Por um lado, encontramos-lo ligado ao jornalismo considerado factual, enquanto que, por outro lado, não o podemos desrinçar do plano literário. Com efeito, esta problemática de encontrar um nicho confortável onde colocar o jornalismo literário desemboca numa outra problemática, ainda hoje insolúvel, que se prende com a rotulação do próprio jornalismo em si. Se facções há que o consideram uma forma discursiva lateral à literatura, isto é, uma forma paraliterária ou um género híbrido³⁰⁴, outras há que o integram entre as categorias estéticas objectivas da literatura³⁰⁵. Daqui se depreende que, quer se tome o jornalismo na sua acepção mais lata ou na sua forma literária, aqui em questão, não se pode deixar de considerar que não existe teoria jornalística que não se preocupe em perceber até que ponto aquele(s) se inserem no campo abrangente da literatura. Desta feita, também não nos poderíamos abster de realçar o cariz literário deste género de que nos ocupamos. Todavia, para que possamos enfatizar, mais consistentemente, o facto de os textos em análise se inserirem nos parâmetros do jornalismo literário importa detalhar quais são, afinal, as suas características e relacioná-las com as da literatura de viagens.

1.2.3. A Face de um Novo (Outro) Género

Já afirmámos que o jornalismo literário assenta alicerces na literatura de viagens. Na realidade, é nos relatos de viagens e exploração dos séculos XVI e XVII que se encontram alguns dos primeiros testemunhos do mesmo. Estes relatos, parte das vezes meras sequências cronológicas de acontecimentos, contêm, devido à estranheza e

³⁰³ John Hellmann, *Op. cit.*, p. 11.

³⁰⁴ Cf., por exemplo, a opinião de João Paulo da Silva, *Op. cit.*, pp. xi e 24.

³⁰⁵ Cf., também a título exemplificativo, o que Luiz Beltrão revela em relação a esta tomada de posição, *Op. cit.* (1980b), p. 92.

novidade das coisas que relatam, uma dose de descrição sensacionalista, evitando, desse modo, a factualidade pura. É o que se constata quando se olha, por exemplo, para *Principall Navigations Voiages and Discoveries of the English Nation* (1589) de Richard Haklyut e se lê a narração da derradeira viagem de Thomas Cavendish, assolada pela fome e pela existência de vermes estranhos a bordo que tudo devoravam³⁰⁶. O sensacionalismo caracteriza, com efeito, o jornalismo literário, por ser uma forma diferente de objectificação³⁰⁷ e porque responde a um grave problema que é: «Journalists's collective disillusionment caused by the abuses of objectivity»³⁰⁸. Stead, por exemplo, esse expoente do Novo Jornalismo oitocentista, usou o sensacionalismo para captar a atenção dos ingleses para o problema da prostituição associada ao tráfico de raparigas ao usar uma linguagem exaltada nas páginas da *Pall Mall Gazette*.

Também os autores que agora analisamos veiculam o seu retrato da Inglaterra através de discursos que são, amiúde, de cariz sensacionalista, até porque, subjacente à inserção do elemento sensacionalista no artigo de imprensa, está um motivo de ordem pragmática: a necessidade de vender jornais. Ao traçar uma breve história do periodismo no século XIX, Phyllis Frus esclarece:

The absence of financial support from political parties or mercantile subscribers meant [...] that the papers had to sell a large number of copies and thereby interest many advertisers in reaching new markets. Implicit in these motivations are [...] the changing makeup of the paper and its growing concern with crime, human interest, and sensational news in general: such stories sold papers³⁰⁹.

Assim, o recurso ao sensacionalismo por parte do jornalismo literário prende-se com a necessidade de se encontrar uma nova objectividade e, simultaneamente, assegurar a rentabilidade dos periódicos.

Eça de Queirós socorre-se do estratagema sensacionalista quando alude a factos pitorescos ou quando recorre ao exagero caricaturesco e aos escândalos sociais, o que dá às suas crónicas a garantia de um carácter ameno e espirituoso³¹⁰. É isso que se passa quando comenta o caso, quase anedótico, do gorila Pongo, um animal exótico de traços

³⁰⁶ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, pp. 101-102.

³⁰⁷ Cf. idem, *ibidem*, p. 133. O mesmo autor ressalva que, ao referirmos o sensacionalismo no jornalismo literário não estamos a identificá-lo com o jornalismo sensacionalista, pois este pode sujar-lhe a imagem. Além disso, o jornalismo literário é uma reacção contra o jornalismo sensacionalista. Cf. idem, *ibidem*, pp. 135-136.

³⁰⁸ Phyllis Frus, *Op. cit.*, p. 106.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*, pp. 101-102.

³¹⁰ Cf. Elza Miné, *Op. cit.* (1986), p. 59.

caricaturais humanos, promovido a celebridade pela sociedade londrina. Eça certamente exagera quando alude ao «fanatismo insensato» em torno de Pongo (*CICL*, p. 249), mas o seu objectivo é, precisamente, parodiar uma situação que se lhe afigura ridícula: a atenção desmesurada dada ao gorila e, simultaneamente, apontar uma certa leviandade característica das mulheres inglesas, tema bastante discutido por este escritor-viajante e pelos seus congéneres, tanto contemporâneos como anteriores, que se deslocam à Velha Albion. Por isso, Eça ironiza o facto de Pongo beber vinho de Bordéus, Moët et Chandon e cerveja, de fumar charuto e de ter uma fisionomia «tão inteligente, tão viva» (*ibidem*, p. 250) ao ponto de ter sido «necessário arrancá-lo dos braços de uma senhora, que o devorava de beijos e não o queria largar, declarando que era encantador» (*ibidem*, p. 251) e que «noutro dia, encheu de bofetadas uma *miss* que lhe estava a *fazer olho*» (*ibidem*), dando, conseqüentemente, uma lição de moral à sociedade racional relativamente aos pecadilhos femininos. Através do sensacionalismo veiculado através do caso do gorila Pongo, o jornalista literário e o escritor-viajante retratam a mulher inglesa, retrato que analisaremos melhor na segunda parte deste estudo.

Contudo, não é só para expor comportamentos que denotam a extravagância dos modos ingleses, nomeadamente no que se refere às mulheres, que Eça utiliza o sensacionalismo. Também o faz quando critica o *The Times* e a sua famosa austeridade na maneira de dar a público as notícias, algo que, na verdade, importunava e irritava o autor. Assim, Eça desenvolve todo um enredo em que explica que o referido jornal, representante, aliás, do moralismo britânico e do puritanismo vitoriano, cuja falsidade quer demonstrar, teria sido vítima de uma partida de mau-gosto e publicado, sem que os seus responsáveis se dessem conta, algumas linhas lascivas intercaladas na reprodução de um discurso parlamentar proferido por *Sir William Harcourt*. Eça de Queirós brinca, então, com a situação embaraçosa criada ao periódico transcrevendo, com «expressões aproximativas», o discurso ministerial que saíra a lume naquele, e no qual se lê que *Sir William* teria dito:

Eu, por mim, estou contente. Acho-me até capaz de uma bela folia! Porque não nos daremos com efeito a uma rica patuscada, com vinhaça e mulherinhas? Oh, as mulherinhas! Senhoras que me escutais, arremessai chapéus e vestidos, e toca a pandegar e a bater um rico batuque!... *Evohé!* Viva o deboche! Olé, *champanhe!* Abracemo-nos, deliremos!... (*TI*, p. 171).

Eça ainda adianta que o que se lia no famoso jornal tinha «outro arranque de orgia» (*ibidem*), enfatizando, assim, hiperbolicamente, o vexame sofrido pelo *The Times*. Porém, a verdade que o autor luso não revela é que houve, com efeito, na transcrição do discurso parlamentar da edição de 23 de Janeiro de 1882, a inclusão de uma linha obscena, mas não uma passagem inteira de doze linhas, como ele refere³¹¹. Eça teria exagerado na apresentação dos factos para os seus leitores da *Gazeta de Notícias*. Não mentiu, decerto. Contudo, deu a sua versão do sucedido, a sua verdade tal como acontece com o relato do escritor-viajante. Também extrapolou quando menciona o impacte que a leitura de frases tão desbragadas teria no seio dos lares recatados. Fala horrorizado da afronta sentida por casais de noivos enamorados, por duquesas idosas devotas e por jovens inocentes ao passarem os olhos pela devassidão de tais linhas que, inclusivamente, chegariam, «pela mala de Dover» a toda a Europa (*ibidem*, pp. 172), omitindo que a referida frase só teria aparecido em alguns exemplares daquela edição e que o próprio jornal teria publicado, no dia 27 do mesmo mês, um pedido de desculpas pelo acontecido³¹².

Sintetizando, Eça usa de alguma imaginação³¹³ para apresentar a verdade dos factos que narra ao leitor. Aliás, este jornalista-escritor, digamos antes jornalista literário, é conhecido por querer que o leitor «não veja falso, mas [...] conforme à verdade, conforme à sua verdade, tal como ele, jornalista, a vê e a mostra»³¹⁴. A sua própria correspondência consular de Newcastle, compreendida entre 1874 e 1879, também nos permite avaliar como Eça interpreta, à sua maneira, as greves mineiras que assolavam o Northumberland e Durham. Alan Freeland, analisando a correspondência em questão e comparando-a com as notícias que o cônsul lia no *Newcastle Daily*

³¹¹ Ao cabo de uma morosa pesquisa, Elza Miné acedeu a um exemplar do *The Times* onde consta a interpolação de índole erótica que Eça de Queirós aumentou e que transcrevemos a fim de observarmos melhor o trabalho que o autor português operou sobre ela. Assim, a inserção original apenas reza o seguinte: «The speaker then said he felt inclined for a bit of fucking», in idem, *ibidem*, p. 45. Para maiores esclarecimentos relativamente às pesquisas levadas a efeito pela autora no tocante a este assunto cf. idem, *ibidem*, pp. 36-45.

³¹² Cf. idem, *ibidem*, p. 42.

³¹³ Rui da Costa Lopes tece algumas considerações em torno da dose de imaginação presente nos escritos queirosianos, opondo-a à fantasia do autor. Para tal, socorre-se das opiniões de António Sérgio, para quem Eça seria mais dotado de imaginação do que de fantasia – sendo esta «a capacidade da inventiva relacionante» e aquela a «faculdade de produzir e combinar imagens» – e de João Gaspar Simões, autor que, concordando com António Sérgio no que se refere à imaginação, postula que a fantasia se relaciona directamente com visões, sonhos e com a criação fantasmagórica, *Op. cit.*, pp. 11-16. No nosso caso, ao referirmos o uso da imaginação por Eça, conotamo-la com a interpretação de Rui Lopes, apoiada em João Gaspar Simões, que designa o acto imaginativo como a organização de uma nova realidade com base em imagens recolhidas do mundo exterior, cf. idem, *ibidem*, p. 16. Deste modo, destituímos a imaginação de eventuais conotações com a mentira.

³¹⁴ Elza Miné, *Op. cit.* (2000), p. 78.

Chronicle, faz sobressair alguns pontos que evidenciam, claramente, a intromissão da interpretação queirosiana.

Quando escreve ao seu superior hierárquico, João de Andrade Corvo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eça empola as manifestações e as reuniões grevistas. Por vezes, funde dois acontecimentos, que lê no periódico, e transforma-os numa única história que relata ao Ministro e, por outras, insere expressões e frases, de evidente pendor dramático, que descrevem as greves com maior violência do que aquela que é referida no *Chronicle*. Em trecho exemplificativo, notamos que, quando numa reunião grevista um orador pretende ler um poema, Eça escreve: «Tendo um operário começado a ler uma ode em que cantava a conciliação, respondeu-lhe um grito geral: Pão! o que queremos é pão!», enquanto que o jornal de Newcastle afirma, mais comedidamente: «The Chairman objected to the reading of the poem; and Mr. Lowe, of Longhirst, remarked that they wanted bread, not poems»³¹⁵. Com efeito, Eça partiu de um acontecimento real. Porém, transcreveu-o para Portugal com contornos que evidenciam a sua subjectividade interpretativa e que, ademais, juntam sensacionalismo à notícia através da integração de discurso directo e exclamações em substituição de uma narrativa em discurso indirecto. Também substituiu a objecção de um membro da reunião à leitura do poema por um protesto clamoroso em uníssono. Contudo, a mensagem principal passa para o leitor: os grevistas estão preocupados com o seu sustento e sem paciência para poesias. Ao que acresce salientar que Eça queria veicular a sua opinião pessoal, e crítica, que o colocava a favor do operariado e contra os abusos do patronato. A este respeito, Maria Filomena Mónica nota que a atitude eciana «era claramente a favor dos operários. Eça continuava a albergar muitas das ideias - o desprezo pelo ultramontanismo católico, o ódio à Rússia autocrática, o ataque aos esquemas imperialistas - que havia formado em Coimbra, mas àquelas juntava-se agora a compreensão relativamente às reivindicações dos grevistas»³¹⁶.

Referimos que, além de laivos sensacionalistas, característica discursiva do jornalismo literário, Eça junta-lhes a sua versão dos factos, sem, no entanto, distorcer tudo ao ponto da falsidade. Ora, o jornalismo literário tem precisamente por objectivo a autenticidade³¹⁷, procurando a verdade, mas não a Verdade, tal como sucede na literatura de viagens. Aliás, mesmo o próprio jornalismo, genericamente falando, não

³¹⁵ In Alan Freeland, *Op. cit.*, p. 104.

³¹⁶ *Op. cit.* (2003), p. 17.

³¹⁷ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 32.

pactua rigidamente com a verdade pura. Basta recordar que «the earliest characteristics of journalism [...] were its recentness and regularity, not truthfulness»³¹⁸. E é por não almejar a verdade absoluta que o jornalista literário nos dá a sua visão dos acontecimentos permitindo-nos tirar as nossas próprias ilações³¹⁹. Também importa termos presente que o que distingue o jornalismo literário, isto é o «novo jornalismo», daquele mais antigo é a presença de subjectividade e criatividade³²⁰. Desta feita, «in sharp contrast to the “objectivity” that the reporter strives for in the standard news article, the voice of the new journalist is frankly subjective; it bears the stamp of his personality»³²¹. Assim, Eça de Queirós, que tem a perfeita noção de que o leitor quer ser seduzido e que, por isso, recorre frequentemente à primeira pessoa do plural para lhe aguçar a curiosidade³²², não se furta a proceder a alterações nas notícias que quer relatar, ficcionando-as ligeiramente, a fim de transmitir a sua verdade, a sua interpretação subjectiva, o que, no caso presente, se alia ao olhar do próprio viajante. Aliás, quando recorre à inclusão de traduções nos seus textos estas são algo livres³²³, o que também tem a finalidade de demonstrar a sua opinião crítica em relação aos acontecimentos e reforçar aquela objectividade particular que o jornalismo literário incentiva e que se perderia na descrição crua dos factos. Como salvaguarda John Hollowell: «The new journalist's stance is often critical [...]. By revealing his personal biases, the new journalist strives for a higher kind of “objectivity”»³²⁴.

Todavia, o autor de *O Primo Basílio* não é o único que recorre ao sensacionalismo ou que apresenta ao público a sua versão das notícias para o seduzir e incitar a tirar as suas conclusões, em suma, para o tornar uma entidade participativa no processo noticioso. Na realidade, o jornalista literário estabelece uma espécie de pacto com o leitor, segundo o qual promete apenas relatar a sua versão dos factos através de um processo contratual em que estipula: «I have tied myself completely to the actual,

³¹⁸ Phyllis Frus, *Op. cit.*, p. 100. A autora também conclui veementemente que «there is no realm of “truth” - including science», *ibidem*, p. 118.

³¹⁹ Cf. Ben Yagoda, «Preface», in Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, pp. 13 e 16. Aliás, Ben Yagoda explica que ao expor «his or her prejudices, anxieties, or thought processes the reporter gives us something firmer and truer to hold on to as we come to our own conclusions», in *ibidem*, p. 16, o que justifica a presença pessoal do jornalista-escritor na notícia que veicula.

³²⁰ Cf. W. Ross Winterowd referindo-se aos estudos de Michael L. Johnson, in *Op. cit.*, p. 67.

³²¹ John Hollowell, *Op. cit.*, p. 22.

³²² Elza Miné recorda que Eça envolve o leitor «nas malhas da linguagem» e que o papel que lhe está destinado é o de deixar-se ser seduzido, cf. *Op. cit.* (2000), p. 32. Desse modo, o autor usa expressões como: «Voltemos ao vale do Nilo!» ou «Deixemos as máculas da Inglaterra» (*TI*, pp. 210 e 219).

³²³ A autora brasileira acima referida também constata o facto de Eça proceder a liberdades de tradução. Cf. *Op. cit.* (1986), p. 29.

³²⁴ *Op. cit.*, p. 22.

but I can give it to you only as I have humanly, and thus imaginatively, experienced and recollected it»³²⁵. Nesta linha de pensamento, nos textos de jornalismo literário:

The various journalistic elements of the text are selected, arranged, and stylistically transformed so that they create an aesthetic experience embodying the author's personal experience and interpretation of the subject. Each author transforms his journalistic subject into a living text so that the reader does not merely read about events, but participates in the author's personal experience and interpretation of them³²⁶.

Similarmente a Eça, e levando em consideração os pressupostos acima enunciados, Batalha Reis pretende prender a atenção do leitor e levá-lo a intervir no processo informativo, avaliando e ajuizando, por si mesmo, sobre o que o narrador diz, para o que utiliza amiúde a ironia³²⁷. Tal como o seu compatriota, este outro cônsul luso em paragens britânicas apresenta aos leitores a sua interpretação - sujeita ao crivo da subjectividade - dos factos que narra. Aliás, o estudo de Vanda Rosa vem ao encontro desta constatação ao referir que «Batalha Reis escolhe os assuntos que quer tratar de forma a poder fazer valer o seu ponto de vista [...], não deixando de ser irónico sempre que tal se proporcione. Assim, o autor relata os factos em função de um conjunto de valores, os seus»³²⁸. A postura de Batalha Reis para com o objecto noticioso evidencia traços consonantes com a posição queirosiana. Senão vejamos: ao esclarecer o público luso-brasileiro que lê os seus artigos sobre a Inglaterra, Jaime Batalha Reis foca os meandros complexos dos títulos nobiliárquicos e sociais que classificam os ingleses e que estes exibem ostensivamente. No entanto, o cônsul, o viajante residente no solo do Outro, está em posição privilegiada para se aperceber, e para explicar, as sinuosidades dos tratamentos em inglês. Por conseguinte, longe de nos apresentar uma qualquer listagem social hierarquizada, cria toda uma cena viva, quase hilariante, polvilhada de um tom irónico que ridiculariza a complicada distinção social britânica, que nos causa pasmo, a nós continentais, e que serve para ressaltar a diferença que o povo Outro mantém com o Eu. Imiscuindo-se na cena que relata ao leitor, Batalha Reis assevera que:

³²⁵ John Hellmann, *Op. cit.*, p. 16

³²⁶ Idem, *ibidem*, p. 25

³²⁷ Cf. Maria José Marinho, *Op. cit.*, p. 45, onde se esclarece que Jaime Batalha Reis, nas suas «Revistas», revela a fisionomia do povo inglês de uma maneira «colorida por certa dose de ironia», o que revela o propósito de captar a atenção dos leitores.

³²⁸ *Op. cit.*, p. 43.

Nunca se sabe como dirigir a palavra a um inglês antes de se saber *o que ele é*. Numa sala, em Inglaterra, a dificuldade de conversar é grande mas o efeito da conversação, é, ao menos, enquanto a tratamentos, muito mais variado que no continente: falando ao indivíduo A eu digo *mylord*, para logo, retorquindo ao sujeito, B, dizer *sir*, sem me esquecer de pronunciar, na menção do cavaleiro C, a simples palavra *mister*. Estou conversando com duas senhoras e respondendo e falando alternadamente com ambas: mas a da direita designo-a por *lady P.* e a da esquerda por *misses B.*, dirigindo-me a uma por *mylady* e à outra por *madam*. Sem pensar na maior complexidade a que a presença de *his grace*, um duque, ou *her grace*, uma duquesa trariam à situação.

Tudo isto está regulado por actos de parlamento [...] e ai de mim se me esqueço, e ai de mim se altero, e ai de mim se ignoro estas importantes distinções (*RI*, pp. 73-74. Itálico do autor).

O relato prossegue com mais descrições caricaturais relativas ao problema de se saber aplicar aos ingleses as formas de tratamento correctas apenas para concluir que: «Para se conhecer pessoalmente um *baronet* ou um *knight* [...] passa-se de boa vontade [...] por toda a sorte de humilhação» (*ibidem*). À semelhança de Eça, Batalha Reis procede aqui a algum exagero. Contudo, alude a uma problemática social que não deixa de ser verídica. Constatamos a sua ironia refinada quando menciona a “variedade” de tratamentos sociais aplicados aos súbditos de Victoria, quando o que quer referir é, exactamente, que há dificuldades em manter conversas por não se saber quem é quem. E depois quase nos rimos com a paródia sensacionalista que retrata ao descrever um acontecimento social, tão banal como, por exemplo, uma festa, onde toda a atenção é pouca para responder cortesmente aos mais díspares interlocutores.

Todavia, o cônsul não utiliza a ironia apenas para “farpear” os ingleses. Também a usa para se referir aos portugueses, ou seja, através do Outro chega-se a conclusões sobre o Eu. Quando aborda os debates sobre a dívida inglesa acha que esse é um «assunto em demasia sério para os felizes e descuidados lusitanos» (*ibidem*, p. 84). Aliás, mais do que irónico, o tom raia o mordaz, o que, decerto, tem como finalidade alertar o leitor e chamá-lo a ver problemas preocupantes. Portanto, seja através da perspectiva da literatura de viagens, seja mediante o jornalismo literário, o que é importante reter é que se olha para o Outro estrangeiro a fim de se interpretar o próprio Eu. Logo, Batalha Reis é, sempre, o intermediário entre o mundo familiar e o universo estranho.

Entre os diversos temas denominados “sérios” de que Batalha Reis se ocupa encontra-se a discussão relativa à pena de morte. O autor não se coíbe, inclusivamente, de narrar ao leitor passagens horripilantes que descrevem, com tenebrosa minúcia, uma

execução, pelo que se revela importante que nos atenhamos um pouco ao porquê de atribuímos importância aos parágrafos onde se lê penosamente o enforcamento de George Martin Archer, tal como os escreveu Batalha Reis.

Na verdade, o jornalismo literário radica, entre outras fontes, nas narrativas de crime e nas biografias de embusteiros em voga no século XVIII, das quais se destacam, por exemplo, *The True and Genuine Account of the Life and Actions of the Late Jonathan Wild* (1725) de Defoe³²⁹, o que nos permite ver como a inclusão da descrição da execução de George Archer na *Revista Inglesa* faz inscrever Batalha Reis numa linhagem de jornalistas literários que remonta ao célebre criador de *Robinson Crusoe*, ele próprio também jornalista. À semelhança deste, o cônsul português também não se abstém de apresentar ao leitor as suas próprias opiniões, o que, não se tratando de jornalismo literário, seria inaceitável no jornalismo tradicional³³⁰. Se, no caso do escritor setecentista, o relato da morte de Jonathan Wild serve para criticar veementemente a vilania do mesmo através de frases tão expressivas e condenatórias como: «Thus was a life of horrid and inimitable wickedness finished at the gallows»³³¹, no caso de Batalha Reis a execução de George Archer tem a finalidade de revelar a tirania do sistema judicial britânico «tão susceptível a respeito de factos [...] como a protecção dos animais [...] e a libertação dos escravos» (*ibidem*, p. 140) e tão pouco escrupuloso em apurar a inocência dos réus. A posição de Batalha Reis e a sua simpatia para com o condenado são bastante notórias. Não lhe basta afirmar que aquele poderia não ser culpado pelo assassinio que lhe tinha sido imputado. Para levar o leitor a ajuizar melhor a situação, refere que, nas provas apresentadas contra Archer, «havia, pelo menos, matéria para dúvidas» (*ibidem*). Também apresenta todos os protestos de inocência do acusado e, por fim, procede a uma descrição arrepiante do próprio enforcamento que, pelo seu horror, não é passível de deixar o público indiferente:

O carrasco apoderou-se porém, dele, passou-lhe um nó de corda ao pescoço, fez cair o alçapão do estrado, deixando agitar-se em convulsões, no ar, o corpo do enforcado. Viu-se porém logo que o nó, mal colocado, só muito lentamente ia estrangulando o infeliz, que aos saltos, estorcendo-se, abanando o ar com os braços distendidos, soltava gritos medonhos.

³²⁹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, pp. 13 e 118.

³³⁰ W. Ross Winterowd explicita que o jornalismo literário goza da liberdade de poder adoptar pontos de vista, o que não é legítimo no jornalismo dito mais ortodoxo ou, nas suas palavras, «“straight” journalism», *Op. cit.*, p. 19.

³³¹ *Apud*, Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, p. 28.

E por 20 minutos as autoridades [...] assistiram, e numerosos espectadores assistiram, imóveis a este pavoroso espectáculo.

Quando, passados 20 minutos [...] o corpo já imóvel foi retirado da forca, os médicos que o examinaram, declararam que a vida se não havia ainda completamente extinguido (*ibidem*, pp. 140-141).

Este relato, extremamente visual, acaba abruptamente sem qualquer outro comentário, dando, por conseguinte, espaço suficiente para que o leitor construa a sua própria opinião, fortalecida anteriormente com verbos no gerúndio que dão a percepção do prolongar da agonia de Archer, descrito com o sugestivo adjectivo substantivado «infeliz», ou com a inclusão do adjectivo «pavoroso» com que Batalha Reis qualifica o irónico «espectáculo» do enforcamento de um presumível inocente.

Contudo, o endividamento de Batalha Reis para com as narrativas de crime e para com o sensacionalismo, pilares do jornalismo literário, não se queda na narração dos acontecimentos que envolveram George Archer. Ao focar o assunto do crime na Inglaterra, o autor não cede à tentação de, apresentando o caso de Richard Glaisler, que se suicidara após assassinar a mulher, inserir na sua «Revista» de 10 de Fevereiro de 1888 uma passagem particularmente viva e sensacionalista. Ao descrever o modo como a polícia tomou conhecimento da ocorrência, escreve: «Sobre a cama Janie, morta, estava literalmente retalhada. Ao lado, Glaisler tinha a cabeça quase inteiramente separada do tronco por um golpe de navalha. Entre os dois mortos, a criança mais velha, loura e risonha, brincava alegríssima, com o cadáver da mãe» (*ibidem*, p. 59).

Na verdade, o que acabamos de ler não só exhibe contornos sensacionalistas horríficos, como se revela assaz desconcertante. Dificilmente a nossa lógica consegue conciliar imagens tão diametralmente opostas quanto a morte violenta e o riso alegre de crianças que brincam. Mais do que o assassinato, perturba-nos ver uma criança de aspecto angelical remexer nos despojos mortos da mãe. Ora, o *Unheimlich*, termo que se traduz por estranheza inquietante ou sinistra, é também um dos elementos que compõem o jornalismo literário e será particularmente relevante e indispensável para melhor percebermos as imagens sinistras que os autores em apreço constroem do submundo londrino, as quais analisaremos na segunda parte deste estudo. Perante a citação acima transcrita, o leitor é arrancado da indiferença, o que cumpre uma das missões primordiais do jornalismo literário que é não deixar o leitor indiferente ao facto narrado. Ao *Unheimlich*, que não deixa de ser uma outra faceta do sensacionalismo, cabe, então, o papel de reiterar a noção do Outro marginalizado a fim de estimular respostas de

terror ou horror por parte de quem lê³³², sendo que, na realidade, o mais importante é, com efeito, provocar a resposta do leitor, algo que Batalha Reis consegue habilmente através do episódio Glaisler.

Ramalho Ortigão é, à semelhança de Eça e Batalha, pródigo em dar-nos as suas interpretações pessoais da realidade britânica misturadas com uma dose abundante de sensacionalismo. Como em qualquer jornalista literário, o seu discurso pauta-se pela mediação que cria entre as instâncias disjuntas do mundo real e quotidiano e do reino da palavra, isto é, como salvagarda Ana Luísa Vilela Onofre, Ramalho, inscreve-se num registo que aponta para trocas e interferências entre o real e o ficcional³³³, o que permite o recurso ao sensacionalismo e à personalização noticiosa.

É num tom particularmente jocoso, capaz de arrancar um sorriso dos lábios do leitor, que, referindo-se ao amor do inglês pelos cavalos, ridiculariza aqueles que são incapazes de corresponderem à nobreza do animal. Tal como Eça fizera a propósito do gorila Pongo, Ramalho também atribui características humanas à raça equina. Assim, afirma: «O cavalo, que é um inteligente e nobre animal, detesta os fracos assim como detesta o ridículo. Vejam como êle olha nos circos para os palhaços! Reparem como êle entristece quando o monta um medroso, que lhe afasta da barriga o mais que pode os calcanhares, e que se lhe agarra à clina!» (*JB*, p. 99). Se, no caso de Eça, Pongo servia para admoestar uma certa leviandade feminina, Ramalho usa o cavalo para criticar os fracos e medrosos tendo em mente o medo das amazonas portuguesas que, ao contrário das inglesas, não sabem montar. Portanto, mais uma vez, através da imagem do Outro se pode perceber o Eu. Aliás, nesta circunstância, esse Outro é superiorizado face ao Eu. Ademais, é possível imaginar, através desta descrição, o olhar complacente de algum equídeo para com os homens, e é essa cena ridícula que nos capta o riso. Além disso, Ramalho leva-nos a concentrar, ainda mais, nessa caricatura ao pedir a nossa atenção através dos verbos conjugados no imperativo, «vejam» e «reparem», o que demonstra como queria estabelecer uma maior proximidade com o leitor e, também, como desejava integrá-lo no seu discurso.

Ramalho, além disto, procura o ridículo que consegue divertir o leitor quando menciona a plêiade de seitas religiosas que abundam pela Inglaterra. Desta vez, procede à elaboração de um inteligente, e bem conseguido, jogo de palavras com os vocábulos

³³² Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 100.

³³³ In Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Op. cit.*, p. 353.

«sílaba», «vírgula» e «acento», com o qual monta uma paródia em torno da proliferação de facções religiosas. Revela o autor que:

Por causa duma sílaba, duma vírgula, dum acento, levanta-se todo um tremendo debate de consistório ou de concílio e rebentam cinco ou seis novas seitas: os acentistas e os anti-acentistas, os virgulófilos e os virgulófobos, os silabistas e os assílabos (*ibidem*, p. 247).

Em suma, Ramalho recorre, com frequência, ao humor que lhe é tão característico com o qual exagera algumas situações e através do qual prende o leitor ao seu relato do quotidiano inglês.

Contudo, o autor também é capaz de revelar, nas páginas de *John Bull*, um sensacionalismo de índole mais soturna que, em vez de trazer à mente imagens cómicas, leva a reflectir sobre assuntos que, dada a sua crueza, preferíamos ignorar. Com uma ironia pungente, Ramalho Ortigão aborda o tema da miséria vivida pelas classes mais pobres de Londres, produzindo passagens como a que enunciamos de seguida:

A porcaria é a flanela providencial das classes baixas londrinas: assim o decidiram por meio de uma jocunda teoria sobre os efeitos benéficos da sujidade nos poros da pele, os doutos areópagos de muitas sociedades sábias. Dêste modo fica singularmente simplificado o problema do vestuário para essa ordem de indivíduos (*ibidem*, p. 240).

Do que fica exposto, constatamos que a problemática da pobreza extrema afligia o autor que não relata com neutralidade a mera evidência de que há, efectivamente, miséria em Londres. Bem ao invés, Ramalho investe ferreamente contra uma sociedade que nada faz para remediar o sofrimento daqueles que nem sequer agasalhos têm e, pelo cariz enfático da linguagem, tenta levar o leitor a partilhar do seu ponto de vista. Aliás, o jornalismo literário procura levar o leitor abaixo da superfície factual e dentro da psique do autor³³⁴. Através da passagem acima transcrita, deparamo-nos com um homem revoltado e angustiado. Quem escreve daquele modo revela-se e aos seus sentimentos, transmite ao público a sua ira e lança o seu sarcasmo sobre as «sociedades sábias». Assim, naquelas linhas não encontramos apenas o jornalista que observa a sociedade inglesa, mas sim o homem, Ramalho Ortigão.

³³⁴ Cf. Kevin Kerrane, in Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, p. 20. O autor também nos diz que o olhar do jornalista literário é uma lente omnipresente «no more and no less intrusive than the mind behind it», in *ibidem*.

Sensacionalista é também Oliveira Martins. Ainda que, como observámos a respeito do seu estilo, não evidencie o humor característico de Eça ou Ramalho. Contudo, Martins também se socorre da hipérbole e da ironia com as quais veicula as suas impressões e percepções da Inglaterra vitoriana³³⁵. Quando narra a visita ao Palácio de Cristal, em Sydenham, não contém o exagero ao descrever aquele portento arquitectónico. Referindo-se à sua cúpula megalómana e ao próprio edifício em si, afirma:

E no centro desse palácio, cujo perímetro mede duas milhas, cujo recinto poderia conter uma vila, cuja altura resguardaria as torres mais altas, ergue-se a cúpula gigantesca, dupla da de S. Paulo que é a segunda do mundo; e sob a cúpula, ao centro, o órgão monstro, e o anfiteatro onde quatro mil músicos da *orquestra de Haendel*, entoam a pulmões largos o *God save the Queen*, no meio do sussurro quase cósmico que o palácio de todos os lados expele de si, pelas centenas de milhares de mãos, de pés, de bocas, da população enxameante (*IH*, pp. 67-68. Itálico do autor).

Depois da descrição hiperbólica do monumento ao progresso britânico conclui:

Não me será dado provávelmente ver espectáculo mais colossal como expressão democrática, nem até creio que exista. Sai-se estonteado. E ao sair-se, a natureza parece mais bela. Dir-se-ia que emergimos de um pesadelo (*ibidem*, p. 68).

Tudo no retrato que Oliveira Martins nos dá do Palácio de Cristal evoca monstrosidade e aberração colossal. Com efeito, não somos presenteados com as imagens habituais de grandiosidade associadas a esse marco da cultura e da civilização vitorianas. Contrariamente, vemo-nos confrontados com uma visão pessoal que distorce imagens convencionais, que é, ademais, sensacionalista. Oliveira Martins conclui a sua referência ao dito palácio com uma grande carga de negatividade, a qual é, no final de contas, a sua própria interpretação do mesmo. No entanto, nos finais da centúria de Oitocentos, estas imagens opressivas tornam-se repetidas e reiteradas pela imprensa inglesa. Trata-se de tornar o Outro ainda mais estranho, como dávamos conta a respeito da literatura de viagens, e é por isso que «*fin-de-siècle Gothic uses a language of*

³³⁵ Eduardo Lourenço, a propósito, salienta que: «Oliveira Martins, ao contrário de Eça e também de Antero, ao que se diz, não parece ter sido particularmente engraçado», o que remete para o carácter mais sisudo do autor. Cf. Eduardo Lourenço, «Oliveira Martins ou a Sombra na História», in Guilherme d'Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. 12.

othering in order to emphasise difference»³³⁶. Martins deixa-se contagiar por estas imagens de monstruosidade e apropria-se, assim, de registos do Outro.

É também através da negatividade e de imagens exageradas que o autor acentua a falta de gosto artístico dos ingleses e, mormente, a aberração da sua pintura. Referindo-se a Turner, Oliveira Martins apresenta-nos um dos exemplos mais vincadamente sensacionalistas de *A Inglaterra de Hoje*. Segundo o viajante luso o que Turner pinta:

São visões, são deslumbramentos, como a *Destruição de Sodoma*, delírios da imaginação desvairada, céus fantásticamente inverosímeis, mares revolvidos em ciclones, auroras, temporais, vertigens, iluminações súbitas, contrastes medonhos: uma enorme sinfonia do cáos traçada com o pincel que, para a orgia cósmica, fez o que o pincel de Rúbens fez para a orgia da carne. E das telas, que me pareciam delírios de um louco, saía com insistência uma preocupação constante: o mar. Ambos estes traços são ingleses: o desequilíbrio da imaginação desenfreada, e a paixão marítima (*ibidem*, p. 100).

Exacerbadamente, Oliveira Martins descreve-nos a «impressão profunda» (*ibidem*) que lhe causam os quadros de Turner. Através de um vocabulário que indicia loucura e estados oníricos assombrosos, no qual pontificam adjectivações pouco ortodoxas como «céus fantásticamente inverosímeis» ou «iluminações súbitas», o jornalista literário procura criar no leitor a mesma «impressão profunda» que sentira face à pintura em questão. A própria alusão à *Destruição de Sodoma* traz à mente de quem lê uma das passagens mais violentamente fantásticas do Velho Testamento³³⁷, nas quais se revela um Deus incontente e implacável. Em suma, o que o autor pretendeu foi captar o leitor para o seu ponto de vista deixando-o atónito, surpreendendo-o com uma estratégia descritiva capaz de dar vida aos quadros do artista. E, ao mencionarmos o ponto de vista do autor, apercebemo-nos de que o que quer, efectivamente, realçar é que os ingleses são um povo dotado de uma imaginação demente, como é comprovado pelo repetir do vocábulo «delírios» ou do inserir de expressões como «imaginação desvairada» ou, ainda, «imaginação desenfreada».

Eça de Queirós, Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins deixam-se, então, contagiar por discursos sensacionalistas que, na verdade, caracterizam e

³³⁶ Andrew Smith, *Victorian Demons. Medicine, Masculinity and the Gothic at the Fin-de-Siècle*, Manchester University Press, Manchester and New York, 2004, p. 8.

³³⁷ Recordemos o que as Sagradas Escrituras nos revelam sobre a sorte catastrófica de Sodoma e Gomorra: «Então o Senhor fez chover enxofre e fogo do Senhor, desde os céus, sobre Sodoma e Gomorra./E derribou aquelas cidades, e toda aquela campina, e todos os moradores daquelas cidades, e o que nascia da terra», Génesis, 19: 24-25.

distinguem os textos do jornalismo literário. Contudo, não podemos olvidar que este comunga de fronteiras com o Realismo-Naturalismo oitocentista que, como refere Carlos Reis, «acabou, não raro, por deslocar a sua atenção [...] para o que aparece como excepcional, flagrantemente patológico, mesmo, em certos casos, chocante»³³⁸, por outras palavras, sensacionalista, diríamos nós.

Se bem que nos tenhamos detido a analisar, com alguma minúcia, a pertinência do sensacionalismo enquanto marca distintiva do jornalismo literário, ele não é, na verdade, o único requisito deste último. Para que possamos considerar um texto como exemplo da prática jornalística literária e, por conseguinte, podermos afirmar que qualquer dos textos de que nos ocupamos se insere nessa categoria, temos de analisar outras características inerentes a este género de escrita.

Uma dessas características prende-se com o que W. Ross Winterowd apelida de «documentary credibility», isto é, segundo o mesmo, «the grounding in verifiable fact»³³⁹. Já referimos que o jornalismo literário assenta na primazia da veracidade e, se bem que não pretenda incorrer na verdade única e absoluta, procura comprovar aquilo que diz, isto é, não se furta a credibilizar, junto do leitor, os factos que relata. Por isso, não é de estranhar que, a fim de buscar uma espécie de suplemento que dê aval à verdade do que conta, o jornalista literário se socorra de instrumentos tais como registos e documentos do foro público e oficial, correspondência particular, diários escritos por alguém directamente relacionado com os factos a tratar, entrevistas publicadas e, até, textos históricos que permitam aos factos «falar por si próprios»³⁴⁰. Luiz Beltrão, por seu turno, também não relega para um plano secundário a importância que deve ter, para o jornalista opinativo, a informação obtida através da cópia de documentos públicos e privados, actas e estatísticas, sem esquecer que números percentuais e gráficos lhe permitem extrair «conclusões gerais, e, conseqüentemente, a expressão opinativa»³⁴¹.

As estatísticas, habitualmente conotadas com a formalidade oficial, são tendentes à veiculação de mensagens de demarcada objectividade e frontalidade e, por isso, revelam-se como armas de arremesso do verídico às quais os autores em estudo recorrem. Ramalho, por exemplo, declara nitidamente o seu contentamento «em trasladar das estatísticas alguns números relativos à riqueza e à moral do povo de

³³⁸ «O Realismo e o Naturalismo: Ideologia, Temática, Estratégias», in Carlos Reis (dir.), *Op. cit.* (2001), p. 22.

³³⁹ *Op. cit.*, p. 60.

³⁴⁰ Cf. idem, *ibidem*.

³⁴¹ *Op. cit.* (1980b), pp. 91-92.

Londres» (*JB*, p. 126). E, sem delongas desnecessárias, procede à listagem estatística que revela que:

Durante o decurso dum ano perderam-se nas ruas da cidade 12.000 crianças.

Nas mesmas ruas e no mesmo ano desapareceram [...] 130 pessoas adultas.

[...] Em Inglaterra morrem por ano, em resultado da intemperança, 120 mil pessoas.

Conquanto [...] a embriaguez seja permitida nas ruas de Londres, não capturando a polícia senão os ébrios de carácter feroz, 10.487 pessoas embriagadas nessas condições foram prêsas em 1883 (*ibidem*).

Ainda que a enumeração de itens estatísticos prossiga, basta-nos estes pontos para nos apercebermos da clareza informativa proporcionada pelos números, pela informação matematicamente obtida, da qual Batalha Reis se socorre igualmente devido também à sua formação científica. Assim, discorrendo sobre a Questão da Irlanda, o cônsul Batalha insere no seu discurso «uma estatística curiosa»:

- A lei da Irlanda levou 79 dias a discutir.

- [...] A oposição apresentou 326 emendas. Destas não menos de 185 foram imediatamente reconhecidas absurdas [...]; 141, porém, foram discutidas com toda a seriedade, durante 110 horas.

- 459 discursos foram feitos a favor da lei e 913 contra ela. Os primeiros duraram 57 horas e um quarto; os segundos 152 horas e três quartos (*RI*, p. 145).

Como se depreende, Batalha Reis alicerça a sua meticulosidade em dados concretos que demonstram a sua preocupação científica, o mesmo fazendo quando refere que o trigo representa «68%» das importações alimentícias da Grã-Bretanha (*ibidem*, p. 130). Porém, a certificação do pendor verídico das afirmações deste jornalista literário não se restringe à exposição cabal de números estatísticos.

Assaz cuidadoso na sua pesquisa, Batalha Reis corrobora frequentemente certas informações que transmite aludindo com exactidão às fontes de onde as mesmas são provenientes. Lembrando-nos de que Winterowd declarava que o jornalista literário recorre a documentos e registos oficiais, é interessante notar que Batalha Reis também o faz. Relatando o caso, quase anedótico e implausível, de uma criança que pensava que a mãe de Cristo fora a rainha Victoria, o cônsul valida esta revelação surpreendente dizendo, em conveniente nota de pé-de-página, que a retirou do «*Second Report of the Royal Commision appointed to enquire into the working of the Elementary Education Acts. London, 1886-1887*» (*ibidem*, p. 80). Ao leitor mais céptico resta, apenas, confirmar a notícia na fonte indicada. Outra fonte pertinente utilizada por Batalha Reis

tem a ver com os diários a que Winterowd também aludia. Deste modo, a fim de melhor descrever alguns acontecimentos que dominam a vida inglesa, usa, em abundantes notas, as memórias de Charles Greville, o escrivão do conselho privado de William IV e de parte do reinado vitoriano. São elas «*The Greville memoirs. A journal of the reign of Queen Victoria. 2d and 3d parts. 1837-1860, 5 volumes, 1885-1887*» (*ibidem*, p. 86). Em informações posteriores, Batalha Reis irá ao pormenor de indicar o número de página onde as mesmas constam.

Similarmente, Eça também retira informações sólidas de documentos oficiais. É assim que nos dá a conhecer o orçamento governamental inglês para o ano de 1877, tal como revelado pelo Ministro das Finanças. A saber: «A despesa é calculada em £ 78 794 044. A receita é calculada em £ 79 020 000. O Tesouro tem pois um saldo a favor de £ 226 000!» (*CICL*, p. 198). Certamente que este grau de precisão não teria sido obtido sem a consulta do referido orçamento. E ainda que não seja tão adepto de factos numéricos como o são Ramalho e Batalha Reis, Eça lá vai dando conta das estatísticas relativas à inauguração do Canal do Suez e às despesas exorbitantes daí procedentes: «Dois milhões para a iluminação do Cairo. Quatro milhões para o banquete de Ismailia. Despesas com os dois mil convidados durante quinze dias no Cairo e no canal – setenta milhões!... Para o champanhe bebido nessas semanas de bambocha – dois milhões!» (*TI*, pp. 195-196). Estas últimas informações são tanto mais verídicas quanto foram testemunhadas, em 1869, pelo próprio Eça, honrosamente convidado pelo Quediva para tão grandioso acontecimento³⁴².

Porém, o autor que mais frequentemente se socorre do elemento estatístico é Oliveira Martins, até porque foi ele quem «de forma clara e inteligível pôs em prática o método estatístico em Sociologia e História»³⁴³. Na realidade, escassos são os elementos concernentes à Velha Albion que não são apresentados sob uma qualquer forma estatística que vai desde a simplicidade da enumeração percentual à maior complexidade das tabelas. É desse modo que Oliveira Martins se refere à produção mineira, ao volume de transacções da Bolsa londrina, às prisões por embriaguês (estatísticas abordadas por duas vezes, respectivamente nas páginas 41 e 220 de A

³⁴² De acordo com Carlos Reis, o périplo queiroso por terras faraónicas revestir-se-ia de grande importância para o autor uma vez que a observação aturada do que o rodeava, por aquelas paragens exóticas, lhe deu experiência como jornalista e como repórter, levando-o a reflectir sobre costumes e fenómenos sociais. Cf. Carlos Reis, *O Essencial Sobre Eça de Queirós*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 2000, pp. 84-85. Portanto, a deslocação ao Egipto também terá concedido ao autor experiência como viajante atento de outras realidades.

³⁴³ Pedro Calafate, *Op. cit.*, p. 16.

Inglaterra de Hoje), ao crescimento populacional, à densidade populacional das cidades mais importantes, às seitas religiosas, à tonelagem da marinha mercante inglesa, à emigração britânica, às importações e exportações, às associações sindicais, aos salários auferidos pelos mais díspares profissionais, às greves, ao preço de bens alimentares, aos criminosos e aos pobres, enfim, a tudo um pouco.

Do universo estatístico proposto por Oliveira Martins, escolhemos somente um exemplo de cada uma das vertentes a que acima nos referimos. A ilustrar uma listagem de percentagens leia-se o que respeita à área arável da Inglaterra:

Em todo o Reino-Unido, Inglaterra-Gales, Escócia e Irlanda, a área cultivada é hoje de 48 milhões de acres, e há vinte anos era de 45 milhões. Os pastos, naturais e artificiais, entravam por 27 milhões, ou 60%, e as culturas cerealíferas por 11 milhões, ou cerca de 25%. Hoje os pastos são 33 milhões, ou 70%, e os cereais 9 milhões, ou menos de 20 (*IH*, p. 14).

Não deixando a sua fonte encoberta, Oliveira Martins diz que não teria sabido esta informação se não fosse pelos «cálculos formulados pelo gerente do *earl* de Carlisle, Mr. R. E. Turnbull, em um *paper* que tive ocasião de ver em Londres» (*ibidem*). Ou seja, os elementos expostos à curiosidade do leitor são fidedignos e livres de perjúrio. A verdade está autenticada.

A fim de demonstrar que é em Londres que o saldo entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade é mais elevado, Oliveira Martins retira do *Metropolitan Year Book* informações relativas a várias grandes metrópoles mundiais que compila do seguinte modo:

Proporção por milhar:

	Nascimentos	Óbitos	Saldo
S. Petersburgo	37,8	51,4	-14,6
Madrid	37,5	37,4	+0,1
Roma	27,2	26,8	0,4
Paris	30,5	28,6	1,9
Nova York	34,6	26,2	8,4
Berlim	37,5	27,6	9,9
Viena	39,2	29	10,2
Londres	35,2	21,5	13,7

(*ibidem*, p. 41).

Se a preocupação manifestada por Batalha Reis pela inclusão de dados objectivos se devia, em parte, à sua formação científica, o apreço de Oliveira Martins por estatísticas tem também que ver com o facto de ser um outro tipo de cientista, um historiador para quem «a história exige sobretudo observação directa das fontes primordiais [...], descrição fiel dos acontecimentos, e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo»³⁴⁴. Aliás, como recorda Álvaro Manuel Machado, Oliveira Martins também concebe «a História como um todo em que se fundem as diferentes ciências humanas: antropologia, mitos religiosos, linguística, economia, etc. O conceber a História, afinal, a um nível superior de comparativismo»³⁴⁵, o qual só é possível graças aos dados rigorosos permitidos pelos meios estatísticos. Ademais, a pertinência do elemento estatístico em Oliveira Martins é bastante notória ao nível do jornalismo martiniano. Com efeito, ainda que não entre pelos caminhos da análise do jornalismo literário, Elza Miné constata que há diferenças entre os estilos jornalísticos de Eça e de Oliveira Martins. Assim, a estudiosa considera o primeiro um jornalista mais virado para o campo da ficção, enquanto que interpreta o segundo como um jornalista dos planos histórico e sócio-económico³⁴⁶, o que, só por si, ajuda a perceber a relevância que este último atribui ao facto estatístico.

Assim, sendo a solidez da informação uma chave para a acreditação noticiosa e uma das peças fundamentais do jornalismo literário, estes quatro autores tentam, por vários meios, dar um grau de credibilidade consistente a diversas informações que pretendem transmitir e que, posteriormente, justificarão muitos dos seus pontos de vista. Além disto, o recurso a fontes objectivas, concretas e fidedignas é outra das inúmeras prerrogativas do jornalismo literário que estes escritores não deixam passar em branco. Este cuidado com a objectividade é, afinal, para o jornalista literário a mesma preocupação evidenciada pelo escritor-viajante na sua tentativa de credibilizar o relato de viagem. Portanto, também neste aspecto, jornalismo literário e literatura de viagens partilham as mesmas fronteiras, tornando-se, cada vez mais, interpenetráveis.

Prosseguindo na tentativa de definir o jornalismo literário, e centrando-se num dos objectivos primordiais do mesmo, que é o de cativar o leitor, Tom Wolfe ressalva a importância do diálogo, ou da transcrição de falas de terceiros, como meio de alertar aquele para o facto noticiado, o que será outra das características fundamentais do

³⁴⁴ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1991 (1ª ed. 1879), p. 7.

³⁴⁵ Álvaro Manuel Machado, *Op. cit.* (1981), p. 63.

³⁴⁶ Cf. *Op. cit.* (2000), p. 114.

jornalismo literário. Wolfe refere, a propósito, que: «Dialogue tends to be naturally attractive, or involving, to the reader» e, enfatizando a relevância do diálogo, acrescenta também que este «involves the reader more completely than any other single device»³⁴⁷. Além disso, expor algo que foi realmente dito empresta maior credibilidade àquilo sobre o qual se está a escrever, ou seja, o registo de discurso falado opera como outra forma de validação noticiosa³⁴⁸. E, por fim, a inserção de diálogos é outra das técnicas de que o jornalista literário se socorre no intuito de conseguir dar aos seus textos «the vivid and colorful writing usually found only in fiction»³⁴⁹.

Mais de uma vez somos confrontados com transcrições de diálogos em *A Inglaterra de Hoje*. Oliveira Martins gosta particularmente de revelar ao leitor pedaços de conversas que teve com gente que encontra ao acaso na rua. Por exemplo, relata que certo dia:

Voltando de Gravesend, no vapor, tive uma longa conversa com um velho carpinteiro de machado que recolhia *up to London*. Parecia um santo homem.

- Custa menos viver a dois do que sòzinho – dizia-me o pobre que por isso se casara, como todos.

- Tenho de meu uma mulher, não partilho com ninguém! Mas esta consolação dura pouco (*ibidem*, p. 179).

Embora a citação acima transcrita seja ilustrativa do diálogo entre o autor e uma pessoa que encontrou casualmente, em *A Inglaterra Hoje*, não a utilizámos sem termos em vista outra intenção. Na verdade, quando Oliveira Martins transcreve a conversa que manteve com o velho carpinteiro não se esquece de mostrar ao leitor a maneira como o mesmo falava, isto é, numa pequena nota de rodapé, apresenta, num Inglês marcadamente oralizante, a retroversão de «Tenho de meu uma mulher, não partilho com ninguém!» e que se lê: «*I ha'e a wife ó my ain, I'll partake wi'naebody*» (*ibidem*). E o facto de o autor dar a conhecer ao leitor o modo como o seu interlocutor falava é por demais relevante para considerarmos o texto em questão como exemplo de jornalismo literário. Com efeito, John Hartsock alerta-nos para o caso de os jornalistas literários nos apresentarem frequentemente excertos em linguagem coloquial³⁵⁰,

³⁴⁷ Tom Wolfe, *Op. cit.*, pp. 18 e 31 respectivamente.

³⁴⁸ Cf. W. Ross Winterowd, *Op. cit.*, p. 59.

³⁴⁹ John Hollowell, *Op. cit.*, p. 26.

³⁵⁰ Este estudioso aborda a linguagem coloquial citando o exemplo de Abraham Cahan, jornalista do *Commercial Advertiser* desde 1898 e do seu texto relativo à emigração para os Estados Unidos na última

estratagemas este que, aliás, também era utilizado no romance realista e que, mais uma vez, indicia a proximidade entre Realismo e jornalismo literário. Com efeito:

In its use of language the realist novel aimed to eradicate signs that it occupied some special realm. Realists jettisoned rhetoric - a stylized language of elevated expression designed to demonstrate that the writer had mastered the tradition of polite letters - for everyday speech. Believing that rhetoric distorted the impact of literature by announcing that its material was lofty, distant, and privileged, they chose a linguistic style that more closely resembled "normal" or "average" usage³⁵¹.

Assim, se o escritor realista não queria apresentar conteúdos que parecessem «lofty, distant, and privileged» aos leitores, também o jornalista literário desejava mostrar a realidade tal como ela era, pelo que a linguagem deveria reflectir esse mesmo real.

Ainda que não tão prólixo em transcrever para o leitor diálogos, ou partes de diálogos, como Oliveira Martins, Eça também deixa a sua pena recordar momentos de conversas que teve. Assim, reportando-se a uma mesa-redonda a que assistiu quando esteve em Alexandria, no ano da abertura do Canal do Suez, o escritor apresenta-nos o grego que presidia àquela e deixa-o falar com voz própria sobre os árabes:

- *L'arabe, monsieur*, dizia-me este equívoco personagem, num francês do Pireu, *ce n'est qu'un infecte canaille!* (TI, p. 195).

Através desta breve passagem somos confrontados tanto com o facto de Eça recorrer à apresentação de excertos de diálogos nas suas «Cartas», como com linguagem coloquial. Apesar de não nos revelar o modo exacto como esse grego «equívoco» falava – tal como Oliveira Martins fazia - Eça faz questão de ressaltar que não se exprimia em Francês-padrão, mas sim na forma linguística do Pireu, forma essa que deprecia através da contração da preposição “em” com o artigo indefinido “o”, o que nos dá a sensação de o referido grego se expressar “num certo” tipo de Francês pouco elegante. No

década do século XIX «Can't Get Their Minds Ashore». Hartsock refere mesmo que uma das maiores forças de Cahan estava em captar o diálogo coloquial, como, por exemplo, quando relata uma cena ocorrida no *ghetto* judío do *Lower East Side* em Nova York, na qual um grupo de raparigas pede a um bruxo para pedir ao seu rato de estimação que lhes revele o futuro. Como as previsões do ratinho não foram ao encontro das expectativas das raparigas, aquele viu-se na contingência de afirmar: «Mousie never mayx up nayting», ou seja, Cahan mais não fez que transcrever a linguagem característica da oralidade do *Lower East Side* nova-iorquino. Cf. *Op. cit.*, p. 77.

³⁵¹ Daniel H. Borus, *Writing Realism. Howells, James and Norris in the Mass Market*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, North Carolina and London, 1989, p. 22.

entanto, Eça também se serve de diálogos retirados da imprensa e que traduz para os seus leitores. O exemplo que apresentamos, e que teria pedido emprestado à *Vanity Fair*, tem a dupla vantagem de mostrar, simultaneamente, o uso que o escritor faz tanto do diálogo, como do sensacionalismo que diverte e ridiculariza determinados acontecimentos. Eça de Queirós pretende demonstrar como a imprensa britânica acusa *Lord Derby* de não ter acautelado convenientemente os interesses da nação, após a vitória russa no conflito com a Turquia em 1878, e enxovalha-o sistematicamente. O diálogo ocorre entre o embaixador da Rússia e o visado *Lord Derby* que, supostamente, teria envergonhado a Grã-Bretanha com a sua falta de combatividade:

- Fora daqui! – brada Schouvalloff.

- Não conde, deixe-me estar a seus pés. Não humilhe mais a Inglaterra. Nós fazemos tudo. Retiramos a frota. Destruímos a frota. Quer que destruamos a frota? É só Vossa Excelência dizê-lo! É um momento, com dinamite.

- Fora daqui, pulha!

- Sim, sou um pulha! Obrigado. Que honra que Vossa Excelência se digne notar que eu sou um pulha! Sou-o realmente, já que Vossa Excelência o diz (*CICL*, p. 327).

O diálogo prossegue. Porém, basta-nos este excerto para melhor vermos que aquele não é uma das características do jornalismo literário que seja menosprezada por Eça, que o inclui, em diversas ocasiões, nas «Cartas de Inglaterra» e nas «Crónicas de Londres».

Também podemos retirar excertos de conversas de terceiros da *Revista Inglesa*. Por vezes, Batalha Reis gosta de transcrever alguns extractos de sessões parlamentares permitindo ao leitor ouvir os próprios políticos. É o que acontece quando decide dar a palavra a Gladstone que, na Câmara dos Comuns, após um longo dia de trabalho, se mostra entristecido por os deputados não lhe darem o devido valor:

Gladstone voltou-se exausto, no fim do discurso, para os seus interruptores e disse-lhes simplesmente:

- Não estou zangado pelo que fazeis. Estou triste (*RI*, p. 128).

Repare-se que Jaime Batalha Reis poderia ter simplesmente referido que Gladstone fora apupado e interrompido pelos deputados enquanto proferia um discurso e que, conseqüentemente, se teria sentido magoado com tal atitude. No entanto, ao mostrar, em discurso directo, as frases do Ministro, consegue que seja o leitor a

visualizar o grau da sua tristeza e, simultaneamente, a sua nobreza de carácter ao dizer que não era ira que sentia por aqueles que o tentavam vexar. Outras vezes, Batalha Reis, tal como Eça, não se importa de traduzir diálogos presentes em notícias que lê nos jornais, como, por exemplo, quando menciona o episódio do julgamento de uma falência comercial e que lhe serve para aludir ao carácter nomádico dos ingleses. Dessa feita, refere:

Os jornais publicaram os debates, de que traduzo o seguinte diálogo:

«O devedor – Não me lembro que se passasse um dia em que eu não viajasse em um trem de estrada de ferro.

«Juiz – Com que fim?

«Devedor – Deus sabe! Eu não sei.

«O juiz – Quer dizer que viajou sem nenhum fim, sem nenhum objectivo? Quanto tempo durou essa maneira de viver?

«Devedor – Os últimos 3 ou 4 anos.

«Juiz – Mas porquê?

«Devedor – Não posso realmente dizer porquê. [...] (*ibidem*, pp. 139-140)».

E outras vezes decide presentear o leitor com diálogos onde ele próprio é interveniente, ao invés de abreviar o que queria dizer³⁵². É o que faz quando recorda a noite que passou em Whitechapel. Discorrendo sobre as prostitutas que encontra afirma:

A uma dessas mulheres [...] com quem me achei por momento só, à esquina de uma rua perguntei:

- Queres vir comigo?

- Vou – respondeu ela tomando-me o braço.

- E se eu fosse o assassino de Whitechapel?

A mulher encarou-me, sorriu, encolhendo os ombros e disse-me:

- Achas que é melhor morrer à fome? (*ibidem*, p. 106).

Por fim, a nossa alusão à presença de diálogos nas obras de que nos ocupamos não estaria completa sem fazermos menção a *John Bull*. Embora Ramalho não seja particularmente pródigo na exploração desta técnica, não a exclui. Um dia, enquanto passeava por Piccadily, deparou-se com um pobre miserável que caminhava encolhido e

³⁵² Segundo W. Ross Winterowd, «*recording dialogue* [...] rather than [...] summarizing the gist of the remarks» é uma característica que o jornalismo literário partilha com a ficção, *Op. cit.*, p. 19. Itálico do autor. Batalha Reis faz isso, precisamente.

com as mãos cruzadas sobre o peito a tentar proteger-se do frio. Decidiu segui-lo, mas, perdendo-o de vista, resolve perguntar a outros transeuntes se, por acaso, teriam visto aquele indivíduo ou, generalizando, qualquer outro parecido com ele. As indagações de Ramalho eram simples:

- Passam efectivamente por Piccadilly, passam no Strand, ou passam em Regent-Street homens dêste feitio?

E todos os que por algum tempo habitaram essas ruas me tranqüilizaram nas minhas apreensões doentias, respondendo-me:

- Passam (*JB*, p. 134).

Vemos que, na verdade, a breve afirmação «Passam» causa maior impressão na mente do leitor do que se Ramalho Ortigão se tivesse alongado a relatar que, com efeito, todos aqueles por si interpelados lhe tinham respondido afirmativamente.

Uma vez que os diálogos contribuem para uma maior vivacidade do texto jornalístico-literário e ajudam a cativar o leitor, o mesmo se pode dizer da construção cénica, ela própria outra das técnicas que contribuem para a singularidade do jornalismo literário e que este importa do romance, como lembra John Hollowell: «Probably the most important fictional technique employed by the new journalist is the reconstruction of the story as the action unfolds, in [...] scenes, rather than through a summary of the events»³⁵³. A presença de cenas acarreta, ainda, a vantagem de levar o leitor a buscar a informação dentro da narrativa³⁵⁴.

Pretendendo evidenciar o carácter lacónico das meninas inglesas empregadas de balcão, que é, aliás, segundo Ramalho, um traço distintivo da raça, este autor constrói uma cena que contém também um toque de sensacionalismo e uma linha reveladora de um breve diálogo. Desse modo, consegue explicar melhor ao leitor o que entende por «laconismo característico de todo o mercador inglês» (*ibidem*, p. 97), dando-lhe, simultaneamente, um exemplo e uma imagem visual às quais se agarrar a fim de poder formar a sua opinião. O que Ramalho diz é que:

Quando a alguma delas se pergunta, por exemplo, o preço de um par de luvas:

- Dois seis.

³⁵³ *Op. cit.*, p. 26.

³⁵⁴ Cf. W. Ross Winterowd, *Op. cit.*, p. 19.

Esta indicação obriga-me a reflectir e consultar o meu dicionário de algibeira. Que demónio de quantia podem ser *Dois seis!* Ouso repetir a minha pergunta. Ela então articula mais nitidamente a resposta. É indubitavelmente *Dois seis*. Que devo pois concluir: que o preço é *oito*, que é *doze* ou que é *sessenta e seis*? Para encurtar quanto possível debates, passo à caixa uma libra. Fazem-me o trôco a 2 xelins e 6 pences. *Dois seis* quer dizer 2 xelins e 6 pences. Outras vezes porém o que quer dizer é 2 libras e 6 xelins. Em suma, é conforme! (*ibidem*, pp. 97-98. Itálicos do autor).

Pelo que lemos, damos conta da riqueza com que Ramalho pinta a cena, algo humorística e levemente sensacionalista, em que, provavelmente, se viu envolvido. É um quadro que mostra actividade, característica do romance realista e, simultaneamente, inerente ao jornalismo literário. Verificamos que há perguntas e respostas (umas que se depreendem e outras que nos são directamente reveladas), há uma compra, há uma operação de caixa e o desvendar dos pensamentos que assomaram à mente do autor. Assim, o que constatamos é a elaboração de uma cena com um elevado nível de complexidade denunciadora de um texto jornalístico-literário. Este encadear de diferentes técnicas – advindas do campo da literatura – não é sequer de índole inocente. O que o jornalista literário pretende é, na realidade, excitar o leitor e capturar a sua atenção para o artigo³⁵⁵.

Eça de Queirós é também incansável no que respeita à construção cénica, na qual também mistura diversas técnicas, à semelhança de Ramalho. Dado o oceano de escolhas que poderíamos utilizar para ilustrar as nossas afirmações, destacamos a cena em que Eça dá fé do modo como soube do boato que apontava como certa a compra do Egipto pelos ingleses:

Eu soube a notícia por um amigo meu que à uma hora da noite, se precipitou na minha sala; esguedelhado, com o laço da gravata branca para as costas, soprando como um monstro dos mares, atirou-se para uma poltrona ao pé do fogão, e exclamou com palavras ofegantes:

- Acabou-se! Está terminada a crise! Acabámos agora mesmo de comprar o Egipto!...

Eu levantei a cabeça do meu trabalho, e dominando uma comoção violenta, perguntei com tranquilidade:

- Por quanto?

- Centenas de milhões. Um negócio óptimo.

[...]

³⁵⁵ Tom Wolfe esclarece que, ao observar que era possível escrever não-ficção com técnicas associadas ao romance e à *short story*, também descobriu algo surpreendentemente mais importante e que foi «the discovery that it was possible in non-fiction, in journalism, to use any literary device [...] and to use many different kinds simultaneously, or within a relatively short space... to excite the reader both intellectually and emotionally», *Op. cit.*, p. 15.

Confesso francamente que dormi mal. Comprar o Egipto! O quê! A grande e bela terra dos Faraós [...], o quê! (CICL, pp. 291-292).

Actividade, descrição pormenorizada, diálogo (também algum sensacionalismo) e eis como Eça habilmente monopoliza a atenção do leitor, excitando-a, cativando-a e encaminhando-o a partilhar a sua indignação com tão vil compra.

Oliveira Martins, como nos casos precedentes, também procede à apresentação de cenas retiradas do seu périplo inglês. Para que não transmitamos a ideia errónea de que a construção cénica implica, para um jornalista literário, o recurso constante a diálogos, uma vez que os dois exemplos acima detinham essa característica, elegemos uma cena em que Oliveira Martins se encontra sózinho e que é pertinente analisar pelo detalhe que possui. Para nos demonstrar a falta de espírito prático dos súbditos de Victoria o autor revela:

Um dia, saindo eu de Londres, em excursão a Richmond, arrabalde a sudoeste, obra de quinze quilómetros do coração da cidade, que é *Charing Cross*, tinha embarcado na estação da ponte de Londres, e vinha com os ouvidos cheios do borborinho extraordinário da *City* [...]. Ocorriam-me as ideias gerais acerca da actividade e do espírito prático dos ingleses, e embalado pelo rodar monótono do comboio, ia digerindo a minha admiração indolente, quando, por acaso, fixo a vista em um *aviso*, que em frente de mim tomava a carruagem de lado a lado: «Os passageiros são advertidos de que este compartimento é feito para conter dez lugares, cinco por cada banda.»

Acordei.

É este o espírito prático? [...] Dezoito palavras, quando bastam duas? No continente escreve-se: «dez lugares» (IH, p. 59. Itálico do autor).

Ao invés de afirmar que os ingleses complicam a mais simples das constatações óbvias, Oliveira Martins leva-nos a tirar essa conclusão através do seu relato de uma curta viagem que efectuou a Richmond e, mais do que isso, conduz-nos à evidência da falta de espírito prático dos ingleses com a situação exacta que o despertou para essa observação. Assim, é-nos permitido entrar na sua *psique* e verificar a sua opinião porque, já notámos, o jornalista literário não se preocupa em parecer imparcial. Simultaneamente, por se deter naquilo que observa dentro da carruagem do comboio, Martins é não só um jornalista mas, igualmente, um viajante moderno que «além de olhar pela janela do compartimento, [...] preenche o seu tempo com actividades que o

fazem concentrar-se no interior do compartimento»³⁵⁶. Trata-se, portanto, da nova, leia-se também moderna, espacialidade que capta a atenção do jornalista e do viajante.

Não poderíamos terminar a alusão à construção cénica, enquanto característica do texto jornalístico-literário, sem mencionarmos Jaime Batalha Reis que mostra a sua visão da Inglaterra vitoriana através do desenrolar contínuo e abundante de cenas, quer as que presencia, quer aquelas em que é interveniente, quer as de que teve conhecimento através da imprensa e das suas muitas leituras e pesquisas. Para ficarmos com um pequeno, mas simbólico, exemplo da facilidade com que o cônsul enriquece cenicamente as suas «Revistas», transcrevemos uma cena em que o vemos chegar a casa extenuado após uma noite em que foi para Whitechapel recolher informação *in loco* para, assim, ter elementos fiáveis para informar os seus leitores sobre a tenebrosa face da miséria londrina.

São seis horas da manhã. Volto de uma longa excursão nocturna por Whitechapel e pela *City*. [...].

O café que tomei para me aquecer – porque as noites em Londres estão já glaciais – impede-me ainda agora de dormir, apesar das 7 horas do meu trágico passeio. Por isso vou fixar, nesta carta, as minhas impressões de personagem de romance. Porque, na verdade, me sinto um personagem de romance [...].

A noite que termina apenas agora (estou ainda a escrever à luz do gás) foi uma noite de crise (*RI*, pp. 107-108).

Com efeito, o que Batalha Reis fez foi congelar no tempo o momento em que regressa a casa. Podemos observá-lo no meio da sua insónia, sentado, preparando-se para escrever «à luz do gás». Depois relata tudo o que viu nessa incursão, que apelida de trágica. Contudo, ao prosseguirmos a leitura, conseguimos continuar a ver o cônsul sentado à secretária a pôr preto no branco as suas impressões e opiniões.

Tal como Ramalho, Eça e Oliveira Martins, Batalha Reis elaborou um pequeno *sketch* que, assim, obsta à *secura* proporcionada pelo mero relatar noticioso. Isto é, qualquer dos autores nos transmite notícias verídicas relativas à Inglaterra: focam assuntos culturais, políticos e sociais que, tomados no seu conjunto, nos permitem aceder a uma certa imagem. No entanto, notamos que a exposição noticiosa se encontra entremeada por pequenas historietas, cenas e episódios descritos minuciosamente, nos quais, não raramente, nos é facultado o acesso a diálogos efectivamente pronunciados.

³⁵⁶ Filipa Lowndes Vicente, *Op. cit.*, p. 68.

Em resultado, constatamos que estamos perante textos que, não sendo ficcionais, possuem uma índole mais amena e, porventura, paradoxalmente mais complexa do que a mera enunciação de factos e notícias. Na verdade, ao caracterizar-se o jornalismo literário tem-se em conta que este se define por ser prosa não ficcional de conteúdo verificável que se pode transformar numa história ou *sketch*, no qual se misturam técnicas narrativas e retóricas da ficção³⁵⁷. Trata-se de um género a que se encontram aliadas intimamente técnicas usadas, por um lado, pelo romancista e, por outro, pelo jornalista³⁵⁸. E, por outro, ainda, pelo escritor-viajante, pois «do ponto de vista estritamente literário, [...] ficção romanesca e narrativa de viagem puderam enriquecer-se mutuamente», isto é, «viagens e romance [...] misturam-se e enriquecem-se para dar textos fundados na sucessão de aventuras, na teia de encontros e obstáculos, sem os quais não há romanesco»³⁵⁹. Desta feita, tanto no jornalismo literário como na literatura de viagens se observa que facto e ficção caminham lado-a-lado numa relação simbiótica.

Ademais, os últimos quatro extractos transcritos das obras de que nos ocupamos, foram também escolhidos, não só para ilustrarem a inclusão de cenas, mas, igualmente, porque, comum a todos, está o facto de verificarmos que os próprios autores se assumem como as personagens principais das cenas que nos dão a ver - o próprio Batalha Reis considerava-se, inclusivamente, uma personagem de romance. Poderíamos ter eleito cenas em que estes jornalistas literários não fossem os intervenientes. Porém, não o fizemos a fim de aproveitar o ensejo para referir que no jornalismo literário o autor não tem pejo em expor a sua *persona*, ou seja, além de nos veicular as suas perspectivas pessoais, pouco deferenciais para com a neutralidade, o jornalista literário dá-se a revelar a si próprio³⁶⁰. Deste modo, somos capazes de visualizar os autores em estudo inseridos no contexto dos seus artigos porque também eles são tema dos mesmos. E, ademais, ficamos a conhecê-los melhor. Logo, estabelecemos laços mais pessoais com eles e, dessa feita, o vínculo importantíssimo autor/leitor, tão apregoado pelo jornalismo literário, sai reforçado. Ou, dito de outra maneira, o leitor é convidado a

³⁵⁷ Cf. a definição de jornalismo literário defendida por Thomas B. Connery, in John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 10.

³⁵⁸ Cf. Kevin Kerrane, in Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, p. 19.

³⁵⁹ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.*, pp. 38-39.

³⁶⁰ W. Ross Winterowd leva estas afirmações mais além ao salientar que é o ego que move os jornalistas literários, acrescentando, ainda, que existem paralelismos entre este género jornalístico-literário e a autobiografia, cf. *Op. cit.*, pp. 4 e 67-68.

partilhar a experiência do jornalista literário³⁶¹. E, dessa feita, encontra-se reposta a relação emissor/receptor/protagonistas que o jornalismo factual fracturara³⁶². Aliás, esta é também a posição do escritor-viajante que procura aproximar-se do leitor sedentário através do relato das suas experiências. Ao «expressar as suas reacções, impressões, sentimentos e opiniões»³⁶³, o escritor-viajante também se revela a si próprio e, por conseguinte, desdenha a neutralidade e acerca-se do leitor.

Todavia, não é somente no campo do jornalismo literário que se salienta a figura do jornalista enquanto escritor e personagem da sua narrativa. Similarmente, na literatura de viagens «o escritor-viajante é ao mesmo tempo produtor da narrativa, objecto [...] da narrativa, organizador da narrativa e encenador da sua própria personagem. Ele é assim narrador, actor, experimentador e objecto da experiência»³⁶⁴. O acentuar da importância atribuída à pessoa por detrás da narrativa é outro dos pontos de fusão entre o jornalismo literário e a literatura de viagens. Desta feita, o escritor-viajante-jornalista, entidade tricéfala, desde logo, reúne, ainda, em si os diversos papéis de autor do texto, narrador da história e interveniente no enredo. Porém, a intromissão do jornalista literário no artigo abarca outros parâmetros de complexidade.

Uma vez que existem elos tão inquebráveis entre a imprensa e o jornalismo literário, convém lembrar que aquela existe pois há toda uma actualidade que «tem de ser **interpretada**»³⁶⁵. Assim, a imprensa não é somente o reflexo do real porque também interpreta e reconstrói a realidade. Logo, o jornalista é um elemento que necessariamente (re)interpreta o real subjectivamente. Se o periodista opera tais processos (re)interpretativos, poder-se-á afirmar que, de certo modo, a realidade poderá ser ficcionalizada³⁶⁶ e, já sabemos, no mundo do jornalismo literário, tal como na literatura de viagens, as brumas da ficção não se dissipam facilmente. Ademais, no caso daquele, o jornalista não se pode assumir como um simples informante passivo.

³⁶¹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 71.

³⁶² O que John C. Hartsock refere, mais concretamente, é: «The rise of a factual or objective journalism style provoked an epistemological crisis for subjectivity, whether the journalist's, the reader's, or that of the object of the report. [...] Literary journalism was a response to that crisis in an attempt to reestablish what critic John Berger ably calls the "relation between teller, listener (spectator) and protagonist(s)", idem, *ibidem*, p. 51.

³⁶³ Filipa Lowndes Vicente, *Op. cit.*, p. 135.

³⁶⁴ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.*, pp. 27-28.

³⁶⁵ Luiz Beltrão, *Jornalismo Interpretativo. Filosofia e Técnica*, 2ª ed., Editora Sulina, Porto Alegre, 1980a (1ª ed. 1976), p. 12. Ênfase do autor.

³⁶⁶ Cf. João Paulo da Silva, *Op. cit.*, pp. 40 e 41.

Compete-lhe ser, simultaneamente, um transmissor e um comentador noticioso, isto é, narra factos e opina acerca deles³⁶⁷.

Este entrelaçar entre real e ficcional, ao que se alia a narração e o comentário da informação, têm apresentado aos estudiosos algumas dificuldades em termos de categorização do modo como se encaram, por exemplo, as prestações queirosianas e as de Batalha Reis para os periódicos. Quando se olha para os contributos destes autores, e também para os de Ramalho e Oliveira Martins, para a imprensa sua contemporânea nota-se que, de facto, não se está perante textos jornalísticos ortodoxos, até porque neles escutamos nitidamente a voz dos autores, seja porque a informação é veiculada na primeira pessoa do singular, seja porque os mesmos deixam escapar os seus pontos de vista, bem como as suas próprias emoções, sentimentos e sensações: Eça mostra a sua ira contra a ocupação inglesa da Irlanda, Batalha Reis defende apaixonadamente o império português em África ante a cobiça britânica, Ramalho enfurece-se face à miséria das classes londrinas menos favorecidas e Oliveira Martins pasma-se frequentemente com a megalomania da Velha Albion. Tom Wolfe, aliás, é claramente partidário do facto de que ao lermos uma peça jornalística-literária devemos depararmo-nos com o seu autor, contrariamente ao que se passa no reino do jornalismo convencional, no qual a voz do narrador «should be like the off-white or putty-colored walls that Syrie Maugham popularized in interior decoration... a “neutral background”»³⁶⁸. Ao invés, a presença do autor/narrador no jornalismo literário é tudo menos neutra. Quando lançam *As Farpas*, Eça e Ramalho demarcam-se dos outros jornalistas pois querem, precisamente, que se veja e que se note distintamente a sua voz e as suas opiniões próprias. Contrariando aqueles que preferem a pena insossa e imparcial do jornalismo convencional e dirigindo-se frontalmente aos leitores, os dois colegas de profissão expõem os seus propósitos, logo no número inaugural da revista, do seguinte modo:

Nós não quisémos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui começamos [...] a apontar dia por dia o que poderíamos chamar - o progresso da decadência. Devíamos fazê-lo com a indignação dramática de panfletários? Com a serenidade experimental de críticos? Com a jovialidade fina de humoristas?

Não é verdade, leitor de bom senso, que humoristicamente o deveríamos fazer?

[...]

³⁶⁷ Cf. Luiz Beltrão, *Op. cit.* (1980a), pp. 36 e 43.

³⁶⁸ In *Op. cit.*, p. 17.

Achas imprudente? Achas inútil? Achas irrespeitoso? Preferias que fizéssemos um jornal político, inteiro, com todas as suas inépcias [...], vasto logradouro de ideias triviais que desmaiam de fadiga entre as mãos dos tipógrafos? Não. Fundaríamos antes um depósito de bichas de sangrar ou uma casa de banhos quentes³⁶⁹.

Este retumbante e categórico «Não» que Eça e Ramalho declaram em unísono contra um jornalismo pouco assertivo e pouco empenhado em avançar opiniões e ideias indica, desde logo, o quão diferentes querem ser enquanto jornalistas, ao ponto de se revelarem a si próprios e à sua maneira de pensar e encarar os factos da vida pública que os rodeiam.

Porém, se falamos no desconforto sentido pelos estudiosos em tentar catalogar os textos de imprensa dos autores que estudamos (e não só de Eça e Ramalho), verificamos também que vozes há que vêm ao encontro da nossa perspectiva que, concretamente, faz deles jornalistas literários e, por conseguinte, inscritos sob o prisma da diferença. Assim, quando analisa Eça de Queirós, Elza Miné refere que nos seus artigos sobre a Inglaterra, o autor não só nos dá conta dos factos, como também os interpreta e decifra. Indo mais além, acrescenta que Eça não é um observador frio. Inversamente, é alguém que emite opiniões, que comenta, que analisa e que transmite juízos de valor sobre o facto noticioso. A sua pena sabe ser crítica e, de maneira muito *sui generis*, é, simultaneamente, um jornalista político e um ficcionista que dá a sua versão dos factos, aos quais adiciona rearrumações e tensão dramática. Por fim, apela à emoção do leitor, com quem mantém um contacto estreito³⁷⁰. Consequentemente, a autora encontra-se em posição para concluir que, «embora as *cartas* e *crónicas* se atenham em termos amplos aos moldes da literatura jornalística, aparecem também nelas [...] recursos peculiares à narrativa de ficção»³⁷¹. Em obra posterior, sempre sem se reportar ao jornalismo literário, a mesma acrescentaria que Eça é um jornalista diferente porque se inscreve no domínio literário e porque pratica um «jornalismo eminentemente *opinativo*, que não apenas indiciava, insinuava ou deixava ver, mas que também explicitamente exhibia marcas de avaliação e julgamento»³⁷².

³⁶⁹ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. *As Farpas. Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes*, coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica, notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, Principia, Cascais, 2004, pp. 17-18.

³⁷⁰ Cf. *Op. cit.* (1986), pp. 24, 58, 73, 75, 83, 85 e 86.

³⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 117.

³⁷² Elza Miné, *Op. cit.* (2000), pp. 45 e 20 respectivamente. O itálico é da autora.

Em *O Distrito de Évora*, o próprio Eça, expando a sua teoria jornalística, salientava que os deveres da imprensa não se quedavam na informação. Era também necessário interpretar e actuar³⁷³. Falando das suas crónicas, apresentadas como secção dentro do jornal alentejano, o autor almejava a que marcassem a diferença e trouxessem vigor ao discurso jornalístico da altura. Ao abordar a crónica queirosiana, Annabela Rita diz que esta, na época ainda algo incipiente na mente de Eça, aspirava «a constituir-se como género no espaço jornalístico» e que se deixava «invadir e contaminar estrutural, temática e discursivamente por outras secções e por outros géneros jornalísticos e literários»³⁷⁴. Por outras palavras, ao redigir as suas crónicas, Eça pretendia criar um género híbrido, e simultaneamente autónomo, dentro do jornal onde pudesse, com à-vontade, percorrer discursos e temáticas de âmbito jornalístico e literário. Paralelamente, o cronista teria como objectivo o diálogo com leitor, tentando desenterrá-lo do seu estado apático e ganhar a sua cumplicidade³⁷⁵. A crónica era, em suma, para Eça:

A conversa íntima, indolente, desleixada do jornal com os que o lêem: conta mil coisas [...]; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente [...], outras vezes alegre e robustamente [...]. Conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza [...], não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico, tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando³⁷⁶.

Como se constata, Eça queria deitar mão de uma maneira inovadora de fazer jornalismo. Desejava investir os seus artigos de uma «função ao mesmo tempo informativa e lúdica» e, muito importante, «sem por isso deixar de “fazer literatura”»³⁷⁷.

Com efeito, a noção eciana de crónica exposta em *O Distrito de Évora*, vai ao encontro da definição que, nos finais do século XX, Luiz Beltrão dela nos apresenta. Para este estudioso brasileiro aquela assume-se como uma forma flexível e livre através da qual um indivíduo exprime a sua reacção ante a realidade. Aliás, o étimo *khronos*,

³⁷³ Cf. Elza Miné, *Op. cit.* (1986), p. 15.

³⁷⁴ *Op. cit.*, p. 19.

³⁷⁵ Cf. idem, *ibidem*, p. 22.

³⁷⁶ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1981, vol. 2), p. 7.

³⁷⁷ Aníbal Pinto de Castro, in idem, *ibidem* (vol. 1), pp. xxxiii e v respectivamente.

isto é, tempo, indicia a própria noção de contemporaneidade, pelo que o tratamento de acontecimentos ou factos da actualidade é uma das condições da crónica. Ainda de acordo com Luiz Beltrão, esta forma permite ao jornalista mostrar a sua subjectividade e emotividade e tecer comentários incisivos passíveis de transmitir «julgamentos específicos e directos»³⁷⁸. Esta flexibilidade da crónica, a sua possibilidade de veicular as visões do jornalista e a sua capacidade de propiciar juízos não só permitiam a Eça uma maior proximidade com o leitor (e vice-versa) como lhe proporcionavam a tão desejada fuga ao espartilhamento do jornalismo objectivo tradicional. Aliás, a crónica, também denominada folhetim e prosa de arte, dado o seu cariz revolucionário, «é que concede uma como que perenidade à Imprensa, libertando-a do que ela tem de imediato, de precário [...] ou de superficial»³⁷⁹. Assim, bem cedo na sua carreira, Eça de Queirós se teria sentido insatisfeito com o jornalismo factual. A crónica surgia-lhe como uma forma jornalística que transcendia a crua factualidade. Por conseguinte, a nossa conclusão é que, face a todos estes postulados e ao que temos vindo a ressaltar, Eça de Queirós é «um jornalista diferente» porque, em suma, é um jornalista literário.

Todavia, não era só o autor de *Os Maias* que pedia novos voos ao jornalismo. O seu colega de Coimbra, Antero de Quental, também exigia mais da imprensa do que um simples papel informativo e reconhecia-lhe a importância para veicular os seus propósitos de mudança do país³⁸⁰. Similarmente, Ramalho também pratica um jornalismo inovador nos finais do século XIX, o qual também não se esgota na apresentação meramente objectiva de factos. Ana Luísa Onofre, aludindo à particularidade da prática jornalística ramalheana, concede que, mesmo nos seus livros de viagem, este autor «corporizará sobretudo um **registo específico** - o **registo do folhetim** [...]; é o registo das trocas e interferências entre o **real** e o **ficcional**, o episódico e o fundamental, o anedótico e o estrutural, o acessório e o essencial, o trivial e o filosófico»³⁸¹. Sem se pronunciar sobre o jornalismo literário, esta estudiosa admite, no entanto, que Ramalho desenvolve um estilo jornalístico muito específico, que denomina de folhetinesco, no qual se entrecruzam as instâncias disjuntas do factual e do ficcional. Aliás, meditando sobre *As Farpas*, tais como elaboradas conjuntamente por Eça e Ramalho entre Maio de 1871 e Outubro de 1872, João Medina ressalva que «era precisamente um jornalismo de tipo totalmente distinto - sem compromissos político-

³⁷⁸ Cf. Luiz Beltrão, *Op. cit.* (1980a), pp. 66-67.

³⁷⁹ João Bigotte Chorão, in *Op. cit.*, p. 13.

³⁸⁰ Cf. Ernesto Rodrigues, *Op. cit.*, p. 19.

³⁸¹ *Op. cit.*, p. 121. Ênfase da autora.

partidários, sem concessões à mediocridade envolvente, sem complacências para com uma sociedade falsamente civilizada - que Eça e Ramalho vinham inaugurar no Portugal oitocentista»³⁸², evidenciando o carácter inovador de um tipo de periodismo dificilmente catalogável como jornalismo puro e simples. Portanto, Eça e Ramalho são jornalistas desencatados com a imprensa, «precisam dos jornais, mas distanciam-se deles, como escritores que são - com uma cultura, um estilo, uma independência de juízo de que não abdicam»³⁸³ e, por isso, inauguram capítulos revolucionários no jornalismo luso.

Jaime Batalha Reis é outro autor, cujos textos de imprensa, têm recentemente vindo a ser alvo de escrutínio mais aprofundado, constatando-se neles a mesma problemática de caracterização que assomava em Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. No entanto, quando Vanda Rosa ressalva que, nas suas «Revistas» inglesas, o cônsul não se consegue ater integralmente à objectividade, ficcionalizando, inclusivamente, alguns assuntos, devido à influência exercida pelas leituras que efectuava, ou que, referindo-se às «Revistas» como crónicas, constata que estas se encontram no terreno entre a literatura e o jornalismo³⁸⁴, está, de certo modo, a apontar na nossa direcção. Sem entrar em considerações sobre o jornalismo literário, mas aludindo à peculiaridade dos artigos de Batalha, a autora não inviabiliza o facto de o considerarmos um jornalista literário.

Ademais, esta estudiosa acrescenta algo que merece um comentário mais aturado devido à sua pertinência para o nosso estudo. O que Vanda Rosa admite é que, tratando-se de Batalha Reis, que espera sempre fazer passar a sua opinião e que não mantém um contrato de exclusividade para com a objectividade absoluta, «o que é relatado nunca pode ser igual ao original devido aos condicionantes pessoais do escritor»³⁸⁵.

Com efeito, um dos apanágios do jornalismo literário mais enfatizado por todos aqueles que sobre ele se debruçam é o facto de ser uma tentativa de esmagar a objectividade para, assim, poder dar a ver o mundo tal como ele é: interpretado subjectivamente, plural, indeterminado, alheio a receitas interpretativas totalizantes e a visões únicas. Aliás, uma das críticas mais mordazes que o jornalismo literário faz àquele outro factual é, precisamente acusá-lo de amordaçar, de neutralizar a

³⁸² João Medina, *Op. cit.*, p. 18.

³⁸³ João Bigotte Chorão, in *Op. cit.*, p. 16.

³⁸⁴ Cf. *Op. cit.*, pp. 43, 45 e 48.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 43.

subjectividade. O jornalista literário, por seu turno, não se deve acanhar de contar a sua relação com os factos, devendo, além disso, escrever sobre o que sabe melhor e sobre o que o preocupa mais³⁸⁶. Através destas observações constatamos que, aquilo que Vanda Rosa explicava em relação a Batalha Reis, vem ao encontro de pressupostos defendidos pelos jornalistas literários. Em primeiro plano, quando aquela conclui que o que o autor escreve não é «igual ao original» está a dar crédito à afirmação que ressalva que a realidade é algo pouco linear, dependendo, para a sua existência, que cada um a interprete pessoalmente. Daqui se denota que existem tantas realidades quantas as interpretações, facto este comprovado pelo físico Werner Heisenberg ao declarar: «What we observe is not nature in itself but nature exposed to our method of questioning»³⁸⁷. Ou seja, o jornalismo literário não tem pejo em sair a terreiro para justificar o seu anseio pela subjectividade, utilizando-se de explicações fornecidas, paradoxalmente, pelas ciências exactas.

E, em segundo plano, quando salvuardamos que o jornalista literário pode ser, de certa forma, tendencioso ao ponto de escrever sobre os assuntos sobre os quais está melhor informado, ou sobre aquilo que mais o interessa, não devendo, aliás, temer expor a conexão que o une aos factos, constatamos o que Vanda Rosa afirmava quando nos dava conhecimento de que o que se interpõe entre o «original» e o que é «relatado» são os condicionantes do autor. Na realidade, é bem verdade que Jaime Batalha Reis estava muito a par das pretensões britânicas em África e, simultaneamente, assaz preocupado com o confronto entre estas e as portuguesas pelo que o observamos a dar primazia a esse assunto em várias das suas «Revistas»³⁸⁸, nas quais estão claramente reveladas tanto as suas interpretações da ganância do Leão Britânico e da inércia do Estado Luso, como o seu partidarismo em relação à problemática, como teremos ocasião de verificar mais adiante.

Se Eça de Queirós e Batalha Reis têm sido considerados jornalistas “diferentes”, o mesmo se pode dizer em relação a Ramalho e Oliveira Martins. Com efeito, também nestes últimos deparamos com uma forma de fazer jornalismo na qual se destaca a subjectividade interpretativa e o tratamento de assuntos que maior impressão lhes

³⁸⁶ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, pp. 66 e 52 respectivamente.

³⁸⁷ *Apud*, *idem*, *ibidem*, p. 52.

³⁸⁸ Teresa Pinto Coelho manifesta que uma das preocupações principais do cônsul Batalha Reis foi, exactamente, «defender os interesses portugueses em África», mantendo-se informado sobre muitas das circunstâncias do empenho inglês em reclamar uma grande vastidão territorial em África, pois, como vimos, estava inscrito em inúmeras associações culturais e científicas da Inglaterra e mantinha contactos e amizades a nível pessoal com personalidades dos meios mais díspares, ou seja, encontrava-se numa posição privilegiada de acesso à informação. Cf. *Op. cit.* (2000), pp. 30-31.

causaram aquando das suas viagens além-Mancha. Enfim, a presença autoral nas suas obras consignadas à Inglaterra vitoriana é inequívoca. As suas opiniões e comentários são expressos directamente e a realidade inglesa depende da interpretação pessoal que cada um exerce sobre ela.

Ao permitir a subjectividade interpretativa - a do autor, em primeiro lugar, e depois a do leitor, que, desse modo, é convidado a participar da experiência jornalística -, o jornalismo literário não se limita à exposição cabal dos factos, transcendendo a mera objectividade, mas não renegando a autenticidade. Dito de outro modo, este género híbrido inscreve-se numa “zona de contacto” com a realidade em que esta é moldada pela subjectividade³⁸⁹, isto é, refere o factual, mas relaciona-se com o ficcional. Assim, as peças jornalísticas lêem-se tal como se fossem um romance, ou até uma *short story*, embora de cariz verídico, o que nos leva a não ignorar o facto de que falar em jornalismo literário implica ressaltar que se está a focar um género localizado na confluência dos domínios jornalísticos e literários, verídicos e ficcionais, algo que só lhe acrescenta originalidade. E também não se pode menosprezar o facto de o jornalismo literário se situar na intersecção com outro género, igualmente híbrido, abrangente e de difícil teorização: a literatura de viagens.

Assim, quando estudamos a imagem que estes autores pintam da Inglaterra finissecular, encaramo-los enquanto jornalistas literários e, igualmente, como escritores de literatura de viagens. Ora, se, enquanto escritores-viajantes pela Velha Albion, os autores se pronunciavam sobre a literatura de viagens vitoriana, enquanto jornalistas literários também não deixam de manifestar a sua visão da imprensa britânica coeva.

1.2.4. A Colossal Imprensa Vitoriana

Focar a imprensa vitoriana equivale a abordar uma vertente muito importante da sociedade vitoriana. Ademais, tratando-se de escritores-viajantes-jornalistas pretende-se observar como é a imprensa da “terra alheia”. Simultaneamente, por serem jornalistas, os autores quererão focar um tema que lhes é caro e estabelecer paralelismos com o que se passa na sua pátria. Por razões compreensíveis que se prendem com o seu carácter de viajantes-residentes, Batalha Reis e Eça de Queirós analisam esta temática em maior

³⁸⁹ Cf. John C. Hartsock, *Op. cit.*, p. 53.

profundidade e com maior acuidade do que Ramalho Ortigão ou Oliveira Martins. Portanto, o enaltecimento dos aspectos positivos da imprensa vitoriana ou, pelo contrário, a crítica aos seus pontos menos perfeitos e/ou mais chocantes ser-nos-ão apresentados principalmente pelos dois cônsules, o que não invalida, no entanto, que Ramalho e Oliveira Martins não se pronunciem esporadicamente sobre este assunto.

Quando mencionamos que os autores se referem à imprensa vitoriana, precisamos explicar que, no século XIX, já se fala em imprensa num sentido moderno. Com efeito, a história do periodismo remonta à Antiguidade Clássica³⁹⁰. Contudo, será somente nos alvares do século XVIII, mais concretamente em 1728, que se verifica, pela primeira vez, que a palavra «journal», usada comumente para denominar um diário pessoal ou um relatório oficial, assume um novo significado, passando, então, a designar um periódico. E é com o advento do século XIX que o jornalismo experimentará as suas maiores transformações, nomeadamente no que respeita a sua especialização, à qual se encontra aliada uma profissão, a de jornalista, cujo termo data, por seu turno, de 1833³⁹¹.

É insuficiente afirmar que são os novos progressos de ordem técnica, disponibilizados pela industrialização, que permitem à imprensa agigantar-se durante as décadas de Oitocentos, mormente em Inglaterra. Antes de mais, é preciso levar em consideração que é toda uma conjuntura, advinda do século precedente e da democracia liberal, com os seus pressupostos igualitários, que incentiva o direito primordial da livre opinião, a responsável pela crescente importância da imprensa e pelas suas mais profundas mudanças. A própria sociedade revoluciona-se. Crescem as grandes urbes que, cada vez mais, englobam populações heterogêneas e assiste-se à maior organização e fortalecimento das instituições, tanto públicas como privadas. Os indivíduos agremiam-se em associações e partidos, e o jornalismo, atento aos diversos conjuntos de pontos de vista, vai dar-lhes voz. Numa sociedade cada vez mais definida pela competição também se assiste ao despontar de consciência da massa que espera a informação em cadeia. O jornalismo tende, assim, a servir de veículo de informação que se consome avidamente³⁹².

Prontos a alimentar esta sofreguidão noticiosa lá estavam, como é certo, os avanços tecnológicos verificados a nível tipográfico que permitiam maiores tiragens,

³⁹⁰ Para um breve historial dos anais do jornalismo cf. Luiz Beltrão, *Op. cit.* (1980b), pp. 17-21.

³⁹¹ Cf. Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, p. 4.

³⁹² Cf. «Jornalismo e Sociedade de Massa», in Luiz Beltrão, *Op. cit.* (1980b), pp. 21-25.

entre os quais se destacam as prensas rotativas (endividadas à invenção da máquina a vapor) e o papel de celulose, os quais tinham, ainda, a vantagem de tornarem a impressão mais barata, o que, conseqüentemente, se reflectia numa redução do custo do produto final³⁹³. Ramalho Ortigão, por exemplo, estava consciente que sem esses progressos tecnológicos o famoso *The Times* jamais atingiria os números verdadeiramente astronómicos debitados pela sua tipografia, onde «duas léguas de papel contínuo deslizam por entre cilindros do prelo Walter fazendo gotejar em cada minuto, impressas e dobradas ao lado da famosa máquina, 200 fôlhas do maior jornal do mundo» (*JB*, pp. 26-27)³⁹⁴. Na verdade, «it was with the aid of the power-driven cylinder press that *The Times* under John Walter II rose from a minor newspaper to become the most powerful and influential paper in the country, virtually capable of dictating a course of policy to the government»³⁹⁵. No entanto, também o desenvolvimento das comunicações, nomeadamente a melhoria dos transportes terrestres e marítimos e a invenção do telégrafo Morse, adjuvavam à circulação mais rápida das notícias. E o próprio público, presenteado com um grande fluxo informativo, torna-se, exponencialmente, mais desejoso de informação³⁹⁶.

A liderar o movimento jornalístico de Oitocentos está, precisamente, a Grã-Bretanha, como certifica R. C. K. Ensor ao confirmar a posição cimeira do jornalismo britânico³⁹⁷, o qual teria reinado incontestado até depois de 1886³⁹⁸. Similarmente, Llewellyn Woodward também confirma a supremacia da imprensa britânica quando esclarece: «The press was better informed, if not more important, in Great Britain than in any other country»³⁹⁹, chamando, desse modo, a atenção para dois factores: primeiro o da importância, em si, da imprensa britânica e segundo o de essa mesma imprensa se querer melhor informada, logo, mais consistente, nesse país do que em qualquer outra parte. Com efeito, não escamoteando o facto de a imprensa britânica assumir um papel

³⁹³ Cf. C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 59.

³⁹⁴ Com efeito, a partir de 28 de Dezembro de 1814, as oficinas do *The Times* começaram a usar a primeira máquina de impressão a vapor, o que permitia uma tiragem de mil e cem exemplares por hora. Cf. José Tengarrinha, *Op. cit.*, p. 171. Conseqüentemente, a circulação diária deste periódico passou dos cinco mil exemplares em 1815 para cinquenta mil quatro décadas depois. Cf. Louis Dudek, *Literature and the Press. A History of Printing, Printed Media, And Their Relation to Literature*, Ryerson and Scorpion, Toronto, 1961, p. 51.

³⁹⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁹⁶ Cf. João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Op. cit.*, p. 33.

³⁹⁷ Distinguindo entre o que é “britânico” e o que é “inglês”, Peter J. Taylor esclarece que o que se prende com a imprensa se define como britânico. Cf. Peter J. Taylor, in David Morley e Kevin Robins (eds.), *Op. cit.*, p. 132.

³⁹⁸ Cf. R. C. K. Ensor, *England, 1870-1914*, Oxford University Press, Oxford, 1963 (1ª ed. 1936), p. 145.

³⁹⁹ Llewellyn Woodward, *The Age of Reform. England, 1815-1870*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1992 (1ª ed. 1938), p. 30.

de líder entre as suas congéneres mundiais, Batalha Reis recorda que «todos estamos habituados a ouvir falar da imprensa inglesa como duma grande potência, dos jornais ingleses como colossais dominadores, dos jornalistas da Inglaterra como dos mais influentes e ricos e respeitados homens do mundo» (*RI*, p. 182). Eça de Queirós, por sua vez, também destaca a monumentalidade da imprensa britânica oitocentista ao referir-se, abismado, às «três ou quatro mil gazetas que a pobre Inglaterra nutre sobre a sua epiderme» (*TI*, p. 128).

Não é por casualidade que seja a Grã-Bretanha o local onde a imprensa atinge a maturidade. Em primeiro lugar há que salientar o aumento, constante e sólido, dos níveis da incidência de literacia entre a população que se verifica desde a alvorada do século XIX. Ainda antes de se contornar a primeira metade da centúria, mais especificamente em 1833, o *Factory Act* institucionalizava a obrigatoriedade de frequência lectiva das crianças empregadas nas fábricas têxteis, e calcula-se que na década de 1850 um terço das crianças entre os sete e os doze anos frequentariam a escola, pelo menos, cento e cinquenta dias por ano⁴⁰⁰. Este número, já de si relevante, subiria para patamares compreendidos entre os dois terços e os três quartos volvidas apenas duas décadas⁴⁰¹, ao que não fora alheia a promulgação do *Forster's Education Act* no Verão de 1870, o qual levou a instrução primária a todo o país, embora a obrigatoriedade do ensino só se alcançasse em 1880⁴⁰². Por fim, no ano de 1891, *Lord Salisbury* instituiria a gratuidade do ensino básico. Comparativamente, em Portugal, e em período homólogo, assiste-se a uma série de indefinições, avanços e recuos relativamente às políticas concernentes à instrução, como, por exemplo, o encerramento de cerca de metade das escolas do país sob o Miguelismo⁴⁰³ ou a paralização das reformas educativas de 1835 por parte de Mouzinho de Albuquerque, homem que, não muito tempo antes, fora a favor das mesmas⁴⁰⁴. Assim, ante a constatação óbvia dos níveis de alfabetismo na Grã-Bretanha, claramente opostos ao analfabetismo que grassava na pátria lusa, se percebe que Eça de Queirós salvaguarde que «não há vilota ou mesmo aldeia de Inglaterra que não tenha um jornal do tamanho da *Gazeta de Notícias*, com oito páginas e tipo cerrado» (*ibidem*). Como antigo jornalista de

⁴⁰⁰ Cf. F. M. L. Thompson, *The Rise of Respectable Society. A Social History of Victorian Britain, 1830-1900*, Fontana Press, London, 1988, p. 82.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 139.

⁴⁰² Esta legislação levaria a que, em 1886, dos 2.416.272 eleitores da Inglaterra e Gales, apenas 38.587 fossem analfabetos. Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. xx.

⁴⁰³ Cf. José Tengarrinha, *Op. cit.*, p. 95.

⁴⁰⁴ Cf. Alberto Ferreira, *Estudos de Cultura Portuguesa. Século XIX. Pedagogia e Instrução, Literatura, Política e Sociedade*, 2ª ed., Litexa Editora, Lisboa e Porto, 1998 (1ª ed. 1978), p. 25.

província, Eça estava ciente de que tal era impensável no “Portugal contemporâneo”, um «país aliás desoladamente depauperado no seu público leitor por taxas alarmantes de analfabetismo: v. g., 84,4 por cento de analfabetos em 1878 e 79,2 por cento em 1890»⁴⁰⁵. Nem mesmo em Évora, capital de província, se publicavam periódicos com as tais «oito páginas e tipo cerrado». *O Distrito de Évora* ficava-se, apenas, por três páginas de texto e uma de anúncios⁴⁰⁶, reflectindo, e denunciando, «a grande percentagem de analfabetismo, a tiragem pouco numerosa dos jornais [...] e a falta de hábitos de leitura da burguesia ascendente»⁴⁰⁷. Aliás, como demonstra o estudo de Lucy Brown a respeito do periodismo local na Inglaterra vitoriana: «A small provincial paper credited its readers with a reading ability to understand a complex argument in appropriate language»⁴⁰⁸, situação que não tinha equivalente em Portugal.

Se, no Reino Unido, a alfabetização contribuiu para o aumento do espectro do público leitor, que pode, assim, aceder aos textos de imprensa, também não se pode descurar a importância da promulgação de legislação favorável àquela. A partir de 1831 os jornalistas ingleses passam a gozar de maior liberdade de expressão devido à abolição da *Law of Seditious Libel*⁴⁰⁹ (em terras lusitanas, só após a vitória do Constitucionalismo se instauraria a liberdade de imprensa)⁴¹⁰. Porém, não só a maior liberdade de expressão permitia novos alentos anímicos à imprensa. A supressão das taxas sobre a publicidade (1853) e dos impostos sobre os jornais (1855) e sobre o papel (1863) também animava a actividade jornalística⁴¹¹ que, aos poucos, tornaria a sociedade vitoriana numa «sociedade mediática»⁴¹². Jenny Uglow enfatiza, ainda mais, a importância da imprensa britânica atribuindo-lhe um papel sociabilizador dizendo: «There was an inherent sense of sociability about the press; papers lay around in all the coffee-houses and were intended for shared, not private reading, as spurs to conversation, argument and analysis»⁴¹³, facto que reflecte a importância da actividade jornalística numa sociedade em que a notícia tem, como refere Mitchell Stephens,

⁴⁰⁵ João Medina, *Op. cit.*, p. 17.

⁴⁰⁶ Cf. Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2003), p. 11.

⁴⁰⁷ Annabela Rita, *Op. cit.*, p. 66.

⁴⁰⁸ *Op. cit.*, p. 100.

⁴⁰⁹ Cf. João Paulo da Silva, *Op. cit.*, p. 31.

⁴¹⁰ Data de 22 de Dezembro de 1834 a lei que instituiu a liberdade de imprensa em Portugal. Cf. José Tengarrinha, *Op. cit.*, p. 103.

⁴¹¹ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 143.

⁴¹² João Paulo da Silva, *Op. cit.*, p. 34. O autor acrescenta que a sociedade vitoriana se encontra «condicionada no seu desenvolvimento socio-cultural, na sua construção ideológica e evolução tecnológica pelos meios de comunicação de massas», *ibidem*.

⁴¹³ Jenny Uglow, in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, p. 6.

«conversational value»⁴¹⁴. Não é, pois, por acaso que Oliveira Martins afirma, em *A Inglaterra de Hoje*, que os súbditos de Victoria «lêem mais de trinta jornais diários de grandíssimo formato, e de quinhentas a seiscentas publicações periódicas, *reviews*, *magazines*, etc.» (IH, p. 32). Perante um consumo tal de informação, também se entende o porquê da exclamação de Eça, nas «Crônicas de Londres», ao reportar-se à tiragem diária do *Daily News*, cifrada em duzentos mil exemplares (CICL, p. 272).

Ainda que fosse a Grã-Bretanha a encabeçar as maiores transformações no movimento da imprensa oitocentista, Portugal seguia-lhe os passos, se bem que mais timidamente⁴¹⁵. Com o Liberalismo criam-se tipografias e multiplicam-se os títulos de periódicos⁴¹⁶. No entanto, a instabilidade política que se vivia no Reino levava a constantes retrocessos na evolução do periodismo luso. A chegada de D. Miguel em 1828 e, posteriormente, o Cabralismo constituem duas épocas que obstam a essa evolução. A censura é novamente instaurada em ambos os períodos e o regime de Costa Cabral chega a permitir assaltos a tipografias⁴¹⁷, enquanto que, a coberto do absolutismo miguelista, se moveram perseguições a jornalistas, levando a imprensa a cair num estado apático e de desinteresse⁴¹⁸. Todavia, aquela não morreria. Apesar dos reveses, era através dela que os exilados liberais no estrangeiro combatiam o Miguelismo e, a partir de 1851, com nova atenuação da censura e a introdução de melhorias tipográficas, a imprensa periódica portuguesa entra novamente na senda do progresso: os prelos mecânicos são substituídos por prelos a vapor em 1860, a publicidade passa a custear as despesas de impressão e reduz o preço do jornal e a venda de periódicos deixa de ser feita exclusivamente por assinatura e através dos papelistas para ser efectuada por arduas⁴¹⁹.

Mesmo que, em Portugal, a imprensa periódica vá, lenta e progressivamente, conhecendo períodos de desenvolvimento no século XIX, está muito longe de evidenciar a pujança de que goza na Grã-Bretanha. Habitados ao pequeno mundo

⁴¹⁴ *Op. cit.*, p. 11.

⁴¹⁵ A título de exemplo, repare-se que em 1815 circulavam duzentos e cinquenta e dois periódicos no Reino Unido. Cf. Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 30. Décadas mais tarde, mais concretamente entre 1880 e 1889, em Portugal, a média anual de periódicos era de cento e oitenta e quatro. Cf. José Tengarrinha, *Op. cit.*, p. 144. Também o número de leitores para um mesmo exemplar de dado periódico comunga das mesmas diferenças entre Portugal e a Grã-Bretanha. Assim, ao passo que além-Mancha setenta a oitenta pessoas lêem o mesmo número de um jornal, em 1830, em Portugal esse número não vai além das quinze ou vinte. Cf. idem, *ibidem*, p. 108.

⁴¹⁶ Só em Fevereiro de 1821 surgem dezassete novos jornais. Cf. João Luís de Moraes Rocha, *O Essencial Sobre a Imprensa em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1998, p. 27.

⁴¹⁷ Cf. idem, *ibidem*, pp. 30-32.

⁴¹⁸ Cf. José Tengarrinha, *Op. cit.*, p. 95.

⁴¹⁹ Cf. João Rocha, *Op. cit.*, p. 33.

jornalístico português, quando comparado com o que se passava além-Mancha, os autores em estudo fazem questão de mostrar aos leitores dos seus artigos a sua própria estupefacção face, por um lado, à superioridade qualitativa da imprensa britânica e, por outro, às suas tiragens extraordinárias, o que evidencia a fraca projecção da imprensa lusa. Neste caso o Outro, reflecte a inferioridade do Eu.

Contudo, ainda que, de entre todos os países, a Grã-Bretanha mostrasse deter a melhor e mais impressionante imprensa periódica do século XIX, não podemos ignorar o facto paradoxal de que, nesse país, se menosprezava a profissão jornalística. Uma das razões prováveis para o baixo estatuto de que gozavam os jornalistas é-nos apontada por Jenny Uglow. A autora refere que até ao momento em que o papel de guia de opinião era assumido pelo «homem de letras desinteressado», que escrevia nos seus momentos de ócio e que habitualmente dispunha de fortuna pessoal suficiente para não se interessar pelos seus honorários jornalísticos, não houve tensão social associada àqueles que se dedicavam à imprensa. Todavia, a partir da altura em que a escrita e o juízo crítico se associam ao mercado e ao lucro, os jornalistas passam a ficar estigmatizados socialmente, até porque inúmeras vezes as lealdades destes eram abertamente políticas e facciosas⁴²⁰.

Os preconceitos face à classe jornalística britânica eram de tal ordem que, em 1808, se tentara vedar o exercício da advocacia a quem escrevesse artigos para periódicos⁴²¹. Estes mesmos juízos pré-concebidos seriam, aliás, notados por Batalha Reis na sua «Revista» de 17 de Outubro de 1894. Aludindo a um artigo publicado pela *Blackwood's Magazine*⁴²² em que se criticava o exército britânico, Batalha Reis elabora alguns parágrafos que ilustram o pouco estatuto de que gozavam os jornalistas vitorianos. O autor parte do sentimento particular que o duque de Cambridge, comandante-em-chefe do exército, nutre em relação à imprensa para depois o

⁴²⁰ In Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, p. 8.

⁴²¹ Cf. Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 30.

⁴²² A *Blackwood's Magazine* (ou, mais commumente, *Maga*) foi fundada em 1817, pela editora escocesa William Blackwood & Sons, com o objectivo de ser um contraponto à *Edinburgh Magazine*, de reputação mais austera. Com o avançar do século colar-se-ia a uma imagem de periódico do império, sendo lida em *clubs* e salas de reunião, um pouco por toda a parte onde se hasteava a *Union Jack*, por um público maioritariamente ligado ao serviço colonial, no qual se incluíam inúmeros oficiais e administradores imperiais. No entanto, com o declinar do império perderia parte do seu carisma dedicando-se a publicar histórias de grandes caçadas e pescarias ou a serializar obras de escritores considerados “populares” como Neil Munro ou John Buchan. Pelas páginas dos seus tempos áureos passaram nomes como George Eliot, Anthony Trollope, Thomas DeQuincey ou Joseph Conrad. Cf. David Finkelstein, «Blackwood's Magazine in the First World War», in Jeremy Treglown e Bridget Bennett (eds.), *Op. cit.*, pp. 91-92. Convém, todavia, ressaltar que Jaime Batalha Reis se refere a esta publicação como «*Blackwood Magazine*» (*RI*, p. 94, por exemplo).

generalizar à restante sociedade. Vale a pena transcrevermos parte das considerações de Batalha Reis:

«*Gentlemen*: Deveis tratar os jornais como eu os trato sempre – com desprezo.»

«Com desprezo!» – eis as palavras publicamente ditas pelo generalíssimo da Inglaterra a respeito da imprensa do seu país!

[...]

É, que apesar de tudo que se tem dito a respeito da imprensa inglesa, apesar do invejável poder desta [...], os jornalistas são aqui, com efeito, ainda hoje, desprezados.

Nada é mais desprezível aos olhos dos ingleses que um *repórter*, um informador (*RI*, p. 182. Itálico do autor).

Com efeito, Batalha Reis não só reitera a supremacia da imprensa britânica, ao focar o seu «invejável poder», como também dá conta da pouca respeitabilidade de que esta aufere dentro da própria pátria saxónia, acrescentando, mais à frente, que «todo o inglês das classes mais educadas, detesta e despreza a imprensa jornalística» (*ibidem*, p. 188). Uma vez que esta afirmação data de um artigo de Outubro de 1894, constata-se que a opinião negativa dos ingleses, sobretudo os das classes socialmente mais elevadas, em relação à imprensa permaneceu imutável ao longo do século. Aliás, o exercício da profissão de jornalista era quase exclusivamente reservado a pessoas das camadas mais inseguras e empobrecidas da classe média⁴²³. Não negando o carácter fenomenal da imprensa vitoriana, Batalha Reis não deixa passar em claro a menção a um facto que a macula: a displicência com que as classes de elite olham para o periodismo. Considerando que «Victorian journalism functions at the intersections among individual ambitions and desires, social problems and controversies, and ideological constructs», sendo, consequentemente, «an arena where various kinds of rivalries are waged, including conflicts between religions, politics, town and estate»⁴²⁴, Eça de Queirós também nota que a imprensa vitoriana é um terreiro de peleja, no qual pontifica o cinismo. Assim, discorrendo, nas «Crónicas de Londres», sobre a Questão Oriental que opunha a Rússia e a Turquia, Eça refere que há duas facções rivais na Grã-Bretanha: a dos que querem que o país entre na guerra para salvaguardar os seus interesses estratégicos na rota da Índia e a dos partidários da paz que se envolvem numa

⁴²³ Cf. Lucy Brown, *Op. cit.*, 1985, p. 76.

⁴²⁴ Lloyd Davis, «Journalism and Victorian Fiction», in Barbara Garlick e Margaret Harris (eds.), *Victorian Journalism, Exotic and Domestic. Essays in Honour of P. D. Edwards*, University of Queensland Press, St. Lucia, Queensland, 1998, p. 207.

«luta de eloquência, que tem todos os pesados furores, todo o animal encarniçamento do *box*» (CICL, p. 326). Este conflito é travado, sobretudo, nas páginas dos periódicos. Assim, revela Eça a 5 de Março de 1878:

Os grandes jornais, os jornais personagens, o “Times”, o “Daily Telegraph”, o “Daily News”, o “Standard” o “Morning Post”, conservam uma postura [...] digna, e nunca perdem a linha majestosa. Mas tudo o que a ironia, o sarcasmo, a alusão pérfida, podem produzir de mais acerado é trocado entre eles numa prosa correcta e grave. São *gentlemen*, que se trocam num salão injúrias bem redigidas, com uma atitude cortês, o fel no coração e o sorriso nos lábios. Nunca vi tanto ódio - sob tanta polidez (*ibidem*, p. 328).

Eça demonstra bem que a imprensa vitoriana é um ringue de gladiadores que se batem ferozmente a coberto da hipocrisia que deixa perpassar uma imagem de cortesia. Porém, estes duelistas são apelidados pelo articulista como *gentlemen*, donde se infere que Eça se reporta à imprensa britânica como uma liga de cavalheiros, atribuindo-lhe, por conseguinte, dignidade, algo inexistente no mundo jornalístico luso. Quando, em *Os Maias*, João da Ega vocifera enfurecido: «Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!»⁴²⁵, traça o retrato negativo do jornalista português que perpassa a ficção queirosiana, epitomizado pelo Palma, imagem repugnante do jornalista lisboeta que, muito embora se considere um *gentleman*, interessa-se mais por «pândegas [...], chalaça e gozar»⁴²⁶, assumindo com orgulho o seu «jeito para espanholas»⁴²⁷, com as quais, aliás, se deve lidar à bordoadada.

Batalha Reis, por sua vez, alude ao tom elegante e cerimonioso da linguagem dos jornais britânicos a fim de demonstrar o cavalheirismo da mesma. Desta feita, ambos os autores são unânimes em salientar que a «polidez» é um dos apanágios mais característicos da imprensa vitoriana. Batalha Reis chega mesmo ao ponto de esclarecer que «a imprensa inglesa é muito mais comedida em sua linguagem que a imprensa francesa» (RI, p. 83), reiterando que a Inglaterra é um «país onde, em geral, a imprensa é pesada, [...] mas ilustrada e cortês» (*ibidem*, p. 69).

Não obstante um ou outro à parte que indicia um certo desprezo que os estratos mais elevados da sociedade devotam aos jornalistas e o cariz, mais ou menos, cínico dos periódicos, Eça e Batalha convergem na opinião de que a imprensa britânica é única

⁴²⁵ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1888), p. 135.

⁴²⁶ Idem, *ibidem*, p. 230.

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, p. 231.

porque cortês na linguagem e, sobretudo, porque presta um bom serviço informativo, para o que se documenta consistentemente, visão que está, como notamos, longe daquela transmitida por João da Eça ao apelidar de «burros» os jornalistas portugueses. Assim, no que respeita a imprensa britânica, quando o tema é o aprofundar de questões relativas aos conflitos bélicos em que a Inglaterra se envolvia nos finais do século XIX, tanto Eça como Batalha confiam na seriedade e na qualidade da informação respeitante a assuntos militares que recebem dos periódicos, uma vez que «todos os correspondentes ingleses [são] os mais hábeis, os mais experientes de coisas militares» (CICL, p. 258). Batalha Reis também pensa de modo idêntico e, referindo-se à *Blackwood's Magazine*, constata: «A *Blackwood Magazine*, de Edimburgo [...] é uma das mais antigas e das mais conceituadas revistas da Grã-Bretanha. Os seus artigos militares são sempre escritos por um especialista dos mais distintos, quase sempre são reproduzidos em volumes e largamente citados» (RI, p. 181). Assim, através destes breves exemplos, percebemos como os dois autores portugueses ressaltavam positivamente a excelência da forma consciente de se fazer jornalismo na Inglaterra vitoriana finissecular, o que ilustra as constatações de que «solidity and seriousness can be sensed in the reporting of the period» e que «reporters produced a body of solid and coherent information»⁴²⁸.

A par da imprensa denominada “séria”, Eça e Batalha também abordam a imprensa mais mundana. Já notámos anteriormente que Eça não se inibe de declarar que lê jornais de «pilhérias», isto é, periódicos sensacionalistas e de sociedade. E, Batalha Reis, por sua vez, também alude à *yellow press*. Discernindo sobre os tenebrosos crimes de Jack, o Estripador, o cônsul declara:

Mesmo em Londres é pouco todo o cuidado em discriminar das verdadeiras, as notícias falsas a respeito dos assassínios de Whitechapel. Ao lado dos numerosos *reporters* coligindo conscientemente os factos averiguados, há os *reporters* imaginosos, principalmente os correspondentes de jornais estrangeiros, que em especial se propõem a criar episódios de sensação (*ibidem*, p. 110).

Verificamos que Batalha Reis reitera a noção de que os jornalistas britânicos são, realmente, ciosos do seu dever. Também salvaguarda que, a par dos repórteres que se ocupam em noticiar factos digna e rigorosamente, há aqueles que, propositadamente, empolam escândalos, relatando-os conforme apraz à sua imaginação. Todavia, Batalha

⁴²⁸ Lucy Brown, *Op. cit.*, pp. 102 e 103.

Reis também ressalva algo importantíssimo que se revela favorável à imagem que apresenta da imprensa vitoriana. Na verdade, os «*reporters* imaginosos» são, sobretudo, estrangeiros e não ingleses. Assim, reparamos que, para Batalha Reis, o sensacionalismo nefasto infecta a imprensa estrangeira em maior escala do que a inglesa. E até a própria imprensa da Velha Albion que se dedica aos assuntos ligeiros de sociedade não é repudiada por Eça que se refere elogiosamente a dois dos periódicos vitorianos mais célebres desta categoria: a *Whitehall Review* e a *Vanity Fair*. Da primeira diz que é «o mais elegante jornal hebdomadário de Londres» (CICL, p. 246) e relativamente à segunda afirma ser «um jornal elegante, [...] estimado, respeitável» (*ibidem*, p. 327). Em suma, Eça não revelando grandes pruridos no tocante à imprensa inglesa denominada menos séria - ele que tanto criticou o público português por querer revistas de recreio, «em que a instrução fosse muito leve»⁴²⁹ - rende-se à qualidade deste tipo de periódicos na Inglaterra, onde a imensa quantidade de jornais com informação metodicamente coligida levava a que houvesse «a demand for something lighter and more descriptive than the orthodox morning papers provided»⁴³⁰.

No cômputo geral, Batalha Reis e Eça de Queirós, através das suas apreciações detalhadas da imprensa britânica, fruto das suas próprias vivências prolongadas naquele país, tecem-lhe comentários elogiosos, os quais culminam em comparações, umas vezes directas, outras vezes mais veladas, com a imprensa do Portugal de finais de Oitocentos, parelismo que, em rigor, não é abonatório para o periodismo luso, pelo que o retrato do Outro tem uma intenção didáctica de dar a conhecer uma maneira superior de fazer jornalismo. Assim, observando o Outro, o Eu pode aprender algo a fim de corrigir o que tem de menos bom.

De ambos os autores, Jaime Batalha Reis é aquele que mais abertamente critica a imprensa portuguesa por via da inglesa. Primeiramente, atinge a superficialidade dos temas e assuntos tratados nos jornais pátrios, pois são os próprios leitores que não revelam interesse por notícias que edifiquem e cultivem os espíritos. O leitor dos periódicos britânicos é instruído porque quer ler artigos sérios, porque atribui à imprensa uma função pedagógica. Já o leitor português prefere jornais cujos conteúdos sejam fáceis de digerir, raramente ultrapassando o mexerico. Batalha Reis revela que os ingleses desejam jornais que «os informem completamente do que acontece, a fim de que estes lhes forneçam os factos necessários para a formação de ideias, para o

⁴²⁹ Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 49

⁴³⁰ Lucy Brown, *Op. cit.*, p. 110.

exercício de profissões» (*RI*, p. 39). Inversamente, «o francês ou o português pedem aos jornais ditos, frases, anedotas e notícias apenas nos limites do interesse que experimenta a mulher bisbilhoteira desejosa de saber o que se passa na vizinhança» (*ibidem*). Por conseguinte, enquanto que «o inglês quer conhecer, pelo jornal, o que acontece no mundo» (*ibidem*), nos jornais portugueses «o objecto é divertir o leitor e ridicularizar ou descompor alguém» (*ibidem*, p. 40). E nestes aspectos nota-se um paralelismo entre o que Batalha Reis revela do público luso e o que Eça escrevia na sua *Revista de Portugal*. Desiludido com os leitores pátrios, Eça desabafava publicamente:

A REVISTA DE PORTUGAL, logo desde os seus primeiros passos, ainda vivos de esperança [...] não encontrou [...] uma simpatia bastante pronta e quente para mostrar que fosse esta, precisamente, a publicação apetecida e esperada pelas curiosidades intelectuais do Público.

[...] O Público, por motivos múltiplos de raça, de educação, de costumes e de ocupações, deseja encher aquelas horas livres em que folheia um livro ou uma revista, não no severo esforço de adquirir uma instrução sistemática, mas no mero consolo de receber uma distração inteligente⁴³¹.

Se Eça deplorava o interesse do público português por assuntos superficiais, Batalha Reis comunga da mesma opinião e não o isenta de culpas no que se refere a projectar uma apreciação negativa da imprensa lusa por oposição à britânica. Porém, o discurso encomiástico do diplomata português em relação à imprensa de além-Mancha ainda vai mais além.

Com efeito, insistindo «no facto de não ser um cônsul vulgar»⁴³², leia-se pouco activo na defesa dos interesses portugueses em África, Batalha Reis, indignado contra o que se escrevia em Inglaterra a respeito da ineptitude do Governo de Lisboa para administrar os territórios ultramarinos que reclamava como seus, socorre-se dos mesmos periódicos que atacavam Portugal para expor os argumentos que, em última análise, demonstravam quão erróneos eram os juízos ingleses relativamente à administração portuguesa em África. Contente com o facto de poder publicar artigos consignados à explicação das razões que assistiam a Portugal, Batalha tece sentidos elogios à imprensa britânica na sua «Revista» de 21 de Setembro de 1888. Tendo em mente três artigos que redigiu para o *Leeds Mercury*, respectivamente a 11 e a 25 de

⁴³¹ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa VI (da “Revista de Portugal”)*, edição de Maria Helena Santana, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1995, p. 123.

⁴³² Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), p. 32.

Agosto e a 8 de Setembro daquele ano, nos quais rebatia críticas às acusações que o jornal fazia ao comércio negreiro português, o diplomata luso salientava:

«Não percamos, porém, esta ocasião de ser amáveis e justos para com a Inglaterra. Um jornal inglês acusa os portugueses; um português rebate com provas os termos dessa acusação [...]; e o jornal inglês lealmente, imparcialmente, *retira a acusação*».

Ofereço este facto à imitação da imprensa apaixonada do meu país e à imitação do jornalismo de todos os países (*ibidem*, p. 98. Itálico do autor).

Do que nos é dado ler, percebemos que Batalha Reis considerava que a imprensa vitoriana actuava segundo princípios de justeza e rigor informativo que em nada reflectiam o tom meramente sensacionalista do jornalismo português. O periodismo britânico era, para o cônsul luso, um paradigma com cuja imitação a imprensa mundial, mormente a portuguesa, só tinha a lucrar. Por conseguinte, Batalha Reis defende claramente como o Outro pode ensinar o Eu. Ademais, ao dar relevo ao facto de a imprensa que acusava Portugal dar hipóteses de defesa ao mesmo, Batalha Reis não deixou de demonstrar «a relativa abertura da imprensa britânica oitocentista em geral a todo o tipo de temas, pluralidade e profissionalismo»⁴³³, que, em suma, ilustram a sua admiração pela imprensa britânica finissecular.

Mediante a publicação de artigos em prol dos interesses lusos em periódicos como o *Leeds Mercury*, Teresa Pinto Coelho conclui que «a actuação de Batalha Reis chamou a atenção para o caso português»⁴³⁴. É certo que não teve o peso suficiente para mudar as opiniões britânicas, até porque o cônsul «conduz isoladamente a sua campanha em Inglaterra»⁴³⁵, mas teve o mérito de informar os ingleses relativamente à verdade dos factos e, nesse aspecto, a imprensa não esteve aquém do seu papel, como, aliás, Batalha admite.

No entanto, e para Eça, a imprensa vitoriana tem também o condão de espicaçar, de sacudir a opinião pública e levá-la a agir. Esta imprensa viva e actuante era, exactamente, o que a própria Geração de 70 preconizava. Na verdade, querendo acordar o país do marasmo social, político, económico e intelectual em que se encontrava, a geração de Antero de Quental, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, entre outros, evidenciava na preocupação com o papel da imprensa um dos *Leitmotive* recorrentes do

⁴³³ Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), pp. 47-48.

⁴³⁴ Idem, *ibidem*, p. 47.

⁴³⁵ Idem, *ibidem*, p. 48.

seu plano de acção ideológica. O que estes homens pediam ao jornalismo era que este fosse uma força-motriz que ajudasse a nação a despertar, para o que deveria ser um jornalismo actuante e esclarecedor⁴³⁶.

Fradique Mendes, heterónimo colectivo de Eça, Batalha Reis e Antero, companheiro geracional dos homens da Geração de 70 e, simultaneamente, «uma síntese de todas as criações e ideais de Eça»⁴³⁷, dá voz a tudo o que a sua geração pressupunha para a imprensa, nomeadamente a portuguesa. Através de uma ironia extremada, Fradique, dirigindo-se a um misterioso Bento de S., traça um quadro negro do jornalismo, isto é, do mau jornalismo, daquele que promove «juízos ligeiros, vaidade, intolerância»⁴³⁸, enfim, o jornalismo antagónico àquele que Eça enfatizava nos tempos em que escrevia para *O Distrito de Évora*. Nas colunas do periódico eborense, o jovem Eça, traçando, pela primeira vez, a sua teoria jornalística, postula o primado da verdade e da justiça como trave-mestra da actividade da imprensa, no intuito de que esta possa não só esclarecer como também guiar indivíduos e governos⁴³⁹. Nestas suas primeiras incursões pelo periodismo, Eça de Queirós defendia, precisamente, que o bom jornalismo é aquele que «alumia [...] e mostra a revolução [...] pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justiça»⁴⁴⁰.

Remetendo os leitores para o *Caso Ponge*, um escândalo relacionado com adultério em que o marido traidor e a amante foram condenados à morte, assim como o irmão e a cunhada do primeiro, Eça mostra, na realidade, o que se entende por uma imprensa que, por não ser passiva, leva à transformação, à tomada de consciência. Referindo as bases pouco consistentes da sentença, o autor assevera que:

O “Daily Telegraph” [...] insinuou que lhe parecia bem pouco comprovado o crime, e bem severa a sentença. Outro jornal retomou o assunto, repetindo a mesma opinião; e depois outro, outro e outro. Imediatamente a opinião agita-se: os jornais começam a publicar cartas, que, numa argumentação cerrada e sagaz, provavam a falta de provas [...]. E toda a Inglaterra, profundamente revoltada por esta agitação, pede o perdão para os réus! Em vista disto, o Governo perdoa!

[...] Que tinha feito a Inglaterra? Tinha destruído a sentença de um tribunal, com uma agitação popular. [...] Quem decide em último recurso é a imprensa e o público (*CICL*, p. 281).

⁴³⁶ Elza Miné ressalva, mesmo, que a Geração de 70, além de pôr a nu as enfermidades da imprensa, preconizava um jornalismo que «sacudisse “as consciências”», in *Op. cit.* (2000), p. 180.

⁴³⁷ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 146.

⁴³⁸ Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1900), p. 215.

⁴³⁹ Cf. Elza Miné, *Op. cit.* (1986), pp. 15-16.

⁴⁴⁰ *Op. cit.* (1981), p. 302.

Com efeito, Eça não só mostra o enorme poder detido pela imprensa vitoriana, como define o seu carácter activo que, como é sabido, se contrapunha à inércia da imprensa portuguesa. Tendo em mente os pressupostos pelos quais tanto o articulista como os seus companheiros geracionais se debatiam, vemos que foi através da imprensa que, na Inglaterra, o *Caso Ponge* obteve um desfecho justo. Isto é, a imprensa não ficou indiferente às notícias que relatou, levando a opinião pública a agir. É claro que, entretantes, o autor de *Os Maias* explica, em tom levemente cáustico, que a opinião pública britânica é facilmente influenciável. Porém, é sensível ao facto de ser necessário que exista uma imprensa, como a britânica, capaz de levar a cabo investigações, capaz de alertar para abusos da justiça, capaz de levar os leitores a (re)pensar certas situações e olhar para determinados acontecimentos analiticamente. Esta era, com efeito, a imprensa que, como perceberemos melhor no ponto seguinte, seria moldada pelo jornalismo investigativo de W. T. Stead, a imprensa actuante que se queria transportar para Portugal.

Olhando para a imprensa britânica vitoriana, Eça, Batalha, Ramalho e Oliveira Martins apresentam aos seus leitores uma imprensa colossal que, impulsionada pela tecnologia, atinge cifras impressionantes tanto em tiragens como no número de periódicos em circulação, algo sem paralelo no panorama português. Eça vai mesmo ao ponto de referir que todos os periódicos publicam um número especial natalício que, «pela venda prodigiosa que tem, constitui um dos rendimentos das publicações inglesas» (*ibidem*, p. 297). Ademais, Eça e Batalha, observando mais detalhadamente outros pormenores, constatam que os periódicos permeiam toda a sociedade vitoriana, são lidos por toda a gente e chegam aos locais mais remotos, de tal modo que Eça, numa clara alusão ao império, não deixa de salientar que os ingleses vão «recebendo nos confins do mundo o *Times* ou o seu *Standard*, e formando a sua opinião, não pelo que vêem ou ouvem ao redor de si, mas pelo artigo escrito em Londres» (*TI*, p. 216). Ora, esta é também uma imprensa que influi nas opiniões, não se acobarda ante o debate dos factos e é, sobretudo, uma imprensa informada e lúcida. Naturalmente que, lado-a-lado com a imprensa mais séria, há a imprensa ligeira de sociedade que, para Eça, até é muito elegante em Inglaterra, e existe, ainda, a imprensa de sensação que acalenta e empola escândalos, mas que, como salvaguarda Batalha, não é tão nefanda em Inglaterra como no resto do mundo.

A imagem que os quatro autores veiculam relativamente à imprensa vitoriana traduz-se pela constatação da sua grandeza, possibilitada, aliás, pelo alfabetismo de todas as classes sociais, pelo seu carácter pedagógico e pelo esforço que investe em informar-se o mais completa e fidedignamente possível na intenção de bem cumprir a sua missão. Face a este cenário as comparações com Portugal são inevitáveis e, seja por via directa ou indirecta, a crítica à imprensa lusa prevalece sempre, ficando o conselho e a esperança de que passe a imitar a sua congénere além-Mancha. Neste confronto entre o mundo Outro e a pátria familiar, é o estrangeiro que se assume como o pólo civilizacional superior e que fornece o modelo a ser reproduzido. No entanto, o retrato da imprensa vitoriana, esboçado genericamente, precisa ser completado com a análise a dois marcos notáveis do periodismo vitoriano: o *The Times* e a *Pall Mall Gazette*, tais astros gigantescos, cuja força gravítica revolveu o jornalismo dos finais do século XIX.

1.2.5. Jornalismo e *New Journalism*. O *The Times* e a *Pall Mall Gazette*

Num século em que a imprensa «came to occupy the position of a dominant social institution»⁴⁴¹, alusões à mesma têm, forçosamente, de ser recorrentes em autores que se preocupam em dar a conhecer a Inglaterra vitoriana. Eça, Batalha, Ramalho e Martins, com efeito, não se dedicam somente a retratar genericamente a imprensa inglesa oitocentista. Jornalistas profissionais, estes autores também aludem recorrentemente a periódicos específicos que marcaram o mundo jornalístico do *fin-de-siècle*. Com maior ou menor incidência, dependendo do autor, os jornais mais referidos são, exactamente, o *The Times* e a *Pall Mall Gazette* que, curiosamente, representam facções jornalísticas contrastantes: o primeiro simbolizando uma imprensa tradicional e conservadora e o segundo exemplificando as novas direcções que o jornalismo iria tomar na viragem da centúria.

Avivada, como vimos, pelas diversas melhorias tecnológicas disponibilizadas pela industrialização e pelas sucessivas reduções a nível de impostos e taxas sobre publicidade e papel, a imprensa britânica atingiria o seu apogeu na década de 1870. E o seu expoente máximo era:

⁴⁴¹ Lloyd Davis, in Barbara Garlick e Margaret Harris (eds.), *Op. cit.*, p. 201.

The penny morning paper [...] exemplified [...] by the whole of a very flourishing provincial daily press and in London by the *Daily Telegraph* (City of London conservative), the *Standard* (Salisbury conservative), and the *Daily News* (liberal); to whose ranks the *Daily Chronicle* (liberal) was added in 1877, while the *Morning Post* (aristocratic conservative) came down in 1881 to the same price⁴⁴².

Contudo, dentro deste género de periódicos o mais importante e paradigmático era o *The Times*, cujos moldes eram imitados por todos os outros jornais. Eça de Queirós, ciente da preponderância do jornal londrino, dirigido até 1877 pelo seu editor mais célebre, J. T. Delane⁴⁴³, chegava mesmo a referir-se-lhe como «o verbo de Inglaterra» (*TI*, p. 212), acrescentando também que «a prosa do *Times* é a matéria-prima de que se faz em Inglaterra o estofa da opinião» (*ibidem*, p. 96). Ramalho Ortigão confirmando a supremacia do jornal face aos seus congéneres da capital salienta os «discretos e sacerdotais periódicos da cidade, com o retêso e timpânico *Times* em pontifical à sua frente» (*JB*, p. 47), o qual também classifica como «o formidável grande polvo da informação inglesa» (*ibidem*, p. 121).

Jaime Batalha Reis, por sua vez, prefere descrever com minúcia o jornal que considera «o mais característico dos produtos ingleses» (*RI*, p. 39). Diz o cônsul que: «Os assuntos esgotam-se sobre as páginas do *Times*, em longos artigos completos. Três, quatro colunas de tipo miudíssimo, a 6 decímetros cada uma, reúnem todos os factos conhecidos sobre uma indústria, sobre uma questão económica, sobre um país» (*ibidem*). Este é, então, «a grande folha onde todos os acontecimentos deixam, dia a dia, o resumo nítido e conciso» (*ibidem*). Ora esta descrição não foge, com efeito, à realidade. Em rigor, os jornais que seguiam na esteira do *The Times* tinham como objectivo principal dar aos leitores informação sólida e segura. Assim:

On the contents side they were overwhelmingly political. They gave some space to business and religion, and some to racing and cricket; while for “human interest” they relied largely on sensational law cases [...]. But the staple was politics, especially speeches; and proceedings in parliament were reported and read all over the country at full length. The way in which the news-matter was handled would to-day

⁴⁴² R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, pp. 143-144.

⁴⁴³ Na verdade, os editores mais preponderantes e influentes que o *The Times* teria durante o século XIX foram Thomas Barnes (editor entre 1817 e 1841) e John T. Delane (editor entre 1841 e 1877), sob cuja liderança o jornal atingiria a autoridade e notoriedade de que gozou o resto da centúria. Cf. Louis Dudek, *Op. cit.*, p. 52.

be thought incredibly dull and matter-of-fact. Headlines were few and paragraphs long. But the reader was at least fairly given the facts [...]»⁴⁴⁴.

No seu artigo «Uma Partida Feita ao *Times*», Eça alonga-se na caracterização deste «grande jornal da City» (*TI*, p. 88), a qual corresponde à descrição que acima transcrevemos relativa aos jornais do mesmo género do *The Times*. Diz Eça que:

A quinta página é ordinariamente destinada à publicação dos discursos pronunciados por homens eminentes da política, da literatura, da ciência, da arte, em *meetings*, comícios [...], *conversazioni*, em todos esses ajuntamentos de *ladies and gentlemen* onde a Inglaterra dá vazão ao seu tumultuoso fluxo labial!... O *Times* é famoso por estas reproduções. Não são resumos, nem extractos: são as arengas, palavra a palavra [...].

Este simples serviço custa por ano ao *Times* milhares de libras, - mas dá-lhe a vantagem de ser ele a acta oficial do verbo público da Inglaterra. [...] Quando se discute um discurso do Sr. Gladstone, uma conferência do professor Huxley ou uma prédica do arcebispo de Canterbury tem-se presente, como texto sagrado, o texto do *Times*. Um orador pode negar a incorrecção de um adjectivo, a violência de uma apóstrofe [...] nos resumos rápidos de outro jornal: nunca quando hajam aparecido nas colunas infalíveis do *Times* (*ibidem*, pp. 167-168).

Ainda que destaquem a posição cimeira do *The Times* e mencionem o seu rigor informativo, os autores, mormente Eça e Batalha, não fazem a apologia deste periódico. Mesmo quando Ramalho o caracteriza como «retêso e timpânico» deixa perceber que, na sua opinião, este famoso jornal é pesado e aborrecido. Identicamente, Batalha Reis apresenta uma lista de adjectivos que conferem ao periódico um carácter «insípido, [...] seco, imenso e estreito» (*RI*, p. 39) e, recorrendo ao humor, oferece o exemplo dos leitores que o periódico conta no Sul da Europa, os quais se encontram «às horas quentes do dia, ou às horas silenciosas da noite, ilustradíssimos e extenuados, de braços, ressonando sobre o monumento da publicidade britânica» (*ibidem*). Na verdade, é certo e inegável que o *The Times* informa o leitor completamente. Porém, «vasto como é» (*TI*, p. 87), como diria Eça, a sua leitura torna-se imensamente cansativa.

As “farpas” que Eça e Batalha lançam ao *The Times* não se prendem apenas com a sua excessiva monumentalidade. O diário londrino é, efectivamente, o espelho da hipocrisia inglesa, simbolizando, ademais, o «poder que a Inglaterra tem no mundo»⁴⁴⁵. Através do *The Times* reincide a crítica que os autores tecem ao expansionismo

⁴⁴⁴ R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 144.

⁴⁴⁵ Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 50.

britânico. E, uma vez que este jornal é o órgão do Partido Conservador e o reflexo das suas ambições, a crítica dos autores manifesta também contornos políticos.

Ademais, caracterizando os matutinos londrinos, nomeadamente o *The Times*, R. C. K. Ensor refere: «They catered distinctively for the upper and middle classes, and almost exclusively for the male reader. [...] Their controllers were usually well-educated middle-class people [...], valuing their papers chiefly for the political and social influence which accrued through them»⁴⁴⁶. Eça nota, precisamente, que: «O *Times*, sendo, por assim dizer, a consciência escrita da classe média da Inglaterra, a mais rica, a mais forte, a mais sólida da Europa, tem uma autoridade formidável» (*ibidem*, p. 96), por isso, «insultar o “Times”, [...] equivale a ofender a City, o que significa injuriar a Inglaterra» (*CICL*, p. 265. Itálico do autor). Em resumo:

O *Times*, o mais caro dos jornais, é a folha querida da aristocracia, da alta burguesia, da grande finança. Não se compreende um *gentleman* inglês, do padrão clássico, sem ter logo pela manhã percorrido conscienciosamente o seu *Times*: é como o coração mesmo da Inglaterra, que ele sente um momento entre as mãos e onde verifica cada dia com orgulho um acréscimo de força, uma pulsação maior de vitalidade (*TI*, p. 171).

Batalha Reis vai mais além e, na sua acrimónia contra o *The Times*, não só reitera que é o periódico da burguesia, como também o arauto dos desígnios imperialistas da mesma. Na sequência deste pensamento, revela:

Todas as frases enfáticas, respeitavelmente hipócritas e dignamente vazias que há um século a burguesia inglesa tem produzido, se encontram no *Times*. O *Times* é também o mais eloquente órgão do egoísmo orgulhoso duma raça e duma nação. Não há povo que não tenha sido insultado nas suas colunas, nem conquista britânica que se não haja nelas sugerido. Para o *Times* o mundo tem tido dois grandes dominadores: Roma e Inglaterra. Uma só consideração luta na opinião do *Times* com os planos de expansão e de conquista inglesa: a economia. É necessário que a Inglaterra compre o universo barato e que obtenha a maior soma de glória pelo menor preço possível (*RI*, p. 40).

Como se depreende Eça e Batalha convergem na imagem que apresentam do *The Times*: é um jornal intimamente ligado às classes mais elevadas da nação (até porque, como explica Eça, é caro) e, simultaneamente, personifica o carácter do país: cínico e poderoso. No entanto, se Batalha investe frontalmente contra o chauvinismo do

⁴⁴⁶ *Op. cit.*, p. 144. Louis Dudek confirma também que o *The Times* era «the representative newspaper of the prosperous middle classes. Cf. *Op. cit.*, p. 52.

periódico e se o acusa directamente de incitar a Inglaterra à conquista imperial, Eça fá-lo de modo menos aberto, embora em tom não menos crítico. Segundo o articulista, a imprensa britânica, ao inflamar a opinião pública, é responsável pela escalada do imperialismo. No tocante à Questão do Egipto, teria sido, para Eça, o próprio jornal a dar o mote para a anexação. Centrando-se no caos administrativo que se vivia no Egipto, o autor ressalva que interessa à Inglaterra repor a ordem no país do Nilo, pois os ingleses com o «fim de engrandecimento imperial, não embainharão a espada antes de ter instalado na cidadela do velho Cairo, ao som do *God Save the Queen*, um governador inglês. [...] O *Times* [...], esse fala sem reбуço, em “protectorado”» (TI, p. 212). Mas, não é só o Egipto que está na mira do *The Times*, é também a própria Europa que deve ser subjugada, pois «o *Times*, e o *Spectator*, falam, de mão na cinta, e suíça ao vento, de “impor à Europa a vontade da Inglaterra”» (*ibidem*, p. 220). Tal como Batalha, e sempre que se trate do tema do império, Eça considera os ingleses um povo arrogante e altivo de que o *The Times* é bem o reflexo. Por conseguinte não resiste, sempre que possível, a ridicularizá-lo. Assim, quando o periódico publica um artigo de fundo sobre o Brasil, Eça, escrevendo precisamente para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, não perde a oportunidade para apontar-lhe certas falhas de informação, para o que se socorre de expressões como: «O *Times* aqui dormita» (*ibidem*, p. 90), ou «Mas onde o *Times* se engana» (*ibidem*, p. 91) ou, ainda, «O *Times* aqui embrulha-se» (*ibidem*, p. 95), o que tem a intenção de desmistificar o rigor informativo que celebrizava aquele diário.

No entanto, por muito que veiculem do *The Times* uma ideia negativa, nem Eça nem Batalha podem passar ao lado da evidência de que o periódico é, indiscutivelmente, o órgão de comunicação social mais importante da Inglaterra vitoriana, o mais famoso e o mais bem informado e metuculoso. Gostem ou não do jornal, o certo é que este é, sem dúvida, «um colossal armazém de factos, acumulados por homens duma espantosa energia, dum extraordinário poder de receptividade» (RI, p. 41). Para os autores é pena que este jornal seja um monumento colossal da arrogância com que os ingleses «julgam de boa-fé dirigir o mundo» (*ibidem*) porque, no fundo, como reconhece Eça, «o *Times* tem [...] o valor de uma reprodução fotográfica» (TI, p. 168), mérito este que Batalha Reis também lhe concede ao ressalvar, por oposição aos jornais portugueses e franceses, que «no *Times* trata-se de fotografar o mundo e informar os homens» (RI, p. 40). É, no fim, por estar ciente de que não se pode, pura e simplesmente, denegrir impunemente o matutino londrino que Eça deixa escapar uma confissão: «E reparando agora que, por

vezes nestas linhas, fui menos reverente com o *Times* - murmuro, baixo e contrito, um *peccavi...*» (TI, p. 96).

Primazia entre todos os periódicos ingleses, rigor e seriedade na informação eis os pontos favoráveis que Eça, Batalha e, menos reiteradamente, Ramalho apontam ao *The Times*. Porém, os autores também salientam aspectos menos positivos que se traduzem, sobretudo, na sensaboria noticiosa, aumentada pela vastidão do periódico, na altivez que mais não é do que o espelho das classes endinheiradas e no seu declarado chauvinismo e tendências de defesa da expansão imperial. Poderoso, austero e famoso o *The Times* não era, assim, o exemplo perfeito do jornalismo vitoriano.

Apesar de, como já se viu, o quarto poder inglês ser descrito como aquele de maior monumentalidade do século XIX, na Grã-Bretanha contemporânea de Eça e dos seus pares também se tem, tal como no Portugal da Geração de 70, a percepção acentuada de que falta vivacidade à imprensa, ponto em que o Outro e o Eu afinal se identificam. Simultaneamente considera-se que a objectificação/massificação da notícia não deve ser a meta única do jornalismo e que é imperioso reestabelecer um contacto mais íntimo com o leitor, o qual fora quebrado por essa mesma massificação noticiosa. William Thomas Stead, comungando dos anseios dos homens da Geração de 70 em relação à imprensa, encarregar-se-ia de ajudar a mudar, para sempre, a face do jornalismo britânico enquanto editor do vespertino londrino *Pall Mall Gazette* nos anos oitenta, embora os seus primeiros passos na senda da inovação jornalística tivessem sido dados na Escócia, de onde era originário. Imbuído de um forte fervor religioso, ao que não era alheio o facto de ser filho e irmão de pastores protestantes, Stead assumir-se-ia como um paladino da defesa de causas nobres, socorrendo-se da imprensa para proceder a autênticas cruzadas cívicas. Desta feita:

As the son of a north country Congregationalist parson Stead [...] brought to journalism the fervor and zeal of the nonconformist conscience. As editor of the Darlington *Northern Echo* (1871-1880) he used his journalistic talent to spark the Bulgarian Horrors agitation and helped Gladstone make it a potent political factor in 1876. While editor of London's *Pall Mall Gazette* (1883-1890) Stead blended journalistic skill and daring in his so-called "New Journalism" [...] which captured public attention and enabled him to use public opinion to influence both Liberal and Conservative policies⁴⁴⁷.

⁴⁴⁷ Joseph O. Baylen, «A Victorian's "Crusade" in Chicago, 1893-1894», *The Journal of American History*, vol. 51, nº 3, Dezembro de 1964, p. 418.

Como se constata, desde cedo na sua carreira, Stead praticou um jornalismo de intervenção social, o qual procurava alertar as consciências para problemas graves, perante os quais a imprensa, em sua opinião, não poderia assumir um papel passivo e conivente. Foi, então, um jornalismo activo, opinativo e combativo que Stead, o «apóstolo»⁴⁴⁸ de um novo modo de conceber o jornalismo, viria inaugurar nas derradeiras décadas do século XIX, contrapondo-se, sobretudo, a um tipo de jornalismo sensacionalista que tinha a intenção exclusiva de fazer dinheiro ou, como revela Louis Dudek, «Stead was a deeply moral and religious Victorian, who discovered the new publicizing techniques in journalism as a means to good works, while his followers exploited the same techniques to make cash»⁴⁴⁹.

No entanto, voltando especificamente à *Pall Mall*, importa frisar que este periódico, surgido como órgão do Partido Conservador, liderava, na verdade, um número de jornais como a *Westminster Gazette* ou a *St. James Gazette*, todos saídos a público da parte da tarde, que tentavam diferenciar-se dos periódicos matutinos mais ortodoxos. A enorme projecção que alcançaram⁴⁵⁰ devia-se ao facto de, nas suas páginas, oferecerem grande variedade de comentários e entrevistas e de, ocasionalmente, impulsionarem o debate de assuntos sérios de interesse geral. Também se distinguiam dos matutinos porque «they did not give the day's news as the average reporter would have understood it»⁴⁵¹.

W. T. Stead apresentar-se-ia, então, como um revolucionador. Convidado por John Morley, amigo pessoal de Gladstone, para ser editor da *Pall Mall*, Stead deixaria a sua Escócia natal e partiria para Londres disposto a proceder a alterações profundas no vespertino do West End, as quais tinham o distinto propósito de diferenciá-lo de todos os outros periódicos, nomeadamente, os rivais matutinos enfeudados ao pesado *The Times*. As primeiras modificações surgiram a nível da apresentação gráfica. Como ressalva Victor Pierce Jones:

⁴⁴⁸ Pelo seu carácter combativo e pioneiro de um jornalismo actuante e aliado a técnicas literárias, Joseph O. Baylen apelida Stead de «English apostle of the “New Journalism”», in Joseph O. Baylen, «A Letter from Conan Doyle on the “Novelist-Journalist”», *Nineteenth Century Fiction*, vol. 12, nº 4, s. l., Março de 1958, p. 321.

⁴⁴⁹ *Op. cit.*, p. 128.

⁴⁵⁰ Lucy Brown oferece-nos o exemplo do National Liberal Club que, entre 1887 e 1889, encomendava vinte e seis exemplares diários da *Pall Mall Gazette* – enquanto anteriormente recebia apenas treze – para os colocar na sala de jogos, na de fumo, na de bilhar e por todos os locais onde os seus sócios pudessem estar. Assim, de acordo com a autora, «it is impossible to resist the conclusion that it was a necessary priming of the evening's conversations», in *Op. cit.*, p. 110, o que nos dá a ideia da importância dos vespertinos britânicos do final do século. Além disto, Lucy Brown enfatiza, ainda, que a *Pall Mall Gazette*, saindo à hora do chá, era muito lida nos clubes londrinos, *ibidem*, p. 188.

⁴⁵¹ Idem, *ibidem*.

Previously, newspapers contained column after column of close print, the theory being that readers were expected to be interested in everything the newspaper printed, so there was no need to highlight any item [...]. By contrast Stead set out his newspapers with eye-catching titles, or “cross-heads” so that readers could select what they wanted to read [...]. He even persuaded printers to experiment with pictures⁴⁵².

O tipo cerrado e miúdo de que Batalha se queixava relativamente ao *The Times* dava lugar a uma mancha gráfica mais apelativa à leitura. E Stead não só introduziria títulos apelativos como disporia os artigos em duas colunas alinhadas verticalmente. É verdade que os títulos da *Pall Mall* ao serem tão chamativos eram apelidados de sensacionalistas. Todavia, «Stead rejected vulgar sensationalism and objected strongly to *The Times*' reports of “Jack the Ripper” murders, which detailed the horrors of these ritual killings»⁴⁵³.

Ademais, ao nível do estilo jornalístico, Stead popularizou a entrevista, devendo-se-lhe a inovação da entrevista obtida em casa do entrevistado. E, embora se possa admitir que o uso da entrevista na imprensa remonte a 1867, foi Stead quem impulsionou o seu uso sistemático, e a *Pall Mall Gazette* orgulhava-se, inclusivamente, de empregar nas suas fileiras uma «Entrevistadora Chefe», Hulda Friederichs.

As entrevistas serviam diversos fins e assumiam vários contornos. Em primeiro lugar, eram o meio perfeito para figuras proeminentes darem a conhecer a sua opinião ao público e/ou obterem alguma forma de publicidade. Também as havia para revelar a faceta mais pessoal das pessoas famosas, em cujo caso o entrevistado recebia o entrevistador em casa e falava sobre a sua vida e os seus interesses. Paralelamente, as entrevistas também eram utilizadas por aqueles sujeitos que, pressionados pela imprensa, precisavam falar por ordem a escapar às perseguições dos jornalistas. Por fim, as entrevistas podiam, ainda, ser concedidas, à laia de audiências, por individualidades que necessitavam revelar os seus pontos de vista, socorrendo-se, para tal de jornalistas ou periódicos com os quais mantinham relações amistosas ou de confiança.

Stead também seria particularmente notado por desenvolver técnicas agressivas para extrair informação de sujeitos menos cooperantes ou menos propensos a deixar-se entrevistar. O seu método consistia simplesmente em vencer o seu sujeito pelo cansaço.

⁴⁵² Victor Pierce Jones, *Saint or Sensationalist? The Story of W. T. Stead, 1849-1912*, Gooday Publishers, East Wittering, West Sussex, 1988, p. 10.

⁴⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

O que Stead fazia era, então, pensar num assunto, elaborá-lo, escrever sobre ele e, depois, pedir comentários a quem queria entrevistar. Não aceitava recusas e a sua insistência era algo até aí inaudito no mundo jornalístico. Seria, aliás, desse modo que conseguiria chegar a entrevistas com Gladstone e *Lord Carnarvon*⁴⁵⁴.

Porém, Stead também procederia a reformas estilísticas dentro da própria entrevista, ao recusar o formato tradicional e simples da pergunta-resposta. Ao invés, fazia incluir detalhes relativos à aparência do entrevistado e ao ambiente em que aquela decorria, o que adjuvava ao incremento da sua popularidade.

Na verdade, a popularidade da entrevista é tal que Oliveira Martins, referindo-se a *Mrs. Besant*, uma perita em estudos sobre o oculto, lamenta não ter podido «*interviewá-la*» (*IH*, p. 283), construindo, assim, uma palavra nova que demonstra a importância daquele método jornalístico. Todavia, e a fim de poder apresentar *Mrs. Besant* ao leitor, o autor português transcreve a «*interview* com um *reporter*, mr. Stead [*sic.*]» (*ibidem*), a qual fora publicada na *Pall Mall Gazette*. De facto, não importa que Oliveira Martins não saiba soletrar correctamente o nome do editor do vespertino porque o que é pertinente reter é que o autor português conhecia o trabalho e a proeminência de Stead. Da entrevista a que nos referimos citamos, então, apenas a parte inicial para nos apercebermos como, de facto, Stead inovou essa técnica. Diz o editor: «Perguntei a *Mrs. Besant* se não teríamos sido vítimas de uma ilusão. (Era um caso de aparições). – Decerto não, disse carinhosamente» (*ibidem*). Se atentarmos bem, vemos que, na realidade, se ultrapassou o mero formato pergunta/resposta. Stead usa o discurso indirecto, e não o directo, para referir a questão que colocou à entrevistada. Depois, ao dar-nos a sua resposta inclui um advérbio de modo para descrever a maneira pela qual aquela tinha sido dada, abstendo-se, por isso, de um discurso imparcial, levando, simultaneamente, o leitor a ter uma melhor imagem da pessoa entrevistada.

Ainda a respeito da entrevista, é pertinente salientar que Ramalho Ortigão também se apercebia perfeitamente da sua importância e relacionava-a directamente com W. T. Stead. Desse modo, e à semelhança de Oliveira Martins, refere-se ao «novo poder da *interview* na influência e no destino do jornalismo contemporâneo» (*JB*, p. 45) ao focar o vespertino londrino. Aliás, a atestar o carácter inovador e o poder da entrevista no panorama jornalístico vitoriano, não podemos esquecer que o próprio Batalha Reis foi entrevistado pela *Pall Mall* a 21 de Maio de 1889 na sequência da sua

⁴⁵⁴ Relativamente à popularização da entrevista, sobretudo por W. T. Stead, cf. Lucy Brown, *Op. cit.*, pp. 160-164.

cruzada na tentativa de explicar à opinião pública britânica os direitos portugueses em África. Intitulada «Our Portuguese Allies in Africa. An Interview with a Portuguese Geographer», esta entrevista demonstra não só a cordialidade e a dignidade da imprensa britânica que tanto Eça como Batalha aplaudiam, por dar a conhecer as justificações de um país rival, como apresenta as novas técnicas do Novo Jornalismo: uma entrevista franca em que o leitor consegue mesmo visualizar as reacções do entrevistado. Assim, ao publicar-se «“Portugal”, retorted Mr. Reis, hotly, “is more tolerant than England”»⁴⁵⁵, quem lê verifica melhor a posição de Batalha a respeito da tolerância religiosa portuguesa do que se não existisse qualquer menção à maneira como respondera ao entrevistador.

Mas, além de proceder a inovações estilísticas, Stead foi igualmente responsável por uma maior personalização das notícias (antecipando o jornalismo moderno sobre celebridades) e notabilizou-se, sobretudo, por utilizar a *Pall Mall Gazette* para empreender autênticas cruzadas cívicas que alertavam o público leitor para uma infinidade de problemas sociais da Inglaterra vitoriana⁴⁵⁶. Ou seja, começava a notar-se uma transformação não só a nível da apresentação das notícias como também uma tomada de consciência de que a imprensa poderia ter um papel mais actuante na sociedade. Por isso é que Ramalho afirmava que o periódico em questão começara por ser um:

Grave jornal conservador, acadèmicamente literário, - o discreto jornal de sociedade, o jornal para meninas – e que [...], fazendo-se liberal em política, tomou ao mesmo tempo o partido da revolução em tôdas as suas formas começando por tirar as tradicionais luvas brancas e aplicar alguns piparotes menos cerimoniosos ao ventre da venerável hipocrisia britânica (*ibidem*, p. 44).

Na verdade, o que o autor português faz é, precisamente, dar conta da alteração de rumo evidenciada pela *Pall Mall Gazette* a partir do momento em que Stead se torna seu editor. Aliás, como já tivémos ocasião de referir, para Stead nada era mais importante ou primordial do que a capacidade de poder criticar e de alertar a sociedade. Por conseguinte, enchia as páginas do diário com «press campaigns and crusades; he was an "Investigative" journalist who went looking for news especially when he thought

⁴⁵⁵ «Documento X», in Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), p. 187.

⁴⁵⁶ Como ressalva Louis Dudek: «Stead treated the genteel Victorian public to the full blast of literal descriptions of rape, seduction and the sale of children of thirteen in the brothels of London. His purpose had all of a moral crusader's purity», in *Op. cit.*, p. 129, o que indica a preferência dos temas abordados pelo editor da *Pall Mall*.

people were hiding the truth and public opinion should be roused»⁴⁵⁷. Em 1886 num artigo intitulado «The Future of Journalism», publicado na *Contemporary Review*, e onde esclarece melhor a sua teoria jornalística pessoal, o editor da *Pall Mall Gazette* afirmaria: «No consideration [...] can compensate for the loss of the right of individuality, of independence, and of criticism»⁴⁵⁸, o que revela bem o seu grau de compromisso para com uma imprensa esclarecida e esclarecedora.

Eça de Queirós, não se esquecendo de mencionar o papel fulcral e inovador da *Pall Mall Gazette* no panorama da imprensa periódica sua contemporânea⁴⁵⁹, também não deixa de frisar que aquele periódico gostava de espicaçar «o enorme Leão Britânico para o fazer erguer-se e rugir» (*CICL*, p. 207), esclarecendo, dessa feita, que aquele vespertino tinha por finalidade a acção, recusando qualquer papel estático na sociedade. Como era esta a função que Eça desejava ver alargada a toda a imprensa, não admira que se lhe refira como «o melhor, mais bem feito, mais importante jornal de Londres» (*TI*, p. 220), em suma, «a respeitável *Pall-Mall*» (*ibidem*) em oposição ao «venerando *Times*» (*ibidem*, p. 167) que é, na opinião queirosiana, um «oráculo augusto» (*ibidem*, p. 91), um «nobre in-fólio diário» ou um «augusto periódico que [...] jamais se abaixou a uma controvérsia» (*ibidem*, p. 167), logo, um periódico pouco motivado para a acção social.

Se o *The Times* recusava a polémica, o método de Stead, bem ao contrário, consistia em concentrar-se em assuntos propensos a gerar celeuma. Uma das suas campanhas mais célebres teve por intenção pôr a descoberto o tráfico de raparigas no negócio da prostituição em Londres, para o que redigiu uma série de artigos intitulados «The Maiden Tribute of Modern Babylon», em 1885, os quais, com efeito, produziram enorme polémica e tornariam o seu nome célebre além-fronteiras⁴⁶⁰. Fiel ao princípio de que o jornalista deve procurar a informação sem se deixar influenciar por ninguém⁴⁶¹, Stead iniciaria uma cruzada jornalística que se saldaria em três resultados surpreendentes. Em primeiro lugar, e provavelmente o resultado mais previsível, Stead

⁴⁵⁷ Victor Pierce Jones, *Op. cit.*, p. 10

⁴⁵⁸ *Apud*, Lucy Brown, *Op. cit.*, p. 187.

⁴⁵⁹ Maria Teresa Pinto Coelho também corrobora esta noção ao declarar que Eça procede a «referências constantes à *Pall Mall Gazette*, então um dos órgãos informativos mais inovadores em termos jornalísticos e fundadora do *New Journalism*», in *Op. cit.* (1996b), p. 59.

⁴⁶⁰ Joseph O. Baylen, in *Op. cit.*, p. 418.

⁴⁶¹ Cf. Lucy Brown, *Op. cit.*, p. 188. Ademais, a autora esclarece que Stead iniciaria «The Maiden Tribute of Modern Babylon» livre de quaisquer influências externas, salvo, talvez, algum encorajamento proporcionado pela família Booth, fundadora do Exército de Salvação, corroborando o facto de Stead defender um jornalismo liberto de constrangimentos vindos do exterior.

seria condenado a dois meses de cadeia e, devido à controvérsia suscitada pelos artigos, seria obrigado a assistir à perda de uma boa parte das receitas publicitárias que sustentavam o jornal⁴⁶². Em segundo lugar, graças a ter provado a existência de um crime social que a sociedade fazia por ignorar, conseguiu mobilizá-la e levar o Parlamento a passar nova legislação relativamente à idade legal para o consentimento sexual. O seu jornalismo teve o condão de promover mudanças na sociedade, comprovando a possibilidade de a imprensa ter um papel activo e ser instrumento de transformação.

Através do testemunho de Ramalho Ortigão, pródigo em afirmações relativas à *Pall Mall Gazette* e ao seu director, comprovamos que este conseguia atrair «ao seu periódico a adesão e o aplauso das *pious persons* e das inumeráveis associações filantrópicas para a depuração da virtude, como a *White ribbon army*, a *Social purity*, a *Minor's joint protection committee*, a *London city mission*, a *Reformatory and Refuge union*, a *Moral Reform union*, e a formidável e prodigiosa *Salvation army*» (JB, p. 45), o que atesta o poder mobilizador das colunas da *Pall Mall*. Similarmente, Oliveira Martins também se apercebeu nitidamente da relevância da cruzada de Stead, referindo-se-lhe como «o célebre autor dos escândalos de *Pall Mall*» (IH, p. 283).

E, regressando aos resultados grangeados por Stead relativamente ao seu empenho em desvendar males sociais, vemos que, em terceiro lugar, aquele que mais nos interessa, a sua maneira inovadora de usar a imprensa, levaria a que, em 1887, Matthew Arnold a apelidasse de *New Journalism*, por ter rompido claramente com o modo tradicional de expôr as notícias ao apresentá-las de modo vívido, pessoal e intendendo a proceder a reformas⁴⁶³.

Ironicamente, Matthew Arnold não fazia a apologia do jornalismo de Stead, como se poderia depreender à vista desarmada, mas criticava o facto de ser apelativo às massas e de não dar aos factos um tratamento convencional por se socorrer de uma linguagem pouco contida. Enfim, o que se encontrava na *Pall Mall Gazette* era aquilo que Ramalho apelidava de «estilo cavernoso e profético» pontilhado por um «pomposo desrolhamento de metáforas teogónicas» (JB, pp. 45 e 46). Por outras palavras, damos conta do estilo sensacionalista atribuído a Stead, que, não sendo o pai do

⁴⁶² Além de anunciantes, a *Pall Mall* também perderia alguns leitores na sequência dos escândalos revelados pela cruzada de Stead. Cf. J. W. Robertson Scott, *The Story of the "Pall Mall Gazette", of Its First Editor and of Its Founder George Murray Smith*, Oxford University Press, Oxford, 1950, p. 281.

⁴⁶³ Para maiores esclarecimentos sobre o *New Journalism* de Stead e a campanha «The Maiden Tribute of Modern Babylon», cf. Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, pp. 49-50 e também a página 17.

sensacionalismo, como por vezes se assume, soube perfeitamente utilizá-lo em prol dos seus objectivos⁴⁶⁴. No entanto, virando a crítica de Matthew Arnold a favor de Stead, nota-se que este «novo jornalismo» tinha as virtudes de estreitar o contacto com os leitores ao motivá-los para a notícia, de alertar o público para problemas político-sociais prementes e de conduzir à acção, exactamente aquilo que os escritores oitocentistas preconizavam para a imprensa e, sobretudo, indicava o caminho do jornalismo literário.

Sendo os autores em estudo jornalistas diferentes, isto é literários, como temos vindo a reiterar, apercebem-se de que a imprensa que corta com o jornalismo mais tradicional é precisamente aquela representada pela *Pall Mall*, pelo que Eça nem sequer tem qualquer pejo em admitir que é o melhor periódico britânico. Assim, fartos da opacidade e da massificação noticiosas, Eça e Batalha elegem o *The Times* como exemplo da imprensa passiva e despersonalizada contra a qual se insurgem, enquanto que Ramalho e Oliveira Martins, sobretudo, revelam as novas técnicas do «novo jornalismo» de W. T. Stead e dão conta da mudança de rumo que a *Pall Mall Gazette* quer inculcar na imprensa.

Escritores-viajantes e jornalistas literários, Eça, Ramalho, Batalha Reis e Oliveira Martins dão-nos uma imagem da Inglaterra vitoriana expressa num registo inovador algures na intersecção da literatura de viagens e do discurso jornalístico, um género (para)literário híbrido, difícil de definir, mas que, na viragem do século, se estava, com efeito, a tornar *mainstream*. Simultaneamente, ao pisarem e viajarem sobre solo inglês e, ademais, ao dissecarem e descreverem a Inglaterra estes autores apropriam-se dela. Ironicamente, provenientes de um país periférico e, face à Inglaterra, aparentemente inferior, estes viajantes exercem um acto de posse sobre um país imperial, o qual, orientalizado e exótico, se torna num destino inesperado. Confrontados com uma realidade surpreendente, Eça, Ramalho, Batalha e Martins vão, como qualquer viajante ou jornalista literário, procurar dar-lhe sentido e torná-la inteligível e, «daí, a adopção de estratégias, como a comparação com o já conhecido ou a evidente procura de anteriores propostas de representação literária»⁴⁶⁵. É assim que a Inglaterra se torna numa nação evocativa do Oriente, esse incomensurável espaço Outro.

⁴⁶⁴ Cf. Lucy Brown, *Op. cit.*, p. 252.

⁴⁶⁵ João David Pinto Correia, in Fernando Cristovão (coord.), *Op. cit.* (2003), p. 30.

PARTE II

NO IMPÉRIO ORIENTAL DE GOG E MAGOG: UMA INGLATERRA OUTRA

2.1. Orientalismo(s) e Alteridade

2.1.1. Quatro Viajantes e um Destino (In)Esperado

Relacionada com o mundo ocidental, parece incongruente, à primeira vista, conotarmos a Inglaterra com o Oriente, esse território exótico que «desde a Antiguidade [...] oferece matéria para alimentar as nossas fantasias»¹, mas que, não resistindo à comparação com o centro civilizacional europeu, procede de um imaginário simplificado através dos «arquétipos orientais», se quisermos utilizar a nomenclatura proposta por John M. MacKenzie, para nos referirmos à visão estereotipada e redutora que, à luz de olhos ocidentais, apresenta o Oriente como a esfera da voluptuosidade, da decadência cultural, do fatalismo lânguido e da indolência². No entanto, são, precisamente, imagens orientais que assomam à ideia de Oliveira Martins logo nos primeiros instantes da sua estada em Londres. Mirando a cidade a partir das varandas do Savoy, onde está alojado, o autor diz-nos que: «O cenário tinha o que quer que fosse de oriental. Não sei se da Índia, [...] não sei se do Egipto, [...] mas, talvez [...] de Assur, ou Babilónia, nos tempos colossais de Sargon ou de Assurbanipal. Essa noite sonhei que estava em Ninive» (*IH*, p. 29). Em suma, a impressão oriental notada por Oliveira Martins é tão vincada que se tornará redundante por toda a obra ao ponto de, nos seus próprios sonhos, este viajante se transportar às cidades míticas do Oriente retratado no Velho Testamento. Depois de atravessar a Mancha, o autor encontra-se num outro universo e, de facto, «a entidade-outro começa quando a travessia acaba»³, o que também é verídico para os restantes autores em apreço que se apercebem igualmente de uma Inglaterra de traços orientais.

¹ Ana Paula Laborinho, «China. Maravilhoso e Utopia nos Relatos dos Viajantes Portugueses Quinhentistas», in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 170.

² John M. MacKenzie acrescenta, ainda, a estes «arquétipos orientais» a tirania, a crueldade e o atraso tecnológico. Cf. *Orientalism. History, Theory and the Arts*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1995 (reimp. 1998), p. 46.

³ Maria Alzira Seixo, *Op. cit.*, p. 24. A este respeito, José-Augusto França acrescenta que «o Outro [...] é um “aquele” diferente e oposto, em termos de lugar ou de espaço», José-Augusto França, «Est’Outro e Aquel’Outro», in *Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa. O Outro*, p. 33. Portanto, o Outro é uma entidade distante no plano geográfico.

Ironicamente, a verdade é que a conexão da Inglaterra, mais concretamente da sua capital, ao hemisfério ocidental é bastante frágil. Como refere Robert Young, não sem algum remoque: «In 1884, the division of the newly homogenized temporal world into East and West was placed not in Jerusalem or Constantinople but in a South London suburb»⁴, reportando-se, obviamente, ao meridiano de Greenwich e à simbólica faixa de bronze que corta o globo nas suas metades Leste e Oeste. Portanto, quando Eça, Batalha Reis, Ramalho e Oliveira Martins empreendem a viagem à Velha Albion descobrem que se deslocaram a um mundo ambíguo contaminado pela presença do Oriente, desconstruindo, desse modo, a percepção de uma Inglaterra inequivocamente ocidental. Aliás, como Gayatri Spivak enfatiza nos seus estudos influentes, não se pode jamais perspectivar um Ocidente homogéneo, o mesmo sucedendo ao Oriente⁵.

Nesta óptica, quando afirmamos que, ao viajarem até paragens além-Mancha, estes quatro viajantes se dão conta de terem entrado num mundo dúbio que aglutina Ocidente e Oriente, estamos a constatar que chegam a uma Inglaterra que é algo mais do que aquilo que poderiam esperar à partida do solo luso. Trinh T. Minh-ha esclarece, com efeito, que ao viajarmos vamos sempre ao encontro de um espaço diverso daquele para onde realmente nos deslocamos, ou seja:

Every voyage can be said to involve a re-sitting of boundaries. The travelling self is here both the self that moves physically from one place to another, following "public routes and beaten tracks" within a mapped movement, and the self that embarks on an undetermined journeying practice, having constantly to negotiate between home and abroad, [...] or more creatively speaking between a here, a there, *and* an elsewhere⁶.

É, precisamente, a um reajustar de fronteiras que Eça e os seus três companheiros geracionais procederão na Inglaterra vitoriana. Efectivamente, harmonizando-se com o que nos diz Trinh T. Minh-ha, qualquer destes quatro viajantes segue um movimento previamente cartografado e nada excêntrico que, supostamente, os conduz em segurança ao país da rainha Victoria. Todavia, e simultaneamente, não se pode falar da previsibilidade da viagem pois aquilo que parecia ser a deslocação de um

⁴ Robert Young, *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, Routledge, London and New York, 1994, p. 1.

⁵ Respondendo à pergunta incisiva sobre o Oriente ser o Outro do Ocidente, Spivak declara: «I think we should also look at the West as differentiated. I'm really not that moved by arguments for homogenisation on both sides», in Sarah Harasym (ed.), *The Post-Colonial Critic. Interviews, Strategies, Dialogues. Gayatri Chakravorty Spivak*, Routledge, London and New York, 1990, p. 39.

⁶ Trinh T. Minh-ha, in George Robertson *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 9. Itálico no texto original.

aqui (Portugal) para um ali (a Inglaterra), torna-se na ida a um outro lugar diferente e imprevisto: talvez Babilónia, talvez Cartago, talvez Roma...

Enfatizando a caducidade de se ligar Londres univocamente ao Ocidente, pois o meridiano de Greenwich funciona como uma espécie de testemunho vivo da presença oriental na cidade, Robert Young acrescenta:

Paradoxically, for Greenwich to be the centre of the world in time it must be inscribed with the alterity of place. Stand on the left-hand side of the brass strip and you are in the Western hemisphere. But move a yard to your right, and you enter the East: whoever you are, you have been translated from a European into an Oriental. Put one foot back to the left of the brass strip and you become undecidably mixed with otherness: an Occidental and an Oriental at once⁷.

Aliás, Oliveira Martins corrobora perfeitamente o que Robert Young afirma pois, ao ancorar em Greenwich para uma breve visita ao porto que acolhe navios de todas as proveniências, constata: «Desembarquei, julgando-me em Alexandria» (*ibidem*, p. 127). Ou seja, Greenwich operou o transporte do viajante até ao Oriente. Porém, da transcrição da citação de Young importa, ainda, observar dois vocábulos que clamam a nossa atenção: «alterity» e «otherness», pois apontam, inconfundivelmente, para a dialéctica da diferença, as esferas opostas do Eu e do Outro, do familiar e do estranho, ou melhor, do ocidental e do oriental, sendo que no Ocidente se inscreve o mundo do Nós e a Oriente situa-se o território do(s) Outro(s), como revelava Said em 1978 na sua obra controversa, mas incontornável, *Orientalism*. De facto, os postulados orientalistas saidianos assentam em binómios opositivos que contrastam eternamente os pólos antagónicos do Ocidente, isto é, a Europa civilizada, e do Oriente, ou seja, o enigmático reino do Eles, aqueles que estão do lado de fora das fronteiras do nosso mundo conhecido⁸. Porém, este binarismo esgota-se facilmente porque nem o Ocidente é sempre ocidental, nem o mesmo acontece com o Oriente (aliás, o próprio Said, um exilado palestiano nos Estados Unidos, nunca se encaixou confortavelmente nem numa esfera nem na outra)⁹. Assim, ao invés de falarmos em orientalismo, temos de abordar diversos orientanismos, até porque, voltando novamente aos estudos de Young, o facto de o marco divisório Oriente/Ocidente se localizar em Londres é o toque de

⁷ Robert Young, *Op. cit.*, p. 1.

⁸ Cf. Edward W. Said, *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*, Penguin Books, London and New York, 1991 (1ª ed. 1978), p. 43.

⁹ A este respeito veja-se, por exemplo, Aijaz Ahmad, *In Theory. Classes, Nations, Literatures*, Verso, London and New York, 1994 (1ª ed. 1992), pp. 160-161.

clarim que nos alerta para o facto de que «the totality, the sameness of the West will always be riven by difference»¹⁰, o que nos permite perspectivar Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão como testemunhas da orientalização da Inglaterra finissecular, a qual se assume de forma centrípeta e centrífuga. Por esta afirmação significamos que, tal como Oliveira Martins via uma Londres em tudo oriental, isto é, um Oriente que invade a urbe ocidental¹¹, também Eça de Queirós, por exemplo, dava conta de um movimento orientalista centrífugo, segundo o qual era a própria Inglaterra que, partindo das suas costas insulares, ia ao encontro de um Oriente que ambicionava porque «a expansão do inglês para o Oriente» é o «seu objectivo imperial» (TI, pp. 217-218).

Não obstante a importância dos seus estudos, Edward Said não inaugurou os capítulos da crítica orientalista. Inversamente, como lembra Fred Halliday no seu discurso apresentado à *British Society for Middle Eastern Studies*, em Março de 1993: «Said's work can be seen as coming at the end of and to a considerable degree negating an earlier body of debate and work [...]. Said's work both subsumed that earlier debate and started a new one»¹². Desta feita, a preocupação com o debate orientalista antecede Said e o próprio termo orientalismo já se traça na Grã-Bretanha do século XIX quando designava os esforços interpretativos de uma nação que tentava compreender e dar significado à presença de elementos estranhos no seu seio, os quais, trazidos dos quatro cantos do império, eram cada vez mais perceptíveis na sociedade do *fin-de-siècle*. Assim, para os vitorianos, orientalismo era um termo «that contemporaries took to mean a specialized body of knowledge about variously identified literatures, languages and customs but that Edward Said famously redefined as “a Western style for dominating, restructuring, and having authority over the Other”»¹³. Porém, mesmo dentro da sociedade vitoriana, o orientalismo não assumia contornos monolíticos funcionando, também, como fonte de inspiração para aqueles que pretendiam desafiar ou enriquecer a sua sociedade. A publicação da tradução dos contos de *As Mil e Uma Noites* por

¹⁰ Robert Young, *Op. cit.*, p. 1.

¹¹ Isabel Allegro de Magalhães chama a este processo «uma viagem *al revés*: do Oriente para o Ocidente», Isabel Allegro de Magalhães, «Vertigem do Ocidente? Notas Sobre Literatura Pós-Colonial. Um Caso», in Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira (org.), *A Vertigem do Oriente. Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas*, Edições Cosmos, Instituto Português do Oriente, Lisboa e Macau, 1999, p. 307.

¹² Fred Halliday, «“Orientalism” and Its Critics», *British Journal of Middle Eastern Studies*, vol. 20, n° 2, 1993, p. 148.

¹³ Dane Kennedy, «“Captain Burton's Oriental Muck Heap”. *The Book of the Thousand Nights* and the Uses of Orientalism», *The Journal of British Studies*, vol. 39, n° 3, Julho 2000, p. 318.

Richard Francis Burton entre 1885 e 1888¹⁴ enquadrava-se, precisamente, nos usos mais subversivos do orientalismo ao almejar a crítica a uma sociedade que o autor considerava cinicamente puritana e moralmente degradada: a sua¹⁵. Portanto, se nos finais do século XIX, orientalismo equivale genericamente ao estudo do Oriente, então, sob esta perspectiva, até o próprio Eça de Queirós pode ser considerado um orientalista. Tal como se dedicou à análise da Inglaterra, Eça também se deteve a investigar o Oriente, nomeadamente o Egipto, algo que, com efeito, se insere numa voga contemporânea¹⁶. Eça é, por conseguinte, o europeu que produz conhecimento sobre o objecto oriental¹⁷. Em *O Egipto*, a colectânea de notas redigidas pelo próprio aquando da sua estada naquele país, o autor demora-se na apreciação da paisagem e nos comentários sobre o país e a sua população. Eça torna-se no orientalista que observa e discerne sobre o Oriente como sucede na passagem seguinte na qual discorre sobre as mesquitas do Cairo:

As mesquitas são silenciosas e frescas: é este um dos seus encantos para os árabes. Entram, com os pés nus sobre o mosaico polido, tocam na pele com a água fresca da fonte que corre numa bacia de mármore, ajoelham, numa posição que parece voluntariosa mas que é apenas preguiçosa e pacífica, no tapete espesso e doce, sob a frescura das colunatas, [...] ouvindo a melopeia melancólica dos *imãs*: e tudo isto é um encanto para aquelas naturezas passivas, indolentes, serenas e materiais¹⁸.

Pese embora a visão de certo modo estereotipada, ao elaborar esta descrição, Eça de Queirós não deixa de ser o sujeito ocidental que se detém na apreensão do objecto oriental, o orientalista que ficaria para sempre marcado pela sua viagem ao Oriente, o qual, inclusivamente, se repercutiria «quer na obra quer na visão do mundo de Eça» e cujos reflexos se projectam desde os seus primeiros escritos até às suas obras

¹⁴ Richard F. Burton, *The Book of the Thousand Nights and a Night*, 10 vols., Kama Shastra Society, Benares, India, 1885-1886 e idem, *Supplemental Nights to the Book of the Thousand Nights and a Night*, 6 vols., Kama Shastra Society, Benares, India, 1886-1888.

¹⁵ Cf. Dane Kennedy, *Op. cit.*, p. 319. Este autor esclarece melhor os objectivos do tradutor de *As Mil e Uma Noites* ao acrescentar: «Burton took pains to stress that his great work was intended to be read as an intervention into the contemporary debate about sexuality, gender, and moral purity. He positioned himself as an opponent of [...] the National Vigilance Association, and all others who sought to impose a regime of purity on British society and to silence the efforts at sexual enlightenment», *ibidem*, p. 320.

¹⁶ Nos séculos XVIII e XIX os estudos consignados ao Oriente - povos, culturas, línguas e literaturas orientais - foram, ademais, bastante desenvolvidos e incrementados pela fundação de sociedades especializadas nos mesmos, como, a título ilustrativo, a Royal Asiatic Society, fundada em 1823, cujo objectivo visava promover «an understanding of oriental languages and culture», Bryan S. Turner, *Orientalism, Postmodernism and Globalism*, Routledge, London and New York, 1994, p. 37.

¹⁷ Nesta linha de pensamento, a Europa, vulgo, o Ocidente, é o sujeito que estuda e o Oriente é o objecto de estudo. Cf. Aijaz Ahmad, *Op. cit.*, p. 183.

¹⁸ Eça de Queiroz, *O Egipto. Notas de Viagem*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001b (1ª ed. 1926), p. 123.

derradeiras¹⁹. E, simultaneamente, enquanto orientalista, Eça é aqui também o cientista social que observa o Outro a fim de, dissecando-o, construir a sua imagem.

Ou seja, no cômputo geral, o orientalismo é uma entidade plurifacetada, aberta a diversas interpretações no mesmo momento histórico e não apenas uma expressão confortável que refere o binarismo opositivo entre Oriente e Ocidente, o qual promove um modelo estático para as relações coloniais, de acordo com o qual o poder e o discurso imperiais são possuídos exclusivamente pelo sujeito colonizador, olvidando a resistência do Outro colonizado²⁰. Com efeito, num estudo posterior a *Orientalism*, Said corrigiria as suas posições admitindo não ter contemplado a reacção dos povos subordinados aos impérios europeus e ressaltando que, afinal: «Never was it the case that the imperial encounter pitted an active Western intruder against a supine or inert non-Western native; there was *always* some form of active resistance and, in the overwhelming majority of cases, the resistance finally won out»²¹. Aliás, ao olharem especificamente para o *East End* londrino, essa fenomenal instância oriental dentro da Inglaterra, como veremos mais adiante²², os autores não só observam um povo diferente como lhe dão voz. Isto é, através da apresentação do *East End* aos leitores, estes autores permitem-nos visualizar a cultura contra-hegemónica, para utilizarmos a expressão de Dennis Porter, algo que, na verdade, a teoria proposta por Said em *Orientalism* inviabiliza porque, dentro da esfera ocidental, «he ignores in both scholarly and creative writing all manifestations of counter-hegemonic thought»²³. Trata-se, então, de escritores-viajantes e jornalistas literários ocidentais que se dedicam a caracterizar e a estudar um povo que se encontra numa posição marginal ao centro de poder²⁴. Desta feita, os autores de que, agora, nos ocupamos não esquecem esse Outro, dando-lhe voz no momento em que analisam a sua presença e o magnetismo que exerce sobre a sociedade vitoriana. Por outras palavras, qualquer deles estava consciente da presença inegável do estrangeiro na Inglaterra que é visitada nas derradeiras décadas da centúria oitocentista, pois era algo que o próprio país não ignorava. No entanto, como

¹⁹ João Medina, *Op. cit.*, p. 97.

²⁰ Cf. Ania Loomba, *Colonialism/Postcolonialism*, Routledge, London and New York, 1998, p. 49.

²¹ Edward W. Said, *Culture and Imperialism*, Vintage, London, 1994 (1ª ed. 1993), p. xii. Itálico do autor.

²² Cf. Parte II, 2.2.2.

²³ Dennis Porter, «*Orientalism and Its Problems*», in Patrick Williams e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*, Longman, Harlow, 1994, p. 152.

²⁴ Dennis Porter, de facto, lembra que, ao ignorar que o processo cultural tem forçosamente de incluir a voz dos que estão nas franjas de uma determinada hegemonia, Said não só promove o «Ocidentalismo» como perpetua o Orientalismo que ele próprio quer desmistificar, isto é, a dominação do Outro oriental pelo Ocidente. Cf. *idem, ibidem*.

observadores exteriores à sociedade vitoriana, também se apercebem da sua vontade férrea de se apoderar desse mundo do Outro que tanto queria compreender.

Para entendermos melhor o orientalizar da Inglaterra a que os autores assistem presencialmente é necessário, ainda, desmontarmos um pouco mais a teoria saidiana que refere que: «The Orient was Orientalized not only because it was discovered to be “Oriental” [...] but also because it *could be* [...] made Oriental»²⁵. Ora, esta concepção perde de vista o facto de que o próprio Ocidente também se pode tornar oriental, algo que, como vimos acima, é revelado por Oliveira Martins. Ludmilla Kostova vem credibilizar esta noção quando comenta que não há apenas um Oriente mas vários, inclusivamente dentro da própria Europa. Assim, «the Far East is more “Eastern” or “other” than the Islamic Middle East whereas within Europe itself certain localities are more “eastern” than others»²⁶. Por isso, a Inglaterra visitada pelos autores em estudo também poderá ser um desses locais europeus mais orientais e/ou orientalizados. Ou seja, na Inglaterra vitoriana, o orientalismo que Said apresenta em moldes unívocos não abarca a pluralidade de interpretações assumidas por esta terminologia²⁷. Aliás, a extensa crítica enfeudada a *Orientalism* prova, precisamente, que a própria representação do Ocidente é permeada pelo Oriente sobre o qual o primeiro quer exercer a sua universalidade²⁸. Consequentemente, Eça, Batalha, Ramalho e Oliveira Martins, longe de encaixarem o seu discurso alusivo à Inglaterra numa única e exclusiva interpretação orientalista, dão expressão a diversos orientalismos, mostrando-nos uma Inglaterra canalizada para o Oriente e simultaneamente atravessada a vários níveis por esse mesmo Oriente.

Ao confrontarmos o Oriente e nos determos no debate orientalista, suscitado, mais marcadamente, pela crítica saidiana, o nosso fulcro de atenção é o Outro, o estranho, ou, como refere Bryan S. Turner, a partir deste momento «Otherness has

²⁵ Edward W. Said, *Op. cit.* (1991), pp. 5-6. Itálicos do autor.

²⁶ Ludmilla Kostova, «Constructing Oriental Interiors: Two Eighteenth-Century Women Travellers and Their Easts», in Vita Fortunati, Rita Monticelli e Maurizio Ascari (eds.), *Travel Writing and the Female Imaginary*, Pàtron Editore, Bologna, 2001, p. 17.

²⁷ Apesar de a teoria orientalista saidiana assentar em premissas monolíticas que têm vindo a ser desconstruídas em estudos críticos subsequentes, não devemos, porém, subestimar os contributos da mesma para a interpretação da relação difícil entre Ocidente e Oriente. Portanto, «just because these representations were more volatile than Said assumes, it does not mean that they were (and are) without substantial power and influence in Westerners’ views of other peoples. This, the central premise of *Orientalism*, must not be underestimated», John McLeod, *Beginning Postcolonialism*, Manchester University Press, Manchester and New York, 2000, p. 50.

²⁸ Por conseguinte, o Oriente também exerce pressão sobre a auto-imagem do Ocidente. Cf. Gyan Prakash, «Orientalism Now», *History and Theory*, vol. 34, nº 3, Outubro de 1995, p. 211.

become the issue»²⁹. É, com efeito, o Outro que se encontra no centro da literatura de viagens, logo sob o olhar perscrutante do viajante. E é, igualmente, a alteridade que interessa ao jornalista literário e, em suma, ao cientista social, papéis que, como vimos, são desempenhados pelos autores em estudo. Porém, através da alteridade também se chega à identidade. A estranheza do Outro permite a apreensão do familiar. Consciente de que o seu estudo dos ingleses e da sua diferença face aos europeus continentais permitiria, por sua vez, a auto-análise, Oliveira Martins está, também, perfeitamente ciente do seu método de estudo peculiar, o qual apelida de «paradoxo». Desta feita, «o paradoxo é frequentemente o meio de a gente melhor compreender um assunto complicado. [...] Na impressão singular que os ingleses produzem sempre, e em toda a parte, sobre os continentais, está para estes, quando saibam ver, um meio superior de se estudarem a si próprios» (*IH*, p. 9). Portanto, a singularidade, entenda-se diferença e estranheza, dos ingleses pode efectivar a comparação com os outros europeus e a consequente melhor compreensão dos mesmos. Esta teorização realizada por Martins logo nas páginas introdutórias de *A Inglaterra de Hoje* é tanto mais importante quanto, mais à frente na obra, ele próprio a utiliza directamente para contrastar os ingleses dos portugueses. Com efeito, este viajante observa que o povo inglês leva uma vida muito artificializada e complicada que lhe advém da «necessidade indispensável de ganhar muito dinheiro, e imaginar que frui dos inauferíveis gozos da ventura» (*ibidem*, p. 76). Percebendo isto em relação aos ingleses, Martins apercebe-se, por seu turno, da saudável simplicidade dos portugueses que, a seu ver, os avanta face aos estrangeiros da Velha Albion. Assim, como confessa: «Lembrando-me da nossa vida sóbria, simples e farta de meridionais, não posso deixar de lamentar esta singular ilusão, nevoeiro em que labora o espírito dos meus hóspedes» (*ibidem*). Em suma, através do Outro, o autor concluiu algo a propósito do Eu, uma vez que «a consciência da “alteridade” conduz a procurar nela alguns aspectos da “identidade”»³⁰.

Nesta óptica, a verificação das imagens que haviam formado a partir dos mestres em que enforma a sua concepção mental da Inglaterra e a formulação das suas teorias em relação aos ingleses não deixa de ser um processo de superiorização imperialista mediante o qual os quatro autores em análise se apossam do seu objecto de estudo. Porém, e simultaneamente, Eça, Batalha, Ramalho e Martins também tornam os

²⁹ Bryan S. Turner, *Op. cit.*, p. 4. Portanto, o Outro é, na verdade, indissociável de toda a teoria e crítica orientalista.

³⁰ Clara Vitorino, in Maria Alzira Seixo (coord.), *Op. cit.*, p. 53.

ingleses e a sua pátria mais estranha do que poderia parecer à primeira vista. Se houvesse uma convergência absoluta entre o universo do Eu e o do Outro, essa familiaridade extrema não seria interessante e o público do escritor-viajante e do jornalista literário ficaria indiferente às suas produções escritas³¹. Por isso, o retrato da Inglaterra vitoriana finisse secular apresentado pelos autores tem algo de oriental e é inquietante porque estranho, isto é, absolutamente Outro. Trata-se também do *Unheimlich* procurado pelos jornalistas literários que contribui, ademais, para incrementar o interesse dos leitores.

Paralelamente, é necessário atribuir contornos exóticos ao Outro a fim de se reforçar a identidade do Eu, o que também se inscreve numa dialéctica imperialista de fascínio e desejo. Por conseguinte, o exótico com as suas conotações de diferença e/ou de beleza estranha apela à conquista. Assim:

Because the exotic is always an attribute given to someone else or somewhere else, exoticism, like orientalism, is a way of seeing which sustains the [...] cultural centrality, and therefore the superiority, of the viewer. In other words, the construction of the exotic is a mechanism for reinforcing a strong sense of identity for the individual or the community that is doing the viewing³².

Esta afirmação merece-nos um comentário mais detalhado pelas implicações de que se reveste para a nossa análise. Em primeira instância, constatarmos que somente o que está distante, ou seja, aquilo que não se insere na esfera do Nós, é que pode ser exótico permite-nos afirmar que a Inglaterra do *fin-de-siècle* é um lugar pertencente ao exotismo, logo adjudicado à alteridade, isto porque apenas o Outro pode ser exótico. Em segundo lugar, não nos podemos descartar de premissas orientalistas quando consideramos o exotismo, pelo que a imagem do Oriente/Outro estranho percorre os textos em estudo. Deste modo, só uma perspectiva triangular que abarque simultaneamente a literatura de viagens, o jornalismo literário e a percepção da alteridade pode revelar com maior clareza o retrato inglês elaborado pelos autores. Todavia, talvez mais importante, é ressaltar que, surpreendentemente, provenientes de

³¹ «Literature [...] requires a specific dynamic between familiarity and otherness, or closeness and distance, in order to affect readers. [...] Complete familiarity would never engage our interest but leave us equally indifferent. Literature [...] affects us most when it displays a resonating otherness or unfamiliar, if not uncanny, resonance», Gabriele Schwab, *The Mirror and the Killer-Queen. Otherness in Literary Language*, Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 1996, p. 10.

³² Cf. Kateryna Olijnyk Longley, «Fabricating Otherness. Demidenko and Exoticism», in Isabel Santaolalla (ed.), *“New” Exoticisms. Changing Patterns in the Construction of Otherness*, Rodopi, Amsterdam and Atlanta, Georgia, 2000, p. 23.

um país periférico, conotado com o atraso cultural e tecnológico que perspectiva a superioridade civilizacional nos países do norte da Europa, Eça, Batalha, Ramalho e Martins assumem uma posição de supremacia face à Inglaterra que jamais sai da mira da objectiva do microscópio através do qual estes cientistas sociais a dissecam. Isto traduz também um processo de apropriação do Outro, pois, como Daniel-Henri Pageaux esclarece, há diversas maneiras de nos apoderarmos do estrangeiro, nos quais se incluem a redução do desconhecido ao conhecido, isto é, o seu estudo e a sua exotização³³. A Inglaterra é, pois, um objecto passivo aprisionado pelo olhar dos viajantes, as entidades que lhe conferem a alteridade, que o analisam e que o tornam extraordinariamente exótico, e que estão numa posição altaneira privilegiada. Quando, por exemplo, Jaime Batalha Reis quer explicar um pouco da vida política inglesa refere: «A observação dum *meeting* político inglês é dos estudos mais interessantes que pode fazer-se ao carácter dum povo» (*RI*, p. 37). Com efeito, o autor confessa que submete, que sujeita, à sua observação, ao seu estudo, um determinado objecto. Daqui se infere que Batalha Reis se encontra numa posição de superioridade, a qual lhe possibilita a análise fria desse objecto: o carácter inglês. Identicamente, aludindo aos leitores da Biblioteca do Museu Britânico, este cientista luso revela que é «a fisionomia especial e interessantíssima das classes que o frequentam» que tem estudado, «talvez com mais atenção ainda, do que os livros, as estátuas e as porcelanas da maravilhosa colecção» (*ibidem*, p. 115). Portanto, novamente Batalha se assume como o estudioso do povo estrangeiro, o qual analisa a partir de uma posição de supremacia. Aliás, quando mencionámos a impressão oriental que Londres produz na mente de Oliveira Martins notámos que este olha para a capital inglesa a partir de um ponto elevado, o qual lhe permite, precisamente, verificar o carácter oriental, logo exótico, da cidade. Assim, «das varandas do Savoy, Londres tinha outro aspecto» (*IH*, p. 28): as torres das fábricas parecem «minarettes árabes» (*ibidem*, p. 29), na margem do Tamisa vê-se a Agulha de Cleópatra ladeada por duas esfinges e a imagem geral é a da Babilónia do Eufrates. A posição distanciada e altaneira de Martins é, ainda, reforçada quando o mesmo afirma que «Londres, vista por fora, [...] é *oriental*» (*ibidem*, p. 34. Itálico do autor). Salientando o seu carácter de observadores exteriores à realidade que querem investigar, tanto Batalha como Martins atribuem ao objecto observado uma natureza estranha e, por

³³ *Op. cit.* (1988), p. 12.

isso, Outra, inscrita num universo estrangeiro e, por conseguinte, também Outro e diferente do espaço familiar que se quedou em Portugal.

Mas, o exotismo é, identicamente, um salvo-conduto para o mundo Outro para onde o escritor-viajante, tal guia, leva o leitor³⁴. Ademais, uma das prioridades do jornalista literário é também, precisamente, oferecer visões dos “outros” mundos, por si presenciados, os quais, de outro modo, não estariam acessíveis àquilo que Hartsock denomina de «genteel society»³⁵, isto é, o público que, sedentário, ficou para trás. Além disto, importa, igualmente, salientar a importância de o jornalismo literário envolver o testemunho do autor e ser, por isso, uma forma de escrita presencial. Lembremo-nos, aliás, que Ramalho confessa que o seu *John Bull* nada mais é do que o «humilde testemunho» (*JB*, p. 32) do que viu na Inglaterra. Assim, de acordo com Mas’ud Zavarzadeh, o jornalismo literário entende-se como: «The narrative of encounter between the author – the historical person whose name appears on the title page, not a fictional “second self” – and the brute psychic or physical facts»³⁶. Ao que acrescentamos que é também o jornalista literário que conduz o leitor ao espaço do Outro. E, por revelar a sua Visão pessoal desse local estranho, opera a manipulação do Olhar do leitor³⁷. Desta feita, jornalistas literários que procuram o contacto íntimo com o público, estes quatro autores são, por conseguinte, esses guias que nos conduzem a um universo estranho e nos levam em segurança por entre os seus meandros. Por isso, «new journalists use a variety of writing techniques to place the reader “inside” a world he may find quite different from his own»³⁸. E aquilo que apreendemos como diferente da familiaridade do nosso universo é um espaço em tudo oriental: Londres não é somente a capital da Inglaterra ocidental, é também uma capital Outra e do Outro. Manipulando a nossa visão estes escritores-viajantes transportam-nos, então, às cidades paradigmáticas da alteridade e da orientalidade: Babilónia e Roma.

Quando se faz menção a estas urbes míticas, alude-se a duas imponentes cidades que, desde sempre, se assumiram como exemplos acabados da máxima grandeza civilizacional e do mais vergonhoso declínio moral. Na verdade, Roma é, inclusivamente, a herdeira de Babilónia, tese já defendida por Juvenal na Antiguidade

³⁴ Kateryna Olijnyk Longley refere-se ao exotismo como «a special passport, providing diplomatic immunity not only to the writer/guide who “courageously” determines to [...] enter “forbidden territory” [...], but immunity also for the reader», idem, *ibidem*, p. 33.

³⁵ *Op. cit.*, p. 72.

³⁶ *Apud* W. Ross Winterowd, *Op. cit.*, p. 69.

³⁷ Cf. Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 42.

³⁸ John Hollowell, *Op. cit.*, p. 24.

Clássica e perpetuada, na Idade Média, por Santo Agostinho³⁹. Portanto, a simbologia dúplice - esplendor e decadência - aplicada a cada uma destas cidades tanto é válida para a Babilónia bíblica, como para a Roma dos Césares, como, por outro lado, para a Londres vitoriana.

No século XIX, a capital britânica é a maior cidade à escala planetária. E contemporâneos como Hippolyte Taine dão, efectivamente, conta desta realidade. Comparando a enormidade desta cidade inglesa com outras urbes suas conhecidas, o autor de além-Pirinéus refere-se a Londres do seguinte modo: «Trois millions deux cent cinquante mille habitants; cela fait douze villes comme Marseille, dix villes comme Lyon, deux villes comme Paris»⁴⁰. Alguns anos mais tarde, Oliveira Martins também se admirava porque «Londres tem o dobro de Paris, o triplo de Berlim, quase o quádruplo de Viena e de Nova York, o quádruplo de S. Petersburgo, mais do décuplo de Madrid, e quinze vezes Copenhague ou Roma» (IH, p. 30). Nesta imensidão populacional, há um facto de importância capital que não se pode menosprezar. Com efeito, constata-se que «there were more Scotsmen in London than in Aberdeen, more Irishmen than in Dublin, more Jews than in Palestine, and more Roman Catholics than in Rome»⁴¹. Ou, como diria Martins, a capital da Velha Albion «tem mais católicos do que toda a Palestina, mais escoceses do que Aberdeen, mais welshs do que Cardiff, mais irlandeses do que Belfast» (*ibidem*). Londres é, acima de tudo, uma capital invadida pelo império que queria dominar, tornando-se, conseqüentemente, na capital do(s) Outro(s) e não somente dos ingleses.

Metrópole *sui generis* que causa fascínio e repulsa em simultâneo, Londres é, ademais, uma urbe que, pelas suas características, evoca as grandes cidades orientais do passado, mormente aquelas cujo imaginário se prende à temática da degradação e do vício. Como Arthur J. Weitzman esclarece: «There are two images of the city in antiquity characterized best by the Biblical distinction between Jerusalem, the city of God, and Babylon, the scarlet woman and the city of exile. Jerusalem is the true home of the chosen, God's site for the temple and the throne. [...] Babylon in contrast is the fallen city of sensuality, greed and disobedience to God's will; there men worship idols and false values»⁴². No século XIX, Oxford e Londres, na verdade, correspondem à versão vitoriana da cidade do Homem e da cidade de Deus. Oxford simboliza a

³⁹ Cf. Arthur J. Weitzman, *Op. cit.*, p. 471.

⁴⁰ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 17.

⁴¹ Asa Briggs, *Victorian Cities*, Penguin Books, Middlesex, 1980 (1ª ed. 1963), p. 319.

⁴² *Op. cit.*, p. 471.

universidade, Londres a metrópole, «the one as the repository of the surviving and saving heritage, the other as the site of the emerging and threatening Pandemonium, if not of Armageddon»⁴³. É, precisamente, a imagem da Babilónia apocalítica e pecadora⁴⁴, cujo destino é o desmoronamento, que se atribui à Londres finissecular que estes autores em estudo também enfatizam, a começar por Eça de Queirós, autor que tece uma breve alusão a Babilónia para se referir à ruína da capital inglesa. Esta, copiando as cidades grandiosas do passado, será, no futuro, um amontoado de escombros «que o *zeelander* e o australiano virão visitar, em balão, com bilhete de ida e volta» (TI, p. 109)⁴⁵. Mais do que Londres, é a própria civilização inglesa que, como sucedeu em Babilónia, sucumbirá. Aliás, mais interessante notar é o facto de Eça premonizar o declínio absoluto do Ocidente, atribuindo-lhe, no futuro, as características negativas que definem o Oriente de que demos conta anteriormente. A sujeição ao Outro será tão completa que é o próprio Eu ocidental que se transforma no Outro Oriental. De acordo com o autor, esta degeneração/trans formação «passar-se-á aí para o século XXVIII [...] quando nós [...] formos as velhas raças do Oriente, as nossas línguas idiomas mortos, e Paris e Londres montões de colunas truncadas, como hoje Palmira e Babilónia» (*ibidem*). Como se depreende, o Oriente invade e aniquila o Ocidente com tal triunfalismo que os binarismos saidianos deixam de fazer sentido.

Continuando na senda da invasão do universo familiar ocidental pelo Oriente, Oliveira Martins, aludindo a uma época maldita em que se adoram falsos ídolos, oferece-nos uma visão da Bolsa de Valores mediante a qual esta é equiparada a um templo pagão dentro do qual se cultua o Bezerro de Ouro, o deus dinheiro. Como o autor explica ao passar o portal do edifício ao qual se dirigiu propositadamente: «Tinha a ânsia vaga de correr direito à cela do templo: devia estar lá o Bezerro de Ouro [...]. É uma rotunda enorme encimada por um zimbório. [...] Lá dentro, cada espécie tem a sua capela, o seu canto, a sua encruzilhada, onde se formam os diversos núcleos de sacerdotes do Bezerro» (IH, pp. 110-111). A própria arquitectura desta edificação sacralizada é oriental e remete o leitor para a imagem da Babilónia da perdição e da desgraça, a cidade onde Deus deixou de existir porque é substituído por uma divindade

⁴³ Michael Wolff, *Urbanity and Journalism. The Victorian Connection*, Victorian Studies Centre, University of Leicester, Leicester, 1980, pp. 17-18.

⁴⁴ Como Mircea Eliade esclarece, Babilónia era também a cidade que fazia a ligação entre a Terra e as regiões inferiores, isto é, o Inferno. Cf. Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno. Arquétipos e Repetição*, trad. de Manuela Torres, Edições 70, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1969), p. 30.

⁴⁵ Ao referir «*zeelander*», Eça refere-se ao neo-zelandês, como se constata nas *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres* editadas pela Livros do Brasil, p. 63.

pagã. Aliás, ao referir-se a um deus pagão, Oliveira Martins perpetua uma noção datada do século XVIII e persistente ao longo da centúria oitocentista segundo a qual «Londoners worshipped two false gods, [...] Westminster [...] paid homage to Cytherea (or Aphrodite); appetites were satisfied and pleasures pursued by the idle rich; the City, however, worshipped Pluto, or trade and money»⁴⁶.

Se Londres rende culto ao deus dinheiro, o mesmo sucede com as divindades associadas aos prazeres mundanos. Portanto, a cidade é também a capital da luxúria, a Babilónia do Apocalipse joanino⁴⁷ «with all the vices of Gomorrah, daring the vengeance of long-suffering Heaven», como proclamava W. T. Stead em «The Maiden Tribute of Modern Babylon»⁴⁸, a série de reportagens chocantes responsáveis pela divulgação e popularização de muitas das imagens associadas à Londres infectada pela imoralidade. Neste contexto, para o editor da *Pall Mall Gazette*, Londres é uma Babilónia infernal porque tanto o *East End* como o *West End* são locais corrompidos pelos lucrativos negócios da prostituição e da pedofilia: «The East is the great market for the children who are imported into West-end houses»⁴⁹. É, então, toda uma cidade inteira que tomba no abismo da devassidão ou que se perde no labirinto do Minotauro cretense ao qual Atenas pagava um pesado tributo de jovens virgens, exemplo igualmente apresentado por Stead para descrever o hediondo tráfico clandestino de adolescentes que abastecia os bordéis londrinos⁵⁰. Esta Babilónia dos tempos modernos prospera graças a um comércio que alimenta um dos vícios mais condenáveis. Como Andrew Smith sugere: «Stead sexualises the relationship between the two parts of the city by focusing on the trade in underage prostitutes [...]. Money and immorality were thus closely linked by Stead and so implicated the West in the spread of both economic and moral corruption»⁵¹. Aliás, a imagem da Londres babilónica só é possível porque o *West End*, bastião das classes denominadas respeitáveis, já está contagiado pelo mal da luxúria, que não se confina mais aos quarteirões decrepitos do *East End*. Assim, «the streets of the West End too, from late afternoon until early morning, were a promenade

⁴⁶ Arthur J. Weitzman, *Op. cit.*, p. 474.

⁴⁷ Relatando a sua visão do Final dos Tempos, São João testemunha: «E a mulher estava vestida de púrpura e de escarlata, e adornada com ouro, e pedras preciosas e pérolas; e tinha na sua mão um cálix de ouro, cheio das abominações e da imundícia da sua prostituição; E na sua testa estava escrito o nome: Mistério, a grande Babilónia, a mãe das prostituições e abominações da terra. Apocalipse, 17, 4-5.

⁴⁸ W. T. Stead, «The Maiden Tribute of Modern Babylon», in Sally Ledger e Roger Luckhurst (eds.), *The Fin de Siècle. A Reader in Cultural History, c. 1880-1900*, Oxford University Press, Oxford and New York, 2000, p. 36.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁵⁰ Cf. idem, *ibidem*, pp. 35-36.

⁵¹ *Op. cit.*, pp. 73-74.

of sexual opportunity to an extent that the capital had never known before [...]. Lust appeared to flourish, whether in the crowded “introducing houses” [...] behind the Haymarket or in the elegant villas of apple-cheeked maidens such as that in Circus Road»⁵².

Visitando Londres na sequência da polémica suscitada pelas reportagens de Stead, Ramalho Ortigão não se abstém de focar «The Maiden Tribute of Modern Babylon», veiculando, desse modo uma equiparação de Londres à cidade apocalíptica da imoralidade. No entanto, ainda que se refira amiúde à sensação que essas reportagens causaram, o autor português admite que «nada do que há verdadeiramente importante nas últimas revelações concernentes ao vício londrino me era de todo estranho» (*JB*, pp. 59-60), o que nos deixa perceber a insinuação de que, para Ramalho, Londres era uma Babilónia irremediavelmente perdida, uma cidade de vícios e misérias dickensianas. Com efeito, a capital imperial é vista como o paradigma da perversa meretriz do Apocalipse. Dando conta do fenómeno da prostituição londrina, o autor declara que «o grande lupanar pertence a sua graça o Lord Maire, e chama-se a cidade de Londres» (*ibidem*, p. 110). Trata-se, portanto, da cidade horrenda do pecado, a urbe orientalizada dos comportamentos licenciosos. E a luxúria é caracterizada como o «*sport* britânico» que tem o seu esplendor máximo no «*derby* de Babilónia» (*ibidem*, p. 112), leia-se, Londres.

Se, para Ramalho Ortigão, a imagem da Babilónia moderna se expressa através da ideia de Londres tal imenso lupanar, para Oliveira Martins tudo na capital inglesa evoca a cidade bíblica amaldiçoada, desde a arquitectura dos edifícios à leviandade comportamental da população. Logo ao chegar a Londres, o autor revela que está perante a «grande Babilónia de hoje» (*IH*, p. 29). E, ao observar mais atentamente as construções da cidade, desabafa: «Julguei-me numa espécie nova de Egipto, Babilónia, ou o que quer que fosse, estranhamente, monstruosamente *antigo*» (*ibidem*, p. 33. Itálico do autor). Mas, Londres não tem apenas um aspecto exterior de Babilónia. Ela é a própria meretriz escarlate do Fim dos Tempos. Caracterizando a cidade da imoralidade, Martins alonga-se na sua descrição:

Nelson do alto da sua coluna, mais os seus quatro leões assírios, presidem a um mercado da mesma espécie, e maior ainda, do que o dos velhos templos babilónicos.

⁵² Donald Thomas, *The Victorian Underworld*, John Murray, London, 2003 (1ª ed. 1998), p. 91.

É então que Londres tem um aspecto verdadeiramente oriental: quando a orgia, sob a égide da polícia, larga o voo desenfreado, e os grupos de bacantes vão correndo nos passeios das ruas, atirando ao ar os seus risos, de braço dado a embriaguês com a luxúria (*ibidem*, pp. 56-57).

O autor apresenta-nos, assim, a visão de uma cidade para a qual parece não haver redenção, decalque autêntico das cidades malditas: Sodoma, Gomorra, Babilónia ou capital dos povos ímpios de Gog e Magog. Esta é uma urbe contaminada pelas paixões desenfreadas por onde deambulam as bacantes, as mulheres que, mais do que representarem as prostitutas, simbolizam a loucura, o delírio, a histeria e, sobretudo a possessão, «a usurpação do Eu por uma pessoa estranha»⁵³. Por outras palavras, através das bacantes o Outro encontra um caminho para chegar à Londres apocalíptica, devassa e degenerada. Aliás, no que respeita à imoralidade comportamental, a capital inglesa é, inclusivamente, bastante mais decadente do que Lisboa. Neste caso, a alteridade londrina, tão exacerbada pela luxúria que Ramalho e Martins enfatizam, deixa perceber que, afinal, Portugal está mais longe da perdição total do que a Inglaterra. Quando Eça de Queirós compara Lisboa com Babilónia e com Sodoma percebe-se que, a capital portuguesa, contrariamente à Londres aberrante, somente «copia desjeitosamente as Babilónias distantes: aproveita o fogo de Sodoma para aquecer os pés; apara as unhas ao Diabo; é o banho tépido dos pecados mortais»⁵⁴. Londres é a autêntica Babilónia, Lisboa uma fraca imitação; a cidade Outra, na sua alteridade, permite a atenuação dos pecados do Eu.

Sob a perspectiva martiniana, Londres deixa, então, de ter os contornos de uma cidade europeia. Recorrendo aos seus vastos conhecimentos relativamente aos povos e civilizações da Antiguidade, o historiador que redigiu *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, cujo primeiro capítulo do Livro Quarto se intitula, precisamente, «Os Impérios Orientais»⁵⁵, utiliza, como, inclusivamente, já vimos, abundantes imagens que conferem uma clara orientalidade a Londres, transformando-a numa urbe estrangeira e estranha. Os «leões assírios», os «templos babilónicos», os «grupos de bacantes» não se encontram na Mesopotâmia ou na Caldeia. Ao invés, invadiram o coração do império britânico, corroendo-o, ademais, com a luxúria, o comportamento deplorável tipicamente atribuído ao Oriente.

⁵³ «Bacantes», in Jean Chavalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 109.

⁵⁴ «Lisboa», in *Op. cit.* (2004), p. 131.

⁵⁵ Neste capítulo, Oliveira Martins destaca o apogeu e queda das duas primeiras grandes civilizações orientais: o Egipto e Babilónia, cf. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 2 vols., vol. 2, Guimarães Editores, Lisboa, 1955 (1ª ed. 1881), pp. 189-194.

Porém, a noção de Londres como cidade oriental não se queda unicamente na alusão à Babilónia apocalíptica. Há outros invasores provenientes do Oriente que, cada vez mais pronunciadamente, alteram e obliteram os contornos ocidentais da cidade e da própria sociedade inglesa. Entre as principais hostes usurpadoras conta-se a comunidade judaica que, crescentemente, se infiltra na sociedade inglesa vitoriana e à qual se juntam as vagas de imigrantes semitas que se vêm estabelecer no *East End*. Com efeito, nas décadas finais do século XIX, as obstinadas perseguições aos judeus por parte do governo czarista, que impedia o exercício de certas profissões e a titularidade de terrenos aos membros da comunidade judia, levou a que a Inglaterra recebesse um elevado número de refugiados russos⁵⁶. A sua presença era tão notória em Chicksand Street, no *East End*, que, «nesse bairro, à excepção do nome das ruas escrito em inglês, o *yiddish* [...] era rei»⁵⁷. A comunidade semita caracterizava-se, ademais, pelo auxílio aos membros recém-chegados a solo inglês, o qual era dispensado pela *Jews Free School* e pelo *Jews Temporary Shelter*, e os filhos dos imigrantes eram, inclusivamente, educados na *Heder*, escola judaica, nos preceitos religiosos e culturais dos seus progenitores⁵⁸. Engrossada pelas hordas de novos imigrantes, a comunidade hebraica adquire, naturalmente, uma maior visibilidade na Inglaterra do Período Vitoriano Tardio. Em Whitechapel, por exemplo, a população de origem judaica mais do que duplicou entre 1871 e 1901, passando de pouco mais de oito milhares de habitantes na primeira data a mais de vinte e nove mil no início do século XX⁵⁹. Porém, apesar da pobreza dos imigrantes recentes, esta é uma comunidade que prospera e que, contrariamente ao que sucedia no seio da sociedade britânica, consegue erradicar o pauperismo de entre os seus membros graças às iniciativas do *Jewish Board of Guardians*, como explica detalhadamente Gertrude Himmelfarb:

Privately organized and financed, it raised £13,000-£14,000 annually, of which only £2,000 was given in the familiar form of poor relief - money or vouchers for the purchase of coal, clothes, or other necessities. [...] The bulk was given to individuals as capital for trade and business. The intention was to

⁵⁶ Cf. Gertrude Himmelfarb, *The De-Moralization of Society. From Victorian Virtues to Modern Values*, IEA Health and Welfare Unit, London, 1995, p. 174.

⁵⁷ Lucienne Germain, «O *East End* de Yaacov Revinski», in Monica Charlot e Roland Marx, *Londres, 1851-1901. A Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*, direcção da edição portuguesa Carlos Araújo, trad. Ana Mónica Faria de Carvalho, Terramar, Lisboa, 1990, pp. 80-81.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 80, 83 e 86.

⁵⁹ Os números exactos são: 8.063 habitantes em 1871 e 29.188 trinta anos mais tarde. Cf. Pat Ryan, «Politics and Relief», in Michael E. Rose (ed.), *The Poor and the City. The English Poor Law in its Urban Context, 1834-1914*, Leicester University Press, Leicester, 1985, p. 148.

enable the recipients to become self-supporting [...]. As a result, there was not in the Jewish community, as there was in England at large, a “chronically parasitic class of paupers”⁶⁰.

Tratando-se de uma comunidade estrangeira bem-sucedida, constata-se, então, que o judeu epitomiza o Outro forte e resoluto dentro da Inglaterra. Eça de Queirós comprova este dado num dos artigos da *Gazeta de Notícias*, datado de 28 de Novembro de 1880 e intitulado «A Perseguição dos Judeus». Referindo-se à ascensão da comunidade israelita na Alemanha de Bismarck, o autor tece flagrantes paralelismos com a situação vivida além-Mancha. Assim, atestando o poder e influência alcançados por esta raça, Eça declara:

Em Inglaterra [...], como na Alemanha, os judeus abundam, influenciando na opinião pelos jornais que possuem (entre outros o *Daily Telegraph*, um dos mais importantes do Reino), dominando o comércio pelas suas casas bancárias, e em certos momentos mesmo governando o Estado pelo grande homem da sua raça, o seu profeta maior, o próprio Lord Beaconsfield (*TI*, p. 106).

Mais do que evidenciar o seu antagonismo declarado e recalcitrante contra Benjamin Disraeli, *Lord Beaconsfield*, que, só por si, nos merece um estudo mais aturado na terceira parte deste trabalho⁶¹, Eça de Queirós dá conta de uma comunidade estrangeira oriental que, infiltrando-se e ganhando raízes na sociedade inglesa, a começa a dominar e a governar. É, pois, o Outro vindo de Oriente que se agiganta face ao Eu inglês, preparando-se para o derrotar no seu próprio solo. Por isso, o jornalista literário luso, bom observador da realidade, pode ajuizar do «desenvolvimento firme deste Estado israelita dentro do Estado cristão» (*ibidem*), situação que, aliás, «começa a impacientar o inglês» (*ibidem*).

Este medo do Outro, o judeu, estranho e poderoso, de que Eça se apercebe será, por sua vez, corroborado, alguns anos mais tarde, por Batalha Reis. Ao relatar o pânico colectivo que acomete os ingleses na sequência dos crimes de Jack, o Estripador, o autor informa os seus leitores de que a crença geral é que «o assassino é um sábio, rabino, um judeu erudito, cujos conhecimentos talmúdicos o levam a purificar-se no sangue por ele mesmo derramado» (*RI*, p. 110). Somente um «adepto de uma religião oriental» (*ibidem*) poderia praticar actos de tamanho horror. Na Inglaterra finissecular, a alteridade da comunidade israelita, potenciada pela sua visibilidade, gera receios

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 176.

⁶¹ Cf. Parte III, 3.2.1.

relativos à desagregação da ordem social: o Outro é um invasor sanguinário pronto a aniquilar a raça. De tal sorte é este terror real, que se apela à desconfiança dos judeus e se lança um «aviso às cristãs que conheçam muito de perto algum judeu sábio, leitor do Talmude» (*ibidem*).

Esta concepção do oriental sedento de sangue é, de facto, originada pela chegada a Londres de muitos judeus provenientes da Europa de Leste, o que suscita, obviamente, sentimentos anti-semitas, tal como Andrew Smith confirma⁶². Trata-se do oriental perigoso, atacante e mortífero, cuja metáfora maior é o monstro vampiro da Transilvânia, o Conde Dracula, o carismático aristocrata romeno que, em 1897, Bram Stoker faria chegar a Londres para mergulhar a cidade nas trevas⁶³. Identicamente ao vampiro que suga o sangue das vítimas debilitando-as progressivamente⁶⁴, o judeu é visto como um parasita que, vindo de Leste, tal como o Conde maléfico, se alimenta do sangue dos londrinos, o qual, devido a esse contacto íntimo, é infectado e envenenado⁶⁵. Na verdade, o enorme fluxo de imigrantes judeus para o *East End* «disturbed the precarious relations in East London trades and made “visible conditions of work” in the sweated trades that had existed for a long time»⁶⁶. O judeu é, pois, retratado como um usurpador e um explorador: retira o emprego aos londrinos e quando os contrata é para lhes pagar salários de miséria e forçá-los a trabalhar longas horas. Incapazes de encontrar trabalho e ganhar dinheiro para pagar a renda de uma casa, muitos indivíduos transformam-se em vagabundos, logo párias sociais, e a causa da sua desgraça é atribuída à malignidade do judeu. A situação é tanto mais preocupante quanto, o vagabundo é, para a sociedade vitoriana, um Outro horrendo, um selvagem depravado, preguiçoso, incorrigível, um bárbaro mais incompreensível do que os canibais das ilhas distantes⁶⁷. O Outro judeu opera, afinal, a transformação do miserável londrino num Outro temível, o vagabundo que não se enquadra nos padrões sociais vitorianos e se torna numa impressionante figura de alteridade. Portanto, nesta Babilónia moderna,

⁶² *Op. cit.*, pp. 142-143.

⁶³ Ademais, o Conde Dracula é um invasor oriental cujo objectivo é conquistar um território novo. Como Mina Harker conclui, após a derrota do monstro: «He came to London to invade a new land», Bram Stoker, *Dracula*, introdução de Leonard Wolf, Signet, New York and London, 1992 (1ª ed. 1897), p. 346.

⁶⁴ O vampiro é, de facto, o diabo que, alimentado-se de sangue, produz nas vítimas uma debilidade que induz uma morte lenta e, nas mulheres, leva à esterilidade. Cf. Marc Augé, «As Metamorfoses do Vampiro. Duma Sociedade de Consumo a Outra», in Marc Augé (dir.), *A Construção do Mundo. Religião, Representações, Ideologia*, trad. de Isabel Braga, Edições 70, Lisboa, 1974, pp. 151-152.

⁶⁵ Cf. Daniel Pick, *Op. cit.*, p. 173.

⁶⁶ Judith R. Walkowitz, *City of Dreadful Delight. Narratives of Sexual Danger in Late Victorian London*, Virago, London, 1992 (reimp. 1994), p. 28.

⁶⁷ Cf. Eric Schocket, «Undercover Explorations of the “Other Half”, or the Writer as Class Transvestite», *Representations*, n.º 64, s. l., Outono de 1998, p. 114.

existe uma comunidade alienígena, também ela oriental, sem medo de tomar de assalto e, até, destruir a sociedade inglesa vitoriana. E Eça e Batalha, residentes na Inglaterra, observam de maneira privilegiada estes temores que parecem querer levar à hecatombe.

Porém, o que se revela ainda mais estranho e perturbador é que a comunidade judaica é idêntica à inglesa. Tal não se deve apenas às declarações de Batalha Reis, segundo as quais os ingleses, com os seus sonhos imperiais, são, «para os mais verdadeiros representantes do espírito britânico, [...] os descendentes das dez tribos perdidas de Beni-Israel» (*ibidem*, p. 126). Note-se a ironia de serem os próprios ingleses a considerarem-se herdeiros dos primeiros judeus. Esse paralelismo surpreendente pode ser estabelecido através da alteridade evidenciada pelo povo semita, mormente através dos elementos que maior receio causam nos ingleses. Eça de Queirós conclui que os judeus são detestados e temidos porque não se fundem com as raças dos países que invadem. Por outras palavras:

O mundo judeu conserva-se isolado, compacto, inacessível e impenetrável. As muralhas formidáveis do templo de Salomão [...] continuam a pôr em torno dele um obstáculo de cidadelas. [...] Aí se refugiam com o seu Deus, o seu livro, os seus costumes, o seu *sabbah*, a sua língua, o seu orgulho, a sua *secura*, gozando o ouro e desprezando o cristão (*TI*, p. 111).

Ora, estes atributos seriam também conferidos pelo mesmo autor à própria raça inglesa, como veremos mais detalhadamente⁶⁸. Assim, quando tece considerações sobre a raça semita, Eça quase recorre a uma paráfrase. Ao conquistarem os seus vastos domínios imperiais, os ingleses também jamais se fundem com os povos autóctones, preservando além-mar todos os hábitos e costumes que os caracterizam enquanto nação. Os mesmos pressupostos são válidos para os judeus, o que levanta uma nova questão. Apesar do anti-semitismo de que Eça e Batalha Reis dão testemunho na Inglaterra do *fin-de-siècle*, a sociedade vitoriana vê na comunidade hebraica o paradigma dos seus próprios valores. Numa época permeada pelo ideário darwinista da sobrevivência do mais apto, o judeu, como Eça confirma, é, afinal, o exemplo mais perfeito dessas teorias. Por isso, na «luta pela existência», o «judeu é o mais forte, o judeu triunfa» (*ibidem*). Num capítulo revelador intitulado «The Jew as Victorian», Gertrude Himmelfarb permite-nos compreender a verdade destas acepções. Surpreendentemente, como explica a autora, o *ethos* vitoriano não é somente cristão (protestante, puritano,

⁶⁸ Cf. Parte II, 2.1.2.

metodista), burguês, capitalista; é também judaico⁶⁹. O credo que institui o *self-help* como a premissa vital para o indivíduo triunfar na sociedade é, como discutimos acima, um traço característico da comunidade semita. O judeu é, ademais, o protótipo do capitalista bem-sucedido, numa sociedade em que, precisamente, se erguem altares ao capitalismo. Chegando como pobre imigrante, em pouco tempo, o judeu «was on his way to becoming a “tiny capitalist”, earning a living by his own labor and by that of a few employees»⁷⁰. E, por fim, o judeu rege-se pelo mesmo código moral e religioso que a sociedade vitoriana tanto apregoava: «Moral discipline was centered on the family; it prescribed obedience towards parents, devotion to children, the chastity of girls, and the support and protection of wives»⁷¹. No seu isolamento e alteridade, a comunidade hebraica ou Outra é, então, um reflexo, assustador é certo, do Eu inglês vitoriano. E, desta feita, está preparada para levar a cabo a conquista derradeira da sociedade em que se instalou, concretizando, enfim, as profecias do Velho Testamento. Ironicamente, na Inglaterra imperial, um povo oriental e estranho está plenamente preparado para submeter os grandes conquistadores da era moderna. Por conseguinte:

At a time when physical health, intellectual acquisition, and material prosperity were so highly esteemed, it was no wonder that “the chosen people [...] should in some instances realize the promise made by Moses to their forefathers: 'Thou shalt drive out nations mightier than thyself, and thou shalt take their land as an inheritance'”⁷².

Trata-se, em suma, do ataque à ocidentalidade que Said não contempla, mas que, na realidade, Oliveira Martins pressentira ao viajar até à Inglaterra vitoriana. O autor, com efeito, refere-se à prosperidade da comunidade hebraica, ao seu isolamento dentro de Londres, à proeminência da língua hebraica em certos bairros do *East End*, à desconfiança com que os ingleses olham para os judeus e, sobretudo, salienta a invasão proveniente da Rússia e a futura conquista do planeta, materialização final das profecias bíblicas. Referindo-se à sua incursão nos bairros do *East End* na companhia do amigo detective, Martins relata:

Atravessámos depois um bairro de judeus. Era noite de Sabbath. Havia casas relativamente boas, e pelas janelas viam-se, através das vidraças, as mesas postas para a refeição da noite. Topávamos com

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 170.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 177.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 178.

⁷² *Idem, ibidem*.

letreiros de lojas e indicações de moradores, escritos em hebraico. Para aqui vêm as levas de judeus expulsos da Rússia; daqui saiem como emigrantes, a espalhar-se pelo mundo. Parece, conforme nos dizia o *detective*, que a população não olha com bons olhos estes intrusos (*IH*, p. 227).

Comparando o quarteirão judeu do *East End* com outros bairros dessa zona, verifica-se que este povo vive em maior abundância do que os ingleses que aí habitam. O *East End* judaico não é, efectivamente, semelhante ao *East End* inglês onde reina a paupérie. As casas não são decrepitas e presume-se a existência de luminosidade que permite observar o interior das habitações, o que não existia nos bairros de maior miséria, precisamente aqueles em que moram os ingleses das classes destituídas. Ao atravessar o bairro hebraico, Oliveira Martins percorreu um mundo Outro e oriental. Mas, sobretudo, penetrou no universo de um Outro poderoso, um invasor que poderá conquistar o resto do mundo tal como, na verdade, já conquistou definitivamente esta parte de Londres e se prepara para fazer dela a sua base para a expansão futura.

Ao escolher a palavra «intrusos» para definir os judeus que residem em Londres, Martins confirma a sua alteridade. No entanto, os judeus não são os únicos «intrusos» de Leste. Perto do bairro desta comunidade há outro império do Outro, uma «Little Asia» (*JB*, p. 64), segundo Ramalho. Depois de subir uma viela íngreme, Oliveira Martins chega ao bairro chinês, onde «Londres ganhava [...] as proporções de um mundo. Os letreiros, os anúncios, as indicações, viam-se gravadas em caracteres sínicos; e ao ar da noite [...] balouçavam-se dragões fantásticos das bandeiras dos armazéns fechados» (*IH*, p. 228). Esse «mundo» como o autor lhe chama é, verdadeiramente, um universo diferente, no qual, e mais uma vez, impera uma língua estrangeira e onde vive um povo oriental que toma de assalto a capital inglesa e a corrompe com as suas casas de ópio. Portanto, o chinês é tão vampírico como o judeu porque suga o sangue dos ingleses, envenenando-o com as inalações opiáceas. O autor português tem, mesmo, oportunidade de franquear as portas de uma «taverna de ópio» (*ibidem*), dentro da qual se horroriza com os efeitos que este vício produz sobre quem dele fica dependente, a «quase-morte em que acabam com uma palidez cadavérica, inertes, exangues os beiços» (*ibidem*, p. 229). Trata-se do estrangeiro que ataca, que é perigoso, pois pode aniquilar a raça.

Babilónia tenebrosa e perdida, cidade oriental repleta de estrangeiros que a invadem, Londres é também uma Roma definhante. É certo que possui a «sumptuosidade da Roma antiga» (*JB*, p. 64), como repara Ramalho Ortigão. Contudo,

foi a monumentalidade, o fausto desmedido que arruinou a cidade dos Césares. Roma é, com efeito, o paradigma de um percurso ascensional que chega a uma fase descendente. Em termos simbólicos, a temporalidade é representada por um ciclo cósmico que contém «uma “criação”, uma “existência”, isto é, uma “história”, uma consumpção, uma degenerescência - e um “retorno ao caos” ([...] apocalipse)»⁷³. Londres, para Oliveira Martins, encontra-se neste último patamar da evolução histórica e o destino de Roma é o paradigma, o protótipo, do desenrolar da história da Velha Albion⁷⁴. Tal como ao apogeu romano sucedeu a queda, igual sorte terá Londres, a cidade imperial opulenta da era moderna.

Na verdade, como esclarece o historiador lusitano, é o próprio sucesso que augura o declínio e, no caso romano, «as causas dessa ruína estão patentes no momento em que Roma triunfa. “Tomada Cartago, diz Valeio Patérculo, [...] Roma caiu na desordem e no vício [...]”. A violência do carácter italiano assim o ordenava: forte em todas as coisas, lançou-se na orgia com o mesmo ardor com que antes se mantivera na ordem»⁷⁵. Londres é a capital de uma superpotência, de um país vitorioso à escala global. Todavia, como temos vindo a observar, é uma cidade permeada por incontáveis males. À semelhança de Roma, herdeira de Babilónia, Londres sucumbe às tentações mundanas e lança-se na devassidão. É uma cidade monumental, como constata Oliveira Martins ao fazer menção a Westminster e a S. Paulo, sendo, inclusivamente, esta catedral «um arremedo de S. Pedro de Roma» (*IH*, p. 82). Ao visitar estes dois monumentos, o autor perde-se em comparações entre a história romana e a de Inglaterra para, depois, concluir que este paralelismo «vem [...] apenas para dizer o que senti, quando entrei em S. Paulo e em Westminster. É como em Roma» (*ibidem*, p. 81). Contudo, apesar da grandiosidade de Londres e do sucesso da pátria de que esta é capital, a decadência espreita, ameaçadora. «Com efeito, esta poderosa sociedade capitalista tem os pés de barro; esta montanha colossal de riqueza assenta sobre contrafortes de miséria inconsistente e esboroada» (*ibidem*, p. 233). E é, exactamente, esta riqueza excessiva, embora hipócrita, que empurra a sociedade para o abismo, pois

⁷³ Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, prefácio de George Dumézil, trad. de Natália Nunes e Fernando Tomaz, Edições Cosmos, Lisboa, s. d. (1ª ed. 1970), p. 480.

⁷⁴ Sobre o modelo paradigmático da história romana, cf. Dietrich Carl Oskar Böhnke, «Oliveira Martins und das literarische Porträt», Magisterarbeit bei Prof. Dr. H. Feldmann, Romanisches Seminar, Universität zu Köln, Köln, 1983, p. 18. Com efeito, para Martins e seus contemporâneos, a evolução histórica de Roma serve de base comparativa «mit der modernen, zeitgenössischen Geschichte», idem, *ibidem*, p. 20.

⁷⁵ Oliveira Martins, *História da República Romana*, 2 vols., vol. 1, Guimarães Editores, Lisboa, 1987 (1ª ed. 1885), p. 281.

«ao próprio homem [...] vem, com a plenitude do dinheiro, a saciedade e o tédio. É vê-los arrastar a vida decadente...» (*ibidem*, p. 262). Londres é, então, uma cópia da Roma que perdeu o viço, que amoleceu no vício e que, conseqüentemente, enfraqueceu ao ponto de se tornar vulnerável a ataques exteriores.

Ainda na *História da República Romana*, mais especificamente no capítulo intitulado «Roma Triunfante», Oliveira Martins explica que Roma, embriagada pelo seu próprio sucesso, deixou de ouvir a voz sábia dos Fados que a avisavam da catástrofe iminente e a exortavam à prudência:

Lembra-te, Roma, de que venceste o Oriente depois de vencido Aníbal [...]: a lei era o teu rei, o civismo o teu culto. *Memento Roma! Memento Roma!*... Não vês a nuvem a crescer, correr no céu, prenhe de tempestades e salseiros de podridão? Não te sentes envenenar pelo ar empestado que vem de leste?⁷⁶

A partir do momento em que Roma, a conquistadora do Oriente, se esquece da lei e do civismo e se abandona à lascívia, o caminho está aberto à sua queda e, sobretudo, à invasão estrangeira que a levará à capitulação. Percurso idêntico aguarda a Inglaterra, onde o primeiro bastião a cair e a ser invadido será Londres. Na *História da República Romana*, Martins aludia a uma ameaça oriental contra Roma; na Londres finissecular, o perigo também vem de Nascente. Judeus e chineses estabelecem-se na cidade que, cada vez mais, se vai tornando na capital do Outro e, ademais, governada pelo Outro.

Oliveira Martins, na verdade, coloca a hipótese de Londres ser plenamente apossada pelo Outro. A *City*, o bairro financeiro londrino, não é unicamente, e como observaremos posteriormente, uma região tenebrosa, um abismo infernal à semelhança do *East End*. Na verdade, em termos administrativos, a *City* de Londres encontra-se fora da jurisdição da Coroa britânica. A tradição pressupõe que aquele bairro seja governado por um *Lord Mayor* escolhido anualmente de entre os membros do Conselho de Vereadores, denominados *aldermen*, eleitos vitaliciamente pelos proprietários ou locatários que paguem contribuições sobre imóveis localizados dentro do perímetro do bairro. Sempre que o monarca se desloca oficialmente à *City* necessita pedir a autorização do *Lord Mayor*, a encarnação da independência desta em relação à Coroa⁷⁷. Martins estava bem informado relativamente à autonomia da *City* dentro da capital e,

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 287.

⁷⁷ Sobre esta tradição que remonta a tempos medievos e que, inclusivamente, foi mantida e respeitada pela rainha Victoria, cf. Alain Plessis, «*The City*», in Monica Charlot e Roland Marx, *Op. cit.*, p. 182.

por isso, explica aos leitores o processo através do qual se elege o seu guardião, o *Lord Mayor*. Desta feita, aquela está «dividida em 26 bairros ou *wards*, cada um dos quais elege vitaliciamente um *alderman*, como no tempo remoto em que esses magistrados iam com a vara de álamo, *alder*, na mão, ao *mallum*, ou parlamento do tempo. Os *aldermen* elegem entre si, anualmente, o *lord mayor*» (*ibidem*, p. 30). A *City*, até pela sua peculiar forma de governo, é, conseqüentemente, um outro mundo à parte. Parece pertencer a Londres; no entanto, escapa à tutela do *London County Council*, a autoridade responsável pela administração da «*metrópole*, ou condado de Londres, governado por um conselho municipal electivo» (*ibidem*, p. 31. Itálico do autor), como Martins se apressa a esclarecer.

Muito embora a *City* seja um outro mundo devido ao seu estatuto autónomo dentro de Londres, é, além disso, um mundo do Outro, do estrangeiro proveniente de além-fronteiras. Aliás, como esclarece Asa Briggs, «the square mile of the City of London had its own government and its own connexions with the outside world rather than with London itself»⁷⁸. Este bairro é um pedaço de chão inglês sobre o qual todas as grandes agências cambistas internacionais e todas as companhias multinacionais erigiram sedes e representações. Há aí também «bancos coloniais e, sobretudo, bancos estrangeiros que sentiram a necessidade de se instalar no coração da finança internacional para obterem o seu quinhão das grandes operações financeiras»⁷⁹. Assim, bancos como o francês *Crédit Lyonnais* ou o germânico *Deutsche Bank*, instalados na *City* desde 1870 e 1873, respectivamente, abririam caminho a que, nas décadas seguintes, todas as principais instituições bancárias europeias e norte-americanas aí abrissem delegações⁸⁰. Oliveira Martins não ficou alheio a esta realidade e constata, precisamente, o clima internacional que se vive na *City*: negociam-se produtos exóticos, acorda-se a cotação de moedas estrangeiras, fazem-se transacções com países distantes. Como elucida o autor a propósito da sua ida à Bolsa de Valores:

Ali é a capital do mundo inteiro. Respira-se geografia, fala-se da Austrália, da Índia, do Brasil e do Japão, do preço das lãs, do valor da rupia, da cotação do café ou do algodão, e das oscilações da prata. Os países mais longínquos e os géneros mais exóticos são arrabaldes e dependências da *City* [...].

Passeando, atônito, em volta do salão circular do *Stock exchange*, parecia-me que estavam ali dentro as fronteiras circulares também do globo (*ibidem*, p. 114).

⁷⁸ *Op. cit.*, p. 30.

⁷⁹ Alain Plessis, in Monica Charlot e Roland Marx, *Op. cit.*, pp. 187-188.

⁸⁰ Cf. idem, *ibidem*, p. 188.

Os negócios “das” e com “as” colónias do império britânico convergem para a *City*, nomeadamente para a Bolsa, o mesmo se passando em relação a outros países. Por conseguinte, de acordo com a visão martiniana, a *City* transcende Londres, é uma capital dentro de outra. Contudo, o bairro financeiro é a capital do globo ou, mais especificamente, do império do Outro. É um local efectivamente invadido pelo estrangeiro, pois, como ressalva Martins, ainda a respeito da Bolsa: «Está ali dentro o mundo inteiro» (*ibidem*, p. 111). Até a pátria lusa tem aí o seu canto onde o autor viu «que se negociavam os *threes* portugueses» (*ibidem*).

Contudo, se Oliveira Martins dá conta da autonomia da *City* em relação a Londres e alude à invasão estrangeira de que é alvo, Batalha Reis vai bastante mais longe referindo-se declaradamente à usurpação deste bairro por um soberano estrangeiro. Redigindo um artigo a 14 de Maio de 1893, o qual seria publicado a 18 do mês seguinte, portanto numa altura posterior à visita de Martins à Inglaterra, este autor escreve: «O lorde *mayor* de Londres é este ano um *católico, apostólico, romano*» (*RI*, p. 123). Os itálicos de Batalha transmitem a noção de que a *City* será governada por alguém marginal ao Eu inglês anglicano, um Outro. Independente da Coroa britânica, invadida por uma enorme plêiade de elementos exógenos, a *City* afirma a sua posição de alteridade absoluta no momento em que é tutelada por alguém não conforme ao padrão tradicional inglês. O processo invasivo está, pois, completo, uma vez que no trono da *City* já se senta um estranho que tão pouco se coíbe em demonstrar ostensivamente a sua vitória:

Uma vez eleito, o *mayor* deu um grande banquete ao alto clero apostólico romano e reuniu, na *mansão* oficial da cidade de Londres, todos os cardeais e bispos disponíveis.

[...]

Nesse banquete, porém, a primeira saúde não foi para a rainha de Inglaterra; foi para o Papa de Roma!

Todos os ingleses estremeçeram.

[...]

Para um católico, o Papa é o representante de Jesus, de Deus, sobre a Terra. Mas na consideração de um bom inglês, a rainha, representante de Inglaterra, tem o primeiro lugar: Deus vem depois.

Para os ingleses, o Papa é um monarca estrangeiro (*ibidem*. Itálico do autor).

Agora, por fim, o bairro financeiro pode ser plenamente, e como anteriormente revelava Martins, a capital de um outro império, um império em que se espelha a alteridade inglesa. Paralelamente, a escolha de um *Mayor* católico indica que a Inglaterra imperial não é incólume à conquista pelos estrangeiros e, conseqüentemente, está «preocupada, temendo invasões do Papa de Roma» (*ibidem*, p. 124). A *City* é, assim, a sede de um império obscuro nos antípodas do império britânico. Ora, num momento subsequente ao Ultimatum, Batalha dá a entender que a Inglaterra, ameaçadora e usurpadora de territórios que lhe não pertencem, pode, afinal, ser ela própria conquistada. Este Outro gigantesco tem pés de barro e é tão ou mais vulnerável do que o Portugal finissecular acossado pela ganância territorial britânica em África.

Contudo, não é apenas a *City* a capital do Outro dentro da Inglaterra. Para Eça de Queirós é Londres na sua totalidade que, sendo uma cidade oriental, é uma autêntica capital do Outro. Para este autor, Londres é «a caída Palmira», ou a «tenebrosa [...] Petreia» (*TI*, p. 99), antigas e fabulosas cidades do Médio Oriente dos tempos salomónicos. Com efeito, Palmira, na actual Síria, terá sido a capital do lendário reino do Sabá e da sua poderosa e enigmática rainha⁸¹. E Eça, profundamente marcado pela viagem que realizou ao Egipto e à Palestina em 1869, influência que se reflectiu, inclusivamente, no delineamento de *A Relíquia* (1887)⁸², estava bastante bem informado a respeito das paisagens e histórias do Médio Oriente, de tal sorte que, no caderno em que apontou o percurso dessa viagem, discorre com autoridade relativamente a sítios onde nunca esteve, «como a zona do lago Faium, e de áreas mais afastadas [...] como Abidos e Tebas»⁸³. Aliás, parte das informações que possuía sobre o Oriente Arábico provinham das leituras da Bíblia que realizara na juventude⁸⁴, pelo que o tema da rainha do Sabá lhe era familiar. Trata-se da soberana que rivalizou com o mítico Salomão em termos de poder, sabedoria e mestria nas artes ocultas. Mas, sobretudo, a rainha do Sabá é o paradigma da monarca usurpadora, pronta a tomar Jerusalém se Salomão não se acautelar⁸⁵. Assim, ao equiparar Londres a Palmira, Eça deixa-nos adivinhar a capital

⁸¹ Em Palmira é ainda hoje possível admirar as ruínas do enorme templo consagrado ao deus Bel, sob o qual, segundo reza a lenda, estará sepultada a mítica rainha do Sabá. Muito embora a cidade tenha sido conquistada sucessivamente por forças romanas, cristãs e muçulmanas resistiu até aos nossos dias e, como refere Nicholas Clapp, «neither Christianity nor Islam ha[ve] been able to erase the temple's pagan grandeur». Nicholas Clapp, *Sheba. Through the Desert in Search of the Legendary Queen*, Mariner Books, Boston and New York, 2002, p. 134.

⁸² Sobre a influência desta viagem no contexto da obra eciana, cf., por exemplo, Luís Manuel de Araújo, «A Viagem Oriental de Eça», in Jorge Couto (dir.), *Op. cit.*, p. 73.

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁸⁴ *Idem, ibidem*.

⁸⁵ Cf. Nicholas Clapp, *Op. cit.*, pp. 58-59.

oriental da rainha do Sabá, a monarca Outra, e não a capital da rainha Victoria. Londres é, pois, tomada pelo Outro, um Outro pronto a exercer a sua soberania.

A Inglaterra é não só um país diferente, oriental e exótico, é, ainda, uma nação invadida por elementos exógenos provenientes do Oriente que queria conquistar. Contudo, e simultaneamente, trata-se da pátria de uma raça estranha, Outra, produto de um clima perpetuamente submerso em água, onde o leitor também será, por sua vez, e a pedido do escritor-viajante e do jornalista literário, imerso, o que faz, por conseguinte, que a leitura seja também uma experiência da alteridade⁸⁶. Sob o nevoeiro vive um povo estranho que respira através de guelras e que se vai espalhando ameaçadoramente pelo mundo fora à medida que, em casa, vai assistindo a uma invasão.

2.1.2. A Raça Anfíbia do Nevoeiro

Para Taine, cada povo resulta da influência incomensurável do clima a que está exposto, e os ingleses não são exceção. Porém, como clarifica Doris Gunnell, «sans Stendhal, il est permis de croire que Taine n'aurait pas énoncé sa fameuse théorie»⁸⁷. É na Introdução à *Histoire de la littérature anglaise* que este último verbaliza os postulados teóricos que concorrem para a formação e diferenciação das raças humanas, os quais confessa ter bebido em Stendhal. Assim, Taine queixa-se que nem sempre as ideias do seu mestre foram compreendidas:

On n'a pas vu que sous des apparences de causeur et d'homme du monde, il expliquait les plus compliqués des mécanismes internes, qu'il mettait le doigt sur les grand ressorts, qu'il importait dans l'histoire [...] les procédés scientifiques, l'art de chiffrer, de décomposer et de déduire, que le premier il marquait les causes fondamentales, j'entends les nationalités, les climats et les tempéraments; bref, qu'il traitait des sentiments comme on doit en traiter, c'est-à-dire en naturaliste et en physicien, en faisant des classifications et en pesant des forces⁸⁸.

Taine pronuncia, na verdade, que o pensamento stendhaliano é responsável por ter exportado o método científico para o campo das ciências sociais e que é preciso buscar as «causas fundamentais» e os «mecanismos internos» que permitem

⁸⁶ Cf. Gabriele Schwab, *Op. cit.*, p. 16.

⁸⁷ *Op. cit.*, p. 90.

⁸⁸ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1866), pp. xlvi-xlviii.

compreender cada povo através de uma metodologia objectiva que, posteriormente, os classifique. Uma dessas causas é, como já referimos, o clima. Cada ser vivo necessita adaptar-se ao meio ambiente que o envolve e, por conseguinte, «un climat et une situation différente amènent chez lui des besoins différents, par suite un système d'actions différentes, par suite encore un système d'habitudes différentes, par suite enfin un système d'aptitudes et d'instincts différents»⁸⁹. O ser humano, sujeito às mesmas leis que regem o mundo natural, também se transforma de acordo com a especificidade do ambiente em que vive. Portanto, «forcé de se mettre en équilibre avec les circonstances, contracte un tempérament et un caractère qui leur correspond»⁹⁰. Estas variações são, depois, transmitidas hereditariamente à sua descendência através de infindas repetições, de tal modo que, num dado momento, «on peut considérer le caractère d'un peuple comme le résumé de toutes ses actions et de toutes ses sensations précédentes»⁹¹.

No caso inglês é o nevoeiro a causa fundamental que molda o temperamento do povo. Batalha Reis está tão ciente disso que descreve o seu artigo de 17 de Janeiro de 1888, como «a mais inglesa de todas as minhas *Revistas*» (*RI*, p. 46), por se concentrar na descrição do mesmo. Em rigor, este fenómeno climatérico assume-se como o elemento que explica todas as características do povo inglês. Por isso, fazendo desta «Revista» uma síntese teórica para ilações futuras a respeito dos ingleses, Batalha insta o público a que «a impressão que ela deixar no espírito deverão os leitores conservá-la sempre, tê-la sempre presente [...] como um pano de fundo teatral, sobre que se destaquem todas as cenas que eu for sucessivamente contando» (*ibidem*). Visualizando-se o nevoeiro, compreende-se o povo.

Detestando o clima britânico, Eça de Queirós, antes de Batalha, também vê no nevoeiro, não só uma das fontes da sua angústia pessoal, tal como confessa a Ramalho: «Perdi também um pouco da vontade de rir porque o tempo [...] está hoje de um tal nevoeiro húmido, de uma tão penetrante desolação, que o mesmo Voltaire aqui faria elegias»⁹², como, por outro lado, percebe ser aquele a causa explicativa da alma inglesa. Confrontado com a inclemência do clima, Eça explica: «É agora que eu compreendo a profunda verdade dos livros de Taine sobre a Inglaterra – sobretudo a *História da Literatura*. É o clima, é a horrível hostilidade exterior da Natureza»⁹³. Deixando claro o

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. xxv.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² «Carta a Ramalho. 1 de Fevereiro de 1875», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 91.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 92.

seu endividamento ao ideário tainiano, Eça concorda que é o clima, mormente, o nevoeiro, a trave-mestra que sustenta o carácter rácico dos ingleses.

Porém, o nevoeiro inglês não é um nevoeiro qualquer, é uma cerração brutal, sufocante e escura tão presente e tão forte que os quatro viajantes portugueses dela se não podem alhear. Como constata Batalha, tratando-se da Grã-Bretanha – outra das raras ocorrências desta nomenclatura: «O nevoeiro espessa-se, amarelece, acinzentá-se, opaca-se, desluz-se, resfria-se: nos melhores dias de Verão tolda os horizontes e esfuma os contornos distantes: no mais alegre momento da *Season* condensa-se, sujo, nos topos das ruas de Londres» (*ibidem*). É o nevoeiro denso e poluído que Dickens imortalizara nos parágrafos de abertura de *Bleak House*:

Implacable November weather. As much mud in the streets, as if the waters had but newly retired from the face of the earth [...]. Smoke lowering down from chimney-pots, making a soft black drizzle, with flakes of soot in it as big as full-grown snow-flakes [...].

Fog everywhere. Fog up the river, where it flows among green aits and meadows; fog down the river, where it rolls defiled among the tiers of shipping, and the waterside pollutions of a great (and dirty) city. [...] Fog creeping into the cabooses of collier-brigs; fog lying out on the yards, and hovering in the rigging of great ships [...]. Fog in the eyes and throats of ancient Greenwich pensioners, [...] fog in the stem and bowl of the afternoon pipe of the wrathful skipper [...]; fog cruelly pinching the toes and fingers of his shivering little 'prentice boy on deck. Chance people on the bridges peeping over the parapets into a nether sky of fog all round them, as if they were up in a balloon, and hanging in the misty clouds⁹⁴.

Esta imagem dickensiana do nevoeiro sujo, encardido pelo fumo das chaminés, que impregna o ambiente de humidade e enlameia as ruas, tornar-se-ia, com efeito, arquetípica, redundando, por isso, nos autores em apreço que o descrevem demoradamente, socorrendo-se, simultaneamente, da imagem tainiana do mesmo. Referindo-se ao nevoeiro que transforma o dia em noite, o mestre gaulês exemplifica que, certa vez, «il a fallu tenir le gaz allumé cinq jours durant: à midi, on ne voyait pas assez claire pour écrire; le sixième jour, le brouillard durait encore [...], concluindo que «pendant six mois, et pendant beaucoup de jours des autres mois, ce pays semble fait pour des canards sauvages»⁹⁵. Como veremos de seguida, pegando nas palavras de Taine, também os viajantes portugueses, mormente os residentes Eça e Batalha, insistirão no tema dos grandes nevoeiros e no facto de ser frequentemente necessário ter

⁹⁴ Charles Dickens, *Bleak House*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1999b (1ª ed. 1853-1854), p. 11.

⁹⁵ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 79.

as luzes acesas em pleno dia, o que, para viajantes provenientes do Meridião, não deixa de ser, de certo modo, uma ocorrência estranha.

Aliás, para qualquer dos autores em estudo, é, de facto, necessário caracterizar o nevoeiro minuciosamente pois ele funciona como uma espécie de composto químico que dá consistência à raça inglesa, se quisermos usar uma linguagem derivada do cientismo tão caro a estes cientistas sociais. Referindo-se, então, ao detestável nevoeiro londrino, Eça explica:

De manhã, ao acordar, tem-se diante da janela uma sombra opaca, espessa, parda, arrepiadora e sinistra: é necessário fazer a barba, com o gás flamejando; almoça-se com todas as velas do candelabro acesas, e a carruagem que nos conduz é precedida de um archote. Ao meio-dia esta decoração de Inferno muda; a sombra perde o tom pardo e por gradações odiosas ganha um amarelo de oca e começa a exalar um vapor fétido. Respira-se mal, a roupa toma um pegajoso húmido sobre a pele, os edifícios que nos cercam aparecem com as linhas vagas e quiméricas das cidades malditas do Apocalipse [...].

Depois, à noite, outra mudança: toda esta sombra, este nevoeiro grosso, mole, gorduroso, desfaz-se em chuva... Em chuva, digo eu? Em lama, em lama mal líquida, que escorre, pinga, vem babada de um céu negro (*TI*, p. 102).

Como se observa, o nevoeiro por si só transporta o viajante para um mundo Outro, estranho, infernal e oriental. A cidade é transformada e a familiaridade é perdida e substituída pela alteridade. É, portanto, escondido entre brumas tenebrosas que se vai descobrir o povo Outro. Wladimir Kryszinski, de facto, esclarece que é através da estranheza do espaço que se conhece o Outro⁹⁶. Ademais, simbolicamente, o nevoeiro indica uma transição ou uma passagem, tal como a lama aponta para uma involução e para o início da degradação⁹⁷. A descrição do clima estranho serve de alerta para a diferença e prepara o leitor para o embate com algo muito díspar do que se poderia esperar. Identicamente, o nevoeiro e a lama sugerem que a Inglaterra não só é um mundo estranho; é também um universo doente e decadente.

Apesar dos poucos dias que pernoitou em Inglaterra, Ramalho não evita falar do nevoeiro. É como se o seu retrato ficasse incompleto se dele não constassem uns quantos parágrafos dedicados a esta perturbação atmosférica. E o *seu* nevoeiro de contornos dickensianos e tainianos também é igualmente horrível:

⁹⁶ Wladimir Kryszinski, «Discours de voyage et sens de l'altérité», in Maria Alzira Seixo (coord.), *Op. cit.*, p. 239.

⁹⁷ Cf. «Nevoeiro» e «Lama», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, pp. 470 e 398, respectivamente.

Não um ligeiro nevoeirito para reumatismo de estrangeiros, que a amável hospitalidade de Londres confere às vezes durante a *season* a quem vai do Chiado por Paris a Sackville-Street unicamente para ter uma *suit* cortada no Poole [...]; mas sim um legítimo e autêntico nevoeiro londrino, um garantido e afiançado *London-fog* (*JB*, pp. 129-130).

Ora, Ramalho assume-se nesta passagem como um verdadeiro viajante a quem é permitido experimentar uma situação genuína no país estrangeiro para, *a posteriori*, isto é, ao cabo da viagem, relatá-la com autoridade. Contrariamente aos turistas seus compatriotas que, como já vimos, viajam alheados de tudo o que os rodeia, Ramalho vive e, sobretudo, estuda um dos fenómenos mais típicos da Inglaterra. Assim, a fim de ressaltar a veracidade da sua experiência e no intuito de, tal cientista, aplicar o método positivo ao seu estudo, precisa observar de perto a cerração. Como nos diz:

Fui para Piccadilly ver o fenómeno. Por tôda a parte nos corredores e nas escadas do meu hotel, em tôdas as ruas, em tôdas as lojas estava aceso o gás, [...] e chamas de archotes oscilavam empenachadas de fumo alumando de clarões rubros cabeças de cavalos e capacetes de *policemen*.

O Tamisa é um largo e profundo rio de margens de lama com uma água glauca, denegrida, espessa, sinistra; através de Londres tem a vastidão dum estuário de tinta gordurosa, vasta lagoa tenebrosa e revolta, que parece formada da supuração estagnada duma enorme fístula pela qual se tivesse dessorado a fôrça mecânica de toda a indústria a vapor deste mundo, fazendo uma poça imensa do vômito denegrado das válvulas, do pó do carvão, do sebo derretido dos eixos, do azeite, do verdete das rodas e dos parafusos, e do suor da gente.

Sabido isto, o aspecto do nevoeiro de Londres pinta-se em duas palavras:

É a pulverização da corrente do Tamisa inalada juntamente com as trevas da noite na garganta da Inglaterra (*ibidem*, pp. 130-131).

Observando o nevoeiro e as águas turvas do Tamisa, Ramalho descreve meticulosamente a natureza daquele e pode, desse modo, auxiliar o leitor a visualizar melhor e mais vividamente o característico nevoeiro inglês, produto imundo de uma sociedade altamente industrializada que, a julgar pela insalubridade do rio lamacento, está em decomposição, em involução. Similarmente ao que Eça afirmava, Ramalho também nos deixa perceber que o nevoeiro opera a passagem para um mundo estranho, pois este, «feito de sebo e de pós de sapatos, não deixa discernir a matéria-prima das formas arquiteturais» (*ibidem*, p. 65), que, enegrecidas e sujas, perdem as suas feições originais. Até mesmo no campo, as plantas envoltas pela neblina «parecia terem uma

estranha imobilidade fantástica como nas decorações da *Belle au bois dormant*» (*ibidem*, p. 220). Portanto, o nevoeiro torna a Inglaterra um universo muito estranho.

Porém, em Londres, Ramalho apenas assiste a um nevoeiro que, segundo o próprio, «não durara mais de duas horas» (*ibidem*, p. 130), pelo que podemos suspeitar se este não seria, afinal, o tal «nevoeirito» para turistas que depreciara, mas que, coincidentemente, é o mesmo que Oliveira Martins também experimenta pessoalmente. Confrontando-se com a «névoa acinzentada» que cai ao final da tarde e que envolve as paisagens «em tons singularmente amarelados» (*IH*, p. 69), Martins também nota a transformação da Inglaterra num mundo estranho. Não vivendo a experiência do nevoeiro cerrado dickensiano, este viajante não deixará de, como aprofundaremos adiante, salientar o papel daquele na formação do carácter rácico saxónico. Contrariamente, aos autores anteriores, os dois viajantes que também são simultaneamente residentes em Inglaterra têm uma vivência bastante mais forte do nevoeiro inglês que pode, inclusivamente, durar vários dias. Já verificámos como Eça descreve os longos dias pardacentos em que o nevoeiro faz a sua terrível aparição. Todavia, é Batalha Reis, com o melhor do seu espírito de cientista, quem mais demoradamente se detém na apreciação deste fenómeno climático que, como o autor revelará, transforma a Inglaterra num país submerso no fundo de um mar estranho. Referindo-se a um episódio particular, a inclusão cénica de que o jornalista literário se socorre, Batalha afirma:

Há seis dias, às 11 horas da manhã ainda eu trabalhava no meu gabinete à luz de um candeeiro de gás, perdida a noção do tempo, sem saber se era dia, se era noite. [...] Ao chegar à janela, descobri que as casas fronteiras, a rua, as casas dos lados, tudo desaparecera: julguei-me assomado a uma altíssima torre, isolado nas bordas de um mar insondável, ou, antes, viajando sobre um aeróstato, entre nuvens, amarelas as mais próximas, bronzeadas as mais distantes [...].

Era o *Fog* de Londres, a *Sopa de Ervilhas*, como cá lhe chamam, o célebre nevoeiro inglês, mais cerrado e [...] mais trágico que nunca (*RI*, p. 46).

Na verdade, no tocante à opacidade e à estranheza do nevoeiro inglês, Batalha repete as imagens dickensiana e eciana, transportando o leitor até um espaço desconhecido, até um mundo novo e outro e onde, tal como Taine indicava, o dia escuro precisa da luz artificial. Contudo, nestas breves frases, Batalha assume a posição altaneira, a que anteriormente nos referíamos, que permite ao cientista elevar-se acima do Outro a fim de o estudar pormenorizadamente. Metaforicamente, é como se o

viajante pairasse sobre o objecto que observa e que quer dissecar. E, neste caso, o autor plana sobre um mar estranho onde se esconde um povo anfíbio que, vindo das profundezas do nevoeiro tem, precisamente, um «aspecto ictiológico» (*ibidem*). O nevoeiro altera a percepção da paisagem, torna o familiar em algo desconcertante, até «as luzes da névoa tomam um carácter estranho que desvaira» (*ibidem*, p. 47). É este nevoeiro, «um fluido grosso, viscoso, amarelo, negro» (*ibidem*), o responsável por conferir «uma imensa profundidade» (*ibidem*, p. 48) ao espaço envolvente. Esta ideia das profundezas abissais onde se movimentam «figuras obscuras, sombras fantásticas, cambaleantes, incertas» (*ibidem*) não só se tornaria numa das imagens-chave da estranha Inglaterra vitoriana finissecular, perpetuada até ao século XX, como teremos ocasião de revelar mais adiante, como, ademais, prenuncia o encontro com a alteridade inquietante. Batalha, com efeito, prepara o leitor para a descoberta do mundo fantástico e, de certo modo, aterrador, que existe após a travessia da Mancha. Assim, dando conta das sensações que o acometem quando, deixando a sua posição de elevação decide mergulhar no mar profundo de nevoeiro denso, o autor refere: «Cada vez que eu, circulando penosamente por entre os obstáculos, parava a contemplar aqueles vultos formidáveis e indistintos [...] sentia uma sobrenatural impressão de terror: é que julgava ver toda a humanidade espectral» (*ibidem*). De aspecto pisciforme e fantasmagórico, os ingleses são, afinal, o povo Outro, epítome da alteridade, que vai ser apreendido, ou, por outras palavras, decifrado⁹⁸ metodicamente.

Quando referimos que os autores em estudo fazem dos ingleses um dos fulcros da sua análise e da sua decifração da Inglaterra, teremos de, em primeiro lugar, esclarecer que é a própria raça que aqueles querem observar e estudar: quais as suas características, o que a distingue de todas as outras, as razões subjacentes à sua formação. Porém, o conceito de raça comporta definições polémicas e complexas que, ainda hoje, não são consensuais ou lineares. Ademais, não obstante as dificuldades de categorização, conceitos de raça são relevantes para qualquer análise de índole sociológica porque influenciam não só a percepção do Outro como, inclusivamente, a auto-percepção⁹⁹, isto é, dito de modo simplista, como refere Linda Colley, «we usually

⁹⁸ Jefferson Humphries explica, com efeito, que decifrar equivale a traduzir, revelar uma mensagem codificada, expor um significado. Decifrar não é criar um sentido, pois este esconde-se no interior daquilo que se quer decifrar. Por isso, o autor que intenta a decifração assume, acima de tudo, o papel de um revelador. Cf. Jefferson Humphries, *The Otherness Within. Gnostic Readings in Marcel Proust, Flannery O'Connor and François Villon*, Louisiana State University Press, Baton Rouge and London, 1983, p. 20.

⁹⁹ Cf. David Brion Davis, «Constructing Race. A Reflection», *The William and Mary Quarterly*, 3ª série, vol. 54, nº 1, Janeiro de 1997, p. 7.

decide who we are by reference to who and what we are not»¹⁰⁰. Por conseguinte, a alteridade da raça que os autores em apreço buscam perceber na Velha Albion, auxilia a definição da identidade lusitana.

Genericamente, raça é o conjunto das feições, (a)percebidas no plano material, que emprestam um carácter diversificado aos vários grupos humanos e entre as quais se contam a pigmentação cutânea, o físico, a ascendência, a origem histórica e geográfica, o modo de vestir, a língua e os hábitos e normas culturais¹⁰¹. Contudo, como elucida David Brion Davis, a ideia de diferentes raças humanas é algo bem mais subjectivo. Estas são, na verdade, «the fortuitous and arbitrary inventions of European and American history, the by-products, primarily, of Europe's religious, economic, and imperial expansion across the seas of the earth»¹⁰². Aliás, na Inglaterra vitoriana, uma era dominada por um *ethos* imperialista, as questões raciais constituíam um tema de profundo e aceso debate. Com efeito, a aquisição de colónias, as descobertas arqueológicas do período e as teorias darwinianas levaram a um grande interesse científico pelas raças estrangeiras, nomeadamente aquelas consideradas primitivas¹⁰³. O debate em torno da raça encontrava-se na ordem do dia e os autores que analisamos, imiscuindo-se nas correntes contemporâneas, enfeudadas, em parte, ao darwinismo¹⁰⁴ e à sua aplicação na defesa da existência de raças humanas diferentes¹⁰⁵, também não renegam essa discussão. Aliás, mais do que ecoarem o debate racialista, muito difundido coevamente, Eça, Batalha, Ramalho e Martins mostram-se, mais uma vez, discípulos dignos do mestre. Com efeito, como Todorov esclarece: «La doctrine racialiste [...] est liée dès ses débuts à l'avènement des sciences, ou plus exactement au scientisme, c'est-à-dire l'utilisation de la science pour fonder une idéologie. [...] Le grand prophète du déterminisme, dans la seconde moitié du XIXe siècle, est aussi l'un

¹⁰⁰ *Op. cit.*, p. 311.

¹⁰¹ Ao caracterizar o termo raça, Frank Reeves explica: «The reality of race consists in the first instance of perceivable characteristics of groups of people. "Perceivable" in this context means "capable of being perceived" ("perceived" = "made available to the senses"», Frank Reeves, *British Racial Discourse. A Study of British Political Discourse About Race and Race-Related Matters*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1983, p. 7.

¹⁰² David Brion Davis, *Op. cit.*, p. 7.

¹⁰³ Cf. Brian Vincent Street, *The Savage in Literature. Representations of "Primitive" Society in English Fiction, 1858-1920*, Routledge & Kegan Paul, London and Boston, 1975, p. 3.

¹⁰⁴ «Almost everywhere in western civilization [...] thinkers of the Darwinian era seized upon the new theory and attempted to sound its meaning for the several social disciplines. Anthropologists, sociologists, historians, political theorists, economists were set to pondering what, if anything, Darwinian concepts meant for their own disciplines», Richard Hofstadter, *Social Darwinism in American Thought*, introdução de Eric Foner, Beacon Press, Boston, 1992 (1ª ed. 1944), p. 4.

¹⁰⁵ Como demonstram os influentes estudos de Richard Hofstadter, «although Darwinism was not the primary source of the [...] dogmatic racism of the late nineteenth century, it did become a new instrument in the hands of the theorists of race», idem, *ibidem*, p. 172.

des racistes les plus influents: Hippolyte Taine»¹⁰⁶. Por conseguinte, adeptos do cientismo tainiano, estes autores não poderiam descurar a análise raciaalista, nomeadamente a dos ingleses.

Ao traçar a fisionomia do povo brasileiro em *O Descobrimento do Brasil Intelectual Pelos Portugueses do Século XX*, o próprio Batalha Reis necessitou debruçar-se atentamente sobre a problemática da raça e da distinção dos povos. É possível aceder ao seu pensamento através das notas soltas que elaborou no intuito de compor esse estudo. Para o autor, «é pelos caracteres orgânicos ou anatómicos que se determinam e classificam todos os seres orgânicos, - por isso as espécies ou raças ou variedades animais, consequentemente as raças humanas»¹⁰⁷. Como se depreende, para Batalha, a variedade humana resulta das mesmas premissas que concorrem para a diversidade animal, as quais são a existência de características orgânicas objectivas distintas. Oliveira Martins foi também outro estudioso que muito se concentrou na problemática das raças humanas que deram origem aos diferentes povos da Terra. Como resume Fernando Catroga, a propósito do ideário martiniano relativo a esta questão:

Seria possível construir uma ordenação antropogenética e civilizacional: em primeiro lugar, surgidas do pitecantropo, espalharam-se pelo globo doze raças naturais (papua, hotentote, café, negra, australiana, malaia, mongólica, ártica, americana, drávida, núbica e mediterrânica) [...]; estas raças deram origem a trinta e seis sub-raças, denominadas “históricas”, cujo aparecimento foi fruto da concorrência vital, da acção do clima, dos cruzamentos, das instituições, dos acasos e das condições de existência de cada uma [...]; finalmente, com origem nas “raças históricas”, deu-se a evolução para um terceiro grupo, “a que chamamos povos”¹⁰⁸.

Simultaneamente, continuando o estudo racial, Martins defendia que o meio «influía na própria formação física dos homens, e era factor determinante no aparecimento de subcategorias dentro de cada raça histórica»¹⁰⁹. Por conseguinte, nesta linha de pensamento, os ingleses, subcategoria da raça histórica indo-europeia, serão, necessariamente, moldados pela influência incomensurável do seu clima húmido e nebuloso, opinião partilhada também por Eça, Ramalho e Batalha.

¹⁰⁶ Tzvetan Todorov, *Nous et les autres. La Réflexion française sur la diversité humaine*, Éditions du Seuil, Paris, 1989, p. 137.

¹⁰⁷ *Op. cit.* (1988b), p. 90.

¹⁰⁸ In Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *Op. cit.*, pp. 151-152. Itálico no original.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 152.

No artigo «A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês», Eça de Queirós alude directamente ao clima enquanto responsável pela formação das características que definem a raça inglesa. Deixando falar o seu cão inglês, D. José, que, de visita à França, se corresponde com a amiga, a gata Pussy, Eça revela que na Inglaterra «a bruma regelada actua sobre os caracteres como sobre a pele: greta-os, torna-os ásperos ao contacto»¹¹⁰. Portanto, sob esta óptica, para o autor, os ingleses são um povo tão frio como o próprio nevoeiro. Deleitado com o agradável clima francês, D. José prossegue:

Aqui não há nevoeiro – e é esta a primeira superioridade da França sobre a nossa pátria gloriosa e fusca. Sob este céu desanuviado, as neblinas do espírito dissipam-se também. Aí as ideias [...] apareciam-me sempre tão vagas e indeterminadas como os nossos edifícios de tijolo através da névoa húmida [...].

Esta mesma influência do céu doce tem-me tirado a hipocondria; já não sinto, como em Inglaterra, o atormentado desejo de uivar; antes me apetece agora um ladrar ligeiro e cantante, que é como a expressão triunfal da alegria de viver¹¹¹.

Através de D. José, Eça, certamente, aludia à sua própria experiência angustiada de, enquanto cônsul em Inglaterra, ter de suportar um clima que lhe causava episódios de *spleen*, essa intangível fonte de destruição da *joie de vivre* e «responsável por todos os estados de melancolia ou estados mórbidos de languidez»¹¹², o qual, elevado a extremos, se assume como «um insuportável tédio que leva a desprezar tudo à volta»¹¹³ e que Oliveira Martins descrevia como o «vazio aborrecido que certas naturezas excêntricas, depois de esgotadas todas as impressões animais, encontram na saciedade» (*IH*, p. 130) e que é uma das razões primordiais responsáveis pelos suicídios em Inglaterra, facto, aliás, já apontado por Voltaire¹¹⁴. Todavia, indicando a influência da suavidade climática meridional que amaciava o humor de D. José, Eça também, de certa forma, parafraseava Taine. Explicando a divergência entre as raças germânicas de países frios e as latinas e helénicas, o pensador francês esclarece:

¹¹⁰ *Op. cit.* (2000), p. 74.

¹¹¹ *Idem, ibidem.*

¹¹² Carlos Ceia, «Nota Sobre o Conceito Literário de *Spleen*», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 6, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997, p. 47.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 48.

¹¹⁴ Analisando a percepção francesa em relação à literatura inglesa e procedendo a um levantamento dos estereótipos segundo os quais o pensamento galês tem apreendido os ingleses, H. M. P. discute que o *spleen* era a doença favorita destes e que o próprio Voltaire relatava «how on a foggy day he had seen Londoners queuing up the entrance of London Bridge, awaiting their turn to jump into the Thames and thus relieve themselves of the fog, the spleen, and of their lives», H. M. P., «English Literature Seen Through French Eyes», *Yale French Studies*, nº 6, 1950, p. 113.

La profonde différence qui se montre entre les races germaniques d'une part et les races helléniques et latines de l'autre, provient [...] de la différence des contrées où elles se sont établies, les unes dans les pays froids et humides, au fond d'âpres forêts marécageuses ou sur les bords d'un océan sauvage, enfermées dans les sensations mélancoliques ou violentes, inclinées vers l'ivrognerie et la grosse nourriture, tournées vers la vie militante et carnassière; les autres au contraire au milieu des plus belles paysages, au bord d'une mer éclatante et riante, invitées à la navigation et au commerce, exemptes des besoins grossiers de l'estomac, dirigées dès l'abord vers les habitudes sociales, [...] vers les sentiments et les facultés qui développent l'art de parler, le talent de jouir, l'invention des sciences, des lettres et des arts¹¹⁵.

Se citamos este longo excerto é, na verdade porque nele Taine condensa os fundamentos da sua teoria relativa ao carácter nacional inglês, termo que, de facto, este usa na mesma acepção de raça¹¹⁶. Consequentemente, os ingleses, raça de raízes germânicas, são propensos aos sentimentos melancólicos, por um lado, e às sensações violentas que os levam à combatividade e à agressividade, por outro. E, a fim de lutarem contra a inclemência dos elementos, precisam refugiar-se na bebida e na alimentação substancial. Todos estes pressupostos serão, posteriormente, repetidos pelos viajantes/jornalistas literários portugueses que nas últimas décadas da centúria se deslocam à Inglaterra e a estudam. Até o facto de os povos meridionais terem desenvolvido a arte da fala a que o mestre se referia é observado por Ramalho Ortigão e, posteriormente, por Oliveira Martins que notam que a língua inglesa pouco se distanciou dos sons guturais dos primeiros seres humanos, ao passo que o idioma português é herdeiro de uma nobre linhagem civilizacional¹¹⁷. Assim, o primeiro enaltece o idioma português, de uma sonoridade doce como o clima de onde provém, face ao «coaxar» inglês moldado «debaixo das brumas frias e alvacentas [da] deslavada

¹¹⁵ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1866), pp. xxvi-xxvii.

¹¹⁶ Cf. Leo Weinstein, *Op. cit.*, p. 82. Embora, por vezes, procure distinguir entre raça, nação e povo, Taine socorre-se de metáforas confusas e contraditórias que deixam muita liberdade de interpretação ao leitor, cf. Tzvetan Todorov, *Op. cit.* (1989), p. 180. Linda Colley esclarece, porém, que a identidade nacional é definida pelas fronteiras territoriais e sociais propositadamente desenhadas para distinguir o Eu colectivo do Outro, isto é, a antítese desse mesmo Eu. Cf. *Op. cit.*, p. 311.

¹¹⁷ Na tese que apresentou ao concurso para a cadeira de Literatura Moderna na Universidade de Lisboa em 1867, Augusto Soromenho debruçou-se sobre a origem e evolução da língua portuguesa concluindo que, aquando da sua adopção como língua oficial no reinado de D. Dinis, «vemo-la trajando a toga nacional romana, [...] recamada das pérolas colhidas na sua passagem através dos celtas, dos suevos e dos árabes», o que atesta a sua antiguidade e riqueza, Augusto Soromenho, «Origem da Língua Portuguesa», in Antero de Quental, Augusto Soromenho, Eça de Queiroz e Adolfo Coelho, *Os Conferencistas do Casino*, Fronteira do Caos, Porto, 2005, p. 107.

e hirta Inglaterra» (*JB*, p. 223). Portanto, contrastando ambas as línguas, Ramalho refere-se à:

Língua que Nosso Senhor dos Aflitos nos deu, em compensação de tantas outras coisas com que se abotoou, língua que nem a gente merece, e que enquanto os avós de Spencer, de Shakspeare [sic] e de Marlow coaxavam apenas pedindo a Júpiter o arrôcho com que depois nos alanharam, se estava já curando e alourando nos tépidos golfos do Mediterrâneo, donde veio para nós com a literatura de Roma e com a poesia dos árabes, saturada de sol, perfumada a amêndoa e a flor de laranja [...], envolta num cantante marulhar de rega e num vago zumbido de douradas e reluzentes abelhas! (*ibidem*, pp. 223-224).

Opinião idêntica é partilhada por Martins que alude aos ingleses como um povo que «grunhe em vez de cantar; rosna em vez de falar» (*IH*, p. 145), o que indicia, desde já, uma certa natureza animalesca dos ingleses, a qual será reforçada no momento em que o autor desce aos antros do *East End* londrino, como teremos ocasião de aprofundar melhor nos capítulos seguintes. Contudo, a insistência na aspereza da língua inglesa tem também a intenção de demonstrar que esta raça é mais primeva do que as raças meridionais. De facto, concentrando-se no facto de o idioma shakesperiano conter inúmeras interjeições, Martins, influenciado pelas teorias evolucionistas coevas, conclui que tal se deve, precisamente, ao primitivismo da língua e, por conseguinte, da própria raça. Deste modo, o «abuso da interjeição» é o «sinal de um espírito rudimentar» (*ibidem*, p. 48), pois «assim começaram as línguas, nos períodos primitivos: pelas interjeições» (*ibidem*, p. 44). Aliás, este «espírito rudimentar» porque pertencente a um estágio primário da evolução, é também notado brevemente por Batalha a 16 de Outubro de 1894, isto é, no ano seguinte à publicação de *A Inglaterra de Hoje*, quando o mesmo se refere à raça inglesa como «infantil» e «ingénua» (*RI*, p. 179).

Ora, na esteira tainiana, também Eça reitera a diferença entre os povos de climas temperados e os ingleses, raça introspectiva e agreste como o tempo que faz na sua ilha. Em 1875, imerso no nevoeiro frio, ao qual ainda mal se habituou, o autor confessa ter «necessidade de uma pouca de alegria peninsular, bem clara e bem franca, bem luminosa e bem viva»¹¹⁸. De facto, a distância face à pátria começa a mudar a sua percepção da mesma. Eça, crítico feroz da sociedade portuguesa que procurou uma espécie de auto-exílio longe do seu Portugal claustrofóbico, admite que se sente melhor aí do que na nebulosa e húmida Inglaterra. Ou seja, através do Outro estrangeiro, o viajante luso chega a conclusões sobre o seu próprio mundo de origem. Ademais, ao

¹¹⁸ «Carta a Ramalho. 1 de Fevereiro de 1875», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 92.

aludir à «alegria peninsular», isto é, meridional, Eça vai também expor as consequências produzidas por um clima inclemente sobre a raça setentrional, a inglesa. Desta feita:

É o incessante descontentamento da vida física [...] que faz com que esta raça viva sempre dentro de si mesma, e, em lugar de tomar como objecto de contemplação e de inspiração a natureza exterior, tome a sua própria alma: daí vêm as elevações místicas do puritanismo, a ciência das paixões de Shakespeare, a violenta concepção de Dickens e o amor pelas observações psicológicas, que é o fundo desta literatura¹¹⁹.

Portanto, se o clima é agreste e desconfortável para o indivíduo, a raça torna-se introspectiva, meditativa, virada para si própria e de costas voltadas para o exterior. Jaime Batalha Reis, por sua vez, duplica esta ideia, mas de maneira ainda mais detalhada do que o seu compatriota e amigo. Em primeiro lugar, o cônsul explica que:

É no meio do nevoeiro de Londres que se compreende o carácter dos ingleses, as formas do seu viver, todas as suas manifestações sentimentais. A névoa espessa, gelada, suja, uniforme, penetrante, implacável e como que mansa, numa imobilização atmosférica quase absoluta, retrai as expressões, estupidifica os movimentos [...], aleita os olhares, fluxa as cabeças, nasaliza as vozes, adormece as fisionomias (*RI*, p. 46).

Os ingleses começam, assim, a transformar-se em peixes. Referindo-se ao clima, Batalha principia por dar a conhecer as consequências que o mesmo exerce sobre a exterioridade do povo, as quais podem ser apreendidas objectivamente através da observação. Posteriormente, à semelhança de Taine e de Eça que explicam que a literatura inglesa, isto é, uma das manifestações do espírito da raça, é o produto do clima ingrato, este viajante acrescenta que tudo no carácter inglês se compreende através do nevoeiro, pois, por exemplo, «é desta névoa que é feita a religiosidade da raça anglo-saxónica; é desta névoa que é feito o *Edda*, a *Faery Queen*, o *Hamlet*, Sterne, Shelley, Dickens, Carlyle, Wordsworth, Browning e Swinburne [...]. São feitas desta névoa as formosas catedrais inglesas» (*ibidem*, p. 49). Ademais, e, novamente, na mesma linha de ideias de Eça e Taine, Batalha também alude directamente à divergência de carácter entre as raças meridionais e a inglesa. Assim:

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

As raças do Sul da Europa são naturalmente expressivas; têm todas uma finura nervosa natural. O inglês só é afinado pela extrema cultura, pelo esforço da educação; só consegue ser distinto, calado e imóvel – isto é, ocultando-se, inanimado (*ibidem*, pp. 194-195).

Portanto, o inglês é um ser artificial cujos instintos precisam ser amansados à força pela educação. Faltando-lhe a naturalidade e a expressividade comuns às raças mediterrânicas, o inglês ensimesma-se porque se trata, em suma, de uma raça «inexpressiva» (*ibidem*, p. 212) em que cada indivíduo é incapaz de «aborrecer-se porque também não é susceptível de divertir-se» (*ibidem*, p. 37). Anos mais tarde, quando desenha a personalidade literária queirosiana ao redigir a «Introdução» das *Prosas Bárbaras* em 1903, Batalha demonstra que continua a subscrever a teoria da divergência de carácter entre os povos nórdicos e os povos meridionais. Deste modo, aludindo à diferença entre o Romantismo do Norte da Europa e à parca influência que o mesmo exerceu no Sul do continente, o autor esclarece:

O Romantismo [...] veio dos países de luz atenuada e névoas visionárias, indeterminadoras de formas e de cores, para as terras do sol brilhante, atmosfera límpida, formas vincadas e cores elementares.

Nesta descida através das latitudes as ideias foram ganhando nitidez, definição, brilho – e correlativamente perdendo meias-tintas, subtil claro-escuro, indeterminação. Os sentimentos, transportados com simplificações lúcidas à superfície dos espíritos, pelos artistas das terras do Sul, perderam muitos dos nimbos esfumados, muitas das atmosferas de esbatida e atenuada iluminação, que os rodeiam nas regiões profundas onde eles nascem completos¹²⁰.

Portanto, para Batalha, o clima húmido, enublado e frio gera a indeterminação do espírito que se tolda com as mesmas névoas do ambiente envolvente. E se citamos este trecho acima apresentado é também para melhor observarmos o quanto a influência tainiana foi importante para os homens da Geração de 70, a qual sobreviveu à transposição da centúria. Por conseguinte, estas mesmas ideias também serão veiculadas por Oliveira Martins.

Tendo em mente a sempre presente acção climatérica sobre a raça, este último também corrobora a noção de os ingleses serem um povo virado para a interioridade. Discernindo sobre a relação clima e raça Martins escreve a propósito dos ingleses: «O tempo escuro que fazia explicava-me [...] o carácter íntimo e psicológico do seu génio. [...] Dentro de nevoeiros que cegam, sem poderem ver um palmo diante do nariz, como

¹²⁰ In Eça de Queirós, *Op. cit.* (2004), p. 176.

hãode ter a compreensão comunicativa do ar e da paisagem! Ensimesmam-se, pois; contraíem-se, recolhem-se, como o caracol à concha» (IH, p. 75). Trata-se de um povo introspectivo, diferente das raças comunicativas meridionais, o que indica como a imagem ilustrada por Martins segue o alinhamento proposto pelos autores anteriores. Ademais, ainda antes de viajar até à Inglaterra e dar à estampa *A Inglaterra de Hoje*, Martins, seriando o que viria a ser a obra *Os Filhos de D. João I* nas colunas da *Revista de Portugal* (1889-1890), já aludia também às divergências de carácter entre ingleses e portugueses. A pretexto do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, o historiador declara:

Esta força de reacção, esta energia moral [...] são o dote inestimável da gente saxónia. Vivem de si, e não, como os meridionais, das impressões externas que recebem. Têm o orgulho ingénito, inacessível à vaidade que nos move. Governam-se pelo pensamento, ou pelo sentimento, sem atenção ao tumulto do mundo que passa. São a gente subjectiva, poetas até à raiz dos cabelos; ao passo que nós, meridionais, artistas incorrigíveis, preferimos viver a vida que corre, alegremente, sem fadigas de alma [...]. A vida para eles é uma tarefa, ordenada por um dever: para nós é uma festa, ou um sacrifício. Por isso fazemos pouco dela, e nisto consiste a nossa superioridade, porque muito mais facilmente somos capazes de heroísmo¹²¹.

Mediante a comparação entre os povos meridionais e o saxónio, isto é, usando aquela ferramenta que denomina de «paradoxo», Martins caracteriza os ingleses como uma raça sorumbática que, no entanto, tem a virtude de ser decidida e enérgica. Por oposição, os meridionais são extrovertidos e alegres, e é nisso que, para o autor, reside a sua superioridade. Numa altura em que as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha azedavam, Martins defendia que os portugueses eram um povo heróico. Assim, através da descrição do Outro é possível ver melhor o Eu e as suas qualidades. Aliás, a elaboração da imagem do Outro não só permite ao Eu rever-se a si próprio como, ademais, sonhar com aquilo que quer ser¹²². Neste caso destaca-se, então, a heroicidade meridional.

Na oposição Norte/Sul, Ramalho também notaria a diferença entre o português e o inglês de «olhar parado, sem expressão»¹²³. Não obstante todos os defeitos ráticos que o autor aponta aos seus compatriotas: a indolência, a dissipação e o desgoverno (JB, p.

¹²¹ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Guimarães Editores, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1889-1890), pp. 14-15.

¹²² Cf. Daniel-Henri Pageaux, *Op. cit.* (1988), p. 9.

¹²³ *Op. cit.* (1943, vol. 2), p. 100.

13), características inatas dos povos de origem árabe e latina, a raça lusa representa uma «casta incomparavelmente mais fina, mais bela, mais inteligente e mais nobre» (*ibidem*) do que a raça a que John Bull pertence com o seu *spleen*, a sua força bruta e instintiva (*ibidem*, p. 16) e a sua «dureza de coração» (*ibidem*, p. 286). Com efeito, deve-se ao clima a falta de polidez dos habitantes de além-Mancha, uma vez que «a rudeza do trato é um elemento constitutivo tão inseparável da índole britânica como o nevoeiro do clima de Londres» (*ibidem*, p. 294). Por contraponto ao Outro setentrional, o Eu meridional ganha nas «qualidades de meiguice e imaginação, que não tornam talvez a vida mais rica mas que a tornam com certeza mais fácil, mais doce e mais bela» (*ibidem*, p. 15). O clima inóspito de além-Mancha gera o povo Outro rude, enquanto que o clima ameno da pátria lusa cria um Eu gentil.

No cômputo geral, a opinião dos autores é que o clima inóspito da Inglaterra produz uma raça de temperamento soturno, áspero, rude e agressivo, espelho, portanto, dos elementos a que está permanentemente sujeita. A antítese encontra-se nas raças do Sul da Europa, nomeadamente a portuguesa, que resultando da influência benévola de climas soalheiros, são mais alegres, espontâneas e naturalmente polidas. Poder-se-ia, por conseguinte, pensar que a ideia unânime destes viajantes meridionais habituados à amenidade climatérica seria a de que a superioridade rática se encontraria nas qualidades que o Eu exhibe e não na dureza de carácter representada pela alteridade dos ingleses. No entanto, essa é uma ilação simplista que não abarca a pluralidade de interpretações sugeridas pelos autores quando estudam o Outro de além-Mancha. Na verdade, apesar da negatividade do clima inglês, Batalha Reis vai usá-lo para criticar a sua pátria num exemplo em que a alteridade oferece uma instância de superioridade face ao Eu. O viajante fustiga a sua sociedade de origem ao estabelecer «um paralelo entre o que se trabalha, se produz, se cria sob estas névoas sujas e o que não se faz sob o céu azul e luminoso do nosso belo Portugal» (*RI*, p. 50). Por outro lado, toldado pela cólera nacional despoletada contra a Inglaterra aquando da questão do Ultimatum, no artigo «Lord Salisbury e Correlativos Desgostos», Ramalho apelida de «crápula» (*JB*, p. 299) a raça saxónica, à qual falta, inclusivamente, o mínimo sentimento hospitaleiro pois «o que convida, não acompanha de ordinário os convidados, ocupa-se dos seus negócios particulares ou deixa-se ficar [...] em casa. Tal é o [...] quadro da delicadeza da hospitalidade britânica» (*ibidem*, p. 297). Neste aspecto, Ramalho contraria a opinião

tainiana que salienta a hospitalidade dos ingleses¹²⁴. Anos antes, no entanto, e mais precisamente no livro *John Bull*, o autor enaltecia o Outro inglês que «teria [...] muitas coisas que ensinar-nos se quiséssemos aprender» (*ibidem*, p. 267). Assim, o que se nota é que a opinião ramalheana se alterou na sequência dos acontecimentos de 1890 tão vexatórios para Portugal. E, por conseguinte, a imagem da Inglaterra é mais denegrada face à de *John Bull*.

Com efeito, não é a homogeneidade do retrato que espera o leitor que lê as peças de jornalismo literário relativas aos ingleses finisseculares produzidas pelos autores em apreço. Na verdade, até o idolatrado Taine se contradizia na imagem que veiculava da Inglaterra vitoriana¹²⁵. Várias são, portanto, as inconsistências em que incorrem os viajantes portugueses. Jaime Batalha Reis, por exemplo, alude aos ingleses como uma «raça inteligente que sabe governar-se» (*RI*, p. 36) para, posteriormente, afirmar que «nenhum povo sabe, como este riquíssimo povo, morrer à fome, tranquilo e obediente à lei» (*ibidem*, p. 39). Numa nação rica que sabe governar-se não é expectável que o povo morra à fome. Oliveira Martins também cai em tomadas de posição contraditórias quando, também a título ilustrativo, declara que, devido ao clima, os ingleses são introspectivos não tendo, por isso, «a compreensão comunicativa do ar e da paisagem» como se referia acima. Porém, em Inglaterra «o jardim é um salão no ar livre, onde se passeia, ou se conversa em sociedade» (*IH*, p. 64), isto é, os ingleses dedicam um tão grande culto ao jardim, onde «os pares se perdem *flirtando*», que «os *parks* ingleses chegam por vezes a ser maravilhosos» (*ibidem*, p. 65). Para quem não possui a compreensão da paisagem, os ingleses são bastante adeptos da natureza e dos prazeres do ar livre. António José Saraiva explica, no que se refere às inconstâncias de Oliveira Martins, que este pensador é, em tudo, «um espírito pouco convicto»¹²⁶, cuja rigidez e assertividade dos primeiros livros «disfarça a indecisão, a indeterminação ou a confissão de uma ignorância íntima e honestamente assumida»¹²⁷ porque se trata de um autodidacta. No entanto, as imagens relativamente incongruentes que estes quatro autores tecem da Inglaterra são fruto de um embate entre leituras interiorizadas e enraizadas e a realidade apercebida individualmente porque, como debatemos

¹²⁴ Cf. Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1872), pp. 114-115.

¹²⁵ Fazendo uma sùmula das incongruências do retrato tainiano relativo aos ingleses, Leo Weinstein conclui: «Now they are “of a cold temperament, slow to love, prone to brutal drunkenness”, now they display “cold passions”; at one time they are meditative dreamers, at another time, practical», *Op. cit.*, p. 82.

¹²⁶ *Op. cit.* (1990), p. 100.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 101.

anteriormente, nem a visão dos viajantes se processa através de um cristalino puro, nem os jornalistas literários erradicam a presença da sua subjectividade das notícias que querem relatar¹²⁸. Ademais, tratando-se do estudo da alteridade é necessário perceber que «the Other persistently evades objectivation, but this does not prevent us from experiencing her. Quite on the contrary, the Otherness of the Other is exactly manifest in her elusiveness and inaccessibility»¹²⁹. Por outras palavras, é natural que o Outro seja apercebido através de imagens divergentes ou até mesmo incongruentes, uma vez que escapa permanentemente aos espartilhos de uma classificação cabal. Simultaneamente, é também o método científico que fica comprometido porque se o estudo efectuado pelos autores fosse deveras e somente objectivo, a imagem seria homogénea e infalível ao invés de apresentar contornos mais ou menos voláteis. E, como vimos anteriormente, ainda que defendam a metodologia positiva, os autores também rejeitam que seja essa a única via para aceder ao conhecimento¹³⁰.

Um dos pontos em que a imagem dos ingleses também assenta em contradições é no que se refere à sua natureza nómada, característica profundamente arraigada na raça saxónica e produto do clima agreste, do qual o povo anseia fugir. Se, por um lado, o nomadismo leva ao gosto inglês pelas viagens e à criação do viajante perfeito de que Ramalho dava conta, por outro, revela um espírito obsessivo-compulsivo, nunca satisfeito e sempre inquieto.

O primeiro destes autores em apreço a notar, isto é, a repercutir a ideia de que os ingleses são uma raça excêntrica porque nómada, é Eça de Queirós. Escrevendo para a *Actualidade*, o jornalista literário destaca a emigração em massa «da gente rica para o sul» (*CICL*, p. 298), sobretudo para a Ilha de Wight, logo após o Natal. E esta migração ocorre, precisamente, a fim de se evitar os rigores da invernia, sendo, por conseguinte, outra das influências do clima sobre o comportamento da raça ou, neste caso, de parte dela. Posteriormente, nos artigos remetidos para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, o articulista generaliza a tendência nómada dos ingleses ao exclamar que eles «estão em toda a parte!» (*TI*, p. 216). Trata-se também de tecer uma alusão ao crescente expansionismo britânico. Portanto, por detrás desta afirmação já se encontra um dos ataques ecianos ao imperialismo finissecular. No entanto, este só é possível porque a raça tem instintos migratórios, consubstanciados, como vimos, no prazer máximo das

¹²⁸ Cf. Parte I, 1.1.1. e 1.2.2., respectivamente.

¹²⁹ Dan Zahavi, *Self-Awareness and Alterity. A Phenomenological Investigation*, Northwestern University Press, Evanston, Illinois, 1999, p. 193.

¹³⁰ Cf. Introdução.

viagens, pelo que, em consequência, «por mais desconhecida e inédita nos mapas que seja a aldeola onde se penetre; por mais perdido que se ache num obscuro recanto do universo o regato ao longo do qual se caminhe – encontra-se sempre um inglês» (*ibidem*). Como a cada causa corresponde um resultado, poderemos resumir a uma teoria científica a interacção clima e nomadismo. Assim, o clima agreste gera a necessidade de fuga; esta, por seu turno, leva ao amor exagerado pelas viagens, as quais, finalmente, instigam o expansionismo territorial. Ora, todos estes factores sentidos por gerações e gerações de ingleses criam uma raça inquieta em constante movimento pelo globo. O nómada nasce.

Aliás, os próprios ingleses estão cientes da sua propensão nomádica, pelo que esta característica não é exclusivamente notada por *outsiders*, nomeadamente viajantes. Na monumental obra *History of the Anglo-Saxons* (1799-1805), o historiador Sharon Turner debatia que era, na realidade, a tendência para o nomadismo que conferia aos ingleses a sua energia e sagacidade, as forças primordiais que se traduziam nos costumes, leis, forma de governo e instituições sociais responsáveis pela superioridade saxónica face a outros povos¹³¹. Neste contexto, para os ingleses o nomadismo é motivo de orgulho, é a pedra de toque das qualidades da sua raça e da sua auto-proclamada superioridade. Todavia, os autores que analisamos nem sempre se referem positivamente a esta característica rácica.

Já observámos como Ramalho reiteradamente se refere à «tendência para os prazeres da viagem»¹³² que os ingleses exibem, repetição em que insiste a fim de demonstrar como o inglês é o paradigma do viajante perfeito, mas que, lateralmente, permite verificar o seu impulso nomádico. No entanto, são Oliveira Martins e Batalha Reis quem mais se detém no debate do espírito migratório dos ingleses, tratando-o como um elemento que perturba a raça e a torna estranha. O primeiro a fazê-lo é, efectivamente, Martins que dedica inúmeros parágrafos de *A Inglaterra de Hoje* a este tema porque, como assevera, «o instinto íntimo da raça é nómada; e cada vez mais, as facilidades das viagens acentuam este traço de carácter» (*IH*, p. 49). Como se vê, se o “meio” obriga ao nomadismo, o mesmo se pode afirmar do “momento” e, portanto, a teoria tainiana continua perfeitamente válida no pensamento martiniano. Para o autor, o espírito migratório não aparece fortuitamente; é algo inato. O inglês viaja porque

¹³¹ Cf. Hugh A. MacDougall, *Racial Myth in English History. Trojans, Teutons and Anglo-Saxons*, University Press of New England, Hanover, 1982, p. 92.

¹³² *Op. cit.* (1952, vol. 1), p. 242.

responde aos instintos primários de uma raça que, como víamos a propósito da língua primeva, ainda se encontra em estádios precoces da evolução. Como sugere:

Na esperança de satisfazer o instinto profundo do movimento, homens e mulheres erguem as orelhas: como os cavalos de raça, sobressaltam-se, vivem. O nómada aparece. E logo se desencastelam as malas, se enrolam os estojos, se enfardam as mantas: e ei-los que vão, alegres e satisfeitos na expansão íntima do instinto, ou percorrer os *seats* do campo onde se inverna (*ibidem*, p. 78).

Nesta óptica, Martins não só se refere ao nomadismo como característica inata da raça, como envereda por uma comparação que revela o espírito animalesco da mesma, a qual se encontra condicionada por instintos que os vernizes civilizacionais ainda não conseguiram erradicar. Assim, ao romper através da carapaça da civilização, o nómada demonstra como a raça é recente. Contudo, se o nomadismo é inerente à raça, também é verdade que sem o movimento, sem as migrações, os ingleses sucumbiriam face à força primordial dos seus próprios instintos. Portanto, como o autor esclarece, as «excursões fazem parte indispensável da higiene do temperamento: são derivativos, sem os quais estoiravam de saúde, ou murchavam de *spleen*» (*ibidem*, p. 142). Consequentemente, o nomadismo é característica rácica inata e, simultaneamente, válvula de descompressão que permite a libertação da pulsão instintiva.

No pensamento martiniano, a ideia que permanece a propósito do espírito nomádico dos ingleses é que se trata de uma sorte de doença anímica que não lhes dá descanso. Com efeito, a obsessão é de tal ordem que:

Quando não viajam para fora, andam num permanente rodopio dentro da própria casa. A gente fina londrina não vive em Londres mais de três meses [...]: fora disso estão fora, vadiando de castelo para castelo, em *parties*, *pic-nics*, caçadas, visitas, e mais divertimentos que nos lembram o dito de Talleyrand: *Si ce n'étaient les amusements, la vie serait encore supportable* (*ibidem*).

«Vadiando» e «rodopiando» de um lado para o outro, os ingleses são bastante antagónicos a mostrar qualquer tipo de comportamento sedentário. Até as próprias casas são feitas para o movimento, havendo-as sobre rodas ou em embarcações. Seguindo pela beira do Tamisa após uma visita a Ascot, Martins nota que «sobre o rio fundeavam as casas de verão flutuantes que se alugam para as famílias irem [...] ao longo dos rios [...], assentando aqui e além os seus penates movediços. Na estrada encontrava os carros-casa [...], vagões onde também se vive [...] ambulantemente, de lugar em lugar,

à procura de uma terra prometida que nunca se encontra» (*ibidem*, p. 151). Como se depreende, os ingleses viajam sem um fito determinado. Obedecem ao principal impulso da sua raça, viajam porque tal lhes está na massa do sangue. Deambulam à toa apenas para responder ao instinto sem que, alguma vez, encontrem a saciedade ou uma meta final que pacifique a sua ânsia doentia de movimento.

Neste aspecto, Jaime Batalha Reis concorda plenamente com Martins. Também para o viajante e residente em Inglaterra, os seus anfitriões são um povo programado geneticamente para o nomadismo, viajando compulsivamente e sem quaisquer razões objectivas. Na verdade, são os artigos martinianos respeitantes à Inglaterra publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro que dão o mote a Batalha para aferir do carácter nomádico dos ingleses. Deste modo:

Uma das mais exactas e profundas observações – entre muitas – do Sr. Oliveira Martins [...] é, sem dúvida, a que nota o *espírito* nómada como um dos fundamentos do inglês.

O Sr. Oliveira Martins determinou esta característica por alguns factos que puderam feri-lo na sua curta estada neste país. Mas eu, que resido nele há longos anos, tenho sobre o assunto mil documentos a apresentar (*RI*, p. 138. Itálico do autor).

Portanto, nesta linha de pensamento, a confluência opinativa entre ambos os autores é total. No entanto, Batalha procura distanciar-se de Martins por habitar na Inglaterra e ter, por isso, uma opinião supostamente mais válida do que as do seu conterrâneo. Com efeito, devido, precisamente, a considerar as suas ideias relativamente aos ingleses mais sólidas do que as de Martins, é Batalha que, de modo algo paternalista, certifica a opinião martiniana, credível apenas mediante o aval batalheano. E, uma vez que aquele apenas pernoitou em Inglaterra por um «curto» espaço de tempo, note-se a tónica no adjectivo, Batalha encontra-se em posição de comprovar cabalmente o que é referido a propósito do carácter nómada inglês. Por conseguinte, analisando um facto verídico tratado nos tribunais ingleses em que um homem de negócios deixou a sua companhia abrir falência, o cônsul declara que tal sucedeu porque a pessoa em questão passava o tempo todo a viajar a seu bel-prazer, negligenciando, portanto, os seus afazeres. Quando o juiz pergunta ao arguido o motivo das suas inúmeras viagens e deambulações este responde: «Lembro-me de ter ido a Londres sem motivo absolutamente nenhum. Pode parecer inverosímil, mas é perfeitamente exacto» (*ibidem*, p. 140). O resultado desta «vida itinerante» (*ibidem*) foi, em suma, a ruína. Batalha

Reis, o jornalista literário bem informado, socorre-se de um acontecimento real para demonstrar a verdade da sua interpretação dos ingleses e, nesta sequência, conclui, à semelhança de Martins, que o nomadismo é um imperativo rático ao qual os indivíduos não podem fugir, mas que é, ao mesmo tempo, algo de doentio e nefasto.

No que toca ao retrato que os autores em apreço pintam relativamente ao nomadismo inglês constatamos que, repetindo-se ideias de autores e viajantes anteriores, existe unanimidade em afirmá-lo como um dos traços principais da raça. Contudo, Ramalho exalta o viajante inglês aprimorado, Eça desgosta-se com a presença inglesa em toda a parte e Martins e Batalha observam o instinto nomádico como uma perturbação comportamental aberrante. No entanto, abstendo-nos de procurar a homogeneidade do retrato, há outras características ráticas que os autores depreciam nos ingleses e, mediante as quais, no cômputo geral, se percebe uma raça fria geradora de sentimentos pouco simpáticos. Eça de Queirós não esconde que os ingleses são uma raça hipócrita. Aliás, num mundo dúplice como a Inglaterra finissecular, a hipocrisia é paradigmática da dualidade. Este autor, na realidade, une a hipocrisia ao egoísmo, o que transmite uma ideia pouco abonatória dos vitorianos. Assim, numa comparação velada deste Outro com outros povos do mundo, o articulista revela:

É à Inglaterra que se deve o egoísmo crescente que nos vai petrificando o coração – esse egoísmo tão particularmente inglês, que faz com que em Hyde Park, no seu centro de luxo, trezentas pessoas, em torno de um lago, vejam uma pobre criança afogar-se, sem que nenhuma se incomode a tirar o charuto da boca para lhe estender uma tábu! É à Inglaterra que devemos esta crescente hipocrisia que invade o mundo (*TI*, p. 218).

O que se deprende deste excerto é que os ingleses, no seu expansionismo desmedido, vão corrompendo o resto do mundo com a sua misantropia, nomeadamente o seu cinismo e o seu egoísmo endémicos. Ramalho, por sua vez, não tece referências directas à hipocrisia. Contudo, o seu retrato geral da sociedade inglesa mostra que essa característica está bem patente na raça saxónica, à qual se junta «a fria e implacável crueldade do seu egoísmo» (*JB*, p. 300). Sob a fachada da respeitabilidade, a Inglaterra é a pátria dos prevaricadores, uma nação cínica que apregoa as suas virtudes, mas onde floresce o negócio da prostituição e onde abunda a pobreza. Esta é, de facto, a imagem que redundava nos autores em apreço, pelo que, por conseguinte, se Ramalho, e, identicamente, Batalha e Martins, não se alongam na descrição do cinismo inglês é

porque tal é apreendido directamente através do retrato geral que elaboram da sociedade.

No que respeita a caracterização rática do Outro inglês, o que se percebe mais facilmente é que nenhum dos autores traça uma imagem completamente benévola dos ingleses, um povo nomádico por instinto, cínico e egoísta e, igualmente, frio, inexpressivo e violento. Perpetuamente moldados pelo clima agreste, «os ingleses, que são uma raça naturalmente inexpressiva, fizeram deste defeito um ideal: ser impassível, não exprimir coisa alguma, não ter intonações na voz, nem intenção nos olhares, nem gestos, nem movimentos, é o programa do inglês respeitável» (RI, p. 76). Esta «impassibilidade» que os próprios ingleses afirmam com orgulho ser «o resultado do *self-control* que suprime as manifestações exteriores» (*ibidem*, p. 161) é, afinal, como Batalha esclarece, «um absoluto e constitucional vazio de sentimentos e emoção» (*ibidem*). Trata-se, portanto de uma raça oca e fria, Outra, face «às *raças expressivas* que se não envergonham de sentir e de admirar» (*ibidem*, p. 76. Itálico do autor). Batalha empenha-se em criticar estes traços do carácter inglês, tão diverso dos povos meridionais em que a influência do sol confere emotividade às raças. Consequentemente, ao denegrir a frieza do Outro saxónico, Batalha, implicitamente, enaltece a sua própria raça. Ademais, residente no mundo desse Outro e jornalista literário que, como o próprio recorda, não tenta esconder as suas «indiscrições de *repórter*» (*ibidem*. Itálico no original), Batalha socorre-se de um exemplo que demonstra bem o seu ponto de vista. Para se referir ao Outro inglês usa, precisamente, uma outra instância de alteridade, a princesa Luísa, filha da Princesa de Gales, como se sabe uma dinamarquesa na corte inglesa. De sangue híbrido, a jovem princesa não é afectada pela impassibilidade inglesa e, impressionada por um concerto de Clara Schumann, não hesita em mostrar as suas emoções em público, pelo que, nessa circunstância, «o sentimento [...], o espontâneo, haviam vencido a fria e formal convenção britânica» (*ibidem*), característica negativa alargada, como se depreende pelo uso do adjectivo relativo à nacionalidade, a todo o povo da Grã-Bretanha.

De todos os autores em apreço, Oliveira Martins é o mais cáustico na apreciação dos ingleses, razão que tem como uma das explicações mais directas o facto de o autor se devotar ao retrato da Inglaterra no período pós-Ultimatum, pelo que se trata de um caso evidente em que a visão do viajante se encontra condicionada por factores externos à viagem, comprometendo-se, assim, a objectividade e imparcialidade da análise. Além de pôr a ridículo o espírito nomádico daqueles, Martins não desperdiça oportunidades

para enfatizar a frieza e a infantilidade de uma raça repleta de contradições e incongruências. Contrariamente a Batalha, que mostra a impassibilidade da raça como uma das suas características mais típicas, Martins detém-se no seu barbarismo, pois, a título ilustrativo, «o inglês só se diverte com violência: a sua máquina pesada é insensível às impressões delicadas» (*IH*, p. 145). Ora, isto demonstra um certo primitivismo da raça no sentido em que ainda não ascendeu aos patamares supremos civilizacionais, facto que o autor comprova ao ressaltar que «a sua ideia de civilização [...] consiste apenas em vaidade, luxo e gozo: é a ideia espontânea de um bárbaro» (*ibidem*, p. 144). Aliás, em comparação com os latinos, falta aos ingleses o polimento conferido pela evolução histórica, o que os torna inferiores àqueles em todos os aspectos civilizacionais, mas que se torna em superioridade dada a pujança da juventude da raça que impele à temeridade, ao espírito aventureiro e à «sede de ganhar» (*ibidem*, p. 153). Esta ideia do povo bárbaro já tinha sido apontada por Eça de Queirós no artigo «A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês», em que D. José comentava: «Nós somos ainda o silvestre bretão, coberto de peles de feras, que no fundo lóbrego da sua caverna abocanhava pedaços sangrentos de carne mal assada»¹³³, o que demonstra o primitivismo e a juventude evolutiva da raça inglesa. Similarmente, também Ramalho, no seu artigo de Outubro de 1890 «*Lord Salisbury e Correlativos Desgostos*», aludia aos ingleses como um povo jovem e, por isso mesmo, incivilizado face à nobre raça latina, herdeira directa de Roma. Comparando portugueses e ingleses, o articulista ressalva:

Nós somos o fidalgo pobre, a Inglaterra é o agiota incivil, mas poderoso. Como povo, o inglês é puramente um *parvenu*. Foi apenas no século XVI que o Anglo-Saxónio começou a aparecer na sociedade, e ainda lhe não coube até agora a honra de empunhar o candelabro do progresso para alumiar a companhia. Êsse privilégio tem estado por enquanto adstrito à raça latina (*JB*, p. 306).

Para Ramalho, Portugal, ainda que ferido no seu orgulho pela questão do Ultimatum, é uma nação com um povo de linhagem nobre, um povo que, inclusivamente, já empunhou «o facho sagrado que serve de guia ao mundo» (*ibidem*). O inglês é um povo jovem «incivil» sem pergaminhos. Porém, como Martins notaria posteriormente, é da sua juventude que lhe advém a força bruta. Em conclusão, como se refere em *A Inglaterra de Hoje* a propósito da natureza recente dos ingleses:

¹³³ *Op. cit.* (2000), p. 80.

De todos os europeus [...], não há dúvida que são os mais próximos do homem bárbaro, apesar de, por um concurso de circunstâncias, a primeira das quais é a riqueza, serem os que primam nas coisas formais e exteriores da civilização. Nem admira: têm o sangue moço; não contam, como nós, continentais latinos, vinte e cinco séculos de vida histórica. Perante a nossa velhice, são uns fedelhos: têm mais de mil anos menos que nós (*IH*, p. 153).

Se, identicamente a Ramalho e a Eça, Martins nota a mocidade da raça, à semelhança de Batalha, o autor também aponta o formalismo rácico, a exterioridade visível do carácter dos ingleses. Por conseguinte, juntando os pensamentos batalheano e martiniano podemos verificar que a inexpressividade e a impassibilidade dos ingleses são a máscara com que a civilização recente procura dissimular o bárbaro. Até mesmo no aspecto físico o inglês não esconde o estágio evolutivo primitivo em que se encontra: «O pescoço curto, o queixo grande de forte mastigador, o olho vivo com espessos supercílios denunciando os *animal spirits* do seu temperamento colérico, o perfil acarneirado com um grande beijo superior, sinal constante da inteligência pesada que se lhe vê sempre no ar parado da cara» (*ibidem*, p. 48). Portanto, no que concerne a fisionomia do inglês, também se percebe que ele é o homem brutal e primitivo, distinto das raças do Meridiano.

Com efeito, a noção do bárbaro é muito importante por destacar a diferença do Outro. Quando Martins insiste no pressuposto do barbarismo dos ingleses está, de facto, a rejeitar a semelhança, a familiaridade, e a torná-los mais estranhos aos olhos do Eu. Daí também as constantes alusões que tece relativamente à sua língua, a do Outro, pois esta é a principal característica que distingue o bárbaro do Eu¹³⁴. Portanto, ao referir-se constantemente ao primitivismo da língua inglesa, Martins não está unicamente a parafrasear o mestre Taine, como reparávamos acima, está, muito conscientemente, a reiterar o estatuto de alteridade que confere à raça inglesa e a distanciá-la do Eu. Na verdade, muitas das características da raça salientadas por Martins são ilustradas através do modo como os ingleses falam. Nesta óptica, o cientista social analisa a língua para inferir do carácter do povo. Senão, vejamos, tratando-se de um povo «naturalmente infantil» (*ibidem*, p. 135), leia-se primevo, os ingleses chamam «conversação a uma troca de monossílabos, bocejados de hora a hora com tédio invencível» (*ibidem*, p. 78). Ademais, produto do clima húmido, a que se junta o primitivismo da raça:

¹³⁴ Cf. Tzvetan Todorov, *Op. cit.* (1990), pp. 233-234.

Pode dizer-se que o inglês tem o espanto crónico. *Oh!* Pronunciado assim: *A... u...* lentamente, sonambulamente, é uma interjeição constante. Têm um catarro de nascença. Nasceram constipados [...] com a humidade e os nevoeiros. Com efeito, dão a impressão de gente sem a noção clara do que vêem, caminhando numa cerração com violência decidida.

Outra expressão corroborante disto, é a quantidade de *yess* que mastigam e engolem, no decurso da conversa, inspirando o som. Sorvem-no lentamente: *y... e... sss...*; ou tragam-no num pulo: *'es!* (*ibidem*, p. 48).

Um povo marcado pela «inteligência pesada», pela inexpressividade, pelos «*animal spirits*» e pela língua rudimentar feita de constantes interjeições é incapaz da finura de pensamento que um autor como Ramalho vislumbrava nas raças latinas. Aproveitando para, indirectamente, fazer a apologia do método científico que defende, Martins, o cientista social, afirma que até os processos mentais são divergentes entre os ingleses e os europeus continentais, pois «nós compreendemos as coisas dedutivamente, por via de classificação e abstracção. Eles assimilam-nas à força de atenção e memória, encastelando exemplos, amontoando factos» (*ibidem*, p. 106). Em vista de tudo isto, desta incapacidade para o pensamento abstracto, Martins conclui que este é «um povo que não nasceu filósofo, nem artista» (*ibidem*, p. 49). Contudo, e paradoxalmente, é o barbarismo que acentua as qualidades desta raça. Mais primitivo do que o europeu continental, o inglês «vive mais perto da natureza, [...] tem mais lealdade, melhor humor, mais alegria espontânea: muito mais destas qualidades que o parafusar da inteligência apaga nos homens; muito mais destas qualidades a que [...] podemos chamar bárbaras, e que lhe dão a consistência, a tenacidade, a firmeza, e a força do carácter» (*ibidem*, pp. 48-49), qualidades que, em 1874, já o próprio Eça notava naquele povo. Redigindo um relatório a João de Andrade Corvo a propósito da emigração, o cônsul, que se preparava para embarcar para a sua primeira nomeação em Inglaterra, declara que as raças saxónicas são «enérgicas, perseverantes, absorventes, vigorosas, críticas, inventivas: daí uma antipatia [...] por essas raças»¹³⁵, a qual não é, afinal, mais do que uma certa inveja das qualidades dos ingleses. Ora, ainda que saliente aspectos positivos no carácter inglês, Oliveira Martins incorre em certas contradições porque dificilmente se pode conciliar que um povo que se diverte na violência e que se encoleriza facilmente possa ser dado a demonstrações de humor e de grande alegria. Porém, o viajante está ciente destas inconsistências e justifica-as, pois são outra das características fundamentais desta raça estranha:

¹³⁵ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (2001c), p. 139.

E com todas estas incongruências contraditórias, os ingleses, sem terem o que se chama amabilidade de maneiras, são profundamente cativantes, obsequiosos, sinceros, e abertos no trato. É que a incongruência, origem da afectação e da *pose* sistemática dos costumes, não é um artifício raciocinado: é apenas uma consequência das condições da vida em que se encontram (*ibidem*, pp. 78-79. Itálico no original).

Através deste retrato, Martins traça aqui o perfil de um povo que não gera nos observadores, os Outros que estão fora da sua esfera, sentimentos de antipatia. Portanto, Martins mais não faz do que pintar uma imagem dual desta raça, cujas incongruências de carácter são, elas próprias, inatas e fruto «das condições da vida em que se encontra», isto é, da influência conjunta que o meio e o momento produzem no cinzelamento da mesma.

Escrevendo no rescaldo de um acontecimento tão traumático para a identidade portuguesa como foi a questão infame do Ultimatum, Martins traça a fisionomia de um povo tremendamente estranho e contraditório, primitivo, bárbaro, colérico, incapaz de pensar abstractamente para, desse modo, tentar exorcizar o pânico que acometera Portugal. E, como são primitivos, os ingleses, não obstante as demonstrações de força, são, afinal, medrosos, ideia em que, aliás, o autor insiste. A aparência física pujante é enganadora (outra contradição da raça) porque «não há homem mais submisso, nem mais sujeito ao espanto admirativo e medroso [...]. Esta raça, fisicamente enérgica [...], é moralmente infantil. O *wonder*, o *awe*, o espanto e o terror perante interrogações insondáveis para o inglês, tornam-no subserviente» (*ibidem*, p. 90). Numa outra passagem, o autor deprecia, mais uma vez, o carácter dos ingleses juntando o seu medo inato às suas limitações no que toca a complexidade do pensamento. Assim, «esta gente intrépida é todavia infantilmente medrosa, diante de tudo o que não compreende. De todos os europeus, são talvez os menos dotados da curiosidade inventiva, sendo ao mesmo tempo os mais audazes executores. Boas máquinas, reguladores medíocres» (*ibidem*, pp. 30-31). A mensagem parece simples: porque hão-de os portugueses, com os seus dois mil e quinhentos anos de existência histórica, recear uma raça infantil que, no seu conjunto, não passa de «uma multidão de selvagens ávidos» (*ibidem*, p. 42)? Trata-se de um povo que, ao invés de provocar receios, deve causar o riso com os seus comportamentos aberrantes. Excursionando até Hampton Court, Martins confessa que foi aí que melhor conheceu a essência dos ingleses. Em vez de contemplar as galerias de

pintura do palácio, o cientista social deu-se tempo para observar escrupulosamente os seus companheiros de excursão para, no final, desmistificar a aura de prepotência e invencibilidade que envolve esta raça, a seus olhos, ridícula. Vale a pena transcrever o excerto que opera esta tomada de consciência por parte do autor. Assim:

E quando olhava para a caravana dos meus companheiros mudos, de cabeça erguida como grous, via-lhes nas caras obtusamente paradas fuzilar uns olhos felinos, moverem-se os queixos espessos murmurando sons guturais, e compreendia a possibilidade de um regresso aos tempos antigos [...].

A minha Inglaterra trágica de há pouco aparecia-me caricata. E então a caravana dos visitantes provocava em mim gargalhadas que engulia, quando, imóveis como cegonhas, olhavam com pasmo imbecil, grunhindo respeitosa: *Beautiful... magnificent...* (*ibidem*, pp. 62-63).

Voltando novamente ao tema da língua rudimentar indicadora do primitivismo da raça, na qual se destacam traços animais, Martins concebe a hipótese da regressão evolutiva, da involução que aponta a decadência e declara que o resultado da sua observação lhe dá vontade de rir porque, afinal, nada existe de aterrador neste povo caracterizado, entre tantos epítetos possíveis e igualmente pejorativos, pela sua imbecilidade. Sobretudo trata-se de caracterizar o povo de modo simplista e, por isso, os traços convencionais que lhe são atribuídos, isto é, no caso dos ingleses, a sua impassibilidade e frieza, são ridicularizados, até porque, como elucida Simon Jeune, «le spectateur est volontiers chauvin»¹³⁶. Simultaneamente, este ridicularizar do Outro aponta a sua dissemelhança face ao Eu e, como Francis Affergan clarifica, apontar a diferença no Outro implica a sua desvalorização e, conseqüentemente, o processo inverso no tocante ao Eu¹³⁷.

Similarmente a Oliveira Martins, Jaime Batalha Reis, que também escreve parte das suas «Revistas» no rescaldo do Ultimatum, embora já após os momentos mais emotivos que trespassaram a nação portuguesa, e que se empenhara pessoalmente em defender os interesses lusos na pátria do inimigo, conclui a sua apreciação dos ingleses dando deles uma imagem pouco abonatória, na qual se nota a contradição entre a sua impassibilidade inata e os seus acessos de paixão. Assim:

Apesar de toda a inexpressão natural e voluntária da raça inglesa, apesar da sua absorção intensa na conquista material do mundo, na exploração da terra [...], apesar dos violentos exercícios ginásticos,

¹³⁶ *Op. cit.*, 1968, p. 55.

¹³⁷ *Op. cit.*, p. 94.

dos jogos brutais, do nomadismo constitucional com que os anglo-saxões procuram ocupar as suas forças animais, há ainda entre eles terríveis dramas românticos de paixão (*RI*, p. 210).

Na verdade, também Batalha não evita cair em certas incongruências. Se em 1896 alude à «inexpressão natural e voluntária da raça inglesa», três anos antes referia «o sangue-frio, a impassibilidade constitucional e involuntária da raça inglesa» (*ibidem*, p. 134), prerrogativas que, aliás, não são obrigatoriamente qualidades. No entanto, o que importa reter da imagem transmitida nestes últimos excertos citados é que Batalha não confere aos ingleses características particularmente benévolas. Como sempre, e mais uma vez, são uma raça com propensões expansionistas, violenta, animalesca, inexpressiva e, paradoxalmente, emotiva. Aliás, Oliveira Martins, mais do que a uma raça em que afloram acessos passionais, refere-se a um povo desbragado, no qual «há com efeito, ou seja do clima, ou seja do que for, uma excitação orgânica dos sentidos [...]; o desbragamento [...] da época de Henrique VIII, e a renascença de hoje que se rasga às tiras o véu puritano de esforço, ou hipocrisia, lançado [...] aos ombros de uma raça exuberante» (*IH*, pp. 146-147). Raça difícil de definir e compreender nas suas contradições que tanto apontam a sua frieza como a sua emotividade, os ingleses são, sobretudo, uma raça obstinada que segue impassivelmente o seu rumo.

É na longa série «Os Ingleses no Egipto» que Eça de Queirós mais se demora na descrição do perfil do inglês, um povo único que, jamais se «desinglesa». Percorrendo todos os cantos e recantos do globo, um inglês nunca se mistura com outros povos e culturas. Seja em que local ou em que circunstância for, o nómada saxónico impassível é sempre:

Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico. Hirtos, escarpados, talhados a pique, como as suas costas de mar, aí vão querendo encontrar por toda a parte o que deixaram em Regent Street, e esperando *pale-ale* e *roast-beef* no deserto de Petreia; vestindo no alto dos montes sobrecasaca preta em respeito à Igreja Protestante, e escandalizados que os indígenas não façam o mesmo (*TI*, p. 216).

O inglês, que Eça também toma na acepção de britânico, uma vez que a destrição entre um e outro é sempre complexa, é caracterizado mediante uma imagem estereotipada: o homem de casaca, frio, imperturbável e imutável para quem só a pátria tem valor civilizacional. Com efeito, o articulista descreve-nos um tipo nacional

caricaturizado, isto é, uma imagem simplificada que é identificada com um todo¹³⁸, neste caso a raça inglesa. Também aqui os ingleses não são entendidos sob um prisma favorável. É a sua insistência em serem únicos «que os torna detestados. Nunca se fundem, nunca se “desinglesam”. Há raças fluidas, como a francesa, a alemã, que, sem perderem os seus caracteres intrínsecos, tomam ao menos exteriormente a forma da civilização que momentaneamente as contém. O francês no interior da África adora sem repugnância o manipanso, e na China usa rabicho» (*ibidem*, pp. 216-217). Contudo, o inglês é, sempre e só, inglês. Em última instância, «é por isso que nos países onde vive há séculos é ele ainda o “estrangeiro”» (*ibidem*, p. 217). Ou seja, Eça confere ao inglês um estatuto supremo de alteridade: ele é o Outro do observador português e, por conseguinte, o estrangeiro, e é, igualmente, o Outro dos outros estrangeiros.

Ora, num povo que não se funde, que segue o seu percurso «abominando tudo o que não é inglês» (*ibidem*, p. 216), a máxima ironia a respeito dos ingleses prende-se com o facto de eles nem sequer serem propriamente ingleses. Se, até aqui, temos vindo a considerar a raça inglesa e a abordar as suas características distintivas, é necessário revelarmos que, afinal, aquilo que se define por “raça inglesa” é, em suma, um produto híbrido de outras raças. O próprio Voltaire nas suas *Lettres Philosophiques* já afirmava: «L’Angleterre a été longtemps esclave; elle l’a été des Romains, des Saxons, des Danois, des Français. Guillaume le Conquérant surtout la gouverna avec un sceptre de fer; il disposait des biens et de la vie de ses nouveaux sujets comme un monarque de l’Orient»¹³⁹, negando, conseqüentemente, que os ingleses não sejam uma raça mestiça, a qual, inclusivamente, já foi governada como se de um povo oriental se tratasse.

Nos finais do século XIX, uma época em que as leis da Biologia dominavam o pensamento, os próprios ingleses assumem a sua natureza híbrida, fruto do cruzamento com outras raças europeias¹⁴⁰. De facto, dadas as rivalidades entre a Inglaterra e a Alemanha, sobretudo após a unificação desta em 1871, os ingleses, que no início do século se afirmavam orgulhosamente alemães, enveredam pela sua diferenciação dos povos teutónicos insistindo, conseqüentemente, na sua hibridez celta, saxónica, nórdica e normanda. Neste contexto, a miscigenação (encarada sempre numa óptica europeia) é

¹³⁸ Cf. Simon Jeune, *Op. cit.*, pp. 55-56.

¹³⁹ *Op. cit.*, p. 60.

¹⁴⁰ Na Era Vitoriana, o tema da hibridez humana era um assunto que repugnava mentalidades quando se tratava da mestiçagem entre seres humanos entendidos como pertencentes a espécies diferentes (por exemplo, europeus e africanos). No caso europeu, o problema era mais complexo, pois, apesar da existência de diversos povos, considerava-se que a espécie era a mesma. Para maiores esclarecimentos respeitantes à interpretação do conceito de mestiçagem na Era Vitoriana, cf. Robert Young, *Op. cit.*, pp. 15-16.

considerada responsável pela individualidade do povo inglês - «an example of a society that had progressed through racial amalgamation» - e, logo, a sua maior virtude¹⁴¹.

Eça não se alheia desta noção coeva e corrente em Inglaterra e dá-lhe expressão. Porém, é num tom algo cáustico que refere que aqueles que se consideram verdadeiramente ingleses mais não são do que normandos. Com efeito, os ingleses das classes sociais mais privilegiadas desprezam «a humanidade que não tem nas artérias o famoso “sangue normando”, esse sangue invejado, mais precioso que o de Cristo, cantado por todos os poetas da corte, e que foi importado pelos brutamontes cobertos de ferro, e peludos como feras, que acompanhavam a estas ilhas Guilherme de Normandia» (*ibidem*, p. 99). Aliás, sendo os normandos uns «brutamontes» animalescos, explica-se que os ingleses contemporâneos sejam uma raça agressiva e violenta, noção que percorre a opinião dos autores. Similarmente, herdeiros de um povo conquistador e expansivo, que, deixando as costas normandas, atravessou o Canal para se assenhorear de novos territórios, os vitorianos teriam necessariamente de exhibir também um carácter nómádico e imperialista. Estes traços são visíveis na “Inglaterra de hoje” porque se trata, afinal dos instintos legados pelos normandos, eles próprios um povo Outro. Nesta óptica, então, em última instância, a agressividade inglesa radica no legado rácico francês e, portanto, a amada França também não será a nação das virtudes supremas, o que Eça, afinal, comprovará após a sua nomeação consular para Paris¹⁴².

Por seu turno, Batalha Reis, estudioso da génese das raças humanas, concorre para o hibridismo das mesmas. Assim, como refere, «todos os povos são resultado de fusão de outros povos – muitos dos quais, têm na base decerto raças que se deverão considerar inferiores e de que, em todos os países se encontram vestígios»¹⁴³. Partindo, então, deste pressuposto, para Batalha não há raças puras, e, portanto, os ingleses não constituem uma excepção a esta regra. Aliás, nem é o autor que se refere a este facto, são os próprios ingleses. Quando o Príncipe de Gales se casara com a princesa Alexandra da Dinamarca, Tennyson proclamara um hino de boas-vindas à princesa. Ecoando o contentamento dos ingleses, o poeta laureado exclamava: «Saxões, normandos, teutões, celtas, dinamarqueses – ou o que quer que sejamos – todos nos sentimos agora apenas dinamarqueses para te saudar – Alexandra!» (*RI*, p. 79). De

¹⁴¹ Simultaneamente, os alemães, auto-proclamados teutões puros, referem-se à hibridez inglesa como um «caos arrácico». Cf. *idem*, *ibidem*, p. 17.

¹⁴² Sobre o desencanto de Eça em relação à França, cf. Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2001), pp. 256-257.

¹⁴³ *Op. cit.* (1988b), p. 86.

facto, não pode deixar de ser irónico que o próprio Outro, o inglês, se sinta Outro e é, precisamente, isso que Batalha, o jornalista literário interessado em esmiuçar a realidade nos seus sentidos mais profundos, dá a conhecer ao leitor.

Observando uma regata em Maidenhead, Oliveira Martins explica o vigor com que os ingleses se dedicam a acontecimentos desportivos porque «girava-lhes [...] nas veias o sangue dos *rovers* escandinavos, dos *vickings* normandos, os piratas que desciam das regiões sombrias dos mares do norte à caça, pelas costas europeias» (*IH*, pp. 155-156). Portanto, deduz-se que para Martins que, como vimos, muito insiste no nomadismo inglês, esse traço de carácter se deve à carga genética que os ingleses herdaram dos escandinavos e dos normandos. Assim, o que é caracterizado como tipicamente inglês é, afinal, o produto do cruzamento rácico ao longo das gerações. Contudo, é por se focar o hibridismo dos ingleses que se pode constatar e explicar a sua natureza dúplice. A hibridez é, em si, o paradigma da dualidade¹⁴⁴, da separação e da junção, do igual e do diferente. E, tal como é construída por Eça, Batalha, Ramalho e Martins, a imagem da Inglaterra vitoriana é uma de dualismos em todas as suas vertentes, ainda que, não raramente, o que parece distinto é, afinal, igual porque, na sua difícil conceptualização:

Hybridity [...] makes difference into sameness, and sameness into difference, but in a way that makes the same no longer the same, the different no longer simply different. [...] It operates a breaking and a joining at the same time, in the same place: difference and sameness in an apparently impossible simultaneity. Hybridity thus consists of a bizarre binate operation¹⁴⁵.

Como vemos, mergulhando no nevoeiro, deparamo-nos com um povo anfíbio de contornos animalescos e pisciformes, pois trata-se de uma raça ainda pouco polida pela civilização. Estranheza é a sensação que a mesma provoca na mente dos viajantes em apreço que, apropriando-se de metáforas e imagens já anteriormente divulgadas, perpetuam o estereótipo do inglês. No entanto, este Ele exótico que se compraz da sua singularidade inglesa é o fruto de uma amálgama de influências climáticas e da mistura de sangue de outras raças que, se, por um lado, resulta, de facto, numa raça única, por outro, perde a sua individualidade exclusiva e, por conseguinte, transforma-se numa raça ambígua, cujas dualidades conferem a pedra de toque a tudo quanto estes viajantes encontram para lá da Mancha, um local inesperado, oriental, Outro, habitado por uma

¹⁴⁴ Cf. Robert Young, *Op. cit.*, p. 22.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 26.

«estranha gente, para quem é fora de dúvida que ninguém pode ser moral sem ler a Bíblia, ser forte sem jogar o *cricket*, e ser *gentleman* ser ser inglês!» (TI, p. 216), uma «gente tão psicológicamente desequilibrada, como é fisicamente desengonçada» (IH, p. 78). Porém, além de esconder um povo estranho, o nevoeiro também oculta um império abissal de trevas, ao qual os viajantes precisam descer, tal rito iniciático, a fim de perceberem melhor o carácter do Outro e a realidade em que este vive e intentar, assim, a comparação, por vezes sub-reptícia, por vezes directa, com o seu país meridional e soalheiro. A viagem à Inglaterra deixa de ser somente a viagem à Inglaterra para ser a deslocação a um Oriente estranho, não apenas diferente, mas, como conclui John McLeod, «*oddly different – unusual, fantastic, bizarre*»¹⁴⁶, um Oriente difícil de caracterizar e, sobretudo, impossível de homogeneizar.

¹⁴⁶ *Op. cit.*, p. 44.

2.2. Descida ao Abismo

2.2.1. A Geografia do Abismo

No imaginário ocidental, Gog e Magog simbolizam as nações malditas do Apocalipse: aquelas que se aliarão ao Anticristo no final dos tempos a fim de subjugarem o mundo a uma nova ordem de inenarráveis abominações e torturas. Por toda a Terra haverá seca e fome e o mundo viverá em terror. Será a era do Anticristo e, também, o sinal de que o Fim está próximo¹⁴⁷. Em Inglaterra, Batalha Reis vislumbra já os prenúncios alarmantes deste desfecho trágico. Numa ilha caracterizada pela humidade do clima assiste-se a «uma seca sem precedentes» (*RI*, p. 129). Em Junho de 1893, o articulista resume a situação do seguinte modo:

Non chove, de modo que valha a pena mencionar-se, há muitos meses.

O calor é abafado, considerável, tão intenso de noite como de dia.

Mas a consequência verdadeiramente inquietadora da seca é a diminuição sensível na quantidade das águas correntes. Muitas cidades começam já a tomar precauções, diminuindo a porção de água fornecida a cada habitante. Imagine-se a cidade de Londres, com a sua prodigiosa área e os seus cinco milhões de habitantes sem água pura para beber e cozinhar.

E, como se sabe, está a cólera a aparecer do outro lado do canal da Mancha, e já veio um colérico ser enterrado em Inglaterra (*ibidem*, pp. 129-130).

A seca inaudita e o calor abrasador são factos estranhos num país chuvoso e frio que, por conseguinte, não auguram um futuro auspicioso. Ao invés, acarretam sofrimento, doença - a cólera está prestes a irromper na Velha Albion - e, em última instância, morte, a qual é apressada, ainda, pela fome, outro dos indícios aterradores do final das eras. A par da seca que assola o país, Batalha Reis refere-se, igualmente, aos milhares de ingleses que perecem à míngua porque este povo «é, já hoje, aquele onde maior número de pessoas morre de fome» (*ibidem*, p. 130), acrescentando, ademais, que

¹⁴⁷ Cf. Mircea Eliade, *Aspectos do Mito*, trad. de Manuela Torres, Edições 70, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1963), pp. 60-61.

«na Grã-Bretanha há apenas trigo para 15 dias» (*ibidem*). Neste contexto, depreende-se, então, que a Inglaterra finissecular vive na antecâmara do fim dos tempos, pois os sinais que anunciam o Apocalipse já se fazem sentir.

Enclausurados por vontade de Deus, Gog e Magog serão libertados, durante o período apocalíptico, antes da derradeira batalha que se travará entre as hostes celestiais do Bem e as coortes infernais do Mal, e as suas legiões monstruosas semearão a iniquidade e redobrados sofrimentos por toda a Terra¹⁴⁸. Gog e Magog representam a antítese absoluta e mais horrenda dos povos cristãos e, como tal, reflectem, sob um prisma de negatividade, a alteridade da Cristandade e, acima de tudo, os seus medos mais temíveis e profundos.

À primeira vista, a alusão aos povos ímpios bíblicos evoca os receios milenaristas medievos conotados com o término dos tempos. Todavia, no ocaso do século XIX, renovadas ânsias cataclísmicas assaltam as consciências colectivas. Como lembra Teresa Pinto Coelho no seu estudo *Apocalipse e Regeneração*: «Muitos julgam então encaminhar-se o mundo para uma catástrofe, não vendo em torno de si senão sinais de um Fim iminente»¹⁴⁹. Este pessimismo invade a sociedade em diversas frentes e, como prossegue a autora a propósito da literatura finissecular, é «traduzido em imagens de queda (ruir de uma civilização, desintegração do eu, aniquilamento pessoal) que exprimem a ideia de que o mundo se encontra em ruínas e, qual Babilónia, brevemente desabará»¹⁵⁰. O mundo contemporâneo é abominável e injusto e «está já a apodrecer, as catástrofes começaram, [...] estala por todos os lados; em breve será destruído»¹⁵¹. Porém, é imprescindível notar que o sentimento apocalíptico revolve precisamente em redor do conflito entre o horror perante a destruição do mundo conhecido e, paradoxalmente, o optimismo ante uma nova e promissora era que desponta. O advento de um tempo novo e perfeito só pode, aliás, surgir a partir da destruição daquilo que já existia anteriormente, ou seja, como revela Mircea Eliade, «a Nova Criação erguer-se-á sobre as ruínas da anterior»¹⁵². Daí que, não raramente, o milenarismo, isto é, a premonição do Fim, se assuma como messianismo: a esperança da vinda de um redentor que derrubará a ordem actual e, subsequentemente, instaurará

¹⁴⁸ A propósito dos povos ímpios de Gog e Magog cf. Manuel João Ramos, *Ensaio de Mitologia Cristã. O Preste João e a Reversibilidade Simbólica*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1997, pp. 89 e 106, por exemplo.

¹⁴⁹ Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), p. 36.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 37

¹⁵¹ Mircea Eliade, *Op. cit.* (2000), p. 62.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 60.

uma outra, nova e justa¹⁵³. O reino do Anticristo terminará e Cristo regressará para instaurar o paraíso¹⁵⁴ e o milénio.

A Inglaterra industrializada e civilizada da viragem do século XIX não escapa incólume à sensação angustiante que pressagia o Fim e também vive imersa em tensões incomensuráveis nas quais se misturam a fé no progresso e o pavor da decadência. Como ressalvam Sally Ledger e Roger Luckhurst:

The Victorian fin de siècle was an epoch of endings and beginnings. The collision between the old and the new that characterized the turn of the century marks it as an excitingly volatile and transitional period [...]; a time fraught with anxiety and with an exhilarating sense of possibility. [...] This was an era of extraordinary technological advance [...], of educational and democratic reform [...], and yet it was also an age of very real decline¹⁵⁵.

A Inglaterra vitoriana é um país que se encontra num limbo e balança entre dois estados antagónicos: um de confiança e um outro de pânico. É um mundo dúplice em que tudo tem um reverso. Desta feita, à sociedade da abundância opõe-se a pobreza das classes operárias urbanas; ao moralismo opõe-se o vício; à mulher, imagem de anjo do lar¹⁵⁶, opõe-se a prostituta; ao *gentleman* quintessencial, Sherlock Holmes, opõe-se o horrendo, Jack, o Estripador. É, porém, na cidade que os grandes dualismos da sociedade vitoriana do *fin-de-siècle* mais se evidenciam, sobretudo porque as cidades não são somente «territórios do anonimato», mas também «organismos quase autónomos que parecem por vezes assumir uma independência, que as projecta [...] enquanto *agentes-chaves no seio das sociedades*»¹⁵⁷. Portanto, um estudo da sociedade vitoriana ficará mais completo atentando-se no «organismo» cidadão, algo que os autores em apreço não renegam.

Urbes como Liverpool, Glasgow ou Manchester epitomizavam simultaneamente o zénite do progresso industrial e da prosperidade económica e o nadir da miséria

¹⁵³ Para maiores destrinças entre milenarismo e messianismo, podendo aquele ser entendido como uma supercategoria deste, «no sentido em que a crença no advento duma idade do ouro não é necessariamente acompanhada da espera de um messias», cf. Jean-Pierre Dozon, «Os Movimentos Político-Religiosos», in Marc Augé (dir.), *Op. cit.*, p. 113.

¹⁵⁴ Cf. Mircea Eliade, *Op. cit.* (2000), pp. 60-62.

¹⁵⁵ Sally Ledger e Roger Luckhurst, «Reading the “Fin de Siècle”», in Sally Ledger e Roger Luckhurst (eds.), *Op. cit.*, p. xiii.

¹⁵⁶ O ideário vitoriano associado à mulher inclui, entre outras expressões valorativas, «a penchant for self-sacrifice, a talent for home-making, a willingness to defer to men», idem, *ibidem*, p. 73.

¹⁵⁷ Sónia Frias, “*Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*”. *Mulheres, Economia Informal e Mudança Cultural. Estudo Realizado na Cidade de Maputo*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006, pp. 58-59. Itálico no original.

humana. Se os aspectos mais positivos da cidade fascinavam os contemporâneos, toda a negatividade associada ao urbanismo não deixava de causar enorme repulsa e horror¹⁵⁸. No entanto, acresce salientar que a megapólis industrial, assim como as suas dualidades inerentes, é um produto da Era Vitoriana que ela própria simboliza. A cidade é, em suma, o cadinho no qual se concentram as capacidades vivificantes e as feições mais hediondas daquela. Asa Briggs acentua este amalgamar de contradições quando refere que: «The building of the cities was a characteristic Victorian achievement, impressive in scale but limited in vision, creating new opportunities but also providing massive new problems»¹⁵⁹. O espaço urbano vitoriano espelha, por um lado, a magnitude do sucesso da Inglaterra do século XIX traduzindo-se na construção de igrejas, departamentos públicos, hospitais, escolas e vastas redes de esgotos e de abastecimento de água¹⁶⁰. Por outro lado, e paralelamente, gera todo um conjunto de problemas sociais directamente advindos da extrema densidade populacional. A este respeito, note-se que, na verdade, as questões do parque habitacional e da pressão demográfica nas cidades se encontravam no âmago das maiores preocupações sociais dos vitorianos¹⁶¹, mormente porque, nas quatro décadas compreendidas entre 1840 e 1880, um pronunciado êxodo rural transformaria a população de Gales e da Inglaterra numa população iminentemente urbana¹⁶². Oliveira Martins confirma este facto e discorre longamente a propósito da sangria que vai esvaziando os campos e engrossando as fileiras populacionais citadinas. No segundo capítulo de *A Inglaterra de Hoje*, «Êxodo dos Campos», o cientista social explica o seu interesse por este assunto enquanto efectua a viagem de comboio entre Southampton e Londres: «A aspiração devoradora exercida pelas capitais, era o fenómeno que me preocupava, e de que o cenário circundante me dava a prova, corroborada pelas observações coligidas antes» (*IH*, p. 18). Sem desprezar o método de estudo que os seus mestres lhe proporcionaram, Martins tenta validar as suas observações através de estatísticas. Assim, «o último censo mostra que de 1995 distritos extra-metropolitanos, 945, metade, apresentam diminuição absoluta de população»

¹⁵⁸ No seu estudo subordinado à cidade vitoriana, Asa Briggs ressalva repetidamente a noção de que: «The Victorians [...] were horrified and fascinated by the large industrial cities [...]. Both Blue Books and novels demonstrated the horror and the fascination», in Asa Briggs, *Op. cit.*, p. 12.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 25

¹⁶¹ Cf. Anthony S. Wohl, *The Eternal Slum. Housing and Social Policy in Victorian London*, Transaction Publishers, New Brunswick and London, 2002 (1ª ed. 1977), p. 1.

¹⁶² Se em 1841 apenas 48.3 por cento da população galesa e inglesa vivia em cidades, em 1880 o padrão populacional é radicalmente oposto, uma vez que 70 por cento dos habitantes destas duas regiões se concentram em cidades. Cf. James H. Treble, *Urban Poverty in Britain, 1830-1914*, Methuen, London, 1983 (1ª ed. 1979), p. 14.

(*ibidem*), ou seja, as cidades exercem um grande magnetismo sobre as populações rurais que buscam melhorar as suas condições de vida migrando para as grandes urbes. Estas eram, por conseguinte, entendidas como o remédio que solucionaria a pobreza rural, dado que «the very fact that the rural dweller had changed his domicile, automatically meant, in many people's eyes, that he had increased his chances of securing improved money wages and of benefiting from some measure of upward social mobility»¹⁶³. No entanto, para quem, como Oliveira Martins, afirma ter estudado o fenómeno do êxodo rural e lido o «*Rural exodus* de Anderson Graham» (*ibidem*, p. 13), as justificações que apresenta para o mesmo são surpreendentemente vagas. Para o autor, o agricultor emigra «se os salários são baixos, como no Wiltshire», porém, «se são altos, como no Northumberland, também emigra. Se as granjas são pequenas, como em Sleaford, parte; se são grandes, como em regra no Norfolk, parte da mesma forma» (*ibidem*, p. 18). Contudo, não obstante esta ambiguidade explicativa denunciadora da própria incongruência da raça, o que importa reter é que Oliveira Martins alude a uma problemática, sentida com particular acuidade no Período Vitoriano Tardio, a qual iria adensar o índice populacional citadino e contribuir para a popularização da imagem da cidade como antro de multidões vivendo em condições extraordinariamente degradantes¹⁶⁴.

Com efeito, ao longo da centúria oitocentista, a cidade assumiu-se como um local ambíguo que permitiu a convergência de dois mitos diametralmente opostos: a cidade pólo de riqueza e oportunidades e a cidade lugar infecto e moralmente corrupto. E Londres, a gigantesca capital imperial, prefigurava a urbe por excelência e aquela que exercia simultaneamente maior fascínio e maior repulsa, pois as suas virtudes e vícios elevavam-se aos patamares mais extremados. Londres era a capital da duplicidade. Por um lado, e como declara Anthony S. Wohl, «the mystique which London enjoyed as a city whose streets were paved with gold, and its rapidly expanding position as a banking, investment, commercial, and industrial centre, attracted a steady flow of artisans and labourers throughout the nineteenth century»¹⁶⁵. Tratava-se da cidade maravilhosa do imaginário inocente de *Oliver Twist*: «London! - that great large place [...]! He had often heard the old men in the workhouse [...] say that no lad of spirit need

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ De facto, a população urbana cresceria enormemente ao longo do século XIX devido a um acentuado êxodo rural. Só Londres absorveria o equivalente populacional a uma cidade considerável em cada década da centúria. Consequentemente, «this enormous demographic pressure was bound to create social distress; it lay at the heart of the housing question», Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 1.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 2.

want in London; and that there were ways of living in that vast city, which those who had been bred up in the country parts had no idea of»¹⁶⁶. Por outro lado, Londres era o centro nevrálgico de todas as aberrações, «a hell-hole of degradation and iniquity - filthy, pestilent, home to every vice and disease, destructive of all traditional authority, conducive to “anomie” and “alienation”»¹⁶⁷. Aliás, Batalha Reis, tal como Oliver Twist amargamente descobriria, estava bastante consciente da identidade plural da capital britânica quando se refere à existência de duas Londres antitéticas.

Reportando-se à miséria que grassa no *East End*, o autor afirma indignado que «ninguém faz grande ruído, nem se comove, nem se indigna já publicamente sobre o constante, o permanente morticínio com que *Londres-a-rica* permite que se desbaste, junto dela, sem nunca se reduzir, *Londres-a-pobre*» (RI, p. 214). Os itálicos de Batalha permitem-nos concluir que o autor concebia a capital inglesa como uma cidade dual. Todavia, esta duplicidade indica que há, efectivamente, duas facetas completamente antagónicas dentro da cidade. Ou seja, «*Londres-a-rica*» vive de costas voltadas para um reverso horrível que prefere ignorar - uma Londres Outra e diferente imersa na miséria.

Se este carácter duplo de Londres prevaleceu ao longo de Oitocentos, a verdade é que, à medida que a centúria caminhava para a sua conclusão, a vertente que mais atenção suscitaria seria a da Londres da desgraça, da imoralidade e da imundície: a cidade oriental tal Babilónia apocalíptica ou Roma decadente. Esta era a Londres que interessava às organizações de caridade, aos jornalistas (sensacionalistas ou não), aos criminologistas, aos estudiosos da sociedade e, enfim, aos viajantes e aos turistas. De facto, nesta época, «underprivileged areas and crimogenic zones came to be redefined as tourist sights»¹⁶⁸. Era, enfim, o espectáculo da desgraça visto como atracção turística. E Londres era, igualmente, a cidade que, tal personagem principal, se tornava assunto de inúmeras publicações que, assentando em pesquisas mais ou menos exaustivas, mas todas clamando deter a mais pura verdade cientificamente comprovada, inundariam o mercado, sobretudo a partir do célebre e influente estudo de Henry Mayhew, *London Labour and the London Poor* (1850-1852). A pedido do *Morning Chronicle*, Mayhew redigiria setenta e seis artigos, publicados pelo periódico a partir de Dezembro de 1849, nos quais se pretendia dar a conhecer ao público as verdadeiras, leia-se iníquas,

¹⁶⁶ Charles Dickens, *Oliver Twist*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1999a (1ª ed. 1838), p. 55.

¹⁶⁷ Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 254.

¹⁶⁸ Chris Rojek e John Urry, in Chris Rojek e John Urry (eds.), *Op. cit.*, p. 7.

condições de vida na grande cidade. No final da série surgiria uma compilação revista e aumentada, *London Labour and the London Poor*, cujo sucesso junto do público promoveu a publicação de outros estudos subordinados à temática da Londres dos bairros miseráveis. Entre estes contam-se, por exemplo, *Ragged London in 1861* de John Hollingshead, *The Seven Curses of London* (1869) de James Greenwood, *The Bitter Cry of Outcast London: an Inquiry Into the Condition of the Abject Poor* dada à estampa em 1883, primeiramente sob a forma de panfleto, pelo congregacionista Andrew Mearns, *Horrible London*, a colectânea de artigos redigidos por George Sims e coligidos em livro em 1889, e *Life and Labour of the People in London*, o trabalho monumental e aturado levado a cabo por Charles Booth entre 1892 e 1902. Por fim, já no dealbar do século XX, mais especificamente em 1903, surgiria *The People of the Abyss*, o relato atroz da incursão do jornalista e escritor norte-americano Jack London nos bairros degradados do *East End* londrino, publicado após a sua experiência de vida como vagabundo naquela parte de Londres no ano anterior e que é interessante por nos revelar como os estereótipos da capital de incomensuráveis problemas se perpetuaram até aos inícios de 1900¹⁶⁹. A par de toda esta literatura, a imprensa também dedicava páginas infindas à temática da cidade. Michael Wolff constata mesmo que «the Victorian press is not only a vital part of the history of the Victorian city; it is also an important source of contemporary opinion about the city»¹⁷⁰. Por isso, também os instigadores do «Novo Jornalismo», como Stead e o próprio Mayhew, assinavam inúmeros artigos, mais ou menos polémicos, consignados aos problemas urbanos londrinos. Ou seja, a cidade interessava enormemente aos jornalistas literários que, não raramente, após publicarem os seus artigos nas colunas dos periódicos, os compilavam e davam à estampa como livros. E, inclusivamente, Londres era também um dos assuntos mais recorrentes de escritores como Charles Dickens, cuja obra *Bleak House* se inicia, precisamente, com a palavra «LONDON»¹⁷¹.

¹⁶⁹ Com efeito, se usamos o exemplo de Jack London, cuja obra *The People of the Abyss* é posterior à publicação do *corpus* em estudo, é porque o autor transpõe para o século XX as imagens finisseculares da Londres abjecta que bebera nos autores seus predecessores e que ressalva o como elas são recalcitrantes contemporaneamente. Simultaneamente, à semelhança dos quatro autores que analisamos, Jack London é também um viajante estrangeiro em Londres que advoga a influência do meio sobre o povo que estuda. Cf. Gordon Mills, «Jack London's Quest for Salvation», *American Quarterly*, vol. 7, nº 1, The Johns Hopkins University Press, s. l., Primavera 1955, p. 9. Deste modo, compreendemos melhor como Eça, Batalha, Martins e Ramalho não poderiam fugir às visões disseminadas na época se elas, inclusivamente, se mantiveram até ao século seguinte.

¹⁷⁰ Michael Wolff, *Op. cit.*, p. 9.

¹⁷¹ *Op. cit.* (1999b), p. 11. Ênfase do autor.

Não se deixando ficar atrás, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Batalha Reis também se referem a esta Londres abjecta, prenúncio dos Últimos Dias. Na assombrosa capital imperial escondem-se, sob o manto da muito apregoada respeitabilidade vitoriana, enormes legiões de perversidade e aberração. No *East End* londrino existe um verdadeiro império obscuro, povoado por miríades de gentes anónimas e estranhas, e tão remoto e impenetrável como qualquer longínqua floresta equatorial, analogia esta que era, aliás, bastante veiculada na época e que muito se popularizou graças à publicação do livro de William Booth¹⁷², o patrono do Exército de Salvação, *In Darkest England and the Way Out* (1890). Jogando com o título da obra de Henry Morton Stanley, *In Darkest Africa*, publicada no mesmo ano, Booth descreve uma Inglaterra tão desconhecida e tão exótica como a África profunda a que Stanley se referia. Esta é, tal como o continente africano, uma Inglaterra imersa na escravidão, atormentada por febres mortais e habitada por criaturas mirradas que se assemelham a pigmeus. Inspirando-se em Stanley, Booth compara a sua Albion com o gigantesco continente:

While brooding over the awful presentation of life as it exists in the vast African forest, it seemed to me only too vivid a picture of many parts of our own land. As there is a darkest Africa is there not also a darkest England? [...]

The Equatorial Forest traversed by Stanley resembles that Darkest England of which I have to speak, alike in its vast extent [...], its monotonous darkness, its malaria and its gloom, its dwarfish de-humanized inhabitants, the slavery to which they are subjected, their privations and their misery¹⁷³.

Esta outra Inglaterra retratada por Booth é, então, um local tão obscuro e opressivo como qualquer floresta densa dos trópicos africanos, povoada por raças diferentes e comungando também dos mesmos problemas. Acresce, ainda, salientar que quando o autor usa a expressão «Darkest England» tem em mente, mais precisamente, a cidade de Londres. Na verdade, é relativamente à capital que apresenta diversas estatísticas e é a miséria das classes operárias londrinas, atingidas pelo desemprego, pela fome e pelos vícios da bebida e da prostituição, que mais ocupa o seu estudo.

A metáfora da floresta, que Booth usa recorrentemente para descrever a estranheza desta Inglaterra Outra, porque esquecida e miserável, é bastante importante

¹⁷² Apesar da coincidência de apelido, não existe qualquer relação de parentesco entre Charles Booth e William Booth.

¹⁷³ William Booth, *In Darkest England and the Way Out*, Indy Publish, McLean, Virginia, s.d. (1ª ed. 1890), p. 6.

para compreendermos melhor a condição angustiante em que a mesma se encontra. Simbolicamente, a floresta é um local de penumbra que alberga inúmeros terrores e que causa sensações de pânico¹⁷⁴. Logo, recorrendo ao pensamento silogista, depreendemos que se a floresta esconde horrores inomináveis e se a Inglaterra ignota é uma floresta, então é porque no seu seio também existirão grandes males. E estes são temidos pela Inglaterra da luz, isto é, a Inglaterra da abundância. A floresta também representa o medo das revelações do inconsciente, ou seja, o que ela esconde gera pavor¹⁷⁵. Portanto, como qualquer símbolo que, de acordo com a definição de Gilbert Durand, é, afinal, «uma representação que faz *aparecer* um sentido secreto, é a epifania de um mistério»¹⁷⁶, a floresta esconde uma realidade obscura e tenebrosa. E, de facto, os vitorianos das classes mais privilegiadas temiam as multidões pobres e proletárias que se alojavam nos bairros degradados e sobrepovoados das grandes cidades ou, como lembra Asa Briggs, «the old fear of the mob was given a new dimension in an industrial context»¹⁷⁷. Londres, a floresta indómita, com efeito, capitalizava esses receios «because of its size, the number of its poor, and the fear of their disorder»¹⁷⁸. Os bairros das classes mais desfavorecidas e pobres, mal conhecidos e infestados por todas as calamidades sociais, representavam uma ameaça omnipresente à ordem estabelecida, uma espada de Dâmocles que pairava pavorosamente sobre a confiança e o orgulho vitorianos. Desta feita, «fear of revolution and the cry for improvement or destruction of the slums as a preventive may be seen in much of the popular literature of the period. Dickens connected slums and possible revolution, as did medical officers, missionaries and politicians»¹⁷⁹.

Contudo, o simbolismo da floresta é tanto mais importante quanto ela é entendida como um local ambivalente: uma espécie de santuário que liga, através das árvores, as esferas da terra e da abóboda celeste e, contrariamente, um lugar aterrador que devora quem nela se tenta embrenhar¹⁸⁰. Similarmente, os bairros urbanos tenebrosos localizavam-se contiguamente às ruas, avenidas e parques frequentados pelas classes abastadas e eram, ademais, locais onde qualquer pessoa se podia perder, ainda

¹⁷⁴ Cf. «Floresta», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 331.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁶ *Op. cit.*, p. 12. Itálico do autor.

¹⁷⁷ *Op. cit.*, p. 61.

¹⁷⁸ Carl Chinn, *Poverty Amidst Prosperity. The Urban Poor in England, 1834-1914*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1995, p. 18.

¹⁷⁹ Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 65.

¹⁸⁰ Com efeito, outra das concepções simbólicas da floresta é a da grande devoradora. Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 331.

que fizessem parte de cidades que, tal como Londres, estavam dotadas de complexos sistemas de transportes públicos e cuja cartografia era, supostamente, bem conhecida. Em suma, a floresta espelha a duplicidade, tal como a Inglaterra vitoriana era ela própria um país de dualidades.

Esta imagem da floresta terrível é, pois, utilizada para caracterizar, sobretudo, a grande capital inglesa e as suas contradições, até porque, como vimos acima, era nela que William Booth se apoiava, primordialmente, para clarificar a sua visão da Inglaterra obscura e comparável ao continente africano. Consequentemente, os bairros degradados da Londres objecta como, por exemplo, Whitechapel ou Houndsditch, eram conotados amiúde com a África exótica, selvagem e recôndita, onde só se aventuravam exploradores da têmpera do mítico David Livingstone. Os investigadores sociais como Henry Mayhew ou Charles Booth publicavam uma série de estudos nos quais a deslocação aos recantos mais sórdidos de Londres era apresentada «as a journey into an “other” country, to districts populated by a mêlée of deprived, exotic, and sometimes savage peoples»¹⁸¹. Ademais, toda esta plêiade de estudos era muito apreciada pelo público vitoriano que, ávido consumidor de literatura de viagens, como focámos anteriormente¹⁸², lia com bastante interesse e curiosidade o relato das incursões ao exótico e estranho mundo dos bairros onde viviam os pobres, os criminosos e todos os desvalidos da sociedade. Por conseguinte, «it was the appeal of the adventurer into unknown territories which underpinned the literature of social exploration, the author of such literature providing the reader with the vicarious thrill of plunging into the nation's hinterlands»¹⁸³. As grandes cidades vitorianas, cujo paradigma era Londres, eram, então, locais fascinantes e cheios de vielas, recantos e bairros estranhos e obscuros que apelavam à exploração e exerciam o mesmo magnetismo que as mais remotas e selvagens regiões do globo. Não esqueçamos, aliás, que o exotismo corresponde a uma pulsão instigada pela curiosidade e pelo desejo de saber¹⁸⁴. Ademais, a partir da década de 1840, quando despoleta o interesse pelo submundo urbano, os seus estudiosos adaptam a linguagem do império a fim de evocarem as características particulares das grandes cidades. Como assevera Judith R. Walkowitz, especialista dos mundos marginais da sociedade inglesa do *fin-de-siècle*, «imperialist rhetoric transformed the unexplored territory of the London poor into an alien place, both exciting and

¹⁸¹ Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 25.

¹⁸² Cf. Parte I, 1.1.4.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

¹⁸⁴ Cf. Francis Affergan, *Op. cit.*, p. 15.

dangerous»¹⁸⁵. Como se depreende, o discurso do imperialismo, transversal a todas as vertentes da sociedade vitoriana, está patente em toda a literatura que se ocupava da exploração da selva urbana, a qual «once it was identified, mapped, and to various degrees appropriated, [...] could serve as part of a newly expanded “point of view”»¹⁸⁶. Portanto, tomando em consideração a capital do império com os seus incontáveis e vastos quarteirões por explorar, «the mapping of London might have had a symbolic importance in the heyday of Imperialism»¹⁸⁷. Em suma, chegar aos locais mais desconhecidos e impenetráveis das cidades era equivalente à conquista de espaços longínquos que, desse modo, entravam na esfera do império britânico. O exotismo dos bairros degradados, povoados por povos estranhos, tornava esses locais esferas da alteridade e, logo, apetecíveis. A sugestão da beleza estranha e da diferença evocam a conquista e a tomada de posse, e, portanto, todo o exotismo atribuído a estes bairros marginais prende amarras nas duas noções fundamentais do exótico: fascínio e desejo, «the desire to enter forbidden territory, whether in the imagination or physically, to partake of otherness and to stake a claim»¹⁸⁸. Por isso, como Asa Briggs conclui: «For most kinds of writers on cities there was a dominating emphasis on “exploration”. The “dark city” and the “dark continent” were alike mysterious, and it is remarkable how often the exploration of the unknown city was compared with the exploration of Africa and Asia»¹⁸⁹.

É, na verdade, como explorador que Jack London se sente quando decide partir à descoberta do infame *East End* londrino, o que comprova a perenidade desta analogia. No prefácio a *The People of the Abyss*, o viajante e também jornalista literário esclarece: «I went down into the under-world of London with an attitude of mind which I may best liken to that of the explorer»¹⁹⁰, o que ilustra bem como aquela área da capital era ignota e enigmática. Aliás, chegar até lá era inclusivamente tarefa mais difícil do que viajar para o continente africano. O *East End* era um mundo à parte, uma região inóspita e remota, um território virgem e inexplorado como qualquer selva africana ou amazônica. Algo que, aliás, seria constatado pelo superintendente da

¹⁸⁵ *Op. cit.* (1992), p. 18.

¹⁸⁶ Eric Schocket, *Op. cit.*, p. 127.

¹⁸⁷ David Reeder, «Representations of Metropolis. Descriptions of the Social Environment in *Life and Labour*», in David Englander e Rosemary O'Day (eds.), *Retrieved Riches. Social Investigation in Britain, 1840-1914*, Scolar Press, Aldershot, s.d., p. 325.

¹⁸⁸ Kateryna Olijnyk Longley, in Isabel Santaolalla (ed.), *Op. cit.*, p. 23.

¹⁸⁹ *Op. cit.*, p. 62.

¹⁹⁰ Jack London, *The People of the Abyss*, introdução de Brigitte Koenig, Pluto Press, London and Sterling, Virginia, 2001 (1ª ed. 1903), p. xiii.

Scotland Yard, G. W. Cornish, quando, em 1895, se juntou às forças da Polícia Metropolitana: «He found the society of the East End of London as impenetrable as it had been to his predecessors forty or fifty years earlier. Its customs and rituals [...] seemed as remote as those of the furthest continent»¹⁹¹, o que também demonstra até que ponto a própria autoridade via o *East End* como uma zona imprescrutável. Vale, assim, a pena transcrever as dificuldades com que London se deparou apenas para encontrar o caminho até esse local tão enigmático e, surpreendentemente, tão distante. Depois de inquirir diversos amigos sobre a localização do *East End* e de receber sempre as mesmas respostas vagas: «But we know nothing of the East End. It is over there, somewhere»¹⁹², London decide buscar a assistência de uma agência de viagens, nada mais do que a reputada Thomas Cook. No entanto:

O Cook, O Thomas Cook & Son, path-finders and trail-clearers, living sign-posts to all the world, and bestowers of first aid to bewildered travellers - unhesitatingly and instantly, with ease and celerity, could you send me to Darkest Africa or Innermost Thibet, but to the East End of London, barely a stone's throw distant from Ludgate Circus, you know not the way!

“You can't do it, you know”, said the human emporium of routes and fares at Cook's Cheapside branch. “It's so - ahem - so unusual.”

“Consult the police. [...] We are not accustomed to taking travellers to the East End; we receive no call to take them there, and we know nothing whatsoever about the place at all”¹⁹³.

Sem parodiar a situação, mas, ao invés, mostrando a sua imensa e genuína estupefacção, Jack London deixa-nos perceber que, mais do que as selvas inexpugnáveis do interior africano, o *East End* londrino era, ironicamente, um dos últimos redutos por descobrir, explorar e cartografar à face da terra, uma derradeira *terra incognita*. E, enquanto tal, era, simultaneamente, uma região não cosmificada, isto é, consubstanciada no caos. Quando discute que as cidades são construídas segundo um modelo divino, Mircea Eliade ressalva, todavia, que «nem tudo o que existe - no “mundo que nos rodeia” - tem um protótipo deste género», pois as regiões selvagens e/ou desconhecidas «participam ainda da modalidade indiferenciada, informe, anterior à criação»¹⁹⁴. O *East End* é um lugar de desordem primordial que não comunga do

¹⁹¹ Donald Thomas, *Op. cit.*, p. 323.

¹⁹² Jack London, *Op. cit.*, p. 1.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, pp. 1-2.

¹⁹⁴ Mircea Eliade, *Op. cit.* (1993), pp. 23-24.

arquétipo divino porque não tem forma, está, pois, fora do mundo criado¹⁹⁵ e, por conseguinte, pode ser adjudicado à alteridade.

Este é, então, um território periférico e, como Rob Shields elucida, «[its] marginal status may come from out-of-the-way geographic locations, being the site of illicit or disdained social activities, or being the Other pole to a great cultural centre»¹⁹⁶. De facto, o *East End* corresponde a esta definição de localização marginal porque, como observámos Jack London afirmar, é um lugar ao qual se acede com dificuldade. Ademais, é um local conhecido pela existência de inúmeros problemas advindos da prostituição e da criminalidade - actividades sociais ilícitas - e da pobreza extrema, resultante das profissões mal remuneradas e socialmente desprezadas e/ou degradantes exercidas pelos seus habitantes: vendedores ambulantes, estivadores, varredores de rua, limpa-chaminés, costureiras e todo o tipo de *scavengers* (pessoas que retiram o seu sustento da recolha e selecção de lixo)¹⁹⁷. E, finalmente, é o pólo antagónico, ou Outro, do grande Centro que é a Londres desenvolvida do *West End*, mormente, a *City*, o bairro rico, contíguo ao *East End*, onde se situa o Banco de Inglaterra e a Bolsa e onde, consequentemente, bate o coração da finança britânica.

No entanto, acresce, ainda, acentuar o estatuto periférico do *East End* porque:

The realm of geography [...] consists of a relatively small core area [...] and a much broader peripheral zone. The core comprises formal studies in geography as such; the periphery includes all of the informal geography contained in [...] books of travel, in magazines and newspapers, in many a page of fiction and poetry, and on many a canvas. [...] This informal geography [...] shows an insight deep into the heart of the matters with which we are most closely concerned¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Roy A. Rappaport ajuda-nos a compreender melhor o carácter informe do *East End*, enquanto região não cosmiificada, ao elucidar que «Creation [...] is represented as the informing of substance and substantiation of form, a union of form and substance», in *Ritual and Religion in the Making of Humanity*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 2002 (1ª ed. 1999), p. 155.

¹⁹⁶ Rob Shields, *Places on the Margin. Alternative Geographies of Modernity*, Routledge, London, 1991, p. 3.

¹⁹⁷ *Scavenger* é, na Inglaterra vitoriana, todo aquele que vive da venda de lixo urbano (cartão, pedaços de vidro e de tecido, de carvão e de madeira). Dentro desta categoria havia duas subdivisões: *sewer scavengers* ou *toshers* e *mud larks*. Os primeiros, e como o nome indica, vasculhavam os esgotos à procura de lixo com valor comercial (moedas, pedaços de ferro, cordas, jóias, talheres) e os segundos revistavam as margens lodosas do Tamisa na maré baixa em busca de qualquer coisa que se pudesse também vender. Estes últimos eram habitualmente crianças, idosos ou pessoas com deficiências. Sobre as profissões dos pobres de Londres na Era Vitoriana cf. Christopher Hibbert, *London. The Biography of a City*, Penguin, London, 1977 (1ª ed. 1969), pp. 204-207.

¹⁹⁸ John K. Wright, «Terrae Incognitae. The Place of the Imagination in Geography», *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 37, nº 1, Março de 1947, p. 10.

É, com efeito, a geografia da periferia que mais interessava os investigadores sociais oitocentistas, pródigos na divulgação de estudos relativos às condições deploráveis em que viviam as classes operárias contemporâneas porque é, de facto, em locais marginais que se concentravam as maiores desgraças passíveis de recair sobre a Humanidade. Assim:

The dirty, cramped living conditions, the disgustingly high rents, the foetid water supplies, the near impossibility of scraping together enough to eat in such places, let alone to pay for your child to go to school - all these daily humiliations were widely publicized¹⁹⁹.

Era também o tema do pauperismo e das suas consequências nefastas que despertava a atenção dos jornalistas literários. E o espaço condensador dos piores problemas sociais era o *East End*. Estes bairros misérrimos da Londres vitoriana eram territórios adjudicados à alteridade, à diferença e, por isso, tal como qualquer floresta virgem tropical, exerciam grande fascínio, funcionando, portanto, como autênticas *terrae incognitae* que seduziam os exploradores. Na verdade, «the more brightly the light of our personal knowledge shines upon a region or a problem, the more attracted we are by the obscurities within it or concerning its entire extent»²⁰⁰.

É precisamente a uma espécie de floresta equatorial impenetrável que Oliveira Martins se desloca quando decide embrenhar-se, tal explorador, no temível e escuro *East End*. Este espaço, hostil e praticamente desconhecido, é descrito como «um dos antros medonhamente miseráveis de Londres: labirinto imundo de vielas e pátios, recessos onde nunca entra luz, ruínas abjectamente esfrangalhadas, covis de gente quase selvagem» (*IH*, p. 221). A floresta urbana é vista pelo autor português como um local sombrio habitado por selvagens. Anteriormente, com efeito, já Booth mencionara uma Londres de trevas e constatara horrorizado a existência de «colonies of heathens and savages in the heart of our capital»²⁰¹, reiterando, dessa feita, a comparação a África e, simultaneamente, dando voz a uma das grandes tensões da Inglaterra vitoriana: a constatação da assustadora proximidade existente entre civilização e barbárie²⁰². O discurso do império, que contrapõe o barbarismo dos povos exóticos e orientais e a superioridade britânica, é usado para transmitir uma outra realidade bastante

¹⁹⁹ A. N. Wilson, *The Victorians*, Arrow Books, London and Sydney, 2002, p. 442.

²⁰⁰ John K. Wright, in *Op. cit.*, p. 4.

²⁰¹ William Booth, *Op. cit.*, p. 9.

²⁰² Cf. Andrew Smith, *Op. cit.*, p. 75.

perturbadora. Na metrópole imperial o bárbaro não é o Outro longínquo que vive nas florestas africanas ou nos Himalaias. Ao invés, é uma entidade bem presente e tangível.

Oliveira Martins também sente medo nesta selva estranha e, inclusivamente, confessa o seu receio em aventurar-se naquele espaço opressivo. Não fora a presença de um detective, companhia habitual dos exploradores urbanos²⁰³, e Martins não teria penetrado no *East End*. Como claramente revela, a companhia daquele «infundia-nos uma confiança de que bem carecíamos, no meio do bairro célebre pelas façanhas de Jack-o-estripador» (*ibidem*). Ou seja, na floresta povoada por selvagens também existiam predadores, representados pelo assassino mais cruel e sanguinário do século XIX²⁰⁴.

Ademais, o emaranhado de ruelas e de recantos escondidos da descrição martiniana transmite a noção da floresta labiríntica e devoradora, região tenebrosa onde qualquer um se pode perder e onde, efectivamente, milhares de pessoas desaparecem, em muitos casos para não mais serem encontradas: «E perdem-se todos os dias, sumidos na voragem, outros tantos desgraçados, sem que haja mais notícia deles...» (*ibidem*, pp. 231-232). O *East End* apresenta-se assim como um sorvedouro de almas, uma floresta que tudo engole vorazmente.

Subrepticamente, Oliveira Martins deixa-nos perceber a analogia que estabelece entre os bairros miseráveis e a selva brutal. O *East End* é, em suma, um local de sombras e de covis de selvagens, é uma região que gera pânico e onde a vida se desenrola em toda a sua crueza. Assim, a viagem ao *East End* empreendida por Martins equivale a uma deslocação a um mundo, a um continente diferente, a um império do Outro onde reina o medo e imperam as trevas. Ao ir aos bairros infectos, o autor embarca, por conseguinte, numa viagem dentro da viagem que efectuou à Inglaterra, pois, como salienta a este propósito Eric Schocket, «these realms are sufficiently exotic as to require a [...] journey»²⁰⁵.

Similarmente, Batalha Reis também enceta uma viagem exploratória ao *East End*. Contudo, a metáfora da floresta não é declaradamente perceptível no seu relato, uma vez que, contrariamente a Martins, as descrições que faz de Whitechapel são

²⁰³ Os jornalistas e investigadores sociais que se aventuravam no *East End* requeriam sempre a protecção de um detective ou de um agente da autoridade, cf. Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), p. 19.

²⁰⁴ Apesar de serem os mais conhecidos, os crimes de Jack, o Estripador, não foram nem os únicos nem os mais hediondos cometidos na Londres finissecular. Aliás, os anos de 1887 e de 1888 seriam pródigos em assassinatos brutais de mulheres no *East End*. Cf., Stéphane Bourgoïn, *O Livro Vermelho de Jack, o Estripador*, trad. de Lurdes Júdice, Edições Asa, Lisboa e Porto, 1999, p. 18.

²⁰⁵ Eric Schocket, in *Op. cit.*, p. 111.

anteriores à publicação do livro de Booth. Na sua «Revista» de 3 de Outubro de 1888, Batalha informa: «Acabo de passar dois dias e uma noite pelas ruas e *lanes* de Whitechapel; as ruas são muito estreitas; as casas têm corredores ao rés-do-chão e pátios interiores sobre que abrem as portas de residências onde os miseráveis se acumulam» (RI, p. 105). Porém, tal como Oliveira Martins, Batalha também refere a existência de incontáveis «recantos mal iluminados» (*ibidem*), pelo que a penumbra e o emaranhado denso de pátios e ruelas transmitem a mesma sensação de opressão causada pela floresta.

Ramalho, ao invés de Martins e Batalha, não pisou o *East End*, tal como, a propósito, o seu grande amigo Eça de Queirós. Contudo, tinha formada na sua mente uma imagem muito nítida do mesmo:

Já disse, mas não oponho a mínima resistência a dizer outra vez, que não fui aos bairros terríveis. Mas li o meu Dickens, traduzi mesmo em tempo para uma biblioteca do Pôrto *Ginx's baby*²⁰⁶, e no fim de tudo, conheço as estatísticas (JB, p. 118).

Comprovando o seu profundo conhecimento do *East End*, baseado, segundo o autor, em fontes credíveis e autorizadas, entre as quais se destaca Dickens - na verdade, um dos primeiros jornalistas literários a escrever sobre o submundo da pobreza londrina²⁰⁷ -, que demonstram como a sua ideia mental da Inglaterra enforma em leituras anteriores e nem sempre se descola de noções bastante veiculadas na época, Ramalho Ortigão pretende descrever os «bairros terríveis» como se lá tivesse estado. Hélio Osvaldo Alves ressalva, na realidade, que, muito embora tenha evitado deslocar-se ao *East End*, «parece ter ficado com Ramalho a noção de que, ao fim e ao cabo, alguma incursão sobre as misérias de Londres haveria de ser feita, sob pena de a obra ficar incompleta [...], denegrindo o propósito final da literatura de viagens por si mesmo estipulado, ou seja, o proclamado rigoroso inquérito às civilizações»²⁰⁸. Por isso,

²⁰⁶ *Ginx's Baby, o Engeitado. Seu Nascimento e Mais Desastres*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1874. Esta é a tradução que Ramalho Ortigão deu à estampa da obra de Edward Jenkins, *Ginx's Baby* (1870).

²⁰⁷ Começando a sua carreira jornalística como repórter dos debates da Câmara dos Comuns, cedo, no entanto, Dickens enveredaria por um jornalismo que o levaria aos bairros miseráveis e a escrever sobre eles, transpondo, posteriormente, os seus conhecimentos da realidade para os seus romances. Cf. Ben Yagoda, «The Great Tasmania's Cargo», in Kevin Kerrane e Ben Yagoda (eds.), *Op. cit.*, p. 38. Assim, é o jornalismo de Dickens «which allowed him to build towards many of the ideas and figures soon to appear in his fiction», Richard C. Maxwell, Jr., *Op. cit.*, p. 198.

²⁰⁸ Hélio Osvaldo Alves, «A Flanela dos Pobres. Um Retrato de Ramalho no seu *John Bull*», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2001, p. 221.

Ramalho deter-se-á na caracterização de uma Londres paupérrima que conhece, sobretudo, a partir da literatura e de um dos seus autores de eleição.

Curiosamente, e apesar de *John Bull* preceder *In Darkest England*, o autor representa a Londres miserável de maneira idêntica a Booth, a Batalha e a Martins, deixando adivinhar uma certa comparação à selva obscura e inclemente dos trópicos e tão impenetrável que, todos os anos, milhares de pessoas, mormente crianças, se perdem nesse emaranhado denso e labiríntico de ruas e ruelas. Dos inúmeros desaparecidos «130 pessoas adultas» não mais serão encontradas» (*ibidem*, p. 126). A floresta urbana londrina é um lugar desolador onde o pobre operário habita «um covil denegrido, infecto e pútrido, no interior de um bairro lamacento, sussurrando [...] de todos os grunhidos da miséria, sombrio, tenebroso e trágico» (*ibidem*, p. 237). Na verdade, tal como Oliveira Martins aludia aos antros habitados por selvagens, Ramalho Ortigão refere-se a covis, abrigos ou esconderijos que se encontram nas selvas e florestas, lugares pouco dignos para servirem de habitação humana. Ademais, quando o autor caracteriza o *East End* como um local «lamacento», «pútrido» e «infecto» não se distancia do que, posteriormente, Booth diria da Inglaterra pantanosa da doença e das febres mortais: «Darkest England, like Darkest Africa, reeks with malaria. The foul and fetid breath of our slums is almost as poisonous as that of the African swamp. Fever is almost as chronic there as on the Equator»²⁰⁹. Portanto, a imagem ramalheana do *East End*, pantanal inquinado e pestilento, também opera uma sorte de transporte para latitudes tropicais insalubres. O *East End* leva-nos, então, a um universo marginal de alteridade, muito distante da Inglaterra símbolo de civilização e progresso.

A imagem do pântano, muito clara em Booth e deduzida em Ramalho, é também bastante importante para a compreensão do estranho mundo observado nos bairros miseráveis de Londres. Simbolicamente, o lodaçal significa a cidade proibida, o local ao qual dificilmente se acede²¹⁰. Mas, simultaneamente, é também equivalente a um labirinto que conduz a um lugar escondido e misterioso²¹¹. Logo, novamente, se reforça o carácter periférico e recôndito do *East End*. Já notámos, aliás, que Oliveira Martins se refere a um «labirinto imundo» de ruelas na sua descrição daquele. No entanto, enfatiza mais a noção do emaranhado de ruas do *East End* quando reitera que, na sua incursão nocturna pelo mesmo, percorria «labirintos tenebrosos» (*IH*, p. 226), ou que

²⁰⁹ William Booth, *Op. cit.*, p. 8.

²¹⁰ Cf. «Pântano», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 503.

²¹¹ Cf. *idem*, *ibidem*.

Whitechapel é o «labirinto da miséria» (*ibidem*, p. 227). O *East End* é, então, um gigantesco labirinto medonho que, no entanto, e devido ao seu carácter hediondo e enigmático, tanto repele como seduz os investigadores sociais, os literatos, os jornalistas ou os visitantes. Na verdade, «the literary construct of the metropolis as a dark, powerful, and seductive labyrinth held a powerful sway over the social imagination of educated readers [...] conveyed to many reading publics through high and low literary forms»²¹², nas quais se incluem os estudos de Charles Booth, as reportagens de W. T. Stead ou as obras de Robert Louis Stevenson.

Porém, o labirinto também efectua a passagem às profundezas e, por isso, encontra-se conotado com um mundo inferior²¹³. Desta feita, o pântano e o labirinto comungam de uma mesma associação que é a descida ao abismo. E esta era a metáfora que mais frequentemente se utilizava no final do século XIX para se aludir ao *East End*. Uma imagem de tal modo presente na mente dos contemporâneos que o próprio William Booth se socorreria abundantemente da noção de abismo em *In Darkest England*, cujo capítulo quinto se denomina, precisamente, «On the Verge of the Abyss». Por fim, já em pleno século XX, Jack London intitulava o relato das suas incursões e experiências no *East End* como *The People of the Abyss*, dando continuidade a essa imagem tão potente.

Alcançar o abismo tenebroso pressupunha a descida desde o mundo conhecido até uma região inferior e bizarra. Assim, a temática da descida levaria a que se falasse da Londres dos pobres e dos criminosos como um submundo. Na verdade, a palavra «submundo» reportava-se originalmente a uma subclasse da sociedade que se prendia com o mundo do crime, tendo sido primeiramente utilizada em Junho de 1832 na *Fraser's Magazine*²¹⁴. Anterior à noção de «submundo» é, no entanto, a caracterização de Londres enquanto abismo. Em *Confessions of an English Opium Eater*, Thomas De Quincey relembra os seus tempos de juventude e as imensas dificuldades que viveu em Londres, onde experimentou a fome e a mais penosa miséria. Nos seus sonhos fantasmagóricos, propiciados pelas agruras da vida, a cidade imensa aparecia-lhe como um abismo profundo, «like some dreadful mouth of Acheron»²¹⁵. Londres era a porta para o precipício que desembocava num dos cinco rios do inferno clássico, o Aqueronte,

²¹² Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), p. 17.

²¹³ Cf. «Labirinto», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, pp. 395-396.

²¹⁴ Cf. Donald Thomas, *Op. cit.*, p. 1.

²¹⁵ Thomas De Quincey, *Confessions of an English Opium Eater*, Penguin, Harmondsworth, 1986 (1ª ed. 1821), p. 196.

o rio das dores eternas²¹⁶. Assim, no fundo do abismo só se encontrariam tormentos e sofrimento, o que, em rigor, era o que os investigadores sociais dos finais do século XIX afirmavam existir no submundo londrino por excelência, o *East End*, o poço mais profundo da degradação humana.

Ao ligar o abismo ao Aqueronte infernal, De Quincey associava Londres ao país dos mortos e, na verdade, metaforicamente, as profundezas abissais são conotadas com as regiões tenebrosas tuteladas pela Morte, evocando, simultaneamente, as trevas dos Últimos Dias que se abaterão sobre a Terra²¹⁷. O abismo é, conseqüentemente, um lugar de horrores abomináveis. Em *The Bitter Cry of Outcast London*, Andrew Mearns caracterizava o horripilante mundo dos bairros miseráveis como «the lower depths» ou «the great dark region of poverty, misery, squalor and immorality»²¹⁸, aludindo claramente à imagem do abismo terrível, antro de tudo o que de vil a sociedade pode produzir. Identicamente, William Booth reitera insistentemente a ideia da profundidade infinda em que os excluídos sociais vão caindo inexoravelmente. Por conseguinte, em «On the Verge of the Abyss», refere-se ao abismo tal «vortex that sucks [...] downward - ay, downward to the hopeless under-strata of crime and despair» e não deixa de contabilizar os milhares de pobres «who go down inarticulate into the depths»²¹⁹. Jack London, por seu turno, não só se refere ao *East End* simplesmente como «O Abismo» como afirma que deslocar-se até essa região de trevas implica uma descida e, por isso, «The Descent» é o título do primeiro capítulo de *The People of the Abyss*, no qual se foca todo o longo processo que levaria o autor à zona oriental de Londres. E o abismo descrito por London é de tal sorte infernal que «one is forced to conclude that the Abyss is literally a huge man-killing machine»²²⁰.

Porém, a noção de profundezas abissais também se encontra ligada à ideia de um mundo imerso sob as águas. O abismo londrino localiza-se num fundo oceânico e, por conseguinte, as descrições do mesmo recorrem a todo um vocabulário marítimo no qual redundam, por exemplo, as noções de afogamento e submersão. No prefácio a *In Darkest England*, William Booth refere-se às multidões de miseráveis «who struggle and sink in the open-mouthed abyss»²²¹, as quais, por sua vez, constituem «the Sunken

²¹⁶ Cf. «Rio», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 570.

²¹⁷ Cf. «Abismo», in idem, *ibidem*, p. 34.

²¹⁸ Andrew Mearns, «The Bitter Cry of Outcast London: An Inquiry Into the Condition of the Abject Poor», in Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, pp. 28 e 27 respectivamente.

²¹⁹ William Booth, *Op. cit.*, pp. 34 e 35.

²²⁰ *Op. cit.*, p. 23.

²²¹ *Op. cit.*, p. ii.

Section of our people»²²². Similarmente, Jack London também envereda por uma descrição de Londres, nomeadamente dos seus bairros orientais, na qual pontificam as alusões ao abismo marinho e ao próprio mar. Chegado ao *East End*, London sente-se «mergulhar»²²³ nas profunduras do oceano e tem medo: «It was like the fear of the sea; and the miserable multitudes, street upon street, seemed so many waves of a vast and malodorous sea, lapping about me and threatening to well up and over me»²²⁴.

Reflectindo a concepção generalizada na última década do século XIX da Londres abissal, Batalha Reis e Oliveira Martins também enveredam por essa caracterização dos bairros degradados da capital, o que, como referimos anteriormente, dá consistência à noção de que o Olhar do viajante nem sempre se desprende das suas leituras, das visões de outros viajantes ou das ideias que traz na sua bagagem²²⁵. À entrada de Whitechapel, Martins constata: «Estávamos no último abismo da degeneração da espécie humana» (*IH*, p. 225), «no mar imenso e negro da miséria, da bebedeira e do crime» (*ibidem*, p. 43) e, ao sair do bairro, após visitar uma casa de ópio, sente-se aliviado por ter emergido do «inferno medonho em que todos os vícios me tinham passado perante os olhos numa exibição desoladora» (*ibidem*, p. 229). No fundo do abismo marinho só existe martírio, o que é consonante com a explicação providenciada por Mircea Eliade a respeito da simbologia do mar. Com efeito, este significa as regiões inferiores e, portanto, mergulhar no abismo marinho presume, novamente, uma descida ao cabo da qual se confronta o caos aquático, isto é, o mundo da Morte²²⁶. Assim, mediante o recurso a imagens marítimas, Oliveira Martins afirma também ter descido às profundezas infernais, o fosso apocalíptico do final dos tempos, o reino de Gog e Magog profetizado pelas Escrituras, o qual Batalha Reis, por seu turno, visitaria num dia de nevoeiro, tal como se caminhasse «pelo fundo do mar, extraindo penosamente, por meio de guelras especiais mas insuficientes, o pouco oxigénio dissolvido em tanta água» (*RI*, p. 47). Demonstrando o receio que o acomete no início da sua aventura, o cônsul português descreve assim a sua descida à Londres abissal: «Tenteando na algibeira da minha peliça a coronha dum revólver, embrenhei-me, vagarosamente, nas ruas trágicas do East End», o que lhe dava a sensação de «mergulhar [...] num abismo silencioso» (*ibidem*, p. 48). Aí, nas profundezas desse

²²² Idem, *ibidem*, p. 14.

²²³ A expressão que o autor usa é, precisamente, «to plunge into that human wilderness», *Op. cit.*, p. 3.

²²⁴ Idem, *ibidem*, p. 4.

²²⁵ Cf. Parte I, 1.1.1.

²²⁶ Cf. *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*, trad. de Rogério Fernandes, Livros do Brasil, Lisboa, s. d., pp. 54-55.

abismo marítimo, depara-se com a máquina mortífera e impiedosa, imagem que, como vimos, seria perpetuada por London: «Whitechapel (a capela branca) é o bairro terrível de Londres. Habitam aí os miseráveis e os *roughs* (os ásperos e grosseiros), os ingleses capazes de assassinatos shakespearianos» (*ibidem*, p. 99. Itálico do autor). No *East End* as legiões do Anticristo já se encontram à solta prontas a tomar de assalto o resto do mundo. Neste inferno habitam, segundo Batalha, apenas duas classes de homens, «os que se deixam morrer e os que se deixam matar» (*ibidem*, p. 48), conotando, por conseguinte, o abismo londrino com a região tenebrosa inferior em que se encontram os mortos.

Porém, o abismo, centro da degeneração e do perecimento, não indicia somente o fim do mundo ou «o termo da evolução universal»²²⁷. Na tradição judaico-cristã, o abismo é concebido como um monstro, o temível Leviatã, a besta apocalíptica que vive nas profundezas oceânicas, que tem o corpo coberto de escamas duras como couraças, que exala fumo e fogo e que «debaixo de si tem conchas ponteagudas; estende-se sobre coisas ponteagudas como na lama»²²⁸. Este é o monstro marinho feroz e demoníaco, rival de Deus, antítese do Bem²²⁹. Oliveira Martins observa-o nas margens do Tamisa. Na sua incursão pelo *East End*, o autor teve oportunidade de se dirigir às docas. Descendo até ao rio, nota:

Do Tamisa vinha uma aragem húmida. Sentia-se que lá em baixo, na floresta de mastros e vergas, estava dormindo o monstro que em breves horas, ao acordar, [...] servido por um exército de carregadores escravos, atroaria outra vez o ar com a sua epilepsia gigantesca (*IH*, pp. 227-228).

Nas docas do *East End*, Oliveira Martins pressente a figura colossal do monstro do fim das eras, o dragão que personifica o próprio Anticristo que se prepara para combater Deus e submergir o mundo no caos²³⁰. Na verdade, para onde quer que olhe, o autor sente a presença omnipresente deste monstro, elemento indissociável das regiões subterreas, como lembra Teresa Pinto Coelho, acrescentando, ainda, que «o texto martiniano tira partido da simbologia do monstro a vários níveis, nomeadamente,

²²⁷ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 34.

²²⁸ Job, 41, 30. Para uma descrição mais completa do Leviatã bíblico cf. Job, 41.

²²⁹ Cf. «Leviatã», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, pp. 407-408.

²³⁰ Em termos mitológicos, o Anticristo pode assumir a forma de um dragão ou de um demónio que lutou contra Deus antes da Criação e que o tornará a fazer no fim dos tempos. Cf. Mircea Eliade, *Op. cit.* (2000), p. 61.

através do que poderíamos chamar o discurso do gigantesco»²³¹ e que já se observava em Taine. Ao discernir sobre Londres, o mestre francês constatava: «Énorme, énorme, c'est le mot qui revient toujours»²³². A Londres de Oliveira Martins tem os contornos de uma cidade monstruosa onde todas as coisas são infinitamente desmedidas: «Tudo aqui é enorme, o que não quer dizer que seja grandioso, no sentido de magnífico» (*ibidem*, p. 31), ideia reafirmada quando observa que a capital parece «brutal e incongruente; obscuramente grande, sem ser grandiosa» (*ibidem*, p. 34). É, no entanto, quando acaba de chegar à estação de Waterloo que esta urbe imensa mais se lhe assemelha a uma figura medonhamente assombrosa. De certa forma constrangido com o choque da primeira impressão, confessa: «Aperta-se o coração à gente ao sentir que se entra no ventre do grande monstro do mundo» (*ibidem*, p. 27). E, olhando para a cidade a partir dos terraços da National Gallery, declara: «Estamos aqui no coração do monstro» (*ibidem*, p. 34), o que confirma a sua percepção da capital monstruosa, visão, na verdade, perpetuada até ao final do século XIX por autores como Joseph Conrad que, escrevendo *Heart of Darkness* em 1899, se referiria a Londres como «the monstrous town»²³³.

Tal como revelado pelas Escrituras, o Leviatã é também um monstro que sujeita, que escraviza todos à sua ordem. E para Martins essa ordem é a do progresso desmedido e desenfreado. Aliás, o monstro que habita nas docas «resfolegando vapor dos cilindros das máquinas» (*ibidem*, p. 228) é algo mecânico e é, em suma, o produto e o símbolo abominável da industrialização. Ora, o excesso de industrialismo prenuncia a decadência, ou, por outras palavras, o começo do Fim.

Com efeito, no século XIX, chega-se à conclusão de que «as civilizações são decadentes quando apresentam sintomas de marcado artificialismo»²³⁴. A decadência corresponde à fase final de um trajecto evolutivo que apontava ao desenvolvimento, o qual já não se pode manter e que, por isso, degenerará e entrará em colapso²³⁵. Ao conceber a sociedade como uma entidade sujeita às leis imutáveis da vida orgânica, com as suas etapas de viço e de esgotamento, o pensamento martiniano, seguindo em linha com a concepção histórica hegeliana, apoiava-se na noção de que «cada civilização tenderá a parar num certo momento do seu desenvolvimento» porque «o destino fatal

²³¹ In Ana Margarida Falcão et al., *Op. cit.*, p. 114.

²³² Hippolyte Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 17.

²³³ Joseph Conrad, *Heart of Darkness*, Penguin, London and New York, 1994 (1ª ed. 1902), p. 7.

²³⁴ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 120.

²³⁵ Cf. idem, *ibidem*, p. 17.

das coisas vivas é tenderem para o definhamento assim que atingem a plenitude da existência»²³⁶. Mas, esta era também a ideia de muitos contemporâneos e, além disso, a literatura finissecular relativa ao tema da degeneração era bastante popular em locais tão longínquos entre si como a Rússia, a Espanha, a Escandinávia e as Américas²³⁷.

Em 1880, Edwin Ray Lankester, reputado zoólogo e darwinista inglês, publicaria um artigo doutrinal intitulado «Degeneration: A Chapter in Darwinism» no qual relacionaria a degeneração que afecta a evolução dos animais com a decadência do homem e das sociedades. O abatimento, para Lankester, só pode ocorrer a partir do momento em que os organismos atingem a plenitude do seu desenvolvimento. Assim:

Any new set of conditions occurring to an animal which render its food and safety very easily attained, seem to lead as a rule to Degeneration; just as an active healthy man sometimes degenerates when he suddenly becomes possessed of a fortune; or as Rome degenerated when possessed of the riches of the ancient world [...].

It is abundantly clear that degenerative evolution is by no means limited in its application to the field of zoology. [...] The traditional history of mankind furnishes us with notable examples of degeneration. High states of civilisation have decayed and given place to low and degenerate states²³⁸.

O que Lankester defendia era que quando o organismo, social ou orgânico, superou com sucesso todos os patamares evolutivos conducentes à obtenção dos privilégios máximos da vida - comida, segurança, conforto e riqueza facilmente assegurados - atinge também a estagnação, iniciando-se aí o processo descendente que leva ao seu aniquilamento. Ou seja, «degeneration occurs when subjects or societies no longer have to strive for self-development»²³⁹. Esta era uma proposição que Oliveira Martins, influenciado pelas correntes de pensamento hegeliana e darwiniana, também defendia, pois para si «grandeza e declínio são fases necessárias e orgânicas de um todo, que tira a sua desorganização (decadência) do esgotamento das próprias forças que lhe deram grandeza»²⁴⁰. Contudo, estas ideias seriam mais popularizadas através da obra canónica de um contemporâneo de Martins.

²³⁶ Fernando Catroga, in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *Op. cit.*, p. 160.

²³⁷ Sobre a disseminação da literatura da degeneração cf. Daniel Pick, *Op. cit.*, p. 31.

²³⁸ Edwin Ray Lankester, «Degeneration: A Chapter in Darwinism», in Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, pp. 3-4.

²³⁹ Andrew Smith, *Op. cit.*, p. 24.

²⁴⁰ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 84. Como Carlos Maurício esclarece, a respeito da influência exercida por Hegel e Darwin no ideário martiniano, do primeiro o autor «recolheu a concepção do devir civilizacional enquanto epopeia realizada através dos contributos de sucessivas civilizações [...]. O

Em *Degeneration*, tradução inglesa de 1895 de *Entertung*, a obra mais relevante do escritor e físico húngaro Max Simon Nordau, o conceito de decadência é alargado a todo o final do século XIX. O *fin-de-siècle* era um período à beira do perecimento. Escrevendo originalmente em 1892, Nordau apresenta uma visão pessimista da vida coeva: «Things as they are totter and plunge, and they are suffered to reel and fall, because man is weary, and there is no faith that it is worth an effort to uphold them»²⁴¹. O homem é um ser cansado, definhante, e, conseqüentemente, a Humanidade experimenta o declínio. Abraçando esta teoria, Oliveira Martins também observa a degeneração que já grassa na desenvolvida Inglaterra, na qual Londres, com os seus bairros terríveis e miseráveis, é o paradigma da ferida gangrenada que infecta o organismo levando-o à decadência: «Londres, *the great wen of England*, o fleimão, o abcesso, o cancro...» (*ibidem*, p. 26).

Contudo, o abismo monstruoso e apocalíptico que se esconde no *East End*, ou, melhor, que é o *East End*, ao qual os autores descem para se confrontar com a mais profunda degradação e degeneração social, também equivale, simbolicamente, à caverna temível e perigosa, buraco medonho e negro que abriga as portas do inferno²⁴², ou que, por outro lado, conduz ao Shéol da tradição judaico-cristã. Este é a caverna tenebrosa, situada sob o oceano nas mais profundas entranhas da terra, na qual habitam as sombras inconsistentes dos mortos²⁴³. Quando Eça de Queirós compara Londres a uma cidade do Apocalipse devido à depravação que aí se encontra, a luxúria, a violência, o vício, afirma que «o estrondo de Londres, este rude, tremendo estrépito» que incomoda os Céus é «como um fragor num subterrâneo» (*TI*, p. 102). Desta feita, Londres é um espaço subterráneo e horripilante, o que denota o lado mais trágico da simbologia da caverna. Similarmente, ao descrever o típico bairro degradado de Londres, Ramalho Ortigão assemelha-o a uma «catacumba» tenebrosa (*JB*, p. 237), dentro da qual se desenrolam as maiores desgraças. Na verdade, outra das acepções simbólicas da caverna ou da gruta prende-se com a cripta, a cavidade subterrânea que serve de sepultura aos mortos²⁴⁴. Com efeito, discernindo sobre as percepções queirosianas e ramalheanas

contributo gerado por cada civilização, no apogeu do seu ciclo de vida, acarretaria a sua decadência». Simultaneamente, Martins advogava a ideia de que o processo histórico sempre operou através da concorrência entre raças e povos, implicando a vitória dos mais aptos e a extinção dos mais fracos, ideia sustentada através das leis darwinianas da selecção natural. Cf. *Op. cit.*, p. 41.

²⁴¹ Max Nordau, *Degeneration*, in Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 13.

²⁴² Cf. «Caverna», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, pp. 178 e 180.

²⁴³ Cf. Jean-Pierre Bayard, *La Symbolique du monde souterrain*, Payot, Paris, 1973, p. 168.

²⁴⁴ Aliás, o vocábulo “gruta” provém do latim “crypta”, cujo significado original é sepultura. Cf. *idem*, *ibidem*, p. 166.

relativas à Inglaterra, Alan Freeland constata que ambos os autores vislumbram nesse país «um mundo subterrâneo de vítimas na luta pela existência»²⁴⁵.

Portanto, o abismo evidenciado por Batalha e Martins, por um lado, e a caverna apresentada por Eça e Ramalho, por outro, são lugares hediondos que emprestam à geografia de Londres um carácter infernal, conotando-a com a região inferior fantasmagórica que alberga o Leviatã. E, em termos platónicos, a caverna é igualmente um lugar trágico de sofrimento, onde os seres se encontram agrilhoados a uma vida de ignorância e de trevas²⁴⁶. O *East End* é, então, metaforicamente, a câmara subterrânea de todos os horrores, visão bastante generalizada nos finais do século XIX da qual Eça de Queirós, Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins se apropriam.

Porém, tal como Platão explicava a Gláucon, emergir da caverna presume ascender a uma revelação²⁴⁷, e o que estes quatro autores descobrem é que a Inglaterra está longe de ser o paradigma do desenvolvimento social. Tal como o Portugal finissecular se achava decadente, o mesmo sucedia na Inglaterra vitoriana e a degeneração inglesa era epitomizada pelas misérias inenarráveis que o *East End* escondia. E se Londres é um abismo de morte e trevas, também a capital portuguesa o é, como se pode ler no artigo «Lisboa», fruto da colaboração queirosiana para a *Gazeta de Portugal* em 1867, no qual o articulista declara que a cidade lusa é uma «coveira de almas»²⁴⁸, uma cidade quase morta de tão decadente. Nas derradeiras décadas de Oitocentos, Portugal era, pois, visto pelos contemporâneos como uma nação enferma. Teresa Pinto Coelho sintetiza esta noção de calamidade que acomete o país ao referir que:

Também no Portugal dos finais do século XIX se crê atravessar uma época de declínio político e cultural, julgando-se então estarem próximos os de há muito anunciados Últimos Tempos da Pátria. Basta lembrarmo-nos da célebre conferência anterior intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* ilustrada pela simbologia da queda [...], ou da *História de Portugal* de Oliveira Martins, na qual o historiador, como em muitas das suas obras, desenvolve o tema do Portugal amortalhado.

²⁴⁵ Alan Freeland, in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *Op. cit.*, p. 34.

²⁴⁶ Cf. Platão, *A República*, Livro VI, 514a-518b.

²⁴⁷ Cf. idem, *ibidem*, 517b.

²⁴⁸ *Op. cit.* (2004), p. 130.

Esta temática percorre muita da literatura finissecular. Alguns títulos como, por exemplo, *Finis Patriae* de Junqueiro, *Fim de um Mundo* de Gomes Leal ou *Despedidas* de António Nobre são exemplificativos da visão cósmica do Fim dos Tempos²⁴⁹.

Em *As Farpas*, Ramalho e Eça juntam as suas vozes ao coro que lastima a decadência lusa. Portugal é um país estagnado, afirmam sem escrúpulos: «Com uma política de acaso, com uma literatura de retórica e de cópia, com uma legislação desorganizada, não se pode deixar de ter uma moralidade decadente»²⁵⁰. E até Batalha Reis aludia ao marasmo em que o país vivia ao constatar que o povo, convencido da decadência, nada fazia para a ultrapassar. Comparando a vitalidade dos brasileiros com a apatia lusitana, declarava: «Os Europeus-Portugueses mostram-se convencidos duma irremediável decadência, desanimados de jamais poder Portugal vir a ocupar lugar evidente entre as nações futuras»²⁵¹.

Toda esta literatura e todas estas concepções subordinadas à decadência da nação lusitana encontravam um paralelismo em Inglaterra não só nas inúmeras publicações sobre a Londres abjecta e terrível, ou nos artigos e obras que se centravam no tópico da degeneração, mas também, muito conspicuamente, nos diversos estudos sobre doenças infecciosas, como a sífilis, que, acreditava-se, eram responsáveis pelo debilitar progressivo da raça. Em 1887, Sir Jonathan Hutchinson publicaria *Syphilis*, um tratado bastante divulgado na época sobre a enfermidade homónima, ao qual se seguiria, oito anos depois, a edição do livro de Alfred Cooper também intitulado *Syphilis*. Em ambos, os autores pretendiam demonstrar como aquela doença era produto da corrupção moral e sinal de enfraquecimento rácico.

Confrontados com a ideia de uma pátria moribunda, assunto que também propalavam, estes quatro autores da Geração de 70 descobrem que a Inglaterra não escapa incólume à decadência. Tal como Portugal, aquela nação encontra-se numa fase de estagnação evolutiva e Londres, cidade gigantesca repleta de bairros sinistros, é o local onde o declínio é mais evidente. Da geografia londrina faz parte um submundo decadente que já mal se contém dentro das fronteiras do *East End* e, à medida que o século XIX caminha para o seu desfecho, cada vez mais a degenerescência se propaga e vai contaminando toda a capital e, por fim, toda a Inglaterra, pois, como Eça de Queirós se apercebe ao notar a imoralidade que grassa na sociedade inglesa finissecular, «é um

²⁴⁹ *Op. cit.* (1996a), pp. 37-38.

²⁵⁰ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 29.

²⁵¹ Jaime Batalha Reis, *Op. cit.* (1988b), pp. 64-65.

país todo que rola para o abismo, cambaleando de bêbedo» (*CICL*, p. 211). O império obscuro alastra, tal selva indomada, e, como vai sendo sempre mais visível, também os autores se demorarão mais na sua descrição. Com efeito, Eça de Queirós não devota atenção particularmente minuciosa ao abismo londrino. Os seus artigos são, na verdade, anteriores às noções da capital inglesa entendida como floresta equatorial e a noção da urbe abissal, se bem que datada da primeira metade do século, ainda não estava bem enraizada na mente colectiva vitoriana. Porém, o escritor português estava ciente de que em Inglaterra, e mais especificamente em Londres, havia profundezas sinistras de torpeza, de miséria, de crime e de vício. Apenas não usa declaradamente as imagens que o *fin-de-siècle* tornaria populares através das obras de Andrew Mearns, Charles Booth ou William Booth. Com efeito,

Such a literature was given new impetus from the 1880s for a number of interrelated reasons. First, the economic stability which is generally accepted as characterizing the 1850s to 1870s was perceived to have come to an abrupt end in 1880s Britain [...]. The second factor in the growth of social exploration writing was the rise of [...] the tabloid press; [...] which lapped up sensationalist accounts of urban poverty and moral squalor. The third most significant influence on the literature of social exploration was [...] a fear that imperialism's heyday might turn out to be short-lived²⁵².

Na realidade, o imperialismo, ou melhor, a constatação de que o império pode ser um gigante Golias propenso a tombar, é a acendalha que, aliando-se a um pessimismo em relação aos benefícios proporcionados pela industrialização, inflama os discursos catastrofistas da Londres decadente, capital de um império ameaçado pelo colapso do capitalismo e pela cobiça de potências estrangeiras que, entretanto, também se tinham industrializado. Duas décadas antes da viragem do século:

The capital's poor came to dominate the writings of social commentators [...]. The focus of fascination became the poverty-stricken areas in the east of the city. This trend became most apparent during the 1880s when growing foreign competition in trade exacerbated a domestic economic depression. The combination of these factors led to the realisation that England was no longer the world's supreme industrial and imperial force, and they induced a loss of confidence in the minds of influential people. In an introspective mood, they began to recognise the failures of capitalism and not its triumphs. The belief in progress crashed on the rocks of pessimism. [...] Educated opinion in England repeatedly found its attention drawn to the existence of great poverty in the midst of plenty. [...] Studies seemed to

²⁵² Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 25.

prove that the heart of the empire was diseased and weakened [...], so from the 1880s London was a metaphor for the disgrace and pride of imperial England»²⁵³.

Por se deterem mais detalhadamente no retrato do *East End* como antro de iniquidade, Batalha Reis e Oliveira Martins, e em menor escala Ramalho Ortigão, revelam-se produto de um tempo em que a confiança britânica se encontrava minada por medos apocalípticos, do mesmo modo que Eça de Queirós não reflecte contudentemente essas ânsias cataclísmicas porque ainda não eram evidenciadas tão destacadamente como seriam ao tempo em que os outros autores escreveram a sua interpretação da Inglaterra. Por conseguinte, é interessante notar como o retrato negativo da Londres do Apocalipse se agudiza cada vez mais acrimoniosamente a começar por Eça, o autor em cujos artigos menos se vê o horror londrino, e a terminar em Oliveira Martins, para quem Londres é a imagem final e mais nítida da Babilónia perversa e pervertida, a cidade das trevas infernais.

Quando olham para Londres, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins não encontram somente um abismo profundo de trevas ou uma floresta opressiva. Encontram, sobretudo, uma cidade dual. Geograficamente há uma divisão Oeste/Leste que, em termos metafóricos, equivale a um contraste entre luz e escuridão. No entanto, as divisórias iludem porque, na verdade, a cidade caminha, cada vez mais, por entre a obscuridade e até os próprios focos de luminosidade, representados pela *City* e pelo *West End*, são antros de sombras.

2.2.2. Luz e Trevas: *West End* e *East End*

Já verificámos que Londres é uma cidade cuja caracterização assenta primordialmente na dualidade, a qual é, efectivamente, perceptível na bifurcação existente entre a Londres da riqueza e da civilização, representada pela *City* e pelo *West End*, e a Londres da pobreza extrema e da barbárie que se observa nos bairros do *East End*. Uma das imagens mais estereotipadas deste confronto entre Ocidente e Oriente opõe, precisamente, «a West End of glittering leisure and consumption and national spectacle to an East End of obscure density, indigence, sinister foreign aliens, and

²⁵³ Carl Chinn, *Op. cit.*, pp. 19-20.

potencial crime»²⁵⁴. Trata-se de duas Londres antagónicas onde, inclusivamente, «the genteel squares of Belgravia and Mayfair were gated against the intrusion of undesirables»²⁵⁵, o que comprova o quanto o *West End* se tentava demarcar e isolar do *East End*. Aliás, é interessante notar que, no plano simbólico, a espacialidade entende-se como a oposição entre o «território habitado - e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca: o primeiro é o “mundo” (mais precisamente: “o nosso mundo”), o Cosmos; o resto já não é um Cosmos, mas uma espécie de “outro mundo”, um espaço estrangeiro, caótico, povoado de [...] “estranhos”»²⁵⁶. Este território estranho, porque «desocupado pelos “nossos”»²⁵⁷, corresponde, na Londres vitoriana, ao *East End*, a selva do Outro, a cidade enigmática dentro da cidade, enquanto que o universo do Nós, o espaço conhecido, se corporiza no *West End*. Assume-se, portanto, a bicefalia londrina. No entanto, estas duas cidades vivem lado-a-lado e a linha divisória que as separa é mais ténue do que se poderia depreender à primeira vista.

Paralelamente, e agora em termos geográficos, a *City* e os bairros nobres da capital localizam-se, como é sabido, na parte ocidental da capital, enquanto que o *East End*, como a própria nomenclatura sugere, se espraia a oriente. Todavia, como notámos anteriormente²⁵⁸, a divisão cabal, vulgo saidiana, entre Leste e Oeste é uma quimera. O espaço oriental, atribuído ao reino do Outro, contamina as regiões a ocidente e estas, por sua vez, deixam-se seduzir por esse mundo diferente e exótico, procurando-o e indo ao seu encontro. Não se pode falar de dois hemisférios estanques e bem delimitados, uma vez que as suas fronteiras são permanentemente transgredidas não só pelos pobres que continuamente invadem as áreas nobres londrinas como, inclusiva e paradoxalmente, pelos próprios investigadores sociais que, saindo do seu mundo de abundância, penetram no universo do Outro «to the point of cultural immersion, social masquerade, and intrapsychic incorporation»²⁵⁹. Para elaborar *The People of the Abyss*, Jack London transformou-se num vagabundo, Stead fingiu ser um cliente interessado em comprar uma adolescente e Mayhew incarnou diversas personagens, entre as quais, encenador teatral e director artístico, a fim de poder observar e entrevistar melhor os habitantes do

²⁵⁴ Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), p. 20.

²⁵⁵ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 521.

²⁵⁶ Mircea Eliade, *Op. cit.* (s. d.), p. 43.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 45.

²⁵⁸ Cf. Parte II, 2.1.1.

²⁵⁹ Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), p. 20.

*East End*²⁶⁰. Igualmente fascinados pelo mundo estranho desses bairros, tanto Batalha Reis como Oliveira Martins também atravessam as suas fronteiras aventurando-se dentro do universo do Outro. Contudo, ao invés dos investigadores sociais e viajantes acabados de mencionar, a sua transgressão de fronteiras dá-se de maneira mais tímida. Batalha e Martins não encarnaram as personagens que habitam no *East End*, não se transfiguraram momentaneamente nesse Outro que querem descobrir. A sua viagem ao mundo marginal e exótico do *East End* é, portanto, motivada, primeiramente, por uma moda coeva, na esteira da qual seguem. Ora, uma vez que estes autores declinam a experiência de viver como o Outro vive, incorremos, novamente, na discussão de quem sempre os autores em apreço se comportam como viajantes no sentido mais pleno da expressão. No entanto, é, precisamente, por serem viajantes que necessitam observar presencialmente como esse Outro, o seu objecto de estudo, vive a fim de conferirem maior consistência e credibilidade ao retrato que elaboram.

Na verdade, como esclarece Andrew Smith, a respeito da atracção que o *East End* exercia, «the fascination that the West had with the East was [...] conditioned by a form of male voyeurism, one which transformed the East into a spectacle of depravity that simultaneously attracted and repelled»²⁶¹. E é este espectáculo que também os viajantes portugueses vão vislumbrar, corroborando as imagens que circulavam na altura e que se encontravam condicionadas pelo *voyeurismo* masculino, perspectiva dentro da qual também podemos localizar os autores em análise. Assim, o que estes constatam, e não se trata apenas de Batalha e Martins que se deslocam efectivamente ao *East End*, é que na Londres do *fin-de-siècle* existe uma divisória entre dois espaços: *West End* e a sua antítese, o *East End*, os quais parecem diametralmente opostos. Porém, esta não é uma demarcação exacta e objectiva, uma vez que cada hemisfério não existe sem o seu contraponto e porque os seus marcos divisórios não permanecem inviolados. Ademais, ironicamente, a imoralidade e a miséria não se confinariam apenas ao *East End* apocalíptico e terrível, pelo que, em última instância, também o *West End* é um antro de iniquidade.

Coração financeiro da Inglaterra e capital bancária internacional, a *City* é um «pequeno bairro de Londres, que não chega a representar a centésima parte da sua

²⁶⁰ Na verdade, entre a última década de 1800 e a primeira de 1900, «a number of white middle-class writers, journalists, and social researchers “dressed down” in order to traverse with their bodies what they saw as a growing gulf between the middle class and the white working and lower classes», Eric Schocket, *Op. cit.*, p. 110.

²⁶¹ *Op. cit.*, p. 76.

superfície» e cuja extensão não ultrapassa uma milha quadrada²⁶². Contudo, as suas dimensões diminutas não impedem que seja o bairro onde se processam as maiores transacções cambistas a nível mundial. É na *City* que se encontram situadas as instituições monetárias mais proeminentes e influentes das praças internacionais: o Banco de Inglaterra, o *Royal Exchange* (a Bolsa do Comércio e dos mercados das matérias-primas como sedas, lã, especiarias, carvão, ferro) e o *Stock Exchange* (a Bolsa dos valores mobiliários). Todas as companhias de navegação e de fretes, todos os empórios comerciais e todos os bancos têm sedes e delegações neste centro da grande finança, o que atrai, diariamente, um enorme fluxo de gente aos seus quarteirões: negociantes, corretores da Bolsa, bancários, escriturários. Estima-se que, em 1881, entravam nesta autêntica cidadela 796 563 peões e 71 893 viaturas por dia²⁶³, o que demonstra o frenesim que aí se vivia. Oliveira Martins, na verdade, bom conhecedor de estatísticas, comprova, e aumenta, estes números colossais. Reportando-se a 1892, informa: «Só na *City*, entram por dia, todos os dias, salvo os domingos, noventa mil veículos e mais de um milhão de pessoas» (*IH*, p. 30).

No entanto:

Between 1851 and 1881 the *City*, which was rapidly becoming an area of docks, warehouses, and offices, a bustling community by day and a ghost town by night, lost over 77,000 of its residents, the greater majority of whom moved into the already densely populated surrounding districts of Clerkenwell, the Strand, Shoreditch, and Bethnal Green²⁶⁴.

Durante a segunda metade do século XIX, a *City* assumiria, cada vez mais visivelmente, o seu carácter exclusivo de grande centro de negócios. Por isso, o parque habitacional foi sendo progressivamente demolido a fim de dar lugar à construção de escritórios, bancos e outras infraestruturas requeridas pelos interesses comerciais e financeiros. Ademais, «city-centre demolitions [...] inflated land prices, and caused real rent increases which between 1875 and 1900 amounted to 47 per cent, a rise unequalled in Victorian times»²⁶⁵. Consequentemente, em poucos anos, a *City* perdeu milhares de habitantes que, incapazes de pagarem rendas exorbitantes ou desalojados das suas casas,

²⁶² Alain Plessis, in Monica Charlot e Roland Marx, *Op. cit.*, p. 181.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 183.

²⁶⁴ Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 26.

²⁶⁵ Richard Roger, *Housing in Urban Britain, 1780-1914. Class, Capitalism and Construction*, Macmillan, Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London, 1989, p. 53.

se mudaram para os bairros, já de si degradados e densamente povoados, do *East End*, como Stepney, Clerkenwell, Shoreditch, ou Bethnal Green.

Todavia, não foi só na *City* que houve destruição de casas de habitação. Noutros locais de Londres, a edificação de estações e linhas de caminho de ferro também obrigou à demolição de parte do parque habitacional em que se alojavam as classes mais pobres da capital, empurrando-as para a parte suburbana oriental²⁶⁶. Na verdade, as áreas nobres de Londres, como Russell Square, Grosvenor Square, Mayfair, Belgravia ou a zona a norte de Oxford Street, onde habitavam as classes endinheiradas, não foram afectadas porque «since the railway companies were obliged to pay compulsory purchase prices for buildings which they bought, they avoided [...] the business premises and better class of residences, and scheduled their routes to pass through working-class areas»²⁶⁷. Com efeito, residindo nas imediações de Russell Square, Jaime Batalha Reis deixa-nos uma interessante e esclarecedora descrição contemporânea de como era um típico bairro na zona nobre londrina: limpo, arborizado, asfaltado, inviolado por quaisquer interesses de natureza rodoviária. Vale a pena transcrever o que o autor escreveu:

Eu moro em Torrington Square, que é o mais pequeno de todos os largos arborizados que rodeiam o Museu Britânico. Defronte das minhas janelas, a rua estreita e asfaltada, sempre varrida, e escrupulosamente lavada, pouco me separa dos altos plátanos do jardim, cujas ramadas tocam de Verão nos telhados das casas, cujas folhas avermelhadas, ainda há pouco vinham cair contra as minhas vidraças (*RI*, p. 114).

Ademais, se a construção de vias ferroviárias desalojava as classes mais desfavorecidas e as empurrava para aglomerados populacionais extremamente densos, é também o comboio que contribui para o êxodo rural a que acima se aludiu e, conseqüentemente, para a maior concentração de pessoas nos bairros pobres, tal como Oliveira Martins constatava: «Os caminhos de ferro concorreram também para o entumescimento das cidades, para a despovoação dos campos» (*IH*, p. 19). Simultaneamente, o embelezamento da cidade também foi responsável pela demolição de inúmeros bairros infectos, definidos como autênticos cancos sociais, e, por isso, incrementaram a migração dos seus residentes para os subúrbios. A abertura de grandes

²⁶⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 52-53. Richard Roger, com efeito, calcula que, devido às companhias de caminhos-de-ferro, cerca de quatro milhões de pessoas foram desalojadas entre 1850 e 1900 não só em Londres, mas também nas outras grandes cidades britânicas, *ibidem*, p. 53.

²⁶⁷ Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 37.

avenidas e novas artérias de comunicação como Victoria Street, New Oxford Street ou Charing Cross Road arrasou bairros como St. Giles, as ruelas escuras em torno de Westminster e, inclusivamente, partes de Whitechapel. Porém, «in the enthusiasm for the “beautification” of London the hardships accruing to the evicted tended to be neglected»²⁶⁸. E, por conseguinte, o problema da sobrepopulação do *East End*, com as suas consequências nefastas em termos de saneamento, criminalidade, insegurança e qualidade de vida, agudizar-se-ia.

Em suma, nos últimos decénios de Oitocentos, observou-se um fluxo migratório dentro da capital: as multidões de desalojados que o progresso criou são obrigadas a deixar a *City* e inúmeros outros bairros, e a rumarem para os subúrbios que se localizam, predominantemente, na parte oriental da cidade, que, cada vez mais, se transforma num gigantesco antro de iniquidade²⁶⁹. Simultaneamente, assiste-se a uma tomada de consciência que preconiza a divisão da cidade entre o próspero e elegante *West End* e o infame *East End*. O primeiro, a zona das avenidas comerciais e das residências opulentas, o segundo, a área onde se concentravam todas as mazelas sociais. Um e outro atraem-se e mitificam-se devido à simples antítese que representam²⁷⁰. Além disto, a aura mística que cada hemisfério londrino confere ao seu congénere oposto deve-se ao facto de serem desconhecidos entre si, faces antagónicas de uma mesma cidade, binómio opositivo que representa o máximo esplendor da Inglaterra imperial e industrial e as suas maiores feridas²⁷¹. Esta divisão da capital entre Este e Oeste era, sobretudo, de índole social. A Ocidente vivem todas as classes bem sucedidas, aquelas que temem ver o seu mundo confortável invadido e destruído pelas multidões criminosas, esfomeadas e andrajosas que se sabe povoarem os bairros

²⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 27.

²⁶⁹ Na margem sul do Tamisa, o distrito de Elephant and Castle era um subúrbio gigantesco e tão problemático e insalubre como o *East End*. No entanto, o rio funcionou como uma impressionante barreira física e psicológica que ocultou da consciência popular a existência da pobreza extrema na parte sul da capital. Cf. Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 21.

²⁷⁰ Com efeito: «The world of shops and theatres, lights and delights, became for the rest of London the mythical “West End”. To visit them was to go “up West”. In turn, the villages and suburbs of an earlier age - Hoxton, Hackney, Shoreditch, Stepney, Bethnal Green - swarmed with overpopulation: the “East End”, no less mystic to the half-London who did not live there», A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 521.

²⁷¹ Como salienta Asa Briggs no seu influente estudo subordinado às cidade vitorianas: «The contrast between East End and West End in London, which reflected [...] “the complete separation of the residences of different classes of the community”, was the great contrast of the 1880s and the 1890s. At the beginning of the century it had already been noted that the inhabitants of the “extreme east” of London knew nothing of the western districts of London “but from hearsay and report”», *Op. cit.*, p. 314.

orientais. Portanto: «The Victorian Age [...] witnessed London being laid out along the social classifications which the capitalist revolution had created and enforced»²⁷².

No entanto, apesar de haver uma distinção entre *West End* e *East End*, de acordo com a qual este último está associado à degeneração urbana e à pobreza²⁷³, não se pode afirmar peremptoriamente que o *West End* corresponde inteiramente à faceta brilhante da Londres cosmopolita e rica e que o *East End* é a capital do submundo, até porque «to define the exact extent of the [...] underworld would be an impossible task. It had no sharp boundaries but everywhere blurred off into the society around it, and though it was intimately related to poverty and crime its limits cannot be fixed simply in those terms»²⁷⁴. Ou seja, o submundo não é apenas uma localização cartográfica associada a longitudes orientais, mas é, ao invés, uma entidade supra-geográfica e tentacular que permeia e se alastra a toda a sociedade vitoriana.

Em rigor, Eça de Queirós também não destriça cabalmente os dois pólos antitéticos da Londres finissecular, até porque escreve numa altura em que a divisão Este/Oeste apenas começava a ganhar forma na mente colectiva da Inglaterra vitoriana. De facto, «during the 1880s and 1890s the term “East End” began to be used generally: it suggested a different world, an unknown world, within the same city»²⁷⁵. Porém, o articulista nota a existência de um submundo composto pela «fresca ralé», a «turba abjecta» (*TI*, p. 99) que enxameia a capital inglesa e a torna numa «lamentável Cacilhas» (*ibidem*). Eça não se alonga em descrições relativas a esta «vil e escura multidão» (*CICL*, p. 274), que é caracterizada muito genericamente e que se contabiliza em cerca de «três a quatro milhões de humanidade» (*TI*, p. 99). Esta é:

A humanidade que Carlos Stuart, o Bem-Amado, chamava a “canalha”, e que o grão-sacerdote da *Bela Helena*, do pobre Offenbach, designava, com tanto critério, pelo nome de “vil multidão”; é o trabalhador, o artífice, o artista, o professor, o filósofo, o operário, o romancista (*ibidem*).

Eça, na verdade, abstém-se de particularizar o que é e onde habita, efectivamente, esta «turba abjecta». Em primeiro lugar porque os seus artigos precedem a fase de maior popularização, e popularidade, da literatura sobre o submundo do *East End*, o que se justifica, aliás, por uma tendência, verificada na década de 1870 e

²⁷² A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 521.

²⁷³ Cf., por exemplo, Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 21.

²⁷⁴ Kellow Chesney, *The Victorian Underworld. A Fascinating Re-Creation*, Penguin Books, London and New York, 1991 (1ª ed. 1970), p. 32.

²⁷⁵ Asa Briggs, *Op. cit.*, p. 314.

princípios da seguinte, para a diminuição da pobreza urbana londrina. Pat Ryan explica que a grave recessão ocorrida no biénio 1886-1887 incrementaria dramaticamente os índices de pobreza, os quais só se estabilizariam a partir de 1914. A relativa prosperidade do decénio de 1870 levou, inclusivamente, a uma diminuição populacional na maioria dos bairros do *East End*²⁷⁶. Portanto, uma vez que se assiste a uma maior visibilidade da pobreza a partir de meados de 1880, também o interesse pelo tema da população miserável aumenta. Em segundo lugar, e, quiçá, acima de tudo, Eça não se alongaria em descrições relativas às massas sociais dos escalões inferiores porque, além de estatísticas, pouco mais sabe delas. Com efeito, o autor não se afasta muito da realidade quando cifra a população londrina em três ou quatro milhões de indivíduos porque «between 1851 and 1881 the population of the London county area rose from 2,363,341 to 3,830,207, and that of Greater London from 2,60,935 to 4,766,661»²⁷⁷. Contudo, como António José Saraiva esclarece: «Há sobretudo uma classe que Eça ignora em absoluto: é o que ele chama “povo”. Este “povo”, esse mistério que sabia existir para lá da cortina que lhe limitava a visão, fantasia-o como algo de lendário, ou como uma força cósmica dormitando, que um dia, como um Ciclope, pode acordar»²⁷⁸. No entanto, através das leituras de, por exemplo, Dickens, Eça tem acesso a um grande manancial informativo a respeito das classes desfavorecidas inglesas. Portanto, os seus conhecimentos relativos ao «povo» são obtidos através de outras fontes que não o contacto directo porque, apesar de residir muitos anos em Inglaterra, este viajante e residente nunca demonstrou grande interesse em visitar os bairros insalubres. Assim se explica que Eça peça emprestadas as designações de «canalha» e de «vil multidão» para se referir às legiões de pobres que habitam em Londres. E este ignorar não se aplica somente às classes mais desfavorecidas da Inglaterra. O mesmo é verídico para Portugal. Dentro do seu ângulo de visão encontram-se, predominantemente, os meios literatos, o mundo dos políticos e dos jornalistas e a pequena burguesia com os seus médicos e funcionários públicos. «Todavia, o seu *mundo*, aquele para o qual é atraído como pedra para o centro da Terra pelo seu temperamento de artista e pela sua educação coimbrã, é o que descreve n'*Os Maias* [...]: a alta burguesia»²⁷⁹. O Eça romancista e o Eça jornalista, portanto, não se sentem à vontade para abordar o «povo» e os seus problemas. E quando o viajante Eça evita focar o «povo» londrino deixa que a sua

²⁷⁶ Cf. Pat Ryan, in Michael E. Rose (ed.), *Op. cit.*, 1985, pp. 149-151.

²⁷⁷ Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 21.

²⁷⁸ *Op. cit.* (2000), p. 112.

²⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 113. Itálico do autor.

bagagem cultural e as suas preferências pessoais, às quais nos referimos em ponto anterior, se reflectam na sua apreensão do mundo do Outro. A sua visão, fica, pois, condicionada pela sua própria personalidade. Olhando para a Inglaterra queirosiana vemos que, a nível social, Eça foca praticamente os mesmos grupos que Taine, o qual priva, sobretudo, com a aristocracia política, a burguesia intelectual e a sociedade de Londres e Oxford. Tal como, posteriormente se nota em Eça, «Taine n'a pas suffisamment pratiqué les diverses classes et les divers milieux»²⁸⁰. Por conseguinte, no tocante ao retrato das classes sociais, as ausências que se encontram em Taine também se sentem em Eça de Queirós.

Todavia, se este último pouco nos deixa observar do mundo marginal dos inúmeros desvalidos da Londres miserável, o mesmo não sucede em relação ao universo das classes que ele melhor conhece, pelo que, apesar de não nos apresentar uma capital dividida cabalmente entre Poente e Nascente, Eça consegue dar a entender uma Londres dual que apresenta uma divisória entre ricos e pobres, afinal o que demarca o *West End* do *East End*. A par dos três ou quatro milhões de almas que contabilizam a «ralé», existe uma «humanidade superior, os “dez mil de cima”» (*ibidem*), aqueles privilegiados que, durante o Verão, deixam a capital entregue às multidões abjectas e «partem para os seus castelos, as suas “vilas” à beira mar, ou os seus iates» (*ibidem*). Ademais, aludindo à *season* estival, Eça revela que, nesses meses, Londres mais se assemelha a um deserto, «isto é, dos seus quatro milhões de habitantes, apenas lhe restam três milhões novecentos e cinquenta mil. Mas justamente os cinquenta mil que faltam é que são Londres; são os políticos, os estadistas, [...] os elegantes, [...] as *cocottes* e os lordes» (*CICL*, p. 274). Quem fica na capital é quem trabalha, é a multidão informe que o autor não chega a especificar, contrariamente ao que faz com as classes endinheiradas. A Londres queirosiana é, então, uma cidade dúplice, dividida entre um escol de gente rica e uma enorme massa de cidadãos pobres. E esta divisão social tem, também, um reflexo na geografia da capital. Quando os ricos saem de Londres, os bairros que lhes correspondem, ou seja, os quarteirões do *West End*, ficam totalmente abandonados: «Os palácios estão fechados, o Parlamento cerrado, as óperas mudas, as galerias desertas, [...] os clubes solitários, as escolas em férias [...], os parques lúgubres» (*ibidem*, pp. 274-275). Por conseguinte, durante o Estio, a Londres chique adormece,

²⁸⁰ F. C. Roe, *Op. cit.*, p. 39.

depreendendo-se da descrição queirosiana a existência de uma outra Londres reservada às turbas operárias que continuam a laborar.

No entanto, na obscuridade nocturna, a duplicidade londrina esboroa-se. Com efeito, à noite não há fronteiras sociais ou geográficas que delimitem e isolem as regiões do crime e da depravação de todas as restantes. Para Eça de Queirós, Londres é, nessas horas mortas, uma cidade perdida e «em cada uma das tipóias, que, aos milhares e aos milhares, passam como flechas, com um relampejar rubro de lanternas, vai um cidadão ou uma cidadã cometendo ou preparando-se para cometer, com excepção da preguiça, um dos sete pecados mortais» (TI, p. 103). À noite, a divisória entre a respeitabilidade do *West End* e a perversidade do *East End* é uma quimera, pois um e outro entrepenetram-se²⁸¹.

Ao olhar para a capital inglesa, Ramalho Ortigão também a encontra dividida. A Este situa-se um lugar de trevas, onde a luz é, com efeito, escassa, «se por um arrojado abuso da metáfora podemos chamar *luz* à porção de claridade que o sol distribui no interior dos habitáculos de *Clerkenwell* ou de *Bethnalgreen*» (JB, pp. 119-120. Itálico do autor). Como já constatámos, os dois bairros a que Ramalho faz referência situam-se, precisamente, no infame *East End*. Contudo, em Piccadilly e em Hyde Park, localizados no oposto *West End*, o autor depara-se com homens e mulheres elegantemente vestidos e, ao invés de descrever as penumbras com que coloria o *East End*, Ramalho prefere conferir um tom luminoso a esses bairros. Assim, apresenta-nos a sua visão de uma carruagem ocupada por senhoras distintas que, numa «jovial transparência matutina, tocada de côr-de-rosa, vinha vindo do horizonte azulado e varria a rua como se a trouxesse e espargisse de si o rodar dos trens e o galopar dos cavalos» (*ibidem*, p. 135). O quadro londrino que Ramalho pinta está, na verdade, dividido em dois hemisférios: um de escuridão, a Oriente, e um outro de uma luminosidade colorida e límpida, a Ocidente.

Todavia, esta fonteira entre Este e Oeste não é estanque, tal como se depreendia da descrição queirosiana porque o autor nota que os bairros ocidentais vão sendo assustadoramente invadidos por estranhas criaturas que deveriam estar confinadas aos quarteirões orientais obscuros. É em Piccadilly que Ramalho vê, horripilado, um mendigo que ostenta as marcas conspícuas da mais atroz penúria:

²⁸¹ Comentando precisamente a passagem queirosiana acima transcrita, Jonathan Keates explica que «Eça's London [...] was that of Gustave Doré, George Gissing and Jack the Ripper, "the City of Dreadful Night", a place of unimaginable vastness, subtle only in its various refinements of misery», in Alison Aiken (ed.), *Op. cit.*, p. xxi.

Era um homem novo, alto, magro, de pele sardenta, cabelo ruivo e crêspo em configuração de turbante. Trajava unicamente umas calças largas muito curtas [...] e um côlete de baile prêso por um só botão, velho, sujo, nojentamente ensebado. Não tinha camisa nem camisola. Espalmava a lama do passeio, com um palmípede, debaixo dos seus grandes pés descarnados, ossudos, moles e brancos, caminhando encolhido, rente do muro [...].

Segui-o longamente com a vista, até que êle se perdeu de todo dos meus olhos, confrangido, alcachinado [...] turrando para diante com a sua grossa cabeça intonsa em turbante ruivo.

Ninguém mais pareceu notar essa exótica flor de desgraça levada por não sei que estranha brisa, como um detrito de imundície ao vento, através dêste elegante bairro (*ibidem*, pp. 131-133).

Na realidade, o que Ramalho Ortigão observa é a contaminação do espaço ocidental pelo Outro, o estranho. Note-se que nas carruagens apuradas seguiam senhoras elegantes em claro contraste com a «flor de desgraça» contemplada pelo viajante. Este miserável é, com efeito, um paradigma de alteridade, pois o autor descreve-o como um ser oriental, uma vez que é alguém que usa um turbante, imagem em que Ramalho, aliás, insiste. Simultaneamente, o adjectivar esta criatura paupérrima de «exótica» enfatiza ainda mais a sua diferença e orientalidade. Ademais, este ser exótico, que aparece inesperadamente vindo do nada, é um sinal perturbador que estilhaça o quadro da familiaridade e que indicia algo perigoso que não pode ser domado²⁸². Aliás, o próprio Ramalho confessa o temor que o acomete ao vislumbrar esta criatura ao referir: «E um terrível calafrio me correu nesse instante ao longo da espinha, adstringindo glacialmente tôda a minha substância medular» (*ibidem*, p. 131). O *West End* é, em suma, invadido pelo exótico e oriental, expressões máximas da alteridade, como destacámos em capítulo anterior. Recorrendo, novamente, à linguagem do imperialismo, podemos afirmar que, metaforicamente, a divisão da capital entre *West End* e *East End* tem conotações raciais e simboliza, respectivamente, a Inglaterra e o seu império: a Oeste as sedes governativas e os monumentos nacionais; a Leste as docas e os terminais ferroviários que não só efectivam a travessia para os domínios além-mar como, sobretudo, propiciam a chegada de imigrantes²⁸³, isto é, dos Outros. O indivíduo de aspecto oriental que Ramalho observa equivale, portanto, ao elemento estrangeiro que se prontifica a invadir a Inglaterra.

²⁸² Kateryna Olijnyk Longley informa que a aparição do elemento exótico sugere aquilo que não pode ser capturado ou dominado pela estrutura dominante. Além disto, o elemento exótico tem «the capacity to pop up unexpectedly and puncture the whole picture», in Isabel Santaolalla (ed.), *Op. cit.*, p. 29.

²⁸³ Cf. Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), p. 26.

Ademais, a descrição ramalheana da penetração deste ser estranho no mundo da ostentação vitoriana é arrepiante e torna-se tanto mais assustadora porque é também premonitória da invasão em larga escala que Batalha Reis e Oliveira Martins testemunharão. Ainda que, como admite, não se tenha deslocado à esqualidez do *East End*, Ramalho vislumbra o seu horror porque o confronta directamente e, acima de tudo, num espaço aparentemente insuspeito, o opulento *West End*. Este homem pobre e maltrapilho, tomado no contexto das quatro obras de que nos ocupamos, opera como uma sorte de semente da degeneração que, posteriormente, terá contaminado toda a Londres da visão martiniana. Ele é uma aparição fantasmagórica que passa invisivelmente entre a multidão de Piccadilly e da qual só o viajante luso se apercebe:

E o descendente de Ginx, esquelético, semi-nu, cheirando mal, lá ia indo sempre, silencioso, espectral, passando como uma sombra ao longo do muro, misterioso, indecifrável, dando-me pele de galinha, arrefecendo-me a raiz do cabelo, como um fantasma que só eu via (*ibidem*, p. 133).

Apenas Ramalho consegue enxergar este ser, constatação reiterada quando o autor pergunta indignado: «Ninguém mais em Piccadilly parecia vê-lo senão eu?» (*ibidem*, p. 132). Ora, é no seio da multidão anónima que, muitas vezes, o viajante acede a uma espécie de conhecimento esotérico: «The crowd is a way of seeing things, too clearly almost, but it is also the generator of shock-type experiences, horror and catastrophe»²⁸⁴. Nesta óptica, somente este turista ou, digamos melhor, viajante é capaz de diagnosticar a presença do Outro no universo familiar; presença, aliás, assaz perturbadora e horrífica porque premonitória da catástrofe. Simultaneamente, Ramalho Ortigão é também o jornalista literário que intenta a interpretação da realidade para além dos seus significados literais. John Hartsock lembra que os textos jornalístico-literários resultam, frequentemente, em «social or cultural allegory, with potential meanings beyond the literal [...]. Largely, although not exclusively, that allegory is about embracing an understanding of the social or cultural Other»²⁸⁵. Assim, Ramalho dá conta de um processo invasivo que, principiando por ser indistinto, se vai progressivamente alastrando às zonas nobres da capital britânica.

Ademais, esta invasão é, simultaneamente, um dos sinais iniciais de *reverse colonisation*: o oriental de turbante, a figura exótica que se desloca do seu mundo

²⁸⁴ Eeva Jokinen e Soile Veijola, «The Disoriented Tourist. The Figuration of the Tourist in Contemporary Cultural Critique», in Chris Rojek e John Urry (eds.), *Op. cit.*, p. 27.

²⁸⁵ *Op. cit.*, p. 22.

marginal, pautado pela diferença, para conquistar outros espaços, nomeadamente o centro, o coração da metrópole. Porém, este ser estranho e invasor não provém de um qualquer recanto longínquo do império colonial britânico. Perturbadoramente, trata-se de alguém natural da própria Inglaterra, mas de uma Inglaterra não consonante com os padrões civilizacionais vitorianos que demonstram a prosperidade e o desenvolvimento da nação. Este é um inglês Outro porque não está em concordância com a rígida moralidade vitoriana. Como revela Gertrude Himmelfarb: «The Victorians were concerned with the “small morals” of life - table manners, toilet habits, conventions of dress, appearance, conversation, greeting and all the other “decencies” of behavior [...] the civilities of private life that were the corollaries of civilized social life»²⁸⁶. O pobre miserável que passa diante dos olhos de Ramalho Ortigão dificilmente se enquadra no âmbito do que os vitorianos consideravam uma pessoa decente, isto é, *respeitável*²⁸⁷. Praticamente nu, descalço, silencioso e sujo, este indigente está, conseqüentemente, longe de epitomizar o protótipo do homem civilizado.

Paralelamente, Ramalho também vislumbra um outro tipo de incursão de estranhos no afluente *West End*. Se em Piccadilly vê um homem andrajoso, em Regent Street, St. James e Hyde Park depara-se com uma série de prostitutas que, inclusivamente, o tentam aliciar. Logo no primeiro dia da sua estada em Londres a sordidez do *East End*, que ele não quis visitar porque conhecia das leituras de Dickens, vai ao seu encontro. À noite, depois de jantar no Royal e deslocando-se a pé de Regent Street até Hyde Park, Ramalho relata: «Para além de St. James [...] três damas *caíram* sôbre mim simultâneamente, com uma sinistra avidez de corvos sôbre um corpo morto» (*ibidem*, p. 108. Itálico do autor). Estas criaturas «sinistras» e rapaces eram as mulheres de má vida que, pela calada da noite, invadiam o *West End* e o corrompiam com a imoralidade do seu comportamento. O autor está consciente de que assiste, precisamente, a um assalto ao coração da cidade. Em Hyde Park, onde procurara refúgio contra a investida das «damas» que o importunavam, Ramalho confronta-se com uma multidão de prostitutas envolvidas no seu negócio. Chocado e perplexo confessa:

O que eu vi num parque de Londres, aberto ao público, vigiado pela polícia, no centro do mais rico e do mais aristocrático bairro da cidade, o que [...] eu vi, não se pode imprimir e não se pode

²⁸⁶ *Op. cit.*, p. 22.

²⁸⁷ A fim de ser respeitável uma pessoa precisava também parecer respeitável. Assim, «provided a person was sober, conventionally dressed, clean, and polite on Sundays, he could attain respectability and with it the sanction of society», Simon Cordery, *Op. cit.*, p. 37.

escrever. Não há circunlocução, não há perífrase, não há retórica que torne viável semelhante narrativa (*ibidem*, p. 110).

A consternação de Ramalho é sobretudo perceptível pelo enfatizar do facto de ser em pleno centro nobre da capital que lhe é dado observar semelhante espectáculo de torpeza. Com efeito, a depravação extravasou as fronteiras do infame *East End* para alastrar ao resto da cidade, mormente aos bastiões da moralidade vitoriana. Acresce, ainda, ressaltar que estas manifestações orgíacas presenciadas por Ramalho acentuam as trevas que se abatem sobre a capital britânica. Mircea Eliade confirma esta ideia ao discernir que «a orgia é uma regressão ao “obscuro”, [...] é o correlato do caos»²⁸⁸. Trata-se, por conseguinte de outro indício da decadência para a qual a Inglaterra se encaminha.

Porém, na verdade, a respeito do alastrar da prostituição aos bairros londrinos mais nobres, o autor português mais não faz do que constatar uma situação que era amplamente noticiada pela imprensa da altura, mormente através das colunas da *Pall Mall Gazette* e das reportagens de W. T. Stead. No venerável *West End* da década de 1880, a prostituição grassava. Como refere Donald Thomas, «prostitution and flamboyant sexuality were a source of scandal but also an emblem of the new nightlife of the West End with its lamplit pleasure-gardens, assembly rooms, parks and casinos»²⁸⁹.

Assim, Ramalho Ortigão não revela aos seus leitores uma novidade absoluta, mas vê com os próprios olhos a realidade que, todos os dias, alimentava as páginas dos principais jornais ingleses: a iniquidade que conspurcava a capital da grande nação além-Mancha. Por isso, pôde comprovar a veracidade exposta nos artigos da imprensa britânica. Como nos elucida: «Foi [...] no primeiro dia que passei em Londres, que eu tive ocasião de observar o fenómeno fundamental sôbre que versam todos os pormenores expostos pela *Pall Mall Gazette*» (*ibidem*, p. 107), cujos artigos respeitantes às reportagens chocantes de Stead se encontravam, na verdade, vertidos para português²⁹⁰, denotando o interesse do público luso por esse assunto. Tendo conhecimento prévio do problema revelado por Stead na *Pall Mall*, este viajante e

²⁸⁸ Mircea Eliade, *Op. cit.* (1970), p. 471.

²⁸⁹ *Op. cit.*, p. 7.

²⁹⁰ Cf. William Stead, *Os Escândalos de Londres. O Tributo das Virgens da Moderna Babilônia*, trad. literal e “in-extenso” dos artigos da *Pall Mall Gazette*, Typographia de Arthur de Sousa e Irmão, Porto, 1885. Na sequência do escândalo social revelado por «The Maiden Tribute of Modern Babylon» de Stead, em Portugal também se publicavam artigos alusivos à Londres abjecta e decadente, como o de Zacarias d’Aça, «A Nova Babilónia», *Correio da Manhã*, 28 de Dezembro de 1885, pp. 1-2.

cientista social português aplicou, então, o método da observação a um «fenómeno» concreto, procedeu à sua experimentação (o contacto com as prostitutas) e certificou, por fim, a informação que possuía de antemão.

Na *Revista Inglesa*, Batalha Reis também expõe uma Londres em que impera a duplicidade e, simultaneamente, uma capital em que as divisórias Este/Oeste, ainda que existentes, são muito frágeis. A própria proximidade geográfica entre a *City* e o *East End* é ressaltada pelo autor da *Revista* que refere: «Whitechapel é um pequeno bairro de Londres à distância de meia milha da Bolsa de Londres e do Banco de Inglaterra» (*RI*, p. 104). Batalha Reis nota que, em Londres, a pobreza mais aguda existe contiguamente à riqueza. O *East End* é, na realidade, um verdadeiro inferno de miséria, pois nada há «nem em número, nem em continuidade e intensidade de sofrimento» que se possa comparar «aos milhares de miseráveis esfomeados do East End de Londres» (*ibidem*, p. 214). Ademais, para o autor, Whitechapel é o bairro que epitomiza as maiores tragédias humanas que se vivem na Inglaterra, mormente porque é aí que actua o “Estripador”.

Este bairro medonho é um local compacto, um espaço de pequenas dimensões onde se adensa e, por isso, se extrema a pobreza, o crime e a iniquidade. Batalha Reis é muito minucioso ao descrever detalhadamente a geografia de Whitechapel afirmando que, perto do local onde se encontraram os cadáveres de algumas das vítimas de Jack, o Estripador:

Há um centro donde irradiam, como os cinco raios de uma estrela, cinco largas ruas que são as duas metades de Whitechapel, High Street, de sudoeste a nordeste, Commercial Street para o norte, Leman Street para o sul, na direcção das docas e Commercial Road para leste. Nos cinco hectares entre estas grandes linhas concentrou-se sempre toda a miséria de Londres e concentra-se agora todo o interesse trágico dos últimos crimes (*ibidem*, p. 108).

É interessante salientar que, recorrendo à simbologia do número cinco, Batalha Reis parece dar maior consistência à noção de compactividade associada ao *East End*. De facto, o quinto algarismo representa um microcosmos em relação a um macrocosmos e, paralelamente, simboliza também um Centro²⁹¹. Whitechapel é, então, o antro da miséria e da perversidade que os crimes de Jack, o Estripador bem ilustram. Este é o microcosmos que reflecte a contaminação que se vai espalhando por toda a sociedade inglesa, o macrocosmos. Além disto, o número cinco, tomado na sua

²⁹¹ Cf. «Cinco», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 196.

acepção de Centro, significa o «glifo do tremor de terra, do castigo final, do fim do mundo, onde os espíritos maléficos se precipitarão das quatro direcções cardeais sobre o centro para aniquilarem a raça humana. O Centro [...] é aqui a encruzilhada central, e, como todas as encruzilhadas, é um lugar onde se produzem temíveis aparições»²⁹².

Whitechapel é constituído por cinco grandes ruas e possui uma superfície de cinco hectares, localiza-se no centro de Londres e é, precisamente, dentro das suas fronteiras que ocorrem os piores crimes e as maiores atrocidades. Batalha Reis, com efeito, demonstra pouco comedimento no tocante a descrever Whitechapel como o bairro mais medonho e horripilante que imaginar se possa. À entrada deste:

Os polícias aconselham o estrangeiro curioso a não ir mais adiante e, ao anoitecer, o viajante descuidoso, é, às vezes, abatido com uma pedra arremessada de longe por uma mão invisível (é necessário usar deste estilo para falar de Whitechapel). Então, um homem aproxima-se da vítima estendida, rouba-a e desaparece.

Quando o meu amigo Mariano Pina esteve em Londres esta Primavera, uma noite, Eça de Queiroz, com o melhor do seu estilo e eu com o melhor dos meus cabelos em pé, contámos-lhe algumas das mais medonhas histórias de Whitechapel (*ibidem*, p. 99).

Assassinatos, roubos e horror são, segundo Batalha, o que caracteriza Whitechapel. Similarmente, este bairro apocalíptico sorve e mata todo aquele que nele se ouse aventurar. Por outras palavras, em Whitechapel as legiões de Gog e Magog já se encontram à solta e prontas a exterminar a Humanidade. E estas imagens são de tal sorte potentes que Mariano Pina²⁹³, ao visitar Londres como Batalha indica, também se deixará influenciar por elas e transmiti-las nos artigos que, na sequência da sua viagem a Inglaterra, redige para *A Ilustração*²⁹⁴. Na verdade, logo no primeiro destes artigos, Pina refere que «Londres é a terra que mais terror costuma causar no espirito d'um occidental»²⁹⁵. Portanto, a imagem negativa de Londres não só é herdada de Eça, é perpetuada pelos outros viajantes em análise e repetida por outros portugueses que aí se

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 197.

²⁹³ Crítico literário, panfletário, jornalista, Mariano Pina partiu para Paris em 1882 onde dirigiu a revista quinzenal *A Ilustração* (1884-1891).

²⁹⁴ Cf. Mariano Pina, «Em Londres», *A Ilustração*, 5 de Julho de 1888, pp. 194-195 e «Sensaboria Londrina», *A Ilustração*, 20 de Julho de 1888, p. 210.

²⁹⁵ *Op. cit.* (5 de Julho de 1888), p. 194. No artigo seguinte, Mariano Pina detém-se na caracterização da atmosfera horrível de Londres que muito se assemelha às descrições dos seus compatriotas: «Ha quasi um mez que estou em Londres, em *touriste* e tambem um pouco em homem d'estudo. E durante todo este tempo; sentindo que o nevoeiro e a chuva me encheram de *spleen*; [...] eu comprehendi por diferentes ocasiões como um homem pode pedir ao *suicidio* ou ao *alcoholismo* que lhe cure o sofrimento», idem, *Op. cit.* (20 de Julho de 1888), p. 210. Itálicos do autor.

deslocam contemporaneamente, o que nos permite verificar que o retrato da Inglaterra vitoriana assenta em diversas camadas interpretativas que se vão acumulando sucessivamente e que, como Simon Jeune afirma, são os viajantes os responsáveis por enformar o retrato global de um país estrangeiro através da sobreposição de imagens²⁹⁶.

Porém, é também de dentro dos confins dos exíguos cinco hectares de Whitechapel que emanam as pragas que assolam o resto da sociedade inglesa. O mal que aí grassa transborda para o resto da capital. Por exemplo, as prostitutas que se encontram neste bairro «falam aos [...] homens que encontram, agarram-nos, querem levá-los para as casas que habitam, ou oferecem-se para segui-los seja para onde for» (*ibidem*, p. 105). Ou seja, as mulheres que se prostituem não se confinam a Whitechapel. Por um lado, sugam os homens para dentro do bairro medonho; por outro espalham a sua iniquidade para fora das fronteiras do mesmo, tal como Ramalho também notava.

Continuando ainda no âmbito da simbologia associada ao algarismo cinco, convém referir que este indica o meio da noite e, simultaneamente, o local em que habita o Senhor da morte, divindade nocturna e nefasta²⁹⁷. Whitechapel é, como inclusivamente já constatámos, um lugar de morticínio e, ademais, uma região de trevas. É sempre dando conta de ambientes sinistros e noctívagos que o autor português descreve este bairro londrino. Certa noite em que se antecipava mais um dos crimes de Jack, o Estripador, Batalha constata: «Esta noite as ruas estavam quase solitárias; mas as casas, negras, com as vidraças faiscando vagamente a espaços, as portas dos corredores abertas e tenebrosas, pareciam ter uma fisionomia humana» (*ibidem*, p. 108). Nessa mesma noite: «A polícia de Londres acumulou-se em Whitechapel e na *City*; os habitantes ficaram toda a noite acordados, por detrás das janelas, junto das portas [...], aos cantos sombrios dos pátios, escutando, olhando, tenteando todas as trevas» (*ibidem*). Portanto, o vislumbre de Whitechapel que o autor proporciona ao leitor remete-o para imagens de escuridão, as trevas que se abateram sobre a capital inglesa. É interessante verificar também que «a extinção dos fogos equivale à instauração das “trevas”, da “noite cósmica”, na qual todas as “formas” perdem os seus contornos e se confundem. No plano cosmológico, as “trevas” são idênticas ao caos»²⁹⁸. Batalha refere que só muito espaçadamente é que se viam algumas ténues luzes nas ruas daquele bairro, sendo

²⁹⁶ Cf. Simon Jeune, *Op. cit.*, pp. 50-51.

²⁹⁷ Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 196.

²⁹⁸ Mircea Eliade, *Op. cit.* (1970), p. 471.

tudo o resto definido pela escuridão. Paralelamente, as casas perdem os seus contornos habituais e assumem feições antropomórficas²⁹⁹. Portanto, Whitechapel, onde o crime recrudescer à noite, no seio da penumbra, é uma zona de trevas caóticas consonantes com um cenário apocalíptico.

Ademais, através da última citação que transcrevemos acima, percebe-se que o assassino não leva a cabo o seu ofício macabro apenas em Whitechapel. A *City* é também o seu palco de acção. Assim, este centro da opulência inglesa sucumbe à invasão do estranho, do Outro horrível que sai dos antros do *East End*. As trevas são, por isso, uma entidade dicotómica porque tanto escondem o monstro, como o trazem para a esfera do *West End*, ou seja, do universo do Nós.

Para Batalha Reis todo o centro de Londres é um lugar apocalíptico. Este centro consubstancia-se nos dois bairros contíguos e aparentemente antagónicos que são Whitechapel e a *City*. Se o autor luso descreve pormenorizadamente a geografia do primeiro, a qual, simbolicamente, indicia o caos e as trevas dos Últimos Dias, o mesmo é verídico em relação ao coração financeiro britânico. Deste modo, Batalha Reis principia por afirmar:

Quem lançar os olhos para o mapa da *City* de Londres notará a figura de um peixe ou cetáceo colossal, de focinho erguido para o Banco de Inglaterra e para a Bolsa, como se se preparasse a devorar estes dois centros de riqueza humana. Duas linhas de mar delimitam o corpo enorme do animal: ao longo do dorso corre Cornhill e Leadenhall; ao longo do ventre Lombard Street e Fenchurch: Gracechurch Street separa a cabeça do tronco, como se ali estivessem localizadas as guelras do monstro.

É este o centro comercial do mundo; é através dos vasos deste tubarão que corre, como sangue ou como excrementos, todo o ouro da terra (*ibidem*, p. 104).

Ao caracterizar a *City* como um gigantesco animal marinho, devorador e ameaçador, o autor também nos deixa vislumbrar o grande Leviatã apocalítico de que Oliveira Martins já dera conta viver em Londres. O dragão prepara-se para atacar o nosso mundo conhecido na tentativa de aniquilá-lo:

Visto que “o nosso mundo” é um Cosmos, todo o ataque [...] ameaça transformá-lo em “Caos”. E dado que “o nosso mundo” foi fundado pela imitação da obra exemplar dos Deuses, a cosmogonia, os

²⁹⁹ Ao redigir a Introdução às *Prosas Bárbaras*, Batalha Reis haveria de repetir esta metáfora, reportando-se a um contexto lusitano muito similar à atmosfera londrina do *East End* londrino. Aludindo às ruas e bairros mal iluminados em redor do Castelo de São Jorge, por onde, na mocidade, gostava de deambular acompanhado pelo amigo Eça de Queirós, o autor faz referência à «fisionomia fantástica, e quase humana, das casas antigas», in Eça de Queirós, *Op. cit.* (2004), p. 171.

adversários que o atacam são assimilados aos inimigos dos Deuses, os demónios, e sobretudo ao arquidemónio, o Dragão primordial vencido pelos Deuses nos começos dos tempos. O ataque do “nosso mundo” equivale a uma desforra do Dragão mítico, que se rebela contra a obra dos deuses, o Cosmos, e se esforça por reduzi-la ao nada³⁰⁰.

Debruçando-se sobre o mapa londrino, Batalha Reis apercebe-se de uma realidade de que só ele parece dar-se conta: o monstro marinho, «símbolo das [...] trevas, da Noite e da Morte»³⁰¹ está prestes a mergulhar Londres no caos apocalíptico conducente à destruição final. E esta é uma visão aterradora. À semelhança de Ramalho que, como vimos, é o único que se apercebe da invasão iminente da cidade pelo Outro estranho de turbante, também Batalha é o viajante na posse de um conhecimento exclusivo, uma vez que somente ele, o observador atento, logo o cientista, ainda para mais especialista em Cartografia³⁰², vê o que mais ninguém enxerga.

Além disso, da descrição de Batalha salienta-se, como lembra Vanda Rosa, que a *City* é um local impuro porque é comparada a um peixe monstruoso que mergulha nas águas inferiores e, igualmente, porque comunga fronteiras com Whitechapel, esse outro bairro infecto que a contamina³⁰³. Desta feita, «quem continuar para leste, entrará a poucos passos em Aldgate High Street e, a poucos metros, em Whitechapel, o bairro de maior miséria, dos mais imprescrutáveis dramas, dos mais repugnantes crimes de toda a humanidade» (*ibidem*). Reforça-se, por conseguinte, a noção de que a geografia londrina indicia um mundo infernal consonante com os tempos apocalípticos. Estes, na verdade, já se estão, assim, a viver na Inglaterra finissecular.

Socorrendo-se da imagem do «cetáceo», isto é, da baleia, para descrever os contornos da *City*, o autor reitera o seu carácter subterrâneo e obscuro. Com efeito, em termos simbólicos, a baleia representa a entrada na caverna e o seu ventre enorme, tanto alberga um tesouro oculto, como uma desgraça ameaçadora³⁰⁴. Ora, a *City*, tal como a

³⁰⁰ Mircea Eliade, *Op. cit.* (s. d.), p. 60.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 61.

³⁰² Defendendo os interesses portugueses em Inglaterra, mormente a propósito dos territórios africanos reclamados por Portugal e, simultaneamente, cobiçados por aquele país, Batalha Reis sustentava as suas opiniões mediante mapas que, não raramente, eram, inclusivamente, desenhados por si. Geógrafo por formação e vocação, Batalha era um especialista em Cartografia que «utilizava [...] mapas antigos, portugueses ou estrangeiros, manuscritos ou impressos, originais, cópias ou reproduções [...] com um mesmo duplo objectivo: lembrar e divulgar o papel pioneiro dos portugueses na descoberta geográfica do mundo [...], e discutir e provar os “direitos da prioridade e da ocupação” de territórios coloniais», João Carlos Garcia, «Um Castelo de Cartas Antigas. Construir e Comemorar o Império», in Maria Teresa Pinto Coelho (coord.), *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa, 1880-1972*, Prefácio de John Darwin, Edições Colibri, Lisboa, 2005, p. 177.

³⁰³ Cf. *Op. cit.*, pp. 100 e 101.

³⁰⁴ Cf. «Baleia», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, pp. 110 e 111.

baleia, tem um significado dúplice. Por um lado, é aí que se encontra a riqueza da Inglaterra e, por outro, é essa mesma opulência que leva à miséria do *East End*. Jaime Batalha Reis é, na verdade, bastante cáustico quando ressalva que:

Alguns, poucos, dos muitos milhões que possuem os nobres lordes, ou os respeitáveis financeiros que agora e sempre se indignam politicamente com o que vai pela China, por África ou pela Turquia, salvariam numerosas vidas em Londres. O valor e a despesa corrente dos navios que o governo inglês mandou para junto dos Dardanelos fazer ameaças à Turquia [...] evitariam talvez por muito tempo, tudo o que nessa imensa desventura da grande cidade pode ser evitado (*ibidem*, p. 214).

Ou seja, o ouro que os financeiros geram e toda a riqueza da Inglaterra são mal utilizados, deixando, conseqüentemente, que, a par da abundância, exista a calamidade social decorrente da pobreza. No binómio *West End/East End*, «the West End becomes related to the East End through financial exploitation or through immoral influence»³⁰⁵. Para Batalha é, pois, a opulência do hemisfério ocidental que asfixia os pobres dos bairros orientais. Aliás, para este autor, o Banco de Inglaterra é equiparado a uma «lúgubre fortaleza, que tanto podia ser uma prisão, como um túmulo» (*ibidem*, p. 194), a tumba de todos os desvalidos que morrem constantemente porque «a miséria inglesa é a mais repugnante das misérias» (*ibidem*). Com efeito, sabendo que o túmulo é a edificação que cobre, à superfície, a sepultura subterrânea³⁰⁶, constatamos que o venerável Banco de Inglaterra, afinal, se localiza sobre todo um espaço subterrâneo e tenebroso conotado com a morte e o sofrimento: o abismo ou a caverna a que acima se aludia.

Oliveira Martins é outro autor que, olhando para a capital britânica, a encontra dividida em dois hemisférios. Como constata: «Nos dois polos, de oeste e de leste, tem Londres o zenite e o nadir da vida» (*IH*, p. 225). Com efeito, a opinião martiniana mais não faz do que decalcar aquela caracterização muito difundida na época, e que temos vindo a abordar, de acordo com a qual o *West End* representa o triunfo da prosperidade e o *East End* equivale à consubstanciação de todos os males sociais, económicos e morais que assolavam a Inglaterra do *fin-de-siècle*. Ao cartografar a cidade para os seus leitores, o autor descreve o *West End* luxuoso das lojas e dos hotéis, a cidade onde impera a sumptuosidade. Pall Mall é «a rua dos clubes [...] com palácios [...] e janelas com esplêndidas vidraças, como espelhos, através das quais se adivinham as poltronas incomparáveis e os tapetes mais macios ainda do que a relva dos *parks*: todo o luxo

³⁰⁵ Andrew Smith, *Op. cit.*, p. 75.

³⁰⁶ Cf. Jean-Pierre Bayard, *Op. cit.*, p. 170.

sólido e *confortável*, nada cénico, dos interiores ingleses» (*ibidem*, p. 35). Regent Street e Piccadilly «são as duas grandes ruas da Londres mundana» (*ibidem*, p. 36) e:

À frente da praça de Trafalgar, para leste de Whitehall, cortada ao meio pela avenida de Northumberland, é o bairro dos hotéis da novíssima Londres. [...] Estão aí o Metropol, o Vitória, o Grand Hotel; e no *Strand*, um pouco adiante, o Charing Cross Hotel, na própria estação do caminho de ferro (*ibidem*).

Oliveira Martins vê, na verdade, a fachada da Londres capital imperial dos anos 1880 e 1890, a cidade faustosa em consonância com uma imagem de pujança que o país queria transmitir internacionalmente³⁰⁷. Todavia, caminhando para Leste, o visitante entraria numa região em forma de triângulo em que a extravagância do *West End* dava lugar à depressão. «As três grandes *roads*, ou avenidas do *East End*, encerram um perímetro triangular com o vértice voltado para a *City*, com a base de *Burdett Road*, pouco menos de uma milha, com os lados de quase três milhas, delimitados, uma pela avenida *Commercial*, outro pelas de *Mile End* e *Whitechapel* (*ibidem*, p. 221). Esta é a descrição martiniana da localização geográfica dos bairros degradados da Londres dos pobres. Se Batalha Reis utilizava a imagem da estrela de cinco pontas para caracterizar Whitechapel, o seu amigo Oliveira Martins socorre-se da simbologia do triângulo para auxiliar o leitor a visualizar o *East End*. Esta figura geométrica é, com efeito, outro dos símbolos da caverna³⁰⁸, pelo que, novamente, se insiste no carácter subterrâneo desta zona de Londres. Simultaneamente, tal como a simbologia do algarismo cinco indicia um Centro ou um microcosmos, também o triângulo representa o coração³⁰⁹, isto é, uma região central e interior. É, pois, no âmago da grande urbe moderna que se esconde um mundo outro e diverso que Martins classifica, como inclusivamente já notámos, de imundo e medonho, a antítese, afinal, do imponente *West End*.

Ademais, Oliveira Martins nota que a divisão geográfica entre Este e Oeste corresponde, sobretudo, a um imenso antagonismo entre as classes abastadas e as classes destituídas. Assim: «Lado a lado, a oeste e a leste, estão duas Londres inimigas e

³⁰⁷ Como salienta, a este respeito, Thomas Burke: «The Empire was a mighty fact, and London was its capital. In harmony with this empire, the city and its buildings grew larger and larger. The big hotel had arrived, and the big shop. The Langham Hotel had been one of the first of the mammoth hotels, though it was soon out-sized by the hotels of Northumberland Avenue - the Grand, the Metropole, the Victoria. The shops of Regent Street [...] were an astonishment to visitors from the country. The stores also [...] were growing larger and larger, and making it possible to do a day's shopping under one roof», *Op. cit.*, p. 130.

³⁰⁸ Cf. «Triângulo», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 658.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*.

afastadas: a dos pobres, e a dos ricos» (*ibidem*, p. 42). A ideia da cidade dúplice, que redonda nos autores que analisamos, está, portanto, também presente em Oliveira Martins que, de entre todos, é o mais claro a representar uma divisão muito nítida entre a Londres da luz e a Londres das trevas.

Quando o autor português refere que a *City* é a «amêndoa deste imenso fruto chamado Londres» (*ibidem*, p. 30), isso não significa somente que o bairro financeiro é o «núcleo» (*ibidem*, p. 31) da cidade e, juntamente com o *East End* de formato triangular, um dos dois corações da urbe bicéfala. Por representar o fruto da amendoeira, a *City* equivale a um pólo de luz, precisamente uma das acepções simbólicas daquele³¹⁰. Inserida no *West End*, a *City* comunga da sua luminosidade. Reportando-se a Hyde Park, de onde parte rumo à sua aventura nocturna pelo *East End*, o autor declara: «Caminhávamos, seguindo o *detective*. Nas amplas avenidas modernas que delimitam o bairro, arborizadas como os *boulevards* de Paris, rodavam os *tramways*, e as vidraças das lojas, profusamente iluminadas, projectavam clarões sobre a gente que circulava. Era uma noite serena e tépida de Junho» (*ibidem*, p. 222). Esta é, na verdade, uma descrição em conformidade com a cidade próspera e buliciosa dos finais do século XIX. Nessas décadas:

Visitors [...] were readily drawn to the splendour of Oxford Street, London's newest emporium of fashion and manufacture. By the time that its construction was complete, the street ran from Hyde Park in the west almost as far as Holborn in the east, “resounding with the din of vehicles, carts, cabs, hansoms, broughams, and omnibuses driving along”. Down its length many of the shops were “spacious and crowded with costly goods”³¹¹.

Através do que Oliveira Martins nos relata, verificamos que estamos face a uma capital que ostenta as marcas do sucesso económico, uma urbe moderna, de amplas alamedas, movimentada e bem iluminada. Contudo, esta é a visão do hemisfério ocidental. No momento em que se desloca até ao infame *East End*, Martins dará conta de uma enorme mutação entre o cenário dos bairros elegantes e a lugubridade de Whitechapel.

Assim que se atravessa para a região oriental, o panorama altera-se e entra-se num mundo diverso. Ao penetrar no *East End*, Martins deixa para trás a claridade. Como recorda: «O *detective* virou, guiando-nos para uma rua escura como breu. Dos

³¹⁰ Cf. «Amêndoa», in idem, *ibidem*, p. 61.

³¹¹ Donald Thomas, *Op. cit.*, p. 42.

lados passavam sombras esguias de homens sinistros, falando sós» (*ibidem*, p. 223). Agora caminha-se pela escuridão, a qual confere matizes espectrais aos transeuntes. Vindo da luz, Martins confronta as trevas. Com efeito, na Londres dos dois últimos decênios de Oitocentos, «gas and electric lighting were in general use in streets and better-class houses; but the houses of the meaner streets were without either, and used lamp or candle»³¹². Ou seja, a própria luminosidade, ou a sua ausência, constitui uma divisória que delimita e distingue geograficamente as áreas ocidental e oriental de Londres e que, identicamente, procede à separação entre ricos e pobres; quem detém o poder económico habita num universo iluminado, quem não pertence às classes mais abastadas reside num espaço obscuro. Por conseguinte, na Londres finissecular, a luz opera a clivagem social, e Oliveira Martins faz questão de mostrar a transição *West End/East End* através de imagens de claridade e escuridão.

Este e Oeste representam, então, um binómio opositivo, dentro do qual também se contrapõem as trevas e a luz, a miséria e a opulência. Estas são esferas que se ignoram mutuamente, pois tal como Jack London não sabia o caminho para o *East End*, também os habitantes deste não conheciam o hemisfério ocidental. Martins comprova este desconhecimento, que, como vemos a propósito do exemplo de London se mantém até ao século XX, quando, em Whitechapel, revela: «Isto já não é Londres. Londres acaba com a *City*. É o *East End*. A maior parte desta gente não sabe que existe *Hyde Park*. Aqui nascem, aqui morrem» (*ibidem*, p. 222). Por outras palavras, não é só para os cidadãos dos bairros elegantes que o *East End*, essa região inóspita e mal cartografada semelhante a uma longínqua floresta equatorial, é uma incógnita. A situação inversa também é verídica. Portanto, a capital das classes endinheiradas vive na ignorância da capital oposta, isto é, a dos pobres, e vice-versa.

Porém, se, como focámos acima, Batalha Reis declarava que a Londres rica desbastava a Londres das gentes carenciadas, Oliveira Martins inverte a situação e refere-se à ameaça que as turbas esqueléticas do *East End* constituem para o *West End*. Aludindo, ainda, à sua incursão nos bairros abjectos, o autor relembra: «Dizia-me o *detective* com quem peregrinei pelos bairros miseráveis, nas vielas repugnantes de Whitechapel, que esta gente de leste nasce e morre, sem saber sequer da existência do que fica para além do *Strand*. O *West End* para eles é uma terra ignota. Ai! do dia em que a descobrirem» (*ibidem*, p. 42). Supostamente confinados a bairros como

³¹² Thomas Burke, *Op. cit.*, p. 130.

Whitechapel ou Shoreditch, os miseráveis não sabem o que se passa a ocidente. No entanto, como Martins premoniza: o dia virá em que as fronteiras se desmoronarão e as multidões esfomeadas e andrajosas tomarão de assalto Piccadilly ou Oxford Street. Na realidade, há indícios que apontam a invasão iminente. É já perto do Savoy, na madrugada da sua caminhada pelo *East End*, que o autor se depara com um «episódio, aliás comum», como confessa:

Sobre um banco do jardim cabeceava esquelética uma mulher que devia ter sido bela. Ao colo, uma criança de peito dormia. Ao lado, estava estendido um desgraçado, e no chão, acorados, dois pequenos. Era uma família [...] que tinha conseguido poder passar a noite num banco do jardim; outros ficam sob os pilares das pontes. E há, todas as noites, oito ou dez mil pessoas em Londres, sem cama para dormir, nem tecto que os abrigue» (*ibidem*, p. 231).

Como se depreende, um grande número de indigentes busca alguma sorte de abrigo para passar a noite nos jardins do *West End*, cena similar também relatada por Ramalho Ortigão que, anteriormente, já assinalara o seguinte:

Nos períodos de miséria [...] vêm-se desde as quatro ou cinco horas da tarde os desgraçados que procuram lugar nos bancos de Mall e de Bird-cage-walk, em volta de St. James Park. Por vezes há empurrão para ter lugar. É melhor ficar sentado num banco de madeira do que dormir no chão ao pé duma árvore (*JB*, p. 241).

Contudo, a invasão do *West End* pelas turbas andrajosas provenientes de Leste não se queda apenas pela constatação de que muitos pobres procuram os jardins dos bairros chiques para pernoitarem. É a própria miséria que se vai espraiando por toda a capital, como ressalva Oliveira Martins: «E este cancro da miséria de Londres, o apóstema, *wen*, britânico, alastra-se medonhamente, como doença geral» (*IH*, p. 222). É, pois, o organismo social que adocece. O autor vê a decadência a instalar-se e a corroer a sociedade inglesa e o foco da contaminação, localizado no *East End*, vai crescendo e contagiando as zonas nobres da capital.

A acrescentar à invasão dos pobres, Oliveira Martins também nota, de modo até mais conspícuo do que Ramalho Ortigão ou Batalha Reis, que as prostitutas já tomaram de assalto o *West End*. Por todo o lado se vê a devassidão; «nas voltas irregulares das ruas a oeste de *Trafalgar Square*, em torno de *Haymarket*, sob as arcadas de *Pall Mall*, no começo de *Picadilly*, para cima, na encruzilhada, ao longo de *Regent Street*, e para o

lado oposto, na embocadura do *Strand*» (*ibidem*, p. 56). Martins cartografa meticulosamente os locais onde floresce o negócio da prostituição no *West End* para mostrar que as avenidas elegantes dos grandes hotéis e das lojas da moda já foram engolfadas pela iniquidade que se alastra vinda do *East End*. Ramalho fora abordado por algumas prostitutas e observara estupefacto o seu comportamento em Hyde Park, mas Martins denuncia e enumera todos os pontos onde chegaram os longos tentáculos da prostituição.

Por um lado, Oliveira Martins descreve-nos uma Londres dividida entre luz e escuridão. Porém, por outro lado, esta divisão não é exactamente linear e estanque. Um dos símbolos mais esplendorosos da prosperidade vitoriana era o Palácio de Cristal em Sydenham. Todavia, para Martins este tem o aspecto de um cetáceo abominável, um «grande monstro de ferro e vidro» (*ibidem*, p. 66) ou um «cetáceo escamoso de vidro» (*ibidem*, p. 68). Com efeito, já Taine retratara esta edificação colossal apelando ao discurso do monstruoso. Atónito, ao contemplar o *Sydenham Palace*, o autor gaulês pergunta: «Comment exprimer l'énorme?» e, sem palavras apropriadas para descrever o portento, conclui que este é, afinal, «un entassement monstrueux»³¹³. Para Martins, que segue na senda do mestre, trata-se da baleia voraz de «ventre medonho» (*ibidem*, p. 66) representada na sua faceta mais negativa: o portal de acesso para a caverna, isto é, para o mundo das trevas inferiores. Mas, não é somente a equiparação do Palácio de Cristal a um cetáceo que atribui matizes de penumbra ao *West End*. Este é, igualmente, permeado pelos invasores que saem da sua região oriental sombria e, a própria *City*, embora seja a amêndoa que representa a luminosidade, é, também, um coração de trevas, um lugar obscuro porque subterráneo. Com efeito, a simbologia da amêndoa, a que atrás aludimos, comporta duas noções díspares. Metaforicamente, este fruto também significa a cidade subterrânea e oculta³¹⁴. Descrita como uma amêndoa, a *City* londrina é tão dúplice como a cidade em que se localiza. Por fora, é reluzente, mas, sob a sua casca, esconde-se uma outra realidade. Desta feita, a própria *City*, cidadela dentro da grande cidade, tem um núcleo, tal casca de amêndoa envolvendo o seu miolo, o qual Martins considera ser a Bolsa: «A *City*, coração de Londres, tem no *Stock exchange* o seu centro» (*ibidem*, p. 114). Poder-se-ia supor que esta instituição, conotada com a riqueza gerada pelos mercados financeiros, fosse vista pelo autor como mais um foco de luminosidade resplandecente. Contudo, Martins desfaz de imediato essa noção. A Bolsa cria,

³¹³ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), pp. 251-252.

³¹⁴ Cf. «Amêndoa», in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Op. cit.*, p. 61.

efectivamente, riqueza, mas é «a riqueza monstruosamente colossal, medonhamente monstruosa; o dinheiro em serras maiores do que o Himalaia, absorvido pelos tentáculos do polvo imenso que, cingindo e sugando o mundo inteiro, tem aqui o seu coração» (*ibidem*, pp. 109-110). De novo, o autor recorre ao discurso do gigantesco e do monstruoso para nos apresentar uma imagem menos positiva de Londres e, neste caso mais específico, da *City* e da Bolsa e, inclusivamente, do imperialismo britânico que tudo usurpa e domina. Está-se, pois, no coração de outro monstro marinho: o polvo, um animal disforme e tentacular representativo do inferno³¹⁵, logo de regiões abissais submersas. Por conseguinte, esta não é a *City* da luz, mas sim a das trevas apocalípticas do fim das eras.

Visualizando a cidade de Londres a partir da sua perspectiva de viajantes, contaminados por toda uma série de leituras preliminares, e também de jornalistas literários que tentam apreender e explicar uma realidade assaz complexa e que, portanto, escapa ao espartilho do jornalismo meramente factual, estes quatro autores, simultaneamente influenciados uns pelos outros, dão conta de um mundo dual que existe num limbo entre as trevas abissais e uma certa luz resplandecente. Confrontando-se com as mesmas dificuldades de outros contemporâneos em ajuizar univocamente da natureza de Londres, Eça, Batalha, Ramalho e Martins deixam-nos perceber uma capital imperial dividida entre dois hemisférios opostos, onde, porém, os limites orientais e ocidentais, as trevas e a luminosidade, se entrepenetram e obstam a uma caracterização homogénea da cidade. Trata-se, de facto, da hibridez que é, afinal, a dualidade existente num tempo simultâneo e geradora de uma realidade que mistura o idêntico e o diferente. Ante este problema de classificação, a busca de metáforas conhecidas era um recurso muito difundido para intentar a caracterização de Londres: uma Babilónia moderna e uma reencarnação da Roma imperial com todo o seu esplendor e toda a sua ruína.

Paralelamente, não nos esquecendo que a noção do Portugal decadente labora nas mentes destes quatro viajantes, é através da inquietante e sinistra alteridade representada por Londres, a cidade monstruosa imersa nas trevas apocalípticas, que se compreende que, através do Outro, as imperfeições e os pecados do Eu que ficou para trás deixam de ser tão visíveis. Aliás, concentrando-se na elaboração de um retrato em que se pinta a Londres abjecta e decadente, nenhum dos autores se preocupa em estabelecer a comparação directa com as misérias que tão severamente criticavam em

³¹⁵ Cf. «Polvo», in idem, *ibidem*, p. 533.

Portugal. A decadência do Eu é silenciada quando toca a descrever a Inglaterra finissecular. O Outro assume-se, então, como o reverso negativo do Eu.

De facto, os autores não nos mostram ideias novas ou originais face às imagens que circulavam contemporaneamente na própria Inglaterra vitoriana. No entanto, insistindo no seu carácter único e fidedigno de viajantes atentos e informados, buscam superiorizar-se aos seus leitores sedentários e afirmar que vêem o que vêem porque só eles é que sabem estudar o Outro. Simultaneamente, e no plano histórico, à medida que se antevê e se sente a crescente rivalidade luso-britânica suscitada pela corrida à África, pintar este Outro, isto é, o rival, como uma nação decadente ajuda a salvaguardar o orgulho do ego e a ressalvar as suas qualidades; aquelas que se depreendem através da negatividade do estrangeiro. Contudo, não é unicamente no plano geográfico que a Inglaterra, representada metonimicamente através da sua capital, é um espaço estranho. Também na esfera social, a Inglaterra vitoriana é um país de contradições e duplicidades.

2.3. No (Des)Conforto do Lar

2.3.1. A Casa e o Covil: Visões do Lar Inglês

Um dos campos em que os quatro autores em análise nos permitem verificar uma nítida bipolaridade da sociedade vitoriana é, exactamente, na descrição que elaboram do lar inglês, ou melhor, do *home* aconchegante e farto dos ingleses contraposto às enxovias imundas onde vivem os pigmeus miseráveis, para adoptarmos a terminologia de William Booth. É interessante notar que, em primeiro lugar, os autores não fogem a uma visão estereotipada do típico lar burguês, o pequeno mundo ordenado e perfeito que alberga as poderosas classes médias da Inglaterra finissecular e que é por elas cultuado, pois «the Victorian middle classes were the most home-centred group in British history»³¹⁶. É, preferentemente, este lar agradável que Eça e os restantes autores querem mostrar ao seu público, tal como, aliás, já Garrett o fizera em *Viagens na Minha Terra*, ao lembrar-se dos serões agradáveis passados no conforto do lar :

Com os pés no *fender*, a chaleira a ferver no fogão, e sobre a banca o cristal antigo de um bom copo lapidado a luzir [...] alambreado com os doces e perfumados resplendores do *old sack* ; enquanto o fogão e os ponderosos cristais de cobre brunido projectam no antigo tecto almofadado, nos pardos compartimentos de carvalho que forram o aposento, aquelas fortes sombras vacilantes de que as velhas fazem visões e almas do outro mundo³¹⁷.

Com efeito, o autor tece a imagem de um lar quente e cómodo que convida ao descanso e que, posteriormente, Taine também descreveria como uma protecção segura e eficaz contra a agrura climatérica. Assim:

L'idéal, sous ce ciel, c'est un logis sec, propre, bien clos, bien chauffé [...], l'aspect d'un feu riant, l'abondance des meubles, utensiles, brimborions utiles ou agréables, bien rangés et bien vernis, dont la

³¹⁶ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 152.

³¹⁷ *Op. cit.*, p. 164.

présence rappelle à l'homme qu'il est défendu contre les intempéries et l'ennui, approvisionné pour tous les besoins possibles de son corps et de son esprit³¹⁸.

Claro que Taine atribui importância capital ao clima que tudo molda. Portanto, a casa inglesa paradigmática é o resultado de um clima inclemente, contra o qual o indivíduo necessita resguardar-se. Fiel aos ensinamentos tainianos, Oliveira Martins quase chega a parafrasear o mestre. Assim: «Num clima ingrato, põe-se [...] o paraíso no *home* conchegado e bem defendido contra as intempéries» (*IH*, p. 49). Similarmente, o meio também influi na arquitetura e na concepção do lar dos ingleses. Um ambiente húmido, com uma vegetação luxuriante reflecte-se na construção das casas. Por isso, em Inglaterra «a morada do homem tem o que quer que é de vegetal também: parece feita de troncos de árvores; parece um bosque, na irregularidade das linhas com que se contorna no ar» (*ibidem*, p. 62).

É, sobretudo, nas *Notas de Viagem* que Ramalho Ortigão mais se detém na apreciação do lar inglês típico das classes abastadas. Para o autor, o povo inglês é aquele que detém «a mais elevada compreensão da dignidade do lar»³¹⁹ e, consequentemente, a descrição que elabora do mesmo é apresentada através de um discurso encomiástico que somente permite verificar as virtudes do aconchego e da funcionalidade daquele. Ramalho, afinal, mostra ao leitor o interior do lar perfeito, onde a decoração é harmoniosa, pois «a encadernação dos livros, a forma e a côr das faianças, o tom das tapeçarias, o corte e o lavor das madeiras, o desenho dos ornatos, tudo está no mais justo e no mais completo acôrdo»³²⁰. E, mesmo o próprio mobiliário, é enaltecido por Ramalho que conclui: «Considero a mobília inglesa [...] como a mais adequada à nossa civilização, por me parecer que é ela a que reúne o maior número de condições para dar à casa o carácter que ela deve ter, reunindo a economia, a gravidade, o confôrto e a graça»³²¹. Esta é, com efeito, a visão estereotipada do lar vitoriano agradável das classes média e alta; repleto de carpetes e móveis dos mais variados feitios, gravuras e quadros emoldurados a dourado nas paredes, reposteiros pesados e cortinas de renda³²². Trata-se do refúgio sacrossanto dos vitorianos e um dos baluartes da civilização. Na verdade, como esclarece Anthony S. Wohl, na Era Vitoriana o sentimento comum era que «without the home there could be little civilization. Paeons of praise to the home

³¹⁸ Hippolyte Adolphe Taine, *Op. cit.* (1876), p. 80.

³¹⁹ *Op. cit.* (1945), p. 208.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p. 209.

³²¹ *Idem, ibidem*, pp. 211-212.

³²² Cf. Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 11.

filled the air»³²³. Aliás, um bom indicador da importância do lar para os vitorianos reside na enorme popularidade da canção «*Home, Sweet Home*, which despite its mediocre words and music became [...] a second National Anthem, simply because of the idea which it expressed»³²⁴. Portanto, a própria palavra lar encontrava-se imbuída dos mais nobres significados: conforto, descanso, paz, amor e santidade³²⁵. Delineando as acepções que a palavra *home* assume para os vitorianos, Donald D. Stone apresenta as três noções fundamentais associadas ao lar que a própria literatura da época transmitia: «Home as protective community [...], home as protective enclosure [...], home as loving couples linking hands»³²⁶. Como se depreende, por *home* entendia-se, na Era Vitoriana, um ambiente acolhedor que protege o ser humano. E, ademais, o lar é indissociável da família, a comunidade nuclear da sociedade, e dos sentimentos afectivos que esta gera.

É, de facto, este lar aprazível e protector que Ramalho Ortigão encontra na casa de Eça de Queirós. De visita ao amigo, durante a sua breve estada em solo inglês, Ramalho não resiste a descrever a «residência hospitaleira do [s]eu confrade em Clifton» (*JB*, p. 218). Notoriamente encantado com a casa do amigo cônsul, o autor confessa: «Nunca [...] em dias da minha vida [...] me tocou o amorável e delicado conforto duma linda casa de jantar!» (*ibidem*, p. 231). As poltronas convidam ao descanso, a mesa de jantar está posta com todo o requinte, a lareira emana um «bafo consolador do fogo atulhado do carvão de Cardiff» (*ibidem*). Em suma, Ramalho não poupa elogios a este lar, tal espaço sublime, onde o indivíduo retempera as suas forças e se protege do ambiente exterior. Esta é, sobretudo, a imagem do lar vitoriano entendido como abrigo, ou, como melhor elucida Walter E. Houghton, «a shelter *from* the anxieties of modern life, a place of peace where the longings of the soul could be realized [...] and a shelter *for* those moral and spiritual values which the commercial spirit and the critical spirit were threatening to destroy, and therefore also a sacred place, a temple»³²⁷.

A expressão máxima deste abrigo ou templo sagrado, que fecha as portas às preocupações quotidianas da implacável luta pela sobrevivência e onde ainda subsistem

³²³ *Op. cit.*, p. 49.

³²⁴ R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 169.

³²⁵ Anthony S. Wohl, *Op. cit.*, p. 49.

³²⁶ Donald D. Stone, «House and Home in Thomas Hardy», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 39, nº 3, Dezembro de 1984, p. 294.

³²⁷ Walter E. Houghton, *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*, Yale University Press, New Haven and London, 1985 (1ª ed. 1957), p. 343. Itálicos do autor.

tenazmente as mais elevadas e nobres virtudes morais, encontra-se na casa de campo da aristocracia. Esta é, acima de tudo, o símbolo de uma elite social que se auto-superioriza face a todas as outras classes através da casa imponente em que habita. Para a aristocracia terra-tenente «the country house was not only the essential emblem of status but also the grand theatre in which rituals of display and hospitality were enacted»³²⁸. De facto, já Taine notara o imenso esplendor das casas de campo senhoriais inglesas. Como o próprio refere em *Notes sur l'Angleterre*: «Les maisons de campagne, tout le luxe et tout le confortable, je disais à un Anglais: “Le salon et la salle à manger sont parfaits”»³²⁹.

Simultaneamente, é a casa de campo que determina o topo da hierarquia social e que garante tanto a sua tradicional hegemonia, como os seus valores. Desta feita, «the country house itself was a prime agent in the preservation of the old order, both as a vehicle used by the landed class to demonstrate that it was keeping abreast of the times [...] and as a prize which a section of the new wealthy were ready to acquire or to imitate»³³⁰. Ramalho, na verdade, demora-se na caracterização desta habitação suprema, associando-a à classe social dominante e definindo-a como o bastião da civilização. Em tom laudatório, o autor insiste em descrever a casa do *lord*:

A cada círculo de humildes habitações rurais corresponde invariavelmente um grande edifício preponderante e dominativo [...] quase sempre um antigo solar, meio palácio, meio castelo, rica vivenda senhorial rodeada de grandes árvores, revestida de trepadeiras em flor, com janelas abertas, chaminés fumegantes, envolta no respiro confortável, na palpitação elegante da sua existência interior. É a casa de campo do *lord* [...]. É na casa de campo que está o foco doméstico, o lastro da tradição, o vínculo que o prende à terra, à civilização e à pátria. É na casa de campo que êle colige os seus livros e os seus quadros, é aí que êle desdobra todo o luxo das suas festas magníficas (*ibidem*, p. 265).

Estamos, portanto, ante a visão típica da mansão aristocrática vitoriana que, edificada no campo, não se quer ver contaminada pelos problemas citadinos impostos pela industrialização e pelo urbanismo. Aliás, na Era Vitoriana assiste-se, precisamente, a um êxodo urbano. Quem tem posses foge da cidade. Por isso, «towns were places where men made a livelihood: country houses were places where people lived. Man made the town: God made the country»³³¹. O campo é um espaço impoluto que evoca a

³²⁸ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 152.

³²⁹ *Op. cit.* (1876), p. 79.

³³⁰ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 154.

³³¹ Asa Briggs, *Op. cit.*, p. 72.

nostalgia de um passado livre dos constrangimentos advindos do progresso. Ramalho, tão crítico dos bairros urbanos dickensianos, elabora, então, o panegírico das casas de campo senhoriais que pontilham as áreas rurais da Inglaterra.

Eça de Queirós também perspectiva as casas de campo sob uma luz bastante favorável. Lembrando-se do dia em que visitou os amigos Birds no seu refúgio campestre, menciona o fausto de uma festa de máscaras para crianças em que se encenava a lenda do Rei Artur e da Távola Redonda. Na sala, «com o seu tecto de carvalho lavrado» (*CICL*, p. 179), a mesa em que se serviu o almoço às crianças estava «ornada de baixelas e flores» (*ibidem*, p. 178), as cadeiras eram esculpidas e toda a decoração da casa denotava esmero. Eça, com efeito, permite-nos entrar no interior de uma casa de campo das classes abastadas. Todavia, quando, ao referir-se à quadra natalícia, quer explicar como ela é vivida em Inglaterra apresenta como exemplo ao leitor o «maciço castelo» (*TI*, p. 116) ou casa de campo da nobreza, onde «logo ao entrar na antecâmara, os tectos, as umbreiras, os espaldares das cadeiras, os troféus de caça, aparecem adornados das verduras de Natal» (*ibidem*). Depois, continuando a descrever tão sumptuosa e luxuosa habitação, evoca as pratas da casa, a grande lareira, os lustres, o piano, a mesa posta com os seus cristais; enfim, a casa onde verdadeiramente se festeja a quadra natalícia. Ramalho, na realidade, também apresenta uma imagem da casa decorada para o Natal muito idêntica à de Eça. Trata-se de um lar fechado ao exterior, onde a família se reúne e se abriga em recolhimento sagrado. É a habitação superior, dentro de cujas paredes «alveja a mesa posta na alegre sala de jantar, pende do teto do *parlour* iluminado solenemente, o galho de *mistletoe* [...], enquanto na chaminé reluzente de faianças arde, como astro benéfico da família, o tição sagrado, o *Christmas log*» (*JB*, p. 68). Em suma, tanto para Eça de Queirós, como para Ramalho Ortigão este lar festivo é aquele que envolve a família e que é para ela destinado exclusivamente.

Aliás, para ambos os autores, o lar mais representativo da Velha Albion, e aquele em que se aloja a família respeitável, é a casa das classes ricas, ou, como elucida Eça, o recatado interior inglês, «onde [...] habita o tipo superior da família cristã» (*TI*, p. 171), e o Natal é um tempo aglutinador em que se celebra a família «e as doçuras do lar» (*CICL*, p. 297), como Ramalho também salientava. Porém, subentende-se que este lar pertence àquelas famílias que podem festejar o nascimento do Salvador com *plum-pudding* e muitas outras iguarias sobre a mesa, enfeites de azevinho por todas as divisões, presentes para as crianças e lareiras bem ateadas, ou seja, o lar perfeito e

acolhedor é sempre o das classes endinheiradas. Além disso, Eça e Ramalho unem o lar à família e, de facto, este é, na Era Vitoriana, o reduto inviolável e sagrado daquela. Como esclarece Walter E. Houghton, no século XIX, «life became more domestic than it had been earlier because of the mere existence of large families. The improvement in medical knowledge and standards of sanitation, reducing infant mortality, and the general ignorance of contraceptives [...] increased the size [...] of the home». Como prossegue o autor, o lar assume um lugar central na vida familiar tornando-se «a source of virtues which were nowhere else to be found, least of all in business and society. [...] It was much more than a house where one stopped at night for temporary rest and recreation - or procreation - in the midst of a busy career. It was a place apart, a walled garden»³³². Conotado com os valores morais mais nobres, o lar vitoriano, por excelência, é o das famílias mais abastadas (nobres ou burguesas) e, simultaneamente, aquele que é também representado pelas casas de campo que Ramalho e Eça tão minuciosa e elogiosamente retratam. É o lar requintado muito diferente das casas da burguesia lisboeta que os dois “farpistas” atacavam no primeiro número de *As Farpas* em 1871. Contrariamente à Inglaterra onde o conforto do lar convida a que se disfrute da casa, em Portugal «vive-se na rua ou no café» porque:

As casas são pequenas, mal arejadas, sem conforto. O saguão aumenta o tédio. O saguão é imundo, lúgubre, desmoralizador! [...]

Nas salas há uma mobília de mogno ou de murta, dura, lustrosa, pretensiosa, fria, quase inútil. As cadeiras estão enfileiradas ao longo das paredes, bisonhas e tesas como recrutas. As mesas têm pó e vasos com flores de papel. Vê-se que aqui se não está senão de passagem [...]. Se os mortos mobilassem os seus jazigos de família mobilavam-nos assim³³³.

Até a própria Maria Eduarda de *Os Maias* se queixa das casas portuguesas «tão faltas de comodidade, tão despidas de gosto, tão desleixadas»³³⁴. A casa burguesa em Portugal não é um espaço agradável porque lhe falta a amenidade das casas inglesas, falta-lhe o asseio e a preocupação com o conforto. É além-Mancha que os dois autores encontram o lar que gostariam que existisse no seu país acanhado e, por isso, nesta perspectiva, o Outro é superior ao Eu. Aliás, em Portugal a própria casa de campo apalaçada e confortável é representada por Santa Olávia, a casa centenária dos Maias

³³² *Op. cit.*, pp. 342-343.

³³³ *Op. cit.* (2004), p. 33.

³³⁴ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1888), p. 356.

que é decorada à maneira inglesa com «reposteiros de cretone», «aguarelas inglesas» e mobílias elegantes que lhe conferem um «conforto fresco e campestre»³³⁵.

Ora, é, como vimos, no campo inglês que se situa o mais digno exemplar do genuíno lar acolhedor. No entanto, a noção do campo arcádico com as suas casas senhoriais onde o escol social se refugia longe das agruras da vida citadina e buliciosa também oferece paz e sossego a outro tipo de classes sociais. Os vitorianos repudiavam as cidades industriais porque eram habitadas pelos operários e pelos lojistas. Todavia, ironicamente, não era somente «the best society which was attracted to dreams of rural contentment: the appeal of a country cottage or, if that failed, of a house and a garden on the edge of the town attracted even the shopkeepers»³³⁶. E é esta nostalgia campesina que Oliveira Martins também ressalva na sua *Inglaterra de Hoje*. Atravessando o Hampshire e o Surrey antes de chegar a Londres, o autor vê «pequenas *cottages* cobertas de colmo, ou de lousa, baixas com janelinhas apertadas» (IH, p. 23). Não se trata de moradias ricas, mas de casas humildes perfeitamente arranjadas e limpas que, inclusivamente, servem de termo de comparação às habitações esqueléticas do sul da Europa. Nestes lares ingleses:

Tudo era tão nítido, tanto em ordem! Os vidros transparentes e limpos como água. Não há um caco, nem uma persiana partida, nem uma poça, nem estrumes espalhados, e animais domésticos refocilando em chiqueiros. Dizem-me que a imundície meridional seria mortífera nestes climas. No jardim há flores, e as trepadeiras crescem pelos muros da casa, embocetando-a em um ninho de verdura. No terreiro, à porta, vejo um velho, sentado ao sol: ao lado a filha lê - parece-me que lhe lê - o quê? Talvez um dos incontáveis artigos, em que se comenta a ruína dos campos e a alegria apagada da velha Inglaterra, *merry England...* (*ibidem*, p. 23).

O crítico dos males que o progresso desenfreado acarreta faz aqui a apologia do campo puro em que as próprias casas abrigam lares acolhedores dentro dos quais a felicidade é possível. Martins insiste, igualmente, na ideia do regresso a um passado idílico, porque intocado pelos problemas criados pelo industrialismo. Inserindo esta mesma citação no conjunto das obras martinianas *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal e Camões*, Teresa Pinto Coelho conclui que Oliveira Martins, antagonizando a cidade-monstro, percebida como a Inglaterra contemporânea, favorece «o regresso a um mundo anterior às Descobertas. Este é expresso através de uma

³³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 56-57

³³⁶ Asa Briggs, *Op. cit.*, p. 72.

espécie de paraíso rural simbolizado pela Inglaterra agrícola»³³⁷. Nesta óptica, o autor não critica apenas a Inglaterra industrializada, mas também o seu “Portugal contemporâneo” que, à semelhança da Velha Albion, «após a conquista do Oriente, abandonara os campos e vivera da riqueza e do luxo fáceis»³³⁸, pois «os recursos ultramarinos tinham dado bastante para viver uma existência de dissipação»³³⁹. Em consequência, a nação fora decaído progressivamente até se encontrar num estado mórbido em que nem as casas escapam a um estado de negligência grosseira, como se depreende através das alusões à «imundície», aos «chiqueiros», aos «cacos» e às «persianas partidas». Num outro trecho de *A Inglaterra de Hoje*, Martins reitera a sua noção de campo idílico ao comparar a Inglaterra rural a «um imenso jardim» (*ibidem*, p. 152), um autêntico éden primordial luxuriante, onde as casas se perdem por entre a «espessa folhagem das matas» (*ibidem*) e onde, novamente, tudo é limpo e asseado. Neste campo o lar é mais do que um abrigo confortável contra a inclemência do clima; é um ninho. Apreciando estes lares quintessenciais, o autor revela: «Luziam as vidraças das janelas como espelhos, sem uma nódoa; e para além dos vidros arrendava-se a curva das cortinas denunciando interiores de salas conchegas e quentes. [...] O macio e morno conchego dos ninhos» (*ibidem*). Além da noção de lar enquanto ninho, Oliveira Martins, de facto, não acrescenta nada de novo à sua descrição dos lares perfeitos dos ingleses. No entanto, a sua insistência em caracterizá-los e localizá-los num ambiente campestre serve para evidenciar a ideia da pureza que ainda se encontra nesse espaço longe da opressão citadina e industrial. Simultaneamente, este lar imaculado é um contraponto aos lares portugueses. Assim, a alteridade verifica a decrepitude do Eu.

É, portanto, no campo que Ramalho, Eça e Martins localizam o lar inglês *par excellence*: farto, limpo, aconchegado, confortável, a casa, em suma, das classes dominantes, se bem que, para aquele último, mesmo as habitações campesinas humildes sejam paradigmas do inigualável lar dos ingleses. Ao retratarem as casas de campo, estes três autores perpetuam a visão estereotipada do lar vitoriano incólume aos problemas da vida moderna, o local santificado onde o Homem se realiza genuinamente enquanto ser humano. Martins, aliás, denotando uma quase obsessão pelas casas dos ingleses, sintetiza de modo bem explícito a ideia recorrente e enraizada do perfeito lar vitoriano quando descreve do seguinte modo os «homes de John Bull»:

³³⁷ In Ana Margarida Falcão et al., *Op. cit.*, p. 117.

³³⁸ Idem, *ibidem*.

³³⁹ Oliveira Martins, *Op. cit.* (1991), p. 429.

Cada casa tem um morador só: fechada a porta, é um baluarte inviolável por lei. A porta reluz com os fechos amarelos brunidos todos os dias; os vidros das janelas não têm um grão de poeira, nem uma mancha de água. Por fora há flores quase sempre nos parapeitos; por dentro há sempre cortinas, mais ou menos ricas, mais ou menos conchegadas. Tem tudo um ar de limpeza e conforto abastado. Às vezes, em frente da casa, rasga-se um fosso defendido por uma grade que limita a rua; outras vezes é um pequeno jardim; outras vezes, apenas olhos-de-boi, de vidro grosso, como nos navios para iluminar o subterrâneo, onde estão as cozinhas, a adega e os despejos. Ao rés-do-chão ficam as salas de visita e do jantar; nos dois pavimentos altos, os quartos (*ibidem*, p. 37).

Jaime Batalha Reis, porém, à semelhança de um exíguo número de autores vitorianos, de entre os quais se destaca Thomas Hardy³⁴⁰, não embarca nesta idolatria do lar inglês maravilhoso e, por conseguinte, não transmite ao leitor a imagem estereotipada do mesmo. Para o articulista português, nem mesmo o mais rico dos lares, *Buckingham Palace*, consegue ser acolhedor. Ao invés, a residência oficial da Família Real «é um casarão desabitado e desconfortável» (*RI*, p. 78). E o lar das classes burguesas é uma casa triste, dentro de cujas paredes se vive no marasmo, pois as pessoas descansam inertes «com os olhos fitos no fogão» (*ibidem*, p. 162) fumando ou bebendo uísque «sem uma palavra, sem uma ideia: eis o *Home* que os idiotas anglófilos admiram no mundo» (*ibidem*). Afinal, como Batalha demonstra, não é só em Portugal que se vive apaticamente. Se considerarmos, como anteriormente se ressaltou, que a Geração de 70 censurava asperamente a estagnação da nação portuguesa, contrapondo-a à superioridade civilizacional dos países da Europa do Norte, de entre os quais a Inglaterra era um dos paradigmas³⁴¹, estas afirmações de Batalha correspondem a uma tomada de posição contrária ao que defendiam os seus conterrâneos coevos. O lar inglês está longe de ser idílico; a apatia não é apenas uma característica lusa e só «idiotas», um dos vocábulos mais veementes que Batalha usa na *Revista Inglesa*, é que o apreciam. Este residente em solo inglês demonstra, assim, os seus profundos conhecimentos relativos à vida em Inglaterra e, além disso, no país do Outro verifica que os estereótipos nem sempre se confirmam. Aliás, o próprio Eça num artigo algo cáustico publicado a 5 de Junho de 1884, ou seja, dez anos depois de ter chegado à Inglaterra,

³⁴⁰ Com efeito, o autor de *Tess of the d'Urbervilles* (1891) e de *Jude the Obscure* (1894-1895) é um dos raros romancistas vitorianos que se recusam a transmitir uma imagem idílica do lar harmonioso, o que comprova, aliás, que, a par da visão estereotipada do lar santificado, há, contemporaneamente, concepções negativas em relação àquele. Portanto, como esclarece Donald D. Stone, «Hardy repudiates the symbolism of home [...], disassociating himself from the practice of other Victorian novelists», in *Op. cit.*, pp. 303-304.

³⁴¹ Cf. Introdução.

também nos oferece uma visão menos encantadora do lar inglês. Este é sempre igual. Para onde quer que se olhe, a monotonia impera; não há originalidade. Todas as casas «têm a mesma cadeira coberta de bezerro ao canto do fogão, o mesmo espelho na parede forrada do mesmo papel, e nos mesmos caixilhos floridos as mesmas gravuras enternecedoras. O grande horror [...] é a *mesmice*»³⁴². É certo que o lar é acolhedor, mas nada mais existe do que sensaboria e, portanto, a «*mesmice*» que o autor criticava em Portugal também trespassa a Inglaterra. A pátria do Outro também reflecte, assim, os mesmos problemas do universo familiar do Nós. Afinal, no início da década de 1870, Eça e Ramalho não tinham arremessado “farpas” aguçadas ao lar português que «aborrece»³⁴³?

Todavia, apesar de reconhecer que o lar dos ingleses está longe das ideias convencionais que o associam à perfeição doméstica, o lar que Batalha e Eça retratam negativamente é a habitação das classes com recursos suficientes para disfrutarem do calor das lareiras e dos fogões, o lar de que os ingleses tanto se orgulhavam. No entanto, na Inglaterra vitoriana há um outro tipo de lar diametralmente oposto à residência limpa, ordenada, aquecida e bem decorada. Trata-se dos tugúrios imundos e escuros das classes indigentes que ameaçavam a vivência confortável das classes respeitáveis. Na verdade, o conceito de *home* era algo estranho para as turbas esquálidas que habitavam nos bairros infectos das cidades, como demonstra David Reeder ao salientar que «in poor districts lives were lived out on the streets with little care for standards of home comfort»³⁴⁴. A noção de covil era, aliás, a imagem mais comum para designar os habitáculos onde os pobres moravam. O próprio Dickens socorrera-se amiúde desta expressão quando em *Oliver Twist*, a título ilustrativo, descreve «a dark and gloomy den, where a flaring gas-light burnt all day in the winter-time: and where no ray of sun ever shone in the summer»³⁴⁵. Em *The Bitter Cry of Outcast London*, Andrew Mearns também se referia, por exemplo, «to the dens in which these thousands of beings [...] herd together»³⁴⁶. Posteriormente, William Booth usaria o vocábulo «*lair*» para elucidar os leitores quanto ao casebre em que o miserável busca abrigo para passar a noite³⁴⁷. E, na viragem do século, Jack London vai mais longe e denomina a habitação degradada

³⁴² «A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês», in *Op. cit.* (2000), pp. 75-76. Itálico do autor.

³⁴³ *Op. cit.* (2004), p. 33.

³⁴⁴ In David Englander e Rosemary O'Day, *Op. cit.*, p. 333.

³⁴⁵ *Op. cit.* (1999a), p. 110.

³⁴⁶ In Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 28.

³⁴⁷ *Op. cit.*, p. 34.

do indigente como «human sty»³⁴⁸. O lar dos pobres deixa, então, de ser conotado com uma habitação humana para ser comparado a um refúgio de animais, um covil, uma toca, uma pocilga, o que evidencia o facto de os «pigmeus» do abismo serem percebidos como uma raça diferente e infra-humana.

Paralelamente, a habitação dentro da qual os miseráveis vivem como num rebanho, como testemunhava Andrew Mearns, é uma casa densamente povoada, um local abafado onde não há lugar para a privacidade dos habitantes e, onde, por conseguinte, não se podem respeitar as regras mínimas e básicas de decência do *ethos* vitoriano. Entre 1851 e 1881 a taxa de ocupação de cada casa nos quarteirões de Hackney subiu de 5.95 indivíduos para 6.79, em Shoreditch o aumento registado foi de 7.12 para 8.35 e em Bethnal Green a densidade populacional por habitação cresceu de 6.78 para 7.65. Estes números podem não parecer surpreendentes. Contudo, como refere Anthony S. Wohl, estas estatísticas não dão a conhecer o verdadeiro cenário da elevada concentração populacional nas casas dos bairros pobres porque as famílias mentiam quanto ao número de ocupantes das habitações, porque o sub-arrendamento era prática corrente e não mencionada e porque a contagem de indivíduos era feita durante o dia, e não à noite, o que nos permite concluir que a realidade tinha, efectivamente, outros contornos³⁴⁹. Levando em consideração que, na maioria dos casos, as casas dos bairros de maior paupérie são constituídas por apenas uma ou duas divisões, nota-se que a sobrelotação causa problemas de insalubridade e de promiscuidade. Na verdade, os relatórios das entidades responsáveis pela averiguação das condições de vida nos bairros degradados de Londres, como o *General Board of Health* e o *Local Government Board*, expõem autênticos cenários de horror que ocorrem no interior das casas esquálidas do *East End*, os quais começam na imundície extrema e acabam nas práticas incestuosas, simultaneamente o comportamento mais abominável e um dos maiores tabús da sociedade vitoriana. Consequentemente, a vida nestes tugúrios densamente povoados era percebida como animalesca, selvagem e primitiva³⁵⁰, o que explica o paralelismo recorrente entre as casas miseráveis e os covis dos animais. Ademais, numa época em que a limpeza é uma virtude moral, uma casa suja está poluída, e, consequentemente, os seus habitantes também³⁵¹.

³⁴⁸ *Op. cit.*, p. 30.

³⁴⁹ Cf. *Op. cit.*, pp. 23-24.

³⁵⁰ Cf. *idem, ibidem*, pp. 54-55.

³⁵¹ Cf. *idem, ibidem*, p. 56.

Apesar de ter visitado os bairros do *East End*, Batalha Reis não tece muitas considerações em torno das casas degradadas. No entanto, reiterando a imagem comum na época, alude aos «*lodgings* infectos das ruas lamacentas do East End» (*ibidem*, p. 101), de dentro dos quais se exala «um rumor escuro e abafado» (*ibidem*, p. 108), o que comprova a sua insalubridade. Ainda mais parco do que Batalha no que toca a caracterização do lar miserável, Eça somente aflora muito ligeiramente as «cabanas» (*TI*, p. 118) onde os pobres tiritam de frio no Inverno. Desta feita, a sua imagem da habitação das classes indigentes é muito imprecisa e incompleta, o que, como comentámos acima, é fruto de um conhecimento incipiente das classes populares, tanto portuguesas, como, neste caso, inglesas.

Em alinhamento com as percepções contemporâneas, Ramalho Ortigão, contrariamente a Eça e a Batalha, insiste na imagem dos tugúruios das classes sociais mais desfavorecidas, referindo-se-lhes como «um covil denegrado, infecto e pútrido» (*JB*, p. 236), imagens que, como sabemos, teria recebido do *seu* Dickens. Quando *Oliver Twist* se desloca a um bairro miserável para, em conjunto com Mr. Sowerberry, ir buscar um cadáver, entra num desses covis imundos, onde mora gente estranha e animalesca. Assim:

There was neither knocker nor bell-handle at the open door where Oliver and his master stopped; so, groping his way cautiously through the dark passage, and bidding Oliver keep close to him [...], the undertaker mounted to the top of the first flight of stairs [...].

There was no fire in the room; but a man was crouching [...] over the empty stove. An old woman, too, had drawn a low stool to the cold hearth: and was sitting beside him [...]. The man's face was thin and very pale; his hair and beard were grizzly; and his eyes were bloodshot. The old woman's face was wrinkled; her two remaining teeth protruded over her under lip [...]. Oliver was afraid to look at either her or the man. They seemed so like the rats he had seen outside³⁵².

Alongando-se numa descrição antitética face àquela em que discorria sobre o lar acolhedor de Eça de Queirós em Clifton, Ramalho esclarece que os pobres «espojam-se em aglomeração bestial nos andrajos fétidos do *home*, do *sweet home* da canalha» (*ibidem*). E, depois, prossegue:

³⁵² *Op. cit.* (1999a), p. 38.

Não há livros; não há jornais; não há as belas revistas, os *weekly papers* de cada sábado; não há flores nas jardineiras; não há fogo na chaminé; não há panela ao lume, nem espêto com assado, não há mesa posta, nem há mesa, nem espêto, nem panela, nem lume (*ibidem*).

Com efeito, Ramalho não deixa de comprovar nem o seu endividamento a Dickens nem a grande concentração de indivíduos por habitação. Além disso, não só alude à sujidade das casas pobres como, acima de tudo, procede à animalização dos seus habitantes que se «espojam» como se fossem animais num lameiro. Contudo, o que é mais importante salientar é que o autor descreve o lar dos pobres pela ausência. Falta tudo o que é necessário à vida civilizada. E, como vimos atrás, sem o lar não existe civilização. Logo, resta o primitivismo e a bestialidade. Se compararmos a citação acima transcrita com uma outra que Ramalho nos oferece relativamente ao lar abastado, a diferença é flagrante. Assim, ao referir-se às casas magníficas da burguesia de Chelsea, de Queen-Square e de Bloomsbury-Square, Ramalho declara:

Por cada pequena porta envernizada e chapeada de cobre polido que se abre para a rua me parece sair o respiro interior do *home*, o ruído das refeições [...]; as pratazadas de ostras, a vitela fria, o suculento carneiro cozido com mólho branco, o *stilton* com aipo, a torta de amoras, o *plum pudding*; a *tea-party*; os sucessivos *grogs* e o *elderberry-wine*, enchendo a casa de um aroma festival de Xerez, de vinho do Pôrto, de limão, de canela e de noz moscada (*ibidem*, pp. 66-67).

Como se depreende, nesta casa há fartura, há mesa posta, há aromas deliciosos e não cheiros nauseabundos, há limpeza, em suma, há civilização. Visão idêntica é partilhada por Oliveira Martins que, à semelhança de Ramalho Ortigão, é pródigo em descrições dos lares onde faltam todos os confortos civilizacionais. Porém, ao invés de Ramalho que, como sabemos se inspira nos romances dickensianos, Martins entra, realmente, no interior dos habitáculos, ou melhor, dos covis dos indigentes. De acordo com Christopher Hibbert, a imagem clássica da habitação dos pobres em Londres traduz-se no seguinte:

Rooms with ceilings the colour of old leather, with broken windows stuffed with paper and furniture broken beyond repair, rotting floorboards covered perhaps with three or four old mats tied together to form a carpet, sleeping five in a bed or on a flock mattress (crawling with bugs) on the floor³⁵³.

³⁵³ *Op. cit.*, p. 215.

Esta é, na verdade, a caracterização abreviada do retrato da habitação decrépita que Andrew Mearns transmitia em *The Bitter Cry of Outcast London*, o qual, por se tornar paradigmático e recorrente no *fin-de-siècle*, importa ressaltar. O covil urbano dos pobres tem um aspecto hediondo porque:

Walls and ceiling are black with the accretions of filth which have gathered upon them through long years of neglect. [...] What goes by the name of a window is half of it stuffed with rags or covered by boards to keep out wind and rain; the rest is so begrimed and obscured that scarcely can light enter or anything be seen outside. Should you have ascended to the attic, where at least some approach to fresh air might be expected to enter [...], you look upon the roofs and ledges of lower tenements, and discover that the sickly air which finds its way into the room has to pass over the putrefying carcasses of dead cats or birds, or viler abominations still. [...] As to furniture - you may perchance discover a broken chair, the tottering relics of an old bedstead, or the mere fragment of a table; but more commonly you will find rude substitutes for these things in the shape of rough boards resting upon bricks, an old hamper or box turned upside down, or more frequently still, nothing but rubbish and rags³⁵⁴.

Oliveira Martins, que, realmente, visita um «covil» (*IH*, p. 224), deixa-nos ver a sua decrepitude e, tal como os seus contemporâneos que escrevem sobre a Londres abjecta e paupérrima, reitera as imagens correntes na época. A habitação dos pobres mais não é do que um casebre imundo sem quaisquer condições de habitabilidade, um tugúrio opressivo dentro do qual «o ar podia cortar-se à faca. Havia [...] uma cadeira partida, uns frangalhos de roupa suspensos de uma corda» (*ibidem*). E, observadas do exterior, estas casas estão «denegridas pelo fumo, ensebadas pelos nevoeiros viscosos, com pátios, becos, destroços, lixo» (*ibidem*, p. 27). Todos os elementos que constituíam a descrição de Mearns estão, com efeito, reproduzidos no relato martiniano: o ar pesado e doentio, o mobiliário escaqueirado, o lixo por toda a parte, a negrura das paredes. Trata-se, portanto, do *habitat* da infra-humanidade londrina, o meio adverso que, em consequência, cria a raça diferente, Outra, os pigmeus animalizados do abismo que vivem imersos num submundo de crime, de depravação, de vício.

Ao intentarem a apreensão do lar inglês, noção tão cara aos vitorianos, tanto Eça de Queirós, como Ramalho Ortigão ou Oliveira Martins deixam-se contagiar por imagens estereotipadas de um lar perfeito e acolhedor, a residência confortável das classes mais abastadas da Inglaterra finissecular, o lar cujo laudo já fora proclamado pelo mestre Taine e pelo conterrâneo luso Almeida Garrett. Em Inglaterra, estes três

³⁵⁴ In Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 29.

autores tentam confirmar a visão favorável que insiste na sublimidade do lar inglês. No entanto, essa convalidação é artificial e forçada porque há inúmeras brechas na imagem idílica de um lar que, afinal, é aborrecido e no interior do qual a vida decorre em moldes mortíferos ao calor dormente da lareira, como constata Batalha Reis, que não se deixa iludir por uma imagética recorrente e tipificada. Por isso, o lar excelso dos ingleses não passa de uma quimera difícil de se materializar na realidade e de se colar uniformemente aos estereótipos. Paralelamente, como todos os autores demonstram, não se pode falar no lar inglês sem o contrapor à enxovia imunda, ou, no caso eciano, à cabana gélida, que serve de casa às classes indigentes. Também neste caso, a imagem que os quatro autores veiculam não assume originalidade sendo, ao invés, moldada por noções bastante trabalhadas na época: o covil nojento ou o antro claustrofóbico que abrigam uma raça primitiva e selvagem. É neste lar, ou melhor, é neste meio, é neste ambiente dúplice e estranho que reside a família, o núcleo social mais estimado e louvado pelos vitorianos. Em Inglaterra, estes quatro autores vão, em suma, tentar verificar a validade das suas teorias e demonstrar como a família inglesa não poderia deixar de ser o produto, o resultado do meio em que vive.

2.3.2. Uma “Estranha” Família Inglesa

O lar, tal templo, adorado na Inglaterra vitoriana é o espaço sagrado reservado à família, um e outra entidades indissociáveis, ou, como enfatiza Gertrude Himmelfarb, «family and home were the keystones of society and country»³⁵⁵. Aliás, como prossegue a autora a respeito da Inglaterra oitocentista, «among the bourgeoisie (the middle classes, as the English persisted in calling them), the family was not only revered but sentimentalized to a degree never known before or since»³⁵⁶. Num mundo quotidiano avassalador, a família é o garante de harmonia e o caminho para a felicidade. É no lar, junto aos familiares, que verdadeiramente se descansa das perturbações e preocupações diárias. A família é, por conseguinte, o refúgio abençoado em cujo seio o homem de negócios, o capitalista industrial, enfim, o homem das classes endinheiradas «could recover the humanity he seemed to be losing. [...] He might feel his heart beating again

³⁵⁵ *Op. cit.*, p. 57.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 53.

in the atmosphere of domestic affection and the binding companionship of a family»³⁵⁷. E, mesmo nos estratos sociais mais modestos, «one escapes from a cold, domineering Scrooge to the freedom and warmth of the family hearth»³⁵⁸. Portanto, para os vitorianos, a família assegura a humanização da sociedade numa época de tensões angustiantes em que se vislumbra, e teme, a desintegração da ordem social devido a factores como: o sistema fabril, as condições de vida nas grandes cidades ou a crescente irreligiosidade das populações³⁵⁹.

Nas *Notas de Viagem*, que Ramalho publica antes da sua estada na Velha Albion, o autor português, com efeito, ecoa esta noção de indissociabilidade entre o lar e a família. Na Inglaterra cultua-se a família e, por isso, o lar tem de ser aprazível. Na verdade, descrevendo a nação além-Mancha como o país que se superiorizará a todos os outros no futuro, Ramalho observa, inclusivamente, que «na evolução do século XIX, [...] o privilégio de organizar e dirigir os Estados caberá aos povos que souberam ser os organizadores e os mantenedores da família»³⁶⁰ e, nesse aspecto, a Inglaterra é, segundo o autor, paradigmática. Além disso, ao discorrer sobre a sua visita à Exposição de Paris, refere: «Nos aposentos expostos na secção inglesa do Campo de Marte sente-se a serenidade da família, o amor e o respeito do lar envoltos num fino aroma delicado e casto»³⁶¹. Ramalho revela, em suma, a íntima associação lar/família e a sua sacralização na Inglaterra.

As razões para a mitificação e a apologia da família na Era Vitoriana residem, em parte, no facto de a própria estrutura familiar sofrer alterações no século XIX. Na verdade, na centúria de Oitocentos:

The nuclear family group had become more cohesive and socially isolated, and affective bonds among family members were stronger, than in the pre-industrial period. The emotional attachment within the Victorian family was all the more intense, in contrast to earlier and also to the twentieth-century family, because the rigid Victorian code of morality, restricting extra-familial heterosexual relationships, dammed up libidinous feelings within the home³⁶².

³⁵⁷ Walter E. Houghton, *Op. cit.*, p. 345.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 346.

³⁵⁹ Cf. F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 85.

³⁶⁰ *Op. cit.* (1945), p. 208.

³⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 212.

³⁶² Nancy F. Anderson, «The “Marriage With a Deceased Wife's Sister Bill” Controversy. Incest Anxiety and the Defense of Family Purity in Victorian England», *The Journal of British Studies*, vol. 21, n° 2, Primavera de 1982, pp. 69-70.

No entanto, não é somente o muito apregoado código moral vitoriano que implica o culto à família na Inglaterra do século XIX. Devido a factores como os avanços na medicina pediátrica que levam à diminuição da mortalidade infantil, a crescente adopção de métodos contraceptivos e o adiamento do casamento até se adquirir estabilidade económica, os casais passam a ter um menor número de filhos, embora haja mais crianças por núcleo familiar, pois são cada vez mais aquelas que sobrevivem à primeira infância e que, por conseguinte, chegam à idade adulta³⁶³. Simultaneamente, numa era de desenvolvimento económico e de maior abundância e prosperidade, «material improvements [...] helped to foster a change in parental sentiments leading to growing attachment to each individual child and hence to a more caring, and careful, kind of parenthood»³⁶⁴. Portanto, a vida familiar dos vitorianos gira em torno do amor dedicado aos filhos e da importância da coesão do núcleo familiar.

Eça de Queirós deixa-nos perceber a devoção que os ingleses das classes mais abastadas dedicam à prole quando revela que o Natal, «a época das festas de família» (CICL, p. 297) é, essencialmente, destinado às crianças porque se publicam muitos livros infantis e se encenam peças teatrais para os mais pequenos. Aliás, «estas representações duram três meses, e toda a família verdadeiramente inglesa e que respeita as tradições, vai ver a *pantomina* [...] com todas as crianças e todos os criados: é uma solenidade doméstica» (*ibidem*, p. 298). Portanto, Eça revela o lugar de destaque que as crianças têm na vida familiar dos ingleses em perfeita consonância, de facto, com a imagem que os próprios vitorianos transmitiam do seu amor paternal. Identicamente, Ramalho Ortigão, mais uma vez, não se descola das visões ecianias e também refere que o Natal é feito para os mais pequenos, pois o «velho *Christmas*» vem «trazer os lindos presentes que os meninos esperam nas meias penduradas às camas e aos berços! [...] Ensaíam-se bailes infantis, representações de mágicas e pantomimas em que a pequena Mary fará de *Columbina* e o pequeno Georges fará de *Bobby*» (JB, p. 67).

No entanto, não é a visão de uma família unida por laços afectivos extraordinários que os autores que ora abordamos encontram na Inglaterra finissecular. Antes de empreender a sua viagem à Velha Albion, Ramalho, como vimos, tece louvores à família inglesa, que se preocupa com os filhos e que santifica o lar. No

³⁶³ Entre 1860 e 1900, o número de filhos por casal passou de quatro para apenas dois, uma média equivalente à que se manteria durante todo o século XX, embora a percentagem de filhos vivos por família aumentasse em consequência da melhoria das condições sanitárias, de saúde e de nutrição. Cf. F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 56.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 58.

entanto, após a viagem, a percepção ramalheana sofre alterações, pois em *John Bull*, o autor repudia a família violenta das classes operárias. Desta feita: «Às vezes, para passar o tempo, [...] o homem quebra os dentes da mulher com um murro ou acachapa a cabeça do filho com um martelo; a mulher fura o ventre da filha com um pontapé ou separa da cara o nariz do espôso por meio de uma dentada» (*ibidem*, pp. 237-238). Trata-se da família horrenda e bestial da infra-humanidade abissal. Em vez de amor e ternura, o que une os membros desta família é a crueldade gratuita. Portanto, o conceito de família unida, refúgio das agruras quotidianas, não se inscreve na esfera do proletariado urbano do abismo. Já no que respeita as classes burguesas, Ramalho informa-nos de que a sua vivência familiar se traduz numa «vida *fastienta*» (*ibidem*, p. 65. Itálico do autor), ou seja, o viver aborrecido que Eça de Queirós também notaria.

Em «A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês», artigo saído a lume, como já notámos anteriormente, em *A Ilustração* no dia 5 de Junho de 1884, Eça apresenta-nos o que denomina um quadro familiar típico dos ingleses que, por nos mostrar uma imagem bastante denegrada da família vitoriana e por ser posterior às «Crónicas de Londres» e às «Cartas de Inglaterra», vale a pena transcrever na integralidade. Assim, um serão familiar descreve-se do seguinte modo:

O cavalheiro, de cachimbo nos dentes, lê soturnamente o jornal, tendo ao lado o copo de conhaque; *madame*, de touca e broche de ouro, tendo ao lado o copo de conhaque, lê desenxabidamente o *magazine*. De vez em quando pousam o papel e ralam; e se sucede viverem numa harmonia bem remendada, deixam cair a prosa e dormitam. Os filhos, se são pequenos, vivem desterrados lá em cima, na *nursery*, com a criada; o papá tem apenas a respeito deles a vaga ideia de que estão vivos, e continuam a consumir a sua copiosa ração de pão com manteiga. Se os filhos são crescidos, estão nas colónias ou no bairro vizinho, mas sempre fora de casa, e sem relações, nem por visita, nem por carta, com o lar de origem. Se são prósperos e ricos, o pai tira-lhes o chapéu, ou fala às vezes deles às senhoras; se falharam na vida, passam a ser para o seu progenitor como velhas caixas de sardinhas de Nantes vazias, destinadas ao lixo social. Por seu lado os filhos, se se não separam da lareira paterna, consideram negligentemente o pai como um mero dono de hotel, e nem *pai* lhe chamam, chamam-lhe *governor*, o governador; a mãe, essa, é boa para tratar da roupa branca, e é denominada *the old woman*, a velhota; e ordinariamente estas pessoas sentam-se à mesa, em volta do bule de chá, para dizerem uns aos outros cousas desagradáveis...³⁶⁵.

A vida familiar dos ingleses pauta-se, portanto, pela sensaboria e, ademais, de acordo com o articulista, pais e filhos não se amam genuinamente, os casais não vivem

³⁶⁵ *Op. cit.* (2000), p. 78. Itálico do autor.

em harmonia matrimonial, a família é fria e vazia e é enorme a distância, física e emocional, que separa os seus elementos. Curiosamente, Eça de Queirós redige esta imagem desencantada a pouco mais de um ano de se casar com Emília de Castro Pamplona. Com efeito, homem mundano e intelectual solitário, que, na juventude, repudiara o casamento com o «horror do cavalo selvagem pela manjedoura»³⁶⁶, Eça «ia para o matrimónio com uma frieza à Descartes»³⁶⁷, como salvaguarda João Gaspar Simões após analisar a correspondência particular do autor, na qual o mesmo fala bastante desapaixonadamente da sua noiva e do seu casamento. Maria Filomena Mónica também corrobora a ideia de que a adaptação do escritor ao matrimónio não teria sido fácil³⁶⁸. Portanto, para um homem com certas reservas em relação à vida conjugal e doméstica, o quadro que pinta da família inglesa não será, talvez, surpreendente. No entanto, convém ressaltar que, por detrás deste quadro triste da família inglesa, tal como revelado por Eça, subjaz a imagem stendhaliana de uma família que, exteriormente, aparenta ser feliz, mas na qual os esposos vivem como estranhos entregues a uma vida monótona, na qual não existem as mínimas manifestações de ternura³⁶⁹.

Para Oliveira Martins, que, imbuído das ideias de Stendhal, vê os ingleses como um povo desprovido de afectos em resultado do clima áspero que moldou a raça, a família é o espelho dessa frieza do carácter nacional. Assim, ao arrepio das teorias que enfatizam os fortes vínculos de amor e amizade que unem as famílias vitorianas, Martins revela que os ingleses «nem dentro da própria família concebem a solidariedade» (*IH*, p. 154). Os indivíduos são egocêntricos e preocupam-se, em primeiro lugar, com a satisfação dos seus caprichos e necessidades pessoais em vez de pensarem no bem-estar geral da família. Perdulários, os ingleses gastam tudo o que ganham «sem olhar ao futuro. Quando muito, *seguram* a vida dos filhos; de resto, a obrigação dos pais é apenas educá-los, e, desde que têm asas, é soltá-los pelo mundo fora, a ganhar por seu turno a vida, como sucedeu aos pais» (*ibidem*. Itálico do autor).

No entanto, convém esclarecer que a visão martiniana da família inglesa que está pouco apegada aos filhos e que não se comove se eles partem para longe também prende amarras nas *Notes sur l'Angleterre*. Em rigor, Taine sentira dificuldades em apresentar a imagem dourada de um idílio familiar na Inglaterra. Para o mestre, os

³⁶⁶ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 147.

³⁶⁷ João Gaspar Simões, *Op. cit.*, p. 528.

³⁶⁸ Cf. *Op. cit.* (2001), p. 201.

³⁶⁹ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 119.

ingleses são algo «insensíveis» para com a família, mormente para com os filhos. Por conseguinte, no tocante a este tema, Taine refere que os ingleses, quando comparados com os franceses, demonstram:

Plus d'insensibilité, car ils acceptent d'avance cette idée que leurs enfants devront lutter, peiner, que leurs filles les quitteront pour toujours, iront s'établir dans l'Inde, en Australie. Au contraire, le premier désir d'un père français est d'éviter à son fils les misères qu'il a subies lui-même; il se prive pour doter ses filles, et ne supporte pas la pensée d'en avoir une demi-douzaine qui seront gouvernantes, ou dont il se défera par l'exportation³⁷⁰.

Mesmo tratando-se dos filhos, o inglês embarca na apologia da luta pela sobrevivência. A sentimentalidade não é relevante e, ademais, o império é um palco onde os homens põem à prova a sua força. Seguindo de perto o ideário tainiano, Oliveira Martins partilha da ideia de que os ingleses, na sua dureza rática e na sua propensão nomádica, pouco se preocupam em amenizar o futuro dos seus descendentes. Assim se explica que somente «um filho, o mais velho, herde a opulência; e aos outros fique a liberdade de irem pelo mundo fora ganhar riqueza com que possam voltar à pátria» (*ibidem*, p. 156). Não só se encontram aqui delineados pressupostos darwinistas, nos quais Oliveira Martins toca repetidamente, como o império se assume preponderantemente até mesmo na vida familiar dos indivíduos em Inglaterra. Ou seja, na teoria tríplice tainiana, o momento imperialista também ajuda a compreender que os filhos mais novos emigrem a fim de singrarem na vida, abandonando, consequentemente, o lar paterno.

Ao descrever a família inglesa e os seus laços afectivos, Oliveira Martins faz valer a sua ideia de que os ingleses são egoístas e frios. Até o próprio «*flirt* é também o amor constipado», pois «o clima, em vez de excitar, deprime» (*ibidem*, p. 49). Não lhe importa esclarecer que os ingleses investem muito capital no intuito de tornar o lar confortável para a vida familiar e que, por conseguinte, gastam dinheiro a apetrechar as suas habitações com quartos-de-banho, iluminação a gás e mobiliário mais diferenciado e elaborado³⁷¹. Interessa-lhe, ao invés, comprovar as suas teorias relativas à raça sem sentimentos, produto de um clima agreste. Ademais, os ingleses, como povo recente, nem sequer possuem «o instinto conservador, a ideia da sucessão familiar» (*ibidem*), característica dos povos mais antigos. Portanto, de acordo com a visão martiniana,

³⁷⁰ *Op. cit.* (1876), p. 79.

³⁷¹ Cf. F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 61.

bebida em Taine, a família vitoriana está longe de ser a família amantíssima e unida dos estereótipos coevos.

Similarmente, Jaime Batalha Reis é também bastante crítico da instituição familiar inglesa, sobretudo porque a concebe, à semelhança dos seus conterrâneos, oca de afectos. Observando os casais que passeiam ao Domingo, Batalha comenta:

As mulheres e os maridos nunca se dão o braço, nunca se apoiam uns aos outros. Vão indiferentes, de braços caídos, mãos espalmadas, olhando vagamente, ao longe, sem troca de ideias ou de sentimentos, sussurrando, quando muito monossílabos, vogais de exclamação banal. Na frente, as crianças, muitas delas já compenetradas da respeitabilidade dos movimentos [...], marcham também maquinais e graves (*RI*, p. 161).

Do quadro elaborado pelo articulista luso, destaca-se a imensa frieza da família: não há demonstrações de carinho entre o casal, nem entre este e os filhos. A família é uma instituição rígida e impessoal. Nem mesmo quando os casais se namoram há qualquer chama de paixão ou manifestação de amor. Em Inglaterra, o namoro é uma etapa de vida triste e grave. Assim, os namorados, seja nas classes médias, seja nas populares, «nunca se falam, nunca se olham, não têm nada que dizer, nada de delicado, de vago, de íntimo, de feliz, de comovido que fazer sentir ou fazer compreender (*ibidem*, p. 162). No entender de Batalha, a ausência de afectividade explica-se como sendo o resultado de uma raça fria e pouco emotiva. Portanto, os jovens casais de namorados não dão mostras dos seus sentimentos uma vez que vão «seguindo [...] fatalmente os instintos da sua raça maquinal e semivazia», convencidos de que, desse modo, «estão sendo exemplos de nobres instituições e amando-se respeitavelmente» (*ibidem*). Como se depreende, o autor português considera que os ingleses mascaram e escondem a sua falta de afectividade sob o manto da respeitabilidade. Esta é, afinal, uma mera desculpa, uma justificação hipócrita, para a aspereza inata da raça.

Porém, ainda que a imagem paradigmática da família vitoriana típica seja uma de união, importa não esquecer que, para muitos viajantes estrangeiros, mormente franceses, esta é, inversamente, uma entidade fria que começa a ser moldada logo no momento em que os casais se namoram, o que, de certo modo, poderá ter ajudado a formar a percepção de Batalha e dos outros autores em apreço. De facto, entre as imagens estereotipadas dos ingleses, perpetuadas pelos grandes pensadores franceses, influências cruciais da Geração de 70, encontra-se a noção do casal inglês silencioso e

distante em antítese ao casal francês. Assim, no imaginário gaulês, distinguem-se dois tipos de amantes:

The French couple who will talk to each other even in moments of deep sentiment and even in scenes of vivid estrangement, and the English couple. The first are the babbling kind, the second the silent kind. The London boy and girl will meet on the Thames, spend most of their Sunday in some backwater of the river, looking at each other's eyes and at their tea basket occasionally, then part at five p.m. saying ritually: "Well, dear, next Sunday at the same time"³⁷².

Esta descrição ecoa, com efeito, na caracterização que Batalha Reis elabora dos jovens namorados ingleses, para os quais o silêncio e o distanciamento são mostras de probidade e respeitabilidade.

E era, ademais, a respeitabilidade, ou a moralidade forçada, que estava por detrás dos aspectos mais sinistros que assombravam as famílias vitorianas. Na verdade, guiados por um severo código de conduta moral, os vitorianos temiam a componente sexual dos relacionamentos humanos e, por isso, defendiam que «the restraint of sexual passion was a mark of higher civilization»³⁷³. Na Era Vitoriana, sexo tornou-se um assunto tabú e, por tanto se instar à sobriedade moral e à abstinência sexual, pode concluir-se que, «although the bedroom is a largely unrecorded area, the inference is that there was less sexual activity within late Victorian marriages than within earlier ones»³⁷⁴. Como o lar era um santuário e a família uma instituição sagrada, a sensualidade e o erotismo eram os poluentes nefastos do templo. É devido a esta repressão sexual que Batalha, Martins e Eça revelam que os casais ingleses, namorados ou casados, vivem sem paixão e sem amor. Porém, e paradoxalmente, é precisamente a forte insistência na temperança sexual e na castidade conjugal que leva a que o sexo, apesar de envolto em secretismo, fosse um assunto que tanta atenção suscitava.

Por detrás da respeitabilidade escondia-se o deboche, e a pureza do santuário familiar era constantemente violada pelos desejos que a moralidade mais queria reprimir. Fortemente controlados nos seus comportamentos e anseios libidinosos:

³⁷² H. M. P., *Op. cit.*, p. 112.

³⁷³ Nancy F. Anderson, *Op. cit.*, p. 79.

³⁷⁴ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 56.

For many young Victorian men and women, the only available people towards whom to direct erotic strivings were family members [...], with the most ardent love bestowed on parents, and even more commonly, because more available and less hampered by hierarchical distance, on brothers and sisters³⁷⁵.

As paixões incestuosas e anti-naturais tornaram-se, por conseguinte, um dos assuntos mais problemáticos e mais perturbadores dos vitorianos. O tabú em torno do incesto era uma realidade e, paradoxalmente, um tema que suscitava a preocupação dos legisladores, a atenção dos jornalistas e a própria criação literária, cujo paradigma era a obra de Emily Brontë, *Wuthering Heights* (1847), entendida como a exploração de fantasias sexuais entre irmãos, ia buscar inspiração a esta temática mórbida. Ao fazer do incesto o fulcro da trama de *Os Maias*, obra redigida em Inglaterra, Eça, na verdade, dava expressão a um tema muito polémico e muito debatido contemporaneamente. Aliás, no plano real, também muitos relacionamentos fraternais eram considerados de natureza pouco ortodoxa, entre os quais se destacavam os de Dorothy e William Wordsworth, Charlotte e Bramwell Brontë e, inclusivamente, Sarah e Benjamin Disraeli, o futuro, e influente, Primeiro-Ministro da rainha Victoria. Com efeito, «Sarah was so devoted to her brother that a contemporary described her feelings as “a passion bordering upon romance”»³⁷⁶. A família vitoriana é, portanto, uma entidade dicotómica que, à superfície, aparenta uma aura de perfeição e sacralidade, mas que, profundamente, alberga comportamentos aberrantes e pecaminosos.

Paralelamente, a repressão sexual também abria brechas na respeitabilidade da família. É verdade que Eça e sobretudo Batalha e Martins observam que os casais ingleses são frios e pouco propensos à manifestação dos seus sentimentos. Contudo, nem sempre é assim. Numa raça recente e, por isso, animalesca, não é surpreendente que Batalha Reis veja jovens «à luz do dia, nos lugares mais concorridos, quando algumas bebidas os sacudiu, estendidos pelos campos, aos dois e dois, beijando-se à vista do mundo, como animais inconscientes» (*ibidem*). Oliveira Martins, por seu turno, vai mais além. Ao visitar Sydenham, descreve que «estendidos na relva [...], corpo contra corpo, e abraçados, rapazes e raparigas, aos pares, mordem-se com beijos» (*IH*, p. 68). Depois, escandalizado, acrescenta: «Nunca observei disto, de dia, em Portugal, à luz do sol. O que será de noite [...]?» (*ibidem*, pp. 68-69). Na pátria do Outro, a expressão de sentimentos não conhece a moderação. Por um lado, existe uma clara

³⁷⁵ Nancy F. Anderson, *Op. cit.*, p. 70.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 71.

frieza emocional entre os casais e, por outro, há uma licenciosidade descomedida e despudorada. Qualquer das atitudes, no entanto, fere as susceptibilidades meridionais dos autores, de tal forma que Oliveira Martins não evita uma comparação directa com o seu próprio país, evidenciando, conseqüentemente, a alteridade inglesa.

Contudo, numa raça fria, seria de esperar que o casamento fosse uma instituição vã, um projecto contratual entre dois indivíduos. Contrariamente, Oliveira Martins salienta que o matrimónio em Inglaterra se celebra por amor, por isso, os casamentos não são «contratados entre os pais, como em França, por conveniência das famílias. São românticos» (*ibidem*, p. 153). Neste aspecto, a imagem retratada pelo autor luso incorre em contradição. Os casais não dão mostras de carinho; todavia, a união entre homens e mulheres ocorre movida pelos mais nobres sentimentos. Esta aparente incongruência da opinião martiniana relativamente ao casamento entre os ingleses existia, também, dentro da própria sociedade vitoriana. Em rigor, a liberdade de escolha de parceiros obedecia a determinadas regras e critérios. É um facto que, desde a época Tudor, não se negociava o matrimónio entre indivíduos que não se conheciam. No entanto, tanto nas classes operárias, como nas classes mais abastadas era esperado que ambos os membros do casal pertencessem ao mesmo escalão social. Aos pais assistia o direito de veto a determinadas uniões, mormente quando um pretendente não reunia os requisitos pecuniários que a família considerava desejáveis e, em termos de sentimentos entre os noivos, «Victorians subscribed to the conflicting doctrines that romantic love was one of the important foundations of true marriage, and that mutual affection and devotion could be relied upon to grow naturally as married bliss developed out of post-wedding experience»³⁷⁷.

No que toca a opinião de Ramalho, o matrimónio em Inglaterra não é um assunto sério. Dissolver uma união conjugal é tão fácil como realizá-la. Inversamente a Portugal, onde os nubentes se sujeitam a um complexo e demorado processo burocrático a fim de poderem trocar os seus votos matrimoniais, na Velha Albion a situação é bastante diversa. Desta feita: «É tão simples desfazer na Inglaterra um casamento! Fazê-lo é já neste país uma coisa tão sumária, tão rápida, tão passageira na vida, que o que admira é que o casamento inglês se não dissolva por si mesmo!» (*JB*, p. 50). A família não vê no matrimónio um passo fundamental na vida do indivíduo, pois os pais pouco se importam com as questões do dote e do enxoval da noiva e as próprias cerimónias

³⁷⁷ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 110.

nupciais, civis ou religiosas, são acontecimentos que se celebram em menos de uma hora e aos quais a família pode ou não assistir. Por vezes nem chega sequer a haver qualquer cerimónia, «dão-se duas libras aos *Doctor's Commons* pela dispensa de banhos; e está a coisa pronta» (*ibidem*, p. 51). O casamento é tratado com tanta leviandade que «o que tem sucedido a muita gente, [...] é esquecer-se de que deixou de ser solteiro» (*ibidem*, p. 52). Por conseguinte, «dessas facilidades [...] resultam inúmeros casos de bigamia e poligamia» (*ibidem*). Como se depreende, para o autor, os ingleses nem sequer respeitam a mais sagrada instituição familiar: o casamento. Se na Inglaterra, o casamento enfrenta perigos sérios e é tomado com ligeireza, o mesmo sucede em Portugal. Com efeito, Ramalho também considera a decadência desta instituição no seu país e, portanto, «falham os casamentos numa sociedade em que impera o dandismo, o *flirt*, o espectáculo e a leitura sentimentais»³⁷⁸. Se, antes de efectuar a sua viagem à Inglaterra, Ramalho fantasiava a perfeição da família inglesa, a realidade, porém, mostra-lhe outra faceta e, conseqüentemente, o casamento enferma de problemas graves tanto para lá como para cá da Mancha. Logo, neste caso, o Outro reflecte as problemáticas com as quais o Eu se debate. E, de facto, o casamento é uma entidade ameaçada tanto em Portugal como na Inglaterra vitoriana.

Numa época em que tanto se preza a pureza da família, «the Victorian ethic made fidelity the supreme virtue and sexual irregularity the blackest of sins. [...] Adultery, especially in the case of a wife, and no matter what the attenuating circumstances, was spoken of with horror»³⁷⁹. No entanto, de acordo com os autores em estudo, é, precisamente, o adultério que mais envenena o casamento na Inglaterra vitoriana, como, aliás, em Portugal. Com efeito, o tema da traição conjugal é bastante caro à Geração de 70, sendo, inclusivamente, um dos assuntos recorrentes nos romances queirosianos, dos quais *O Primo Basílio* é o exemplo que, primeiramente, assoma à mente. E é, sobretudo, o adultério feminino que mais interessa os autores, razão pela qual o abordaremos mais detalhadamente no capítulo dedicado à mulher inglesa.

Na «Farpa» de Setembro/Outubro de 1872, Eça e Ramalho discorrem longamente sobre a questão do adultério e apresentam-no como um comportamento fortemente entranhado na sociedade e, por conseguinte, de difícil extirpação. Assim, indagam-se os “farpistas”:

³⁷⁸ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 167.

³⁷⁹ Walter E. Houghton, *Op. cit.*, p. 356.

Ou o adultério é um facto fatal da natureza eterna, ou é um facto fatal da moral moderna. No primeiro caso, se ele é a antiga lei da promiscuidade animal, que apesar do apuramento nervoso da humanidade [...], permanece e impele pela sua fatalidade fisiológica - seria necessário para o extinguir, mudar a própria constituição natural ou esperar mais vinte séculos.

No segundo, se ele provém da corrupção do matrimónio e da sua decadência e descrédito como instituição social, se nasce da extinção da fé conjugal nos esposos, se deriva da perversão lançada na dignidade matrimonial pelo idealismo amoroso, [...] então é necessário fazer uma revolução nos costumes tão profunda como foi o cristianismo, que nos dê uma outra religião, outra moral, outra família e outro direito³⁸⁰.

Em Portugal, o ataque ao casamento deve-se, fundamentalmente, a um problema crónico de educação deficiente, pois «educação errada – namoro errado, casamento falhado, uma sociedade em crise»³⁸¹. Portugal é um país decadente porque decadente está também um dos seus sustentáculos sociais. Ora, a situação é idêntica na Velha Albion, onde o adultério floresce tal praga. Aliás, este é mesmo um comportamento natural numa raça que tem muito de instinto animal, sendo, simultaneamente, o produto da corrupção e decadência que se vive na Inglaterra finissecular, tão degenerada neste aspecto como Portugal. E os traidores do casamento tanto são homens como mulheres. Reportando-se especificamente à Inglaterra finissecular, Ramalho ilustra esta perspectiva com o exemplo de «um indivíduo acusado de se ter casado cinco vezes sem ter enviüvado vez nenhuma» (*ibidem*). Levado a tribunal pelas esposas enganadas, o homem não se mostrou perturbado pela indecência que havia cometido e «quando se ergueu do banco para recolher ao cárcere, condenado a seis meses de prisão, [...] enviou nas pontas dos dedos um ósculo saüdoso a cada uma das suas quintas partes» (*ibidem*, pp. 52-53). Como o autor demonstra, em Inglaterra a imoralidade reina e os adúlteros não se arrependem dos seus actos. O casamento é, portanto, uma instituição vã que se quebra com a maior das facilidades, pois, como o mesmo referia acima, não é um assunto tomado a sério pelos ingleses, tal como não o é pelos seus conterrâneos.

Continuando a ressaltar a proliferação de casos de adultério em Inglaterra, Ramalho alude ao caso escandaloso que envolveu *Sir* Charles Dilke, o qual foi bastante empolado pela imprensa em 1886. Nesse ano, Charles Dilke (1843-1911) era um dos jovens políticos da ala liberal mais promissores, sendo, inclusivamente, apontado como um dos possíveis sucessores de William Gladstone. Todavia, as notícias do seu

³⁸⁰ *Op. cit.* (2004), p. 544.

³⁸¹ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 167.

envolvimento extraconjugal com Virginia Crawford³⁸² manchariam a sua reputação e ditariam o seu afastamento político durante os próximos seis anos. Dilke negou sempre qualquer ligação amorosa com Virginia, a qual sustentou que o alegado amante não só mantinha um relacionamento de longa data com ela, como também com uma das suas criadas. Com base nas confissões da mulher, Donald Crawford pediu o divórcio, arrolando Dilke como responsável pela dissolução do matrimónio. Apesar de o divórcio ser legal em Inglaterra desde 1857, nas duas últimas décadas do século XIX era, ainda, um assunto muito problemático e, como afirma R. C. K. Ensor, «still held unspeakably disgraceful»³⁸³. Portanto, a fim de evitar a infâmia advinda do facto de ser o causador da ruptura de um casal unido pelos laços santos do matrimónio, Charles Dilke tentou ilibar-se de quaisquer responsabilidades no divórcio dos Crawford, sem, jamais, no entanto, ter conseguido provar a sua absoluta inocência³⁸⁴. Ramalho Ortigão, provavelmente toldado pela ênfase dada ao caso nas páginas dos periódicos, apresenta outros contornos para a situação, os quais mostram, mais uma vez, como, na Inglaterra, o adultério é algo muito frequente e levado com tanta ligeireza como o próprio casamento.

Segundo Ramalho, Virginia Crawford pede o divórcio ao marido com o fito de casar com Charles Dilke, de quem é amante. Depois descobre que «é vilmente enganada; [...] e ela vinga-se nobremente de tão repreensível fraude apelando para o pundonor do seu legítimo marido e entregando-lhe tôda a correspondência sentimental que recebera do seu odioso amante» (*ibidem*, p. 53). Donald Crawford intenta, então, a vingança contra Dilke e o resultado dita-se por um «transtôrno inesperado e gravíssimo para o partido liberal, de que Sir Charles é um dos chefes mais populares e mais ilustres!» (*ibidem*, p. 54). Assim, na opinião ramalheana, o problema não se prende inteiramente com a culpabilização dos adúlteros, mormente a parte feminina. Na Inglaterra não há lugar à tomada de ilações morais sobre a corrupção do casamento, uma vez que este é uma instituição moribunda no país, e o caso Dilke resume-se, afinal, a uma questão política. Na verdade, Ramalho abstém-se de condenar veementemente a adúltera *Mrs.* Crawford, tão responsável pela traição ao seu casamento, como o amante

³⁸² Virginia Crawford era irmã da cunhada de Dilke e mulher de Donald Crawford, um reputado *don* de Lincoln College, Oxford.

³⁸³ *Op. cit.*, p. 169.

³⁸⁴ Mais de um século depois, as dúvidas sobre o envolvimento de Charles Dilke com Virginia Crawford ainda subsistem. Contudo, para mais pormenores respeitantes ao caso *Crawford v. Crawford and Dilke*, entre os quais se salienta o facto de Virginia Crawford ter usado Charles Dilke como cortina de fumo para proteger a sua ligação adúltera com um obscuro *Captain* Forster, ou, ainda, para se vingar da sua descoberta da relação entre Dilke e a sua mãe, cf. A. N. Wilson, *Op. cit.*, pp. 457-460.

porque, como clarifica Elena Losada Soler, a propósito do aproveitamento literário da temática do adultério, «la evolución finisecular libera al narrador de las obligaciones morales y permite la creación de unos “contravalores” [...] que hacen posible una visión irónica sobre algo que [...] años antes era un flagelo social»³⁸⁵. Ramalho não deixa de ser irónico ao apresentar como «contravalor» do adultério a derrocada política. Assim, «que nesta lição tremenda aprendam as espôsas a medir os perigos da irregularidade conjugal! [...] Se não se portarem bem, faz-se-lhes como a Mistress Crawford: deitam-se-lhes abaixo os *whigs* e dá-se o ministério aos *tories*» (*ibidem*, p. 55).

É, igualmente, em tom algo irónico que Batalha Reis se pronuncia sobre o adultério em Inglaterra. Aflorando a quantidade de casos adúlteros e o facto de Jack, o Estripador preferir assassinar mulheres que tinham traído os maridos, o autor revela: «As novelas inglesas nunca descrevem adultérios e em Inglaterra os romances franceses são considerados a fiel fotografia duma sociedade onde nenhum casamento é feliz: donde se pode concluir que é arriscado julgar dos costumes dum país pela sua literatura» (*RI*, p. 105). Dando conta da raça hipócrita, Batalha esclarece que, sob a fachada da respeitabilidade e da santidade do casamento, a realidade é outra. As traições matrimoniais, com efeito, são «frequentíssimas neste país e nesta raça, mas intencionalmente, sistematicamente esquecidas, [...] sob o aspecto fleumático que aqui se atribui à virtude, para maior glória do povo superior e escarmento das outras gentes inferiores» (*ibidem*, p. 212). Ou seja, cultua-se a família e o casamento, mas a sacralidade destas instituições é constantemente esquecida e aviltada.

Curiosamente, no ano em que Jaime Batalha Reis envia as suas prestações para *O Repórter*, debatia-se, na imprensa londrina, algo que ficaria conhecido como «The Marriage Debate». Às opiniões polémicas da feminista e pensadora Mona Caird, emitidas em Agosto de 1888, de que o casamento convencional era uma inutilidade e um falhanço e que uma verdadeira união espiritual só existiria a partir do momento em que o casamento fosse um contrato celebrado livremente entre um homem e uma mulher e se um e outra pudessem entrar em comunhão e parceria ainda antes do casamento, seguiu-se um debate encarniçado entre as hostes proponentes das visões de Caird e os defensores da instituição matrimonial tradicional³⁸⁶. Ora, este esgrimir de argumentos mostra como, efectivamente, a sociedade vitoriana se fraccionava em torno do matrimónio. Contudo, o Verão de 1888 marca também o período de acção do

³⁸⁵ Elena Losada Soler, in Carlos Reis (dir.), *Op. cit.*, p. 98.

³⁸⁶ Cf. Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1992), pp. 167-169.

assassino de Whitechapel que tomaria de assalto as páginas de todos os periódicos relegando a controvérsia em torno da questão do casamento para segundo plano, o que pode explicar o silêncio batalheano relativamente a este assunto e o facto de o autor juntar as suas considerações sobre o adultério em Inglaterra nos mesmos parágrafos em que se refere aos actos macabros do Estripador e à sua preferência por adúlteras.

Antes de Batalha já Eça de Queirós também declarava que a santidade do matrimónio estava ameaçada em Inglaterra. Para o autor, os dois grandes perigos são, precisamente, o adultério e o divórcio que ocorrem em larga escala na sociedade inglesa, de tal modo que «Paris, Madrid, Viena, Nápoles, as cidades clássicas do adultério e do escândalo, ficam humildemente na sombra perante a colossal corrupção de Londres» (*CICL*, p. 247). Lembrando a imagem da Babilónia caída no vício, Eça refere que é ponto assente que em Londres a imoralidade é soberana. Porém, «supunha-se (os estrangeiros supunham ao menos) que a sociedade cultivada tinha no mais alto grau as qualidades de honestidade, de fidelidade, de pudor, de probidade doméstica, que foram sempre um dos grandes orgulhos ingleses» (*ibidem*), quando, afinal, «os adultérios, as fugas, os raptos, as seduções, os divórcios, os crimes de família, acumulam-se de ano para ano, dando à alta sociedade inglesa o aspecto sucessivamente decomponente de um fruto que apodrece» (*ibidem*, p. 248). Trata-se, novamente, da degeneração que afecta a sociedade e à qual nem as classes abastadas escapam. E o casamento, enquanto instituição, também enfrenta a decadência.

Eça alude apenas aos escalões sociais que melhor conhece para se referir à fragilidade do matrimónio em Inglaterra. O facto é que, na Inglaterra vitoriana, o casamento era apanágio dos segmentos populacionais burgueses e aristocráticos. Nas classes denominadas populares, mormente «among port labourers and street traders, in sections of the iron-working and construction industries, [...] even so fundamental an institution as legal marriage was in general disuse»³⁸⁷. E nos bairros urbanos decrepitos também não era hábito os indivíduos casarem, como Andrew Mearns confirmava em *The Bitter Cry of Outcast London*: «Ask if the men and women living together in these rookeries are married, and your simplicity will cause a smile. Nobody knows. Nobody cares. Nobody expects they are»³⁸⁸. Por conseguinte, para onde quer que se olhe no tocante à família inglesa, a constatação geral é de que ela, como tudo em Inglaterra, está imersa na duplicidade. Aparentemente, o país não tem rivais quando se trata de mostrar

³⁸⁷ Kellow Chesney, *Op. cit.*, p. 33.

³⁸⁸ In Sally Ledger e e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 29

a imagem da família perfeita e unida. Todavia, sob a superfície imaculada, esconde-se a depravação e a imoralidade. E nem mesmo a Família Real escapa às críticas ecianas.

Para os vitorianos, a rainha Victoria, com os seus nove filhos, representava o modelo familiar ideal³⁸⁹. Ao longo do século XIX, a Monarquia assumir-se-ia como o paradigma moral da nação, sobretudo a nível doméstico. Exaltando o exemplo notável da soberana e da sua família, Benjamin Disraeli proferia a 2 de Abril de 1872:

England is a domestic country. Here the home is revered and the hearth is sacred. The nation is represented by a family - the Royal Family; and if that family is educated with a sense of responsibility and a sentiment of public duty, it is difficult to exaggerate the salutary influence they may exercise over a nation³⁹⁰.

Contudo, Eça dá conta do contrário. Desta feita, a Família Real, à semelhança do resto da sociedade inglesa, prefere preocupar-se com o protocolo e com as suas obrigações inerentes do que cuidar da família. Assim, ao invés de se ocuparem do filho doente, tanto a Princesa como o Príncipe de Gales continuam a frequentar bailes e caçadas. Como Eça ressalva: «A realeza tem certas escravidões de etiqueta, que não deixa tempo aos deveres da paternidade ou às inquietações do sentimento» (*ibidem*, p. 264). Porém, para o autor, isso não justifica a frieza com que os reais progenitores tratam do filho e, sobretudo, não explica o porquê de a «princesa de Gales, [...] uma senhora de tão altas virtudes» ir para «o teatro do Criterion ouvir as pilhérias de uma farsa picante - os “Dominós Cor-de-Rosa”» (*ibidem*, pp. 264-265) quando os jornais anunciam uma recaída no estado de saúde do pequeno príncipe. Segundo o articulista, a Família Real é o espelho da sociedade inglesa, na qual os sentimentos familiares são relegados para um plano secundário. Por isso, o que fere a sensibilidade de Eça «é a indiferença gelada, que o público inglês, sempre tão sôfrego de fazer espalhafato com o seu amor à dinastia, tem mostrado por esta infeliz criança. Nem uma linha oratória nos jornais, nem uma expressão dedicada de simpatia, nada!» (*ibidem*, p. 264).

Ainda que, a princípio, veiculem certos estereótipos concernentes à família vitoriana, os autores de que nos ocupamos não conseguem dar consistência aos mesmos, uma vez que se apercebem das incongruências que minam a respeitabilidade da família em Inglaterra. Portanto, a imagem que nos transmitem é a de uma família *estranha* em consonância com a sociedade aberrante e dúplice em que vive. E a família é a esfera

³⁸⁹ Cf. F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 65.

³⁹⁰ *Apud* Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 55.

preponderante em que vive um dos seus elementos mais importantes: a mulher, também ela tão ambígua como o resto da sociedade vitoriana inglesa do *fin-de-siècle*.

2.3.3. Um Anjo no Lar? A Mulher Inglesa

Antes de enveredar pela caracterização da imagem que estes autores em estudo veiculam da mulher inglesa, importa esclarecer que a mulher é, primordialmente, uma instância de alteridade, um Outro «separated from the manly, independent “self”»³⁹¹. E, na Inglaterra vitoriana, a mulher era apercebida, na verdade, como um ser distinto e diferente do homem. Como explica mais detalhadamente Kathleen L. Spencer:

Victorian men and women must have seemed almost like two different, though symbiotically related, species. [...] Never in western society have gender roles been more rigid or more distinct (at least in the middle classes) than in the late nineteenth century. Victorian science [...] lent the weight of its prestige to the position that the physical distinctions between women and men were absolute, and absolutely determinate. In their nature and essence [...] women were unlike men; and this difference explained their limitations – physical, moral, and intellectual – and justified their legal and social disabilities³⁹².

Esta fractura, no entanto, fora agudizada, em Inglaterra, devido ao facto de se notar que nas cidades industriais havia um grande número de homens desempregados que ficavam em casa a tomar conta dos filhos, enquanto as mulheres garantiam o sustento familiar, algo que era encarado como uma subversão das leis naturais. Por conseguinte, «by the middle of the century the nature of the labour market had resulted in the workplace becoming defined as the man’s true sphere and the home as the proper place for his wife»³⁹³. Ademais, graças à proeminência e popularidade das categorizações darwinianas na sociedade vitoriana, a mulher é concebida como estando num patamar evolutivo inferior ao do homem. Portanto, «according to *fin de siècle* evolutionary wisdom the woman’s brain remained at an earlier stage of development

³⁹¹ Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 14.

³⁹² Kathleen L. Spencer, «Purity and Danger. Dracula, the Urban Gothic, and the Late Victorian Degeneracy Crisis», *EHL*, vol. 59, nº 1, Primavera de 1992, p. 205.

³⁹³ J. A. Banks, *Victorian Values. Secularism and the Size of Families*, Routledge and Kegan Paul, London, Boston and Henley, 1981, pp. 35-36.

and was the equivalent of a child's»³⁹⁴, o que oferecia uma justificação pseudo-científica à diferenciação entre homens e mulheres.

A distinção entre os sexos também se notava na sociedade portuguesa contemporânea e a temática da mulher era, inclusivamente, um dos assuntos mais caros aos intelectuais da Geração de 70. Eça, por exemplo, e nas palavras de António Machado Pires, «tem da mulher um conceito machista e reaccionário, transparente aliás em quase todas as personagens femininas. Sobre as naturais diversificações de carácter e comportamento, sensibilidade e expressão, decorrentes do sexo, Eça constrói uma teoria de segregação»³⁹⁵. Homens e mulheres são seres diferentes, e é isso que Eça e Ramalho discutem no número de Setembro/Outubro de 1872 de *As Farpas*. O homem é talhado para «as armas, a luta, a marcha, o salto, a ginástica», devendo, ademais, ocupar-se «dos seus negócios, do seu escritório, da sua política, dos seus fundos, do seu clube, dos seus amigos»³⁹⁶. Já à mulher resta movimentar-se na esfera doméstica. Consequentemente, «dê-se à mulher um alto interesse doméstico, e dá-se-lhe uma virtude invencível. Dê-se-lhe uma casa a governar, uma família a dirigir, e ela encontrará no seu coração mais valor para ser virtuosa do que nós encontramos razões no nosso espírito para sermos honrados»³⁹⁷. Como se constata, os papéis desempenhados por homens e mulheres são claramente distintos. E, como Taine também afirmava, nesta linha de pensamento, «une femme doit accepter sa condition, si elle veut se bien porter»³⁹⁸.

Esta imagem da mulher que reina dentro do recato do seu lar está conforme à imagem vitoriana do anjo no lar, expressão derivada de «Angel in the House» (1854), a celebração poética do amor marital escrita por Coventry Patmore. Este anjo é o ser benévolo que cria um universo de virtude e paz no seio da família e que ajuda o homem a descansar das inclemências da vida moderna e agitada. Desta feita, «in her guises of maiden, wife, and above all, mother, Woman (with a capital) had been appointed the guardian of moral virtue [...]. Woman, as the Angel in the House, was to save Man

³⁹⁴ Catherine Sandbach-Dahlström, «Bram Stoker's *Dracula*. Innocent Femina Sensualis, the Angel in the House and the Nature of Woman at the *Fin de Siècle*», in Alcinda Pinheiro de Sousa, Luísa Maria Flora e Teresa de Ataíde Malafaia (eds.), *The Crossroads of Gender and Century Endings*, Cadernos de Anglística, vol. 2, Centro de Estudos Ingleses da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 2000, p. 74.

³⁹⁵ *Op. cit.*, p. 171.

³⁹⁶ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, pp. 549 e 550.

³⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 551.

³⁹⁸ *Op. cit.* (1872), p. 111.

from his own baser instincts and lead him toward heaven»³⁹⁹. Portanto, como ambos os “farpistas” também notavam:

Vendo o marido sobrecarregado e sustentando pela firmeza do trabalho *aquela nau* – toma-se por ele de um grande respeito. [...] A mulher [...] vendo-se centro de actividade, na casa, e que é necessária a todos, e que a sua presença consola, e que a sua coragem fortifica, e que pelo seu trabalho e a sua actividade a família está confortada, asseada, farta, alegre [...], reina verdadeiramente⁴⁰⁰.

A mulher é, assim, encarada como o pilar da família e o seu garante de harmonia e é, simultaneamente, entendida numa perspectiva secundária em relação ao homem, nomeadamente ao marido, enquanto seu suporte emocional e ajudante na manutenção do lar modelar e resguardado do mundo exterior⁴⁰¹. Contudo, se, como vimos no capítulo anterior, o lar inglês encerra ambiguidades tremendas e irreconciliáveis, estilizando-se a percepção da sua incorruptibilidade, no retrato elaborado pelos autores em apreço, o mesmo sucede em relação à apreensão da mulher inglesa vitoriana. Antes sequer de empreender a sua viagem à Velha Albion, já Oliveira Martins salientava a duplicidade que, de um modo geral, caracteriza a mulher inglesa em *Os Filhos de D. João I* ao reportar-se à personalidade de D. Filipa de Lencastre. Referindo-se em concreto à rainha medieval, observa: «Era boa, suave, loura; era grave e serena, como as inglesas são, embora tenham dentro de si uma de duas coisas, ambas fortes: ou o sentimento arreigado do dever, ou a violência indomável da paixão»⁴⁰². Esta ideia de uma mulher dúplice, séria e emocional, não só estava em consonância com a própria natureza da raça, como não é exclusiva dos autores em estudo. Enaltecendo as mulheres inglesas, sobretudo se comparadas com as francesas, Taine admite que «elles sont simples et affables»⁴⁰³ para, posteriormente, aludir à «exubérance et la liberté de la séve et de la force animales»⁴⁰⁴ que as caracteriza. É, portanto, sob o prisma de uma alteridade dúplice (a mulher é o Outro, e a inglesa é uma criatura de ambiguidades) que se pode olhar para o retrato que os autores em análise revelam das inglesas vitorianas.

³⁹⁹ Kathleen L. Spencer, *Op. cit.*, p. 205.

⁴⁰⁰ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, pp. 550-551. Itálico no original.

⁴⁰¹ «The angel provided the home environment that promoted her husband's and children's well-being in the world; she also provided a haven from its worst pressures through her sound household management and sweetness of temperament», M. Jeanne Petterson, «No Angels in the House. The Victorian Myth and the Paget Woman», *The American Historical Review*, vol. 89, nº 3, Junho de 1984, p. 677.

⁴⁰² *Op. cit.* (1993), p. 14.

⁴⁰³ *Op. cit.* (1872), p. 91.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 93.

Em termos genéricos, Eça de Queirós não tece apreciações muito favoráveis em relação à mulher, bastando para isso analisar os seus romances. Assim, entre os exemplos sobejamente conhecidos, contam-se Maria Eduarda que, em *Os Maias*, traz consigo o estigma do pecado e a perdição de Carlos, ou Luísa de *O Primo Basílio*, a mulher ociosa que, toldada por leituras que lhe excitam os sentidos, se deixa cair em tentação. E até no conto *Singularidades de uma Rapariga Loira* (1874), Eça cria a personagem de Luísa Vilaça, a cleptomaníaca que leva, sucessivamente, a ruína ao honesto Macário, depois a vergonha e, por fim, o auto-exílio na província. Como António José Saraiva relata, «o objecto mais completo do desejo, a fonte suprema da sensualidade nos romances de Eça, é a fêmea humana, que é também a origem de todo o engano. Ela [...] é a portadora do pecado, imagem do diabo»⁴⁰⁵. Aliás, mesmo em apreciações generalistas, o autor não se coíbe de dar das mulheres uma impressão desfavorável. Escrevendo sobre o Orleans-Club nas «Crónicas de Londres», Eça refere que este «será também um clube feminino, o que lhe trará inevitavelmente por um tempo o encanto e mais tarde a ruína» (*CICL*, p. 201). Nesta óptica, não se augura, portanto, uma grande benevolência na elaboração eciana da imagem da inglesa.

Ainda que o retrato queirosiano da mulher inglesa não seja particularmente positivo, no artigo «Uma Partida Feita ao *Times*», Eça deixa o leitor ver um pouco o que é a personificação da mulher-anjo vitoriana. O jornalista literário elabora, então, uma cena na qual uma jovem virginal lê a passagem obscena publicada pelo venerando periódico, como sabemos o tema principal do artigo, explicando como isso é chocante para este tipo de mulher inocente. Trata-se de:

Uma fresca e loura criaturinha de dezoito primaveras, puro lírio doméstico, que faz a leitura do *Times* a um velho tio general [...]; de repente, porém, o pobre anjo gagueja, pára, faz-se da cor de uma rosa, treme, a sua vergonha é tal que lhe saltam as lágrimas dos olhos, e foge, [...] – ou então, caso pior, a doce rapariga, na sua candura de flor de estufa, não compreende, imagina que “aquilo é política”, continua a ler com a sua voz de ouro, - e o venerável tio ouve de repente sair dos lábios de botão de rosa, feitos só para murmurar o que há de mais casto [...], um enxurro torpe de babugens lúbricas (*TI*, p. 172).

Como se nota, esta é, com efeito, uma imagem caricatural exagerada pelo jornalista literário, mas que permite depreender o estereótipo da mulher-anjo, paradigma de pureza e recato. Esta tem invariavelmente a tez clara, símbolo de virgindade e

⁴⁰⁵ *Op. cit.* (1990), p. 154.

inocência, e entre as suas virtudes contam-se «innocence, meekness, lack of opinions, general helplessness, and weakness»⁴⁰⁶, tal como Eça ilustra através da citação acima transcrita.

Jaime Batalha Reis evita o tema da mulher inglesa angelical. Porém, o seu compatriota Ramalho Ortigão embarca na sua caracterização. Antes de empreender a sua deslocação à Inglaterra, Ramalho visita, como sabemos, a Exposição Universal de Paris, onde se deslumbra com quadros ingleses em que se pintam «as jovens *miss* madrugadoras envoltas na claridade fria, [...] as carnações femininas de uma brancura alabastrina, as bôcas mimosas e rubras como cerejas, as [...] *toilettes* em que o branco, o azul e o vermelho cru tomam uma parte predominante»⁴⁰⁷. Na verdade, o que este viajante contempla é o retrato idealizado da clara e virginal *miss* inglesa. Quando, por sua vez, chega a Inglaterra, Ramalho tem a oportunidade de verificar *in loco* e ao vivo as *misses* que tanto o haviam tocado nas telas que vira na exposição parisiense. Impressionado, constata:

Não há cabecinhas mais pequenas, mais bem feitas, de cabelos mais luminosamente louros, mais simplesmente e mais gentilmente penteados. Finas sem debilidade, sòlidamente esbeltas, de uma pele [...] marmórea [...] dos adstringentes contactos da grande esponja embebida em água desnevada; com belos olhos singelamente profundos mas não exaltados, sem se imobilizarem na pasmaceira de si mesmos [...], - estas criaturas de focinho tão fresco, tão amorangado, parece-me realmente serem, [...] uma das mais perfeitas coisas que a natureza se tem dignado de submeter à apreciação da crítica (*JB*, pp. 94-95).

Neste quadro de beleza «gentil» e «singela», a denotar a virtude da mulher inglesa, apenas «a mãozota da burguesinha inglesa é que alguma coisa lá deixa talvez a desejar...» (*ibidem*, p. 95). No entanto, mais importante para Ramalho é salientar a beleza do rosto, pois é através dele que se conhece a mulher-anjo. Aliás, como ressalva Nina Auerbach, «a woman's face is the source of her spiritual power»⁴⁰⁸. Por conseguinte, uma mulher à qual faltasse virtude seria feia, enquanto que uma mulher de traços bonitos, sobretudo no que diz respeito à face, era uma mulher de carácter casto e

⁴⁰⁶ Inderpal Grewal, *Home and Harem. Nation, Gender, Empire, and the Cultures of Travel*, Leicester University Press, London, 1996, pp. 37-38. Contrariamente, uma tez escura sugeria sensualidade, «or, in Victorian terms, fallen woman», *idem*, *ibidem*, p. 37.

⁴⁰⁷ *Op. cit.* (1945), p. 170.

⁴⁰⁸ Nina Auerbach, *Woman and the Demon. The Life of a Victorian Myth*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts and London, 1982, p. 103.

irrepreensível⁴⁰⁹. A par da beleza física, «estas meninas são duma simplicidade de *toilette*, de uma gravidade de maneiras, duma graça de porte verdadeiramente superior» (*ibidem*, p. 96), o que só vem reiterar a imagem da inglesa paradigma do eterno feminino. Ao referir-se ao porte da *miss* inglesa e à sua «gravidade de maneiras», Ramalho insiste numa ideia bastante difundida e que, inclusivamente, já fora veiculada por Almeida Garrett. Em *Viagens na Minha Terra*, o autor descrevera o aspecto daquela ao ressaltar «o garbo teso e aprumado da perpendicular *miss* inglesa que parece fundida de uma só peça»⁴¹⁰. Assim, a inglesa reflecte a gravidade que, como vimos anteriormente, caracteriza a raça.

Mas, o retrato desta mulher superior ainda está incompleto. Querendo mostrar ao leitor como ela é realmente, Ramalho acrescenta que as inglesas: «Conversam pouco em geral [...]. As senhoras contentam-se em dizer sempre e invariavelmente: - *Que mau tempo!* - *Que tempo lindo!* - ou - *Que “glorioso” tempo!* [...] Com os homens é preciso solicitá-las à ponta de perguntas» (*ibidem*. Itálico do autor). Na verdade, mesmo na segunda metade do século XIX, a ideia de uma mulher de valor era a da mulher que falava pouco «not only within the church but in all public spaces»⁴¹¹. É a mulher contida, séria, grave, a mulher tal figura de anjo que, dentro dos parâmetros vitorianos, é a mulher conforme à normalidade⁴¹². E para Ramalho, e também para Eça, esta é uma mulher muito diferente da portuguesa que, desde tenra idade, «se enfarinha de pó de arroz», que é ensinada para saber como «vestir[-se], estar, andar, sentar-se [...], dominar as atenções, ser espectáculo» e que, ao invés da simplicidade, traço também ressaltado por Stendhal a propósito da inglesa⁴¹³, prefere adornar-se «por meio das sedas sonoras, das caxemiras, das pedrarias [...], das rendas loucas, dos saltos à Luís XV»⁴¹⁴ e tudo isso apenas para conquistar um noivo. Neste caso, repara-se, portanto, que o Outro é uma imagem positiva e o Eu um reflexo negativo e imperfeito. A portuguesa declina a água pura para, ao contrário, empoeirar o rosto e abusa das *toilettes* elaboradas e espalhafatosas a fim de dar nas vistas, ao passo que a inglesa prima pela simplicidade que a torna virtuosa.

⁴⁰⁹ A propósito de a fisionomia feminina ser indiciadora do carácter da mulher vitoriana, cf. Inderpal Grewal, *Op. cit.*, pp. 27-30.

⁴¹⁰ *Op. cit.*, p. 73.

⁴¹¹ Laura Morgan Green, *Op. cit.*, p. 2.

⁴¹² Com efeito, «the “normal” or pattern Victorian woman is an angel», Nina Auerbach, *Op. cit.* (1982), p. 64.

⁴¹³ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 115.

⁴¹⁴ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, pp. 547-548.

Todavia, não é só neste aspecto que a inglesa se avantajava face à portuguesa. Enquanto esta última é medrosa, a primeira é destemida, algo igualmente notado por Stendhal⁴¹⁵, e, para Ramalho, a ilustração que corrobora esta ideia é a da amazona inglesa:

Em Lisboa há algumas meninas que julgam *andar a cavalo*. Pura ilusão! Em Lisboa o que há é cavalos que *andam a menina* [...]! Em Inglaterra existe a *horse woman*, em Portugal não existe a *mulher de cavalo*; e todavia vendem-se, compram-se e anunciam-se [...] *cavalos de senhora*. Compreendem a distinção.

A portuguesa tem medo. [...] A inglesa bem educada, assim como o inglês correcto, não sabe o que é o medo. A diferença principal das duas educações é essa (*JB*, pp. 98-99. Itálicos do autor).

Trata-se, mais uma vez, de um problema de educação como refere o jornalista literário dirigindo-se directamente aos leitores. A inglesa é treinada para a bravura, sendo, conseqüentemente, «enérgica e resoluta» (*ibidem*, p. 99); a portuguesa, ao contrário, é medrosa porque é educada para dar nas vistas. Por isso, é que chega «muitas vezes a fazer-se ainda mais assustada do que é» (*ibidem*, p. 98). Face ao Outro, neste caso face à mulher Outra, o Eu não passa de uma pálida caricatura sem viço. Para Ramalho, a mulher inglesa é uma loura virginal, simples, séria e destemida.

Similarmente a este autor, Oliveira Martins também observa a mulher-anjo inglesa. E contempla-a no meio da natureza em Hyde Park:

A *miss* loura, de olhos cor de pavinha, profundamente doces, com o busto delgado a desabrochar na elegância [...]; com a pele aveludada de uma orquídea, [...] sorriso angélico, a virgindade a saltar na vermelhidão súbita da face, e a modéstia escrita [...] no descer das pálpebras franjadas de pestanas longas: a *miss*, loura imagem da inocência, Eva incapaz de cair, cujas palavras soam como notas cristalinas [...]; em boa verdade, dá vontade de a gente cair de joelhos diante dela, não como diante das mulheres, mas sim com a adoração devida aos querubins (*IH*, p. 54).

Na realidade, Martins mais não faz do que traduzir das *Notes sur l'Angleterre* o que Taine pensava da inglesa: «La vierge blonde, aux yeux baissés, rougissante, plus pure qu'une madone de Raphael, sorte d'Ève, incapable de chute, dont la voix est une musique, adorable de candeur, de douceur, de bonté, et devant laquelle on est tenté de baisser les yeux par respect»⁴¹⁶. Martins, o viajante que corrobora o que outros antes de

⁴¹⁵ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 115.

⁴¹⁶ *Op. cit.* (1872), p. 72.

si tinham dito⁴¹⁷, e que vê o que era suposto ver, revela, então, um ser imaculado, pouco terreal, um anjo, uma Eva antes da Queda, uma mulher clara e fisicamente bela que evidencia todos os traços da virtude. É, igualmente, um Outro superior ao Eu porque também «há louras no continente [...]; mas são espessas e desenxabidas. Para virgens, as inglesas», que, na verdade, «são a mais bela e perfeita flor feminina» (*ibidem*), ou, como Taine diria, «elles sont la plus parfaite fleur du pays»⁴¹⁸.

À parte a aparência física desta mulher, Martins também não se esquece de referir a sua faceta de anjo do lar, consciente, ademais, de que este é um ser divinizado na Inglaterra. Desta feita: «A mulher é *Hestia*, ou *Vesta*, a deusa do lar doméstico, senhora ou rainha do *home*, donde reina, disciplinando a vida, submetendo o lutador ao regime, muitas vezes mal sofrido, da moral, ou do *cant*» (*ibidem*, p. 58). Ou seja, este anjo é, igualmente, um ser poderoso que governa ferreamente o microcosmos do lar e nisto, de facto, a mulher vitoriana é uma vencedora, pois nunca anteriormente detivera tanto poder⁴¹⁹. Se ao homem compete a responsabilidade de prover ao sustento financeiro da família, «the family's moral wellbeing remains de responsibility of women»⁴²⁰. Paralelamente, entre as funções declaradamente femininas contam-se administrar, sabia e contidamente, o rendimento ganho pelo marido, distribuindo-o pelas necessidades familiares e do lar, zelar pela educação das crianças, gerir e regular o uso do tempo de modo a que este não seja gasto inutilmente e, senão mais importante, e o que realmente confere um imenso poder à mulher, «it depends upon woman whether man shall enter upon the duties of life, as man, duly prepared both in capacity and in habits for the performance of them»⁴²¹. Portanto, talvez, quem sabe, fosse a esta *Femina domestica* que Eça se referia quando, em carta a Ramalho datada de 8 de Abril de 1878, confessava necessitar de uma mulher que o curvasse a bons e sadios hábitos de vida e que o corrigisse. Como declara:

Eu precisava de uma mulher serena, inteligente [...], de carácter firme disfarçado sob um carácter meigo... que me [...] obrigasse a levantar a certas horas, me forçasse a ir para a cama a horas

⁴¹⁷ Stendhal também dera da mulher inglesa uma imagem semelhante à oferecida por Taine. As inglesas, então, «gardent toujours quelque chose du charme des enfants [...], aux yeux ornés de long cils, au regard presque angélique, au teint transparent, si profondément coloré à la moindre émotion», Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 117.

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁹ A este respeito, a especialista da temática da mulher vitoriana, Nina Auerbach, explica que dentro da esfera doméstica «women are granted unprecedented power in its prisonlike space», *Op. cit.* (1982), p. 72.

⁴²⁰ Hilary Fraser, *Gender and the Victorian Periodical*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 2003, p. 107.

⁴²¹ Idem, *ibidem*, pp. 103-104.

cristãs – e não quando os outros almoçam – que me alimentasse com simplicidade e higiene, que me impusesse um trabalho diurno e salutar⁴²².

Em suma, Eça quer um anjo do lar, senhora incontestada do mesmo, sustentáculo da família e do homem. Contudo, será que semelhante criatura ideal e idealizada existe realmente? Como Eça prontamente responde: «A não ser nalgum romance inédito de Octávio Feuillet – em parte nenhuma»⁴²³.

Ora, ainda que simbolize o tipo supremo de mulher e, ademais, a mulher considerada “normal” na Inglaterra vitoriana, a mulher-anjo representa, paradoxalmente, uma transgressão de paradigma. Ela não é, com efeito, um ser natural, como Oliveira Martins tão bem notava em *A Inglaterra de Hoje*, ao referir-se às excelsas *misses* inglesas como «produtos artificiais superiores do requinte inglês» (*ibidem*, p. 54). Na verdade, a própria expressão “mulher-anjo” encerra noções irreconciliáveis. Atendendo ao esclarecimento avançado por Nina Auerbach:

In traditional Christian angelology, angels and women are only tangentially allied. Initially angels were by definition masculine [...]. Not only are angels masculine, but they are typically martial, armored figures. Above all, they are distinguished by their dazzling mobility as they conquer space [...].

To be an angel, then, is to be masculine and breathtakingly mobile [...]. The Victorian angel in the house seems a bizarre object of worship, both in her virtuous femininity with its inherent limitations – she can exist only within families, while masculine angels exist everywhere – and in the immobilization the phrase suggests⁴²⁴.

Ademais, ao longo do reinado de Victoria, a noção da mulher anjo do lar também seria em si difícil de sustentar porque, cada vez mais, e devido a um império em expansão em cujas fronteiras se desenrolavam inúmeras guerras, as mulheres se juntam aos esforços bélicos da nação. Assim, «making flags, banners and warm clothing for the troops, raising wartime subscriptions and providing relief to wounded seamen and soldiers were the principal means whereby women could transcend their confinement in the domestic sphere. With Victoria’s accession to the throne, the female Roman emblem for Britain, Britannia, was increasingly clad in sword, shield and

⁴²² Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 147.

⁴²³ Idem, *ibidem*. Octave Feuillet (1821-1890) foi um romancista francês bastante popular pelos seus *folhetins* (palavra derivada do seu nome), isto é, a serialização dos seus romances em periódicos.

⁴²⁴ *Op. cit.* (1982), pp. 70-72.

armour»⁴²⁵. O anjo é, conseqüentemente, uma figura marcial que lembra a imagem do Arcanjo Miguel com a sua espada e o seu escudo. Por outras palavras, epítome da feminilidade, a mulher-anjo é recriada a partir de um modelo masculino caracterizado por uma extraordinária liberdade de movimentos que ela não pode igualar por estar aprisionada na sua exígua esfera doméstica e, conotada com a passividade e a doçura, a mulher-anjo não se enquadra bem na figura marcial dos anjos tradicionais. Trata-se, portanto, de uma imagem passível de abrir brechas e difícil de manter⁴²⁶. A mulher-anjo, afinal, é um ser ambíguo que, terrivelmente, se pode plasmar a uma outra imagem, também ela recorrente na época, a mulher-demónio.

Na verdade, já em 1875, Eça alertava Ramalho a não se deixar contagiar por certas noções relativas à mulher inglesa que a mostravam como um ser magnífico. Certamente que o autor tinha em mente as opiniões tainianas em relação a este assunto e que, primordialmente, definem a inglesa na óptica das suas qualidades. É, de facto o autor francês que afirma:

Quand on cause ici avec une femme, on se sent reposé, touché, presque heureux; leur accueil est bienveillant, amical; et quel sourire de bonté douce et calme! Aucune arrière pensée; l'intention, l'expression, tout est ouvert, naturel, cordial. On est à l'aise bien plus qu'auprès d'une Française; on n'a pas la crainte vague d'être jugé, raillé; on ne se sent pas en présence d'un esprit [...] qui réclame des anecdotes, du piquant, du brillant⁴²⁷.

Na verdade, se bem que, por vezes, incorra em algumas contradições, a imagem tainiana da mulher inglesa é muito benévola, superando esta a francesa em todos os aspectos. Porém, como Eça notava a Ramalho:

A inglesa é uma, vista através das litografias de anjos louros ou de amazonas riosas de Hyde-Park – e outra, vista na Inglaterra. O continente, sobretudo o sul, conhece – pelos romances, pelas gravuras, pelos versos, pela legenda – uma certa inglesa risonha, pura, loura, casta como a neve, boa amiga, boa caminhadora, cheia de *duches* de água fria e de princípios morais: esta é a inglesa de lá. Agora a inglesa de Inglaterra é outra coisa [...]. Você vem aqui e encontra a inglesa com mais temperamento,

⁴²⁵ Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 14.

⁴²⁶ Como conclui M. Jeanne Peterson : «Perhaps the angel in the house never really existed, and perhaps students of the Victorian period have been substituting fiction for fact, idealizations for realities, prescriptions for descriptions», *Op. cit.*, p. 679.

⁴²⁷ Hippolyte-Adolphe Taine, *Op. cit.* (1872), p. 91.

mais preguiça, mais saltos à Luís XV, mais horror ao banho frio, mais pieguice sentimental, mais delírio amoroso e mais frieza especuladora, do que em nenhum país perseguido de sol⁴²⁸.

Chegado a Newcastle há cerca de quatro meses (Eça partira de Portugal em Dezembro de 1874), é já como residente que este viajante faz valer o seu ponto de vista. Em pouco tempo, a imagem da mulher-anjo, que também havia contaminado o autor, desfaz-se. Esta já não é a Eva pura antes da Queda, «não: é uma mulher excessivamente filha de Eva e do Pecado...»⁴²⁹. Aliás, se mais não houvesse, bastar-nos-ia esta carta para percebermos a opinião queirosiana relativamente à inglesa. A portuguesa tem os seus defeitos, como sabemos. Todavia, a Outra inglesa não é, afinal, muito distinta dela. À semelhança das portuguesas, que rejeitam a simplicidade das maneiras e do trajar para arranjar noivo, as inglesas também calçam os infames «saltos à Luís XV», que tanto escandalizavam Eça, e também elas precisam «caçar o marido»⁴³⁰.

Para o autor luso, a mulher-anjo existe. No entanto, é uma fachada, uma máscara ilusória que esconde a «*besta* que estes anjos têm dentro»⁴³¹. Nem poderia ser de outro modo. A inglesa é o produto de uma raça sanguínea moldada pelo clima inclemente, uma raça bárbara que se cobre com o verniz da civilização, mas que não consegue, apesar de tudo, reprimir os instintos animais. Assim: «É por isso que se contêm, que são reservadas. É porque se conhecem: se não se coibissem, limitassem, enfaixassem – cairiam no delírio amoroso»⁴³². Mais tarde, nas «Crónicas de Londres», Eça acrescentaria que o que inibe as inglesas é também «o medo da opinião, do escândalo, da impressão; no dia em que este salutar receio diminuir [...] a Inglaterra voltará aos tempos mais devassos da sua História» (*CICL*, p. 248). Em suma, o anjo reveste o diabo, tal como a aparência civilizada encobre o bárbaro. Mas isso, como Eça, o viajante e residente, afirma, só se descobre indo à Inglaterra.

Durante muito tempo, Ramalho acreditou que a mulher inglesa era exemplar. Mesmo depois de Eça lhe dizer: «Meu amigo, seria necessário um livro: eu tenho apenas uma página. Assim, não se iluda na ilusão geral que toma a inglesa como a mulher ideal»⁴³³, nem desse modo Ramalho abandona o estereótipo. Por isso, quando visita a Exposição de Paris e se encanta com os quadros das virginais *misses* inglesas,

⁴²⁸ Eça de Queirós, «Carta a Ramalho. Março de 1875», *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 104.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*, p. 105.

⁴³⁰ Idem, *ibidem*, p. 104.

⁴³¹ Idem, *ibidem*, p. 105. Itálico do autor.

⁴³² Idem, *ibidem*.

⁴³³ Idem, *ibidem*.

tece a apologia da mulher saxónica alheado daquilo que o amigo lhe revelara. Comparando-a com a mulher francesa, refere:

Como companheira do homem a parisiense carece das qualidades especiais que caracterizam as mulheres inglesas. [...] Para acompanhar alegremente o homem nas longas viagens, nos ásperos trabalhos das missões científicas [...], para afivelar as suas malas, encaixotar o seu piano e partir dentro de vinte-e-quatro horas [...], a parisiense é irresoluta, fraca, impotente. Falta-lhe o sólido arcabouço da mulher britânica [...] e a grande contensão de espírito [...], a educação da vontade que dá à mulher inglesa o seu clima hostil, o seu puritanismo, a sua religião nacional, o seu *roast-beef* e a sua água fria⁴³⁴.

Como se constata, também para Ramalho a inglesa é o resultado do «clima hostil», bem como da educação. Contudo, se para Eça, o produto desse mesmo clima é a «besta», a mulher voluptuosa, com horror à água fria, para Ramalho o efeito é diferente. É o clima que confere à inglesa as suas qualidades e a sua robustez física e moral. É o clima que a “educa” para o estoicismo.

Porém, em Inglaterra, Ramalho, o viajante na “terra alheia” vai observar, tal cientista social, uma realidade distinta. Depois de dar a conhecer o anjo, o autor mostra um outro tipo de mulher. Em primeiro lugar, em Hyde Park, o local mítico onde se contempla o anjo louro e angélico, o autor não vê senão mulheres feias e rudes. Como confessa:

Nada direi da beleza famosa das senhoras da alta aristocracia britânica, porque não tenho certeza alguma de haver glorificado os meus olhos no contacto óptico dêsses sagrados enxertos da perna de Júpiter.

As damas que vi em Hyde-Park [...] devo dizer que pelo aspecto da sua carnação me fizeram o efeito de procederem antes de pernas de vitela cozida [...]: *toilettes* graves, olho morto, narizes suficientemente principescos e sorrisos ácidos, deixando-me convencer de que três ou quatro destas *ladies* seriam capazes de avinagrar todo o Tamisa associando-se para lhe cuspirem em cima, ao mesmo tempo, do alto de *London Bridge* (JB, p. 93).

Uma vez que não procedeu à observação da mulher bela, o cientista social não se encontra em posição para validar objectivamente a informação que detinha *a priori*: a existência da inglesa famosa pela sua beleza. Ademais, o paradigma da mulher clara, logo virtuosa, é quebrado porque nem a sua tez é alva, nem ela é a doce mulher-anjo, sendo, inversamente, uma mulher amarga capaz de comportamentos menos decentes e

⁴³⁴ *Op. cit.* (1945), pp. 8-9.

menos próprios para uma senhora, como, por exemplo, cuspir para o Tamisa. Por fim, a imagem da mulher-anjo é ainda mais estilhaçada porque Ramalho, que, em rigor, viu, de facto, mulheres lindas e virtuosas, contemplou-as à noite «nos teatros, em alguns camarotes, e sobretudo no palco, entre as actrizes e as figurantes; foi nos *bars* a darem à bomba da *pale-ale*» (*ibidem*, p. 94). Ou seja, os anjos que Ramalho observou e descreveu são mulheres mundanas. O retrato fica, por conseguinte, subvertido. Com efeito, «respectable women [...] would not go out alone by day unless they were married, and would not go out alone at night whether they were married or not, in order to avoid contact with, or the danger of being mistaken for, those “unfortunates” whose profession it was to minister to men’s “baser passions”»⁴³⁵. O anjo não está em casa na esfera da domesticidade e veio para a rua, para espaços públicos, à noite.

Pode presumir-se que este anjo não é, afinal, tão feminino como se pensava porque, tal como os anjos da mitologia cristã, não fica confinado num espaço exíguo, mantendo, conseqüentemente, as suas características masculinas. Em rigor, no meio do discurso encomiástico em relação à inglesa, Taine já deixara uma brevíssima alusão à masculinidade da inglesa que, por amar a vida ao ar livre e as longas caminhadas, não tem nada de feminino («rien de féminin»)⁴³⁶. Todavia, se Taine só muito *en passant* se refere a esta masculinidade, Eça de Queirós faz questão de a detalhar. Por conseguinte:

Basta observar um pouco as maneiras da inglesa moderna para se ver que ela poderá ser tudo – uma hábil cavaleira, uma excelente caçadora, um forte cocheiro, uma adorável amante, uma excelente atiradora à pistola, um óptimo companheiro de viagem, um atrevido parceiro para uma partida de *baccarat* – tudo, menos uma esposa e uma mãe (*CICL*, p. 248).

Nada neste retrato indica a feminilidade das inglesas. Esta mulher faz tudo o que um homem faz, todas as actividades que empreende são viris, incluindo a sua «paixão pelos exercícios masculinos» (*ibidem*). As únicas coisas que afirmariam o seu estatuto de mulher, mormente de mulher-anjo, são as coisas que ela repudia: o casamento e a maternidade. Na verdade, era corrente na época acusar-se a inglesa de ser má mãe, algo que Eça replica no seu artigo. No entanto, as acusações de que as inglesas são más mães prendem-se com o facto de, nas classes sociais mais privilegiadas, as mulheres entregarem as tarefas mais desagradáveis da criação dos filhos a pessoal contratado:

⁴³⁵ L. C. B. Seaman, *Life in Victorian London*, B. T. Batsford, London, 1973, p. 124.

⁴³⁶ *Op. cit.* (1872), p. 93.

So long as there were plenty of domestic servants available [...], it is difficult to appreciate how [...] upper-class and middle-upper-class mothers could have been much incommoded by even quite large families, since these domestics “cushioned” them, not only from housework but from the “unpleasantness of dealing with their own children”⁴³⁷.

Porém, esta depreciação perde de vista o facto de que estas mães, libertas dos constrangimentos associados aos cuidados com crianças pequenas, ganhavam tempo para brincar com elas, acarinhá-las e, até, ensinar-lhes aptidões necessárias à sua vida futura, tornando-se, por isso, mães mais atentas e mais participantes na vida dos filhos⁴³⁸. Similarmente, também as mulheres do operariado são entendidas como más mães. Trabalhando dezasseis horas nas fábricas, resta-lhes pouco tempo para a família e, por isso, são acusadas de indiferença para com a prole e negligência para com o lar⁴³⁹. Portanto, sob este ponto de vista, Eça de Queirós duplica certos sentimentos preconcebidos e prevaletentes na própria sociedade vitoriana, os quais, por sua vez, também são difundidos por Batalha Reis.

Nos onze anos que medeiam entre os primeiros artigos queirosianos das «Crónicas de Londres» e as «Revistas» iniciais de Jaime Batalha Reis, a questão da mulher, também comumente denominada *The Woman Question* na Grã-Bretanha, sofre alguns desenvolvimentos que importa focar. De facto, durante o século XIX, a imagem e a ideia da mulher como anjo de um reino intitulado lar seria desafiada tanto por mulheres como, inclusivamente, por alguns homens. Reivindicava-se o direito de as mulheres poderem possuir propriedade em seu nome próprio, pediam-se reformas a nível das leis respeitantes ao matrimónio e ao divórcio e, a partir da segunda metade da centúria, começa-se a requerer com bastante insistência o direito ao voto, causa controversa que, todavia, contava com a subscrição de nomes como o de John Stuart Mill, cuja obra *The Subjection of Women* (escrito em 1861, mas só publicado em 1869) apelava à representação feminina no Parlamento⁴⁴⁰. É, porém, nas duas décadas

⁴³⁷ J. A. Banks, *Op. cit.*, p. 45.

⁴³⁸ Cf. *idem*, *ibidem*.

⁴³⁹ Cf. Inderpal Grewal, *Op. cit.*, p. 39.

⁴⁴⁰ Já no século XVIII se iniciara o debate em torno dos direitos das mulheres, nomeadamente através da obra de Mary Wollstonecraft *Vindication of the Rights of Woman* (1792). E, antes de Stuart Mill, um outro pensador vitoriano muito influente, Samuel Smiles, o autor de *Self-Help* (1859), advogava um programa de promoção da condição da mulher que consistia numa série de reformas educativas, de vestuário, de saúde e que partia de uma «general predisposition to question the gendered assumptions of most of his contemporaries», Alex Tyrrell, «Samuel Smiles and the Woman Question in Early Victorian Britain», *The Journal of British Studies*, vol. 39, nº 2, Abril de 2000, p. 193. Em artigos como «A Word on Behalf of a Neglected Portion of Society» ou «Why Are Not Women Enfranchised?», Smiles castiga uma sociedade que nega às mulheres o direito à propriedade e que as impede de votar, embora as

derradeiras de Oitocentos que o debate em torno da questão da mulher mais se acentua devido ao advento da *New Woman*, a mulher que, cada vez mais frequentemente, deixa o lar para se dedicar a uma profissão, que quer acesso à educação superior⁴⁴¹ e que, mais radicalmente, insiste em que a mulher tenha o mesmo direito à liberdade de expressão sexual que o homem. Tudo isto abre grandes fissuras no paradigma feminino e, «in the eyes of most Victorian men, for women to deny their traditional role was to deny their womanhood, to challenge the distinctions between women and men upon which the family – and therefore – society depended»⁴⁴². Face a esta *New Woman*, a imagem da mulher masculiniza-se e torna-se cada vez mais aberrante. Ademais, trata-se de uma mulher perigosa que põe em causa a patriarquia e a supremacia da masculinidade e, por conseguinte, «a woman with masculine [...] qualities (and indeed good physical health) would potentially threaten the proper balance of power»⁴⁴³.

A 13 de Abril de 1888, Batalha Reis dava conta, pela primeira vez, desta masculinidade das mulheres inglesas⁴⁴⁴, referindo que estas, «sendo muito masculinas, são sempre mais fracas que as outras mulheres. A sua influência sobre os homens é limitadíssima» (*RI*, p. 90). Por ser máscula, a mulher não pode desempenhar aquele papel de anjo que auxilia o homem na esfera doméstica e que, como se debatia acima, o ajuda a desempenhar as suas funções de homem. Consequentemente, esta mulher não pode ter influência alguma sobre ele. E como, em Inglaterra, a mulher é mais masculina do que em outra parte qualquer, esta Outra é, neste aspecto, inferior ao Eu. Se esta era a opinião batalheana em 1888, cinco anos volvidos, mais especificamente, na «Revista» de 6 de Outubro de 1893, o discurso radicalizava-se. Desta feita, notam-se as seguintes observações deste residente em Inglaterra: «A mulher inglesa é muito pouco feminina», «A inglesa ocupa-se dos assuntos masculinos como um homem», «A mulher inglesa é [...] a pior dona de casa conhecida. A casa do operário ou do pequeno burguês de Inglaterra é o tipo da imprevidência, do estrago, do frio e do desagradável» (*ibidem*, p. 139). Se não há um anjo do lar, também este não pode ser o templo de asseio e paz que

reformas que preconizasse não se destinassem a incrementar a condição da mulher *per se*, mas a torná-la melhor esposa e melhor mãe, cf. *idem*, *ibidem*, pp. 194-195.

⁴⁴¹ O prosseguimento de estudos superiores pelas mulheres era encarado como uma transgressão da ordem social e do papel que, na sociedade cabia à mulher. Ademais, «the “self-indulgence” involved in pursuing independent study was seen as a transgression against religious, as well as filial, principle», Laura Morgan Green, *Op. cit.*, pp. 6-7.

⁴⁴² Kathleen L. Spencer, *Op. cit.*, p. 206.

⁴⁴³ Catherine Sandbach-Dahlström, in Alcinda Pinheiro de Sousa *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 74.

⁴⁴⁴ Referindo-se à opinião batalheana respeitante à mulher inglesa, Vanda Rosa discute que «o que vemos é o retrato de uma mulher masculina», *Op. cit.*, p. 112.

a imagem tradicional vitoriana queria transmitir e que, como debatemos anteriormente, Batalha não subscreve. Uma vez que um e outro estão interligados, então notamos que o pensamento de Batalha é, neste aspecto particular, bastante consistente.

Batalha não tece apreciações positivas em relação à mulher inglesa e é, por isso, que discorda da visão que Oliveira Martins apresenta dela. Como já referimos, este, antes de embarcar na crítica da inglesa, apresenta aos leitores a incomparável *miss* de olhos azuis «cor de pervinca», o anjo perfeito, a deusa do lar. E acrescenta, ainda, que «o inglês tem, e com motivo, uma vaidade íntima da formosura das suas mulheres [...] A mulher, que tem aqui um verdadeiro culto, como génio do *home* e encanto do lar, é considerada também como a mais bela obra de arte da natureza» (IH, p. 74). Para o residente Batalha, que, por isso mesmo, considera possuir um grande conhecimento dos ingleses, estas «reflexões do notável livro sobre a Inglaterra, do Sr. Oliveira Martins, podem fazer atribuir às mulheres, em Inglaterra, um papel que elas não têm» (RI, p. 138). Através desta afirmação, o residente demarca-se nitidamente do viajante de ocasião e, inclusivamente, nega o que este último declarara. Portanto, contrariamente a Martins, o que Batalha diz é que o anjo do lar não existe e, como tal, novamente reitera a sua convicção de que «um dos traços mais característicos dos homens ingleses é, na minha opinião, a pouca ou nenhuma influência que as mulheres, como mulheres, isto é, pelas suas qualidades femininas, delicadas, exercem sobre eles» (*ibidem*). E, portanto, «que os leitores não esqueçam esta proposição porque ela explica numerosos acontecimentos, casos, costumes britânicos» (*ibidem*, p. 174). Ou seja, Batalha insta o leitor a não olvidar o pouco estatuto que os homens ingleses conferem às mulheres, indiferença esta que, aliás, se torna «facilmente em hostilidade declarada» (*ibidem*), aspecto este de que o seu conterrâneo Martins não se apercebeu, mas que é importantíssimo, segundo a opinião batalheana. Na verdade, na emergência da *New Woman*, Batalha observa as lutas empreendidas pelas mulheres e os entraves que a sociedade patriarcal vitoriana lhes coloca, uma vez que, ameaçado, «the male world [...] must be allowed to triumph»⁴⁴⁵.

Devido a ser geógrafo, este autor foca a sua atenção no facto de as inglesas se poderem equiparar aos homens no campo da exploração geográfica. Assim, «a mulher inglesa é uma excelente exploradora geográfica – [...] forte, saudável, decidida [...] como qualquer homem» (RI, p. 174). Dadas estas qualidades, «parecendo natural e justo

⁴⁴⁵ Catherine Sandbach-Dahlström, in Alcinda Pinheiro de Sousa *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 74.

que mulheres pudessem pertencer à Sociedade Real de Geografia de Inglaterra, o conselho desta sociedade em 1893 elegeu 21, dentre as mais conhecidas damas viajantes» (*ibidem*). Porém, esta decisão inédita não foi bem recebida em Inglaterra. Na verdade, a mulher que quer entrar nos espaços tipicamente conotados com a masculinidade «takes her place amongst degeneration anxieties [...], anxieties about “sexuality” and [...] concerns about “virility” and fitness»⁴⁴⁶. Batalha dá conta destes anseios e receios e relata, em Junho de 1894, como, na opinião de muitos ingleses, «a entrada de mulheres na Sociedade Real de Geografia seria a morte desta sociedade» (*ibidem*, p. 175). Consequentemente, no advento da *New Woman*, «por uma considerável maioria, os *fellows* da Real Sociedade de Geografia de Inglaterra votaram contra a admissão de mulheres» (*ibidem*). E, portanto, Batalha, jornalista literário que deixa transparecer a sua opinião, ilustra com um exemplo concreto a hostilidade com que muitos homens ingleses tratam as mulheres, embora, no caso em questão, ele não se reveja na posição dos homens ingleses que se insurgem contra a admissão de mulheres na *Royal Geographical Society*.

Identicamente, também no que toca o campo da política, o autor revela as dificuldades que se deparam às mulheres inglesas. Ora, «no Parlamento inglês, as mulheres são apenas admitidas e não podem ser vistas. [...] Supondo-se a actual situação por demais ridícula, a administração interna da Câmara dos Comuns pensou em retirar *parte* – só *parte* da rede metálica que encobre as damas presentes às sessões» (*ibidem*, p. 176. Itálico do autor), decisão esta acolhida com «uma verdadeira tempestade» (*ibidem*) de protestos e reforma à qual o Parlamento inglês se opôs. No entanto, mais do que antagonismo contra a mulher, o inglês caracteriza-se, sobretudo, pela indiferença que nutre pela mesma.

A ausência de uma mulher feminina que faça o inglês perder tempo a pensar nela ou sobre a qual ele se possa apoiar é, na verdade, o que lhe permite superiorizar-se face aos outros. Num discurso que coloca sérias inquietações ao leitor contemporâneo, Batalha explica o seu ponto de vista:

A preocupação idealista íntima, graciosa, absorvente, pela mulher que nas outras raças tão profundamente molda, afeiçoa, transforma, poetiza, e, ao mesmo tempo também, enfraquece o espírito do homem, não existe para o inglês.

⁴⁴⁶ Rebecca Stott, *Op. cit.*, p. 22.

O inglês perde pouco tempo a pensar na mulher: e é esta uma das suas forças, e é este um dos seus grandes poderes de trabalho (*ibidem*, pp. 138-139).

Em conclusão:

Quando se celebra a liberdade inofensiva de que gozam as mulheres em Inglaterra, e o respeito que por toda a parte as cerca, comete-se um erro profundo. Os ingleses não passam junto das mulheres com respeito, mas com indiferença; não dão, muitas vezes, pela sua presença, não as vêem, não pensam nelas (*ibidem*).

Ao invés de dar só um retrato desapassionado da situação da mulher em Inglaterra, Batalha Reis, através de um discurso extremado em que, como jornalista literário, mostra as suas opiniões, deixa-nos perceber a sua dificuldade de aceitação da *New Woman* que, sem que o diga directamente, está patente ao mencionar «a liberdade» de que goza a inglesa e a sua masculinidade. E, na verdade, estes pruridos eram sentidos por muitos ingleses, os quais associavam a *New Woman* ao movimento Decadentista e à própria degeneração do *fin-de-siècle*. Nesta óptica:

To most late Victorians the decadent was new and the New Woman decadent. The origins, tendencies, even the appearance of the New Woman as the decadent – as portrayed in the popular press and periodicals – confirmed their [...] unhealthily near relationship. Both inspired reactions ranging from hilarity to disgust and outrage, and both raised as well profound fears for the future of sex, class, and race⁴⁴⁷.

Assim, ainda que transmita as suas opiniões pessoais, Batalha veicula convicções que atravessavam a própria sociedade vitoriana coeva⁴⁴⁸. Ademais, depreciando claramente a mulher inglesa, poderíamos pensar que este exemplo de alteridade servisse para deixar sobressair as qualidades da mulher portuguesa, isto é, do Eu. No entanto, esta é uma conclusão errónea e simplista. Partilhando das ideias dos seus colegas de geração, Batalha não deixa de ser cáustico em relação à mulher no seu contexto geral. No seu espólio existem várias anotações feitas pelo seu próprio punho a respeito de diversos assuntos, as quais acompanham o manuscrito de *O Descobrimento*

⁴⁴⁷ Linda Dowling, «The Decadent and the New Woman in the 1890's», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 33, nº 4, Março de 1979, p. 436.

⁴⁴⁸ Na verdade, a luta pelos direitos das mulheres não foi pacífica contando, inclusivamente, com a oposição de políticos liberais entre os quais se incluíam William Harcourt, Lord Rosebery e o próprio William Gladstone, opositor declarado do sufrágio feminino, cf. Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 96.

do Brasil Intelectual Pelos Portugueses do Século XX. Entre elas existe uma que trata da apreciação da mulher portuguesa e na qual o autor não traça um quadro muito positivo. Assim, esta é, genericamente, ignorante e maledicente e, ademais, a «mulher intelectual» lusitana é «ridícula»⁴⁴⁹. Se levarmos em consideração que tal anotação foi elaborada no advento do século XX, constatamos que o pensamento batalheano em relação ao assunto feminino também foi sempre muito consistente. E se a intelectual portuguesa é «ridícula», porque também de certa forma é uma *New Woman*, também a inglesa que se preocupa com a vida eleitoral do seu país o é, pois «para ela as eleições [...] não são nunca nem a vitória de certas ideias, nem mesmo a de um certo homem; são principalmente, um jogo, um *sport*, e, depois, uma satisfação da vaidade» (*ibidem*, p. 139). Portanto, no caso batalheano, a mulher é, enquanto mulher e independentemente da sua nacionalidade, um caso máximo de alteridade seja no tocante ao Eu, seja no que respeita o Outro, sendo, dos autores em apreço, o único que não nos dá, nem que seja de passagem e em tom mais ou menos irónico, como faz Eça, uma imagem da inglesa angelical.

Contudo, Batalha também nos oferece outras perspectivas da mulher inglesa que se prendem com problemáticas muito pungentes na sociedade vitoriana, nomeadamente questões de ordem demográfica, que ajudam a perceber melhor o advento do movimento de emancipação feminina. Como vimos, a característica principal que o autor atribui às inglesas é a sua masculinidade a qual começa a ser atribuída à mulher inglesa a partir do momento em que ela começa a reivindicar mais assertivamente os seus direitos. Uma das razões mais directas para o incrementar da discussão em torno da igualdade entre homens e mulheres prende-se, na verdade, com a necessidade de salvaguardar os interesses de um enorme número de mulheres solteiras que não tinham na família tradicional o seu garante de estabilidade económica e social. Assim, entre 1851 e 1871, o número de mulheres solteiras subiu em 16.8%, «resulting at the end of this period in an imbalance of women over men amounting to 463.700 individuals, aged fifteen and over»⁴⁵⁰. Portanto, «these “surplus” or “redundant women”, as they were called [...], were a powerful argument for the opening up of trades and careers to women. (They were also an argument for the suffrage, since they were unmarried and therefore “unrepresented” by husbands)»⁴⁵¹, pelo que são também questões de ordem

⁴⁴⁹ Cf. *Op. cit.* (1988b), p. 92.

⁴⁵⁰ J. A. Banks, *Op. cit.*, p. 36.

⁴⁵¹ Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 107.

iminentemente demográfica que estão por detrás da questão da reivindicação dos direitos das mulheres e, sobretudo, que justificam o facto de tantas mulheres não casarem. Uma vez que reside em Inglaterra, Batalha está perfeitamente consciente deste facto, pois, como elucida:

Quem vive em Inglaterra sabe que as famílias inglesas têm mais filhas que filhos. [...] Uma estatística muito recente mostra que em Inglaterra e Gales há mais de 200 000 mulheres solteiras que homens solteiros. [...]

Assim, em toda a parte o casamento é, para a mulher, uma situação material, a garantia da sua sustentação e da sua vida. [...]

Em Inglaterra, para 200 000 mulheres, essa solução legítima da existência é neste momento impossível (*ibidem*, p. 149).

De facto, Batalha imiscui-se na corrente contemporânea que, preocupada com o engrossar das fileiras das mulheres solteiras, se fundamenta em estatísticas que provam a existência conspícua e preocupante destas mulheres alheias ao padrão feminino tradicional. Deste modo, «studies of the Victorian spinster abound in stark statistical tables or ominously swelling percentage charts indicating her inexorable proliferation, a creature born less of feminist ideology than of the Malthusian march of numbers»⁴⁵². Não é, em suma, por a *New Woman* ter uma aversão declarada aos vínculos matrimoniais que há uma percentagem tão elevada de mulheres solteiras. É porque tão simplesmente não existem homens suficientes. Esta situação, para Batalha, ajuda a compreender porque é que as inglesas se dedicam a tantas actividades masculinas. Porém, não justificam inteiramente a sua masculinidade, que o autor considera natural nesta raça. Como se justifica:

Eis por que, além da natural masculinidade das mulheres inglesas [...], nós vemos na Grã-Bretanha as mulheres ocuparem todas as posições que até aqui eram [...] a especialidade do homem, estudarem todas as ciências, tentarem todas as indústrias, até mesmo a indústria política.

É que a inglesa precisa viver, sustentar-se, uma vez que não há homens que trabalhem para elas (*ibidem*, pp. 149-150).

Ademais, há, ainda, duas últimas razões que explicam o porquê de tantas mulheres não encontrarem homem para casar. Uma prende-se com o nomadismo

⁴⁵² Nina Auerbach, *Op. cit.* (1982), p. 113.

ingénito da raça e a outra deve-se a um dos factos mais transversais da sociedade vitoriana: o império. Assim sendo, junte-se a maior natalidade feminina do que masculina à «emigração de homens, muito superior à das mulheres para as colónias, para as explorações e para as simples viagens de recreio, e prever-se-á que, com efeito, há na Grã-Bretanha muito mais mulheres que homens» (*ibidem*, p. 149)⁴⁵³. Note-se que Batalha faz questão de salvaguardar que este é um problema britânico, logo mais abrangente, e não somente inglês. O império suga os homens, já para não mencionar o facto de os ingleses viajarem à toa como Batalha notava, e, por isso, também, é que há um *déficit* de homens em Inglaterra. Aliás, até as próprias mentoras do movimento feminista viam no império uma das justificativas para o elevado número de mulheres solteiras em Inglaterra. No seu artigo «Why Women Are Ceasing to Marry» (1899), Ella Hepworth Dixon dava, precisamente, conta desta situação. Segundo a autora, a vontade, e a necessidade, de ganhar dinheiro levavam muitos homens a buscar fortuna nos territórios britânicos ultramarinos, interpondo, por conseguinte, uma distância de continentes e oceanos entre eles e as inglesas. Portanto, «this [...] recklessness has brought, in this generation, its own Nemesis: an enormous number of young men who are obliged to seek a living in India, Africa, Canada, Australia, and New Zealand»⁴⁵⁴.

Ainda que não entre em considerações de índole demográfica, Ramalho, à semelhança de Batalha, também nota que a mulher inglesa cada vez mais se encontra menos confinada ao lar. Por ser um viajante que reside no país até onde se desloca, Batalha pode constatar que as mulheres invadem progressivamente os campos da ciência, da indústria e até da política. Inversamente, Ramalho, «passageiro» na Velha Albion como ele próprio diz, não tem essa oportunidade, mas, mesmo assim, consegue observar em que outras actividades se empregam as inglesas. Não podendo avaliar o que se passa nas esferas científica e política, Ramalho verifica, no entanto, que as inglesas trabalham no comércio, mormente porque, sendo ele um turista, contacta com elas directamente. Onde o autor de *John Bull* encontra inúmeras mulheres é «de manhã na rua à hora de abrir os armazéns de luxo em Regent-Street, em Pall Mall, em Old Bond e em Oxford Street. [...] Creio que tôdas ou quási todas são caixeiras ou escriturárias, ou vendedoras de balcão» (*JB*, p. 94).

⁴⁵³ Entre 1830 e 1891 emigraram cinco milhões de indivíduos da Inglaterra e de Gales, na sua grande maioria homens. Consequentemente, no início da década de 1890 existia cerca de um milhão de mulheres mais do que homens numa população total de vinte e nove milhões. Cf. Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 107.

⁴⁵⁴ Ella Hepworth Dixon, «Why Women Are Ceasing to Marry», in Sally Ledger e Roger Luckhurst (eds.), *Op. cit.*, p. 86.

Ramalho observa algo que ocorre realmente na sociedade inglesa: é crescente o número de meninas e mulheres que se dedicam a profissões na área do comércio e que, conseqüentemente, saem de casa e entram no espaço público. Nos últimos decênios do século XIX, dá-se uma enorme expansão comercial na Inglaterra, nomeadamente nas grandes cidades como Londres. Naturalmente, o comércio atrai clientes e produz empregos, e entre os novos clientes e os novos empregados estão as mulheres. Assim, e no caso particular que nos interessa, «Oxford Street drapers began to expand into multistory department stores. [...] To attract respectable middle-class women into the center, the expanded fashion emporia offered a series of services [...] and elegantly attired shopping girls who were quick to “understand” what other women “want”»⁴⁵⁵. O *West End* que Ramalho visita é rico em comércio e abunda em mulheres que vêem montras, passeiam, fazem compras e vendem os mais variados artigos. Os anjos estão à solta e tomam de assalto as ruas, espaço habitual de um outro tipo de mulher: a prostituta, a mulher proscrita. Por conseguinte, as mulheres-anjos entram no espaço da mulher-demónio, o que cria, desde logo, uma série de inquietações. Assim, «“decent women” – those who dress “quietly”, who never engage in communication with strange men, who go out at reasonable hours [...], should not be treated like prostitutes, like public women, when they enter public space»⁴⁵⁶. Contudo, a linha que separa a “mulher decente” da prostituta é muito ténue.

De acordo com Eça de Queirós, as inglesas são naturalmente inclinadas para os comportamentos licenciosos que vão desde a maneira provocante de se vestirem, ao abuso de bebidas alcoólicas até aos exageros de paixão. Deste modo:

A maneira como se vestem, o atrevimento dos olhares, o hábito das conversações picantes, o vício do namoro, o gosto pelas bebidas fortes [...] – tudo revela, a quem as conhece, uma tendência irresistível para o amor livre. A isto junte-se um temperamento ardente, uma imaginação excitada, uma natureza voluntária – e compreender-se-á a situação (*CICL*, p. 248).

Se compararmos este excerto com o que Taine afirmava sobre a inglesa ser uma senhora perfeita que não gosta de conversas «picantes», vemos que Eça estilhaça a imagem da mulher inglesa apresentada pelo mestre. Contudo, o que este salienta é que somente «quem conhece» a verdadeira inglesa é que se apercebe disto. Portanto, neste

⁴⁵⁵ Judith R. Walkowitz, «Going Public. Shopping, Street Harassment, and Streetwalking in Late Victorian London», *Representations*, nº 62, University of California Press, s. l., Primavera de 1998, p. 5.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 12.

aspecto, Eça não é um viajante apenas, é um residente que contacta de perto com o Outro, que se imiscui no seu mundo⁴⁵⁷ e é, simultaneamente, o jornalista literário que vai ao fundo dos assuntos para, dessa forma, mostrar ao leitor a realidade que apreende pessoalmente. No entanto, é importante esclarecer também que por detrás da apreciação negativa das inglesas por parte de Eça, que chega ao ponto de contradizer Taine, ele que tanto segue no alinhamento do mestre, está algum ressentimento de ordem pessoal como, aliás, esclarece João Gaspar Simões ao aludir a um romance falhado que o autor teria tido em Newcastle. Por isso, «o juízo de Eça de Queirós sobre a mulher inglesa em geral era, no fim de contas, o juízo sobre certa inglesa que o tinha deixado em “circunstâncias em parte cómicas, em parte melodramáticas”»⁴⁵⁸.

João Gaspar Simões oferece esta explicação a propósito da carta que Eça escreve a Ramalho, no início da sua estada consular, na qual, na sequência de um romance falhado, desfere um rude ataque às inglesas e em que exclama criticando: «Que decotes! que olhares equívocos! que atrevimentos! [...] E depois, que temperamentos!»⁴⁵⁹. Quando, alguns anos mais tarde, redige as «Crónicas de Londres», o tom depreciativo continua igual, pelo que não podemos inferir que Eça é negativo a respeito do carácter das inglesas apenas devido a razões do foro pessoal. Na verdade, o mesmo também sofrera desilusões com cidadãs americanas e não foi por isso que escreveria sobre as americanas no geral. E, antes de embarcar na sua carreira consular, Eça já criticara asperamente as mulheres e as meninas portuguesas. Na «Farpa» de Março de 1872, o retrato que, conjuntamente com Ramalho, elabora da menina lisboeta assemelha-se à imagem que dá das inglesas lascivas. Aquela é «um ser possuído de sensibilidade, de histérico, de apetites, de ideias subtis e profanas, de excitações e de nevroses»⁴⁶⁰. Portanto, as conclusões queirosianas negativas relativamente à mulher, seja inglesa ou portuguesa, não derivam de constrangimentos pessoais, mas assentam antes num ideário

⁴⁵⁷ Rejeitando a teoria de que Eça era um solitário que vivia murado em Newcastle, Maria Filomena Mónica refere que ele se teria enamorado por uma mulher misteriosa e que conhecia várias mulheres como o comprovam diversas fotografias em que o autor se encontra ladeado por desconhecidas. Esta investigadora também acrescenta que «Eça deve ter convivido sobretudo com mulheres de reputação duvidosa», *Op. cit.* (2001), p. 119. Este facto, foi também anteriormente notado, com maior veemência ainda, por João Gaspar Simões que ressalva, por exemplo, que, no estrangeiro, Eça «apenas cultivara aventureiras», *Op. cit.*, p. 515. Não nos compete ajuizar da reputação das pessoas que compunham o círculo de relações pessoais de Eça, mas importa-nos ressaltar que Eça era, de facto, um residente que privava com companhias femininas e que, por isso, conhecia mulheres inglesas.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, pp. 340-341. Em carta a Ramalho, Eça fala sobre «umas certas mangas de seda preta [...] sobre uma mão *mignonne* – mangas tão esquivas como amadas – ai de mim! – também elas [...] estão longe, longe da minha mesa, e não mais, por algum tempo, as verei», Eça de Queirós, «Carta a Ramalho. Março de 1875», *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 102.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 104.

⁴⁶⁰ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 414.

comum partilhado com outros autores da Geração de 70 e nas dificuldades que Eça sentiu ao longo da vida para se conciliar com o tema genérico da mulher⁴⁶¹.

Batalha Reis que, ao que sabemos, não sofreu de desaires amorosos, partilha, no entanto, das mesmas visões depreciativas em relação às inglesas do seu compatriota e companheiro geracional Eça. Desta feita, se este afirma, entre outras coisas, que «a inglesa é sensível, exaltada, voluptuosa» (*ibidem*, p. 232), ou que as inglesas «positivamente são doidas» (*ibidem*, p. 251), Batalha também dá conta do modo escandaloso de elas se vestirem uma vez que se decotam «até à cintura» (*RI*, p. 137) e também se refere ao seu apreço pela bebida, até porque, como exemplifica, «de todas as mulheres assassinadas em Whitechapel se provou que frequentes vezes se embriagavam» (*ibidem*, p. 105). Similarmente, Ramalho Ortigão não se esquece de mencionar que, no tocante a «bebidas espirituosas», «a inglesa acompanha o seu compatriota neste predicado de *toilette* gástrica» (*JB*, p. 102). Por aqui se vê que a inglesa é, no contexto geral, um tanto ou quanto debochada, o que pode explicar o florescimento do adultério em Inglaterra.

Similarmente à questão da mulher, à qual surge indelevelmente ligado, o adultério é outros dos temas muito abordados pelos autores em análise. Em *O Primo Basílio*, como é sabido, Eça dedica-se à exploração literária deste assunto. Ao fazer a corte a Luísa, Basílio fala de Paris e das senhoras parisienses e:

De todas as mulheres de que falava, dizia recostando-se: “Era uma mulher distintíssima, tinha naturalmente o seu amante...”

O adultério aparecia assim um dever aristocrático. De resto a virtude parecia ser, pelo que ele contava, o defeito de um espírito pequeno, ou a ocupação deles de um temperamento burguês...⁴⁶².

⁴⁶¹ Entre estas dificuldades encontra-se, certamente, o relacionamento amoroso ambíguo e simultâneo que Eça manteve com duas americanas que conheceu em Havana em 1873, Anna Conover, casada e mãe de dois filhos e Mollie Bidwell, filha de J. C. Bidwell, um industrial de Pittsburgh. Durante o tempo que manteve o relacionamento sentimental com estas jovens, «constatamos [...] que Eça foi fazendo a corte a Mollie ao mesmo tempo que ia dando assistência epistolar a Anna, então mergulhada em profunda crise conjugal», A. Campos Matos, «Nota Preliminar», in Eça de Queirós, *Cartas de Amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz, Cônsul de Portugal em Havana (1873-1874)*, prefácio e organização de A. Campos Matos, Assírio a Alvim, Lisboa, 1998, p. 18. O cônsul português alimentava um jogo duplo de que não se desenredava e quando parte para os Estados Unidos, onde chega sensivelmente no dia 29 de Maio de 1873, fica no mesmo hotel que Anna cerca de quinze dias, partindo depois, em 18 de Junho, para Pittsburgh para visitar Mollie, cf. Pedro Luzes, in A. Campos Matos (org. e coord.), *Op. cit.* (2000), p. 22. Porém, é possível que Eça não tivesse consumado fisicamente o seu relacionamento amoroso com as jovens americanas porque «a contenção natural de Eça de Queiroz que, a par de um temperamento sensual mostrou vários conflitos com o sexo oposto, incliná-lo-ia para um comportamento sexual inibido», idem, *ibidem*, p. 24.

⁴⁶² Eça de Queiroz, *O Primo Basílio. Episódio Doméstico*, Livros do Brasil, Lisboa, s. d. (1ª ed. 1878), p. 130.

O adultério é assim, um chique social ao qual Luísa sucumbirá. É um comportamento deplorável tão banalizado que em *Os Maias*, Eça chega a sintetizar, através da personagem de Alencar, «o romancista de “Elvira”», qual é o tratamento literário deste tema tão popular, o qual se traduz na «propaganda do amor ilegítimo, representando os deveres conjugais como montanhas de tédio, dando a todos os maridos formas gordurosas e bestiais, e a todos os amantes a beleza, o esplendor e o génio dos antigos Apolos»⁴⁶³. Em *As Farpas*, Eça e Ramalho repudiam os comportamentos adúlteros e condenam todo o homem que engane uma mulher. Um homem destes é «um infame, ao qual nenhuma digna mulher pode baixar a vista, ao qual nenhum homem de bem pode estender a mão»⁴⁶⁴. E, mais do que o homem, ambos os autores castigam a adúltera, ou melhor, as adúlteras, uma vez que:

Para a generalidade das mulheres, - *ter um amante* significa – ter uma quantidade de ocupações, de factos, de circunstâncias a que pelo seu organismo e pela sua educação, acham um encanto inefável. [...] *Ter um amante* é ter a feliz, a doce ocasião destes pequeninos afazeres – escrever cartas às escondidas, tremer e ter susto; fechar-se sós, para pensar [...]; ter o orgulho de possuir um segredo⁴⁶⁵.

Ao enfatizarem o gosto feminino generalizado pela ideia de «ter um amante», Eça e Ramalho dão a perceber que o adultério seria um facto que corroía todas as sociedades de fio a pavio. Porém, essa é uma conclusão precipitada. Pegando directamente em Taine, ambos os “farpistas” explicam que o mestre afirma não ser o adultério um problema em Inglaterra. De facto:

Taine explica isto por muitas finas razões, subtis e profundas: temperamento [...], boas saúdes, rectidão de ideia, etc.: esqueceu-lhe uma razão, a mais inglesa. É que a *lady* [...], sensível e fria – o que pretende [...] no amor, são as suas ocupações, é a sua melancolia: a inglesa com a sua carnação saudável, as suas risadas francas [...], a sua higiene, as suas corridas a cavalo [...] – conserva todavia, [...] uma semente de melancolia. [...] De sorte que de mil senhoras da aristocracia inglesa, das que têm a mocidade e o espírito do sentimento, uma poderá ter um amante e os seus pecados – mas as outras restantes contentam-se em ter o *coração sentido*⁴⁶⁶.

⁴⁶³ *Op. cit.* (1888), p. 163).

⁴⁶⁴ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 338.

⁴⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 546. Itálicos no original.

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp. 546-547. Itálico dos autores.

Este é um retrato que não pode ser aceite sem questões porque como Taine só se refere à aristocracia, isto é, a um segmento populacional reduzido, esta imagem não se pode generalizar a toda a Inglaterra. Ademais, uma vez que as inglesas são tão saudáveis, tão desportivas e, por isso, menos propensas a devaneios amorosos, o que dizer das liboetas «anémicas, débeis, descoradas, sem sangue, sem músculos, sem força»⁴⁶⁷, educadas «exclusivamente para o amor»⁴⁶⁸? Bem, segundo os articulistas, o adultério em Portugal, contrariamente ao que ocorre do outro lado da Mancha, é um problema das classes endinheiradas. Sem ocupação útil, a aristocrata e a burguesa queda-se «abandonada à fantasia, ao sonho e à chama interior [...]. Resta-lhe a sua genuína ocupação, a que lhe ensinaram e em que é perfeita – o amor»⁴⁶⁹. A portuguesa rica é, portanto, uma mulher que só pensa na sedução e no amor. E, quando chega a Inglaterra, Eça descobre que, afinal, entre as portuguesas ociosas e abastadas e as inglesas da mesma condição, a diferença é pouco perceptível.

Sem nada para fazer, a inglesa aristocrata só se sente realizada através das artes do *flirt*. Assim:

A vida do castelo é de um vazio pardo e tristonho. Os homens, esses, de manhã têm a caça, os galopes furiosos, devorando prados [...]. Depois à noite [...] têm o *grog* forte no *fumoir*. Mas as desgraçadas damas? Todas bebem *grog* [...]. O dia é-lhes lúgubre. [...] Depois vem a noite. O pior. Os homens que fizeram talvez cinco léguas de galope atrás das raposas [...] têm sono. [...] São tão inúteis para a *flirtation*, o espírito, a intriga, o amor, como se fossem empalhados.

Debalde as pobres damas fizeram uma *toilette* de duzentas libras; debalde resplandecem, às mil luzes de cera, os seus ombros de Deusas (*TI*, pp. 100-101).

Como Eça constata, as damas aristocratas, além de beberem como os homens, não fazem nada de útil, os seus «grandes talentos» são «a *toilette*, a graça de receber, a intriga política» (*ibidem*, p. 101), o amor e «a *flirtation*», enfim, todas as artes da sedução, que de nada valem se os homens estiverem cansados. Por outras palavras, o entretenimento amoroso, que é o que resta à portuguesa abastada, é, igualmente, o que sobra à inglesa do mesmo meio.

Na «Crónica» de 1 de Agosto de 1877, Eça também nota que o adultério entre a alta sociedade inglesa é um «facto [...] banal, e não merece uma linha de comentário»

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 414.

⁴⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 547.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 550.

(*CICL*, p. 247). O que escandaliza Eça é que os jornais dêem tanta atenção ao assunto, pois «não esperava vê-lo impresso e com cores tão carregadas [...] nas mais sérias revistas» (*ibidem*, p. 248). E também o impressiona o facto de, por exemplo, *Madame Adelina Patti*, impedida pela Rainha de comparecer no paço real por ter um amante, receber «em Londres uma espécie de auréola heróica – a ponto que a sua simples aparição [...] é saudada por aclamações, que parecem dirigir-se [...] à heroína célebre de um drama conjugal» (*ibidem*, pp. 248-249). Um mês após redigir este artigo, Eça também dá conta de o adultério ser incentivado na sociedade inglesa, qualquer que seja o seu escalão. Assim, pondo-se à discussão do público o caso de *Miss A.* que, no mesmo dia recebe duas propostas de casamento, «uma de João, que ela ama e que é pobre, outra de Paulo, que ela não ama e que é muito rico» (*ibidem*, p. 275), o veredicto da Inglaterra foi: «*Que case com Paulo e que se arranje depois com João!*» (*ibidem*. Itálico no original). Posto isto, o jornalista literário conclui que «o Diabo, no Inferno, deu uivos de prazer com esta decisão tão unânime» (*ibidem*). A Inglaterra está, por conseguinte, corrompida pela amoralidade, e nem as classes mais respeitáveis escapam. De facto, até as criadas, muito ao estilo da trama de *O Primo Basílio*, se agremiaram numa associação destinada a apanhar as cartas que comprometam a honra das amas e chantageá-las desse modo. Na Velha Albion, «a ternura torna-se uma coisa tão cara, sobretudo a ternura ilegítima, que apenas as esposas dos mais poderosos banqueiros [...] estão habilitadas a poder amar. [...] Pobres senhoras sensíveis!» (*ibidem*, p. 319). Note-se o sarcasmo.

Para Eça de Queirós a ociosidade é um dos factores responsáveis por as mulheres, nomeadamente as das classes endinheiradas, se darem a comportamentos adúlteros. Na verdade, a mulher aristocrata inglesa incarna a imagem «of the “perfect lady” of the day, leisured, elegant and obviously expensive»⁴⁷⁰, o padrão de mulher idolatrado e copiado pelas mulheres da alta-burguesia que podiam comportar os custos de manter um elevado número de criados que as emancipavam das tarefas domésticas e lhes proporcionavam uma maior liberdade de movimentos para se concentrarem noutras ocupações. Desta feita, «morning calls [...], tea and whist parties, visits to and longer periods of sojourn with friends, took these upper-middle-class housewives out of their homes»⁴⁷¹. E, obviamente, para Eça esta libertação significava tempo para o adultério.

⁴⁷⁰ J. A. Banks, *Op. cit.*, p. 44.

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 44. Paradoxalmente, na época da emergência da *New Woman*, esta libertação da esfera doméstica significa uma maior dependência financeira dos maridos, cf. *ibidem*.

Inversamente, uma mulher ocupada não pára para pensar em devaneios e é por isso que, como se lê em *As Farpas*, «Lisboa é uma terra de mulheres virtuosas» e a «razão é que Lisboa é uma terra pobre; [...] e portanto as mulheres sem criadas, sem aias [...] têm, de manhã à noite, o rude trabalho de uma casa a dirigir: têm de se vestir, de lavar os filhos [...], de fazer as suas compras, e fica-lhes um dia *cheio e trabalhado*» e, por isso, «não tem vagares para o sentimento»⁴⁷². Nesta óptica, em Portugal há, afinal, anjos no lar, o que deriva da condição humilde da maioria da população.

Em Inglaterra, país mais rico e desenvolvido do que a nação lusitana, é, de facto, só a mulher aristocrata que se perde nos enleios da paixão, o que não deixa de ser uma das contradições ecianias, pois, já vimos, que o adultério percorre toda a sociedade inglesa vitoriana. Mas vejamos melhor. À semelhança da portuguesa humilde, «uma burguesa, em Inglaterra, tem sempre uma ocupação, mesmo nas existências mais ricas: borda, pinta em porcelana, faz camisas para os pequenos patagónios, ensina a ler os filhos dos caseiros, escreve as suas memórias ou corresponde-se com um teólogo sobre pontos difíceis de doutrina» (TI, p. 101). Se pintar porcelana e bordar são actividades salutareas que mantêm a inglesa ocupada, como se explica que em 1872 Eça e Ramalho, tendo em mente a menina portuguesa, considerassem o bordado como «a mais pernicioso excitação da fantasia: sentada, imóvel, curvada, picando [...] a talagarça, o voo inquieto das imaginações e dos desejos palpita-lhe [...]: e é isto que perde as rosas»⁴⁷³? Trata-se, portanto, de outra das incongruências da imagem que poderá levar a ver erroneamente que o que é mau no Eu é uma virtude no Outro. Contudo, o facto de a burguesa ser bastante ocupada, não a torna, necessariamente, virtuosa como a mulher portuguesa, tal como descrita em *As Farpas*.

Quando ilustra que a burguesa inglesa «faz camisas para os pequenos patagónios», é provável que Eça se tenha inspirado na personagem dickensiana de *Bleak House*, Mrs. Jellyby. Segundo a definição de outra personagem, Mr. Kenge, «Mrs. Jellyby [...] is a lady of very remarkable strength of character, who devotes herself entirely to the public. She has devoted herself to an extensive variety of public subjects, at various times, and is at present (until something else attracts her) devoted to the subject of Africa [...] and the natives»⁴⁷⁴. De facto, os nativos de Borriboola-Gha, «on

⁴⁷² Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 550. Itálico no original.

⁴⁷³ Idem, *ibidem*, p. 547.

⁴⁷⁴ Charles Dickens, *Op. cit.* (1999b), p. 44. Itálico do autor.

the left bank of the Niger»⁴⁷⁵, absorvem a atenção de *Mrs. Jellyby* tão completamente que ela se esquece dos seus afazeres domésticos, dos filhos e até da sua própria aparência em desalinho e, portanto, a sua casa é o exemplo do desgoverno e da desarrumação. Ou seja, esta ocupação tão absorvente impede que *Mrs. Jellyby* seja um anjo no lar. Do mesmo modo, se pode interpretar que as inglesas, demasiado ocupadas, mesmo que não pensem em amores ilícitos, descurem as suas obrigações femininas e, aliás, Eça afirmava que elas são más mães e esposas.

Do que fica exposto, notamos que Eça se debate com grandes dificuldades em nos apresentar um retrato congruente da inglesa vitoriana, o qual se encontra repleto de fracturas irreparáveis. Aliás, a interpretação queirosiana da mulher no seu geral é bastante ambígua. Como Américo Guerreiro de Sousa esclarece: «A ideia negativa do conceito de Mulher em Eça de Queiroz necessita revisão crítica perante o respeito que o escritor lhe devota [...]. Nem tudo é logro e cilada na mulher queirosiana»⁴⁷⁶. Desta feita, a noção prevalecente relativamente à mulher inglesa é que ela está longe de ser a imagem da mulher ideal. E a mulher portuguesa das classes humildes é, afinal, detentora das maiores virtudes. Paralelamente, ainda que o mestre Taine exalte a inglesa, Eça nem sempre segue esse caminho. O mestre não vê o adultério feminino. Eça, ao invés, observa-o primeiramente como facto «banal» nas classes altas para depois o alastrar ao resto da sociedade. Quando, na realidade, na Inglaterra vitoriana, «the system seemed to produce unusually faithful wives. [...] It could have been due to their having so many children and thus such large staffs of domestic servants to supervise; to their interest in good works; and to their habit of reading newspapers and reviews and serious books from the circulating libraries»⁴⁷⁷. Assim, o que Eça considera libertar a mulher para o adultério é, em resumo, algo que mais a aprisiona. Ademais, surge-nos aqui um outro nó górdio na interpretação queirosiana da mulher inglesa.

Uma das questões que mais preocupava os homens da Geração de 70 era a educação das mulheres. O problema era «a “educação romântica”» que se faz «pela leitura, pelo espectáculo [...], é amolecedora dos caracteres, falseadora dos ideais, é sintoma de causa e decadência social e moral»⁴⁷⁸. A preocupação era de tal sorte evidente que, na literatura do período, «grande número de personagens femininas

⁴⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 48.

⁴⁷⁶ Américo Guerreiro de Sousa, «A Mulher em Eça de Queiroz», in A. Campos Matos (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª ed. revista e aumentada, Caminho, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1988), p. 621.

⁴⁷⁷ L. C. B. Seaman, *Op. cit.*, pp. 126-127.

⁴⁷⁸ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 154.

enferma do mal das leituras romanescas, mórbidas, excitantes, apressando a decadência social duplamente pelo espírito pervertido e pelo corpo amolecido e subtraído a uma vida sadia e honesta»⁴⁷⁹. É também em *As Farpas*, essa grande tribuna do estado da nação, que Eça e Ramalho a uma voz expressam as suas críticas em relação à educação feminina em Portugal. Primeiro, ensina-se à jovem «a arte sentimental e inútil de bordar flores e pássaros [...]. Depois ensina-se-lhe a música, o piano, o canto, Bellini, Donizetti, todos os amorosos. [...] Depois o seu espírito como é educado? Pelo romance, que lhe descreve o amor»⁴⁸⁰. Ora, os romances são os grandes responsáveis pela languidez e pela lascívia das meninas e das mulheres portuguesas deformando-lhes o carácter. Perdendo tempo em leituras perniciosas, as portuguesas «não fazem exercício. Uma inglesa tem por dever moral [...] o passeio – o largo passeio, de grande respiração, de livre horizonte, bem marchado [...], todo de disposição higiénica»⁴⁸¹. Assim, as inglesas são sadias e as portuguesas amolecem o espírito que, debilitado e excitado pelas leituras, se perde em devaneios.

Porém, segundo refere João Gaspar Simões, como Eça considera a Inglaterra uma nação excelente longe dela e antipatiza com ela estando lá⁴⁸², o que acontece é que o autor transporta para além-Mancha a crítica que em Portugal fazia às mulheres suas concidadãs. Também as inglesas, que «lêem uma quantidade infinita de romances amorosos»⁴⁸³, são corrompidas por essas leituras. Enfastiada, a aristocrata inglesa passa a vida reclinada no sofá «com uma novela caída no regaço» (*ibidem*) sonhando acordada. E, no seu geral, as inglesas lêem pilhérias que lhes excitam o espírito, pois como confessa desconsolado na «Crónica» de 18 de Outubro de 1877: «Novidades literárias ou teatrais, zero. [...] A costumada produção de novelas, sim, essa continua regular [...] para manter vibrantes os nervos das *misses* e das *ladies*» (*CICL*, p. 283). Uns meses antes, mais especificamente a 30 de Maio, o discurso era o mesmo: «Não há novidades literárias – a não ser a usual publicação de *novelas*. [...] O assunto é sempre o mesmo: os embaraços que dois namorados novos [...] encontram na sua união – e por fim resultado feliz pelo casamento ou fatal pela morte» (*ibidem*, p. 222. Itálico do autor). Ou seja, a inglesa, de temperamento naturalmente inflamável, é influenciada pela leitura de romances lamechas e picantes e histórias de paixões trágicas ou impossíveis.

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁰ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 547.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 414.

⁴⁸² Cf. *Op. cit.*, p. 329.

⁴⁸³ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 104.

Contudo, na verdade, na Inglaterra vitoriana, as leituras aconselhadas às meninas e senhoras eram um assunto muito estudado e cuidado. Com efeito, «the English novel had a very high moral tone, studiously avoiding reference to sex. Mr. Mudie, who had opened his Select Lending Library in 1842, indeed guaranteed that he would not stock nothing that was not fit to be read by a delicately brought-up 16-year old girl»⁴⁸⁴. Identicamente, a imprensa periódica dedicava-se a publicar jornais e revistas visando estritamente o público feminino, como o *Howitt's Journal*, o *People's Journal* ou o *Family Economist*. Daí que, ao longo da centúria, se assistisse à publicação em massa de «conduct books and treatises on women [...], their various messages reiterated and represented in periodical articles, short stories, poems, advice columns and reviews addressed to or written by women»⁴⁸⁵. Todavia, estas publicações visando a educação feminina são ignoradas por Eça que, por ser residente na Inglaterra, certamente deveria ter conhecimento delas. O que lhe importa não é, afinal, dar a conhecer os bons exemplos que o Outro possa mostrar ao Eu, mas, inversamente, forçar o Outro a reflectir a imagem de um Eu que o autor acha doente.

Ademais, escandalizado, Eça vai mostrar aos leitores que as inglesas, mais do que romances amorosos, lêem coisas muito mais perniciosas e subversivas e, por acréscimo, coisas muito piores do que o que liam as mulheres portuguesas, contentes por lerem os folhetins piegas do Sr. Octave Feuillet. A 4 de Julho de 1877, Eça fala horrorizado de um livro muito vendido e muito popular naquele ano. Este livro «“Frutos da Filosofia” [...] é uma exposição, semimédica e semiobscena, dos meios de impedir a gravidez!» (*ibidem*, p. 234). Tendo descrito a mulher inglesa como masculina e má mãe, abordar a publicação deste livro é, para Eça, o certificar das suas afirmações, pois «com um impudor estupendo, este folheto que a Inglaterra inteira está neste momento devorando, começa por dizer que nada mais desagradável do que ter filhos» (*ibidem*). Com alguma dose do sensacionalismo do jornalista literário, Eça refere que o livro se vende aos milhões e que «é raro encontrar um sujeito que não o tenha no bolso da sobrecasaca, como um manual cómodo e à mão de desmoralização e de deboche» (*ibidem*). Não sabemos se Eça terá lido este livro ou não, mas, pelo menos, sabe dizer que está escrito «num estilo bem trabalhado e técnico» e que oferece «uma série de receitas medonhas para esterilizar a mulher, ou pior ainda...» (*ibidem*) e o resto fica à imaginação do leitor. Num país em que as mulheres já estão debilitadas moralmente

⁴⁸⁴ L. C. B. Seaman, *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁸⁵ Hilary Fraser, *Op. cit.*, p. 103.

pela leitura de tantos romances, este livro é mais uma arma de indoutrinação do «deboche». O que Eça não explica é que *The Fruits of Philosophy* do americano Charles Knowlton foi publicado em Inglaterra por Charles Bradlaugh e Annie Besant, ela uma conhecida feminista, como um guia de planeamento familiar para as classes operárias e que os seus editores se viram a braços com a justiça, sendo condenados a prisão efectiva por obscenidade e libertados sob caução, algo que o articulista aflora só muito superficialmente, uma vez que o jornalista literário selecciona só o que mais lhe interessa focar. Na realidade, na sequência do escândalo suscitado por este livro e, tendo em mente que os próprios livros de Zola, tão caro a Eça, conheceriam versões expurgadas em Inglaterra até 1954, «the result was [...] to produce sanitized fiction that described a fatuous world to which moral and social correctness aspired»⁴⁸⁶. Por conseguinte, é lícito deduzir que as inglesas não estariam sujeitas a leituras tão perniciosas como Eça nos dá a crer. Em suma, como sabemos que os nós górdios não podem ser desatados, só podemos encarar a imagem eciana da inglesa vitoriana à luz das suas contradições, ressaltando que são os aspectos negativos que mais se salientam, mesmo que não sejam inteiramente verdadeiros e que, posteriormente, é esta negatividade que é transmitida ao retrato dos outros autores em apreço.

Tal como Eça nos mostra uma sociedade tingida pelo espectro do adultério feminino, também Batalha foca esse aspecto, não se preocupando em argumentar se esse é um problema das classes altas ou, pelo contrário das classes baixas. Aproveitando a vaga de assassinatos cometido por Jack, o Estripador, o articulista explica que todas as vítimas deste eram adúlteras. Detalhando as histórias das traições conjugais das últimas duas vítimas e de como eram os maridos traídos, Batalha esclarece que não vale a pena falar das outras vítimas, pois estas histórias são semelhantes às que «antes foram assassinadas em Whitechapel» (*RI*, p. 105). Mais tarde, a 30 de Janeiro de 1896, elabora uma «Revista» em que se dedica, quase exclusivamente, a dissecar o caso de *Mrs. Z*, casada com o respeitável agente cambista *Mr. Z*, que se apaixona pelo cunhado, o Major *Z*, que com ele vive um romance público pelos hotéis e teatros de Londres e que no fim, após o suicídio do amante, se suicida também. Para concluir o artigo e toda esta exposição, repleta de cenas, personagens e diálogos, Batalha explica que decidiu abordar esta tragédia «porque na respeitabilidade fria e serena de fisionomias, de *toilettes* dos seus personagens e das suas cenas e na simultânea violência das suas paixões», esta

⁴⁸⁶ Donald Thomas, *Op. cit.*, p. 155.

tragédia é «caracteristicamente ingles[a]» (*ibidem*, p. 212). Por outras palavras, o adultério feminino (não esqueçamos que é a *Mrs. Z* que trai o marido e não o oposto) é prática corrente em Inglaterra e, assim, continuam as inglesas, «sem emenda, a amar ilegitimamente e a escandalizar o mundo» (*ibidem*).

Por seu turno, Ramalho Ortigão que diz que «a mulher não entende absolutamente nada de homens, como não entende tão-pouco de mulheres» porque, ao fim e ao cabo, «não entende bem senão de si mesma» (*JB*, p. 35). Um dos principais perigos a que está exposta prende-se, tal como afirmava Eça e como o próprio já referia em *As Farpas*, com as leituras que faz. Numa espécie de intróito preparatório do capítulo sobre os escândalos de Londres levantados pelos artigos da *Pall Mall Gazette*, o autor começa por dizer:

Considerese-se [...] o destino dos escritores que mais finamente amaram as mulheres, que mais delicadamente estudaram e descreveram o mistério do seu encanto: Shakespeare, Goethe, Balzac. Êsses escritores são precisamente aquêles que elas menos lêem e de que menos gostam. Falem-lhes no Sr. Octave Feuillet ou no Sr. Gustave Drouz... “Oh! lindo! lindo!”

Aí tem o que é a preferência, e quais as leis gerais por que ela se regula (*ibidem*, p. 38).

Recorrendo a uma linguagem científica, Ramalho infere uma lei geral sobre as mulheres: a sua apetência por literatura duvidosa que, como se sabe, significa amorosa. Posto isto, começa a falar do caso de *Mistress Crawford*, senhora casada, mas amante de *Sir Charles Dilke*, como já referimos anteriormente e, subsequentemente, declara que em Inglaterra o casamento é uma instituição tão ameaçada que «quanto menor fôr o número dos maridos menor será o dos adultérios» (*ibidem*, p. 57). E, à semelhança dos autores precedentes também Oliveira Martins ilustra, com exemplos, o tema do adultério em Inglaterra. Aludindo a uma conversa que teve com um carpinteiro, o autor revela que aquele lhe contara a história da filha que lhe bateu «à porta com um bastardo ao colo» e de como se lembrava «do dia em que a Ellen fora deitar-lhe em casa o fruto dos seus amores vagos, e fugira de novo, batendo as asas» (*IH*, p. 180). Assim, se Martins se detém neste exemplo, é porque ele é, segundo o próprio, ilustrativo do que se passa na Velha Albion.

Ora, ao aludirem ao adultério generalizado e à voluptuosidade das mulheres inglesas que, tantas vezes, tomam amantes, abre-se o caminho para falar de outro tipo de comportamento sexual menos próprio e muito mais recriminado: a prostituição e,

ligado a esta, o tema da mulher caída, o qual, na Inglaterra vitoriana, «takes on the status of a shared cultural mythology»⁴⁸⁷.

Sempre muito cáustico em tudo o que diga respeito à mulher inglesa, Eça de Queirós não deixa passar em claro a alusão à hipocrisia inglesa sob a qual «rola, sem cessar, a mais vil torrente que o mundo viu de bêbados e de prostitutas!» (TI, p. 218), o que faz da Inglaterra a capital da prostituição, a qual os ingleses exportam para todo o império juntamente com «o depósito de cerveja» e «o vendedor de gin» (*ibidem*). E no artigo «A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês», o autor chega ao ponto de declarar que «a Inglaterra é uma pocilga de devassidão», onde «o pecado é bruto e cheira a aguardente»⁴⁸⁸. Interessante é também notar que Eça se refere ao «grande teatro da Alhambra» (CICL, p. 203. Itálico nosso), onde terá, aparentemente, assistido a uma peça «fantástica, cortada de bailados que tem, em Inglaterra uma singular qualidade: - é imoral» (*ibidem*). Estava-se a 14 de Abril de 1877, Eça, portanto, estaria em Inglaterra há dois anos, e, indignado, exclama: «É a primeira vez que vejo num palco inglês o amante idealizado e o marido apupado!» (*ibidem*. Itálico nosso). Na verdade, o Alhambra de Leicester Square, juntamente com outras casas como The Argyll Rooms ou The Cremorne Gardens, não era um mero teatro, era uma das várias *nighthouses* ou *rendezvous* que proliferavam em Londres, «known as places where men picked up prostitutes»⁴⁸⁹ e que, anos mais tarde, Oliveira Martins descrevia como um dos centros do «mercado da carne» (IH, p. 57) em Londres. Por conseguinte, ao mencionar a «torrente de prostitutas», ao aludir à imoralidade das peças que passam pelo Alhambra, ao falar da prostituição como um produto de exportação, Eça atribui grande proeminência à temática da luxúria, a qual, como explica, é uma das consequências do clima.

Na verdade, a fim de combater a «névoa gelante e mortal» (TI, p. 103), o inglês refugia-se no álcool que «bebe forte e bebe seguido» (*ibidem*). Em resultado deste vício «há nas ruas um vago vapor a álcool» que «excita, irrita, impele a turba ao vício» (*ibidem*). E o vício a que Eça se quer referir é de ordem carnal porque «deseja-se com furor: a besta humana inflama-se: quer-se alguma cousa de forte e de animal [...], o excesso [...], a paixão» (*ibidem*), ou seja, é a concupiscência que está na sua mente. E pensa também nas filhas caídas de Eva que denomina «as mulheres de vida alegre», as

⁴⁸⁷ Nina Auerbach, «The Rise of the Fallen Woman», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 35, nº 1, Junho de 1980, p. 29.

⁴⁸⁸ *Op. cit.* (2000), p. 77.

⁴⁸⁹ Donald Thomas, *Op. cit.*, p. 146.

quais, na Inglaterra, «são de uma explosão de deboche e de sensualidade que desvaira»⁴⁹⁰. Face a todo este panorama, o que desperta a atenção é o facto de Eça ver na Inglaterra um país de pecados carnavais e de imoralidade, onde grassa a prostituição e onde a mulher tende para a licenciosidade.

Esta imagem é corroborada por Batalha Reis que, devido às suas investigações pelo *East End*, se encontra credibilizado para afirmar: «Depois da meia-noite, quando as tabernas estão fechadas e já poucos homens se encontram pelas ruas, as mulheres predominam, mulheres da mesma classe das que *Jack, o Estripador* tem escolhido para a sua obra» (*RI*, p. 105. Itálico do autor). Já observámos que o Estripador só assassinava adúlteras. Contudo, devemos acrescentar que estas mulheres eram também prostitutas, mais especificamente, mulheres caídas. Por outras palavras, antes de se dedicarem a este ofício, tinham sido esposas que, após traírem os maridos, tinham caído em desgraça e, no meio do infortúnio, tinham recorrido à prostituição. Batalha Reis oferece mesmo o exemplo concreto de Isabel Watts a fim de explicar o destino destas mulheres. Esta:

Casara com Mr. Watts, negociante abastado [...]. Era uma mulher loira, de olhos azuis, expressão angelical, dum aspecto puro e digno. Um dia o marido encontrou-a nos braços dum criado da taberna e expulsou-a. Já a esse tempo tinha dois filhos.

Isabel veio para Londres e aqui, numa vida de aventuras e acasos [...] bebia e divagava pelas ruas. De tempos a tempos ia procurar a irmã, pedia-lhe dinheiro, e desaparecia nas *lanes* sinistras (*ibidem*, p. 104).

Pelo que Batalha salienta, reparamos que Isabel Watts começa por ser o protótipo da mulher-anjo: loura, digna, casada com um homem respeitável e mãe. Porém, o anjo cai, mostrando que a figura angelical está próxima de uma outra de contornos diabólicos que se prostitui, bebe e leva uma vida errante nas ruas, a antítese do lar onde estão os anjos. A mulher caída, ou *fallen woman*, é, na verdade, uma das imagens mais aterradoras e ambíguas com as quais a sociedade vitoriana se depara. Por um lado, é a figura real que lembra que a mulher-anjo se pode transformar num monstro e, por outro, é um ser digno de dó, explorado economicamente e ostracizado socialmente. Por conseguinte, a própria sociedade tem uma atitude dúplice para com este tipo de mulher. Por sentir medo desta mulher predadora, caída de um patamar em que era um exemplo de submissão, «Victorian imagination isolated the fallen woman

⁴⁹⁰ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 105.

[...] from a social context, preferring to imagine her as destitute and drowned prostitute [...], because of her uneasy implications for women who stayed at home»⁴⁹¹. Nesta óptica, as prostitutas formam uma contra-sociedade subterrânea que constitui uma ameaça moral, social e sanitária (esta última devida à propagação de doenças infecciosas). A prostituta é uma criatura horrenda que simboliza a desordem, o excesso, o prazer e a improvidência⁴⁹². No entanto, apiedando-se do anjo caído, «a pitiable monster, created by the neurosis of a culture that feared female sexuality and aggression»⁴⁹³, a sociedade vitoriana também encara a mulher caída como vítima, e não como agente, uma mulher que precisa trabalhar para se sustentar, e também à sua família, e que, por isso, se dedica a «one of the few trades available to Victorian females»⁴⁹⁴. A duplicidade é, fundamentalmente, o que caracteriza a prostituta e a sua condição dentro da sociedade vitoriana como sintetiza brevemente Judith R. Walkowitz: «Literally and figuratively, the prostitute was the conduit of infection to respectable society. She was nonetheless an object of class guilt as well as fear, a powerful symbol of sexual and economic exploitation under industrial capitalism»⁴⁹⁵.

Ainda que fale das inúmeras prostitutas que se encontram a altas horas da noite em Whitechapel a angariar clientes, a imagem em que Batalha insiste porque a detalha melhor, é a da prostituta tal figura de anjo que se transformou em diabo, a mulher que mais ameaça a sociedade uma vez que é a lembrança viva de que a perfeição é facilmente quebrável. Todavia, dado que o medo é real, «Victorian conventions ordain that a woman's fall ends in death»⁴⁹⁶. O que Batalha apresenta são, de facto, prostitutas que morrem, encontrando, assim, o castigo pela prevaricação e deixando um aviso a todas as mulheres⁴⁹⁷. Ademais, os crimes de Jack, o Estripador foram cometidos numa altura em que o feminismo e a *New Woman* desafiam a ordem estabelecida e, sob este prisma, «concurrent and sometimes contradictory interpretations transformed the Ripper

⁴⁹¹ Nina Auerbach, *Op. cit.* (1980), p. 33.

⁴⁹² Para esta imagem da prostituta, cf. Timothy J. Gilfoyle, «Prostitutes in History. From Parables of Pornography to Metaphors of Modernity», *The American Historical Review*, vol. 104, n° 1, Fevereiro de 1999, p. 121.

⁴⁹³ Nina Auerbach, *Op. cit.* (1980), p. 31.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁵ Judith R. Walkowitz, *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1995 (1ª ed. 1980), p. 4. Como esta autora também acrescenta, «prostitutes, not their male clients, were identified as the primary source of disease and pollution», *ibidem*, pp. 4-5.

⁴⁹⁶ Nina Auerbach, *Op. cit.* (1982), p. 155.

⁴⁹⁷ Na verdade, não são só homens, mas também mulheres que advogam que a mulher sensual deve ser castigada, o que responde a uma necessidade social de condenar, punir e até destruir as jovens de comportamentos inadequados, cf. Catherine Sandbach-Dahlström, in Alcinda Pinheiro de Sousa *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 69.

into a [...] urban parable, a mythic portent to women on the sexual perils of modern life»⁴⁹⁸. Ao salientar as acções do Estripador, Batalha não deixa, portanto, de deixar um aviso ao que pode suceder à mulher que se aventura fora do lar em comportamentos licenciosos, prevenindo-a sobre os perigos sexuais que espreitam na cidade moderna.

Dos autores em apreço, Ramalho e Martins são os que se dedicam mais a analisar a prostituição em Inglaterra. Além, de abordar os artigos de Stead sobre a prostituição infantil, o primeiro destes autores detém-se na apresentação dos números astronómicos de prostitutas que há em Londres, veiculando informações facilmente adquiridas contemporaneamente, uma vez que, sobretudo na cidade de Londres, se tentava contabilizar o número de prostitutas a fim de regular o negócio da prostituição⁴⁹⁹. Num só ano, refere, foram encarceradas «6.597 damas [...] a instâncias de cavalheiros a quem importunavam nas ruas por modo excessivamente insistente» (*JB*, p. 127) e, além disto, como afirma enfaticamente:

Há na cidade de Londres CENTO-E-VINTE MIL mulheres (cento-e-vente mil é a cifra que vem nos guias [...] as quais mulheres oferecem públicamente a quem passa nas ruas e nos parques desde as oito horas da noite até às duas da madrugada [...] a mesma mercadoria que a *Pall Mall* denuncia como escandalosa» (*ibidem*, p. 112. Ênfase do autor).

Londres é, portanto, uma cidade onde a prostituição floresce, pois os números a si associados são, por si só, enormes. Contudo, identicamente a Batalha, Ramalho também alude à mulher que caiu de uma condição angelical. Dirigindo-se ao leitor e aos editores da *Pall Mall*, cujas reportagens tanto fazem por dar a conhecer a verdade sobre a prostituição em Inglaterra, e perguntando se cuidam que estas mulheres perdidas «já nasceram assim, crescidas e já cheirando a *gin*⁵⁰⁰, com plumas nos chapéu, cabelo tingido, tacões cambados e lama do Strand pegada às botinas», Ramalho responde com um sonoro: «Não!» (*ibidem*, p. 113). Um tempo houve, então, em que estas mulheres foram meninas inocentes que, como a *Pall Mall* relata foram raptadas, vendidas, compradas, em suma, traficadas no imenso negócio da prostituição que alimenta a Babilónia moderna. De facto, Ramalho mostra uma certa compaixão pelas prostitutas

⁴⁹⁸ Timothy J. Gilfoyle, *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁹⁹ De facto, os esforços não se canalizavam para erradicar a prostituição, mas sim para controlá-la. Daí a necessidade de se contabilizar o número de prostitutas. Cf. Rebecca Stott, *Op. cit.*, p. 46.

⁵⁰⁰ Na verdade, o *gin*, também conhecido por *Blue Ruin*, era a bebida favorecida pelas prostitutas porque, devido às suas propriedades diuréticas, era considerado uma bebida com efeitos saudáveis. Cf. George Ryley Scott, *The History of Prostitution*, Senate, Twickenham, Middlesex, 1996 (1ª ed. 1968), pp. 80-81.

que deambulam pelas ruas e parques de Londres, com as quais ele, inclusivamente, contacta de perto. Após ter sido abordado tão insistentemente por diversas destas mulheres, este viajante afirma que para sempre se lembraria das suas faces, sobretudo as das raparigas adolescentes, ao vê-las reflectidas na «bôca virginal e pura das meninas dessa mesma idade» (*ibidem*, p. 109)⁵⁰¹. Portanto, Ramalho embarca naquela concepção vitoriana que apresenta a prostituta como vítima social e que não renega o facto de que «prostitutes were “ordinary” young females confronting limited possibilities and making rational and sometimes desperate choices»⁵⁰².

No entanto, mesmo que vitimizada, a prostituta é uma mulher degradada ou decadente que usa «plumas no chapéu e vestido de sêda» (*ibidem*, p. 108) e os cabelos «tingidos», exotismo este que marca a sua condição fora da esfera da respeitabilidade. Com efeito,

The fallen woman's degradation is visible on the face. [...] The attempt to hide was therefore a sign of immorality. Artifice and makeup become the trademarks of the prostitute, who must hide the depravity written on her face. [...] The “curled and painted” prostitute, so frequently written about in the literature of the London poor by writers such as Henry Mayhew [...] was presented as a contrast to the visibly virtuous bourgeois woman⁵⁰³.

A prostituta é uma pecadora, uma mulher imoral que se, por um lado, oculta a sua licenciosidade sob a maquilhagem e o vestuário carregado, por outro, usa-se desses artifícios para destacar a sua condição e angariar clientes⁵⁰⁴. Todavia, Ramalho vê-a como o produto barato de uma sociedade em decadência, na qual o que se constata é que a «oferta enorme» causa a «baixa horrorosa no valor da moralidade que é a mercadoria» (*ibidem*, pp. 116-117. Itálico do autor). É toda a Inglaterra que degenera e que é imoral e, no *fin-de-siècle* vitoriano, «the fallen woman becomes the abased figurehead of a fallen culture», instigando e simbolizando simultaneamente «Victorian England's epic portrait of its own doom»⁵⁰⁵. É a urbanidade em conjunto com a industrialização que incrementam o florescimento da prostituição. Desta feita, «the

⁵⁰¹ Na década de 1880, encontrava-se um elevado número de raparigas entre os treze e os dezasseis anos que se prostituíam nas ruas de Londres, uma vez que, antes da mudança de legislação operada pelos escândalos denunciados por Stead, a idade legal para o consentimento era os treze anos. Cf. *idem*, *ibidem*, p. 95.

⁵⁰² Timothy J. Gilfoyle, *Op. cit.*, p. 120.

⁵⁰³ Inderpal Grewal, *Op. cit.*, p. 27.

⁵⁰⁴ De facto, «the dress code of prostitutes also served as a way of advertising themselves and attracting male costumers», Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1995), p. 26.

⁵⁰⁵ Nina Auerbach, *Op. cit.* (1980), p. 31.

severe competition, dull work, monotony of life, intense social intercourse, and difficulty and expense of marriage combined to stimulate more and more demand for sexual substitutes»⁵⁰⁶.

Como Ramalho também evidencia, a prostituição perpassa todos os espaços físicos e sociais. O fenómeno existe nas ruas e nos salões, para o que oferece o exemplo do «estabelecimento de Madame Jeffryes» (*ibidem*, p. 111), um lupanar tolerado pela polícia londrina, e existe, ademais, desde as classes mais baixas até aos clientes abastados e respeitáveis da casa de *Mrs. Mary Jeffries* (e não Jeffryes como Ramalho escreve), entre os quais o autor conta «três lordes e três *esquires*» (*ibidem*, pp. 112-113)⁵⁰⁷. De facto, Mary Jeffries era uma conhecida traficante de mulheres, julgada diversas vezes por escravatura branca, que detinha vários prostíbulo de luxo em Kensington e «uma câmara de horrores, de paredes almofadadas» (*ibidem*, p. 111) que satisfazia os gostos mais “excêntricos” de uma clientela distinta, onde a própria contava o Rei dos Belgas⁵⁰⁸. Na verdade, as *maisons de debauché* ocupavam um nicho de mercado apontado para as camadas sociais da aristocracia e da burguesia⁵⁰⁹. Portanto, desde os bancos de Hyde Park até aos salões de *Mrs. Jeffries*, Ramalho, influenciado pelas ondas de choque advindas da publicação das investigações de W. T. Stead, às quais repetidamente alude, mostra a decadência social e moral da Inglaterra finissecular, da qual a prostituta é, ao mesmo tempo, agente e vítima.

Esta última acepção será, à medida que a centúria caminha para o seu epílogo, aquela que se tornaria mais difundida: a prostituta vista como um ser patético apanhado numa teia de exploração e num ciclo vicioso do qual não era fácil sair⁵¹⁰. Em *In Darkest England and the Way Out*, William Booth dá da prostituta uma imagem que invoca a clemência social:

⁵⁰⁶ Timothy J. Gilfoyle, *Op. cit.*, p. 135. O mesmo autor também esclarece que, na Era Vitoriana, a prostituta enquadra-se numa topologia e numa topografia urbanas, cf. *ibidem*, p. 121.

⁵⁰⁷ A corroborar a clientela distinta que Ramalho diz frequentar o salão de Mary Jeffries, George Ryley Scott explica: «It was a common practice for the brothel-keepers upon receiving a new, young and particularly alluring recruit, to address letters to gentlemen whose names and addresses were obtained from the *Court Guide*», *Op. cit.*, p. 83.

⁵⁰⁸ Para maiores explicações relativas às actividades de Mary Jeffries e ao seu envolvimento no escândalo denunciado por W. T. Stead em «The Maiden Tribute of Modern Babylon», cf. Donald Thomas, *Op. cit.*, pp. 122-126.

⁵⁰⁹ Este tipo de salão é, na Era Vitoriana, «“a temple to the perversions”, satisfying aristocratic and bourgeois clientele “in search of refined eroticism”», Timothy J. Gilfoyle, *Op. cit.*, p. 121.

⁵¹⁰ Como Judith R. Walkowitz explica há inúmeros motivos que forçam as mulheres a enveredar pela prostituição. Assim, «the poor-law guardians who refused outdoor relief to widows and unmarried mothers, the merchants who grossly underpaid their needlewomen, and the shopkeepers who hired men instead of women all helped to force women onto the streets», *Op. cit.* (1995), p. 34.

The bastard of a harlot, born in a brothel, suckled on gin, and familiar from earliest infancy with all the bestialities of debauch, violated before she is twelve, and driven into the streets by her mother a year or two later, what chance is there for such a girl in this world [...]?⁵¹¹

As raparigas que se prostituem não têm outras alternativas na vida. Vítimas de pais pobres que as vendem, filhas de prostitutas, iludidas por angariadores para os bordéis ou abusadas por homens sem escrúpulos, as prostitutas são criaturas indefesas que, levadas para a profissão por um sem número de razões às quais são alheias, se transformam em párias sociais «crushed beneath the millstone of social excommunication»⁵¹².

Muito embora, refira que as inglesas, produto de uma raça de instintos bestiais, «caiem aos molhos na devassidão» (*IH*, p. 56), vício que é «mais fúnebre» na Inglaterra do que em qualquer outra parte do mundo, Oliveira Martins tem dó da prostituta tal anjo caído. À noite as ruas ficam entregues a estas mulheres que, «como espectros, ou almas penadas [...] vão arrastando o seu andar estonteado, oferecendo o seu sorriso lúgubre. E, todavia, contraste imundamente horrível, também aqui aparece Imogénia, ou Virgínia, com os seus cabelos louros como trigo maduro, e os olhos cor de pervinca, aveludadamente doces...» (*ibidem*, p. 57). Como se nota, Martins traça a imagem do anjo louro de olhos azuis. No entanto, esta é uma imagem pervertida porque o anjo é fantasmagórico e encontra-se nas ruas, longe da esfera do lar, oferecendo-se à volúpia. O anjo corrompeu-se e expia a sua queda. Trata-se de «mulheres incompletamente vestidas que, desgrenhadas, and[am] pelas ruas à caça» (*ibidem*, p. 225). São prostitutas no último abismo da degeneração, mas são, simultaneamente, mulheres cuja condição evoca a compaixão por lembrarem, ainda, os anjos louros que já não são ou que nunca puderam ser. De facto, para Martins, a prostituição não é um mal inteiramente imputável às mulheres, mas, antes, derivado da própria raça. Como «não há homem mais carnal do que o inglês; por isso talvez em parte alguma se explore a concupiscência como aqui» (*ibidem*). A prostituta é, desta feita, vítima do vício rácico.

Esta *Femina sensualis* que tanto Ramalho Ortigão como Oliveira Martins apresentam enquadra-se dentro da imagem da mulher-demónio, mas, para os autores, este não é um demónio pujante e assustador. É um demónio espezinhado pela sociedade, caído de uma condição superior, imagem distinta da transmitida por Eça que

⁵¹¹ *Op. cit.*, p. 40.

⁵¹² *Idem, ibidem*, p. 45.

não se apieda das mulheres devassas inglesas. Com efeito, esta diferença interpretativa tem também uma explicação. A época em que Eça traça o retrato da inglesa, a mulher debochada filha do pecado, representa «the high point for the prostitute as an independent operator, relatively unencumbered by third parties who had a vested interest in keeping her in prostitution»⁵¹³. Por outras palavras, nessa altura, a prostituta é uma mulher independente e, por isso, ameaçadora e, de certa forma, *New Woman* porque luta pela sua vida fora do âmbito da patriarquia. Assim, nada há no seu retrato que evoque compaixão, ao passo que quando Ramalho e Martins escrevem, essa imagem da prostituta independente cedeu lugar a uma mulher mais submissa, menos ameaçadora porque explorada económica e socialmente. Contudo, se Eça via a «besta» voluptuosa dentro do anjo, estes dois autores repegam nessa imagem para afirmar que há algo inominável e aterrador que se esconde dentro da mulher inglesa e que não é somente a sua licenciosidade.

No seu símbolo máximo de alteridade, a mulher inglesa vitoriana é a representação final do monstro. Se, como vimos, a imagem do anjo assenta num modelo masculino difícil de se adequar à mulher passiva que fica no lar, também a visão do monstro demoníaco se alicerça em premissas masculinas⁵¹⁴, o que empresta circularidade à imagem da mulher vitoriana e concorre para a estranheza que os autores em estudo encontram além-Mancha. Anjo, anjo caído, mulher depravada e debochada, adúltera, prostituta, má mãe, má dona de casa, *New Woman* masculina, a mulher inglesa é tão difícil de caracterizar e tão estranha que só pode ser monstruosa, e essa é, precisamente, a última imagem que nos legam Ramalho e Martins e que prova, em suma, que o anjo não existe, tal como Eça insistia e que Batalha sabia, pelo que, nas suas «Revistas», ignorava semelhante ideia.

Depois de apresentar a *miss* loura e angélica, Ramalho, apesar do receio em desfazer a imagem da inglesa angelical, não deixa de notar que «vista a alguma distância, a amazona londrina parece um homem: ombros fortes, peito chato [...], cabelo escondido na copa do chapéu» (*JB*, p. 100). Na verdade, já revelámos a masculinidade das inglesas. Contudo, o que, nesta imagem, impressiona o autor é «a firmeza do minotauro» (*ibidem*). O que confunde Ramalho é que, à distância, o anjo louro parece um demónio, um monstro pagão e, como Nina Auerbach esclarece, no *fin-de-siècle* vitoriano, o que é aterrador na imagem da mulher é que tanto o anjo como o

⁵¹³ Judith R. Walkowitz, *Op. cit.* (1995), p. 24.

⁵¹⁴ Cf. Nina Auerbach, *Op. cit.* (1982), p. 74.

monstro se parecem um com o outro e ambos são «illicit invaders of traditional Anglican symbolism»⁵¹⁵, o que cria uma imagem bastante inquietante e perturbadora da mulher em todas as suas acepções. A monstrosidade feminina indica, ademais, o imenso poder de metamorfose da mulher. Deste modo, «woman is not frailer than man is, but stronger and more powerful; her nature is broadly demonic rather than fallibly human»⁵¹⁶. E, de facto, não é uma mulher humana que, em última instância, Martins observa na Inglaterra vitoriana.

Repegando na imagem ramalheana do minotauro, Martins declara que a amazona inglesa é o «anjo transformado em centauro, sílfide com músculos de aço, que passa, deixando-nos em dúvida sobre a exactidão da realidade humana» (*IH*, pp. 53-54). Depois de observar os anjos, o viajante luso vê a sua «transformação [...] nos seres para que não acho nome» (*ibidem*, p. 55). A mutação ocorre perante os seus próprios olhos e, apropriando-se de um motivo vitoriano finissecular muito difundido, mostra como «the eternal face shows that the angel can modulate almost imperceptibly into a demon»⁵¹⁷. Afinal, a insistência na transfiguração horrenda da *miss* loura mostra como a mulher inglesa é produto da raça bestial que vive além-Mancha. Trata-se do carnívoro animalesco, na sua versão feminina, que Martins descrevera a propósito do próprio povo inglês, paradigma ao qual a mulher não escapa⁵¹⁸. Como assegura:

A florescência das *misses* dura apenas um instante, a beleza era a *do diabo*: estava na frescura da pele, na ingenuidade do olhar, no brilho dourado dos cabelos. Sob a pele aveludada enrijam-se ossos duros. As faces pouco a pouco tomam uma expressão cortante [...]. O viço murchou, e [...] principiam a desenhar-se fisionomias que não prometem. [...] As faces engellem-se, com veios e marcas marmóreas; os narizes, ou se afilam como navalhas, ou se abatem cor de tomate. [...] As bocas afeiam-se, os dentes investem avançando salientes, carnivoramente. [...]

Faz chorar as pedras lembrarmo-nos que nisto se tornaram as louras *misses* de olhos doces, cor de pervinca! (*ibidem*. Itálico do autor).

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 75.

⁵¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 108.

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 107. De facto, a literatura vitoriana da viragem do século abunda em imagens de mulheres monstruosas e aberrantes que vão desde a rainha imortal *She* de Rider Haggard até às mulheres vampiro de Bram Stoker. Deste modo, «the New Woman's challenge to male hegemony [...] demanded a response from men which was not only practical but also emotional and imaginative. In literature, this "crisis of masculinity" is often critically located in works which either marginalize or demonize women», Gail Cunningham, «Masculinities in the Age of the New Woman. From *She* to "Vee"», in Alcinda Pinheiro de Sousa *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 111.

⁵¹⁸ Cf. Parte II, 2.1.2.

Agora, Martins já não tem vontade de se atirar de joelhos aos pés dos anjos porque vislumbra a sua transformação no monstro grotesco. Surpreendentemente, porém, o que leva à metamorfose do anjo no diabo é «a sua missão no *home*» (*ibidem*, p. 70). O que se julgava conferir feminilidade à mulher e dar-lhe o estatuto de anjo do lar é precisamente o que a faz metamorfosear-se em monstro, ou seja, a inglesa «casa-se um anjo esbelto e louro, e ao cabo de dez anos e depois de dez filhos, está uma matrona espessa» (*ibidem*). Ao fim e ao cabo, Eça tinha razão quando alertava para a falsidade das imagens angelicais das inglesas tão propaladas por Taine. Ramalho resiste a crer no que o amigo lhe dissera, mas, após a viagem necessária à certificação da imagem, o que todos os autores constatarem é que a inglesa é uma mulher iminentemente estranha e aberrante. As portuguesas são, de facto, entendidas numa óptica pejorativa, mas nada iguala a dificuldade em caracterizar a inglesa e a sua alteridade. A lisboeta das classes humildes é uma dona de casa aprumada, ao passo que a burguesa das classes altas só vive para a vaidade e para os devaneios amorosos; a inglesa em circunstância alguma está virada para a domesticidade porque ou tem inúmeras ocupações que a retiram da esfera do lar, tal como a *Mrs. Jellyby* dickensiana, ou perde-se no deboche comum à raça. Ainda que a educação da inglesa seja valorizada face à da portuguesa, ela, no fundo, só mascara o monstro, talvez a melhor classificação para responder à estranheza da inglesa.

Na Inglaterra do *fin-de-siècle*, quando a questão da mulher era um dos temas mais fracturantes da sociedade, estes viajantes lusos confrontam-se com as mesmas dificuldades que os seus anfitriões sentem em dar coerência à imagem da mulher e replicam-nas nos seus artigos e obras respeitantes àquele país⁵¹⁹, descobrindo, ademais, que as ideias projectadas pelo mestre Taine não se adequam ao “momento” preciso que a Inglaterra atravessa. A inglesa contemporânea não é anjo, não é Héstia. É uma criatura anómala que, afinal, reflecte a alteridade, o exotismo e a estranheza da sua própria raça; é o produto áspero de um clima agreste, um ser tão bestial como o povo primitivo e animalesco a que pertence. Em suma, a inglesa é a mulher bárbara, logo o símbolo máximo da Outra, da estrangeira distante das esferas familiares do mundo do Eu. Porém, descrita por estes escritores-viajantes e jornalistas literários, torna-se numa

⁵¹⁹ Estas fracturas já se vinham sentido desde há décadas. O próprio Samuel Smiles que reivindicava os direitos das mulheres e o seu desenvolvimento intelectual e que instava a sociedade a deixar as mulheres tomar as rédeas do seu destino assume que, afinal, a sua esfera é o lar, criando, dessa feita, «a strange blending of two of the dominant ideas of the age. Smiles’s ideal woman was a carefully educated, Utilitarian version of the “angel in the house”, Alex Tyrrell, *Op. cit.*, p. 198.

instância de alteridade cuja estranheza é domesticada, sendo, por conseguinte, apoderada pelos estrangeiros que viajam desde Portugal.

Se a questão da mulher foi preponderante ao longo do século XIX, é certo também que o tema do império influenciaria enormemente a cultura britânica durante a centúria. Uma e outra temática não foram, de facto, antagónicas posicionando-se em termos complementares enquanto «Mother country and Infant Colonies»⁵²⁰ e criando, paralelamente, uma dicotomia imperialista de confronto entre o “doméstico” e, por oposição, o “colonial”⁵²¹. Tendo observado a esfera doméstica do império do Outro, a Inglaterra visitada, importa, agora, alargar a visão ao Outro império, aquele localizado para lá das fronteiras insulares da Inglaterra, e o império estrangeiro que vem de fora dessas mesmas fronteiras, sejam as fronteiras geográficas, sejam as da respeitabilidade vitoriana, e se instala no coração da Velha Albion.

⁵²⁰ Hilary Fraser, *Op. cit.*, p. 121.

⁵²¹ Idem, *ibidem*, p. 105.

PARTE III
O IMPÉRIO DO(S) OUTRO(S)

3.1. Outros Impérios

3.1.1. Educar para o Império

Na óptica dos autores em análise, a Inglaterra vitoriana do *fin-de-siècle* apresenta-se como um império Outro, um mundo estranho, que tentam apreender recorrendo a fórmulas interpretativas apresentadas por viajantes que os precederam ou, quando as mesmas falham, socorrendo-se de imagens e opiniões vigentes na própria sociedade britânica e propagadas pela imprensa e pela literatura, as quais, no seu conjunto, concorrem para formar a percepção de cada autor em relação ao universo de alteridade localizado para lá da Mancha. Contudo, se a Inglaterra vitoriana é apercebida como um império Outro, um país orientalizado, povoado por um povo exótico difícil de categorizar, é, similarmente, representada como um império do Outro ou dos Outros, uma nação que detém o maior império de todos os tempos, em termos de superfície geográfica e em população, a qual, na sua heterogeneidade, abarca raças, credos e línguas muito díspares. Discursando perante a Câmara dos Lordes a 8 de Abril de 1878, isto é, no final de uma década que galvanizara a Inglaterra para o seu destino imperial além-mar, Benjamin Disraeli, o então Primeiro-Ministro conservador e um dos grandes mentores e impulsionadores do imperialismo moderno, referia-se ao império britânico nos seguintes termos:

That empire was formed by the energy and enterprise of your ancestors [...]; and it is one of a very peculiar character. [...] Its flag floats on many waters; it has provinces in every zone, they are inhabited by persons of different races, different religion, different laws, manners and customs. Some of these are bound to us by ties of liberty [...]; others are bound to us by flesh and blood and by material as well as moral considerations. There are millions who are bound to us by our military sway, and they bow to that sway because they know that they are indebted to it for order and justice. All these communities agree in recognising the commanding spirit of these islands that has formed and fashioned in such a manner so great a proportion of the globe¹.

¹ *Apud* C. C. Eldrige, *Op. cit.* (1996), pp. 47-48.

A Grã-Bretanha assume-se como um colossal leviatã imperial, cujo «commanding spirit» era forjado por um sistema educacional que preparava os indivíduos para os desígnios imperialistas da nação. Na verdade, se o lar vitoriano representa uma salvaguarda e um refúgio do mundo hostil, a escola é o terreno de preparação para esse mundo competitivo e, por isso, é também «a better training ground for character than the domesticity of home»². Sobre a escola recai o papel fulcral de formar as inúmeras classes de funcionários e administradores que governarão os destinos do império. Por conseguinte, o sistema educacional, espelho do Utilitarismo que perpassa a Era Vitoriana, tem uma índole fortemente vocacional e o currículo negligencia as Humanidades para dar primazia a disciplinas práticas como contabilidade, engenharia de minas, electricidade, agricultura, às quais se juntava um pouco de História e a matemática essencial³. Neste contexto, um ensino pragmático visa permitir o sucesso individual «if not in overcrowded England, then in the greater [...] Empire now spreading over the world. [...] The expansion of business and population, both in turn promoting the expansion of empire»⁴.

Concentrando-se na especificidade da literatura que existe na Inglaterra para crianças e jovens, Eça de Queirós, constata, precisamente, a proeminência de um ensino de ordem prática. Assim, desde tenra idade, as crianças começam a ler:

Popularizações de ciências; descrições dramatizadas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e enfim, em livros de imaginação, a vida social apresentada de modo que nem uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida (*TI*, p. 122).

Em Inglaterra as leituras das crianças têm uma enorme componente didáctica veiculando conhecimentos objectivos sobre diversas faunas e floras, sobre explorações geográficas, incutindo-lhes, desde cedo não só o gosto pelo império como também por assuntos científicos necessários à vida moderna. Em Portugal a situação é bastante diferente, como Eça também demonstra. Indignado com a situação deplorável do ensino na sua pátria diz:

² F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 152.

³ Walter E. Houghton, *Op. cit.*, p. 114. Deste modo, «in bourgeois society the conception of utility became too narrow to include the great but intangible utility of the humanities», idem, *ibidem*, p. 119.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 120.

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. Creio que ses lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões, quando os infelizes mostram inclinação pela leitura.

[...] Apenas a luz do entendimento se abre nos nossos filhos, sepultamo-la, sob grossas camadas de Latim! Depois do Latim acumulamos a Retórica! Depois da Retórica atulhamo-la de Lógica (de Lógica, Deus piedoso!) E assim vamos erguendo até aos céus o monumento da camelice! (*ibidem*, p. 123)

A educação portuguesa está desadequada da realidade, as leituras das crianças são desajustadas às suas faixas etárias e, para um acólito do cientismo oitocentista, é escandaloso que as crianças não sejam educadas no espírito científico. A Inglaterra aposta com sucesso num ensino pragmático, enquanto que Portugal continua a perpetuar uma educação humanista que impede o país de progredir.

Na verdade, a crítica que Eça tece à educação portuguesa é recorrente nos intelectuais da Geração de 70. Assim, «os romances de Eça, de Teixeira de Queirós, de Lourenço Pinto, de Abel Botelho, as crónicas d'*As Farpas* [...] objectivam claramente uma sociedade enferma, alheada de uma das principais razões da sua decadência: a educação»⁵. Em 1871, Antero de Quental, à semelhança dos seus correligionários geracionais, deplorava a educação portuguesa, culpabilizando-a pelo estado deprimente do país. Como o autor proferia no Casino Lisbonense: «É o abatimento, a prostração do espírito nacional, pervertido e atrofiado por uns poucos de séculos da mais nociva educação»⁶. Similarmente, Batalha Reis comunga da mesma opinião e sugere que «a explicação mais compreensiva que [...] existe na base de todos os problemas portugueses [...] é a falta de cultura na imensa maioria das populações»⁷. Sendo a educação um dos problemas que tanto afligem os intelectuais da Geração de 70, é, por consequência, um dos temas fundamentais que estes jornalistas literários escolhem para debater nos seus artigos referentes à Inglaterra, nos quais se escuta a sua voz, e nos quais se mostra como, neste aspecto, o Outro e o Eu são instâncias divergentes⁸.

Ao olharem para a Inglaterra vitoriana, os autores em estudo vêem uma nação preocupada com a educação e uma sociedade que tenta erradicar o analfabetismo, que prepara os indivíduos para singrarem na vida e que procede a inúmeras reformas no

⁵ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 155.

⁶ Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, introdução de Delfim de Brito, Guimarães Editores, Lisboa, 2001 (Discurso Pronunciado a 27 de Maio de 1871), pp. 58-59.

⁷ *Op. cit.* (1988b), p. 55.

⁸ Teresa Pinto Coelho refere, a propósito, que a educação inglesa, por oposição à portuguesa, condensa parte da atenção tanto de Eça, como de Ramalho. Cf. *Op. cit.* (1996b), pp. 59 e 65, respectivamente.

sistema de ensino. O *Education Act* de 1870 não só tornara a escolaridade elementar obrigatória como ordenava que houvesse uma escola ao alcance de todas as crianças, objectivos estes alcançados em 1880. No tocante à educação superior criam-se várias universidades, inclusivamente instituições de ensino superior para mulheres, e o *Tests Act* de 1871 franqueava definitivamente os portões das universidades de Oxford e Cambridge a não-Anglicanos ao abolir os testes religiosos de admissão⁹. Face a este panorama, os autores não deixam de “farpear” o estado do ensino em Portugal, um país com poucas escolas, nas quais há falta de infraestruturas de saneamento e higiene, com professores sem habilitação e com uma universidade «estagnada, onde imperam a ideia feita, o medo, a mediocridade, e se vence pela cunha [...], pela memorização sem crítica»¹⁰. A Inglaterra é, assim, uma instância superior de alteridade ante a qual o Eu se inferioriza. Aliás, já em *As Farpas*, Eça e Ramalho haviam posto a ridículo a educação em Portugal, comparando-o, nesse aspecto, com um qualquer país da Cafraria. Se, em Inglaterra há escolas para todos os cidadãos e se todos sabem ler, na pátria lusa a situação é a seguinte:

Existindo no país [...] 700.000 crianças, e não sendo justo que se apertem na estreiteza abafada de uma escola mais de 50 alunos, [...] segue-se que deveríamos ter – 14.000 escolas!

Temos 2.300!

[...]

Das 700.000 crianças que existem em Portugal dá o estado, nestas 2.3000 escolas – instrução a 97.000 crianças. Isto é de 700.000 crianças, estão fora da escola mais de 600.000!

Mais! destas 97.000 crianças [...], sabem quantas se apuram prontas, por ano? Segundo as últimas inspecções – em cada 50 alunos – 1!

Portanto Portugal de 97.000 crianças que tem nas suas escolas – apura 1.940!

Por consequência isto é um país que tendo 700.000 crianças a educar – consegue educar 1.940!

Mordei-vos de ciúme, cafres!¹¹

Mantendo o diálogo com o leitor e despertando-o para um assunto muito grave mediante uma certa nota sensacionalista, estes jornalistas literários explicam que a educação é um assunto negligenciado em Portugal. Não é somente a organização da instrução pública que é deficiente; são-no também os conteúdos programáticos. Como os “farpistas” ressaltam: «Falamos apenas da organização do ensino. Não falamos da

⁹ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, pp. 146-148.

¹⁰ António Machado Pires, *Op. cit.*, p. 178.

¹¹ *Op. cit.*, pp. 403-404.

organização do estudo. Essa não é incompleta porque não existe. A nossa escola é a antiga aula de escrita e leitura do tempo devoto do sr. D. João V. Isso é uma outra grave, severa, terrível questão»¹². Portanto, é todo o sistema de ensino que está obsoleto.

Esta incúria torna Portugal um país retrógrado e atrofia as gerações futuras. Com efeito, como refere Eça: «Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa» (*ibidem*, p. 123). Observando os imensos livros que se produzem para crianças em Inglaterra, coloridos com «cores leves e aguadas» (*ibidem*), e comparando-os com os livros pesados meramente decorativos, que só são manuseados «sob a fiscalização da mamã, que tem medo que se deteriore a encadernação» (*ibidem*, p. 121), que se dão às crianças em Portugal, o autor conclui ironicamente: «Esta ideia de compor livros para crianças faria rir Lisboa inteira. [...] Lisboa quer coisa superior; quer a bela estrofe lírica, o rico drama em que se morre de paixão ao luar [...]. Educar os seus filhos inteligentemente, está decerto abaixo da sua dignidade» (*ibidem*, p. 124).

Esta comparação entre a educação inglesa e a portuguesa será, por sua vez, retomada por Ramalho Ortigão que, dos autores em análise, é aquele que mais se detém na apreciação do sistema educacional inglês. Escrevendo *John Bull* para ser publicado directamente em livro, este viajante tem a consciência que «ce qui intéresse le public, c'est ce qui permet des confrontations *instructives* sur deux façons de concevoir et vivre la vie, individuellement, dans le cadre de la famille, de la société ou de la nation»¹³. Daí que, também por ser um jornalista literário, dê tanta importância à «confrontação» entre a educação em Portugal e na Inglaterra vitoriana, pois essa comparação será «instrutiva» para a sua pátria. Anteriormente, aliás, já Taine se socorrera do mesmo mecanismo pondo em confronto a educação na sua pátria e na Inglaterra, uma vez que entre as escolas inglesas e as francesas «la différence est énorme, et nulle comparaison ne fait mieux ressortir le contraste des deux peuples»¹⁴. Portanto, através do tema da educação, Ramalho pode realizar um estudo sociológico comparativo entre a situação do povo português e a do inglês. Assim, relatando a visita do Príncipe de Gales a Portugal em 1876, a propósito da qual redigiria uma «Farpa», Ramalho é bastante explícito ao revelar o muito que Portugal pode aprender com o exemplo da Inglaterra:

¹² Idem, *ibidem*, p. 408.

¹³ Simon Jeune, *Op. cit.*, p. 53. Itálico do autor.

¹⁴ *Op. cit.* (1876), p. 135.

É inapreciável o serviço que a estada de Sua Alteza em Lisboa presta à nossa instrução popular.

Êste povozinho não lê livros e não aprende senão o que se lhe ensina nos pequenos jornais a um penny. Através das notícias que êsses jornais vão dar-nos agora a respeito do príncipe de Gales, o país receberá pequenas lições [...] extremamente profícuas¹⁵.

Portanto, «dessorado pela influência debilitante de trezentos anos de esmagadora educação jesuítica» (*JB*, p. 16), ou, como dissera Antero, dessa educação nefasta, «que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes»¹⁶, para Ramalho, Portugal necessita pôr os olhos na Inglaterra. Insistindo na ideia de Eça que diz que as crianças portuguesas são inteligentes, mas depressa amordaçadas por uma educação incapaz, Ramalho também ressalva que «o lisboeta não nasce [...] mais débil do que qualquer outro europeu [...]. O atrofiamento da fôrça física, a que corresponde fisiologicamente o da energia moral, é [...] o mero produto ocasional de um êrro de pedagogia» (*ibidem*, p. 211). Este problema radica, já se adivinha, na perpetuação obsoleta da «antiga pedagogia jesuítica; e esta persistência em pleno século XIX do enervante e desarticulante regime da dominação clerical é a vergonha da civilização [...] moderna» (*ibidem*, p. 195). A educação portuguesa é a base dos males do país e do povo, como Batalha Reis também reconhece. Não obstante as críticas que tece frequentemente à sociedade contemporânea do seu país natal, o autor afirma, a propósito das classes emigrantes, nomeadamente as que partem para o Brasil, que «o Português é, de ordinário, robusto, habituado a árdua labutação física, saudável, paciente, sofredor»¹⁷. No entanto, os portugueses não evidenciam a ambição dos ingleses porque é «a falta de imaginação cultivada [...] que lhes limita os desejos»¹⁸. Em suma, como constata Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo*:

O triste em Portugal, e acaso o primeiro motivo da fisionomia singular da Nação, é a ignorância [...]. Todos sabem de que género é a educação secundária; todos sabem o que é a instrução superior, em tudo o que não diz respeito às profissões técnicas (medicina, engenharia, etc.), cuja importância é para o nosso caso subalterna¹⁹.

¹⁵ *Op. cit.* (1943), p. 101.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 60.

¹⁷ *Op. cit.* (1988b), p. 59.

¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹ *Op. cit.* (1881, vol. 2), p. 297.

Por conseguinte, para estes autores, não é a falta de vigor físico que se repercute na raça lusa. O que a tolhe é a educação deficitária, retrógrada e não conducente ao progresso porque não investe, como em Inglaterra, na componente prática e vocacional.

Um dos aspectos mais notados pelos autores que impede que os jovens ingleses fiquem atrofiados é a importância que o sistema de ensino na Inglaterra confere à prática desportiva, ausente das escolas portuguesas. Com efeito, a ginástica e os jogos atléticos são um dos traços mais característicos da educação inglesa vitoriana. É a primeira obra de Samuel Smiles, *Physical Education* (1838), que lança as bases para a importância da actividade física na educação das crianças. Smiles, que na altura estudava medicina, responsabilizava uma educação desadequada e antiquada pelas altas taxas de mortalidade infantil que subsistiam na época. Contra este estado de coisas, o autor preconizava que «parents and teachers were to ensure that children [...] had good food, regular exercise, and natural clothing; they were to encourage outdoor pursuits such as botany and gardening; and, above all, they were to give children full scope for physical play and self-expression»²⁰. As actividades físicas ao ar livre eram recomendadas e valorizadas na educação tanto de rapazes como de raparigas, uma vez que o sistema de Smiles não distinguia as crianças de sexos diferentes²¹. Posteriormente, no seu tratado seminal *Self-Help* (1859), o autor minimiza o génio, o talento ou a inteligência inata para valorizar as qualidades da persistência e do trabalho árduo, corolárias de uma educação em que prevaleça a actividade física²². Assim, na Era Vitoriana ganha grande proeminência a máxima de que um corpo saudável leva a uma mente sã e que, conseqüentemente, a educação não deve só insistir na aprendizagem livresca à secretária, mas deve também ser feita ao ar livre, em contacto com a natureza, mediante a prática desportiva²³.

O desporto cria indivíduos robustos e enérgicos e, portanto, também apura a raça. Por conseguinte, à medida que estas ideias vão ganhando raízes na sociedade vitoriana, cada vez mais se glorifica o exercício físico até que, nas últimas décadas da centúria, «prefectorial power passed from the scholar to the athlete, and the playing field surpassed Chapel as the guardian of manly virtue»²⁴. Tal como no Portugal oitocentista se debatia o estado da educação nacional que se encontrava desajustada das

²⁰ Alex Tyrrell, *Op. cit.*, p. 190.

²¹ Cf. idem, *ibidem*.

²² Cf. Walter E. Houghton, *Op. cit.*, p. 117.

²³ Cf. idem, *ibidem*, p. 120.

²⁴ Rupert Wilkinson, «Political Leadership and the Late Victorian Public School», *The British Journal of Sociology*, vol. 13, nº 4, Dezembro de 1962, p. 325.

necessidades do país, na Inglaterra vitoriana as preocupações eram semelhantes. Com efeito, em meados do século XIX, «English education was known to be backward in comparison with that of many continental countries, and the wars of the period [...] seemed to show that an educated nation could provide better soldiers than a less educated rival»²⁵. Tratava-se, pois, de criar um povo másculo, apto para qualquer combate, um pouco à semelhança dos alemães que, apesar de eternos rivais dos ingleses, simbolizavam a masculinidade e o militarismo dos povos teutónicos amantes e defensores da liberdade²⁶. O desporto era a resposta que a sociedade vitoriana encontrava para reprimir os seus receios de enfraquecimento e efeminação. Eça, de facto, relata diversas notícias relacionadas com façanhas desportivas que mostram o valor atribuído pelos ingleses à destreza física. Numa delas explica como uma disputa de caminhada foi realizada ao som de uma banda alemã que tocava uma «marcha estridente» (CICL, p. 202) a fim de excitar os atletas, o que, por sua vez, demonstra como um Outro, o alemão, oferece o paradigma que os ingleses querem imitar. Numa outra notícia, mais especificamente a 10 de Dezembro de 1877, Eça salienta que «as façanhas da força muscular repetem-se, sob as formas mais inesperadas; depois dos sujeitos que nadam vinte léguas em doze horas; depois dos indivíduos que caminham em volta de um circo quinhentas milhas em três dias, temos agora um novo herói: o homem que valsa seis horas consecutivas» (ibidem, p. 289). Portanto, Eça dá conta de uma sociedade obcecada pelo desporto.

No entanto, é na educação que aquele assume uma proeminência especial na sociedade vitoriana porque se pretende criar o *gentleman* perfeito e masculino e, na Inglaterra finissecular, «“manliness” was synonymous with strength, both physical and moral»²⁷. É nos campos de críquete, de rãguebi, de ténis ou de futebol que os rapazes exercitam os músculos e se preparam para ser homens. Taine confirmava estas ideias salientando que «l’adolescent a besoin de mouvement physique; il est contre nature de l’obliger à être un pur cerveau, un cul-de-jatte sédentaire» e verificando que, na Inglaterra, «les jeux athlétiques, la paume, le ballon, la course [...], et surtout le cricket occupent tous les jours une partie de la journée»²⁸. Aliás, em *Os Maias* o tipo de educação ministrada a Carlos é baseada, precisamente, na desenvoltura física, ou como

²⁵ Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 482.

²⁶ Cf. Hugh A. MacDougall, *Op. cit.*, pp. 81-82.

²⁷ Donald E. Hall, «Muscular Christianity. Reading and Writing the Male Social Body», in Donald E. Hall (ed.), *Muscular Christianity. Embodying the Victorian Age*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1994, p. 9.

²⁸ *Op. cit.* (1876), p. 138.

diria Brown, o preceptor inglês, «Primeiro forrça! Forrça! Músculo...»²⁹. As disciplinas clássicas são deixadas para um plano secundário porque, na opinião de Afonso da Maia, «o primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessário ser são, e ser forte. Toda a educação sensata consiste nisto: criar a saúde, a força [...], desenvolver exclusivamente o animal, armá-lo de uma grande superioridade física. [...] A alma vem depois...»³⁰. O avô de Carlos é, portanto, partidário de uma educação à inglesa, na qual pontifique o desporto, e é por isso que o neto trepa às árvores, corre e rema. Já Eusébiozinho era o oposto do saudável e enérgico Carlos: «Tinha três ou quatro meses mais que Carlos, mas estava enfezado, estiolado, por uma educação à portuguesa: [...] ainda dormia no choco com as criadas, nunca o lavavam para o não constiparem [...]! Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, páginas inteiras do “Catecismo de Perseverança”»³¹. Escritos quando Eça já vivia há alguns anos em Inglaterra, *Os Maias* revelam o vigor da educação inglesa em oposição à portuguesa que, desde os tempos de *As Farpas*, é criticada pelo autor.

Igualmente crítico feroz da deficiente educação portuguesa, Ramalho Ortigão nota no seu *John Bull*, como o ensino inglês é todo virado para a prática desportiva, devotando várias páginas a detalhar este assunto que tanto o interessa. Desta feita, «a absorvente vida ginástica tem sobre a mocidade inglesa a dupla vantagem de fortalecer a saúde e de pacificar a imaginação, no período tão grave da vida em que a psicose da puberdade inflama na mais perigosa e decisiva crise toda a evolução física e moral da personalidade humana» (*JB*, pp. 192-193). Consequentemente, «para o aperfeiçoamento fisiológico da espécie não há método mais sábio nem mais profícuo» (*ibidem*, p. 192). Ramalho concorda, como Afonso da Maia, que a prática desportiva cria o indivíduo robusto e viril, e a Inglaterra dá disso exemplo. Por seu turno, «na educação portuguesa, o desenvolvimento normal do homem está para sempre prejudicado e pervertido» (*ibidem*, p. 195) porque o sistema educacional da nação privilegia o sedentarismo. Em Portugal, que poderia aproveitar as suas tradições de jogos populares para fomentar o desenvolvimento físico dos jovens, o que ocorre é que:

Deixamos perder a tradição dos nossos antigos jogos atléticos – a péla, a bola, a barra, as canas [...] – e não os substituímos por nenhum exercício correspondente. [...] Os estudantes não cultivam a equitação nem a natação. [...] Não remam, não caçam, não pescam, não esgrimem, não atiram ao alvo.

²⁹ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1888), p. 63.

³⁰ *Idem, ibidem.*

³¹ *Idem, ibidem*, p. 78.

Nos dias feriados ficam na cama até ao meio-dia ou até à noite. Fumam, lêem romances ou livros de versos [...] ou arma-se uma partida de *monte* ou de *baccarat* (*ibidem*, pp. 193-194. Itálicos do autor).

Opinião idêntica é partilhada por Batalha Reis que também salienta o papel preponderante do desporto na educação dos ingleses e lastima a sua ausência no sistema de ensino português. Não esqueçamos, aliás, que o autor, educado no Colégio Roeder à alemã, sempre praticara exercício físico ao longo da sua educação, estando, por isso, bastante consciente dos seus benefícios³². Como refere: «Os exercícios físicos, são, em toda a Inglaterra, a paixão dominante [...]. Em contraste com uma tal educação e uma tal tendência, o rapaz português, *ama* desde os 12 anos de idade. Aos 15 continua a *amar* e a *acolitar-se* para falar às imaginações das mulheres» (*RI*, p. 93. Itálicos do autor)³³. E esta preocupação amorosa exclusiva e não canalizada para outros interesses enfraquece o português, «hipnotiza-o, enerva-o, aniquila-o» (*ibidem*): a raça atrofia por falta de exercício que fortaleça o físico e a moral dos indivíduos.

Entre os males da educação portuguesa, nos quais se inserem a instilação do sedentarismo e da preguiça, incute-se nos jovens portugueses a cobardia. O inglês é educado para a luta, qualquer que ela seja. Ginasticado e musculado, também sabe defender-se com bravura e nunca vira as costas a uma peleja. Este é, ademais, um dos ideais supremos do *gentleman* moderno que radica nos velhos códigos de honra e coragem nos campos de batalha e nas disputas de duelos. Na verdade, enfrentar uma luta e bater-se nela não é um comportamento anti-cristão. De facto, «Christianity enjoined the turning of the other cheek, but it was difficult to make such restraint seem heroic. [...] One solution to the problem [...] was to show, or attempt to show, that it takes *more* courage to refuse a duel than to fight one»³⁴. E é exactamente isso que se defende em *Tom Brown's Schooldays* (1857), a obra mais conhecida de Thomas Hughes, escrita para o filho que ia estudar na velha escola do pai, e, simultaneamente, um dos romances mais célebres no tocante ao tema da educação vitoriana nas *public*

³² Cf., por exemplo, Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 25.

³³ Embora refira que, na *Revista Inglesa*, Batalha Reis «criticava implicitamente» o sistema educacional português «porque o objectivo das suas crónicas era apresentar a realidade inglesa e não a portuguesa», afirmação que não subscrevemos na integralidade pois o articulista «contrasta» Portugal com a Inglaterra, Vanda Rosa também salienta que o autor ressaltava a prática desportiva como uma das grandes vantagens do ensino em Inglaterra. Cf. *ibidem*, p. 69.

³⁴ Robin Gilmour, *The Idea of the Gentleman in the Victorian Novel*, George Allen & Unwin, London, 1981, p. 28. Itálico do autor.

schools, a propósito, citado por Taine nas *Notes sur l'Angleterre*³⁵. Nesta obra tece-se a apologia do desporto e sublinha-se a capacidade de luta que os jovens devem possuir, pois:

Fighting with fists is the natural and English way for English boys to settle their quarrels. [...]

Learn to box, then, as you learn to play cricket and football. Not one of you will be the worse, but very much the better for learning to box well. [...] There's no better exercise in the world so good for the temper, and for the muscles [...].

When the time comes, if it ever should, that you have to say "Yes" or "No" to a challenge to fight, say "No" if you can, - only take care you make it clear to yourselves why you say "No". [...] Don't say "No" because you fear a licking, and say or think it's because you fear God, for that's neither Christian nor honest. And if you do fight, fight it out; and don't give in while you can stand and see³⁶.

Enquanto que na Inglaterra o indivíduo é encorajado a saber defender-se por si próprio, em Portugal o panorama é diferente porque «nos conflitos entre os estudantes [...] o que bate, sujeita-se a uma pena disciplinar, e arrisca-se a ser suspenso ou riscado. É a cobardia e a pusilanimidade organizadas em sistema de legislação» (*JB*, p. 194). Portanto, Portugal, enfermo devido à herança da educação jesuítica, cria jovens fracos e efeminados, bem ao contrário da Inglaterra onde «não há estudante que ouse queixar-se de que alguém lhe bateu. A sua dignidade aconselha-o a despicar-se por si mesmo, a emancipar-se o mais breve possível; e é o que êle faz, fortalecendo-se [...] no exercício quotidiano da luta e do pugilato» (*ibidem*, p. 191). Claro que, com tanto desporto e tanta luta, «de tempos a tempos há um ou outro que sucumbe [...] pela ruptura de algum vaso essencial à vida. Esta espécie de solução acha-se prevista na lei geral da educação e faz parte das preciosas liberdades de que goza todo o cidadão britânico. Quem não pode, rebenta. Ninguém lho proíbe» (*ibidem*, p. 190). Todavia, não obstante um ou outro revés, Ramalho conclui favoravelmente quanto a este tipo de educação:

O estudante inglês [...] aprende sem cair no pedantismo tudo quanto um *gentleman* precisa de saber; mas aprende igualmente a tirar o máximo partido [...] de toda a fôrça, de toda a energia nervosa e muscular com que a natureza o dotou.

³⁵ Cf. a página 142. É, de facto, Taine quem, influenciando os autores em análise, primeiramente teceria a apologia da prática desportiva no currículo das *public schools*, salientando, a título de exemplo, o romance de Thomas Hughes. Cf. Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996b), p. 59.

³⁶ Thomas Hughes, *Tom Brown's Schooldays*, Penguin, London and New York, 1994 (1ª ed. 1857), pp. 246-247.

[...] Os jogos mais ou menos atléticos, tão vulgarizados hoje em tôdas as classes sociais da Inglaterra, são um fruto da civilização, uma conquista perfeitamente raciocinada da pedagogia pública e da higiene social, e os homens incumbidos de dirigir a opinião têm a [...] compreensão de tôdas as vantagens que de tal método resultam para o enobrecimento da raça e para a prosperidade da nação (*ibidem*, pp. 201-103).

A Inglaterra é próspera porque segue políticas de ensino que fortalecem os indivíduos. Já vimos que os ingleses são descritos como um povo bárbaro e primitivo³⁷. Contudo, a educação mascara esse barbarismo e amansa a violência inata que é canalizada para o desporto e o boxe. Paralelamente, é a educação que superioriza este povo e lhe permite enriquecer, ao passo que, em Portugal, o Governo é culpabilizado por formar menos de dois milhares de jovens por ano. A educação transforma a raça áspera do Norte, enquanto que a sul da Mancha, no alegre Meridião:

Não se desenvolvem em Portugal nem as explorações agrícolas nem as emprêsas industriais [...] pela falta de uma educação atlética análoga à inglesa.

Escasseiam os industriais e [...] os agricultores porque não há em Portugal homens inteligentes e instruídos com a musculatura precisa para assumir a responsabilidade e suportar as fadigas da direcção duma grande fábrica ou duma grande lavoura (*ibidem*, p. 206).

É por falta de actividade física e devido a um excessivo sedentarismo que:

Vemos em Lisboa dezenas de centenares de indivíduos [...], mendicantes de empregos públicos, ou burocratas emagrecidos e famélicos [...] dessorados na saúde, na alegria e na dignidade, pela intriga, pela maledicência, pela inveja e pelo servilismo [...], combalidos nas fontes nervosas da energia, incapazes de luta na concorrência do livre trabalho braço a braço, ou inteligência por inteligência (*ibidem*, p. 207).

Os portugueses são ociosos, não demonstram espírito de iniciativa, são intriguistas e maledicentes, adoentados e pouco enérgicos, tudo isto em consequência da educação inepta a que são sujeitos. Porém, a apologia da prática desportiva que Ramalho empreende ao focar a educação em Inglaterra não está completa. O desporto também tem outras vantagens, que não são só o enriquecimento nacional e o fortalecimento do carácter dos indivíduos porque aproxima as gerações estreitando os laços entre os jovens e os mais velhos ao promover o convívio, estabelecendo, por

³⁷ Cf. Parte II, 2.1.2.

consequente, uma «espécie de território neutro e pacífico [...] entre os cidadãos não só de tôdas as opiniões e de tôdas as idéias, mas de *tôdas as idades* (*ibidem*, p. 204. Itálico do autor). Uma vez que em Portugal se negligencia o desporto, «a geração dos pais e a geração dos filhos acham-se em Lisboa tão apartadas uma da outra [...] como se cada uma delas habitasse um continente diverso. [...] Desprovida da experiência inutilizada dos mais velhos, a mocidade torna-se [...] mais presunçosa, mais descomedida, mais desordenada» (*ibidem*, p. 205). No cômputo geral, Ramalho vê na educação do Outro saxónico um exemplo que gostaria que fosse transportado para a sua pátria. Castigando o ensino em Portugal e responsabilizando-o pelos males do país, tece elogios ao método inglês, com o qual o Eu muito teria a aprender. Similarmente, vários anos antes, o mestre Taine fizera o mesmo, ao concluir que «pour ce qui regarde la formation du caractère, l'éducation anglaise est meilleure; elle prépare mieux au monde et fait les âmes plus saines»³⁸, donde se infere que, também no que concerne a temática da educação, as opiniões ramalheanas seguem de perto o alinhamento tainiano.

Oliveira Martins, por sua vez, não embarca neste discurso encomiástico. Portanto, ainda que haja uma unanimidade opinativa em relação ao panorama educacional português, considerado negativamente pelos autores, e uma confrontação entre este e o inglês, a apreensão da educação em Inglaterra não é levada a cabo homogeneamente pelos mesmos. Se Eça enfatizava as leituras lúdico-didáticas, viradas para as áreas científicas da fauna e da flora, e as contrapunha à educação portuguesa, apegada aos exageros de Latim, Retórica e Lógica que se ministrava às crianças e, se ele e Ramalho, enalteciam a actividade física, Martins, se bem que, como se lia acima, salientasse a necessidade de disciplinas práticas, como a engenharia e a medicina, deplora o ensino pragmático inglês. Na sua óptica, os ingleses «olham exclusivamente às fórmulas», as escolas «apenas produzem calculadores» porque «o ensino é prático, ou empírico: daí vem a inferioridade dos ingleses como construtores. Qualquer engenheiro de uma escola continental dá quinaus a homens, de resto, cheios de experiência prática, mas irracionada» (*IH*, p. 107). Com efeito, esta ideia é importada de Stendhal que critica a educação inglesa porque o objectivo não é cultivar o espírito mas apenas praticar desporto. Assim, ao invés de conhecer os grandes autores, o inglês, vítima de uma educação deficiente, só sabe citações³⁹. Esta é, na verdade, uma das falhas que se podem apontar à educação vitoriana, a qual radicava numa convicção comum à época que «a

³⁸ *Op. cit.* (1876), p. 142.

³⁹ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 84.

properly educated man didn't need to indulge in advanced theorizing; a developed memory and a quick mind should enable him to grasp the practical essentials of each problem as it arose»⁴⁰. Trata-se de um anti-intelectualismo que Martins nota e critica na Inglaterra finissecular.

Paralelamente, o boxe, que Ramalho aponta como prática saudável, não é entendido por Martins nessa óptica positiva. Raça animalesca, na qual «os lados bons aparecem retemperados pela educação» (*ibidem*, pp. 50-51), os ingleses podem até esconder a sua agressividade primeva e instintiva sob a capa da educação, mas a sua brutalidade não consegue ser erradicada. Ao contemplar um grupo de jovens que brincam dando socos uns nos outros, o viajante luso nota: «Brincavam [...] empurrando-se, esmurrando-se; gritavam e riam, escancarando a boca; via-se que não tinham espécie alguma da delicadeza instintiva, tão frequente [...] nas plebes continentais. Pareciam-me brutinhos soltos» (*ibidem*, p. 66). Novamente Martins embarca na comparação entre o povo nórdico e o meridional salientando as qualidades deste último. Enquanto os povos continentais são naturalmente polidos, os ingleses são uma raça rude mascarada pela educação e amansada pelo desporto. Ao observar uma regata em Maidenhead, Martins relata como um indivíduo que conheceu casualmente lhe explica a importância fulcral daquele na vida dos ingleses. Como ilustra o desconhecido:

O *sport* substitui para nós o serviço militar obrigatório das nações continentais. Com a riqueza que possuímos, se não fossem os exercícios físicos, já tínhamos caído no dessoramento. Com o nosso temperamento exuberante, se não fosse o *sport*, descambava tudo numa orgia. É necessário fatigar o corpo, para o fortalecer. Só o *training* enrija» (*ibidem*, p. 155).

O jornalista literário transcreve um diálogo que manteve com alguém que conheceu no país Outro e deixa-o caracterizar o seu próprio povo a fim de que o leitor chegue melhor às suas conclusões e às ilações que o autor quer que ele extraia. Após isto, é o próprio Martins que expõe a sua opinião:

O *sport* salva-os com efeito do embrutecimento. Remam, patinam, jogam o *cricket*, o *foot-ball*, montam, correm, caçam a raposa em casa, o tigre na Índia, o búfalo na América, o elefante no Cabo, a cavalo em avestruzes, à falta dos *thorough bred*s que galgam sebes, saltam rios no *steeple chase* permanente, que é o programa da sua existência.

⁴⁰ Rupert Wilkinson, *Op. cit.*, p. 326.

Splendid fellows!

Educam-nos desde o princípio para isso. O fim que têm em vista não é produzir instrumentos intelectuais: é formar indivíduos *healthy and active*, sadios e hercúleos, bravos e bons ingleses, úteis, serviçais, verdadeiros, *honest gentlemen*, e cristãos sem cogitações metafísicas, antipáticas à raça (*ibidem*, p. 156).

Numa raça em permanente movimento, o desporto é propagado por toda a parte e é também uma forma de fazer sentir a presença inglesa nos vastos territórios do império. A educação, com a sua destacada componente física, não produz intelectuais mas, ao invés, prepara indivíduos fortes, capazes de dominarem o mundo e singrarem na luta pela existência. Ao ressaltar que, através do desporto, se criam verdadeiros *gentlemen*, corajosos e cristãos, Martins está também a aludir a um ideal vitoriano finissecular que assenta no conceito de *muscular Christianity*.

Numa época de crise em que se teme o enfraquecimento rácico e em que, portanto, se faz a apologia do desporto e, simultaneamente, se receia a desagregação moral, tal como revelava o desconhecido que fala com Martins em Maidenhead, a noção de *muscular Christianity* é a celebração «of resiliency, determination, comradeship, and hardfought, successful struggles against overwhelming odds»⁴¹. Por outras palavras, trata-se da condensação do *ethos* vitoriano dos ideais cristãos, do espírito de trabalho e de sacrifício e da sobrevivência do mais apto. E é, igualmente, a exaltação do *gentleman* vitoriano que não esmorece ante qualquer obstáculo ou desafio e que é educado à maneira de Tom Brown, ou seja, aprendendo a lutar, a nunca se furtar a um combate e a perseverar na adversidade «exercising Christian benevolence and being good Samaritans»⁴². Por conseguinte, por *muscular Christianity* entende-se «an association between physical strength, religious certainty, and the ability to shape and control the world around oneself»⁴³. O indivíduo assim educado transforma-se no mais forte, no mais capaz e, em termos de império, no perfeito imperialista. E é, precisamente, isto que Oliveira Martins critica: a educação inglesa que formata os indivíduos para o serviço imperial. Aliás, a associação entre a escola e a actividade física é «a preparação para a conquista territorial. A competição atlética será [...] vista como uma batalha pela terra, uma guerra pelo uso do espaço»⁴⁴.

⁴¹ Donald E. Hall, *Op. cit.*, p. 4.

⁴² Thomas Hughes, *Op. cit.*, p. 267.

⁴³ Donald E. Hall, *Op. cit.*, p. 7.

⁴⁴ Maria Teresa Pinto Coelho, *Ilhas, Batalhas e Aventura. Imagens de África no Romance de Império Britânico do Último Quartel do Século XIX e Início do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2004, p. 57.

Continuando o seu raciocínio, Martins prossegue a descrição dos objectivos educacionais dos ingleses:

Escolas especiais ensinam os futuros emigrantes, aplicadamente, para os vários destinos, recheando-os de factos e informações [...]. É a bagagem com que partem: não é uma educação que levem. É o instrumento, não é a ideia. O saber não constitui um fim, é apenas um meio de ganhar dinheiro. [...] Mercúrio tem asas nos pés, salta, vai, vem, como eles, pelo mundo inteiro, levando por toda a parte a sua temeridade audaz e a sua tenacidade forte. Morrem muitos no combate? Tanto melhor; assim, pela selecção, se apura a raça, e cada vez nascem mais aptos para rapar por toda a parte o que houver aproveitável (*ibidem*, pp. 156-157).

Novamente Martins deplora o anti-intelectualismo da educação inglesa, foca a vertente prática desta, mas criticando-a, porque não é o saber que importa; o que conta é dotar os indivíduos de ferramentas que lhes permitam ir pelo mundo fora e explorar povos e nações economicamente. A educação está, por isso, ao serviço da rapacidade imperialista da Inglaterra. Os indivíduos são instruídos nos ideais de *muscular Christianity* e, porque o desporto «é a fórmula sintética do carácter deste povo» (*ibidem*, p. 149), tudo é uma conquista desportiva: «*Sport* quando jogam, *sport* quando correm, remam ou caçam: [...] *sport* quando se lançam pelo mundo fora em busca da fortuna, avassalando povos, dominando mares, exterminando feras» (*ibidem*, pp. 149-150). Portugal conhece o resultado desta educação porque, sempre que barcos ingleses atracam no Tejo, os marinheiros «espadaúdos, fortes, hercúleos» dominam a cidade «jogando ao soco, e pondo numa polvorosa os bairros marítimos de Lisboa...» (*ibidem*, pp. 123-124). A educação inglesa não só cria os indivíduos para a luta da vida, como também os educa para o império da força e da dominação de que o Ultimatum de 1890 era, ao tempo em que Martins redige a *Inglaterra de Hoje*, uma lembrança viva e dolorosa.

Se este autor critica a educação inglesa, a apetência pelo desporto e a *muscular Christianity* que tornam os ingleses imperialistas inclementes, anos antes, Ramalho também aludia à *muscular Christianity*, mas sob uma luz mais favorável. O autor, que partilha da ideia dos pedagogos ingleses como Herbert Spencer e Charles Kingsley de que «na educação da mulher moderna a ginástica é ainda mais indispensável que na educação do homem» (*JB*, p. 213), não deixa nunca de exaltar os benefícios de uma educação cuja tónica é a prática desportiva. Assim, dá conta do «“cristianismo muscular” – *muscular christianity*», que designa, algo atabalhoadamente, como um

«partido religioso» e, simultaneamente, um «princípio pedagógico» (*ibidem*), mas que sabe, com certeza do que diz, inculcar nos jovens o amor pelas actividades físicas e que já é seguido noutros «países em progresso», como a Alemanha, a Suécia, a Noruega, a Suíça, a França, a Itália e até a Espanha (*ibidem*, pp. 214-215). Só em Portugal é que este movimento não tem eco porque «o Estado, no ponto de vista do desenvolvimento fisiológico da raça, é contemplativo, asceta e inanicionista» (*ibidem*, p. 216). Portanto, para Ramalho Ortigão «a nação inglesa [...] deve imenso ao seu amor pelos jogos viris. Êsses jogos [...] contribuíram [...] para edificar a sua grandeza e aumentar a sua fôrça» (*ibidem*, p. 202). Se a Inglaterra é uma nação imperialista em expansão, deve-o, em grande parte, a este tipo de educação que funde a prática desportiva e os ideais de *muscular Christianity*, depreendendo-se do artigo «Lord Salisbury e Correlativos Desgostos», redigido em 1890, que Portugal sofreu um Ultimatum vexatório por parte da Inglaterra por nunca se ter preocupado com as questões educacionais. Vitimado por uma educação deficiente que «nunca desceu mais baixo», ao ponto de Lisboa não ter «um liceu em que se eduquem os seus filhos» (*ibidem*, p. 319), o país não tem energia e não é empreendedor e, por isso, «vai-se perdendo [...] nos indivíduos o amor do trabalho, o espírito de aplicação, o zelo profissional, [...] a perseverança» (*ibidem*, p. 320), enfim, as qualidades instiladas pela educação na Inglaterra.

Antes, porém, de Ramalho e, posteriormente, Oliveira Martins fazerem alusões à noção de *muscular Christianity* e à sua influência pedagógica na Inglaterra finissecular, Eça de Queirós é quem primeiramente observa a sua emergência na sociedade vitoriana.

Por volta da década de sessenta do século XIX, muitos livros para adultos, nomeadamente os do tipo de *Robinson Crusoe* (1719) escrito por Daniel Defoe, que retratam a conquista de novos territórios geográficos e salientam a sobrevivência em espaços estranhos e hostis, começaram a ser recomendados como leitura benéfica para escalões etários mais baixos porque «the factual content of such books was reinforced by their teaching of qualities of mind and character which were also good for boys to imbibe: practical self-reliance leading to self-confidence, and thence to confidence in the superiority, potential or realised, of one's larger self - the Service, or the nation»⁴⁵. Estes princípios de vigor moral, presentes na ideia de *muscular Christianity*, termo que remonta, aliás, a 1857 e à publicação da obra de Charles Kingsley *Two Years Ago*, na qual se valorizava a superioridade do homem temente a Deus, mas simultaneamente

⁴⁵ Jacqueline S. Bratton, *The Impact of Victorian Children's Fiction*, Croom Helm, London, 1981, pp. 105-106.

corajoso e audaz⁴⁶, deveriam ser inculcados desde tenra idade e o alvo preferencial a ser moldado para o serviço da nação era o rapaz adolescente. No entanto, por “rapaz” não se entende qualquer jovem do sexo masculino. O “rapaz” era o filho das classes mais abastadas e também das classes médias, entre as quais se encontravam funcionários públicos e comerciantes de recursos moderados, e não a criança das classes destituídas. Eram, pois, estes rapazes que precisavam de guias sociais e morais a fim de se afirmarem como verdadeiros *gentlemen*. E livros como *The Coral Island* (1858), a obra mais celebrada de Robert M. Ballantyne, influenciada por *Robinson Crusoe* e adaptada a um público juvenil, teriam uma função importantíssima na formação destes jovens, ao veicularem exemplos de conduta dignos de serem imitados. Por conseguinte, longe de serem meras obras de entretenimento, estas narrativas de aventuras em locais exóticos e longínquos eram «primarily a moral and intellectual training, aimed at producing a learned moral elite, for the betterment of a Christian society»⁴⁷.

Com efeito, esta função lúdico-pedagógica da literatura de aventuras para jovens seria percebida por Eça de Queirós num dos seus artigos para a *Gazeta de Notícias*, o qual se intitulou «O Natal – a “Literatura de Natal” para Crianças», coincidentemente um dos seus artigos menos estudados, pelo que vale pena aprofundá-lo algo mais. Aí o autor aborda o imenso mundo literário que se destina a crianças de todas as idades e que em Inglaterra é levado muito a sério, contrariamente ao que sucedia em Portugal. Já vimos como o articulista ressalva a literatura consignada à fauna, à flora, à história, a qual pretende abrir os horizontes das crianças e interessá-las por assuntos muito distintos do Latim ou da Retórica. Contudo, focando as diversas etapas da infância e da adolescência e a especificidade da literatura para cada uma delas, Eça também dá a conhecer aos seus leitores sobre que outros assuntos lêem as crianças inglesas. Assim, na adolescência «vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crónica do triunfo, do esforço humano sobre a resistência da Natureza» (TI, p. 121). Ou seja, o viajante e residente bem informado presta atenção à infinidade de romances de aventuras que se vão publicando a bom ritmo na Velha Albion e que levam em consideração a «idade da aventura, da emoção forte, da identificação catártica com heróis e super-heróis»⁴⁸. Certamente que Eça terá em mente

⁴⁶ Cf. Donald E. Hall, *Op. cit.*, p. 7.

⁴⁷ Jacqueline S. Bratton, *Op. cit.*, p. 111.

⁴⁸ Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes, «Eça de Queirós - Contribuição Histórico-Crítica para a Literatura Infantil/Juvenil Portuguesa in *Cartas da Inglaterra*», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *Op. cit.*, p. 642.

não só os imensamente populares *Robinson Crusoe* e *The Coral Island*, como também, por exemplo, uma outra, e muito divulgada, *robinsonada*, a designação das obras que seguem na esteira de *Robinson Crusoe*, da escritora Catharine Parr Traill, *Canadian Crusoes. A Tale of the Rice Lake Plains* (1852) ou, ainda, os *best-sellers* de Captain Marryat sobre grandes aventuras no mar, tais como *Mr. Midshipman Easy* (1836) ou *Masterman Ready* (1841-1842) que rapidamente esgotavam edições⁴⁹, já para não falar nos mais de cem livros de aventuras para rapazes que W. H. G. Kingston deu à estampa entre 1850 e 1880 e que o tornaram no segundo autor preferido dos jovens, a seguir a Dickens, num inquérito efectuado em 1888⁵⁰.

Ao salvaguardar que esta literatura enfatizava o «esforço humano» que vence a «resistência da Natureza», o articulista nota que, desde pequenos, os ingleses são moldados para o triunfo, para o que a literatura infanto-juvenil muito contribui. Por outras palavras, a raça saxónica é apurada para o sucesso com o auxílio das narrativas de aventuras. Eça corrobora esta noção mais claramente quando, a seguir à evocação das temáticas constantes dos livros de aventuras, menciona que tudo isto é «contado numa linguagem simples, pura, clara - e provando sempre que na vida o êxito pertence àqueles que têm energia, disciplina, sangue-frio e bondade» (*ibidem*, p. 122). Portanto, esta literatura não era, na realidade, desprovida de intenções bem definidas que apostavam no inculcar de todo o rol valorativo-normativo sobre o qual assentava a moralidade vitoriana e que Eça tão bem lista através dos substantivos «energia», «disciplina», «sangue-frio» e «bondade».

A instrução conferida por este tipo de literatura era sobretudo de ordem moral e glorificadora da virilidade. Como nota Michael Wheeler: «The romance had great potential moral influence on its younger readers, especially through a carefully nurtured empathy with the hero and with the hero's heroes. In this way old-fashioned virtues could be inculcated upon readers. Manliness was held up for admiration and foppery for ridicule»⁵¹. Trata-se da sublimação da *muscular Christianity*, e, somente pela exaltação de valores associados à masculinidade, se poderia controlar e expandir o império, de cujo ideário a literatura para jovens era uma potente aliada.

⁴⁹ *Mr. Midshipman Easy*, a obra mais lida de Marryat atesta a sua popularidade entre o público graças ao número de vezes que foi dada à estampa desde que a primeira edição esgotou logo após a publicação. Assim, é curioso notar que nos fundos da *British Library* se encontram quatro edições da década de 1850, outras quatro da de 1870, seis do decénio compreendido entre 1880 e 1890 e outras dezassete até ao final do século. Cf. Jacqueline Susan Bratton, *Op. cit.*, p. 106.

⁵⁰ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 115.

⁵¹ Michael Wheeler, *English Fiction of the Victorian Period, 1830-1890*, Longman, London and New York, 1994 (1ª ed. 1985), p. 179.

A «bondade», virtude que Eça divulga como veiculada pelos livros de aventuras, resume-se à atitude paternalista que o povo conquistador, o inglês, deveria evidenciar para com os povos conquistados. Assim, desde tenra idade, os rapazes ficavam a saber que: «The British [...] were natural imperialists, born rulers like the Romans, men who upheld a free and fair legal system, who were above all responsible and benevolent, the best rulers a colonized people might hope to have»⁵². E quando escolhe vocábulos como: «energia», «sangue-frio» e «disciplina», Eça dá-nos conta, nada mais, nada menos, do que do sublimar de atavios militaristas e masculinos que, permeando a sociedade vitoriana, se deveriam incutir nos jovens, preparando-os para a cruzada imperial. Numa sociedade que, como ressalva Jeffrey Richards, «was pervaded by the military ethos»⁵³, o belicismo, o espírito aguerrido, eram considerados virtudes a propagar, pois davam vazão aos instintos mais nobres da coragem, do companheirismo, da ideia de missão e do sacrifício⁵⁴. Além disto, convém ter em mente que, de acordo com Robert Fraser: «Victorian males thought [...] that virtue was a variety of soldiery, and soldiery a sign of virtue. The equation in later Victorian romance [...] of what is known as “Muscular Christianity” infiltrates it at every point»⁵⁵, tal como Eça percebeu. Por conseguinte, ao referenciar alguns dos pontos sobre os quais o autor se debruçou na sua correspondência para a *Gazeta de Notícias* e ao salvaguardar que Eça não se furtava a pôr a nu muitos dos problemas que, a seu ver, ensombravam Portugal, Elza Miné descreve o cônsul como: «O intelectual a quem profundamente irritava a apatia intelectual portuguesa, que se voltava contra a onda de atraso e ignorância que via grassar no seu país de origem, apontou a literatura infantil inglesa como um exemplo a seguir para que se não atrofiassem, desde cedo, por uma educação inadequada e esterilizante, os potenciais valores portugueses»⁵⁶. Assim, na Inglaterra, a educação, a literatura juvenil, a *muscular Christianity* e o desporto têm a função importante de educar as gerações para comungarem do ideário imperialista da nação, algo que Batalha Reis também nota, sobretudo porque, dos autores em estudo, é ele que se preocupa em defender os interesses territoriais portugueses em África aquando da sua estada na Inglaterra e porque tem um grande interesse em demonstrar como, através da educação, se pode administrar um império e não deixá-lo entregue à incúria, como

⁵² Elleke Boehmer, *Op. cit.*, p. 43.

⁵³ *Op. cit.*, p. 81.

⁵⁴ Cf. *idem, ibidem*, p. 80

⁵⁵ Robert Fraser, *Victorian Quest Romance. Stevenson, Haggard, Kipling and Conan Doyle*, Northcote House, Plymouth, 1998, p. 10.

⁵⁶ Elza Miné, *Op. cit.* (1986), p. 91.

sucedida em Portugal. Aliás, a ideia de que a educação é uma das causas por detrás do fracasso das políticas coloniais portuguesas também era directamente apontada por contemporâneos de Batalha Reis, como Luciano Cordeiro. Para este, a conduta de negligência colonial lusa devia-se a «deficiências de educação cívica», às quais se acrescentavam «a falta de bases, sobretudo doutrinárias e sentimentais dessa educação cívica»⁵⁷.

No artigo «Algumas Reflexões Sôbre Colonização», publicado a 20 de Outubro de 1897 na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Jaime Batalha Reis explicava que o sucesso colonial dos ingleses se devia ao seu sistema educacional avançado e cuidado que criava indivíduos sãos e fortes, pois «a principal riqueza a exportar para as colónias, - é *homens*, seres vigorosos, inteligentes, educados, activos, persistentes e conseqüentemente produtores»⁵⁸. Portugal, ao invés, debatia-se com sérios problemas. Assim:

O primeiro passo para a formação de homens, no sentido que fica notado, consiste em os educar fisicamente fortes.

Têm as casas, as cidades, as escolas de Portugal; - têm os hábitos em geral da vida das famílias portuguesas, - a organização, as práticas higiénicas mais próprias a fazer homens saudáveis e fortes?

Não me parece necessário que eu responda [...] a esta pergunta⁵⁹.

Portanto, em Portugal não se insiste no ensino desportivo e não se inculcam nos jovens as virtudes sadias veiculadas pelo conceito de *muscular Christianity*, o que resulta na manifesta incapacidade de se sustentar um império além-mar. Ou seja, comparativamente à instância Outra, a educação lusa é bastante deficitária e atrofiadora do carácter das gerações futuras.

Dentro desta ideia de um sistema educacional que visa a promoção do indivíduo forte e que serve a causa imperial, importa também salientar que a educação vitoriana tem um carácter elitista e são precisamente as élites sócio-económicas que comandam o império. Com efeito, na sociedade inglesa vitoriana temia-se que o desenvolvimento das políticas de ensino contribuísse para a anarquia social e, ao longo do século XIX, prevalece um conceito elitista de educação, não obstante as reformas implementadas a

⁵⁷ Luciano Cordeiro, *As Questões Coloniais*, selecção de textos e prefácio por A. Farinha de Carvalho, Vega, Lisboa, s. d., p. 26.

⁵⁸ In *Op. cit.* (1941), p. 400. Itálico do autor.

⁵⁹ Idem, *ibidem*. Itálico no original.

nível da educação básica⁶⁰, de tal modo que «after 1870 and W. E. Forster's Education Act, it was to become compulsory for everyone to attend schools, but to do so in places strictly assigned to them according to income and social status»⁶¹. Como Llewellyn Woodward admite:

Class distinctions existed outside the schools; the schools did nothing to mitigate them, and, in the course of time, a great deal to intensify them. From one point of view, it may be said that the public schools performed a certain service in mixing the old aristocracy with the new professional middle class; on the other hand they separated both these classes from the poor. Thus, [...] the richer classes of the country had become attached to certain schools, familiar with the segregation of their own class [...] and accustomed to a particular code of habits, manners and social behaviour which [...] the children of the poor had no opportunity to learn⁶².

Deste modo, «as classes dominantes optaram por uma educação separada» baseada na sua futura aplicabilidade e as *public schools* admitiam que a sua função consistia em preparar os filhos dessas mesmas classes para as tarefas inerentes à nova sociedade⁶³, leia-se uma sociedade em que a Inglaterra detém um papel imperial e em que se assiste à sua expansão pelo mundo⁶⁴. As classes mais abastadas enviam, então, os filhos para as *public schools*, consideradas «instruments for conditioning their boys into becoming upright, manly characters who did not cheat, sneak or whine, and who could lead without being needlessly cruel»⁶⁵. Um dos exemplos destas escolas inglesas era Eton, visitada e salientada por Taine nas *Notes sur l'Angleterre* e definida por Batalha Reis como «a sua primeira escola» (RI, p. 165), no sentido de ser a mais importante. Ademais, o encontro que Ramalho teve com um aluno desse colégio não só marcaria profundamente o autor, como serviria para a comparação com o estado calamitoso da educação em Portugal, como sabemos, um dos incansáveis cavalos de batalha ramalheanos.

Na verdade, os alunos das *public schools* gozam de um enorme prestígio social, o qual Tom Brown ambicionava experimentar. Assim, ao entrar em Rugby, outra das mais prestigiadas *public schools*, Tom «began to be conscious of his new social position

⁶⁰ Cf. Filipe Furtado e Maria Teresa Malafaia, *Op. cit.*, p. 33.

⁶¹ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 284.

⁶² *Op. cit.*, pp. 488-489.

⁶³ Cf. Filipe Furtado e Maria Teresa Malafaia, *Op. cit.*, pp. 34-35.

⁶⁴ Portanto, «the elite boarding or public schools that catered to the sons of the middle and upper classes acquired an increasingly imperial orientation in the late nineteenth century, stressing service to the state, military training and national pride», Dane Kennedy, *Op. cit.* (2002), p. 20.

⁶⁵ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 145.

and dignities, and to luxuriate in the realized ambition of being a public-school boy at last»⁶⁶. Similarmente, os alunos destas escolas privadas também são reconhecidos: «The public-school type was pretty easily recognizable by speech, manner, dress, and behaviour»⁶⁷, e é por isso que Ramalho reconhece que está perante um aluno de Eton quando, casualmente, encontra um numa carruagem de comboio. Como relata:

É um estudante de Éton. Treze anos de idade, colarinho redondo voltado sôbre a gola de uma jaleca preta, e chapéu de copa alta pôsto ao meio da cabeça, gravemente, como o poria um austero banqueiro da *City*. Vem só. Entra no compartimento em que estou, senta-se no banco fronteiro, [...] abre a chapeleira de couro que tem ao lado, tira de dentro um boné [...] e um número da *Revista de Edimburgo* [...] e engolfa-se na leitura.

Além da caixa de chapéu a sua bagagem [...] consta de um guarda-chuva [...] e de uma raqueta de *lawn-tennis* (*JB*, pp. 181-182).

Através da inclusão cénica a que o jornalista literário frequentemente recorre, Ramalho apresenta-nos o aluno de Eton, caracterizando-o fisicamente e dando já a entender o seu carácter. É um jovem apumado e composto que gosta de ler e de praticar desporto, como o comprova a presença da raqueta de ténis. Mas Ramalho insiste em continuar a descrição de um jovem que tanto o fascina e que é produto de um sistema educacional que muito louva. Assim, prossegue:

Êsse adolescente, louro [...], de fina pele aveludada, dourada ao sol [...] tinha no fundo transparente dos seus olhos garços, a serenidade pura e ativa do *self-command*. Via-se na isenção do seu porte, na autonomia de todo o seu aspecto que êle era bem o senhor e o dono de si, possuindo-se, dirigindo-se, governando-se, [...] só, independente, forte e livre na sua personalidade como Robinson na sua ilha (*ibidem*, pp. 182-183).

A descrição que Ramalho elabora do aluno de Eton ecoa o que Taine escrevera relativamente aos estudantes ingleses das *public schools*: «Tous ceux que je vois en classe, dans les champs et dans les rues, ont l'air *healthy and active*, décidés, énergiques. Évidemment, à mes yeux du moins, ils sont [...] plus hommes [...], c'est-à-dire plus libres, plus capables de se gouverner et d'agir»⁶⁸. Exteriormente, este adolescente que o viajante luso contempla tem as marcas físicas que identificam a sua

⁶⁶ Thomas Hughes, *Op. cit.*, p. 86.

⁶⁷ F. M. L. Thompson, *Op. cit.*, p. 145.

⁶⁸ *Op. cit.* (1876), p. 142.

raça nórdica. Ademais, é o exemplo puro do que a educação inglesa produz. É um jovem independente que está apto a assumir as funções futuras que a nação lhe reserva. Como Robinson Crusoe, e aqui nota-se a influência das leituras populares para os jovens que certamente Ramalho também conhecia, este aluno de Eton está pronto a ir pelo mundo fora conquistar e governar novas terras. E, de facto, «the mark of the Public Schoolboy was not only his distinctive accent but the casual assurance of the man who knows he was brought up to lead»⁶⁹. É isto, precisamente, que Ramalho nota: o indivíduo apumado que evidencia o «*self-command*» e a segurança de um líder. Paralelamente, este jovem, representante da sociedade observada do Outro, também fornece uma das comparações mais directas com o Eu da sociedade do observador. E, neste caso, a comparação não é nada favorável a este último. Ramalho confessa que contemplou aquele adolescente:

Com respeito, - não sem uma ponta de inveja patriótica – comparando mentalmente êste rebento humano, tão fino, tão belo, tão saudável, tão vigoroso, com o aluno típico do liceu de Lisboa, de cabeça casposa e mãos suadas, magricela, cuspinhento, apedantado mas pusilânime, vestindo como um fadista e cheirando a roupa suja (*ibidem*, p. 183).

Como vemos, Ramalho nunca se pronuncia negativamente em relação à educação inglesa, à qual se refere em termos laudatórios e tendo por intenção oferecer um paradigma com o qual a sua sociedade de origem possa aprender. O aluno magricela e apedantado que tipifica os estudantes portugueses é o resultado das negligências educativas portuguesas, pois «perdidos os anos em que se forma a musculatura humana, perdeu-se tudo, [...] e da massa com que se poderia ter fabricado um homem sai um ser degenerado, para sempre pervertido», (*ibidem*, p. 184) e, lamentavelmente, é isto que ocorre em Portugal. É, com efeito, interessante notar que os ingleses, com as suas mandíbulas de carnívoro e a sua compleição animalesca de povo recente, conseguem tornar-se espécimes mais escoreitos do que os portugueses, cuja raça meridional é, só por si, mais desenvolta, mas que, depois, não é aperfeiçoada. Partindo de uma situação de desvantagem rática face aos portugueses, os ingleses ultrapassam-nos pela educação.

Contudo, convém não esquecer que Ramalho, bem como os restantes autores em estudo, tem uma visão redutora da educação em Inglaterra, uma vez que se refere ao ensino das classes sociais mais abastadas. Ramalho afirma mesmo que «Éton é o

⁶⁹ Rupert Wilkinson, *Op. cit.*, p. 322.

colégio da aristocracia e da burguesia rica. O estudante que não tem para dispendir um conto de réis por ano faz má figura e prefere ir para outra parte» (*ibidem*). E Batalha corrobora esta afirmação dizendo: «*Eton* é o grande colégio aristocrático da mocidade inglesa. Nos seus campos permanentemente cobertos de relva, as novas gerações passam o melhor dos dias jogando ao *cricket* e ao *football* [...] respirando ao ar livre e formando os músculos» (*RI*, p. 93). Trata-se de uma escola para o escol social com fundos suficientes para ter grandes relvados para a prática desportiva. Dos textos destes autores não constam as escolas de província, criadas na sequência do *Education Act* de 1870, nomeadamente escolas primárias, cujo currículo, «once they passed the three R's, was left a good deal to chance», e que se debatiam também com problemas de financiamento⁷⁰, nem as instituições de ensino para adultos, nem as escolas para raparigas, embora apenas Oliveira Martins se refira, muito superficialmente, aliás, à «educação crescente das classes trabalhadoras» (*IH*, p. 235). Por conseguinte, a sua imagem da educação em Inglaterra é incompleta, embora possa parecer referir-se ao colectivo da nação. Na verdade, uma vez que Ramalho se interessa por transmitir uma imagem de um sistema de ensino modelar, é nas *public schools* da elite que ele encontra as referências que pretende veicular. Mesmo sabendo que se detém na apreensão deste tipo de instituições de ensino, Ramalho não revela quaisquer pontos negativos em relação às mesmas. Com efeito, para o autor, o próprio elitismo contribui para a boa formação do carácter, pois o aluno das *public schools* não recebe tratamentos privilegiados inerentes à sua condição social. É ele que «faz a cama, varre o quarto, escova o fato, engraxa o calçado, reprega os botões que lhe caíram, e cozinha o seu almoço – três ovos ou uma costeleta e um bule de chá» (*JB*, p. 185). Ideia diferente tem Oliveira Martins que, reiterando a crítica ao anti-intelectualismo do sistema de ensino, aponta o dedo ao elitismo das instituições educativas na Inglaterra, onde «o ensino é todo prático e aplicado, nas escolas; e as universidades, em vez de academias de ciência teórica, são colégios onde os filhos-famílias ricos se preparam para a vida de gozo e ostentação que os espera» (*IH*, p. 156), imagem diversa, portanto, da apresentada pelo conterrâneo Ramalho. Em suma, as *public schools* preparavam os jovens para o desempenho dos seus papéis sociais no futuro, fosse a replicação dos valores e comportamentos da sua classe, ou fosse o serviço ao destino imperial da sua nação. No entanto, como os autores também notam, não se questionava «the schools' efficiency at

⁷⁰ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, pp. 316-317.

producing the kind of product they *wanted* to produce»⁷¹, isto é, o *gentleman* forte e cristão com aptidões especiais de liderança e comando à escala imperial.

Contextualizando os quatro autores em análise, o que se constata é que todos são críticos ferozes da educação portuguesa. Similarmente, também notam que a educação em Inglaterra está virada para a causa imperial, a qual, será duramente criticada pelos autores, o que revela o facto paradoxal de a boa educação criar, afinal, a consequência nefasta que é o império britânico, colossal e desmedido. Contudo, se Eça, Ramalho e Batalha salientam as qualidades que se incutem nos jovens ingleses, advindas de um ensino prático que privilegia o desporto e que, por isso, lhes permitem tomar conta dos destinos do império, Martins, por sua vez, vê na educação britânica um instrumento oco de ideias que molda como virtudes os instintos animais e nómadas de uma raça rude e agressiva que sustenta um império de rapina, do qual a Irlanda fora um dos primeiros quinhões a ser apropriado.

3.1.2. Os Primórdios: A Polónia Inglesa

Localizada na denominada franja celta das Ilhas Britânicas⁷², a Irlanda é, e sempre foi, uma entidade geográfica marginal a quaisquer conceitos quer de *Englishness* quer de *Britishness*. Aliás, mesmo na nossa contemporaneidade, «“British” is the name imposed by the English on the non-English. (Even so, others remain excluded: the United Kingdom is in fact the “United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland”, with Northern Ireland left hanging on, hanging off dangling»⁷³. No século XIX, existe também a percepção clara que a Irlanda é racialmente diferente da Inglaterra. Enquanto os ingleses são um povo híbrido, é certo, mas também, e sobretudo, saxão, raça germânica vigorosa e amante da liberdade, os irlandeses são um povo celta incapaz de manter as instituições democráticas porque se inclinam naturalmente para o despotismo. Ademais, face à Inglaterra, a Irlanda sempre constituiu um reflexo de alteridade e uma ameaça. Predominantemente católica, era entendida

⁷¹ Rupert Wilkinson, *Op. cit.*, p. 320. Itálico do autor.

⁷² «The Celtic fringe [...] is a familiar but inexplicit internal boundary. For the English, the boundary is marked by irresolution, uncertainty, incongruity, derogation or humour. “Humour” [...] is still directed against the “dumb Irishman”, derogation is still aimed at the Welsh though, in the case of the Scots, ethnic humour has been in rapid decline», Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 12.

⁷³ Robert Young, *Op. cit.*, p. 3.

como o local ideal para uma invasão francesa das Ilhas Britânicas e, tradicionalmente, foi na França que os seus dissidentes procuraram auxílio⁷⁴.

Simultaneamente, entendia-se que os irlandeses eram também fracos, ignorantes e egoístas, devendo, por conseguinte, submeter-se ao governo de um povo mais capaz e forte, uma vez que a força era sinónimo de mérito⁷⁵. Neste contexto, não é difícil entender que os irlandeses concebiam a sua própria história como uma de colonialismo envolvendo a sujeição a uma potência estrangeira⁷⁶. Aliás, o próprio governo de Londres nunca tratou da questão irlandesa da mesma forma que as questões escocesa ou galesa, evidenciando, ao invés, uma atitude colonialista face à Irlanda não apreendida como uma entidade plena de um Reino Unido, ao qual se ligou formalmente em 1800 por um *Act of Union*, cujos termos nunca foram expostos perante os irlandeses⁷⁷, que contou com os votos de cem deputados da Câmara dos Comuns e a força da Câmara dos Pares, da qual um número significativo de *Lords* era grande proprietário de terras na Irlanda. Nesta óptica, «Ireland's relationship with the empire was always a deeply ambiguous one. [...] Ireland was in many respects the laboratory of the British empire. Much of the legal and land reform that the British sought to implement in India, for example, was based on experiments first implemented in Ireland»⁷⁸. A Irlanda é, então, um território ocupado e administrado por uma potência estrangeira, constituindo parte integrante de um vasto império com colónias em todos os continentes, incluindo na Europa, porque, como propõe John Darwin, «imperialism may be defined as the sustained effort to assimilate a country or region to the political, economic or cultural system of another power»⁷⁹. Neste caso, a Inglaterra é a potência dominante que mantém a Irlanda num regime de subserviência política, administrativa e económica.

É, todavia, na segunda metade do século XIX, que a questão da Irlanda, o relacionamento com a metrópole e a estigmatização social dos irlandeses pelos ingleses mais se agudizam. Na verdade:

Between 1867 and the end of the nineteenth century the Irish question was one of the major issues in British politics. Between 1880 and 1893 in particular it achieved the status of the predominant

⁷⁴ Cf. Linda Colley, *Op. cit.*, p. 327.

⁷⁵ Para estas divergências entre ingleses e irlandeses no século XIX, cf. Hugh A. MacDougall, *Op. cit.*, pp. 97-99.

⁷⁶ Cf. Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 13.

⁷⁷ Cf. Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 328.

⁷⁸ Linda Colley, *Op. cit.*, p. 327.

⁷⁹ John Darwin, «Imperialism and the Victorians. The Dynamics of Territorial Expansion», *The English Historical Review*, vol. 112, nº 447, Junho de 1997, p. 614.

issue, the great and abiding preoccupation of politicians. [...] There were [...] abundant reasons in the Irish situation itself why politicians should have devoted so much of their time and effort in dealing with it – the urgent nature of Ireland’s social problems, especially in relation to land-holding; the growth of Irish agrarian agitation so much better organized and supported than hitherto [...]; the growing hold in Ireland of nationalism and of the demand for home rule; the new strength and cohesion of the Irish parliamentary party⁸⁰.

Ademais, constituindo o grupo estrangeiro mais visível na Inglaterra, considerados bárbaros incivilizados, violentos e intrujões, a presença de irlandeses nas grandes cidades industriais inglesas causa ressentimentos, sobretudo a nível das classes médias. A comunidade irlandesa gera ansiedades sociais que, incrementadas pelas insurreições instigadas pelo movimento feniano⁸¹ e pela enorme imigração causada pela *Great Famine*⁸², promovem o debate sobre a identidade inglesa/britânica, quais são os seus Outros e quem merece os privilégios da cidadania. Face a esta problemática, os irlandeses são tomados como uma raça diferente e, além disso, começam a ser interpretados como o inimigo interno⁸³. Com efeito, até o influente pensador Thomas Carlyle deixava transparecer uma certa animosidade para com os irlandeses tanto no seu panfleto «Chartism» (1839)⁸⁴ como em cartas particulares, referindo-se-lhes como uma raça subalterna que vai escurecendo as cidades inglesas, um povo ambíguo «as barbarous as black people and belonging, in however attenuated and troubling a way, to the nation: their whiteness the warning sign, for the English, of possible degradation»⁸⁵. Assim, tal como na segunda parte deste estudo observámos como as comunidades de imigrantes orientais e judeus no *East End* londrino eram entendidas à luz de metáforas que retratam o estrangeiro que “suga” e “envenena” o inglês⁸⁶, também aos irlandeses correspondem ideias do Outro que concorre para debilitar o Eu física e moralmente. Por

⁸⁰ D. A. Hamer, «The Irish Question and Liberal Politics, 1886-1894», *The Historical Journal*, vol. 12, nº 3, 1969, p. 511.

⁸¹ Fenianismo é a denominação de um movimento nacionalista irlandês, associado à *Irish Republican Brotherhood*, que deriva o seu nome do herói mítico Finn Macumhall. Criado originalmente nos Estados Unidos em 1850, seria implementado na Irlanda em 1858 com o propósito de pôr termo à ocupação britânica da ilha e instaurar um regime republicano, recorrendo à violência se necessário.

⁸² Provocada pela peste da batata, *Phytophthora infestans*, a *Great Famine* que atingiria a Irlanda a partir de 1845 teve consequências desastrosas a nível da economia e da subsistência das populações do país, largamente dependentes da monocultura da batata. Cf. A. N. Wilson, *Op. cit.*, pp. 74-83.

⁸³ Cf. Catherine Hall, «The Nation Within and Without», in Catherine Hall, Keith MacLelland e Jane Rendall (eds.), *Defining the Victorian Nation. Class, Race, Gender and the British Reform Act of 1867*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, pp. 204-208.

⁸⁴ Neste panfleto, que segue na esteira do movimento Cartista, iniciado com a publicação da *People’s Charter* em Maio de 1838, Carlyle concentra-se no perigo de ruptura da ordem social e subsequente risco de revolução e nas deficiências das classes sociais mais privilegiadas.

⁸⁵ Catherine Hall, in Catherine Hall *et al.*, *Op. cit.*, p. 213.

⁸⁶ Cf. Parte II, 2.1.1.

outras palavras, os irlandeses, que habitam em bairros pobres e infectos, que caem doentes com cólera e outras doenças advindas da insalubridade do meio em que vivem, são culpabilizados por contagiarem a sociedade e produzirem «a debilitated race of workers, [...] who might become an infinitely more threatening “race apart”»⁸⁷. O tema da Irlanda estava, portanto, na ordem do dia na Inglaterra vitoriana finissecular, derivando, em grande parte, da complexidade de uma questão territorial em que o povo autóctone é privado da posse da terra, entregue nas mãos da potência de ocupação, empenhando-se, conseqüentemente, numa luta pela reapropriação dos seus territórios ancestrais e pela sua auto-determinação enquanto povo. E, na verdade, como esclarece Victor Marques dos Santos, ao discernir sobre o princípio da territorialidade:

A noção de território torna-se uma “fonte de mal-entendidos”, um factor potencial de conflitos e, em qualquer dos casos, uma referência determinante do comportamento dos actores, social e culturalmente motivados por objectivos próprios, adquiridos a partir de perspectivas necessariamente diferenciadas sobre o espaço, desde o seu território imediato, de ocupação directa, até à percepção que têm do mundo e do universo, passando pela inevitabilidade física do estabelecimento de contactos com o “estrangeiro próximo”⁸⁸.

Portanto, na Irlanda ocupada a elite estrangeira estabelece uma relação de posse com a terra a fim de afirmar o seu poder sobre a mesma e sobre o povo conquistado, ambos pertença de um império maior. Por seu turno, os irlandeses contestam esta forma de ocupação territorial. E a Irlanda torna-se o espaço do Outro invasor e do Outro autóctone, ambos reclamando o solo sob pontos de vista diferentes.

Similarmente, a discussão da apropriação e exploração inglesa da Irlanda era um dos assuntos muito debatidos pelos intelectuais portugueses da Geração de 70, os quais tomavam as dores do país conquistado contra o opressor, sendo, ademais, por isso, que os autores em análise escolhem canalizar a sua atenção para este tema. Na Coimbra em que Eça e Antero estudavam, as questões da ocupação russa da Polónia e a da Verde Erin pela Inglaterra galvanizavam as discussões e centravam as atenções dos estudantes⁸⁹. Aliás, nas «Cartas de Inglaterra», o próprio Eça dá conta dos sentimentos em prol da Polónia e da Irlanda que absorviam a atenção dos estudantes:

⁸⁷ Catherine Hall, in Catherine Hall *et al.*, *Op. cit.*, p. 209.

⁸⁸ Victor Marques dos Santos, *Conhecimento e Mudança. Para uma Epistemologia da Globalização*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2002, p. 84.

⁸⁹ Cf. António José Saraiva, *Op. cit.* (2000), p. 60.

A questão da Polónia! Oh! saudosos dias passados! Foi esse um dos meus primeiros entusiasmos! [...] Em Coimbra [...] empenhavam-se batinas e compêndios para socorrer a Polónia, em subscrições patrióticas. Em benefício da Polónia eu representei muito melodrama em que ora, virgem traída e vestida de branco, soluçava com as minhas tranças soltas – ora traidor, soltando gargalhadas cónicas, cravava um ferro no peito de Condé! (TI, p. 125)

Ainda que considere a questão irlandesa algo divergente da polaca, o articulista, após rememorar os seus tempos estudantis de actor amador⁹⁰, o que revela, explicitamente, a *persona* por detrás do artigo de imprensa e empresta maior consistência ao facto de Eça ser um jornalista diferente, porque jornalista literário, explica, no entanto, que há grandes semelhanças entre uma e outra:

A Irlanda pode [...] considerar-se uma Polónia constitucional: há aqui como na Polónia uma raça oprimida, cujo solo foi dividido entre os grandes vassalos, as famílias históricas da nação conquistadora, e que desde então tem permanecido em servidão agrária. Somente na Irlanda o arbitrário e os abusos que esta situação origina são recobertos pelo regime parlamentar de um belo verniz de legalidade: e a Irlanda sofre as misérias de um país vencido e explorado – mas dentro das formas constitucionais (*ibidem*, p. 126).

O que Eça implicitamente indica é que a grande diferença entre uma Polónia oprimida pelo Urso Russo e uma Irlanda sufocada pelo Leão Britânico é que a primeira se encontra sob o jugo de uma nação autocrática, não sendo, pois, de esperar o respeito pelos direitos humanos, e a segunda vai sendo espezinhada por um país com um regime parlamentar que se diz paladino das liberdades e direitos dos indivíduos. Deste modo, o que se torna chocante é o facto de a Inglaterra constitucional se tornar um algoz igual ou pior do que as nações em que o exercício tirânico do poder é um dado adquirido. Como jornalista literário, Eça deixa, assim, que o leitor chegue a esta conclusão e, após expor outras similitudes entre a Polónia e a Irlanda, conclui que, afinal, a Inglaterra «vai governar a Irlanda pela Lei marcial, como qualquer czar» (*ibidem*, p. 127). O partidarismo queirosiano pela causa irlandesa fica explícito, tal como o seu desdém pelo despotismo inglês que começa, desde logo, a revelar e a criticar⁹¹. Opção idêntica revela

⁹⁰ Na verdade, enquanto estudante em Coimbra (1861-1866), Eça seria actor amador no Teatro Académico da Universidade talvez como «compensação para a enfadonha e árida tarefa de decorar a *sebenta*» que abominava. Cf. A. Campos Matos, *Sobre Eça de Queiroz*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 21. Itálico do autor.

⁹¹ Examinando a Questão Irlandesa sobre a qual Eça se debruça nas «Cartas de Inglaterra», Elza Miné confirma como o autor mostra a sua simpatia pela luta dos irlandeses, referindo-se-lhe como um «homem

Batalha Reis⁹² que refere: «A Rússia, o tirano do Norte, esse *algoz da Polónia*, é [...] a nação que fornece os contrastes mais estimados para glorificar a Inglaterra. [...] E, todavia, a Inglaterra possui na Europa um país conquistado – a Irlanda – que ainda hoje luta, resiste e sofre» (*RI*, p. 56. Itálico do autor). Isto é um escândalo porque, precisamente, a «nação que se atribui a si mesma a atitude de protectora dos oprimidos, de libertadora dos escravos, que tanto despreza a Turquia pelos seus cativos, e [...] abominava a Rússia pelos seus servos, mantém conscientemente um país conquistado, não de selvagens longínquos, mas de europeus brancos» (*ibidem*, p. 145). Portanto, para ambos os autores, tão tirana dos países mais fracos é a Inglaterra como a Rússia, sendo o caso inglês mais chocante por a Inglaterra ser uma nação democrática que, comparativamente à Rússia autocrática, é frequentemente apontada como a grande defensora dos direitos dos indivíduos.

Após a sua experiência de estudante e já cônsul, Eça redigiria um relatório a João de Andrade Corvo sobre a emigração, terminado a 9 de Novembro de 1874, no qual deixava, precisamente, adivinhar as suas simpatias pela causa irlandesa. Concentrando-se na enorme paupérie do país, o diplomata, e também o bom observador e comentador político, detinha-se nas causas que fundamentavam a situação da penúria irlandesa, as quais se prendiam na organização económica do território, uma vez que «os proprietários, os *Land-lords*, senhores do solo, recebiam sob a forma de renda a melhor parte dos produtos e, vivendo em Londres ou nas residências senhoriais de Inglaterra, não restituíam à Irlanda em consumo o que tinham recebido em renda». A acrescentar ao problema havia também a questão dos «impostos consideráveis para pagar o clero protestante que como os Lordes vivendo da Irlanda nem sequer habitava a Irlanda»⁹³. Este assunto continuaria a apaixonar Eça e, posteriormente, nas «Cartas de Inglaterra», as opiniões queirosianas de simpatia para com a Irlanda não sofreriam transformações, pelo que o longo período de residência em Inglaterra não alteraria a sua visão daquela problemática. Com efeito, «as far as we know, Eça never set foot on Irish soil, but his sense of an unbridgeable gulf between the Irish and the English, “a race of improvisers” against “a race of critics and analysts”, is as timeless as his encapsulation

imbuído de ideias de inconformação face à miséria [...], o amante da liberdade» e, sobretudo, ao debater o problema irlandês, o «crítico implacável do imperialismo», *Op. cit.* (1986), p. 73.

⁹² Tal como Eça, Batalha dedica à Irlanda «muito do espaço das suas crónicas [...], pondo-se ao lado dos irlandeses», Vanda Rosa, *Op. cit.*, p. 125.

⁹³ Eça de Queirós, *Op. cit.* (2001c), pp. 65-66.

of Irish villagers»⁹⁴. E Eça vê a miséria acutilante em que vivem os irlandeses, ocupados e explorados economicamente por uma potência estrangeira que os espolia porque, como constata, uma «coisa que se percebe bem [...] é que a população trabalhadora da Irlanda morre de fome, e que [...] os *land-lords* indignam-se e reclamam o auxílio da polícia inglesa quando os trabalhadores manifestam esta pretensão absurda e revolucionária – comer!» (TI, p. 129).

É, precisamente, esta miséria que transforma os irlandeses em seres primitivos aos olhos ingleses. Aqueles, vivendo no limiar da mera subsistência, «had no access to the pleasures of civilisation, which in the minds of political economists were the commodities with which a house could be properly furnished, a varied and nourishing diet provided, decent clothes worn. Civilisation encouraged wants which were artificial, and it was this which distinguished man from beast»⁹⁵. O irlandês é um Outro inferior, o bárbaro face a um povo que se presume civilizado, porque lhe falta algo, neste caso, o refinamento e os artefactos produzidos pela civilização avançada⁹⁶. Depauperado, o irlandês vive numa «cabana miserável, muito inferior, como conforto, aos currais dos nossos gados» (*ibidem*, p. 131). Tal como os miseráveis do *East End*, o irlandês é um Outro bestial e medonho. Esfarrapado, «sem uma côdea de pão, sem casa, sem destino e sem esperança» (*ibidem*, p. 132), torna-se no indivíduo aberrante e não conforme às noções vitorianas de respeitabilidade. Identicamente, Batalha também constata a alteridade que os ingleses observam nos irlandeses, os quais tomam por um povo primitivo e inferior. Deste modo: «Os ingleses consideram os irlandeses como *uma raça inferior*, não muito acima dos negros ou dos índios da América, consideravelmente abaixo dos franceses, aí pelo nível dos portugueses, brasileiros ou argentinos» (RI, p. 151. Itálico do autor). De facto, até os portugueses são um povo inferior para os ingleses. Os irlandeses tornam-se, portanto, num Outro marginal da sociedade vitoriana e, no que concerne ao império, são um Outro aterradoramente próximo.

À semelhança dos habitantes do *East End*, os irlandeses prefiguravam a imagem do invasor horripilante porque, a fim de fugirem da miséria da terra-mãe, atravessavam, às centenas por semana, o estreito Mar da Irlanda a caminho da Inglaterra e de cidades

⁹⁴ Jonathan Keates, in Alison Aiken (ed.), *Op. cit.*, p. xix.

⁹⁵ Catherine Hall, in Catherine Hall *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 210.

⁹⁶ Reportando-se a contextos colonialistas, Nicholas Thomas refere que a entidade colonial apreende o Outro através do que lhe falta. Uma vez que existe a ausência de coisas idênticas no mundo do Outro, este torna-se no bárbaro ou no selvagem, estando, por conseguinte, apto para ser conquistado e colonizado. Cf. Nicholas Thomas, *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government*, Polity Press, Cambridge and Oxford, 1994 (reimp. 1996), pp. 72-73.

como Glasgow ou Liverpool, onde a sua visibilidade levava ao incrementar da atenção pública e política da questão irlandesa e ao aumento dos receios em relação a esta comunidade Outra⁹⁷. A Inglaterra teme e enfrenta, então, uma invasão proveniente da sua colónia irlandesa, tratando-se, portanto, de um caso de *reverse colonisation*, no qual a metrópole é invadida pelo Outro estrangeiro. Batalha dá, precisamente, conta do antagonismo inglês para com os irlandeses baseado nos medos que estes suscitam na sociedade ao referir, no artigo de 13 de Novembro de 1893, que: «Lord Salisbury declarou há pouco tempo com toda a sua gravidade e com toda a sua responsabilidade de velho estadista, de chefe de partido e de ex-presidente de ministério que desejava poder lançar todos os irlandeses, ou pelo menos dois terços deles, no fundo do mar» (*ibidem*). Dada a impossibilidade de materialização de tal desejo:

Os ingleses têm [...] promovido a emigração para a América, a morte pela miséria, pela falta de habitação e comida, a diminuição, enfim, da população desprezada, aproximando-se do [...] ideal de *expulsar os indígenas e reter a ilha*, tal como eles têm feito na Austrália e noutros pontos colonialmente ocupados (*ibidem*. Itálico no original).

Ante o temor causado pelo estrangeiro irlandês, a solução é a sua expulsão para territórios longínquos ou a sua aniquilação. Simultaneamente, Jaime Batalha Reis também defende que o que se passa na Irlanda é a ocupação territorial em termos colonialistas por parte da Inglaterra. Trata-se de uma visão muito depreciativa do império, que, dada a sua necessidade expansiva, tenta exterminar todo um povo e que espelha os preconceitos e receios que os ingleses nutrem pelos Outros celtas que povoavam a sua colónia oprimida do lado de lá do Mar da Irlanda. Por conseguinte, em termos genéricos, o que se nota na apreensão da questão da Irlanda é que este é um país ocupado e explorado colonialmente, uma ilha onde o povo morre de fome, sendo, ademais, considerado inferior pelos opressores estrangeiros, para os quais, aliás, a Irlanda é, como revela Oliveira Martins, «uma das feridas constitucionais da Inglaterra» (*IH*, p. 167) representando, por isso, um problema insolúvel. Contudo, há diversas razões que concorrem em simultâneo para a explicação deste cenário.

Como residente na Inglaterra e cônsul informado, nos seus artigos sobre a Irlanda, Eça de Queirós dedica-se sobretudo a analisar as diversas vertentes de que se

⁹⁷ Cf. A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 451.

reveste o problema da Irlanda: a social, a política, a económica e a religiosa⁹⁸. Como jornalista literário, interessa-se por dar ao leitor todas as informações que lhe possibilitem a compreensão de um tema de contornos difíceis e que, conseqüentemente, o levem a formar as suas próprias ideias, as quais deverão, como sabemos, seguir no alinhamento proposto pelo próprio articulista, ou não fosse ele o jornalista literário que procura a cumplicidade do leitor. Portanto, Eça, mais do que qualquer outro dos autores em apreço, detém-se na caracterização detalhada dos problemas que afectam a Irlanda, traçando-lhes o historial e analisando as suas implicações na contemporaneidade.

Em primeiro lugar, a origem de grande parte dos males irlandeses prende-se com a própria pobreza do solo. Desta feita: «A Natureza, quando não se apresenta ao trabalhador irlandês sob o aspecto de solo pedregoso, mostra-se sob o aspecto de pântano. Oferece-lhe de um lado um penedo, do outro um charco» (TI, p. 131). Se não morrer de fome, o camponês apenas consegue retirar do solo um magro sustento. O próprio sistema agrário irlandês baseava-se na monocultura intensiva da batata que depauperava a fertilidade dos solos, sobretudo porque o aumento populacional ocorrido entre 1815 e 1845, em que o número de habitantes passou de seis milhões para oito milhões e meio, esgotava a capacidade regenerativa dos terrenos levando a uma situação de insustentabilidade económica⁹⁹. A Irlanda é, por isso, a nação mais pobre das quatro que constituem o Reino Unido, sendo o seu rendimento *per capita* cifrado em noventa e três libras «apenas», como salienta Oliveira Martins baseado em registos publicados em 1885, que davam conta de que o rendimento escocês era de duzentas e quarenta e três libras e o da Inglaterra e Gales de trezentas e oito (IH, p. 116). Contudo, o problema irlandês agudiza-se porque, como Eça prossegue, «o solo, é claro, pertence ao *lord*» (TI, p. 130) e o *lord* é inglês, o que faz da Irlanda um território ocupado, isto é, parte de um império, e aqui começa a discussão que verdadeiramente interessa a Eça de Queirós: a rapacidade imperialista britânica.

Como elucida Niall Ferguson, no seu estilo característico:

In the early 1600s, a group of intrepid pioneers sailed across the sea to settle and, they hoped, civilize a primitive country inhabited by – as they saw it – a “barbarous people”: Ireland.

⁹⁸ Como Elza Miné refere: «O exame que Eça faz do problema irlandês [...], revela a indubitável acuidade crítica do jornalista: em meio a todo o emaranhado que caracteriza a questão, faz a drenagem [...] dos elementos históricos [...] para que o leitor possa compreender as suas implicações políticas e sociais», *Op. cit.* (1986), p. 69.

⁹⁹ Cf. Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, pp. 329-330.

It was the Tudor queens, Mary and Elizabeth, who authorized the systematic colonization of Ireland, [...] intended as the answer to the country's chronic instability¹⁰⁰.

Paralelamente, o estabelecimento de colónias inglesas tinha também o propósito de criar um baluarte que impedisse uma suposta invasão católica da Inglaterra e, na sequência de rebeliões católicas, foi criado um plano de divisão da ilha em propriedades de doze mil acres cada que seriam entregues a latifundiários ingleses, entre os quais se encontravam, por exemplo, *Sir Walter Raleigh*, os quais, por sua vez, se comprometiam a povoá-las com colonos também eles de origem inglesa. Esta política denominada de “plantação” era, na realidade, uma das primeiras aventuras coloniais da Inglaterra, e a Irlanda tornava-se, então, no tubo de ensaio das subsequentes experiências imperialistas daquela¹⁰¹.

Eça de Queirós reconhecendo, precisamente, que os problemas com que a Irlanda se debate são «muito antigos, muito complexos», discute também que a «Verde Erin, terra de bardos e terra de santos» é uma nação onde vive «uma plebe conquistada, resto nobre da raça céltica, esmagada por um feudalismo agrário» (*ibidem*, p. 80) com origens no sistema de plantação isabelino. *A priori* Eça, cientista social, distingue o valoroso celta do conquistador saxónico, dando a entender que percebe a diferença rática entre estes dois povos e preparando o leitor para simpatizar com o primeiro e, simultaneamente, começando a sua longa explicação da ocupação inglesa naquela ilha de bardos como um regime de exploração económica feudal. Os usurpadores estrangeiros apenas se interessam pelo lucro que podem obter para seu proveito próprio daquele território. Como Eça resume:

Os proprietários, [...] sempre ausentes das terras, não admitindo a despesa de um *shilling* para as melhorar, [...] estão em Londres, comendo pêssegos em Janeiro, e jogando pelos *clubs* [...]: os seus procuradores e agentes, criaturas vorazes, sem ligação com o solo nem com a raça, forçados a remeter incessantemente dinheiro a Suas Senhorias, [...] caem sobre o rendeiro, [...] tributam-no feudalmente [...] até que ele verta num gemido o último *penny*. Se o miserável este ano, fatigando o torrão, sustentando-se de ervas secas, economizando o lume quando há seis palmos de neve, consegue arrancar de si a soma que S. Sa., o *Lord*, reclama para oferecer uma esmeralda à loura Fanny ou à pálida Clementine, para o ano lá está enleado na dívida (*ibidem*).

¹⁰⁰ Niall Ferguson, *Empire. How Britain Made the Modern World*, Penguin, London and New York, 2004 (1ª ed. 2003), p. 55.

¹⁰¹ Cf. *idem*, *ibidem*, pp 55-56.

Trata-se de um retrato atroz sobre a situação de miséria, dívidas e degradação humana em que vivem os irlandeses e uma crítica férrea à rapacidade implacável dos ingleses, desprovidos de laços com o solo, interessados somente na fruição dos lucros obtidos através da sua exploração incessante e inclemente, e isto é, afinal, parte do cerne da questão irlandesa:

A question of whether grotesquely few landlords should be allowed to go on squeezing the very life out of millions of Irish men, women and children; and whether an English Parliament should continue to criminalize those who did not have the money to pay their rent. Under the gaudy embrace of a Union Flag, politicians and public could disguise the raw nature of the question, make it one of patriotism and decency versus dynamiters and superstitious papists¹⁰².

Tudo isto foi, de facto, apercebido com especial nitidez por Eça, que, nos artigos em que se dedica à análise da problemática irlandesa, se revela um lúcido analista político, entremeando o discurso com o sarcasmo e a parcialidade que lhe proporciona a liberdade do jornalista literário. Assim, no regime feudal que vigora na Irlanda, o solo é arrendado ao camponês irlandês, pelo que «o homem de trabalho está absolutamente à mercê do senhor da propriedade» e o «valor das rendas é puramente arbitrário» (*ibidem*, p. 131). Sintetizando:

Nisto está a origem de todas as misérias da Irlanda: as rendas, absurdamente elevadas, absorvem todo o produto da terra, e o rendeiro escassamente pode viver, muito menos economizar.

Além do solo, o proprietário deve fornecer a habitação [...] e a esta generosidade régia o *land-lord* juntará talvez um velho arado e um ferro de enxada. Mas estes dons são adiantamentos que ele sobrecarrega com preços duplos ou triplos do seu valor, e de que se faz embolsar por prestações trimestrais.

Não é possível ser mais grandioso ou mais nobre (*ibidem*).

Apesar de ser bastante cáustico na elaboração deste retrato, Eça, na verdade, não estava a difundir falsidades porque este era o regime de propriedade vigente na Irlanda. Somando-se as rendas elevadas à pobreza do solo, adivinha-se a penúria dos camponeses, à qual se junta a expulsão das suas casas e terrenos uma vez que não possam honrar o pagamento das rendas. E Eça prossegue na elucidação do problema:

¹⁰² A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 460.

Como [...] o pobre rendeiro não pode pagar [...] dirige-se então ao agiota – ou ao *lord* mesmo. E desde esse momento está numa rede de dívidas, letras, colheitas empenhadas, juros acumulados, [...] o demónio – de que jamais se poderá desenredar. O resultado é previsto: o *lord* (pelo seu agente) penhora-o, apossa-se do grão que está nos celeiros, do gado [...] – e expulsa-o da casa e da propriedade [...]! Tal como na Meia Idade.

Estas expulsões, que se chamam *evictions*, são o terror do irlandês (*ibidem*, p. 132).

Jaime Batalha Reis também se refere a este problema que tanto molesta os irlandeses e o seu discurso expõe, mais cruamente do que o de Eça, a brutalidade de que são vítimas, tratando-se de um exemplo em que melhor se evidencia a diferença de estilos entre ambos os autores. A informação é a mesma: «An evicted tenant had neither capital nor alternative employment. He was thrust into the road, and his house pulled down so that he could not come back to it»¹⁰³, mas o modo como essa informação é exposta é diferente. Assim, segundo Batalha, o que se passa é que «na Irlanda um exército de ocupação expulsa os rendeiros insolventes dos seus *cottages*, das suas cabanas, incendeia-lhas ou arrasa-lhas, para que eles não possam voltar a asilar-se nelas, e varre-os por sobre a neve, dos descampados até ao mar» (*RI*, p. 57). Se o discurso eciano suscitava a compaixão pelo pobre irlandês explorado e asfiziado em dívidas, Batalha provoca no leitor o asco ao inglês usurpador e incendiário, e essa é a maior diferença entre os dois articulistas. No entanto, não obstante a calamidade humanitária vivida na Irlanda, um dos seus maiores problemas é de ordem política, assentando fundamentalmente na questão do *Home Rule*¹⁰⁴, isto é, o reconhecimento e implementação de um estatuto autónomo ao governo da ilha.

Nas décadas finais do século XIX, um dos grandes paladinos do *Home Rule* irlandês era o iminente estadista, deputado, líder do Partido Liberal e, por diversas vezes, Primeiro-Ministro, William Ewart Gladstone. Em 1885, isto é, no final do seu segundo ministério, começado em 1880, a sua campanha em prol de uma maior autonomia governativa da Irlanda preconizava a instituição de um parlamento irlandês separado com poderes legislativos sobre todos os assuntos, à excepção daqueles directamente ligados com a Coroa, a paz e a guerra, as relações internacionais e coloniais, o comércio e a navegação e a cunhagem de moeda, e advogava também o fim

¹⁰³ Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 332.

¹⁰⁴ Cunhada em 1870 por Isaac Butt, professor de Economia no *Trinity College*, Dublin, e advogado da causa da autonomia irlandesa, a expressão *Home Rule* defendia, inicialmente, que a Irlanda deveria sair da união com a Grã-Bretanha. Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 55.

da representação parlamentar irlandesa em Westminster¹⁰⁵. Todavia, «this arrangement would have placed Ireland in a similar position to the other self-governing colonies and given an impetus to their growing separation from the mother country that the imperial federationists were trying to prevent»¹⁰⁶. Ou seja, atribuir à Irlanda, a primeira, a mais antiga e uma das mais problemáticas colônias inglesas, uma autonomia semelhante à que vigorava nas denominadas colônias de ocupação branca como o Canadá e a Austrália poderia incrementar nestas desejos independentistas que se queriam evitar a fim de prevenir a desagregação do império. Face à polémica e ao perigo que esta política representava, a qual, inclusivamente, fragmentava as alas moderada e radical dos próprios liberais (a primeira era favorável à consolidação imperial e a segunda representava os críticos do império), o *Home Rule* seria derrotado no Parlamento, sem sequer subir à Câmara dos Pares, em Junho de 1886 com os votos contra da oposição e de noventa e três liberais liderados por *Lord Hartington* e por *Joseph Chamberlain*¹⁰⁷. Gladstone demitir-se-ia de imediato e, nas eleições gerais de 1886, o Partido Conservador, encabeçado por *Lord Salisbury* e conotado com a preservação dos interesses imperiais, subiria ao poder¹⁰⁸.

No entanto, esta derrota do *Home Rule* não se deveria somente ao cisma ocorrido dentro do Partido Liberal nem aos receios de fragmentação imperial, mas também à própria liderança irlandesa chefiada pelo carismático *Charles Stewart Parnell*, o homem que a partir de 1878, e após a resignação de *Isaac Butt*, tomaria a dianteira do movimento de *Home Rule* irlandês e que fora o primeiro presidente da *Irish National Land League*, que Eça refere nos seus artigos como a Liga Agrária ou a Liga da Terra, fundada a 21 de Outubro de 1879. Na verdade, o programa parneliano de *Home Rule* era bastante ambíguo e conservador defendendo que a Irlanda deveria ter o seu próprio parlamento, mas permanecer dentro do império britânico. Porém, o génio político de *Parnell*, que não se inibia de negociar tanto com os políticos liberais como com os conservadores, não menosprezando estes últimos como via de acesso à Câmara dos

¹⁰⁵ Cf. idem, *ibidem*, pp. 97-98.

¹⁰⁶ G. P. Taylor, «Cecil Rhodes and the Second Home Rule Bill», *The Historical Journal*, vol. 14, nº 4, s. l., Dezembro 1971, p. 772.

¹⁰⁷ A dissidência de *Joseph Chamberlain* levá-lo-ia à nomeação para Secretário das Colônias do ministério conservador encabeçado por *Salisbury* entre 1895 e 1903. Juntamente com *Hartington* unir-se-ia, entre 1886 e 1895, ao *Liberal Unionist Party*, o qual fora criado «upon a common, not a united, opposition to Gladstone's Home Rule proposals», e que, frequentemente, apoiaria o Partido Conservador no tocante às políticas para a Irlanda ao arremesso das tomadas de posição do Partido Liberal de Gladstone. Cf. *Peter Davis*, «The Liberal Unionist Party and the Irish Policy of Lord Salisbury's Government, 1886-1892», *The Historical Journal*, vol. 18, nº 1, Março de 1975, p. 86.

¹⁰⁸ Cf. C. C. Eldridge, *Victorian Imperialism*, Hodder and Stoughton, London, 1978, p. 172.

Pares, a que se associava o seu carisma, conseguiram atrair atrás de si as mais diversas fileiras de apoiantes, entre os quais se contava o próprio Gladstone¹⁰⁹. Apesar de não optar deliberadamente pela via armada como forma de luta, Parnell, o líder mais visível do movimento pró-*Home Rule* não conseguia, contudo, impedir os surtos de violência que irrompiam na Irlanda, o que manchava a sua imagem de representante dos interesses irlandeses e não agradava ao público britânico. Desta feita:

He [...] never tired of saying that he held himself responsible to his countrymen only, and did not in the least care what the English thought or said about him; his whole attitude expressed a deliberate hatred towards their nation, which was not unnaturally returned. Moreover some features in the Irish revolution – the shooting from behind hedges, the hideous maiming of animals, the [...] secret murder clubs – had been peculiarly repugnant to Englishmen's common instincts. [...] To concede home rule to Parnell seemed like handing over Ireland to a king of the ogres¹¹⁰.

Portanto, a primeira votação parlamentar relativa ao *Home Rule* saldar-se-ia num retumbante fracasso. Ademais, a opinião pública, pouco informada no respeitante às implicações políticas da questão irlandesa, era particularmente sensível às atrocidades que se cometiam na ilha, as quais eram amplamente difundidas pela imprensa. Na verdade, uma terra pobre e um povo esfomeado e oprimido política e economicamente acarretavam uma população descontente pronta à insurreição e a actos de violência virulenta que nem as forças policiais nem o líder Parnell conseguiam domar. Com efeito:

The methods used by the poor in their defence were crude, savage and horrible; the outrages against man and beast were especially revolting because they were directed more often against the instruments of offence than against the prime offenders. The landlord [...] might be out of reach; his agent might have taken police protection, and the vengeance of the secret societies would fall merely on other peasants. [...] Insurrection acts, enabling the authorities to proclaim martial law in disturbed areas, were a regular feature of Irish administration¹¹¹.

Neste clima de hostilidade proliferavam as sociedades secretas responsáveis por actos terroristas, tanto na Irlanda como na Inglaterra, entre as quais se contavam as *Molly Maguires*, *Lady Clares*, *Whitefeet* e *Blackfeet*. E, paralelamente, florescia o

¹⁰⁹ Cf. A. N. Wilson, *Op. cit.*, pp. 453-454.

¹¹⁰ R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, pp. 95-96.

¹¹¹ Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, pp. 333-334.

fenianismo. O movimento feniano, que tinha bases de apoio nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, não punha de parte a hipótese de levar a cabo acções terroristas, tanto na metrópole como nos grandes Domínios, numa tentativa de desestabilizar o governo britânico. Por conseguinte, apercebendo-se do perigo representado pelo movimento, Londres enviara todos os regimentos militares irlandeses para as regiões mais remotas do império em 1865 e usava os tribunais marciais para julgar quaisquer suspeitos de pertencerem às facções fenianas dentro do exército. Simultaneamente, apesar das tentativas de supressão que incluíram o impedimento de uma sublevação na Irlanda em 1867, o movimento para a auto-determinação irlandesa crescia, contando com oitenta mil membros no Reino Unido e quinze mil no exército no final da década de 1860, tal como aumentava a hostilidade contra os irlandeses. De facto, «simply being Irish meant being associated with Fenianism, whether there was any evidence of nationalist sentiment or not. [...] Irishness and Fenianism went together»¹¹², uma aceção que, na verdade, servia os interesses fenianos. Contudo, o fenianismo promovia uma imagem inflamatória dos irlandeses: terroristas subversivos prontos a corroer a Inglaterra a partir do seu interior, ideia que Eça revela quando afirma que os ingleses acreditam que «na Irlanda sempre que dois homens se reúnem, conspiram» (*TI*, p. 83), o que mostra como o sentimento anti-irlandês estava bastante disseminado. Quando este autor escreve o artigo «A Irlanda e a Liga Agrária» em 1881 deixa que se perceba o antagonismo contra os irlandeses e os seus movimentos independentistas, entre os quais se destaca o fenianismo que era encarado como uma sociedade secreta cujo propósito era a conspiração terrorista apoiada pelo papismo católico incendiário e que, portanto, tinha de ser destruída¹¹³. Simultaneamente, também revela o clima de terror vivido numa Irlanda extraordinariamente descontente.

Em termos de análise social e política, nos artigos em que discorre sobre a questão irlandesa, «A Irlanda e a Liga Agrária» e «A Irlanda, suas Misérias, Crimes, Associações Secretas, Esperanças e Costumes», este último escrito a 25 de Julho de 1880, Eça mostra-se perfeitamente consciente das diversas vertentes de que este problema se reveste e da sua insolubilidade. Por um lado, e como já notámos, o articulista dá conta da pobreza irlandesa advinda da natureza agreste dos solos, do regime feudal da propriedade e da ocupação estrangeira que tenta aniquilar o povo

¹¹² Catherine Hall, in Catherine Hall *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 216.

¹¹³ Para maiores esclarecimentos quanto ao fenianismo e aos ódios canalizados contra os irlandeses nas últimas décadas do século XIX, cf. *idem, ibidem*, pp. 215-220.

autóctone. Porém, por outro lado, Eça também observa que os males da Irlanda radicam no próprio povo irlandês e nas suas atitudes de resistência violenta ao opressor.

Constatando que não tem comida, nem abrigo, nem agasalhos, nem terra, nem justiça, «o Irlandês, vendo que a fome está nele, a Inglaterra ocupada [...] e o Céu muito longe – faz uma trouxa dos seus andrajos, vai à vila mais próxima, apresenta-se ao *comité* dos Fenians ou à secção de Mollie Maguire, e diz simplesmente: - Aqui estou!...» (*ibidem*, p. 81). Para Eça, os irlandeses socorrem-se da violência e de organizações promotoras de actos terroristas devido à miséria crónica do país e dos camponeses e porque o governo britânico negligencia a administração irlandesa, concentrando-se, ao invés, noutras questões, nomeadamente as directamente relacionadas com o império ultramarino longínquo. Por exemplo, em 1879, ano em que a violência na Irlanda registou níveis bastante preocupantes e graves, «the cabinet was more engrossed, and the public imagination more struck, by two blood-curdling disasters in distant fields – that of Isandhlwana [...] and that of Kabul»¹¹⁴, ou seja, o império mais remoto e as suas questões, sobretudo as relativas a desastres militares, como o sucedido em Isandhlwana na África do Sul, em que as tropas britânicas foram dizimadas por nativos armados de arcos e flechas, é que verdadeiramente ocupavam e preocupavam os governantes e o público da metrópole. Por conseguinte, como Eça resume a propósito do abandono a que o Governo britânico vota a sua colónia mais antiga:

Esta população com o ventre vazio, os pés nus sobre a geada, volta-se então para a Inglaterra, a mãe Inglaterra, que tem a Lei, que tem a Força, que tem a Responsabilidade: a Inglaterra, comovida na sua fibra cristã, volta-se para os seus economistas, os seus políticos: estes indivíduos [...] arrancam das concavidades da sua sabedoria farisaica esta resposta, a tenebrosa resposta da Meia Idade às reclamações do sofrimento humano:

- Paciência, o remédio está no Céu (*ibidem*).

Como fica exposto de modo bastante irónico e mordaz, para o articulista a Inglaterra desresponsabiliza-se do problema irlandês. Contudo, o que Eça mais “farpeia” é a atitude imperialista inglesa. Ora, a ideia imperialista vitoriana assentava na noção do império como um dever moral e divino que recaía sobre a Inglaterra, cuja missão altruísta era zelar pelo bem-estar e pelo progresso das colónias. Habitualmente

¹¹⁴ R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 57.

conotado com a ideologia anti-expansionista do império britânico, Gladstone defendia, no entanto, os benefícios das políticas imperialistas da sua nação. Num longo discurso que ficaria célebre, proferido no *Mechanics Institute* a 12 de Novembro de 1855, intitulado «Our Colonies», o futuro Primeiro-Ministro respondia assim à pergunta «why then are colonies desirable?»:

Because [they] multipl[y] the number of people who [...] are living under good laws, and belong to a country to which it is an honour and an advantage to belong. That is the great moral benefit that attends the foundation of British colonies. We think that our country is [...] blessed with laws and a constitution that are eminently beneficial to mankind, and [...] what can be more to be desired than that we should have the means of reproducing in different portions of the globe something as like as may be to that country which we honour and revere? [...] It is the reproduction [...] of a country in which liberty is reconciled with order, in which ancient institutions stand in harmony with popular freedom, and a full recognition of popular rights, and in which religion and law have found one of their most favoured homes¹¹⁵.

Gladstone defendia, pegando nas palavras do deputado John Roebuck, que, na sua essência, o objectivo da posse de colónias era a criação de inúmeras «happy Englands» governadas beneficentemente pela metrópole maternal¹¹⁶ que assumia, assim, a sua *mission civilisatrice*. Eça, como se nota, desfaz a concepção de uma Inglaterra responsável e preocupada com os destinos do povo irlandês. O império não visa a reprodução das liberdades e direitos de uma nação democrática, sendo, inversamente, uma mera forma de ocupação territorial autocrática à qual o povo ocupado se tem de acomodar. E a Irlanda em nada se assemelha a uma «happy England», uma vez que não é um país em que se encontrem reconciliadas a liberdade e a ordem, como Gladstone pretendia.

Para Eça, outro dos problemas que levam ao irromper da violência na Irlanda prende-se com a própria religião, pois a Inglaterra vale-se do clero católico para manter a plebe irlandesa «na resignação da miséria» (*ibidem*). Neste aspecto, o autor partilha da perspectiva stendhaliana. Com efeito, o problema da Irlanda também interessou Stendhal que a compara à Sicília, governada tendo em vista o lucro de uns poucos latifundiários e esquecendo-se o povo que, vergado de trabalho, morre de fome. Porém,

¹¹⁵ W. E. Gladstone, «Our Colonies», in Barbara Harlow e Mia Carter (eds.), *Imperialism and Orientalism. A Documentary Sourcebook*, Blackwell Publishers, Malden, Massachusetts, 1999, pp. 368-369.

¹¹⁶ Cf. Barbara Harlow, «“Jingoes” vs. “Little Englanders”: The Debate Over Empire», in idem, *ibidem*, p. 361.

para Stendhal mesmo a Sicília é mais feliz do que a Irlanda porque a religião não minou a alegria do povo. E um dos maiores problemas irlandeses é o jugo do clero sobre a população¹¹⁷. De facto, «the priests of the catholic church had an influence which went beyond religion; the parish clergy [...] were closely associated with the peasants, lived in their houses, and belonged to their class»¹¹⁸, pelo que o clero era uma das forças vivas da Irlanda.

Contudo, esse clero, que deveria apaziguar o povo, encontra-se dividido e em nada ajuda à resolução da questão irlandesa porque, «mesmo dentro da Igreja Católica, que deveria conservar a tradição da Unidade – tumultua a discórdia [...] e é raro que o clero de um condado não divirja de sentimentos e de prédica com o clero do condado vizinho» (*ibidem*, pp. 127-128). Virando-se para a Inglaterra, os irlandeses não encontram resposta à solução dos seus problemas e, voltando-se para a Igreja, não obtêm consolo para as suas misérias. Sobra-lhes somente o refúgio nas organizações que recorrem à violência como forma de chamar a atenção para os males de que a Irlanda padece: o fenianismo e a *Mollie Maguire*, as quais Eça também faz questão de explicar aos leitores, abrindo, simultaneamente, uma nova perspectiva relativamente à questão irlandesa que não se queda só pela miséria e pela ocupação estrangeira.

Em primeiro lugar, Eça alude ao movimento feniano esclarecendo que «os Fenians, que [...] têm [...] a prosperidade de uma instituição pública, são uma seita política, com o fim claro de conquistar a independência da Irlanda: o seu meio é uma futura insurreição, batalhas à luz do dia, um esforço heróico de raça que sacode o estrangeiro» (*ibidem*). Para o articulista, o fenianismo é um movimento político que visa a autonomia irlandesa e que, lutando, abertamente, se socorre de táticas agressivas que, no entanto, são facilmente debeladas pelas forças inglesas. Por isso, «a Inglaterra não tem nada a temer desta associação» (*ibidem*). Porém, a complementar o fenianismo existe a *Mollie Maguire* e aqui é que reside o grande perigo terrorista irlandês. Deste modo:

Mollie Maguire [...] constitui puramente uma conspiração: os seus estatutos, os seus fins, a sua organização, os seus chefes, tudo está envolvido num mistério, que é o terror da Irlanda; só são claros os seus crimes. Há um proprietário duro que levantou a renda? – Uma noite, ou ele, ou o seu procurador, aparecem à beira de um caminho, com duas balas na cabeça. Quem foi? Foi Mollie Maguire: foi ninguém, foi a Miséria, foi a Irlanda. [...] Mollie Maguire é intangível, Mollie Maguire é impessoal (*ibidem*, p. 82).

¹¹⁷ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 81.

¹¹⁸ Llewellyn Woodward, *Op. cit.*, p. 330.

Ainda que as simpatias queirosianas residam na causa irlandesa, Eça também nos apresenta uma Irlanda violenta, permeada por organizações criminosas secretas que matam e estropiam pessoas e animais, deixando-nos perceber que não é partidário do recurso à violência como meio de sanar os problemas daquela ilha. E, de facto, era o problema das vagas de violência que impedia que a opinião pública britânica olhasse para a Irlanda de maneira mais condescendente e preocupada. Episódios como a explosão de uma bomba em Salford, Manchester, em 1881, os atentados bombistas de 1883 em Glasgow e Londres, a tentativa de explodir a London Bridge no ano seguinte, todos incidentes atribuídos ao movimento feniano, ou o *Bloody Sunday* de 13 de Novembro de 1887, em que uma manifestação pró-irlandesa em Trafalgar Square, realizada ao arpejo de uma proibição expressa pelo Comissário de Polícia Sir Charles Warren, acabou em confrontos que fizeram mais de cem vítimas entre as forças policiais e os manifestantes¹¹⁹, não conferiam uma imagem positiva à defesa dos interesses irlandeses. Todavia, como Eça também revela, as vias mais pacíficas de resolução do problema não frutificam nem produzem resultados materializáveis. Assim, por exemplo, a *Land League* de Parnell revelava-se impotente para solucionar a complexa questão irlandesa. Portanto, não obstante os seus esforços, «as reclamações desta associação são de um vago singular: nada de prático, nada de realizável, apenas os velhos gritos sentimentais da aspiração humanitária» (*ibidem*, p. 83). Ademais, a incrementar o problema, sob a aparência pacífica, Eça esclarece que a Liga Agrária, ainda que dirigida por «espíritos positivos e experimentados», numa alusão indirecta a Parnell, não é, afinal uma organização tão desprovida de intenções revoltosas como se poderia depreender à primeira vista. Na verdade, o seu objectivo é o de «promover por meio de *meetings* [...] uma vasta agitação, um impulsivo movimento da opinião, que force o Parlamento inglês a reformar o sistema agrário» (*ibidem*). Porém, como observámos acima, o efeito das acções, tanto da *Irish National Land League*, como do movimento feniano, incrementadas pela virulência da *Mollie Maguire*, concorreria para a reprovação do *Home Rule* em 1886. Eça, que não condescende com a violência, nota, a propósito da *Land League*: «Há aqui [...] uma contradição assustadora. Sente-se que os chefes deste movimento, sabendo bem que da Inglaterra nada têm a esperar, estão simplesmente, sob as aparências de legalidade, organizando a insurreição» (*ibidem*). Ou

¹¹⁹ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, pp. 180-181.

seja, o problema radica sempre, e em primeiro lugar, na Inglaterra e na sua atitude displicente e opressora para com a Irlanda¹²⁰. Contudo, o mesmo é agudizado pelos próprio líderes e movimentos irlandeses que deveriam pugnar pela resolução do conflito, o qual, como Eça vai lentamente explicando ao leitor, é tanto mais complexo e confuso quantas são as suas vertentes, pois nem mesmo dentro da própria Irlanda existe consenso. Na verdade, nesta ilha ocupada, «começa por haver três nações distintas com interesses contraditórios: os irlandeses católicos, os irlandeses protestantes ou “orangistas”, os ingleses e proprietários escoceses» (*ibidem*, p. 127) e, para complicar mais o problema, no que se refere às questões que se prendem com o regime de propriedade, com a religião ou com o sistema judicial «é difícil achar dois irlandeses de acordo» (*ibidem*). E, como se pode adivinhar, «a Liga Agrária não aceita os Fenians e os Fenians abominam as tendências parlamentares dos Home-Rulers: e dentro [...] do partido dos Home-Rulers há democratas e conservadores» (*ibidem*, p. 128). Portanto, incapaz de explicar melhor todas as particularidades associadas à questão irlandesa, Eça conclui que «se os Irlandeses se não entendem bem sobre “os males da Irlanda”, os Ingleses compreendem-se menos acerca dos “remédios para a Irlanda”» (*ibidem*). E, aludindo a Carlyle que, como sabemos, não nutria particular simpatia pela questão irlandesa, conclui que tudo no problema irlandês radica em complexidades difíceis de compreender, pelo que é natural que a sua mente, a dos ingleses, a dos irlandeses e a dos leitores fique confusa quanto a esta questão, pois até aquele ilustre pensador «costumava dizer que a sinceridade e a elevação de alguns patriotas irlandeses era a “única coisa nítida e clara” que ele conseguia distinguir no escuro tumulto da confusão irlandesa» (*ibidem*, p. 129). Há, contudo, no meio do emaranhamento da questão irlandesa, uma coisa de que Eça tem a certeza: é que «os males da Irlanda» se devem, predominantemente, ao império britânico.

Se perante os seus diversos problemas, os irlandeses se insurgem contra a ocupação da sua ilha, a Inglaterra, enquanto metrópole que zela pelo bem-estar das suas colónias, terá de agir para pacificar a Irlanda. Contudo, como Eça de Queirós explica, não sem uma boa dose de ironia, a Inglaterra não é a metrópole caridosa e maternal,

¹²⁰ O próprio Gladstone, paladino oficial da causa irlandesa, nutria sentimentos ambíguos em relação à mesma. Desta feita: «Ireland was for Gladstone a preoccupation, not an interest, an embarrassment, not an intellectual attraction. Clearly, Ireland had not progressed, but Gladstone showed little intellectual curiosity about this anomalous corner of the “workshop of the world”», H. C. G. Matthew, *Gladstone, 1809-1874*, Clarendon Press, Oxford, 1991 (1ª ed. 1986), p. 192.

uma vez que pouco a distancia de uma nação autocrática como a Rússia czarista. Nesta linha de raciocínio:

Se a Irlanda se levanta, que se esmague a Irlanda! Somente John Bull declara que o seu coração há-de chorar enquanto a sua mão castigar... Excelente pai!

O jornal *Standard*, o venerável *Standard*, tinha há dias uma frase adorável: “se [...] a Irlanda vier a esquecer-se do que deve [...] à Inglaterra” – exclamava o solene *Standard* – “é doloroso pensar que [...] para manter a integridade do império, a santidade da lei e a inviolabilidade da propriedade, nós teremos de ir, com o coração negro de dor, mas a espada firme na mão, levar à Irlanda, à ilha irmã, à ilha bem-amada, uma necessária exterminação” (*ibidem*, p. 85).

Socorrendo-se das fontes de informação que comprovam a fidelidade das notícias que relata, Eça não só expõe a natureza dos sentimentos dúplices da Inglaterra para com a Irlanda, a qual é, em simultâneo, adorada e odiada por aquela, como revela que o interesse máximo inglês pela «ilha irmã» se prende com a manutenção do império. Em suma, trata-se das «fatais necessidades de um grande império» que implicam que John Bull vá «percorrendo a Irlanda, cheio de ferocidade, e afogado em ternura, com olhos a escorrer de lágrimas e a baioneta a pingar sangue» (*ibidem*). Numa Inglaterra intrinsecamente ambígua, também a relação com a Irlanda teria de encerrar as suas duplicidades. Maltratando e explorando a ilha dos bardos, a Inglaterra também diz amá-la, nomeadamente através de defensores como Gladstone. No entanto, para Eça o mais importante é dar a conhecer a intrincada questão irlandesa e explicá-la, fundamentalmente, como o resultado dos anseios imperiais de uma nação de rapina, cujo povo, de pulsões expansivas e nomádicas, encontra a panaceia para a sua inquietação inata no império.

E é por se tratar do império que, quando, em Janeiro de 1888, Jaime Batalha Reis começa a redigir as suas «Revistas Inglesas» revela que a questão irlandesa continua sem solução à vista. Simpatizando, tal como Eça, com as políticas de Gladstone em relação à ilha oprimida, Batalha refere que o estadista «propõe-se actualmente a libertar a Irlanda, a reformar os privilégios territoriais da aristocracia britânica e a abolir a igreja oficial» (*RI*, p. 38). Porém, no que toca a Inglaterra «é a esta colossal revolução que o espírito nacional, egoísta e conservador, resiste por toda a parte» (*ibidem*). Perante as novas tentativas de Gladstone de fazer conferir à Irlanda maior autonomia administrativa, Batalha ressalva que a Inglaterra não se quer despossar dessa sua colónia. Como Niall Ferguson explica, era uma questão imperial

que sempre esteve por detrás dos impedimentos de conceder *Home Rule* à Irlanda. Deste modo, «men like Chamberlain persuaded themselves that to allow Ireland to have its own parliament – as it had before 1800, and as the other white colonies already had – would somehow undermine the integrity of the Empire as a whole. This, above all other reasons was why Gladstone’s attempts to grant Ireland Home Rule failed»¹²¹.

Nos finais da década de 1880 e na primeira metade da seguinte, Gladstone empenhar-se-ia numa segunda cruzada a favor da promulgação de legislação favorável à maior autonomia irlandesa. Coincidentemente, este é também um período de forte repressão inglesa sobre a Irlanda, o que justifica o grande interesse de Batalha Reis por esta questão e o seu forte antagonismo contra a Inglaterra. Com efeito:

By the beginning of the 1887 Session it had become clear that the condition of Ireland would absorb much of the attention of parliament. The Government was coming under strong pressure to take exceptional measures to safeguard the collection of rents in Ireland in the face of the spreading of the Plan of Campaign; and landlords were growing increasingly restless at the efforts of the Dublin Castle administration to persuade them to stay evictions. But [...] to impose the landlords’ rights upon the recalcitrant tenants would involve extraordinary measures which would lend credibility to the Gladstonian claims that the Government had no constructive policy for Ireland¹²².

Estas tensões ocorrem precisamente no momento em que Hicks Beach é substituído por Arthur Balfour, o politicamente ambicioso sobrinho de Salisbury, como Secretário Geral para a Irlanda e na altura em que decorre o apoio irlandês ao *Plan of Campaign*, «which called on tenants all over Ireland to organize, and to treat with landlords as if they were a united body»¹²³, plano que, na verdade, não reunia a anuência de Parnell, mas que inflamava a situação, já de si precária, na Irlanda. Desejoso de se impor a nível parlamentar e político, Balfour, também conhecido por *Bloody Balfour* na Irlanda, levaria ao Parlamento o projecto de lei conhecido por *Criminal Law Amendment Bill* que institua penas mais fortes nos casos de boicote, resistência à expulsão, intimidação e conspiração. Aprovada como *Criminal Law and Procedure Act* de 1887, esta legislação mais repressiva para a Irlanda, levaria, por sua vez, a fracturas no *Liberal Unionist Party* que fariam com que alguns dos seus membros regressassem ao seio do Partido Liberal gladstoniano como forma de protesto pelo que

¹²¹ *Op. cit.*, p. 253.

¹²² Peter Davis, *Op. cit.*, p. 87.

¹²³ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 530.

consideravam uma clara infracção aos direitos do povo irlandês. No entanto, a maioria dos seus partidários estava preparada para a aceitação da necessidade de medidas excepcionais para a Irlanda¹²⁴. Ademais, Balfour e Salisbury defendiam a implementação de medidas ainda mais duras porque «Ireland was the test case, before the eyes of the world, of British competence to govern»¹²⁵, ou seja, se Londres não conseguia governar a Irlanda como poderia tratar dos assuntos do resto do seu império ultramarino? É, portanto, no meio desta agitação que Gladstone se bate novamente pela implementação de *Home Rule* na Irlanda. E trata-se, com efeito, de uma batalha penosa a que confronta o velho estadista.

No seu quarto mandato como Primeiro-Ministro (1892-1894), a preocupação prioritária para Gladstone, que encabeçava um Governo liberal de minoria, era o problema irlandês. Aliás, Oliveira Martins esclarece, precisamente, que Gladstone «fizera do *home rule* irlandês a *platform* da campanha eleitoral» (IH, p. 168) e que essa obstinação quase lhe arruinara a eleição:

Gladstone estava dando o *home rule* como *platform* às eleições, sem se pronunciar sobre as questões sociais, especialmente sobre o dia de oito horas. E tanto isto lhe ia custando a perda da campanha, que à última hora mudou de rumo, e abertamente se pronunciou pelo dia de trabalho legal (*ibidem*, p. 179).

Contudo, após a eleição, o estadista não inflectiria o seu programa de acção em favor da Irlanda. Introduzindo um segundo projecto para *Home Rule* em Fevereiro de 1893, o qual divergia do primeiro pelo facto de a Irlanda poder enviar deputados para o Parlamento mas que só teriam direito a votar em assuntos relacionados com a sua ilha ou com o império, sendo a supremacia de Westminster afirmada logo no preâmbulo do projecto de lei, Gladstone levaria o Parlamento a ocupar-se desta questão durante oitenta e cinco longas sessões. É como residente e repórter interessado que Batalha Reis relata aos seus leitores os avanços e recuos desta autêntica cruzada pessoal do grande líder liberal.

A 2 de Junho de 1892, este jornalista redige um artigo em cujo título se pode ler «A obstrução à lei da *Home Rule* irlandesa – Tentativa do partido conservador para matar Gladstone» e que resume o interesse batalheano por esta questão e nos mostra claramente de que lado estão as suas simpatias, mas que, simultaneamente, revela

¹²⁴ Cf. Peter Davis, p. 89.

¹²⁵ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 531.

lucidamente a luta em que Gladstone se encontrava embrenhado e a resistência parlamentar com que se confrontava, nomeadamente a que lhe movia Arthur Balfour. Assim, em primeiro lugar, Batalha informa o leitor do que se está a passar: «O projecto de lei que se propõe dar à Irlanda independência de governo [...] – o celeberrimo *Home Rule* – quase não caminha» (*RI*, p. 127). E, posto isto, o articulista apressa-se a explicar o porquê da lentidão que envolve este processo legislativo, o qual alerta o leitor para o facto de a Inglaterra, afinal, não ser o exemplo de país democrático que tanto alardeava ao mundo. Como detalha:

A Inglaterra, que é a iniciadora e a mestra do sistema parlamentar, e que [...] declara, com desdém, que as outras nações se não mostram suficientemente educadas para tão preciosas instituições, mostra neste momento [...] os defeitos de todas.

[...] A oposição a Gladstone faz [...] *obstrucção*. Há ainda por discutir 90 emendas à cláusula 3.^a da lei do *Home Rule*, e todos os dias se propõem novas. Há já cem emendas à cláusula 4.^a.

[...] O Sr. Balfour, um dos chefes da oposição, já declarou francamente os seus fins: tais e tantas serão as emendas da lei, que o governo terá de retirá-las depois de meses ou anos de discussão infrutífera (*ibidem*. Itálico do autor).

Ao referir-se causticamente à Inglaterra como um país que não respeita as instituições democráticas por ela própria criadas e que auto-proclama a sua superioridade face aos outros países, Batalha Reis tenta captar a atenção do leitor para que partilhe dos seus próprios pontos de vista, ou não se tratasse de um jornalista literário envolvido num jogo de sedução com o público. A Inglaterra e o seu Parlamento são odiosos porque não se preocupam em legislar a favor de um povo oprimido. E quem, como Gladstone, se mostra um paladino da defesa dos direitos irlandeses é apupado e derrotado. Como o articulista prossegue, no intuito de buscar a simpatia do leitor para um Gladstone tal guerreiro cansado, mas persistente:

Na sessão da noite passada – cerca da meia-noite, Gladstone enfraquecido por um trabalho que começara por ele às 8 horas da manhã, falava a custo na Câmara dos Comuns, parando por vezes, hesitando um pouco, sob o peso dos seus extraordinários 80 anos. Entretanto [...], ao lado, um grupo dos tais *respectable english gentlemen* interrompia a palavra do grande ministro a cada momento com gargalhadas e chufas.

Que diriam os jornais ingleses se este acto de garotice e de covardia colectiva se desse num outro país? (*ibidem*, pp. 127-128).

É, de facto, a liberdade do jornalismo literário que permite a Batalha dar de Gladstone uma imagem invocativa de simpatia e piedade, um guerreiro solitário que se defronta com a hipocrisia e a frieza ingénita dos ingleses, ferozes imperialistas que, pouco tempo antes, tinham, inclusivamente, enviado um ultimato agressivo a Portugal. Na verdade, trata-se sempre do império: é ele o responsável pela opressão da Irlanda e pela obstrução aos planos de Gladstone e fora ele que suscitara o infame Ultimatum com que se defrontara o governo de Lisboa.

Poucos dias após a redacção deste artigo, mais especificamente a 13 de Junho, Batalha dá novamente conta dos entraves à discussão da legislação para a Irlanda e deixa o leitor perceber que é, precisamente, o império o fulcro do problema. Como relata:

Continua a discussão lenta, demorada, penosa, da lei da Irlanda [...].

Entretanto os mais graves parlamentares ingleses [...] o marquês de Salisbury e Balfour aconselham não só a não aprovação do *Home Rule* [...], mas a *resistência por todos os meios*, mesmo os meios revolucionários violentos, à mão armada.

[...]

O ilustre estadista Salisbury lamentou há poucos dias [...] que não se pudesse *afogar a Irlanda* no fundo do mar. Para ele, todas as actuais questões provêm da Irlanda ser um país que ainda neste momento, a Inglaterra não acabou de conquistar – isto é, de reduzir pela força. Por isso, para Lord Salisbury, os irlandeses são, ainda hoje, *estrangeiros*, e como estrangeiros conquistados os trata (*ibidem*, pp. 131-132. Itálicos do autor).

Lentamente, Batalha vai urdindo uma trama que cria no leitor a antipatia pelos ingleses, donos de um império tomado pela força que seguem espezinhando todas as raças que encontram. Na visão eciana do problema da Irlanda, a Inglaterra é realmente um país imperialista que sempre subjogou os irlandeses, explorando-os e reduzindo-os à miséria. Contudo, John Bull está ciente que a Irlanda é, ela própria, um país de conflitos internos que precisam ser sanados e que a dificuldade de resolver os problemas irlandeses se prende com as inúmeras, antigas e enraizadas complexidades que os envolvem. Por sua vez, devido à diferença de momento histórico, Batalha Reis, que escreve os seus artigos numa época de declarada rivalidade entre Portugal e a Inglaterra que tem por base a expansão territorial em África, concentra-se somente numa das questões do problema irlandês: a renitência do Parlamento em aprovar a autonomia governativa da Irlanda que se mantém sempre um quinhão oprimido do império. De

facto, se Eça dava conta da violência despoletada pelo fenianismo e pelas associações terroristas como a *Mollie Maguire* explicando o seu *modus operandi* e as suas motivações, Batalha só vagamente se refere à instabilidade que se vive na Irlanda num artigo datado de Janeiro de 1888, ao dizer que «os camponeses, unidos em associações secretas, atacam, de noite, as casas dos que se não unem às medidas de resistência ou dos que simpatizam com as autoridades inglesas» e que «os padres católicos pregam, mais ou menos ocultamente, a guerra santa contra a Inglaterra, e os *Fenians* projectam dinamitar os monumentos de Londres» (*ibidem*, p. 57). Tal como Eça, se Batalha reside em Inglaterra, certamente estaria na posse das mesmas informações que o seu conterrâneo, as quais lhe permitiriam explicar mais detalhadamente as diversas vertentes do problema irlandês. No entanto, prefere omitir que o próprio clero católico se encontrava dividido, que havia dissensões entre as diversas organizações que lutavam pela causa irlandesa e que as acções terroristas punham a Irlanda a ferro e fogo. O que lhe importa realmente expor é que a Inglaterra é, tal como a Rússia, a tirana dos oprimidos. Claro que Eça também partilhava desta perspectiva e interessava-lhe enormemente expor a rapacidade imperialista inglesa. Todavia, não se esquece de analisar o problema em todas as suas facetas, ao passo que Batalha o olha sob um prisma unívoco que apenas salienta o imperialismo temível e indómito da Inglaterra.

Perante as barreiras que se levantaram contra o *Home Rule*, Batalha vaticina, ainda antes da votação final na Câmara dos Pares, que esta legislação está, mais uma vez, votada ao fracasso, o que, efectivamente, viria a acontecer. Assim, em Agosto, o articulista escreve:

Pode considerar-se como havendo sido aprovado pela Câmara dos Comuns o célebre projecto de lei que dá à Irlanda a sua independência administrativa – o celeberrimo *Home Rule bill*.

Os esforços da oposição para o destruir, para o reduzir ao absurdo, foram tenazes. [...]

A lei será votada na Câmara dos Comuns proximamente [...] e será aprovada, mas por uma maioria diminuta [...]. Passará, em seguida, para a Câmara dos Lordes onde é provável, que quase sem discussão, a lei seja rejeitada (*ibidem*, p. 144).

Na verdade, a 8 de Setembro de 1893, o projecto de *Home Rule* irlandês seria definitivamente deitado por terra na Câmara dos Pares por quatrocentos e dezanove votos contra e quarenta e um a favor¹²⁶. Em Novembro, Batalha informava os leitores do sucedido, rematando, desse modo, o seu relato da questão irlandesa na «Revista

¹²⁶ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 211.

Inglesa». Dava, uma última vez, conta da sua indignação e deixava os leitores perceberem uma Inglaterra usurpadora, déspota, governada por uma elite favorável à manutenção do estatuto colonial e oprimido da Irlanda, habitada por um povo que considera inferior. Assim, em conclusão a este assunto, afirma:

O *Home Rule bill* que começava a dar aos irlandeses os meios de se governarem com uma certa independência, foi, como se esperava, rejeitado por quase unanimidade na câmara alta, na *Casa dos Lordes*, de Inglaterra. A *Polónia inglesa* não conseguiu ainda desta vez, nem mesmo rudimentarmente, começar a tratar dos seus negócios.

[...]

Que os ingleses conscientemente o sintam ou não [...], o ideal da questão irlandesa consistiria para eles em verem-se livres dos *nacionais irlandeses*, continuando a dominar a *ilha Irlanda*. [...]

Considerando os irlandeses uma raça inferior e querendo dominar o território que eles ocupam, é evidente que os ingleses não podem querer entregar-lhes a independência de governo e administração (*ibidem*, pp. 150-151. Itálicos do autor).

Por conseguinte, podem «os lordes estar perfeitamente tranquilos: são eles que na questão do *Home Rule* irlandês, representam a opinião criminosa, mas genuína, em toda a Inglaterra» (*ibidem*, p. 151). Para Batalha, a questão irlandesa é relativamente fácil de compreender: a Inglaterra, nação imperialista de rapina, não abrirá jamais mão da sua primeira colónia, e é todo o povo inglês que partilha desta opinião. Contudo, os seus moldes unívocos de olhar para a questão (apenas lhe interessa pôr a descoberto a tirania imperial da Inglaterra) impedem-no de analisar mais profundamente o porquê de o segundo projecto de *Home Rule* ter fracassado. Na verdade, os problemas internos do Partido Liberal¹²⁷, as fracturas ocorridas no seio do Partido Nacionalista Irlandês, os escândalos pessoais envolvendo Parnell e a sua morte em 1891 haviam enfraquecido de tal maneira o movimento em prol da autonomia irlandesa que o próprio Gladstone se recusaria a continuar a fazer dessa questão a sua prioridade política¹²⁸.

Em Abril de 1887, o reputado *The Times* publicara, em fac-símile, uma carta atribuída a Parnell, datada de Maio de 1885, na qual o líder irlandês mostrava não se opôr a que as acções em prol da causa irlandesa envolvessem actos de violência. No ano seguinte, na sequência de um processo judicial com vista a limpar o nome de Parnell, o

¹²⁷ Como D. A. Hamer explica a respeito desta questão: «Events after 1885 have to be seen in relation to the decline of [...] Liberal governments from great election triumphs into a situation of disunity, incoherence, and longing for release from office», *Op. cit.*, p. 516.

¹²⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 529.

influyente advogado *Sir* Richard Webster revelaria outras cartas igualmente incriminatórias. Apesar de se ter provado que todas as missivas eram falsificações, «these sensational events caused a strong revulsion of popular English feeling in favour not only of Parnell but of his cause»¹²⁹. No entanto, o episódio que, definitivamente, mancharia a reputação e a carreira política do iminente defensor da Irlanda ainda estava por ocorrer. Na véspera de Natal de 1889, o deputado irlandês por Galway, Capitão William O'Shea, faria entrar em tribunal uma acção de divórcio na qual citava Parnell como responsável pela sua separação de Katharine (Kitty) O'Shea, incidente que causaria danos irreparáveis na batalha por *Home Rule* na Irlanda, sobretudo após os amantes não negarem a sua relação adúltera e se ter tornado público o facto de três dos filhos de Kitty O'Shea serem, efectivamente, de Parnell. Na puritana Inglaterra vitoriana, Gladstone seria, portanto, confrontado com uma situação bastante delicada que, por um lado, poderia custar inúmeros votos à causa do *Home Rule* e, por outro, levar a que vários deputados do, já de si dividido, Partido Liberal se aliassem às hostes conservadoras ou ao *Liberal Unionist Party*, sendo, por conseguinte, instado a repudiar Parnell e a cortar contactos com Kitty O'Shea, precisamente a intermediária e o correio da correspondência trocada entre ambos os estadistas. De facto, na Convenção do Partido Liberal, ocorrida em Sheffield a 22 de Novembro de 1890, as bases partidárias reclamaram que não poderiam continuar a cooperação com os *Home Rulers* irlandeses enquanto estes fossem comandados por um adúltero e, anteriormente, na reabertura do ano parlamentar quarenta e cinco deputados irlandeses, reunidos na *Committee Room* 15, obstaram a que Parnell continuasse a liderar a bancada, deixando-o apenas com vinte e oito seguidores. Humilhado, derrotado em duas eleições locais em North Sligo e em Carlow, Parnell morreria a 6 de Outubro, após ter desposado Kitty O'Shea em Junho desse ano. A sua queda, mais do que uma tragédia a nível pessoal, assumiria também as proporções de uma calamidade nacional, ao deixar a causa irlandesa orfã do seu porta-voz mais carismático¹³⁰.

Curiosamente, Jaime Batalha Reis, o residente em Inglaterra, o jornalista informado e o diplomata, nada nos revela na *Revista Inglesa* relativamente à campanha anti-Parnell que, na imprensa coeva, era acicatada pelo jornalista político E. T. Cook nas páginas da *Pall Mall Gazette* e pelo polémico W. T. Stead nas colunas do seu mais

¹²⁹ R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 182.

¹³⁰ Para um breve resumo dos últimos meses da vida política de Parnell e o seu trágico epílogo, cf., por exemplo, A. N. Wilson, *Op. cit.*, pp. 534-536.

recente empreendimento jornalístico, a *Review of Reviews*¹³¹. O *New Journalism* que, como observámos anteriormente¹³², tanto impressionava e agradava aos autores em apreço, desempenhou um papel fundamental na queda de um dos maiores campeões da Irlanda, facto ocultado por Batalha Reis. Sendo difícil apontar as razões subjacentes a este sonegar de informações, é talvez possível perceber que Batalha não quisesse, por um lado, dar daquele a imagem de um jornalismo sensacionalista que arrasava a credibilidade de um político incansável que lutava por uma causa justa e, por outro, revelar um facto negativo relativo a um jornalismo que ele próprio praticava e cujas qualidades destacava e advogava. Ademais, querendo salientar a crueldade da administração inglesa da Irlanda, consistente com a imagem que oferece dos ingleses como povo frio e hipócrita, não interessaria ao articulista expor os problemas com os quais se debatia internamente a própria causa irlandesa e que passavam, surpreendentemente, pelas prevaricações e comportamentos mais levianos do seu líder, um irlandês que, afinal, tem muitos paralelismos com os ingleses, não só por ser protestante, mas, sobretudo, por ser adúltero. O certo é, em suma, que, contrariamente a Eça, Batalha não envereda por múltiplas explicações no tocante à questão irlandesa, embora comungue com o seu conterrâneo da opinião que os males daquela ilha oprimida se devem primordialmente à obsessão inglesa pelo império.

Se Eça e Batalha, ainda que de modo algo diferente, se concentram bastante na questão da ocupação inglesa da Irlanda, Ramalho e Martins não perdem muito tempo na exploração deste tópico. Não esqueçamos que se trata de uma questão deveras complexa e fragmentária e que ambos os autores, dado o seu estatuto de turistas, não dispõem de tempo suficiente para se documentarem sobre ela. Na verdade, é somente no último capítulo de *John Bull* que Ramalho Ortigão alude fugazmente à questão da Irlanda e ao combate de Gladstone pela sua autonomia, afirmando não ter meditado nela por ser um mero «*touriste*» que passeia na Velha Albion. Como confessa:

Por isso [...] não citei o grande exemplo memorável dêsse ínclito rachador de carvalhos que se chama o Sr. Gladstone, últimamente derribado do poder pela rejeição do *bill* relativo à independência política e nacional da Irlanda, mostrando [...] como pode [...] convir à glória dum estadista ter antes o carácter humanitário do que o carácter patriótico, pondo em prática na política a máxima moral de Montesquieu: que acima do indivíduo está a família, acima da família a pátria, e acima da pátria a humanidade (*JB*, p. 268).

¹³¹ Cf. R. C. K. Ensor, *Op. cit.*, p. 184.

¹³² Cf. Parte I, 1.2.5.

Neste contexto, Ramalho não só nos deixa perceber que a Irlanda é uma ilha ocupada, como também tece a apologia de Gladstone, o estadista que, contra a vontade da Inglaterra, se bate pela justiça na Irlanda, opiniões partilhadas com Eça e Batalha, não sendo, assim, originais. Por sua vez, Oliveira Martins revela que a Irlanda é uma ilha a braços com um «problema» que não chega a explicar qual é, referindo, no entanto, que «o problema particular da Irlanda resolve-o dia a dia a emigração, despovoando os campos» (*IH*, p. 168). E, muito à semelhança do que, antes de si, tinham escrito Eça e Batalha, o autor lembra que a questão irlandesa é, em suma, uma questão imperial:

O *home rule*, hoje, [...] não é já sòmente dar, ou não dar, satisfação ao autonomismo irlandês; mas sim saber se a Inglaterra continuará a prosseguir no caminho da centralização, à moda continental, conforme lho reclama a conservação do seu império ultramarino; ou se [...] regressará à sua tradição localista, consagrando-o em moldes constitucionais federativos, à imagem dos Estados Unidos, a nova Inglaterra americana (*ibidem*).

Como sabemos, neste caso, o império prevaleceu com a derrota do *Second Home Rule* irlandês, o que responde à indagação martiniana.

A questão irlandesa não só mostra o despotismo inglês, consequência da raça antipática ilustrada pelos autores em análise, como serve de preâmbulo à discussão da voracidade imperial da Inglaterra vitoriana finissecular que estes quatro jornalistas literários querem dar a lume. Através da Irlanda, geradora das simpatias dos autores e, por conseguinte, dos seus leitores, estes vão sendo alertados para a megalomania expansionista inglesa que, nos finais da centúria, se evidencia, sobretudo, no continente africano. O império do Outro extravasa as fronteiras europeias e estende os seus tentáculos um pouco por todo o mundo. A Irlanda é um pequeno quinhão de terra pobre aprisionado pela Inglaterra, mas é para a gigantesca e opulenta África que aquela agora se vira.

3.1.3. O Expansionismo Finissecular: o Egipto, a África

Se é no período das rainhas Tudor que começa a exploração e apropriação territorial da Irlanda, as aventuras imperiais da Inglaterra além-Europa também começam relativamente cedo. Com efeito, depois de John Cabot ter chegado à Terra Nova em 1497 e de a Grã-Bretanha reclamar a ilha de Barbados no ano de 1605 em resultado das explorações marítimas, em 1607 funda-se a primeira colónia britânica nas Américas, Jamestown, baptizada em homenagem ao soberano James I. Um ano volvido, «Lord Chief Justice Ellesmore spelt out the legal position of the colonizers when he declared that “King James I is one King over all his subjects in whatsoever of his dominions they were born”. Thus arose the concept of overseas British subjects». Posteriormente, «after the Indian Mutiny in 1857, the British Parliament [...] placed India under direct rule. Thus millions of Indians became British subjects»¹³³. Estabeleciam-se, deste modo, as fundações de um império além-mar fenomenal que, antes do final da centúria oitocentista, se estendia por todos os continentes e dava aos ingleses a noção de serem o novo povo escolhido, cuja missão era a de levar a civilização até aos confins mais recônditos das fronteiras da Humanidade¹³⁴.

Se bem que existente anteriormente é, no entanto, com a independência das colónias americanas que a consciência do império surge mais acutilantemente na mentalidade colectiva dos ingleses. De facto, «after 1783, the heart of the imperial structure lay in the East, not the West. From now on, the majority of Britain’s colonial population would be attached to religions other than Christianity, would not speak English as their first language, would not be white-skinned, and would live in climates and among flora and fauna that could easily be perceived as strange and exotic»¹³⁵. A posse de um império Outro, tão estranho e exótico, induziu nos ingleses a percepção de serem um povo distinto, especial e, até, superior que, em virtude disso, se revia na sua missão imperial¹³⁶. E trata-se também de ir ao encontro de um Outro oriental que, como

¹³³ Dilip Hiro, *Black British, White British. A History of Race Relations in Britain*, Grafton, London, 1991, pp. 201-202.

¹³⁴ Cf. Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 22.

¹³⁵ Linda Colley, *Op. cit.*, p. 324.

¹³⁶ «They could contrast their law, their standard of living, their treatment of women, their political stability, and, above all, their collective power against societies that they only imperfectly understood but usually perceived as far less developed», idem, *ibidem*.

vimos anteriormente, não é uma entidade passiva, mas que se insinua fortemente nas esferas e no mundo do Eu imperial, seduzindo-o, transformando-o e invadindo-o¹³⁷.

Os ingleses tornavam-se, então, nos novos Romanos que, inspirados por homens como o carismático Benjamin Disraeli, *Lord Beaconsfield*, nutriam a ideia «de que a Inglaterra deveria ser a potência dominante do mundo, uma espécie de Império Romano, alargando constantemente as suas colónias, apossando-se, britanizando os continentes bárbaros e reinando em todos os mercados» (*TI*, p. 147), como referia Eça de Queirós. Também Batalha Reis, dando conta do momento imperialista e de pujança económica e de desenvolvimento que a Inglaterra atravessa, relata que «é preciso contar hoje com os ingleses, como foi preciso contar [...] com os cartagineses, com os romanos [...]. São eles hoje o povo que tem o número, a prolificidade, a actividade empreendedora, a audácia, a riqueza» (*RI*, p. 119). Aliás, a identificação da Inglaterra com a Roma imperial era tão difundida no Período Vitoriano Tardio que a própria literatura, nomeadamente o romance de império, a espelhava e veiculava. Em *She*, por exemplo, Rider Haggard deixa a rainha feiticeira e imortal Ayesha tecer a comparação entre a Inglaterra vitoriana e a Roma Clássica ao interpelar a personagem Leo Vincey sobre a sua nação, dizendo: «And now tell me of thy country – ‘tis a great people, is it not? with an empire like that of Rome!»¹³⁸. Porém, se em Haggard esta comparação com o império romano serve para destacar a monumentalidade do império britânico, em *Heart of Darkness*, Joseph Conrad usa-a com o propósito de denegrir o empreendimento colonial: a sua ferocidade e rapacidade. Quando Marlow alude aos Romanos, cujo império se agigantou até à Muralha de Adriano, ressalva:

They were no colonists; their administration was merely a squeeze [...]. They were conquerors, and for that you want only brute force – nothing to boast of, when you have it, since your strength is just an accident arising from the weakness of others. They grabbed what they could get for the sake of what was to be got. It was just robbery with violence, aggravated murder on a great scale [...]. The conquest of the earth [...] means the taking it away from those who have a different complexion or slightly flatter noses than ourselves¹³⁹.

Quando Oliveira Martins se refere ao império britânico como uma réplica do romano também não o faz em termos meramente apologéticos. Na verdade, o autor

¹³⁷ Cf. Parte II, 2.1.1.

¹³⁸ H. Rider Haggard, *She*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1998 (1ª ed. 1886), p. 254.

¹³⁹ Joseph Conrad, *Op. cit.*, p. 10.

salienta a monumentalidade do império britânico e o seu aperfeiçoado sistema de governo. Porém, acrescenta que se trata de um império gigantesco amalgamado por um povo frio e orgulhoso que não é «acessível aos sentimentos metafísicos, assim como o romano o não era» (*IH*, p. 81). Os ingleses são um «povo fadado, como o romano, para o império» e «também os romanos produziam no espírito dos gregos impressões semelhantes às que a estranheza do carácter inglês produz em nós *continentais*» (*ibidem*, p. 80. Itálico do autor). Para Martins, até a própria formação do império britânico repete o que ocorreu em Roma. Assim, em primeiro lugar, vem a assimilação dos «povos vizinhos» e «depois vem a expansão e a conquista, pela instituição das colónias. Vem [...] a conquista da Índia, semelhante à da África dos cartagineses. Depois vem o Império, e é ver com que orgulho os ingleses de hoje proferem as palavras: *empire, imperial*» (*ibidem*, pp. 80-81). Portanto, Martins não só salienta a «estranheza», isto é, a alteridade dos ingleses, como, por outro lado, prepara o leitor para o confronto com a imensa expansão imperial britânica, alertando, desde logo, que, como se trata de uma imitação da história romana, também o império britânico entrará em colapso após atingir a sua máxima plenitude.

De facto, o autor relata que é com orgulho que os ingleses pronunciam os vocábulos «império» e «imperial», que indicam que aquele estará no seu apogeu, mas que, na verdade, são palavras entradas no vocabulário inglês apenas recentemente. Aliás, Eça explica que o ideal expansivo britânico «que tomou o nome de “imperialismo”, nos dias de glória de Lord Beaconsfield, é uma ideia querida a todo o inglês» (*TI*, p. 148), o que não só esclarece que se trata de um termo recente como elucida que a ideia que lhe subjaz é apreciada pelos ingleses. Vivendo em Inglaterra na década de 1870, Eça encontrava-se numa posição privilegiada para observar o avolumar da onda imperialista finissecular e, por isso, estava ciente da novidade do próprio conceito de imperialismo, que, correctamente, atribui às políticas de Disraeli. Assim, como detalha C. C. Eldridge:

In 1876, the word “imperialism”, recently used to criticize the regime of Napoleon III [...] was for the first time applied to British domestic politics. [...] During the acrimonious debates on the Royal Titles Bill creating the Queen “Empress of India”, [...] an article in the *Fortnightly Review* referred to the “phrases of imperialism”. The *Spectator* also took up the cry on 8 April with an item headed “English Imperialism”, and *Punch* subsequently joined in with “Imperialism triumphant” [...] and “Disraeli’s

newly acquired Imperialism” [...]. During the next couple of years [...] the word was gradually adopted by the Liberal opposition as a slogan condemning Disraeli’s foreign and imperial policies¹⁴⁰.

Como se percebe, não só a noção de imperialismo era uma criação recente da imprensa inglesa vitoriana, tão lida por Eça, como era usada num tom de crítica ao programa de engrandecimento imperial levado a cabo pelo então Primeiro-Ministro Benjamin Disraeli. Com o passar do tempo, porém, a nota depreciativa em redor da ideia de imperialismo esmoreceria e este passaria a assumir-se como uma das maiores características das políticas da Grã-Bretanha finissecular e como um dos fenómenos mais marcantes do próprio *fin-de-siècle*¹⁴¹. E a imprensa ajudava ao favorecimento deste ideal junto da opinião pública que, por sua vez, influenciava os sectores políticos a agirem em consonância com o ideário imperialista de expansão e engrandecimento colonial¹⁴².

O império, mormente o oriental e o africano, cada vez mais enraizado na consciência colectiva nacional, também corporizava a qualidade da diferença contra a qual os ingleses se definiam com maior clareza¹⁴³. Paralelamente, as inovadoras teorias biológicas enfeudadas às noções darwinianas de evolução das espécies providenciavam também uma justificação que encorajava, ou, pelo menos, sancionava o império. Com efeito, as concepções generalizadas de que o volume craniano e, conseqüentemente, o cérebro, dos europeus era maior do que o dos outros povos «implicitly endorsed British imperialism by justifying its support for racial hierarchies: they made the scramble for Africa and other continents not only proof of the fittest nation but also [...] an act of massive philanthropy. While guiltlessly appropriating land, the jingoistic could believe that biological patterns had rendered non-Europeans somehow less godly or human than

¹⁴⁰ C. C. Eldrige, *Disraeli and the Rise of a New Imperialism*, University of Wales Press, Cardiff, 1996, p. 26.

¹⁴¹ A propósito do conceito de imperialismo nos finais da centúria oitocentista, o conceituado pensador Eric Hobsbawm elucida: «Emperors and empires were old, but imperialism was quite new. The word [...] first entered politics in Britain in the 1870s, and was still regarded a neologism at the end of that decade. It exploded into general use in the 1890s. By 1900, when intellectuals began to write books about it, it was, to quote one of the first of them, the British Liberal J. A. Hobson, “on everybody’s lips... and used to denote the most powerful movement in the current politics of the western world”», Eric J. Hobsbawm, *The Age of Empire, 1875-1914*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1987, p. 60

¹⁴² «L’opinion ne fut pas le moteur de l’expansion, mais une masse de manoeuvre pour les expansionnistes jingoes (Chamberlain, Rhodes). Chauffée à blanc par une presse [...] qui dramatisa les incidents (mort de Gordon) et exalta les événements monarchiques (Jubilé de la reine), elle fut utilisé par eux pour impressionner certains milieux politiques demeurés réticents», Henri Grimal, «Le Concept d’empire en Grand-Bretagne», in Maurice Duverger (dir.), *Le Concept d’empire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1980, p. 355.

¹⁴³ Cf. Linda Colley, *Op. cit.*, p. 325.

they»¹⁴⁴. E era, sobretudo, no continente africano que estas noções raciais mais se evidenciavam, uma vez que «Social Darwinism gained a new lease of life in Africa where the inhabitants were often conceived of as inferiors, brutes or naïve children»¹⁴⁵. No entanto, chegar ao coração do continente africano fora, em grande parte, possível porque a Inglaterra se imiscuíra nos assuntos do Egipto, a via de acesso ao Oriente e uma das portas de África, juntamente com a colónia do Cabo, sem que, ainda hoje, se compreenda distintamente quais as motivações que teriam levado o governo de Londres a interessar-se tanto por um programa de expansão territorial imperialista, agressivo e rápido, nesse continente nas três décadas finais de Oitocentos. Uma das explicações, no entanto, parece prender-se com a nomeação polémica de *Earl* Granville como Secretário das Colónias pelo governo de Gladstone. Entre 1869 e 1870, Granville «was thought by many contemporary observers [...] to have contemplated dismembering the empire. And it was this reaction to the apparent trend of Granville's policy that led [...] to an imperialist revival in the 1870s»¹⁴⁶. Entretanto, os discursos empolgados em prol do império e do destino imperial britânico que Disraeli, então em oposição renhida ao seu arqui-rival, proferia em Abril de 1872 em Manchester e em Junho no Palácio de Cristal levariam a um rápido decréscimo de popularidade do Governo, incrementado pelo surto de greves, o aumento dos preços e um orçamento falhado nos inícios da década¹⁴⁷. Gladstone, em rigor, recusava associar-se à causa pela consolidação imperial que Disraeli desposara, embora não estivesse nos seus planos a fragmentação do império. Contudo:

The gradually mounting opposition in Parliament, the press, at protest meetings and in public petitions sprang from a sincere belief that the government was about to set the colonies adrift. Gladstone had never intended to adopt such a policy, but the Conservatives constantly returned to the charge in the House of Commons and suspicion persisted even among Liberal Back-benchers¹⁴⁸.

Em 1872, o Governo encontrava-se bastante desgastado e a corrente imperialista era cada vez mais forte e audível. África surgia como um dos últimos redutos a explorar e a conquistar para a glória do império. Na verdade, porém, por muito surpreendente

¹⁴⁴ Christopher Lane, *Op. cit.*, pp. 11-12.

¹⁴⁵ Robin Cohen, *Op. cit.*, p. 23.

¹⁴⁶ C. C. Eldridge, *England's Mission. The Imperial Idea in the Age of Gladstone and Disraeli, 1868-1880*, Macmillan, London, 1973, p. 53.

¹⁴⁷ Cf. idem, *ibidem*, p. 80.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 91.

que possa parecer, a corrida finissecular a África não foi o acontecimento avassalador que, subita e inesperadamente, tomou de assalto aquele continente. Entre 1815 e 1874, a Grã-Bretanha anexara ou trouxera para uma esfera de dominação directa territórios tão diversos, extensos e/ou estratégicos como a Austrália Ocidental, a Nova Zelândia, o Canadá, o Punjab, Burma, Singapura, Hong Kong, Áden, o Natal, a Costa do Ouro, as Fiji ou as Falkland, entre tantos outros. Apesar de Whitehall não ser inteiramente favorável à anexação de colónias e ao engrandecimento territorial do império, devido aos enormes problemas administrativos e aos elevados gastos daí advindos, o facto é que procederia a anexações constantes ao longo de todo o século XIX¹⁴⁹. Portanto, nesta linha de raciocínio:

The colonial incorporation of tropical Africa was not so much remarkable as curiously retarded. Nor [...] was the much more rapid European penetration of its interior after 1880 an isolated or surprising event. American settlements had taken over two hundred years to crawl westward from the Atlantic seaboard and reach the Mississippi, but less than sixty to cross the plains and close the frontier by 1890¹⁵⁰.

A corrida a África, ou seja, o *Scramble for Africa*, insere-se num padrão de expansão territorial comum ao século XIX, sendo, no entanto, o mais tardio dos empreendimentos coloniais levados a cabo pela Grã-Bretanha e pelas potências que, como Portugal, a Bélgica, a França ou a Alemanha, se interessariam igualmente pelo continente. O que importa reter é que, como sugere G. N. Sanderson no seu influente e esclarecedor artigo «The European Partition of Africa: Coincidence or Conjuncture?», as políticas expansionistas em África ocorreram devido a uma série de coincidências conjunturais simultâneas que tornariam o continente apetecível às potências europeias que, por conseguinte, o tornariam num encarniçado campo de batalha pela sua apropriação. Entre as inúmeras e complexas razões que poderão tentar explicar esta ocorrência contam-se teorias que defendem que a obtenção de colónias africanas se traduziria em vantagens diplomáticas na Europa; o imperialismo de prestígio, ou seja, o sentimento de fracasso que as potências do Velho Continente experimentavam se não entrassem na corrida a África e, de facto, levando em consideração o interesse luso por largos territórios africanos, patente no Mapa Cor-de-Rosa apresentado na Conferência

¹⁴⁹ Cf. Paul Kennedy, «Continuity and Discontinuity in British Imperialism, 1815-1914», in Robin W. Winks (ed.), *British Imperialism. Gold, God, Glory*, Holt, Rinehart and Winston, New York and London, 1963, p. 24.

¹⁵⁰ John Darwin, *Op. cit.*, p. 630.

de Berlim em 1884-1885 e as reacções ao Ultimatum de 1890, depreende-se que a necessidade de prestígio internacional seria uma, de entre inúmeras razões, que explicam «the sudden determination of Portugal to revive an apparently moribund empire in reaction to British encroachments upon it»¹⁵¹; a tentativa de abrir novos mercados que escoassem os produtos de uma Europa industrializada; o vislumbre de *Eldorados* por explorar e descobrir no interior dos sertões africanos ou, ainda, as crenças míticas que idealizavam uma África na qual se albergava a Ofir bíblica ou os reinos lendários da rainha do Sabá e do Preste João¹⁵². Conjuntamente todas estas razões, aliadas a um extraordinário abismo tecnológico entre as sociedades europeias e africanas¹⁵³, justificam que, nos trinta anos que medeiam entre 1870 e 1900, África estivesse no epicentro do imperialismo moderno e, mormente, sob as atenções dos vitorianos, que faziam daquele continente o fulcro do seu, já de si, imenso império Outro «and why they even bothered to do so was due less to Africa's attractions *per se* than to the need to secure the flanks to the much more important routes to the Orient»¹⁵⁴. É por esta última razão que, como Eça se demora a explicar, o Egipto se torna numa das peças fundamentais para o alicerçar do império britânico em África.

Na longa série «Os Ingleses no Egipto», publicada entre 27 de Setembro e 24 de Outubro de 1882, Eça de Queirós dedica-se a analisar minuciosamente a interferência britânica nos assuntos internos do Quêdiva, que culminaria na ocupação britânica do Cairo após um período de convulsões e motins que só seriam apaziguados com uma intervenção militar avalizada por Londres. Nesta colecção de artigos, Eça é o analista de política internacional, é o correspondente no estrangeiro, é o observador informado, é o repórter de guerra, é o viajante que, anos antes, se deslocara ao Oriente e, por isso, afirma saber do que fala¹⁵⁵, e é, sobretudo, o jornalista literário que detalha e

¹⁵¹ G. N. Sanderson, *Op. cit.*, p. 9. De facto, como Phillip Darby também esclarece, «the interest of British policy-makers in power and strategy outside Europe was [...] related to the perceived intentions and policies of the European powers. From the 1880s the play of power politics in Africa [...] was at least in part a consequence of the diplomatic manoeuvring in Europe», Phillip Darby, *Three Faces of Imperialism. British and American Approaches to Asia and Africa, 1870-1970*, Yale University Press, New Haven, 1987, p. 9. Daqui se conclui, portanto, que a corrida à África não se restringiu apenas a procurar os atractivos que o continente oferecia, mas baseou-se, ademais, na busca de prestígio diplomático e na rivalidade entre potências europeias.

¹⁵² A este respeito, cf. Maria Isabel Santos, *Op. cit.*

¹⁵³ «Had the “technological gap” between European and African societies been non-existent or negligible, no partition – and certainly no scramble – would have taken place», G. N. Sanderson, *Op. cit.*, pp. 2-3.

¹⁵⁴ Paul Kennedy, in Robin W. Winks (ed.), *Op. cit.*, p. 25.

¹⁵⁵ Como já referido anteriormente, a deslocação de Eça ao Egipto marcá-lo-ia profundamente. Aí o autor ver-se-ia confrontado, por um lado, com o Egipto real e, por outro, com o país oriental idealizado. Tendo prestado muita atenção à condição de pobreza extrema da população campestre, isto é, *fellah*, e não se conseguindo afastar de certos estereótipos, Eça descreve-nos um Egipto na intersecção dos planos real e

fundamenta o porquê da invasão britânica do Egipto, socorrendo-se da contextualização histórica e de técnicas como o recurso a *flashbacks* que permitam ao leitor compreender a complexidade e a gravidade da situação vivida no Vale do Nilo. Ademais, Eça é um jornalista literário porque conta uma história que se vai desenrolando capítulo a capítulo na qual se evidenciam as duas personagens principais que escolhe destacar na sua narrativa, Gladstone e Arabi Paxá, o líder da revolução egípcia, cujas personalidades e atitudes analisa sem se abster de tecer os seus comentários pessoais. Agastado com a tomada de uma posição de força por parte da Inglaterra, Eça deixa claramente transparecer os seus sentimentos e a sua parcialidade, ao focar a arrogância de uma nação detestável porque imperialista. É precisamente esta falta de neutralidade absoluta que tem feito de «Os Ingleses no Egipto» uma das peças jornalísticas queirosianas mais interessantes, inesquecíveis, intemporais¹⁵⁶ e difíceis de caracterizar. A liberdade a que o articulista se permite impede que se defina esta série como pertencente ao jornalismo convencional e meramente factual, o que tem, de certa forma, colocado alguns problemas à academia. Referindo-se a esta série e às liberdades que o jornalista Eça toma, Elza Miné salienta:

[O] empenho do jornalista-narrador em não se restringir ao relato dos sucessos, à mera informação, mas em ampliar-se em considerações e reflexões por eles suscitados. É preciso que o leitor se inteire não apenas do acontecido, mas de suas circunstâncias especiais [...]. Este enquadramento [...] imprime à narrativa o carácter de ilustração de toda uma realidade social e política. Assim sendo, percorre simultaneamente duas realidades: uma exterior, a dos factos históricos [...], a outra, interior, de discussão e apreciação destes mesmos factos em seu duplo aspecto de ser e parecer¹⁵⁷.

Eça de Queirós fornece o enquadramento histórico para o que estava sucedendo no Egipto, explica a situação presente, emite a sua opinião pessoal a respeito do que vai acontecendo, adivinha consequências futuras e dialoga com o leitor, tornando-se, por conseguinte, num jornalista diferente, num jornalista literário porque não se queda só pela informação crua. Ademais, confrontando-se com o génio e a excepcionalidade de «Os Ingleses no Egipto», Maria Filomena Mónica refere que, «mesmo ocupando um lugar oficial [...], Eça escrevia o que lhe apetecia sobre a política externa do país onde

imaginário. Cf. Silvana Maria Pessôa de Oliveira, «Riquezas Rutilantes. O Relato de *O Egipto*, de Eça de Queirós», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *Op. cit.*, pp. 697-703.

¹⁵⁶ Já no dealbar do século XXI, e enquadrado numa conjuntura internacional de intervenções militares no Médio Oriente, «Os Ingleses no Egipto» seria novamente publicado. Cf. Eça de Queirós, *Os Ingleses no Egipto*, Caminho, Lisboa, 2004b.

¹⁵⁷ *Op. cit.* (1986), p. 79.

estava colocado»¹⁵⁸, o que, como acrescentamos, só é possível por se tratar de um jornalista literário.

Começando o seu relato com uma dose sensacionalista permitida, precisamente, pelo jornalismo literário, o autor revela: «Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir» (*TI*, p. 177). Alertado o leitor para a aniquilação daquela cidade mítica oriental, Eça recua no tempo a fim de explicar o que terá levado a esta catástrofe. Sendo um país ocidental, inscrito no universo familiar do Nós, se bem que não se encaixe confortavelmente nesse universo devido à sua estranheza e orientalidade¹⁵⁹, a Inglaterra assemelha-se a uma potência tirânica oriental por ter bombardeado e destruído Alexandria, movida pelos interesses próprios de uma nação imperialista de rapina:

Este bombardeamento de uma cidade egípcia, estando a Inglaterra em paz com o Egipto, parece-se singularmente com a política primitiva do califa Omar ou dos imperadores persas, que consistia nisto: - ser forte: cair sobre o fraco, destruir vida e empolgar fazenda. Donde se vê que isso a que se chama aqui “a política imperial de Inglaterra, ou os interesses da Inglaterra no Oriente”, pode levar um ministro cristão a repetir os crimes dum pirata muçulmano e o Sr. Gladstone, que é quase um santo, a comportar-se pouco mais ou menos como Ben-Amon, que era inteiramente um monstro (*ibidem*, pp. 177-178).

A Inglaterra que, no caso irlandês, se comportava como a Rússia autocrática, assemelha-se a um pirata oriental sem escrúpulos, interessada apenas em aumentar os seus domínios e os seus rendimentos no que respeita o Egipto. Num caso e noutro, a Inglaterra é, então, um Outro terrível e perigoso. Paralelamente, até o idolatrado Gladstone, o defensor da Irlanda, «o humanitário, o paladino das nacionalidades tiranizadas, o apóstolo da democracia cristã» (*ibidem*, p. 177), se torna num Outro estranho e incompreensível, pois foi com a sua conivência e sob o seu aval que o almirante *Sir* Beauchamp Seymour abriu fogo sobre Alexandria. Como se nota, as referências familiares do Eu: a democracia cristã, a benevolência para com outros povos esboroam-se e a Babilónia moderna, é, cada vez mais, identificada sob o prisma da alteridade. Com a atenção virada para um Oriente irresistível, orientalizada dentro de portas, a Inglaterra vitoriana finissecular é, portanto, um potente e estranho Outro.

Com a eleição de 1880 e a nova vitória de Gladstone, o governo liberal «was intended to herald a return to the economical approach to government at home and to the traditions of non-intervention and minimum responsibility abroad. [...] In 1880

¹⁵⁸ *Op. cit.* (2003), p. 30.

¹⁵⁹ Cf. Parte II, 2.1.1.

there were no British plans for an expansionist colonial policy»¹⁶⁰. No entanto, estas intenções não seriam materializadas porque a Inglaterra se envolveria num dos capítulos de expansão territorial além-mar mais agressivos de sempre, a começar, exactamente, pela anexação do Egipto, apenas dois anos decorridos sobre a eleição de Gladstone que, para desagrado de Eça, e muito contrariadamente, o levariam a inflectir as suas políticas de contenção expansionista.

Em 1875, Disraeli reconhecera o interesse britânico no Egipto, ao adquirir acções da *Suez Canal Company* a fim de estabelecer uma espécie de paridade com a influência comercial e política que a França já detinha naquele país. Nesta altura, o Egipto encontrava-se fortemente endividado às potências estrangeiras em virtude das suas reformas dispendiosas em sistemas de irrigação e modernização do país. Cifrando-se a dívida em noventa e três milhões de libras esterlinas em 1876 e encontrando-se o país insolvente, seria criada uma *Caisse de la Dette Publique* que zelaria pelos interesses dos investidores estrangeiros e pelos pagamentos dos cupões em dívida. Quando, em 1878, se confirma que o Egipto é manifestamente incapaz de honrar os seus compromissos, o governo francês ultima o Quediva Ismail Paxá a depor os seus poderes autocráticos e a entregar os seus rendimentos e propriedades a um ministério estrangeiro encabeçado por um ministro gaulês e outro britânico, começando, deste modo, um regime de controlo dual no Egipto. Todavia, as tentativas de promover reformas fiscais e a solvência levariam a um ataque aos privilégios das classes dominantes que se uniriam ao exército e ao campesinato descontente e oprimido numa feroz oposição ao Governo liderada pelo próprio Ismail Paxá que, em 1879, demitiria os ministros estrangeiros. Perante este agravo, a França, a Grã-Bretanha e, inclusivamente, o governo de Bismarck pediriam ao Sultão Turco a deposição do Quediva e a sua substituição pelo filho, Tewfiq. Este governaria secundado por dois conselheiros permanentes, um britânico e outro francês, que, apesar de não deterem funções administrativas, controlavam as finanças egípcias. A partir de Julho de 1880 era declarado, através de uma Lei de Liquidação, que sessenta e seis por cento de todos os rendimentos do país seriam canalizados para a amortização da exorbitante dívida externa. O Egipto perdia definitivamente a sua independência financeira e a França e a Grã-Bretanha, agindo concertadamente, exerciam a sua supremacia informal sobre uma nação estrangeira milenar. A reacção contra a opressão Otomana e o controlo ocidental abraçaria, por seu

¹⁶⁰ C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1978), p. 149.

turno, reformistas liberais, conservadores muçulmanos, latifundiários, camponeses e um exército revoltoso comandado por Arabi Paxá em torno de uma causa nacionalista comum. No final de 1881, o Egípcio encontrava-se à beira da anarquia¹⁶¹.

Eça apercebe-se, com particular lucidez, de todos estes contornos que assume a Questão Egípcia, explicando-os minuciosamente aos seus leitores e insistindo em que a principal preocupação e o supremo interesse britânico e gaulês é espoliar os egípcios a pretexto de uma situação causada pelo próprio governo do Cairo. Portanto, dirigindo-se directamente ao seu público, Eça resume:

A França e a Inglaterra estavam ali [...] fiscalizando, de camaradagem, as finanças egípcias: porque sabem decerto, que o Egípcio, endividado até ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres, tendo omitido o pagamento de alguns *coupons*, - a França e a Inglaterra esposavam maternalmente os interesses dos seus agiotas, e instalavam no Cairo dois cavalheiros [...] com funções de secretários de Fazenda no Ministério egípcio, ambos encarregados de colher a receita, geri-la, e aplicar-lhe a parte mais pingue à amortização e juros da famosa dívida egípcia! (*ibidem*, pp. 178-179).

Tal como fizera a propósito da Questão Irlandesa, Eça de Queirós procede, primeiramente, à elucidação do problema egípcio. Contudo, vai, desde logo, deixando uma nota crítica em relação às atitudes do governo de Londres que permita ao leitor partilhar das suas opiniões a respeito deste assunto. Através de uma ironia refinada, o articulista salienta que é uma questão de agiotagem que se encontra por detrás da interferência britânica no Egípcio, o qual perde a sua autonomia ao ser controlado por um ministério estrangeiro em mãos inglesas e francesas. Lentamente, a Inglaterra vai-se apossando do Egípcio.

No entanto, não são só as finanças egípcias que propiciam uma causa para a intervenção do governo de Londres no país do Nilo. Se, no caso irlandês, a autoridade inglesa era necessária para apaziguar as rebeliões e motins que grassavam pela Irlanda, o que, portanto, dava à Inglaterra uma justificativa para a apropriação colonial, também no Egípcio será preciso que a Velha Albion se imponha pela força para aplacar as revoltas que irrompem violentamente pelo país, o que lhe oferecerá um motivo justo para se apoderar do Egípcio.

Já se viu que a Irlanda contava com Parnell como seu defensor. No Egípcio surge também um líder carismático pronto a lutar contra o opressor, Arabi Paxá. A diferença

¹⁶¹ Para explicações mais detalhadas sobre a complexa Questão Egípcia, cf., a título ilustrativo, *idem*, *ibidem*, pp. 157-158.

entre um e outro centra-se no facto de Parnell tentar a via diplomática para a resolução do problema irlandês, sem, porém, conseguir impedir os episódios de violência protagonizados pela *Mollie Maguire*, ou por outras facções terroristas, enquanto que Arabi é um coronel que não teme, e até instiga, a insurreição militar. Se Eça elogiava Parnell, também tece a apologia de Arabi:

Arabi não é um Mazzini, nem um Luís Blanc. É um árabe do antigo tipo, que apenas leu um livro – o Alcorão. Mas, como homem, possui qualidades de inteligência, de coração, de carácter – que não ousam negar aqueles mesmos que o estão combatendo tão brutalmente. E como patriota, está à altura dos grandes patriotas: havia certamente muito egípcio [...] que abominava o sórdido regime quederal e sofria de ver o rico vale do Nilo, devorado pelo estrangeiro [...] – mas esses limitavam-se a curvar tristemente os ombros, invocando o nome de Alá.

Este é o primeiro que entendeu que Alá, apesar de grande e forte, não pode atender a tudo, e que, portanto, se resolveu a tirar a espada – em nome do felá, contra a opressão coligida dos paxás turcos e de agiotas cristãos (*ibidem*, p. 183).

Como se depreende, a parcialidade queirosiana vira-se para Arabi, o homem íntegro que se bate pela instauração de um regime de justiça no seu país. Similarmente, Eça simpatiza com os milhões de *fellaheen* que trabalham a terra, sem a possuírem, e que, praticamente escravizados, vivem miseravelmente, oprimidos e espoliados tanto pelos latifundiários egípcios como pelos credores estrangeiros. O paralelismo entre irlandeses e *fellaheen* é, portanto, evidente e o retrato pungente que Eça pinta da situação de uns e de outros permite-nos verificar o seu partidarismo por causas humanitárias, com a ressalva que, no caso egípcio, Eça podia, de facto, exprimir-se com conhecimento próprio do que relata dada a sua viagem ao Egipto em 1869. Como conta:

O primeiro episódio oriental que eu vi, ao desembarcar há doze anos em Alexandria, foi este: no cais da alfândega [...] um empregado europeu [...] estava arrancando a pele das costas de um árabe, com aquele chicote de nervo de hipopótamo que lá chamam *courbache*, e que é no Egipto o símbolo da autoridade (*ibidem*, p. 189).

O jornalista literário e simultaneamente o escritor-viajante inserem a sua experiência pessoal para credibilizar o relato e para buscar a cumplicidade do leitor. Através desta passagem percebe-se que o Egipto é um território dominado e vergado sob a ocupação estrangeira. À semelhança do irlandês, o egípcio é também entendido como um Outro inferior e bestial, «um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de

trabalho, pouco diferente do gado» (*ibidem*, p. 190) e, por conseguinte, pronto a ser colonizado e desapossado da sua terra¹⁶². Porém, Eça critica «este absurdo desprezo por uma nobre raça, a quem a civilização tanto deve» (*ibidem*, p. 191) e, pouco a pouco, vai começando a traçar o papel inglês na usurpação do Egipto, deixando progressivamente de aludir à França. O que lhe importa é dar a conhecer a voracidade inglesa, o seu expansionismo desmedido e a sua opressão dos povos mais fracos, ou seja, o aberrante Outro inglês segue o seu caminho imperialista sugando os outros Outros e inserindo-os no seu monstruoso império tentacular.

Entretanto, o Quediva-fantoches Tewfiq seria deposto por Arabi Paxá que tomaria as rédeas do país e empossaria como Primeiro-Ministro um militar das suas fileiras. Alexandria seria fortificada, o Canal fechado e, face ao antagonismo contra os estrangeiros e aos motins que eclodiram nas ruas de Alexandria, cedo se tornou evidente que a própria segurança dos trinta e sete mil residentes europeus no Egipto estava comprometida. Contrariando as suas convicções pessoais e as suas promessas eleitorais, a 31 de Julho de 1882, Gladstone decidiu-se a derrubar Arabi. Em primeiro lugar, ordenou o bombardeamento dos fortes de Alexandria e, posteriormente, a 13 de Setembro, o general *Sir* Garnet Wolseley desembarcava uma força de invasão que surpreenderia e aniquilaria o exército de Arabi no espaço de meia hora na batalha de Tel-el-Quebir. No dia seguinte, o Cairo era tomado e Arabi aprisionado e exilado para Ceilão. A partir deste momento, era necessário assegurar o futuro da supremacia britânica no Egipto que, por conseguinte, se veria anexado ao império britânico, ainda que a ocupação nunca fosse efectivamente formalizada e que o governo de Londres repetisse às potências europeias, nada mais nada menos do que sessenta e seis vezes entre 1882 e 1922, que a sua presença no país era só um expediente temporário¹⁶³.

Até chegar ao clímax representado pela ocupação do Cairo, Eça vai construindo, em crescendo, a sequência de acontecimentos que levariam a esse desfecho. Na sua óptica, é a Inglaterra que força e que cria pretextos para que as suas tropas desembarquem em Alexandria e, a partir daí, se apodemem do país. E o subterfúgio que mais interessa à Inglaterra invocar é que as rebeliões populares ocorridas em Alexandria e o levantamento do exército deixam o Egipto num estado anárquico, do qual compete à justiceira Inglaterra resgatá-lo:

¹⁶² De facto, este tratamento cruel dos povos colonizados era sustentado também pelos próprios discursos coloniais das metrópoles imperialistas, os quais «dehumanized others and thus made brutal treatment seem more intelligible, less shameful, even appropriate», Nicholas Thomas, *Op. cit.*, p. 80.

¹⁶³ Cf., por exemplo, Niall Ferguson, *Op. cit.*, pp. 232-233.

O que à Inglaterra convinha, era atribuir a este conflito local a magnitude de uma anarquia nacional, e oferecer ou impor o seu préstimo [...] para pacificar todo um país em desordem. E assim ela consumava a chegada desse dia tão apetecido, tão pacientemente esperado desde o começo do século [...], em que teria enfim um pretexto para assentar na terra do Egipto o seu pé de ferro, essa enorme pata anglo-saxónia, que, uma vez pousada sobre território alheio, seja um rochedo como Gibraltar, uma ponta de areia como Adem, uma ilha como Malta, ou todo um mundo como a Índia – nenhuma força humana pode jamais arredar ou mover (*ibidem*, p. 199).

A expansão imperial é, pois, para Eça, o cerne da questão. E o que interessa ao articulista é desmascarar, novamente, o que a Inglaterra odiosa esconde sob a sua máscara de nação benemérita:

Não se tratava de libertar o Quênia [...], de defender as algibeiras dos portadores de empréstimo egípcio. Um interesse mais alto, ligado com os destinos do Império, levantava-se, dominava tudo.

O “Egipto estava em anarquia” – logo, competia à Inglaterra, paladina da civilização, restabelecer lá a ordem [...].

O “Egipto estava em anarquia” – logo, competia à Inglaterra, como grande potência oriental, defender essa parte preciosa da terra egípcia, o canal de Suez, e evitar que ele caísse nas mãos de Arábia ou de outro ditador muçulmano, hostil aos [benefícios] da civilização (*ibidem*).

Nação hipócrita e rapace, a Inglaterra oferece a justificativa de salvar a civilização da barbárie que ameaça recair sobre o Egipto, quando o que lhe interessa é apoderar-se do país devido a razões territoriais e estratégicas objectivas que Eça explicitará mais à frente, mas que, devido a aludir à apropriação do Canal de Suez, já se vão depreendendo. Ao referir-se à duplicidade da Inglaterra no tocante à apropriação egípcia, Eça, na verdade, preconiza o que nos finais do século XX, Abdul JanMohamed teoriza relativamente à ambivalência do próprio imperialismo, o que confirma os seus dotes de analista de política internacional. Assim, para JanMohamed, o objectivo explícito do imperialismo, e aquele que é abertamente propagado, é oferecer aos povos estrangeiros os benefícios civilizacionais ocidentais. No entanto, sob este objectivo esconde-se um outro mais escuso e menos apregoado que se resume à exploração económica dos territórios conquistados ou anexados. Portanto, «“ambivalence” is in fact

a product of deliberate, if at times subconscious, imperialist duplicity»¹⁶⁴. Ademais, como Eça nota claramente, a Inglaterra, mais do que uma potência ocidental do universo do Nós, é uma «grande potência oriental», logo, uma figura máxima de alteridade e duplicidade.

Não é, por conseguinte, devido a intenções “filantrópicas” que a Inglaterra se decide a invadir o Egipto. O grande objectivo imperialista por detrás dessa atitude é, de facto, a protecção do corredor de acesso ao império indiano, o Canal de Suez. O que interessa à Inglaterra é assegurar o controlo da navegação entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho, a via mais directa até ao imenso e próspero Raj. Lucidamente, Eça explica esta ideia, ou melhor, esta constatação, aos seus leitores:

A Inglaterra, sob o pretexto de pacificar o Egipto, desembarcaria em Alexandria, ocuparia por motivo de operações militares Port Said e Suez, as duas portas do canal, e depois - depois nunca mais, nesses pontos estratégicos do caminho da Índia, se arriaria a bandeira inglesa!

E, feito isto, ficava realizado o grande sonho britânico: posse absoluta da estrada das Índias: John Bull fazendo sentinela a todas as portas sucessivas que conduzem a seu império do Oriente: à entrada do Mediterrâneo, Gibraltar e o seu rochedo inexpugnável; no Mediterrâneo, Malta e Chipre, duas ilhas, dois colossais depósitos de guerra; à entrada do canal, Port Said; ao fim do canal e à boca do Mar Vermelho, Suez; à beira do golfo Pérsico, Adem; e daí por diante as suas esquadras varrendo os mares... (*ibidem*, p. 200).

Na verdade, Eça de Queirós não poderia ser mais explícito. A nação de uma raça peregrinante, para a qual o império além-mar é uma consequência natural da sua ânsia de movimento e fuga a uma ilha fria e opressiva, é um país verdadeiramente oriental porque só o Oriente, nomeadamente a Índia esplendorosa, lhe interessa. A expansão territorial britânica visa o Oriente e a sua protecção. Como defendem historiadores contemporâneos, nenhuma razão há mais esclarecedora para o envolvimento britânico no Egipto do que a salvaguarda do caminho para a Índia e o resto do Oriente¹⁶⁵. Portanto, como elucida Anthony Nutting: «Britain's reasons for becoming involved in

¹⁶⁴ Abdul R. JanMohamed, «The Economy of Manichean Allegory. The Function of Racial Difference in Colonialist Literature», in Henry Louis Gates, Jr. (ed.), “Race”, *Writing and Difference*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 1986, pp. 80-81.

¹⁶⁵ De facto, «no nation stood to benefit more from the opening of the Suez Canal than Britain. A waterway connecting the Mediterranean with the Red Sea at a stroke shortened the sea route to India, the Far East and Australasia [...], thus enabling freight to be transported more quickly and at a lower cost, and also providing for the more rapid movement of British warships and troops to trouble-spots and points of tension east of Suez», Denis Judd, *The British Imperial Experience from 1765 to the Present*, Harper Collins, London, 1996, p. 92.

Egypt [...] had more to do with safeguarding her communications with her Indian empire than with any desire to lord it over the Nile valley»¹⁶⁶. Eça apercebia-se perspicazmente do que estava a ocorrer no Egipto, tal como, contrafeito, chegava à conclusão de que entre os desejos imperialistas de Disraeli e as políticas efectivas de Gladstone não existia grande diferença.

Atropelado pelo desenvolvimento dos acontecimentos no Egipto, entre os quais se contavam a proclamação de uma *jihad*, ou guerra santa, contra os estrangeiros e os clamores da imprensa britânica que exortava o Governo a agir no intuito de proteger os súbditos britânicos face à forte probabilidade de uma escalada de violência, Gladstone, o anti-imperialista, que, curiosamente, investira trinta e sete por cento da sua carteira pessoal de negócios em acções da *Suez Canal Company*¹⁶⁷, ver-se-ia na contingência de ordenar o bombardeamento de Alexandria e a tomada do Cairo, acções nas quais o Governo francês não interviria devido à queda do governo de Freycinet e nas quais a Itália, uma das credoras do Egipto, se recusaria a tomar parte. A ocupação do Vale do Nilo era, assim, uma aventura inteiramente britânica levada a cabo com a anuência de Gladstone que cortava com a administração dual do Quediva e, em consequência, poria fim à amizade anglo-francesa pelos próximos vinte anos¹⁶⁸. Simultaneamente, seria durante este ministério liberal (1880-1885) que «Gladstone was to find himself painting much of the map red, for it was during his second administration that the scramble for colonies really began»¹⁶⁹. E Eça também se apercebia de tudo isto, começando, então, a utilizar a sua ironia mordaz para revelar que, afinal, o seu ministro idolatrado não é mais do que um produto da fria e hipócrita raça inglesa que, sob as roupagens da civilização, oculta o bárbaro. Comentando a invasão do Egipto, salienta com toda a emoção de jornalista literário:

Que explicações estupendas o Sr. Gladstone dava à Europa para justificar o *casus belli*! As baterias que Arabi ergue (dizia ele), os novos canhões que monta, “põem em perigo os couraçados ingleses”! E os couraçados não punham em perigo os fortes? Mas ao lado da esquadra inglesa estavam navios de guerra franceses, alemães, italianos [...], - tão expostos às balas de Arabi como os que batiam o pavilhão britânico: e esses não se julgavam “em perigo”! (*ibidem*, p. 202).

¹⁶⁶ Anthony Nutting, *Scramble for Africa. The Great Trek to the Boer War*, Constable, London, 1970, p. 16. Subsequentemente, o envolvimento britânico no Sudão e no Quênia visava assegurar a posição e os interesses do Governo de Londres no Egipto. Cf. *idem*, *ibidem*.

¹⁶⁷ Portanto, é de notar que Gladstone, como, aliás, outros membros proeminentes do Partido Liberal, detinha interesses financeiros particulares no Egipto. Cf. Denis Judd, *Op. cit.*, p. 96.

¹⁶⁸ Cf. C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1978), p. 160.

¹⁶⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 153.

A Inglaterra não se incomoda se mais nenhuma potência europeia se dignar ajudá-la a repor a ordem no Egipto. Inversamente, prefere actuar sozinha porque «John Bull não ficará satisfeito senão com este resultado maciço e duradouro – um “Egipto inglês”, tendo dentro do seu território, como um corredor de casa particular, o canal de Suez, caminho das Índias» (*ibidem*, p. 213). É esta a crua verdade que Eça de Queirós desvenda: a Inglaterra é uma nação de rapina que vai amalgamando territórios estrangeiros e que, a partir da ocupação do Egipto, não descansará até dominar todo o continente africano. Trata-se de um país odioso que tem «a brutalidade de um hércules de feira que esbugalha os olhos e mostra os músculos [...]». John Bull tornou-se Ferrabrás» (*ibidem*, p. 221).

Por residir em Inglaterra, este viajante consegue aperceber-se claramente das movimentações inglesas na complexa Questão Egípcia, dando da nação que o acolhera uma imagem de país tirano e brutal, desmedidamente ambicioso, cujas acções no plano internacional são condicionadas por uma agenda imperialista que tem no Oriente o seu grande interesse e que, a partir do estabelecimento do Egipto como um protectorado britânico, se vira para o resto de África na tentativa de ligar o Cabo ao Cairo e estabelecer um imenso baluarte que proteja o império oriental. Como conclui Niall Ferguson:

The occupation of Egypt opened a new chapter in imperial history. Indeed, in many ways, it was the real trigger for the African Scramble. From the point of view of the other European powers [...] it was now clearly imperative to act, and act fast, before the British took over the entire continent. The British, for their part, were willing to share the spoils, provided they retained control of the strategic hubs at the Cape and Cairo. The biggest game of Monopoly in history was about to begin. Africa was the board¹⁷⁰.

Eça observa presencialmente o despoletar da corrida a África e assiste ao eclodir de uma das últimas, e talvez mais renhidas, fases da expansão imperial britânica. Paradoxalmente, também se apercebe, se bem que ainda tenuamente, que o Oriente se vem instalar no coração metropolitano do império.

Em 1820, Maomed Ali Paxá, vice-rei do Egipto, oferecera ao soberano britânico George IV um obelisco faraónico, designado por Agulha de Cleópatra, em

¹⁷⁰ *Op. cit.*, p. 233.

reconhecimento pelos serviços que a Grã-Bretanha prestara àquele país¹⁷¹. Contemplando o estranho monumento, arrancado aos tórridos areais egípcios e transplantado para um clima frio e húmido, Eça revela que esta «reliquia está agora em Londres, no aterro do Tamisa, pousada numa peanha de bronze, alumiada pela luz eléctrica, aturdida pelo estrondo dos comboios...» (*ibidem*, p. 175). Por um lado, a Agulha de Cleópatra é outra das marcas da orientalização de Londres. Porém, é também um indício perturbador de que o Oriente, que a Inglaterra vai incansavelmente buscar além-mar, se prepara para invadir a metrópole num processo irónico de *reverse colonisation*, gerador de um pânico colectivo de perda de identidade através da contaminação e transformação operadas pelo elemento estrangeiro, ou seja, Outro¹⁷². Este obelisco faraónico é, então, o indicador da presença ameaçadora do estranho no coração do Eu. Como Stephen Arata esclarece: «By the end of the century, [...] problematic or disruptive figures come from the periphery of the empire to threaten a troubled metropole»¹⁷³, e a Agulha de Cleópatra é, precisamente, uma dessas figuras. Por conseguinte, ao mesmo tempo que a Inglaterra inicia a sua derradeira etapa imperialista, também vai sendo invadida por elementos exógenos, Outros, provenientes do seu império estranho. Primeiro, a invasão dá-se timidamente. Contudo, à medida que o império cresce, também a invasão estrangeira aumenta. Em 1892, Oliveira Martins já não verá a Agulha de Cleópatra «aturdida» e meio perdida nas margens do Tamisa, como veremos.

Se Eça de Queirós dá conta da ocupação britânica do Egipto, à medida que os acontecimentos se vão desenrolando, Batalha Reis pode referir-se a factos consumados. Ao centrar-se na apropriação de África, um dos seus assuntos mais queridos e aquele que fazia as notícias contemporâneas e em torno do qual giravam as políticas internacionais e imperialistas da Grã-Bretanha, o autor não pode evitar o tema egípcio, pois fora uma das fontes de ignição da corrida a África, sendo «um dos assuntos ingleses mais importantes para todo o mundo» (*RI*, p. 125), dadas as suas consequências no plano internacional. Não explorando o tópico tão densamente como o seu antecessor, até porque o momento histórico passara, Batalha corrobora as ideias ecianas, validadas

¹⁷¹ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2003), p. 22, a propósito do processo de transporte do obelisco para a Inglaterra e cf., também, *idem*, *Op. cit.* (2000), p. 24, sobre a Agulha de Cleópatra representar a política de expansão imperial britânica.

¹⁷² Cf. Maurice O'Connor, in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, p. 43.

¹⁷³ Stephen Arata, *Fictions of Loss in the Victorian Fin de Siècle*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1996, p. 107.

com o que ocorrera após a publicação de «Os Ingleses no Egipto». Por outras palavras, o discurso batalheano permite-nos observar o quão acertadas eram as informações e as ilações de Eça em relação à apropriação do Egipto e, ao mesmo tempo, deixam-nos verificar a sua concordância com a imagem que aquele nos legara de uma nação rapace, cujo maior interesse imperial é a protecção das rotas para a Índia, o império do Oriente.

É como geógrafo e residente em Inglaterra que Batalha comprova o seu conhecimento da questão egípcia e reforça a noção do enorme poder da nação britânica. Como revela: «Parece claro, a quem tenha seguido sobre um mapa os acontecimentos políticos dos últimos anos, e a quem sobretudo os tenha seguido, vivendo em Inglaterra, que esta só pela força sairá do Egipto» (*ibidem*). O Egipto é fulcral para as ambições imperialistas orientais da Inglaterra porque garante a segurança do caminho para a Índia, porque permite a expansão em África e, como acrescenta Batalha em 1893, porque facilita a apropriação da Península Arábica. Assim:

Até hoje todos viam que o Egipto era para a Inglaterra, além da segurança da estrada da Índia, a testada do novo império da África, estendido já, com uma pequeníssima interrupção, desde o Mediterrâneo ao cabo da Boa Esperança.

Agora começa, porém, a revelar-se ao público uma outra face da questão. É que o Egipto é um dos pontos de apoio de acção da Inglaterra sobre a Arábia, que também, dentro em pouco lhe pertencerá (*ibidem*).

É, portanto, todo o Oriente que está na mira da cobiça inglesa, ela que também é uma nação oriental, e o Egipto apresenta-se como uma alavanca, um meio para atingir um fim: a expansão oriental. De facto, para Oliveira Martins, o Egipto mais não é do que uma breve paragem num percurso que a Inglaterra vai desbravando até ao Extremo Oriente:

Na estrada da Inglaterra ao Extremo Oriente a derrota dos navios reclama estações de carvão e refresco: fortes de defesa, ao mesmo tempo, que assegurem a passagem. Logo na boca do Mediterrâneo está Gibraltar; depois, além, Malta; depois Chipre; depois o Egipto, depois Áden no mar Vermelho; depois Ceilão, no mar das Índias; depois Hong-Kong, na China, [...] Malaca, Singapura com Bornéu. Avassalada a Índia, a Inglaterra desce pela Birmânia [...], ao mesmo tempo que sobe de Singapura até Menang, para avassalar a vertente accidental [*sic*] da península da Indo-China (*IH*, pp. 139-140).

O Oriente, o império, é o que verdadeira e unicamente interessa à Inglaterra e, devido a isso, como já notava Eça, Gladstone resigna-se a abraçar a causa nacional

imperial, pois, como Martins clarifica, «o sentimento colectivo é imperialista» (*ibidem*, p. 171). Na óptica da «questão da ocupação do Egipto», o que se nota é que «o radicalismo inteiro protesta contra ela. Gladstone terminantemente afirmou que procederia à evacuação; mas pode com segurança profetizar-se que não cometerá semelhante erro. A política *imperial*, proclamada teatralmente por Disraeli [...] é a única política possível» (*ibidem*. Itálico do autor). À semelhança do seu conterrâneo Eça, Martins também estava certo: não seria tão cedo que a Inglaterra abandonaria o Vale do Nilo. Contudo, se o primeiro dava conta de uns breves vislumbres de um processo invasivo que está a começar a ocorrer quando descreve uma Agulha de Cleópatra recém-chegada ao coração da metrópole, Martins nota que, nas imediações do obelisco, «falam-se todas as línguas, vêem-se todas as cores de pele, e todas as fisionomias humanas» (*ibidem*, p. 127) porque aí atracam navios de todas as proveniências do globo trazendo hordas de gentes estranhas prontas a tomar de assalto a sede do império oriental.

Anexado o Egipto e descobertas as genuínas intenções expansionistas britânicas, importa aos autores aprofundar as manobras empreendidas pela Inglaterra a fim de assegurar e incrementar o seu império, as quais, no ocaso do século XIX, passam predominantemente por inúmeros cenários africanos entre os quais se incluem o Cabo, o Transval, o Niassa (hoje Malawi), a África Oriental (actualmente o Quénia), o Uganda, ou o Sudão.

Antes, porém, e mais a sul, as províncias boers geravam toda uma outra série de problemas que forçavam a Grã-Bretanha a adoptar políticas intervencionistas em África, quando esse não era exactamente o propósito dos governos da metrópole, o que leva Anthony Nutting a esclarecer que, com efeito, o *Scramble for Africa* começa verdadeiramente na África Austral com a rivalidade entre bretões e boers¹⁷⁴. Instalados no Cabo desde 1815, ano em que a colónia fora formalmente anexada e retirada aos colonos holandeses no período conturbado das invasões napoleónicas, os ingleses contavam com aquele território da África Meridional como entreposto estratégico da rota para o Oriente antes da abertura do Canal de Suez¹⁷⁵, pouco se interessando pelo *hinterland*, onde os boers se tinham refugiado e fundado duas repúblicas independentes,

¹⁷⁴ *Op. cit.*, p. 17.

¹⁷⁵ É interessante, no entanto, verificar que, mesmo após a abertura do Canal, o grosso do volume de negócios entre a Grã-Bretanha e o Oriente continua a realizar-se através da rota do Cabo. Em 1878, este volume traduziu-se num saldo de £91.352.000 nesta última, contra £65.660.000 pelo Suez. Cf. Denis Judd, *Op. cit.*, p. 112.

o Transval e o Estado Livre de Orange. Contudo, esta situação seria drasticamente alterada nos finais da década de 1860, após a descoberta de largos depósitos diamantíferos, e posteriormente auríferos, nos territórios a norte da colónia do Cabo, na confluência com as fronteiras das repúblicas boers¹⁷⁶. Em 1876, o governo de Londres apressava-se a anexar a Griqualândia Ocidental, território também disputado pelos estados boers. E, muito convenientemente, anexaria o próprio Transval no ano seguinte, cujo governo, aliás, negociava com Portugal a construção de uma via-férrea que permitisse ao estado boer um acesso ao litoral longe da esfera de influência britânica¹⁷⁷. Com efeito, o estado depauperado das finanças daquela república e a ameaça crescente do temível exército zulu, organizado e liderado pelo carismático Cetewayo, permitiriam a *Sir Theophilus Shepstone*, Secretário para os Assuntos Nativos do Natal, delinear a anexação com a aquiescência do Governo transvaliano¹⁷⁸.

A 14 de Maio de 1877, Eça de Queirós dá precisamente conta deste facto. Tal como faria a propósito da Questão Egípcia, o jornalista literário principia por tecer o pano de fundo que explica a anexação do Transval e que, como sempre, se prende com o facto de haver um território que vive momentos especialmente conturbados, o que justifica a intervenção da paternalista Inglaterra. Como explica:

A República, sem meios, sem soldados, estava na véspera de uma invasão: todo o mundo bárbaro que a cerca, estava em armas: era de temer à primeira insurreição, que houvesse no Sul de África um levantamento selvagem, em massa. Foi talvez para evitar este grave perigo – que *Sir Theophilus Storey* [*sic*] interveio (*CICL*, p. 209).

Portanto, ainda que não saiba escrever o nome de Shepstone (erro que repete duas vezes), Eça descreve como o *modus operandi* da Inglaterra é sempre idêntico.

¹⁷⁶ Com efeito, «os campos diamantíferos não podiam estar mais conflituosamente localizados. Situavam-se para lá do rio Orange, que marcava a fronteira norte da colónia britânica do Cabo, numa região sobre a qual os Gríquas, os Tsuanas, os Coras [...] reivindicavam direitos tradicionais [...], mas que também tinham sido estacados por lavradores brancos que juravam fidelidade quer ao Estado Livre de Orange quer às repúblicas [...] do Transval», John Reader, *África. Biografia de um Continente*, trad. de José Espadeiro Martins, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2002, p. 500.

¹⁷⁷ Portanto, se a Velha Albion não conseguia controlar a baía de Lourenço Marques e se o Transval pretendia o livre acesso a um porto de mar para escoar os seus produtos e os minérios do Rand, «a única maneira de a Grã-Bretanha manter a sua posição seria submeter o Transval a alguma forma de domínio britânico», Malyn Newitt, *História de Moçambique*, trad. de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1997, p. 300.

¹⁷⁸ Cf. Muriel E. Chamberlain, *The Scramble for Africa*, Longman, Harlow, Essex, 1983 (1ª ed. 1974), p. 73. Aproveitando a guerra entre boers e pedís, o governo de Londres proclamara a anexação do Transval sem grande contestação deste estado que, em rigor, temia mais a insurreição zulu do que o exército britânico. Cf., também, António José Telo, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1875-1900*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, p. 36.

Tratando-se de anexações territoriais, a Velha Albion espera que os quinhões que lhe interessam entrem em colapso a fim de obter um pretexto para intervir e restaurar a ordem e a harmonia. A Inglaterra é, pois, a cínica salvadora das nações agonizantes. E, como o articulista conclui: «É mais um grosso bocado do globo que entra para a vastidão da Inglaterra!» (*ibidem*, p. 210). Ademais, como o próprio governo transvaliano não consegue evitar os problemas internos da república e como Bismarck e a Alemanha, a aliada tradicional do Transval, não se mostram interessados nos problemas que estão sucedendo na África Austral, «o Governo inglês, vendo aos seus pés uma República sem dono [...], fez o que era natural [...] e meteu no bolso a República» (*ibidem*, p. 231). Como Phillip Darby explica: «Each state must establish its own security and further its own interests. In the absence of a common authority, conflict [...] is inevitable. The tendency is for states to expand. An area of weakness is an invitation to take possession»¹⁷⁹. Perante a fraqueza do estado transvaliano, a Inglaterra, que busca a expansão, vê o vazio e apodera-se do estado fragilizado.

A anexação do Transval, que precede a do Egipto, não recebe de Eça muita atenção, constituindo apenas mais um dos exemplos da rapacidade territorial da Inglaterra. Todavia, o que o caso transvaliano tem de muito assustador é o facto de se poder repetir na África portuguesa. Aliás, este jornalista atento não deixa de lançar o aviso de que «por esta ocasião alguns jornais têm falado de Lourenço Marques» (*ibidem*, p. 210). O que Eça, de facto, quer salientar é que, se o governo português não se acautelar, o próximo quinhão a ser abocanhado pelo Leão Britânico será, provavelmente, Lourenço Marques. Assim, a imprensa da Velha Albion pinta este território «como um país fértil, rico, de grande futuro – em plena anarquia: funcionários, instituições, edifícios, serviços públicos, actividade local – tudo é descrito como num estado desolador de dissolução e de inércia» (*ibidem*). Sabendo como a Inglaterra costuma actuar, não é difícil adivinhar o que poderá ocorrer de seguida. Onze anos volvidos, o que Batalha nota, efectivamente, é que Lourenço Marques «se está *inglesando*» (*RI*, p. 82. Itálico do autor). Socorrendo-se das opiniões anti-lusas do cônsul inglês em Moçambique, que pejorativamente se refere à «vida inerte» dos portugueses em África comparando-a com o «espírito empreendedor e vigoroso» dos seus patrícios (*ibidem*), o articulista alerta para a cobiça britânica que recai sobre o território português ultramarino e demonstra que os ingleses «monopolizam o comércio.

¹⁷⁹ *Op. cit.*, p. 10.

Os vapores que navegam os rios são ingleses. O único dinheiro aceite pelos indígenas é o ouro e a prata ingleses. A língua falada é uma corrupção do inglês» (*ibidem*). Ademais, publicando uma colectânea de textos respeitantes à temática imperial em 1891, Oliveira Martins, debatendo o problema das colónias lusas, também, tal como os seus dois conterrâneos residentes em Inglaterra, revela, a propósito de Moçambique que «a Inglaterra tem mais de metade do comércio da província. São ingleses os vapores que fazem o serviço das malas. São ingleses os vapores que navegam no Zambeze. É inglês o caminho de ferro de Lourenço Marques»¹⁸⁰. E, para piorar a situação, como Batalha salienta, a respeito dos territórios dos Machonas e de Manica:

Parece-me bom citar as próprias palavras do cônsul inglês. Diz ele: «Será quando bons depósitos se encontrem nesses países (afamados como os mais ricos em ouro de todo o Sul de África) e quando companhias se formarem para os trabalhar que a questão da soberania portuguesa [...] se levantará seriamente e que seriamente se porão à prova as verdadeiras relações entre as autoridades coloniais de Portugal e chefes tão poderosos como o Gungunhana [...]» (*ibidem*).

O aviso estava feito relativamente às ameaçadoras nuvens escuras que pairavam sobre os destinos imperiais portugueses. Portanto, o que Batalha e Martins observam é o incrementar do interesse britânico por Moçambique de que Eça também se apercebera nitidamente mais de uma década antes.

No artigo de Julho de 1877, Eça de Queirós dá a entender que considera que as colónias portuguesas se encontram ao abandono por parte do Governo luso, ainda que afirme que o que a imprensa britânica publica a respeito da situação de Lourenço Marques tenha «um carácter de exageração injusta» (*CICL*, p. 210). Certo que periódicos como a *Pall Mall Gazette*, apontada por Eça como uma das principais fontes de onde emana a imagem negativa que os ingleses fazem do império português em África, eram tendenciosos e fortemente impulsionadores do imperialismo britânico. Porém, também é certo que esta não é a primeira vez (nem a última) que Eça lastima a situação de negligência a que Portugal vota as suas colónias, nomeadamente as províncias africanas.

O número de Julho de 1871 de *As Farpas* é talvez o primeiro texto em que África aparece discutida e como um problema que se põe ao “Portugal contemporâneo”. Neste texto «Eça pretende tornar claro [...] o desfazamento entre o discurso oficial – de

¹⁸⁰ Oliveira Martins, *Portugal em África. A Questão Colonial. O Conflito Anglo-Português*, prefácio de José Gonçalo de Santa-Rita, Guimarães Editores, Lisboa, 1953 (1ª ed. 1891), p. 22.

glória e de império – e a situação de facto – de alheamento total»¹⁸¹, e é aqui, também, que «se encontra a maioria das ideias sobre colonialismo que perdurariam na sua obra»¹⁸². O país mostra-se inepto no tocante à administração desses territórios ultramarinos que se encontram ao abandono e na miséria. Como os “farpistas” Eça e Ramalho declaram causticamente:

As nossas colónias são originais neste sentido: que o único motivo porque elas são nossas colónias – é o não estarem situadas na Beira. Porque não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um palmo de melhoramentos [...].

Às vezes a Metrópole remete-lhes um *governador*, agradecidas, as colónias mandam à mãe pátria – uma banana. É vendo este grande movimento de interesses e de trocas que Lisboa exclama:

- Que riqueza a das nossas colónias!¹⁸³

No mesmo ano, Antero de Quental também tece duras críticas ao império português e, ademais, embarca na comparação deste, causa da ruína nacional e dos males pátrios, com o britânico, fonte de prosperidade. Assim:

Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália, e com o comércio no mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente no mundo. [...] Pelo contrário, nós, portugueses [...], que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente¹⁸⁴.

Apesar da diferença de tom, Eça e Ramalho socorrendo-se de uma ironia jocosa e Antero apelando à seriedade e gravidade do assunto que explora, o que importa reter é o ataque aos prejuízos que resultam de Portugal ter um simulacro de império do qual não aufere proventos. Posteriormente, nas «Cartas de Inglaterra», Eça voltaria a criticar a apatia portuguesa relativamente às colónias. Comentando um artigo do *The Times* sobre o Brasil, o autor escreve:

O que nos preocupa, o que nos agrada, o que nos consola é contemplar “simplesmente o número” das nossas possessões; pôr-lhes o dedo em cima, aqui e além, no mapa; dizer com voz de papo [...] – “Temos oito, temos nove, somos uma nação colonial, somos um génio marítimo!...” Enquanto a

¹⁸¹ Maria Graça Videira Lopes, in *Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa. O Outro*, p. 269.

¹⁸² Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), p. 196.

¹⁸³ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 115. Itálico no original.

¹⁸⁴ Antero de Quental, *Op. cit.* (2001), p. 51.

“extrair-lhes os proventos” [...], desses detalhes miseráveis não cura o pretor nem os netos de Afonso de Albuquerque!... (TI, p. 90)

Portugal tem colónias só por ter e para mostrar ao mundo que as tem. Nem as administra dignamente, nem as faz progredir e nem sequer lucra com elas. Apêndices inúteis e dispendiosos da metrópole, as colónias pátrias enfrentam, segundo Eça, dois destinos possíveis: a expropriação por potências estrangeiras que as levem a embarcar no progresso civilizacional, ou a venda. Vaticinando que Portugal não terá colónias por muito mais tempo, na «Farpa» de Julho de 1871, o autor, e, naturalmente, Ramalho, revela que estas: «Podem-nos ser expropriadas por utilidade humana. [...] Tirar-nos as colónias é conquistá-las para a riqueza e o progresso. Nós temo-las aferrolhadas na nossa miséria: no nosso cárcere privado da civilização. Pode-se pensar, na Europa, em libertá-las»¹⁸⁵. Antero, por sua vez, também partilha desta ideia, concluindo, a propósito da Índia que: «A conquista da Índia pelos ingleses é justa, porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos portugueses [...] foi injusta, porque não civilizou»¹⁸⁶. Esta noção seria, mais tarde replicada nas «Cartas de Inglaterra», quando Eça ressalva que as nações que são incapazes de fazer progredir os seus territórios coloniais «para maior felicidade do homem, deverão então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis» (*ibidem*, p. 95). Porém, paradoxalmente, isso é, precisamente, a «teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina» (*ibidem*).

Por outro lado, no intuito de evitar a expropriação, Portugal também poderia vender as suas colónias ultramarinas e obter liquidez para os seus cofres depauperados. Pondo de parte «a honra nacional, Afonso Henriques, Vasco da Gama, [...] devemos vender as colónias porque não temos governo que as administre; mas não podemos vendê-las – porque não teríamos governo que administrasse o produto!»¹⁸⁷, posição esta secundada por Oliveira Martins nos textos de *Portugal em África*, em que afirma: «Depois, se se começasse a vender!... Ficávamos sem colónias e sem dinheiro»¹⁸⁸. A questão, para Martins, é, aliás, facilmente explicada porque: «Ou havemos de ter um plano de política económica colonial, ou optar pelo *self supporting principle*. Fora disto, é certa uma ruína dupla: nossa e das colónias»¹⁸⁹. Portanto, as opiniões queirosiana e martiniana apontam no sentido de que as colónias representam um enorme, e

¹⁸⁵ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 120.

¹⁸⁶ Antero de Quental, *Op. cit.* (2001), p. 57.

¹⁸⁷ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 121.

¹⁸⁸ Oliveira Martins, *Op. cit.* (1953), p. 10.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 8.

praticamente insolúvel, problema para Portugal, perspectiva corroborada por Ramalho que, aludindo aos ilustres direitos históricos que Portugal invoca deter em África, salienta:

Acontece que êsses *direitos* nos custam os olhos da cara, e progressivamente nos desonram, nos definham e nos consomem. [...] Damos o pão da bôca para sustentar o luxo de império colonial. Por um lado êsse dispendioso brasão é o que afirma històricamente a nossa existência, por outro lado a nossa existência é econòmicamente incompatível com êsse brasão. Ou bem as armas dos nossos antepassados na porta, ou bem o jantar dos nossos filhos na mesa. Tal é o dilema de que não temos a coragem de sair (*JB*, p. 307. Itálico do autor).

Por outras palavras, para qualquer destes autores o império luso é uma questão complexa, uma situação «de um provisório indefinido» (*ibidem*) que representa um pesado fardo para Portugal e do qual, apesar de tudo, este não se quer libertar. Contudo, neste, como em tantos outros assuntos, os autores não nos transmitem uma opinião unívoca porque, ainda que Portugal não governe capazmente as suas possessões, ou não saiba o que fazer com elas, o colonialismo luso não é tão impiedosamente brutal como o britânico que é, por isso, criticado. Aliás, na «Farpa» de Setembro de 1871, na qual se debate o desleixo com que Portugal trata dos assuntos da Índia e do abandono a que essa possessão oriental está devotada, discute-se também que os próprios indianos preferem a negligência lusa ao jugo impiedoso dos ingleses que comandam os povos subjugados a golpes de chicote e que impedem que, dentro das fileiras do exército, qualquer nativo chegue a cabo, quando, sob o regime português este pode ascender a major. Ademais, como Eça ilustra a 15 de Agosto de 1877, a Índia britânica, contrariamente ao que se possa pensar, também é mal administrada e, na sequência de um mau ano agrícola, «dezoito milhões de habitantes têm fome!» (*CICL*, p. 252). Esta calamidade é agravada, ainda, pelo facto de a Inglaterra nunca ter dotado as regiões mais afectadas de redes ferroviárias e poços artesianos, com as quais as populações poderiam, nesta altura de catástrofe, ser auxiliadas, «de sorte que [...] a população – dizem os jornais – tem *fatalmente de ser abandonada à fome*» (*ibidem*, p. 253. Itálico no original). Por conseguinte: «No dia [...] em que a Inglaterra mandasse um soldado à fronteira da Índia portuguesa – todo o território índio, [...] todas as castas, todas as classes, todas as fraquezas se levantavam num ímpeto. Povo e tropa na Índia tudo

querem – menos o inglês»¹⁹⁰. Comparando o império colonial português e o britânico, nota-se que Eça não é particularmente adepto do imperialismo na sua generalidade. Portugal não lucra nada em possuir territórios ultramarinos que deixa ao abandono, sendo, portanto, indigno de os ter. Contudo, a instância Outra, a Inglaterra, é odiosa porque maltrata os povos conquistados e só se interessa em obter lucros sugando o império que administra altiva e ferreamente. Portanto, a propósito de a ocupação inglesa da Irlanda se basear nas necessidades de um vasto império, Eça declara: «Volto ao meu desejo – um quintalejo, uma vaca, dois pés de alface...» (*TI*, p. 85), numa acepção de que o imperialismo é algo que apenas traz males tão insanáveis e corrosivos como os que ocorrem na Irlanda.

Similarmente, Batalha Reis, após revelar a cobiça britânica por territórios moçambicanos, detém-se no esclarecimento das razões que permitem à detestável e rapace Inglaterra a clara sobrançeria com que descarta as pretensões soberanas de Portugal sobre Moçambique as quais, aliás, se devem «à nossa ignorância do que há tantos anos os ingleses dizem de nós, e também à nossa indiferença a tal respeito» (*RI*, pp. 96-97). Ou seja, como Eça notava, Portugal trata dos seus assuntos imperiais com uma ligeireza preocupante que não augura nada de bom. De facto:

Há 30 anos que livros e jornais nos acusam, em Inglaterra, de sermos uma excepcional raça de monstros, que nada fez pelo bem da África ou pela sua descoberta e [...] os portugueses têm deixado ficar sem resposta em Inglaterra todas essas acusações (*ibidem*, p. 97).

Por conseguinte, o Outro inglês que, actua sempre pelo caminho da agressão e do belicismo para fazer expandir o seu próprio império, «dá-nos peremptoriamente ordens [...] sob pena de fazer intervir as suas esquadras; os jornais ingleses chamam aos nossos estadistas, estúpidos, ao nosso domínio colonial, uma vergonha, chegando, os mais heróicos a ameaçar-nos com uma guerra» (*ibidem*, p. 96). E Portugal, como revela Batalha, não reage perante a ameaça imposta pelo Outro, cuja imagem negativa é salientada pelo autor.

A Grã-Bretanha pode dar-se a demonstrações de força e de arrogância e assumir-se como o império mais forte porque detém uma marinha pujante, as esquadras prontas para a intervenção bélica, a que Batalha se refere, ao passo que, em Portugal, esta é obsoleta e totalmente desadequada para dar resposta às necessidades iminentes à

¹⁹⁰ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 189.

administração colonial. É também na «Farpa» de Julho de 1871 que Eça e Ramalho revelam a situação calamitosa em que se encontra a marinha lusa. Como constataam através de um humor mordaz:

Meus senhores, antes de tudo, nós não temos marinha. [...] Só temos marinha pelo motivo de termos colónias – mas justamente as nossas colónias não prosperam porque não temos marinha! A nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento. Gasta 1.159.000\$000!

Que realidade corresponde esta fantasmagoria das cifras? uns poucos de navios, velhos, decrépitos, defeituosos [...], sem artilharia, sem condições de navegabilidade, com cordame podre, mastreação carunchosa, e história obscura. É uma marinha inválida.

[...] Têm um único mérito estes navios perante uma agressão estrangeira: impor pelo respeito da idade¹⁹¹.

Contrariamente, a Inglaterra sustenta o maior império de sempre, que cresce a um ritmo vertiginoso, apoiada por uma verdadeira armada invencível, a qual não só consome fatias exorbitantes do orçamento britânico¹⁹², como é, ela própria, geradora de emprego e riqueza para o país¹⁹³. Portanto, face ao investimento que o governo britânico faz nas suas frotas, a consequência é que:

Nem coragem, nem redutos, nem muralhas de granito prevalecem contra esses negros monstros que desfeiam os mares – o Monarca, o Alexandra, o Soberbo, o Sultão, o Invencível, o Minotauro [...], movediços castelos de ferro, servidos pelas forças combinadas do vapor, da hidráulica, da electricidade, devastadores como um cataclismo e exactos como uma ciência (TI, p. 204).

É, na realidade, todo um império que se constrói metodicamente com bases científicas, aproveitadas por uma marinha que desembarca forças invasivas e conquistadoras por todos os recantos do globo através desses «negros e monstruosos transportes de guerra, arcas de Noé a vapor, levando acampamentos, rebanhos de

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 117.

¹⁹² De um orçamento geral para a defesa de 24.9 milhões de libras esterlinas em 1860, a marinha consumia 10.8 milhões e em 1896 (data dos últimos artigos batalheanos), esta gastava 19.7 milhões de libras de um orçamento de 37.2 milhões. Cf. William Ashworth, «Economic Aspects of Late Victorian Naval Administration», *The Economic History Review*, vol. 22, nº 3, s. l., Dezembro de 1969, p. 491.

¹⁹³ No último quartel do século XIX mais de dois por cento de toda a mão-de-obra masculina na Grã-Bretanha encontrava-se a soldo da marinha e o Almirantado não só se responsabilizava pela construção naval, como assegurava a reparação dos navios, a produção de tudo o que fosse necessário à marinha e, inclusivamente, tinha a seu cargo os próprios serviços alimentares, o que criava inúmeros e diversificados postos de trabalho. De tal modo era a marinha uma indústria produtiva que em 1871, precisamente o ano em que *As Farpas* criticavam duramente a marinha portuguesa ineficiente, Sir Spencer Robinson alertava o Governo a não proceder a cortes orçamentais naquela, sob pena de se gerar uma crise económica no país. Cf. idem, *ibidem*, p. 492.

cavalos, parques de artilharia, toda uma invasão temerosa...» (*ibidem*, p. 78). Trata-se de um império argamassado pela guerra, pela voracidade territorial, pela afirmação da força e da supremacia britânica. A situação portuguesa, inversamente, provoca o riso. Face a este Outro colossal e potente, Portugal e a sua marinha antiquada constituem uma versão anedótica da Inglaterra. O império luso é insustentável porque:

Das 8 corvetas que temos – são inúteis para combate ou para transporte – todas as 8. Nem construção para entrar em fogo, nem capacidade para conduzir tropa. Não têm aplicação. Há ideia de as alugar – como hotéis. A nossa esquadra é uma colecção de jangadas – disfarçadas! Este grande povo de navegadores acha-se reduzido – a admirar o vapor de Cacilhas¹⁹⁴.

O contraste entre a marinha portuguesa e a britânica não poderia, de facto, ser mais nítido. Uma vez que o poder naval desempenhou, desde sempre, um papel fulcral na construção e manutenção de impérios, percebe-se o perigo que Portugal corre, sobretudo porque, nos finais de Oitocentos e princípios de Novecentos:

The nations of Europe were obsessed with [...] the exercise of world power, and the element of sea power was an integral part of the larger imperial idea. The defense policies were decidedly influenced by the public awareness of the New Navalism, and of the sea power which could provide the means of aggression on a world scale¹⁹⁵.

Em 1888, Batalha Reis também alertava Portugal para a necessidade de uma marinha forte. Dirigindo-se directamente aos governantes pátrios, declara:

Preciso [...] lembrar ao governo do meu país, que como *a força prefere ao direito*, [...] e que, para que em tempo de guerra uma marinha mercante neutral possa fundar-se e enriquecer, é necessário que detrás dela exista uma marinha de guerra (*RI*, p. 62. Itálico do autor).

Nas entrelinhas prevalece a crítica à ausência de um almirantado pujante em Portugal. Situação inversa subsiste do lado de lá da Mancha onde há a clara noção que sem marinha a Inglaterra perderá a sua supremacia. Com efeito, quando *Sir William Armstrong*, o magnata da indústria, é nobilitado o seu discurso oficial centra-se, precisamente, no debate da eficácia da marinha britânica. Naturalmente que, sendo um

¹⁹⁴ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *Op. cit.*, p. 117.

¹⁹⁵ W. Mark Hamilton, *The Nation and the Navy. Methods and Organization of British Navalist Propaganda, 1889-1914*, Garland Publishers, New York and London, 1986, p. 9.

homem do ferro, o seu discurso servia uma causa própria. No entanto, também espelha o sentimento nacional. Batalha aproveita a oportunidade e transcreve o discurso de *Lord Armstrong* a fim de que se observe melhor o valor que se atribui em Inglaterra a uma marinha pronta e equipada para entrar em guerra:

“A influência moral de nada serve – disse ele – se não tivermos atrás dela as nossas armas! [...] Precisamos manter a superioridade das nossas esquadras... Os nossos navios devem ser absolutamente supremos... Devemos construir genuínos cruzeiros de guerra, de grande velocidade, ligeiros na manobra, [...] feitos de modo a tornar mínimo o efeito dos projecteis” (*ibidem*, p. 66).

Aliás, só desta maneira é que é possível aos oficiais ingleses baterem-se «na Índia, no Egipto, na Birmânia, no Transval, na Zululândia» (*ibidem*, p. 63), o que demonstra bem como o império britânico é um produto da indústria da guerra. Portanto, quando a 11 de Janeiro de 1890, Salisbury remete um, tristemente famoso, memorando ao governo português instando-o a desocupar o vale do Chire, o território dos Macololos e a Maxonalândia e ameaçando com o envio do vaso de guerra *Enchantress* para Lisboa, Portugal não pode senão recuar nas suas pretensões a determinadas regiões africanas¹⁹⁶. Eça e Batalha haviam visionado a hecatombe.

Em suma, quando Eça de Queirós redige as «Crónicas de Londres», as «Cartas de Inglaterra» e, não esqueçamos, *As Farpas*, em conjunto com o amigo Ramalho, assiste ao agigantar do leviatã fenomenal e monstruoso que se prepara para deglutir avidamente milhões de quilómetros quadrados da superfície terrestre até ao virar da centúria. Portugal representa um país pouco preparado para enfrentar as suas responsabilidades imperiais, incapaz de competir com potências como a Grã-Bretanha, mas, simultaneamente, uma nação despojada da arrogância com que aquela vai dominando o mundo e sujeitando todos, incluindo Portugal, à sua vontade. Em 1888, como se viu, Batalha também dava conta destes factos.

No entanto, este expansionismo finissecular aparentemente desmedido não era encorajado sem reticências por Whitehall que se via forçado a tomar medidas de expansão imperialista sob pressão das actividades de exploradores, missionários, colonos ou empreendedores como Cecil John Rhodes, cuja riqueza incalculável obtida nos campos diamantíferos de Kimberley lhe permitiu a criação de um império privado

¹⁹⁶ Sobre os trâmites em que se desenrolou o Ultimatum de 1890, cf. Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), pp. 56-57.

na Rodésia¹⁹⁷. Com efeito, Batalha Reis também nota que, dentro da própria Inglaterra, há opiniões contraditórias no tocante ao expansionismo imperial. Por um lado, há «alguns espíritos [...] que [...] desejariam negociar, vender a todas as raças, mas não tomar posse de país algum. Os impostos seriam assim, pensam eles, menos pesados», enquanto que, por outro lado, existe a facção dos imperialistas, «os de vistas largas [...], os que querem que a Inglaterra vá a toda a parte, fique em toda a parte onde está, conquiste e observe o mundo» (*ibidem*, p. 167). Outras vezes, porém, o governo britânico encontrava-se na contingência de proceder a anexações no intuito de proteger aquisições mais antigas, numa clara atitude defensiva de *weltpolitische Angst*¹⁹⁸. Aliás, o envolvimento britânico no Sudão ilustra bem o efeito de bola de neve com que o governo britânico se confrontava frequentemente, após proceder a anexações territoriais mais ou menos formais, uma vez que é consequência directa do envolvimento no Egipto. Por outras palavras, a partir do momento em que a Grã-Bretanha assume o governo do Quênia, torna-se também responsável pela administração do Sudão, gerido a partir do Cairo através de um sistema de governadores provinciais. Quando o líder islâmico sudanês, ou Madhi, apela à guerra santa contra o estrangeiro (ingleses, egípcios, otomanos) e unifica os chefes tribais em torno da sua causa, a suzerania egípcia, isto é, britânica, na região encontra-se ameaçada. Apercebendo-se do enorme perigo, Gladstone ordena a evacuação dos contingentes egípcios e britânicos do Sudão em 1884 e escolhe o Major-General Charles Gordon para proceder à mesma. Porém, obstinado, Gordon decide enfrentar as forças do Madhi que, entretanto, haviam cercado Cartum, tornando-se na personagem principal de um dos episódios mais marcantes e dramáticos da história do imperialismo britânico em África. Cercado pelas hostes derviches em clara vantagem numérica, Gordon e os seus homens seriam massacrados e a cidade tomada, apenas dois dias antes de *Sir Garnet Wolseley*, o general que tomara o Cairo, chegar com uma força de salvamento. Na Grã-Bretanha, a indignação pública perante a morte de Gordon atingiria níveis de histeria colectiva, que abarcava também a

¹⁹⁷ Rhodes não foi o único destes empreendedores que, usando a sua fortuna e impulsionados por convicções pessoais da supremacia do homem branco e do destino expansionista britânico acrescentavam enormes territórios ao império. Porém, Rhodes, «with his great international trading companies, his private army [...], and his steamships [...] functioning as a small private navy, was merely the most successful and ruthless of these entrepreneurial personalities», Denis Judd, *Op. cit.*, p. 120. Dono da companhia detentora do monopólio diamantífero sul-africano, a *De Beers Consolidated Mines Limited*, Rhodes criaria a *Trust Deed* que permitiria àquela «empenhar-se em todas as empresas de negócios, anexar terras em qualquer parte de África, governar territórios estrangeiros e manter exércitos [...] nesses territórios», John Reader, *Op. cit.*, p. 507.

¹⁹⁸ Como John Darwin elucida, «hyperactive formal empire-building after 1880 was reactive or defensive: designed to protect old zones of influence rather than to seek out new ones», *Op. cit.*, p. 615.

própria rainha Victoria, e transformava o general num mártir heróico em prol de uma causa nacional: o império. A memória de Gordon teria de ser vingada e a Inglaterra não poderia negligenciar o seu destino africano, pelo qual homens nobres davam a vida¹⁹⁹.

Portanto, no *fin-de-siècle* em que se teme a decadência, os episódios da expansão imperial colossal expressam, por um lado, o sinal de que o titã cansado ainda tem energia e, simultaneamente, são:

The [...] actions [...] of a country on the retreat, nervous of the future, and deploring the manifold challenges to the global *status quo* which it now preferred to maintain.

[...] To the natives of the Sudan and the Chinese Boxers it was not so obvious, but the advance of Kitchener's army up the Nile and the bombardment of the Taku forts by the Royal Navy's squadrons were the actions of a world power in decline. The confident, expansive imperialism of the *Pax Britannica* had now given way to the defensive reactions of an empire engaged in a struggle for survival²⁰⁰.

Eça observou a pujança de uma nação que se lança para uma enorme empreitada em África. Com o avançar do epílogo secular, os seus conterrâneos que se deslocam a Inglaterra darão, precisamente, conta de um país esgotado pelo esforço imperial e ameaçado por uma nova conjuntura mundial na qual a Grã-Bretanha já não detém uma posição de hegemonia industrial e imperial. De facto, nesta época de ansiedades, «Britain confronted a more hostile and aggressive world, where rivals were unwilling to play the game by the old rules, which directly challenged her supremacy»²⁰¹. Tal como Batalha notava em 1896, a Inglaterra ameaça as nações mais fracas, mas teme as grandes potências:

Quando a Inglaterra [...] consegue isolar a pequena ou fraca nação para cujo território lhe convém alastrar-se, coisa alguma a faz parar. Foi o que aconteceu com Portugal em África.

Se, porém, uma grande nação entra em cena, o caso é diferente. Diante da França e Rússia unidas e da Alemanha imóvel, a Inglaterra retirou há pouco ainda, prudentemente, na China e na Turquia.

É que nenhuma nação, no mundo, tem mais medo neste momento, de uma guerra – de uma guerra a valer – como esta riquíssima e esta poderosíssima Grã-Bretanha (*ibidem*, pp. 206-207).

¹⁹⁹ Sobre a interferência britânica no Sudão, que só seria definitivamente anexado após a batalha de Omdurman em 1898, liderada pelo carismático General Kitchener, cf., por exemplo, Denis Judd, *Op. cit.*, pp. 99-100.

²⁰⁰ Paul Kennedy, in Robin W. Winks (ed.), *Op. cit.*, p. 38.

²⁰¹ James Sturgis, «Britain and the New Imperialism», in idem, *ibidem*, p. 104.

Por conseguinte, a Inglaterra do *fin-de-siècle* é um país receoso que enfrenta a rivalidade de potências que se agigantam, estando, pois, «em cheque em toda a parte» (*ibidem*, p. 207). Paradoxalmente, a ferocidade com que expande o seu império reflecte o incrementar dos receios finisseculares. E é devido a esta situação de crise que o confronto com Portugal, leia-se uma nação pouco competitiva, irrompe.

Nas suas «Revistas» de 1888, Jaime Batalha Reis já começara, com efeito, a revelar o medo que a Inglaterra tem de rivais tão temíveis e aguerridos como a Alemanha. Na verdade, a Grã-Bretanha cobiça Moçambique, mas «os ingleses temem que esta colónia portuguesa caia nas mãos dos alemães. No Parlamento pergunta-se ao Governo porque a não compra a Portugal, e na imprensa chega mesmo a aventar-se outras soluções do problema» (*ibidem*, p. 83), as quais, como se poderá depreender, não serão tão pacíficas como a compra. Ademais, a Velha Albion ambiciona apoderar-se de territórios moçambicanos, precisamente, porque estes são portugueses e não alemães, russos ou franceses. Os ingleses não hesitarão em guerrear Portugal directamente, ideia que «nem sequer lhes passou pela cabeça quando se tratava da Alemanha, da Rússia ou França» (*ibidem*, p. 96), nações consideradas mais poderosas e influentes internacionalmente do que Portugal.

É verdade, porém, que a nação lusa negligencia a administração das colónias e parece não perceber, ou não fazer nada contra, as investidas britânicas sobre Moçambique. Aliás, vendo a apatia portuguesa que não se defende cada vez que a Inglaterra enlameia o nome de Portugal, Batalha redige uma missiva confidencial ao seu superior hierárquico, Barros Gomes, a 22 de Junho de 1888, na qual escreve:

Os ingleses sustentam que Portugal apenas determinou o perímetro de África mas que o interior com todos os seus lagos é descoberta inglesa.

[...] Eu bem sei que o Marquês de Sá, o D. José de Lacerda, o Luciano Cordeiro, franceses como o Pe. Brucker e o Milne Edwards e ingleses mesmo como Desborough Cooley, o Burton e Major têm tratado suficientemente a questão dos Lagos Centrais. Mas [...] quer-me parecer que por parte dos escritores portugueses estas causas não têm sido sempre ditas, como é indispensável para fazerem aqui efeito [...], à *inglesa*, isto é com muitos mapas com factos essenciais [...]²⁰².

Como se constata, Batalha Reis alerta para o facto de ser imperioso e urgente que Portugal invista na defesa dos seus interesses territoriais na África Oriental, uma vez que a Inglaterra se prepara para afirmar que Portugal só tem direito às zonas

²⁰² In Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), pp. 137-138. Itálico no original.

costeiras. É preciso, portanto, que Portugal enfrente o Outro e se defenda com as armas desse mesmo Outro: uma campanha assertiva baseada em factos objectivos sustentados por mapas, área em que Batalha é, aliás, especialista como cientista e geógrafo que é.

Alguns meses depois, quando o *Leeds Mercury* publica um artigo particularmente acrimonioso em que acusa os portugueses de tráfico negreiro, houve, desta vez, «“Um português” que respondeu à acusação» (*ibidem*, p. 97). Este “português” que «cita factos de ingleses implicados, na presente geração, em maus tratos a negros e em escravatura em África» (*ibidem*. Itálico no original) era, na realidade, o próprio Batalha Reis que se envolvia, assim, numa cruzada que visava o esclarecimento da opinião pública britânica relativamente ao império colonial português.

Em Setembro de 1888, Oswald Crawford, cônsul britânico na cidade do Porto, escrevera um artigo para a revista *Nineteenth Century* no qual «acha o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros [Barros Gomes] muito ridículo e as nossas autoridades, em Moçambique, muito criminosas» (*ibidem*, p. 96). Simultaneamente, afirma que «Portugal apenas ocupa regiões costeiras onde nem sequer exerce autoridade e que, portanto, a Inglaterra só reconhece o direito dos Portugueses ao Baixo Zambeze»²⁰³. Oswald Crawford, como outros seus conterrâneos, entre os quais se inclui, por exemplo John Mundill²⁰⁴, atacam asperamente a administração colonial portuguesa com a prepotência comum da Grã-Bretanha imperial que agressivamente vai expandindo o seu império. Batalha Reis, por seu turno, embrenha-se na defesa da imagem portuguesa nas páginas da imprensa britânica numa espécie de duelo entre David e Golias²⁰⁵, socorrendo-se, para tal, dos seus profundos e bem documentados conhecimentos da História e Geografia de África. Aliás, este conhecimento seria, inclusivamente, salientado por Eça de Queirós. Já cônsul em Paris, este redigiria uma carta ao amigo a 21 de Novembro de 1894, dizendo-lhe:

Há aqui um homem que deseja escrever um estudo sobre as nossas colonias d’Africa (occidental) e que me persegue para que eu lhe forneça dados documentos, artigos de Revistas, etc. [...] Para me desembaraçar d’elle prometti escrever-te apesar de tu seres, relativamente à Africa, apenas (ou sobretudo)

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 42.

²⁰⁴ Sobre a troca de acusações entre Mundill e Batalha na imprensa britânica, cf. idem, *ibidem*, p. 43.

²⁰⁵ Para uma análise dos esforços do cônsul Batalha Reis, cf. «Um Português Intranquilo: o Nosso Homem em Newcastle», in idem, *ibidem*, pp. 27-49.

um Historiador e um Geographo. Mas o homem pretende, e não talvez sem razão, que também deves saber de plantações, feitorias, alfandegas, colonização etc.²⁰⁶.

Confrontado com a necessidade de fornecer informações relativas às colónias portuguesas africanas, o nome de que Eça se lembra, para o auxiliar nessa tarefa, é, de facto, o de Jaime Batalha Reis.

Paralelamente, e o que mais nos interessa neste estudo, Batalha usa as suas «Revistas» para, como jornalista literário, esclarecer o público português quanto à rapacidade da Inglaterra, dando dela uma imagem bastante negativa e procurando que os seus leitores não só fiquem esclarecidos sobre o que realmente está a suceder, como também antipatizem com as acções arrogantes do Leão Britânico. De facto, o que Batalha revela ao público é que o “português”, que louvavelmente vai defendendo Portugal na pátria do Outro, desmascara o tráfico negreiro em que muitos ingleses, incluindo um Contra-Almirante da própria marinha inglesa e um cônsul, se encontram envolvidos (*ibidem*, pp. 97-98).

Perante a argumentação de Batalha, ou seja, o anónimo benfeitor “português”, o *Leeds Mercury* viu-se na contingência de recuar nas suas acusações e, dando um exemplo da prática jornalística que Batalha gostaria de ver instaurada em Portugal, publica um artigo em que afirma saber «que o governo português tem zelosamente cooperado com as outras potências na supressão da escravatura e nenhum homem [...] pode imputar a um povo inteiro os crimes de alguns pobres miseráveis» (*ibidem*, p. 98). E, enquanto o *Leeds Mercury* se desculpa cortesmente por alguns artigos mais acintosos para com Portugal, o cônsul português em Liverpool, Barão de Roussado, publica no jornal rival, o *Liverpool Mercury*, um protesto no qual «afirma os nossos direitos categórica e energicamente» (*ibidem*, p. 99). Muito agradado por, finalmente, Portugal reagir contra a prepotência britânica, o jornalista Batalha tece os seus «louvores ao patriótico procedimento do nosso cônsul em Liverpool, tão necessário para Portugal nesta terra em que é corrente e completamente impune o dizer mal dos portugueses» (*ibidem*). A alteridade da Inglaterra é, mais uma vez apreendida negativamente. Contudo, desta vez, Portugal, através dos esforços de Batalha e do Barão de Roussado, não se quedou impávido ao ser atacado vilmente pela imprensa britânica. Infelizmente, e não obstante a actuação deste cônsul jornalista, o «impacte das opiniões de Batalha

²⁰⁶ Eça de Queiroz, *Cartas Inéditas*, introdução, comentários e notas de Beatriz Berrini, Edições Cadernos *O Jornal*, Lisboa, 1987a, p. 42.

Reis é nulo»²⁰⁷, como o demonstraria o agudizar do antagonismo luso-britânico na disputa de África.

Muito genericamente, o que levaria ao infame ultimato que Londres enviou a Portugal a 11 de Janeiro de 1890 prende-se com o facto de os desejos transafricanos portugueses e ingleses colidirem no Sudeste do continente. Em Outubro do ano anterior, o Governo de Londres concedera autorização à *British South African Company* de Rhodes o direito de operar em Manica, no território dos Machonas e no vale do Zambeze acima de Zumbo²⁰⁸, áreas reclamadas por Portugal por prioridade de descoberta e onde Serpa Pinto, encabeçando uma expedição armada, ia obtendo vitórias militares que comprovavam a ocupação lusa do território, o que não agradava às missões escocesas, herdeiras dos ideais do mítico Livingstone, instaladas a norte do Zambeze na região do Niassa, as quais eram, por sua vez, protegidas por uma outra companhia diferente da *BSAC*, a *African Lakes Company*. Cercada a sul pelos portugueses e a leste pelos negreiros árabes e, para piorar a sua frágil situação, estando à beira da insolvência, a *African Lakes Company* vira-se para a *BSAC* em busca do auxílio que Rhodes prontamente prestaria. Simultaneamente:

Rhodes and his associates made no secret of their aim to incorporate into their empire the vast region [...] between the Zambezi and the Congo – that is Barotseland and the territory to the east. The timing was perfect. Lewanika, the Lozi chief, had appealed for protection against his enemies, the Ndebele. He was impressed by the way the Great Queen had protected his neighbour in Bechuanaland [...]. If the British did not intervene, clearly the Portuguese would expand into this unclaimed territory linking Mozambique and Angola²⁰⁹.

Entretanto, tendo havido confrontos entre as forças de Rhodes e as expedições portuguesas e quando os missionários escoceses do Lago Niassa apelam directamente à protecção do governo inglês contra a presença portuguesa na área, aquele reage instando

²⁰⁷ Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (2000), p. 47.

²⁰⁸ Promulgada por *Royal Charter*, a *British South African Company* ou, mais comumente, *BSAC*, tinha o direito de recrutar um exército privado, estabelecer tratados, promulgar leis, fazer prospecção de minérios, proceder a expropriações e aquisições de terrenos nos territórios mencionados sob o comando directo de Rhodes que, a fim de conseguir a aprovação régia da companhia e a sua credibilidade, convencera o cunhado do Príncipe de Gales, e outras figuras da nobreza, a sentar-se no conselho administrativo da mesma. Cf. Oliver Ransford, *The Rulers of Rhodesia. From Earliest Times to the Referendum*, John Murray, London, 1968, p. 189.

²⁰⁹ Thomas Pakenham, *The Scramble for Africa, 1876-1912*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1991, p. 387.

Portugal a retirar desses territórios ou a defrontar uma acção militar²¹⁰. Sem alternativas, Lisboa cede perante uma profunda consternação nacional. Como detalha Gervase Clarence-Smith:

É difícil exagerar a profunda humilhação que o ultimato inglês representou para todas as classes em Portugal. [...] O ultimato veio colocar o colonialismo no centro do discurso nacionalista durante quase um século, e fez nascer a ideia de que cada pedaço do território nacional era sagrado. E seria errado dizer-se que a resposta foi puramente emocional. Portugal estabelecera interesses comerciais na área perdida [...] mas mais importante ainda foi a perda do território que poderia ter transformado de facto o império africano no “novo Brasil”²¹¹.

Na verdade, o Ultimatum foi considerado um ultraje nacional, uma humilhação vil infligida por uma nação execrável que, como Antero de Quental proclamara, «por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de colónia britânica»²¹². Aliás, meia dúzia de anos volvidos sobre a afronta, o clima anti-britânico não se apaziaguara ainda completamente em Portugal, como o demonstra, por exemplo, o texto *Pátria* de Guerra Junqueiro em que o autor perspectiva um Portugal definhante que, tal espécie de súbdito britânico, vai perdendo o seu império ancestral, como se salienta na cena III da obra, na qual o monarca luso refere em voz alta ao ler o pergaminho contendo o Tratado de 20 de Agosto de 1890 com a Inglaterra, mediante o qual desabavam as pretensões portuguesas de um império transafricano unindo Angola a Moçambique patentes no Mapa Cor-de-Rosa:

«Eu, rei de Portugal, súbdito inglês, declaro
«Que à nobre Imperatriz das Índias e ao preclaro
«Lord Salisbury entrego os restos duma herança
«Que dum povo ficou à Casa de Bragança,
«Dando-me, em volta, a mim e ao príncipe da Beira

²¹⁰ Em rigor, o Ultimatum enviado pela Grã-Bretanha a Portugal e a confrontação entre Kitchener e Marchand em Fashoda oito anos depois foram as duas únicas ocasiões em que as potências envolvidas na corrida a África estiveram à beira de um conflito directo, sendo, ainda hoje, pouco claro o motivo pelo qual as divergências luso-britânicas não foram sanadas pela via negocial. Como Malyn Newitt esclarece: «Apresentar um ultimato que poderia ter redundado numa guerra [...] deverá qualificar-se como um dos erros mais crassos da política britânica do século XIX. Contudo, tratou-se de um acto de diplomacia arriscado, de que os Portugueses [...] se afastaram, que iria encorajar os Ingleses a desafiar a França [...] em Fashoda em 1898 e – fatalmente – usar da mesma táctica ameaçadora contra Kruger em 1899», Malyn Newitt, *Op. cit.*, p. 313. Como se sabe, a Guerra dos Boers decorreria entre 1899 e 1902, tendo as forças britânicas sofrido diversas baixas e inúmeros reveses.

²¹¹ Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, trad. de Maria João Pinto, Teorema, Lisboa, 1985, p. 88.

²¹² Antero de Quental, *Op. cit.* (2001), p. 26.

«A desonra, a abjecção, o trono ... e a Jarreteira.»
Cáspite! Um pouco forte... Ora adeus... uma história...
Chalaças... Devo a c'roa à rainha Vitória!²¹³

E na cena XII, o Rei, ainda a olhar para o pergaminho do Tratado com a Inglaterra, acrescenta, partilhando das ideias já anteriormente veiculadas por Antero, Eça ou Ramalho:

Vão-se os pretos! Adeus, pretangada e moirama!
Inda bem! [...]
Durmo esta noite como um odre. Para insónias
O remédio é mandar à tábua as colónias²¹⁴.

Escrevendo para *A Província* a 15 de Janeiro de 1890, isto é, imediatamente após a recepção do memorando britânico, Oliveira Martins revela: «De Norte a Sul, e desde a praia atlântica até os desvios remotos que defrontam com a Espanha, Portugal inteiro vibrou protestando contra a afronta cruel infligida por uma nação a que, mais por hábito do que por confiança, chamávamos a nossa aliada»²¹⁵, expondo, dessa feita, como o povo luso se sentiu ultrajado. E acrescentando, ademais que:

O orgulho britânico, impertinente e antipático, desencadeou um sentimento que tarde se apagará, se algum dia vier a esquecer a afronta brutal de que fomos vítimas. [...]

O *ultimatum* [...] foi um desses actos odiosamente brutais, que nem são das temeridades, nem dos arrojos, tantas vezes expiatórios da violência. Foi cobarde [...]; duplamente cobarde, por impor a lei da força a quem só podia invocar o direito, e por usar contra nós de uma astúcia felina²¹⁶.

Martins traça, assim, o perfil de uma nação hipócrita e ardilosa, brutal e, paradoxalmente, cobarde. O Outro é selvático e impõe a sua força a um Eu vulnerável, que reage através de um sentimento colérico a nível colectivo. E estes sentimentos ultrajantes que Portugal experimenta são benéficos para o país, pois «as nações, como os homens, avigoram-se pelo sacrifício e pela penitência. A glória e a honra ganham-se

²¹³ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Publicações Europa-América, Mem Martins, s. d. (1ª ed. 1896), p. 39. Sobre a relação entre este texto e a crise suscitada pelo Ultimatum, cf. Teresa Pinto Coelho, «Do Panfletário ao Místico: a *Pátria* e o Messianismo Político de Guerra Junqueiro», in *Op. cit.* (1996a), pp. 161-192.

²¹⁴ Guerra Junqueiro, *Op. cit.*, p. 88.

²¹⁵ *Op. cit.* (1953), p. 51.

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

à custa de sofrimentos e dores cruéis»²¹⁷. Martins apazigua o vexame que o Outro infligiu ao Eu tornando-o algo positivo que revigorará Portugal, o qual pode ripostar contra a arrogância inglesa. Assim, «o propósito firme de ir [...] cortando os vínculos de relações com um povo, ferozmente egoísta e descaradamente ingrato – nada mais racional, nem mais sensato, nem mais patriótico. Mas isso não é o desagravo pleno e satisfatório»²¹⁸. Ainda que aplauda a revolta que ocorre na pátria contra a Inglaterra, Martins deixa perceber que há outra maneira de Portugal fazer frente à humilhação imposta pela sua aliada cínica. Na sua óptica, um programa de desforra «tem como primeiro momento a restauração das forças vitais da Nação; tem como segundo o seu armamento; tem como terceiro e último a aliança espanhola»²¹⁹. De momento de crise nacional, o Ultimatum poderá ser o ponto de viragem para o fortalecimento do país, que terá de se reformar a nível económico, que se armará e que substituirá a nefanda aliança luso-britânica por uma aliança mais natural com Espanha, país vizinho e com muitas afinidades culturais e sociais com Portugal. Portanto, na opinião martiniana, o Outro hediondo pode propiciar o momento de regeneração de um Eu que acorda da sua dormência.

Depois de a onda revoltosa que abalou Portugal na sequência do Ultimatum ter acalmado um pouco, Ramalho Ortigão redigiria, em Outubro de 1890, o artigo «*Lord Salisbury e Correlativos Desgostos*», publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro no qual, já mais friamente, se refere aos efeitos do memorando remetido pelo Governo de Salisbury às autoridades portuguesas²²⁰:

O *ultimatum* de Lord Salisbury produziu [...] na sociedade portuguesa uma comoção geral [...]. Rebentaram os protestos mais unânimes e mais enérgicos. [...] Procissões populares encheram as ruas das principais cidades com os seus clamores patrióticos. [...] Suprimiram-se da publicidade os anúncios de mercadorias inglesas. [...] Pediu-se a abolição do ensino da língua inglesa nos cursos de instrução

²¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 54.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 55-56.

²¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 60-61.

²²⁰ Na verdade, a agitação suscitada pelo Ultimatum seria progressivamente aplacada, tendo aquele constituído, afinal, «o aproveitamento de um factor externo [...] para a resolução de questões de ordem interna – a “decadência” a que, segundo os republicanos, a monarquia conduzira o País, e que só a República poderia regenerar», Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês. Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, 1990, p. 153. Teresa Pinto Coelho também corrobora esta noção ao ressaltar que a imprensa republicana lusa, epitomizada pelos jornais *O Século* e *Os Debates*, aproveitaram o incidente do Ultimatum para dirigir uma campanha anti-monárquica que visava também o ataque à Aliança Luso-Britânica que pouco beneficiava Portugal. Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, «British and Portuguese Attitudes Towards the British Ultimatum of 1890», *The British Historical Society of Portugal – Twenty First Annual Report and Review 1994*, The British Historical Society of Portugal, Lisboa, 1994, p. 21.

secundária. [...] Abriu-se, finalmente, uma subscrição nacional em favor da defesa da pátria, e fundou-se no Pôrto a grande associação *Liga Patriótica*, a que foi presidir o ilustre escritor Antero de Quental (*JB*, pp. 308-309).

Ramalho dá conta da exaltação patriótica que tomou Portugal de assalto, uma vez que, subitamente, e como refere António José Saraiva, a nação levara «a pancada que nos chamou à realidade da nossa insignificância como potência europeia»²²¹. No entanto, ressalva que todo o clima anglófono gerado em Portugal pelo Ultimatum e todas as atitudes exaltadas daí emanadas são, na verdade, «episódios pueris» (*ibidem*) porque, como o próprio autor esclarecerá, não há motivos para o país temer a fúria da Grã-Bretanha. No mesmo artigo, Ramalho apoda a grosseria britânica que tiraniza todas as nações do mundo e coloca frente a frente a identidade lusa e a alteridade inglesa:

Desde que se declarou o conflito anglo-português [...], quantas vezes me tenho lembrado das palavras do barão de Cotegipe, pensando que de povo para povo o desdouro proveniente de um acto brutal só recai evidentemente sobre aquê de quem êsse acto procede, e nada mais incoerente, mais ilógico, mais absurdo do que considerar-se desonrada a nação portuguesa, porque o Sr. Salisbury [...] nos distinguiu com o mais eloqüente diploma em que podia afirmar-se [...] a adroíce, a impudência e a rusticidade do seu Govêrno (*ibidem*, pp. 293-294).

Salisbury e o seu governo representam a «rusticidade» de um povo recente em que o bárbaro ainda aflora e foi, precisamente, a brutalidade incontida do povo recente que atingiu Portugal. O Outro primevo arremessou a sua energia indomada contra um povo civilizado do Meridião e isso não deve desonrar os portugueses. Perante a agressão, Ramalho tenta apaziguar a afronta à identidade lusa com o primitivismo do Outro. Aliás, como o jornalista literário se adianta a esclarecer, revelando a sua opinião, a arrogância do Ultimatum nem deveria, sequer, surpreender os seus conterrâneos pelo simples facto de ser algo expectável nos ingleses. Portanto, «é a incontinente cobiça do alheio, é a cleptomania britânica, o que de repente nos espanta no trato da nação inglesa?» (*ibidem*, p. 301). Num povo frio, egoísta, mercantilista, de instintos primevos, o facto de o seu império ser conquistado pelo saque não é, ou não deveria ser, causa para admiração.

Consequentemente, uma vez que se explica, ou seja, se domestica, a estranheza do Outro e das suas atitudes de força pode cessar o receio que ele incute e, como

²²¹ *Op. cit.* (1990), p. 139.

Ramalho conclui: «A imprensa portuguesa poderia [...] sem graves inconvenientes históricos, repousar um momento do fatigante còro de diatribes com que tem sido apupada a pérfida Albion» (*ibidem*, p. 305). Ademais, o Eu pode aprender com a brutalidade de que foi vítima por parte do Outro, tal como Martins sustentava, porque «uma derrota não é um vexame, é uma lição, que sòmente desonra aquêles que a não sabem aproveitar para ensinamento de si mesmos» (*ibidem*, p. 315). Por conseguinte, a derrocada política que se seguiu ao Ultimatum «seria [...] a ocasião mais própria de proceder a uma renovação completa da política portuguesa» (*ibidem*, p. 313)²²². O Eu lucraria, afinal, com a afronta sofrida. Porém, como Ramalho lastima, «perdeu-se, desgraçadíssimamente, êsse momento culminante, talvez único, na evolução do nosso destino» (*ibidem*, p. 314) porque Portugal, em vez de reagir, olhou para o Outro como «uma nação hostil» e embarcou em «lamentações [...] descabidas e perfeitamente inúteis» (*ibidem*, pp. 314 e 315 respectivamente), conferindo o «triunfo manifesto e iniludível da fôrça bruta» (*ibidem*, p. 314) do Outro, quando não havia razão para tal, uma vez que, como o autor havia esclarecido, estas atitudes de sobrançeria eram expectáveis por parte de um povo de instintos primevos. Contudo, o mais importante ressalvar é que, uma vez que a Inglaterra é um «*parvenu*», como Ramalho anteriormente notara, que constantemente tenta mascarar a sua rusticidade através da educação e do trabalho, Portugal, nação de nobre linhagem, deveria seguir-lhe o exemplo. Portanto:

Uma ditadura de probidade, de economia e de trabalho [...] reformaria em poucos anos os costumes políticos e sociais e prepararia a desforra da Inglaterra pela fôrça, que nas nações, assim como nos indivíduos, não é senão um resultado do júizo e do trabalho (*ibidem*, pp. 326-327).

Ironicamente, a verdade é que Portugal só pode vencer o Outro se o imitar. Ramalho exorcisa o medo do Outro ao referir que o Eu pode aprender com o seu exemplo e ao dar a entender que o Ultimatum não é senão fruto de acções explicadas como inerentes a um povo moldado pelo clima frio e agreste da nação insular.

²²² A 16 de Setembro de 1890, Hintze Ribeiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, demitir-se-ia ante a hostilidade da oposição que se insurgia contra a redacção do tratado destinado a sanar o conflito luso-britânico, segundo a qual Portugal teria de pedir o “consentimento” da Inglaterra caso quisesse negociar os territórios ultramarinos que esta reconhecia como estando sob a esfera de influência lusa. No dia seguinte demitir-se-ia o próprio Primeiro-Ministro Serpa Pimentel. Cf. Richard J. Hammond, *Portugal and Africa, 1815-1910*, Stanford University Press, Stanford, 1966, p. 140. Somente em Junho de 1891 se ratificaria um tratado pondo cobro à disputa aberta pelo Ultimatum.

Ao manifestar-se contra o patriotismo excessivo e virulento que envenenava o país a propósito do Ultimatum, Ramalho replicava as ideias ecianas expostas na sua correspondência particular a Oliveira Martins²²³ e, mormente, nas páginas da *Revista de Portugal*. Na altura residente em França, logo assumindo uma posição distanciada, Eça de Queirós não se deixa contagiar pela onda clamorosa contra a Inglaterra. Ademais, tendo vivido naquele país e assistido aos prelúdios da corrida à África, é também «por isso que talvez não tenha sido apanhado de surpresa pelo Ultimatum»²²⁴. Escrevendo sob o pseudónimo de João Gomes²²⁵, o articulista ressalva que o coro anti-britânico que se ouve em Portugal torna-o uma nação à beira da insurreição e não uma nação que empreenda a sua regeneração. De facto, Eça não esconde que o grande sonho britânico é «a fundação dum grande Império Africano»²²⁶ e que «o povo duro que britanizou a Índia pode justificadamente conceber, e tentar mesmo, esta empresa portentosa»²²⁷. Deixando, desde logo, o leitor avisado para a dureza rácica britânica, pouco geradora de simpatias, o jornalista literário prossegue declarando que, nesta empreitada gigantesca, a Inglaterra teria, imperativamente, de deparar-se com alguns problemas. Um deles é o obstáculo apresentado por Portugal que «há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupara essa região de Mashona e essa região do Niassa»²²⁸, agora cobiçadas pela voracidade da Inglaterra. Todavia, «nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; - e o obstáculo foi transposto pelo Leão Britânico, com aquela simplicidade sobranceira como que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios»²²⁹. Para Eça, é certo que a Inglaterra alberga uma raça de instintos duros e arrogantes «mestra em colonização, e destruidora encartada das raças inferiores do globo»²³⁰, tratando-se, conseqüentemente, de uma nação odiosa. Porém, não é menos verdade, que para Portugal, «sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter

²²³ Eça, na verdade, pediria a Oliveira Martins para guiar a opinião pública portuguesa e serená-la através das colunas da *Revista de Portugal*. Constrangido por uma reacção anti-britânica que considera insensata e «de um cómico frio e fúnebre», Eça insta o amigo a tentar apaziguar os exaltados ânimos lusos. Como escreve: «Parece-me que Portugal está num mau momento – e (perdoa o jogo de palavras) seria talvez o bom momento para se fazer ouvir uma voz de bom senso e de verdade. Porque não levantas tu essa voz? [...] Eu, por mim, desejava *algumas linhas de esclarecimentos*: - e peço-tas para quando tenhas “vagar e papel de mais”», «Carta a Oliveira Martins. 28 de Janeiro de 1890», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), pp. 35-36. Itálico no original.

²²⁴ Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), p. 198.

²²⁵ Como Martins declinou o convite para escrever sobre o Ultimatum na *Revista de Portugal*, Eça tomara esse papel através do pseudónimo João Gomes. Cf. António José Saraiva, *Op. cit.* (1990), p. 141.

²²⁶ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1995), p. 69.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 70.

²²⁹ Idem, *ibidem*.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 71.

domínios»²³¹ e, por isso, a vaga clamorosa anti-britânica é inútil. Aliás, o autor, «apesar da crítica à Inglaterra, alerta para os perigos do patriotismo exacerbado e chama a atenção para os problemas socioeconómicos com que Portugal se debate»²³². O país poderia ter aproveitado as energias que argamassou contra a Inglaterra para se regenerar. Não o tendo conseguido, então «empregar o tempo a chamar a uma nação [...] nomes feios em prosa e verso – *pirata, ladra, infame, etc.*, - é uma puerilidade de fracos»²³³. Note-se, aliás, como Eça e Ramalho encaram a situação de desprezo pela Inglaterra como algo «pueril», isto é, socorrendo-se de um vocabulário idêntico. A cura para a afronta sofrida será, com efeito, detestar a Inglaterra, «mas que esse sentimento seja secundário na vasta obra que temos diante de nós, agora que acordámos»²³⁴. Martins, Eça e Ramalho consideram que o Ultimatum, reacção natural e expectável de uma nação odiosa, deve traduzir-se na oportunidade para que Portugal, maximizando as forças que encontrou para detestar a Inglaterra, reaja no sentido de se tornar um país forte e empreendedor. Assim, através do Outro, o Eu pode melhorar.

Aliás, já mais friamente, o próprio Antero declarava que o Ultimatum poderia ser o momento em que Portugal deveria emendar os seus erros²³⁵. Por outras palavras, no meio das vozes encolerizadas contra a Inglaterra, há um escol intelectual que considera que através da afronta cometida pelo Outro, o Eu poderia empreender a cura de alguns dos seus males. E, inclusivamente, como Ramalho refere, é até possível que Portugal progrida se imitar a sua rival de além-Mancha, ideia que também se poderá depreender das afirmações de Eça de Queirós que comenta que Portugal só entrará na senda do progresso se «fundar indústrias, [...] alargar a marinha de guerra, reorganizar o [...] exército» e, muito reveladoramente, «preparar, por meio da educação física, gerações que possuam o músculo, o vigor, a saúde e o poder de arrostar trabalhos – que a nós nos falta tão lamentavelmente»²³⁶.

Porém, não são apenas estes autores que consideram que Portugal pode tirar dividendos de um olhar atento sobre a Inglaterra no que se refere a questões imperiais. Batalha Reis, que, como sabemos, escreveu parte das suas «Revistas» num período pós-Ultimatum, oferece aos leitores o exemplo do Instituto Imperial com sede em Londres, cujo propósito é dar «a cada inglês a consciência completa da expansão e da obra da sua

²³¹ Idem, *ibidem*.

²³² Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), p. 195.

²³³ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1995), p. 76. Itálicos no original.

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 77.

²³⁵ Cf. António José Saraiva, *Op. cit.* (1990), pp. 142-143.

²³⁶ *Op. cit.* (1995), pp. 80-81.

raça, e a cada industrial ou negociante os elementos práticos para saber o que pode empreender, e com que probabilidades de êxito deve contar» (*RI*, p. 120). Sob este prisma, o império é entendido como uma empreitada metódica que deverá criar rendimentos e oportunidades que sirvam os interesses dos ingleses em particular e da Inglaterra no geral. Por conseguinte, no Instituto Imperial:

Comissões permanentes informarão [...] os industriais, os comerciantes, os naturalistas, os emigrantes. Os viajantes [...] serão aí instruídos, por professores especiais, não só na geografia e capacidades naturais dos países ultramarinos, mas na história, nos costumes, nas línguas dos povos que os habitam (*ibidem*).

Trata-se, mais uma vez, da primazia da educação na formação para o empreendimento imperial. Educados para abraçar a causa nacional e possuindo conhecimentos diversificados e abrangentes sobre as colónias e os seus domínios ultramarinos, os ingleses triunfam como imperialistas. Portanto, como o articulista salienta: «*Os povos do século XX são os povos ingleses.* [...] Por isso devemos, atentamente, segui-los nas suas ideias e nas suas acções» (*ibidem*. Itálicos originais). Ao referir-se ao Instituto Imperial que instrui para o império, Batalha Reis deixa transparecer, de certa forma, a apatia generalizada do público português que se esquece das colónias só se lembrando delas em momentos de crise. Num artigo publicado em *O Comércio do Porto* a 1 de Julho de 1893, intitulado «A Descoberta do Mundo. O que se Ignora no Mundo em 1893», este autor ressalva que o problema português não é a falta de investimento nas colónias; é, inversamente, a falta de divulgação das acções que se empreendem, o que, por sua vez, leva ao desinteresse do público pela temática imperial. Deste modo:

Mesmo quando os exploradores são pessoalmente conhecidos, o público de raça portuguesa apenas possui das suas obras, por uma só vez rapidamente indicados [*sic*] em algum jornal, uma vaga noção, que, por não ser constantemente seguida de assuntos semelhantes, tende a desaparecer das memórias.

[...]

E os portugueses, que por tantos anos, e tão inicialmente e tão largamente *fizeram geografia*, parece haverem deixado de interessar-se até mesmo pela história das investigações geográficas²³⁷.

²³⁷ *Op. cit.* (1941), pp. 85-86. Itálico do autor.

Olhando para o Outro e comparando-o com o Eu, o que se nota é que em Inglaterra o império nunca cai no esquecimento porque o público é constantemente informado do que ocorre dentro das suas fronteiras e permanentemente educado para o serviço imperial e para os benefícios que daí pode obter. Em Portugal, muito pelo contrário, o que sucede é que nem sequer se sabe nada da geografia das colónias, algo que fere de perto as susceptibilidades batalheanas. E, na última década de Oitocentos, é sobretudo África que é desconhecida dos portugueses, essa «vaga África» de que se dá conta no romance eciano *A Ilustre Casa de Ramires* (1900)²³⁸. No entanto, importa salientar que, neste romance, através da inclusão de África, Eça «advoga o desenvolvimento interno por oposição à expansão colonial»²³⁹, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, «outros indícios, habilmente camuflados conduzem [...] à aventura africana»²⁴⁰. Curiosamente, um dos raríssimos exemplos projectados da imagem literária de África nos finais do século XIX em Portugal é importado de Inglaterra. Trata-se da tradução de *King Solomon's Mines* (1885) de Rider Haggard, a qual é, discutivelmente, atribuída a Eça de Queirós²⁴¹.

Com efeito, entre Outubro de 1889 e Junho de 1890 a *Revista de Portugal* publicaria uma tradução portuguesa de *King Solomon's Mines - As Minas de Salomão* -, a qual seria dada à estampa em forma de volume no ano de 1891 pela editora portuense Chardron. Ora, por detrás do revelar ao público luso a obra-prima de Rider Haggard estava um certo cônsul português, que em 1888 se mudara para Paris, e que, supunha-se, fora responsável pela tradução: Eça de Queirós. No entanto, ainda que subsista, nos dias de hoje, a dúvida relativamente ao punho que terá assinado a tradução em questão, resta a certeza de que Eça terá revisto, efectivamente, o texto traduzido, acrescentando-lhe um cunho tão distintivamente pessoal que a obra «se torna perfeitamente

²³⁸ Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, edição de Elena Losada Soler, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1999, p. 445. De facto, os quatro anos que a personagem principal do romance vive em África traduzem-se num hiato temporal na narrativa. O capítulo XI da obra termina com a explicação que «Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente, arranjava a concessão dum vasto prazo em Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de Junho no paquete *Portugal*, com o Bento, para a África», *ibidem*, p. 443. No capítulo seguinte, e último, Gonçalo regressa do continente.

²³⁹ Teresa Pinto Coelho, *Op. cit.* (1996a), p. 244.

²⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 246. Teresa Pinto Coelho sustenta que a viagem de Gonçalo a África pode ser entendida como uma crítica ao sistema político e uma fuga da personagem «para fora do corrupto mundo lisboeta», *ibidem*, p. 248. Para maiores esclarecimentos quanto à pertinência do tema africano em *A Ilustre Casa de Ramires*, cf. o capítulo «*A Ilustre Casa de Ramires* e a Questão Africana. Entre a História e o Mito», in *ibidem*, pp. 193-264.

²⁴¹ Para uma visão geral e sucinta relativa à autoria queirosiana da tradução de *King Solomon's Mines*, cf. Américo Guerreiro de Sousa, «*As Minas de Salomão* de Eça de Queiroz», in A. Campos Matos, *Op. cit.* (1993), pp. 590-593.

queirosiana, pelo acrescento do adjetivo, do advérbio, da redundância, da reiteração e do uso de pontos de exclamação e reticências a condizer com um voluntário exagero caricatural tanto das personagens como das situações»²⁴². Não obstante a polémica suscitada em redor da autoria da tradução de *As Minas de Salomão*, a verdade é que Eça, apologista da literatura de aventuras e crítico da sua ausência na pátria lusitana, ajudou o romance de império a atravessar o Canal da Mancha e a chegar a Portugal. Daí que, em carta a Luís de Magalhães, datada de 18 de Setembro de 1891, revele bem a importância de dar a conhecer a obra de Haggard:

Mostrar a um público, que tudo ignora, algumas das obras-primas da Literatura inglesa, alemã, espanhola, etc., é, penso, um serviço de educação. [...] Estou convencido que um romance estrangeiro bem escolhido, bem traduzido e curto, teria sucesso. As *Minas* foram um dos *clous* da *Revista*²⁴³.

Porém, o envolvimento eciano com esta obra de Haggard não se esgota na sua tradução/adaptação, nem tão pouco no seu genuíno enaltecimento, como o autor esclarecia Luís de Magalhães. Na verdade, quando, em *A Ilustre Casa*, Gonçalo Ramires decide ir para África fá-lo influenciado, precisamente, pela leitura de *King Solomon's Mines*. Mais de uma década depois de se ter referido apologeticamente, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, aos livros de aventuras que fortaleciam as jovens gerações de ingleses para a causa imperial, o romancista entrelaça a obra de Haggard com *A Ilustre Casa* pois, como constata Teresa Pinto Coelho, «pretendia focar a questão colonial», mormente porque «não aprova a política de expansão colonial seguida pelo Governo»²⁴⁴. Simultaneamente, escolhe este livro em particular por estar a par da sua enorme popularidade em Inglaterra, «quer através de uma leitura directa quer através das numerosas recensões críticas publicadas em jornais e revistas como é o caso do *Spectator*, a *Saturday Review* ou a *Vanity Fair*»²⁴⁵. Mediante uma trama bem urdida, Eça propõe a leitura de *King Solomon's Mines*, o romance em que três heróis ingleses chegam a África, ultrapassam todas as dificuldades climáticas, todos os obstáculos topográficos, salvam nativos, arriscam a vida em lutas pela justiça, empreendem

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 591.

²⁴³ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1983, 2º vol.), p. 183.

²⁴⁴ Maria Teresa Coelho, «Eça de Queirós e Rider Haggard», in *Separata das Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Associação Internacional de Lusitanistas, Coimbra, 1992, pp. 278 e 281. A respeito da relação entre *As Minas de Salomão* e *A Ilustre Casa de Ramires*, cf., ainda, idem, *Op. cit.* (1996a), pp. 249-257.

²⁴⁵ Idem, «*As Minas de Salomão* e *A Ilustre Casa de Ramires*. O Mito do Paraíso», in A. Campos Matos, *Op. cit.* (1993), p. 594.

caçadas a animais ferozes e, ainda, arrecadam tesouros, para realizar um contraste com a fraqueza de Gonçalo que, «ao contrário dos heróis de Haggard, não é porta-voz de uma política de império mas o produto acabado da decadência pátria, o “vencido”»²⁴⁶.

Assim, novamente, Eça reitera críticas ao seu país natal, uma vez que, enquanto em Inglaterra há todo um manancial de histórias másculas e instrutivas, «stories of derring-do, of British heroism and triumphs in distant parts of the world, [which] provided the “energising myth” of the late Victorian empire»²⁴⁷, em Portugal descura-se o império. Por isso, através da breve conexão *King Solomon's Mines/A Ilustre Casa de Ramires* «é até possível que Eça queira dizer que a noção das colónias é nula entre os portugueses»²⁴⁸. E, por conseguinte, o escritor-viajante usou um exemplo da literatura de império para, através do país em que residira entre 1874 e 1888, falar da sua pátria. Ou seja, na Velha Albion «the stories the nation told its children as they went to sleep, helped to colour future responses and shape future values»²⁴⁹; em Portugal, ao invés, dormitava-se, não se prestando a devida atenção nem à educação das crianças, nem ao império ultramarino.

Portanto, o que se depreende é que a mente colectiva lusa só desperta para África em alturas de alterações sérias com o Leão Britânico, ou quando a atenção das potências europeias se concentra avidamente na partilha do continente. De outro modo, África é uma entidade esquecida, ou como revela Gouveia, outra das personagens de *A Ilustre Casa de Ramires*:

Eu não acredito nesses prazos... nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, [...] a África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda dum tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, [...] só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender²⁵⁰.

Naturalmente que, relativamente à temática da África portuguesa, há sempre vozes, como a de Gracinha, a irmã de Gonçalo, que se elevam em defesa da sua manutenção enquanto baluarte de um passado glorioso, como se nota no diálogo entre esta e Gouveia:

²⁴⁶ Idem, in *Separata das Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, p. 284.

²⁴⁷ C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 57.

²⁴⁸ Maria Teresa Pinto Coelho, in *Separata das Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, p. 284.

²⁴⁹ C. C. Eldridge, *Op. cit.* (1996), p. 57.

²⁵⁰ Eça de Queirós, *Op. cit.* (1999), p. 451.

- O quê! vender o que tanto custou a ganhar, com tantos trabalhos no mar, tanta perda de vida e fazenda?!

O administrador protestou logo, com calor, já enristado para a controvérsia:

- Quais trabalhos, minha senhora? Era desembarcar ali na areia, plantar umas cruces de pau, atirar uns safanões aos pretos... Essas glórias de África são balelas²⁵¹.

No entanto, a discussão queda-se por ali e África, como habitualmente, continua esquecida²⁵². Aliás, ainda que África seja, por diversas vezes, mencionada neste romance, o leitor nunca a chega a visualizar, nada sabendo dela²⁵³. Ademais, no *corpus* em análise, mormente nos textos eciano e batalheano, isto é, aqueles que mais directamente focam a temática do imperialismo, vemos que constantemente se ataca o colonialismo britânico, selvagem e desenfreado. Contudo, pouco ou nada se diz dos desígnios imperialistas portugueses. É em *As Farpas* que se pode aceder aos comentários de Eça e de Ramalho a este respeito. No entanto, numa altura em que, crescentemente, Portugal e a Grã-Bretanha se assumiam como competidores em solo africano, os artigos que os autores remetiam para a imprensa a propósito do imperialismo britânico não reflectem a realidade lusa. O Eu é, pois, espelhado na ausência. E, na verdade, o Portugal oitocentista ignora a África, não havendo, por conseguinte, lugar à comparação directa. Poderíamos dizer, inclusivamente, que o excesso do Outro permite observar a inexistência do Eu. Assim sendo, o Outro efectiva, afinal, e como sempre, o acesso a uma percepção do Eu.

Os ingleses, por sua vez, estão muito bem informados sobre todos os assuntos africanos e sobre os interesses e movimentações da sua nação nesse continente. Contudo, se bem que o expansionismo britânico em África atinja proporções ciclópicas no final de Oitocentos, é igualmente verdade que a expansão territorial é cada vez mais difícil. Se Eça dava conta de uma anexação pacífica do Transval, em Fevereiro de 1896, Batalha Reis salienta os reveses pelos quais a interferência britânica nos assuntos transvalianos tem de passar. De facto, devido às riquezas minerais abundantes, os

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 452.

²⁵² Como refere Elena Losada Soler, entre a versão de 1897 e a de 1900 de *A Ilustre Casa de Ramires* a maior diferença é «a inclusão da matéria africana [...]. Nalguns casos esta inclusão produz-se modificando pequenos elementos do texto anterior, noutros – a maioria – África é introduzida no texto prévio como uma nova secção inteira, de extensão variável entre um parágrafo e várias páginas», Elena Losada Soler, «Introdução», in idem, *ibidem*, p. 33.

²⁵³ Cf. Teresa Pinto Coelho, «*A Ilustre Casa de Ramires* e a Questão Africana. Entre a História e o Mito» in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org e ed.), *Op. cit.*, p. 415. De lembrar, ainda, que «a África de *A Ilustre Casa* não constitui um libelo pró-colonialista», idem, *ibidem*, p. 417.

ingleses cobiçam o Transval para onde acorreram, «como correm para toda a parte, rápidos e serenos, frios e inquebrantáveis, limitados e irresistíveis. Levaram os seus músculos e os seus capitais, os seus jogos e as suas famílias, a sua linha nítida de ideais simples e realizáveis» (*ibidem*, p. 219). O Outro inglês é o usurpador frio e calculista, um organismo alienígena talhado para o império e para a asfixia de outros povos, multiplicando-se «como só multiplicam no mundo os cogumelos, os micróbios, os insectos e os chineses» (*ibidem*, p. 220). Consequentemente, como alvitra Batalha, «dentro em pouco os ingleses serão mais numerosos no Transval que os transvalianos» (*ibidem*). Contudo, há um reverso desta situação. Lembrando-se da anexação de 1877, Batalha explica:

Um momento, como se sabe, os *boers* foram *aparentemente* conquistados pelos ingleses. Mas lutaram, venceram uma grande batalha (Majuba Hill) e ficaram sob um protectorado, do qual, para ter completa independência, apenas falta o poderem fazer, com potências estrangeiras, tratados que não precisem de aprovação do governo inglês (*ibidem*. Itálico nosso).

Mediante recurso a um advérbio de modo, Batalha ressalva que os ingleses não conseguiram aniquilar os boers do Transval que, ainda que tivessem aceite a anexação num momento delicado em que se viam ameaçados pelos tremendos exércitos zulus, conseguiram revoltar-se contra os invasores e derrotá-los em confronto militar directo. Na realidade, a vitória boer na batalha de Majuba Hill em 1881 tornar-se-ia num dos episódios mais vexatórios e dolorosos da história do imperialismo britânico. Como Denis Judd esclarece:

The Battle of Majuba Hill became a byword for British incompetence and Boer military accomplishment. It rewrote a chapter of South African history, forcing the Gladstone government [...] to restore independence to the Transvaal. It also convinced Afrikaans-speaking people [...] that, in the last resort, the vastly superior resources of the British military machine could be scorned, defied, and ultimately defeated²⁵⁴.

Num país recentemente fustigado pela arrogância do Leão Britânico, focar a derrota inglesa face a um povo de agricultores mal armados e sem prática militar dava a

²⁵⁴ Denis Judd, *Op. cit.*, p. 105. A título ilustrativo, salienta-se que, da batalha de Majuba Hill, resultou a perda de noventa e três vidas britânicas, incluindo a do próprio General *Sir* George Pomeroy Colley que comandava a operação, contra duas baixas boers, e que, entre o número de feridos, se contaram cento e trinta e três da Grã-Bretanha e cinco por parte das forças do Transval, o que demonstra bem a pesada derrota sofrida pelo exército britânico. Cf. *idem*, *ibidem*, p. 104.

noção de que a Grã-Bretanha não era o colosso invencível que Portugal temia. Na mesma óptica, Batalha Reis prossegue na ilustração do exemplo boer ressaltando que os colonos ingleses do Transval «querem uma parte no governo da República, querem ter direito a votar e a serem votados como membros do Parlamento». E, por conseguinte, «no dia em que eles [...] tiverem voto no governo do Transval, só eles governarão o estado» (*ibidem*). Todavia, contrariamente ao governo luso, que cede face à ameaça britânica, «os *boers*, sabendo tudo isto, não têm querido fazer-lhes as concessões políticas que eles exigem» (*ibidem*). E assim se mostra, novamente, como um pequeno povo consegue fazer frente à extraordinária Inglaterra, tal gigante com pés de barro, e vencê-la. Ademais, a fim de exorcisar ainda mais os receios causados pela nossa velha, contudo cínica, aliada, Batalha revela que até a imponente *BSAC* de Cecil Rhodes, que desempenhara um papel importante no despoletar do Ultimatum de 1890, não é incólume à decadência.

Denegrindo a imagem da Companhia e apresentando-a como um dos produtos naturais do carácter rácico inglês, o articulista salienta que, de facto, para a *BSAC*, reflexo da megalomania do seu criador, «não há escrúpulos legais, não há tratados – há apenas o princípio da força e a sua aplicação incansável» (*ibidem*). Porém, também esta companhia pode ser derrotada, como Batalha se apressa a revelar através do exemplo de outro episódio humilhante do imperialismo britânico na África Meridional que ficaria conhecido para a posteridade como *The Jameson Raid*. Com efeito, a 29 de Dezembro de 1895, o médico e amigo pessoal de Rhodes e, simultaneamente, um dos administradores da *BSAC*, Leander Starr Jameson, invadiria o Transval à frente de um contingente armado que hasteava a *Union Jack* para, supostamente, debelar uma rebelião que nunca ocorreria. Prontamente suprimida pelos boers, esta invasão implicava, aos olhos da república encabeçada pelo Presidente Kruger e na esfera internacional, a conivência do governo inglês e do então Ministro das Colónias, Joseph Chamberlain, que, apesar de negar o envolvimento de Whitehall, não conseguiria afastar cabalmente as suspeitas, nem mesmo face aos seus compatriotas. Portanto:

To all intents and purposes Britain was implicated in a squalid conspiracy against a foreign state. [...] The result of the Jameson Raid was the complete opposite of what had been intended. Instead of weakening Kruger it strengthened him; instead of persuading him to compromise it made him more intransigent²⁵⁵.

²⁵⁵ Bernard Porter, *Op. cit.*, p. 175.

Perante o ataque, o valor das acções da *BSAC* estava ameaçado e começava a aventar-se a hipótese de uma guerra entre a Grã-Bretanha e os estados boers, a qual se desencadearia, efectivamente, em 1899. Batalha não perde, pois, a oportunidade de se referir a mais este desaire da política expansionista britânica. Insistindo na teoria do envolvimento do governo de Londres revela:

Setecentos homens ao serviço da South African Company, comandados por oficiais superiores do exército inglês e dirigidos pelo Dr. Jameson, administrador da mesma companhia, resolveram [...] fazer a conquista definitiva do Transval.

E partiram, e encontraram os *boers* que os derrotaram, matando uns e aprisionando outros.

Julgados por um conselho de guerra em Pretória, só podiam ser-lhes aplicadas as leis que rezam de salteadores, ou flibusteiros, ou piratas – pois não há nenhuma outra classificação possível para o acto que eles praticaram. Por essas leis eles foram condenados à morte (*ibidem*, pp. 220-221).

Por outras palavras, o que Jaime Batalha Reis declara é que o império britânico se expande através de acções de pirataria e rapina, as quais são sancionadas pelo governo da metrópole e efectivadas pelo braço armado da *BSAC*. Caso contrário, não participariam oficiais do exército. Contudo, desta vez, a companhia de Rhodes foi humilhada e os seus agentes condenados pela justiça de um estado soberano, o que demonstra que o Leão Britânico não é um titã invencível. Ademais, como nação hipócrita, a própria Inglaterra apressa-se a descartar qualquer cumplicidade na incursão armada ao Transval e, por isso, tanto o Governo como a *BSAC* declararam «que o Dr. Jameson e os seus companheiros haviam entrado como salteadores na casa alheia» (*ibidem*, p. 221). Porém, como questiona Batalha, «enquanto [...] isto se passava nas regiões oficiais de Inglaterra, [...] sob as pontarias assestadas das outras nações, o que fazia a nação inglesa?» (*ibidem*). A resposta adivinha-se simples, se não se esquecer o carácter dúplice e cínico da raça:

A nação inglesa proclamava pela boca dos seus jornais [...] e pelo sentimento mais genuíno de todos os ingleses, cuja unanimidade a este respeito sente quem vive em Inglaterra – que o Dr. Jameson é um dos grandes heróis da raça, como Nelson ou Gordon. [...]

O Dr. Jameson e os seus companheiros foram condenados à morte pelos juízes do Transval, mas entregues às justiças da Inglaterra. Desses condenados por crimes reconhecidos pelo governo inglês, a nação inglesa vai fazer heróis [...].

Condenar esses homens seria – por parte da Inglaterra – um acto de suicídio: eles pensaram e obraram como toda a sua raça pensa e como toda a sua obra, quando pode, em todas as partes do mundo (*ibidem*, pp. 221-222).

Certificando a legitimidade das suas ilações, por reiterar a sua condição de residente na Velha Albion, Batalha explica que, sob o olhar perscrutante das outras nações, a Inglaterra condena os actos do Dr. Jameson num país alheio. No entanto, o que os ingleses sentem genuinamente é admiração pela ousadia de se tentar a conquista militar do Transval, pois tal atitude é consonante com o espírito expansivo da raça que, sempre inquieta e insatisfeita, se tenta apoderar de todos os quinhões do globo. Consequentemente, a imagem da Inglaterra é, mais uma vez, colorida negativamente. Tudo o que interessa a este Outro é o império e, por isso, se fazem ultimatós a Portugal e se empreendem conquistas militares, embora, e cada vez mais acentuadamente, a Inglaterra vá dando mostras de exaustão.

Não se trata somente dos actos falhados da *British South African Company*, da bem sucedida rebelião boer ou das potências que começam a obstar à hegemonia britânica. A própria Grã-Bretanha é uma nação vulnerável que «recebe dos países estrangeiros a maior parte das substâncias que servem à alimentação dos seus habitantes» (*ibidem*, p. 130) e, a fim de fragilizar ainda mais esta situação, sendo o país «uma ilha, uma guerra, que não permitisse a entrada nela dessas substâncias, reduziria rapidamente [...] à fome, os seus habitantes» (*ibidem*). Este ponto fraco é, segundo Batalha, negligenciado pelos governos estrangeiros «que tratam com o governo britânico, e que tantas vezes sem necessidade lhe cedem» (*ibidem*), como foi o caso do governo luso. É por rezear a hecatombe, sabendo da sua dependência face ao estrangeiro, que a Inglaterra investe tanto na marinha, «destinada a tornar impossível um bloqueio e a conservar livres as comunicações» (*ibidem*). Por conseguinte, ainda que se trate de uma marinha «esplêndida [...], é também infinito o campo onde ela tem de proteger interesses em todos os mares do mundo» (*ibidem*, p. 131). Dito de modo diverso, a imponência da marinha britânica é a razão principal da sua vulnerabilidade.

A realidade é que a marinha, sustentáculo primordial do império e da força da Inglaterra, já se encontra em declínio. Se Eça se referia aos monstros de ferro que desembarcavam exércitos invasores, Batalha dá conta do naufrágio de navios ingleses, precisamente nas águas do Oriente que a Inglaterra tanto se empenhava em conquistar. Com efeito, ironicamente, um dos vasos de guerra que se afunda «era uma das mais

completas máquinas de destruição das marinhas do mundo» (*ibidem*, p. 135). Num dia trágico para a marinha de além-Mancha:

O *Vitória*, mergulhando a proa e erguendo-se verticalmente, [...] entrou profundamente nas oitenta braças de abismo sobre que navegava.

As caldeiras rebentaram no fundo, as águas repuxaram até ao alto tábuas, ferros, cadáveres fragmentados – tudo isto sucedeu em 12 minutos – e tudo logo serenou no espelho do mar luminoso do Oriente que a brisa enrugava de leve (*ibidem*, p. 134).

Atente-se no simbolismo do nome deste navio deglutido pelas profundezas abissais do Oriente Outro, as quais reclamaram também as vidas de «vinte e dois oficiais e 336 marinheiros», entre os quais «havia sete guardas-marinha, ainda crianças, a futura esperança da marinha inglesa» (*ibidem*). Portanto, o império começa a apresentar a sua factura e o Outro oriental não é a entidade passiva que se deixa apoderar facilmente. Se Londres assenta sobre o abismo tenebroso da miséria, também o império navega sobre abismos perigosos e profundos, o que empresta maior consistência à noção de que a Inglaterra é, efectivamente, um país que caminha à beira do abismo, podendo, a qualquer momento, cair. Portanto, como constata Batalha, dando conta de outro naufrágio recente:

A perda do *Vitória* na costa da Síria, tão pouco tempo depois da perda do *Howe* na costa de Espanha, faz reflectir os ingleses.

Não sabem os homens manejar estas terríveis armas, ou não são esses monstruosos abortos realmente viáveis?

Os centos de vidas destruídas e os milhões de libras perdidas vão, esperemo-lo, fazer reflectir, para lição e bem de todos, a prática Inglaterra (*ibidem*, p. 136).

De armada invencível, a marinha apresentada por Batalha passa a colosso frágil que naufraga em mares estrangeiros. Aliás, na viragem da centúria incrementam-se as dúvidas e as incertezas quanto à potência da marinha inglesa, sobretudo quando comparada, por exemplo, com a *Hochseeflotte* alemã que, criada à imagem da sua rival saxónica²⁵⁶, ameaçava seriamente a supremacia naval britânica²⁵⁷. Portanto, quando, em

²⁵⁶ Curiosamente, o interesse pela marinha nascera no *Kaiser* Wilhelm II devido aos longos passeios que dava em criança pelas docas da Grã-Bretanha com os seus tios durante as férias de Verão passadas no palácio de Osborne, propriedade da avó materna, Victoria. Cf. Peter Padfield, *The Great Naval Race. The Anglo-German Naval Rivalry, 1900-1914*, Hart-Davis, MacGibbon, London, 1974, p. 31. Posteriormente, o objectivo dos grandes investimentos públicos na marinha alemã levados a cabo pelo *Reichsmarineamt*

1900, o Governo alemão aprova a Segunda Lei Naval, as esferas políticas e militares britânicas inquietam-se justificadamente quanto ao «potencial perigo de uma poderosa armada concentrada a poucas horas de distância das suas costas»²⁵⁸. A marinha deixava, por conseguinte, de ser entendida sob uma óptica de invencibilidade para começar a ser encarada sob o prisma das suas deficiências, como Batalha ressaltava perspicazmente.

Similarmente, Oliveira Martins também dá conta de uma marinha britânica que se verga sob o peso incomensurável da sua imponência. Desta feita, «todas as marinhas, de todas as nações do mundo, somadas, não chegam à soma da inglesa, que embarca um exército de duzentos e cinquenta mil homens» (IH, p. 124). A marinha é, com efeito, absolutamente necessária a um povo peregrinante e expansivo, pois é ela que lhe permite sair da sua ilha nebulosa e fria e criar o seu gigantesco império. Assim:

A Inglaterra é a nau almirante da esquadra infinita de navios que em todos os mares do mundo, vão, vêm, à vela, a vapor, transportando duas terças partes dos fretes do comércio universal. Singular destino, extravagante império flutuante, em permanente viagem! Formigueiro imenso de barcos e gente, enleando o mundo inteiro na urdidura cerada do traçado das suas viagens (*ibidem*).

Na verdade, como Voltaire já notara na «Dixième Lettre» das *Lettres Philosophiques*, intitulada «Sur le Commerce»: «Les Anglais sont les maîtres des mers»²⁵⁹. A marinha era o veículo e o garante da hegemonia comercial da Grã-Bretanha no plano internacional. Nos finais do século XIX, porém, a imagem de uma marinha forte que transporta o império e sustenta a actividade comercial tem um reverso decadente, uma vez que, como destaca Martins, «as frotas inglesas são já de mais» (*ibidem*, p. 125). Esta multiplicação excessiva acarreta consequências negativas e, deste modo: «É sensível a crise da indústria de armação de navios. O frete está aviltado. Esquadras enferrujam-se ancoradas nos portos» (*ibidem*). Portanto, o que o autor

de Tirpitz não pressupunha um confronto directo com as esquadras britânicas. Contudo, «his immediate goal was to build up a battle fleet so that [...] it would represent a *political* power factor which England could not ignore», idem, *ibidem*, p. 41. Itálico no original.

²⁵⁷ De facto, até ao irromper da I Guerra Mundial a Grã-Bretanha e a Alemanha envolver-se-iam numa declarada e feroz competição naval. O governo teutónico promulgaria diversas leis visando o aumento da frota do seu país no intuito de «dispôr de um instrumento de pressão e de ameaça constante às águas e costas da Grã-Bretanha. Segundo esta lógica estratégica, os britânicos seriam obrigados a concentrar a sua força naval em águas nacionais, deixando o caminho livre para que a Alemanha pudesse depois intervir à escala mundial», António Manuel Bernardo Lopes, «Os Outros Saxões. Imagens da Alemanha na Literatura Popular Eduardiana», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 33.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 35.

²⁵⁹ *Op. cit.*, p. 66.

conclui é que «Briareu, com [...] os seus milhões de braços dominando os titãs do mar, coroando a Britânia, exagerou a sua força...» (*ibidem*). Séculos antes, Portugal padecera do mesmo mal, isto é, possuía uma frota desmedida ao serviço do império oriental que, na sua megalomania, navegava ao encontro da tragédia. Assim:

A abundância da pimenta e uma economia mal entendida tinham exagerado as dimensões dos navios, ainda por cima agravada pelo excesso das cargas. [...] Os navios, [...] de muito porão, e, por cima de tudo abarrotados, não obedeciam ao leme, e eram ronceiros... Verdade seja dita, [...] cada um desses navios parecia um reino! Armavam peças de vinte toneladas de peso e calavam mais de dez braços²⁶⁰.

O resultado deste exagero era que «tudo se desmoronava de um modo simples e rápido. As esquadras perdiam-se inteiras»²⁶¹. Tal como Batalha vê nos naufrágios de navios ingleses a premonição dos males do império britânico, Oliveira Martins observara o mesmo relativamente ao Portugal imperial quinhentista e ressaltava que ao zénite da expansão britânica também corresponderia a decadência da marinha. Trata-se, portanto, da teoria organicista tão propalada pelo ideário martiniano, segundo a qual o apogeu traz consigo o início do declínio.

Ademais, a marinha britânica é também uma entidade dúplice. Se, por um lado, é responsável por exportar os ingleses para os territórios do(s) Outro(s), no número exorbitante de «duzentas mil cabeças por ano» (*ibidem*, p. 131), por outro, permite que o Outro estrangeiro penetre na pátria saxónica. Abismado pelo espectáculo exótico e estranho que observa nas docas londrinas, Oliveira Martins comenta:

Aquilo que o fumo deixa ver, é uma teia colossal de aranhas monstruosas, desenhada no ar espesso pelas vergas e cordagens dos navios infinitos, que vão, ou vêm, dos confins mais divergentes do mundo: do Cabo, de Nova-York, de Buenos Aires, ou de S. Francisco, de Melbourne, de Hong-Kong, ou de Cantão (*ibidem*, p. 127).

Por isso, olhando, depois, para a Agulha de Cleópatra nas imediações, este viajante julga estar em Alexandria. Através de um discurso em que, novamente, se reiteram imagens associadas ao monstruoso e gigantesco, Martins deixa-nos pressentir a invasão do Outro ao coração da metrópole. Marinha e império, entidades complementares, uma não existindo sem o outro e vice-versa, representam

²⁶⁰ Oliveira Martins, *Op. cit.* (1991), pp. 225-226.

²⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 230.

simultaneamente a máxima pujança da Inglaterra e as fontes da sua contaminação e decadência.

Na verdade, a opinião martianiana em relação à temática imperial sempre foi muito negativa. Já na Antiguidade, a partir do momento em que ocorre «a expansão mediterrânica, Roma deixou de ser uma França para ser uma Inglaterra»²⁶², isto é, uma potência de rapina que atinge a plenitude do seu desenvolvimento para começar a definhar de seguida. E, no que diz respeito ao caso luso, «a Expansão desenvolvera um modo de vida parasita, dispersara os Portugueses pelo mundo e arruinara o aparelho produtivo nacional»²⁶³. O Livro Quinto da *História de Portugal* martiniana, reveladoramente intitulado «A Catástrofe», centra-se na empreitada sebastiânica que trará ao país «as consequências fatais da projectada conquista de África»²⁶⁴, depois do desaire sofrido com o império oriental indiano e antes do desvario provocado pelo ouro brasileiro, enquadrado no Livro Sexto, denominado «A Decomposição». Portanto, para Martins, as colónias são associadas à decadência portuguesa e à origem do amolecimento luso e da corrupção do povo. Criticando o império americano como fizera a propósito do oriental, o historiador revela que, nos finais do século XVII:

Lisboa era mais a metrópole de um vasto império ultramarino, do que a capital de um reino europeu. Portugal via-se outra vez o alfoz da sua bela cidade que o devorava. O destino marítimo da nação, criado pelo seu porto magnífico, numa das fronteiras do mundo, condenava-se a sofrer as duras consequências de uma grandeza singular²⁶⁵.

No século XIX, também a macrocefalia londrina tornará a Inglaterra refém da sua capital orientalizada e Outra. E o império tentacular e monstruoso enfrenta o colapso devido à sua magnitude.

Planeado metódica e cientificamente, como, aliás, Eça e Batalha salientavam, o império britânico apoiava-se, para a sua expansão bem sucedida, em «inúmeros mapas, almanaques, guias, anuários, reportórios, [...] cordilheiras de factos acumulados [...], com o fim de organizar a subtracção da medula do mundo, onde quer que exista um pedaço de riqueza a sorver» (*ibidem*, p. 114). Trata-se, portanto, da informação

²⁶² Rui Manuel Monteiro Lopes Ramos, «Tristes Conquistas. A Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840-c. 1970)», Tese de Provas de Acesso a Investigador Auxiliar, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 43.

²⁶³ Carlos Maurício, *Op. cit.*, p. 42.

²⁶⁴ Oliveira Martins, *Op. cit.* (1991), p. 266.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 333.

objectiva ao serviço de um império que suga e se apropria de tudo o que lhe possa trazer alguma sorte de benefício. E esta mentalidade é inculcada, desde cedo, nas gerações britânicas, fortemente incentivadas a irem pelo globo fora em busca da fortuna seja a que preço for, as quais se vão «espalhando [...] pelo mundo para o pôrem a saque» (*ibidem*, pp. 130-131). Como Martins explica, a propósito de um dos grandes princípios da alma britânica:

- *Make money, my son: honestly if you can... but make money!*

Este conselho aforístico da mãe escocesa ao filho que embarca para fora, põe a nu o fundo íntimo do génio nacional [...].

É assim que saem constantemente dos portos insulares os cardumes de gente que vão por todo o mundo ganhar dinheiro: honradamente, se puder ser... mas ganhar dinheiro. A exsudação humana da Inglaterra é um dos instrumentos fundamentais da sua fortuna (*ibidem*, p. 122).

O ideal primordial é a obtenção de riqueza e essa é conseguida dentro das vastas fronteiras do maior império de sempre. Este povo insular triunfa, ou seja, saqueia e espolia, porque se trata de uma raça fria e materialista. Consequentemente:

O segredo da fortuna colonial britânica está nos dotes (ou na ausência de dotes) dos homens. Destituídos de ideias, sistemas e *preconceitos* [...]; levados única e enèrgicamente pelo instinto de ganhar [...] palпам o terreno, estudam cuidadosamente os factos, vão pelo seguro (*ibidem*, pp. 132-133. Itálico do autor).

Como se nota, trata-se de um povo de instintos básicos e primários que constrói um império rapace, no qual só o lucro importa. Face a esta propensão e a esta falta de escrúpulos, que, delicadamente, Martins apelida de «preconceitos», não seria de estranhar que a Grã-Bretanha alguma vez colidiria com um potencial rival como Portugal, o que, efectivamente, sucedera dois anos antes de o autor escrever estas linhas. Portanto, também Martins, a fim de exorcizar a humilhação sofrida pela sua pátria, torna expectável que ela ocorra porque a arrogância é algo congénito nos ingleses, um povo calculista que, como Eça afirmava, jamais se misturava com os outros povos que ia conquistando. Assim, e nesta linha de raciocínio:

É por isso que chamaram aos ingleses o povo *prático* por excelência. Subjectivos por génio, encastelam a sua individualidade no recesso abscondido do eu; ficam sempre como eram. Ao passo que o

continental comunicativo, ou se perde, querendo afeiçoar o próximo pelos seus pensamentos, ou se abastarda, desfazendo a personalidade própria no contacto com a alheia (*ibidem*, p. 133. Itálico do autor).

Através destas frases, Oliveira Martins, o crítico do império, contrapõe o imperialismo britânico ao continental, no qual se inclui implicitamente o português. Para o autor tão condenável é o calculismo britânico como o modo despreocupado com que os europeus do continente se entregam ao Outro. Aliás, quando na década de 1880, a Alemanha de Bismarck envereda pela expansão colonial ultramarina, tornando-se numa das nações imperialistas mais concorrentes da Grã-Bretanha, as políticas adoptadas presumem a adaptação aos costumes dos povos estrangeiros²⁶⁶. E, na verdade, para os ingleses contemporâneos de Martins, o império luso era perspectivado como um de miscigenação e, por conseguinte, bastardia rática. E, para os vitorianos, a hibridiz humana implica a decadência e é um sinal constrangedor de que o homem branco pode perder a sua autoridade e superioridade, tanto a nível rático como político, pelo que as relações interracialis eram condenáveis e depreciadas por se temer a desagregação imperial²⁶⁷. Inversamente, as políticas colonialistas lusas não estigmatizavam os casamentos mistos e não condenavam a adopção de costumes nativos pelos portugueses. Como Ania Loomba esclarece a este respeito, contrastando, em particular, a atitude britânica com a portuguesa:

Colonisers differed in their modes of interacting with the local populations, and these differences had a profound impact on racial discourses and identities. For example, [...] the Portuguese in India settled down in the lands they colonised, adopted local manners and inter-married in a way that the English derided. Eventually, inter-marriages and concubinage blurred racial distinctions and created a population which acted as a strong base for colonial rule. According to some commentators, this showed a “lack of racial feeling” [...].

British colonialism, on the other hand, did not allow for easy social or sexual contact with local peoples. Although of course this policy was hardly watertight or successful [...]²⁶⁸.

Ingleses e portugueses demonstram, portanto, maneiras divergentes de encarar o contacto com o Outro que existe no espaço do império além-mar. O que é incentivado e

²⁶⁶ Cf. Hans-Ulrich Wehler, «Bismarck's Imperialism, 1862-1890», *Past and Present*, nº 48, s. 1., Agosto de 1970, p. 127.

²⁶⁷ Cf. Patrick Brantlinger, *Op. cit.*, p. 42. Como este estudioso acrescenta, para muitos vitorianos o pânico e o asco que as relações interracialis suscitavam eram de tal ordem que, apesar de, na realidade serem relativamente frequentes, na literatura do período são inexistentes, cf. *ibidem*, p. 190.

²⁶⁸ *Op. cit.*, pp. 110-111.

entendido numa óptica positiva pelos portugueses é depreciado pelos vitorianos que consideram o império português o exemplo notório da degeneração e corrupção. Com efeito, a própria literatura de império vitoriana espelha a imagem do português mestiço que, sendo um ser degenerado e intrinsecamente vil, não se coíbe de se envolver no condenável tráfico negreiro em África e de corromper os povos nativos através da venda ilícita de álcool²⁶⁹. O império luso é, conseqüentemente, apreendido à luz de metáforas que o ligam à mestiçagem, às práticas escravagistas e à imersão dos povos autóctones nas trevas das quais a Inglaterra paternal os tentava resgatar.

Quando Oliveira Martins declara que os europeus continentais se «abastardam» e «desfazem a personalidade própria no contacto com a alheia» indica que entende o contacto muito próximo com o Outro colonial como um foco de vulnerabilidade no que respeita à administração do império, opinião secundada, aliás, por alguns contemporâneos patricios como Serpa Pinto²⁷⁰. Estudando esta questão mais detalhadamente, Anthony Nutting também constata que o facto de o império português contar com muitos indivíduos mestiços no serviço público e nas fileiras do exército não terá exercido benefícios na sua administração. Desta feita:

With no Portuguese women in the new colonies, mixed marriages became the general rule. And before long, discipline collapsed as the Portuguese garrisons became increasingly to be manned by half-caste officers and soldiers with understandably little sense of loyalty to a fatherland which they had never seen²⁷¹.

Martins castiga, assim, as fragilidades de um império que sucumbe ao contacto avassalador com o Outro, embora não possamos depreender univocamente que o autor apenas critique asperamente a ideia imperial, nomeadamente pelos seus efeitos nefastos na história portuguesa. De facto, ao criticar, Martins busca a panaceia e o caminho para a regeneração de um país decadente com um império que o atrofia, pois:

²⁶⁹ Para a imagem negativa dos portugueses em África nos finais do século XIX veiculada pela literatura de império, cf. Maria Isabel Santos, «Ingleses e Portugueses. A Alteridade Assumida em África», in *Op. cit.*, pp. 127-141.

²⁷⁰ Cf. Richard J. Hammond, «Race Attitudes and Policies in Portuguese Africa in the Nineteenth and Twentieth Centuries», s. ed., London, 1967 (doc. impresso e anotado pelo autor), p. 209.

²⁷¹ *Op. cit.*, p. 27.

Ao materializar pelo império uma conquista civilizacional, da qual seria a primeira vítima, Portugal sacrificara-se pela humanidade. Era esse o sentido da sua morte – e da sua história. Embora vencido, este facto tornava-o moralmente superior aos vencedores²⁷².

E o que se observa é que, para o autor, o caminho a seguir na senda imperialista também não é o que é trilhado pela Inglaterra com a sua altivez e desprezo pelo Outro imperial com o qual jamais se tenta fundir e que usa somente para obtenção de dividendos. Ademais, e contrariamente ao que sucedia num Portugal pouco povoado, o império britânico e a busca incessante de fortuna que os ingleses perseguem avassaladoramente dentro das suas fronteiras só são sustentáveis porque a Grã-Bretanha exporta, por sua vez, a sua maior riqueza nacional, isto é, o seu capital humano: «Este império colossal cresce todos os dias com a força irresistível de um elemento, alimentado pela corrente constante da emigração, *gulf stream* de sangue que vai por todo o mundo exótico implantar o europeianismo, subjugando, ou exterminando os indígenas» (ibidem, p. 140). Muito embora pareça que o império britânico é pujante e inabalável trata-se de um organismo, na linguagem tão cara a Martins, que, para se alimentar e sobreviver, vai deixando a metrópole exangue. Na verdade, progressivamente, a nação vai sendo despojada dos seus habitantes que partem respondendo ao chamamento imperial o que, como vimos a respeito da temática da mulher, causa outra espécie de problemas: o desequilíbrio social entre os sexos e o crescente número de mulheres solteiras que não poderão procriar para renovar as gerações. Por outras palavras, é o declínio que se inaugura.

O império britânico não está saudável, tal como o português o não está, e Martins exorcisa a decadência do Eu mostrando-lhe tudo o que o Outro britânico projecta de negativo. Não se trata, portanto, meramente de salientar que o autor constrói a imagem de um império britânico rapace, gerido por uma raça fria, calculista, materialista e arrogante como consequência de uma anglofobia que, como nota António José Saraiva, «é uma constante de Oliveira Martins desde 1870»²⁷³. A negatividade deste Outro assustador alerta, por um lado, para os problemas que têm de ser corrigidos na pátria e, por outro, pretende afastar o pânico que os ataques daquele lhe incutem, apresentando a justificação para a sua ocorrência.

²⁷² Carlos Maurício, *Op. cit.*, p. 43.

²⁷³ *Op. cit.* (1990), p. 89.

Paralelamente, a incrementar ainda mais notoriamente a degradação que Martins observa no império britânico, existe a crescente competição que a Grã-Bretanha tem de manter com oponentes tão temíveis como a Rússia. Como o próprio declara, o império terrestre britânico «estendeu-se de modo que se encontra em frente do russo. O duelo do elefante e da baleia, na frase expressiva de Bismarck, dará brado ao mundo» (*ibidem*, p. 121). Próximo estará, então, o tempo em que a Inglaterra terá de lutar com rivais bem mais poderosos do que Portugal, os quais lhe poderão incutir pesados danos. Aliás, o próprio Martins, a propósito, admirador de Bismarck²⁷⁴, estaria ciente da potencial ameaça que também a Alemanha constituía para a hegemonia imperialista britânica. Daí afirmar que a Inglaterra conta com a «concorrência da França e também já da Alemanha» (*ibidem*, p. 245). É sabido que o Chanceler alemão, reconhecido estratega em termos de *Weltpolitik*, encorajava secretamente as aventuras extra-europeias da Rússia e da França a fim não só de desviar a atenção destas potências das fronteiras da Alemanha e do império austro-húngaro, como também proporcionar as condições que pudessem afectar seriamente a segurança dos interesses britânicos ultramarinos²⁷⁵. Simultaneamente, os círculos políticos da Wilhelmstrasse, as associações comerciais e a imprensa periódica viam na África Oriental uma segunda Índia e instavam a Alemanha a enveredar pela senda imperialista a fim de obstar aos problemas de sobrepopulação, sobreprodução, dificuldades de escoamento de produtos manufacturados e desemprego com os quais esta nação em franco desenvolvimento industrial se debatia²⁷⁶. Confrontada com os mesmos problemas que a industrialização criara na Grã-Bretanha, a Alemanha tornava-se, assim, num dos mais formidáveis adversários com que aquela teria de rivalizar na viragem do século.

Contudo, além da competição imperial que a Grã-Bretanha crescentemente enfrentava de países como a Alemanha, a França ou a Rússia, Martins também observa outros factores que concorrem para a decadência do império britânico e, conseqüentemente do próprio país, os quais radicam no facto de este se ter tornado numa colossal «fábrica-banco» que explora o mundo inteiro, «dependendo dele para a sua subsistência alimentícia» (*ibidem*, p. 169). A necessidade de sustentar um tão gigantesco império e a dependência dele a um nível tão primordial como a própria subsistência, como Batalha também afirmava, tornam a Grã-Bretanha a metrópole de

²⁷⁴ Cf. idem, *ibidem*, pp. 152-153.

²⁷⁵ Cf. Paul M. Kennedy, *The Rise of the Anglo-German Antagonism, 1860-1914*, Allen and Unwin, London, 1982 (1ª ed. 1980), p. 158.

²⁷⁶ Cf. idem, *ibidem*, p. 168.

um «império retalhado», «consequência necessária do seu papel económico e da vastidão dos seus domínios» (*ibidem*) e, por isso mesmo, se justifica «o ponto de crise a que a Inglaterra tinha de forçosamente chegar, e em que se encontra» (*ibidem*, p. 168). Por outras palavras, a Grã-Bretanha vê-se a braços com a tarefa hercúlea de administrar e expandir um império megalómano do qual, por sua vez, depende intrinsecamente. Por isso, como alerta Martins ao referir-se a um futuro em que aquela nação não mais disporá de um imério além-mar:

Emancipadas as colónias [...], a Inglaterra, sem mercados para os produtos da sua indústria, sem fretes para a sua marinha, e tendo de comprar quase tudo quanto come, ficaria condenada à ruína. Grave sintoma e comprovação disso que afirmo é, já hoje, a sensível queda das exportações e a baixa dos fretes marítimos, com os portos a atulharem-se de vapores a enferrujarem-se (*ibidem*, pp. 172-173).

De seguida, este economista apressa-se a esclarecer os leitores quanto à situação de crise em que a Inglaterra se encontra apresentando detalhadamente os números relativos à queda das exportações e à subida das importações, pois «não há melhor eloquência do que a dos factos» (*ibidem*, p. 173). A nação imperialista dá, pois, mostras de estar a atravessar uma fase de declínio.

No entanto, o que é mais assustador na imagem de decadência projectada por Martins prende-se com o facto de que o Oriente, do qual a Inglaterra vai incessantemente em busca, é a razão última e mais catastrófica da sua derrocada. Segundo a argumentação de Niall Ferguson, especialista em imperialismo moderno, mormente no que diz respeito ao império britânico e ao imperialismo informal norte-americano, foi a importação e a comercialização de estimulantes como o açúcar, o chá, o café ou o tabaco que estiveram na fundação e posterior expansão do império britânico:

The new imports transformed not just the economy but the national lifestyle. [...] What people liked most about these new drugs was that they offered a very different kind of stimulus from the traditional European drug, alcohol. Alcohol is, technically, a depressant. Glucose, caffeine and nicotine, by contrast, were [...] uppers. Taken together, the new drugs gave English society an almighty hit; the Empire, it might be said, was built on a huge sugar, caffeine and nicotine rush – a rush nearly everyone could experience.

At the same time, England, and especially London, became Europe's emporium for these new stimulants²⁷⁷.

²⁷⁷ *Op. cit.*, p. 15.

Porém, se para Niall Ferguson, estes produtos exóticos e estimulantes estão nas origens do engrandecimento imperial britânico, para Oliveira Martins são a causa da hecatombe e da devassidão que assola a sociedade de além-Mancha, tal como, anteriormente, haviam contribuído para a degeneração da pátria lusa. Aludindo às consequências nefastas da expansão imperialista, que tanto afectaram períodos históricos transactos como se repetem no presente, este autor comenta:

As riquezas ultramarinas destruíaam os velhos hábitos de frugalidade no comer, no trajar, no habitar. [...] Sobre as mesas apareceram os novos produtos exóticos: o açúcar, o chá, o café, o chocolate, as frutas e as flores singulares, com as porcelanas, as jóias, e as filigranas do Oriente. [...] Não era possível estabelecer leis [...] para as especulações gigantescas em géneros ultramarinos [...], géneros que, porém, a alteração dos costumes tornava matéria prima da vida europeia. Aberto este caminho a vertigem cresce. [...]

A isso assistimos no nosso século [...] (*ibidem*, pp. 257-258).

Tal como Ferguson nota, Martins também percebe que a importação e a popularização de produtos exóticos foi responsável pela mudança de hábitos sociais. No entanto, o que para o primeiro é entendido numa óptica positiva, para o segundo é uma consequência nefasta da expansão imperialista. Dito de modo diverso, o que Martins realça é que o Outro tomou de assalto o Eu, invadindo as esferas das suas vivências privadas, apossando-se delas e transformando-as até que «as coisas chegam ao ponto de saturação» (*ibidem*, p. 258) e a decadência se instala «apesar das excitações permanentes do café, do tabaco, da morfina, e dos afrodisíacos» (*ibidem*, p. 262). O que sucedera no Portugal hipnotizado pelos esplendores e drogas do Oriente e do Novo Mundo sucedia agora na Inglaterra, a qual é definitivamente conquistada pelo Oriente e pelo império. Quando, na última noite da sua estada em Inglaterra, Oliveira Martins olha uma derradeira vez para a Agulha de Cleópatra não a vê «aturdida» nas margens do Tamisa, como o seu amigo Eça observara anos antes. A Agulha de Cleópatra descrita agora por Martins, na sua voz pessoal de jornalista-literário, é triunfante e ameaçadora. Londres, cidade tomada pelo Outro, transforma-se, por fim, e irremediavelmente, nesse mesmo Outro. Como nos revela o autor no parágrafo final de *A Inglaterra de Hoje*, quando, já noite, regressa ao hotel e, do seu plano elevado de observação, contempla a grande capital uma última vez:

Alonguei a vista sobre o Tamisa. Apagada, via diante de mim a torre alexandrina da ilha de Faros: era a agulha de Cleópatra, do *embankment*, erguendo-se na escuridão da noite; e as faces das duas esfinges não paravam de sorrir de *humour*, luzindo-lhes os olhos felinamente (*ibidem*, p. 290).

Se, à chegada, este viajante português se sentira desembarcar em Alexandria, quando parte verifica que deixa, efectivamente, uma cidade oriental. Londres não pertence mais ao universo do Nós. É uma cidade oriental, Outra, governada pelo Outro. O império virou-se para a metrópole e conquistou-a. O processo de *reverse colonisation* está completo, sobretudo, porque a nível político, social e religioso, a Inglaterra, tomada no seu todo pelo microcosmos londrino, é uma sociedade de Outros...

3.2. Um Império de Outros

3.2.1. A Imperatriz da Índia e o Filho D'Israel

Um dos maiores receios dos vitorianos, um povo que tutela o destino de um quarto da superfície terrestre, é o medo dos estrangeiros. Com efeito, «evil is a foreign danger introduced by foreign agents in disguise»²⁷⁸. A Inglaterra finissecular é tomada de assalto por toda uma plêiade de elementos estranhos, Outros, que, inclusivamente, a governam, como o atesta a eleição de dois deputados indianos para Westminster na década de 1890²⁷⁹. Sob esta perspectiva, poderemos verificar que, afinal, e mais ameaçadoramente, a rainha Victoria é uma princesa alemã e que um dos mais influentes Primeiros-Ministros ingleses da segunda metade do século XIX, Benjamin Disraeli, é um filho de judeus que nunca renegou completamente as suas origens semitas, isto é, orientais.

Não fora uma série de coincidências trágicas e a realidade é que jamais teria existido uma rainha Victoria, cujo reinado extraordinariamente longo se traduziria num período histórico que tomaria de empréstimo o próprio nome da soberana. Se olharmos para qualquer genealogia da monarquia britânica, compreenderemos que o facto de Alexandrina Victoria ascender ao trono surge como a materialização de uma improbabilidade sucessória. De facto, do casamento entre George IV e a sua prima direita Caroline von Brunswick nasceu apenas uma herdeira, a Princesa Charlotte, que morreria em 1817 ao dar à luz um nado-morto. Caberia, então, ao irmão do monarca, o futuro William IV, assegurar a continuidade dinástica. Contudo, dos doze filhos de William, apenas duas meninas eram filhas legítimas do seu casamento com a Princesa Adelaide von Saxe-Meinigen e ambas morreram em crianças. Dos filhos de George III, restava apenas a esperança de que o seu quarto filho, Edward, Duque de Kent, produzisse o tão esperado herdeiro. Este nasceria a 24 de Maio de 1819, mas não seria o

²⁷⁸ Kathleen L. Spencer, *Op. cit.*, p. 207.

²⁷⁹ O primeiro destes a ser eleito em 1892 foi Dadhabai Naoroji, seguindo-se-lhe Mancherjee Bhownaggee em 1895. Cf. Dane Kennedy, *Op. cit.* (2002), p. 20.

varão aguardado. E a morte do Duque, uns breves oito meses após o nascimento da filha, abria o caminho a que Victoria se tornasse um dia a rainha do maior império de sempre. Porém, monarca de um império de incontáveis Outros, ou como Ramalho faz questão de enfatizar, ainda que não saiba bem a ordem dos nomes de baptismo da soberana, «Vitória Alexandrina, rainha do Reino-Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda e das suas colónias e dependências na Europa, Ásia, África, América e Oceânia, imperatriz das Índias e protectora da fé» (*JB*, p. 137), é também um paradigma de alteridade.

Em primeiro lugar, há a hipótese sombria de que Victoria não fosse realmente filha do Duque de Kent. Antes de se casar com Victoire, Regente de Leinigen, porque viúva do Príncipe de Leinigen e filha do Duque de Saxe-Coburg, Edward vivera uma relação estável e séria durante vinte e sete anos com uma francesa, Madame de St. Laurent, e, uma vez que a relação não produzira descendentes, temia-se que o Duque de Kent fosse estéril. Assim, «it seems overwhelmingly probable that Victoire, uncertain of her husband's potency or fertility, took on a lover to determine that the Coburg dynasty would eventually take over the throne of England»²⁸⁰. Não nos compete aqui julgar a legitimidade, ou não, da paternidade de Victoria, mas, caso não tenha sido efectivamente filha do Duque de Kent, facto de que a própria suspeitava²⁸¹, trata-se de um elemento estranho, isto é, Outro, que se imiscuiu na dinastia hanoveriana.

Contudo, o que mais nos importa salientar neste estudo é que toda a ascendência de Victoria é alemã. A família paterna, como é sabido, tem origem germânica. E Victoria descende de George I, Eleitor de Hannover, que, como candidato protestante mais aparentado com a Família Real britânica, sem herdeiros directos após a morte da rainha Anne em 1714, ascende ao trono e inicia uma nova dinastia, ainda que passasse mais tempo em Hannover, onde, inclusivamente, está sepultado, do que entre os seus súbditos britânicos. Ademais, todos os soberanos hanoverianos se casaram com princesas alemãs e o pai de Victoria, se bem que não fosse o monarca, também não constituiu excepção à política matrimonial da Casa Real. Assim, por sangue e parentesco, Victoria é alemã e não britânica. Aliás, ciente desse facto, o Duque de Kent, sabendo também que seria a sua descendência a assegurar a continuidade dinástica, sujeitou a mulher, em adiantado estado de gravidez, a empreender uma apressada e

²⁸⁰ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 25.

²⁸¹ O ódio que a princesa nutria por *Sir John Conroy*, secretário particular da mãe, e a sua relação intempestuosa e difícil com esta basear-se-iam na suposição de que ambos eram amantes. Cf. *idem*, *ibidem*.

arriscada viagem de modo a permitir que Victoria nascesse em solo britânico e não fosse, por isso, considerada estrangeira posteriormente e a sua legitimidade à sucessão contestada por ter nascido em solo estrangeiro²⁸². Os Duques viviam, à época, no principado de Amorbach, sede dos Leinigen, e, ao efectuarem a viagem rumo à Inglaterra, são acompanhados por uma enorme comitiva alemã, na qual se incluem a princesa Feodore, meia-irmã de Victoria, Louise Lehzen, preceptora de Feodore e futuramente de Victoria, Fräulein Siebold, obstetra de Victoire, a Baronesa von Späth, dama de companhia da duquesa e cozinheiros e demais serviçais. É toda uma corte estrangeira, Outra, que toma de assalto o palácio de Kensington, onde Victoria nasceria às primeiras horas de 24 de Maio, exactamente um mês depois da chegada dos Kent à Grã-Bretanha.

Após a morte do pai, a educação de Victoria ficaria a cargo da mãe, que nunca dominou o idioma inglês e jamais abdicou da sua fé luterana, de Louise Lehzen, que assumiria grande preponderância afectiva na vida da jovem princesa, e de John Conroy, o secretário privado de origem irlandesa da duquesa de Kent, o qual terá guiado e supervisionado a educação de Victoria. Simultaneamente, e apesar de ser um facto pouco divulgado, a princesa crescia na companhia da sua meia-irmã, com a qual mantinha uma relação muito próxima, enquanto que o meio-irmão, Charles Leinigen, herdeiro do principado, permaneceria na Alemanha. Com efeito, Victoria idolatrava e tentava imitar os maneirismos e modos de vestir de Feodore que «represented, or was perceived to represent, that foreignness or “otherness” that the Duchess of Kent and the Royal Family were at pains to disguise in themselves. At her death in 1872, *Vanity Fair* was brusque in its dismissal of Feodore’s importance: “The less said about the Queen’s German relatives the better”»²⁸³. Por outras palavras, o elemento estrangeiro foi sempre uma sombra constante e nunca esquecida por detrás da identidade de Victoria, cuja educação foi claramente delineada de modo a criá-la como uma princesa inglesa²⁸⁴. Rodeada de estrangeiros, ela própria uma estrangeira, Victoria foi, portanto, moldada deliberadamente para ser inglesa e ocultar a sua alteridade em relação aos súbditos, com os quais, aliás, a princesa não se identificava. Em 1835, no seu primeiro grande périplo pelo reino que iria herdar e que, por conseguinte, deveria conhecer, Victoria não ficou

²⁸² Sobre a insistência para que o nascimento do herdeiro do Duque de Kent ocorresse em solo britânico, cf., por exemplo, Giles St. Aubyn, *Queen Victoria. A Portrait*, Atheneum, New York, 1992, pp. 8-9.

²⁸³ Lynne Vallone, *Becoming Victoria*, Yale University Press, New Haven, Connecticut and London, 2001, p. 9.

²⁸⁴ «Her mother well knew that Victoria must be perceived as entirely English, and great pains were taken to create her so», idem, *ibidem*, p. 10.

muito agradada com o país, que comparou à Holanda, e não simpatizou com as manifestações de apreço dos futuros súbditos²⁸⁵.

Jaime Batalha Reis está perfeitamente a par da condição de estrangeira da rainha Victoria. Referindo-se ao facto de o Duque de Edimburgo, segundo filho da soberana, ser o herdeiro do ducado alemão de Saxe-Coburg-Gotha, por morte do tio paterno, e por tal ser criticado na imprensa britânica que afirma que, devido a ser inglês, o duque não pode prestar vassalagem a uma constituição estrangeira, Batalha insurge-se e pergunta:

Porquê? Se o pai era alemão e a mãe, também alemã, duma família alemã transportada há pouco mais de um século para as ilhas britânicas?

É que os ingleses não poderiam suportar a ideia de terem como rainha uma mulher que não fosse inglesa, de raça inglesa – eles que são a *raça superior*. E logo que a mãe do duque é inglesa, o resto não conta, ainda mesmo que esse *resto* seja o pai (*RI*, p. 147. Itálicos do autor).

É como jornalista literário, a quem é permitida a liberdade de interagir directamente com o leitor e socorrer-se de uma ironia fina, que o articulista dá conta do facto de a Rainha inglesa ser uma alemã genuína que, inclusivamente, casou com um alemão. No entanto, reconhece que esta alemã se esconde sob a fachada da sua identidade artificial inglesa. E:

Desde que se trata da glória da Inglaterra, o poder da credulidade pública não tem limites. Os ingleses estão-se constantemente enganando a si próprios, sérios, graves, respeitáveis, como se estivessem assentando verdades irrefragáveis (*ibidem*).

Apesar de serem governados por uma Rainha de sangue estrangeiro, os ingleses deixam-se iludir pela fabricação de uma Victoria inglesa e, sabendo desse facto, mas não o admitindo, deixam que a Outra seja a sua monarca. O que Batalha nota, sobretudo, é que os ingleses são vassalos de alemães, seja da Rainha, seja porque um dos seus filhos é o herdeiro de um ducado alemão e, conseqüentemente, súbdito do imperador da Alemanha. Na óptica do autor, que reflecte a ansiedade da opinião pública do país em que reside, o problema que se levanta é o seguinte:

²⁸⁵ Analisando os comentários relativos a esta viagem nos diários da princesa, Lynne Vallone constata o tédio experimentado pela futura monarca que, por vezes, recorre ao alemão, a língua Outra, para realçar o enfatiamento que lhe causam as paisagens e as gentes que vai vendo e, desse modo, buscar um certo distanciamento. Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 157-158.

O [...] herdeiro da coroa da Grã-Bretanha [...] não pode aceitar a coroa de um ducado que o faria vassalo do imperador da Alemanha. O segundo filho do príncipe Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha, o duque de Edimburgo é, pois o herdeiro admissível e, já como tal, jurou obediência à constituição de Coburgo e, conseqüentemente, preito e vassalagem a seu sobrinho, Guilherme II, *imperador alemão*.

Mas o duque de Edimburgo é, e continua a ser, almirante efectivo de Inglaterra.

Eis porque o Parlamento inglês tem estado vibrante de interpelações e a imprensa inglesa coberta de artigos sobre o assunto.

Como é que um almirante inglês pode jamais jurar defender uma constituição estrangeira ou pode (oh ignomínia!) prestar vassalagem a um monarca estrangeiro! (*ibidem*, p. 146. Itálico do autor).

Observador distanciado da realidade estrangeira, Batalha nota o problema com que os ingleses, eles próprios, como já vimos, uma raça híbrida amalgamada de muitos Outros, se defrontam: o Eu é controlado pela monarca Outra alemã e um dos seus filhos, que ocupa um cargo de proeminência e responsabilidade na esfera do Eu, é um soberano estrangeiro que, por sua vez, rende vassalagem ao imperador dos alemães. Paralelamente, o próprio casamento de Victoria com um príncipe, e primo, alemão também constituiu um assalto do Outro à soberania e à identidade do Eu.

Quando Victoria escolhe casar com um príncipe inteiramente alemão, Albert von Saxe-Coburg-Gotha, a reacção inglesa caracterizou-se por algum antagonismo. A imprensa, nomeadamente o jornal satírico *Punch*, publicou inúmeros artigos de conteúdo de certo modo xenófobo nos quais referia que o aspecto e os modos do cônjuge real não eram, de todo, ingleses e nos quais se aludia a um pretenso desprezo que o Príncipe nutria por tudo o que fosse inglês. Esta negatividade relativamente a Albert só decaíria um pouco após o sucesso obtido pela *Great Exhibition* de 1851, obra que contara com o grande empenho pessoal do Príncipe e que o tornaria uma figura mais popular daí por diante²⁸⁶. Contudo, não obstante este incremento na sua reputação, Albert nunca seria apercebido como quintessencialmente inglês, até porque não era a figura do desportista e as caçadas aborreciam-no. Em suma:

Albert was Victorian but not English, not even after Victoria, asserting that “the Queen has a right to claim that her husband should be made an Englishman” won for him the title of Prince Consort (1857): “Albert remained as foreign as before”²⁸⁷.

²⁸⁶ Sobre a recepção negativa de que Albert foi alvo em Inglaterra devido aos receios do seu germanismo, cf. Elizabeth Langland, «Nation and Nationality. Queen Victoria in the Developing Narrative of Englishness», in Margaret Homans e Adrienne Munich (eds.), *Remaking Queen Victoria*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1997, p. 15.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 26-27.

Tal como Victoria fora moldada para ser inglesa, também a imagem de Albert seria trabalhada a fim de que se tornasse inglês aos olhos dos súbditos. No entanto, e como Batalha Reis também constata, os esforços para inglesar a imagem do Príncipe nunca foram completamente eficazes e este seria para sempre olhado com suspeita. Com efeito, o articulista, rememorando uma conversa com um amigo inglês, recorda que este lhe disse que «Palmerston²⁸⁸ considerou sempre o Príncipe-Consorte como um espião alemão e tinha repugnância em lhe deixar conhecer a política internacional da Inglaterra» (*ibidem*, p. 111), o que demonstra a desconfiança que sempre rodeou Albert e que confirma como nunca foi integralmente aceite como um membro do universo do Eu. Ademais, referindo-se ao facto de o Príncipe ser, na verdade, um estrangeiro e ao longo processo de naturalização inglesa «do *marido alemão* da rainha de Inglaterra» (*ibidem*, p. 86. Itálico do autor), Batalha, socorrendo-se da obra *The Greville Memoirs*, que cita directamente no intuito de credibilizar a sua informação, afirma que «“não há grande simpatia neste país pelo afortunado Cobourg (the lucky-Cobourg)”» (*ibidem*). Consequentemente, Albert é sempre apreendido pelo prisma da alteridade. Ele é sempre um estranho, um Outro, na corte inglesa. E é um Outro ameaçador devido à enorme influência que detém sobre Victoria, que, como a própria afirmava, se entregava e rendia completamente ao marido²⁸⁹. Na verdade, era Albert que aconselhava a Rainha em todas as questões da governação, desde as mais banais às mais complexas, e Victoria seguia sempre os seus conselhos²⁹⁰. Tão apegada era a Rainha às ideias do Príncipe-Consorte que, já depois da morte deste, ocorrida em 1861, Eça de Queirós corrobora esta ideia aproveitando a publicação de uma biografia daquele para dizer como Victoria, «revestindo-se das opiniões do marido, e fazendo [...] a sua glorificação, dá claramente, ao país, a expressão das suas opiniões pessoais» (*CICL*, p. 294). Como se verifica, as opiniões de Albert são as de Victoria.

Na sua batalha para naturalizar Albert como inglês, a Rainha tentou ligar o marido aos valores ingleses e, por isso, nas décadas de 1850 e 1860, a pintura começa a representar o casal como anglo-saxão, guardião das antigas liberdades saxónicas. Contudo, nestas pinturas, Albert é a figura do Rei e Victoria a Consorte²⁹¹. Sob este

²⁸⁸ Lord Palmerston, Primeiro-Ministro entre 1855-1857 e novamente entre 1859-1864.

²⁸⁹ Cf. Elizabeth Langland, in Margaret Homans e Adrienne Munich (eds.), *Op. cit.*, p. 25.

²⁹⁰ Cf. Giles St. Aubyn, *Op. cit.*, p. 329.

²⁹¹ Cf. Elizabeth Langland, in Margaret Homans e Adrienne Munich (eds.), *Op. cit.*, pp. 15-16.

prisma, o que se depreende é que Victoria, corporização da Inglaterra²⁹², é tomada pelo marido alemão e, metaforicamente, a Inglaterra é duplamente conquistada pelo estrangeiro. Victoria/Inglaterra é, então, o corpo feminino e fértil apropriado pelo masculino. Victoria é Britannia da qual uma alemã se apodera e que, por sua vez, é conquistada por um Outro alemão. Simultaneamente, se a rainha Victoria e o príncipe Albert se assumem como anglo-saxões, então não renegam o seu germanismo, pois, como sabemos, os anglos e os saxões são povos germânicos. Por conseguinte, seja por qual for o prisma através do qual se olha para Victoria, o que se verifica é que ela é intrinsecamente uma figura de alteridade. É sempre alemã e quando se assume como prefiguração da Inglaterra, o que, aliás, não deixa de ser uma conquista bem-sucedida porque se trata da estrangeira que passa a representar a nação da qual se apropriou, rende-se ao marido alemão que a domina. E, deste modo, Oliveira Martins pode aludir à «profunda germanização a que nos últimos vinte anos a Inglaterra se submete, principalmente nas esferas da inteligência» (*IH*, p. 107), ao passo que Batalha Reis se refere ao militarismo alemão importado para a Inglaterra. Assim, «a Inglaterra [...] desde 1870 tem sofrido profundamente a influência da Alemanha em assuntos militares. [...] Durante muito tempo, as metralhadoras foram desprezadas no exército inglês, simplesmente porque os alemães as não haviam adoptado» (*RI*, p. 92). Porém, mais grave do que a influência germânica sobre a Inglaterra é o facto de que «o hino inglês [...] é também o hino solene de alguns estados alemães» (*ibidem*, p. 80); isto é, um dos símbolos mais poderosos e representativos da nação é uma importação estrangeira, neste caso, alemã. Por conseguinte, Victoria e Albert funcionam como uma espécie de canal através do qual se efectua um processo de *reverse colonisation* mediante o qual a Inglaterra é tomada pelos Outros alemães²⁹³. E, curiosamente, quando Albert morre não

²⁹² É sobretudo a partir da segunda metade do século XIX que se passa a identificar a rainha Victoria como a materialização da Inglaterra. Victoria é a Inglaterra e a Inglaterra é vitoriana. Cf. *idem*, *ibidem*, p. 14.

²⁹³ Não esqueçamos, a este respeito, que todos os anos o *Kaiser* passava as férias de Verão com a avó no palácio de Osborne, trazendo sempre consigo uma enorme comitiva que incluía uma banda militar e um pintor de cenas marítimas, Hermann Salzman, ou que o próprio oftalmologista da Rainha era o médico alemão Hermann Pagenstecher de Wiesbaden. Cf. Stanley Weintraub, *Op. cit.*, pp. 559-560. Similarmente, uma das personalidades mais influentes da segunda metade do século XIX na vida política e social da Inglaterra seria George Joachim Goschen, filho de um imigrante alemão dono de uma companhia mercantil em Londres que seria director do Banco de Inglaterra, deputado na Câmara dos Comuns desde 1863, fez parte do primeiro governo de Gladstone em 1868, seria, posteriormente, *First Lord of the Admiralty*, supervisionou as finanças egípcias como representante dos credores ingleses, foi *Chancellor of the Exchequer* e foi, dentro das fileiras liberais, um dos maiores adversários de Gladstone e um dos políticos mais respeitados pela Rainha. Cf. Thomas J. Spinner, Jr., «George Joachim Goschen. The Man Lord Randolph Churchill “Forgot”», *The Journal of Modern History*, vol. 39, nº 4, Dezembro de 1967, pp. 405-424.

é como inglês que é sepultado, mas como alemão que sempre foi. Com efeito, o mausoléu onde o Príncipe repousa, juntamente com os membros mais chegados da sua família, é inteiramente decorado à maneira alemã porque «above the many biblical quotations in English [...] were others in German. With only one exception, everyone interred or remembered under the starry dome was German or married to a German²⁹⁴. Even the structure itself was Coburg-inspired, and designed, in Albert's lifetime, by his artistic adviser, Ludwig Gruner of Dresden»²⁹⁵.

Todavia, não é só o germanismo de Victoria, potenciado pela influência de Albert, que torna a monarca um paradigma de alteridade e uma figura da estrangeira que se apodera da Inglaterra. Victoria é igualmente uma soberana oriental, desse Oriente que, como temos vindo a debater, não só é procurado pela Inglaterra, como também vem ao seu encontro e a toma de assalto.

Em primeiro lugar, já vimos como a Inglaterra, através da representação da sua capital, é uma reencarnação de Roma²⁹⁶. Ora, uma das características do apogeu do império romano é a elevação do estatuto do imperador, o que implica um maior distanciamento entre este e os súbditos, potenciado pela maior dificuldade de acesso ao mesmo, o engrandecimento das capitais imperiais, o maior formalismo tanto no comportamento como na representação do imperador e o cerimonial imperial que lhe está associado²⁹⁷.

Na verdade, a rainha Victoria revela as mesmas características dos antigos imperadores romanos: é distante, raramente é vista e o cerimonial da celebração da Monarquia é extravagante, como se viu aquando das comemorações dos jubileus da Rainha. Após a morte do seu muito amado marido, Victoria refugia-se na sua dor numa espécie de auto-exílio que a retira da vida pública durante vários anos, o que contribuiu para envolvê-la numa aura de frieza e de distanciamento para com os súbditos. Chegou a presidir a reuniões ministeriais estando numa sala diferente da dos ministros, fazendo-se ouvir, sem ser vista, através de uma porta entreaberta e, apesar de trabalhar bastante, «the public [...] appeared to believe she had virtually nothing to do, judging her duties in the light of her rare appearances»²⁹⁸. Com o passar do tempo, «she imprinted herself on the public mind as a melancholy old lady, gazing morosely in the middle

²⁹⁴ Esta única exceção trata-se de John Brown, o fiel mordomo escocês de Victoria.

²⁹⁵ Stanley Weintraub, *Victoria. Biography of a Queen*, Allen & Unwin, London, 1987, p. 567.

²⁹⁶ Cf. Parte II, 2.1.1.

²⁹⁷ Cf. Gary B. Miles, «Roman and Modern Imperialism. A Reassessment», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 32, nº 4, Outubro de 1990, p. 635.

²⁹⁸ Giles St. Aubyn, *Op. cit.*, pp. 331 e 339.

distance»²⁹⁹, uma Rainha com um ar ausente, expressão severa, alheada dos súbditos, mas, simultaneamente, a mulher mais poderosa à face da Terra e uma imperatriz de muitos Outros exóticos e longínquos.

Jaime Batalha Reis é particularmente esclarecedor no que respeita a descrever a maneira como os ingleses apreendem a frieza, a formalidade e a grandiosidade associadas à sua Rainha. Desta feita, «o respeito, a consideração, a estima, a adoração dos ingleses por S. M. a rainha Vitória é [...] profunda e completa», até porque «ela é [...], para todos os ingleses, o símbolo da grandeza, da seriedade, da virtude britânica» (*ibidem*). Como qualquer imperador romano, a Rainha é idolatrada, de tal modo que, «numa escola pública, perguntando o professor às crianças quem fora a mãe de Jesus Cristo, uma delas respondeu: “ – A rainha Vitória.”» (*ibidem*). E esta enorme adoração, que, aliás, raia a veneração, pela soberana verifica-se também no facto de estarem «os ingleses perfeitamente convencidos de que a providência consagra com sol todas as aparições oficiais da rainha Vitória, todas as solenidades nacionais da Inglaterra» (*ibidem*, p. 121). A Rainha é uma entidade tão poderosa, quase deificada, que consegue comandar o próprio sol, e o bom tempo denomina-se, exactamente, como Batalha também informa, «*tempo da rainha, Queen’s weather*» (*ibidem*. Itálico do autor).

Muito mais parco do que Batalha, o viajante Oliveira Martins alude, igualmente, ao estatuto muito elevado que goza a rainha Victoria. Na verdade, como este explica, para os ingleses «a monarquia é [...] feminina» porque os seus maiores e mais gloriosos monarcas são rainhas, Elizabeth I e «a rainha Vitória, cujos dias são, com efeito, os do máximo poder, da máxima riqueza, da máxima força da Inglaterra» (*IH*, p. 74).

Paralelamente, e também à semelhança dos imperadores romanos, Victoria é uma soberana que vive distanciada do público. Como o jornalista literário Batalha Reis manifesta:

Sua majestade não aparece em público; [...] sua majestade não dá festas; [...] sua majestade – não sorri.

A presença, a vista da rainha, é tão apreciada em Inglaterra, que muitos ingleses explicam as revoltas da Irlanda unicamente porque sua majestade não visitando aquela ilha, os irlandeses nunca a vêem (*RI*, p. 80. Itálico do autor).

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 335.

O respeito dado à Rainha pelos súbditos é, portanto, potenciado pela sua ausência da vida pública. O facto de não sorrir e de raramente ser vista conferem-lhe uma aura insondável e formal que incrementa o seu magnetismo sobre os súbditos. Ademais, o imenso formalismo da soberana faz dela o ideal britânico. Como Batalha demonstra:

Há muitos ingleses que [...] acham na expressão séria e levemente seca da rainha Vitória, e no movimento vertical, de alto a baixo, um tudo nada mecânico, com que sua majestade costuma agradecer as aclamações [...], aquele ideal de dignidade, de respeitabilidade e de inexpressão do qual o carácter britânico tenta [...] aproximar-se (*ibidem*, p. 81).

Por outras palavras, os próprios ingleses tentam imitar e inculcar na sua personalidade as características da sua monarca, que é, afinal, estrangeira, e por isso, o Outro serve de modelo ao Eu.

Revelando similitudes com os imperadores romanos, Victoria é apercebida, portanto, como uma soberana oriental, uma vez que Roma se inscreve no paradigma do Oriente. Londres é uma cidade oriental, tal como a sua monarca. Contudo, Victoria é oriental porque o seu vasto império também o é.

De facto, na Inglaterra finissecular:

The boundaries between imperialism and nationalism began to blur. The monarchy, the symbolic head of the nation, assumed a more explicit association with the empire. This was especially apparent at celebrations like Queen Victoria's Golden Jubilee (1887) and Diamond Jubilee (1897). [...] After 1887 Victoria's personal entourage included two splendidly costumed and turbaned Indian servants, and the aged queen took up Hindi lessons to give greater legitimacy to her claim to be Empress of India, a controversial title granted by an Act of Parliament in 1876³⁰⁰.

Victoria embrenha-se no mundo do Outro, aprende a sua linguagem e rodeia-se de um séquito de criados de turbante que inclui o seu inestimável cozinheiro indiano³⁰¹. Além de rainha na e da Grã-Bretanha, Victoria é criada imperatriz e, como Batalha Reis esclarece, ela é a «imperatriz, aliás autêntica, da Índia» (*ibidem*, p. 121); logo, a sede do império localiza-se no vasto Oriente. Ademais, os próprios ingleses contemporâneos

³⁰⁰ Dane Kennedy, *Op. cit.* (2002), p. 22.

³⁰¹ Na verdade, a Rainha é ladeada por «kilted and turbaned attendants», como diz Stanley Weintraub a propósito de a Rainha ter sobretudo criados estrangeiros, nomeadamente escoceses e indianos, isto é, Outros. Stanley Weintraub, *Op. cit.*, p. 569. O próprio Batalha Reis não deixou de fazer menção aos «dois criados escoceses, de *tartan* verde» (*RI*, p. 122) que acompanhavam sempre a Rainha.

reconheciam que Victoria era uma soberana de certo modo oriental ou Outra porque «the title “empress” was felt to be un-English»³⁰², não tendo aceite unanimemente a criação do título de Imperatriz da Índia.

E, por ser imperatriz do espaço oriental, Victoria atrai à Inglaterra, o universo do Eu, elementos do Oriente Outro, tal como ocorreu quando a Rainha fundou o Instituto Imperial, a que Batalha tanto se refere, e na cerimónia estiveram presentes «príncipes do Indostão [...], um esquadrão de cavaleiros australianos [...], e uma escolta de soldados hindus com turbantes multicolores» (*ibidem*). Victoria é, pois, um pólo que atrai estranhos à Inglaterra.

Porém, escrevendo a 14 de Maio de 1893, Batalha nota que, ainda que se trate da «imperatriz da Índia, a mais poderosa soberana do mais magnífico império que jamais houve na Terra» (*ibidem*, p. 122), Victoria está a perder o viço e, afinal, tal como o império caminha para a decadência, como vimos anteriormente, a Rainha também não é tão idolatrada como se supunha. Ainda que a inauguração do Instituto Imperial seja uma ocasião solene para se celebrar tanto o império como a monarca, esta não é já a figura geradora de veneração. Como aquele esclarece, a Rainha «pequenina e gorda, saudava o povo com um movimento seco, frio, empertigado, maquinal, sem olhar, nem sorriso, nem simpatia» (*ibidem*, pp. 121-122). A multidão que acorreu a ver a soberana «conservou-se silenciosa» e «dentre os homens, fracos *hurrahs* se ouviram» (*ibidem*, p. 122). Ademais, «em conversação familiar, todos os ingleses dizem [...] mal da rainha e dos príncipes» (*ibidem*, p. 123). Aliás, antes de Batalha Reis já Eça de Queirós notara que a rainha Victoria, de quem «a imprensa inglesa não fala [...] senão de joelhos» (*CICL*, p. 224), também não é imune a críticas, o que, tendo em mente o habitual respeito prestado à monarca, muito admira este residente na Velha Albion. De facto, uma vez que a Família Real se encontra dispersa em visita pelos cantos do império e a Rainha se refugiou na Escócia, a *season* londrina tornou-se muito aborrecida, pelo que os jornais ameaçam que: «Nada desabitua da realeza como a ausência do rei – e que saber viver sem ver o aspecto do trono, é o primeiro passo para a educação republicana!» (*ibidem*). A imagem da Rainha intocável e venerada começa a abrir fendas que serão mais perceptíveis na época em que Batalha Reis escreve as suas «Revistas». Sob esta perspectiva, o jornalista literário português não apresenta uma mera imagem unívoca de Victoria, segundo a qual ela é a representação da

³⁰² Edgar Feuchtwanger, *Disraeli*, Arnold, London, 2000, p. 178.

grandiosidade britânica³⁰³. Inversamente, a Rainha, a monarca Outra, não é, afinal tão idolatrada como se poderia supor e, tal como vai progressivamente sucedendo com o império, também a imagem da soberana vai mostrando sinais de declínio.

E o culto à Rainha é enganador, pois, como Eça explica, a propósito de a imprensa fustigar Victoria por não ter oferecido um presente de casamento à noiva do Duque de Norfolk: «É um erro continental supor que a rainha de Inglaterra é cercada de uma tal veneração, que a pilhéria não se atreva a transpor as portas do Paço. Não: a rainha, como outra qualquer mortal, é (quando isso é justo), criticada [...], e caricaturada» (*ibidem*, p. 288). Ademais, como Batalha acrescentaria, sendo a Inglaterra uma nação hipócrita e dúplice, «as repetidas homenagens prestadas pelos ingleses à sua soberana [...] representam apenas o incomensurável orgulho britânico. É a si próprios que eles, por essa forma, prestam homenagem» (*RI*, p. 123). Os dois residentes portugueses na Inglaterra desmontam, em menor ou maior escala, a imagem de uma rainha Victoria eternamente idolatrada, a qual era bastante veiculada na época. Batalha chega mesmo a referir-se à «característica antipatia dos ingleses pela família dos seus reis» (*ibidem*, p. 146), contrariando a perspectiva exposta, por exemplo, por Rider Haggard em *She*.

Com efeito, Leo Vincey e Horace Holly, visitantes de Kôr, o país africano tutelado pela poderosa e maléfica Ayesha, demonstram o amor e a admiração que os súbditos britânicos devotam à sua monarca, reflectindo, desse modo, a ideia corrente de que Victoria era uma soberana amada pelo seu povo, o que surpreende a imortal She:

“But here is a strange thing,” said Ayesha, in astonishment; “a queen whom her people love!” [...] Again we explained [...] that the one under whom we lived was venerated and beloved by all right-thinking people in her vast realms³⁰⁴.

Esta afirmação é parcialmente desmentida pelos dois articulistas lusos que, se bem que observem a veneração e respeito de que Victoria é alvo, também se apercebem, paradoxalmente, que esta idolatria não é consensual entre os britânicos. Na realidade, só Eça e Batalha, por serem viajantes diferentes de Ramalho e Martins, é que compreendem que, para lá da admiração que os ingleses devotam à sua Rainha, há um

³⁰³ No seu estudo sobre Batalha Reis, Vanda Rosa constata que o articulista revela a sua imagem da rainha Victoria para mostrar, precisamente, «o papel relevante que a monarca tinha para os ingleses», simbolizando, ademais, a grandeza económica e política da Inglaterra no mundo. Cf. *Op. cit.*, p. 58.

³⁰⁴ H. Rider Haggard, *Op. cit.*, p. 255.

reverso mais sombrio. Victoria é, de facto, a soberana mais poderosa do mundo e a sua identificação com a Inglaterra também projecta do país uma imagem de invencibilidade, mas isso é a fachada que encobre o facto de a Rainha ser a Outra alemã, por um lado, a imperatriz oriental, por outro, e, por outro, ainda, a encarnação de um país tomado e conquistado pelo Outro proveniente do lado de fora das fronteiras insulares britânicas. Victoria é dominada pelo marido estrangeiro, está rodeada por inúmeros Outros alemães, escoceses, indianos em cujos mundos se funde por falar as suas línguas e se interessar pelos seus hábitos e, em última instância, nem sequer é tão idolatrada pelos súbditos como seria de esperar. Em suma, estes quatro autores perspectivam uma imagem fracturada de Victoria que assenta na sua alteridade e oscila entre a rainha conquistadora de um país que não é, por sangue, o seu e a monarca dominada pelos estrangeiros. Um dos mais importantes, aliás, seria o seu Primeiro-Ministro oriental Benjamin Disraeli, *Lord Beaconsfield*, perante quem, tal como sucedera com Albert, a Rainha, figuração da Inglaterra, se rende³⁰⁵ e devido a quem a monarca se tornaria uma imperatriz oriental³⁰⁶.

Com efeito, Eça de Queirós relata como, num acto surpreendente e inesperado, a rainha Victoria faz uma visita de Estado a Disraeli, mais precisamente a «Hughender Manor, propriedade e residência castelã de Lord Beaconsfield» (*CICL*, p. 295), honra nunca anteriormente concedida a nenhuma outra figura. Assim, a monarca empreende:

Não uma visita particular, mas oficial, em cerimónia, como Rainha de Inglaterra e Imperatriz das Índias. Semelhante honra é tão extraordinária, tão contrária aos hábitos da Corte, e aos costumes da rainha, que, ao saber tal, todo o reino ficou mudo de espanto. O imperador do Brasil, o imperador da Rússia, a imperatriz da Áustria, todos os príncipes herdeiros de todas as coroas europeias têm vindo a Inglaterra, e a rainha nunca lhes fez uma visita: é inútil dizer que nunca a fez a um lorde de Inglaterra nem a nenhum dos seus primeiros-ministros (*ibidem*).

Victoria desloca-se voluntariamente ao espaço privado de Disraeli, o Outro semita, para lhe prestar todo o seu apoio publicamente quando nunca o fez a nenhuma personalidade inglesa e muito menos a outras individualidades estrangeiras. A Rainha,

³⁰⁵ Aliás, «Disraeli could almost invariably count on the support of the Queen. [...] They established a relationship of strong mutual sympathy in both a personal and a political level», Ian MacHin, *Disraeli*, Longman, London and New York, 1995, p. 129.

³⁰⁶ Disraeli é, em grande parte, responsável pela orientalização da imagem de Victoria, pois foi o seu Governo que a criaria Imperatriz da Índia, o que estreitaria ainda mais as simpatias entre ambos. De facto, «relations between the monarch and her minister were given a high profile by the conferment on the queen of the title of Empress of India in 1876. It fitted with the ideas Disraeli had often expressed about engaging the imagination of Eastern peoples», Edgar Feuchtwanger, *Op. cit.*, p. 177.

«fazendo uma tal honra ao ministro [...] quis manifestar que lhe dava todo o seu apoio e que estava com ele na mais perfeita comunidade de vistas, e talvez de decisões» (*ibidem*). Novamente, Victoria funde-se no Outro, compactua com ele, quando não o faz com os ingleses, e presta-lhe vassalagem, uma vez que é ela que se dirige ao encontro desse Outro.

Filho primogénito de Isaac D’Israeli e de Maria Basevi, judeus de origem italiana e, no caso paterno, descendentes de famílias judaicas expulsas da Península Ibérica nos finais do século XV, Benjamin Disraeli só seria convertido à religião cristã aos doze anos, por influência do amigo do pai, Sharon Turner, anglicano convicto, que considerava que os quatro filhos de Isaac deveriam ser baptizados após a ruptura deste com a sinagoga hispano-portuguesa de Bevis Marks³⁰⁷. No entanto, apesar da conversão e do inglesar do seu nome ao deixar cair o apóstrofo, o que ocorreria por volta dos dezassete anos³⁰⁸, Disraeli nunca foi um cristão fervoroso³⁰⁹, manteve sempre opiniões pouco ortodoxas em relação à fé cristã e acreditava que o Cristianismo completava o Judaísmo, ou, como John Vincent salienta reveladoramente: «He believed in the Jewishness of Christianity»³¹⁰. Ao morrer recusou a extrema-unção e, apesar de enterrado como cristão, permaneceria, para sempre, «a Jew in the eyes of his Jewish contemporaries and was never regarded as a traitor or renegade, as was often the case with converts at the time»³¹¹, facto que, contemporaneamente, o residente em Inglaterra Eça de Queirós confirmava ao salientar que: «O mundo judaico nunca cessou de considerar Lord Beaconsfield como um judeu – apesar das gotas de água cristã que lhe tinham molhado a cabeça» (*TI*, p. 149). Disraeli nunca deixou de ser o Outro semita na pátria britânica e, consciente toda a vida das suas origens, sempre sentiu o impulso de se distinguir das pessoas que o rodeavam «and the need to capitalise on his difference, on

³⁰⁷ O baptizado de Disraeli ocorreria a 31 de Julho de 1817. Cf., por exemplo, Christopher Hibbert, *Disraeli. A Personal History*, Harper Perennial, London, New York, Toronto and Sydney, 2005, pp. 8-9. Em «Cartas de Inglaterra», Eça de Queirós refere que a conversão de Disraeli teria ocorrido aos dezassete anos (*TI*, p. 142), informação esta que é errónea.

³⁰⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 14.

³⁰⁹ Na verdade, importa esclarecer que Benjamin Disraeli e a sua irmã Sarah, os filhos mais velhos da família, só seriam baptizados semanas após os seus irmãos mais novos. Ora, «this delay might suggest some resistance by Sarah and Benjamin, who were old enough to have personal views on the serious matter in hand» e indicar que Benjamin Disraeli não abdicou da sua fé judaica prontamente e de ânimo leve, cf. Ian MacHin, *Op. cit.*, p. 10.

³¹⁰ John Vincent, *Disraeli*, Oxford University Press, Oxford, 1990, p. 38.

³¹¹ Todd M. Endelman e Tony Kushner, «Introduction», in Todd M. Endelman e Tony Kushner (eds.), *Disraeli’s Jewishness*, Vallentine Mitchell, London and Portland, 2002, p. 1.

his *otherness*»³¹². E, conseqüentemente, apesar da conversão, Disraeli não deixa de ser “o” judeu porque «the assimilated Jew was still first of all a Jew»³¹³.

Paralelamente, também a imprensa coeva instilava a imagem de um Disraeli Outro, hebreu, logo estrangeiro e oriental e, em momentos de particular *Judenhetze*, era caricaturado como a encarnação do diabo com a sua barba de cabra em destaque como representação maléfica do homem diferente, asiático, que se apodera da Inglaterra³¹⁴. Aliás, a imagem do judeu de aspecto medonho a indiciar o seu carácter malévolo também fora expressa por Dickens na personagem Fagin de *Oliver Twist*. A primeira imagem que temos de Fagin é, com efeito, repugnante pois é apresentado como «a very old shrivelled Jew, whose villanous-looking and repulsive face was obscured by a quantity of matted red hair»³¹⁵. O judeu é, pois, um ser cuja exterioridade reflecte a personalidade maléfica. Eça, na realidade, também descreve Disraeli como um indivíduo estranho «de raça oriental» (*ibidem*, p. 141), cuja aparência é algo perturbadora com «a sua grande testa sobre a qual caíam aqueles dois extraordinários caracóis paralelos [...], o nariz de pura raça israelita, a boca descaída na eterna curva sarcástica, o beijo inferior muito recurvo e muito pendente, e a sua estranha pêra de Mefistófeles» (*ibidem*). É, precisamente, este Outro de aspecto diabólico que desempenhará um papel de enorme preponderância nos destinos colectivos dos vitorianos da segunda metade do século XIX e que mais impulsionará a escalada imperialista finissecular. Com efeito, deve-se, em grande parte, a Disraeli a sublimação do império como destino britânico, ideia muito enfatizada nos dois discursos que proferiu em 1872, o primeiro a 3 de Abril em Manchester e o segundo a 24 de Junho no Palácio de Cristal, os quais se tornariam marcos tanto na sua carreira política, como no alvor de uma nova era imperial³¹⁶.

De entre os autores em estudo, é, efectivamente, Eça de Queirós, grande crítico do império britânico, quem mais se demora na caracterização desta personalidade tão

³¹² Daniel R. Schwarz, «“Mene, Mene, Tekel, Upharsin”. Jewish Perspectives in Disraeli’s Fiction», in *idem, ibidem*, p. 41. Itálico do autor.

³¹³ H. L. Malchow, *Gothic Images of Race in 19th.-Century Britain*, Stanford University Press, Stanford, California, 1996, p. 131.

³¹⁴ Para a figuração diabólica de Benjamin Disraeli, acentuada pela sua *Ziegenbart*, na imprensa vitoriana, cf. Anthony S. Wohl, «“Dizzi-Ben-Dizzi”». Disraeli as Alien», *The Journal of British Studies*, vol. 34, nº 3, The University of Chicago Press, Chicago, Julho de 1995, p. 407.

³¹⁵ Charles Dickens, *Op. cit.* (1999a), p. 63.

³¹⁶ Nesta óptica: «He urged the importance of colonies and overseas possessions in making it both necessary and possible for Britain to play a conspicuous and leading role on the stage of world diplomacy. He emphasized the popularity of empire among the working classes, and he urged that the relationship between Britain and the English-speaking colonies should be placed on a firmer and better defined footing», John K. Walton, *Disraeli*, Routledge, London, 1990, p. 36.

influyente contemporaneamente e tão decisiva para o expansionismo finissecular, mormente no artigo «Lord Beaconsfield», saído a lume na *Gazeta de Notícias* a 23 e 24 de Agosto de 1881, no qual o jornalista literário redige o obituário do estadista após a sua morte ocorrida a 19 de Maio. É, com efeito, o jornalismo literário que permite a Eça descrever Disraeli como um político de génio, ainda que não advogue a causa imperialista em que este se envolvera, como um romancista medíocre e como um judeu que triunfa no país que encara como sua missão divina a propagação da fé cristã. E é, sobretudo, o jornalismo literário que confere ao autor a liberdade para expressar a sua parcialidade, leia-se a sua antipatia, pela figura de Disraeli. Apesar não negar a personalidade genial e carismática de Disraeli, o azedume de Eça para com o mesmo é a tónica dominante de todas as suas considerações relativas a este político, que o articulista sabia ser um estrangeiro, um elemento de alteridade, que comandava a poderosa Inglaterra³¹⁷. Num país de duplicidades e de Outros, não deixa de ser paradigmático o facto de um dos seus líderes ser também uma figura iminente dúbida e dificilmente categorizável. Não nutrido particular apreço por Disraeli nem como romancista nem como político, Eça reconhecia, porém, que este «tivera o mérito de ter conseguido impor-se a uma nação que desprezava os estrangeiros»³¹⁸.

Aludindo à Questão Oriental, o conflito que opõe a Rússia e a Turquia, com base nas atrocidades cometidas pelo império otomano na Bulgária em 1876, na qual se espera que a Inglaterra tome uma posição, Eça confirma o estatuto de Outro de Disraeli. Desta feita, «Lord Beaconsfield declararia a guerra amanhã: o seu ódio à Rússia e à raça eslava só é igualado pela sua paixão pela raça semítica e pelas nações arábicas», uma vez que bem no íntimo arde «o seu orgulho de judeu» (*CICL*, p. 293). A afirmação eciana é, na verdade, consistente porque Disraeli, o Outro hebraico, sempre defendeu as raças semitas, por ele consideradas puras, contra a hibridez, a impureza e a inferioridade das raças europeias, sobretudo do norte do continente³¹⁹.

E, de facto, Eça dá conta das simpatias semitas de Disraeli e do seu relativo desprezo pelas raças europeias, nomeadamente as eslavas. Posteriormente, ao redigir o obituário do Ministro, o articulista reforça esta noção ao salvaguardar que o baptismo

³¹⁷ De facto, a apreciação geral que Eça faz de Disraeli é muito severa, embora seja plausível que «tenha sido fascinado pela sua dupla personalidade de estadista e romancista», A. Campos Matos, «Disraeli», in A. Campos Matos, (org. e coord.), *Op. cit.* (1993), p. 284. Elza Miné, por sua vez, enfatiza a negatividade da imagem disraeliana apresentada por Eça, referindo que o artigo em questão foi construído dialecticamente para a «demonstração da tese» proposta no seu início: Disraeli, o político que em nada beneficiou a Humanidade e o romancista medíocre. Cf. *Op. cit.* (1986), pp. 86-90.

³¹⁸ Maria Filomena Mónica, *Op. cit.* (2003), p. 38.

³¹⁹ Cf. John Vincent, *Op. cit.*, pp. 27-28.

cristão de Disraeli, que apelida de «incidente insignificante», «nunca impediu Lord Beaconsfield de celebrar nas suas obras, de impor pela sua personalidade a superioridade da raça judaica» (*TI*, p. 149). A única excepção contemplada por Disraeli, e não poderia ser de outro modo, é a raça inglesa que, devido à sua insularidade, não teria sofrido os efeitos degeneradores da miscigenação, como ocorrera com as raças continentais³²⁰. Assim, o apoio de Disraeli ao Turco, opressor da Bulgária cristã, era compreendido à luz das suas origens semitas e, ademais, entendido como a vingança do judeu contra os seus inimigos cristãos. A imagem de Disraeli emerge, portanto, como a do Outro judeu «obsessed and driven by an un-Christian, Old Testament, Oriental lust for revenge»³²¹. E este Outro perigoso é secundado pela monarca Outra, também ela defensora do Crescente na Questão Oriental. Logo, trata-se de duas figuras de alteridade que empreendem a conquista oriental da Inglaterra cristã, pois, como Eça também constata, Disraeli, «sendo um perfeito cortesão, desejaria dar à rainha Vitória o presente que mais a encantaria – uma guerra em favor da Turquia. Porque a pessoa que no reino é mais anti-russa, mais pró-turca, mais fanática da [...] aliança otomana, [...] é a rainha» (*CICL*, pp. 293-294).

Contudo, este apoio à Turquia fustigadora da Cruz tem um outro sentido ou não fosse Disraeli, como nota Oliveira Martins, um dos grandes «estadistas que levantaram o monumento incomparável do império inglês» (*IH*, p. 83). De facto, «Russia was a threat to India and, via the Dardanelles, to Europe [...]; Turkey was a viable buffer state against potential Russian aggression [...]. Disraeli's stand might be wrong, but [...] it was a diplomatically legitimate position to take»³²². Como sempre, a expansão oriental é um dos cernes da questão. O império, de cujo ideal *Lord Beaconsfield* é «a encarnação oficial» (*TI*, p. 148), é o que realmente interessa preservar, mesmo que seja em aliança com o estado otomano. Todavia, a ideia imperial, tal como acarinhada, propalada, defendida e implementada por Benjamin Disraeli, é um sonho de expansão que assenta na diáspora judaica. Em *The Wondrous Tale of Alroy* (1833), Disraeli, o romancista, converte o Judaísmo numa religião de conquista. Os judeus, liderados no romance por Alroy, descendente directo do rei David, unem-se para formar um império em permanente expansão, tanto no tempo, como em território³²³. Portanto, desde cedo que

³²⁰ Cf. idem, *ibidem*, p. 29.

³²¹ Anthony S. Wohl, *Op. cit.* (1995), p. 390.

³²² Idem, *ibidem*, p. 385.

³²³ Cf. Nadia Valman, «Manly Jews. Disraeli, Jewishness and Gender», in Todd M. Endelman e Tony Kushner (eds.), *Op. cit.*, pp. 72-73.

Disraeli simpatizava com ideais expansionistas que a entrada nas esferas do poder político lhe permitiria concretizar. E, sob este prisma, o impulso imperialista finissecular britânico tem por detrás o cunho de um judeu convertido a um cristianismo que nunca o convenceu totalmente. Consequentemente, o império é também uma criação judaica.

O judeu é um conquistador de nações e, na Inglaterra vitoriana finissecular, é uma figura medonha que, não só vai alastrando pela sociedade, como a pode subjugar. O judeu é, como reparámos anteriormente, uma personagem vampírica³²⁴, cuja imagem surge associada à do vampiro Dracula, ambos invasores orientais ameaçadores³²⁵. Num caso e noutra trata-se de criaturas hipnóticas relacionadas com a diferença, mas, sobretudo, representam o monstro Outro que está no seio da sociedade do Nós, e não um monstro distante, como, por exemplo, o canibal que vive nas fronteiras remotas do império³²⁶. Eça apercebe-se perfeitamente do magnetismo projectado por Disraeli e refere-se, inclusivamente, a «um poder subtil de persuasão, um irresistível encanto pessoal» (*ibidem*, p. 140) que caracterizariam o estadista e que permitiriam que o seu nome se tornasse «familiar, quase doméstico, em toda a parte onde se fala inglês, na mais rude aldeia de pescadores de Cornwall, no *bush* da Austrália, entre os [...] montanheses bárbaros das Highlands» (*ibidem*, p. 145). Disraeli apossava-se subtilmente de todo o império britânico que ele próprio queria expandir graças ao seu poder hipnótico, o mesmo que, em *Os Maias*, Tancredo usa para seduzir Maria Monforte. *Tancred* (1847) é, com efeito, o título de uma obra de Disraeli que Eça toma de empréstimo para nomear o amante da mãe de Carlos e de Maria Eduarda, com quem aquela foge deixando o filho para trás. Inspirado no romance de Disraeli, cuja obra é conhecida e até comentada por Eça nas «Cartas de Inglaterra»³²⁷, Tancredo é também algo oriental e «tudo nele fascinava, a sua figura, o seu mistério, até o seu nome»³²⁸. Portanto, a caracterização eciana de Tancredo é sobreponível à de Benjamin Disraeli ou vice-versa.

³²⁴ Cf. Parte II, 2.1.1.

³²⁵ O judeu pertence a uma comunidade oriental com uma religião diferente. Tal como no caso do vampiro Dracula, «his roots are in *Eastern Europe* – Slavic, Catholic, peasant, and superstitious where England is Anglo-Saxon, Protestant, industrial and rationalist», Kathleen L. Spencer, *Op. cit.*, p. 213. Itálico da autora.

³²⁶ Cf. H. L. Malchow, *Op. cit.*, pp. 124-125.

³²⁷ Dando conta do enredo deste romance de Disraeli, Eça explica que «o seu mais famoso herói – Tancredo – vai a Jerusalém e à Síria com este fim – “penetrar o mistério asiático”» (*TI*, p. 151).

³²⁸ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1888), p. 42.

Esta imagem do oriental insinuoso, hipnótico e fascinante que se prontifica a apossar-se do espaço ocidental do Eu transmite os receios finisseculares de *reverse colonisation*, processo a que nos temos vindo a referir. O Conde, proveniente da Transilvânia, tal como a rainha africana, mas de origens árabes, She são perigosos porque querem conquistar os conquistadores³²⁹. Dracula, que toma posse da Inglaterra, chamando-lhe «my dear new country of England»³³⁰, tem uma aparência maléfica e simultaneamente sensual como Mina Harker descreve: «His face was not a good face; it was hard, and cruel, and sensual»³³¹, ou seja, ao mesmo tempo que repele, o Conde também atrai pelo seu aspecto. E o seu objectivo é apoderar-se da Inglaterra. Para isso, estuda a sua língua, os seus costumes, o seu sistema político para que a possa invadir com sucesso. Por sua vez, a árabe She também quer saber tudo sobre a Inglaterra, cuja conquista tenciona empreender, reinando suprema depois de derrubar Victoria. Símbolo máximo da alteridade, terrível e ameaçadora, She é, tal como Dracula, irresistível, hipnótica e junto dela qualquer um cede, «something as a bird is fascinated by a snake»³³², como revela o sábio Horace Holly que, não obstante o seu bom senso e estoicismo, se deixa tentar pela beleza extraordinária e pela sabedoria desta rainha rival de Victoria. Aliás, comparativamente à soberana britânica, She é muito mais poderosa e, portanto, como Holly também preconiza, «what was there to stop her? In the end she would [...] assume absolute rule over the British dominions, and probably over the whole earth»³³³.

Tendo em mente o magnetismo de Dracula e She, duas figuras orientais representativas do Outro capaz de dominar a Inglaterra, pode afirmar-se que o mesmo é verídico para Disraeli que, de facto, toma de assalto aquela nação, conquistando-a, arrebatando-a, com o seu carisma e alteridade. Aliás, Disraeli não só domina o país como a sua aristocracia e a própria Monarquia³³⁴. Disraeli, o Outro, ascende a uma posição de enorme poder, a qual lhe agrada pessoalmente, e através da qual controla, inclusivamente, os escalões sociais mais elevados. Começando com uma pergunta, que

³²⁹ H. L. Malchow, *Op. cit.*, p. 130.

³³⁰ Bram Stoker, *Op. cit.*, p. 34.

³³¹ Idem, *ibidem*, p. 179.

³³² H. Rider Haggard, *Op. cit.*, p. 283.

³³³ Idem, *ibidem*, p. 256.

³³⁴ «He was determined to enjoy power and it gave him great satisfaction that he was now at the apex of that [...] aristocracy about which he had so often written. To make [...] dukes, to sort out the scrapes into which the Prince of Wales [...] got himself, to manage the queen, these were the appurtenances of his office that [...] gave him real pleasure», Edgar Feuchtwanger, *Op. cit.*, p. 169.

não deixa de ser uma constatação, Eça alude, precisamente, ao fascínio que o estrangeiro Disraeli sempre exerceu sobre os ingleses que se lhe rendem. Deste modo:

Como sucede [...] que a Inglaterra, país tão prático [...], se deixe levar em um tal arranque de admiração pelo homem que foi a personificação, a encarnação de tudo quanto é contrário ao temperamento, às maneiras, ao gosto inglês? É que Lord Beaconsfield, mais que nenhum outro contemporâneo, impressionou a imaginação inglesa [...].

Extraordinário – é como ele se nos representa [...]. Tendo nascido judeu – tornou-se o chefe de uma aristocracia saxónia e normanda, a mais orgulhosa da Terra [...] – veio a ser o mais famoso primeiro-ministro de um grande império; [...] governou um protestantismo que não concebe ordem social possível fora da sua estreita religião [...]: enfim sendo o “menos possível inglês” [...], dirigiu anos e anos a Inglaterra, o país mais hostil ao espírito estrangeiro (*ibidem*, pp. 139-140).

Como se verifica, o jornalista literário apresenta-nos um Disraeli totalmente Outro, um conquistador oriental absolutamente bem-sucedido que encanta, e, dessa feita, subjuga, os ingleses, eles próprios uma raça híbrida e, por conseguinte, representativa de um Eu fragmentado e Outro. Ironicamente, a orgulhosa Albion, «hostil ao espírito estrangeiro», mas, simultaneamente, paradigma de alteridade, acaba por ser governada por dois Outros que a dominam e a fascinam, Victoria e Disraeli. E, identicamente, são ambos figuras paradoxais. Victoria é aclamada e idolatrada. Contudo, é igualmente criticada e vexada publicamente, tal como o seu Ministro favorito é admirado e amado, por um lado, e odiado e caricaturado, por outro. Daí que Eça conclua que: «A existência de Lord Beaconsfield foi com efeito um perpétuo paradoxo em acção» (*ibidem*).

Unidos na sua alteridade e em comunhão de ideias sobre a expansão imperial, Victoria e Disraeli são tanto mais ameaçadores quanto poderão efectivar a mudança do coração do império para o próprio Oriente. Por outras palavras, Londres, a capital orientalizada e Outra, corre o risco de ser substituída por Delhi. Ao «criar o título de Imperatriz das Índias para a rainha de Inglaterra» (*ibidem*, p. 139) que, dessa maneira, se torna uma soberana de um gigantesco império oriental, *Lord Beaconsfield* e as suas políticas expansivas que apontam para Oriente (a apropriação de Chipre, a compra das acções da *Suez Canal Company*, por exemplo) ameaçam minar a supremacia de Londres enquanto metrópole do império. Com efeito, em *Tancred*, Disraeli sugere que o trono da rainha Victoria seja colocado na Índia, mais especificamente em Delhi. E na obra prevalece a noção de que a Inglaterra só ficará completa mediante a sua junção com o

Oriente³³⁵. Ou seja, os seus romances espelham os seus ideais de político e os anseios que espera materializar³³⁶. E Eça percebeu perfeitamente que era «difícil [...] separar nele o político do romancista», uma vez que «fazia sempre política nas obras de arte, que se tornavam assim ressoantes manifestos das suas ideias de estadista» (*ibidem*, p. 153). Como muitos dos seus detractores apontavam, os seus romances «only lent credence to the broader belief that he was [...] involving England in the East in order to realize his own mysterious prophecies and programs»³³⁷. O judeu vingava a sua raça ao submeter a Inglaterra a um império oriental. Ademais, se o coração do império fosse trasladado de Londres para Delhi e a rainha da Inglaterra se tornasse na imperatriz das Índias, «the result of such a combination must be the “greatest empire that ever existed” [...] Not only would this be a great empire, but Disraeli implies it would be a *natural* empire»³³⁸. Como se sabe, Victoria seria, efectivamente, proclamada Imperatriz da Índia por iniciativa de Disraeli que, dessa feita, realizava parte da sua ambição de juntar o Ocidente ao Oriente num vastíssimo império.

E é, talvez, devido a esta apreensão relacionada com os anseios da enorme preponderância oriental no império que, como Eça também nota, «um dia, o grande senso prático viu claramente a necessidade de [...] se ocupar da máquina interior que começava a desarranjar-se: pôs fora o grandioso Beaconsfield, e chamou o prático Gladstone, - o homem que reconstitui as finanças, que alivia os impostos, que faz as grandes reformas interiores» (*ibidem*, pp. 148-149). Gladstone aparece, então, como a antítese de Disraeli e o salvador de um Eu apossado pelo Outro. O próprio Gladstone, aliás, considerava-se «a Christian politician called by divine providence to serve both church and state and in so doing to work for the redemption of mankind»³³⁹. Contudo, ironicamente, foi ele quem ajudaria a inculcar a imagem de um Disraeli arreigadamente imperialista e a conferir-lhe parte da sua aura magnética³⁴⁰. Nos seus ataques empolados a Disraeli, Gladstone seria, parcialmente, responsável pela criação da imagem

³³⁵ É, com efeito, essa união que, simbolicamente, regenerará a Inglaterra. Cf. Richard A. Levine, «Disraeli's Tancred and “The Great Asian Mystery”», *Nineteenth Century Fiction*, vol. 22, nº 1, s. I., Junho de 1967, p. 77.

³³⁶ Em *Tancred*, «the meaning of the Asian mystery and the basis of that religious life which will orient political and social reorganization around great principles is to be found in the union of West and East [...], so Disraeli urges the West to seek its salvation in the East», *idem*, *ibidem*, p. 78.

³³⁷ Anthony S. Wohl, *Op. cit.* (1995), p. 399.

³³⁸ Richard A. Levine, *Op. cit.*, p. 80. Itálico no original.

³³⁹ Peter J. Jagger, *Gladstone. The Making of a Christian Politician*, Pickwick Publications, Allison Park, Pennsylvania, 1991, p. 257. Sobre a convicção de que servia um chamamento divino para salvar o seu país, cf., mais detalhadamente, *idem*, *ibidem*, p. 258.

³⁴⁰ Cf., John K. Walton, *Op. cit.*, p. 40

daquele³⁴¹. Ademais, na contenda entre estes dois arqui-rivais, Gladstone incarna o espírito britânico, o guardião do passado e dos valores pátrios e Disraeli é a personificação do estrangeiro não consoante com a norma:

Em novo [...] vestia-se de cetim e veludo, recobria-se de um luxo de medalhões e jóias, as suas próprias calças tinham bordados de ouro. Agora era mais sóbrio de *toilette*: usava apenas esses casacos compridos como túnicas – a que os homens de origem judaica são particularmente afeiçoados, e o seu único adorno eram os belos ramos que lhe enchiam o peito. [...] Teve sempre o amor do fausto, das pedrarias, dos ricos tecidos, da pompa (*ibidem*, p. 141).

Deixando sempre transparecer o seu carácter oriental através dos seus gostos caros, requintados e extravagantes³⁴², nunca, em tempo algum da sua vida, se pode considerar que Disraeli se tenha fundido no universo do Eu saxónico. Gladstone, ao contrário, é o forte lenhador que «não tem maior prazer que o de brandir e manejar um machado de rachador» (*JB*, p. 200), como Ramalho ressalva, dando eco a uma imagem contemporânea também utilizada por Batalha Reis quando quer, precisamente, salientar que este «é inglês» (*RI*, p. 38). Para Batalha:

O que caracteriza Gladstone é, em primeiro lugar, a força física e moral. [...] Quando é preciso cortar alguma antiga árvore dos maciços do seu parque, é ele próprio que pega no machado e a vai derrubar. As achas, as lascas de madeira cortadas pelo machado do grande homem popular, são em Inglaterra objectos sagrados e relíquias.

[...] Gladstone é adorado, citado, imitado em todos os actos da sua vida (*ibidem*, p. 38).

Nesta «Revista» datada de 2 de Janeiro de 1888, o que o articulista deixa transparecer é que Gladstone é, para o público, a personificação do inglês, sendo, por isso, idolatrado. Cinco anos volvidos, Oliveira Martins também constata que Gladstone é uma figura paradigmática para os ingleses que «fizeram dele um *favourite*» (*IH*, p. 160). No entanto, Martins, que, como vimos, descreve a raça inglesa num tom depreciativo, recorre à descrição de Gladstone para evidenciar a secura deste povo e,

³⁴¹ Interessante é, igualmente, notar que Gladstone também seria um dos responsáveis máximos pelo demonizar da imagem disraeliana. De modo quase irracional, «Gladstone saw Disraeli [...] as a purveyor of pure evil, a destroyer of all sound principles in politics. [...] He felt that the prime minister was engaged in a pro-Turkish conspiracy fuelled by his Judaic feeling, the only secure sentiment in his “profound falsified nature”», Edgar Feuchtwanger, *Op. cit.*, p. 183.

³⁴² De facto, Disraeli considerava que a sua extravagância inata era necessária «to create a stir in the world», Ian MacHin, *Op. cit.*, p. 13.

por isso, a sua caracterização é mordaz, o que, paralelamente, também evidencia o cunho do jornalista literário:

Os ingleses [...] vêm-se retratados no *great old man*: nas suas quimeras filantrópicas, na estreiteza e na falta de espírito compreensivo do seu talento, [...] na sua energia fenomenal aos oitenta anos, correndo em permanência a Inglaterra [...]; nos intervalos recolhendo-se ao seu castelo, e empregando os ócios a cortar árvores: espécie de titã político, ou hércules parlamentar, com a sua face aguda, os seus colarinhos anacrónicos, e uma fisionomia quase histórica, em que a Inglaterra venera o puritanismo declinante, extasiada e atónita perante a corrente inesgotável de discursos que os lábios de Gladstone despejam, quando se agitam nas convulsões daquela *diarroeichal eloquence*, a que Disraeli, o seu rival fazia uma troça desapiedada (*ibidem*, pp. 160-161).

Não obstante dar a conhecer a consideração em que os ingleses têm Gladstone, a imagem que Oliveira Martins elabora não é a de um homem com o qual facilmente se simpatize. Na verdade, Gladstone foi toda a vida uma personalidade atormentada pela obsessão do pecado, nomeadamente as suas próprias faltas e falhas, e um homem que anotava compulsivamente o tempo que dispndia em oração, nas refeições, no trabalho e em actividades de lazer, o que, aos olhos de muitos, o tornava uma pessoa de carácter áspero³⁴³. E é essa rudeza que Martins evidencia, alargando-a a todo o povo inglês.

Rivais aos níveis político e pessoal, Gladstone e Disraeli, dois dos estadistas mais eminentes da Inglaterra vitoriana, não deixaram nunca de ser comparados. A propósito da questão da ocupação do Egipto, Oliveira Martins tenta destrinçar Gladstone de Disraeli. Contudo, sem o conseguir, conclui que o primeiro seguirá as políticas do segundo e, por isso, Gladstone, o crítico do império, terá de sucumbir aos ideais do rival Outro e oriental. Assim, no que diz respeito à anexação do Egipto, refere Martins: «Gladstone [...] afirmou que procederá à evacuação; mas pode [...] profetizar-se que não cometerá semelhante erro. A política *imperial*, proclamada [...] por Disraeli, quando foi da coroação da rainha Vitória, imperatriz das Índias, é a única política possível» (*ibidem*, p. 171). Ante a força do Outro, o representante do Eu cede. Já vimos que é durante a administração de Gladstone que as forças militares britânicas ocupam o Egipto, donde só iriam sair em 1956, e que irrompe o conflito com o Mahdi do Sudão. Para o político que tanto contestara a ocupação de Chipre em 1878, levada a cabo pelo seu arqui-inimigo oriental, «it looked more like doing what the Tories did,

³⁴³ Cf. Agatha Ramm, *William Ewart Gladstone*, GPC Books, Cardiff, 1989, p. 19.

only doing it worse»³⁴⁴. Por conseguinte, se Oliveira Martins fosse inglês, vendo a expansão de territórios adquiridos na rota para o Oriente: Gibraltar, Malta, Chipre, o Egipto, Áden, «aplaudiria *manibus pedibus* [...] a política de Beaconsfield» (*ibidem*, p. 172). Portanto, entre uma aproximação económica do império defendida por Gladstone, mas que este não consegue seguir, e a política de declarado expansionismo de que Disraeli é paladino, ganha precedência esta última hipótese.

Num artigo escrito a 2 de Junho de 1893 e dado à estampa a 9 de Julho, isto é, no ano em que é publicada a *Inglaterra de Hoje*, em cujas páginas Gladstone não é descrito sob um prisma muito favorável, Batalha Reis constata que o adorado Gladstone tem muitos opositores. Deste modo: «Por toda a parte, deputados, coronéis do exército inglês, lordes, pessoas que se chamam a si mesmas *respeitáveis* e *gentlemen*, assobiam, escarnecem, apupam a passagem ou a palavra de Gladstone» e muitos, inclusivamente, antecipam ansiosamente «a sua morte» (*RI*, p. 127. Itálico do autor). Assim, apesar de incarnar o espírito inglês, Gladstone não é universalmente idolatrado. É um homem que gera pouca simpatia, rude de carácter, obcecado com os pecados da Humanidade, crente no seu dever divino de a redimir, enquanto que o estrangeiro Disraeli, ainda que, muitas vezes depreciado pelas suas origens semitas:

Foi considerado [...] como o instrumento da grandeza exterior da Inglaterra, como o homem que a fazia dominante e temida, que mantinha alto e reluzindo terrivelmente aos olhos do mundo a espada de John Bull. Gladstone, [...] a grande escola liberal, conhecida pela “escola de Manchester”, era [...] acusada de ter, com a sua política e abstenção só ocupada de melhoramentos materiais, de finanças, de civilização interna – deixado definhar, morrer o prestígio inglês na Europa.

E aí vinha agora aquele extraordinário judeu [...] colocar de novo a Inglaterra à frente das nações, fazendo ressoar ao longe e ao largo a sua voz de leão... (*TI*, p. 148).

Entre Gladstone e Disraeli, Eça, apesar de não nutrir particular apreço pessoal pelo segundo, deixa perceber que, foi este quem mais concorreu para o prestígio inglês a nível internacional e transformou a Inglaterra no leviatã temido do *fin-de-siècle*. Em suma, à primeira vista, parece que Gladstone será o ministro adorado, paradigma inglês, enquanto que Disraeli, na sua alteridade, tem tudo para ser detestado, pois, como Eça também esclarece, «tudo, [...] nesta original personalidade, parecia destiná-lo à impopularidade: a sua origem, os seus gostos e hábitos anti-ingleses, a sua poderosa veia sarcástica, a sua oratória requintada e subtil [...] e certos lados muito acentuados

³⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 89.

do seu fundo semítico» (*ibidem*, p. 147). Contudo, Disraeli conquistou uma «assombrosa popularidade» (*ibidem*) porque, como o articulista não pode esconder, «apesar de tudo, Beaconsfield ficou como o grande tipo de estadista que mais que nenhum outro amou e desejou a grandeza imperial da pátria» (*ibidem*, p. 149), feito que, como é sabido, conseguiu.

Ademais, não obstante a sua fachada de moralista, a sua religiosidade notável e a sua consciência atroz do pecado, Gladstone, apresentado como um exemplo de virtude e o paladino dos direitos humanos, que lutava pela causa irlandesa e não advogava o imperialismo, «was the perfect example of the fastidious immoralist [...]. He lusted in his heart; and when he could not contain his desires, he indulged them in solitude. When his diaries were published [...], reviewers greeted them as the ultimate in Victorian hypocrisy, the revelation of sexual fantasies and practices that exposed the fraudulence of the Grand Old Man who posed as the Grand Old Moralist»³⁴⁵. Sob a aparência do seu programa moral de salvar prostitutas, levando-as para casa para as tentar dissuadir e remir da sua vida de luxúria, o que teria começado ainda enquanto estudante em Oxford³⁴⁶, Gladstone escondia os seus próprios instintos pecaminosos e concupiscentes, tornando-se, por conseguinte, numa figura tão dúplice quanto a sua pátria, «a hypocrite, “a ceaseless Tartuffe from the beginning”»³⁴⁷, como Disraeli o descrevia.

O símbolo da pátria, Gladstone, é, pois, o imoralista dúbio, reflexo, aliás, de uma raça que esconde a sua bestialidade sob o manto da civilização, enquanto que os outros dois governantes máximos da mesma, Victoria e Disraeli, são os Outros estrangeiros que a conquistam, mas sob cujos auspícios a nação se afirmaria uma superpotência imperial. É certo que o declínio já começou e o leviatã imperial vai gradualmente deixando para trás a sua posição hegemónica a nível mundial. E é também verdade que o ataque do Outro ainda não cessou. Não são só as esferas do poder que foram apossadas por estrangeiros. A nível interno, a Inglaterra é também tomada de assalto por uma raça estranha e Outra que, não sendo proveniente de um Oriente longínquo, sempre esteve presente no seu seio e agora, nos finais do século, se prepara para conquistar o Eu respeitável. O povo medonho do abismo sobe à superfície e tenta apoderar-se da Inglaterra.

³⁴⁵ Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, pp. 24-25.

³⁴⁶ Cf. Agatha Ramm, *Op. cit.*, p. 5. De facto, sob a sua fachada de moralista, Gladstone era o exemplo do homem atormentado pelos seus próprios desejos mal reprimidos, o homem que acreditava «that he could “improve” prostitutes by talking to them for four hours on end, and then whipping himself with thongs given to him by Dr Pusey», A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 456.

³⁴⁷ Edgar Feuchtwanger, *Op. cit.*, pp. 183-184.

3.2.2. Os Pigmeus do Abismo e a Filantropia Degeneradora

É no século XIX que se começa a falar de classes sociais, na sua diversidade e nas diferenças que se estabelecem entre umas e outras. Gary Day explica que até aos inícios de Oitocentos «society had been described in terms of ranks, orders and degrees while the term “class”, was generally reserved for a number of people banded together for educational purposes or for subdivisions in schemes for classification»³⁴⁸. No entanto, à medida que as cidades se expandem e a população cresce, multiplicam-se as divisões e as hipóteses de conflito social; as sociedades deixam de ser entendidas enquanto hierarquias harmoniosas e, por isso, o termo «classe» torna-se mais apropriado para descrever a heterogeneidade social³⁴⁹. Com efeito, os vitorianos da viragem da centúria estão muito conscientes dos vários escalonamentos da sociedade, o que é demonstrado através do reiterado emprego de inúmeras expressões, tais como «the labouring/working classes», «the middle classes», «the respectable classes» ou, até, como diria William Booth, «the outcast classes», «the sinking classes» e «the submerged classes»³⁵⁰, através das quais se tenta destringir e caracterizar os mais variados patamares sociais. Charles Booth, na realidade, analisando a população de Londres no seu estudo *Life and Labour of the People in London*, depara-se com uma tal diversidade social dentro da própria capital que vai ao ponto de segmentar os londrinos em oito classes distintas de A («the lowest class of occasional labourers, loafers and semi-criminals») a H («upper middle class») ³⁵¹.

Contudo, a urbanização e a industrialização das sociedades são também responsáveis pelo advento de um novo tipo de pobreza: «Cultural, moral and intellectual as much as material - a poverty that created a class so different as to constitute a different “race”»³⁵². Com a progressão do século XIX, as massas pobres e operárias são entendidas, cada vez mais contundentemente, enquanto raça diversa das outras classes

³⁴⁸ Gary Day, *Class*, Routledge, London and New York, 2001, p. 113.

³⁴⁹ Cf. idem, *ibidem*, p. 114.

³⁵⁰ *Op. cit.*, pp. ii, 16 e 17, embora estas denominações sejam recorrentes ao longo de *In Darkest England and the Way Out*.

³⁵¹ No entanto, para o seu estudo, Charles Booth apenas se deteria na caracterização das classes pobres, compreendidas entre A e F. Cf. Karel Williams, *From Pauperism to Poverty*, Routledge and Kegan Paul, London, Boston and Henley, 1981, pp. 314-317 relativamente à maneira como Booth subdividiu a população londrina que vivia no limiar da pobreza. Itálicos nossos.

³⁵² Gary Day, *Op. cit.*, p. 114.

sociais, ideia à qual não foi, tão pouco, alheia a influência do pensamento darwiniano, o qual define raça como espécie incipiente³⁵³. Os pobres, dadas as suas características específicas e por viverem em locais marginais, poderão evoluir diferentemente até formarem uma espécie nova. Aliás, Batalha Reis, sem enveredar por uma distinção entre espécie e raça, mas denotando a influência das teorias evolucionistas por si estudadas, dá consistência à ideia de que um meio diferente produz uma raça diversa. Assim, «a nova raça [...] é o resultado duma outra raça profundamente modificada pela residência num meio diferente»³⁵⁴. Na última década de Oitocentos estas crenças encontravam-se tão disseminadas que Max Nordau condensava do seguinte modo a ideia da existência e perpetuação de uma sub-espécie humana:

When under any kind of noxious influences an organism becomes debilitated, its successors will not resemble the healthy, normal type of the species, with capacities for development, but will form a new sub-species, which [...] possesses the capacity of transmitting to its offspring, in a continuously increasing degree, its peculiarities, these being morbid deviations from the normal form - gaps in development, malformations and infirmities³⁵⁵.

Ao defender esta teoria, Nordau tinha em mente as multidões urbanas de pobres malnutridos que se reproduziam alarmantemente transmitindo à descendência as suas deficiências congénitas. Esta sub-espécie cidadina constitui uma raça estranha ou, como sistematizava, já no alvor do novo século, Jack London a respeito dos miseráveis do *East End* londrino, «a new and different race of people, short of stature, and of wretched or beer-sodden appearance»³⁵⁶. Na verdade, como sintetiza Carl Chinn, «the urban poor did tend to be small, slightly built and pallid of skin. They were made that way by their inadequate diet, by the polluted environment in which they had to live and by their dreadful working conditions. Their look continued to impress observers»³⁵⁷. Ou seja, em termos físicos, os pobres evidenciam marcas de diferença e, por isso, também a sua alteridade é insinuada e objecto de curiosidade. De tal modo era esta diferença enfatizada pelos investigadores sociais, jornalistas, médicos e classes média e alta que, como continua Chinn, «the urban poor seemed to be a peculiar tribe who lived in a

³⁵³ Por outras palavras: «Races may grow more differentiated, develop reproductive isolation, and then develop into species», Theodosius Dobzhansky, «Species After Darwin», in S. A. Barnett, *A Century of Darwin*, Mercury Books, London, 1962, p. 51.

³⁵⁴ *Op. cit.* (1988b), p. 83.

³⁵⁵ In Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 15.

³⁵⁶ *Op. cit.*, p. 3.

³⁵⁷ *Op. cit.*, p. 112.

foreign place»³⁵⁸. A este propósito, David Ward também conclui que uma das concepções vitorianas primordiais relativamente aos bairros degradados é que: «The poor or slum residents are defined as a distinctive social group which, once established in social and spatial isolation from the rest of society, persists as a culture or subculture»³⁵⁹. Grupo social distinto, classe diferente, tribo estrangeira, raça ou espécie diversa, para os vitorianos, os pobres constituem, em suma, uma população Outra e estranha dentro da pátria inglesa, como corrobora Judith R. Walkowitz³⁶⁰.

Todavia, a alteridade desta raça, distinta e deformada, é acentuada porque se trata de um povo selvagem, pouco divergente dos pigmeus africanos, segundo a opinião de William Booth, como, inclusivamente, já referimos³⁶¹. A linguagem do imperialismo providenciava, na realidade, as imagens e metáforas com que se descreviam as chamadas *outcast classes*, os Outros dentro do Eu³⁶². Permeando todos os aspectos da sociedade vitoriana, o vasto tema do império pressente-se na analogia entre Londres e o continente africano, na identificação dos pobres com os nativos bárbaros e no próprio tema da “exploração” dos bairros degradados³⁶³. Oliveira Martins ecoa estes pressupostos contemporâneos na sua *Inglaterra de Hoje* e extrema a equiparação do *East End* à África recôndita habitada por pigmeus quando confere «ares simiescos» (*IH*, p. 226) a um homem que se encontra num *gin palace* por si visitado. Ademais, a atribuição de traços símios aos habitantes dos bairros pobres implica não só a constatação da sua alteridade e estranheza mas, sobretudo, a afirmação da sua inferioridade. Aliás, a comparação generalizada dos habitantes dos bairros urbanos decrépitos com os pigmeus africanos indica o seu relativo atraso em termos evolutivos, uma vez que aqueles eram considerados como a raça humana menos desenvolvida³⁶⁴. Martins estava, como sabemos, perfeitamente a par das teorias evolucionistas

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 126.

³⁵⁹ *Op. cit.*, p. 326.

³⁶⁰ Cf. *Op. cit.* (1992), p. 19 em que a autora revela que, na Era Vitoriana, os pobres são considerados uma raça à parte e exterior à comunidade nacional.

³⁶¹ Cf. Parte II, 2.1.2.

³⁶² A alteridade não se projecta somente no Outro estrangeiro ou distante. Inversamente também se espelha no próprio Eu. Esta «alteridade interna», tradução de «internal otherness», encontrada dentro da cultura do Eu é mais visível quando se trata de grupos sociais marginais como os pobres, os criminosos, os loucos ou, inclusivamente, as crianças. Cf. Gabriele Schwab, *Op. cit.*, p. 29.

³⁶³ Cf. Gary Day, *Op. cit.*, p. 144.

³⁶⁴ Nas últimas décadas do século XIX, a hierarquia humana era liderada pela raça teutónica, aquela que apresentava a maior capacidade craniana. Nos patamares inferiores encontravam-se os aborígenes australianos, abaixo os aborígenes tasmanianos e, em último lugar, os bosquímanes e pigmeus. Para uma leitura contemporânea da defesa destes pressupostos, cf., por exemplo, Alfred Russell Wallace, *La Sélection naturelle. Essais*, traduits de l'anglais par Lucien de Candolle, C. Reinwald, Paris, 1872, pp. 351-361. Juntamente com Darwin, Wallace é, com efeito, um dos descobridores e um dos maiores proponentes da teoria da evolução das espécies através da selecção natural.

darwinianas, sendo, sobretudo, partidário do darwinismo social, a extensão e generalização do pensamento evolucionista às sociedades humanas³⁶⁵. Num outro capítulo de *A Inglaterra de Hoje*, Martins permite, com efeito, que se verifique a sua adesão às noções do evolucionismo quando alude à «distância de momento evolutivo em que os trabalhadores rurais se encontram dos fabris» (*ibidem*, p. 216). Assim, a equiparação que o autor estabelece entre os símios africanos e os homens do *East End* denota concepções bastante difundidas e defendidas no Período Vitoriano Tardio e, simultaneamente, coloca-o em alinhamento com as teorias que presumem a evolução da espécie humana a partir de estádios inferiores até outros superiores.

A selva urbana é, então, habitada por uma raça diferente, estranha ou estrangeira que ainda não atingiu os patamares mais elevados da evolução humana. Trata-se de uma infra-humanidade simiesca e atarracada que povoa não só o *locus classicus* da miséria vitoriana, o *East End*, mas todos os bairros deploráveis das grandes urbes. Constituída, primordialmente, por trabalhadores não qualificados vivendo abaixo do limiar da pobreza, esta raça exótica representava, nos finais do século XIX e inícios do século XX, cerca de cinquenta por cento da população citadina britânica³⁶⁶. Charles Booth, um dos seus estudiosos mais aturados, não só a segmenta em classes distintas como estabelece, inclusivamente, uma hierarquia evolucionista na qual as classes mais baixas são definidas como autênticas raças selvagens. Deste modo:

Their life is the life of savages [...]. They render no useful service, they create no wealth: more often they destroy it. They degrade whatever they touch, and as individuals are perhaps incapable of improvement [...].

It is much to be desired and hoped that this class may become less hereditary in its character. There appears to be no doubt that it is now hereditary to a very considerable degree³⁶⁷.

O postulado da importância da hereditariedade na formação da raça sustentado por Taine e fundamental ao travejamento das teorias de Darwin é também apresentado por Charles Booth e será redundante nos estudos finisseculares consignados à temática das classes indigentes: raça selvagem e primitiva, perpetuada hereditariamente e incapaz de se juntar ao resto da humanidade que caminha em direcção ao progresso. Na Era Vitoriana, as multidões de pobres citadinos «were reckoned to be more primitive than

³⁶⁵ Pedro Calafate, *Op. cit.*, p. 38.

³⁶⁶ Cf. Robert Roberts, *The Classic Slum. Salford Life in the First Quarter of the Century*, Penguin Books, London and New York, 1990 (1ª ed. 1971), p. 13.

³⁶⁷ Charles Booth, «East London: The Eight Classes», in Sally Ledger e Roger Luckhurst, *Op. cit.*, p. 40.

other English men and women. They were thought to be those who would not or could not join in the march forward by “civilised society”»³⁶⁸. Oliveira Martins, na verdade, deixa-se contagiar por estas interpretações tão comuns na sua época e, no seu retrato da Inglaterra vitoriana, a Londres da miséria é também povoada por «selvagens ávidos» (*ibidem*, p. 42) e animalescos. O autor procede à bestialização dos habitantes do *East End* através de imagens que não demonstram originalidade, mas, inversamente, a repetição de metáforas recorrentes. Ao visitar um casebre fétido, Martins depara-se com uma família que descreve através de todo um vocabulário que aponta para a sua animalidade e primitivismo. Lembra o autor ao entrar num exíguo quarto: «Aproximei-me, baixei-me: era uma criança inteiramente nua. Quis fazer-lhe uma festa; mordeu-me como um bicho, com um ar selvagem aceso nos olhos. A mãe grunhiu, o pai respirava ofegantemente» (*ibidem*, p. 224). Através da descrição martiniana, verificamos que o autor não caracteriza seres humanos, mas uma qualquer espécie bruta e infra-humana que morde e grunhe. Similarmente, Batalha Reis também embarca numa caracterização genérica que animaliza os ingleses que vivem na penúria. Contrastando o carácter dos pobres em Inglaterra com o dos indigentes continentais, o autor chega à conclusão de que: «Pobre, infeliz, miserável, o inglês volta à espessa animalidade instintiva, brutal, incapaz das atitudes imaginosas do pobríssimo camponês italiano, da nobreza esfarrapada do mendigo espanhol, da alegria invencível do vagabundo francês» (*RI*, p. 195). Como se depreende, o clima também opera a diferença entre os pobres de nacionalidades diferentes. Não é só a raça, genericamente falando, que é divergente de clima para clima; são também as próprias classes dentro da mesma. Portanto, novamente assistimos a uma confluência opinativa entre Batalha e o seu predecessor Taine. Não se alongando muito relativamente aos bairros operários da capital, este último, que visitara Manchester e que, apressadamente, vira as casas do proletariado, considera que o camponês francês é mais feliz na sua miséria do que o operário inglês³⁶⁹.

Por outro lado, se Martins equiparava uma criança do *East End* a um bicho, Batalha, revelando influências das obras de Dickens, constata:

Nada há no mundo que possa comparar-se às fisionomias estultas, violentas, densas, bestiais de muitas crianças inglesas nascidas, criadas na miséria e na embriaguez. Numerosos desenhadores têm,

³⁶⁸ Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 5.

³⁶⁹ Comparando o nível de felicidade entre a Inglaterra e a França, Taine conclui subrepticamente que o camponês seu conterrâneo leva a melhor sobre o mísero operário inglês. Cf. F. C. Roe, *Op. cit.*, p. 110.

perfeitamente, fixado o tipo. Recordo-me, especialmente agora, de algumas das ilustrações de Cruikshank aos romances de Dickens (*ibidem*).

Por exemplo, Jack Dawkins, o companheiro de Oliver Twist que o introduz no submundo londrino corresponde a esta descrição: «He was a snub-nosed, flat-browed [...] and as dirty a juvenile as one would wish to see [...]. He was short of his age: with rather bow-legs: and little, sharp, ugly eyes»³⁷⁰.

Inferiorizado e animalizado, o inglês pobre perde a sua individualidade enquanto ser humano. Reduzido a um mero, e exótico, objecto de análise sujeito aos caprichos interpretativos dos investigadores sociais oitocentistas que se ocupam da sua classificação e hierarquização, a sua personalidade é obliterada e, não obstante todos os estudos de que é alvo, ignora-se, inclusivamente, as relações que estabelece com os seus congéneres dentro da comunidade³⁷¹. Esta descaracterização é, ademais, incrementada porque, no Período Vitoriano Tardio, o patamar social em que o pobre se inscreve corresponde ao “resíduo” ou “refugo” humano³⁷². A comprovar a massificação informe de que os miseráveis são vítimas e, por conseguinte, difundindo, novamente, conceitos coevos bastante divulgados, Batalha Reis exclama: «Quantos milhares de pessoas há em Londres sem nome, sem idade, sem fisionomia, sem família, sem conhecidos, sem passado, sem história, sem profissão, perdidas no rumor, na miséria e na névoa!» (*ibidem*, p. 100). Portanto, ainda mais do que Martins que, mercê da sua condição de viajante de ocasião, só oferece ao leitor exemplos particulares e pontuais de pessoas com quem se cruza no *East End* e que equipara aos selvagens dos confins equatoriais, Batalha salienta a bestialidade generalizada das classes pobres da Inglaterra. Contudo, nem um nem outro autores se despegam de concepções contemporâneas muito arreigadas nas décadas de 1880 e 1890 relativas à inferioridade social e, acima de tudo, rática das populações que constituem a pobreza urbana da Inglaterra vitoriana. Olhando para o Outro e sendo bastante influenciados pelas imagens que a imprensa e a literatura vitorianas veiculavam relativamente às *outcast classes*, estes jornalistas literários vêem um país corroído por hordas incomensuráveis de miseráveis e esquecem os problemas

³⁷⁰ Charles Dickens, *Op. cit.* (1999a), p. 57.

³⁷¹ Cf. Gary Day, *Op. cit.*, p. 143.

³⁷² Cf. Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 121. «The residuum» é, com efeito, uma das expressões mais características da definição das classes sociais mais baixas e um dos conceitos-chave das Ciências Sociais no Período Vitoriano Tardio e, ainda, um componente vital do darwinismo social da época imperialista, cf. José Harris, «Between Civic Virtue and Social Darwinism. The Concept of the Residuum», in David Englander e Rosemary O'Day (eds.), *Op. cit.*, p. 67. Vanda Rosa também observa que, ao referir-se ao *East End*, Batalha Reis mostra «a decadência e a fraqueza dos que aí habitam», *Op. cit.*, p. 77.

do Eu pátrio. Na verdade, como Gertrude Himmelfarb explica, comparando directamente a Inglaterra com Portugal, «where the people were visibly in a state of abject poverty [...], the number of paupers was insignificant»³⁷³. Depreende-se, portanto, que o problema da pobreza nas cidades da Velha Albion é galvanizado contemporaneamente e que os autores seguem nessa linha. Trata-se, então, de uma colossal multidão amorfa, anónima, primeva e bestial aquela que personifica a pobreza em Inglaterra e que se prontifica a corroer toda a sociedade vitoriana.

No ano de 1798, o Reverendo Thomas Robert Malthus publicava um estudo que se tornaria num dos textos doutrinários das Ciências Sociais e que, revelando-se de tal modo influente no decurso do século seguinte, serviria de mola propulsora do futuro ideário darwinista³⁷⁴. Em *An Essay on the Principle of Population. As it Affects the Future Improvement of Society*, Malthus refere-se ao crescimento demográfico como um risco potencial para as sociedades porque pode acarretar conflitos sociais e, mormente, estados de miséria quase permanentes. Enquanto a *ratio* populacional cresce geometricamente, os meios de subsistência só podem aumentar aritmeticamente, o que significa que a população se multiplica mais rapidamente do que podem suportar os garantes da sobrevivência. Consequentemente, existe a necessidade de a população ser sujeita a controlos periódicos preventivos, tais como a fome, a doença, a guerra ou, mesmo, a abstinência sexual³⁷⁵. A cada nova edição de *On the Principle of Population*, Malthus acrescentava novos factos à sua teoria que, no entanto, mantinha como argumento principal os necessários entraves positivos à fecundidade, salientando que esta era incrementada pelo vício, isto é, a prostituição, a corrupção e as paixões não naturais. Muito embora se pressinta alguma crueza na plataforma teórica malthusiana, importa contextualizá-la enquanto resposta às ansiedades sentidas no período inicial do capitalismo industrial, sobretudo a rápida expansão urbana e um crescimento demográfico nunca antes experimentado na história da Humanidade³⁷⁶.

É certo que, dando fé a Malthus, a população só se mantém estável mediante desbastes periódicos. Contudo, também é correcto afirmar que os vitorianos são

³⁷³ *Op. cit.*, pp. 125-126.

³⁷⁴ Tanto Darwin como Wallace jamais negaram o seu endividamento às teorias malthusianas. Foi em Malthus que ambos os cientistas descobriram o elemento essencial que ajuda a esclarecer a luta pela existência. Ademais, a súpula das ideias de Malthus é o primeiríssimo elo de ligação entre o darwinismo e as Ciências Sociais. Cf. Donald G. MacGrae, «Darwinism and the Social Sciences», in S. A. Barnett, *Op. cit.*, p. 296.

³⁷⁵ Relativamente à importância e explicação dos estudos de Malthus, cf. David Englander, *Poverty and Poor Law Reform in Britain from Chadwick to Booth, 1834-1914*, Longman, London, 1998, pp. 7-8.

³⁷⁶ Cf. Donald G. MacGrae, in *Op. cit.*, p. 297.

conhecidos pela sua filantropia, pela criação de inúmeras instituições de caridade e pela preocupação com os que vivem com dificuldades³⁷⁷. Como sintetiza Gertrude Himmelfarb a respeito da Inglaterra vitoriana: «The most individualistic of countries was also the most philanthropic-minded»³⁷⁸, donde se infere, precisamente, o quanto os vitorianos se envolviam em obras de auxílio ao próximo. Este elevado sentido humanitário opera, todavia, ao arrepio das teorias malthusianas uma vez que a caridade, protectora dos organismos débeis, obsta ao designado controlo preventivo de que a população deve ser alvo ocasionalmente. Simultaneamente, a filantropia é, ainda, um contraponto ao processo de selecção natural e sobrevivência do mais apto porque tenta manter viva a raça que é física e moralmente inferior³⁷⁹. Portanto, a dureza da lei populacional que os aparelhos conceptuais malthusiano e darwiniano expõem é suavizada através do génio caritativo dos vitorianos, o que, ironicamente, acarreta outro tipo de problemas.

Ramalho Ortigão confirma, com efeito, que se não fossem os esforços dos «mais de 800 [...] institutos de caridade sustentados por donativos voluntários» (*JB*, p. 26) um indivíduo nascido em circunstâncias tão adversas como o *baby Ginx* jamais poderia sobreviver. *Ginx* é a prova de que o intrincado sistema filantrópico inglês é um sério obstáculo à efectivação das leis malthusianas. Como demonstra o autor:

O baby Ginx é o tipo [...] perfeito do miserável de Londres, requintado e acrisolado aqui, mais do que em nenhuma outra parte, pela colossal e complicada retorta da assistência pública, pelo cadinho burocrático da desembargatória e pedantesca filantropia nacional (*ibidem*, p. 120).

Ao mencionar a «assistência pública», Ramalho tinha, certamente, em mente a complexa legislação que, desde os tempos isabelinos, era perpetuada pelo governo britânico em prol dos mais desfavorecidos, a *Poor Law*, mediante a qual se canalizava a ajuda aos pobres através das paróquias, o que beneficiava muitos cidadãos que de outro modo pereceriam. Malthus, na verdade, rebelou-se contra a *Poor Law* explicando que as leis de auxílio aos economicamente carenciados encorajavam a proliferação de crianças para as quais não existiam recursos e que, conseqüentemente, este tipo de legislação

³⁷⁷ Simultaneamente, os vitorianos também se devotam aos vizinhos e sentem ser seu dever a eliminação de ódios sociais. Cf. Christopher Lane, *Hatred and Civility. The Antisocial Life in Victorian Britain*, Columbia University Press, New York, 2004, pp. 2-3.

³⁷⁸ *Op. cit.*, p. 143.

³⁷⁹ Cf. Carl Chinn, *Op. cit.*, p.113.

mantinha e aumentava os pobres que sustentava³⁸⁰, caso este exemplificado por Ginx. Simultaneamente, ao aludir às várias centenas de instituições beneméritas operadas por «donativos voluntários», Ramalho também não ignorava que a caridade privada era, de igual modo, responsável pela sobrevivência de Ginx. Na realidade, como salienta Norman McCord, na Era Vitoriana «the response to social problems came for the most part not from the state but from the private and local energies»³⁸¹. Ademais, como esclarece melhor este estudioso, «it is not possible to estimate with any accuracy the total sums of money expended on voluntary relief measures, still less possible to estimate the amount of time and energy so employed, but it is very clear that unofficial far outweighed official exertion»³⁸², o que demonstra o peso social e a importância de que se revestia a caridade privada na Inglaterra vitoriana.

Condenado a morrer na infância devido à miséria da sua família, cujos recursos pecuniários não permitiam alimentar toda a prole, Ginx é resgatado *in extremis* quando o pai se prepara para afogá-lo no Tamisa. Entregue aos cuidados de uma instituição caridosa católica, Ginx passa, depois, para outra protestante e, mais tarde, para outra e assim sucessivamente até se tornar num pária social, comprovando, dessa feita, o cepticismo malthusiano relativo à ajuda aos pobres. Contudo, não era só Malthus que hostilizava a *Poor Law*. Charles Dickens, um dos confessos mestres ramalheanos, não poupava críticas à legislação que, almejando auxiliar os pobres, tornava-os ainda mais miseráveis e mais ostracizados socialmente. Em *Oliver Twist*, com efeito, Dickens ilustra todos os efeitos negativos que a *Poor Law*, a *workhouse* e a falsa filantropia operam no destino infeliz do jovem Oliver, «a parish child - the orphan of a workhouse - the humble half-starved drudge - to be cuffed and buffeted through the world - despised by all, and pitied by none»³⁸³. Sintetizando o percurso de vida de Ginx, Ramalho Ortigão, ecoando as leituras do “seu” Dickens, mostra como a caridade vitoriana não traz nenhum benefício à Humanidade, sendo outro dos sinais de um povo iminentemente hipócrita:

³⁸⁰ Cf. David Englander, *Op. cit.*, p. 8. Uma vez que as leis que regem o crescimento demográfico são imutáveis, Malthus advogava a abolição total de qualquer legislação que favorecesse a pobreza. Porém, para que os efeitos da erradicação da *Poor Law* não fossem muito drásticos, este estudioso propunha que entre o decreto da sua anulação e a abolição completa se criasse um período transitório que designasse que qualquer criança, entretanto nascida, jamais poderia beneficiar deste tipo de ajuda oficial. Malthus pensava que, deste modo, a população pobre regressasse o número de nascimentos. Cf. Gertude Himmelfarb, *Op. cit.*, pp. 129-130.

³⁸¹ Norman McCord, «The Poor Law and Philanthropy», in Derek Fraser (ed.), *The New Poor Law in the Nineteenth Century*, Macmillan, London, 1976, p. 87.

³⁸² Idem, *ibidem*, p. 97.

³⁸³ *Op. cit.* (1999a), p. 3.

Depois de empregados todos os meios de que podem dispor as comunhões religiosas, as associações de filantropia, a eloquência parlamentar [...] para o fim de fazerem de Ginx's baby o mais honesto, o mais próspero e o mais feliz de todos os seres humanos, o mesmo Ginx, tendo curtido quanta fome podia curtir sem estalar, tendo passado sucessivamente pelos bancos dos tribunais e pelas cadeias como bêbedo, como gatuno e como vadio, acaba finalmente aos vinte-e-quatro anos de idade, atirando-se por si próprio ao Tamisa (*ibidem*, pp. 125-126).

Ginx é, em suma, o paradigma da falsa e inoperante filantropia inglesa. Nascendo miserável continuou pobre toda a vida, tornou-se num criminoso e num alcoólico e nem, tão pouco, foi a caridade que o impediu de passar fome. Aliás, Ginx só foi salvo do infanticídio que o pai se preparava para cometer porque as duas religiosas que o resgataram estavam «desprovidas a êsse momento da matéria ofertável ao instituto de S. Vicente de Paulo» (*ibidem*, p. 126), o que ilustra, na óptica deste jornalista literário, o quanto a caridade inglesa não é desinteressadamente altruísta.

Em termos do evolucionismo darwiniano, as classes dos escalões inferiores estariam condenadas à extinção porque esse é o destino dos seres mais frágeis. Contudo, uma população amparada na caridade está, como vimos, sujeita a proliferar. E é certo que os pobres se multiplicavam em grandes números, propagando o seu código genético deficiente às futuras gerações. Como também já constatámos, ao longo do século XIX, os ingleses das classes mais abastadas viveram em permanente sobressalto receando a insurreição das classes operárias e desvalidas, as quais constituíam um grande quinhão da população. Aliás, «throughout the nineteenth century collective violence was disturbingly frequent, and it must have provided strong [...] grounds to believe in the prospect of a potential insurgent state»³⁸⁴. Havia, pois, que apaziguar as massas esfomeadas a fim de afastar o perigo da revolução dos pobres. Daí que a filantropia fosse entendida como um instrumento de subjugação das classes mais vulneráveis, ou seja, do Outro, perigoso e diferente, que se aloja no seio do Eu³⁸⁵. E este papel pacificador cabia às classes mais abastadas. Até porque, na Era Vitoriana, se considera que «wealth [...] serves as both a visible token of virtue and the gateway to new levels of moral achievement, for only the rich can exercise the higher virtues, such as

³⁸⁴ David Ward, in *Op. cit.*, p. 330.

³⁸⁵ Cf. Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 160.

benevolence»³⁸⁶. Além disto, as obras caritativas explicavam-se com recurso aos postulados da teoria evolucionista, pois, de acordo com Herbert Spencer, fundador do darwinismo social e um dos seus maiores mentores na segunda metade do século XIX, a superioridade biológica implica, também, a preeminência ética³⁸⁷. Como sintetiza, a este respeito, Christopher Lane: «Allegedly, biological predispositions could account for factors as varied as wealth, intelligence, sympathy, and benevolence»³⁸⁸. Por conseguinte, somente o indivíduo biologicamente mais desenvolvido, leia-se rico e moralmente virtuoso, poderia demonstrar generosidade para com os seres menos perfeitos do ponto de vista evolutivo, afinal, a raça diferente, animalesca e inferior, de que anteriormente se dava conta. Assim, a filantropia vitoriana tem um cariz eminentemente paternalista no sentido em que assume a superioridade e a condescendência do providenciador de caridade face ao destinatário da mesma³⁸⁹. Trata-se, portanto, de uma filantropia que não se guia exclusivamente por elevados princípios morais, nem se baseia num altruísmo puro. E é, exactamente, disto que os autores em análise nos dão conta.

Eça de Queirós circunscreve ao período natalício as preocupações caridosas dos ingleses, pois «findas as consoadas, o egoísmo parte à desfilada; ninguém torna a pensar mais nos pobres, a não ser alguns revolucionários endurecidos, dignos do cárcere; e a miséria continua a gemer ao seu canto» (*TI*, p. 119). Para este jornalista literário, é o Natal, mormente o gélido Dezembro inglês, que traz a obrigatoriedade da caridade. Consequentemente, a filantropia inglesa não frutifica a partir de um genuíno amor ao próximo. É necessário um acontecimento tão cheio de significado como a celebração do nascimento do Cristo para que a sociedade se lembre dos pobres. Só então «a alma se abre a sentimentos melhores de fraternidade e de simpatia universal, e [...] a consciência da miséria em que se debatem tantos milhares de criaturas, volta com uma amargura maior» (*ibidem*).

Ramalho, citando o exemplo de Ginx, deixa perceber a futilidade e hipocrisia da caridade vitoriana. Mas, também mostra o paternalismo entediado que as classes mais abastadas sentem dever às classes inferiores. Deste modo, quando a paupérrima mãe de Ginx dá à luz outro descendente famélico, a Rainha ordena que se lhe oferte «dois

³⁸⁶ Peter Mandler, «Tories and Paupers. Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law», *The Historical Journal*, vol. 33, nº 1, Cambridge University Press, Cambridge, Março de 1990, p. 87.

³⁸⁷ D. Daiches Raphael, «Darwinism and Ethics», in S. A. Barnett, *Op. cit.*, p. 345.

³⁸⁸ *Op. cit.*, p. 11.

³⁸⁹ Cf. Norman McCord, in Derek Fraser (ed.), *Op. cit.*, p. 107.

soberanos em dinheiro e duas camisolas de flanela de qualidade intermédia, como testemunho da real munificência» (*JB*, p. 121). Contudo, a soberana somente se apercebe da desgraça da família Ginx porque esta é noticiada pelo *The Times*. Caso contrário, a miséria dos súbditos ser-lhe-ia alheia. Alertada para o facto, Victoria condescende em demonstrar a sua caridade e, mesmo assim, muito espartanamente.

Descritos como um «povo de lojistas», os ingleses vivem para a obtenção do lucro em toda e qualquer actividade que empreendam e a caridade não é excepção, como informa Batalha Reis, para quem os ingleses são «naturalistas por negócios, geógrafos por negócio, [...] missionários cristãos por negócio» e, sobretudo, «filantropos por negócio» (*RI*, p. 120). Para o autor, nem a louvável filantropia escapa ao carácter cínico da raça, pois só é administrada se daí resultarem benefícios para quem a concede. Todavia, Batalha vai mais além na sua tentativa acrimoniosa de desmascarar as boas intenções da caridade vitoriana. Esta é, segundo o articulista, «em grande parte teatral e aplica-se, de preferência, às misérias para que todo o mundo olha» (*ibidem*, p. 214). Por conseguinte, a Inglaterra não é uma nação onde se dispense a caridade sem segundas intenções, já que importa fazer negócio com ela, e, paralelamente, também não é devido a algum sentimento nobre e humanitário que se levam a cabo acções caritativas, mas, antes, por obrigação, a fim de aliviar as misérias que são do conhecimento público e que, por isso, podem envergonhar a Inglaterra a nível internacional. A acrescentar a este facto, na *Revista Inglesa*, o autor deixa transparecer aquela crença vitoriana, fortemente imbuída do espírito das teorias do darwinismo social, de acordo com a qual os pobres são os únicos responsáveis pela sua condição, isto é: «Later Victorians [...] ascribed pauperism and chronic poverty to the miscalculation of people inherently unable to help themselves, because of biological and psychological degeneracy»³⁹⁰. Este pressuposto explica, em parte, as razões subjacentes à falsidade da filantropia dos ingleses: faz-se caridade por imperativos morais, pois, afinal, os pobres sê-lo-ão sempre porque tal é imanente à sua condição³⁹¹. De facto, até mesmo em termos simbólicos «o sofrimento é considerado como um afastamento em relação à “norma”»³⁹². Logo, os pobres são-no, pois são diferentes, pessoas de

³⁹⁰ José Harris, in David Eglander e Rosemary O'Day (eds.), *Op. cit.*, p. 67.

³⁹¹ Ao definirem o termo pobreza, Charles Madge e Peter Wilmott consideram que esta significa privação e desvantagem, resultando da combinação de cinco pressupostos: «Low income, overcrowding, lack of housing amenities, poor health and limited leisure», Charles Madge e Peter Wilmott, *Inner City Poverty in Paris and London*, Routledge and Kegan Paul, London, 1981, pp. 8-9.

³⁹² Mircea Eliade, *Op. cit.* (1993), p. 113.

comportamento desviante face ao que se assume como normal e, conseqüentemente, também eles, figuras de alteridade.

Ademais, Herbert Spencer concebia a sociedade como «a lawful and orderly system of rewards and punishments that inevitably promoted material and moral progress. Poverty [...] resulted from individual improvidence; wealth was thus a sign of individual worth»³⁹³. Face a estas concepções, Batalha Reis verifica que: «Para os ingleses, ser rico e ser forte é um dever pessoal. Quem é pobre ou fraco, falta ao seu dever, é conseqüentemente um criminoso desprezível que é justo cobrir de desdém e castigar com severidade» (*ibidem*, p. 198). Na verdade, não eram só pressupostos spencerianos que culpabilizavam os pobres pela sua pobreza. Um outro preconceito estava na génese deste sentimento. Durante o século XIX, e em conseqüência da industrialização, observou-se um acentuado crescimento dos salários do operariado, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, o fosso entre ricos e pobres se agigantava. Contudo, para muitos observadores contemporâneos este panorama não resultava de condições económicas, sendo, ao invés, produto dos comportamentos licenciosos das classes mais baixas. Na Era Vitoriana é comumente aceite que «those individuals who heed the call of duty and demonstrate the virtues of industry and prudence reap material as well as spiritual rewards, rising out of the state of nature into relative abundance. Those who choose idleness and improvidence remain in a state of severe trial»³⁹⁴. Em suma, para muitos vitorianos, a pobreza «was the result of the extravagant, wasteful and squandering personalities of “large masses of the people”»³⁹⁵. Por isso, como conclui David Ward, «poverty became the most frequently and heavily penalized form of deviancy»³⁹⁶. Portanto, quando afirma que, para os ingleses, ser pobre é faltar ao seu dever, Batalha Reis nota, efectivamente, a existência deste tipo de convicções na sociedade vitoriana. Conseqüentemente, se as classes sociais mais elevadas eram moralmente superiores, a filantropia que praticavam era uma espécie de obrigação inerente a essa superioridade.

Todavia, Batalha só mostra uma perspectiva: a de que os ingleses das classes endinheiradas acusam os pobres de serem os grandes responsáveis pela sua indigência e esquece que, mesmo para os próprios vitorianos, era difícil conciliar e destrinçar duas

³⁹³ Jim Moore, «Herbert Spencer's Henchmen. The Evolution of Protestant Liberals in Late Nineteenth Century America», in John Durant (ed.), *Darwinism and Divinity. Essays on Evolution and Religious Belief*, Basil Blackwell, Oxford, 1985, p. 80.

³⁹⁴ Peter Mandler, in *Op. cit.*, p. 89.

³⁹⁵ Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 13.

³⁹⁶ In *Op. cit.*, p. 332.

concepções diametralmente opostas e, por isso, «this ambiguous attitude towards the poor, that they were at once the product *of* and willing participants *in* their circumstances»³⁹⁷. Na verdade, se bem que a mendicância atribuída aos comportamentos imprevidentes das classes destituídas fosse um credo enraizado, a sociedade inglesa finissecular, sobretudo nas duas últimas décadas de Oitocentos, luta com dificuldades em aceitar este pressuposto como causa exclusiva da pobreza. E os investigadores sociais indicam a falsidade destas generalizações preconceituosas:

They showed clearly that most of those who were poor could not be blamed for their predicament. Poverty was the result largely of economic conditions over which individuals and families had no control.

[...]

The poor crowded into the [...] insanitary districts. They rented badly built dwellings which had inadequate facilities. They did the dirtiest, hardest and most dangerous jobs. They ate the worst food. They suffered ill-health and early deaths. Poverty blighted their lives³⁹⁸.

Portanto, na Inglaterra do *fin-de-siècle* coexistem duas noções antitéticas que tentam explicar a existência e perpetuação da pobreza no seio do país mais industrializado e rico do mundo. Gradualmente, a ideia de que quem vive miseravelmente não é culpado pela sua condição ganha precedência sobre o pressuposto inverso, mas, não obstante a sua longa residência em Inglaterra, Batalha Reis omite esse facto, o que impede que se veja o autor como um jornalista meramente objectivo, tornando-se, ao invés, no jornalista literário que selecciona a informação que quer veicular. Neste caso, Batalha não revela que, para muitos ingleses, a pobreza crónica não poderia ser imputada aos indivíduos porque o que prefere salientar é a crueza da raça inglesa. Similarmente, Oliveira Martins também nos mostra como, para os ingleses, a filantropia é um conceito vão porque, na luta pela existência, o pobre equivale ao indivíduo mais fraco, estigmatizado socialmente e responsabilizado pela miséria em que vive. Tal como Ramalho, o autor também se refere à caridade legislada. Assim: «Os registos da assistência pública, na Inglaterra e Gales, acusam a existência de um milhão quase de pobres socorridos» (*IH*, pp. 222-223), informação que é corroborada mediante a apresentação de uma tabela que regista as percentagens de indivíduos que receberam auxílio estatal entre as décadas de 1860 e 1890 (*ibidem*, p. 223). E, de entre todos os

³⁹⁷ Gary Day, *Op. cit.*, p. 145. Itálicos do autor.

³⁹⁸ Carl Chinn, *Op. cit.*, p. 6.

autores, Martins é o único que se detém na análise das vantagens, ou, melhor, das desvantagens, da *Poor Law*, reformulada em 1834 através do *Poor Law Amendment Act*.

Levando em consideração alguns dos avisos expostos pelas teorias malthusianas, a *New Poor Law*, como ficaria conhecida na Era Vitoriana a *Poor Law*, após a sua reformulação, tinha como objectivo «to provide adequate institutional care for those labelled “impotent”»³⁹⁹. Este apoio institucional baseava-se no princípio da menor elegibilidade, isto é, socorrer-se-iam prioritariamente os indivíduos considerados incapacitados: os enfermos, os idosos e as viúvas com filhos dependentes e só depois todos aqueles que estivessem aptos a trabalhar. A ajuda, por sua vez, seria canalizada principalmente através da *workhouse*, deixando as paróquias de ter um papel tão activo na distribuição das esmolas do erário público. Este aparelho legislativo apoiava-se numa pesada máquina administrativa, controversa e não raramente fraudulenta, uma vez que «the Poor Law was an integral part of the local political structure, with important powers to exercise and patronage to dispense. The Poor Law guardian was an elected functionary [...] and the election of the guardians were [...] as fiercely fought as those of borough councillors or Members of Parliament»⁴⁰⁰. Esta estrutura politizada e gestora de dinheiros públicos era igualmente criticada por não socorrer os pobres que realmente necessitavam. Com efeito, a *workhouse* funcionava como uma espécie de estigma social e, por conseguinte, muitos pobres evitavam entrar pelas suas portas em busca de auxílio, pelo que quem beneficiava da instituição eram os pequenos criminosos e os alcoólatras⁴⁰¹. Martins apercebe-se das incongruências da *Poor Law* e ataca-a explicitamente. Esta é, afinal, um instrumento gerador de dinheiro que, em vez de ser empregue em prol dos necessitados, contribui para aumentar o pecúlio das classes médias. Com um pródigo orçamento de «oito milhões de libras esterlinas» (*ibidem*, pp. 229-230), a *Poor Law* dissipa os seus recursos perdulariamente. Apresentando outra tabela, bastante detalhada, acrescente-se, em que se mostra como o orçamento da *Poor Law* para o ano de 1891 é gerido, o jornalista literário conclui acrimoniosamente:

Pela gamela dos pobres comem, porém, muitos remediados. A assistência tem um exército de 4.030 médicos, de 624 empregados, de 651 mestres nas *work-houses*, de 1.387 serventes de toda a espécie: soma, 6.692 indivíduos que custam £ 1.400.000. Junte-se, para despesas gerais e administrativas,

³⁹⁹ Derek Fraser, «Introduction», in Derek Fraser (ed.), *Op. cit.*, p. 1.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁴⁰¹ Cf. idem, *ibidem*, p. 13.

£ 1.100.000, e temos que, dos oito milhões, só cinco e meio são distribuídos em socorros. O serviço custa mais de 30 por cento, o que é horroroso, mormente quando se trata de caridade (*ibidem*, pp. 230-231).

Consequentemente, a noção veiculada é que a *Poor Law*, supostamente delineada para fins caritativos, falha os seus propósitos: cria empregos para as classes «remediadas» e o seu intrincado sistema burocrático é um autêntico sorvedouro de dinheiro que é, dessa feita, mal utilizado. A caridade é, portanto, algo bastante dispendioso, exactamente o oposto do que deveria ser idealmente.

Porém, para Oliveira Martins o «caso, talvez mais grave ainda do que a miséria dos miseráveis, é a ideia que os ricos fazem da pobreza. Socorrem-na sem caridade humana; combatem-na, como se combate uma epidemia. Para eles, o pobre é um leproso. [...] Com a ideia que formaram da vida, o pobre é com efeito um vencido» (*ibidem*, p. 223). Através desta citação percebemos que o autor se apossa da ideia vitoriana de que «poverty was a freely chosen condition, and poor relief should be used as a deterrent rather than encouraging and subsidizing that choice»⁴⁰². O espírito caritativo tem muitas lacunas porque se engendra o auxílio aos pobres sem que eles sejam a razão fundamental da ajuda. Estes são os responsáveis máximos da sua condição. Portanto, nem todos devem ser socorridos de igual modo e, além disso, é só por um imperativo moral que se procede à filantropia, que, deste modo, é uma ideia seca em termos de sentimentos.

De entre os autores em estudo, Oliveira Martins é aquele que mais critica a filantropia vitoriana, demonstrando como ela é fruto da hipocrisia ingénita da raça. Paralelamente, é também Martins que mais se concentra em dar a conhecer aos leitores as teorias do evolucionismo social aplicadas aos pobres e tal como vistas pelos ingleses. Desta feita, tendo em mente a Inglaterra finissecular:

Caridade é uma palavra, cujo sentido místico e metafísico, não é acessível a paladares que reclamam pratos fortes apimentados e bebidas capitosas e excitantes: gente sempre de mangas arregaçadas, para o *boxing* da existência, quer seja para a debater, quer seja para a gozar. Os pobres são os vencidos no *steeple chase* da vida. Socorrem-se, utilitariamente, por medo, e como defesa. Carinho não há. A sentimentalidade filantrópica, paixão muito comum, compraz-se em objectos mais pitorescos, ou mais românticos. Wilberforce pôs em moda os negros; e Mrs. Beecher Stowe, com a sua *Uncle Tom's Cabin*, sensibilizou duas ou três gerações de *misses*, chorando sobre a sorte dos escravos: elas que tinham ali ao pé a legião medonha dos miseráveis londrinos. Também é contrafeita, também é excêntrica,

⁴⁰² David Ward, in *Op. cit.*, p. 332.

também é *constipada*, a maneira como amam o próximo. Em regra, preferem-lhe os brutos. Inúmeras sociedades protegem os animais, quando a gente rebenta com fome, estoira com álcool, ou enregela com frio (*ibidem*, p. 231. Itálico do autor).

Através desta longa citação percebemos que Martins veicula a ideia de que os ingleses não são um povo dado à caridade espontânea. As classes abastadas fecham os olhos às desgraças que ocorrem com os pobres do seu país, preferindo dar atenção a males sociais estrangeiros ou, pior, investem mais nos animais do que nos seus semelhantes desfavorecidos. Ademais, o seu ideário social resume-se a um punhado de noções evolucionistas que defendem a inferioridade das classes miseráveis que não conseguem singrar na incomensurável luta pela sobrevivência que não se apieda dos mais fracos. Porém, Martins também nos dá conta do eterno medo vitoriano da insurreição das hordas de pobres esfomeados e, por isso, deixa-nos entender que a caridade existe a fim de apaziguar o descontentamento, potencialmente perigoso, dos miseráveis. Em suma, a filantropia é interesseira porque é um freio à insubordinação das massas e à ameaça que pode destruir a ordem social estabelecida. É, pois, o medo do Outro que efectiva as acções beneméritas.

Analisando comparativamente estes quatro autores no que se refere à sua percepção da caridade vitoriana, podemos concluir que nenhum nos apresenta uma visão positiva da mesma. Por outras palavras, caridade é algo de que os ingleses se esquecem constantemente. Para Eça de Queirós é só no Natal que a miséria é lembrada e, conseqüentemente, somente nessa quadra se tenta minorá-la através de donativos sazonais. Ramalho oferece como exemplo a generosidade real, a qual é despertada para a existência dos pobres que necessitam de esmola através dos artigos do *The Times*. Batalha Reis, por seu turno, considera que os ingleses apenas se interessam pelas misérias mais conspícuas, ou seja, aquelas que são do conhecimento público. E, por fim, Oliveira Martins esclarece que os ingleses preferem ajudar os animais e os escravos americanos aos seus compatriotas indigentes. Os autores oferecem-nos, conseqüentemente, a imagem de um povo, para o qual a filantropia é meramente uma obrigação e não um acto de amor genuíno pelo próximo, o que só demonstra a aspereza do seu carácter.

Esta é, contudo, uma perspectiva redutora que é utilizada a fim de se provar uma teoria: a hipocrisia dos ingleses, que os autores querem, forçosamente, desmascarar, e que, portanto, impede que o leitor se aperceba de como a filantropia era uma

característica social bastante importante da Era Vitoriana. Atribuindo primazia às preocupações filantrópicas dos vitorianos, Gertrude Himmelfarb conclui, aliás, que: «One of the many myths about Victorianism is that it was ruthlessly materialistic, acquisitive, and self-centered»⁴⁰³, o que deita por terra a noção expressa pelos autores em estudo de que os vitorianos eram caritativos apenas por interesse e/ou obrigatoriedade. Em suma, o que Eça, Batalha, Ramalho e Martins deixam por dizer é que:

Victorian philanthropists, social workers (“visitors”, as they were called), [...] even researchers, were personally involved in the day-to-day lives of the poor with whom they were concerned. And while they brought to their work a spirit of professionalism, [...] they also brought to it the dedication of unpaid, voluntary workers giving a good deal of their time, their energy, and their money to the welfare of those less fortunate than themselves⁴⁰⁴.

Ao invés, a noção que os autores reforçam é que, na Inglaterra do *fin-de-siècle*, a filantropia é outra das características típicas de uma nação imperialista. A imagem negativa da caridade inglesa, nem sempre consonante com a realidade, é utilizada para demonstrar a hostilidade e o cinismo britânicos. A raça que se assume como superior dispensa caridade à raça exótica, estranha e inferior. O que se passa dentro das fronteiras insulares reflecte-se no império e a Inglaterra imperialista, cínica providenciadora da caridade, vê-se legitimada a apoderar-se de cada vez mais e maiores quinhões territoriais. Sob esta perspectiva, os pigmeus do abismo, tal como os seus congéneres em África, precisam da condescendência, do paternalismo e da protecção da raça mais forte. Para os quatro observadores portugueses, o que interessa, afinal, é expor e provar, mediante factos, escolhidos pela parcialidade do jornalista literário, não o esqueçamos, a hipocrisia dos vitorianos, uma das traves-mestras que define este povo e, nas entrelinhas, o que se pode concluir é que, mais uma vez, o império funciona como o elemento fulcral que move a sociedade vitoriana. O império proporciona a linguagem da exploração da selva urbana, o exotismo dos povos distantes oferece a matriz que rege a descrição das multidões de miseráveis londrinos e a caridade é o símbolo da supremacia moral e evolutiva da raça conquistadora. Paradoxalmente, também é o império que fornece o tópico do medo da invasão dos estrangeiros, neste caso, os milhares de pobres descontentes e os criminosos de toda a espécie que habitam nos bairros marginais e

⁴⁰³ *Op. cit.*, p. 142.

⁴⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 149.

obscuros de uma Inglaterra tão inquinada e desconhecida como a mais remota floresta equatorial.

Mediante a caridade, o Eu respeitável inglês tenta aplacar a possível insurreição do Outro estranho, o seu pólo negativo. Porém, a realidade mostra que este Outro já invadiu a sociedade, constituindo em si um império formidável de estrangeiros. Se no plano social se detecta a invasão do Outro, na esfera religiosa sucede o mesmo.

3.2.3. Outros Deuses

No contexto geral, os vitorianos são um povo moralista que vê na religião um garante de redenção dos pecados desta vida e uma trave que sustenta os bons valores e instiga os bons comportamentos. O *ethos* da respeitabilidade vitoriana implicava que os indivíduos tomassem parte nos ritos religiosos. A própria rainha Victoria exortava a que se frequentasse a igreja e se observasse o Domingo⁴⁰⁵, e a vivência religiosa era transmitida às crianças desde cedo. Assim, o censo levado a cabo no meio da centúria para inferir dos hábitos religiosos dos ingleses, demonstrou que: «Over two million children attended [...] Sunday schools – over half of all the children aged five to fifteen [...]. And the Sunday schools were perhaps a more significant institution than even the churches in the social, moral, and religious life of the Victorians»⁴⁰⁶. No entanto, se o movimento catequético provava a sua força, «the religious census of 1851 was generally interpreted as evidence of the decline of religious faith [...]; on the Sunday of the census only half of those able to go to church did so. By Victorian standards, that number was disappointing; by modern standards it is impressive»⁴⁰⁷. E, como se o decréscimo da participação dos fiéis nas cerimónias religiosas não bastasse para levar os ingleses a observar que a religiosidade da população enfrenta problemas, o censo também demonstrou que «in the expanding towns there were sections of the population who fell outside all clerical influence»⁴⁰⁸, o que deixava segmentos populacionais urbanos sem acesso aos confortos espirituais da religião. Portanto, é a própria sociedade vitoriana que se apercebe de um declínio, se não da fé, pelo menos da prática religiosa.

⁴⁰⁵ Cf. Gertrude Himmelfarb, *Op. cit.*, p. 28.

⁴⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁸ T. R. Gourvish e Alan O'Day, *Later Victorian Britain, 1867-1900*, Macmillan Education, Houndmills, 1988, p. 9.

Ademais, na Velha Albion, o próprio Domingo, esse tempo sacralizado reservado, aliás, à família e, claro, ao culto religioso, é também outra das instâncias perturbadoras que os autores encontram para lá da Mancha, uma vez que, cada vez mais, se constata a sua degeneração.

Nas sociedades humanas o tempo não é homogéneo, pois a sua linearidade divide-se em tempo profano e tempo sagrado. Este último corresponde, como explica Mircea Eliade, a um corte periódico na duração profana e, como tem um carácter contínuo e repetitivo, assume-se como uma espécie de enclave entre o presente e o futuro. É, igualmente, o tempo do rito ou da liturgia, o que, no mundo ocidental, é representado pelo Domingo⁴⁰⁹. Para os vitorianos, o primeiro dia da semana correspondia, precisamente, ao tempo da família e integrava-se nos seus rituais rotineiros. Esclarecendo que o centro da sociedade vitoriana é o núcleo familiar, Walter E. Houghton acrescenta: «Its ritual is well known: the gathering of the whole household for family prayers, the attendance together at church on Sunday morning, the reading aloud in the evenings, the annual family vacation»⁴¹⁰. Por conseguinte, entre os hábitos mais característicos das famílias vitorianas encontra-se o culto dominical.

Porém, viajantes como Stendhal declaram que o Domingo inglês é um dia funesto porque qualquer espécie de prazer, por mais pequeno que este seja, está vedada ao Homem. O Domingo representa uma jornada de recolhimento, de contemplação divina e de oração, um dia em que a religião, opressiva, «gâte un jour sur sept, et détruit la septième partie du bonheur possible»⁴¹¹. E Taine confirma, igualmente, como o Domingo é um dia lúgubre em que nada acontece: «C'est dimanche: les domestiques sont dispensés de leur office à table [...], les journaux manquent; sauf un train, les chemins de fer ne roulent pas»⁴¹². Além disto, a ideia do Domingo silencioso, do dia que contrasta com todos os outros, não é apenas apresentada por viajantes que se deslocam à Inglaterra. O próprio Dickens se lhe refere como um dia de extrema quietude. Atente-se, por exemplo, no paradoxo inscrito em *Hard Times*: «There were larks singing (though it was Sunday)»⁴¹³. De facto, na passagem onde encontramos este excerto, o autor descreve o aspecto do campo em redor de Coketown num Domingo outonal. Tudo está deserto, não se vê ninguém e, contudo, as cotovias cantam, o que é

⁴⁰⁹ Cf. *Op. cit.* (1970), pp. 462-463.

⁴¹⁰ *Op. cit.*, p. 341.

⁴¹¹ Doris Gunnell, *Op. cit.*, p. 103.

⁴¹² *Op. cit.* (1876), p. 210.

⁴¹³ Charles Dickens, *Hard Times*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1998 (1ª ed. 1854), p. 352.

uma imagem que pouco se coaduna com o recolhimento e o silêncio imposto por este dia.

Na Inglaterra vitoriana, os autores em análise corroboram as imagens stendhaliana, tainiana e dickensiana, mas apercebem-se, também, pessoalmente de como é verdadeiramente o Domingo inglês: triste, funesto, intolerável para viajantes meridionais.

Ramalho é, de todos, aquele que mais se detém na descrição do típico Domingo inglês que muito lhe desagrada pessoalmente, inferindo-se dos seus comentários a mesma opinião expressa por Eça. É como jornalista literário que revela aos leitores o incómodo e desconforto que sente por experimentar o lúgubre Domingo inglês e, por isso, aludindo à sua visita dominical ao amigo Eça de Queirós, refere-se a «dois católicos [...] em terra de gentios» que aguentam estoicamente as agruras do «sepulcral silêncio de um domingo protestante» (*JB*, p. 232). Com muito pouco para fazer, porque o Domingo inglês não consente grandes divertimentos a não ser conversar, Oliveira Martins chega mesmo ao ponto de afirmar que nem sequer «fica bem passear de carruagem ao domingo» em Hyde Park (*IH*, p. 52) e que, em Inglaterra, «o dia do Senhor não se fez para folias» (*ibidem*, p. 61), Ramalho confessa o alívio que tanto ele como Eça sentiram por ter chegado a noite, indiciadora de que o dia monótono estava quase no fim:

Às 10 horas da noite havíamos encerrado os debates, por falta de matéria [...].

Demos graças à Senhora da Boa-Hora por haver permitido que chegasse até às 10, podendo muito bem não ter passado [...] das 8 horas e meia, aquela importante parte do único passatempo lícito que a grande Inglaterra nos permitia gozar no dia consagrado ao Senhor (*JB*, pp. 233-234).

Depois da conversa, o único passatempo que resta aos amigos, que experimentam o arrastar penoso do Domingo, é o jantar, ao qual ambos se atiram com apetite «enquanto o cantar do galo na capoeira ou o da cotovia no arvoredado do parque [...] não anunciasse que o domingo finalizara e que ressurgira a Inglaterra» (*ibidem*, p. 234). Contudo, mais do que aborrecido, o Domingo inglês é, na opinião ramalheana, causa para inquietação. Assim, como o autor questiona seriamente:

Se o domingo na Inglaterra, encerrando uma vez por semana entre quatro paredes e por vinte-e-quatro horas cada um dos viventes emborca sôbre a cabeça de um artista em viagem uma tão longa, tão

espêssa, tão pesada, tão intraduzível tristeza, apesar da espirituosa [...] companhia do seu melhor amigo, [...] o que não sucederá ao misérrimo operário de Londres? (*ibidem*, pp. 236-237).

Portanto, se para o mero viajante de passagem, o Domingo inglês é um transtorno e uma razão de melancolia, o que não será para os próprios ingleses, sobretudo os mais pobres? Como Ramalho prontamente responde, este dia é bastante funesto, porque sem algo útil em que gastar o tempo, o inglês destas classes miseráveis vai «para o *gin-palace* ou para o *public-house*, únicos monumentos da Inglaterra que além das igrejas nunca fecham ao domingo» (*ibidem*, p. 238). Aí gasta o seu pouco dinheiro em álcool e, depois de embriagado, comete toda a espécie de crimes desde bater na mulher e nos filhos até «matar gente à facada, aos murros, à mordedura, aos coices» (*ibidem*), o que mais comprova a sua bestialidade animalesca e primeva. Portanto, ao Domingo:

Estão fechados os espectáculos públicos, os concertos populares, as bibliotecas, os museus, as galerias de arte.

E o pobre povo, que durante seis dias consecutivos trabalhou [...] esfalfado, embrutecido, como um boi de nora [...], não tem outro alívio nem outro refúgio que não seja o diabo, a Bíblia ou a genebra! (*ibidem*, p. 258).

De dia de recolhimento e devoção, o Domingo inglês torna-se num dia maldito e voltado para o pecado. Por isso, comparando o Eu pátrio com o Outro saxónico, Ramalho confessa que: «Nunca a [...] lembrança de um repicado, de um soalheiro, de um poeirento [...] e aturdido arraial minhoto mordeu mais rijo e mais fundo o meu saudável coração» (*ibidem*, p. 222). Entre os tristes Domingos ingleses e as alegres festividades dominicais portuguesas em honra dos santos, a escolha ramalheana é óbvia e o Eu superioriza-se ao Outro de além-Mancha.

Por sua vez, o residente Batalha Reis prefere abster-se de fazer grandes considerações em redor do Domingo em Inglaterra por considerar que o muito que já se escreveu a seu respeito é verídico, validando, conseqüentemente, o que, antes dele, autores como Stendhal ou Taine haviam observado. Por isso, justifica-se dizendo: «Não falarei do bem conhecido *domingo inglês* e da tirania com que lojas e divertimentos estão absolutamente cerrados um dia por semana» (*RI*, p. 143. Itálico do autor). Poucas palavras bastam a Batalha para esclarecer o leitor sobre o desagradável e opressivo Domingo inglês. Ademais, similarmente a Ramalho, o autor também salienta que neste

dia, supostamente santificado, reinam os comportamentos desbragados e, desta feita, «por toda a Grã-Bretanha, ao domingo, o silêncio é apenas quebrado por alguns cantos religiosos ou por algazarras de bêbedos numerosíssimos» (*ibidem*, p. 162). Consequentemente, o Domingo inglês apercebido pelos autores lusos é um dia mórbido. Confirmam-se as informações recebidas de viajantes e autores anteriores, mas também se constata a degeneração dominical e o facto de muitos ingleses, impedidos de acederem a qualquer forma de divertimento, se refugiarem no álcool que impele à violência. Para viajantes lusos, o Domingo inglês é, pois, uma instância da alteridade do povo estranho que encontram na Inglaterra, um dia santo corrompido e profundamente triste. Porém, não é só o Domingo que, no plano religioso, contribui para a imagem Outra da Inglaterra vitoriana finissecular. A própria religiosidade dos ingleses é apercebida na sua estranheza.

Na verdade, o inglês vitoriano:

Sentia-se atraído pelas novas descobertas científicas, ainda que expressasse com frequência a necessidade de acreditar em algo de transcendente [...]. Se, por um lado, o agnosticismo era crescente, motivado em parte pelas novas descobertas científicas, por outro, despertava em muitos um forte desejo de acreditar, por vezes incompatível com a atitude filosófica dominante, sem dúvida conducente a uma secularização progressiva⁴¹⁴.

Numa sociedade contaminada por ambiguidades, também no que se refere ao sentimento religioso, os vitorianos têm dificuldades em aceitar os dogmas impostos pela religião e conciliá-los com o pensamento científico, ao passo que, paradoxalmente, a exacerbação do cientismo os leva à crença religiosa, a qual não tem, necessariamente, de ser de índole cristã. De facto, como Patrick Brantlinger sugere:

Impelled by scientific materialism, the search for new sources of faith led many late Victorians to telepathy, séances, and psychic research. It also led to far reaches of the Empire, where strange gods and “unspeakable rites” still had their millions of devotees. Publication of Madame Blavatsky’s *Isis Unveiled* in 1877 marks the beginning of this trend [...]. At the same time an emphasis on the occult aspects of experience was often reconciled with “science” and even with Darwinism⁴¹⁵.

⁴¹⁴ Filipe Furtado e Maria Teresa Malafaia, *Op. cit.*, p. 31.

⁴¹⁵ Patrick Brantlinger, *Rule of Darkness. British Literature and Imperialism, 1830-1914*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1990 (1ª ed. 1988), p. 228.

Portanto, nos finais do século XIX, os vitorianos voltam-se para uma nova espécie de religiosidade que revela o exotismo do império e que se consegue adaptar às novas teorias científicas da época. Ademais, um dos elementos mais exóticos que contribui para a alteridade da Inglaterra finissecular prende-se com o revivalismo do ocultismo, ocorrido sobretudo a partir da década de 1880, que se traduziu no enorme interesse pelo espiritualismo e pela teosofia, o qual levaria à criação de sociedades como a *Society for Psychical Research* e a *Order of the Golden Dawn*, esta última dedicada a experiências relacionadas com poderes mágicos⁴¹⁶. Apesar de mero viajante de passagem pela Velha Albion, Oliveira Martins não deixou de notar a disseminação e o gosto coevo por estas novas e exóticas formas de religiosidade que, cada vez mais, ganhavam novos convertidos e revela mesmo conhecer a vida e as obras esotéricas da famosa *Madame Blavatsky*, «iniciadora do ocultismo oriental em Londres» (*IH*, pp. 281-282). Ou seja, através de *Madame Blavatsky*, «a quem sucede hoje a extraordinária figura de Mrs. Besant» (*ibidem*, p. 282), Martins atesta a invasão oriental no campo da religiosidade dos ingleses. Trata-se, portanto, da penetração da «teosofia ocultista da Ásia central» (*ibidem*) na Inglaterra. Ademais, para Martins, num povo «fundamentalmente supersticioso» (*ibidem*, p. 281), a «generalização das superstições espiritistas» (*ibidem*, p. 280) torna o inglês equiparável ao «romano: tem a imaginação teológica; por toda a parte vê deuses» (*ibidem*). Similarmente ao espiritismo oriental, «propaga-se o budismo trazido da Índia pelos funcionários» a soldo do império (*ibidem*, p. 264). Por outras palavras, o imperialismo traz para a esfera do Eu as religiões do Oriente Outro, as quais se disseminam pela Inglaterra, e os ingleses, que partilham semelhanças com os antigos romanos, assimilam-nas e convertem-se a elas, até porque «não há família, em que, mais ou menos, se não consultem os espíritos» (*ibidem*, p. 280). Aliás, toda esta voga de crença no ocultismo é, na verdade, indiciadora de que as fronteiras imperiais terrestres pouco mais se podem expandir, pois todos os recantos do globo já foram conquistados, cartografados, consumidos e, por conseguinte, «the disappearance of earthly frontiers will be compensated for by the opening of new frontiers in the beyond. Not only were occultists seeking proofs of immortality and of a spiritual realm above or beneath the material one, they were also seeking adventure»⁴¹⁷.

⁴¹⁶ Para este incrementar do interesse pelo transcendente na Inglaterra vitoriana, cf. Kathleen L. Spencer, *Op. cit.*, p. 203.

⁴¹⁷ Patrick Brantlinger, *Op. cit.*, p. 240.

Ao converterem-se a uma religiosidade oriental, os vitorianos não só se deixam conquistar pelo Outro como, por outro lado, expandem os limites do seu império.

Já Stendhal considerava os ingleses obcecados com a religião e com a salvação da sua alma, o que, em parte, explica a aderência a religiões exóticas. Ademais, como prossegue o pensamento stendhaliano, enquanto protestantes, os ingleses concebem o mundo como um local tão cheio de tristezas e males que se tornam um povo sorumbático que vê a sombra do inferno por toda a parte. No entanto, e paradoxalmente, são também um povo desprovido de todas as graças do espírito e tão pragmático que tem do transcendente apenas ideias confusas⁴¹⁸. Como Taine corrobora:

L'Anglais aime surtout les faits prouvés, [...] les faits incontestables dont chacun, à chaque instant, peut avoir expérience [...].

L'Anglais éprouve naturellement le sentiment de l' *au delà*. Pour lui, au delà de l'expérience humaine [...] il y a un abîme, un grand je ne sais quoi, ténèbres ou lumières⁴¹⁹.

Como Stendhal e Taine esclarecem, os ingleses são um povo que confere muita importância à religiosidade, mas que, no entanto, é muito agarrado à factualidade, tendo da esfera da transcendência uma visão nebulosa e plurifacetada, o que justifica o florescimento das «inúmeras seitas em que se divide na Inglaterra a opinião religiosa» (*JB*, p. 245), como observa Ramalho. Com efeito, já Voltaire, nas *Lettres Philosophiques*, mais exactamente na «Cinquième lettre. Sur la religion», afirmara, a propósito da Inglaterra: «C'est ici le pays des sects. Un Anglais, comme home libre, va au Ciel par le Chemin qui lui plait»⁴²⁰. E Taine, dando, precisamente, conta desta abundância de confissões religiosas, enumera que os ingleses se dividem em: «Quakers, presbytériens, wesleyens, unitairiens, anglicans»⁴²¹. Ramalho, por seu lado, lista, além da Igreja Anglicana, as «principais Igrejas dissidentes [...]: os anabaptistas, os metodistas, os unitários, os wesleyanos e os congregacionalistas ou independentes». Além destas confissões, Ramalho acrescenta que existem, igualmente, «perto de duzentas seitas diversas» (*ibidem*, p. 248).

Em suma, o que Ramalho faz é, na realidade, transmitir ao público a sua própria estupefacção perante a avalanche colossal de confissões, cultos e seitas em Inglaterra. E,

⁴¹⁸ Cf. Doris Gunnell, *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁴¹⁹ *Op. cit.* (1876), pp. 369-370. Itálico no original.

⁴²⁰ *Op. cit.*, p. 42.

⁴²¹ *Op. cit.* (1876), p. 364.

a respeito da proliferação de inúmeras seitas, este jornalista literário, socorrendo-se do humor, leva o leitor a inferir do ridículo de uma tal situação. Assim:

Temos, por exemplo, a seita dos Bruyanistas, cujo objecto é tomar a comunhão sentado [...], porque os apóstolos também estavam sentados à ceia [...].

Há mais os do Bando da Aleluia, que adoptaram a medida geral de dar infinitas graças a Deus Nosso Senhor por tudo quanto êle se lembre de mandar ao mundo, seja o que fôr: guerras, pestes, dores de dentes, [...] calos, picadas lancinantes no ventre, [...] e tôda a demais espécie de experiências feitas pela sempre obsequiosa Providência (*ibidem*, pp. 248-249).

E a listagem continua ilustrando incontáveis seitas de hábitos incompreensíveis que provocam o riso no leitor que começa, conseqüentemente, a aperceber-se da religiosidade estranha do Outro saxónico. Oliveira Martins, por seu turno, também partilha da estupefacção ramalheana salientando que «em parte alguma se vê uma tão grande confusão de ritos, cultos e seitas» (*IH*, p. 87) como na Inglaterra.

Todavia, acima de todas estas seitas, «há duas religiões do Estado, duas Igrejas oficiais: a Igreja anglicana na Inglaterra, e a Igreja presbiteriana na Escócia» (*JB*, p. 248), o que demonstra como a Grã-Bretanha é uma entidade fracturada. No entanto, para Ramalho, «de tôdas as complexas causas que explicam a brutalidade do vício em Inglaterra [...] a mais evidente aos olhos de um estrangeiro é a religião nacional» (*ibidem*, p. 243). O autor justifica como causa proeminente dos males da Inglaterra e da devassidão que corrói o país, o Anglicanismo. Desta feita, «aqui menos do que em qualquer outra parte é a religião o *freio*» (*ibidem*. Itálico do autor). Ademais, não se trata de uma religião igualitária, uma vez que «o culto divino [...] é aqui um privilégio, uma elegância, um *chic* de casta» (*ibidem*). E, como jornalista literário, Ramalho insiste em corroborar esta informação, salientando:

Um dia, achando-me em Westminster [...], vi o templo encher-se [...] de gente. Ao contrário do que sucede nas igrejas de Lisboa, de Espanha e de Itália, [...] as pessoas que entravam pertenciam às mais ricas classes sociais. O mendigo [...] seria no templo anglicano uma nódoa que acabaria com a religião (*ibidem*, p. 244).

Como se constata, Ramalho deprecia o Anglicanismo como religião elitista e envereda pela comparação directa entre o Outro inglês que despreza os pobres e lhes inibe a entrada nos templos e o Eu meridional que deixa que a religião seja acessível a

todas as classes sociais. Neste confronto, a opinião ramalheana tende, portanto, para o elogio da maneira de ser dos povos do Sul da Europa. Ademais, o próprio Deus em Inglaterra é uma entidade distante e arrogante a quem as classes sociais dos escalões mais baixos não se podem dirigir. Dito de modo diverso:

Deus em Inglaterra [...] é, primeiro que tudo, um *gentleman*, um cavalheiro *select*, com o qual se acham [...] aparentados todos os membros da Câmara alta [...].

O *common people* jamais ousaria desconsiderar, dirigindo-se-lhe para o que quer que seja, a um ser tão supremamente relacionado na alta sociedade (*ibidem*, pp. 244-245).

Por conseguinte, entre o Eu católico e o Outro anglicano, Ramalho não tem dúvidas em escolher as virtudes do primeiro que sai favorecido na comparação com o segundo. Se o Deus anglicano é elitista, o católico é «simples e modesto» (*ibidem*, p. 272). Deste modo, como o autor conclui:

Enquanto a religião, é pela tua, bem-amada Pátria, que eu opto sem hesitar um momento.

O nosso velho catolicismo romano deve ser de tôdas as religiões a mais verdadeira, porque é indubitavelmente a mais bela; e [...] a que mais consola e a que mais moraliza (*ibidem*, p. 271).

De facto, Ramalho «se não era inteiramente devoto, achava a religião um acessório indispensável ao homem bem educado»⁴²². Daí que não se inibisse de mostrar as suas próprias preferências religiosas, neste caso o Catolicismo português. Porém, apesar de o Anglicanismo ser a religião oficial do Outro inglês é, também, uma religião Outra: na pátria das duplicidades e das máscaras, a própria religião do Estado encerra ambiguidades. De facto, como Voltaire elucidava, «le clergé anglican a retenu beaucoup des cérémonies catholiques, et surtout celle de recevoir les dîmes avec une attention très scrupuleuse»⁴²³. E como Taine acrescia, a Igreja Anglicana encontra-se numa posição «entre deux extrêmes, entre le culte, le dogme, l'esprit des puritains et le culte, le dogme, l'esprit des catholiques»⁴²⁴. Ou seja, o Anglicanismo não é uma religião pura, encontrando-se permeada pelo elemento católico, o que mais nos interessa ressaltar porque, afinal, não esqueçamos, todos estes viajantes são católicos que se deslocam a

⁴²² Cândido Jucá, *Op. cit.*, p. 15.

⁴²³ *Op. cit.*, p. 42.

⁴²⁴ *Op. cit.* (1876), p. 364).

um país protestante e, por conseguinte, no confronto que estabelecem entre o Catolicismo e o Protestantismo, nota-se a sua parcialidade católica.

Na Inglaterra vitoriana, como em séculos precedentes, o Catolicismo continua a ser, na mitologia popular, uma ameaça omnipresente e os católicos os inimigos hereditários⁴²⁵. De facto, o católico é entendido como um Outro estranho: supersticioso, perseguidor, arbitrário se poderoso, iletrado e, sobretudo, caracterizado como estrangeiro ou «“outlandish”, and this was meant literally. Catholics were beyond the boundaries, always on the outside even if they were British-born: they did not and could not belong»⁴²⁶.

O anti-Catolicismo reflecte também o medo da França, arqui-rival da Inglaterra e um país que, contando com uma superfície superior à da Grã-Bretanha, com uma população maior e com um exército poderoso que, por diversas vezes, demonstrara a sua capacidade de conquistar outros estados, poderia atravessar a Mancha e invadir a nação insular. Mesmo em épocas de paz, a França católica era entendida como uma ameaça «making the specter of the Other something about which ordinary men and women could feel profoundly apprehensive»⁴²⁷. A acrescentar a isto, o Catolicismo representava também a subjugação a Roma, «which was seen as a threat to the liberties of the individual and the nation»⁴²⁸ e, portanto, era uma religião estrangeira que, ademais, promovia a instituição de comportamentos não ingleses, não masculinos e não naturais, como o celibato⁴²⁹.

Ramalho Ortigão também observa, aliás, como existem vincados sentimentos anti-católicos em Inglaterra. Ao referir-se à vida triste e miserável de Ginx, o autor salienta que quando este engeitado é acolhido por uma associação católica enceta-se uma vaga de indignação pública, publicando-se artigos acrimoniosos nos jornais com os títulos sugestivos de «*Rapto sacrílego dum menino; Baptismo dum jovem cidadão protestante no interior dum convento; Basta de papismo ou o ultraje à nação; Intrigas católicas; O menino das cruzes (medonhas revelações)*» (*ibidem*, p. 125).

⁴²⁵ Apesar de as leis anti-Catolicismo terem sido amenizadas em 1778 e de, em 1829, ter sido permitido aos católicos serem eleitos para o Parlamento, o antagonismo contra estes permaneceria enraizado no colectivo protestante. Assim, constantemente se lembrava que o grande fogo de Londres de 1666 fora ateadado por católicos, ou que fora um católico que tentara fazer explodir o Parlamento em 1605. Para outros exemplos justificativos de anti-Catolicismo em Inglaterra, cf. Linda Colley, *Op. cit.*, pp. 317-318.

⁴²⁶ Idem, *ibidem*, p. 320.

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, p. 323.

⁴²⁸ Catherine Hall, in Catherine Hall *et al.* (eds.), *Op. cit.*, p. 211.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*.

Contudo, apesar deste anti-Catolicismo, a verdade, é que existe um revivalismo católico na Inglaterra finissecular, fruto da «fragmentação religiosa existente na sociedade vitoriana»⁴³⁰. Aliás, para *Lord Acton*, deputado parlamentar e iminente académico e *Regius Professor of Modern History* em Cambridge, curiosamente filho de um barão inglês e de uma condessa alemã, o que conferia a superioridade da nação inglesa era a sua origem teutónica aliada aos princípios católicos que haviam formado o constitucionalismo britânico. Nesta óptica, «the English Catholic was in a favored position to comprehend and defend the true nature of political freedom. [...] It was England above all other states, which, [...] “in spite of so much guilt towards religion”, had preserved “the Catholic forms in its Church establishment more than any other Protestant nation»⁴³¹. Defendendo a superioridade teutónica, Acton abria um paradoxo e defendia os valores católicos como sustentáculos do sistema político da Inglaterra.

De entre os autores em análise, Eça de Queirós é quem primeiramente nota uma invasão católica da Inglaterra anglicana. Na sua «Crónica de Londres» de 4 de Julho de 1877, refere-se ao escândalo provocado pela publicação do livro *Priest in Absolution*, o qual «é simplesmente uma exposição do velho sistema católico, a dominação do padre na família pela sua influência na mulher» (*CICL*, p. 231). É certo que Eça sempre acalentou um certo «sentimento de hostilidade à instituição católica» e que:

Considerou sempre a Igreja como pervertedora dos ideais primitivos do cristianismo, pela sua aliança com os poderosos [...], pelo seu apoio a uma ordem social eminentemente anticristã, pelo seu comprazimento com superstições grosseiras e liturgias materializantes, pela burocratização dos seus processos⁴³².

Ademais, como publicava num artigo de 17 de Agosto de 1880 dado a lume na *Gazeta de Notícias* onde viria a publicar as suas «Cartas de Inglaterra», Eça confessa que «o catolicismo é o jesuitismo» (*TI*, p. 73) e afirma o seu desprezo por este último ressaltando:

Deus sabe que eu não amo os jesuítas: tudo neles me é antipático – a sua face descaída e olho oblíquo, a roupeta lúgubre, a sua moral, a sua abominável “suma teologia”, [...] a sua maneira de enriquecer, [...] a sua grosseira e equívoca idolatria pela Virgem Maria, a sua organização tenebrosa e conspiradora (*ibidem*).

⁴³⁰ Filipe Furtado e Maria Teresa Malafaia, *Op. cit.*, p. 33.

⁴³¹ Hugh MacDougall, *Op. cit.*, p. 110.

⁴³² A. Campos Matos, «O Anticlericalismo de Eça», in A. Campos Matos, *Op. cit.* (2002), p. 27.

Não é, de facto, o Cristianismo, Deus ou Jesus que Eça deprecia, o mesmo sucedendo com os homens da sua geração, como Oliveira Martins⁴³³, mas sim o clericalismo: «A dimensão profanamente sociológica da fé, a sua realidade [...] eclesial e sacerdotal, isto é, a transformação da relação viva com Deus num acervo de atitudes, costumes, hábitos, fórmulas e práticas sociais»⁴³⁴. É, por isso, que *O Crime do Padre Amaro* se torna «um dos monumentos do vasto anticlericalismo oitocentista de Portugal»⁴³⁵. No entanto, Eça também reconhece, como fica patente na «Carta V. A Guerra Junqueiro» de *A Correspondência de Fradique Mendes*, que «uma religião a que se elimine o ritual desaparece – porque as religiões para os homens [...] não passa[m] de um conjunto de ritos através dos quais cada povo procura estabelecer uma comunicação [...] com o seu Deus e obter dele favores»⁴³⁶. E, nas «Cartas de Inglaterra», Eça não é propriamente o “farpista” que arremessa dardos contra a Igreja do Homem. O que mais lhe interessa expor é, na verdade, como o Anglicanismo e o Catolicismo se entrecruzam na Inglaterra vitoriana e como o primeiro cede face ao segundo.

Uma vez que o livro *Priest in Absolution* ensina, precisamente, como devem os sacerdotes católicos dominar as mentes femininas e, dessa forma, controlar os lares, pode imaginar-se «o alarido que o descaramento desta doutrina [...] causou na protestante Inglaterra» (*CICL*, p. 231). No entanto, há algo que Eça faz questão de mencionar. Com efeito, ainda que os ingleses se insurjam contra esta publicação, a realidade é que «há anos que a mão do catolicismo romano [...] se estende lentamente sobre a Inglaterra, para se apossar dela» (*ibidem*, pp. 231-232). De facto, o que o articulista constata é que uma religião estrangeira, isto é, Outra, se vai apoderando da Inglaterra. Contudo, esta conquista só é possível devido à degeneração que vai perpassando o credo anglicano. Assim:

A antiga nudez severa dos templos protestantes, considera-se excessivamente fria e tendente a arrefecer o zelo e a assiduidade; por isso pensa-se que as flores, a música, e os cantos [...] deveriam ser introduzidas como um meio de atracção e como um acréscimo de adoração: os padres, então, imaginam

⁴³³ Eça de Queirós, de facto, deixa-se seduzir por Cristo e pela Sua mensagem e «esta sedução vem de certas qualidades humanas, morais (não divinas nem transcendentais, que Eça até ao fim da sua vida não se cansou de atribuir a Jesus e à sua história. Enquanto os outros deuses lutaram ele perdoou; enquanto os outros odiavam ele amou», António José Saraiva, *Op. cit.* (2000), p. 79.

⁴³⁴ João Medina, *Op. cit.*, p. 64.

⁴³⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁴³⁶ Eça de Queiroz, *Op. cit.* (2000), pp. 135-136.

que o roupão branco, que é a vestimenta protestante, é de uma simplicidade muito secular e principiam a cobrir-se das vestimentas complicadas [...] do culto romano. [...] E pouco a pouco por este processo cada templo protestante se vai convertendo numa igreja católica (*ibidem*, p. 232).

Eça é constantemente o crítico do clericalismo, anglicano, católico, em suma, cristão, mas observa, sobretudo, como na Inglaterra protestante o Catolicismo se vai impondo. Similarmente, também já na década de 1890, Oliveira Martins notaria como o Anglicanismo está a atravessar uma fase que «o vai aproximando do feitio católico adequado a uma imitação romana» (IH, p. 86) e de como na própria catedral de S. Paulo viu «um altar absolutamente católico: frontal, cruz, banquetas de castiçais com velas acesas» (*ibidem*). Aliás, a partir da década de 1870 o surgimento do Ritualismo com as suas práticas pró-romanas causou uma enorme celeuma dentro da Igreja Anglicana. Em rigor, os ritualistas assemelhavam a sua prática religiosa à católica:

Instead of standing at the north end of the Communion table, they stood facing east, as a symbol of the fact that the Eucharist was Christ's banquet to be celebrated in the (New) Jerusalem. They lit candles on the Holy Table. Some wore coloured stoles over their surplices. Others wore full Eucharistic vestments. Whether these customs were permissible to the clergy of the Church of England was a matter of dispute, depending on how you interpreted the rubric in the Book of Common Prayer⁴³⁷.

Portanto, o que os autores notam é o incrementar do Ritualismo dentro da Igreja Anglicana, com a ressalva de que este olha, efectivamente, para o Oriente de onde brota o Cristianismo e praticamente se funde no ritual católico. Como o censo religioso efectuado a meio da centúria demonstrou um decréscimo na participação dos crentes nas cerimónias litúrgicas anglicanas, então o caminho ficou aberto à penetração católica, ou, pelo menos, à mudança ritualista dentro do próprio Anglicanismo, que, com o seu rito mais colorido e musical, atrai os crentes. De facto, a 17 de Novembro de 1881, em «Cartas de Inglaterra», Eça de Queirós corroboraria a informação relativa ao declínio de popularidade do Anglicanismo com factos mais recentes. Num congresso anual da Igreja Anglicana, o debate entre os diversos dignitários revelou que «a frequência dos templos, em Inglaterra, diminui de um terço todos os dez anos, ao passo que o espírito de religiosidade cresce nas massas» (TI, p. 156). Por outras palavras, a fé anglicana encontra-se em processo declinante e, conseqüentemente, tanto o Catolicismo, em primeiro lugar, como as religiões orientais, em segundo, encontram espaço para se

⁴³⁷ A. N. Wilson, *Op. cit.*, p. 366.

disseminarem. Trata-se, pois, de um processo invasivo bem-sucedido do qual Eça principia a dar conta. Por conseguinte, a respeito do incremento do Catolicismo em Inglaterra, «a conversão vai-se fazendo lentamente mas seguramente» (*CICL*, p. 232). A mulher inglesa que, como sabemos, o autor considerava possuir uma natureza exaltada e voluptuosa⁴³⁸ é a primeira a deixar-se converter, encontrando «na nova cerimónia à romana, um encanto, [...] uma poesia, que não lhe dão a seca prédica protestante, numa casa nua e alumiada a gás» (*ibidem*. Itálico do autor). Além da mulher, também «na alta sociedade, ser católico começa a ser elegante» (*ibidem*). Por isso, é uma grande fatia da sociedade que se vai rendendo à religião católica Outra. Naturalmente que a Inglaterra protesta contra esta invasão estrangeira e, não descurando os sentimentos anti-católicos que varrem a Inglaterra a propósito do lançamento polémico de *Priest in Absolution*, Eça informa o leitor de que «a opinião geral, é que para os jesuítas, não se deve empregar o argumento, mas a força» e que «os jornais têm visos de cólera» (*ibidem*, p. 233). No entanto, não obstante os brados coléricos contra o Catolicismo, a verdade indesmentível é que este se vai apossando da Inglaterra e, porque surge associado aos meios influentes do poder, «os ambiciosos da sociedade não têm dúvida em se converter» (*ibidem*). Em suma, não obstante o clero anglicano ser «o mais douto e literário da Europa» (*TI*, p. 156), pois, como afirmava Voltaire, «tous les ecclésiastiques sont élevés dans l'Université d'Oxford ou dans celle de Cambridge, loin de la corruption de la capitale»⁴³⁹, o facto é que as massas se estão a afastar do Anglicanismo.

Oliveira Martins é, inclusivamente, mais específico do que Eça e apresenta com números a quantidade de igrejas não anglicanas existentes em Gales e na Inglaterra, entre as quais se salientam as católicas. Deste modo, os católicos romanos «têm 570. Os católicos apostólicos têm 32, e os judeus 53; os gregos 3, os velhos-católicos italianos uma, e os alemães outra» (*IH*, p. 87). A acrescer a estas igrejas não protestantes juntam-se alguns milhares de igrejas protestantes não anglicanas e, destas, «as mais numerosas são as metodistas, cujas nove seitas entram por 11:944 templos. Depois vêm as independentes com 3:244; depois as [...] dos baptistas com 2:789; depois os unitários com 229» (*ibidem*, pp. 87-88), entre inúmeras outras, e, no cômputo geral, «a igreja oficial não ocupa mais de 14:077» (*ibidem*, p. 87). O Anglicanismo enfrenta a competição de outras confissões religiosas, uma vez que não responde às necessidades espirituais dos próprios ingleses. Como o autor também salienta, «estas seitas

⁴³⁸ Cf. Parte II, 2.3.3.

⁴³⁹ *Op. cit.*, p. 44.

refractárias à autoridade da *established church* representam a reacção espontânea do espírito [...] de religiosidade mística: reacção que se denuncia no seio da própria religião oficial» (*ibidem*, p. 88) que é, assim, tomada de assalto por religiões Outras. E concluindo, Martins, que vê a decadência instalar-se na Inglaterra vitoriana, tal como aconteceu em Roma, afirma que: «À medida que a irreligiosidade cresce e os costumes se “naturalizam”, cresce a onda da superstição espiritista em que pode ser que se afogue este povo, como sucedeu ao romano» (*ibidem*, p. 91).

Identicamente a Eça e a Martins, Jaime Batalha Reis também, muito notoriamente, se apercebe do ascendente católico sobre a Inglaterra. Como nota:

Há, indubitavelmente, numa grande parte do povo inglês, tendências cada dia mais pronunciadas para a Igreja *Católica Romana*. [...]

De duas maneiras se faz sentir esta tendência. Por um lado, as conversões são numerosas e muitas delas ilustres. Por outro lado, a própria igreja de Inglaterra se aproxima, no seu ritual e na maneira de compreender a influência [...] das Escrituras, das cerimónias e das ideias [...] da antiga e imutável igreja romana (*RI*, p. 191. Itálico do autor).

Ademais, esta invasão da religião Outra não se queda pela conversão dos ingleses ao ritual e à ortodoxia do Catolicismo. Não se trata somente de uma conquista espiritual; é igualmente uma conquista efectiva da espacialidade, ou seja, o espaço anglicano é apossado pelo católico. Como Batalha também ilustra: «Quem visitar Oxford [...] e entrar nas admiráveis capelas dos *colégios* [...] julgará pelos símbolos, pelas cerimónias, e até pelo latim de algumas orações, achar-se em igrejas romanas» (*ibidem*. Itálico do autor). Oxford, paradigma da cidade espiritual, por oposto à mundana Londres, como referimos anteriormente⁴⁴⁰, é, portanto, também invadida pelo Outro que a toma com a sua língua estrangeira, o seu cerimonial estranho, o seu próprio espaço Outro.

Porém, mais do que as numerosas conversões «ilustres», uma vez que «ser católico romano começa a ser considerado em Inglaterra aristocrático e elegante» (*ibidem*, p. 192), importa ressaltar que a própria Victoria, a monarca estrangeira, se sente seduzida pelo irresistível apelo do poderoso Outro católico. Com efeito, a verdade é que «por toda a parte se fala [...] nos desejos profundos que de há muito nutre a rainha – [...] que já é chefe de duas religiões antagonistas, o anglicanismo e o presbiterianismo

⁴⁴⁰ Cf. Parte II, 2.1.1.

– de se converter também à antiga fé dos Stuarts, seus mais ou menos indirectos antepassados» (*ibidem*). Numa soberana que não se enquadra confortavelmente na esfera do Eu, o facto de pender para uma religião Outra vem emprestar maior consistência ao seu paradigma de alteridade. Na verdade, em termos religiosos, Victoria nunca foi uma anglicana fervorosa, tendência que, provavelmente, terá herdado do pai, ainda que o não conhecesse. Chefe de duas Igrejas de Estado, uma inglesa e outra escocesa, a monarca foi por diversas vezes acusada de simpatizar mais com o Presbiterianismo escocês do que com o Anglicanismo inglês e, por isso, «successive Archbishops were dismayed by her fondness for the Kirk, and regarded her fidelity to Anglicanism with grave suspicion»⁴⁴¹. Esta afeição real pela Igreja Presbiteriana seria, identicamente, apercebida por Batalha que, apesar de tudo, insiste no pró-Catolicismo de Victoria. Como explica:

A Inglaterra tem uma religião de estado: a Escócia tem uma religião de estado. Estas duas religiões oficiais contam um combate de séculos e combatem-se ainda hoje. [...] *A Igreja da Inglaterra e a Igreja de Escócia* ou o *Presbiterianismo*. Para um membro da igreja de Inglaterra, um presbiteriano é um *dissinter* [*sic.*]; para um presbiteriano, um membro da *Church of England* é um *herege*. Todavia estas duas religiões têm o mesmo chefe: sua majestade, a rainha.

Quando a rainha preside à igreja de Inglaterra, os presbiterianos estão-na anatematizando como herética; quando ela preside à *Kirk of Scotland*, os ingleses estão-na considerando como um sectário sem ortodoxia (*ibidem*, p. 42. Itálicos do autor).

E, mais do que a ambiguidade da Rainha em relação às duas religiões oficiais que tutela, Batalha mostra como são bastante visíveis as inclinações católicas de Victoria e grande a inquietação dos «mais rígidos protestantes da puritana Inglaterra» (*ibidem*, p. 43). Deste modo, entre as acusações das preferências católicas da Rainha, salienta-se que:

Sua graciosa majestade costuma [...] assistir a missa em igrejas católicas romanas.

Que a rainha de Inglaterra presenciou, na catedral católica de Mântua, em Domingo de Ramos, a bênção das palmas.

[...] E que enfim, mais recentemente, S. M. entrara na igreja católica romana de Weybridge e no colégio dos jesuítas de Windsor (*ibidem*).

⁴⁴¹ Giles St. Aubyn, *Op. cit.*, p. 3.

Ou seja, prova-se, mediante factos concretos, que Victoria é uma fiel prosélita de uma religião Outra que alastra crescentemente pela Inglaterra, cuja religião oficial, definhante, se vai deixando tomar pelo Catolicismo e pelas religiões exóticas provenientes do Oriente imperial.

No entanto, governados por um iminente Ministro judeu e por uma Rainha de tendências católicas, os ingleses são, em última instância, fiéis a um deus estrangeiro, ele próprio oriental e figura de alteridade suprema. E o próprio Cristianismo «as a Semitic, Abrahamic faith by origin, c[an] be counted as “oriental”»⁴⁴². Reconhecendo a religiosidade inglesa ao ressaltar que «há só um povo religioso no mundo que é o inglês» (*ibidem*, p. 45), embora constate, paradoxalmente, que, em Inglaterra, «a religião é um fato que todos [...] mostram asseado, ainda mesmo que por dentro esse fato já comece a romper-se» (*ibidem*), Batalha revela uma verdade surpreendente:

Ser estrangeiro é, para o comércio dos ingleses, a suprema ignomínia. E os sentimentos cristãos dos ingleses passarão, sem dúvida, por uma rude prova no dia em que eles reflectirem que, não tendo o Espírito Santo encarnado num cidadão inglês, mas num judeu de Nazaré, súbdito do imperador Tibério, Jesus pode [...] ser considerado, à luz de uma análise escrupulosa, como um Deus estrangeiro, a foreign God (ibidem, p. 123. Itálicos do autor).

No Império do Outro nada é, afinal, o que parece. A própria religião, último reduto, quiçá, da identidade do Eu, sempre uma entidade complexa, fragmentada, dúplice, é também um espaço da alteridade que, em última análise, cria, molda e se apropria dos vitorianos, povo estranho, oriental e Outro, em busca do qual partiram quatro viajantes portugueses novecentistas.

Mais do que evidenciar como a Inglaterra é um país Outro, o que estes quatro autores mostram é a progressiva orientalização desta nação. Ao saírem de Portugal julgavam ir ao encontro de um pólo civilizacional superior, mas a realidade que descobrem é bastante diferente. Este é um país que também se encontra definhante. É verdade que se trata de um leviatã colossal e assustador. Mas é, paralelamente, um monstro cansado, tomado de assalto pelo Oriente que pensava ter dominado. A Inglaterra é apercebida pelos autores como o Outro de Portugal. Por vezes, este é um Outro superior com uma imprensa pujante digna de ser imitada, com um sistema de ensino avançado que combate o analfabetismo da população e com um império que

⁴⁴² Bryan S. Turner, *Op. cit.*, p. 38.

nunca cai no esquecimento. Contudo, é, igualmente, um Outro cuja imagem ameaçadora é domada pelos autores e que, por consequência, é apresentado na sua negatividade. Afinal, o sistema de ensino é elitista e apenas prepara os indivíduos para a causa imperial, os ingleses são um povo de instintos primevos, desprovido de sentimentalidade, como se notou a propósito da frieza existente no seio das famílias, a mulher inglesa é um ser estranho que, sob a fachada angelical, esconde a «besta» a que Eça de Queirós se referia, a miséria grassa, e a caridade hipócrita apenas perpetua a pobreza nos bairros decrepitos das grandes urbes, nos quais a prostituição, o alcoolismo e o crime imperam.

Porém, o que estes autores também revelam, e que não tem sido suficientemente debatido, é que a viagem à Inglaterra vitoriana é uma viagem ao Oriente⁴⁴³. Londres é Babilónia, Roma, Palmira ou Cartago; uma cidade oriental com o mesmo esplendor, as mesmas desgraças e os mesmos vícios das cidades do Oriente mítico. Além disto, e como pretendemos demonstrar, a Inglaterra, e metonimicamente a sua capital, é o coração de um império oriental governado por uma imperatriz da Índia e um Primeiro-Ministro semita. E é um país onde se adoram deuses estrangeiros e orientais, onde residem largas comunidades judaicas e chinesas e onde existe um povo estranho semelhante aos pigmeus africanos. É, em suma, um país imperial e invasor que, paradoxalmente, se encontra conquistado pelo Oriente, algo que também não tem sido estudado.

Ademais, é por serem, não só escritores-viajantes, mas, sobretudo, jornalistas literários que estes autores podem construir da Inglaterra finissecular a imagem de um país dúplice e orientalizado, pegando, para tal, em temas e imagens que outros jornalistas literários coevos divulgavam. Não são unicamente Taine, Stendhal ou Voltaire que influenciam a imagem que estes quatro autores elaboram da Inglaterra. São também escritores e jornalistas como Dickens, esse precursor do jornalismo literário, e jornalistas polémicos como W. T. Stead ou Henry Mayhew, que elaboram reportagens sobre o submundo das grandes urbes como Londres e que revelam ao público temas tão controversos como o tráfico de jovens para a prostituição, que se encontram por detrás da selecção temática e da construção da imagem da estranha Inglaterra vitoriana. Numa época em que o jornalismo literário surgia para combater a seca factualidade do

⁴⁴³ Teresa Pinto Coelho alude à «visão de Londres como uma grande Babilónia» a respeito de *A Inglaterra de Hoje*, *Op. cit.* (1996b), p. 69. Cf., também, *idem*, in Ana Margarida Falcão *et al.*, *Op. cit.*, p. 113. No seu estudo sobre Batalha Reis, Vanda Rosa dedica um capítulo a «Londres, Babilónia Moderna», *Op. cit.*, pp. 76-121.

jornalismo convencional e para ajudar a dar sentido a uma realidade em rápida mudança, Eça, Batalha, Martins e Ramalho importam este novo género, que aprendem, precisamente, do modelo inglês, apropriam-se dele e revelam a um público luso-brasileiro a imagem do Império do Outro; a Inglaterra como paradigma de alteridade e, simultânea e paradoxalmente, uma nação Outra domada por inúmeros Outros, inclusivamente, pelos quatro portugueses que a tentam descrever, sem, no entanto, conseguirem apresentar-nos uma imagem una e homogénea. E como essa audiência portuguesa e brasileira recebia, percebia e/ou se deixava influenciar pelas opiniões destes autores da Geração de 70 constituiria, certamente, um outro interessante estudo, mormente se nos lembrarmos que estes autores escrevem numa época de crescente tensão e rivalidade entre os interesses portugueses e britânicos na África Oriental e que, poucos anos volvidos, mais especificamente durante o conflito Anglo-Boer (1899-1902), Portugal assumiria uma posição de neutralidade cooperante com a sua velha aliada que, poucos anos antes, nos ultrajara com a infame questão do Ultimatum.

CONCLUSÃO

Quando encetaram a sua viagem à Inglaterra vitoriana finissecular, Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão deixaram para trás o seu mundo conhecido, um Portugal que consideram definhante e afastado das rotas do progresso, acabando por chegar, não a uma Inglaterra civilizacionalmente superior, mas, antes, a um Oriente estranho e apocalíptico. Londres é uma cidade dúplice, capital do império do Outro, os próprios ingleses, mas, simultaneamente, tomada de assalto por gentes exóticas e alienígenas, Outras, que se preparam para subjugar a Inglaterra. Nesta Babilónia invadida e a resvalar para o abismo da perdição coexistem também duas sociedades: a dos pobres e a dos ricos, facto que, utilizando uma linguagem darwiniana, corrente nos finais do século XIX, presume a existência de duas espécies diferentes: os selvagens e os cidadãos respeitáveis e caridosos, o que indicia, ainda mais fortemente, a duplicidade da Inglaterra vitoriana. Porém, nem estes selvagens são oriundos dos recantos longínquos do império, nem os cidadãos respeitáveis são paradigmas de altruísmo ou moralidade. Sob o verniz civilizacional com que os ingleses, muito devido à educação, mascaram o seu primitivismo de raça recente e híbrida, esconde-se o Outro: brutal, incomplacente, desbragado, inquieto, ignorante dos valores afectivos familiares. Similarmente, a par destes estranhos “nativos”, a Inglaterra do *fin-de-siècle* vê-se invadir por hordas estrangeiras de judeus e povos asiáticos provenientes das esferas do seu império tentacular cada vez mais gigantesco. E o próprio governo do país encontra-se nas mãos de estranhos: uma monarca alemã secundada por um ministro semita.

É neste surpreendente império do Outro que estes quatro autores lusos realizam um ritual iniciático, a descida a um mundo abissal, através do qual lhes é permitido aceder ao conhecimento. A submersão no universo subterrâneo londrino corresponde, com efeito, a uma iniciação que visa uma aprendizagem, um ritual que tem como objectivo, segundo Jean-Pierre Bayard, «le besoin de se retrouver»¹. Ademais, no mito platónico da caverna, emergir das profundezas significa lutar contra a ignorância e chegar à verdadeira luz². Eça, Ramalho, Batalha e Martins procedem como verdadeiros iniciados que, após descerem ao abismo londrino, seja directa ou indirectamente, verificam que a Inglaterra é um país minado por graves problemas sociais e

¹ Jean-Pierre Bayard, *Op. cit.*, p. 85.

² Cf. idem, *ibidem*, p. 79.

económicos, um gigante com pés de barro que não se coaduna inteiramente com aquela imagem de nação superior e hiper-civilizada que os autores levavam à saída de Portugal. Na realidade, qualquer um deles teceu duras críticas à sua pátria, a qual encontravam amortalhada e decadente. Contudo, na Inglaterra também descobrem um país vergado sob o peso da sua própria degeneração. Como António Machado Pires sintetiza a propósito da visão eciana da Inglaterra, a qual se pode estender aos outros autores em apreço, esta é uma nação em crise:

A crise industrial, que a obriga a exportar para importar o que come, a *crise agrícola*, produzida pela entrada livre do fruto de terras alheias, a *crise social*, pelas transformações de classes e afluxo às cidades, a *crise política* agravada pela revolta da Irlanda [...], a *crise religiosa* afectando a Igreja oficial e desrespeitando a Bíblia, uma *crise moral*, [...] que atinge a família [...], a sensualidade mal reprimida, o jogo, a falsificação, o divórcio³.

Paradoxalmente, a par com a decadência, a Inglaterra é, também, e apesar de tudo, um país poderoso que domina um quarto da superfície terrestre e uma das grandes «nações pensantes», como Eça a classificava. Difícil de caracterizar univocamente, dada a sua natureza imanentemente dúplice, a Inglaterra permite, no entanto, aceder a um outro tipo de conhecimento. Na verdade, é olhando para a Inglaterra vitoriana, isto é, para o Outro distante, que melhor se pode perceber o Eu, ou seja, o Portugal finissecular, até porque «o sujeito [...] não vem a si a partir de um encontro pleno de si consigo, a partir de uma entrada sufocante em si [...], mas pelo *pathos*, pelo desvio ou pelo apelo do outro, que leva [...] a uma não-coincidência de si consigo»⁴. Assim, é observando a pujante imprensa britânica e o bem-sucedido sistema educativo dos ingleses que se confirma o pauperismo luso em matéria de alfabetismo e desenvolvimento cultural. Por outro lado, é preciso verificar a frieza e a soturnidade da raça saxónica para se exaltar a alegria dos povos meridionais, como o luso. Desta feita, é através do «desvio» do Outro, que não é coincidente com o Eu, que se pode chegar a uma imagem de si. Aliás, até o amado Taine, tantos anos antes, procedia ao contraste entre a sua pátria e a Inglaterra e verificava os aspectos positivos e negativos de ambas as nações. Assim, notava, por exemplo, que entre a imprensa francesa e a inglesa «la

³ *Op. cit.*, p. 150. Itálicos do autor.

⁴ Jacques Derrida, *O Outro Cabo*, trad. de Fernanda Bernardo, Reitoria da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995 (1ª ed. 1991), p. 31.

distance est excessive»⁵, pendendo o fiel da balança a favor da imprensa do lado de lá da Mancha. Todavia, havia coisas em que o seu país de origem era melhor do que a Inglaterra. Em primeiro lugar, o que o mestre revela é que clima em França é mais agradável e, claro, «ceci est trop évident»⁶. Em segundo lugar, a distribuição da riqueza é mais igualitária na sua pátria do que na nação que visita, onde a penúria é mais atroz. Em França, «les misérables sont moins misérables. Le travailleur qui n'a que ses bras ne sent pas au-dessous de lui un abîme horrible, un cloaque noir et sans fond où un accident, un chômage, une maladie peut l'engloutir et sa famille»⁷. No que respeita a heranças, em França todos os filhos têm direito à partilha dos bens dos progenitores e na Inglaterra só os mais velhos herdavam, tendo os outros de lutar por si. E, por fim, a vida familiar dos franceses é mais amena e mais centrada em laços de genuína afectividade do que entre os ingleses e há, igualmente, menos propensão para vícios como os da bebida⁸. Ora, como salientámos, os autores portugueses em análise compartilham destas opiniões tainianas, as quais comprovaram com a deslocação à Velha Albion. Para eles também a imprensa inglesa é muito mais avançada do que a portuguesa, mas em matérias como o clima, a pobreza, menos conspícua, ou a vida em família, mais agradável, nota-se que o Eu luso se avanteja face ao Outro da pátria insular visitada.

No entanto, nem tudo o que Taine afirmava a propósito da Inglaterra será (a)percebido do mesmo modo pelos autores em análise. A mulher inglesa tem pouco de angelical. Inversamente, é um ser masculinizado e desbragado que perde as suas qualidades femininas por não ser boa dona-de-casa, boa mãe ou boa esposa. O lar inglês, apregoado pelo mestre como um abrigo confortável, só é enaltecido pelos viajantes Ramalho e Martins, sendo, ao invés, criticado por Batalha, residente em Inglaterra, e, depois de vários anos de permanência no país, até Eça se queixa da «mesmice» dos lares ingleses. Contrariamente a Taine, Ramalho, Batalha e Martins, sobretudo, referem-se aos tugúrios imundos onde vivem as classes pobres, a raça Outra que ameaça submergir a Inglaterra no caos, denotando-se, na imagem que constroem, a influência dickensiana, por um lado, e dos jornalistas literários coevos, por outro. Aliás, os temas propagados pelo *New Journalism*, impulsionado pelos artigos polémicos publicados na *Pall Mall Gazette*, respeitantes ao submundo da miséria e do crime que grassavam nas grandes urbes e todos os problemas sociais daí advindos, interessaram os

⁵ *Op. cit.* (1876), p. 392.

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Idem, ibidem*, p. 393.

⁸ *Cf. idem, ibidem.*

autores em estudo que, por sua vez, se lhes referem na sua análise da Inglaterra vitoriana finissecular.

É, precisamente, o jornalismo literário, este novo género híbrido na confluência entre a literatura de viagens e o jornalismo, que possibilita a criação da imagem de uma Inglaterra tão estranha e dúplice pois não é a mera factualidade que importa relatar, sendo, contrariamente, mais interessante verificar as opiniões pessoais dos jornalistas literários. Sob este aspecto, Eça, Ramalho, Batalha e Martins revelam-se autores originais que não receiam socorrer-se de um género jornalístico e literário emergente contemporaneamente e, através dele, construir a sua própria imagem da Inglaterra vitoriana. Numa época em que os intelectuais da Geração de 70 se queixavam da falta de inovação e de vigor no respeitante ao panorama jornalístico português, estes quatro autores apropriam-se de um género em franca ascensão e muito popular na Inglaterra, respondendo, conseqüentemente, à necessidade de conferir maior energia ao periodismo luso. Na nossa análise pretendemos demonstrar, pela primeira vez, como estes autores são, de facto, jornalistas literários e como, devido a essa razão, decidem escolher focar assuntos coevos bastante divulgados, como a miséria urbana, para elaborarem a imagem do país visitado.

Porém, os grandes temas que nos propusemos estudar relativamente à imagem que estes quatro autores nos revelam da sociedade inglesa vitoriana: a raça, a imprensa, a pobreza, a mulher, o império, a educação não são, de facto, os únicos sobre os quais incidiu a visão destes autores. Temas há que, menos desenvolvidos e aflorados somente por um ou outro autor, não foram presentemente analisados, entre os quais podemos apontar a noção do *gentleman* vitoriano, epitomizado pelo habitante mais célebre de Baker Street, Sherlock Holmes, que, tal como no caso da mulher inglesa, também é uma entidade dúplice, uma vez que a Sherlock corresponde um reverso horrendo na figura do assassino Jack, o Estripador. Identicamente não empreendemos um estudo detalhado respeitante à criminalidade e ao vício do jogo que corroíam a sociedade inglesa em todas as suas classes sociais, mas aos quais os autores pouco se referem. Assim, seria interessante ressaltar, em abordagens posteriores, o que os autores mencionam relativamente a estes assuntos agora observados e compará-los com a imagem de outros viajantes e jornalistas literários contemporâneos, nomeadamente estrangeiros, que se deslocaram à Inglaterra vitoriana. Seria a imagem demonstrada por estes estrangeiros idêntica àquela representada pelos autores lusos ou não? E porquê a convergência ou a divergência de opiniões? Igualmente estimulante seria proceder a um estudo no âmbito

da imagem da Inglaterra eduardiana veiculada por outros escritores-viajantes e verificar a diferença e/ou similitude face à imagem da Inglaterra vitoriana. E, sobretudo, seria interessante e inovador perceber até que ponto, para além destes quatro autores, o jornalismo literário, tal como o definimos neste estudo, e tal como é defendido por teóricos como Tom Wolfe ou John C. Hartsock, teria penetrado as letras portuguesas da viragem do século.

Por fim, importa salientar que, entre os temas mais importantes para os vitorianos e, por conseguinte, um dos mais debatidos na contemporaneidade, se encontra o império, talvez o maior desafio e o maior problema que se colocava à Inglaterra do *fin-de-siècle*. Na impossibilidade de evitarem este tema e porque o império tocava de perto preocupações portuguesas, nomeadamente no que se prendia com as nossas colónias em África, Eça, Batalha, Martins e Ramalho também não lhe ficam alheios.

É graças à educação, que forma as jovens gerações para a causa nacional, que o império britânico atinge as proporções megalómanas de que os autores dão conta. Aquela é uma entidade tentacular que se estende para Oriente, que, nos finais da centúria, quer abraçar o continente africano e cujos interesses expansivos colidiriam com pretensões portuguesas na África Oriental no alvor da década de 1890. Trata-se de uma educação que incute nos jovens um espírito agressivo, mormente através da tónica na prática desportiva. Porém, este é um sistema educativo elitista assente na exclusividade da *public school* e que, conseqüentemente, não reflecte a generalidade da educação em Inglaterra, o que mostra como a imagem apresentada tem, por vezes, um carácter parcelar. E, não obstante ser um instrumento ao serviço do império que os autores tanto criticam, a educação inglesa é por eles apreciada e enaltecida, o que também revela as incongruências em que, não raramente, incorrem. Somente Oliveira Martins, ao arrepio dos louvores tainianos a este sistema educativo, reproduzidos pelos seus compatriotas, alerta para as suas conseqüências nefastas e, portanto, deixa-nos uma imagem negativa da educação inglesa.

Nesta óptica, a imagem que os autores tecem da Inglaterra não é jamais homogénea e/ou concertada, seja porque, em vários aspectos as suas opiniões são, por vezes contraditórias, seja porque uns e outros nem sempre apreendem as mesmas coisas, seja, em suma, porque a própria Inglaterra é difícil de caracterizar e compreender. Este é um país de ambigüidades e, sobretudo, um local bastante exótico que jamais se deixa apreender univocamente. De facto, os cientistas sociais procedem a um estudo aturado e

minucioso, mas, no final, o Outro nunca é conhecido na sua totalidade, porque «the allure of exotic springs from the recognition that the other cannot be fully known, that there is something withheld or ungraspable which beckons and promises but always escapes»⁹. Por outras palavras, a cada camada que se tenta decifrar do Outro exótico, uma nova aparece, a excitação da descoberta não é satisfeita porque é permanentemente despertada e o Outro é sempre relegado para o seu estatuto ulterior de alteridade¹⁰.

Através da viagem, os autores confrontam o Outro e (re)pensam o Eu. Contudo, a viagem também envolve «le sentiment angoissé du dépaysement et la nostalgie d'un retour toujours retardé»¹¹. De facto, em Inglaterra, Ramalho deseja um arraial popular numa aldeia minhota. Aliás, no que respeita a este autor, «existe sempre, algures na sua mochila optimista, a ideia benvinda de voltar»¹². Ademais, e paradoxalmente, a viagem moderna é «inacabada e inconclusa, quase sempre sem retorno»¹³. Sabemos que Eça, cônsul no estrangeiro, não tornaria à pátria. E, por outro lado, mesmo que regressasse, esse é um acto que prenuncia nova viagem, porque «chegar, então, é sempre estar para partir de novo»¹⁴. Desta feita:

Se a viagem corresponde [...] a um movimento essencial de indagação, é importante reconhecermos que não há respostas que indiquem o seu termo, e que um ponto de chegada é sempre um novo ponto de partida, ou de retorno, e que justamente um regresso não é nunca uma viagem ao contrário, nem sequer o complemento, ou excesso, da viagem de ida¹⁵.

Portanto, Eça pode sentir a nostalgia da pátria dada a sua situação de “exilado” que pensa «constantemente [...] nas belas estradas do Minho [e] no bom vinho verde que eleva a alma»¹⁶, mas Portugal não é a meta; logo não é o final da viagem. Em última instância, Eça de Queirós transforma-se no Outro. Contagiado pelo *spleen* suscitado pelo horrendo clima de além-Mancha, chega a confessar: «A verdade é que estes dias de *spleen* são tão frequentes na minha humilde pessoa, como se eu fosse o

⁹ Kateryna Olijnyk Longley, in Isabel Santaolalla (ed.), *Op. cit.*, p. 35.

¹⁰ Assim, «to speak of a foreign subject, of an Other, is to speak of something that for essential reasons will always transcend its givenness for me. *Qua* foreign subject it will be in possession of a self-manifestation which is principally inaccessible to me», Dan Zahavi, *Op. cit.*, 1999, p. 191.

¹¹ Geneviève Menant-Artigas, *Op. cit.*, p. 7.

¹² Maria João Lello Ortigão de Oliveira, *Op. cit.*, p. 72.

¹³ Maria Alzira Seixo, *Op. cit.* (1998), p. 15.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 34.

¹⁶ «Carta a Ramalho Ortigão. 1873», in *Op. cit.* (1983, vol. 1), p. 74.

Duque de Northumberland ou de Sommerset»¹⁷. Mesmo o discurso do autor revela a sua pertença ao mundo do Outro. Nos seus artigos é frequente o recurso à primeira pessoa do plural, percebendo-se, daí, o quão se encontra envolvido nesse universo. Isto poderá ser constatado quando escreve, a título ilustrativo: «Um Natal como este que passámos [...]; um Natal sem neve [...] parece tão insípido e tão desconsolado como o seria em Portugal a noite de São João [...] se houvesse no chão três palmos de neve e caísse por cima o granizo até de madrugada» (*TI*, p. 116). Portugal está à distância. O autor vive com o Outro no seu mundo e consegue, inclusivamente, sentir as mesmas sensações que acometem esse mesmo Outro. Até o amigo Mariano Pina concorda que Eça é um autêntico inglês. Como salienta no «Folhetim» do *Diário da Manhã* de 7 de Maio de 1884: «Chegou a haver uma época em Bristol, em que o homem mais inglês que havia em toda a cidade e em cinco léguas em redondo era Eça de Queiroz! [...] Aparecia em todas as corridas, em todas as regatas, em todos os torneios de *lawn tennis*»¹⁸. E, inclusivamente, Batalha, quando imerso no nevoeiro, transforma-se no Outro anfíbio e estranho que respira por guelras e tem um aspecto fantasmagórico. Como o mesmo acrescenta a propósito das suas incursões pelo mar de nevoeiro: «Os meus pés indefiniam-se, refractados na lama, e esbatidos no vapor de água [...]. Bastava estender o braço para perder de vista a mão, diluída, dilatada fantasmaticamente na névoa» (*RI*, p. 47).

A imagem da Inglaterra, tal como elaborada por estes quatro autores, assenta em premissas dicotómicas e irreconciliáveis, sendo, para sempre, apercebida sob o prisma da alteridade e jamais totalmente compreendida. Martins, por exemplo, sente-se «feliz por não ter nascido inglês» e, como explica, não ter de «consumir os cinquenta anos de vida, que nos são dados, a agitar-me como um escravo, ganhando dinheiro com que encher de mais o estomago, para cabecear bem as *soirées*, paramentado de gala» (*IH*, pp. 60-61). Por seu turno, Batalha Reis deixa-nos perceber o seu apreço pela Velha Albion, quando, ao aludir à desmedida idolatria portuguesa pela França, salienta que, em assuntos como a imprensa, Portugal muito teria de aprender com a Inglaterra, e que, por isso: «É [...] necessário lembrar de tempos a tempos aos portugueses, e principalmente aos lisboetas, que a *França* – esse glorioso e simpático povo – não “é o mundo” nem mesmo “a Europa inteira” (*RI*, p. 83. Itálico do autor).

¹⁷ «Carta a Ramalho Ortigão. 1 de Fevereiro de 1875», in *ibidem*, p. 92.

¹⁸ In Eça de Queiroz, *Op. cit.* (1987b), p. 259.

Amada e odiada, poderosa e decadente, a Inglaterra vitoriana, império do Outro pela sua alteridade e império dos Outros por reger um império que, paradoxalmente, a domina, não deixou estes viajantes indiferentes. Para lá da Mancha, o Leão Britânico enfrenta as esfinges da Babilónia, e a viagem à Inglaterra é, afinal, o encontro com o Oriente, esse espaço Outro que, mesmo numa era pós-saidiana, escapa à compreensão final e absoluta.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

Bibliografia Activa

1. Obras Estudadas

- MARTINS, Oliveira, *A Inglaterra de Hoje. Cartas de um Viajante*, Guimarães Editores, Lisboa, 1951 (1ª ed. 1893).
- ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull. O Processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e Correlativos Desgostos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.
- QUEIROZ, Eça de, *Crónicas de Inglaterra e Cartas de Londres*, organização de Helena Cidade Moura, Livros do Brasil, Lisboa, 2001.
- QUEIRÓS, Eça de, *Textos de Imprensa IV (da “Gazeta de Notícias”)*, edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 2002.
- REIS, Jaime Batalha, *Revista Inglesa. Crónicas*, organização, introdução e notas de Maria José Marinho, Publicações D. Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988a.

2. Obras Complementares

- AÇA, Zacarias d', «A Nova Babilónia», *Correio da Manhã*, 28 de Dezembro de 1885, pp. 2-3.
- BATALHA, Ladislau, *Atravez do Reino Unido. Notas de Viagem*, Typografia Rua da Barroca, Lisboa, 1904.
- BÍBLIA Sagrada*, trad. de João Ferreira de Almeida, Depósito das Escrituras Sagradas, Lisboa, 1964.
- BOOTH, William, *In Darkest England and the Way Out*, Indy Publish, McLean, Virginia, s.d. (1ª ed. 1890).
- BURTON, Richard F., *The Book of the Thousand Nights and a Night*, 10 vols., Kama Shashtra Society, Benares, India, 1885-1886.

- _____, *Supplemental Nights to the Book of the Thousand Nights and a Night*, 6 vols., Kama Shastra Society, Benares, India, 1886-1888.
- COELHO, J. Eduardo, *Passeios no Estrangeiro. Visita à Exposição de Paris. Passeio a Londres. Passeio na Bélgica e no Reno*, J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1875.
- CONRAD, Joseph, *Heart of Darkness*, Penguin, London and New York, 1994 (1ª ed. 1902).
- CORDEIRO, Luciano, *Viagens. Hespanha e França*, Imprensa J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1874.
- _____, *Viagens. França, Baviera, Áustria e Itália*, Imprensa J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1875.
- _____, *As Questões Coloniais*, selecção de textos e prefácio por A. Farinha de Carvalho, Vega, Lisboa, s. d..
- COSTA, Leandro José da, *Diário de um Viajante em França*, Tipografia das Horas Românticas, Lisboa, 1880.
- DE QUINCEY, Thomas, *Confessions of an English Opium Eater*, Penguin, Harmondsworth, 1986 (1ª ed. 1821).
- DICKENS, Charles, *Oliver Twist*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1999a (1ª ed. 1838).
- _____, *Bleak House*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1999b (1ª ed. 1853-1854).
- _____, *Hard Times*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1998 (1ª ed. 1854).
- GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Livraria Civilização/Editora, Barcelos, 1987 (1ª ed. 1843).
- GOETHE, Johann Wolfgang von, *Viagem a Itália*, trad., prefácio e notas de João Barrento, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 2001.
- GUIMARÃES, Ricardo, *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Paris e Londres*, Viuva Moré, Porto, 1869.
- HAGGARD, H. Rider, *She*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1998 (1ª ed. 1886).
- HUGHES, Thomas, *Tom Brown's Schooldays*, Penguin, London and New York, 1994 (1ª ed. 1857).
- JENKINS, Edward, *Ginx's Baby, o Engeitado. Seu Nascimento e Mais Desastres*, trad. De Ramalho Ortigão, Imprensa Portuguesa, Porto, 1874.

- JUNQUEIRO, Guerra, *Pátria*, Publicações Europa-América, Mem Martins, s. d. (1ª ed. 1896).
- LEITÃO, Ruben Andresen, «Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854», *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, tomo XVI, nº 3, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1950, pp. 42-116.
- LONDON, Jack, *The People of the Abyss*, introdução de Brigitte Koenig, Pluto Press, London and Sterling, Virginia, 2001 (1ª ed. 1903).
- MACHADO, Júlio César, *Recordações de Paris e Londres*, José Maria Correa Seabra, Londres, 1863.
- _____, *Do Chiado a Veneza*, Livraria A. M. Pereira, 1867.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1991 (1ª ed. 1879).
- _____, *Os Filhos de D. João I*, Guimarães Editores, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1889-1890).
- _____, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Publicações Europa-América, Mem Martins, s.d. (1ª ed. 1881).
- _____, *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 2 vols., Guimarães Editores, Lisboa, 1955 (1ª ed. 1881).
- _____, *História da República Romana*, 2 vols., Guimarães Editores, Lisboa, 1987 (1ª ed. 1885).
- _____, *Portugal em África. A Questão Colonial. O Conflito Anglo-Português*, prefácio de José Gonçalo de Santa-Rita, Guimarães Editores, Lisboa, 1953 (1ª ed. 1891).
- _____, *The England of Today*, trad. de C. J. Wildey, G. Allen, London, 1896.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Recordações de Viagem Contendo a Viagem de Lisboa a Londres e a Descrição Desta Cidade*, Tipografia do Ultramar, Margão, 1860.
- O'RELL, Max, *John Bull et son île. Moeurs anglaises contemporaines*, Calmann Lévy, Paris, ca. 1883.
- _____, *John Bull e a Sua Ilha*, trad. de M. Pinheiro Chagas, Parceria de A. M. Pereira, s. d..
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, 15 vols., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

- _____, *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945 (1ª ed. 1879).
- _____, *Pela Terra Alheia. Notas de Viagem, 1878-1910*, 2 vols., Francisco Alves, Lisboa, 1952.
- PINA, Mariano, «Em Londres», *A Ilustração*, 5 de Julho de 1888, pp. 194-195.
- _____, «Sensaboria Londrina», *A Ilustração*, 20 de Julho de 1888, p. 210.
- QUEIRÓS, Eça de, *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2 vols., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 1983.
- _____, *Textos de Imprensa VI (da “Revista de Portugal”)*, edição de Maria Helena Santana, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1995.
- _____, *A Ilustre Casa de Ramires*, edição de Elena Losada Soler, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1999.
- _____, *A Emigração Como Força Civilizadora*, nota introdutória de Isabel Pires de Lima, prefácio e fixação de texto de Raul Rego, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2001c (1ª ed. 1979).
- _____, *Textos de Imprensa I (da “Gazeta de Portugal”)*, edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 2004a.
- _____, *Os Ingleses no Egipto*, Caminho, Lisboa, 2004b.
- QUEIROZ, Eça de, *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*, Livros do Brasil, Lisboa, s.d. (1ª ed. 1888).
- _____, *O Primo Bazílio. Episódio Doméstico*, Livros do Brasil, Lisboa, s. d. (1ª ed. 1878).
- _____, *Cartas de Amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz, Cônsul de Portugal em Havana (1873-1874)*, prefácio e organização de A. Campos Matos, Assírio a Alvim, Lisboa, 1998.
- _____, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1900).
- _____, *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1909).
- _____, *Prosas Bárbaras*, introdução de Jaime Batalha Reis, Livros do Brasil, Lisboa, 2001a (1ª ed. 1922).

- _____, *O Egipto. Notas de Viagem*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001b (1ª ed. 1926).
- _____, *Páginas de Jornalismo. “O Distrito de Évora” (1867)*, nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro, 2 vols., Lello e Irmão Editores, Porto, 1981.
- _____, *Cartas Inéditas*, introdução, comentários e notas de Beatriz Berrini, Edições Cadernos *O Jornal*, Lisboa, 1987a.
- _____, *Polémicas de Eça de Queiroz. 1874-1887*, organização, introdução e notas de João C. Reis, 4 vols., vol. 3, Heuris, Odivelas, 1987b.
- _____ e Ramalho Ortigão, *As Farpas. Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes*, coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica, notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, Principia, Cascais, 2004.
- QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, introdução de Delfim de Brito, Guimarães Editores, Lisboa, 2001 (Discurso Pronunciado a 27 de Maio de 1871).
- _____, Augusto Soromenho, Eça de Queiroz e Adolfo Coelho, *Os Conferencistas do Casino*, Fronteira do Caos, Porto, 2005.
- REIS, Jaime Batalha, *Estudos Geográficos e Históricos*, introdução de Augusto Reis Machado, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1941.
- _____, *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, organização, prefácio e notas de Elza Miné, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988b.
- STEAD, William, *Os Escândalos de Londres. O Tributo das Virgens da Moderna Babylonia*, trad. literal e “in-extenso” dos artigos da *Pall Mall Gazette*, Typographia de Arthur de Sousa e Irmão, Porto, 1885.
- STOKER, Bram, *Dracula*, introdução de Leonard Wolf, Signet, New York and London, 1992 (1ª ed. 1897).
- TAINE, Hippolyte-Adolphe, *Histoire de la littérature anglaise*, 2 vols., Hachette, Paris, 1866 (1ª ed. 1864).
- _____, *Notes sur l'Angleterre*, 5ª ed., Hachette, Paris, 1876 (1ª ed. 1872).
- _____, *Notes on England*, trad. e introdução de W. F. Rae, Strahan & Co., London, 1873.

VOLTAIRE, *Lettres philosophiques*, Garnier-Flammarion, Paris, 1964 (1ª ed. 1734).

WILDE, Oscar, *The Picture of Dorian Gray*, Penguin Books, London and New York, 1985 (1ª ed. 1891).

Bibliografia Passiva

1. Estudos Jornalísticos

- BAYLEN, Joseph O., «A Letter from Conan Doyle on the “Novelist-Journalist”», *Nineteenth Century Fiction*, vol. 12, nº 4, s. l., Março de 1958, pp. 321-323.
- _____, «A Victorian's “Crusade” in Chicago, 1893-1894», *The Journal of American History*, vol. 51, nº 3, Dezembro de 1964, pp. 418-434.
- BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Interpretativo. Filosofia e Técnica*, 2ª ed., Editora Sulina, Porto Alegre, 1980a (1ª ed. 1976).
- _____, *Jornalismo Opinativo*, Editora Sulina, Porto Alegre, 1980b.
- BORUS, Daniel H., *Writing Realism. Howells, James and Norris in the Mass Market*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, North Carolina and London, 1989.
- BROWN, Lucy, *Victorian News and Newspapers*, Clarendon Press, Oxford, 1985.
- CHORÃO, João Bigotte, «Nótulas Sobre Jornalismo Literário do Século XIX», in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Centro de Estudos Camilianos, Vila Nova de Famalicão, 1993, pp. 13-18.
- CUNHA, Alfredo da, «Relances Sobre os Três Séculos do Jornalismo Português», *Separata do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, nº 4, Lisboa, 1941.
- DUDEK, Louis, *Literature and the Press. A History of Printing, Printed Media, And Their Relation to Literature*, Ryerson and Scorpion, Toronto, 1961.
- FRUS, Phyllis, *The Politics and Poetics of Literary Journalism. The Timely and the Timeless*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1994.
- GARLICK, Barbara e Margaret Harris (eds.), *Victorian Journalism, Exotic and Domestic. Essays in Honour of P. D. Edwards*, University of Queensland Press, St. Lucia, Queensland, 1998.
- HARTSOCK, John C., *A History of American Literary Journalism. The Emergence of a Modern Narrative Form*, University of Massachusetts Press, Amherst, 2000.
- HELLMANN, John, *Fables of Fact. The New Journalism as New Fiction*, University of Illinois Press, Urbana, 1981.

- HOLLOWELL, John, *Fact and Fiction. The New Journalism and the Nonfiction Novel*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1977.
- JONES, Victor Pierce, *Saint or Sensacionalist? The Story of W. T. Stead, 1849-1912*, Gooday Publishers, East Wittering, West Sussex, 1988.
- KERRANE, Kevin e Ben Yagoda (eds.), *The Art of Fact. A Historical Anthology of Literary Journalism*, Touchstone, New York, 1998.
- LECHNER, José, «Jornalismo e Literatura no Despontar da Indústria Cultural do Século XIX», in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Centro de Estudos Camilianos, Vila Nova de Famalicão, 1993, pp. 19-27.
- RAFAEL, Gina Guedes e Manuela Santos (org. e coord.), *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*, prefácio de José Manuel Tengarrinha, 2 vols., vol. 1, Biblioteca Nacional e Ministério da Cultura, Lisboa, 2001.
- ROCHA, João Luís de Moraes, *O Essencial Sobre a Imprensa em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.l., 1998.
- RODRIGUES, Ernesto, *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*, Notícias Editorial, Lisboa, 1998.
- SCOTT, J. W. Robertson, *The Story of the "Pall Mall Gazette", of Its First Editor and of Its Founder George Murray Smith*, Oxford University Press, Oxford, 1950.
- STEPHENS, Mitchell, *A History of News*, Harcourt Brace College Publishers, Fort Worth and London, 1997.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica em Portugal*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.
- TREGLOWN, Jeremy e Bridget Bennett (eds.), *Grub Street and the Ivory Tower. Literary Journalism and Literary Scholarship from Fielding to the Internet*, Clarendon Press, Oxford, 1998.
- WINTEROWD, W. Ross, *The Rhetoric of the "Other" Literature*, Southern Illinois University Press, Carbondale and Edwardsville, 1990.
- WOLFE, Tom e E. W. Johnson (eds.), *The New Journalism. With an Anthology*, Harper & Row, New York and London, 1973.
- WOLFF, Michael, *Urbanity and Journalism. The Victorian Connection*, Victorian Studies Centre, University of Leicester, Leicester, 1980.

2. Estudos Literários e sobre a Geração de 70

- ADAMS, Percy G., *Travelers and Travel Liars, 1660-1800*, Dover Publications, New York, 1980.
- _____, *Travel Literature and the Evolution of the Novel*, The University Press of Kentucky, Lexington, 1983.
- AIKEN, Alison (ed.), *Eça's English Letters. Written by Eça de Queirós, Portuguese Consul in England, 1874-1888*, introdução de Jonathan Keates, trad. de Alison Aiken e Ann Stevens, Carcanet, Manchester, 2000.
- ALVES, Hélio Osvaldo, «A Flanela dos Pobres. Um Retrato de Ramalho no seu *John Bull*», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2001, pp. 217-224.
- BAILEY, Brigitte, «Travel Writing and the Metropolis. James, London, and *English Hours*», *American Literature*, vol. 67, nº 2, Junho de 1995, pp. 201-232.
- BARNES, Trevor J. e James S. Duncan (eds.), *Writing Worlds. Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape*, Routledge, London, 1992.
- BASSNETT, Susan, *Comparative Literature. A Critical Introduction*, Blackwell, Oxford, UK and Cambridge, USA, 1993.
- BATTEN, Charles L., Jr., *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*, University of California Press, Berkeley, 1978.
- BHABHA, Homi K. (ed.), *Nation and Narration*, Routledge, London and New York, 1990.
- BIRCHAL, Hennio Morgan, «A Ironia e o "Humour" em Eça de Queirós, Machado de Assis e Joaquim Paço d'Arcos», *Separata da Revista Bracara Augusta*, tomo 30, fascículo 69, Braga, Janeiro-Junho de 1976.
- BLASCO, Pierre, «Ramalho Ortigão, voyageur portugais en Espagne», *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, Institut Français au Portugal, Tomes 33 et 34, 1972-1973, pp. 287-315.
- BLOOM, Harold, *The Western Canon. The Books and School of the Ages*, Riverhead Books, New York, 1994.
- BLUNT, Alison, *Travel, Genre, and Imperialism. Mary Kingsley and West Africa*, The Guilford Press, New York and London, 1994.

- BOEHMER, Elleke, *Colonial and Postcolonial Literature. Migrant Metaphors*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1995.
- BÖHNKE, Dietrich Carl Oskar, «Oliveira Martins und das literarische Porträt», Magisterarbeit bei Prof. Dr. H. Feldmann, Romanisches Seminar, Universität zu Köln, Köln, 1983.
- BRANTLINGER, Patrick, *Rule of Darkness. British Literature and Imperialism, 1830-1914*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1990 (1ª ed. 1988).
- BRATTON, Jacqueline S., *The Impact of Victorian Children's Fiction*, Croom Helm, London, 1981.
- BRETTELL, Caroline B., «Introduction: Travel Literature, Ethnography, and Ethnohistory», *Ethnohistory*, vol. 33, nº 2, Primavera de 1986, pp. 127-138.
- CAL, Ernesto Guerra da, *Língua e Estilo de Eça de Queiroz. Elementos Básicos*, Versão de Elsie Allen da Cal, Livraria Almedina, Coimbra, 1981.
- CALAFATE, Pedro, *Oliveira Martins*, Verbo, Lisboa, São Paulo, 1990.
- CARVALHO, Maria Teresa Reis de, «John Bull e a Sua Ilha no Olhar de Ramalho Ortigão», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2001, pp. 599-612.
- CASTANHEIRA, Maria Zulmira Bandarra, «A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português. Imagens Polimórficas», Tese Inédita de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.
- CATROGA, Fernando, «História e Ciências Sociais em Oliveira Martins», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, 2 vols., Temas e Debates, s. l., 1998.
- CEIA, Carlos, «Nota Sobre o Conceito Literário de *Spleen*», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 6, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997, pp. 47-52.
- CHEVRILLON, André, *Taine. Formation de sa pensée*, Librairie Plon, Paris, 1932.
- COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996a.
- _____, «A Ilustre Casa de Ramires e a Questão Africana. Entre a História e o Mito» in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org e ed.), *150 Anos com*

- Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos – 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, pp. 409-419.
- _____, «Oliveira Martins e a Literatura de Viagens da Geração de 70. Imagens da Inglaterra Vitoriana em *A Inglaterra de Hoje*», in Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento e Maria Luísa Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, História, Mito*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 107-120.
- _____, «Jaime Batalha Reis, Diplomata na Inglaterra Vitoriana», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 6, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997, pp. 53-69.
- _____, «Eça de Queirós e Rider Haggard», in *Separata das Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Associação Internacional de Lusitanistas, Coimbra, 1992., pp. 273-284.
- _____, «Pátrias Imaginárias: *Viagens na Minha Terra* e *Robinson Crusoe*», in Maria Leonor Machado de Sousa (dir.), *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 9, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000.
- _____, *Ilhas, Batalhas e Aventura. Imagens de África no Romance de Império Britânico do Último Quartel do Século XIX e Início do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
- COLEMAN, Simon e Mike Crang (eds.), *Tourism. Between Place and Performance*, Berghahn Books, New York and Oxford, 2002.
- COSTA, Fernando Marques da, «Sobre um Possível Jaime Batalha Reis e Tábua Biocronológica de Jaime Batalha Reis», *Separata da Revista da Biblioteca Nacional*, nº 1-2, Lisboa, 1983.
- COUTO, Jorge (dir.), *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Edição Comemorativa do Centenário Queirosiano*, nos. 9 e 10, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, Lisboa, Abril/Setembro de 2000.
- CRISTOVÃO, Fernando (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, Edições Cosmos, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

- _____, *O Olhar do Viajante. Dos Navegadores aos Exploradores*, Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Coimbra, 2003.
- CROWCROFT, K., «Oliveira Martins e *A Inglaterra de Hoje*», *Revista Ocidente*, vol. 25, s. l., 1945, pp. 267-276.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia, *A Recepção Literária de Heinrich Heine no Romantismo Português (de 1844 a 1871)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.
- DIGGINS, D. S., *Rider Haggard. The Great Storyteller*, Cassell, London, 1981.
- DODD, Philip (ed.), *The Art of Travel. Essays on Travel Writing*, Frank Cass, London, 1982.
- DOMINGOS, Paulo da Costa (ed.), «*O Bei de Tunes*» de *Eça de Queirós* Seguido de «*A Sir John Bull*» de *Ramalho Ortigão*, Frenesi, Lisboa, 2002.
- _____, *Estudos de Cultura Portuguesa. Século XIX. Pedagogia e Instrução, Literatura, Política e Sociedade*, 2ª ed., Litexa Editora, Lisboa e Porto, 1998 (1ª ed. 1978).
- DUNCAN, James e Derek Gregory (eds.), *Writes of Passage. Reading Travel Writing*, Routledge, London and New York, 1999.
- ELDRIDGE, C. C., *The Imperial Experience. From Carlyle to Forster*, Macmillan, London, 1996.
- FALCÃO, Ana Margarida, Maria Teresa Nascimento e Maria Luísa Leal (org.), *Viagem, Literatura de Viagem. Narrativa, História e Mito*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- FORTUNATI, Vita, Rita Monticelli e Maurizio Ascari (eds.), *Travel Writing and the Female Imaginary*, Pàtron Editore, Bologna, 2001.
- FRANCASTEL, Pierre, *Imagem, Visão e Imaginação*, trad. de Fernando Caetano, Edições 70, Lisboa, 1983.
- FRASER, Robert, *Victorian Quest Romance. Stevenson, Haggard, Kipling and Conan Doyle*, Northcote House, Plymouth, 1998.
- FREELAND, Alan, «Eça de Queirós. Consular Correspondance from Newcastle», *Portuguese Studies*, vol. 2, Department of Portuguese, King's College, London, 1986, pp. 99-119.
- _____, «Eça de Queirós e a Inglaterra», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro*

- Internacional de Queirosianos – 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, pp. 31-37.
- FURTADO, Filipe, «A Inglaterra de Oliveira Martins», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 3, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994, pp. 75-89.
- GARCIA, João Carlos, «Jaime Batalha Reis, Geógrafo Esquecido», *Finisterra*, vol. 20, nº 40, Lisboa, 1985.
- GÓES, Maria Lúcia Pimentel de Sampaio, «Eça de Queirós. Contribuição Histórico-Crítica para a Literatura Infantil/Juvenil Portuguesa in *Cartas da Inglaterra*», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos – 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, pp. 640-645.
- GREEN, Martin, *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*, Routledge and Kegan Paul, London, 1980.
- GUNNELL, Doris, *Stendhal et l'Angleterre*, prefácio de Ad. Pauré, Charles Bosse Librairie, Paris, 1909.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Razão e Sentimento na Evolução Espiritual de Ramalho Ortigão», *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 21, Faculdade de Letras, Coimbra, 2000, pp. 193-219.
- INVENTÁRIO do Espólio de Oliveira Martins*, organização e inventariação de Maria José Marinho, Fundos da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1995.
- JEUNE, Simon, *Littérature générale et comparée. Essai d'orientation*, Minard, Paris, 1968.
- JOHNSON, W., «Voltaire After 300 Years», *Notes and Records of the Royal Society of London*, vol. 48, nº 2, Julho de 1994, pp. 215-220.
- JUCÁ, Cândido, «Ramalho Ortigão e a Sua Técnica», *Separata da Revista de Portugal*, Série A: A Língua Portuguesa, vol. 32, Lisboa, 1967, pp. 13-27.
- LABORINHO, Ana Paula, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira (org.), *A Vertigem do Oriente. Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas*, Edições Cosmos, Instituto Português do Oriente, Lisboa e Macau, 1999.

- LEAL, Raúl, *Sociologia de Oliveira Martins*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1945.
- LE GENTIL, Georges, *Oliveira Martins. Algumas Fontes da Sua Obra*, trad. de Fernando Romero, Seara Nova, Lisboa, 1935.
- LICKORISH, L. J. e A. G. Kershaw, *The Travel Trade*, Practical Press, London, 1958.
- LOPES, Rui da Costa, *O Segredo do Cofre Espanhol. Notas para um Ideário Filosófico de José Maria Eça de Queiroz*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 2000.
- LOURENÇO, Eduardo, «O Tempo de Eça e Eça e o Tempo», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos – 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, pp. 707-714.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 - Uma Revolução Cultural e Literária*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, 1981.
- _____ (org. e dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- _____ e Daniel-Henri Pageaux, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Edições 70, Lisboa, 1981.
- MACHADO, Fernando Augusto, *Almeida Garrett e a Introdução do Pensamento Educacional de Rousseau em Portugal*, Edições Asa, Rio Tinto, 1993.
- MALPIQUE, Cruz, «Perfil de Oliveira Martins ou a Biografia de um Homem que a Si Mesmo se Fez», *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 1, fascículos 1 e 2, Porto, 1962, pp. 5-73.
- MARINHO, Maria José, *O Essencial Sobre Jaime Batalha Reis*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 1996.
- MARTELS, Zweder von (ed.), *Travel Fact and Travel Fiction. Studies on Fiction, Literary Tradition, Scholarly Discovery and Observation in Travel Writing*, E. J. Brill, Leiden and New York, 1994.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *Oliveira Martins. Uma Biografia*, prefácio de Eduardo Lourenço, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 1986.
- MATOS, A. Campos (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª ed. revista e aumentada, Caminho, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1988).

- _____ (org. e coord.), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Caminho, Lisboa, 2000.
- _____, *Sobre Eça de Queiroz*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- MEDINA, João, *Reler Eça de Queiroz. Das “Farpas” aos “Maias”*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.
- MENANT-ARTIGAS, Geneviève, *Des voyages et des livres*, Hachette, Paris, 1973.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, *A Viagem. Uma Outra Forma de Turismo na Perspectiva do Conhecimento Histórico*, Universidade do Algarve, Faro, 1986.
- MICHAEL, M. A. (ed.), *Traveller's Quest*, William Hodge, London, 1950.
- MILLS, Gordon, «Jack London's Quest for Salvation», *American Quarterly*, vol. 7, n° 1, The Johns Hopkins University Press, s. l., Primavera 1955, pp. 3-14.
- MILLS, Sara, *Discourses of Difference. An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*, Routledge, London and New York, 1993.
- MINÉ, Elza, *Eça de Queirós Jornalista*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1986 (1ª ed. 1983).
- _____, *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, Ateliê Editorial e Instituto Camões, São Paulo, 2000.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, 4ª ed., Quetzal Editores, Lisboa, 2001 (1ª ed. 2000).
- _____, *Eça de Queiroz Jornalista*, Principia, Cascais, 2003.
- NEWMAN, Gerald, «Voltaire in Victorian Historiography», *The Journal of Modern History*, vol. 49, n° 4, Dezembro de 1977, pp. D1345-D1359.
- OLIVEIRA MARTINS, F. A., *Oliveira Martins e os Seus Contemporâneos*, Guimarães Editores, Lisboa, 1960.
- OLIVEIRA, Júlio d', *Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Rememoração e Esclarecimento de Factos de Ordem Literária e Jornalística*, Depositária de O Primeiro de Janeiro, Porto, 1945.
- OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão de, «O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão. Para Uma Estética do Natural. Itinerários e Paisagens de Uma Leitura» Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988.

- _____, *O Essencial Sobre Ramalho Ortigão*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 1989.
- OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa de, «Riquezas Rutilantes. O Relato de *O Egito*, de Eça de Queirós», in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (org. e ed.), *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos – 1995*, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, pp. 697-703.
- PAGEAUX, Daniel-Henri, «L’Imagerie culturelle. De la littérature comparée à l’athropologie culturelle», in *Bulletin du comité national de littérature comparée de la République Socialiste de Roumanie*, Editura Academiei Republici Socialiste România, Bucarest, 1983.
- _____, «De l’image à l’imaginaire», in *Colloquium Helveticum. Cahiers suisses de littérature générale et comparée*, Editions Peter Lang, Berne, Frankfurt am Main, 1988.
- PHILLIPS, Richard, *Mapping Men and Empire. A Geography of Adventure*, Routledge, London and New York, 1997.
- P., H. M., «English Literature Seen Through French Eyes», *Yale French Studies*, nº 6, 1950, pp. 109-119.
- PIRES, António Machado, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2ª ed., Vega, Lisboa, 1992 (1ª ed. 1980).
- PRATT, Mary Louise, *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, Routledge, London and New York, 1992.
- RECKERT, Stephen e Y. Kace Centeno (org.), *A Viagem “Entre o Real e o Imaginário”*, Arcádia, Lisboa, 1983.
- REIS, Carlos, *O Essencial Sobre Eça de Queirós*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 2000.
- _____, (dir.), *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Eça de Queirós*, nº 7, Biblioteca Nacional, Lisboa, Outono de 2000.
- _____, (dir.), *História da Literatura Portuguesa. O Realismo e o Naturalismo*, 7 vols., vol. 5, Publicações Alfa, Lisboa, 2001.
- RICHARDS, Jeffrey (ed.), *Imperialism and Juvenile Literature*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1989.

- RITA, Annabela, *Eça de Queirós Cronista. Do “Distrito de Évora” (1867) às “Farpas” (1871/72)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.
- ROBERTSON, George, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putnam (eds.), *Traveller’s Tales. Narratives of Home and Displacement*, Routledge, London and New York, 1994.
- ROE, F. C., *Taine et l’Angleterre*, s. ed., Paris, 1923.
- ROJEK, Chris e John Urry (eds.), *Touring Cultures. Transformations of Travel and Theory*, Routledge, London and New York, 1997.
- ROSA, Vanda Cristina Antunes dos Santos Fernandes, «*Revista Inglesa. Percursos de Jaime Batalha Reis na Inglaterra Vitoriana*», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- SARAIVA, António José, *A Tertúlia Ocidental. Estudos Sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Outros*, Gradiva, Lisboa, 1990.
- _____, *As Ideias de Eça de Queirós*, Gradiva, Lisboa, 2000.
- _____, *Iniciação na Literatura Portuguesa*, Gradiva, Lisboa, s. d..
- SANTOS, Maria Isabel Soares Carvalho, «A Apropriação Literária do Mito do Preste João na Afirmação da Supremacia Britânica em África na Viragem do Século XIX. *King Solomon’s Mines, She e Prester John*», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- SCHRIBNER, Mary Suzanne, «Edith Wharton and Travel Writing as Self-Discovery», *American Literature*, vol. 59, nº 2, Duke University Press, s. l., Maio 1987, pp. 257-267.
- SCHWALBACH, Luís, «A Viagem de Eça de Queirós ao Oriente», *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nos. 9 e 10, 63ª série, Lisboa, 1945, pp. 3-8.
- SEIXO, Maria Alzira (coord.), *Cursos da Arrábida. A Viagem na Literatura*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1997.
- _____, e Graça Abreu (org.), *Les Récits de voyages. Typologie, historicité*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.
- _____, *Poéticas da Viagem na Literatura*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

- SHIELDS, Rob, *Places on the Margin. Alternative Geographies of Modernity*, Routledge, London, 1991.
- SILVA, João Paulo Ascenso Pereira da, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto. “The Lusitanian” (1844-1845)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, s.l., 2001.
- SILVA, Jorge Miguel Bastos da, «A Exposição Londrina na Imprensa Portuguesa Coeva. Algumas Notas e uma Antologia de Textos», *Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, vol. XVIII, Porto, 2001, pp. 439-486.
- SIMÕES, João Gaspar, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Livraria Bertrand, Amadora, 1973.
- SOUSA, Américo Guerreiro de, «English References in the Fiction of Eça de Queirós», Tese Inédita de Doutoramento apresentada ao St. Antony's College, Universidade de Oxford, Oxford, 1987.
- _____, *Inglaterra e França n’ “Os Maias”*. *Idealização e Realidade*, Caminho, Lisboa, 2002.
- TERENAS, Gabriela Gândara, «Diagnoses Especulares. Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)», Tese Inédita de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.
- URRY, John, *The Tourist Gaze*, 2ª ed., Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi, 2002 (1ª ed. 1990).
- WEINSTEIN, Leo, *Hippolyte Taine*, Twayne Publishers, New York, 1972.
- WHEELER, Michael, *English Fiction of the Victorian Period, 1830-1890*, Longman, London and New York, 1994 (1ª ed. 1985).
- WITHEY, Lynne, *Grand Tours and Cook's Tours. A History of Leisure Travel, 1750 to 1915*, Aurum Press, London, 1997.
- WILSON, Renel K., *The Literary Travelogue*, Martinus Nijhoff, The Hague, 1973.
- WRIGHT, John, K., «Terra Incognita. The Place of the Imagination in Geography», *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 37, nº 1, Março de 1947, pp. 1-15.

3. Estudos Históricos e Culturais

3.1. Estudos sobre Imperialismo

- AHMAD, Aijaz, *In Theory. Classes, Nations, Literatures*, Verso, London and New York, 1994 (1ª ed. 1992).
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, trad. de Maria João Pinto, Teorema, Lisboa, 1985.
- CHAMBERLAIN, Muriel E., *The Scramble for Africa*, Longman, Harlow, Essex, 1983 (1ª ed. 1974).
- COELHO, Maria Teresa Pinto, «British and Portuguese Attitudes Towards the British Ultimatum of 1890», *The British Historical Society of Portugal – Twenty First Annual Report and Review 1994*, The British Historical Society of Portugal, Lisboa, 1994, pp. 12-28.
- DARBY, Phillip, *Three Faces of Imperialism. British and American Approaches to Asia and Africa, 1870-1970*, Yale University Press, New Haven, 1987.
- DARWIN, John, «Imperialism and the Victorians. The Dynamics of Territorial Expansion», *The English Historical Review*, vol. 112, nº 447, Junho de 1997, pp. 614-642.
- DAVIS, Peter, «The Liberal Unionist Party and the Irish Policy of Lord Salisbury's Government, 1886-1892», *The Historical Journal*, vol. 18, nº 1, Março de 1975, pp. 85-104.
- DUVERGER, Maurice (dir.), *Le Concept d'empire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1980.
- ELDRIDGE, C. C., *England's Mission. The Imperial Idea in the Age of Gladstone and Disraeli, 1868-1880*, Macmillan, London, 1973.
- _____, *Victorian Imperialism*, Hodder and Stoughton, London, 1978.
- _____, *Disraeli and the Rise of a New Imperialism*, University of Wales Press, Cardiff, 1996.
- FERGUSON, Niall, *Empire. How Britain Made the Modern World*, Penguin, London and New York, 2004 (1ª ed. 2003).
- FERREIRA, Isabel Maria do Nascimento Simões, *Visões do Império. Os Ingleses na Índia*, Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2006.

- HALLIDAY, Fred, «“Orientalism” and Its Critics», *British Journal of Middle Eastern Studies*, vol. 20, n° 2, 1993, pp. 145-163.
- HAMER, D. A., «The Irish Question and Liberal Politics, 1886-1894», *The Historical Journal*, vol. 12, n° 3, 1969, pp. 511-532.
- HAMMOND, Richard J., *Portugal and Africa, 1815-1910*, Stanford University Press, Stanford, 1966.
- _____, «Race Attitudes and Policies in Portuguese Africa in the Nineteenth and Twentieth Centuries», s. ed., London, 1967 (doc. impresso e anotado pelo autor).
- HARASYM, Sarah, *The Post-Colonial Critic. Interviews, Strategies, Dialogues. Gayatri Chakravorty Spivak*, Routledge, London and New York, 1990.
- HARLOW, Barbara e Mia Carter (eds.), *Imperialism and Orientalism. A Documentary Sourcebook*, Blackwell Publishers, Malden, Massachusetts, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J., *The Age of Empire, 1875-1914*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1987.
- JUDD, Denis, *Empire. The British Imperial Experience from 1765 to the Present*, Harper Collins, London, 1996.
- KENNEDY, Dane, «“Captain Burton's Oriental Muck Heap”. *The Book of the Thousand Nights* and the Uses of Orientalism», *The Journal of British Studies*, vol. 39, n° 3, Julho 2000, pp. 317-339.
- _____, *Britain and Empire, 1880-1945*, Longman, London and New York, 2002.
- KENNEDY, Paul M., *The Rise of the Anglo-German Antagonism, 1860-1914*, Allen and Unwin, London, 1982 (1ª ed. 1980).
- KOEBNER, Richard, «The Concept of Economic Imperialism», *The Economic History Review*, vol. 2, n° 1, 1949, pp. 1-29.
- LOOMBA, Ania, *Colonialism/Postcolonialism*, Routledge, London and New York, 1998.
- MACKENZIE, John M., *Orientalism. History, Theory and the Arts*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1995 (reimp. 1998).
- MCLEOD, John, *Beginning Postcolonialism*, Manchester University Press, Manchester and New York, 2000.
- MILES, Gary B., «Roman and Modern Imperialism. A Reassessment», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 32, n° 4, Outubro de 1990, pp. 629-659.

- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, trad. de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1997.
- NUTTING, Anthony, *Scramble for Africa. The Great Trek to the Boer War*, Constable, London, 1970.
- PADFIELD, Peter, *The Great Naval Race. The Anglo-German Naval Rivalry, 1900-1914*, Hart-Davis, MacGibbon, London, 1974.
- PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa, 1876-1912*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1991.
- PORTER, Bernard, *The Lion's Share. A Short History of British Imperialism, 1850-1995*, 3ª ed., Longman, Harlow, Essex, 1996 (1ª ed. 1975).
- PRAKASH, Gyan, «Orientalism Now», *History and Theory*, vol. 34, nº 3, Outubro de 1995, pp. 199-212.
- RAMOS, Rui Manuel Monteiro Lopes, «Tristes Conquistas. A Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840-c. 1970)», Tese de Provas de Acesso a Investigador Auxiliar, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.
- RANSFORD, Oliver, *The Rulers of Rhodesia. From Earliest Times to the Referendum*, John Murray, London, 1968.
- READER, John, *África. Biografia de um Continente*, trad. de José Espadeiro Martins, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2002.
- SAID, Edward W., *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*, Penguin, London and New York, 1991 (1ª ed. 1978).
- _____, *Culture and Imperialism*, Vintage, London, 1994 (1ª ed. 1993).
- SANDERSON, G. N., «The European Partition of Africa. Coincidence or Conjecture?», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 3, s. 1., 1975-76, pp. 1-54.
- SCHWARZ, Bill (ed.), *The Expansion of England. Race, Ethnicity and Cultural History*, Routledge, London and New York, 1996.
- TAYLOR, G. P., «Cecil Rhodes and the Second Home Rule Bill», *The Historical Journal*, vol. 14, nº 4, s. 1., Dezembro 1971, pp. 771-781.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, 1990.
- TELO, António José, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1875-1900*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991.

- THOMAS, Nicholas, *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government*, Polity Press, Cambridge and Oxford, 1994 (reimp. 1996).
- TURNER, Bryan S., *Orientalism, Postmodernism and Globalism*, Routledge, London and New York, 1994.
- WEHLER, Hans-Ulrich, «Bismarck's Imperialism, 1862-1890», *Past and Present*, n° 48, s. l., Agosto de 1970, pp. 119-155.
- WILLIAMS, Patrick e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*, Longman, Harlow, 1994.
- WINKS, Robin W. (ed.), *British Imperialism. Gold, God, Glory*, Holt, Rinehart and Winston, New York and London, 1963.

3.2. Estudos sobre Degeneração, Pobreza e o Submundo Vitoriano

- ASCHHEIM, Steven E., «Max Nordau, Friedrich Nietzsche and Degeneration», *Journal of Contemporary History*, vol. 28, n° 4, Outubro de 1993, pp. 643-657.
- BOURGOIN, Stéphane, *O Livro Vermelho de Jack, o Estripador*, trad. de Lurdes Júdice, Edições Asa, Lisboa e Porto, 1999.
- BURKE, Thomas, *The Streets of London Through the Centuries*, B. T. Batsford, London, 1940.
- CHARLOT, Monica e Roland Marx, *Londres, 1851-1901. A Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*, direcção da edição portuguesa Carlos Araújo, trad. Ana Mónica Faria de Carvalho, Terramar, Lisboa, 1990.
- CHESNEY, Kellow, *The Victorian Underworld. A Fascinating Re-Creation*, Penguin Books, London and New York, 1991 (1ª ed. 1970).
- CHINN, Carl, *Poverty Amidst Prosperity. The Urban Poor in England, 1834-1914*, Manchester University Press, Manchester and New York, 1995.
- ENGLANDER, David, *Poverty and Poor Law Reform in Britain from Chadwick to Booth, 1834-1914*, Longman, London, 1998.
- _____ e Rosemary O'Day (eds.), *Retrieved Riches. Social Investigation in Britain, 1840-1914*, Scolar Press, Aldershot, s.d..
- FRASER, Derek (ed.), *The New Poor Law in the Nineteenth Century*, Macmillan, London, 1976.

- GOLDFARB, Russell M., «Late Victorian Decadence», *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, vol. 20, nº 4, Verão de 1962, pp. 369-373.
- HIBBERT, Christopher, *London. The Biography of a City*, Penguin, London, 1977 (1ª ed. 1969).
- HIMMELFARB, Gertrude, *The De-Moralization of Society. From Victorian Virtues to Modern Values*, IEA Health and Welfare Unit, London, 1995.
- LANE, Christopher, *Hatred and Civility. The Antisocial Life in Victorian Britain*, Columbia University Press, New York, 2004.
- MADGE, Charles e Peter Wilmott, *Inner City Poverty in Paris and London*, Routledge and Kegan Paul, London, 1981.
- MANDLER, Peter, «Tories and Paupers. Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law», *The Historical Journal*, vol. 33, nº 1, Cambridge University Press, Cambridge, Março de 1990, pp. 81-103.
- MAXWELL, Richard C., Jr., «G. M. Reynolds, Dickens and the Mysteries of London», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 32, nº 2, Setembro de 1977, pp. 188-213.
- PICK, Daniel, *Faces of Degeneration. A European Disorder, c. 1848-1918*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1996 (1ª ed. 1989).
- ROBERTS, Robert, *The Classic Slum. Salford Life in the First Quarter of the Century*, Penguin Books, London and New York, 1990 (1ª ed. 1971).
- ROGER, Richard, *Housing in Urban Britain, 1780-1914. Class, Capitalism and Construction*, Macmillan, Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London, 1989.
- ROSE, Michael E. (ed.), *The Poor and the City. The English Poor Law in its Urban Context, 1834-1914*, Leicester University Press, Leicester, 1985.
- SMITH, Andrew, *Victorian Demons. Medicine, Masculinity and the Gothic at the Fin-de-Siècle*, Manchester University Press, Manchester and New York, 2004.
- SPENCER, Kathleen L., «Purity and Danger. Dracula, the Urban Gothic, and the Late Victorian Degeneracy Crisis», *EHL*, vol. 59, nº 1, Primavera de 1992, pp. 197-225.
- THOMAS, Donald, *The Victorian Underworld*, John Murray, London, 2003 (1ª ed. 1998).
- TREBBLE, James H., *Urban Poverty in Britain, 1830-1914*, Methuen, London, 1983 (1ª ed. 1979).
- WALKOWITZ, Judith R., *City of Dreadful Delight. Narratives of Sexual Danger in Late Victorian London*, Virago, London, 1992 (reimp. 1994).

- _____, «Going Public. Shopping, Street Harassment, and Streetwalking in Late Victorian London», *Representations*, nº 62, University of California Press, s. l., Primavera de 1998, pp. 1-30.
- WARD, David, «The Victorian Slum. An Enduring Myth?», *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 66, nº 2, Junho de 1976, pp. 323-336.
- WEITZMAN, Arthur J., «Eighteenth-Century London. Urban Paradise or Fallen City?», *Journal of the History of Ideas*, vol. 36, nº 3, Julho-Setembro de 1975, pp. 469-480.
- WILLIAMS, Karel, *From Pauperism to Poverty*, Routledge and Kegan Paul, London, Boston and Henley, 1981.
- WOHL, Anthony S., *The Eternal Slum. Housing and Social Policy in Victorian London*, Transaction Publishers, New Brunswick and London, 2002 (1ª ed. 1977).

3.3. Estudos sobre o Século XIX e sobre a Era Vitoriana

- ANDERSON, Nancy F., «The “Marriage With a Deceased Wife's Sister Bill” Controversy. Incest Anxiety and the Defense of Family Purity in Victorian England», *The Journal of British Studies*, vol. 21, nº 2, Primavera de 1982, pp. 67-86.
- ASHWORTH, William, «Economic Aspects of Late Victorian Naval Administration», *The Economic History Review*, vol. 22, nº 3, s. l., Dezembro de 1969, pp. 491-505.
- AUERBACH, Nina, «The Rise of the Fallen Woman», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 35, nº 1, Junho de 1980, pp. 29-52.
- _____, *Woman and the Demon. The Life of a Victorian Myth*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts and London, 1982.
- BANKS, J. A., *Victorian Values. Secularism and the Size of Families*, Routledge and Kegan Paul, London, Boston and Henley, 1981.
- BARNETT, S. A., *A Century of Darwin*, Mercury Books, London, 1962.
- BIRNE, Maria Teresa Santos Simões Ferreira Real Sousa, «Rumo à Arcádia? Percursos Lusitanos de Oswald Crawford, Cônsul Britânico no Porto», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- BRIGGS, Asa, *Victorian Cities*, Penguin Books, Middlesex, 1980 (1ª ed. 1963).

- COELHO, Maria Teresa Pinto, «Imagens da Inglaterra Vitoriana no Portugal Oitocentista», Relatório da Disciplina de Estudos Anglo-Portugueses I (Programa, Conteúdos e Métodos) Apresentado a Concurso para Professor Associado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996b.
- _____, «King Pedro V's and Prince Luís' Visit to England and Their Relations With Queen Victoria's Court», *The British Historical Society of Portugal – Twenty Third Annual Report and Review 1996*, The British Historical Society of Portugal, Lisboa, 1996c, pp. 107-122.
- _____, *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.
- _____, *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil Vistos por um Inglês*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.
- _____ (coord.), *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa, 1880-1972*, prefácio de John Darwin, Edições Colibri, Lisboa, 2005.
- CORDERY, Simon, «Friendly Societies and the Discourse of Respectability in Britain, 1825-1875», *The Journal of British Studies*, vol. 34, nº 1, Janeiro de 1995, pp. 35-58.
- DOWLING, Linda, «The Decadent and the New Woman in the 1890's», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 33, nº 4, Março de 1979, pp. 434-453.
- DURANT, John (ed.), *Darwinism and Divinity. Essays on Evolution and Religious Belief*, Basil Blackwell, Oxford, 1985.
- ENDELMAN, Todd M. e Tony Kushner (eds.), *Disraeli's Jewishness*, Vallentine Mitchell, London and Portland, 2002.
- ENSOR, R. C. K., *England, 1870-1914*, Oxford University Press, Oxford, 1963 (1ª ed. 1936).
- FEUCHTWANGER, Edgar, *Disraeli*, Arnold, London, 2000.
- FRASER, Hilary, *Gender and the Victorian Periodical*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 2003.
- FURTADO, Filipe e Maria Teresa Malafaia, *O Pensamento Vitoriano. Uma Antologia de Textos*, Edições 70, Lisboa, 1992.
- GILMOUR, Robin, *The Idea of the Gentleman in the Victorian Novel*, George Allen & Unwin, London, 1981.

- GOURVISH, T. R. e Alan O'Day, *Later Victorian Britain, 1867-1900*, Macmillan Education, Houndmills, 1988.
- GREEN, Laura Morgan, *Educating Women. Cultural Conflict and Victorian Literature*, Ohio University Press, Athens, Ohio, 2001.
- HALL, Catherine, Keith MacClelland e Jane Rendall (eds.), *Defining the Victorian Nation. Class, Race, Gender and the British Reform Act of 1867*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000.
- HALL, Donald E. (ed.), *Muscular Christianity. Embodying the Victorian Age*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1994.
- HAMILTON, W. Mark, *The Nation and the Navy. Methods and Organization of British Navalist Propaganda, 1889-1914*, Garland Publishers, New York and London, 1986.
- HIBBERT, Christopher, *Disraeli. A Personal History*, Harper Perennial, London, New York, Toronto and Sydney, 2005.
- HOFSTADTER, Richard, *Social Darwinism in American Thought*, introdução de Eric Foner, Beacon Press, Boston, 1992 (1ª ed. 1944).
- HOMANS, Margaret e Adrienne Munich (eds.), *Remaking Queen Victoria*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1997.
- HOUGHTON, Walter E., *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*, Yale University Press, New Haven and London, 1985 (1ª ed. 1957).
- JAGGER, Peter J., *Gladstone. The Making of a Christian Politician*, Pickwick Publications, Allison Park, Pennsylvania, 1991.
- LEDGER, Sally e Roger Luckhurst (eds.), *The Fin-de-Siècle. A Reader in Cultural History, c. 1880-1900*, Oxford University Press, Oxford and New York, 2000.
- LEVINE, Richard A., «Disraeli's Tancred and "The Great Asian Mystery"», *Nineteenth Century Fiction*, vol. 22, nº 1, s. l., Junho de 1967, pp. 71-85.
- MACHIN, Ian, *Disraeli*, Longman, London and New York, 1995.
- MATTHEW, H. C. G., *Gladstone, 1809-1874*, Clarendon Press, Oxford, 1991 (1ª ed. 1986).
- MÓNICA, Maria Filomena (ed. e org.), *Correspondência entre D. Pedro V e Seu Tio, o Príncipe Alberto*, trad. das Cartas do Príncipe Alberto de Dagmar Steinlein da Mata Reis, ICS/Quetzal, Lisboa, 2000.

- PETTERSON, M. Jeanne, «No Angels in the House. The Victorian Myth and the Paget Woman», *The American Historical Review*, vol. 89, nº 3, Junho de 1984, pp. 677-708.
- RAMM, Agatha, *William Ewart Gladstone*, GPC Books, Cardiff, 1989.
- RAMOS, Rui, «A Segunda Fundação, 1890-1926», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., vol. 6, Editorial Estampa, s. l., s. d..
- SEAMAN, L. C. B., *Life in Victorian London*, B. T. Batsford, London, 1973.
- SPINNER, Thomas J., Jr., «George Joachim Goschen. The Man Lord Randolph Churchill “Forgot”», *The Journal of Modern History*, vol. 39, nº 4, Dezembro de 1967, pp. 405-424.
- ST. AUBYN, Giles, *Queen Victoria. A Portrait*, Atheneum, New York, 1992.
- STONE, Donald D., «House and Home in Thomas Hardy», *Nineteenth-Century Fiction*, vol. 39, nº 3, Dezembro de 1984, pp. 292-304.
- STOTT, Rebecca, *The Fabrication of the Late Victorian “Femme Fatale”. The Kiss of Death*, Macmillan, Basingstoke and London, 1992 (reimp. 1996).
- THOMPSON, F. M. L., *The Rise of Respectable Society. A Social History of Victorian Britain, 1830-1900*, Fontana Press, London, 1988.
- TYRRELL, Alex, «Samuel Smiles and the Woman Question in Early Victorian Britain», *The Journal of British Studies*, vol. 39, nº 2, Abril de 2000, pp. 185-216.
- VALLONE, Lynne, *Becoming Victoria*, Yale University Press, New Haven, Connecticut and London, 2001.
- VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003.
- VINCENT, John, *Disraeli*, Oxford University Press, Oxford, 1990.
- WALKOWITZ, Judith R., *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1995 (1ª ed. 1980).
- WALLACE, Alfred Russell, *La Sélection naturelle. Essais*, traduits de l'anglais par Lucien de Candolle, C. Reinwald, Paris, 1872.
- WALTON, John K., *Disraeli*, Routledge, London, 1990.
- WEINTRAUB, Stanley, *Victoria. Biography of a Queen*, Allen & Unwin, London, 1987.
- WILKINSON, Rupert, «Political Leadership and the Late Victorian Public School», *The British Journal of Sociology*, vol. 13, nº 4, Dezembro de 1962, pp. 320-330.
- WILSON, A. N., *The Victorians*, Arrow Books, London and Sydney, 2002.

WOHL, Anthony S., «“Dizzi-Ben-Dizzi”. Disraeli as Alien», *The Journal of British Studies*, vol. 34, nº 3, The University of Chicago Press, Chicago, Julho de 1995, pp. 375-411.

WOODWARD, Llewellyn, *The Age of Reform. England, 1815-1870*, Oxford University Press, Oxford and New York, 1992 (1ª ed. 1938).

3.4. Estudos Históricos e Culturais Não Relacionados com o Século XIX

CLAPP, Nicholas, *Sheba. Through the Desert in Search of the Legendary Queen*, Mariner Books, Boston and New York, 2002.

DAY, Gary, *Class*, Routledge, London and New York, 2001.

FRIAS, Sónia, “*Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*”. *Mulheres, Economia Informal e Mudança Cultural. Estudo Realizado na Cidade de Maputo*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006.

GATES, Warren E., «The Spread of Ibn Khaldûn’s Ideas on Climate and Culture», *Journal of the History of Ideas*, vol. 28, nº 3, Julho-Setembro de 1967, pp. 415-422.

GILFOYLE, Timothy J., «Prostitutes in History. From Parables of Pornography to Metaphors of Modernity», *The American Historical Review*, vol. 104, nº 1, Fevereiro de 1999, pp. 117-141.

GREWAL, Inderpal, *Home and Harem. Nation, Gender, Empire, and the Cultures of Travel*, Leicester University Press, London, 1996.

INGLIS, Fred, *Cultural Studies*, Blackwell, UK and Cambridge, USA, 1993.

LEIGH, R. A., *Rousseau and the Problem of Tolerance in the Eighteenth Century*, Clarendon Press, Oxford, 1979.

MONMONIER, Mark, *How to Lie With Maps*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 1996 (1ª ed. 1991).

MORLEY, David e Kevin Robins (eds.), *British Cultural Studies. Geography, Nationality and Identity*, Oxford University Press, Oxford and New York, 2001.

PAXMAN, Jeremy, *The English. A Portrait of a People*, Penguin Books, London and New York, 1999 (1ª ed. 1998).

SANTOS, Victor Marques dos, *Conhecimento e Mudança. Para uma Epistemologia da Globalização*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2002.

- SAUKKO, Paula, *Doing Research in Cultural Studies. An Introduction to Classical and New Methodological Approaches*, Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi, 2003.
- SCOTT, George Ryley, *The History of Prostitution*, Senate, Twickenham, Middlesex, 1996 (1ª ed. 1968).
- SOUSA, Alcinda Pinheiro de, Luísa Maria Flora e Teresa de Ataíde Malafaia (eds.), *The Crossroads of Gender and Century Endings*, Cadernos de Anglística, vol. 2, Centro de Estudos Ingleses da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 2000.

4. Estudos Sobre Alteridade e Reverse Colonisation

- AFFERGAN, Francis, *Exotisme et altérité. Essai sur les fondements d'une critique de l'anthropologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1987.
- ARATA, Stephen, *Fictions of Loss in the Victorian Fin de Siècle*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1996.
- BUBER, Martin, *Je et tu*, prefácio de Gaston Bachelard, trad. francesa de Geneviève Bianquis, Fernand Aubier, Paris, 1938.
- BUESCU, Helena Carvalhão e João Ferreira Duarte (coord.), *Narrativas da Modernidade. A Construção do Outro*, Edições Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2001.
- COHEN, Robin, *Frontiers of Identity. The British and the Others*, Longman, London and New York, 1994.
- COLLEY, Linda, «Britishness and Otherness. An Argument», *The Journal of British Studies*, vol. 31, nº 4, Outubro de 1992, pp. 309-329.
- DAVIS, David Brion, «Constructing Race. A Reflection», *The William and Mary Quarterly*, 3ª série, vol. 54, nº 1, Janeiro de 1997, pp. 7-18.
- DERRIDA, Jacques, *O Outro Cabo*, trad. de Fernanda Bernardo, Reitoria da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995 (1ª ed. 1991).
- DILIP, Hiro, *Black British, White British. A History of Race Relations in Britain*, Grafton, London, 1991.
- DIMENSÕES da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa. O Outro*, 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, Actas, 2 vols., vol. 1, Departamento de

- Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985.
- GATES, Henry Louis, Jr. (ed.), *“Race”, Writing and Difference*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 1986.
- GIKANDI, Simon, *Maps of Englishness. Writing Identity in the Culture of Colonialism*, Columbia University Press, New York, 1996.
- HAMMOND, Richard J., «Race Attitudes and Policies in Portuguese Africa in the Nineteenth and Twentieth Centuries», s. ed., London, 1967 (doc. impresso e anotado pelo autor).
- HUMPHRIES, Jefferson, *The Otherness Within. Gnostic Readings in Marcel Proust, Flannery O’Connor and François Villon*, Louisiana State University Press, Baton Rouge and London, 1983.
- LOPES, António Manuel Bernardo, «Os Outros Saxões. Imagens da Alemanha na Literatura Popular Eduardiana», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.
- MacDOUGALL, Hugh A., *Racial Myth in English History. Trojans, Teutons and Anglo-Saxons*, University Press of New England, Hanover, 1982.
- MALCHOW, H. L., *Gothic Images of Race in 19th.-Century Britain*, Stanford University Press, Stanford, California, 1996.
- O’CONNOR, Maurice, «Apprehensive Manifestations of Reverse Colonisation in Richard Marsh’s *The Beetle*», in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Póvoa de Varzim, 2000, pp. 40-48.
- ONOFRE, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro, «Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão», Dissertação Inédita de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- REEVES, Frank, *British Racial Discourse. A Study of British Political Discourse About Race and Race-Related Matters*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1983.
- SANTAOLALLA, Isabel (ed.), *“New” Exoticisms. Changing Patterns in the Construction of Otherness*, Rodopi, Amsterdam and Atlanta, Georgia, 2000.

- SCHOCKET, Eric, «Undercover Explorations of the “Other Half”, or the Writer as Class Transvestite», *Representations*, nº 64, s. l., Outono de 1998, pp. 109-133.
- SCHWAB, Gabriele, *The Mirror and the Killer-Queen. Otherness in Literary Language*, Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 1996.
- STREET, Brian Vincent, *The Savage in Literature. Representations of "Primitive" Society in English Fiction, 1858-1920*, Routledge & Kegan Paul, London and Boston, 1975.
- TODOROV, Tzvetan, *Nous et les autres. La Réflexion française sur la diversité humaine*, Éditions du Seuil, Paris, 1989.
- _____, *A Conquista da América. A Questão do Outro*, trad. de Maria Isabel Braga, Litoral Edições, Lisboa, 1990.
- YOUNG, Robert, *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, Routledge, London and New York, 1994.
- ZAHAVI, Dan, *Self-Awareness and Alterity. A Phenomenological Investigation*, Northwestern University Press, Evanston, Illinois, 1999.

5. Estudos sobre o Pensamento Simbólico

- AUGÉ, Marc (dir.), *A Construção do Mundo. Religião, Representações, Ideologia*, trad. de Isabel Braga, Edições 70, Lisboa, s. d.
- BAYARD, Jean-Pierre, *La Symbolique du monde souterrain*, Payot, Paris, 1973.
- CHEVALIER, Jean e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, trad. de Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Teorema, Lisboa, 1982.
- DURAND, Gilbert, *A Imaginação Simbólica*, trad. de Carlos Aboim de Brito, Edições 70, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1964).
- ELIADE, Mircea, *Aspectos do Mito*, trad. de Manuela Torres, Edições 70, Lisboa, 2000 (1ª ed. 1963).
- _____, *O Mito do Eterno Retorno. Arquétipos e Repetição*, trad. de Manuela Torres, Edições 70, Lisboa, 1993 (1ª ed. 1969).
- _____, *Tratado de História das Religiões*, prefácio de George Dumézil, trad. de Natália Nunes e Fernando Tomaz, Edições Cosmos, Lisboa, s. d. (1ª ed. 1970).

- _____, *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*, trad. de Rogério Fernandes, Livros do Brasil, Lisboa, s. d.
- PLATÃO, *A República*, trad., introdução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990.
- RAMOS, Manuel João, *Ensaio de Mitologia Cristã. O Preste João e a Reversibilidade Simbólica*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1997.
- RAPPAPORT, Roy A., *Ritual and Religion in the Making of Humanity*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 2002 (1ª ed. 1999).